SÉRIE V . VOLUME 1

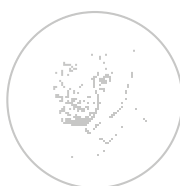
O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA, 2011

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



Revista fundada em 1895 por José Leite de Vasconcelos

SÉRIE V . VOLUME 1

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA, 2011

DIRECTOR
Luís Raposo

COORDENAÇÃO
Ana Ávila de Melo

TRADUÇÃO PARA LÍNGUA INGLESA
Maria Florinda Costa

DESIGN GRÁFICO
Artlandia

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO
Imprensa Nacional-Casa da Moeda

TIRAGEM
?

Impresso em Junho de 2011
Periodicidade anual

ISSN 0870-094X
Depósito legal n.º 3161/83

Solicita-se permuta – On prie l'échange – Exchange wanted – Tauschverkehr erwunscht – Sollicitiamo scambio









Museu Nacional de Arqueologia
Praça do Império
1400-260 Lisboa
Portugal
Tel. 21 362 00 00; Fax 21 362 00 16
E-mail mnarq.oap@imc-ip.pt
www.mnarqueologia-ipmuseus.pt

Sumário

DIRECTOR
Luís Raposo

COORDENAÇÃO
Ana Ávila de Melo

TRADUÇÃO PARA LÍNGUA INGLESA
Maria Florinda Costa

DESIGN GRÁFICO
Artlandia

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO
Imprensa Nacional-Casa da Moeda

TIRAGEM
1000 exemplares

Impresso em Outubro de 2011
Periodicidade anual

ISSN 0870-094X
Depósito legal n.º 3161/83

Solicita-se permuta – On prie l'échange – Exchange wanted – Tauschverkehr erwunscht – Sollicitiamo scambio









Museu Nacional de Arqueologia
Praça do Império
1400-260 Lisboa
Portugal
Tel.: 213 620 000 Fax: 213 620 016
E-mail: mnarq.oap@imc-ip.pt
www.mnarqueologia-ipmuseus.pt

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
Av. António José de Almeida
1000-042 Lisboa
Portugal
Tel.: 217 810 700
E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt
www.incm.pt

Editorial

Dá-se corpo com este volume a uma nova série da revista «O Arqueólogo Português», a mais antiga e porventura a mais prestigiada e internacionalizada revista da arqueologia portuguesa, fundada em 1895 por José Leite de Vasconcelos. O ciclo ora iniciado resulta de uma parceria, virtuosa, estabelecida entre o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), a quem agradecemos vivamente, nas pessoas do Presidente, Prof. Estêvão de Moura, e do Director da Unidade Editorial, Dr. Duarte Azinheira.

Existem fortes e fundadas razões para que tivéssemos dado o presente passo. Em primeiro lugar, importa referir que o modelo de parceria indicado actualiza laços de colaboração que remontam ao tempo do fundador da revista e do próprio museu. De facto e como é sabido, a INCM foi a editora da principal obra publicada de Leite de Vasconcelos, incluindo aquela que resultou da actividade do «seu» museu, o Museu Etnológico Português, actual MNA. E perfazem-se precisamente no ano corrente setenta anos sobre o seu falecimento, pelo que os respectivos direitos autorais caem em domínio público, sendo por isso oportuno reconsiderar um quadro de colaboração que envolva o editor e a instituição onde se guarda a principal parte do espólio leiteano, incluindo boa soma de originais e documentação diversa, muita dela inédita.

A estas razões acrescentam-se os factores que decorrem da própria dinâmica da revista. Quase se poderia dizer, simplificando, que as quatro séries anteriores correspondem à visão que lhe imprimiram os quatro directores com mandatos mais duradouros à frente do MNA: Leite de Vasconcelos, para a 1.ª série, entre 1895 e 1938, com 30 volumes publicados; Manuel Heleno, para a 2.ª série, entre 1951 e 1964, com 5 volumes publicados; D. Fernando de Almeida, para a 3.ª série, entre 1967 e 1974/1977, com 9 volumes publicados; e Francisco Alves, para a primeira parte da 4.ª série, entre 1983 e 1990/1992, com 10 volumes publicados.

Acontece que, levando já nós cerca de década e meia na direcção do MNA, entendemos sempre, até agora, dar continuidade à 4.ª série, de que fomos responsáveis por 14 volumes, desde 1997. Expusemos nos dois editoriais que subscrevemos em anteriores números da revista (11/12 e 21) as razões desta opção, algumas de natureza circunstancial e relacionadas com a obrigação moral que sentimos inicialmente em recuperar o atraso de publicação, outras de natureza mais estrutural, já que não apenas considerávamos adequadas as características editoriais da dita série, como principalmente entendíamos, e entendemos, que uma instituição mais do que centenária como o MNA possui vida própria, à qual se devem adaptar os seus sucessivos dirigentes, e não o contrário.

Esta apreciação não deve todavia impedir a evolução e a modernização, porque na realidade a vida é feita de mudança, até no caso das instituições mais cultoras do seu passado, como é o MNA. Já em 2003, e mesmo sem iniciar nova série, tínhamos introduzido na revista diversas inovações: instituição de um Conselho Editorial, constituindo personalidades de referência na arqueologia portuguesa; retoma do conceito de artigo de fundo, entendido como «contributo preferencialmente de síntese, solicitado para o efeito, na condição de o respectivo autor, ou autores, aceitar colocá-lo à discussão por parte de um conjunto de especialistas convidados pela direcção da revista, podendo os autores, se o desejarem, redigirem uma resposta final, depois de conhecerem os comentários realizados»; clarificação da organização interna da revista, ainda que sem a introdução explícita de secções (outros artigos, colecções museológicas, com especial relevo para a publicação de colecções do Museu, notas breves, recensões bibliográficas, documentação histórica e actividades do Museu); enfim, algumas alterações gráficas limitadas, que só os mais atentos puderam detectar. Realizámos finalmente, nessa ocasião, o relançamento e reorganização, mais profunda esta, da série monográfica Suplementos a 'O Arqueólogo Português', de que até ao presente se publicaram 6 números.

Chegados aqui, atentas as crescentes dificuldades em encontrar, no âmbito da tutela da Cultura, os meios necessários à edição da revista e ponderadas as razões históricas e até simbólicas acima indicadas, entendemos que a parceria com a INCM justificaria por si mesma o passo mais audacioso em frente que representa dar início a uma 5.ª série. A isso nos compele igualmente a maior difusão livreira de que a revista passa a usufruir.

No essencial mantém-se o precedente modelo organizativo de conteúdos, conforme se indicou anteriormente. Mantém-se a periodicidade anual da revista e a periodicidade ocasional dos suplementos, os quais em todo caso se deseja poderem vir a ser um ou dois por ano. Mantém-se também a instituição de um Conselho Editorial, composto pelos mesmo especialistas, aos quais se acrescenta, por nosso convite, o Prof. Doutor João Luís Cardoso, eminente colega a quem

agradecemos a disponibilidade, como antes já o fizéramos, e agora reiteramos, relativamente aos restantes conselheiros. Identicamente se diga em relação à Doutora Ana Ávila de Melo, que continua a assegurar, com notável proficiência, as funções de editora executiva.

As maiores alterações que esta 5.ª série de «O Arqueólogo Português» apresenta situam-se por consequência ao nível da concepção gráfica e são sem dúvida importantes: formato geral e formato de manchas interiores, desenho e cores da capa, tipo e corpo de letra, etc. Trata-se de um modelo visual desenvolvido, a nosso pedido, pelos designers Beatriz Horta Correia e Miguel Gaspar, a quem igualmente agradecemos e felicitamos, os quais já antes tinham sido os responsáveis pelas modificações introduzidas desde 2003 na 4.ª série, conforme se referiu anteriormente.

Apesar da inovação, tentámos em todo caso manter laços evidentes de aproximação à anterior série da revista, tal como esta mergulhava raízes na série inicial, oitocentista. Podemos por isso dizer que o novo «O Arqueólogo Português» continuará a ser bem reconhecível na sua identidade própria, com reminiscências gráficas que retomam às suas origens.

Como sempre, não alimentamos a pretensão de termos acertado, no todo ou na parte. Outros por nós o dirão. O que, sim, podemos assegurar é que procurámos fazer o melhor, preservando e levando mais longe o legado leiteano. E só temos uma certeza, que repete a afirmação com que terminámos o nosso anterior e último editorial na série da revista que ora finda: o futuro é uma longa estrada em aberto, que outros por nós hão-de prosseguir, com espírito porventura idêntico ao nosso, se aquilo que lhes legarmos merecer efectivamente ser continuado.

Luís Raposo
Director do Museu Nacional de Arqueologia

Ritmos do povoamento e economia do Algarve romano: entre o Mediterrâneo e o Atlântico

CATARINA VIEGAS*

RESUMO

O presente artigo estuda os ritmos da vida económica dos núcleos urbanos de *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Quinta de Torre de Ares) e *Baesuri* (Castelo de Castro Marim), desde o séc. II a.C. até ao séc. VII d.C. Partindo de uma base documental muito diversificada, constituída sobretudo pelos conjuntos de cerâmica de mesa importada e de produtos alimentares transportados em ânforas, sem esquecer igualmente a leitura crítica das fontes escritas, dos dados epigráficos e numismáticos, procurou-se estabelecer o faseamento da importação e consumo nestes núcleos urbanos do Algarve romano, analisando-se igualmente diversos aspectos da própria produção agrícola e artesanal de âmbito local e regional.

Os padrões de importação dos três núcleos urbanos são comparados entre si, de forma de obter elementos sobre a dinâmica evolutiva do território algarvio, sendo igualmente confrontados com os dados de outras regiões, procurando-se integrar o sul da Lusitania no quadro das relações (económicas, políticas, culturais) inter provinciais no período romano, e imediatamente posterior.

O estudo que efectuei permitiu compreender melhor o contexto específico das importações de cada período em cada sítio, o que possibilitou discutir alguns aspectos do quadro político-administrativo romano do Algarve central e oriental. Se a epigrafia já apontava para o facto de *Ossonoba* ter adquirido uma importância considerável ainda em época de Augusto, tudo indica que os núcleos urbanos de *Balsa* e *Baesuri* se encontrassem em pleno desenvolvimento durante a segunda metade do séc. I e mesmo nos finais dessa centúria. As cidades estavam plenamente integradas nas rotas comerciais estabelecidas, tendo por base o porto de Cádis e registam, tal como em períodos anteriores, uma forte integração na

* UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. c.viegas@fl.ul.pt

economia da província vizinha, a Bética, integração essa que apenas se dilui no período Baixo Imperial, com a crescente importância da produção à escala local/ regional lusitana e das importações norte africanas.

Palavras-chave: Algarve romano – cerâmica – economia antiga – interdependência

ABSTRACT

This paper analyses the economic rythms and patterns in the Roman towns of *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Quinta de Torre de Ares) and *Baesuri* (Castelo de Castro Marim) in southern Portugal, from the 2nd century BC to the 7th century AD. It seeks to determine the evolution of the imports and consumption pattern and to analyse different aspects of the agricultural and industrial production to a local and regional extent, based on very diversified sets of sources such as the imported fine ware and foodstuff transported in amphorae, without forgetting the critical reading of literary sources and of both epigraphic and numismatic data.

The import patterns of the three urban centers are compared among themselves in order to determine the commercial dynamic and economic evolution of the Algarve. We also try to provide comparisons with other regions, seeking to integrate the southern Lusitania in a broader context (economic, politic and cultural) of the interprovincial relations during the Roman period.

This study also allows a better understanding of the specific importations context of each phase of the Roman period in each town. It contributed to the knowledge and discussion of the political and administrative framework of central and eastern Algarve. Epigraphic data had already stressed the relevance of *Ossonoba* during Augustus reign, but towns as *Balsa* and *Baesuri* also knew intense activity during the second half, and even in the late 1st century AD. These towns were fully integrated in the established commercial routes that were based in the port of Cadix and were, as observed in previous periods, strongly integrated in the economy of the neighbour Baetican province. This integration will only be slightly modified in the Late Roman period by the increase of local and regional Lusitanian production as well as the North African imports.

Keywords: Roman Algarve – ceramics – ancient economy – interdependence

1. INTRODUÇÃO

O estudo que se apresenta resultou, em grande medida, do projecto de investigação que realizámos sobre «A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano», que deu origem a diversos trabalhos parcelares e à dissertação de doutoramento com o mesmo título. Retomamos nestas linhas as principais conclusões a que chegámos e as reflexões que as mesmas nos suscitaram.

Tendo por base uma ampla documentação pretendia analisar-se a evolução dos núcleos urbanos, discutir o processo de romanização e urbanização do Sul da



Fig. 1 – Situação do Algarve.

Lusitânia partindo dos dados acerca do consumo de produtos manufacturados, como as cerâmicas finas de mesa ou cerâmicas importadas (campaniense e *terra sigillata*) e dos produtos alimentares transportados em ânforas nos três núcleos urbanos do Algarve oriental e central: Faro, *Balsa* e Castro Marim (**Figura 1**). Mesmo não dispondo de qualidade de informação idêntica acerca das diferentes produções de cerâmica campaniense e de *terra sigillata* importadas para o território hoje português, os dados disponíveis permitem identificar hoje claramente as áreas produtoras e os estudos tipológicos conferem a estas cerâmicas um elevado valor enquanto dado cronológico, num período desde o séc. II a.C. até ao final do séc. VI ou mesmo ao séc. VII d.C.

No que se refere às produções anfóricas, ao conhecimento das áreas produtoras acresce ainda a possibilidade de, para muitos tipos, se poder relacionar um determinado produto alimentar. Deste modo, e através do estudo do consumo e da sua comparação com outras áreas da Lusitânia podem retirar-se informações acerca da produção local de produtos alimentares (azeite, produtos vínicos e preparados piscícolas).

O estudo dos conjuntos cerâmicos dos três núcleos urbanos do Algarve central e oriental permitiu traçar o quadro económico e estabelecer as grandes linhas da dinâmica evolutiva destas cidades num quadro regional, permitindo avançar com modelos explicativos para os fenómenos observados, comparando-os com as realidades de outras regiões.

O projecto de investigação do Castelo de Castro Marim dirigido por Ana Margarida Arruda constituiu-se há vários anos a esta parte como um verdadeiro «ninho» de projectos em diferentes áreas, tornando-se o ponto de partida para uma pesquisa mais alargada. A este conjunto juntaram-se outros provenientes de várias intervenções arqueológicas realizadas em Faro e na Quinta de Torre de Ares, local identificado desde o séc. XIX como a antiga cidade de *Balsa*. Com a obtenção de autorização por parte do Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Luis Raposo, para estudar o conjunto de materiais provenientes das escavações realizadas na década de 70 do séc. XX na Quinta de Torre de Ares, a amostragem alargou-se e ganhou mais significado. Relativamente à cidade de Faro, dispunhamos já de um conjunto de dados sobre a área onde também nos anos 70 se redescobriu o mosaico do Oceano, resultante das investigações realizadas no âmbito da nossa participação no Projecto Corpus dos mosaicos do sul de Portugal. A cedência para estudo dos materiais das recentes intervenções realizadas a área do Museu Municipal, conduzidas por Dália Paulo e Nuno Beja permitiram completar a leitura relativa à antiga *Ossonoba*.

A decisão de estudar conjuntos há muito depositados em Museus e centros de investigação e por não realizar novas escavações resultou da limitação dos meios disponíveis e do tempo previsto, mas procurava igualmente chamar a aten-

ção para o potencial informativo de amplas séries de cerâmica provenientes de escavações antigas e de outras mais recentes, cujo estudo urgia levar a efeito antes de se abrirem novas frentes de escavação. Esta opção trouxe consigo limitações à análise destes mesmos materiais uma vez que a qualidade do registo arqueológico que as acompanhava era muito desigual. Apesar destes entraves, procurou-se valorizar os dados contextuais e estratigráficos, retirando deles as informações pertinentes.

Os elementos disponíveis acerca dos três sítios estudados são bastante desiguais. Se relativamente a Castro Marim e às recentes escavações de Faro existe todo o registo de uma intervenção arqueológica (constituído por plantas e perfis estratigráficos, fichas de unidade estratigráfica e registo fotográfico) e os respectivos relatórios apresentados à tutela, das restantes intervenções a documentação não é tão completa. Por exemplo, a informação acerca da proveniência dos materiais resultantes da intervenção suscitada pela descoberta do mosaico do Oceano resumia-se às etiquetas que acompanhavam os mesmos não existindo qualquer relatório dos trabalhos realizados. No Arquivo no Museu Nacional de Arqueologia conservava-se ainda um conjunto de plantas e cortes estratigráficos realizados pelo desenhador do Museu (Dario de Sousa), assim como um conjunto de fotografias da autoria de Bairrão Oleiro. A conjugação dos diferentes dados não foi fácil, tendo-se obtido apoio da Dr.ª Adília Alarcão que presenciou algumas fases dos trabalhos e dirigiu a campanha de levantamento do mosaico.

Relativamente aos trabalhos arqueológicos realizados em Torre de Ares as principais dificuldades resultaram da conjugação dos dados das etiquetas que acompanhavam os materiais e das informações constantes no relatório dos trabalhos da autoria de M. e M. Maia (1978).

Atendendo aos objectivos fixados e tendo em consideração a abundância de materiais cerâmicos provenientes dos sítios referidos houve necessidade de dar prioridade ao estudo de determinadas categorias cerâmicas em detrimento de outras. A escolha recaiu sobre a cerâmica de mesa importada, a cerâmica campaniense e a *terra sigillata*, deixando de parte o estudo da cerâmica de paredes finas itálica (tardorepublicana e augustana), e alto imperial ou as lucernas. O investimento que se tem feito no estudo destas cerâmicas permite conhecer, como já se referiu, a sua origem na península itálica, na Gália, no interior da Hispânia, na actual Tunísia ou no Mediterrâneo Oriental e os dados tipológicos possibilitam uma aproximação bastante precisa à cronologia dos exemplares em estudo permitindo identificar os ritmos e os padrões de importação destas cerâmicas. Reconhece-se também que estas cerâmicas constituem um excelente indicador acerca da evolução da capacidade económica das populações que os obtêm.

1.1. O ponto de partida para o inquérito: As fontes escritas, numismática e os dados epigráficos

As informações das fontes escritas conjugadas com os dados epigráficos e numismáticos embora possam trazer luz acerca de alguns aspectos da sociedade e instituições em fases concretas do período romano, oferecem-nos um quadro bastante incompleto acerca da evolução do povoamento e dos aspectos económicos do Algarve durante o longo período de ocupação romana.

O domínio romano de parte da Península Ibérica levou à criação em 197 a.C. da província da *Hispania Ulterior*. Não se conhece com detalhe que territórios englobaria mas parece certo que o seu centro nevrálgico se deva situar a oriente do território do sul da Hispânia, dominado pelo vale do Guadalquivir. Este território seria já nessa altura fortemente urbanizado encontrando-se aí um importante contingente de população emigrada de origem itálica, não sendo portanto de estranhar que a atenção dos autores antigos se tenha voltado mais para esta região.

Para compreender melhor o enquadramento político e administrativo do sul da *Lusitania*, estas fontes devem ser devidamente contextualizadas não sendo fácil a sua conjugação com os dados numismáticos, epigráficos e arqueológicos.

Seguindo o texto de Estrabão, autor que escreveu nas primeiras décadas do séc. I e que nos remete para uma realidade anterior, situável no séc. II-I a.C. encontramos o recurso a alguns instrumentos de retórica com o objectivo de possibilitar ao leitor uma mais fácil percepção do espaço geográfico (Cruz Andreotti, 2007, p. 44-66). É neste contexto que se pode enquadrar o esquema descritivo que utiliza a imagem gráfica da pele de boi para significar a Ibéria, sendo o sistema oro-hidrográfico a base para a organização do discurso no interior de cada região.

Parte importante do relato estraboniano, sobretudo no que se refere ao sul da Península Ibérica, terá tido como base trabalhos anteriores atribuídos a Artemidoro de Éfeso e a Posidónio. A recente descoberta de um papiro atribuído a Artemidoro tem dividido a comunidade científica duvidando-se da sua autenticidade (Guerra, 2007, p. 319-322). Apesar de o texto se encontrar muito destruído, podem ler-se alguns topónimos relativos a cidades entre *Onubaestuarina* e *Promontorio sacro*: *Ipsa* e *Cilibes* que poderão corresponder, de acordo com os dados das cunhagens monetárias a Vila Velha (Alvor) e Silves/Cerro da Rocha Branca (Kramer, 2005, p. 27-28). Contudo, de acordo com os dados do papiro, que repita-se muitos crêem falso, estas cidades estariam a este de um estuário de cujo nome apenas se conserva a inicial A e que foi identificado com *Anas* (Guadiana) (Kramer, 2006, p. 104-105).

Na descrição do Ocidente da Ibéria, elaborada por Estrabão, merece especial destaque a referência a um amplo território que corresponde ao litoral adjacente ao cabo de S. Vicente e que se estende, por um lado desde a desembocadura do

rio Tejo até ao começo do lado meridional, e, por outro, até ao rio Anas (III, 1, 6). Distingue a região entre o Tejo e o Guadiana, considerada regularmente fértil, da que se lhe segue para oriente, pela sua riqueza e excelência dos seus bens, terrestres e marítimos, afirmando que é banhada pelo *Betis* (rio Guadalquivir). Nomeia a região de Bética, devido à designação do rio e Turdetânia pelo povo que a habita (III, 1, 6).

Mais adiante identifica a Turdetânia com uma região mais vasta entre o cabo sagrado e as colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar), e nesse contexto é feita referência à costa que é marcada pelos estuários dos rios, em grande medida navegáveis (III, 2, 4). Quando se refere às populações inclui também na Turdetânia os povos que ocupam as regiões a ocidente do *Anas* e muitos outros (III, 2, 1). A diferente apresentação dos limites da Turdetânia tem sido explicada pelos reajustes que à data tiveram lugar nas próprias fronteiras provinciais «De esta manera la Turdetania en sentido amplio, aquella que trespasa la frontera natural del Guadiana – y que habría que poner en relación con una Lusitania al norte del Tajo (III, 3, 3) – seria el reflexo de las modificaciones en las fronteras provinciales del 27 a.C.; en cambio, la Turdetania en sentido estricto, que absorbe a los bástulos pero se queda en el Guadiana, habría que leerla como la Hispania Ulterior Baetica tras las reformas del 7-2 a.C.» (Cruz Andreotti, García Quintela e Gómez Espelosín, 2007, nota 6, p. 164).

Os dados arqueológicos que mostram a partilha do mesmo esquema cultural em ambos lados do Guadiana no período pré-romano (Arruda, 1999-2000; 2002; 2003) e os passos estrabonianos têm justificado a inclusão do território hoje algarvio na Turdetânia (Arruda 1999-2000; Fabião, 1999, p. 34). Contudo, nos trechos seguintes parece ser novamente a Bética o território a que Estrabão se refere quando indica numerosas cidades, destacando que as mais importantes, devido ao comércio, se situam junto aos rios, aos esteiros e ao mar. O facto de não ser o sul da Lusitânia a região que mereceu descrições mais pormenorizadas por parte do geógrafo grego já tinha sido anteriormente destacado por Arruda e Gonçalves, sendo um facto que a sua atenção se centra sobretudo na Bética (1993, p. 455-458). Os recursos naturais dessa província, ainda que indicados de forma genérica correspondem à agricultura (com a exportação do trigo, vinho e azeite) e à exploração de preparados piscícolas e de recursos mineiros, destacando que as condições naturais da costa e dos rios seriam propícias à exportação dos excedentes e ao comércio (III, 2, 4).

Das cidades do actual Algarve, Estrabão apenas refere *Ossonoba*, ao indicar que os indígenas situaram as suas cidades junto aos esteiros dos rios, tal como *Asta*, *Nebrissa*, *Onoba* e *Mainoba* e muitas outras (III, 2, 5).

Com o domínio romano do território assiste-se à integração das comunidades indígenas em *oppida foederata*, *libera* e *stipendiaria*. Não existem, aparente-

mente, quaisquer fundações coloniais desta data ou de datas posteriores, nem existe qualquer elemento que aponte para que a ascensão de alguns *oppida* a município possa ter ocorrido na época de César.

Além das fontes escritas e dos dados que a arqueologia tem permitido reunir, a informação acerca das cunhagens monetárias do sul do actual território português constitui outro dado a considerar na geografia da distribuição do povoamento urbano em época republicana.

Nas diversas sínteses que A. Faria tem vindo a realizar acerca das cunhagens monetárias em território português e em particular na região algarvia são apontadas cunhagens de *Baesuri* (Castro Marim), *Balsa* (Torre de Ares), *Cilpes* (Silves), *Ipses* (Alvor), e *Ossonoba* (Faro) (Faria, 1995; 1997).

Inicialmente atribuídas à época da guerra civil entre Pompeio e César (49-44 a.C.), esta cronologia tem vindo a ser colocada em fases mais tardias da segunda metade do séc. I a.C. ou mesmo posteriores, devido à existência de moedas com recunhagem sobre exemplares anteriores (mais antigos). Não se confirma, portanto, a hipótese que V. Mantas chegou a defender, segundo a qual a maior parte dos *oppida* algarvios (*Baesuri*, *Balsa*, *Ossonoba* e *Ipses*) teria tomado o partido pompeiano o que explicaria, entre outros factos, o declínio de *Baesuri* e a escassez de *Iulii* no território algarvio (Mantas, 1997a, p. 286). Parece válida a interpretação de Amela Valverde que vê estas emissões como «elemento fraccionario» dos denários de prata destinados aos mercados locais (2004, p. 245)

Os trabalhos realizados desde 1983 sob direcção de Ana Margarida Arruda na área do Castelo de Castro Marim afastaram as dúvidas acerca da localização da ceca de *Baesuri* naquele local. Segundo A. Faria a cronologia para estes exemplares deve situar-se nos finais do séc. I a.C. ou mesmo nos inícios do século seguinte, aspecto que se deve ao facto de um dos exemplares corresponder a uma recunhagem sobre uma moeda de *Salacia* (Alcácer do Sal)(Faria, 1995, p. 143-144; 1997) podendo ainda acrescentar-se outra recunhagem sobre moeda de *Laelia* (Cerro de la Cabeza, Olivares – Sevilha) (Amela Valverde, 2004, p. 258). Por outro lado, a leitura e interpretação que Mowat fez do exemplar algarvio que ostenta a legenda do magistrado M(arcus) ANT(onius) ANT(ullus) ET CONL(legae) (1900, p. 17-24) tem sido contestada tendo por base o facto de a sigla ANT se poder desdobrar de outra forma. Assim Amela Valverde (2004) defendeu que a leitura correcta seria a apresentada por Gomes (1998) com a sigla M.AN.ANT.ET / CON, admitindo também Faria que os *tria nomina* do magistrado podem ter sido M. An(nius) Ant (1999c, p. 264).

São bastante raras as moedas conhecidas de *Baesuris*, ocorrendo tanto em chumbo como em bronze e ostentam no caso dos quadrantes de chumbo um ramo/espiga (?) e um barco estilizado e os asses de bronze exibem um peixe (Faria, 1997, p. 361-362). A difusão do nome *Esuri* em vez de *Baesuri* ficou a

dever-se a um erro na transcrição da grafia desta cidade no Itinerário de Antonino, e deve ser abandonado por ser incorrecto (Guerra, 2006).

A cidade de *Balsa* também cunhou moeda, não sendo claro, à luz dos dados arqueológicos disponíveis, qual a localização do *oppidum* pré-romano e da cidade republicana, uma vez que a área onde se implantou a cidade romana (Quinta de Torre de Ares e Antas) forneceu escassíssimos materiais destas etapas mais recuadas. A hipótese de transferência do topónimo de *Balsa* de Tavira ou do Serro do Cavaco para o local da Quinta de Torre de Ares tem sido levantada, mas carece ainda de confirmação (Arruda, 1999, p. 25; 2003; Mantas 1999, p. 138-139; 2003, p. 86; Maia, 2003, p. 59; Fabião, 2003b).

As cunhagens de *Balsa* são mais frequentes do que as de *Baesuri* e ocorrem entre outros locais, na Quinta de Torre de Ares e na Quinta do Pinheiro que lhe fica adjacente para oeste (Gomes e Gomes, 1983, p. 156). Trata-se, sobretudo, de trientes e quadrantes de chumbo, estando também identificado um *divisor* de bronze, sendo habitual mostrarem motivos relacionados com a temática marinha, seja um barco transportando uma árvore ou a figura de um golfinho ou de um atum (Faria, 1995, p. 144).

O único sítio algarvio citado por Estrabão, *Ossonoba* (Faro), também cunhou moeda estando representados exemplares de chumbo e asses de bronze, em que a temática marinha prevalece através da representação de embarcações e peixes (Faria, 1995, p. 150). Tal como sucede para as cunhagens de *Balsa* é apontada uma cronologia genérica do séc. I a.C., o que é compatível com o conjunto de cerâmicas republicanas identificadas no sítio como por exemplo a campaniense A e B de Cales, entre outras.

As restantes cunhagens conhecidas remetem para a região mais ocidental do território algarvio como sucede com a cunhagem de *Cilpes,* topónimo habitualmente identificado com a cidade de Silves ou com o Cerro da Rocha Branca (Faria, 1997, p. 364). A discussão acerca da localização de *Cilpes* e da eventual atribuição deste topónimo ao etnónimo *Cilibitani* da *Historia Naturalis* pliniana mantém-se viva e tem conhecido desenvolvimentos recentes (Alarcão, 2005a, p. 295; Guerra, 2006, p. 332-334).

Quanto à ceca de *Ipses*, pode relacionar-se com o sítio de Vila Velha de Alvor, objecto de intervenção arqueológica por T. Gamito, local onde se recolheram três exemplares de chumbo (Gamito, 1994b, p. 213-218). Apesar de se conhecerem actualmente diversos locais onde estas cunhagens ocorrem, a localização deste, e de outros sítios mencionados nas fontes ou nas cunhagens monetárias, só poderá ser confirmada com a descoberta de epígrafes em contexto arqueológico seguro.

As fases iniciais da presença romana no território português são normalmente associadas a movimentações militares reconhecidas através de determinados contextos arqueológicos, encontrando-se escassos relatos nas fontes escritas.

Para a vertente mais ocidental da *Ulterior* as fontes são relativamente silenciosas, assistindo-se a uma concentração dos esforços na área do Tejo e do Douro. A referência às movimentações que Décimo Júnio Bruto teria operado em 138 a.C. na linha do Tejo, têm sido entendidas como prova de que o sul do território hoje português já se encontraria pacificado nesta data. A referência de Plutarco a *Laccobriga*, num episódio enquadrado nas Guerras sertorianas, pode também ser evocada quando se aponta a identificação deste sítio com a região de Lagos ou mais concretamente com o Monte Molião (Arruda, 2007), embora esta hipótese esteja longe de ser consensual.

A reorganização territorial operada por Augusto na sequência da conquista definitiva do território integrou a região algarvia na província da Lusitânia. A fronteira entre esta e a Bética foi marcada pelo curso do Guadiana, limite que a sul não é objecto de contestação por parte dos diversos autores antigos que se lhe referem como Plínio e Pompónio Mela (**Figura 2**).

Se parece claro pela leitura de Estrabão que existiam afinidades entre o território que hoje corresponde ao Algarve e a actual Andaluzia, as diferenças entre as duas regiões parecem evidentes e a divisão entre a província da Luistânia e



Fig. 2 – Mapa da Península Ibérica com os limites da Lusitânia. Base Cartográfica (Carte, 1990).

da Bética mais não faz do que sancionar essa mesma diferença. De um lado encontrava-se uma região que, apesar de possuir uma série de núcleos urbanos e de estar plenamente integrada no âmbito cultural Mediterrâneo, não tinha merecido uma atenção especial por parte da máquina administrativa romana. A oriente do *Anas*, na província da Bética, igualmente resultante da *Ulterior* registava-se, aliada a uma intensa actividade agrícola e artesanal, centrada na produção e exportação de produtos alimentares (azeite, vinho e preparados piscícolas), a atribuição, ainda durante a República, de privilégios a uma série de cidades no curso do Guadalquivir.

A partir do reinado de Augusto, assiste-se à intensificação do desenvolvimento da urbanização e de um conjunto de actividades económicas como a exploração de recursos mineiros e agrícolas e as actividades relacionadas com a transformação dos produtos do mar.

As fontes que se referem nesta fase ao sul da Lusitânia descrevem os principais acidentes geográficos e assinalam as povoações antigas indicando por vezes o seu estatuto jurídico-adminsistrativo.

Pompónio Mela (III, 1, 7), autor originário de uma povoação próxima do estreito de Gibraltar e que escreveu nos meados do séc. I, refere a existência de dois promontórios o *Cuneus Ager* e o *Promontorium sacrum*. Sem indicar quaisquer distâncias na sua *De Chorographia* inclui no *Cuneus Ager* as cidades de *Myrtilis*, *Balsa* e *Ossonoba* e afirma que no *Promontorium sacrum*, se encontram *Lacobriga* e *Portus Hannibalis*. Quanto ao primeiro sítio, os trabalhos que se têm realizado no sítio do Monte Molião e nas suas imediações (Lagos) (Estrela, 1999; Sousa e Serra, 2006), local onde se desenvolve actualmente um projecto de investigação (Arruda, 2007; Arruda et al., 2008) mostram que o sítio teve ocupação durante a época romana no período republicano e alto imperial. Relativamente a *Portus Hannibalis*, tradicionalmente indica-se que se teria localizado em Portimão, embora A. Guerra afirme que, do ponto de vista linguístico, o topónimo derivaria antes de *Portus Magnus* ou *Portus Magonis* (Guerra, 2006, p. 336). Com a escassez de vestígios do período romano reconhecidos na áreas da actual cidade algarvia torna-se difícil tomar uma posição definitiva quanto a esta questão.

A obra mais relevante nesta época corresponde à *Historia Naturalis* de Plínio-o-Velho, na qual se descrevem aspectos administrativos, geografia e recursos naturais. Pela tradução de A. Guerra ficamos a saber que se situam «entre os promontórios Sacro e Cúneo, os ópidos de Ossónoba, Balsa e Mírtilis« (IV, 4, 116), indicando que Mértola era município de direito latino e que *Balsa* se encontrava entre os *oppida stipendiaria*, não sendo indicado o estatudo de *Ossonoba*.

Datada do séc. II, a obra de Cláudio Ptolemeu apenas se refere, na listagem de cidades e dos principais acidentes geográficos após a desembocadura do *Anas* (Guadiana), à cidade de *Balsa* e *Ossonoba* e ao Promontório Sagrado (II, 5, 1-7).

O contraste que se assinala na abundante epigrafia, designadamente na que documenta aspectos da vida institucional dos núcleos urbanos da vertente oriental e central do Algarve como Faro e *Balsa* é marcante quando se compara com o silêncio relativo aos núcleos urbanos a ocidente. Recorde-se a este respeito que foi já nas primeiras décadas do séc. XX que a identificação, no largo da Sé de Faro, de vestígios do *podium* de um templo pertencente certamente ao forum associado a epigrafia onde se menciona a CIVITAS OSSONOB(ensis) (IRCP[1] 7) se desfez definitivamente o equívoco que colocou durante séculos a cidade de *Ossonoba* no sítio de Milreu (Estói).

São igualmente relevantes os testemunhos epigráficos que Estácio da Veiga recolheu, ainda no séc. XIX, na Quinta de Torre de Ares e das Antas, local onde se implantou a antiga *Balsa* (Veiga, 1866). Mais uma vez estamos perante dados epigráficos inquestionáveis que permitem relacionar um sítio arqueológico, mesmo que não tenha sido objecto de trabalhos arqueológicos sistemáticos, com uma determinada cidade mencionada nas fontes antigas e com as respectivas cunhagens monetárias. A epígrafe que refere [EX DECRETO DECVRI?]ONVM · R(es) · P(ublica) BALS[ENSIVM?] (IRCP 75) é particularmente relevante neste contexto, sendo provável que figurasse num edifício público de grandes dimensões.

O Itinerário de Antonino constitui outra fonte relevante, mencionando-se as diferentes localidades que seriam servidas pelo sistema viário romano e a distância entre elas. Entre as vias do Algarve romano, destaca-se a via principal que seguia junto à costa, de *Baesuri* a *Ossonoba*, sendo provável que continuasse até ao extremo ocidental, até ao cabo de S. Vicente, embora o documento seja omisso a este respeito. De *Baesuri* o itinerário indica que a via que se desenvolvia para Norte para *Pax Iulia*, passava por Mértola. A existência desta via, designada «*per compendium*» por se tratar do percurso mais curto entre duas localidades, tem sido contestada por diversos autores (Alarcão, 1988, p. 101; Torres, 1992; Lopes, 2006, p. 50), baseando-se na navegabilidade do Guadiana que dispensaria uma estrada por terra entre Mértola e *Baesuri*. No entanto, segundo V. Mantas (1997b, p. 315) e A. Guerra (2006) este percurso existiu (**Figura 3**).

Outra via principal dirigia-se certamente de Faro para Norte, passando por S. Brás de Alportel e daí, segundo V. Mantas, passaria a serra algarvia em direcção a Almodôvar (1997b, fig. 2). Outra hipótese recentemente avançada considera a existência de um eixo viário que partia da via litoral, perto de Almansil em direcção a norte, para Salir, servindo Loulé (Rodrigues, 2004, p. 47)

Os dados epigráficos são igualmente elucidativos quanto ao principal eixo viário litoral. O marco miliário incompleto encontrado em Canadas de Bias indi-

[1] IRCP= ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do conventus pacensis: subsídios para o estudo da romanização*, 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.



Traçado aproximado das vias romanas do Algarve, segundo Mantas (1997b), Alarcão (1988b) e Rodrigues (2004), (adaptado).



Fig. 3 – Mapa das vias romanas do Algarve, segundo Alarcão (1988b); Mantas (1997b, Fig. 2) e Rodrigues (2004). Base cartográfica segundo Mantas (1997b). Adaptado.

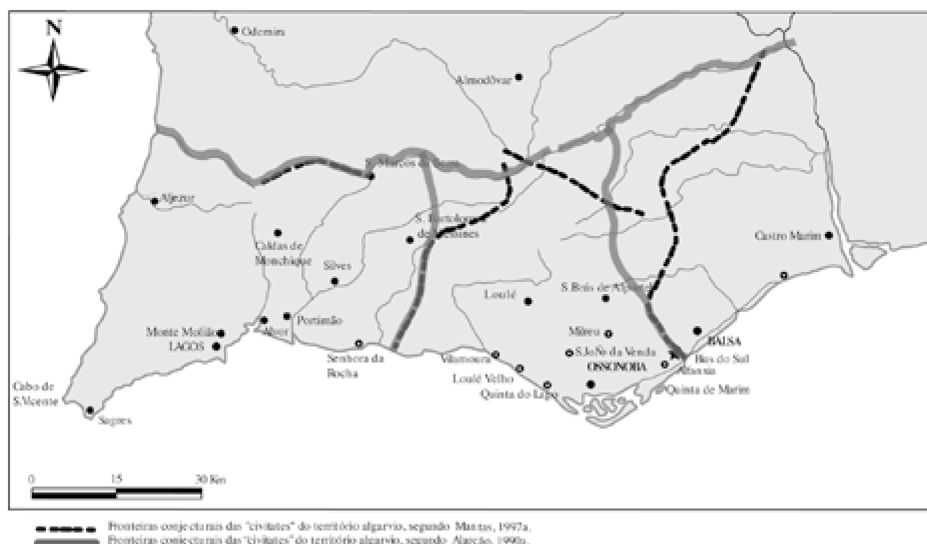


Fig. 4 – Limites das *civitates* do Algarve romano, segundo Alarcão, (1990, Fig. 1) e Mantas (1997a, Fig. 2). Adaptado.

caria o local da via que partia de *Baesuri* para *Ossonoba*, assinalando as 10 milhas a partir de *Ossonoba* «[ ] /AVG(usto) · PONTIFICI ·M/AXIMO / M(ilia) P(assuum) X»(IRCP 660). A cronologia júlio-cláudia ou mesmo possivelmente augustana que lhe é atribuída, demonstra a importância que o estado romano atribuiu à

região algarvia logo nos inícios do séc. I (IRCP, p. 720). Por outro lado, este marco estabelece também o limite entre o território das *civitas* de *Balsa* e *Ossonoba* (Alarcão, 1990; Mantas, 1990, p. 184). Efectivamente, independentemente do significado que se possa atribuir à instituição que a *civitas* constituiu, parece haver unanimidade relativamente à existência de três *civitates* em território algarvio. Assim, além de *Balsa* e *Ossonoba*, considera-se plausível que tenha existido outra *civitas* na área ocidental, em Lagos ou Silves, com maior peso para esta última (Alarcão, 1990, p. 22) (**Figura 4**).

A propósito de Castro Marim, deve referir-se ainda a crónica de Al Himiari, geógrafo árabe que indica Marsa Hasime (Castro Marim ?) como tratando-se de uma «(...) antiga fortaleza onde existem velhas ruínas como uma grande igreja construída sob o reinado de César Diocleciano.» (Coelho, 2008, p. 44). Estes dados, juntamente com a referência do Itinerário de Antonino apontam para uma continuidade de ocupação de *Baesuri* no período Baixo Imperial, fase que não se encontra documentada no Castelo de Castro Marim.

A informação que o Anónimo de Ravena transmite sobre os eixos viários coincide, em grande medida, com o Itinerário de Antonino, referindo-se, no entanto, a uma *statio sacra* entre *Balsa* e *Ossonoba*, que tem suscitado diferentes interpretações por parte dos investigadores. Estácio da Veiga identificou este local com a Quinta de Marim (Olhão), onde recolheu inúmeras epígrafes e onde escavou uma ampla área cemiterial, além de várias construções entre as quais um templo (Santos, 1972, p. 249-286). Leite de Vasconcelos colocou a *statio sacra* no *promontorium sacro* (1905, p. 198) mas a hipótese de Quinta de Marim foi recentemente reabilitada por D. Graen com base em trabalhos que desenvolveu no sítio (2007, p. 275-288). Já V. Mantas interpreta a localização que o Anónimo de Ravena faz da *statio sacra* como sendo um engano (1997b, p. 315). Para J. de Alarcão, independentemente da sua localização, a chave para a compreensão desta questão reside no facto do sítio ter adquirido importância apenas a partir da época bizantina e não no período romano (2005a, p. 301 e 302).

Entre os acontecimentos que podem ter tido influência na vida das populações algarvias, J. Alarcão destaca o ataque Mauro à Mauritânia em meados do séc. II, cuja resposta militar romana teria levado ao desenvolvimentos das cidades de *Ossonoba* (1988, p. 29). Posteriormente, os anos de 171/173 ficariam marcados por novas incursões mauras desta vez em território peninsular, sendo difícil avaliar o impacto que terão tido no sul da Lusitânia (Keay, 1988, p. 173). Contudo, parece certo que afectaram cidades béticas como *Italica* e *Singila Barba* e terão levado mesmo à construção de muralhas defensivas em *Munigua* (Silliéres, 1995, p. 59). Os finais do séc. II ficam ainda marcados pela usurpação de Clódio Albino, pelos levantamentos a seu favor e pela repressão que se lhe seguiu por parte do imperador Septimio Severo, com consequências difíceis de avaliar.

O dinamismo da cidade de Faro em época tardia está atestado, entre outros aspectos, pelas inscrições em que os cidadãos homenageiam os imperadores Valeriano e Aureliano e, numa época um pouco posterior, o governador da Lusitânia Aurélio Ursino (IRCP 3, 4 e 5). Por outro lado, deve recordar-se também a referência da participação de um bispo de *Ossonoba*, *Vicentius* no concílio de Elvira, no que tem sido entendido como «o primeiro grande acontecimento cristão da Hispânia do séc. IV» (Maciel, 1996, p. 37), constituindo, simultâneamente, um sinal da importância da comunidade cristã na cidade (Jorge, 2002).

Desconhece-se de que modo é que os ataques suevos terão afectado o sul da Lusitânia, mas V. Mantas atribui-lhes importância no abandono de *Balsa*, estando igualmente documentadas incursões na Bética e a tomada de Mértola em 440 (1990, p. 199). A instabilidade do séc. V é também testemunhada através de tesouros monetários, de que se conhecem alguns exemplos em território algarvio (Inácio, 2005, p. 11).

Segundo H. Catarino, as lutas entre suevos e visigodos não tiveram grandes consequências no território algarvio, devendo assinalar-se que, segundo as fontes escritas, a cidade de *Ossonoba* esteve sob domínio Bizantino, ainda que por um período relativamente curto (Catarino, 2002, p. 30). O representante do imperador Bizantino, Cesário, teria dominado a cidade até 624, altura em que os Bizantinos terão sido expulsos do território peninsular, pela mão do rei visigodo Suintila. A investigadora justifica ainda a presença Bizantina na costa algarvia, relacionando-a com a ausência de bispos de *Ossonoba* nos concílios visigóticos entre 589 e 653, retomando a sua frequência a partir da segunda metade do século VII (Catarino, 2002, p. 30).

A reunificação administrativa operada pelos reis visigodos teve lugar durante o reinado de Recesvindo e a chamada divisão de Vamba, documento que marcaria as dioceses da *Hispania* sob domínio visigótico e cuja autenticidade se discute, dataria das últimas décadas do séc. VII (Catarino, 1999, p. 61).

2. O CONSUMO DE CERÂMICA DE MESA E DE PRODUTOS ALIMENTARES TRANSPORTADOS EM ÂNFORAS EM OSSONOBA, BALSA E BAESURI NO PERÍODO ROMANO E POSTERIOR.

2.1. Pressupostos teóricos e metodológicos: potencialidades e limitações do estudo dos conjuntos cerâmicos

Tendo a nossa análise recaído sobre conjuntos cerâmicos (cerâmica de mesa importada e ânforas) cujo potencial informativo é indiscutível, pareceu-nos, contudo, necessário elencar algumas das limitações que estes materiais encerram.

O estudo dos conjuntos anfóricos pode oferecer inúmeros dados para o conhecimento da economia e do consumo de produtos alimentares na antigui-

dade, no entanto encerra também limitações que não se devem desprezar. No caso concreto deste trabalho, é importante começar por dizer que desconhecemos a representatividade da amostra que estudámos face ao número total de ânforas que qualquer um dos sítios terá utilizado, consumido ou descartado. É certo que estamos perante conjuntos relevantes, pelo seu número, mas o desconhecimento que temos face à topografia urbana e ao significado funcional das áreas escavadas, levam-nos a ter alguma prudência na interpretação dos dados apresentados. O estudo de outras categorias cerâmicas, como a *terra sigillata*, mostrou, por exemplo, em Faro e *Balsa*, que diferentes sectores ou áreas escavadas apresentavam perfis de importação diferenciados, quando não antagónicos, dentro do mesmo núcleo urbano. O estudo das ânforas de *Balsa* também confirmou estas observações.

Outro aspecto que tem vindo a ser destacado diz respeito à deposição dos resíduos e às suas consequências na conservação do registo arqueológico, bem como ao aparente decréscimo do consumo nas cidades, a partir do séc. II. As observações de S. Martin-Kilcher a propósito dos contextos que estudou em Augst e KaiserAugst, na actual Suiça (Martin-Kilcher, 1987; 1994), e em Cartago, na Tunísia, apontam para a necessidade de se proceder a uma verdadeira crítica internadas fontes arqueológicas (Martin-Kilcher, 2005, p. 202-207). As questões levantadas prendem-se, sobretudo, com as diferentes funções das áreas da cidade romana, o modo como os resíduos permanecem no solo, como foram escavados, além da forma como foram quantificados. Assim, a investigadora suíça destaca que «It goes without saying that the history of a building or a settlement considerably influences the deposition of waste, the main source of archaeological material» (Martin-Kilcher, 2005, p. 204). Outro aspecto a ter em consideração diz respeito ao modo como os resíduos eram descartados. O destino de parte importante dos lixos pode ter sido o mar ou rios próximos das áreas habitacionais. Felizmente para os arqueólogos e para a conservação do registo arqueológico, a cerâmica não era reciclável, como sabemos o foram o vidro ou o metal (Martin-Kilcher, 2005, p. 206). Mas, no caso das ânforas, torna-se necessário chamar a atenção para o facto de se conhecerem diversas formas de reutilização dos recipientes, depois de cumprida a sua função inicial, como material de construção, em contextos de sepulturas, ou outros.

Por outro lado, sabemos também que outros contentores, e não apenas as ânforas, transportaram produtos alimentares no quadro do comércio a longa distância. Referimo-nos aos barris, *dolia* ou mesmo os odres, que estão documentados em outros contextos, além de outros recipientes cerâmicos de menores dimensões. Os dados de Vindolanda, por exemplo, sítio militar da Grã-Bretanha, mostram que a percentagem de produtos importados se altera de forma significativa, quando se consideram as importações de produtos transportados em

barris (Marlière e Torres Costa, 2005, p. 214-236). M. Ponsich refere que determinados preparados piscícolas de maior valor económico, como o *garum*, não seriam transportados em ânforas, mas sim em recipientes cerâmicos de menores dimensões, recipientes esses que devem procurar-se entre as formas de cerâmica comum, como adiante se referirá (Ponsich, 1988).

Afirmar que a cerâmica constitui um reflexo da economia antiga e, por outro lado, referir que a sua importância no quadro do comércio antigo é ainda hoje difícil de avaliar com precisão pode parecer contraditório mas corresponde à realidade. Efectivamente, como mencionou R. Tomber «Pottery is only indirectly important to the economy, and this also applies to its relationship with long distance maritime trade, for pottery usually reflects trade rather than generating it» (Tomber, 1993, p. 143).

Na abordagem à economia antiga, pode reconhecer-se, por um lado, a comercialização que teve por base um âmbito institucional e por outro lado o comércio dito livre. Na primeira modalidade enquadra-se o abastecimento à cidade de Roma e aos contingentes militares instalados nas fronteiras do Império, como o *limes* germânico ou a Britânia, um mecanismo que na antiguidade foi designado por *annona*. Seguindo frequentemente as mesmas rotas, desenvolveu-se um comércio livre, que se baseou numa complexa rede de trocas comerciais à escala interprovincial.

Relativamente à *terra sigillata* (de tipo itálico, hispânica e sudgálica), existem alguns aspectos que merecem discussão. Desconhecemos que valor exacto lhe era atribuído na Antiguidade, uma vez que a sua ampla difusão parece poder contradizer a noção de que esse produto teria um carácter semi luxuoso. Como tem sido defendido, a distribuição da *sigillata* sudgálica não se pode relacionar, directamente, com o abastecimento aos contingentes militares. Pelo contrário, segundo A. Mees, «L'écoulement de la marchandise semble s'être déroulé selon le principe suivant: la commercialisation s'effectue là où il y a de l'argent.» (2007, p. 153). Quanto ao papel que se atribui à *terra sigillata* enquanto indicador económico, desconhecemos qual a percentagem exacta da *terra sigillata* face às restantes cerâmicas utilizadas à mesa, e ainda não dispomos de estudos suficientes que permitam aferir, com alguma precisão, da maior ou menor capacidade económica dos diferentes sítios estudados. Do mesmo modo, torna-se impossível estabelecer uma relação directa entre estes produtos e o quantitativo populacional de uma região ou lugar. Apesar do que se afirmou, considera-se que a evolução das importações destas de cerâmicas constitui um bom indicador acerca dos ritmos da capacidade económica das comunidades que consumiram este tipo de produtos. Neste caso, essa observação dos ritmos e padrões de importação registados podem ser comparados e constituir um elemento, a juntar a outros, na leitura da dinâmica evolutiva dos núcleos urbanos estudados.

2.2. Breve caracterização do contexto arqueológico dos materiais estudados

Os conjuntos cerâmicos objecto de estudo são provenientes de intervenções arqueológicas de características muito diferentes, realizadas segundo metodologias também diversas. O registo arqueológico é também desigual e se dispomos de informações detalhadas acerca dos trabalhos que decorreram no Castelo de Castro Marim e as escavações mais recentes de Faro, o mesmo não sucede com os restantes sítios. Trata-se, em qualquer das situações, de conjuntos de dimensão considerável e com um enorme potencial informativo, que permitem estabelecer determinados padrões da vida económica e reconhecer os ritmos da sua evolução. Não nos detemos na descrição pormenorizada das estruturas arqueológicas identificadas nem das unidades estratigráficas, uma vez que essa documentação será objecto de publicação mais extensa (Viegas, 2011).

Relativamente à cidade de Faro, os materiais são provenientes de duas intervenções que tiveram lugar em áreas distintas da cidade. Por um lado, a área onde se recuperou o mosaico do Oceano em 1976, cujo estudo dos materiais havia sido

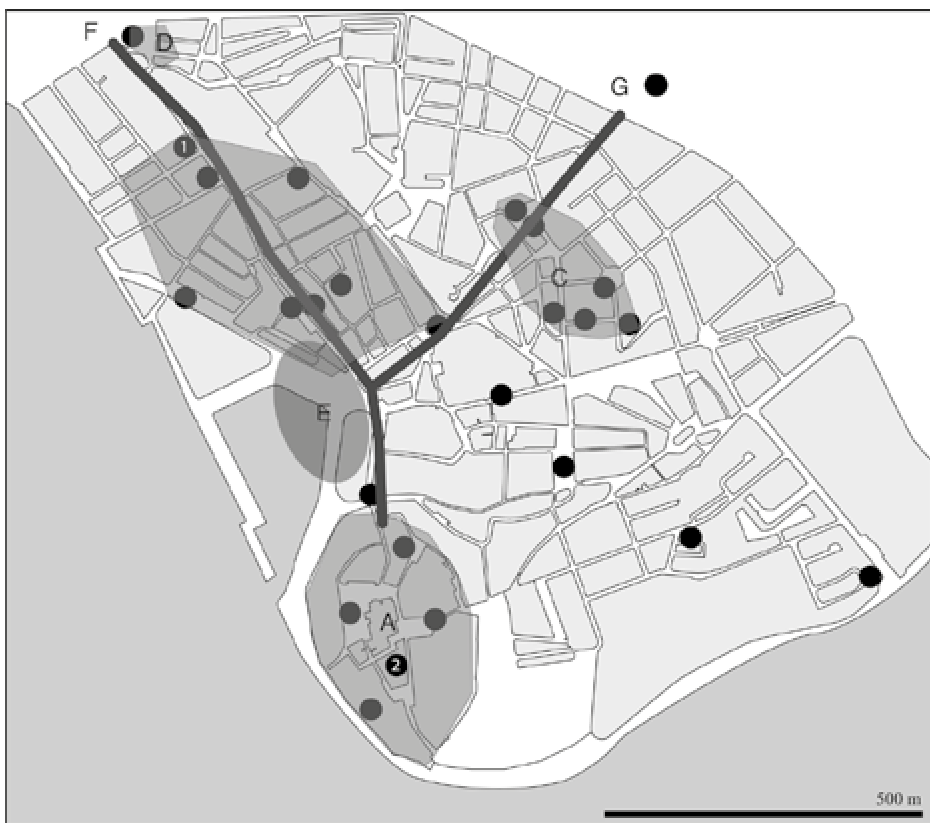


Fig. 5 – Faro. Localização dos diversos achados do período romano. Áreas estudadas: 1. Mosaico do Oceano; 2. Museu Municipal.
Componentes da cidade antiga: A – área monumental; B – área residencial/artesanal; C –necrópole Norte; D – Necrópole ocidental; E – Área portuária; F – via para *Laccobriga*; G – via para *Balsa*.

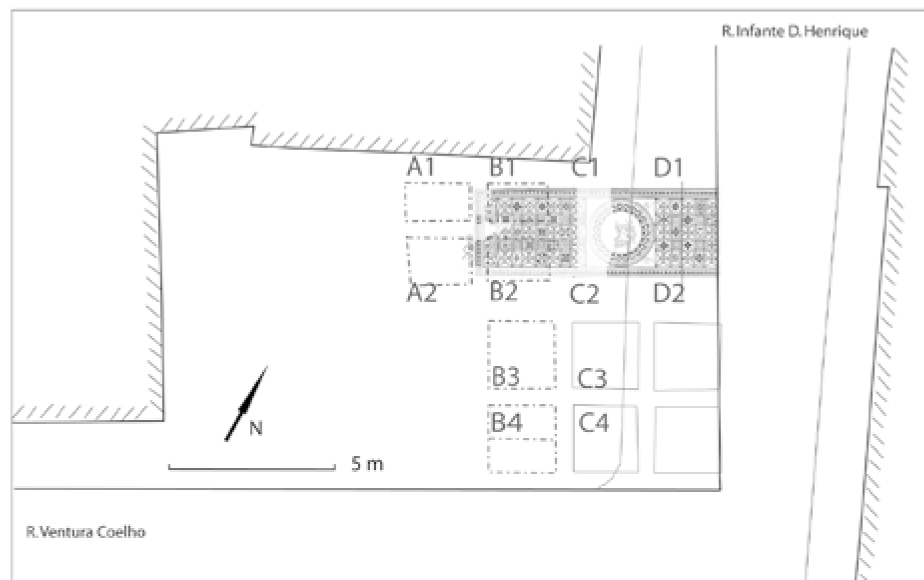


Fig. 6 – Faro. Sondagens da intervenção do mosaico do Oceano.

por nós iniciado no quadro da colaboração no projecto *Corpus* dos Mosaicos do Sul de Portugal, e, por outro, a intervenção arqueológica de carácter preventivo que teve lugar nas instalações do Museu Municipal (**Figura 5**).

A escavação suscitada pela identificação do mosaico do Oceano corresponde a uma intervenção de emergência realizada em 1976, por M. Maia e M.L.E.V.A. dos Santos, realizada após a acção dos técnicos do Museu Monográfico de Conímbriga que procederam ao seu levantamento. Ao contrário do que sucedeu com o restauro, não se dispõe de relatório dos trabalhos arqueológicos ou de qualquer caderno de campo e a informação acerca da proveniência dos materiais teve por base as etiquetas que acompanhavam os materiais. No decurso dos nossos trabalhos localizaram-se nos arquivos do MNA outros elementos como as fotografias realizadas em 1976 por J. M. Bairrão Oleiro, assim como desenhos de cortes e plantas da escavação da autoria de Dario de Souza, desenhador do MNA (**Figura 6**).

As dificuldades no estabelecimento da sequência estratigráfica foram minoradas pela participação da Dra Adília Alarcão que mantinha ainda recordação de alguns trabalhos, o que possibilitou um melhor enquadramento dos materiais recolhidos nos anos 70.

Os conjuntos cerâmicos recolhidos mostram que esta área da cidade foi ocupada entre os meados do séc. I e o terceiro quartel do séc. V d.C. As estruturas encontradas sob o mosaico possuem a mesma orientação que as posteriores e as suas características apontam para que se trate de uma área habitacional onde se implantou, nos finais do séc. II ou inícios do seguinte, um edifício de maiores dimensões cujo pavimento em mosaico ostenta a figura do deus Oceano.

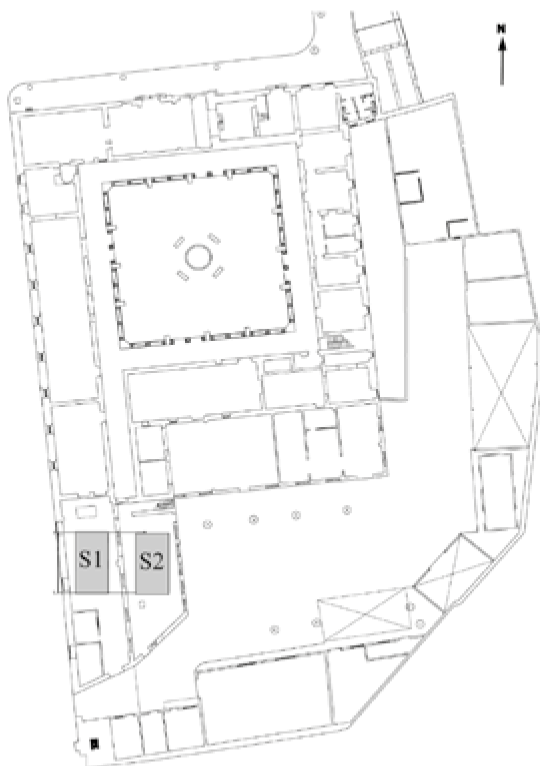


Fig. 7 – Faro. Museu de Municipal e localização das sondagens.

Os trabalhos arqueológicos que originaram as duas sondagens efectuadas nas instalações do Museu Municipal de Faro (que correspondem a uma área de 4x8 e 4x8m) foram determinados pelo projecto que estava previsto realizar naquele local. A escavação decorreu entre Abril e Dezembro de 2001 e Fevereiro e Março de 2002 sob a direcção de Dália Paulo e Nuno Beja e resultou numa sequência estratigráfica bastante complexa, com uma potência de 6m de altura. Os dados dos relatórios de progresso (Paulo e Beja, 2002; 2003) e da restante documentação do registo de campo foram completados com os inventários das cerâmicas que realizámos com a Dr.ª Elisa Sousa, quando se procedeu à selecção das cerâmicas da Idade do Ferro e do período romano. O estudo do conjunto anfórico pré-romano foi realizado no trabalho publicado por A. M. Arruda, P. Bargão e E. de Sousa (2005, p. 177-208), tendo a cerâmica de Kuass sido posteriormente objecto de análise por parte de E. de Sousa (2009).

Para sintetizar, a maior parte dos materiais originários das sondagens do Museu de Faro que foram objecto de estudo neste trabalho encontravam-se em níveis de deposição secundária e em outros bastante revolvidos pela ocupação medieval e moderna. A interpretação da funcionalidade das diferentes unidades estratigráficas identificadas ficou igualmente condicionada pela reduzida área

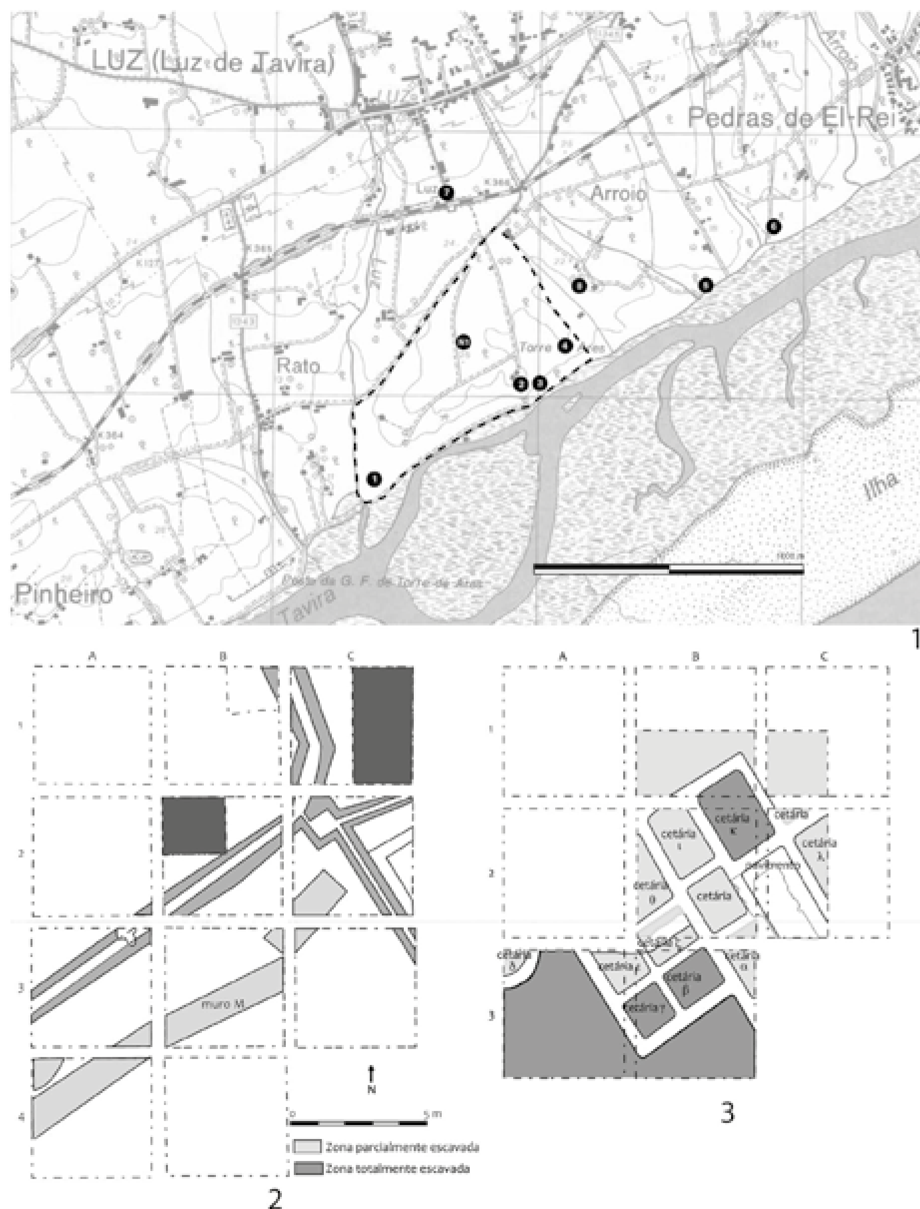


Fig. 8 – *Balsa*. 1. Carta 1:25:000 com a localização aproximada da Quinta de Torre de Ares e dos principais achados de época romana. 1- Possível estrutura portuária, segundo Mantas (2004, fig. 11, p. 405); 2 – Casa principal da Quinta de Torre de Ares (Forum?); 3 – Intervenção de 1977 (estrutura habitacional?, cetárias, canalizações); 4- Estruturas identificadas por Estácio da Veiga (habitação/termas?); 5 – Quinta das Antas (cetárias); 6 – Arroio. Necrópole (?); 7 – Horta do Ramos (mosaico); 8 – Quinta das Antas (inscrições que referem o circo). Localização provável;

N1 – Necrópole Norte de *Balsa* (localizações aproximadas).

2. Sector 1, segundo M. e M. Maia 1978.

3. Sector 3, segundo M. e M. Maia 1978.

escavada e também pela presença de estruturas modernas ou outras relacionadas com o antigo convento que existiu naquele local. Apenas na sondagem 1 foi possível registar algumas UE que se atribuíram ao período romano republicano e que se encontravam relativamente bem preservadas. Na sondagem 2, a perturbação provocada em época medieval e moderna atingiu os níveis mais profundos. Algumas das estruturas identificadas foram interpretadas como tendo pertencido à fase anterior à construção do Convento de Nossa Senhora da Assunção, datado de 1590 (**Figura 7**).



Fig. 9 – Castro Marim. Localização dos sectores escavados, segundo Arruda *et al.*, 2006.

Os materiais provenientes de *Balsa* (Torre de Ares) que se estudaram neste trabalho são provenientes das intervenções arqueológicas realizadas sob direcção de M. e M. Maia em 1977. Na caracterização das camadas arqueológicas escavadas seguiram-se as informações do relatório existente nos arquivos do IGESPAR (Maia e Maia, 1978) e as referências das etiquetas que acompanhavam os sacos com materiais (**Figura 8**). Nem sempre a conjugação desta informação foi fácil, pois existem por vezes camadas referidas no relatório sem que tenha sido possível encontrar a sua correspondente nas etiquetas dos materiais depositados no MNA.

As áreas escavadas correspondem ao sector 1, onde se identificou um conjunto de canalizações; o sector 2 é formado por cetárias que foram parcialmente escavadas e o sector 3, onde se detectaram muros que foram identificados como pertencentes a uma área habitacional.

De referir ainda que uma parte do espólio desta intervenção tinha já sido objecto de publicação por parte de J. Nolen, juntamente com material originário das recolhas efectuadas no séc. XIX por Estácio da Veiga (Nolen, 1994; Fabião, 1994). Como J. Nolen já tinha referido, de acordo com os materiais estudados, encontramo-nos perante uma ocupação que se iniciou no período de Augusto

(Nolen, 1994). Quanto à data de abandono desta cidade, o estudo do conjunto da *terra sigillata* clara D permite avançar até aos finais do séc. VI ou mesmo os inícios do séc. VII (Viegas, 2006).

As escavações do Castelo de Castro Marim integraram o projecto de investigação dirigido desde 1983 por Ana Margarida Arruda. Foram realizadas, até à actualidade, oito campanhas de escavação, nos anos de 1983 a 1988 e, posteriormente, nos anos de 2000 a 2003 (Arruda, 2000, p. 4-16 e 4-17; Arruda *et al.*, 2003) (**Figura 9**). Com uma ocupação que remonta à Idade do Bronze e apresentando inúmeras estruturas pertencentes à Idade do Ferro, nomeadamente ao período orientalizante, de acordo com os dados dos materiais exumados na área do Castelo de Castro Marim, o sítio terá sido abandonado em época romana nos finais do séc. I ou inícios do séc. II sendo, posteriormente, reocupado em período medieval.

Os materiais do período romano republicano e alto imperial encontraram-se presentes em todas as áreas escavadas, embora estejam, em muitos dos casos, nos níveis mais recentes, de aterro, de época moderna ou em entulhamentos de época contemporânea. Destaque-se, pelas suas características, o depósito datado do período republicano, mais especificamente entre 50 e 30 a.C. (Arruda, 1988), que corresponde a uma grande concentração de cerâmicas que se interpretou como um depósito ou uma lixeira, não só pela grande concentração e elevada quantidade de materiais cerâmicos, abundante fauna mamalógica e malacológica, mas também por ser uma realidade que se formou num período relativamente curto e estende-se, nos limites que hoje conhecemos, por uma área de cerca de 96 m^2.

2.3. A cerâmica Campaniense

Um dos aspectos a destacar de imediato é a relevância, em termos qualitativos e quantitativos, dos conjuntos de cerâmica campaniense de Faro e de Castro Marim, ambos na ordem das centenas de fragmentos, registando um número de peças classificáveis igualmente expressivo (**Figura 10 e Anexo 1**). Como se verá, à excepção dos dados disponíveis para Mértola (Luís, 2003a), e dos que sabemos estarem inventariados da Alcáçova de Santarém, não existe registo, no território nacional, de amostras tão significativas. Em Torre d'Ares (Tavira), J. Nolen identificou apenas duas peças de campaniense «B-oide» (Nolen, 1994) e M. Maia refere igualmente a presença de «pequenos fragmentos de cerâmica campaniense B» (Maia, 1987, vol. 2, p. 45 e 46).

A cerâmica campaniense de Faro remete-nos para as fases iniciais da presença romana no território hoje português. Através das formas de cerâmica campaniense A, originária do Golfo de Nápoles, podemos apontar que o início destas importações terá ocorrido em meados do séc. II a.C., cronologia que se obteve pela presença das formas Lamb. 27, 28, 31, 33, 36 e 55. No decorrer do

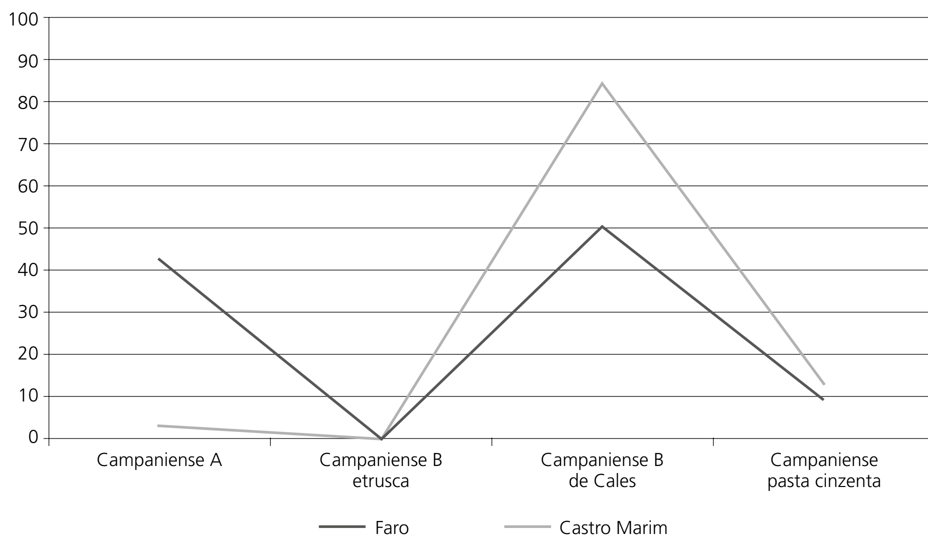


Fig. 10 – Comparação da percentagem de campaniense de Faro e Castro Marim/NMI.

séc. I a.C. esta importação continuou, pois encontram-se representados determinados tipos que são considerados da fase mais tardia da produção, como a Lamb. 5, 5/7, 6 e 8 (**Figura 11**[2]).

Durante o séc. I a.C., a cidade encontra-se igualmente a receber campaniense B, originária muito possivelmente de Cales, no norte da Campânia. As formas representadas neste conjunto correspondem às mais comuns desta categoria cerâmica, designadamente a forma Lamb. 1 e 5 que apontam para uma datação centrada no séc. I a.C. Apesar da produção calena se encontrar identificada na actual Andaluzia através de exemplares que apontam para as fases mais antigas desta produção (do séc. II a.C.) (Ventura Martínez, 2000, p. 186-187), estas peças com a sua característica decoração em relevo não estão presentes no sudoeste da Península Ibérica.

A cerâmica campaniense B proveniente da Etrúria encontra-se ausente do conjunto de Faro embora esteja presente em Castro Marim, sendo aí rara, e encontrando-se também atestada nos conjuntos de Córdova e Sevilha (Ventura Martínez, 2000, p. 177-215) (**Figura 12 e 13**).

Ainda durante o séc. I a.C. encontra-se uma escassa percentagem de cerâmica que designámos de campaniense de pasta cinzenta e engobe cinzento ou negro em Faro e Castro Marim. Conscientes que sob esta designação se encontram materiais com características bastante diversificadas, julgamos poder identificá-las, ainda que com alguma reserva, com produções que têm a sua origem no vale do Guadalquivir (Adroher Auroux e López Marcos, 2000, p. 149-176; Ventura

[2] A numeração das peças refere-se a Viegas (2011).

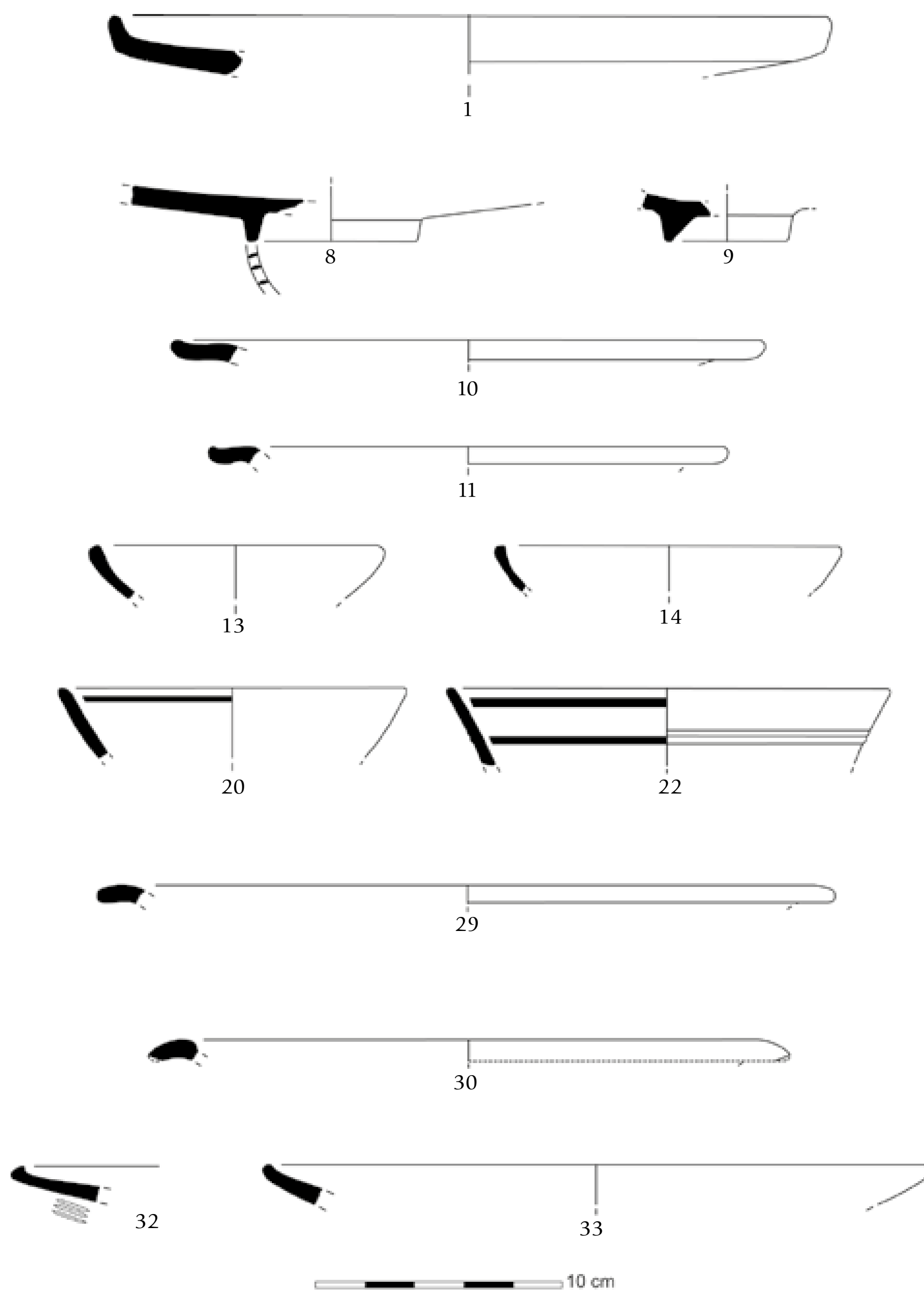


Fig. 11 – Faro. Cerâmica campaniense A.

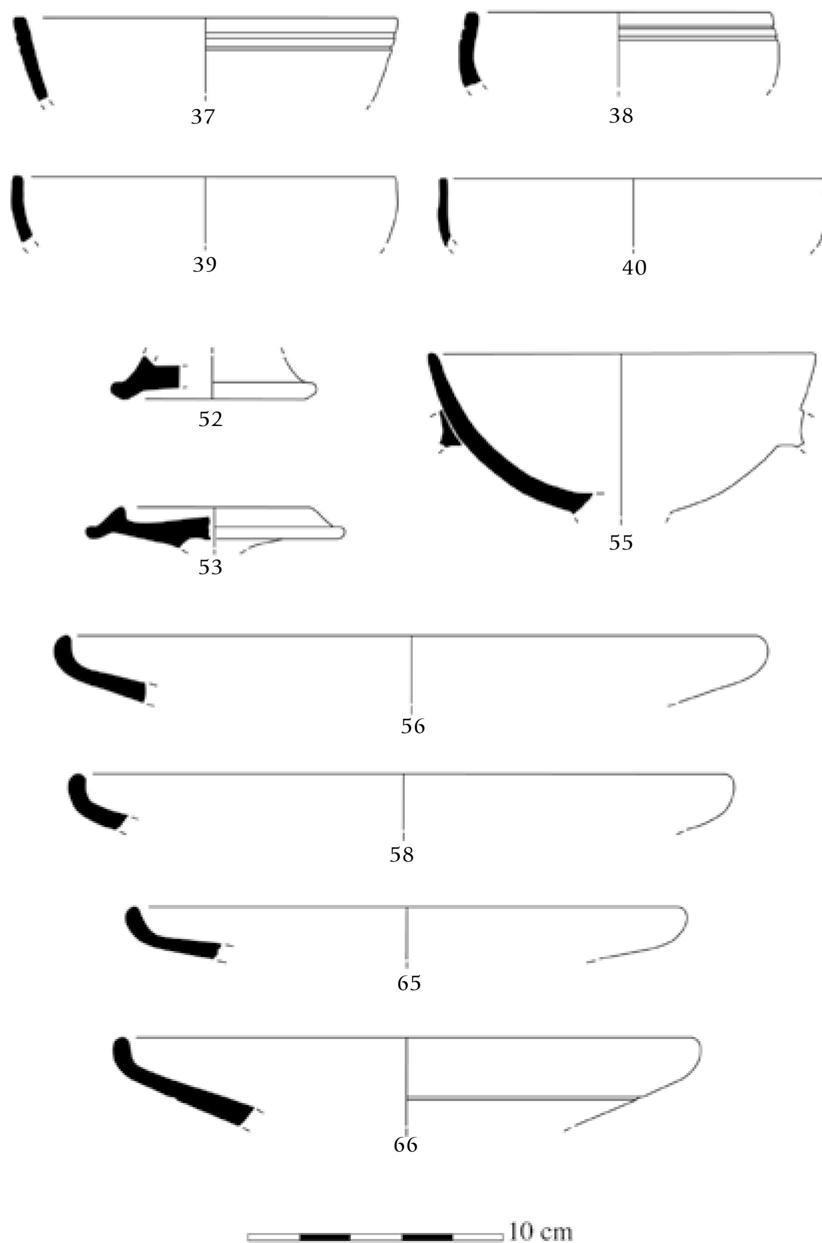


Fig. 12 – Faro. Cerâmica campaniense B de Cales.

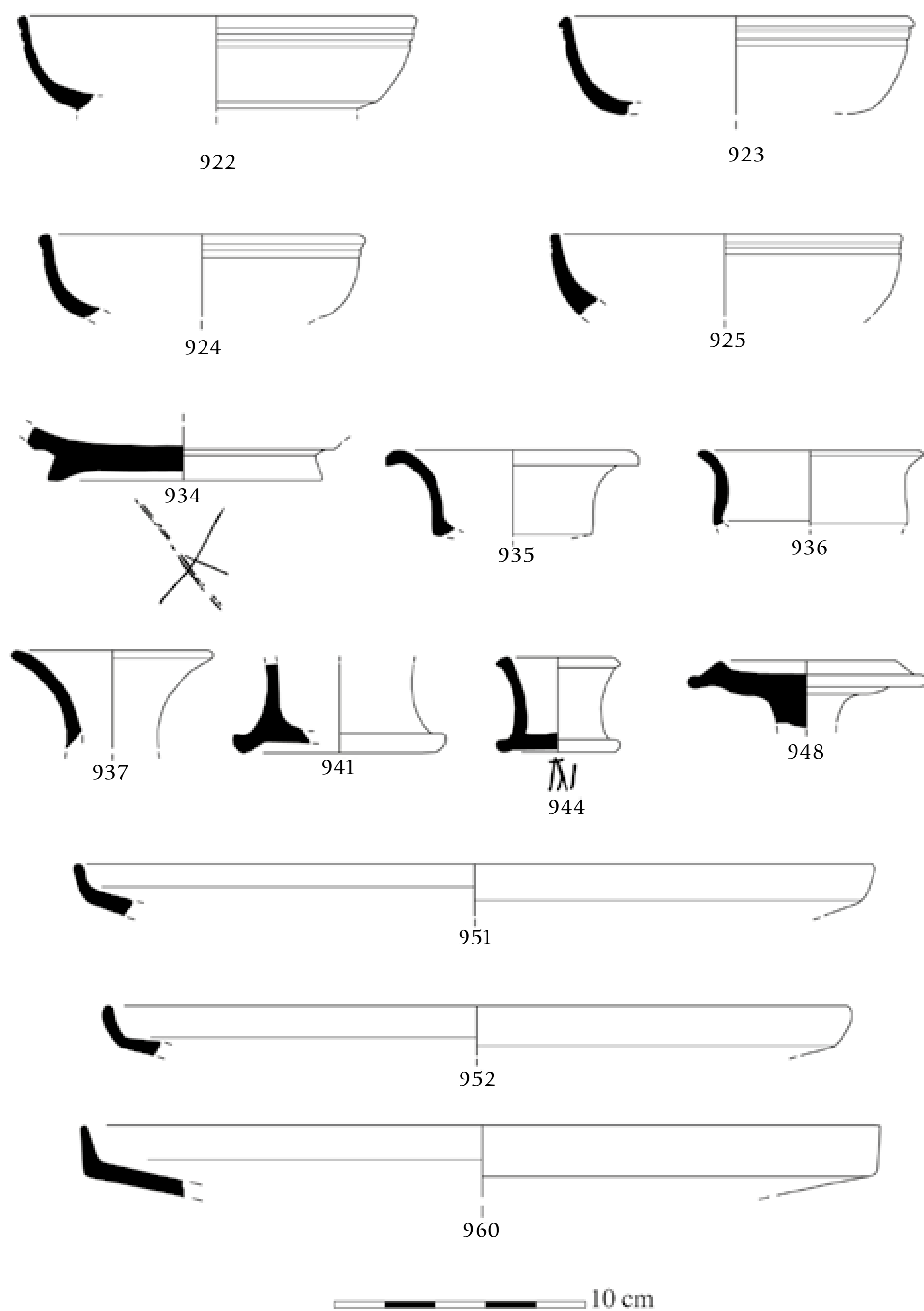


Fig. 13 – Castro Marim. Cerâmica campaniense B de Cales.

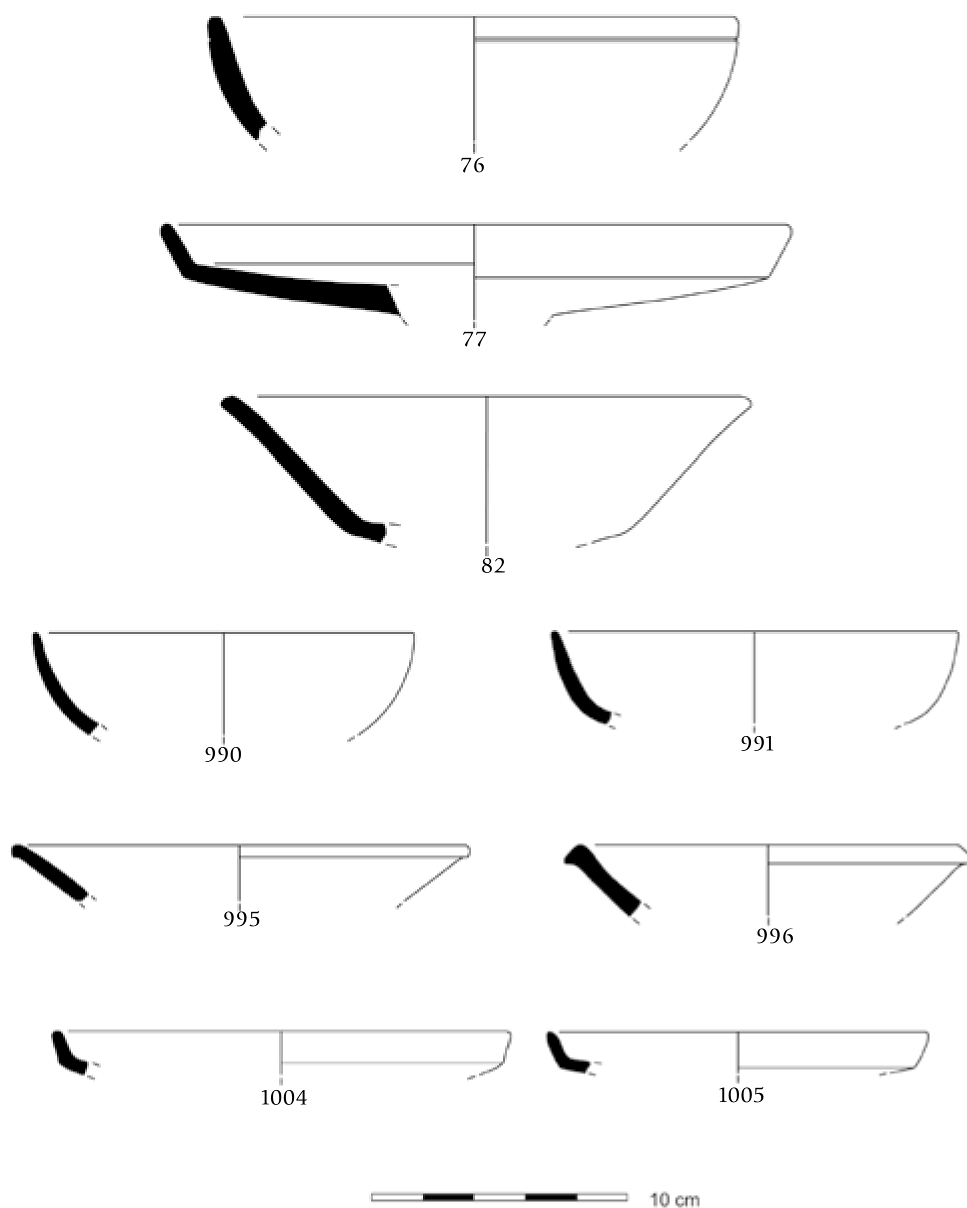


Fig. 14 – Faro e Castro Marim. Campaniense de pasta cinzenta.

N.º Invent.	Forma	Localização na peça	Leitura	Grafito (escala 1:1)
Nº 985	Prato	Fundo interno		
N.º 986	Lamb. 1	Fundo exterior	M	
N.º 989	P 127 F3121	Interior do pé	MA ou NA	
N.º 988	Lamb. 1	Fundo exterior	[…?] AV […?] AN […?] NA	
N.º 987	Lamb. 1	Idem	[…?] AV […?] TAN TAV	
N.º 944	Lamb. 3	Idem	ANT	
N.º 934	Lamb. 1	Idem	X (?)	

Fig. 15 – Castro Marim. Decoração estampilhada e grafitos em campaniense B de Cales.

Martínez, 2000, p. 185). Estas produções inspiram-se sobretudo no repertório da cerâmica campaniense B (etrusca e calena), sendo a forma Lamb. 5/7 a mais representada (**Figura 14**).

Contrariamente ao que sucede com a cerâmica campaniense de Faro, em Castro Marim, a maior parte dos exemplares foi atribuída à campaniense B de Cales ainda que a campaniense A e B etrusca e a campaniense de pasta cinzenta se registem também no inventário. Entre as formas mais frequentes de campaniense B de Cales encontram-se as mais comuns como a Lamb. 1 e a Lamb. 5, 7 e 5/7 que constituem a maioria da amostra, estando igualmente presentes as formas Lamb. 2, e 3, sendo as formas Lamb. 4, 8, 10 e Pasquinucci 127 apenas representadas por um exemplar. Apenas um dos fundos possui decoração impressa com a característica estampilha com o motivo do losango, apresentando os restantes fundos apenas círculos concêntricos sob a forma de caneluras que, mais raramente, podem enquadrar uma faixa com guilhoché. Do ponto de vista cronológico, este conjunto centra-se na segunda metade do séc. I a.C., diferindo do que se acaba de referir para Faro.

Ausentes do conjunto de Faro, os grafitos realizados pós cozedura encontram-se relativamente bem representados na campaniense B de Cales de Castro Marim (**Figura 15**). Correspondem a uma, duas ou mais letras isoladas no fundo externo das formas Lamb. 1, Lamb. 3 e Pasquinucci 127 e a sua realização teve como objectivo marcar a propriedade de uma determinada peça. Entre as letras isoladas encontra-se o M e em outro caso assinala-se MA ou NA em nexo, num raro caso em que o grafito foi colocado no pé, uma vez que em todos os restantes exemplares se situa no fundo externo. Um dos grafitos apresenta os caracteres ANT em nexo, sendo ainda de admitir que uma leitura TAN, TAV ou NAT possa ser possível. Efectivamente, vários dos exemplares apresentam esta sequência de letras e parecem por isso poder associar-se, sem que possamos saber que significado este facto poderá encerrar. A opção pela leitura ANT prende-se com o facto de serem inúmeros os antropónimos latinos que se iniciam com estas letras como seja Antus, Antullus, Antonino, Antonio, etc. Não pode deixar de se referir que esta é também parte da sigla do magistrado que se encontra identificada na cunhagem de *Baesuri*.

Se procurarmos enquadrar a comercialização deste tipo de produtos, verifica-se que tradicionalmente, se associa a cerâmica campaniense ao trajecto dos efectivos militares romanos na Península Ibérica. J. J. Ventura Martínez relaciona as primeiras importações de cerâmica campaniense para a *Ulterior* com a penetração das tropas romanas, na sequência da segunda Guerra Púnica (2000, p. 186). De acordo com C. Fabião e A. Guerra, a explicação para a presença e difusão destes materiais no território hoje português vai nesse mesmo sentido. No estudo realizado a propósito dos materiais do acampamento romano da Lomba do Canho

(Arganil), apontam uma maior antiguidade da campaniense de Miróbriga e Alcácer do Sal, com base numa extensa revisão dos dados tipológicos da cerâmica campaniense A, datada de meados e da segunda metade do séc. II a. C. (1996, p. 109-131). Relacionam ainda a maior concentração dos exemplares mais antigos desta mesma campaniense a sul do Tejo com as movimentações de Décimo Júnio Bruto que, em 138 a.C., teria já consolidado a ocupação dos territórios meridionais (Fabião e Guerra, 1996). A par deste «percurso» militar que a cerâmica campaniense terá seguido, deve, em nosso entender, relacionar-se igualmente a presença destes materiais nos contextos urbanos do sul do Ocidente peninsular com a inserção desta região nos circuitos comerciais estabelecidos pelo Estado romano, tal como afirmam A. Adroher Auroux e A. López Marcos (1996, p. 11-37, especialmente as p. 15-17).

Perto de Tavira, o Cerro do Cavaco, que correspondeu possivelmente a um acampamento militar, forneceu materiais datáveis do séc. II e I a.C. entre os quais se encontra Campaniense A e B de Cales (Arruda e Almeida, 1998, p. 330-331; Fabião, 2003, p.77-81). Proveniente de achados subaquáticos do rio Arade, recolheram-se também alguns fragmentos de Campaniense A datada do séc. II a.C. (Silva e Soares, 1987, p. 203-220; Diogo e Cardoso, 1992). Ainda no território algarvio, concretamente em Monte Molião (Lagos), registou-se a presença de cerâmica campaniense B de Cales (Arruda e Gonçalves, 1993, p. 460; Arruda, 2007; Arruda *et al.*, 2008), e nas suas imediações, numa intervenção de carácter preventivo, foi identificado um contexto arqueológico das fases iniciais da presença romana, que ofereceu, entre outras cerâmicas, campaniense A do séc. II a.C. (Serra e Sousa, 2006, p. 11-26).

L. Luís publicou, recentemente, um conjunto significativo de cerâmica campaniense proveniente das escavações da vila de Mértola (Luís, 2003a). Corresponde a um total de 572 fragmentos, tendo sido possível classificar 123 peças. Encontra-se uma maior percentagem de campaniense A, mais de 75% do conjunto, e campaniense do círculo da B, que pode corresponder às produções calenas, e campanienses de pasta cinzenta. Em termos cronológicos, as importações podem ter começado ainda no início do séc. II a.C., sendo sobretudo a partir da segunda metade dessa centúria que se intensificam (Luís, 2003a, p. 111). Pelo que se pode depreender das formas ilustradas em catálogo, encontram-se exemplares do período dito clássico da Campaniense A (séc. II a.C.), como as Lamb. 36 (F1310), 33 (F2150/2970), 31 e 55 (F2230), e outras que correspondem a um momento mais tardio da produção, como a Lamb. 5/7 (F2280) e 6 (F.1440) (Luís, 2003a, p. 102, Quadro 3 e p. 65-98). O autor afirma a importância deste núcleo portuário no período republicano, associando igualmente os dados do chamado depósito de ânforas de Mértola (Além-Rio) (Fabião, 1987, p. 125-148) e da fortificação de Mata-Filhos (Luís, 2003b, p. 363-382), apontando-o «como porta de

entrada, assim como uma base de operações no contexto das guerras lusitanas (Fabião, 1987, p. 147; Alarcão, 1990, p. 346)« (Luís, 2003a, p. 111). Quer os dados da área da Alcáçova quer da Casa do Pardal, em Mértola, apontam para um declínio das importações da campaniense a partir dos inícios do séc. I a.C., aspecto que poderá ou não relacionar-se com a natureza da amostra estudada (Luís, 2003a, p. 106-108).

A presença de cerâmica campaniense A, datável de meados do séc. II a.C., em Faro, pode associar-se a outras importações itálicas que se encontram neste núcleo urbano, como as ânforas greco-itálicas e Dressel 1 A, originárias da região do Lácio e da Campânia, que se destinavam a abastecer uma elite que era já, neste período, expressiva, pelo menos em Faro. Este conjunto, juntamente com o de Mértola e possivelmente também os que se conhecem em sítios como Miróbriga e Alcácer do Sal, embora com amostragens de menor dimensão, constituem testemunho das fases mais antigas da presença romana no território hoje português.

O perfil de importação de cerâmica campaniense em Castro Marim difere do de Faro, pois, como se verificou, a maioria da cerâmica campaniense importada para a área do Castelo pertence às produções ditas média ou clássica e tardia da campaniense B de Cales, da segunda metade do séc. I a.C. Esta produção está também representada em Faro, com o leque de formas típico deste fabrico, sendo contemporânea das cunhagens monetárias, que, como as restantes emissões de *Balsa* e *Baesuri*, ostentam temática marinha (Faria, 1995, p. 149). É certo que parte das importações anfóricas itálicas se podem também associar à importação de cerâmica campaniense B, mas estas são muito escassas em Castro Marim, quando comparadas com as de Faro, o que pode ser explicado, como já se referiu, pelo carácter relativamente tardio dos contextos em que a maioria desta cerâmica ocorre. Tal como sucede em Castro Marim, a cerâmica comum itálica encontra-se igualmente em Faro, entre as importações originárias da área da Campânia. Embora pouco numerosos, existem pratos de bordo bífido da forma Aguarod 4/Vegas 14 e as tampas de bordo direito Aguarod 3/Celsa 808145 (Aguarod, 1991). Entre as restantes importações itálicas da região do Lácio/Campânia/Etrúria, encontra-se a cerâmica de paredes finas, que, em Castro Marim, está maioritariamente presente no contexto datado de 30-50 a.C., dominando as formas Mayet, III e VIII.

Quando se analisa a comercialização da cerâmica campaniense, os autores referem, frequentemente, que se trata de um comércio relacionado com, o abastecimento de vinho aos efectivos militares, sendo a cerâmica campaniense comercializada como produto subsidiário ou carga secundária. Esta assunção tem por base os materiais de naufrágios como o Grand Congloué I, onde se documentou esta associação (Benoit, 1961). Ora a evidência que encontramos nos sítios de consumo de carácter urbano que estudámos permite trazer novos dados a esta

tese. Se é verdade que este comércio se realizou em larga escala entre as grandes cidades portuárias da bacia do Mediterrâneo, deve entender-se também que a partir desses portos principais se deve ter desenvolvido um sistema de distribuição secundário, que habitualmente se associa apenas aos sítios de carácter civil ou militar do interior. Pelo papel que desempenhou na comercialização dos restantes produtos alimentares que vemos associados às ânforas itálicas, assim como da cerâmica campaniense e cerâmica de paredes finas, tudo aponta que tenha sido o porto de Cádis, a cumprir essa função. O carácter periférico da fachada sul do ocidente da Península Ibérica e das cidades costeiras que o compõem não impediu, no entanto, esta região de participar nas grandes correntes comerciais que se documentam para este período. Contudo, ao contrário do que sucede nos naufrágios, onde a maior parte da carga seria composta por ânforas greco-itálicas e Dressel 1, tendo a cerâmica campaniense um carácter subsidiário ou secundário, quer em Faro quer em Castro Marim, regista-se uma muito maior quantidade de cerâmica campaniense face a relativamente poucos exemplares de ânforas greco-itálicas ou Dressel 1.

Assim, o tipo de comércio que os naufrágios documentam poderá, eventualmente, encontrar-se testemunhado em sítios como Cádis, e a partir desse porto devem ter-se composto cargas para embarcações menores que terão atingido então o porto de Faro e possivelmente, também Castro Marim. Os dados da carta de distribuição destes materiais republicanos apontam depois para uma difusão para sítios do interior, a partir dos principais eixos fluviais, aspecto que foi destacado já por diversos autores (Fabião, 1998; Arruda e Almeida, 1999, p. 307-337).

O contexto seguro de que dispomos em Castro Marim, datado entre 50-30 a.C., onde ocorre a maior parte da campaniense B de Cales é também testemunho desta primazia de Cádis. Aponta para uma esmagadora maioria de produtos oriundos da *Ulterior*, quer no que diz respeito à cerâmica de mesa, quer aos produtos alimentares transportados em ânforas. Se, como referem Py, Adroher Auroux e Sanchez, a respeito dos dados de Lattes, é com a campaniense B de Cales que viajam as ânforas Dressel 1 (Py, Adroher Auroux e Sanchez, 2001), no território hoje algarvio, os circuitos de distribuição, encontram-se dominados pelo porto de Cádis, aspecto que regista continuidade face ao período sidérico. A produção de cerâmicas e produtos alimentares transportados em ânforas era uma realidade antes da presença romana na região da *Ulterior* que virá a ser a futura Bética, e, com a integração desta área na esfera política romana, não se assiste a uma alteração desta situação, mas sim a um intensificar dessa mesma produção. Os dados sobre o peso do consumo do vinho itálico, nos dois núcleos urbanos de Faro e Castro Marim, face aos restantes produtos alimentares (preparados piscícolas, produtos da uva e azeite) são discutidos *infra*.

2.4. A *terra sigillata*

A *terra sigillata* conheceu uma ampla distribuição por todo o território da província da Lusitânia e também pelo território algarvio, num período genericamente compreendido entre as últimas décadas do séc. I a.C. e o último quartel do séc. VI ou mesmo os inícios do séc. VII d.C. No entanto, os três núcleos urbanos estudados apresentam diferentes ritmos de aquisição/consumo deste tipo de produtos ao longo deste amplo período que importa caracterizar de forma mais datalhada.

Em Castro Marim, a quase totalidade da *terra sigillata* foi importada no período compreendido entre o reinado de Augusto e os finais do séc. I ou os inícios do século seguinte. Durante esse período, o maior volume de importação registou-se entre o reinado de Cláudio e os Flávios, e corresponde à chegada de quantidades apreciáveis de *terra sigillata* do sul da Gália. Nesta fase, o sítio recebeu ainda *terra sigillata* hispânica precoce ou cerâmica do tipo Peñaflor (produzida no Vale do Guadalquivir), além das produções hispânicas de Tricio (no Vale do Ebro) e Andújar (igualmente no vale do Guadalquivir). A presença de escassos fragmentos de *sigillata* clara A, C e Luzente foram considerados como episódios esporádicos, que não documentam uma ocupação efectiva da área do Castelo na fase tardia.

Em Faro e em *Balsa*, a importação de *terra sigillata* distribuiu-se por um período mais amplo, mas o seu volume nem sempre foi igual, tendo sofrido oscilações significativas ao longo de quase seis séculos (**Anexo 2**).

O primeiro aspecto que sobressai da simples observação da **Figura 16** em que se procurou comparar a percentagem das diferentes categorias de *terra sigillata* presente nos três sítios é a relativa semelhança no perfil de importação e o facto de a *terra sigillata* sudgálica ter sido a que maior percentagem registou. Este elevado valor dos produtos do Sul da Gália, concretamente do centro produtor de La Graufesenque, é um traço identificador dos três conjuntos algarvios, distinguindo-os dos restantes núcleos urbanos como Belo, na Bética, e das cidades lusitanas de Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975) e de Santarém (Viegas, 2003a), apesar desta categoria cerâmica deter sempre uma percentagem significativa nestas cidades.

A percentagem de *sigillata* de tipo itálico corresponde a 6,3 % em Faro e a 7,6% em *Balsa*, valores que não se afastam muito do que se encontra na cidade de Belo (Bourgeois e Mayet, 1991). A elevada percentagem deste tipo de cerâmica em Castro Marim (21,9%) pode explicar-se por diversos factores, a que não é alheia a questão puramente estatística que reside no facto de não se registarem aí praticamente nenhuns exemplares de *sigillata* tardia, africana ou de outra proveniência (**Figura 17**).

Para a obtenção da percentagem de *sigillata* hispânica, somou-se as produções hispânicas do tipo Peñaflor e as originárias de Tricio e Andújar, registando-

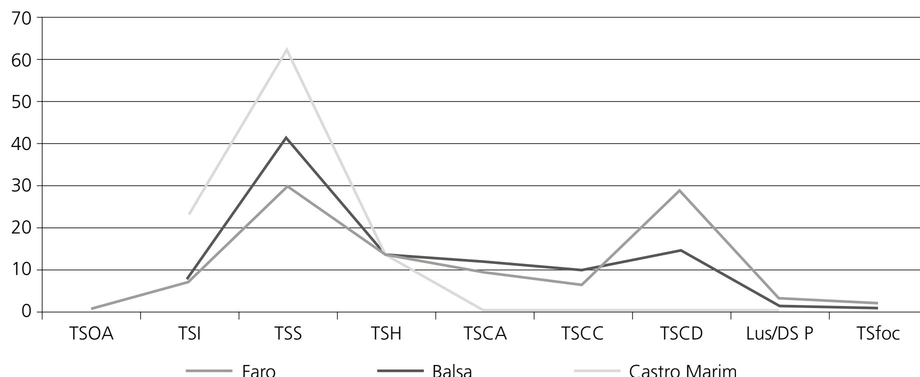


Fig. 16 – Comparação da percentagem das diferentes categorias de terra *sigillata* em Faro, *Balsa* e Castro Marim (NMI)

-se, curiosamente, nos três sítios valores idênticos, mas que diferem claramente de cidades como Conímbriga, onde o peso das importações de Tricio «forçou» a retirada dos mercados da *sigillata* sudgálica algumas décadas antes do que registou nas cidades algarvias, como veremos com maior detalhe *infra*. A forte expressão da *sigillata* hispânica em S. Cucufate (30%), por seu lado, mostra o progressivo aumento de poder de aquisição, a partir do séc. II, e que se traduzirá, entre outros aspectos, em importantes campanhas de obras de construção/remodelação da *villa* (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990).

Tudo aponta para que as importações que tiveram lugar nos primeiros dois séculos da nossa era tenham sido superiores às do período Baixo Imperial, quer em Faro (61.7%), quer em *Balsa* (73,9%), notando-se o seu lento decair nas cidades a partir desta fase. Esta realidade, que se regista igualmente nos núcleos urbanos de Conímbriga e Santarém, merece ser também observada à luz de outros materiais, como por exemplo as importações anfóricas. Actualmente discute-se se este fenómeno pode ou não relacionar-se com a forma como se processou a deposição dos lixos, a partir do séc. II, colocando-se também a questão da transformação dos hábitos alimentares que o Cristianismo introduziu (Hawthorne, 1997). Por outro lado, como foi possível observar nas duas cidades algarvias, verificou-se que os diferentes sectores das cidades (sector 1, 2 e 3 em *Balsa* e área das sondagens do Museu Municipal e local onde se recuperou o mosaico do Oceano, em Faro) registaram importações mais significativas em momentos diversos, mostrando a evolução de distintas áreas da cidade a vários ritmos. Assim, não deixa de ser um tanto redutora a imagem que tendemos a extrair dos materiais de uma cidade vistos no seu todo. Os dados recentemente divulgados sobre as marcas de oleiro de *terra sigillata* itálica, sudgálica e hispânica da cidade de Lisboa mostram uma situação idêntica quando se comparam dois sectores diferenciados da cidade antiga: a Praça da Figueira e a Sé (Silva, 2005, p. 283-284). As diferenças dizem respeito não só ao perfil cronológico das importações de *terra sigillata*,

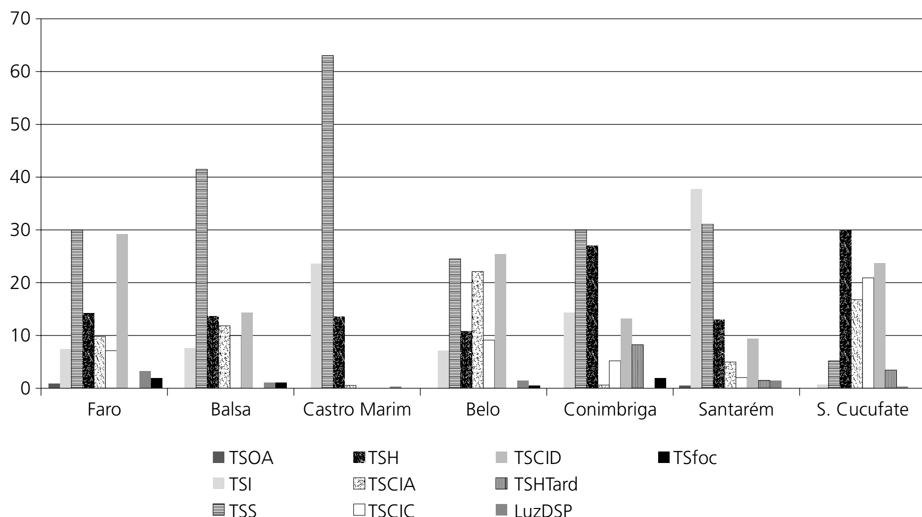


Fig. 17 – Comparação da percentagem das diferentes categorias de *terra sigillata* em Faro, *Balsa*, Castro Marim, Belo, Conímbriga, Santarém e S. Cucufate

sendo também diversos os oleiros representados nas duas áreas da cidade.

A *sigillata* Clara A, cujo início de importação teve lugar ainda durante o período dos Flávios, regista uma percentagem muito superior à de outros núcleos urbanos como Santarém ou Conímbriga. Deve relativizar-se, de certo modo, a muito elevada expressão desta cerâmica em Belo, pois foram contabilizadas nesta categoria algumas das formas mais comuns de cerâmica de cozinha africana como a Hayes 23 A e B e 181. Só assim se explica que este grupo some 21,9% do total da sigillata da cidade Bética. A *sigillata* Clara C mostra, de um modo geral, uma proporção idêntica nos diversos núcleos urbanos onde ocorre, com valores entre os 5 e os 10%, divergindo apenas a *villa* de S. Cucufate, onde perfaz 20,5% do total, como testemunho do seu desenvolvimento no Baixo Império.

Não dispomos ainda de dados estratigráficos que o comprovem, mas tudo aponta, como referimos, para que tenha sido durante o período dos Flávios que a *sigillata* Clara A começou a ser importada para Faro e *Balsa*. Contudo, terá sido apenas a partir de meados do séc. II que estas importações parecem ganhar importância. Este aspecto tinha já sido destacado por M. Delgado, nos anos 60, quando estudou materiais recolhidos em Museus do Alentejo e Algarve (Delgado, 1968, p. 45-66).

A fase final das importações fica marcada pelo abastecimento a partir do Norte de África, de *sigillata* Clara D, estando também representadas as produções tardias da Gália e as *sigillatas* foceenses tardias, originárias do Mediterrâneo oriental. A *sigillata* Clara D atinge uma elevada proporção em Faro, o que encontra paralelo na cidade de Belo. Esta percentagem não foi, no entanto, excessivamente valorizada por A. Bougeois e F. Mayet, que chamaram a atenção para o facto de

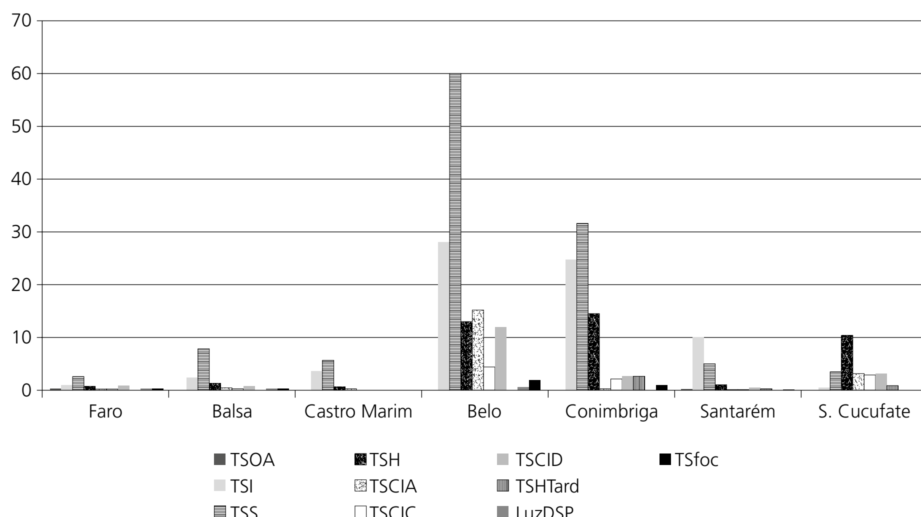


Fig. 18 – Comparação das médias anuais das diferentes categorias de terra sigillata em Faro, *Balsa* e Castro Marim, Belo, Conímbriga, Santarém e S. Cucufate

este tipo de cerâmica ter chegado à cidade bética durante um longo período de tempo. Este facto levou-nos igualmente a ponderar os dados que foram obtidos, utilizando a metodologia destas investigadoras, em que se calculam os valores médios anuais das importações de *sigillata* para os sítios estudados.

Além de mostrar a real dimensão das amostras em causa, pois os cálculos são feitos a partir dos valores brutos, o gráfico (**Figura 18**) onde se representam estas médias anuais permite igualmente destacar dois aspectos. Por um lado, sai reforçada a presença da *sigillata* sudgálica e, por outro, os valores das médias anuais de *sigillata* Clara D ficam reduzidos ao seu verdadeiro significado. A maior parte da *sigillata* Clara D chegou às cidades algarvias até aos meados do séc. V, mas as importações continuaram, ainda que revelando um volume menor, até ao terceiro quartel do séc. VI, ou mesmo até ao início do séc. VII. Não restam dúvidas, no entanto, que os sítios algarvios deixaram de receber estas cerâmicas nesta época, pois, ao contrário do que sucede em outras áreas costeiras da Península Ibérica, como por exemplo a costa da actual Catalunha (antiga Tarraconense), cidades como Cartagena (Ramallo Asencio e Ruiz Valderas, 2000; Madrid Balanza, Murcia Muñoz e Santaella Pascual, 2000) e Tarragona (Macias Solé e Remolà Vallverdu, 2000) recebem *sigillata* Clara D em pleno séc. VII.

Representadas por percentagens sempre muito reduzidas, as produções tardias da Gália, a *sigillata* luzente e paleocristã (DSP), encontram-se em Faro e em *Balsa*, sendo a sua presença em Castro Marim entendida como um episódio isolado. Estas cerâmicas mostram a vitalidade das importações destas cidades na sua fase mais tardia, o que constitui um facto testemunhado também pela presença de importações de *sigillata* foceense tardia.

A apresentação da *terra sigillata* dos três núcleos urbanos pode ser ainda enquadrada através da comparação com outros locais como Belo, Conímbriga, Alcáçova de Santarém ou S. Cucufate. Trata-se de sítios bem conhecidos da arqueologia portuguesa e espanhola, cuja selecção, enquanto elemento de comparação, cumpre uma função determinada. Assim, a cidade de Belo (Bourgeois e Mayet, 1991) é comparada por constituir um excelente exemplo de um núcleo urbano costeiro meridional que utilizou o comércio marítimo como principal via de abastecimento, sendo também particularmente interessante, pela proximidade geográfica, mesmo pertencendo à província da Bética. Em oposição a esta realidade meridional e costeira, a cidade de Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975) traduz um modelo de consumo que se baseia essencialmente no comércio por via terrestre. A sua situação geográfica explica, em parte, este fenómeno e a importação de *terra sigillata* espelha esta mesma realidade. Outro núcleo urbano, a Alcáçova de Santarém, partilha igualmente algumas características das cidades que tiveram como principal fonte de abastecimento o comércio marítimo/fluvial, tendo conhecido uma quebra nas importações a partir do séc. II. Por fim, a comparação com um sítio como S. Cucufate (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990) é pertinente, pois esta *villa* rural do interior Sul de Portugal mostra um padrão de importação divergente dos anteriores, com um maior relevo para as importações em período Baixo imperial.

Numa aproximação às diferentes categorias de *terra sigillata*, e numa análise mais detalhada, constata-se que a presença da *sigillata* oriental A está documentada apenas no conjunto de *Ossonoba*, não se encontrando qualquer fragmento nem em *Balsa*, nem em Castro Marim. O exemplar ossonobense pertence a um prato do tipo Hayes 3, que juntamente com a forma Hayes 4 corresponde a um dos tipos mais comuns do séc. I a.C. nos sítios do Mediterrâneo Oriental (Hayes, 1985, p. 14-15). A ocidente, na Península Itálica, as formas 3 e 22 são também das mais comuns (Malfitana, Lund e Poblome, 2005, p. 201, Tabela 2). Identificada pela primeira vez no território hoje português entre a *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém, a *sigillata* oriental A está também representada em Alcácer do Sal (Sepúlveda, Faria e Faria, 2000, p. 146, n.º 36). Tratando-se de uma categoria cerâmica cuja difusão teve lugar sobretudo na vertente oriental da Bacia do Mediterrâneo a sua presença na Península Itálica tem sido entendida como testemunho do processo de romanização e como sinal da intensificação do comércio que envolvia aquela região (Malfitana, Lund e Poblome, 2005, p. 203). Referindo-se à sua comercialização para a costa mediterrânea do território espanhol, Hayes considera que esses achados, ainda que por vezes associados a outros produtos orientais, devem ser entendidos como esporádicos ou fruto de «(...) arrivages fortuits, produits d'un système de cabotage (...)» (Hayes, 2001, p. 151).

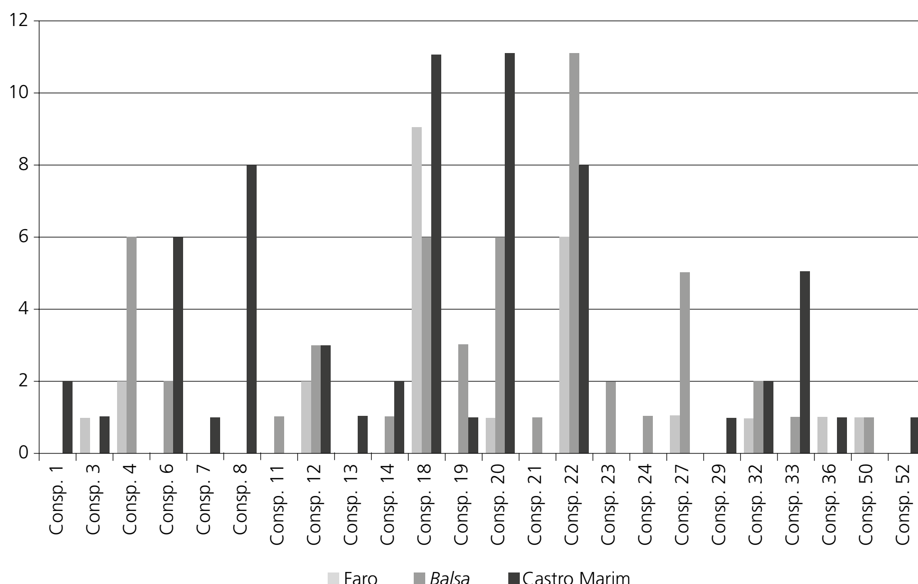


Fig. 19 – Distribuição das formas de *sigillata* de tipo itálico de Faro, *Balsa* e Castro Marim (NMI).

Os diversos centros produtores situados na Península Itálica foram responsáveis pelo abastecimento de cerâmicas finas aos três núcleos urbanos algarvios, apresentando uma percentagem de 6,9% em Faro, 7,6% em *Balsa*, valor idêntico ao da cidade de Belo e superior em Castro Marim (14,3%).

Do ponto de vista tipológico, os conjuntos apresentam uma diversidade considerável se atendermos ao número relativamente reduzido de peças, mostrando, no entanto, um padrão de importação bastante semelhante nos três sítios (**Figura 19 a 21**), com uma maioria de formas pertencentes ao chamado serviço II de Haltern, que é composto pelo prato da forma Consp. 18 e 20 e pela taça, Consp. 22. O prato de paredes curvas da forma Consp. 4, nas suas variante 4.4 e 4.5, conheceu também bastante popularidade e as taças dos tipos Consp. 27, 32, 33 e 36 estão igualmente bastante bem representadas. Algumas formas são exclusivas do conjunto de Castro Marim, como os tipos Consp. 1, 7, 8, 13, 15 e 28.

A julgar pelas marcas de oleiro, terá sido sobretudo o centro produtor de Pisa o principal exportador para o Sul da Lusitânia, sendo responsável por mais de metade (52%) das marcas de oleiro recuperadas. Segue-se Arezzo, que corresponde percentualmente a 27% dos oleiros desta amostra, registando-se ainda exemplares das oficinas do Centro de Itália e Pozzuoli (com 7% cada) (**Figura 22 e 23**).

Regista-se uma primazia dos oleiros do grupo dos ateianos como Cn. Ateius (3), Crestus ou Xanthus (2), que têm uma vasta produção, bem documentada em todo o mundo romano, com especial incidência para as províncias do Norte

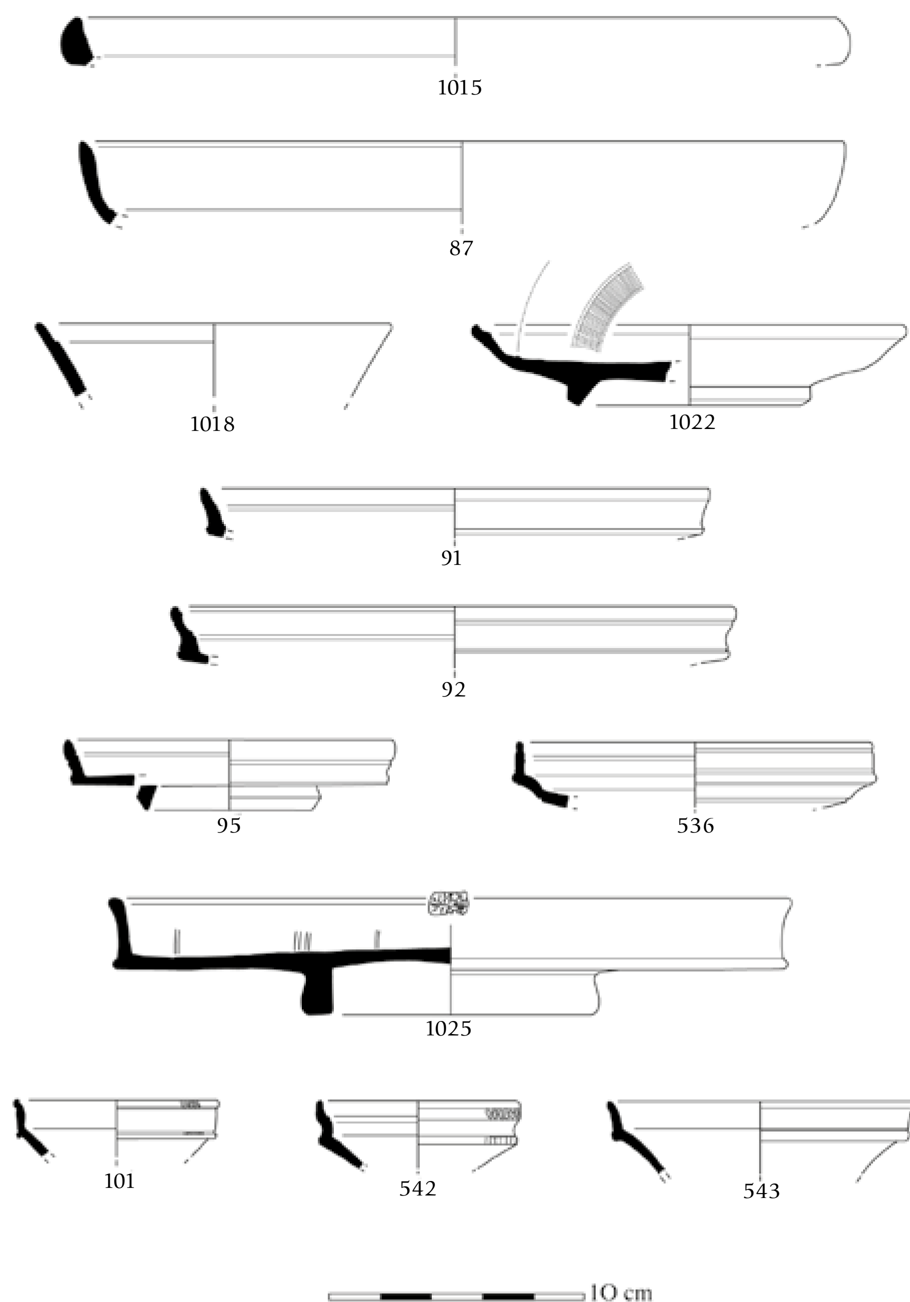


Fig. 20 – Faro, *Balsa* e Castro Marim. *Terra sigillata* de tipo itálico.

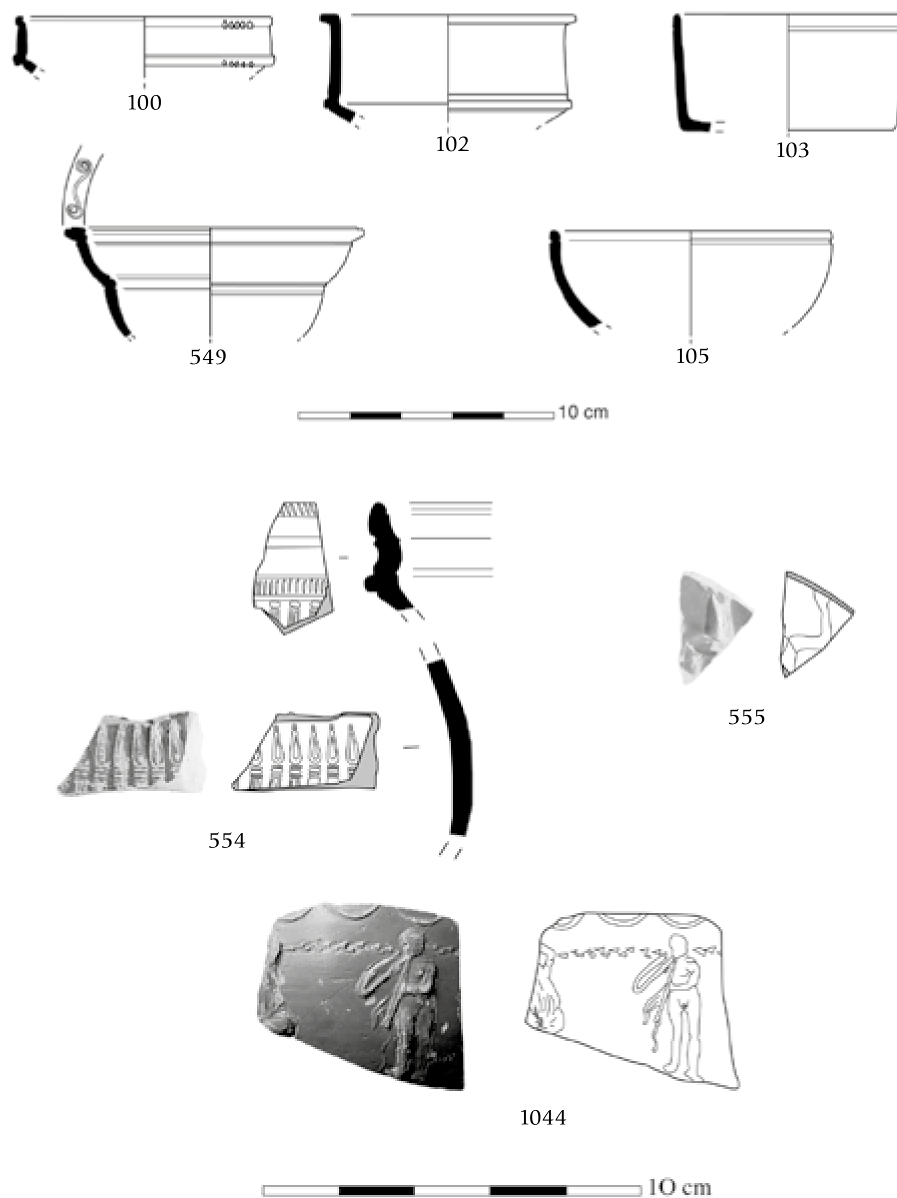


Fig. 21 – Faro, *Balsa* e Castro Marim. *Terra sigillata* de tipo itálico decorada.

Nº Inv./	Oleiro	Leitura	OCK	Origem	Forma	Local na peça	Caixilho	Cronologia	Publicação
MFaro 70564	AnthVs (1)	(N?)THVS	200	Pozzuoli	Indet.	Fundo int.	Rectang. ângulos arredond.	10 a.C. - 10 d.C.	Viegas 2009, Est. 8 Nº 110
MFaro 64834	ATEIVS	ATEI	268.145	Pisa	Prato Indet.	Idem	In planta pedis	5 a.C. - 25 d.C.	Viegas 2009, Est. 8 Nº 111
MFaro 70435	CN.ATEIVS (2)	N.ATEI	275.28	Arezzo	Prato Consp. B 1.4	Idem	Radial Rectang.	15 - 5 a.C.	Viegas 2009, Nº 112
Faro Gamito e Maia 1976	CN.ATEIVS (3)	CN.ATE	276	Pisa	Prato Consp. 18.2	Idem	Trifolio	5 a.C. – 40 d.C.	Gamito e Maia, 1976
MFaro 70522	CRESTVS	CRESTI com S retrógrado	698.30	Pisa/Lyon	Taça Consp. B 4.14	Idem	Rectang.	10 a.C. - 30 d.C.	Viegas 2009, Est. 8 Nº 113
MFaro 70544	XANTHVS (2)	XANTI com N retrógrado	2536.67	Pisa	Taça Consp. B 4.12	Idem	Rectang.	5 a.C. – 50 d.C.	Viegas 2009, Est. 8 Nº 114
Balsa MNA 2004. 141.46	C.VIBIENVS (2)	CVIBI	2373	Arezzo	Indet.	fundo	Elipse Próximo de OCK 631	1-40 +	Viegas 2006, p. 26, Est. 2, nº 28
Balsa 14707	C.VIBIENVS (2)	C.VIB	2373.32	Arezzo	taça	fundo	Rectang.	1-40 +	Nolen, 1994, si-14, p. 66, est. 10, fig. 20.
Balsa	L.RASINIVS PISANVS	[…] INPISANI	1690.55	Pisa	taça	fundo	em forma de crescente	50-120	Nolen, 1994, si-16, p. 66, est. 10, fig. 20.
CM	(CN.)ATEIVS CRESTVS+ EVHODVS	?HOD/ CRE(S?)T	286.6	Pisa	Consp. 20.4	Idem	Próximo do tipo 283 OCK.	5 a.C. – 10 d.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1045
CM	GALLVS	GALL / ?? FE	864	Centro de Itália	Indet.	Fundo interno	Rectang. com duas linhas	10 a.C – 30 d.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1046
CM	Escravo PRIAMVS de A. SESTIVS	PRIAMI / A. SEST	1942.4	Arezzo (?)	Prato	Radial Fundo interno	Rectang. ângulos arredond.	30 – 10 a.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1047
CM	Escravo CANOPVS de STATILIA	CANO-PVS·/ STATI(L?) IAE	1991	?	Indet.	Idem	Idem	20 – 1 a.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1048
CM	C.VIBIENVS (2)	C.VB	2373.78	Arezzo	Indet	Idem	Tipo 458 OCK extremidade dupla arredond.	1 – 40 d.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1049
CM	XANTHVS (2)	XATH	2536.25	Pisa	Taça	Fundo interno	Ovalada	5 a.C. – 50 d.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1050
CM	XANTHVS (2)	N?THI N retrógrado	2536.25	Pisa	Taça	Idem	Rectang. de ângulos arredond.	5 a.C. – 50 d.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1051
CM	T. Ver(a)nius Dauus ?	TVE	2342	Desconh.		Idem	Idem	Desconh.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1052

Fig. 22 – Marcas de oleiros itálicos em Faro, *Balsa* e Castro Marim

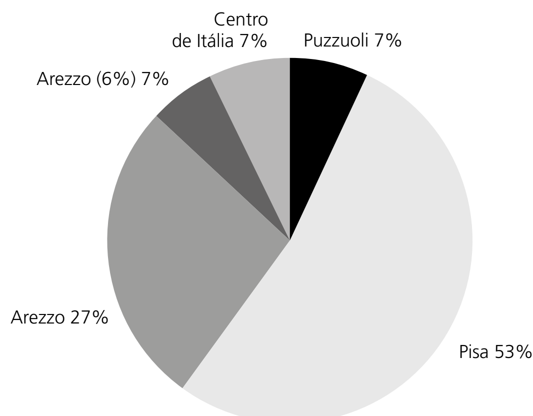


Fig. 23 – Origem das marcas de oleiro de *terra sigillata* de tipo itálico de Faro, *Balsa* e Castro Marim.

(sobretudo a *Germania*) (OCK[3], CD-Rom). O oleiro aretino C.Vibienus, cuja produção se centra na primeira metade do séc. I d.C., encontra-se bem representado por três marcas. Outros oleiros, também presentes nas cidades algarvias, registam muito poucas ocorrências no *Corpus Vasorum Arretinorum* (OCK), como é o caso de Anthus (1) de Pozzuoli, cuja distribuição para a Hispânia se encontra apenas assinalada por dois únicos exemplares na Tarraconense. A produção do escravo Priamus de A. Sestius, possivelmente originário de Arezzo (?), encontra-se documentada por apenas 15 exemplares no OCK (CD-Rom), sendo a marca radial de Castro Marim enquadrada nas fases mais recuadas da produção deste oleiro, que laborou entre 30 e 10 a.C. Igualmente pouco frequente e correspondente às fases mais antigas da produção itálica da marca do escravo Canopus de Statilia conhecem-se escassas 22 marcas no OCK, parecendo ser a primeira vez que a marca ocorre com a grafia do exemplar castro marinense. Além do sítio algarvio, a marca é conhecida sobretudo na Península Itálica, sem que se conheça, com exactidão, a origem da sua produção na Hispânia e na Tarraconense (dois exemplares), além de um exemplar em Lisboa (Silva, 2005). A presença do oleiro L. Rasinius Pisanus constitui exemplo de que as importações itálicas se mantiveram, ainda que com um carácter bastante esporádico, na segunda metade do séc. I, atestando a presença da produção tardo-itálica em *Balsa*, numa fase em que a cidade se abasteceu de cerâmica fina de mesa, preferencialmente no mercado sudgálico. A presença de marcas tardo-itálicas em solo algarvio é uma realidade igualmente na sua vertente ocidental, por exemplo na cidade de Lagos, onde o

[3] OCK= OXÉ, A.; COMFORT, H.; KENRICK, P. (2000) – *Corpus Vasorum Arretinorum. A Catalogue of the signatures, shapes and chronology of italian sigillata* [CD-Rom]. Second edition completely revised and enlarged. Bonn: Rudolf Habelt GmbH. (Antiquitas; 3: 41).

oleiro L. Rasinius Pisanus se encontra também documentado, além de uma forma tardo-itálica com decoração de barbotina (Ramos e Almeida, 2005).

O perfil de importação que as marcas de oleiro itálicas deixam antever revela uma realidade de importação para o Sul da Lusitânia distinta da que se observa, por exemplo, na cidade de Lisboa (Praça da Figueira), onde as marcas aretinas são maioritárias e se encontram oficinas ligadas sobretudo a Publius Cornelius (Silva, 2005, p. 265-269). Se por um lado a distribuição do grupo de Ateius beneficiou da transferência de parte da sua produção para Pisa, em torno a 5 a.C., verifica-se que existe uma preferência das exportações de Cornelius para ocidente, para a Península Ibérica e Marrocos, colocando-se mesmo a hipótese deste oleiro possuir propriedades na Hispânia (OCK, p. 46). Nesta concorrência que parece ter existido na Península Ibérica entre grupos de oficinas ligados a Cneus Ateius e a Publius Cornelius, o sul da Lusitânia aproxima-se mais do que se conhece para Mérida, cidade onde os «ateianos» se encontram em maioria. Recorde-se que a presença de marcas de oleiros ligados ao grupo de Ateius é superior em Conímbriga, embora não se encontrem nesta cidade as formas decoradas atribuídas a este oleiro (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 7-8). Segundo R. Banha da Silva, a forte presença de P. Cornelius em *Olisipo* poderia estar relacionada com um abastecimento aos efectivos militares no NO da Península Ibérica, tendo o vale do Tejo desempenhado um papel relevante nesse quadro (Silva, 2005, p. 295-296). A presença de oleiros tardo-itálicos é uma realidade em *Olisipo*, onde está representada a produção de Sextus Murrius Festus e C.P.P. (Silva, 2005, p. 116-119).

O panorama da distribuição das marcas de oleiro em *terra sigillata* de tipo itálico no território algarvio é relativamente pobre, não estando publicados conjuntos tão abundantes como os que agora damos a conhecer. Entre o material recuperado nas dragagens do rio Arade (Portimão) encontra-se a marca do oleiro Crisp ( )(OCK, 700), datado entre 10 a.C. e 15 d.C., e cujo local de produção se desconhece (Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987, fig. 3, 3). No sítio da Lezíria, que dista cerca de 600m do Castelo de Castro Marim, ocorre a marca de Crestus (OCK, 698), oleiro de Pisa /Lyon (Arruda e Dias, 1985, p. 119), cuja produção está também atestada em Faro, além do oleiro aretino Stabilius (Arruda e Dias, 1985). Na *villa* de Milreu[4], a única marca itálica conhecida até ao momento resume-se à publicada nos anos 70 por A. Alarcão pertencente a Chrestus (OCK 553), oleiro de proveniência desconhecida que produziu entre 15 a.C. e 15 d.C. (Alarcão, 1971, p. 45-78). A distribuição dos produtos itálicos através do vale do Guadiana encontra-se testemunhada por escassos exemplares de marcas de oleiro recolhidas em Mértola, como é o caso do oleiro pisano Cn. Ateius Zoilus (datado de 15 a 50 d.C.) e do aretino (?) Felix P. Cornelius, com cronologia de

[4] Ver igualmente F. Teichner (2008, vol. II, p. 43-45).

5 a.C. (Alarcão, 1971). Ainda no curso do Guadiana, no Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), ocorre uma marca do oleiro aretino P. Cornelius, cuja cronologia se encontra estabelecida entre 5 a.C. e 40 d.C. (Diogo, 1980a, p. 51).

Os dados que se acabam de apresentar mostram que, mesmo sendo maioritária a presença de oleiros do grupo dos «ateianos», os «cornelianos» também estão presentes no sul da Lusitânia, com maior concentração no vale do Guadiana, como o demonstram os achados de Mértola e do Montinho das Laranjeiras.

Do ponto de vista cronológico, constata-se, como se viu através das marcas de oleiro, que o momento áureo das importações é coincidente nos três sítios, centrando-se no final do reinado de Augusto e durante o período de Tibério. No entanto, é importante referir que se no caso de *Balsa* esta fase corresponde ao início da ocupação romana conhecida, em Faro e em Castro Marim a presença de *sigillata* de tipo itálico marca o prosseguir de uma tradição de abastecimento anterior. Nestes sítios assiste-se a uma continuação de importação de produtos que teve início nas fases mais antigas da presença romana no território do Sul do que viria a ser a província da Lusitânia, importação essa que tinha como «motor» o abastecimento de vinho itálico transportado em ânforas do tipo Dressel 1, proveniente da costa tirrénica. Associada a esta importação de produtos alimentares, chegaram igualmente produtos como a cerâmica de verniz negro ou campaniense (campaniense A, ou campaniense B originária da Estrúria ou de Cales), a cerâmica de paredes finas ou mesmo a cerâmica comum itálica e a cerâmica de engobe vermelho pompeiano.

Para as fases iniciais da importação de *sigillata* itálica em Faro e Castro Marim, destaca-se a presença de marcas de oleiro em posição radial, permitindo ampliar a sua carta de distribuição no território actualmente português. A presença, em Castro Marim, de um conjunto relevante de importações de *sigillata* itálica relativamente antiga, face à cronologia habitual da sua difusão, remete para a importância que o sítio teve nesta fase inicial do período imperial, em continuidade com a anterior fase tardo republicana. Esta relevância relaciona-se, certamente, entre outros aspectos, com a sua posição estratégica junto à via fluvial que o rio Guadiana constituiu. A possibilidade de esta implantação ter tido um papel de «apoio/fiscalização» das actividades mineiras da região mais a norte, não deve ser igualmente excluída.

Paradoxalmente, em Faro, não se encontram associados às marcas radiais, muitos exemplares de formas pertencentes às fases inicais da produção itálica, e não temos notícia de quaisquer fragmentos de *sigillata* de verniz negro. Também estão ausentes dos conjuntos algarvios as peças fabricadas com argilas e vernizes ainda característicos da fase dita experimental das produções itálicas que se tinham identificado entre os materiais da Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003a, p. 69).

Esta ausência das formas mais antigas da produção itálica leva-nos a supor que, apesar de não ter existido uma ruptura no abastecimento originário da Península Itálica, na segunda metade/finais do séc. I a.C., este conheceu um abranda-

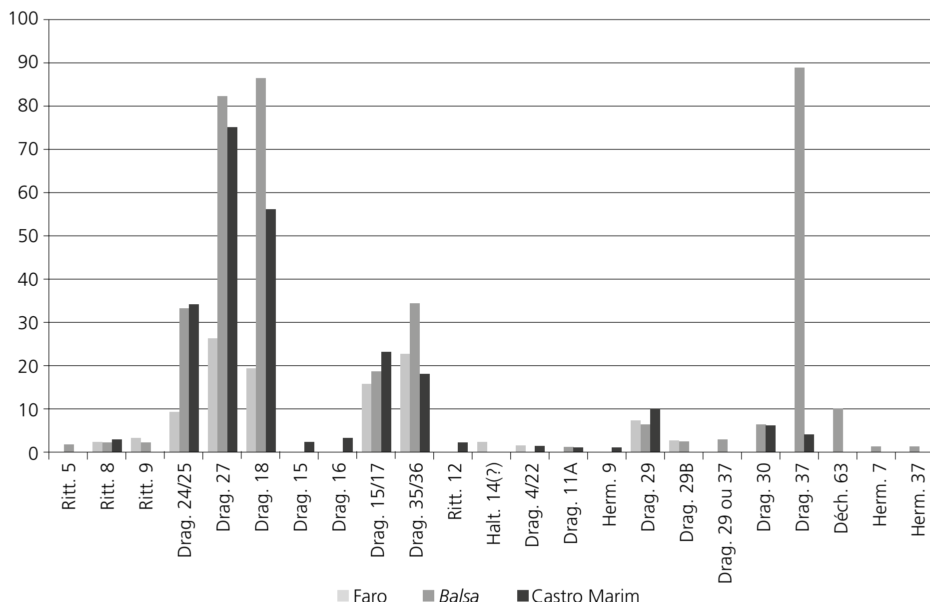


Fig. 24 – Distribuição das formas de *sigillata* sudgálica de Faro, *Balsa* e Castro Marim (NMI).

mento significativo que terá sido retomado já nas primeiras décadas do séc. I d.C. A maior abundância de marcas originárias de Pisa é também sintomática desta realidade, pois este centro produtor conheceu uma «tiragem» mais significativa numa fase já avançada da produção da *sigillata* de tipo itálico, sobretudo a partir do «período B», centrado nos anos de 20 a.C. a 15 d.C. (OCK, p. 37).

Como já se afirmou, a elevada percentagem de *terra sigillata* sudgálica constitui um elemento caracterizador da importação e consumo de *sigillata* dos núcleos urbanos algarvios (**Figura 24 e 25**).

Atendendo aos dados tipológicos, uma vez que não se dispõem de contextos estratigráficos seguros, pode afirmar-se que o abastecimento às cidades algarvias se iniciou quando a *sigillata* de tipo itálico ainda se encontrava nos mercados. As primeiras importações de *sigillata* originária de La Graufesenque, ainda tímidas, tiveram lugar, muito provavelmente, durante o reinado de Tibério. Estas importações ganham progressivamente uma maior expressão durante os reinados de Cláudio e Nero, mas será sobretudo durante o período flávio que a maior parte da *sigillata* sudgálica chegou às cidades algarvias. Esta visão geral, e necessariamente redutora, pode, no entanto, ser mais pormenorizada, de forma a tornar possível destacar as diferenças que, apesar de tudo, se podem encontrar no abastecimento a Faro, *Balsa* e Castro Marim.

Quanto à distribuição das formas lisas, é claro nos três sítios o domínio dos tipos mais comuns, como taça da Drag. 24/25 e 27 e dos pratos Drag. 18 e Drag.

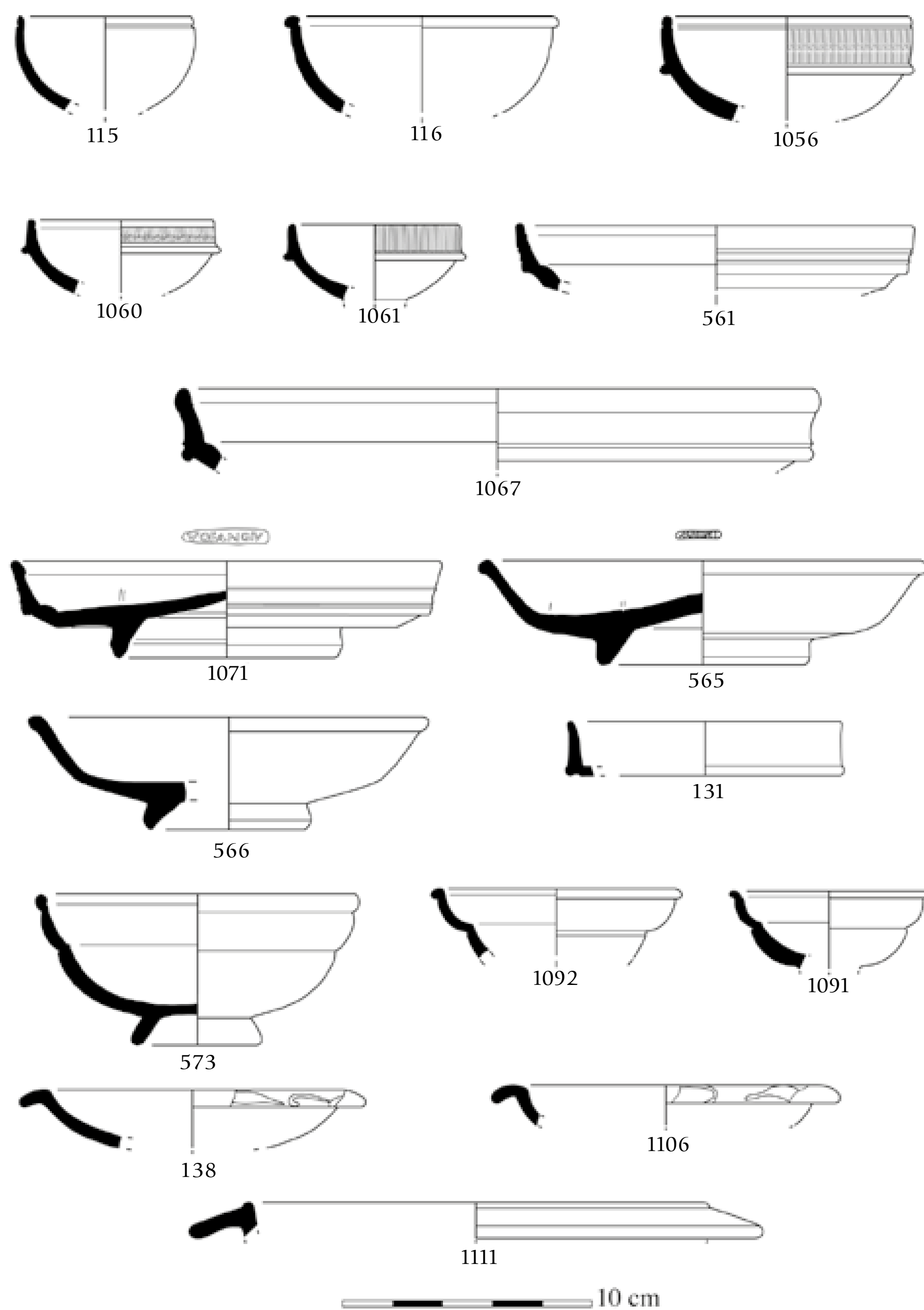


Fig. 25 – Faro, *Balsa* e Castro Marim. *Terra sigillata* sudgálica.

15/17. A forma Drag. 35/36 encontra-se igualmente representada por percentagens importantes, o que é bastante significativo, uma vez que esta forma constitui uma das mais comuns dentro das produções flávias de La Graufesenque. Outras formas constituem exemplos minoritários em Faro e *Balsa*, como é o caso das taças Ritt. 8 e 9 ou do prato da forma Drag. 15, 16 e 17, estes presentes apenas em Faro e Castro Marim, materiais cuja cronologia aponta para um momento anterior aos anos 60 do séc. I. Em Faro, regista-se ainda um exemplar da forma Halt. 14 (?), datado do primeiro e do segundo quartel do séc. I d.C. e outro Drag. 4/22 (de 40 /70), e, em Castro Marim, encontra-se um exemplar da forma Ritt. 12, datados das primeiras décadas da segunda metade do séc. I.

As formas decoradas, por um lado, e os motivos decorativos dos fragmentos datáveis, por outro, permitem igualmente reconhecer as fases de maior volume de importação das produções sudgálicas. As formas mais representadas são a Drag. 29, Drag. 30 e Drag. 37, sendo esta última claramente maioritária no conjunto de *Balsa*. Regista-se também a presença, ainda que pouco expressiva, da forma Drag. 11 em Faro e em Castro Marim e, neste último sítio, a forma Hermet 9 está também presente, o que confere ao conjunto castro marinense um carácter particular, pela diversidade de formas decoradas que aí se encontram. O cantil Déch. 63 e as formas fechadas Hermet 7 constituem outros exemplos de formas decoradas identificadas.

A leitura da **Figura 26**, onde se compara a cronologia dos fragmentos para os quais foi possível obter datação com base nos motivos ou esquemas decorativos,

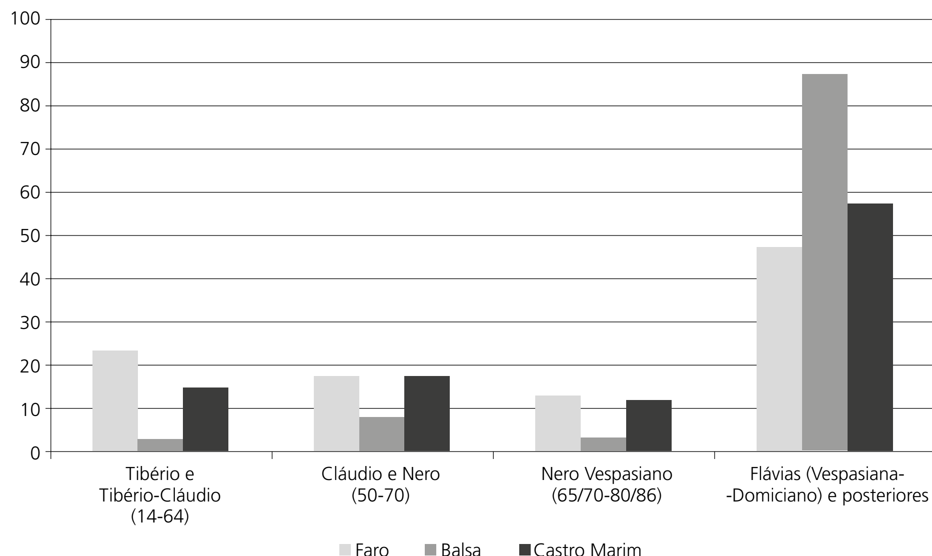


Fig. 26 – Percentagem dos fragmentos de *terra sigillata* sudgálica decorados segundo a sua cronologia. Faro, *Balsa* e Castro Marim.

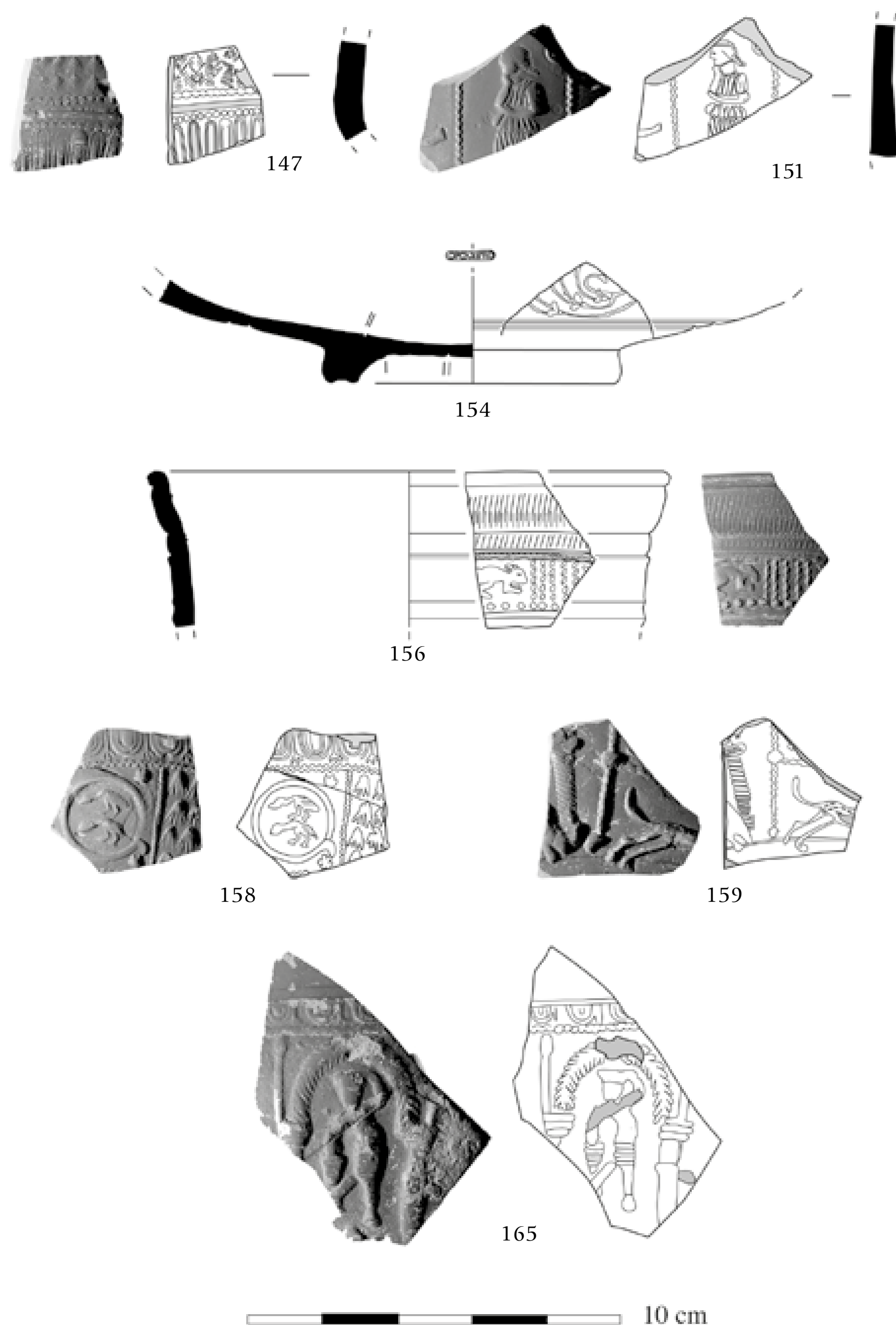


Fig. 27 – Faro. Terra *sigillata* sudgálica decorada.

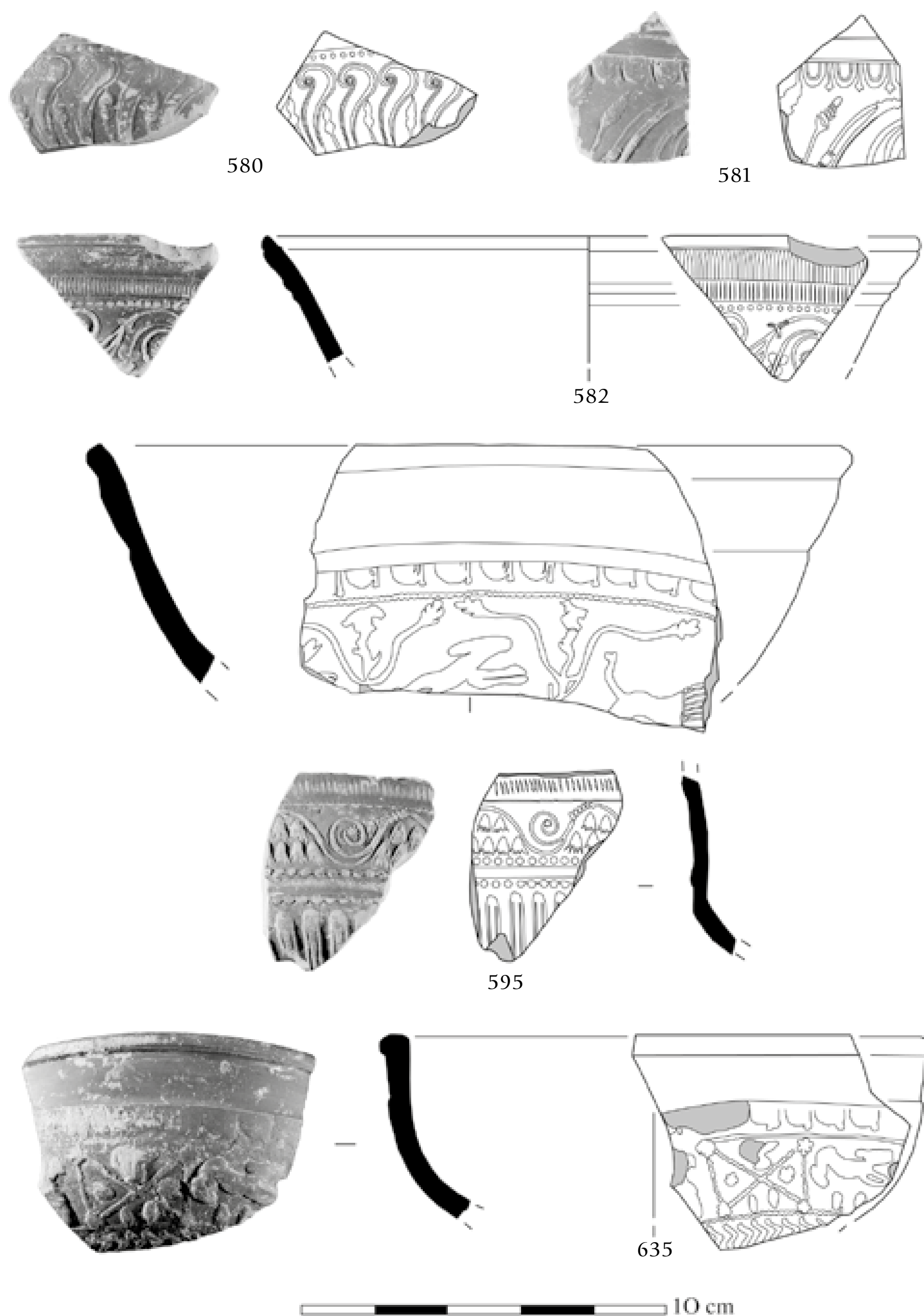


Fig. 28 – *Balsa*. *Terra sigillata* sudgálica decorada.

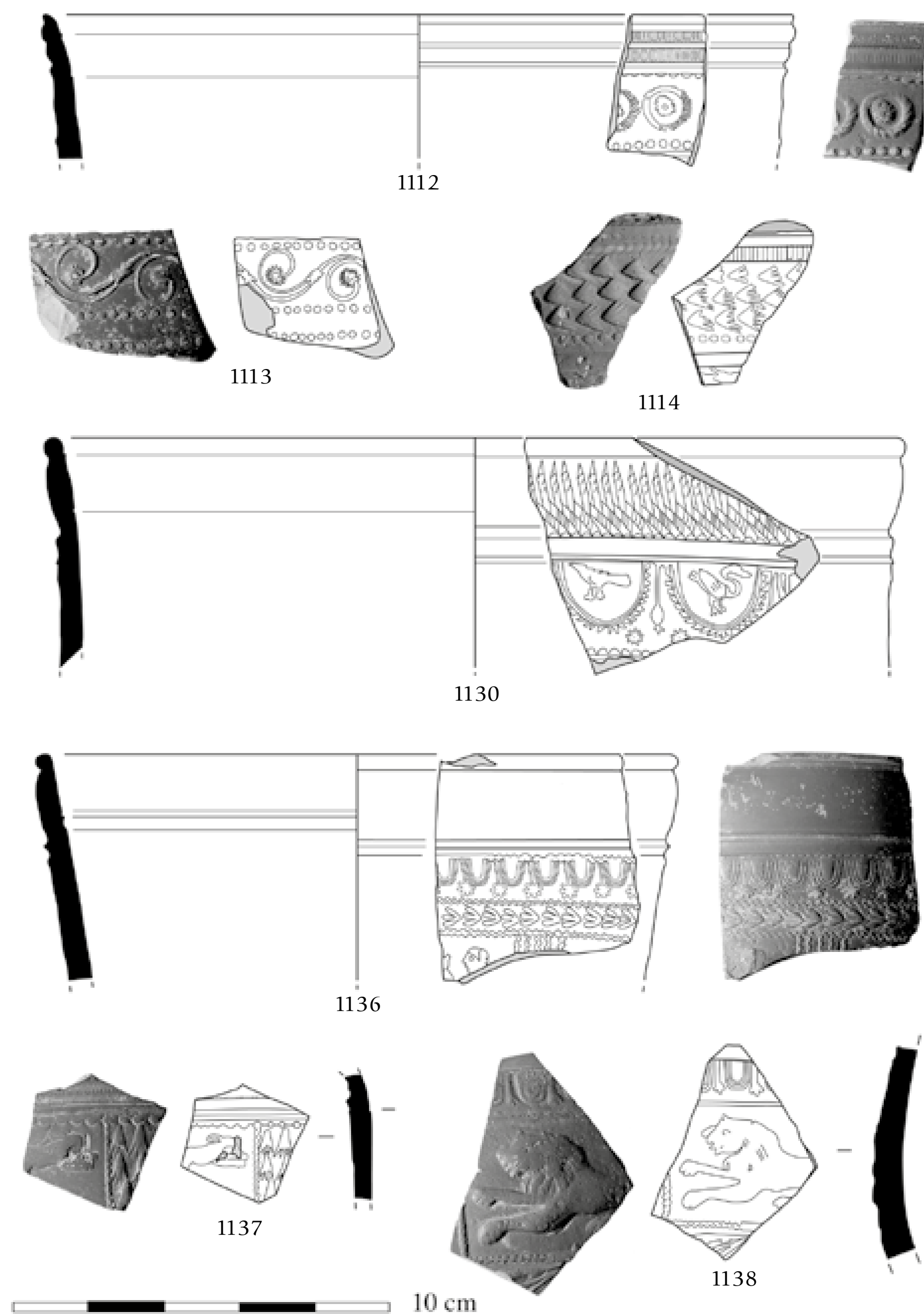


Fig. 29 – Castro Marim. *Terra sigillata* sudgálica decorada.

é também esclarecedora, quer em termos numéricos quer percentuais. Neste caso analisou-se o nmi (número máximo de indivíduos) para os fragmentos decorados. Tal como já se referiu, não parecem restar dúvidas que foi durante o período flávio que a maior parte da *sigillata* decorada foi importada para os três núcleos urbanos (**Figura 27 a 29**). Verifica-se, mesmo assim, que esta realidade possui matizes que devem ser destacados e analisados.

Se tudo aponta para que os materiais do período flávio sejam esmagadores em *Balsa*, o que a presença da forma Drag. 37 já deixava antever, constata-se que em Faro e em Castro Marim as importações anteriores são bastante significativas. Estas possuem percentagens apreciáveis, entre os cerca de 12% e 25%, durante todo o período de produção de La Graufesenque, desde a época de Tibério e Tibério-Cláudio, assim como nos reinados de Cláudio e Nero, o mesmo sucedendo com as peças que se atribuiu ao período de Nero e Vespasiano. Efectivamente, a percentagem de fragmentos decorados que se integram em período flávio é elevada nas cidades algarvias, o que constitui uma característica própria desta realidade costeira meridional. Verifica-se, ainda, que apesar de raras, as importações sob Trajano perduraram nestes sítios.

No período flávio, são abundantes os motivos e os esquemas decorativos com composições metopadas e painéis compartimentados e as figurações de personagens estão igualmente presentes. De um modo geral, as decorações encontram-se empastadas e pouco nítidas, mostrando uma moldagem deficiente, o que dificulta, por vezes, a identificação dos motivos, que se tornam mais grosseiros. Em *Balsa*, tinha sido colocada a possibilidade de uma série de fragmentos decorados pertencerem ao centro produtor de Banassac, aspecto justificado pelo carácter tardio do conjunto (Nolen, 1994, p. 72). Na amostra estudada posteriormente, verificámos que as decorações mais tardias destes oleiros se assemelham às do centro produtor de La Graufesenque, sendo por isso difícil a sua clara distinção. Mantém-se portanto em aberto a possibilidade de existirem, nas cidades algarvias, testemunhos de outros centros produtores além de La Graufesenque, como Banassac, ou mesmo Rozier como a marca de Sabinus poderá, eventualmente, testemunhar.

Outro aspecto relevante na análise do perfil de importação dos sítios em estudo corresponde à distribuição cronológica das marcas de oleiro (**Figura 30**). O conjunto das marcas mostra que ocorrem quase exclusivamente oleiros que produziram em La Graufesenque durante as diversas fases que a produção conheceu, desde Cláudio até às últimas décadas do séc. I, ou mesmo aos inícios do séc. II. Os oleiros das oficinas de maior produção encontram-se bem representados, mas os que registam relativamente menor número de ocorrências nas obras de referência consultadas (Oswald, 1931; Beltrán, 1990; Polak, 2000) estão também documentados. À excepção de Iucundus, Crestio e Secundinus, que ocorrem por diversas vezes, o primeiro em Castro Marim e os últimos em *Balsa*, os restan-

N.º	Oleiro	Leitura	Polak, 2000	Origem	Forma	Local na peça	Caixilho	Cronologia	Ilustração
Faro 181	CANTUS	OF.CANT	p. 196	La Graufe-senque	Indet.	Fundo interno	Rectang. com ângulos arredond.	Cláudio-Nero	Viegas 2009, Est. 13, nº 181
Faro 142	CAPITO	CAPITO F	p.197	Idem	Idem	Idem	Idem	Cláudio-Nero	Viegas 2009, Est. 13, nº 142
Faro 182	CELADUS	CE(I ?)	p. 201	Idem	Idem	Idem	Rectangular de extremi-dade bífida	Nero	Viegas 2009, Est. 13, nº 182
Faro 154	CRESTIO	OF.CRESTIO	p. 213	Idem	Drag. 29	Idem	Rectang. com ângulos arredond.	Pré-flaviano	Viegas 2009, Est. 13, nº 154
Faro 183	IUCUNDUS	I (?)N …	p.242-243	Idem	Indet.	Idem	Idem	Nero-Flávios	Viegas 2009, Est. 13, nº 183
Faro 184	SABINUS	BINVSF	p. 313-315	La Grau-fesenque/ Rozier	Drag. 29 (?)	Idem	Idem	Vespasia-no	Viegas 2009, Est. 13, nº 184
TA 2004.164.2	MARINVS	MARINI	p. 260, M26	La Graufes	Drag. 18	Fundo interno	Rectang. c/ ângulos arredond.	80-110	Viegas 2009, Est. 19, nº 120
TA.2004.150	NIGER	ONICI com N retrogrado	p. 280-281	La Graufes	Indet	Fundo interno	Rectang.	50-70	Viegas 2009, Est. 19, nº 121,
TA.2004.271	PATRICIVS	OFPAT	p. 285	La Graufes/ Rozier/ Carrade	Indet.	Fundo interno	Rectang. c/ ângulos arredond.	60/80	Viegas 2009, Est. 19, nº 122,
TA.2004.148.21	PVDENS	OFPVDE	p. 303	La Graufes	Indet.	Fundo interno	Elipse	40-80 (?)	Viegas 2009, Est. 19, nº123,
TA.2004.107.30	SABINVS	[…]S(?)BIN	p. 313	La Graufes	Indet.	Fundo interno	Rectang. c/ ângulos arredond (?)	65-85	Viegas 2009, Est. 19, nº 124,
TA.2004.151	SECVNDVS	SECVN	p. 322	La Graufes	Indet. Drag. 27 ?		Rectang. c/ ângulos arredond.	Cláudio-Nero	Viegas 2009, Est. 19, nº 125,
TA.1990.4.273	SECVNDINVS	SECVNDINI	p. 321-322, S64	La Graufes	Drag. 18	Fundo interno	Rectang. c/ ângulos arredond.	75-100	Viegas 2009, Est. 19, nº 126,
TA-1090	BIRAGILLVS	BIRACIL		La Graufes	Drag. 37	Parede exterior		Domic.-Trajan	Nolen, 1994, ss-69, p. 82, est. 16, fig. 20
TA.14608	CASTVS	F CAS		La Graufes	Drag. 27	Fundo interno		Cláudio-Vespas	Nolen, 1994, ss-58, p. 83, est. 16, fig. 20
TA 14847	CHRESTVS	CH HR		La Graufes	Possível Ritt.8	Fundo interno		Nero – Vespasi	Nolen, 1994, ss-70, p. 83, est. 16, fig. 20
14846	CRESTIO	CRESTI	p. 214	La Graufes	Drag. 27	Fundo interno	Rectang ângulos arredond	50-75	Nolen, 1994, ss-71, p. 83, est. 16, fig. 20
14707A	CRESTIO	FCRES rectrógrada	p. 214, C162	La Graufes	Drag 27	Fundo interno	Caixilho irregular	70-100	Nolen, 1994, ss-72, p. 83, est. 16, fig. 20
14707B	IVSTVS	OF IVS[T]	p. 248, I39	La Graufes	Provável Drag. 27	Fundo interno	Rectang ângulos arredond	50-70	Nolen, 1994, ss-73, p. 83, est. 16, fig. 20

N.º	Oleiro	Leitura	Polak, 2000	Origem	Forma	Local na peça	Caixilho	Cronologia	Ilustração
14614	MELAINVS	MEL ANO	p. 267	La Graufes	Drag. 15/17	Fundo interno	Rectang ângulos arredond	45-70	Nolen, 1994, ss-45, p. 81, est. 15, fig. 20
14658	MICIO	MICVI		LA Graufes.	Drag. 27	Fundo interno		Flávio	Nolen, 1994, ss-63, p. 82, est. 16, fig. 20
14653	L MVRR	L MVRRA	p. 276	La Graufes	Drag. 18	Fundo interno	Rectangular	55-70	Santos, 1971, nº5, p. 240; Nolen, 1994, ss-47, p. 81, est. 15, fig. 20
CM 1154	ANGIUS	VO FANGIV	Oswald, 1931, p. 17; Bémont et Bourgeois, 1986, p. 279	La Graufe-senque	Drag. 15/17	Fundo interno	Rectang. com ângulos arredond.	Flávio	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1154
CM 1155	APIAS, TITUS IULIUS	T.API (retro)	Oswald, 1931, p. 19.	La Graufe-senque	Indet.	Idem	Idem	Séc. I	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1155
CM 1156	BILLICATUS	OFIC.B	Polak, 2000, p. 184, em particular B62, p. 185	La Graufe-senque	Indet.	Idem	Idem	30-60	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1156
CM 1157	CELADUS	[…]DIMA	Polak, 2000, p. 201-202	La Graufes	Indet.	Idem	Rectang c. extremidade bífida	55-70	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1157
CM 1158	FUSCUS II	FV·SC	Polak, 2000, p. 231	La Graufes	Indet.	Idem	Rectang. com ângulos arredond.	80-120	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1158
CM 1159	IUCUNDUS	OF IVCVN	Polak, 2000, p. 242-244	La Graufe-senque	taça	Idem	Idem	Nero e Flávios	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1159
CM 1160	IUCUNDUS	VCVND	Idem	La Graufe-senque	taça	Idem	Idem	Nero e Flávios	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1160
CM 1161	IUCUNDUS	IVCVNI	Idem	La Graufe-senque	taça	Idem	Idem	Nero e Flávios	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1161

Fig. 30 – Marcas de oleiros da Gália em Faro, *Balsa* e Castro Marim.

tes oleiros não se repetem nos três sítios estudados, encontrando-se representados por apenas uma marca cada. A presença esmagadora dos oleiros de La Graufesenque nas cidades algarvias não é de estranhar, uma vez que a difusão dos produtos de Montans se encontra actualmente bem definida para a região do Noroeste da Península Ibérica, considerando-se os achados que ocorrem fora desta área como meramente esporádicos (Martin, 2005, p. 21-62).

No estudo recente que A. Mees dedicou aos aspectos relacionados com a comercialização dos produtos de La Graufesenque, teve por base essencialmente a distribuição da *terra sigillata* decorada (Drag. 29) com marca de oleiro (Mees, 2007, p. 145-208). Segundo este investigador, os mercados do Mediterrâneo, em que a Península Ibérica se insere, constituiram-se como complementares às áreas

de exportação preferenciais da *sigillata* sudgálica que correspondem aos do Noroeste da Europa. Um dos oleiros que exemplifica este fenómeno, seria Iucundus, com uma presença muito significativa na Península Ibérica (Mees, 2007, p. 148), aspecto que os exemplares de Castro Marim ajudam a confirmar. Este autor refere ainda que, na comercialização da *sigillata* sudgálica «La route atlantique contournant la péninsule ibérique n'a joué qu'un rôle plutôt insignifiant pour l'exportation des produits de La Graufesenque» (Mees, 2007, p. 152). Assim, defende que a presença de produtos tardios de La Graufesenque no território algarvio se deve prender com o abastecimento à Narbonense, portanto sem relação directa com a exportação para a *Britannia*, que regista mesmo um declínio nesta época.

Neste contexto, os dados existentes parecem apontar para que o papel do abastecimento militar na difusão dos produtos de La Graufesenque seja muito reduzido ou mesmo nulo, quando se trata de regiões como o sul da Península Ibérica.

No território algarvio registam-se marcas de oleiros sudgálicos dispersos por diversos sítios, e sempre em quantidades bastante reduzidas. Na necrópole junto de Monte Molião (Lagos), por exemplo, encontram-se exemplares atribuídos a Castus (2 peças), a Cosius Rufinus, a Fuscus I, a Perrus e a Primus e Scota (Santos, 1971, p. 352-353; Diogo, 1980a), todos oleiros de La Graufesenque. Em Quinta de Marim (Olhão), está documentado novamente o oleiro Castus (Diogo, 1980a, p. 57). Com referência de proveniência da antiga Quinta das Antas, propriedade que é contígua à Quinta de Torre de Ares (cidade de *Balsa*), D. Diogo regista marcas dos oleiros Celer e Murranus (Diogo 1980a, p. 62 e p. 169). Já no curso do Guadiana, apenas o oleiro Vitalis está documentado (Diogo, 1980a). Trata-se, portanto, de alguns oleiros já atestados nas cidades de Faro, *Balsa* e Castro Marim, mas também de outros que ocorrem com apenas um exemplar no actual Algarve.

Este fenómeno, para o qual não possuímos explicação imediata, encontra-se igualmente presente em *Olisipo*, cidade onde as marcas de oleiros exumadas na Praça da Figueira são distintas das da Sé (Silva, 2005, p. 284).

O estudo da *sigillata* sudgálica marmoreada, cuja produção inicialmente se julgou que teria tido lugar entre 40 e 70 d.C., tem sido valorizado pela investigação mais recente sobre as oficinas de La Graufesenque (Genin, 2006, p. 231-243; Genin *et al.*, 2007). De um modo geral, confirma-se em *Balsa* o que tínhamos afirmado para Faro e Castro Marim (Viegas, 2003b, p. 641-646), relativamente à maior frequência da *sigillata* marmoreada nas cidades algarvias, se comparada com o que sucede noutros sítios, como Conímbriga ou mesmo Santarém. De facto, a julgar quer pelo n.º de fragmentos, quer pelo NMI, constata-se que entre o material de Faro existem 35 fragmentos marmoreados, em *Balsa* 27 e em Castro Marim 22, valores muito superiores aos escassos cinco fragmentos referidos para

a cidade de Conímbriga (para um conjunto de 1585 peças) e aos dois de Santarém (para 803 exemplares).

As informações obtidas nos sítios algarvios com base nos dados tipológicos confirmam também as recentes propostas de M. Genin (2006, p. 231-243), que amplia o âmbito cronológico deste tipo de cerâmica para o período entre a década de 30 e a dinastia dos Flávios, uma vez que o tipo Drag. 35/36 e a forma decorada Drag. 37 foram produzidas em *sigillata* marmoreada. Segundo a investigadora francesa, a *sigillata* marmoreada teve uma difusão que privilegiou os mercados da Narbonense e Lyon, na Gália, mas destinou-se sobretudo à Itália central e a Espanha. «La répartition des découvertes, qu'il s'agisse d'ensembles peu documentés ou de fortes concentrations, indique une diffusion privilegiée vers le bassin méditerranéen, à destination de clienteles romaines ou fortement romanisées» (Genin, 2006, p. 241). Além da proporção relativa superior que se regista nos sítios algarvios, a diversidade de formas em que esta cerâmica ocorre mostra, como se referiu, que a sua produção se desenvolveu por todo o âmbito cronológico da manufactura sudgálica de La Graufesenque. A prová-lo, estão as formas Ritt. 9 e Drag. 24/25, pertencentes às fases mais antigas da produção, e as formas Drag. 35/36 e 37, já datadas dos Flávios. Os tipos mais frequentes são os que têm um âmbito cronológico mais amplo, como, por exemplo, a taça Drag. 27, ou o prato 15/17.

Outro aspecto em que os conjuntos algarvios se destacam dos restantes é a percentagem relativa de formas decoradas face às lisas, que em *Balsa* se calcula que seja de 43,4% (NMI). Em Castro Marim, este valor é igualmente elevado (23,5%), aproximando-se de Belo, onde regista 23,6% (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 113). Em Faro, esta percentagem é um pouco inferior, com 15,6%, próxima da que se encontra em Conímbriga ou Santarém (6,3% e 12,1% respectivamente). Entre outros motivos, o carácter mais tardio dos conjuntos algarvios poderá ajudar a explicar este fenómeno.

O abastecimento de *sigillata* sudgálica à cidade de Conímbriga iniciou-se de forma tímida durante o reinado de Tibério, e as importações mais significativas tiveram lugar durante o período compreendido entre o reinado de Cláudio e 75/80, momento a partir do qual se regista o seu declínio (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 69-149). «Les formes typiques des années 75/95 sont déjà moins fréquentes et celles de l'époque trajane inexistantes» (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 69). Em Mérida, a julgar pelo estudo das marcas de oleiro, o *floruit* das importações deu-se igualmente em época pré-flávia, concretamente entre os reinados de Cláudio e Nero, conhecendo uma quebra significativa a partir dos Flávios (Mayet, 1978, p. 80-100).

Em Lisboa, os dados das marcas de oleiro mostram que a partir de 20 d.C. se assiste a um progressivo domínio da *sigillata* sudgálica face à de tipo itálico. De um modo geral, a cidade apresenta um perfil de importação em que o período de

40 a 80 d.C. constituiu o momento de maior intensidade de importação (Silva, 2005, p. 298), seguindo, portanto, um processo idêntico ao da maioria das cidades do ocidente peninsular.

O estudo da *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém mostrou que o abastecimento à cidade do vale do Tejo se fez sobretudo durante meados do séc. I (Viegas, 2003a). Segundo J. C. Quaresma, a maior parte das importações de *sigillata* sudgálica em Miróbriga ocorreu em período anterior aos Flávios, embora o abastecimento à cidade ainda se mantenha durante os reinados de Vespasiano e Domiciano (2003, p. 164, quadro 6).

Em Belo, assistiu-se aos primeiros contactos com a região sudgálica ainda sob Tibério, embora só se possa falar de uma comercialização mais regular a partir do período de Cláudio «suivi d'une rapide conquête du marché sous Claude et Néron, et, aprés, un déclin de plus en plus net, à l'arrêt des importations sous Domitien» (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 169). As investigadoras francesas relacionam esta realidade com o enriquecimento dos habitantes da cidade sob Cláudio, aspecto que ligam às operações militares na Mauritânia.

A elevada percentagem de *sigillata* sudgálica flávia e posterior, em *Balsa*, pode relacionar-se, como já defendemos, com a elevação da cidade a município, neste período (Viegas, 2006a). Igualmente significativo do acréscimo do poder de aquisição dos balsenses nesta época é o facto de a cidade de *Balsa*, e de um modo geral os restantes núcleos urbanos estudados, se abastecerem em diversos mercados da bacia do Mediterrâneo. Apesar de serem escassos os dados estratigráficos, a análise tipológica permitiu constatar que neste mesmo período, estas cidades receberam ainda *sigillata* oriunda da Bética, sejam as produções do tipo Peñaflor, seja a *sigillata* hispânica de Andújar, além da que é originária das oficinas de Tricio e das suas imediações. Por outro lado, tudo aponta para que as primeiras importações norte-africanas de *sigillata* Clara A tenham ocorrido igualmente nas últimas décadas do séc. I, inícios do séc. II.

A diversidade de perfis de abastecimento e consumo de *sigillata* sudgálica, que as cidades espelham, remete-nos, igualmente, para outros aspectos da comercialização dos produtos do Sul da Gália. Particularmente interessante, neste contexto, é o conjunto de materiais recolhidos no naufrágio Culip IV (Nieto e Puig, 2001), na costa da Catalunha, que evidencia uma realidade que, não sendo idêntica, se aproxima da que obtivemos para as cidades algarvias. Referimo-nos, em particular, à cronologia, pois o naufrágio terá ocorrido entre 78-82, momento que coincide com a fase de maiores importações nas cidades algarvias. Por outro lado, o elevado número de peças decoradas face às lisas, remete para um perfil de importação próximo do que se registou, nomeadamente, na cidade de *Balsa*. Contudo, a elevada percentagem, entre o material do naufrágio, da forma Drag. 29 não encontra reflexo nos conjuntos estudados, onde domina a Drag. 37.

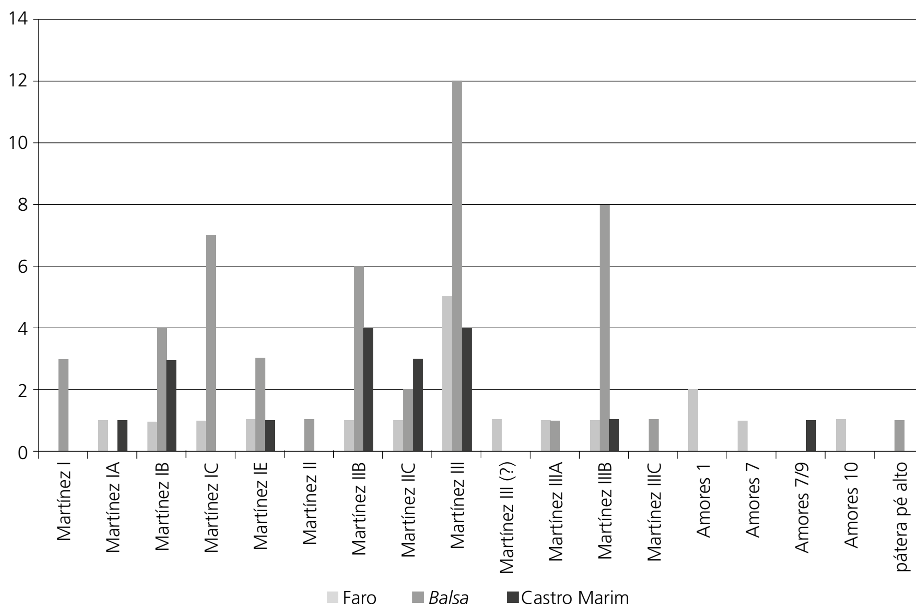


Fig. 31 – Distribuição das formas de *sigillata* hispânica tipo Peñaflor em Faro, *Balsa* e Castro Marim.

Relativamente à chegada de produtos oriundos da Hispânia, distinguimos a *sigillata* hispânica tipo Peñaflor, que constitui um conjunto pouco numeroso, com fraca expressão numérica e percentual. Trata-se de um tipo de *sigillata* com características específicas, e cujo repertório formal se inspirou em diversos modelos de *sigillata* de tipo itálico, sudgálica e hispânica, na cerâmica de paredes finas e ainda na cerâmica de «engobe vermelho pompeiano». Apesar de pouco representativa do ponto de vista quantitativo, o repertório formal presente nas cidades algarvias é bastante diversificado (**Figura 31 e 32**). Contudo, a forma mais frequente no conjunto de cerâmica de tipo Peñaflor de Faro corresponde ao tipo III de Martínez, forma que se filia nos pratos de «engobe vermelho pompeiano». Igualmente representadas as taças e pratos de bordo escalonado dos tipos Martínez I e II, nas suas variantes B e C, correspondem a formas que têm por base modelos itálicos, sendo a taça IE assimilável a formas idênticas sudgálicas, como o tipo Drag. 35/36 e outras que estão mesmo relacionadas com a morfologia do repertório da *sigillata* hispânica.

Os dados cronológicos obtidos nos contextos das necrópoles da região de Córdova apontam para que a maior parte das taças e pratos (Martínez I e II), apesar de se inspirarem em formas itálicas que na sua origem datam do período de Augusto e Tibério, ocorrem em contextos da primeira metade do séc. I, ou mesmo em período posterior (Vaquerizo Gil, Garriguet e Vargas, 2005).

No território hoje português, o limite setentrional da distribuição desta cerâmica, é actualmente o vale do Tejo como mostram os dados recentes da Praça da

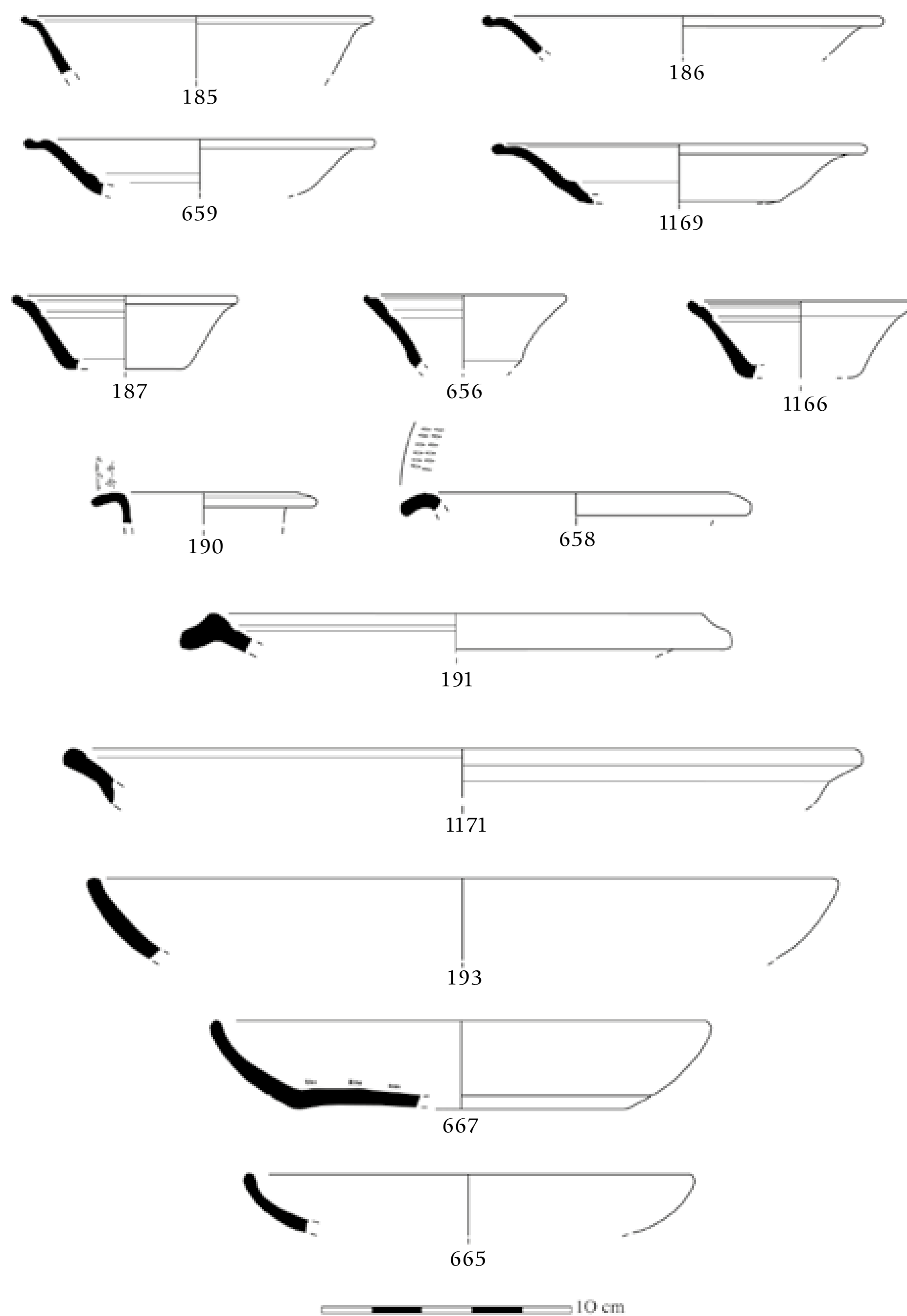


Fig. 32 – Faro, *Balsa* e Castro Marim. *Terra sigillata* hispânica tipo Peñaflor.

Figueira (Lisboa) (Ribeiro, 2010). Anteriormente esta marca situava-se no sítio de Abul, no vale do Sado, onde esta cerâmica ocorre num depósito Augusto-Tiberiano, o que levou os autores a propor um recuo da sua datação para este período. A justificação para o recuo da cronologia desta cerâmica relaciona-se também com a sua ausência na *villa* de S. Cucufate. Como defendemos, em nosso entender não existem dados suficientes para se poder propor um recuo desta datação com base nos dados de Abul (Mayet e Silva, 2002, p. 26, fig. 10, n.º 74-77). Por outro lado, consideramos que a ausência desta cerâmica em sítios como S. Cucufate se prende com as características do abastecimento que esta *villa* teve e que se relaciona com a sua situação geográfica, e não tanto com a cronologia da sua ocupação. A *sigillata* hispânica tipo Peñaflor encontra-se ausente dos conjuntos das cidades de Santarém e Conímbriga, e a sua difusão fez-se sobretudo para a região da Bética e para o Sul da Lusitânia. Uma das linhas de pesquisa que no futuro deve ser desenvolvida, diz respeito à identificação e caracterização deste tipo específico de *sigillata*, procurando um alargamento da informação sobretudo relativamente aos contextos datados.

Recentemente, numa síntese realizada acerca desta categoria cerâmica apresentam-se, além de *Celti* (Peñaflor), outros locais de origem para estas produções, todos no vale do Guadalquivir e propõe-se uma nova denominação para esta categoria cerâmica, a de *Barniz Rojo de Tradición Hispana* (Bustamante Álvarez e Huguet Enguita, 2008, p. 297-306). Em nosso entender a expressão que utilizamos, «*sigillata* hispânica do tipo Peñaflor», parece-nos a mais correcta pois aponta para uma área de origem que pode não ser exclusivamente o sítio de Peñaflor e omite as designações anteriores como a de «sigillata hispânica precoce», que nos

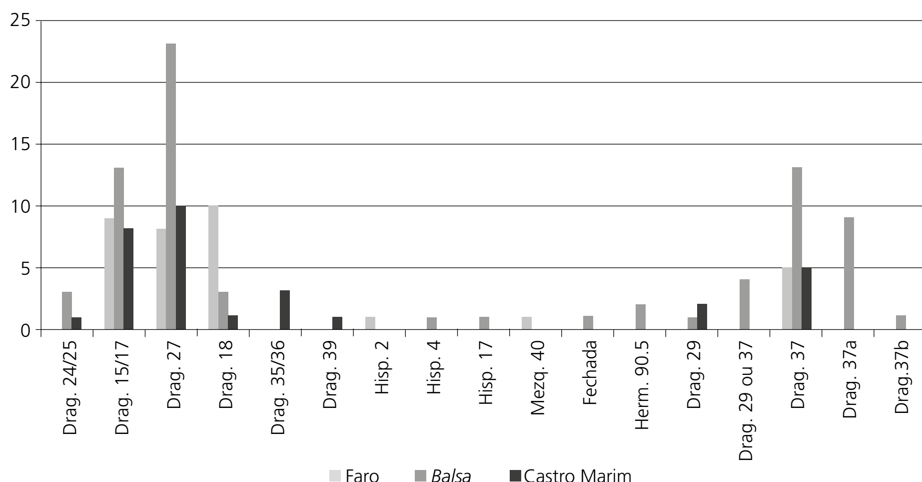


Fig. 33 – Distribuição das formas de *sigillata* hispânica em Faro, *Balsa* e Castro Marim (NMI).

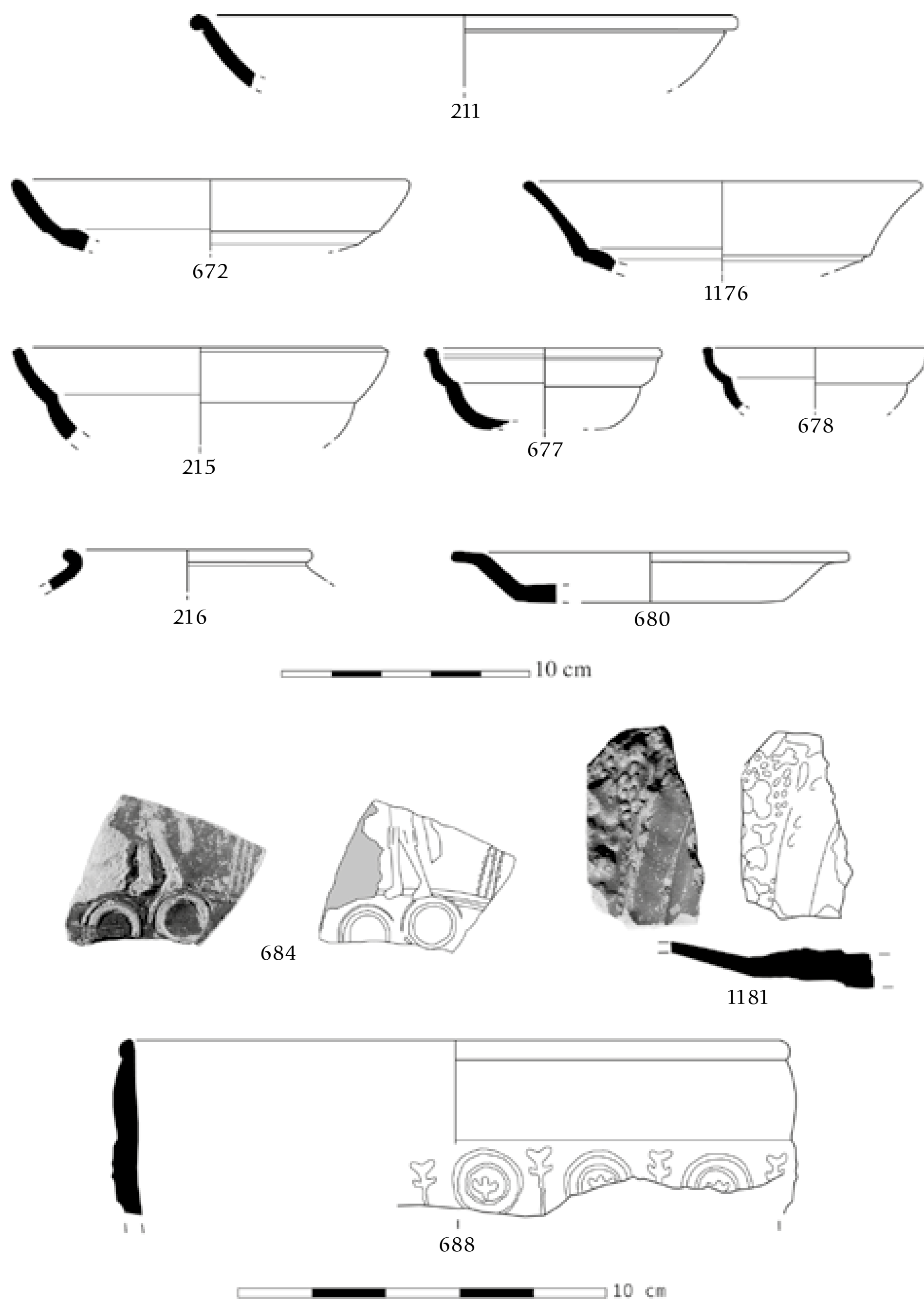


Fig. 34 – Faro, *Balsa* e Castro Marim. *Terra sigillata* hispânica de Tricio e Andújar.

pareciam incorrectas. Outro aspecto que merece referência diz respeito ao mapa de distribuição da *sigillata* tipo Peñaflor, que se encontra manifestamente incompleto no que se refere ao território actualmente português (Bustamante Álvarez e Huguet Enguita, 2008, Fig. 3). Como referimos *supra*, este tipo de cerâmica foi identificado no território algarvio em *Balsa* sendo então designado «cerâmica de verniz vermelho dos Júlio-Cláudios» (Nolen, 1994). Posteriormente foi também referenciado em locais como Abul, no vale do Sado, encontrando-se aí no depósito augusto-tiberiano, sítio que continua a corresponder ao limite setentrional da sua difusão no território hoje português (Mayet e Silva, 2002).

A *sigillata* hispânica oriunda igualmente da Bética, das oficinas de Andújar e da Tarraconense, do centro produtor de Tricio e suas imediações, constitui outro testemunho que durante o período compreendido entre a segunda metade do séc. I e os inícios do séc. II, as cidades algarvias se abasteciam em diversos mercados. A relativamente reduzida quantidade de *sigillata* hispânica nestes conjuntos (8.9% em Faro, 8.3% em *Balsa* e 10.9% em Castro Marim) ficou a dever-se, em nosso entender, por um lado, ao volume das importações sudgálicas, que têm ainda um peso muito expressivo nestas cidades e, por outro, à relativamente rápida imposição da *sigillata* clara A.

A maior parte das formas correspondem ao prato Drag. 15/17, à taça Drag. 27 e, em menor escala, ao prato Drag. 18 e à taça Drag. 24/25. Como se pode constatar pelas **Figuras 33** e **34** estes tipos de tradição sudgálica são os mais frequentes, mas os detalhes tipológicos mostram as modificações que os oleiros hispânicos lhes imprimiram. Assim, os pratos Drag. 15/17, que ocorrem maioritariamente em fabricos de Andújar, já não apresentam a parede moldurada e baixa, mas sim paredes abertas e inclinadas, perdendo os bordos das taças Drag. 27 o seu bordo de lábio de perfil semicircular ou triangular, tendendo também a simplificar-se.

Os perfis típicos das oficinas hispânicas encontram-se sempre representados por escassos exemplares dos tipos Hisp. 2, 4, 17 ou Mezq. 40, e as raras formas fechadas (Herm. 90.5) ocorrem apenas em *Balsa*, o que se poderá explicar, pelo menos em parte, pelo facto de terem a sua origem em contextos de necrópole,

N.º Inv.	Oleiro	Leitura	Refer.ª	Origem	Forma	Local na peça	Caixilho	Ilustração
Faro Nº 224	Valerius Paternus	VAPA VARA ?	Preciado, 1999, p. 130-131	Tricio	Taça	Fundo interno	Rectangular de ângulos arredondados	Figura 15, n.º 224
Balsa 14707	Lapilius ou L.Apillius	L.APPI		Tricio	taça	Fundo interno		Nolen, 1994, sh-9 Est. 18, fig. 20
Balsa TS-9	Sempronius	EXOFSE{E}		Tricio	prato	Fundo interno		Nolen, 1994, sh-10 Est. 18, fig. 20
Balsa 14652		EX·OF{C}AH		Andújar	prato	Fundo interno		Nolen, 1994, sh-15 Est. 18, fig. 20

Fig. 35 – Marcas de oleiros hispânicos em Faro, Balsa e Castro Marim.

sendo materiais que resultam das recolhas de Estácio da Veiga (Nolen, 1994, p. 94). Quanto aos tipos decorados, destaca-se a Drag. 37, que surge sobretudo na sua variante A, mais próxima também do modelo sudgálico, estando a variante B presente em *Balsa*. Quase ausentes dos conjuntos de Castro Marim e Faro, as marcas de oleiros hispânicos encontram-se entre o material de *Balsa*, anteriormente objecto de publicação (Nolen, 1994, p. 94 e 95). Efectivamente, conhecem-se três marcas provenientes desta cidade, duas pertencentes a oleiros de Tricio, Lappilius (Nolen, 1994, sh-9) e Sempronius (sh-10), e uma marca de Andújar EX.OF.CAH (sh-15). Em Olhão, F. Mayet assinalou outra marca deste mesmo oleiro (Mayet, 1984, p. 96) (**Figura 35**).

A maior parte dos fragmentos decorados não permite a identificação da sua forma, tendo-se procurado, neste caso, uma aproximação cronológica com base no estilo e composição decorativa. Mais uma vez, são muito raras as composições que se filiam directamente na *sigillata* sudgálica, dominando os motivos circulares, que passaram a ser mais frequentes na produção hispânica a partir dos finais do séc. I, inícios do séc. II. Nestas condições, constata-se que a *sigillata* hispânica das cidades algarvias coincide com a importação e consumo dos produtos do sul da Gália, no período compreendido entre a segunda metade do séc. I e os inícios do séc. II.

Apesar das dificuldades expressas relativamente à identificação das peças provenientes de Tricio e Andújar, com base numa análise exclusivamente macroscópica, tudo aponta para que a maior parte da *sigillata* hispânica seja originária de Andújar, embora a presença de exemplares das oficinas de Tricio e das suas imediações seja também uma realidade. A comercialização de produtos oriundos do vale do Guadalquivir foi muito intensa neste período e constituiu uma herança da fase republicana e mesmo pré-romana. Estas trocas comerciais reflectiram-se, não só no consumo de cerâmicas finas, como a *sigillata* tipo Peñaflor, a *sigillata* hispânica de Andújar ou a cerâmica de paredes finas, mas também de cerâmica comum e, sobretudo, na comercialização de produtos alimentares transportados em ânforas. Como se desenvolverá no capítulo relativo a estas últimas, a importação de produtos agrícolas originários do vale do Guadalquivir, como o azeite transportado em ânforas do tipo Dressel 20 ou os produtos da uva (*defrutum*) em Haltern 70, é uma realidade a que se associam também os preparados piscícolas, estes oriundos da região gaditana, acondicionados em ânforas dos tipos Dressel 7/11 e Beltrán IIB.

Apesar do que foi expresso, é significativo o volume de importação de *sigillata* originária do vale do Ebro. Como se sabe, a difusão deste tipo de cerâmica fez-se essencialmente por via terrestre, tendo como centros distribuidores para a região da Lusitânia, a capital da província – Mérida. Na Quinta de Marim, a *sigillata* hispânica recuperada em escavações numa área relativamente reduzida é maio-

ritariamente proveniente de Tricio (Silva, Soares e Coelho-Soares, 1992, p. 346), aspecto que também é bastante significativo.

Em Belo, encontra-se um fenómeno idêntico ao das cidades algarvias e a menor percentagem de *sigillata* hispânica foi relacionada com a chegada dos produtos norte-africanos e com a sua concorrência à *sigillata* hispânica (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 212). Nesta cidade, assiste-se a um equilíbrio entre as produções de Tricio e Andújar.

Em outros sítios, como na Ilha do Pessegueiro, a *sigillata* hispânica supera a *sigillata* clara A nos contextos da primeira metade do séc. II (Silva e Soares, 1993, p. 103), aspecto que é bastante significativo, uma vez que os autores incluíram as formas de cerâmica de cozinha africana nas produções de *sigillata* clara A. A *sigillata* hispânica constitui 33% do total e quanto à repartição Tricio/Andújar a proporção é de 28% para a primeira e de 52% para a segunda, sendo considerados como indeterminados 20% dos exemplares.

A percentagem de *sigillata* hispânica em Conímbriga é muito elevada (27%), sendo aqui exclusivamente constituída por exemplares originários de Tricio, facto que constitui um dos argumentos a favor de uma identificação desta cidade com um modelo de comercialização marcado pelo abastecimento através das vias terrestres e com base no centro redistribuidor que a cidade de Mérida constituiu.

Em *Olisipo*, estima-se que a maior parte da *terra sigillata* hispânica tenha sido importada entre a década de 70 do séc. I e os meados do século seguinte, como parece depreender-se da ausência de marcas de oleiros activos na época de Cláudio ou Nero (Silva, 2005, p. 264). Relativamente à presença dos produtos de Tricio e Andújar, a total falta de marcas de oleiro originárias do vale do Guadalquivir não deixa de causar alguma estranheza, procurando-se uma explicação enquadrada nos dados conhecidos para os sítios do vale do Sado, onde domina Tricio ou onde este centro regista, pelo menos, uma posição equilibrada face a Andújar (Silva, 2005, p. 305-306). Para a relativa escassez de marcas de oleiro hispânicas nos contextos estudados da Praça da Figueira é apontada como causa, a introdução da *sigillata* Clara A, que se inicia a partir dos Flávios (Silva, 2005, p. 263-264).

Na Alcáçova de Santarém, a percentagem de *sigillata* hispânica é relativamente reduzida 12,83%, o que antecipa o decréscimo no volume de importações de *terra sigillata* que se vai acentuar no período Baixo Imperial. O volume de *sigillata* oriunda de Andújar é muito elevado na cidade do vale do Tejo, que possui uma longa tradição de importação de produtos alimentares transportados em ânforas da *Ulterior* e, posteriormente, da Bética, quer da sua região costeira quer do vale do Guadalquivir.

Como se pode constatar pela percentagem da *sigillata* clara A, C e D, assim como pela sua distribuição cronológica, o volume e ritmo de importações destes

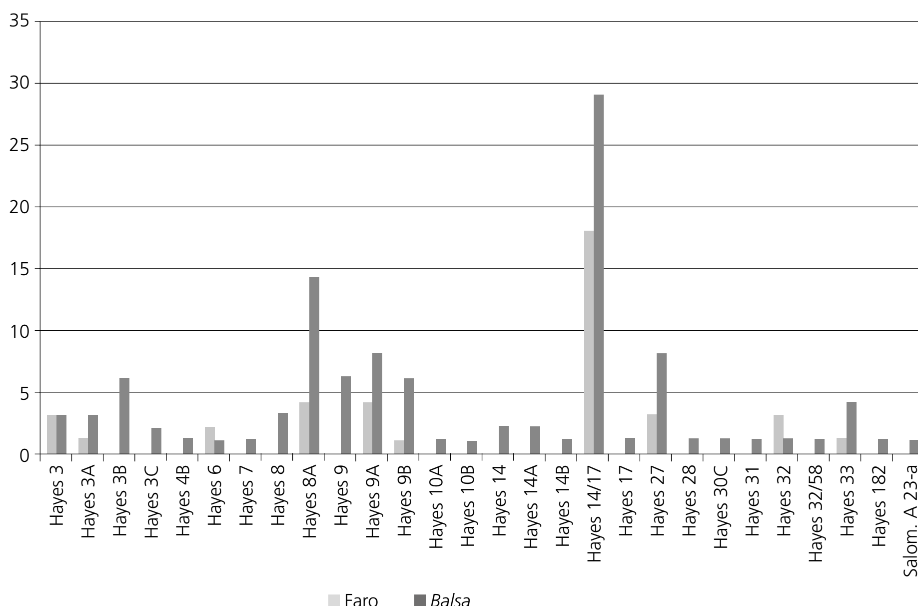


Fig. 36 – Distribuição das formas de *sigillata* Clara A em Faro e em *Balsa* (NMI).

produtos sofreu oscilações consideráveis em Faro e *Balsa*. Efectivamente, trata-se de um longo período que se estende desde os finais do séc. I, inícios do séc. II, até ao terceiro quartel do séc. VI ou mesmo inícios do séc. VII.

De referir que a partir dos finais do séc. I, inícios do séc. II, se assiste ao abandono da área do castelo de Castro Marim. Os materiais tardios que aí se encontram são fruto de deslocações esporádicas e não documentam uma ocupação concreta e continuada. Manteve-se, contudo, a presença romana na região, podendo o núcleo urbano ter-se deslocado para a área da actual vila ou para uma área próxima do porto.

Tudo aponta para que as primeiras importações de *sigillata* Clara A tenham ocorrido nos finais do séc. I, aspecto que se confirma pela presença de formas como Hayes 3, 6, 8, e 9 recuperadas nas cidades de Faro e *Balsa* (**Figura 36** e **37**). Este fenómeno encontra-se documentado em diversos sítios da Bética, designadamente em Belo, Carmona e Itálica, mas esta corrente comercial ganhará maior expressão e regularidade sobretudo a partir do período dos Antoninos. Este mesmo facto foi destacado por M. Delgado nos estudos que desenvolveu nos finais dos anos 60 com base no espólio depositado nos Museus do Alentejo e do Algarve, quando defendeu que o comércio dos produtos africanos se tornou mais importante a partir de meados do séc. II (1968, p. 41-46). A presença de quantidades apreciáveis de exemplares da forma Hayes 14/17 é o testemunho directo deste aumento das importações a partir dos meados do séc. II, patente nos sítios estudados.

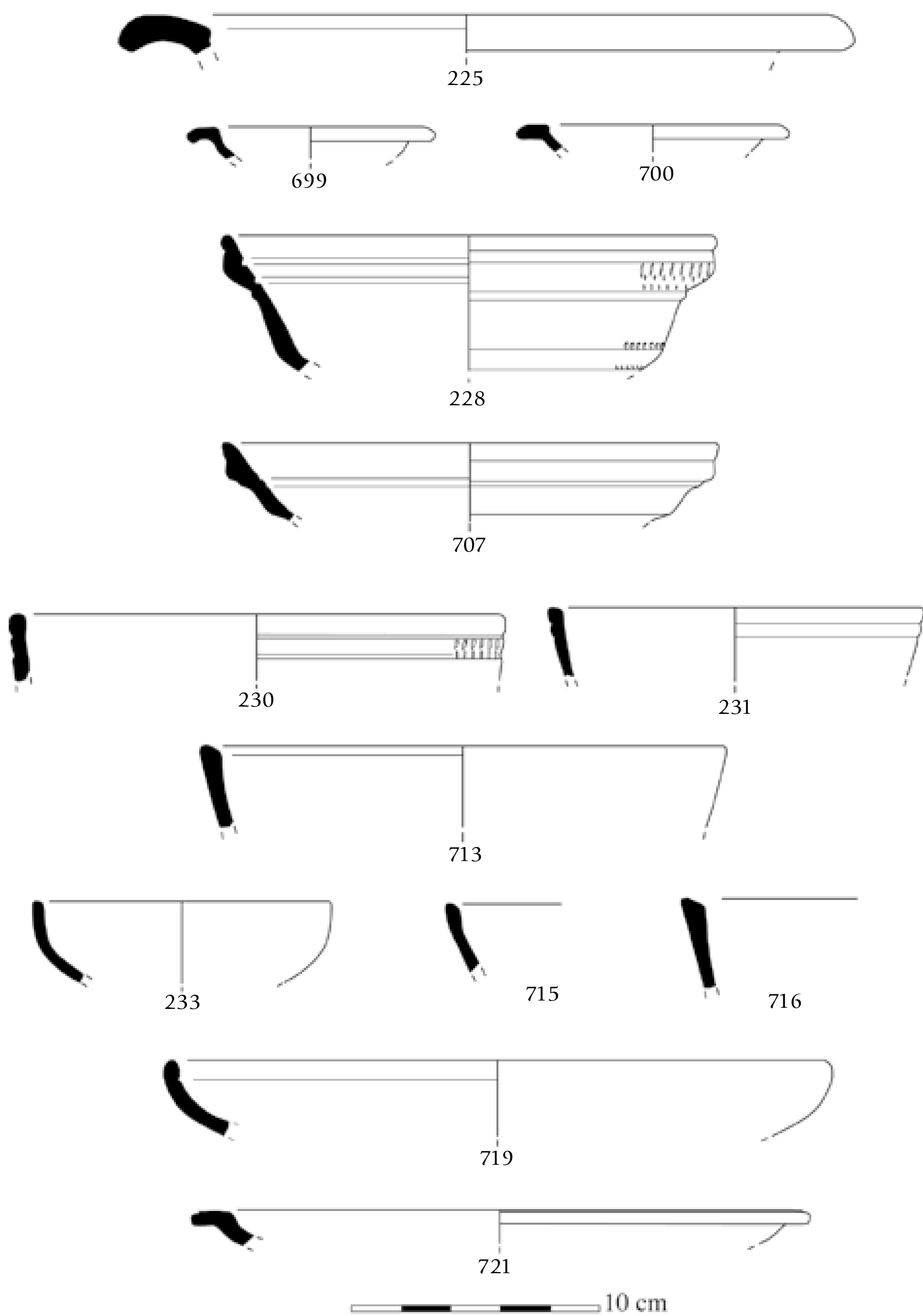


Fig. 37 – Faro e *Balsa*. *Sigillata* clara A.

A comparação do padrão de importação de *sigillata* Clara A para Faro e para *Balsa* mostra ainda que a cidade de *Balsa* regista uma maior diversidade de formas, mesmo que se encontrem representadas por apenas um exemplar. Esta diversidade é ainda mais acentuada, quando incluímos as formas raras (o púcaro Hayes 134-1, a designada anforeta Hayes 161, o biberão Hayes 123 e o cantil Hayes 147-3), provenientes certamente da necrópole de *Balsa* e recolhidas por Estácio da Veiga ainda no séc. XIX.

A percentagem de *sigillata* Clara A é bastante elevada em Belo, valor que é, de certa forma, inflaccionado, uma vez que se incluíram nesta categoria exemplares de cerâmica de cozinha africana das formas Hayes 23 A e B, 181, que correspondem a caçoilas e tachos, cujo fabrico, como se sabe é idêntico ao da *sigillata* clara A («vaissele de cuisine» aparentée à la sigillée claire A» (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 228, Fig. 15). O conjunto de formas identificadas em Belo é muito diversificado, destacando-se a elevada quantidade de exemplares da forma Hayes 27, que é relativamente pouco frequente nos conjuntos algarvios, embora registe oito peças em *Balsa*. As formas fechadas encontram-se representadas, mas atingem apenas um ponto percentual dentro desta categoria.

Os dados contextuais recentes, ainda que provisórios, relativos à cidade de Lisboa (Praça da Figueira) apontam para um início da presença da *sigillata* clara A, em quantidades reduzidas, a partir dos Flávios, com as formas Hayes 3A e 5A, assinalando-se um incremento da sua quantidade a partir do séc. II (Silva, 2005, p. 264).

As importações africanas, como a *sigillata* Clara A só começam a chegar a Conímbriga em meados do séc. II, sendo a sua chegada «atrasada» relativamente ao que sucede nos sítios algarvios, uma vez que *sigillata* hispânica de Tricio se encontra plenamente implantada nos mercados até essa data.

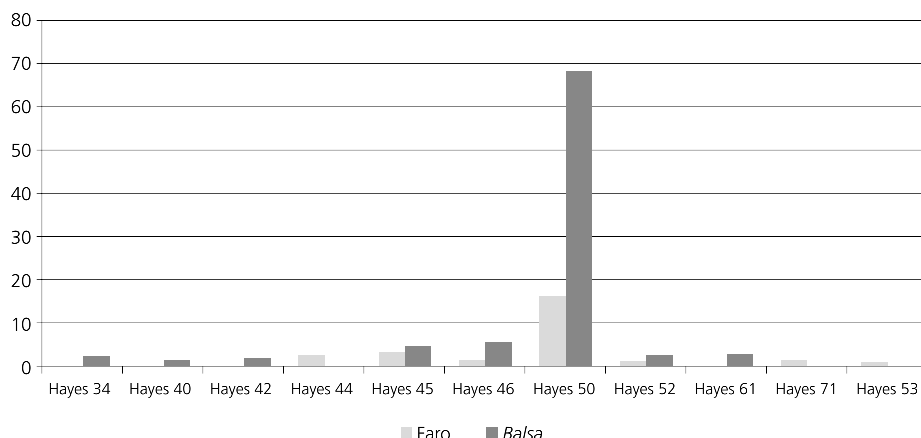


Fig. 38 – Distribuição das formas de *sigillata* Clara C em Faro e em *Balsa* (NMI).

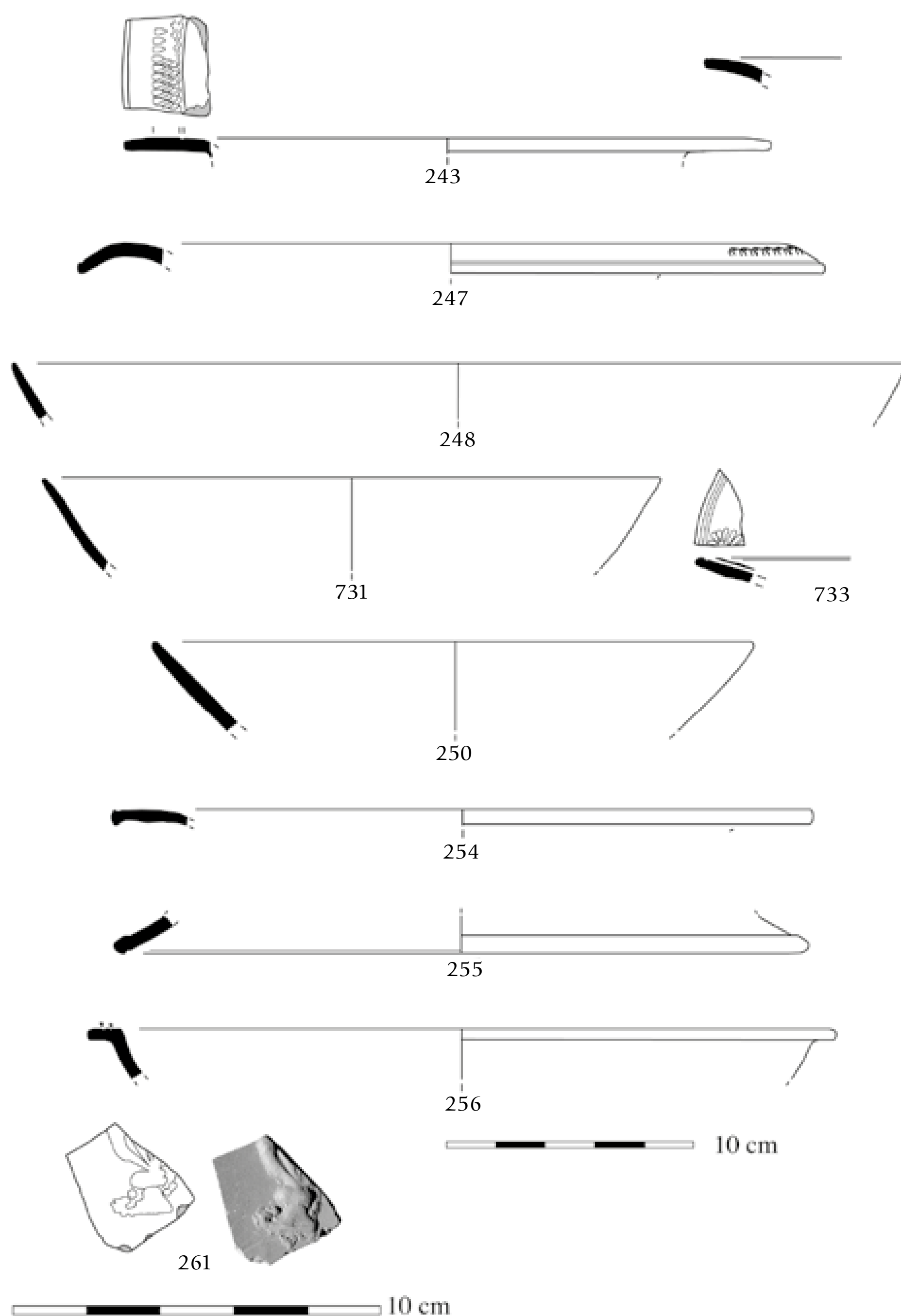


Fig. 39 – Faro e *Balsa*. *Sigillata* clara C.

O padrão de importação da *sigillata* Clara C, originária da Bizacena, reflecte, em Faro e *Balsa*, a mesma monotonia que se encontra nos diferentes sítios onde esta cerâmica ocorre, um pouco por toda a bacia do Mediterrâneo (**Figura 38 e 39**). Verifica-se que, apesar de estarem representadas outras formas, como as Hayes 44, 45, 46 ou as taças com decoração aplicada Hayes 52, a forma mais frequente é a Hayes 50. As duas variantes propostas por Hayes para esta última permitem compreender melhor a sua distribuição cronológica. Em *Balsa*, a importação destes produtos foi mais intensa durante as últimas décadas do séc. III e a década de 20 do séc. IV, ao contrário de Belo, em que a variante B é a mais abundante, datada da segunda metade do séc. IV e dos inícios do séc. V (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 274).

A decoração aplicada encontra-se presente em *Balsa* num exemplar da forma Hayes 52, e em Faro num fragmento da parede interna de um prato do tipo Hayes 53, ou Salomonson a, que ostenta, igualmente, decoração aplicada com o motivo do *cantharus*, de que apenas se conservou a parte inferior.

Nos finais do séc. III ou o princípio do séc. IV, iniciou-se a importação de *sigillata* clara D, categoria que atinge uns expressivos 25,6% em Faro e apenas 14,3% em *Balsa*. Em Belo, a percentagem de *sigillata* clara D soma 25,15%, e constitui o conjunto mais numeroso em termos brutos, aspecto que foi, no entanto, devidamente enquadrado pelas investigadoras francesas (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 386, Fig. 23). Efectivamente, e como já referimos *supra*, o longo período de importação desta cerâmica obriga a prudência na leitura dos dados brutos e das respectivas percentagens, uma vez que esta importação decorreu durante um longo período.

Por outro lado, importa recordar que pude constatar que a distribuição da *sigillata* em *Balsa* difere, de forma significativa, nos diferentes sectores escavados. A presença de *sigillata* clara D é bastante mais expressiva, por exemplo, na área onde se escavou uma unidade de transformação de preparados piscícolas (sector 2), o que concorda, de um modo geral, com o faseamento cronológico que se têm vindo a propor para o desenvolvimento desta indústria no sul da Lusitânia (Fabião, 1992). A partir do séc. III, esta indústria teria tido um maior desenvolvimento, tendo passado a depender da produção local/regional de ânforas para o escoamento da sua produção.

Igualmente em Faro, foi no sector do Museu Municipal que se assistiu a uma maior presença deste tipo de *sigillata*, parecendo mostrar um ressurgir desta área da cidade no Baixo Império, a que não será alheio o papel que poderá ter desempenhado nos primórdios do Cristianismo. Recorde-se que, em Mérida, a maior parte da *sigillata* clara D chegou à cidade entre os meados do séc. IV e os meados do séc. V, fenómeno que foi explicado através do crescimento urbano que se registou após as reformas de Diocleciano, no momento em que a cidade se torna sede de diocese (Vázquez de la Cueva, 1985).

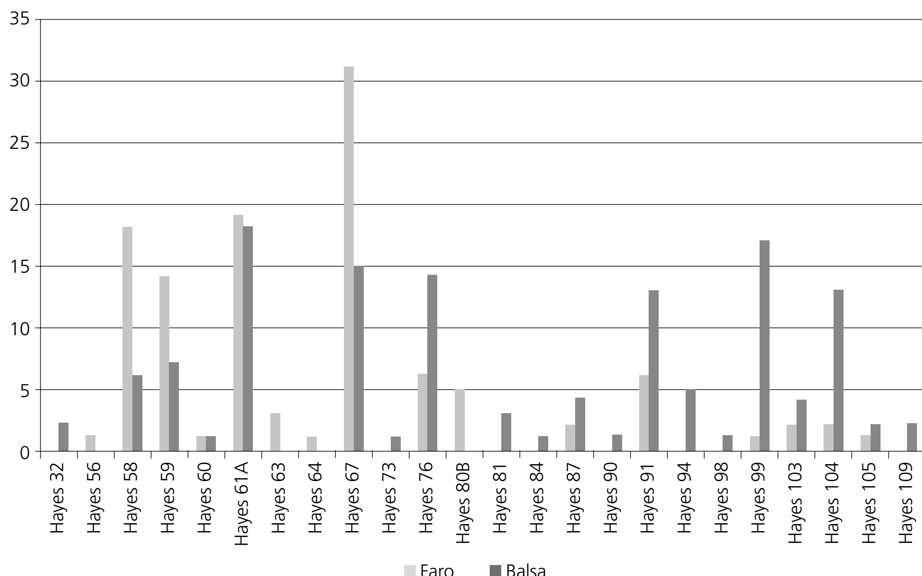


Fig. 40 – Distribuição das formas de *sigillata* clara D em Faro e *Balsa* (NMI).

As importações mais comuns são as que se encontram mais frequentemente nos sítios onde esta cerâmica ocorre, e que se manifestam nas formas Hayes 58, 59, 61, 67, 76 e 91 (**Figura 40 a 42**). Os motivos decorativos do estilo A de Hayes: geométricos (círculos concêntricos e grelhas) e vegetais (folhas de palma, etc.), encontram-se também datados do fim do séc. IV/início do séc. V, sendo igualmente dos mais frequentes no Algarve e nos restantes sítios do Ocidente peninsular.

A cidade de Santarém importou o conjunto de formas mais frequentes, sendo as importações do séc. VI muito raras, documentadas apenas num exemplar de Hayes 99 e 110 (Viegas 2003a, 2003b). As importações tardias ocorrem em Santarém num contexto em que a cidade perdeu grande parte da sua anterior importância.

Em Conímbriga, as formas mais comuns do séc. IV e V encontram-se bem representadas, mas está igualmente presente um número importante de fragmentos da forma Hayes 104, datada entre 530 e 600 (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975).

O conjunto de dados disponíveis sobre a *sigillata* clara D permite apontar para um período dos meados, ou finais do séc. IV e inícios do séc. V, período até ao qual se registou o maior volume de importações para os sítios do Ocidente Peninsular. Nas *villae* do Alentejo, como S. Cucufate, no território de *Pax Iulia* (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990), os meados do séc. V marcam mesmo o final destas importações, enquanto que este fenómeno é ligeiramente anterior na *villa* romana da Tourega (nos arredores de Évora), local onde as derradeiras importa-

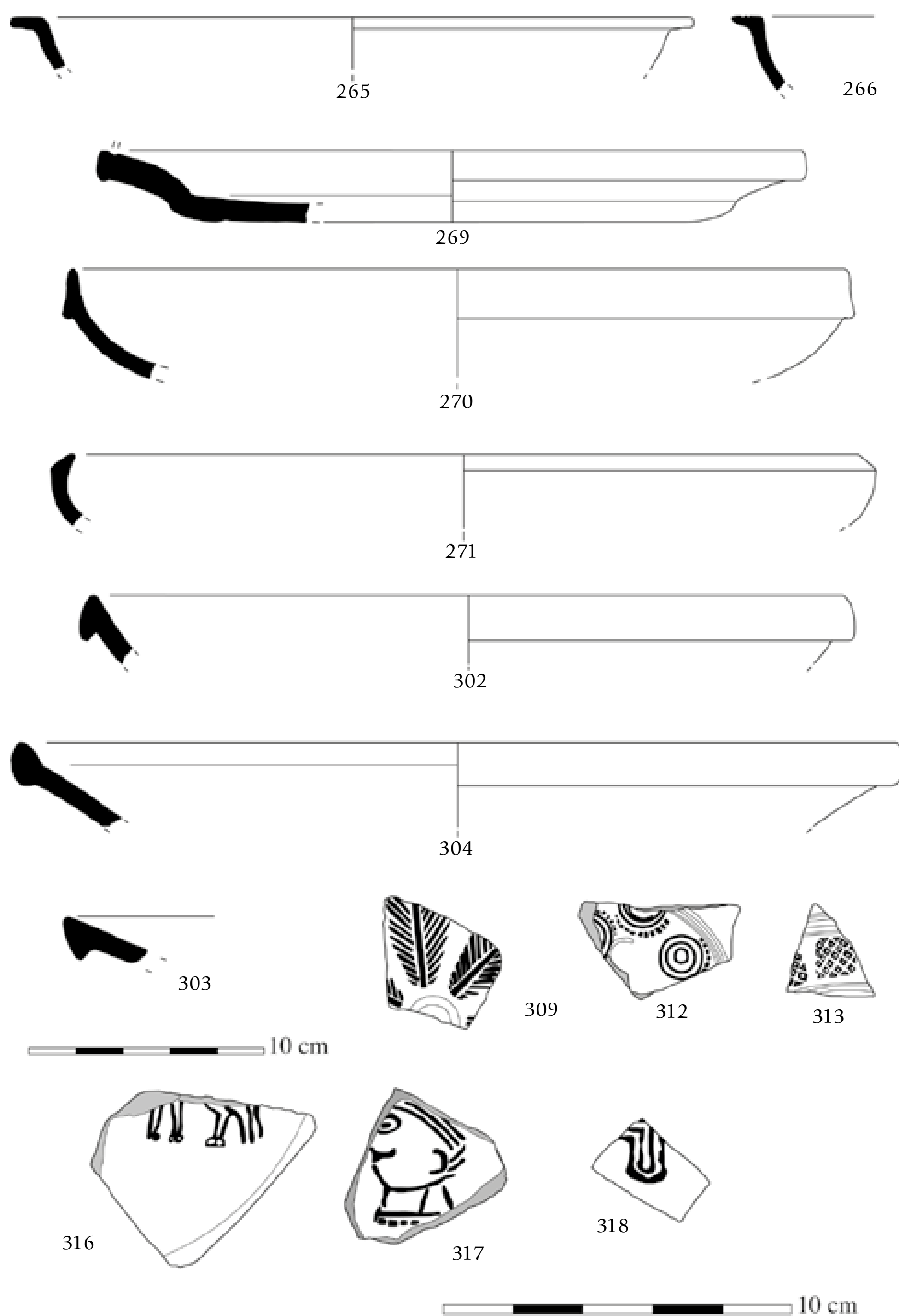


Fig. 41 – Faro. *Sigillata* clara D.

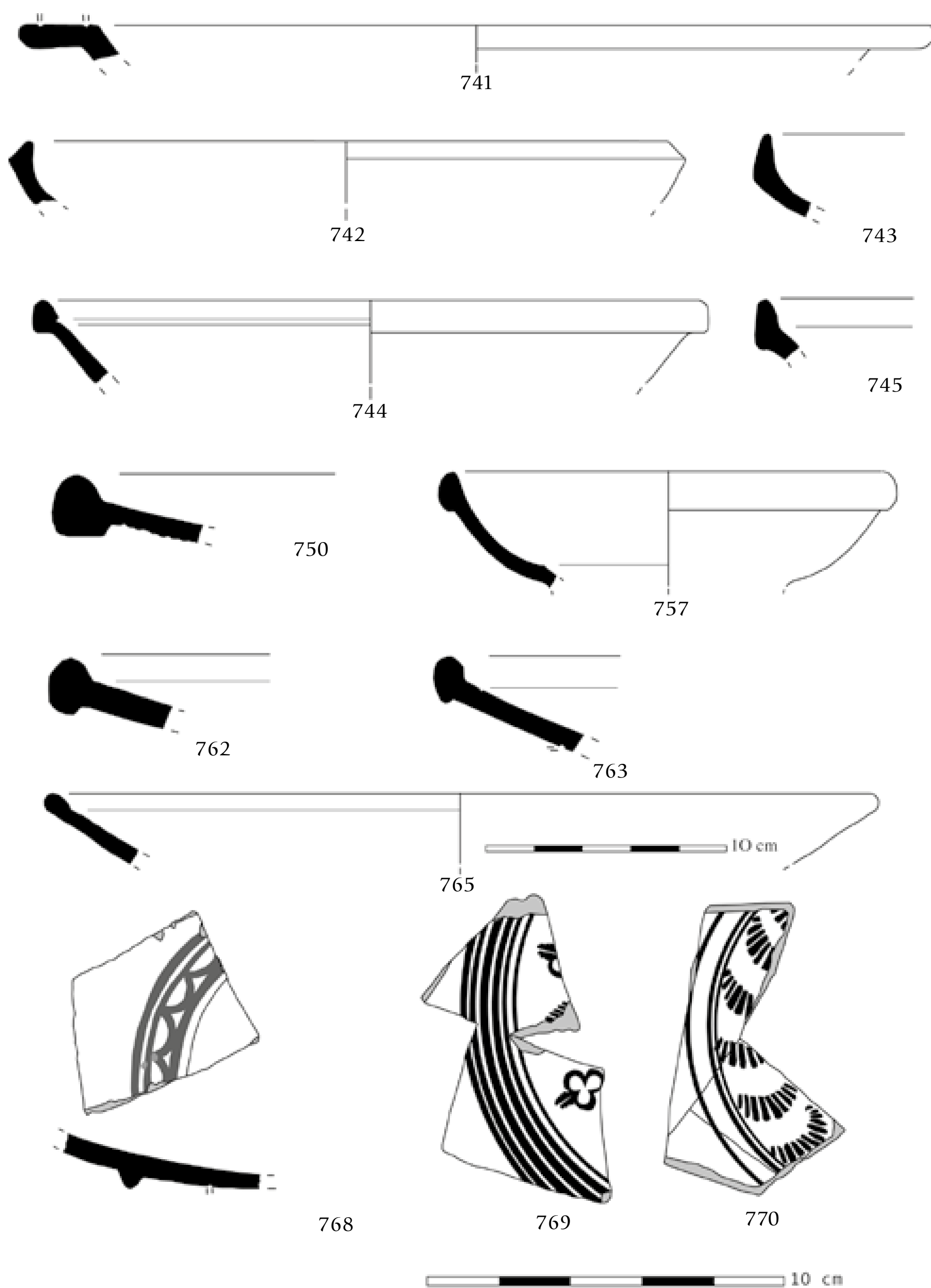


Fig. 42 – *Balsa*. *Sigillata* clara D.

ções de *sigillata* clara D datam do final do séc. IV início do V, altura em que o sítio é abandonado (Pinto, Viegas e Dias, 2004).

Na ilha do Pessegueiro, o final da ocupação e da produção de preparados piscícolas, principal actividade económica deste sítio, encontra-se datado de finais do séc. IV, inícios do séc. V, através, não só das formas de *sigillata* clara D (Hayes 59, 61 e 91) e também das ânforas lusitanas da forma Almagro 50 e 51c, assim como das cerâmicas de cozinha africanas (Silva e Soares, 1993, p. 112).

Em Faro e *Balsa*, as importações prolongaram-se até finais do séc. VI, ou mesmo até aos inícios do século seguinte, mas o volume de importações é bastante menor do que anteriormente. Assim, além das formas Hayes 99, 104, 105 e 109, assinala-se também a presença de raros exemplares que ostentam decoração do estilo E de Hayes. Encontram-se, no entanto, ausentes as formas típicas do séc. VII, como se referiu, formas essas que se podem encontrar nos contextos tardios das cidades espanholas, como Cartagena, (Ramallo Asencio e Ruiz Valderas, 2000; Madrid Balanza, Murcia Muñoz e Santaella Pascual, 2000) e Tarragona (Macias Solé e Remolà Vallverdu, 2000; Aquilué, 2003).

Mesmo que a leitura global da distribuição cronológica da *sigillata* de Faro e *Balsa* mostre um decréscimo das importações durante o período Baixo imperial, as importações norte-africanas registam, igualmente, um muito abundante conjunto de cerâmica de cozinha africana. Assinala-se a presença das cerâmicas de cozinha africanas que possuem fabrico dito aparentado ao da *sigillata* clara A, como as formas Hayes 23 A e B, e 181 e outros fabricos com a chamada «pátina cinzenta», como os muito frequentes pratos/tampa Hayes 196 e o tacho Hayes 197 (Bonifay, 2004a). Através da tipologia das formas representadas pode inferir-se que a importação desta categoria cerâmica ocorreu, sobretudo, entre os meados do séc. II e o séc. V. Como já se discutiu *supra*, é possível que a chegada destes produtos a Faro tenha ocorrido num momento ligeiramente anterior, aquando do abastecimento dos primeiros produtos de *sigillata* clara A, no final do período flávio, mas será a partir de meados do séc. II que se tornam mais frequentes.

A importação de produtos alimentares transportados em ânforas, de origem Norte-africana, é também uma realidade nas cidades de Faro e *Balsa* entre o séc. III e o V, sendo mais rara no Alto Império.

No período Baixo Imperial, as cidades algarvias abasteceram-se igualmente nos mercados do Sul da Gália. Apesar de corresponderem sempre a percentagens

	Faro	*Balsa*	Castro Marim
Luzente	11	6	2
DSP	2	6	

Fig. 43 – Distribuição das formas de *sigillata* luzente e DSP em Faro e *Balsa* (NMI).

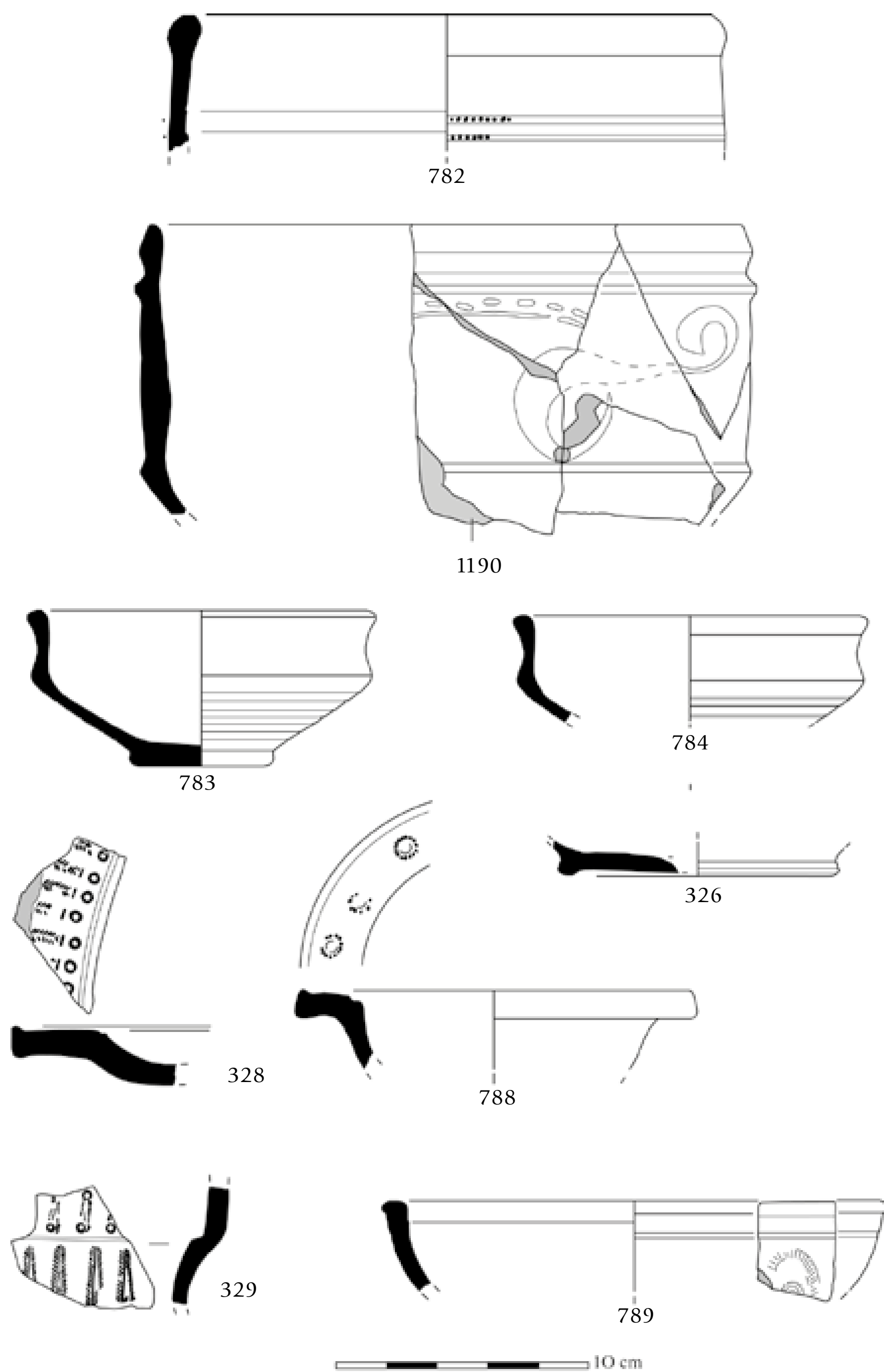


Fig. 44 – Faro e *Balsa*. *Sigillata* Luzente e DSP.

muito reduzidas, encontram-se entre os materiais de Faro e *Balsa*, exemplares de *sigillata* DSP (dita paleocristã) e *sigillata* luzente. Em Castro Marim, onde não registamos uma ocupação efectiva da área do castelo durante este período, a *sigillata* luzente está igualmente presente com duas peças. Um dos fragmentos pertence a uma carena, possivelmente de uma tigela Lamb. 1/3 (Luis. 37a), forma bastante frequente entre as importações desta categoria, e a outra peça corresponde a uma forma Luis. 31/33, que apresenta uma decoração de barbotina relativamente rara (**Figura 43 e 44**).

Em Faro, a *sigillata* Luzente corresponde a 1,7% do total, e está representada pela forma mais comum, a tigela que segue as linhas da sua antecessora Drag. 37, e que corresponde ao tipo Lamb. 1/3 (ou Luis. 37). Esta forma encontra-se datada entre os finais do séc. III e os meados do séc. IV, e corresponde também ao tipo mais frequente no conjunto de *Balsa*. As formas fechadas, como urnas e jarros, também foram importadas para as duas cidades, mas por só se terem conservado os seus fundos torna-se difícil precisar a sua tipologia e cronologia. Alguns destes fragmentos podem ter pertencido à urna Luis. 92, datada entre os meados do séc. III e o séc. V. Maior dúvida permanece em torno de um fragmento de Faro, onde se observa parte de uma decoração incisa. Poderá tratar-se de um exemplar do tipo Lamb. 28.

Ausente em Conímbriga e Santarém, esta *sigillata* ocorre igualmente em Belo, onde corresponde a uma percentagem reduzida de 0,81%. O conjunto é, no entanto, mais numeroso do que os das cidades algarvias, o que poderá justificar a diversidade de formas representadas, sendo, contudo, as formas Lamb. 1/3 (carenada) e Lamb. 2/37 (hemisférica) as mais frequentes, num conjunto onde as formas fechadas também fazem a sua aparição (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 368-369).

A carta de distribuição desta *sigillata* em território hoje português alarga-se a Tróia, onde se identificaram alguns exemplares da forma Lamb. 1/3 (Maia, 1978, p. 295-307). Nos restantes sítios, esta cerâmica não foi registada, mostrando uma distribuição que privilegia, sobretudo, as regiões costeiras meridionais, devendo esta distribuição relacionar-se também com as regiões onde a actividade económica é mais intensa durante o Baixo Império.

A *sigillata* dita paleocristã, que os autores franceses designam actualmente com a sigla DSP («dérivée-des-sigillées paléochrétiennes»), constitui outra das produções tardias das oficinas da Gália, que está presente em Faro e *Balsa*, sendo ainda mais rara que a *sigillata* luzente. A *sigillata* paleocristã de Faro resume-se a dois fragmentos das formas mais frequentes, Rigoir 1 e 18, com decoração estampada com palmetas e círculos, o que permite propor tratar-se de peças originárias da Narbonense, datáveis do séc. VI (Raynaud, 1993b, p. 413-418). Em escavações anteriores realizadas na Fábrica da Cerveja, local próximo do Museu Municipal, foi recuperado um fragmento que pertence à forma Rigoir 2. Trata-se de uma taça com bordo em aba, que ostenta, no topo círculos concêntricos, sendo o

engobe e a pasta de boa qualidade e bem depurados, de cor cinzenta clara (Paulo, 1999/2000).

Em *Balsa*, além da forma Rigoir 1, publicada por J. Nolen, encontra-se igualmente a forma Rigoir 3, de tonalidade acinzentada e com a característica decoração estampada no topo do bordo, além de um exemplar da forma Rigoir 16, neste caso de cor alaranjada, com possível origem na Narbonense.

Na região algarvia, a *sigillata* paleocristã encontra-se em Loulé Velho, onde se recuperaram fragmentos das formas Rigoir 1 e 18 (Gomes e Serra, 1996, p. 43-44). No restante território hoje português, esta cerâmica está presente em Tróia, onde ocorrem novamente as formas mais frequentes Rigoir 1, 3 e 18 (Maia, 1976-77, p. 411-415) e na *villa* romana do Alto do Cidreira (Cascais), onde se identificou um fragmento da forma Rigoir 8 e um outro indeterminado (Nolen, 1988, p. 89).

Em Belo, tal como nas cidades algarvias, a *sigillata* dita paleocristã é ainda mais rara que a luzente, registando um repertório algo diversificado, constituído por oito formas Rigoir 1, 3, 4, 6, 8, 15, 18 e 35 (?)(Bourgeois e Mayet, 1991, p. 370).

A *sigillata* dita paleocristã encontra-se também presente em Conímbriga. Aqui, sob a designação de «*céramique grise du Bas Empire*», foram incluídas não só as «verdadeiras» *sigillatas* paleocristãs, mas também outras produções derivadas desta, de carácter local/regional (Alarcão, 1965; Alarcão *et al.*, 1976, p. 65-69, est. XV e XVI). O prato, com bordo em aba, decoração estampada e pérolas da forma Rigoir 1 regista-se com alguma frequência, ocorrendo igualmente o tipo Rigoir 3 e 15 (Alarcão *et al.*, 1976, p. 66-67). As cerâmicas de Conímbriga foram associadas ao grupo da Narbonense, tendo-se verificado a quase total ausência de fabricos relacionados com as produções da área de Bordéus. «Une telle situation ne peut s'expliquer que par l'existence de circuits commerciaux bien définis et peut-être par l'existence de zones réservées de marché (...)» (Alarcão *et al.*, 1976, p. 66).

Segundo C. Fabião, a presença destas cerâmicas corresponderia à contrapartida comercial das ânforas lusitanas exportadas para a Gália neste período, em particular os tipos Almagro 50 e 51c (Fabião 1996b, p. 337).

Durante a Antiguidade tardia, as importações de *sigillata* foceense, proveniente do Mediterrâneo Oriental são uma realidade. As cartas de distribuição deste tipo

	Balsa	Faro
Hayes 3	3	7
Hayes 3C	2	–
Hayes 3F	3	–
Indet.	1	–
Total	9	7

Fig. 45 – Distribuição das formas de *sigillata* foceense tardia em Faro e *Balsa* (NMI).

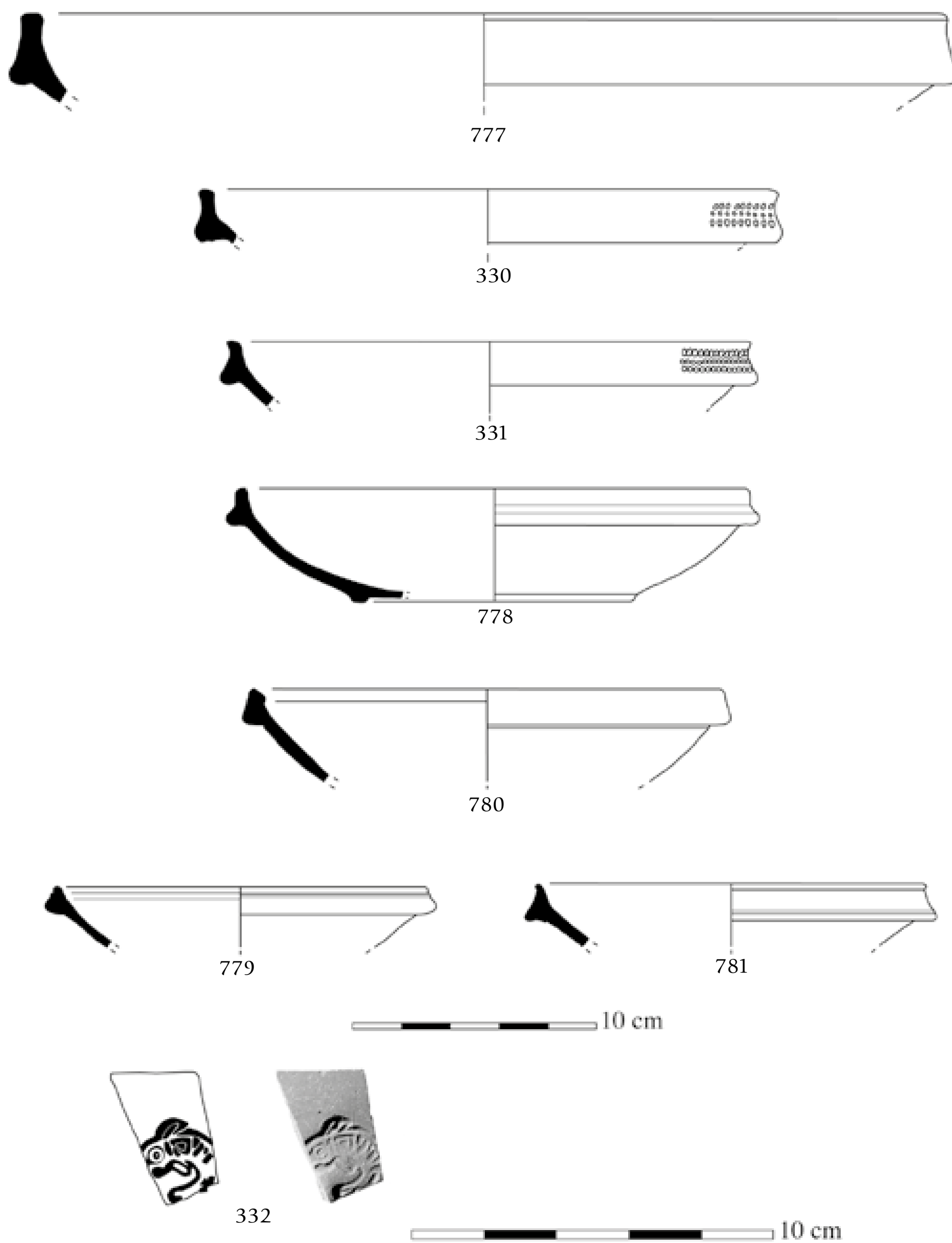


Fig. 46 – Faro e *Balsa*. *Sigillata* foceense tardia.

de cerâmica desenvolvidas aquando da sua identificação em Tróia (Maia, 1974) e posteriormente completadas com os estudos de M. Delgado (1984, p. 35-49), têm vindo a ser sucessivamente actualizadas à medida que se realizam novas descobertas. De um modo geral, verifica-se que existe um domínio, quase absoluto, da forma Hayes 3 (e suas variantes), entre meados do séc. V e meados do VI, ainda que, por vezes, também se encontrem alguns exemplares da forma Hayes 2, 3, 5 e 8 (**Figura 45 e 46**).

A ampla distribuição desta cerâmica contrasta com o número sempre bastante reduzido de exemplares recolhidos, que correspondem, na maior parte dos casos, e salvo raras excepções, à presença de uma única peça. Em Mértola, este tipo de cerâmica encontra-se bem representado, e, além da *sigillata* foceense tardia e das importações tardias oriundas do Mediterrâneo oriental, encontra-se também a *sigillata* cipriota tardia (Delgado, 1992, p. 125-133). Em Belo, a *sigillata* foceense tardia está representada por 1,31%, sendo, uma vez mais, maioritária a forma Hayes 3 e estando igualmente representada a *sigillata* cipriota (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 376).

2.5 Os produtos alimentares transportados em ânforas

2.5.1 República

O estudo das ânforas dos três principais núcleos urbanos do Algarve costeiro Oriental permitiu obter dados relevantes para o conhecimento do consumo e comercialização de produtos alimentares nelas transportados (**Anexos 3, 4 e 5**). Através da análise dos conjuntos estudados, foi também possível obter informações sobre as tendências económicas durante um longo período de tempo, desde a época republicana (séc. II a.C.) até ao Baixo Império (séc. V d.C.).

Faro e Castro Marim forneceram conjuntos relevantes de ânforas do período Republicano, mais de duas centenas de indivíduos, no primeiro caso e mais de sete centenas, no segundo. Apesar do topónimo *Balsa* ter uma origem pré-romana, talvez porque o povoado sidérico se localizasse sob a actual cidade de Tavira, não foi ainda possível obter materiais desta época em Torre de Ares. Nos estudos precedentes apenas duas peças de cerâmica Campaniense são atribuídas a este local (Nolen, 1994, p. 63-64, Est. 9) e no que se refere às ânforas não existem exemplares anteriores ao período imperial (Fabião, 1994, p. 17-34). O estudo agora realizado sobre a totalidade das ânforas de *Balsa* provenientes das escavações de 1977 também não revelou quaisquer fragmentos que antecedam a Augusto. A ausência de materiais anteriores a esta época estende-se também às cerâmicas recolhidas à superfície, em trabalhos de prospecção realizados no local, em diversas ocasiões, e que tivemos oportunidade de estudar. Apesar do que se referiu, parece acertado manter alguma prudência, dado não só a área que foi objecto de escavação ter sido bastante reduzida, mas também pelo desconhecimento que temos relativa-

mente à topografia da antiga cidade de *Balsa*. Restam, além de alguns fragmentos de cerâmica campaniense, as cunhagens monetárias, datadas do séc. I a.C., que mostram motivos e temática idêntica às de *Ossonoba* (Faria, 1995, p. 144-150) (**Figura 47 a 51**).

Não foi possível, devido às escassas áreas escavadas, quer em Faro quer em Castro Marim, conhecer as características dos *oppida* que aí se localizaram. Corresponderam certamente a núcleos de *habitat* com características urbanas, características essas que já eram evidentes em época pré-romana, pelo menos em Castro Marim (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007). São relativamente escassas as estruturas arqueológicas referenciadas para este período republicano, não permitindo uma reconstituição exacta da importância e extensão destes núcleos urbanos.

A dimensão dos conjuntos de ânforas do período republicano recolhidos em Faro e Castro Marim é muito significativa e permite reconhecer o padrão de importação dos produtos alimentares nelas transportados.

Se atendermos às diferentes percentagens de ânforas de Faro e Castro Marim do período republicano, de acordo com a sua origem, verificamos que a importação de produtos originários da *Ulterior* (região gaditane e vale do Guadalquivir) é muito elevada, sempre acima dos 80%. As diferenças que se registam nos dois sítios dizem respeito, sobretudo, à importação de alimentos da Península Itálica. De facto, a percentagem de ânforas vinárias Dressel 1 e Lamb. 2 é de 15,4% em Faro, enquanto, em Castro Marim este valor é bastante inferior, não atingindo os 3%. Uma possível explicação para este fenómeno prende-se com a natureza dos conjuntos estudados e a sua cronologia. Por um lado, em Faro dispomos de um conjunto que, segundo os dados que se obtiveram através do estudo das cerâmicas finas, nomeadamente da cerâmica campaninense, remonta ao séc. II a.C.. Este aspecto ficou comprovado não só pela abundância da cerâmica campaniense A, mas também pelas formas que se encontram representadas no sítio. São escassos os materiais contextualizados e, por motivos que desconhecemos, que se prendem com a formação do registo arqueológico, os momentos mais antigos da ocupação republicana estão bem representados. Por outro lado, o conjunto de Castro Marim centra-se em limites temporais muito precisos da fase mais tardia da época republicana, especificamente entre 50-30 a.C., o que pode justificar a menor percentagem de ânforas Dressel 1.

Outro aspecto que deve ser realçado diz respeito às diferenças que se observam na origem dos produtos importados de Itália. Assim, verifica-se que a percentagem de ânforas provenientes da costa Tirrénica (Dressel 1) e da costa adriática difere bastante de um sítio para o outro. Se em Faro se assiste ao habitual desequilíbrio entre as duas regiões, com uma forte presença de recipientes vinários da região Tirrénica (Dressel 1 – 53% e Lamb. 2 – 47%), em Castro Marim estes dados são bastante diferentes. Na antiga *Baesuri*, as ânforas da costa Adrática são

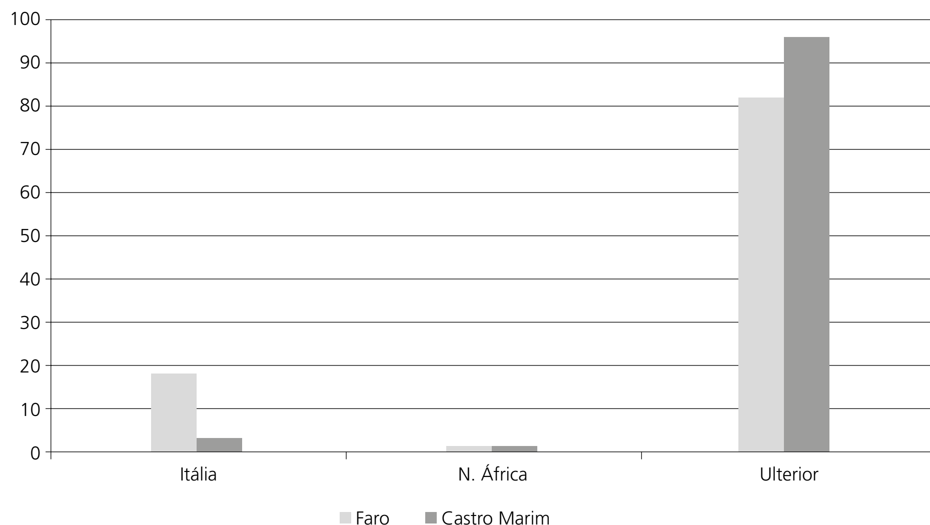


Fig. 47 – Comparação das percentagens de ânforas republicanas de Faro e Castro Marim, de acordo com a sua origem.

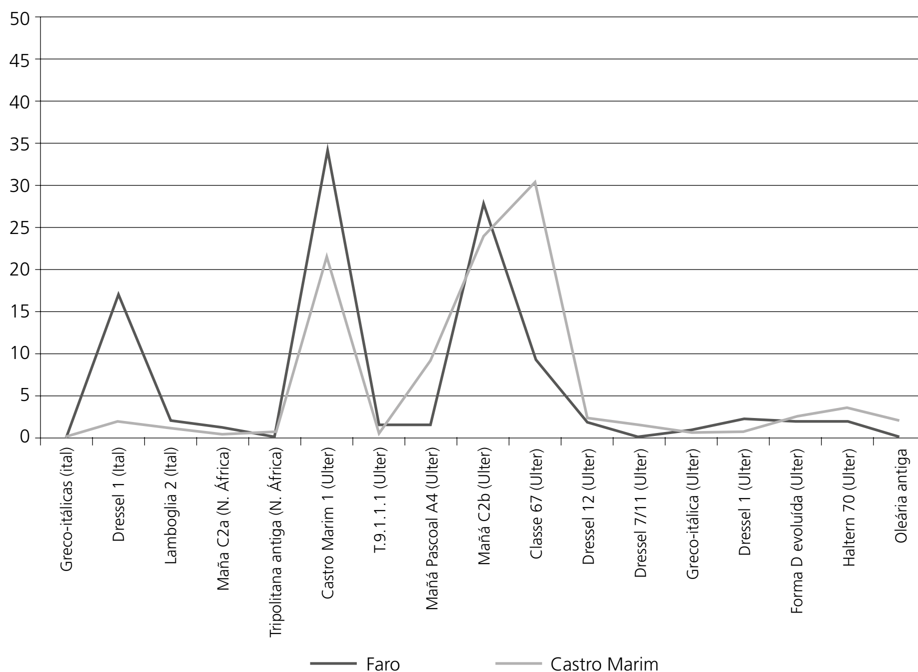


Fig. 48 – Comparação das percentagens de ânforas do período republicano em Faro e Castro Marim.

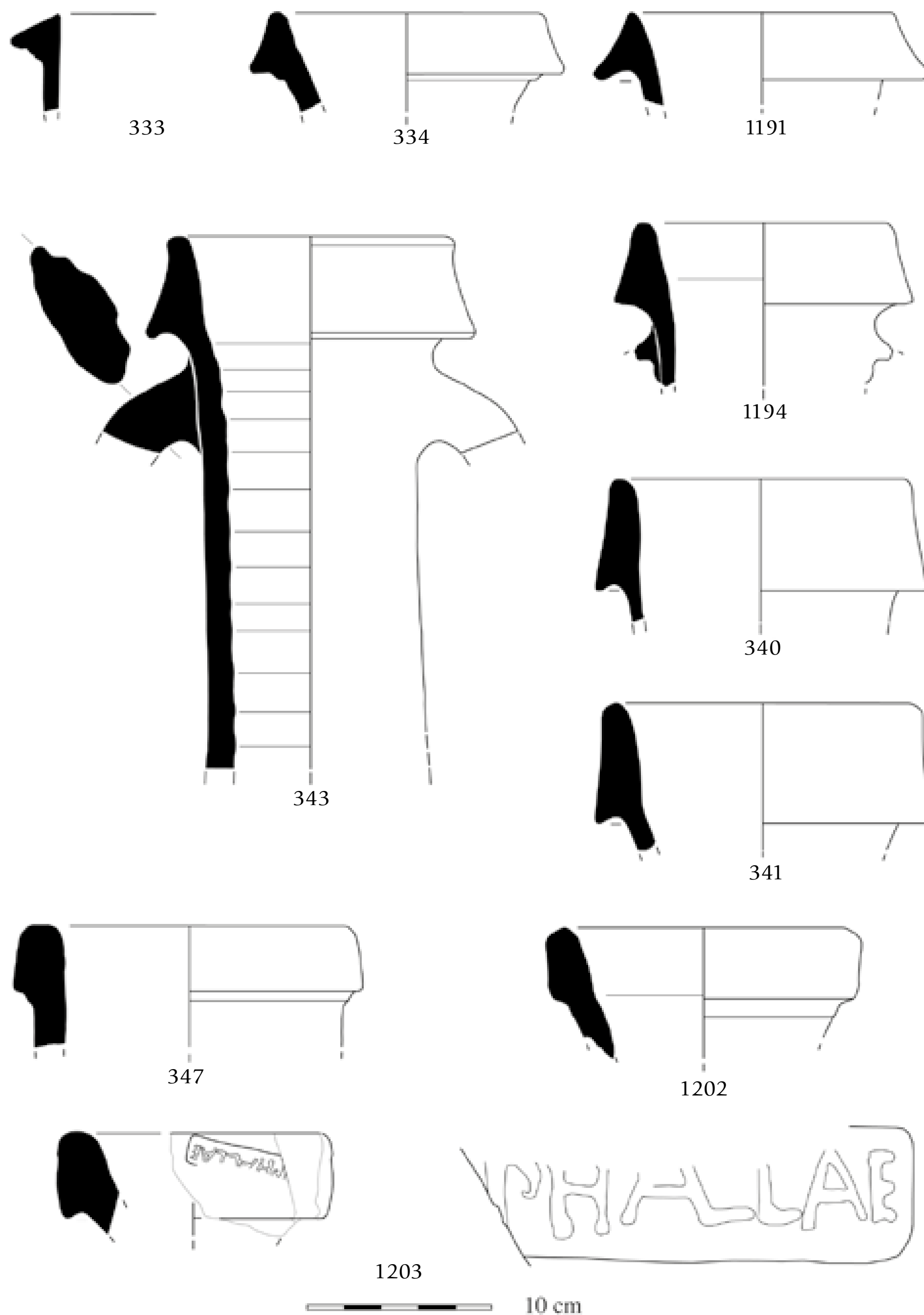


Fig. 49 – Ânforas republicanas itálicas de Faro e Castro Marim.

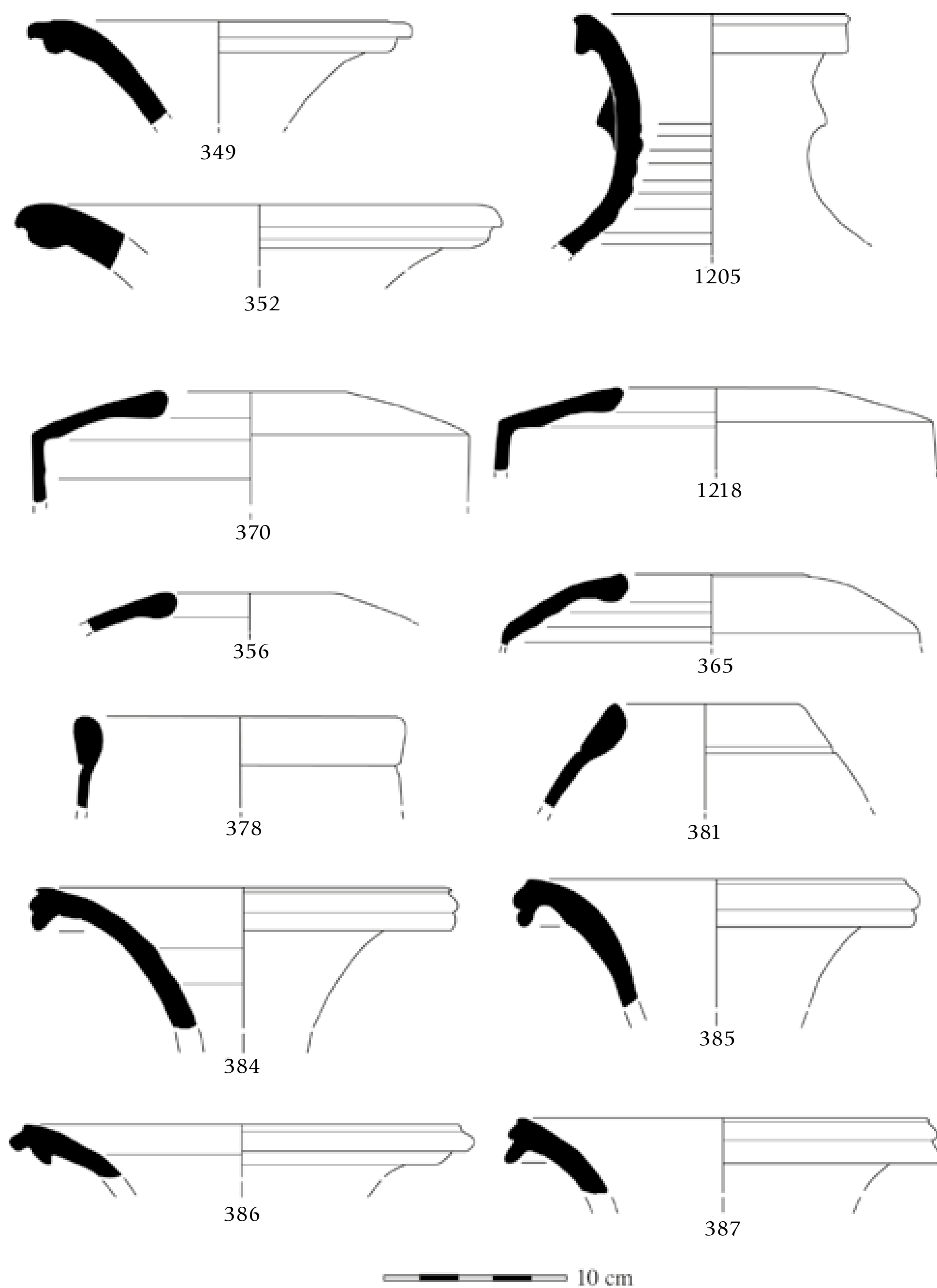


Fig. 50 – Ânforas republicanas da Tripolitânia e da *Ulterior* de Faro.

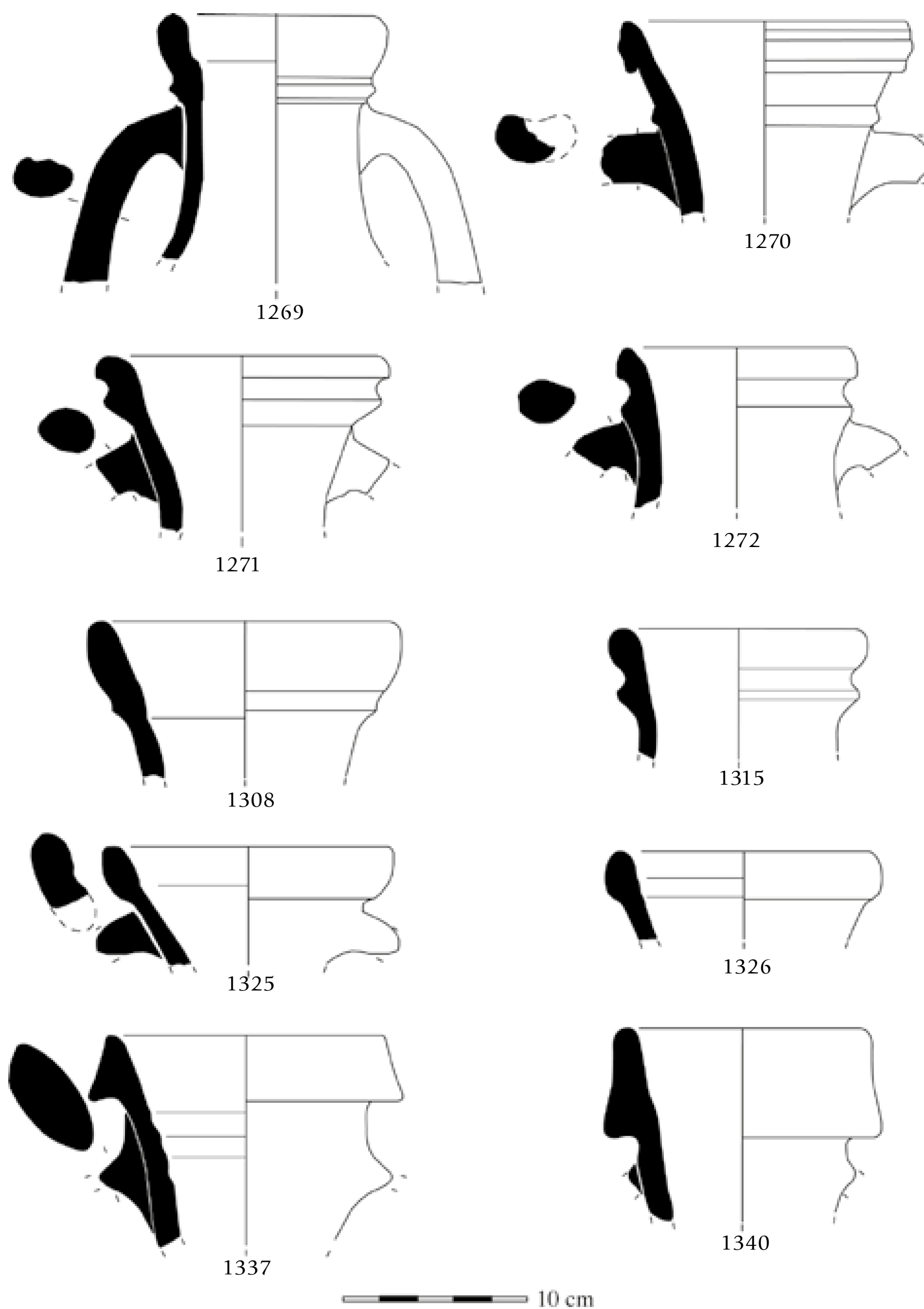


Fig. 51 – Ânforas republicanas da *Ulterior* de Castro Marim.

bastante mais frequentes que o habitual. No chamado depósito de Mértola, as ânforas Lamb. 2 estão também relativamente bem representadas, e ocorrem associadas a ânforas Dressel 1C, num contexto datado do séc. I a.C. (Fabião, 1989, p. 86-92; Fabião, 1987). A distribuição desta ânfora no ocidente Peninsular, mostra uma difusão sobretudo em sítios costeiros, normalmente associada à Dressel 1, não se registando um grande número de exemplares em cada local. A maior concentração deste tipo regista-se na costa do SE da Hispânia, com uma forte incidência na cidade portuária de Cartago Nova (Perez Ballester e Pascual Berlanga, 2004; Molina Vidal, 1997). Segundo Molina Vidal, esta concentração estaria relacionada com a obtenção de metais perto de Cartagena. Assim, numa rede de trocas comerciais relativamente complexa controlada por Cartagena, seriam obtidos vinho e escravos, estes últimos originários do porto de Delos. Infelizmente, os dados não permitem afirmar categoricamente que esta maior concentração de Lamboglia 2 nesta área esteja relacionada, também no caso de Castro Marim, com a obtenção ou escoamento de recursos mineiros próximos.

O Norte de África foi responsável pelo abastecimentos de azeite transportado da actual Líbia (em ânforas do tipo Tripolitana antiga) e da actual Tunísia de onde chegaram também produtos (preparados piscícolas) transportados em ânforas do tipo Mañá C2a, sempre em reduzida quantidade. A carta de distribuição das Tripolitanas antigas, proposta por Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba (2002), deve alargar-se portanto para o Ocidente, como sucedera já anteriormente com os materiais provenientes do Castelo de S. Jorge, em Lisboa (Pimenta, 2005, p. 81) e de Santarém (Arruda e Almeida, 2005). Registe-se apenas a ausência de Tripolitanas antigas em Faro, até ao momento, aspecto que não parece muito relevante.

Como se observou, a *Ulterior*, quer a sua faixa costeira gaditana, quer o vale do Guadalquivir, foi responsável pelo abastecimento de diversos produtos alimentares aos núcleos urbanos do Algarve litoral. A percentagem destas importações no período Republicano atinge valores muito elevados, 82,1% em Faro e 96,4% em Castro Marim. A análise, mais detalhada, da natureza destas importações permite ainda aprofundar a discussão das especificidades que, apesar de tudo, se detectam nos dois sítios. Recorde-se que a importação de preparados piscícolas em Castro Marim desde a Idade do Ferro até à época romana foi já objecto de estudo e publicação anterior (Arruda *et al.*, 2006).

De um modo geral, observa-se nos dois sítios, enquanto centros de consumo, o mesmo fenómeno que os investigadores espanhóis têm vindo a descrever para a produção anfórica, sobretudo, da baía gaditana (Lagóstena Barrios, 1996a, García Vargas, 1996; 1998). Na produção de contentores anfóricos destinados ao transporte de preparados piscícolas, assiste-se a um lento processo de romanização destes envases. Por um lado, mantém-se a produção de ânforas dos tipos Castro Marim 1, T9.1.1.1. de Ramon Torres, Forma D evoluída de Pellicer e Mañá Pas-

cual A4, que seguem uma longa tradição pré-romana (púnica ou punicizante). Este conjunto de formas, onde se destaca em qualquer das situações o tipo Castro Marim 1, soma cerca de 30% em *Beasuri* e mais de 36% em *Ossonoba*. Outro fenómeno bem documentado nas *figlinae* da *Ulterior* é o surgimento de outros tipos que seguem, em linhas gerais, as características dos tipos anfóricos púnicos (de morfologia cilíndrica e asas no bojo), com directa tradução nos contextos de consumo dos nossos centros urbanos. Referimo-nos à produção da forma Mañá C2b que é responsável por 28% das ânforas deste período em Faro e 23,1% em Castro Marim.

Além dos dados já conhecidos, e que foram sintetizados a propósito do conjunto da Alcáçova de Santarém (Arruda e Almeida, 1998), deve acrescentar-se ao mapa de distribuição desta ânfora os locais identificados por J. Pimenta (2005, p. 124, Fig. 34). De referir ainda, que a esmagadora maioria dos exemplares de ambos sítios são provenientes da baía gaditana, exceptuando uma peça ossonobense que parece ser originária no Vale do Guadalquivir, ou mais precisamente da região de Las Marismas.

A par destas duas linhas de produção referidas, têm início, paulatinamente, transformações que reflectem a progressiva romanização da *Ulterior* e, consequentemente, também dos seus contentores. Assim, por um lado assiste-se ao aparecimento de ânforas que, pela sua morfologia, mostram ter sido inspiradas nos contentores clássicos itálicos, como as ânforas greco-itálicas ou Dressel 1; por outro, os modelos itálicos são também inspiradores de formas completamente novas, mas já de âmbito romano, como a Classe 67 e Dressel 12 e a Haltern 70. Os dados disponíveis actualmente não permitem assegurar se estas greco-itálicas e Dressel 1, produzidas na *Ulterior*, se dedicavam ao transporte de vinho, ou se transportaram preparados piscícolas, como recentemente se documentou em exemplares de Belo (Bernal *et al.*, 2003). Se as imitações de formas itálicas são relativamente raras e parecem ter tido, em termos cronológicos, uma produção algo limitada, pelo contrário, as ânforas da Classe 67 mostram percentagens mais importantes, correspondendo a 8,6% em Faro e a um valor muito expressivo de 29,5%, em Castro Marim.

Quanto aos produtos transportados, tudo indica um domínio dos preparados piscícolas, apontando-se mesmo para que este tenha sido o produto transportado nas ânforas da Classe 67 presentes em Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006, p. 172-173). Como já se referiu, pesa nesta proposta o facto de a totalidade dos opérculos que se encontram em associação a estas ânforas, pertencerem a produções da área gaditana. Assim, as ânforas produzidas sobretudo na área do vale do Guadalquivir seriam deslocadas até à costa, onde seriam cheias de preparados piscícolas e seladas com opérculos produzidos localmente e posteriormente exportadas.

Relativamente à cronologia, os dados recentes publicados por R. Almeida sobre a Alcáçova de Santarém apontam para que as ânforas da Classe 67 se prolonguem até ao primeiro terço do séc. I d.C. (Almeida, 2006, p. 54). Os dados de que dispomos acerca da presença destes contentores nos sítios da costa algarvia não confirmam cronologias tão tardias, uma vez que estas ânforas se encontram ausentes da cidade de *Balsa*.

Também com origem no vale do Guadalquivir, mas com reduzidas percentagens (1,8% em Faro e 3% em Castro Marim), assinalam-se em Faro e em Castro Marim as primeiras importações de produtos vinários oriundos daquela rica e fértil província da *Ulterior*, transportados em ânforas do tipo Haltern 70. Documentaram-se igualmente o que se julga serem produções oleárias antigas, que se distinguiram com mais facilidade no contexto tardo republicano de Castro Marim. Estas primeiras produções estavam já atestadas no sítio militar da Lomba do Canho, onde são designadas de Classe 24, remontando a meados do séc. I a.C., e foram posteriormente confirmadas com os dados obtidos pelo mesmo investigador e A. Guerra, no sítio das Mesas do Castelinho (Fabião e Guerra, 1994). Aí a cronologia proposta remonta mesmo a finais do séc. II a.C e aos finais dos séc. I a.C. (Fabião, 2000a, p. 670). Na Alcáçova de Santarém estes recipientes estão também presentes sob a designação de «Ovóide 2 ?» onde ocorre (no caso de um exemplar com contexto seguro), num nível tardo republicano do segundo terço do séc. I a.C. (Almeida, 2006, p. 57).

Transportando igualmente preparados piscícolas, encontram-se no contexto tardo republicano de Castro Marim uma série de exemplares de ânforas que se integram nas variantes mais antigas do tipo Dressel 7/11. Conhecem-se contextos de consumo destes tipos anfóricos com cronologias idênticas nas províncias do Noroeste do Império, como refere S. Martin-Kilcher (2003, p. 69-82). Por outro lado, nos centros produtores da baía gaditana verifica-se que a forma Mañá C2b coexiste com séries mais antigas do tipo Beltrán I, sua sucessora (Lagóstena Barrios, 1996b, p. 153).

São relativamente escassos os sítios do actual Algarve com os quais podemos comparar os conjuntos agora estudados. Não obstante, a importância das formas ditas púnicas está também patente em outros locais como no Cerro da Rocha Branca (Gomes, Gomes e Beirão, 1986) e em Monte Molião (Sousa, 2006, p. 11 – 26; Arruda *et al.*, 2008), mostrando bem o peso das importações gaditanas de tipologia púnica no território hoje algarvio. No conjunto recuperado em duas ocasiões, em dragagens no rio Arade (Portimão), as ânforas que se podem atribuir ao período republicano são relativamente escassas, em 256 bordos, apenas 38 pertencem a esta época e destes mais de metade são do tipo Mañá C2b da *Ulterior* (Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987; Diogo, Cardoso e Reiner, 2000).

A leitura da **Figura 48**, onde se podem observar as percentagens de ânforas importadas para ambos os sítios no período republicano, mostra, como já referimos, que divergem claramente no que diz respeito aos valores das ânforas vinárias itálicas, Dressel 1, muito escassas em Castro Marim, e na percentagem de ânforas da Classe 67 que é muito elevada neste sítio. Já se discutiu a estranheza que causa esta reduzida importação de vinho Itálico, uma vez que todos os restantes sinais da presença romana estão bem patentes no sítio, apontando-se a este propósito a importação de importantes quantidades de cerâmicas finas (Campaniense B de Cales e paredes finas itálicas) (Arruda *et al.*, 2006, p. 172). As ânforas itálicas são frequentes em contextos deste período, no ocidente peninsular, e a sua carta de distribuição mostra, como já referiam outros autores, uma ampla difusão, embora esta seja mais expressiva nos sítios costeiros do sul (Fabião, 1999, p. 176-177, Fig. 1).

Desconhecendo-se operações militares no sul do território actualmente português neste período, o que não significa que não tenham tido lugar, a existência destes contentores deve relacionar-se com a presença de populações itálicas nesta região e/ou com actividades comerciais. Assim, se o abastecimento aos militares da campanha de Júnio Bruto em 138-137 a.C. pode explicar a concentração de ânforas itálicas no vale do Tejo, o mesmo poderá não ser válido para a área meridional. No entanto, convém não esquecer que Serviliano poderá ter passado no Algarve durante a campanha de 141 a.C. e que a batalha de *Laccobriga* das guerras sertorianas pode ter acontecido nos arredores de Lagos. Contudo, ainda que estes acontecimentos, cuja adscrição geográfica ao Algarve é ainda muito problemática, tenham contribuído para divulgar no território produtos itálicos, não parecem restar dúvidas que a existência destes se deve relacionar, como acima foi defendido, também e preferencialmente, com outro tipo de abastecimentos.

A escassez de ânforas itálicas em Castro Marim constitui, portanto, um facto ainda de difícil interpretação, que apenas uma cronologia mais tardia do conjunto estudado poderá ajudar a explicar. Por outro lado, assiste-se à presença de uma percentagem elevada de ânforas da Classe 67, para as quais foi defendido um conteúdo piscícola (Arruda *et al.*, 2006). Já anteriormente era este o produto que C. Fabião propusera para este tipo, como indica o *titulus pictus* do naufrágio San Ferreol (Fabião, 1989; Más Garcia, 1985, p. 205). A presença desta ânfora na costa marroquina também reforçava esta ideia. No entanto, mais recentemente tem-se defendido um carácter polivalente para este e outros contentores, como as Haltern 70 e a Mañá C2 (Fabião, 2000, p. 673). Os produtos da uva, o azeite e os preparados piscícolas eram produzidos na *Ulterior* na primeira metade do séc. I a.C. o que justifica que no período augustano se registem volumes elevados destes alimentos nos sítios militares do *limes* ou em Roma (Fabião, 2000, p. 674). A hipótese de estes contentores, se não a totalidade, pelo menos alguns exemplares, terem transportado vinho para Castro Marim, deve ser igualmente

colocada, neste contexto, tanto mais que poderia suprir a escassez de recipientes vinários itálicos que, como se viu, temos dificuldade em explicar (Arruda *et al.*, 2006). Por outro lado, R. Almeida a propósito do material da Alcáçova de Santarém, chamou recentemente a atenção, para as semelhanças morfológicas destes recipientes com as ânforas adriáticas apulas, o que poderia indicar um conteúdo oleícola (Almeida, 2006, p. 104).

A importação massiva de preparados piscícolas para os núcleos urbanos de Faro ou Castro Marim segue uma tradição que se pode dizer milenar, uma vez que a presença de ânforas que transportaram estes produtos alimentares da área gaditana está bem patente nos dois sítios, em níveis da Idade do Ferro, como já o demonstraram os estudos realizados para Faro (Arruda, Bargão e Sousa, 2005) e para Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006). Por outro lado, (...)«mais uma vez, ficou evidenciada a dependência de Castro Marim em relação a Cádis, dependência essa que o estudo destas ânforas pode acrescentar aos dados que a cerâmica ática e a de tipo Kuass já indicava (Arruda 1997; 2000; 2003)« (Arruda *et al.*, 2006, p. 171; Sousa, 2005).

Não se regista, ao que tudo indica, produção local/regional de ânforas durante o período republicano, em território hoje algarvio. Anteriormente, a existência de alguns fragmentos de ânforas com sinais de distorção devido a altas temperaturas tinham levado A. M. Arruda a colocar a possibilidade de ter existido uma produção local de ânforas que seguiam os modelos ditos púnicos (ânforas de tipo D) (1997). Mais recentemente, esta possibilidade foi relativizada pois julga-se que podem ter sido fenómenos pós-deposicionais os responsáveis pelas deformações referidas (Arruda *et al.*, 2006, p. 171). Entre o conjunto de ânforas pré-romanas da cidade de Faro foi identificado um conjunto que se integra no tipo tipo B/C, e que possui um fabrico que, pelas suas características, poderá ter uma origem de âmbito local ou regional (Arruda, Bargão e Sousa, 2005). De referir ainda que, até ao momento, todas as informações de que se dispõe acerca das unidades de preparados piscícolas aponta para um início da sua laboração já no séc. I d.C. Não existe, portanto, e ao contrário do que sucede na baía de Cádis, evidência de produção de preparados piscícolas em contexto anterior ao domínio romano. Este aspecto não invalida que se tenham recolhidos objectos, em níveis sidéricos, relacionados com a actividade piscatória, como pesos de rede e restos ictiológicos, que, aliados à exploração do sal podiam proporcionar a produção de preparados à base de peixe (Arruda, 2005; Arruda, 2006; Arruda *et al.*, 2006, p. 171), aspecto ao qual voltaremos *infra*.

2.5.2. O Alto Império

Durante o período Alto Imperial, além de Faro e Castro Marim, dispomos também de informação para a cidade de *Balsa*, o que permite estabelecer um quadro mais completo do consumo de produtos alimentares transportados em

ânforas nesta época. Mesmo detendo significados próprios no seio dos conjuntos respectivos dos três núcleos urbanos, as amostras do Alto Império são significativas e possibilitam uma leitura do quadro económico do sul da Lusitânia neste período (**Anexo 3, 4 e 5**).

Além das informações que o conjunto das diversas categorias cerâmicas proporcionam, dispomos de alguns dados sobre o urbanismo, a relativamente abundante epigrafia, sobretudo em *Balsa* e Faro, existindo também referências, nas fontes escritas, aos três sítios estudados. À luz dos estudos cerâmicos, este período corresponde, para os três núcleos urbanos, ao momento em que desfrutaram de maior capacidade económica, o que poderá estar relacionado com a promoção municipal da cidade de Faro, no período de Augusto, e de *Balsa*, em época flávia. Desconhecemos, com detalhe, qual o estatuto de *Baesuri*, mas o estudo da *terra sigillata* permitiu constatar que este núcleo urbano ainda estava pujante em época flávia, nos finais do séc. I e inícios do séc. II, quando foi subitamente abandonado. Não estamos perante um lento declínio das importações, como o que se observa em algumas categorias cerâmicas como a *terra sigillata*, a partir dessa data, com a consequente diminuição das importações de *sigillata* tardia norte-africana, mas a um abandono da área do Castelo de Castro Marim. A hipótese mais plausível que se coloca actualmente procura justificar este fenómeno com a deslocação do núcleo urbano para uma área mais perto do que seria o porto de *Baesuri*.

As ânforas importadas são largamente maioritárias, e só em *Balsa* e Castro Marim se assiste a um consumo de produtos lusitanos de âmbito local/regional, que corresponde a 6,6% e 2%, respectivamente. A este propósito podem juntar-se os dados recentes recolhidos por E. Garcia Vargas em *Hispalis* (Sevilha), que apontam igualmente para uma reduzida presença de produtos anfóricos lusitanos nos contextos alto imperiais (Dressel 14) e mesmo para uma total ausência de fabricos algarvios (Garcia Vargas, 2007).

A província da Bética mantém-se como a principal abastecedora das cidades costeiras do Algarve Oriental (97,5% das ânforas de Faro, 88,3% das de *Balsa* e novamente 97% das de Castro Marim) e, entre estas, são as ânforas que transportaram preparados piscícolas as que chegaram, em maior número, aos sítios algarvios. Assim, verifica-se que o conjuntos dos contentores que se destinavam ao transporte de preparados piscícolas, onde se incluem os tipos Dressel 7/11, Dressel 14, Beltrán IIA e Beltrán IIB, responsáveis por 42,4% das ânforas de Faro, valor que é bastante superior em *Balsa* (61,1%) e que atinge percentagens mais modestas em Castro Marim (31,3%).

A proximidade geográfica desta província explica que se verifique esta integração do sul da Lusitânia (hoje Algarve) nos circuitos comerciais baseados na cidade e no porto de Cádis. Tal como alguns autores defendem, por exemplo C. Fabião, neste período a indústria de preparados piscícolas da Lusitânia depen-

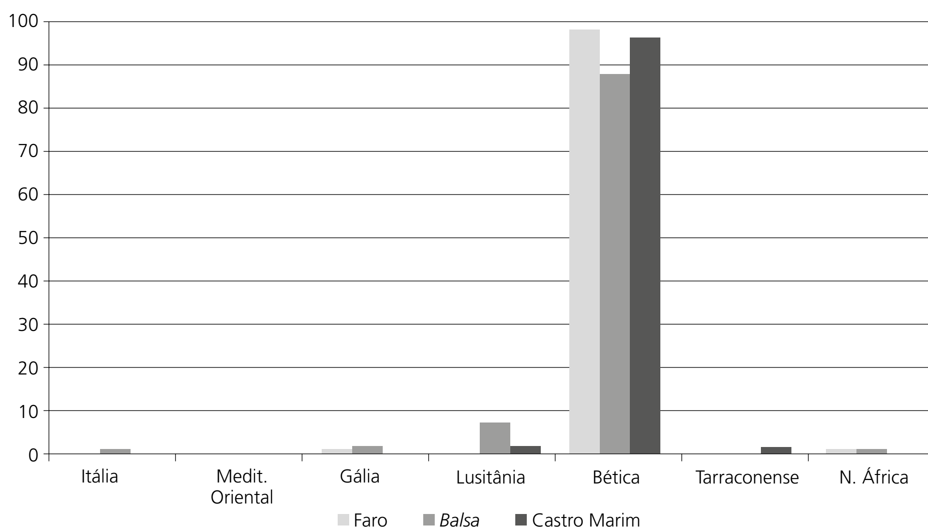


Fig. 52 – Comparação das percentagens de ânforas de Faro, *Balsa* e Castro Marim no Alto Império, de acordo com a sua origem.

deria das ânforas da Bética para ser exportada, situação que se modificou no período tardo-romano, pois a maioria dos fornos de ânfora no Sul de Portugal datam entre o séc. III e V (1994b, p. 227-252, especialmente p. 245) (**Figura 52 a 56**)

Além dos preparados piscícolas, a Bética é igualmente responsável pelo aprovisionamento de outros produtos alimentares como o azeite e produtos da uva (vinho e *defrutum*), cuja produção se desenvolveu no vale do Guadalquivir, desde o reinado de Augusto, ou mesmo anteriormente, como vimos. Esta produção destinava-se, sobretudo no que diz respeito às ânforas oleícolas Dressel 20, ao abastecimento institucional de contingentes militares estacionados em diferentes pontos do *limes* germânico, na *Britannia*, ou à cidade de Roma (Remesal Rodríguez, 1986; Carreras Monfort e Funari, 1998, Martin Kilcher, 1983).

No entanto, a difusão destes recipientes não se resume ao carácter oficial e é nesse contexto que podemos procurar compreender a presença deste tipo de materiais no Algarve romano.

Em Castro Marim, verificou-se que a importação de azeite já estava presente no contexto tardo republicano, mas foi durante o período de Augusto-Tibério que se assistiu ao acréscimo do volume de produtos transportados em ânforas do tipo Dressel 20. Esta forma está representada nos três núcleos urbanos algarvios: em Faro corresponde a 19,5%, em *Balsa* não ultrapassa os 10,3%, ascendendo a 16,7% em Castro Marim. Estas percentagens mostram bem o carácter de centros redistribuidores que estas cidades constituíram no quadro da comercialização do azeite bético. É um facto que o panorama da difusão das ânforas Dressel 20 no ocidente peninsular, traçado nos anos 90 por C. Fabião, mostra uma ampla

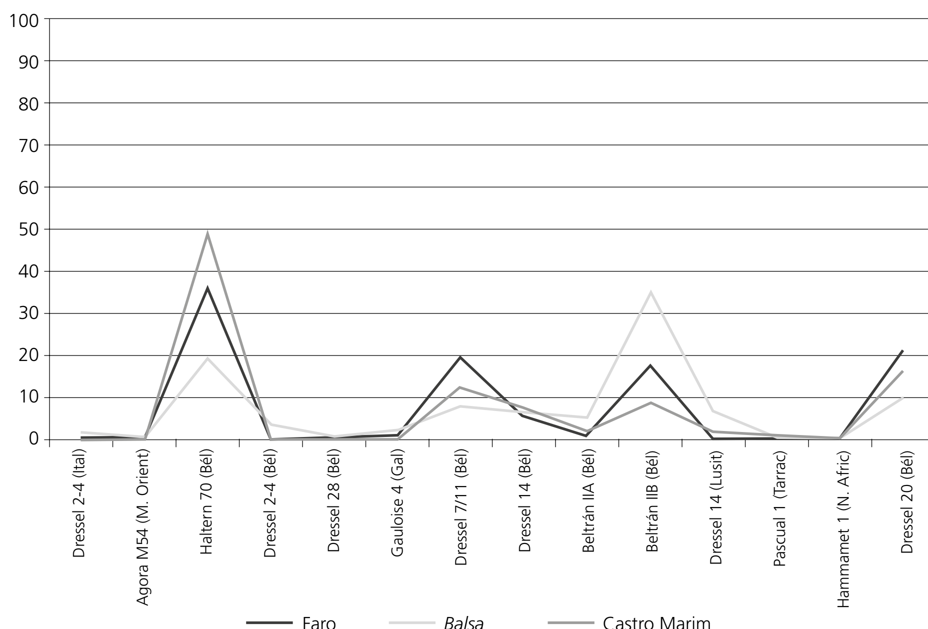


Fig. 53 – Comparação das percentagens de ânforas do Alto Império em Faro, *Balsa* e Castro Marim.

dispersão destes produtos, não só em áreas costeiras, mas também no interior (1993-94). No entanto, é de referir o relativamente reduzido número de exemplares em cada sítio. A defesa de uma rota Altântica, e não apenas aquela que utilizou o eixo Ródano-Reno, foi devidamente valorizada, no abastecimento às forças militares da fronteira germânica, e constitui um dos pontos chave para explicar a dispersão das Dressel 20 na fachada ocidental da Península Ibérica (Fabião, 1993-94, p. 239).

Sendo bastante reduzidos os restantes conjuntos publicados sobre sítios do sul da Lusitânia ou do ocidente peninsular, não é possível verificar, com precisão, qual a percentagem relativa deste abastecimento de azeite, face aos restantes produtos. No entanto, parece claro que os sítios costeiros algarvios viveram uma situação privilegiada no comércio deste produto. O número de exemplares recolhido em qualquer um dos três núcleos urbanos é bastante superior ao que habitualmente se regista no território hoje português.

Apesar das reservas que alguns autores colocam quanto à utilidade das tabelas morfológicas das ânforas Dressel 20, enquanto indicadores cronológicos, estas serviram para obter uma aproximação relativamente ao padrão de importação destes contentores. Assim, verifica-se que a importação se iniciou nas fases mais recuadas da produção, registando-se, nos três núcleos urbanos, os modelos que se enquadram no período de Augusto e Tibério.

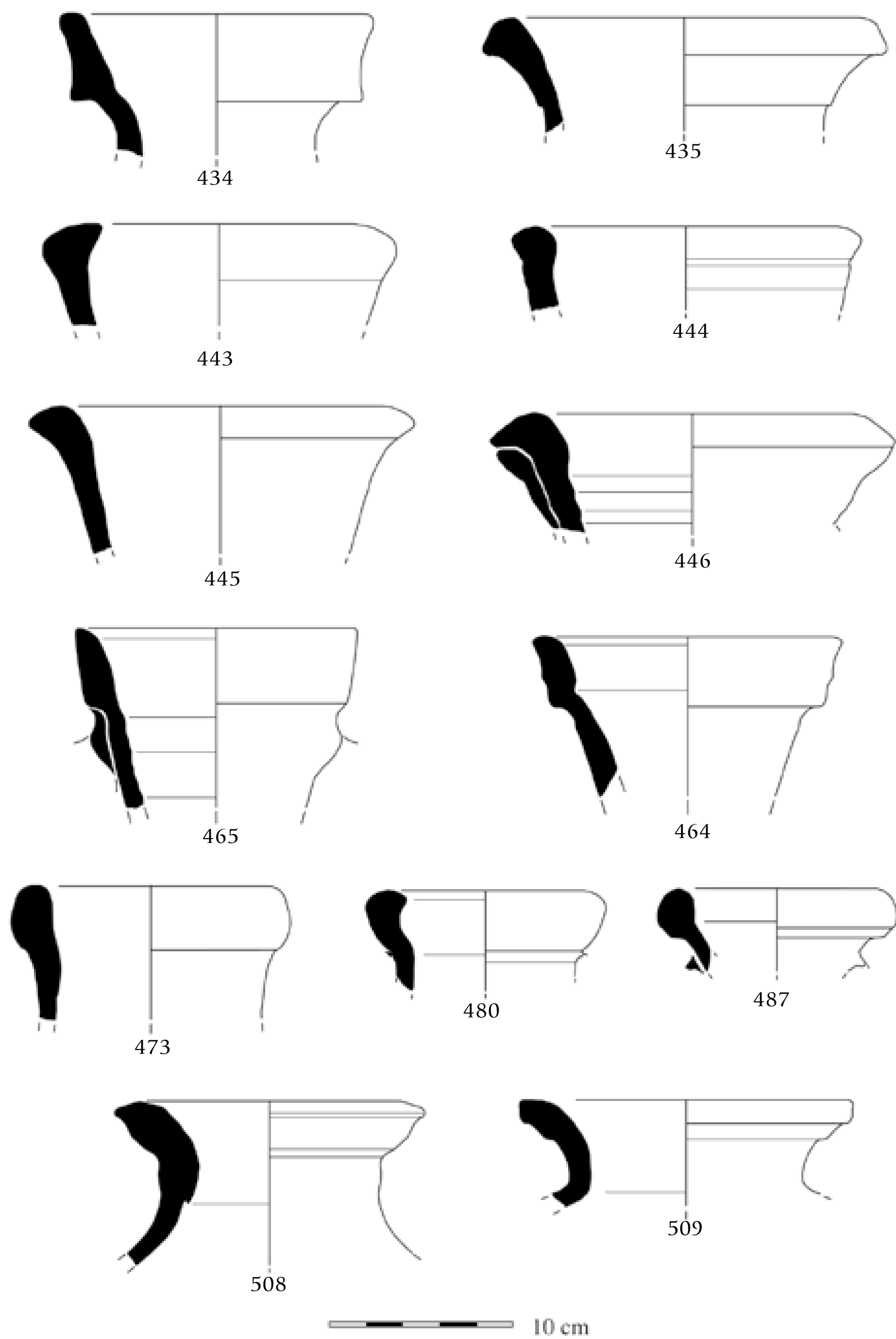


Fig. 54 – Ânforas do Alto Império em Faro.

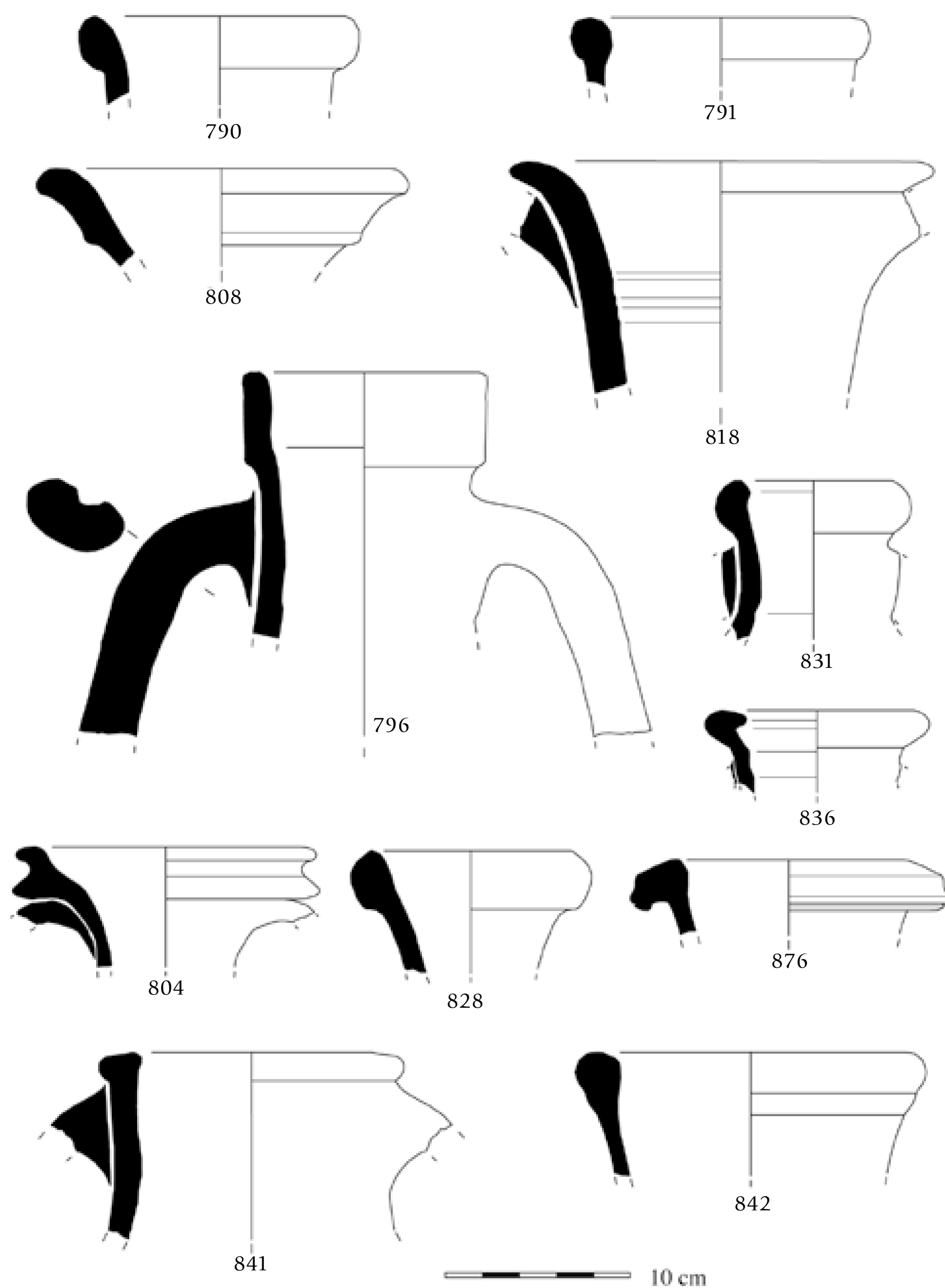


Fig. 55 – Ânforas do Alto Império em *Balsa*.

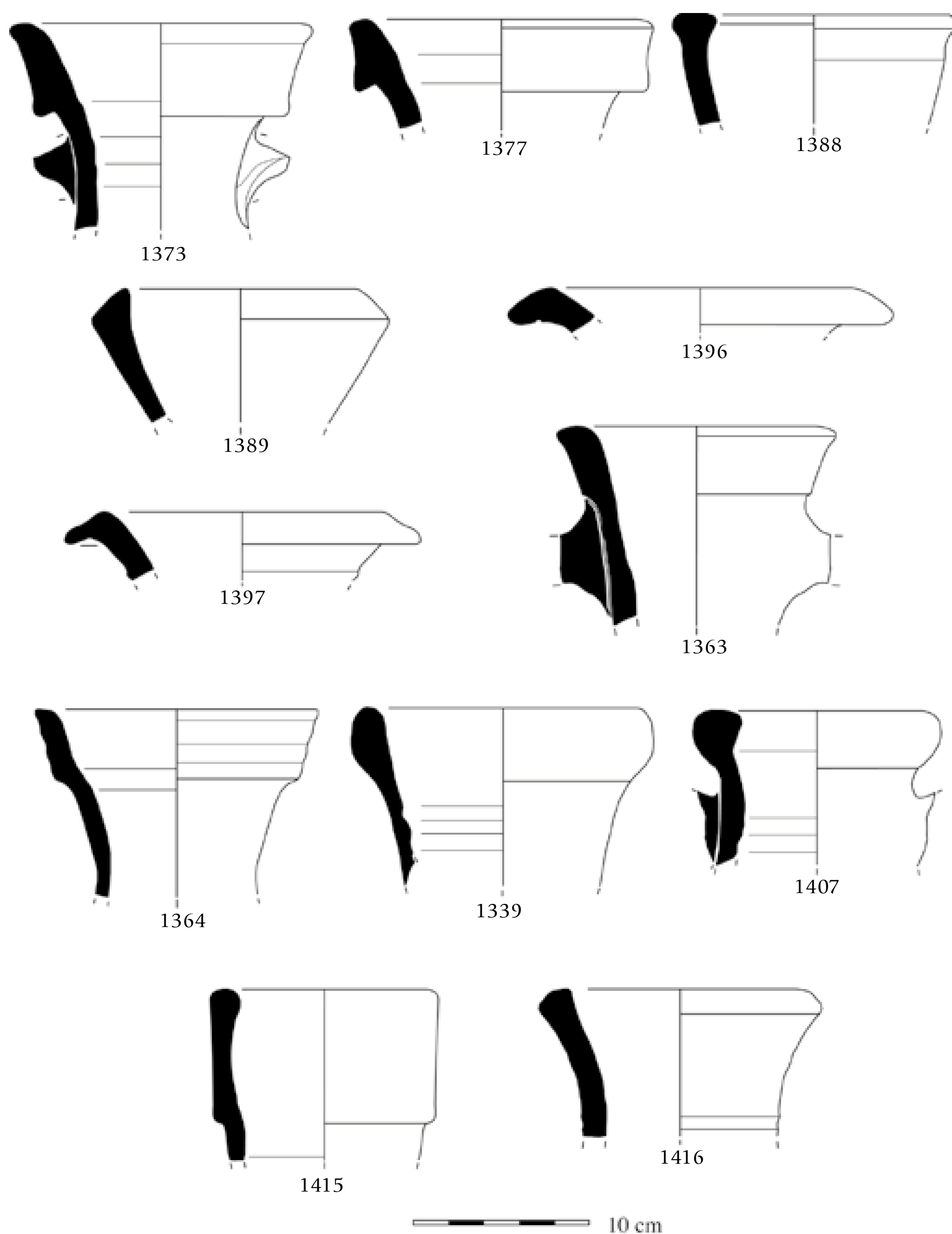


Fig. 56 – Ânforas do Alto Império em Castro Marim.

Em Faro, existe mesmo uma peça que enquadrámos no tipo Haltern 71 e que corresponde ao protótipo do que mais tarde virá a ser a Dressel 20, sendo a fase mais antiga desta produção anfórica a mais bem representada nas sondagens do Museu Municipal. No local onde se recuperou o mosaico do Oceano são relativamente mais abundantes os exemplares da segunda metade do séc. I. Em *Balsa*, as formas mais antigas estão presentes, mas regista-se também um conjunto significativo de ânforas que pertencem à segunda metade do séc. I e às primeiras décadas do séc. II (tipo III de Berni) (Berni, 2007). O conjunto de Dressel 20 de Castro Marim caracteriza-se também por uma maior presença de contentores das fases mais antigas da produção, embora, neste caso, não se estranhe a ausência de ânforas das variantes que se atribuem normalmente ao séc. II ou mesmo à Dressel 23, uma vez que o estudo da *terra sigillata* aponta para um abandono da área do Castelo, neste período. A epigrafia anfórica que caracteriza este contentor está presente em dois exemplares de Faro, além das marcas de *Balsa* anteriormente publicadas (Fabião, 1994a).

O vale do Guadalquivir foi também, reconhecidamente, uma área produtora de vinho e de outros produtos da uva, como parece ter sido o *defrutum*, cedo exportado para as províncias do Norte, para o *limes* germânico e, mais tarde, a partir do reinado de Cláudio, também para a *Britannia*.

A presença das ânforas do tipo Haltern 70 encontra-se bem documentada nas cidades algarvias, mas com percentagens bastante díspares. Se em Faro corresponde a 34,8% das ânforas neste período, em Castro Marim a presença desta ânfora é bastante superior, atingindo mesmo 49%. Pelo contrário, em *Balsa*, a percentagem de contentores deste tipo resume-se a um valor de 19,1%. Desconhecemos os contextos precisos, domésticos, religiosos ou cerimoniais em que se realizaram estes consumos, não sendo fácil entender os motivos desta disparidade. Uma das explicações pode relacionar-se com a natureza das amostras. Os momentos mais antigos da ocupação alto imperial estão particularmente bem representados em Castro Marim e Faro, aspecto que o estudo da *terra sigillata* parece confirmar. O mesmo argumento é válido para *Balsa*, sítio onde a ocupação alto imperial flávia, e posterior, se encontra particularmente vincada, portanto numa fase em que a produção/exportação de Haltern 70 se encontra visivelmente em quebra. Estes dados são, em certa medida, corroborados pela leitura, ainda que arriscada, das características morfológicas dos bordos desta ânfora. Em Faro, a fase augustana encontra-se relativamente bem representada, mas é a fase Cláudia a que mais se destaca, o que não sucede em Castro Marim, onde os exemplares que atribuímos ao período de Augusto são os mais abundantes. De referir também que este contentor já se encontrava a ser comercializado na antiga *Baesuri* em período tardo republicano, embora tenha sido no período imperial que se assiste a um aumento do volume das importações. Os dados sintetizados aquando da

Nº	Forma	Marca	Leitura	
Castro Marim 1203	Lamboglia 2	PHALLAE	lPH(AL)LAEl	

Local: *in labro*; Direcção: *directa;* Relevo: *litt. extantibus*; Observações: Estudos recentes acerca das marcas de Lamboglia 2 na região italiana de Aquileia colocam esta marca como pertencente à série de FALLI/PHALI, tendo por base o cognome Phaleus (Buora et al, 2008, p. 285). No entanto, como os próprios autores afirmam, permanece a dúvida se se trata de variantes ou de um *officinator* diferente do que se encontra na marca PHALL identificada em S. Cesario al Panaro (CIL XI, 6695, 71). A marca [PH]ALL / PHALL encontra-se entre o material, recentemente estudado, proveniente do porto de Ancona (Itália) (Forti e Paci, 2008, p. 321).

Embora se tenha apenas conservado a sua parte final, … ALLAE de uma marca proveniente de Cartagena (CEIPAC n.º 2760) (Márquez Villora e Molina Vidal, 2005, p. 220, n.º 123), esse exemplar poderá corresponder à parte final de uma estampilha idêntica à de Castro Marim.

526 Faro	Dressel 20	LCF	lL·C·*	

Local da peça: *in ansa*; Direcção: *directa;* Relevo: *litt. extantibus*; Observações: Trata-se da segunda ocorrência desta marca em solo algarvio, não restando dúvidas sobre a sua leitura, pois encontrou-se completo um outro exemplar, proveniente do sítio romano da Manta Rota (Vila Real de Santo António) (Viegas, 2006, Fig. 7, n.º 62, p. 177-196; CEIPAC n.º 4624). Apesar da leitura não oferecer problemas, não existe ainda uma segurança quanto à localização numa *figlina* específica no vale do Guadalquivir. Conforme referimos em ocasião anterior, segundo Chic Garcia esta marca LCF está atestada em diversos locais do vale Médio do Guadalquivir, além da sua identificação no Monte Testaccio, em Roma (Chic Garcia, 2001, p. 72). A fórmula LCF consistia, segundo o mesmo autor, uma simplificação da marca LCFSCVFM, descoberta em várias oficinas do vale do *Betis*.

Com a sigla LCF, além dos exemplares referidos, a marca ocorre no Vale do Guadalquivir, no Cortijo de Romero (Palma del Rio)(CEIPAC n.º 11381) e no Cerro de los Presebres (CEIPAC n.º 845) e em Vindolanda (Grã-Bretanha) (CEIPAC n.º 15757).

Uma marca idêntica mas com grafia diferente, com a fórmula LCFPCO, referenciada na *Britannia*, não foi atribuída a uma *figlina* específica e a sua cronologia abarcava um longo período desde a segunda metade do séc. I até meados do séc. III (Carreras Monfort e Funari, 1998, p. 118-119). Esta marca encontra-se presente, segundo a informação da base de dados do CEIPAC, em nove exemplares (cinco de França, dois da Grã-Bretanha e apenas um exemplar da Holanda e da Alemanha).

Os caracteres LC da marca de Faro podem ainda pertencer à marca LCFPCE, que num campo militar do *limes* (Rottweil) foi datada do período Flávio ou Trajânico devido à tipologia da ânfora (Remesal Rodríguez, 1997, n.º 66a). O contexto arqueológico de uma marca LCFPCE recuperada em trabalhos arqueológicos recentes realizados em *Vindolanda*, na Grã-Bretanha, apontam para cronologias posteriores entre 180 e 212 d.C. (Marlière e Torres Costa, 2005, p. 219, n.º 2). Além dos exemplares já referidos, esta marca foi identificada noutros três casos na Alemamnha, também em Itália, Suiça, França e no Egipto (CEIPAC).

527 **Faro**	Haltern 70	**LFO**	lL(%F) *	

Local da peça: *in ansa*; Direcção: *directa;* Relevo: *litt. extantibus*. Observações: Ao contrário do que sucede para as ânforas Dressel 20, é relativamente escasso o conjunto de marcas conhecidas para as Haltern 70. A marca de Faro, onde se lê um L com bastante nitidez e o que julgo ser parte do F, corresponde à sigla LFO. Na recente publicação sobre as Haltern 70 e a propósito do naufrágio de Culip VIII, apresenta-se uma síntese da epigrafia conhecida para esta ânfora (Moros e Berni Millet, 2004, p. 51-57). Tudo aponta para que a marca de Faro seja idêntica à que se encontra num exemplar recolhido em Xanten, na Alemanha (Moros e Berni Millet, 2004, n.º 7. p. 56) (CEIPAC n.º 24960). A mesma marca ocorre em Dressel 20, sendo a cronologia Júlio–cláudia (até finais do segundo quartel do séc. I d.C.) obtida pela forma da secção da asa, desconhecendo-se a *figlina* precisa, do vale do Guadalquivir, que a terá produzido.

Na pesquisa realizada na base de dados do CEIPAC, além de Xanten na Alemanha, apenas encontramos referência a esta marca na forma Verulamium 1908 que corresponde ao que tem sido considerado como uma Haltern 70 tardia, em França (CEIPAC n.º 7870) e em Itália (CEIPAC n.º 25022).

O estado de conservação do exemplar ossonobense não ajuda na busca de paralelos. Ainda assim, a marca que mais parece aproximar-se da que descrevemos, além das já referidas, encontra-se num exemplar de Dressel 20, (CEIPAC n.º 18978), encontrada em Mainz na Alemanha. Como já se referiu a mesma marca é frequente em exemplares do tipo Dressel 20, distribuindo-se maioritariamente por sítios na actual Alemanha e Grã Bretanha, embora também por França, Suiça e Itália, atingindo igualmente o actual Marrocos e mesmo o Egipto.

528 **Faro**	Dressel 20	**PSAVIT**	lP·S·(AVIT)l	

Local da peça: *in ansa*; Direcção: directa; Relevo: *litt. extantibus*; Observações : A marca PSAVITI teve uma difusão considerável, encontrando-se, na consulta à base de dados do CEIPAC, inúmeros locais de achado, tais como o Vale do Guadalquivir, no sítio de Las Delícias, na Tarraconense, em Itália (no Castro Praetoria e no Testaccio) e na Gália, assim como nas províncias do Norte, como a *Britannia* e a *Germania,* e Augst (Suiça). A marca que mais se aproxima do exemplar de *Ossonoba* é a CEIPAC n.º 7594 de Augst (Suiça) (Martin Kilcher, 1987). O exemplar CEIPAC n.º 6237, encontrado na Gália, também apresenta muitas semelhanças com a nossa peça (Lamour e Mayet, 1981, p. 3-18; n.º 104, p. 10, pl. V.).

Não podemos deixar de relacionar esta marca com a de CFVFAVITI patente quer em ânforas do tipo Dressel 20 como Haltern 70, que se encontra datada do período de Cláudio, apontando-se o local de produção em Alcalá del Río, no Vale do Guadalquivir.

529 **Faro**	Dressel 20	**RSED**	*RSEDl	

Local da peça: *in ansa*; Direcção : *directa*; Relevo: *litt. extantibus*; Observações: A marca de Faro onde se lê R SED parece corresponder à sigla …Q…ERSED (CEIPAC n.º 4525). Trata-se de um exemplar registado ainda no séc. XIX por H. Dressel, relativo a material proveniente de Porta Flaminia (Roma) (Dressel, 1899, CILXV 3308).

Do ponto de vista onomástico pode estabelecer-se uma relação deste personagem com QSERVILIBROCH, com uma datação de meados do séc. I, originária da *figlina* de «Las Sessenta», localizada próximo de Lora del Rio, no vale do Guadalquivir. Outro indivíduo a relacionar com a nossa marca seria [Q]SERCR, que se encontra entre o material do naufrágio de Port-Vendres, datado da época dos Júlio-Cláudios.

Fig. 57 – Epigrafia anfórica de Faro, *Balsa* e Castro Marim.

apresentação do naufrágio Culip VIII apontam para um auge das importações desta ânfora, exactamente durante a época de Augusto.

Diversos autores têm chamado a atenção para a possibilidade desta ânfora ter transportado vários produtos, todos originários do vale do Guadalquivir (Fabião, 2000; Carreras, 2004). O facto de este contentor ter tido um importante papel no abastecimento de contingentes militares explica, em parte, a sua distribuição no ocidente da Península Ibérica e ajuda a compreender a concentração de materiais na cidade de *Bracara Augusta* (Morais, 2004a; 2005) e nos Castros do noroeste. Trata-se, novamente, de produtos comercializados à «margem» de um abastecimento institucional, que tinha como finalidade fazer chegar mantimentos aos contingentes militares estacionados na Cantábria e Astúrias e o *limes* germânico (Morais e Carreras, 2004, p. 96).

A distribuição destas ânforas nos sítios costeiros da fachada Atlântica da Hispânia, segue, portanto, um eixo de abastecimento que utilizou também a rota através do Oceano. Após a conquista da *Britannia*, como já se referiu, este eixo terá adquirido novo significado.

Os recipientes que transportaram vinho ou outros produtos vínicos da Bética podem não se restringir à Haltern 70. A presença, ainda que muito escassa, de exemplares de ânforas do tipo Dressel 28 e Dressel 2-4 bética são disso testemunho. Também não se pode excluir a possibilidade de alguns exemplares que se integram no tipo Dressel 7/11 terem carregado vinho (Liou 1988; Fabião, 1998; Silvino e Poux, 2005). No estudo que iniciámos da cerâmica comum dos núcleos urbanos algarvios encontramos recipientes que poderão ter sido igualmente utilizados no transporte de produtos alimentares, como o vinho, originários da área costeira da Bética. Referimo-nos aos recipientes designados como «*urceus*», para os quais R. Morais chamou recentemente a atenção e que estão representados, ainda que por escassos exemplares, nas três cidades algarvias.

O estudo das ânforas destas cidades algarvias permitiu também constatar que o consumo de vinho segue padrões muito diferenciados, visíveis, não só na origem dos contentores, mas também nas suas percentagens relativas, que correspondem a 37,3%, em Faro, em *Balsa* com 27,9% e atingindo em Castro Marim 50%.

Em Faro, os produtos da uva foram sobretudo transportados em ânforas do tipo Haltern 70, registando-se apenas alguns exemplares que documentam a presença do vinho da Gália, transportado nas ânforas Gauloise 4.

A cidade que mais se destaca pela diversidade de mercados em que se abasteceu de vinho, é, sem dúvida, a cidade de *Balsa*. Entre os dados que agora se publicam pela primeira vez e os anteriormente publicados por C. Fabião (1994a) registam-se ânforas Dressel 2-4 itálicas, Agora M-54 provenientes do Mediterrâneo oriental, Haltern 70, Dressel 2-4 béticas, além de Gauloise 4, originárias da Gália. No que se refere às Dressel 2-4 itálicas, correspondem aos contentores viná-

rios da costa tirrénica, que sucedem às Dressel 1, embora o seu volume de importação nunca chegue a atingir o registado para o séc. I a.C. São conhecidos diversos outros produtos cerâmicos originários da Península itálica, no séc. I, como a *terra sigillata*de tipo itálico, a cerâmica de paredes finas e a cerâmica comum itálica, mas as ânforas são realmente raras. Durante o Alto Império, assiste-se ao fenómeno da progressiva substituição dos produtos vinários itálicos por outros de regiões mais próximas (Fabião, 1998, Arruda e Almeida, 1999), o que explica a importância das importações da Bética, a que já nos referimos.

Por outro lado, a par destes consumos, diria «correntes», regista-se a presença de um raro exemplar de ânfora vinária proveniente do Mediterrâneo Oriental (Fabião, 1994a) o que configura um consumo de carácter sumptuário. Em meu entender, a explicação para uma diversidade considerável de produtos vinários em *Balsa*, só se poderá encontrar na presença de uma, relativamente numerosa, elite administrativa com capacidade económica e gosto por este tipo de produtos. A este respeito deve igualmente voltar a referir-se que tudo aponta para que a promoção da cidade se tenha dado em época Flávia, o que terá proporcionado, entre outros aspectos, um aumento do funcionalismo relacionado com os cargos da administração romana. Os estudos epigráficos têm destacado que este grupo social também se encontra fortemente implantado em Faro e, por isso, será de esperar, no futuro, evidências desta mesma realidade.

Em Castro Marim, o consumo do vinho terá ficado circunscrito às ânforas Haltern 70 e o que se destaca, neste caso, é a elevada percentagem desta forma, que atinge 54% da amostra do Alto Império. Trata-se, como se viu, sobretudo, de recipientes que se podem atribuir ao período de Augusto, fase que corresponde, aliás, ao momento de maior fluxo de comercialização deste produto. Destaque-se ainda uma ânfora Pascual 1, originária da Tarraconense, que documenta a presença de vinho originário daquela região.

A importação de produtos norte-africanos, registada na fase anterior em Castro Marim, com ânforas do tipo Tripolitana antiga, originárias da actual Líbia, e ânforas do tipo Mañá C2a, presentes igualmente em Faro, parece ter tido alguma continuidade no período alto imperial. Nesta última cidade, recuperaram-se raros exemplares de um tipo de ânfora que segue ainda a morfologia de tradição púnica e que integrámos na série das Tripolitanas II, já do período alto imperial. Permanecem as dúvidas quanto ao produto que terá sido transportado, existindo a possibilidade de ter sido o azeite e/ou os preparados piscícolas (Bonifay, 2004a, p. 92). Em *Balsa*, ocorre igualmente um exemplar de ânfora dita neopúnica, designada por Hammamet 1, que é proveniente do Golfo com o mesmo nome, e cuja cronologia se centra nos meados do séc. II (Bonifay 2004b, p. 203-204). A possibilidade de terem transportado vinho ou preparados piscícolas é avançada com base nos dados disponíveis (Bonifay, 2004b, p. 224-225).

Durante este período teve início a produção de preparados piscícolas na Lusitânia, no Vale do Tejo e do Sado, na costa do actual Algarve e na costa alentejana, na área Sines – Pessegueiro. Os dados sobre as mais antigas unidades de transformação de peixe apontam para cronologias já do séc. I d.C., encontrando-se associadas à produção de contentores para transporte destes produtos.

São abundantes as unidades de transformação de preparados piscícolas na costa algarvia, quer na vertente ocidental, quer oriental. C. Fabião propôs que, numa primeira fase, a produção de preparados piscícolas estivesse sob tutela da Bética e que só se teria tornado independente a partir da segunda metade do séc. III, altura em que começam a desenvolver-se os centros oleiros do sul da Lusitânia (1997, p. 39; Fabião 1992-93 e 1994b).

Neste quadro, não deixa de ser significativa a ausência de ânforas de produção local/regional Lusitanas, em Faro, e a sua reduzida representatividade nos conjuntos de *Balsa* (6,6%), e Castro Marim (2%). Em *Balsa*, as Dressel 14 lusitanas apresentam uma diversidade morfológica considerável, dominando os bordos de perfil semicircular, registando-se igualmente um exemplar que se assemelha à forma Haltern 70, com moldura exterior e concavidade interna, características das variantes mais antigas da produção no Vale do Sado. Na difícil tentativa de distinguir fabricos dentro das Dressel 14 lusitanas, verificámos, como se viu, que a maior parte das peças pode ter tido origem na região actualmente algarvia (fabrico lus1), com excepção para duas peças, uma das quais segue o modelo da Haltern 70 (fabrico lus2) do vale do Tejo/Sado (?).

Nas duas Dressel 14 de Castro Marim, uma apresenta também bordo em fita, característico das produções mais antigas, e o seu fabrico distancia-os dos centros produtores do vale do Tejo e do Sado (Arruda *et al.*, 2006, p. 170).

Fabricada em inúmeros sítios do vale do Tejo e do Sado, a Dressel 14, numa variante dita tardia, encontra-se documentada no território hoje algarvio, em S. Bartolomeu de Castro Marim (Vasconcelos, 1898; Maia, 1979; Alves, Diogo, Reiner, 1990). Outro local que terá produzido este tipo encontra-se igualmente na área que estudamos, no sítio da Manta Rota, numa produção que se datou de meados do séc. I (Fabião 2004, p. 400; Viegas, 2006, p. 177-196).

Tirando os escassos exemplares de Dressel 14, próximos dos modelos da Haltern 70, deve igualmente referir-se que se encontram totalmente ausentes do território algarvio, até ao momento, quaisquer contentores de variantes mais antigas lusitanas, como as ânforas dos tipos Dressel 7 e 9 que se identificaram no conjunto das ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2006). Posteriormente, ânforas com morfologia idêntica têm sido referenciadas em diversos contextos (de consumo e provável naufrágio), como em Lisboa (Teatro) (Filipe, 2008), Alcácer do Sal (Pimenta *et al.*, p. 304 e ss.), em Vila Franca de Xira (Quaresma, 2005, p. 408), no Castelo da Lousa ou ainda nos sítios do NO

peninsular (Morais, 2004b). Os dados actualmente disponíveis, foram sintetizados e enquadrados por R. Morais e C. Fabião, apontando-se para que a produção se possa ter iniciado numa fase um pouco anterior aos finais do sec. I a.C. durante o primeiro terço do século (Morais e Fabião, 2007, p. 131).

A escassez dos produtos lusitanos pode, efectivamente, documentar um arranque tardio para a produção oleira algarvia ou, pelo menos, reflecte o estado actual dos nossos conhecimentos relativamente à produção anfórica no Alto Império. Outro aspecto problemático nesta análise prende-se com a dificuldade em aferir o alcance da produção anfórica algarvia face às produções do vale do Tejo e Sado, o que não permite conhecer, com clareza, a difusão das ânforas algarvias, nos centros de consumo onde podem ocorrer.

Nesta problemática deve equacionar-se também a dificuldade de datação das fases de construção das unidades de transformação de preparados piscícolas algarvias, e, por consequência, do arranque da produção dos preparados piscícolas na costa algarvia. Desconhecemos com precisão que critérios estiveram na base de muitas das cronologias propostas que têm apontado o séc. I como o início da produção, uma vez que muitas das unidades foram identificadas ainda no século passado, sem que se tenha dado atenção a estes aspectos. Por outro lado, o facto dos tanques se encontrarem, frequentemente, escavados na rocha base dificulta a obtenção de dados estratigráficos que permitam propor uma cronologia. Verifica-se que, mesmo em intervenções recentes, como por exemplo a que teve lugar na Rua Silva Lopes, no centro histórico de Lagos, não possibilitaram uma aferição estratigráfica directa e clara da cronologia da construção da unidade de preparados piscícolas aí identificada (Ramos e Almeida, 2005; Ramos, Almeida e Laço, 2006).

Deve referir-se também que a dependência, ou melhor, a integração do sul da Lusitânia na órbita da esfera política e económica do porto de Cádis mantém-se como um aspecto estrutural desde a época pré-romana, sobrevive ao domínio político romano na fase republicana e permanece ainda durante o Alto Império.

Outro aspecto que merece alguma reflexão diz respeito à geografia do transporte e comercialização dos tipos anfóricos a que nos referimos *supra*. Verificamos que existe evidência, em diversos naufrágios na costa Mediterrânea e também na costa do Sul da Lusitânia, da associação de ânforas do tipo Haltern 70 e Dressel 20 oleárias, juntamente com ânforas que transportaram preparados piscícolas como Dressel 7/11. Neste comércio, em que as ânforas constituem, frequentemente, uma carga secundária, uma vez que as embarcações transportavam também lingotes metálicos (Morais e Carreras, 2004, p. 93-110), interessam-nos particularmente os dados relativos à costa Atlântica, onde se documentam estas associações ao largo de Tavira (Arruda, Frade e Travassos, 1987, p. 125-131; Diogo e Cardoso, 2000, p. 67-79;), na Meia Praia (Lagos)(Diogo, 1999), no cabo Sardão (Cardoso,

1978; Diogo 1999) e junto às Berlengas (Diogo, 1999)(Garrote e Marimon, 2004, p. 83-92, Fig. 46).

Em duas ocasiões distintas, em 1987 e mais recentemente em 2000, foram publicadas ânforas quase completas resultantes de alguns achados na sequência de recolhas de pesca de arrasto realizadas ao largo de Tavira. No primeiro caso, divulgaram-se duas ânforas quase completas Haltern 70 e Beltrán IIA (Arruda, Frade e Travassos, 1987, p. 125-131) e posteriormente, em 2000 foram publicadas, da mesma área, outros doze exemplares quase completos: duas ânforas Haltern 70 e dez fragmentos de Dressel 7/11 (alguns dos quais pertencem à forma Pompeia VII) (Diogo, Cardoso, 2000, p. 67-79). Em 2001, outra ânfora Beltrán IIB se juntou às formas anteriormente mencionadas, num achado com as mesmas características e localização que os anteriores (Diogo e Martins, 2001, p. 57-64). Estes contentores devem pertencer a uma embarcação naufragada junto à costa (Tavira) e são testemunho do tipo de comércio marítimo de que os materiais de Faro, *Balsa* e Castro Marim são exemplo.

Além das ânforas, existem outras evidências de trocas comerciais e relações interprovinciais. O inventário da cerâmica comum recuperada em *Balsa* nas escavações de 1977 mostra que cerca de 25 a 30% é originária da Bética costeira. As diferentes formas representadas mostram que esta cerâmica cobria a maior parte das funções na casa romana, excepto a cerâmica de cozinha. Reconhece-se hoje a impossibilidade destes fabricos calcários suportarem temperaturas elevadas ou o fogo directo. O vale do Guadalquivir também é responsável pelo abastecimento de alguns grandes recipientes de armazenamento como *dolia* e *seria*, que ostentam fabricos idênticos aos das ânforas Haltern 70. Estes contentores poderão ter servido igualmente para o transporte de produtos alimentares com origem no vale do Guadalquivir.

Parte da *terra sigillata* de Faro, *Balsa* e Castro Marim é proveniente da Bética, concretamente do vale do Guadalquivir. Na cidade de *Celti* (hoje Peñaflor) tem origem a cerâmica fina que imita formas de *sigillata* itálica, sudgálica e cerâmica de paredes finas, que corresponde a 5,2% da sigillata importada para *Balsa*. A *sigillata* hispânica é maioritariamente proveniente do centro produtor de Andújar, constituindo 8,2% da *sigillata* de *Balsa*. A esmagadora maioria da cerâmica de paredes finas Alto Imperiais dos sítios estudados também tem a sua origem nesta região.

2.5.3. O Baixo Império

As ânforas do Baixo Império de Faro são originárias quer da área onde se identificou o mosaico do Oceano, quer das sondagens do Museu Municipal, e correspondem a 52 peças que constituem 11,5% das ânforas desta cidade. Em *Balsa*, dispomos de um conjunto bastante significativo que representa quase metade das ânforas (44,7%), num total de 106 exemplares, que inclui o mate-

rial anteriormente publicado por C. Fabião (1994a) (**Anexo 3 e 4**). Como já se referiu, não existe uma ocupação do Castelo de Castro Marim durante o Baixo Império, registando-se escassos fragmentos cerâmicos desta cronologia, o que, em nosso entender, não corresponde a uma ocupação efectiva do sítio. É nesta perspectiva que se devem entender os dois fragmentos de ânforas, um bocal de Almagro 50 bética e um fragmento de bordo do tipo Almagro 51c, com a mesma proveniência.

As ânforas importadas mantêm valores elevados: 61,8%, em Faro e 65,5%, em *Balsa*. No entanto, a natureza destas importações é bastante diferente da observada para o período anterior, pois, apesar de se manter uma importação relevante da província da Bética, assiste-se à introdução no mercado de um conjunto de produtos transportados em ânforas originárias do Norte de África, sobretudo da região da actual Tunísia. Por outro lado, a produção anfórica lusitana de âmbito local/regional iniciou um processo de crescimento e desenvolvimento, com reflexos directos no consumo de ânforas das duas cidades.

A importação de produtos originários da Bética em Faro mantém uma percentagem de 30,8%, onde os preparados piscícolas são maioritários, transportados em formas como Keay XVI, Almagro 51a-b/Keay XIX e Almagro 51 C. Em *Balsa*, assiste-se ao mesmo fenómeno com o conjunto de ânforas da Bética a ocupar 47,3% do total.

Em ambos núcleos urbanos, o tipo Almagro 50 ocupa o topo da lista, mostrando-se como o envase mais frequente, ao contrário do que é afirmado pelos investigadores espanhóis para os centros de produção da Bética, que consi-

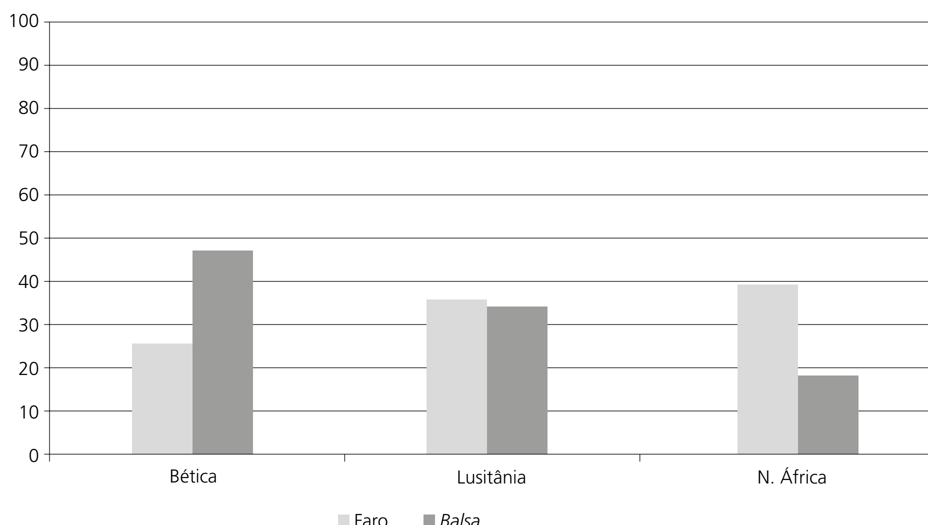


Fig. 58 – Comparação das percentagens de ânforas de Faro e *Balsa* no Baixo Império de acordo com a sua origem.

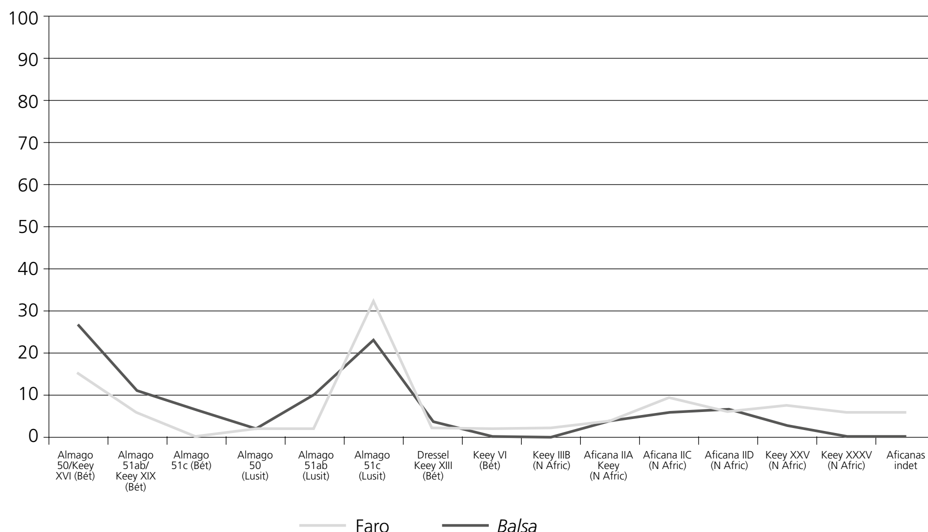


Fig. 59 – Comparação das percentagens de ânforas no Baixo Império, em Faro e *Balsa* (NMI).

deram a ânfora Almagro 51c, o contentor por excelência do Baixo Império (Bernal Casasola, 2000). Trata-se sobretudo de recipientes originários da área costeira, encontrando-se igualmente alguns exemplares, sobretudo do tipo Almagro 51a-b característicos da costa malaguenha. Este valor tão elevado de importações béticas não deixa de ser surpreendente, sobretudo a acreditar no fenómeno crescente de produção de preparados piscícolas e no desenvolvimento dos respectivos centros de produção anfórica que o registo arqueológico parece suportar. Desconhecemos, em grande medida, o que terá sucedido em Faro, mas, em *Balsa*, as áreas de produção parecem encontrar-se integradas na própria cidade, como aliás as escavações de 1977 mostraram. Tratar-se-á, possivelmente, de tipos diferentes de preparados piscícolas que, quer os *tituli* das ânforas quer as fontes escritas descrevem (*hallec*, *garum*, *liquamen*, …).

A importação de azeite da Bética não cessou durante este período, aspecto que está testemunhado pela presença de escassos exemplares de ânforas do tipo Dressel 23 em Faro e *Balsa*, originários, na sua maioria, do vale do Guadalquivir (**Figura 58 a 61**).

As ânforas lusitanas que se encontravam completamente ausentes em Faro durante o Alto Império ascendem agora, como já se referiu, a 38,2%, e, em *Balsa* o seu valor percentual é também mais elevado do que anteriormente 34,5%. Trata-se das formas mais frequentes desta fase da produção, correspondentes aos tipos Almagro 50, Almagro 51a-b e Almagro 51c, com destaque para esta última, que é largamente maioritária entre os conjuntos de carácter local/regional. Sendo difícil a distinção entre fabricos que se atribuíram ao Algarve relativamente aos dos

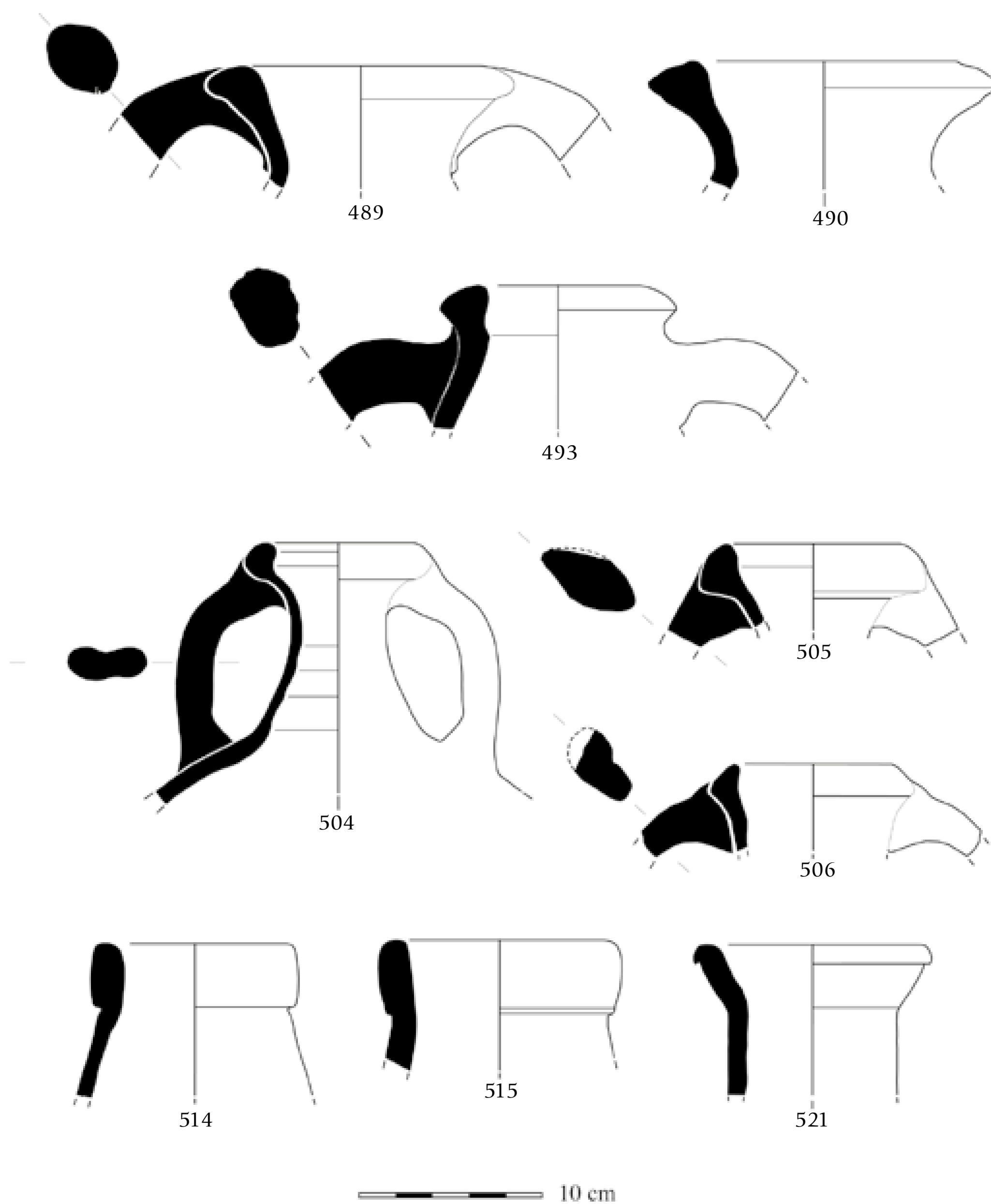


Fig. 60 – Ânforas no Baixo Império em Faro (NMI).

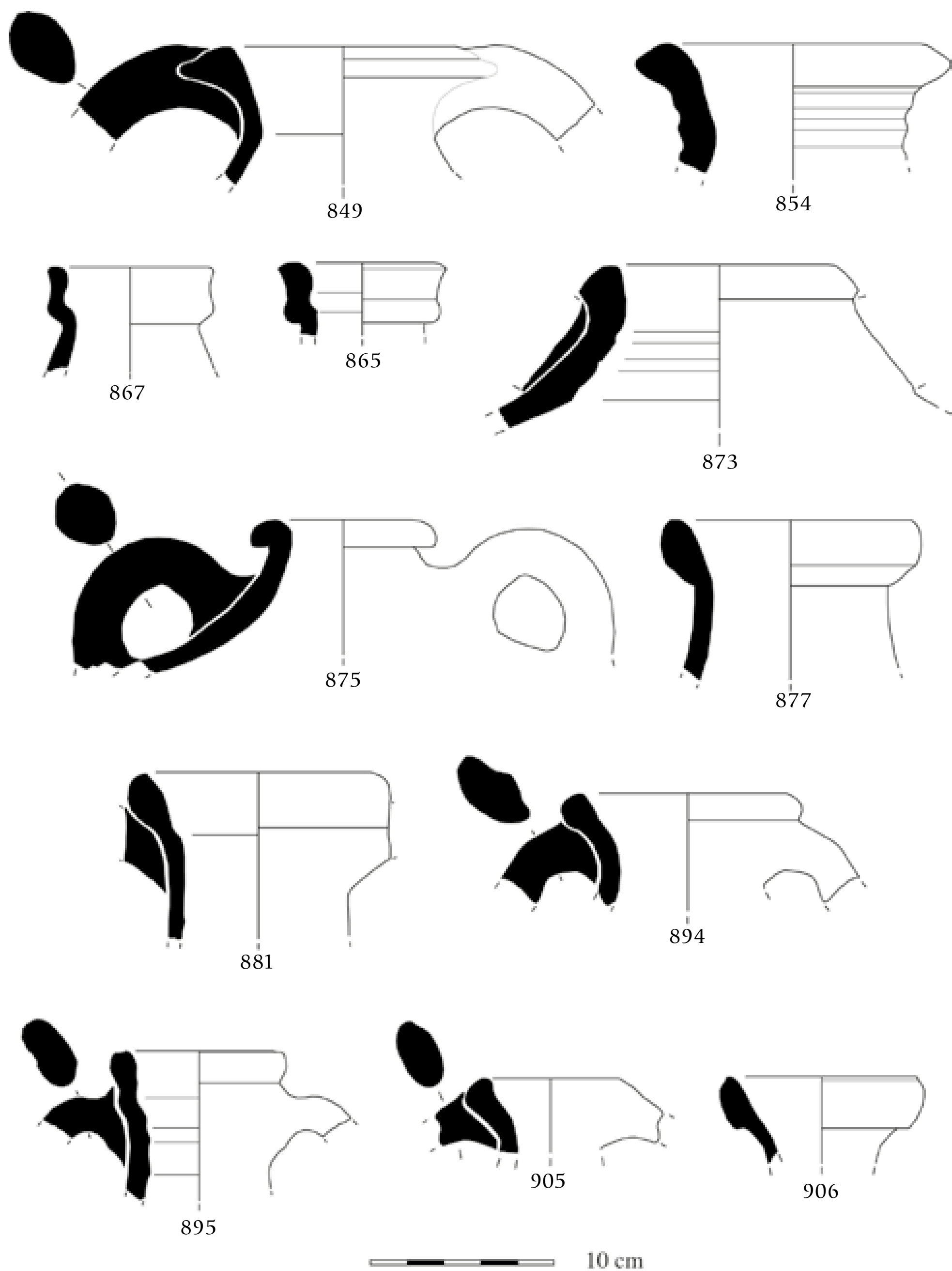


Fig. 61 – Ânforas no Baixo Império em Balsa (NMI).

vales do Tejo e do Sado, julgamos que uma percentagem significativa das ânforas lusitanas destas cidades tem a sua origem nos fornos algarvios. Assim, estão representadas em Faro as produções do Martinhal (Sagres), da forma Almagro 51a-b (Silva, Soares e Correia, 1990, Fig. 74), e da Quinta do Lago (Loulé), no caso da forma Almagro 51c (Arruda e Fabião, 1990, n.º 215, p. 212). Tal não significa que os fabricos que julgamos pertencerem às produções do vale do Tejo e do Sado não estejam também presentes, o que se pode constatar, também, através da semelhança morfológica, por exemplo, com exemplares da Quinta do Rouxinol (Raposo e Duarte, 1990, n.º 21, p. 114).

Outro aspecto relevante que o estudo das ânforas permitiu apurar foi a identificação de um conjunto relativamente numeroso de ânforas importadas do Norte de África durante o Baixo Império (**Figura 62**). Tal como se verifica em outros locais da Península Ibérica, o vigor produtivo e exportador do Norte de África teve expressão no número e percentagem destas ânforas, que constituem 37,3% em Faro, apresentando um valor mais modesto de 18,2% em *Balsa*.

De um modo geral, a presença de ânforas Norte-africanas em sítios do actual território português reduz-se a apenas alguns exemplares em cada sítio e apenas os sítios costeiros algarvios parecem apresentar um padrão de consumo diferente. Uma realidade muito diferente, portanto, da observada na costa da Catalunha, onde S. Keay registou uma percentagem elevada (70%) de importações norte-africanas (1984). O abastecimento de produtos da actual Tunísia ao território algarvio concentra-se no final do séc. III, durante o séc. IV, atingindo raramente o séc. V.

As formas de menores dimensões, como a ânfora Keay IIIB, encontram-se presentes em Faro, mas no conjunto de *Balsa* dominam claramente as caracterís-

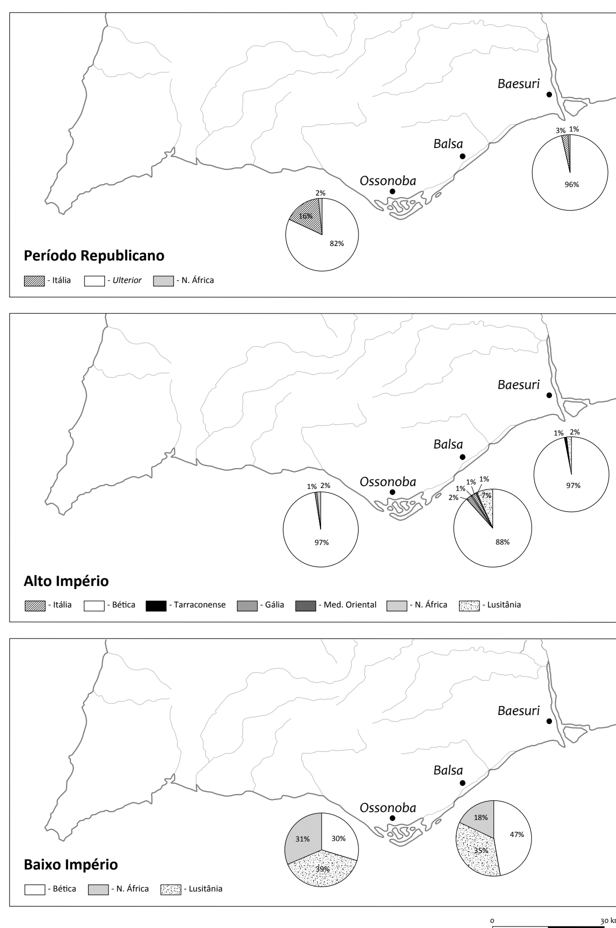


Fig. 62 – Comparação das percentagens de ânforas de Faro e *Balsa* no período Republicano, Alto Imperial e Baixo Império.

ticas ânforas africanas denominadas Africana II. Como foi possível constatar, e seguindo as observações recentes de M. Bonifay (2004a), dentro desta categoria genérica incluem-se formas diferentes, as variantes, provenientes de diversos locais da Tunísia.

Regista-se a presença de exemplares de Africana IIA originários da Bizacena, concretamente do centro produtor de Salakta. As produções da Zeugitânia estão igualmente bem representadas, com ânforas do tipo Africana IIC, que ostentam fabricos compatíveis com os descritos por M. Bonifay para as oficinas do território de Nabeul (2004 a), assim como as Africanas IID também da área costeira (Sahel tunisino). De uma maneira geral, estas formas encontram-se datadas entre o séc. III (podendo recuar ao séc. II no caso da Africana IIA) e a primeira metade do séc. IV, não chegando a atingir o séc. V, como chegou a propor S. Keay (1984), dados para os quais não podemos propor alterações dado a inexistência de estratigrafias seguras.

As formas Keay XXV.1 e XXXV.B completam o conjunto das ânforas africanas, mostrando que as importações se prolongaram pelo menos até ao séc. V, como ficou demonstrado pela presença deste último tipo.

A discussão sobre o produto que estas ânforas transportariam encontra-se ainda por resolver no seio da comunidade científica. Por um lado, a vasta produção de azeite no Norte de África levou os investigadores a considerar ser este o principal conteúdo das ânforas africanas. Este argumento é frequentemente utilizado por S. Keay no seu trabalho sobre a Catalunha, no qual também menciona o *dipinto* «olei» numa Africana IID, referenciado por F. Zevi e A. Tchernia nos anos sessenta (1969, p. 187; Keay, 1984, p. 111). Recentemente, outros elementos foram trazidos para a discussão. M. Bonifay, com base nos estudos que realizou sobre os centros produtores e de consumo das ânforas africanas, tem vindo a argumentar a favor de um conteúdo piscícola para a Africana IIA, IIC e IID, tendo por base a localização das oficinas, que se concentram sobretudo nas áreas costeiras, mas também, e sobretudo, porque se passou a valorizar o pezgamento interno/revestimento resinoso, visível em muitos exemplares (2004a, p. 11-119). Interpreta o *tituli* da Africana IID como testemunho não do conteúdo habitual deste recipiente, mas como sinal de uma excepção à regra que seria o transporte de preparados piscícolas.

Para o tipo Keay XXV.1, os dados são ainda mais difíceis de interpretar. Por um lado, Keay refere a existência de ânforas da forma Keay XXV B com vestígios de pezgamento, assim como restos de peixes e crustáceos em exemplares provenientes de contextos de naufrágio (Liou, 1973, p. 599-600; Lequement, 1976, p. 181), mas admite que a maioria dos exemplares tivesse servido para o transporte de azeite, dada a importância deste sector na economia africana (Keay, 1984, p, 193). Por seu turno, Bonifay aponta para um conteúdo vínico (2004a, p. 122). No caso

da ânfora Keay XXXV B, a argumentação de Bonifay parece ser bastante convincente a favor de um conteúdo piscícola. Efectivamente, a informação recolhida nas ânforas do naufrágio Dramont E (Santamaria, 1995) mostra que todos os exemplares da variante B estão pezgados, (contrariamente aos da variante A), e a sua frequência em sítios costeiros onde se localizam fábricas de preparados piscícolas tem que ser valorizada (Bonifay, 2004a, p. 135).

Apesar de os dados da *sigillata* clara D apontarem para uma continuidade da importação de produtos com origem tunisina até ao séc. VI, e mesmo os inícios do séc. VII (Viegas, 2006a), verifica-se que as ânforas africanas terão abastecido Faro de azeite ou preparados piscícolas sobretudo durante os finais do séc. III e IV, podendo atingir o séc. V (Keay XXXVB piscícola), mas não ultrapassando essa data.

Outro fenómeno que se deve discutir diz respeito a outros produtos importados do Norte de África, além da *sigillata* clara. Refiro-me concretamente à cerâmica de cozinha africana, cuja importação decorreu essencialmente entre o séc. III e V. A cerâmica de cozinha africana constitui quase 30% do total de cerâmica comum recuperada em *Balsa*, sendo bastante mais reduzido o conjunto de Faro. Como tive oportunidade de destacar em outro estudo, quando comparado com a elevada proporção de cerâmica de cozinha norte-africana, a percentagem de ânforas é bastante inferior (Viegas, 2007a, 2008a). Apesar disso, parece haver uma relação próxima entre o abastecimento de produtos alimentares transportados em ânforas e a distribuição de cerâmica de cozinha africana. Sítios como *Balsa* registam uma elevada presença destas duas categorias de materiais, mas o facto de não se dispôr de dados estratigráficos dificulta a sua análise. Contudo, como se verificou na intervenção do mosaico do Oceano de Faro, tudo aponta para que a comercialização de cerâmica de cozinha africana se tenha iniciado nos finais da época Flávia, com intensificação na segunda metade do séc. II. Assim sendo, este momento corresponde a uma fase em que as importações anfóricas originárias da Tunísia ainda não estão a chegar ao sul da Lusitânia.

Por outro lado, o abastecimento de *sigillata* clara parece seguir um padrão completamente diferente e quase independente, uma vez que esta se encontra abundantemente representada em quase todos os sítios ocupados durante o Baixo Império, quer nos sítios de características rurais, quer em núcleos urbanos, na faixa costeira ou no interior.

Como se pode constatar na questão da comercialização dos produtos norte-africanos – ânforas, *sigillata* clara A, C e D e da cerâmica de cozinha – permanecem ainda muitos pontos obscuros que os dados de sítios com estratigrafias mais seguras poderão, no futuro, ajudar a resolver. Os dados retirados dos contexto de naufrágio podem ser úteis para discutir estas questões. Como já se referiu, S. Tortorella indica que se situa em meados do séc. II o momento da difusão máxima

da *sigillata* clara A, associando-se a cerâmica de cozinha africana nos naufrágios, sendo apenas a partir dos inícios do séc. III que se começa a poder encontrar associações de ânforas africanas (Tortorella, 1981b). Igualmente relevante nesta problemática, no naufrágio de Trincere (Tarquinia-Itália), datado dos finais do séc. II e o início do séc. III, 75,96% do material recuperado corresponde a cerâmica de cozinha africana (formas Hayes 196, 197 e 23B) e apenas 12,5% de ânforas (Africana II A e B), além de um reduzido conjunto de *sigillata* clara (Pontacolone e Incitti, 1991). Apesar de se tratar de naufrágios em regiões bastante distantes das que nos ocupamos mostram, entre outros aspectos, que as formas de comercialização dos produtos norte-africanos se afastam do modelo que é habitualmente proposto e que assenta no pressuposto de que as cerâmicas seriam transportadas como carga secundária ou subsidiária de carregamentos de produtos alimentares.

M. Bonifay tem chamado a atenção para estas questões, destacando também o facto de estes diferentes produtos serem originários de diversas regiões no território tunisino, o que pode ter justificado formas de comercialização diferenciadas (Bonifay, 2004a).

Apesar do que foi mencionado, não existem dúvidas de que a percentagem de ânforas Norte-africanas é superior no Algarve costeiro, como se atesta pelo observado em *Balsa* e Faro, quando comparado com os restantes sítios como, por exemplo, as *villae* alentejanas ou mesmo outros núcleos urbanos da Lusitânia.

Em 1993-94, no seu trabalho sobre a presença das ânforas de transporte de azeite oriundas da Bética na Lusitânia, C. Fabião fornece-nos informações igualmente sobre a presença de ânforas africanas. De acordo com o inventário obtido parece verificar-se que apesar da distribuição destes produtos, eles não se encontram representados por mais do que dois ou três exemplos em cada sítio (Fabião, 1993-1994, p. 219-245). Desde então os novos trabalhos publicados parecem confirmar esta observação.

Nas *villae* de S. Cucufate, apenas se identificaram dois fragmentos de Africana II (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990, p. 251-254) e na *villa* do Monte da Cegonha estão apenas presentes dois exemplares desta mesma forma e uma outra peça do tipo Keay XXXV B (Pinto e Lopes, 2006, p. 197-224). Na «villa Cardílio» registam-se dois exemplares de Keay IV e V (Diogo e Monteiro, 1999, p. 201-214). Noutras *villae* estas importações estão mesmo completamente ausentes, como é o caso da *villa* romana da Tourega (Évora) (Pinto, Viegas e Dias, 2004, p. 117-127; Pinto e Lopes, 2006, p. 197-224), da *villa* da Quinta das Longas (Elvas), (Almeida e Carvalho, 1998, p. 137-163) e da *villa* de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo) (Norton, Cardoso e Silva, 1993-1994, p. 181-190). Destaque-se que, neste último caso, o conjunto estudado corresponde a achados de superfície e não a material proveniente de escavações sistemáticas.

Na cidade de Conímbriga, as ânforas africanas foram apenas recentemente identificadas entre o material anterior às escavações da equipa Luso-Francesa (Alarcão, 1976, p. 79-91; Buraca, 2005). Anteriormente, J. Alarcão chamara a atenção para a sua ausência (1976). Entre o material publicado da cidade de Miróbriga e que corresponde a apenas uma parte do que foi recuperado daquela cidade, só um fragmento foi atribuído à forma Keay LXII e na unidade de transformação de peixe de Sines encontraram-se três exemplares que se atribuíram às produções da Bizacena (Diogo, 1999, p. 13 – 27).

No território hoje algarvio, verificamos que as ânforas africanas constituem 28,7 % do conjunto tardio recolhido em diversas ocasiões nas dragagens do rio Arade. A forma mais representada mantém-se a Africana Grande (Africana II) (Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987; Diogo, Cardoso e Reiner, 2000). Na Quinta do Lago (Loulé), onde está atestada a produção anfórica no Baixo Império (Arruda e Fabião, 1991, p. 199-213), encontra-se uma quantidade considerável de ânforas africanas.

Além destes sítios algarvios, até ao momento o único sítio que parece ter tido a mesma importância relativamente à importação de produtos anfóricos norte-africanos é Tróia (Grândola), no estuário do Sado. Infelizmente, os conjuntos publicados deste complexo industrial de preparados piscícolas foram recolhidos em prospecções não sistemáticas (Diogo e Trindade, 1998, p. 187-220). Posteriormente foram publicadas as ânforas provenientes de contextos de escavações realizadas em 1974 e 75, que mostram que as ânforas norte-africanas representam 7,2% do total da amostra estudada (Diogo e Trindade, 1998). Estas informações serão certamente reavaliadas no quadro da investigação que tem vindo a ser realizada em Tróia por I.V. Pinto e pela sua equipa (Pinto e Magalhães, no prelo).

Independentemente de existir alguma discussão, num caso ou outro, acerca do produto ou dos produtos que estas ânforas podem ter transportado, no estudo do conjunto anfórico dos três núcleos urbanos algarvios, que a **Figura 62** sintetiza, verifica-se uma clara supremacia da província da *Ulterior*/Bética no abastecimento ao Algarve costeiro. Esta realidade traduz uma tradição de abastecimento centrada sobretudo na importação de preparados piscícolas oriundos da baía gaditana, que se encontra documentada em fases anteriores, da Idade do Ferro, em Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006) e em Faro (Arruda, Bargão e Sousa, 2005). A inserção do território algarvio na órbita romana não alterou de forma significativa esta realidade, passando o sul da Lusitânia a beneficiar das redes comerciais que a *pax romana* proporcionou. A partir do séc. III registam-se alterações significativas, cujas causas ainda nos escapam em grande medida, que se manifestam numa alteração do perfil de consumo dos produtos alimentares transportados em ânforas. Apesar de se manter uma forte integração do sul da Lusitânia na economia e comércio béticos assiste-se, por um lado, a um maior peso das ânforas de produção local

e regional lusitanas e, por outro, a um intensificar de presença dos contentores norte-africanos (tunisinos).

2.6. Produção de preparados piscícolas, azeite e vinho no território hoje algarvio. Discussão do seu significado à luz do consumo dos produtos alimentares transportados em ânforas

O estudo dos conjuntos anfóricos e do consumo de alimentos que nelas foram transportados permite ainda observações acerca da produção, no território algarvio, de produtos alimentares como o vinho, o azeite ou os preparados piscícolas. Os dados de que dispomos, que reunimos numa listagem que se apresenta em anexo, são muito desiguais. Muitos dos pontos referentes às estruturas de cetárias correspondem a escavações antigas, dispondo-se de poucos elementos relativos à cronologia, faseamento e características das estruturas encontradas.

A produção de preparados piscícolas está atestada igualmente em diversos sítios do vale do Tejo e do Sado, locais onde se encontra associada à produção de contentores anfóricos para a sua exportação.

A listagem de sítios conhecidos reúne os dados recolhidos em diversos trabalhos, desde as referências de Estácio da Veiga no trabalho das Antiguidades Monumentais do Algarve (Veiga,1866), às referências publicadas por M. L. E. V. A. dos Santos na «Arqueologia Romana do Algarve» (1972, 1973), e C. Fabião (2007) completadas com elementos de outros autores (Alarcão, 1988a; Fabião, 1992; 1994; Étienne, Makaroun e Mayet, 1994; Bugalhão, 2001; Lagóstena Barrios, 2001, p. 71-91; Étienne e Mayet, 2002, p. 67-68), e com as informações mais recentes da base de dados do Endovélico disponível no sítio de internet do IGESPAR.

Desde as últimas sistematizações publicadas, vários trabalhos de arqueologia preventiva têm permitido uma actualização dos dados, com maior intensidade sobretudo nas áreas urbanas. Assim, em vez de simples pontos no mapa, em alguns sítios deve assinalar-se não apenas um complexo de transformação de preparados piscícolas, mas vários. Este parece ser o caso de alguns núcleos urbanos como Lagos, onde estão identificadas várias unidades, de que um dos exemplos mais recentes é a situada na Rua Silva Lopes (Ramos e Almeida, 2005; Ramos, Laço e Almeida, 2006), a Rua 25 de Abril (Ramos, 2008), ou a unidade identificada no sopé do Monte Molião (Bargão, 2008). A multiplicação de locais onde se transformou o peixe estende-se também a sítios que se julga terem sido *villae*, como é o caso da recente descoberta junto a Pedras d'el Rei (informação do Dr. Pedro Barros). Em muitos dos casos de intervenções recentes, dadas as reduzidas áreas escavadas, devido a apenas ser obrigatório a escavação até às cotas de afectação, mantêm-se os problemas que já anteriormente se apontavam, como por exemplo, a impossibilidade de reconhecer se existem estruturas habitacionais ou outras junto das fábricas, ou mesmo reconhecer a sua planta na totalidade. No

Mapa que se apresenta na **Figura 63**, verifica-se ainda que alguns dos pontos apresentados se referem a apenas um ou mais tanques, noutros trata-se de unidades de transformação, ou mesmo várias unidades.

Outro problema, como já se referiu, diz respeito à dificuldade de estabelecimento do faseamento da exploração dos recursos marinhos e da produção de preparados piscícolas no território hoje algarvio. Existe evidência, por exemplo em Castro Marim, com intensa ocupação durante a Idade do Ferro, (Arruda, 2006) de determinados objectos (como anzóis, pesos de rede, agulhas de rede, etc.), que apontam para uma exploração dos recursos marinhos, nesse período. Também das recentes escavações realizadas em Tavira, têm surgido diversos indícios relacionados com a pesca, tendo sido recuperada uma rede que foi relacionada com a ocupação turdetana (Maia, 2006).

Segundo L. Lagóstena Barrios, os recentes dados sobre o passado fenício de vários sítios no vale do Tejo e do Sado são testemunho da exploração de recursos naturais, entre os quais destaca o sal, o que poderá significar que os recursos marinhos eram explorados já em época pré-romana, também nestas regiões (Lagóstena Barrios, 2001, p. 206). Seguindo o mesmo raciocínio seria natural encontrar contextos idênticos no território hoje algarvio. A exploração de sal pelas comunidades sidéricas tem vindo a ser crescentemente valorizada no quadro da investigação que se desenvolve em Castro Marim (Arruda, 2007a).

Recorde-se que é em toda a região de Cádis e seu entorno que se encontram os testemunhos mais antigos da produção de preparados piscícolas, que, pela sua qualidade, são elogiados pelas fontes gregas.

Para o período republicano, aponta-se a possibilidade de sítios como a Salema terem ocupação do séc. I a.C. L. Lagóstena Barrios associa também as cunhagens monetárias habitualmente datadas de meados dessa centúria, presentes em *Balsa* e *Baesuri* e que exibem, motivos marinhos como atuns, ou embarcações, à existência de indústria de transformação do peixe no Algarve (1998, p. 230). Defende mesmo que «En qualquier caso es tentador relacionar la existencia de un tecido productivo conservero tardorrepublicano en el Algarve con la prolongación de los intereses gaditanos por esta franja litoral» (Lagóstena Barrios, 1998, p. 230). A estas cidades podemos ainda juntar *Ossonoba*, onde as cunhagens monetárias ostentam igualmente motivos marinhos.

Tradicionalmente aceita-se que a maior parte dos complexos de produção de preparados piscícolas, cuja cronologia se conhece, tiveram a sua origem durante o Alto Império. Apesar dos novos dados, estes não alteram, de forma substancial, o que outros autores já afirmaram. Assim, e ao contrário do tinha sido proposto por Edmonson (1987), no que, aliás foi refutado por C. Fabião e outros autores (Fabião 1992-93; 1994; Étienne, Makaroun e Mayet, 1994), a produção de *garum* no sul da Lusitânia não configura um modelo de produção dedicado

exclusivamente ao consumo local, no quadro dos estabelecimentos rurais tipo *villa*. A existência de estruturas de produção de recipientes anfóricos, relacionados directamente com a exportação destes produtos à base de peixe, seria um factor a considerar neste contexto. A estes aspectos alia-se também o facto de as *villa* se encontrarem em territórios com solos de boa aptidão agrícola, o que, segundo C. Fabião apontaria para uma exploração de carácter agrícola e não dos recursos marinhos (Fabião, 1994).

Observando com mais atenção a vertente oriental do Sul da *Lusitania* verifica-se que a produção se encontra atestada em núcleos urbanos como *Balsa*, onde se conhecem pelo menos duas unidades de transformação de peixe. Também na cidade de Faro existem notícias antigas da existência deste tipo de estruturas (cetárias) (Rosa, 1984). A existência de produção associada a *villae* encontra-se limitada, pois exceptuando o sítio de Pedras d'el Rei, que poderá ter sido, com grande probabilidade, um estabelecimento rural com esta natureza, desconhece-se com exactidão se sítios como a Quinta do Muro ou a Quinta de Marim, onde estão documentados conjuntos de cetárias, terão tido esta funcionalidade. A possibilidade de alguns destes sítios terem constituído aglomerados secundários não pode ser excluída. No caso da Quinta do Lago, além de cetárias, encontra-se igualmente evidência da produção de ânforas (Arruda e Fabião, 1991, p. 199-213). A possibilidade de ter sido uma *villa* pode ser igualmente equacionada.

O panorama relativo à produção anfórica registou igualmente alguns dados novos onde se destaca a escavação, embora também e infelizmente numa reduzida área, de um local onde se produziram sobretudo Dressel 14 e Almagro 51c, além de cerâmica comum. O sítio da Manta Rota, cujo material das escavações realizadas pela Dra. Cristina Garcia em 1992 tivemos a oportunidade de estudar (Viegas, 2006b), já tinha sido anteriormente mencionado por Estácio da Veiga (1866) e Leite de Vasconcelos (1920). Trata-se de um sítio cuja funcionalidade se desconhece, mas que pode ter sido uma *villa*, onde se encontrou uma quantidade considerável de fragmentos de ânforas, maioritariamente da forma Dressel 14, que possuíam um fabrico idêntico, o que apontava claramente para uma produção local. Apesar de ser ter encontrado um exemplar que, do ponto de vista morfológico, possuía as características das variantes mais antigas presentes no vale do Sado (variante próxima da Haltern 70 de Abul), a maior parte das peças enquadrava-se nas variantes de bordo semi-circular (Viegas, 2006b). O sítio produziu igualmente ânforas da forma Almagro 51c, mostrando que a produção teve continuidade durante o Baixo Império, encontrando-se também documentado o fabrico de cerâmica comum.

Não tendo modificado de forma substancial o quadro da produção anfórica no Alto Império, esta vê-se, no entanto, reforçada pela evidência deste sítio da Manta Rota (**Figura 63** e **Anexo 6**).

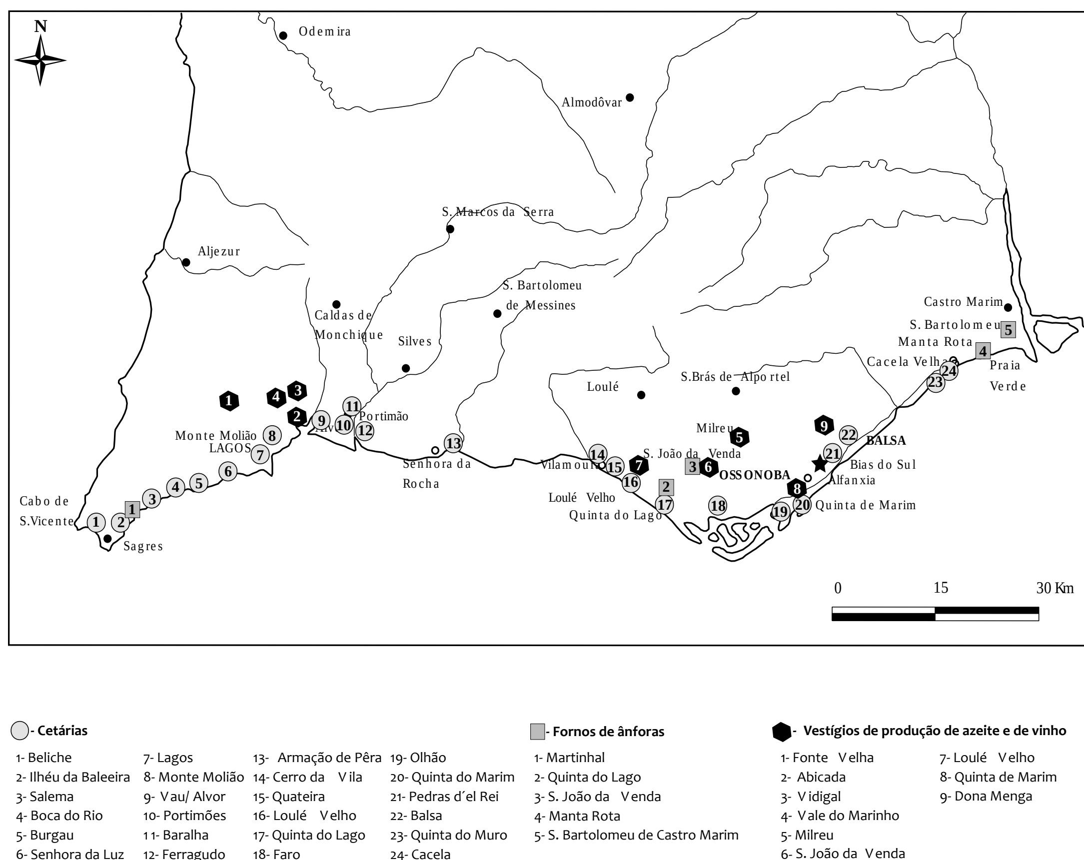


Fig. 63 – Mapa com a localização das cetárias, fornos de ânforas e vestígios de produção de azeite e vinho.

Além dos dados acerca da produção, as recentes publicações sobre o consumo de produtos alimentares transportados em ânforas em estabelecimentos rurais como as *villae* têm trazido, igualmente, nova luz sobre o consumo de preparados piscícolas lusitanos. Refiro-me às *villae* de S. Cucufate (Vidigueira) (Mayet, Schmitt, 1997, p.72-92), do Monte da Cegonha (Selmes) (Lopes e Pinto, 2007), às termas da *villa* romana da Tourega (Évora) (Pinto, Viegas e Dias, 2004, p. 117-127), da Quinta das Longas (Carvalho e Almeida, 1998), de Vila Cardílio (Torres Novas) (Diogo e Monteiro, 1999, p. 201-214) e ainda de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo) (Norton *et al.*, 1993-94), embora neste último caso estejamos perante materiais provenientes de prospecções de superfície e não de escavações. Nestes sítios, que partilham entre si a mesma funcionalidade e uma situação geográfica de interioridade no centro/sul do actual território português, verifica-se que a importação de alimentos corresponde, em larga maioria, aos preparados piscícolas produzidos no vale do Tejo e Sado, seja no período do Alto ou do Baixo

Império. Sendo pouco provável, e sobretudo difícil de provar pela dificuldade de distinção destes fabricos em relação aos algarvios, não é impossível que algumas destas ânforas tenham também a sua origem no sul da Lusitânia. Não pode deixar de se referir que se trata de sítios que, partilhando também uma cronologia aproximada, possuem, contudo, áreas de escavação muito diferentes, sendo necessário a maior cautela nas comparações realizadas.

Em S. Cucufate (Vidigueira), por exemplo, a percentagem de ânforas lusitanas no Alto Império atinge os 73%, valor que sobe para 85,7% no Baixo Império, valor que poderá ser superior atendendo à existência da forma Lusitana 9/Sado 2, de fundo plano, cujo conteúdo poderá ter sido vínico (Mayet e Schmitt, 1997; Lopes e Pinto, 2006).

Apesar de muito reduzido, o conjunto de ânforas (22 exemplares) das nove campanhas de escavações que tiveram lugar na Quinta das Longas mostra a mesma tendência, com uma clara supremacia dos produtos lusitanos em toda a diacronia de ocupação da *villa* (Almeida e Carvalho, 1998). Neste sítio foi ainda possível verificar, através de análises laboratoriais, que as produções algarvias se encontram ausentes (Almeida e Carvalho, 2004).

Este fenómeno parece ser contrariado pelos dados do período Alto Imperial do Monte da Cegonha (Selmes) (Lopes e Pinto, 2006). Neste local, destacam-se as importações béticas desta fase, com uma incidência significativa de ânforas Haltern 70 (32,5%), e mesmo das oleárias Dressel 20 (21,1%), o que pode ser explicado, em parte, pela cronologia mais antiga para o início da ocupação desta *villa*, que está datado do último quartel do séc. I a.C. (Alfenim e Lopes, 1994, p. 485-502). Assim, entre as ânforas que transportaram preparados piscícolas, é um facto que as lusitanas Dressel 14 são maioritárias, mas correspondem «apenas» a 29,7% das ânforas que abasteceram o sítio. Trata-se de um valor que se altera substancialmente em período Baixo Imperial, quando as ânforas lusitanas atingem percentagens mais elevadas, de 73,8% (Lopes e Pinto, 2006).

Durante o Alto Império, 90,9% das ânforas da *villa* romana da Tourega (Évora), integram-se na Dressel 14 lusitana e no Baixo Império a totalidade dos exemplares (89) tem origem local/regional na Lusitânia (Pinto, Viegas e Dias, 2004; Pinto e Lopes, 2006).

Em Vila Cardílio (Torres Novas), a percentagem de ânforas lusitanas no Alto Império ascende a 87,7% , dominando igualmente no Baixo império.

Outro sítio que merece referência é Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo), que terá sido igualmente uma *villa*, embora neste local os trabalhos arqueológicos se tenham cingido a prospecções de superfície. Dominam também as ânforas lusitanas em ambos períodos (Norton *et al.*, 1993-1994).

Assim, a par de uma comercialização com vista ao mercado exterior, testemunhada por alguns naufrágios, tende a ganhar cada vez mais peso o abastecimento

aos estabelecimentos rurais do interior Centro/Sul do actual Portugal. Os dados relativos aos núcleos urbanos poderão também ir no mesmo sentido, sobretudo no que diz respeito ao período do Baixo Império. É essa perspectiva que o estudo das ânforas da cidade de Conímbriga já permitia constatar (Alarcão 1976, p. 79-91) e que se confirma com os dados mais recentes, onde se estudam, igualmente, as ânforas das escavações anteriores ao projecto Luso-Francês (Buraca, 2005). A leitura destes trabalhos permite verificar que durante o Baixo Império os produtos alimentares lusitanos correspondem a 64,4% das ânforas que chegaram à cidade. Este valor é bastante menor em épocas anteriores, quando atinge apenas 30,4% das ânforas de Conímbriga. A provar que parte da produção lusitana se destinou igualmente às cidades, estão também alguns dados disponíveis sobre a cidade de Lisboa, concretamente os que são provenientes de áreas públicas, como é o caso do Teatro romano (Filipe, 2008). Já a situação verificada na Rua dos Correeiros, onde 80% dos fragmentos de ânforas correspondem a recipientes produzidos na Lusitânia, deve ser encarada de forma distinta uma vez que se está perante uma unidade de preparados piscícola e que as ânforas aí encontradas se destinariam a envasar o que era aí produzido (Sabrosa e Bugalhão, 2004, p. 571-586). Entre o conjunto de ânforas originárias da Bética (65 exemplares) destacam-se as Dressel 20 (17 peças) e, para o Baixo Império, as Almagro 50, que somam 26 ânforas (Sabrosa e Bugalhão, 2004, p. 571-586).

Embora distante, do ponto de vista geográfico, das realidades em estudo, não podemos deixar de fazer igualmente referência à rica informação que a cidade de *Bracara Augusta* tem proporcionado através do estudo sistemático que R. Morais lhe tem dedicado (2005; Morais, 2006, p. 295-312). Nesta cidade do Noroeste da Península Ibérica, as ânforas que transportaram preparados piscícolas correspondem a uns escassos 18,64% do total, sendo na sua maioria enquadráveis no período Alto Imperial (90,46%)(Morais, 2006, p. 296, Quadro e gráfico I). Neste período, as ânforas lusitanas correspondem a uma maioria pouco expressiva, com 60,1% (148 peças), onde se destaca a forma Dressel 14 e suas variantes, sendo as restantes ânforas originárias da Bética, estas pertencentes sobretudo à forma Dressel 7/11 (Morais, 2006, p. 296, Quadro e gráfico II).

Em meu entender, o abastecimento com carácter regional poderá ter sido mesmo o destino principal da produção lusitana, uma vez que a presença de ânforas lusitanas em contextos de naufrágio ou de consumo no exterior da Península Ibérica regista valores muito reduzidos. Segundo F. Mayet (2006), a explicação para a escassez de ânforas lusitanas em sítios como Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006) ou Santarém, encontra-se no facto de estes núcleos urbanos estarem já em decadência durante o Alto Império, relativamente ao período anterior.

É um facto que o estudo das diferentes categorias cerâmicas mostra, para o primeiro sítio, uma ocupação durante todo o séc. I d.C., e mesmo possivelmente

também nas primeiras décadas do séc. II, mas posteriormente foi subitamente abandonado (Viegas, 2003b). Não há dúvidas que a expressão da ocupação republicana é muito forte, pertencendo a este período 87,7% das ânforas, contra 12,2% do período Alto Imperial, como houve oportunidade de observar. No entanto, a análise das cerâmicas finas, cerâmica campaniense e *terra sigillata*, contraria estas percentagens e transmite uma noção de que o sítio ainda mantinha uma relevância assinalável durante o Alto Império, como o prova a importação, muito significativa, de *sigillata* itálica, hispânica e, sobretudo, sudgálica.

No caso da Alcáçova de Santarém, sítio que foi também objecto de diversas campanhas de escavações, observa-se um lento decair desta área da cidade a partir também do séc. II. Em Santarém, encontramos mesmo uma série de ânforas de formas relativamente antigas, no quadro da produção lusitana, sejam as que designámos por Dressel 7/11, sejam as que possuem bordos com morfologias idênticas às Haltern 70. Verificámos também que o seu fabrico se distinguia das produções habituais do vale do Tejo e Sado (Arruda, Viegas e Bargão, 2006). Em Castro Marim, e nos restantes sítios algarvios que estudámos, estas produções estão ausentes, como já se mencionou *supra*. Neste *oppidum*, a importação de cerâmicas finas é também bastante significativa, pelo menos até ao séc. II, como o estudo da *terra sigillata* demonstrou (Viegas, 2003b).

Como tivemos oportunidade de referir, os dados disponíveis sobre as cidades algarvias de Faro e *Balsa* apontam para a existência de amostras significativas de ânforas pertencentes ao período Alto Imperial, mas a presença de ânforas lusitanas nesta fase é muito reduzida em *Balsa*, não se encontrando mesmo qualquer testemunho, na cidade de Faro, quer na área que terá correspondido ao centro monumental, quer no local onde se descobriu o mosaico do Oceano. Neste caso, não estamos perante sítios decadentes no Alto Império, sendo por isso necessário encontrar outra explicação para a escassez de ânforas lusitanas.

Outros sítios costeiros meridionais mostram, igualmente, esta elevada percentagem de ânforas béticas. Ainda na costa algarvia, em Quinta de Marim (Olhão), as ânforas béticas encontram-se bem representadas no conjunto (Silva, Soares e Coelho-Soares, 1992). Na costa alentejana, na ilha do Pessegueiro, local onde se produziram igualmente preparados piscícolas, a presença da ânforas béticas é bastante significativa (Silva e Soares, 1993).

São ainda escassos os dados disponíveis sobre Sines, sendo relativamente reduzido o conjunto estudado (60 exemplares). Refira-se, no entanto, as ânforas recolhidas nos anos 60 por J. M. Costa, que mostram uma maioria de exemplares lusitanos (Diogo e Costa, 1996, p. 107-110; Diogo, 1999, p. 13-27, especialmente o Quadro da p. 18; Silva, Coelho-Soares, 2006). O mesmo problema, de uma amostra reduzida (62 exemplares), se regista para a cidade de Miróbriga que seria servida pelo porto de Sines, assinalando-se, igualmente, uma maior quantidade

de produtos lusitanos face às importações béticas (Diogo, 1999, p. 13-27, especialmente o quadro da p. 18).

Neste contexto, e como já se referiu, a possibilidade de as ânforas terem chegado vazias para posteriormente serem cheias com preparados piscícolas, constitui uma hipótese que tem sido avançada para explicar este fenómeno. F. Mayet acrescenta que estes recipientes poderiam ter chegado com sal para serem posteriormente utilizados para exportação dos produtos lusitanos (Mayet, 2006, p. 335). Outra possibilidade que a investigadora francesa avança seria o transporte das ânforas lusitanas até Cádis, com preparados piscícolas lusitanos, local onde seriam substituídas por ânforas béticas de pasta calcária, portanto mais resistentes (Mayet, 2006, p. 335). Não negando, de todo, o domínio que a baía de Cádis exerceu em todo o sul da Lusitânia, parece-me esta hipótese algo forçada. Nesse caso, onde estão essas lixeiras/depósitos de ânforas lusitanas descartadas, na baía de Cádis?

A partir dos trabalhos desenvolvidos sobre a produção anfórica do vale do Sado, em parceria com C. Tavares da Silva, e sobre o estabelecimento industrial de Tróia, R. Étienne e F. Mayet chamaram a atenção para o papel e faseamento da comercialização dos preparados piscícolas transportados em ânforas com origem na Lusitânia (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994). A listagem dos naufrágios onde há evidência deste tipo de recipientes é extensa e encontra-se discriminada no trabalho onde pretendem mostrar o papel da Lusitânia no comércio do Mediterrâneo (Étienne e Mayet, 1993-1994, p. 201-218). No entanto, parece ser igualmente verdade que o sítio de Tróia configura uma situação que, no quadro da produção lusitana de preparados piscícolas é, a vários níveis, excepcional. Desde logo pela concentração dos complexos de produção e, naturalmente também, pelo volume de produção que a dimensão e extensão das cetárias deixa adivinhar.

Para os investigadores franceses, a cidade de *Balsa* poderá ter tido um papel idêntico ao que se conhece para Tróia. Referindo-se à capacidade de 67,224 metros cúbicos do complexo do Sado afirmam «Ces quelques chiffres montrent la préeminence de Tróia, ce qui confirment les nombreux fours d'amphores situés sur la rive opposée; toutefois, les rives du Tage et un site comme *Balsa*, en Algarve, pouvaient jouer un rôle, tout aussi important.»(Étienne e Mayet, 1993-94, p. 210). Para *Balsa* permanecem ainda, no entanto, outros problemas como a ausência de fornos de ânforas conhecidos nas suas imediações que justifiquem a exportação destes produtos.

Mesmo que a explicação para uma presença tão expressiva de ânforas béticas da baía gaditana nos núcleos urbanos costeiros do Algarve oriental, no Alto Império, possa estar relacionada com o facto de parte da produção piscícola ser escoada através da vizinha Bética, o mesmo argumento não teria validade para o período Baixo Imperial. Como se mostrou, nessa fase as ânforas béticas constituem ainda 30,8% em Faro, valor que atinge os 47,3% em *Balsa*.

Se a raridade de ânforas que transportaram vinho ou azeite pode ser explicada com relativa facilidade pelas evidências de uma produção local/regional no Baixo Império, o mesmo raciocínio não se pode aplicar quando se procura justificação para a abundância de ânforas que transportaram preparados piscícolas, sobretudo quando se conhecem os inúmeros locais onde estes se produziram na costa Algarvia. A explicação de C. Fabião para este fenómeno relaciona-se não só com a proximidade da região da Bética, mas também com o carácter sumptuário do consumo pelas elites balsenses (1994a, p. 22). Em minha opinião, deve igualmente considerar-se a diversidade de produtos preparados com peixe, que se encontram documentados nas fontes antigas, nos *tituli* das ânforas e nas análises que se vão desenvolvendo sobre os conteúdos das ânforas. Estes aspectos poderiam talvez justificar que uma região que se encontrava a produzir preparados piscícolas se encontrasse a importar outros tipos de produções da região Bética. Naturalmente que neste processo deve igualmente valorizar-se, além das vantagens que a proximidade geográfica permite, a tradição anterior que privilegia o abastecimento com origem na Bética e que, como já se referiu, remonta à Idade do Ferro.

Os *tituli*, incrições pintadas nas ânforas, assim como as fontes escritas, apontam para a existência de diferentes preparados ou molhos à base de peixe. Entre eles, destaca-se o *garum*, mas existem outras variedades, tais como o *muria*, o *liquamen* e o *hallec*, e outros produtos mais difíceis de determinar, como o *lymphatum* e o *laccatum*. O primeiro resulta da maceração de determinadas partes do peixe numa salmoura à base de sal marinho (Grimal e Monod, 1952, p. 27-38 *apud* Étienne e Mayet, 2002, p. 44). Nesta preparação, podem variar quer as espécies de peixes utilizadas, quer a proporção de sal. A receita do *garum*, traduzida do grego e apresentada em Geoponica XX, 46, mostra que este preparado se pode realizar pela exposição ao sol ou cozendo peixe e a salmoura (Curtis, 1991, *apud* Étienne e Mayet, 2002, p. 46). Os preparados piscícolas estão presentes em inúmeras receitas de *Apicius*, o que mostra bem a sua utilização generalizada na cozinha romana. Directamente relacionado com o *garum*, o *liquamen* seria o líquido resultante da filtragem do referido preparado, e o *hallec* o restante. Por sua vez, a *salsamenta* corresponderia ao peixe salgado.

Além dos dados das fontes e dos *tituli*, o registo arqueológico tem-se encarregado de enriquecer a já de si variada gama de produtos piscícolas. As análises do conteúdo de ânforas provenientes de contextos de naufrágio ou de escavações em áreas produtoras, além dos vestígios encontrados no interior das próprias cetárias, têm-se multiplicado nos anos mais recentes. Os dados recolhidos no interior de algumas das cetárias do Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros, em Lisboa, por exemplo, mostra que a principal espécie piscícola utilizada foi a sardinha (*sardinia pilchardus*), sendo pouco significativa a presença de outros peixes (Assis e Amaro, 2006, p. 123-144).

Outro dado que deve ser recordado neste contexto diz respeito às observações que L. Lagóstena Barrios produziu a propósito das diferenças morfológicas da família de ânforas para envase de preparados piscícolas béticos, que corresponde à Dressel 7/11, a melhor representada nos centro produtores gaditanos (1996a). Segundo este autor, a justificação para a existência de diferentes formas para o transporte de preparados piscícolas deve-se ao facto de se destinarem a produtos de diferentes qualidades: a forma Beltrán Ib destinar-se-ia aos produtos mais apreciados e a Dressel 11 aos menos afortunados, elaborados a partir dos produtos de pior qualidade ou secundários (Lagóstena Barrios, 1996a, p. 155).

Neste contexto, faz sentido referir também outros recipientes que M. Ponsich (1988) relacionou com o transporte de preparados piscícolas, que correspondem a potes importados da área costeira da Bética, sobretudo a partir do período imperial, e que se encontram bem representados entre a abundante cerâmica comum originária desta região presente nos diversos núcleos urbanos estudados. Tudo aponta para que o *garum* de melhor qualidade, que poderá ter chegado à mesa das elites romanas do Algarve costeiro oriental, pudesse ter sido transportado neste tipo de recipientes de menores dimensões.

Como já se referiu, a produção de *garum* poderá encontrar-se igualmente testemunhada pela presença de formas específicas de pratos/caçoilas de bordo bífido com encaixe ou de bordo escalonado, que segundo M. Ponsich terão sido utilizados para a preparação de *garum* (1988). É sintomático que esta forma de cerâmica de cozinha seja a melhor representada no fabrico de produção local/regional (cerâmica cinzenta de textura média), ainda que não possamos esquecer que, tratando-se de uma forma de utilização na cozinha, a produção de *garum* não seria a sua função exclusiva.

O estudo do conjunto anfórico dos núcleos urbanos de Faro, *Balsa* e Castro Marim, permitiu ainda, além da análise do consumo e da produção dos preparados piscícolas, a discussão de alguns aspectos relacionados com o consumo e a produção de vinho e de azeite.

Não deverá causar estranheza, o reduzido número de ânforas que transportaram azeite e vinho para o Sul da Lusitânia durante o Baixo Império. Existe evidência do desenvolvimento da produção destes alimentos em diversas *villae*. De acordo com a compilação de A. Carvalho, no Algarve esta produção está documentada em diversos locais, não sendo fácil saber, tal como já referira J. de Alarcão, se se trata de estruturas que transformaram a uva ou a azeitona (Alarcão, 1990b, p. 409-443; Carvalho, 1999, p. 361-390). Em Milreu (Estói), foram detectadas estruturas de lagares para a produção de vinho e/ou azeite (Hauschild, 1984, p. 97; Alarcão, 1988b, p. 207-208; Carvalho, 1999, p. 370) e azeite como os trabalhos de campo recentes documentaram (Teichner, 2003, p. 103-114). A recente publicação que inclui os dados sobre Milreu, a que só parcialmente

tivemos acesso, mostra a extensão que a produção de azeite assumiu nesta *villa*, com uma complexa instalação de lagar e estruturas de armazenamento em cave (Teichner, 2008). Em S. João da Venda (Faro), existe notícia de um lagar e uma *cella vinaria*, (Rocha, 1895,p. 193-212; Alarcão, 1988b, p. 209, Fabião e Arruda, 1991), embora posteriormente se tenha concluído que esta estrutura seria parte integrante dos fornos. A produção e armazenamento de vinho e azeite pode estar também documentada neste sítio, onde três *dolia* enterrados o parecem indicar (Rocha, 1895, p. 201).

Na vertente ocidental do Algarve estão documentados lagares na Fonte Velha (Bensafrim, Lagos), em Vidigal, (Mexilhoeira Grande, Portimão), no Vale do Marinho (Mexilhoeira Grande, Portimão). Encontraram-se ainda outras evidências desta produção como os pesos de prensa e bases de espremedura em Loulé Velho (Quarteira-Loulé) (Alarcão 1988b, p. 207, Freitas, 1995, p. 50 *apud* Carvalho, 1999, p. 382) e Dona Menga (Luz – Tavira) (Alarcão 1988b, p. 208) (**Figura 63**).

Estas estruturas podem configurar um tipo de produção destinada essencialmente ao auto-consumo, no seio das *villae*, com possível produção de excedentes destinados às cidades mais próximas.

Não é clara a cronologia do início da produção, quer do vinho quer do azeite, em solo luso. No caso do vinho, mencionam-se frequentemente os perfis polínicos de Alpiarça, onde se recolheram vestígios de *vitis* e *olea* em época pré- romana (Leewannrden e Jansen, 1985, p. 229; Arruda e Gonçalves, 1995; Fabião, 1998). O problema destes dados, válidos sobretudo para o Vale do Tejo, prende-se com o facto de se desconhecer se se trata da variante domesticada ou selvagem da planta da vinha.

Ainda em época anterior à conquista do ocidente peninsular, são as próprias fontes escritas a dar conta da existência de vinho, como no caso da referência de Políbio (XXXIV, 8 *apud* Ateneu VIII, 330c *apud* Brun, 1997, p. 48), mencionando a fertilidade da Lusitânia, e indicando o preço deste produto. Mais tarde, apenas Estrabão dá conta da existência de vinhas, nas ilhas ou mouchões do vale do Tejo (III, 3, I). É o mesmo autor que se detém com maior detalhe nas produções agrícolas da Bética/Turdetânia e que elogia a qualidade e quantidade de vinho e azeite no vale do Guadalquivir.

É, portanto, de admitir uma produção, em época relativamente precoce, de vinho e de azeite também no sul do território hoje português, o que poderá ajudar a justificar a ausência de ânforas vinárias de produção local/regional. Outros dados devem também ser analisados neste âmbito, pois admitindo uma produção de carácter local/regional, esta poderia ser transportada em outro tipo de recipientes. Neste contexto, são frequentes as referências à possibilidade de produção e armazenamento de vinho em tonéis e *dolia*, e de transporte em outros tipos de recipientes como os odres (Fabião, 1998b, p. 171-172). De difícil detecção no

registo arqueológico, a presença dos tonéis pode ser admitida dada a abundância de monumentos epigráficos, as *cupae*, que reproduzem a sua forma, e que se distribuem sobretudo no sul do actual Portugal. Segundo J.-P. Brun, esta produção estaria atestada concretamente na *villa* de Torre de Palma (1997, p. 61). No que diz respeito aos *dolia*, estes podem ter servido igualmente para produção de vinho, devendo, no entanto, possuir, na sua parede interna, vestígios de pezgamento ou revestimento resinoso. A este propósito deve referir-se a presença, com alguma frequência, entre a cerâmica comum importada para os núcleos urbanos de Faro, *Balsa* e Castro Marim, de recipientes de armazenamento – pequenos *dolia* ou *seria* – cuja função de transporte ou armazenamento de produtos alimentares como o vinho ou o azeite se deve defender. Estes contentores possuem um fabrico que coloca a sua origem no vale do Guadalquivir, assemelhando-se as suas pastas às das ânforas Haltern 70.

Outro aspecto que pode justificar a escassez/ausência de ânforas lusitanas que transportaram vinho ou azeite prende-se com a forma como se fazia este tipo de consumo, sobretudo nos contextos urbanos que foram objecto de estudo, uma vez que o seu transporte pode ter sido feito em recipientes cerâmicos de menores dimensões (Martin-Kilcher, 2005). Estes recipientes devem ter sido os utilizados, tratando-se da sua aquisição no mercado, em contexto urbano, e do transporte até à habitação, com maior ou menor proximidade.

ANEXOS

	Faro (Museu Municipal)				Castro Marim			
	N.º Frag	% N.º Frag	NMI	% NMI	N.º Frag	% N.º Frag	NMI	% NMI
Campaniense A	233	51.6	51	42.1	10	2	5	2.7
Campaniense B etrusca	–	–	–	–	1	0.2	1	0.5
Campaniense B de Cales	195	43.1	60	49.6	446	88.5	151	83.8
Campaniense pasta cinzenta	24	5.3	10	8.3	47	9.3	24	13
Total	452	100	121	100	504	100	186	100

Anexo 1 – Campaniense de Faro e Castro Marim, NMI e n.º de fragmentos.

	Faro		*Balsa*		Castro Marim	
	NMI	%NMI	NMI	%NMI	NMI	%NMI
sigillata Oriental A (TSOA)	1	0.2	–	–	–	–
sigillata tipo itálico (TSI)	27	6.3	73	7.6	100	21.9
sigillata sudgálica (TSS)	142	33.4	393	41.1	283	62
sigillata hispânica tipo Peñaflor (TSHPeñ)	18	4.2	49	5.1	20	4.4
sigillata hispânica (TSH)	38	8.9	80	8.3	50	10.9
Sigillata clara A (TSClA)	37	8.7	116	11.8	2	0.4
Sigillata clara C (TSClC)	34	8	90	9.7	–	–
Sigillata clara D (TSClD)	109	25.6	135	14.3	–	–
Sigillata Foceense tardia (TSfoc)	7	1.6	9	0.9	–	–
Sigillata luzente (Tsluz)	11	2.6	6	0.6	2	0.4
Der. *Sigillata* Paleocristã (DSP)	2	0.5	6	0.6	–	–
Total	**426**	**100**	**957**	**100**	**457**	**100**

Anexo 2 – *Terra sigillata* de Faro, *Balsa* e Castro Marim, NMI (inclui material anteriormente publicado (Nolen, 1994.))

	Oceano 1976	Faro 01-02	Total MNI
Greco-itálicas (Itálica)		2	2
Dressel 1 (Itálica)		38	38
Lamboglia 2 (Itálica)		5	5
Mañá C2a (Tripolitanas)		5	5
Castro Marim 1 (Ulterior)		99	99
T-9.1.1.1 (Ulterior)		4	4
Forma D evoluída (Ulterior)		5	5
Mañá Pascual A4 (Ulterior)		4	4
Mañá C2b (Ulterior)		78	78
Classe 67 (Ulterior)		24	24
Dressel 12 (Ulterior)		2	2
Greco-itálica (Ulterior)		2	2
Dressel 1 (Ulterior)		6	6
Haltern 70 (Ulterior)		5	5
Dressel 7/11 (Bética)	3	22	25
Dressel 14 (Bética)	2	4	6
Beltrán II A (Bética)		2	2
Beltrán II B (Bética)	10	7	17
Haltern 70 (Bética)		41	41
Haltern 71 (Bética)		1	1
Dressel 20 (Bética)	9	14	23
Gauloise 4 (Gália)		1	1
Tripolitana II (N. Africana)		2	2
Almagro 50 / Keay XVI (Béticas)		8	8
Almagro 51a-b/ Keay XIX (Bética)		2	2
Almagro 51c (Bética)		1	1
Dressel 23/Keay XIII (Bética)		5	5
Keay VI (Bética)		1	1
Almagro 50 (Lusitanas)		1	1
Almagro 51a-b (Lusitanas)		1	1
Almagro 51c (Lusitanas)		16	16
Africana I /Keay III B (N. Africana)	1		1
Africana II A (Keay (N. Africana)		4	4
Africana II C (N. Africana)		3	3
Africana II D (N. Africana)	1	3	4
Keay XXV (N. Africana)		1	1
Keay XXXV (N. Africana)		4	4
Total	26	423	449

Anexo 3 – Ânforas de Faro (NMI).

	Fabião 1994a	Total NMI	%Total NMI
Dressel 2-4 (itálica)	–	2	0.8
Dressel 2-4 (Bética)	5	5	2
Haltern 70 (Bética)	1	26	10.6
Agora M 54 (Mediterrâneo Oriental)	1	1	0.4
Dressel 28 (Bética)	–	1	0.4
Dressel 14 (Bética)	–	9	3.7
Dressel 7/11 (Bética)	2	11	4.5
Beltrán IIA (Bética)	1	7	2.9
Beltrán IIB (Bética)	7	47	19.1
Gauloise 4 (Gália)	–	3	1.2
Dressel 20 (Bética)	–	14	5.7
Hammamet 1 (Norte de África)	–	1	0.4
Dressel 14 (Lusitânia)	–	9	3.7
Almagro 50/ Keay XVI (Bética)	2	29	11.8
Almagro 51a-b/ Keay XIX (Bética)	4	12	4.9
Almagro 51c (Bética)	3	7	2.9
Dressel 23a/ Keay XIII A (Bética)	1	3	1.2
Dressel 23c/ Keay XIII C (Bética)	–	1	0.4
Africana II A (Keay V) (Norte de África)	–	4	1.6
Africana II C (Keay VI) (Norte de África)	–	6	2.4
Africana II D (Keay VII) (Norte de África)	1	7	2.8
Keay XXV.1 (African III C) (Norte de África)	–	3	1.2
Almagro 50 (Lusitânia)	–	2	0.8
Almagro 51a-b (Lusitânia)	–	11	4.5
Almagro 51c (Lusitânia)	15	25	10.2
Total	**43**	**246**	**100**

Anexo 4 – Ânforas de *Balsa* (NMI).

	Arruda *et al.*, 2006	Total	Total MNI %
Greco-itálicas (Itálica)	–	2	0.2
Dressel 1 (Itálica)	–	12	1.4
Lamboglia 2 (Itálica)	–	7	0.8
Mañá C2a (Norte de África)	–	3	0.4
Tripolitana antiga (Norte de África)	–	3	0.4
Castro Marim 1 (Ulterior)	155	170	20.1
9.1.1.1. (Ulterior)	–	3	0.4
Forma D evoluída (Ulterior)	17	17	2
Mañá Pascual A4 (Ulterior)	64	64	7.6
Mañá C2b (Ulterior)	171	171	20.4
Classe 67 (Ulterior)	219	219	26
Oleárias antigas (Ulterior)	–	13	1.5
Dressel 12 (Ulterior)	16	16	1.9
Greco-itálica (Ulterior)	–	3	0.4
Dressel 1 (Ulterior)	–	5	0.6
Haltern 70 Tardo republicana (Ulterior)	–	22	2.6
Dressel 7/11 Tardo republicana (Ulterior)	10	10	1.2
Dressel 7/11 (Bética/ Ulterior)	13	13	1.5
Dressel 14 (Bética)	8	8	0.9
Beltrán II A (Bética)	2	2	0.2
Beltrán II B (Bética)	9	9	1.1
Haltern 70 imperiais (Bética)	–	50	5.9
Dressel 20 (Bética)	–	17	2
Pascual 1 (Tarraconense)	–	1	0.1
Dressel 14 (Lusitana)	2	2	0.2
Almagro 50 / Keay XVI (Bética)	1	1	0.1
Almagro 51C (Bética)	–	1	0.1
Total	**690**	**844**	**100**

Anexo 5 – Ânforas de Castro Marim (NMI).

1. Cetárias

A listagem dos sítios onde se produziram preparados piscícolas na costa algarvia teve por base as referências sistematizadas por diversos autores que se têm debruçado sobre o tema (Veiga, 1910; Figueiredo, 1906; Santos, 1971, 1972; Alarcão, 1988a), seguindo de perto e actualizando a informação reunida em 1994 por C. Fabião (1994b).

Sítio	Características	Cronologia	Referências Bibliográficas
1 – Beliche	Uma cetária	–	Veiga, 1910, p. 210; Santos, 1971, p. 69; Alarcão 1988a, 7/159
2 – Ihéu da Baleeira	Uma cetária	–	Santos, 1971, p. 69; Alarcão, 1988a, 7/161.
3 – Salema	Cetárias	–	Veiga, 1910, p. 211; Santos, 1971, p. 77; Alarcão, 1988a, 7/131.
4 – Boca do Rio	Várias cetárias de tamanho regular dispostas em duas fileiras	Séc. I - IV / V.	Veiga, 1910, p. 212; Figueiredo, 1906, p. 113-114, Santos, 1971, p. 78-106; Alarcão, 1988a, 7/132.
5 – Burgau	Cetárias	Séc. ? -IV	Veiga, 1910, p. 218; Santos, 1971, p. 107; Alarcão, 1988a, 7/143.
6 – Senhora da Luz	Alinhamento de tanques	Séc. I- IV.	Veiga, 1910, p. 220; Santos, 1971, p. 108; Alarcão, 1988a, 7/141.
7 – Lagos – «Bon vivant»	Notícia de tanques	–	Ramos e Almeida, 2005; Ramos, 2008.
7 – Lagos R. Silva Lopes	Unidade	Séc. I-VI	Ramos e Almeida, 2005; Ramos, Almeida e Laço, 2006, p. 83-100.
7 – Lagos (Rua 25 Abril)		Séc. IV	Ramos, 2008, p. 87-98.
7 – Monte Molião (Lagos)	Cetárias	Séc. I – II	Bargão, 2008, p. 169-189.
7 – Meia praia (Lagos)	Cetárias	–	A confirmar
8 – Vau / Alvor (Portimão)	Série de 15 tanques	–	Figueiredo, 1906, p. 112, Fig. 2, p. 115; Veiga, 1910, p. 226-227; Santos, 1971, p. 124-125, fig. 24; Alarcão, 1988a, 7/11.
9 – Portimões (Portimão)	Série de tanques	Séc. I (?) - III-IV	Veiga, 1891, p. 569-570, Veiga, 1910, planta nº 2; Figueiredo, 1906, p. 116, Fig. 3; Santos, 1971, p. 133; Alarcão, 1988a, 7/117 e 7/146.
10 – Baralha (Portimão)	Cetárias	–	Marques et al., 1992, p. 47; Fabião 1994.
11 – Ferragudo (Portimão)	«estabelecimento de salga de peixe»	Séc. I (?)	Santos, 1971, p. 135; Alarcão, 1988a, 7/147.
12 – Armação de Pêra (Silves)	«tanques romanos de salga de peixe»	–	Santos, 1971, p. 141; Alarcão, 1988a, 7/152.
13 – Cerro da Vila	Dois tanques	Séc. I ou II (?)	Santos , 1971, p. 142; Alarcão, 1988a, 8/298.
14 – Quarteira	«estabelecimento de salga»	Séc. I aC ?	Veiga, 1910, p. 233; Santos, 1971, p. 149; Alarcão, 1988a, 8/299.
15 – Loulé Velho (Loulé)	«estabelecimento de salga»	Séc. I a.C - IV	Paço e Farrajota, 1966, p. 75-76; Santos, 1971, p. 151-152, fig. 56-61; Alarcão, 1988a, 8/300.
16 – Quinta do Lago (Loulé)	Fila com 5 tanques	Séc. m. I- V	Arruda e Fabião, 1990, p. 199-213, fig. 57.
17 – Faro (Av. da República)	«Três tanques de salga»	–	Rosa, 1984, p. 153; Alarcão 1988a, 8/322.
18 – Olhão	Série de tanques nas docas	–	Iría, 1950, p. 726-728; Santos, 1971, 215-216, fig. 78-79; Alarcão 1988a, 8/323.
19 – Quinta de Marim (Olhão)	Cetárias	Séc. I-V	Alarcão 1988a, 8/311; Silva, Soares e Coelho-Soares, 1992, p. 335-374.
Pedras d'el Rei	Tanque		A confirmar
20 – Balsa (Quinta das Antas)	Estácio	Séc. I-V	Figueiredo, 1906, p. 118, fig. 5, Santos, 1971, p. 288-290, fig. 115-116.

20 – Balsa (Quinta de Torre de Ares)	Unidade com planta em U com, pelo menos 9 cetárias.	Séc. ? – V-VI ?	Maia e Maia, 1978; Alarcão, 1988a, 8/319.
21 – Quinta do Muro (Vila Real de Santo António).	4 tanques e outros na praia.	Séc. I-II ?	Figueiredo, 1906, p. 119-120, fig. 6; Santos, 1971, p. 309; Alarcão1988a, 8/281.
22 – Cacela	--	–	Alarcão, 1988a, 8/382.

2. Sítios onde se produziram ânforas

Sítio	Características	Cronologia	Referências Bibliográficas
1 – Martinhal (Sagres)	Fornos, produção de ânforas Almagro 50, Almagro 51c e Almagro 51 a-b.	Séc. IV-V	Silva, C. T., Soares, J. e Correia, V. (1990), p. 225-246; Alarcão, 1988a, 7/160; Fabião, 2004a, p. 397.
2 – Quinta do Lago (Loulé)	Produção de ânforas Almagro 50 e Almagro 51c.	Séc. III-V	Arruda e Fabião, 1990, p. 199-213; Fabião, 2004a, p. 399.
3 – S. João da Venda (Loulé)	Produção de ânforas Almagro 51 a-b	Séc. III-V	Fabião e Arruda 1990, p. 215-224; Alarcão, 1988a, 8/305; Fabião, 2004a, p. 399.
4 – Manta Rota (Vila Real de Sto António)	Dressel 14 e possivelmente Almagro 51c.	m. séc. I – séc. V	Vasconcelos, 1920, p. 214-237; Fabião, 2004; Viegas, 2006b, p. 177-196; Alarcão, 1988a, 8/296; Fabião, 2004a, p. 400.
5 – S. Bartolomeu de Castro Marim	Forno. Produção de Dressel 14 e Almagro 51c.	m. séc. I – séc. V	Vasconcelos, 1898; Maia, 1979; Alves, Diogo e Reiner, 1990; Alarcão, 1988a, 8/292; Fabião, 2004a, p. 400.

3. Locais com vestígios de produção de azeite e vinho

Listagem realizada a partir das informações contidas em *Roman Portugal* (Alarcão, 1988a), sistematizadas e completadas pelos trabalhos de síntese de J.-P. Brun (1997) e A. Carvalho (1999), com a necessária actualização bibliográfica sobre locais que foram posteriormente identificados.

Sítio	Características	Cronologia	Referências Bibliográficas
1 – Fonte Velha (Bensafrim Lagos)	Um lagar	–	Alarcão, 1988a, 7/90; Carvalho, 1999, nº 4, p. 370.
2 – Abicada	Contrapesos ou prensas	Baixo Império	Alarcão 1988a, 7/107 Brun, 1997, p. 65,
3 – Vidigal (Mexilhoeira Grande, Portimão)	Lagar escavado na rocha	Baixo Império	Santos, 1971, p. 315; Alarcão, 1988a, 7/98;, Carvalho, 1999, nº 5, p. 370.
4 – Vale do Marinho (Mexilhoeira Grande, Portimão)	Lagar escavado na rocha de cronologia duvidosa	Baixo Império	Alarcão, 1988a, 7/102; Carvalho, 1999, nº 6, p. 370.
5 – Milreu	Instalação vitícola prensa e cubas de recolha /lagar de vinho	Baixo Império	Alarcão, 1988a, 8/304; Hauschild, 1984; Carvalho, 1999, p. 170; Teichner, 2008.
5 – Milreu	Azeite	–	Teichner, 2003, p. 103-114; Teichner, 2008.
6 – S. João da Venda (Loulé)	Lagar e cella vinaria	–	Rocha, 1894; Santos, 1972, p. 167; Alarcão, 1988, 8/35; Carvalho, 1999, nº12, p. 370.
7 – Loulé Velho (Quarteira, Loulé)	Um peso de lagar	–	Alarcão 1988a, 8/300; Carvalho, 1999, nº 32, p. 382.
8 – Quinta de Marim	Três dolia encastrados no pavimento	Baixo Império	Rocha, 1895; Santos 1972, p. 264-265.
9 – Dona Menga (Luz, Tavira)	Mó de lagar	–	Alarcão 1988, 8/314; Carvalho, 1999, nº 33, p. 382.

Anexo 6 – Preparados piscícolas, fornos de ânforas e vestígios da produção de azeite e vinho no Algarve romano – referências Bibliográficas.

3. A DINÂMICA EVOLUTIVA DO POVOAMENTO DO ALGARVE COSTEIRO DURANTE O PERÍODO ROMANO E PÓS-ROMANO: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO CONSUMO DE ALIMENTOS TRANSPORTADOS EM ÂNFORAS E DAS CERÂMICAS FINAS DOS NÚCLEOS URBANOS DE *OSSONOBA*, *BALSA* E *BAESURI*

O estudo realizado com base num amplo conjunto de cerâmicas de mesa importadas e de ânforas que transportaram produtos alimentares, na sua maior parte inéditas, conjugado com a análise crítica das fontes escritas, dos dados epigráficos e numismáticos, permitiu caracterizar a dinâmica evolutiva das cidades de Faro, *Balsa* e *Baesuri* ao longo da Antiguidade. Mesmo tratando-se de uma evidência fragmentária, frequentemente contraditória e por vezes descontínua, os dados obtidos merecem ser novamente analisados, discutidos e integrados numa perspectiva de inter-relação regional mais ampla, que cubra não só a região algarvia, mas igualmente as restantes províncias do império romano.

O quadro político-administrativo da região que corresponde actualmente ao sul da Península Ibérica indica que, em 197 a.C., quando se estabeleceu a província da Hispânia *Ulterior*, os territórios do Algarve oriental não foram incluídos na órbita romana, sendo essencialmente a região em torno ao vale do Guadalquivir a que se encontrava sob o domínio romano.

Pelas descrições das fontes escritas parecem ser escassos os episódios da história militar que tiveram como palco de operações o território algarvio, e, ainda que tradicionalmente se considere que, quando Décimo Júnio Bruto estabeleceu as fortificações na linha do Tejo, em 138 a.C., a região meridional do extremo ocidente já estaria pacificada. Posteriormente, apenas se poderá assinalar o episódio do cerco de *Laccobriga*, que terá ocorrido, muito possivelmente, junto ao Monte Molião (Arruda, 2007).

Tudo aponta para que o interesse de Roma no território algarvio só tenha despertado efectivamente a partir do reinado de Augusto, portanto numa fase relativamente tardia, face à consolidação de outras parcelas do território hoje português (Arruda e Gonçalves, 1994). Este aspecto ajuda a explicar a inexistência, em solo algarvio, de cidades com epíteto *Iulia,* assim como a escassez de elementos *Iulii*, tal como V. Mantas já fizera notar (Mantas, 1990, p. 183).

Sendo progressiva a passagem do território para a órbita romana, esta não se realizou de forma linear, nem do ponto de vista cronológico nem geográfico. Marcado pelo seu passado proto-histórico, a existência de um povoamento pré-romano de características urbanas constitui uma realidade que exerceu uma forte influência na posterior ocupação romana, determinando e condicionando fortemente este povoamento. Os três sítios estudados, *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Torre de Ares e Antas) e *Baesuri* (Castro Marim) não escapam a esta realidade, apresentando eles próprios evoluções distintas.

Dados recentes permitiram situar o passado pré-romano de *Ossonoba* numa data não anterior ao séc. IV a.C., coincidindo o núcleo de implantação do *oppidum* pré-romano com a posterior ocupação romana Republicana. O conjunto anfórico estudado aponta para um domínio das importações de preparados piscícolas provenientes da área gaditana (Arruda, Sousa e Bargão, 2005).

Relativamente à antiga *Baesuri*, sob o actual Castelo de Castro Marim, identificaram-se estruturas e materiais que remontam à Idade do Bronze, com continuidade de ocupação até à época romana tardo-republicana e alto imperial. O estado de conservação das estruturas arqueológicas permitiu analisar, com detalhe, a evolução do núcleo pré-romano de características eminentemente urbanas, particularmente a área que estaria dedicada ao culto (Arruda, 2005; Arruda e Freitas, 2006; Arruda, Freitas e Oliveira, 2007).

Em várias passagens das «Antiguidades Monumentais do Algarve», Estácio da Veiga defendeu que o sítio onde posteriormente habitaram os «povos balsenses» teve um passado pré-histórico, que remontava ao Neolítico, assinalando igualmente a existência de peças que atribuiu à Idade do Bronze. A impossibilidade de confirmar, hoje, estas informações cria dificuldades na obtenção de dados sobre o passado pré-romano de *Balsa*, dada a inexistência de vestígios deste período no sítio onde se localizou a cidade romana. De facto, tem sido defendido que, neste caso, pode ter ocorrido um fenómeno de transferência do topónimo pré-romano de Tavira, cidade onde os vestígios pré-romanos remontam ao séc. VII a.C., para o sítio onde posteriormente se desenvolveu a *Balsa* romana, nas Quintas de Torre de Ares e das Antas. Desconhece-se qual terá sido o momento exacto e o modo como se poderá ter processado esta transferência, mas as cerâmicas mais antigas recolhidas em *Balsa* apontam para um início da ocupação romana naquele local, numa época um pouco anterior ao reinado de Augusto. Esta tese conta, no entanto, com alguns problemas, nomeadamente o facto de os dados de Tavira parecerem apontar para um *terminus* ou interrupção da ocupação no séc. III a.C., o que indica que, para um período compreendido entre o séc. III a.C. e os meados/finais do séc. I a.C., não dispomos de evidências de ocupação nem em *Balsa*, nem em Tavira. Outra hipótese que tem sido levantada aponta para a possibilidade de o Cerro do Cavaco ter sido igualmente utilizado neste âmbito. No entanto, a cronologia dos materiais aí recuperados, exclusivamente provenientes de recolhas de superfície, apontam para umperíodo que julgamos se deve situar sobretudo entre o sécs. II e os meados do séc. I a.C.

O facto de não existirem, até ao momento, quaisquer dados que indiquem uma ocupação anterior em *Balsa*, uma vez que mesmo as cunhagens monetárias poderão remontar à segunda metade do séc. I a.C., não inviabiliza que estes não venham, eventualmente, a ser detectados, numa intervenção na área onde actualmente se localiza a casa principal da Quinta de Torre de Ares.

Em Faro, *Balsa* e Castro Marim, as primeiras informações que remetem para os contactos desta região com o mundo romano correspondem aos conjuntos de cerâmica campaniense A, que, associados a alguns exemplares de ânforas do tipo greco-itálico, permitem apontar para cronologias de meados do séc. II a.C. Estes contactos estão patentes no reduzido conjunto de materiais que se recuperou no forte de S. Sebastião (Castro Marim) e também no abundante espólio resultante das sondagens realizadas no Museu Municipal de Faro. Dada a escassez de dados estratigráficos conservados, torna-se difícil, contudo, reconhecer o momento em que as populações indígenas se encontram a receber produtos itálicos e qual a altura em que estes produtos passam a corresponder a importações regulares das populações itálicas instaladas em *Ossonoba*. Também não é fácil distinguir estes contextos de consumo dos que poderiam corresponder já às elites locais que adoptaram os hábitos romanos. Observa-se, por um lado, que seguindo a tradição pré-romana anterior, se mantém, neste período, a importação de grandes quantidades de preparados piscícolas com origem na região gaditana, na província da *Ulterior*. As ânforas vinárias itálicas são mais abundantes em Faro do que no Castelo de Castro Marim, o que explicámos pela cronologia relativamente mais tardia do conjunto castro marinense. Dados recentes apontam para que o contacto das populações que habitavam Castro Marim com o mundo romano tenha ocorrido inicialmente com a possível instalação no forte de S. Sebastião, ainda no séc. II a.C., e só posteriormente é que a área do Castelo teria sido ocupada e, definitivamente romanizada (Arruda e Pereira, 2008).

De facto, o momento cronológico para o qual dispomos de um maior conjunto de informação é o contexto datado entre 50 e 30 a.C., escavado no Castelo de Castro Marim. Por outro lado, as cunhagens de *Baesuri* possuem uma cronologia geral da segunda metade do séc. I a.C. correspondendo à altura em que o *oppidum* cunhou moeda e em que dispôs de instituições que remetem para um quadro administrativo de âmbito romano. Efectivamente, a legenda de um magistrado numa das cunhagens de *Baesuri* indica a existência de uma estrutura organizativa que pressupõe, por sua vez, a presença de uma elite administrativa de origem itálica ou outra, e, que teria, muito possivelmente, partilhado o poder com eventuais elites locais. A recente identificação de um elemento de bronze de uma caixa de selagem, que remete para a existência, no séc. I d.C., em Castro Marim, de correspondência de âmbito oficial (Pereira, 2008, p. 111), reforça o papel institucional que o núcleo urbano de *Baesuri* terá assumido.

Mesmo dispondo de escassas informações sobre as estruturas existentes em *Baesuri* neste período, relacionamos a função que desempenhou durante o período romano com o escoamento de recursos mineiros da faixa piritosa alentejana, através da via que o Guadiana constituiu.

Como referimos, os vestígios da presença romana em Faro remontam a uma fase recuada do séc. II a.C. Aparentemente, foi a área da cidade muralhada a que foi ocupada desde a Idade do Ferro, sendo este igualmente o local de implantação da cidade romana. Apesar de abundantes, os materiais recuperados não se associam a estruturas de funcionalidade definida, não sendo possível caracterizar a forma como se processou a passagem do núcleo urbano anterior para a órbita romana. Tudo leva a crer que terá sido neste núcleo inicial da cidade que se instalou a ceca que cunhou moeda.

As importações do período republicano em Faro e Castro Marim mostram que estes núcleos urbanos, seguindo uma tradição anterior, pré-romana, se abasteceram de produtos alimentares, sobretudo na área da *Ulterior*, no que veio a corresponder mais tarde à Bética. Tal como na época pré-romana, as importações são marcadas pelos preparados piscícolas de origem gaditana transportados em ânforas que seguem, na sua esmagadora maioria, modelos de tradição púnica, mas igualmente outros de morfologia romana. As importações de produtos oleícolas e vinários do vale do Guadalquivir são também uma realidade, sobretudo a partir de meados do séc. I a.C., ainda que em quantidades reduzidas.

A importação de vinho itálico pode ter-se iniciado ainda nos inícios do séc. II a.C., mas o volume intensificou-se sobretudo a partir de meados dessa centúria até meados do séc. I a.C., altura em que começa a decrescer. Trata-se de produtos provenientes não só da costa Tirrénica, que constituem a maioria, mas também da costa Adriática. Igualmente da Península Itálica, as cidades de *Ossonoba* e *Baesuri* importam abundante cerâmica de paredes finas, além de cerâmica campaniense e cerâmica comum.

Ainda que em quantidades diminutas, os produtos piscícolas e oleícolas do Norte de África (Tripolitania, na actual Líbia) também abasteceram Faro e Castro Marim.

Apesar de apresentarem algumas semelhanças, o perfil de consumo dos dois núcleos urbanos diverge quanto aos diferentes produtos alimentares e cerâmicas finas importadas, aspecto que atribuímos ao facto de Castro Marim apresentar um contexto tardo-republicano, que se pode centrar entre 50-30 a.C., enquanto em Faro estão representados igualmente fases anteriores, que remontam ao séc. II a.C. Efectivamente, a cerâmica campaniense A, originária do Golfo de Nápoles, é muito frequente em *Ossonoba* mostrando a maior antiguidade e volume de importações nesta cidade, no que julgamos constituir um indicador da presença de uma elite de matriz itálica, relativamente abundante neste núcleo urbano numa fase relativamente precoce.

Foi a organização territorial efectuada durante o reinado de Augusto, cuja data precisa ainda é discutida, mas que poderá ser posterior a 12 a.C., que estabeleceu a divisão administrativa integrando os territórios a ocidente do Guadiana na *Hispania Ulterior Lusitania*, a qual, obviamente, incluía o Algarve.

Neste quadro, julgamos ser verosímil defender que a cidade de *Ossonoba* terá sido município logo no período de Augusto. Sustentamos esta afirmação, por um lado, tendo por base a argumentação anteriormente apresentada por J. d'Encarnação, e, por outro, pelo significativo conjunto de importações cuja cronologia aponta para este período. Não devemos esquecer, igualmente, que esta é a única povoação algarvia mencionada por Estrabão, sendo referida igualmente por Plínio, o que lhe confere uma maior relevância no quadro da região algarvia, mesmo que este omita o seu estatuto, denominando-a apenas de *oppidum*.

Mas existem ainda outros factores que devem ser avaliados neste contexto. O miliário de Bias do Sul (Olhão) data muito provavelmente desta fase, sendo a sua cronologia colocada no período dos Júlio-Cláudios, aspecto que mostra o interesse de Roma nesta faixa costeira do Algarve Oriental e Central, que se manifestou na construção/reconstrução do eixo viário litoral que ligava *Baesuri* a *Ossonoba*. Esta via, como V. Mantas já destacou anteriormente, constitui um elemento estruturante de todo o povoamento do litoral algarvio (1991; 1997b), não só no que se refere aos principais núcleos urbanos: *Ossonoba*, *Balsa* e *Baesuri*, mas também para os sítios relacionados com o povoamento rural, como as *villae*, além de núcleos urbanos secundários que se irão desenvolver numa fase posterior.

Esta fase augustana foi certamente marcada pela construção de um conjunto de equipamentos que encontramos frequentemente nas cidades romanas, mas apesar da importância que a cidade poderá ter adquirido desde época tão recuada, não dispomos de dados que permitam localizar as suas diferentes componentes. Contudo, julgamos ser possível presumir que o templo descoberto no Largo da Sé teve a sua origem em construções de idêntica funcionalidade, do período augustano. Pode apontar-se, assim, que esse seria o local de implantação do primeiro *forum* de *Ossonoba*, posteriormente remodelado. Não se registam epígrafes deste período, desconhecendo-se igualmente a localização das necrópoles destas datas tão recuadas.

Só a partir do período augustano é que começamos a dispor de informação sobre a ocupação da cidade de *Balsa*, sendo igualmente difícil determinar o modo como se processou a instalação e que elementos do urbanismo antigo lhe correspondem. As importações cerâmicas mostram que foi a partir desta data que a cidade se começou a integrar nas rotas comerciais da bacia do Mediterrâneo, quer através a importação de paredes finas itálicas, quer de *terra sigillata* de tipo itálico, sobretudo a partir de finais do reinado de Augusto.

Apesar de não existirem estruturas que correspondam a edifícios públicos que se possam atribuir a este período, em Castro Marim o conjunto dos materiais recuperados nas escavações mostra a continuidade da ocupação na época de Augusto, com a mesma relevância da que se registou anteriormente, no período tardo-republicano. As importações de cerâmicas finas itálicas (paredes finas e *terra*

sigillata de tipo itálico) mostram a continuidade face às importações anteriores de cerâmica campaniense.

A segunda metade do séc. I d.C. marcou um momento de grande desenvolvimento, não só em *Ossonoba*, mas, de um modo geral, nos restantes núcleos urbanos, como *Baesuri* e *Balsa*. Em *Ossonoba*, esta data marca o início da expansão da cidade para ocidente, junto à costa. A estratigrafia observada sob o mosaico do Oceano mostra que se implantou, nesse local, uma estrutura, muito possivelmente de carácter habitacional. É também a partir deste período que se assiste ao início da utilização da necrópole Norte, que irá corresponder ao principal cemitério romano da cidade, apontando os limites do perímetro urbano nesta área.

Diversos factores podem ter estado na origem deste desenvolvimento. Por um lado, não se deve esquecer o papel que o sul da Península Ibérica desempenhou no processo de pacificação da Mauritânia. Uma das causas frequentemente apontada para o desenvolvimento do sul da Lusitânia e da Bética durante o período de Cláudio diz respeito ao papel que as cidades desta região poderiam ter desempenhado no abastecimento às guarnições militares envolvidas nas operações norte-africanas. Este fenómeno teve a sua expressão mais clara na elevação a município da cidade de *Baelo Claudia*, na vizinha Bética, podendo outros locais desta mesma região, ou mesmo da Lusitânia, ter conhecido processo idêntico. Por outro lado, deve assinalar-se o facto de a vertente Atlântica ter passado a desempenhar um papel mais destacado, no quadro da dinâmica interprovincial. De facto, a conquista da *Britannia*, em 41 d.C., levou ao desenvolvimento do que se tem vindo a designar por «rota Atlântica», rota essa que levaria os produtos alimentares béticos à província recém conquistada e, naturalmente, também às principais cidades da fachada ocidental da Lusitânia, como *Salacia*, *Olisipo* ou mesmo *Bracara Augusta*, na Tarraconense.

Apesar de não se dispor de informação detalhada acerca da cronologia de ocupação de inúmeros sítios, os dados conhecidos mostram que o povoamento rural se desenvolveu também sobretudo a partir da segunda metade do séc. I. Do mesmo modo, e de acordo com as informações disponíveis, será apenas a partir desta data que terá tido início a produção de preparados piscícolas em diversos locais da costa algarvia. A produção de ânforas para transporte e exportação destes preparados piscícolas encontra-se documentada em dois locais distintos, no sítio de Olhos de S. Bartolomeu de Castro Marim e na Manta Rota, com o fabrico de recipientes que se podem atribuir igualmente a esta fase, embora se admita que a produção tenha prosseguido durante o Baixo Império.

A segunda metade e, sobretudo, as últimas décadas do séc. I correspondem a um momento de expansão da vida urbana nos três núcleos estudados, e, de um modo geral, no conjunto das cidades da Península Ibérica, em grande medida devido à concessão do *ius latii* a toda a Península Ibérica, pelo édito de Vespasiano

(73-74 d.C.). Este fenómeno deve ter-se traduzido num processo de construção e/ou remodelação urbanística, cujas características não podemos detalhar para os núcleos urbanos estudados, manifestando-se, igualmente, no abastecimento de um conjunto de produtos manufacturados, como as cerâmicas finas de mesa e de produtos alimentares transportados em ânforas, com origem em mercados muito diversificados.

Os dados que obtivemos com o estudo dos padrões e ritmos de consumo da *terra sigillata* de Faro, *Balsa* e Castro Marim mostram que, nesta fase, as cidades se abastecem maioritariamente de produtos do Sul da Gália, assistindo-se, também, à importação de cerâmicas dos centros produtores da Hispânia (Peñaflor, Andújar e Tricio), iniciando-se, igualmente neste período, o abastecimento de *sigillata* clara com origem no norte de África. A importação de produtos alimentares transportados em ânforas mostra continuidade da integração comercial do sul da Luitânia nos circuitos de abastecimento da vizinha Bética, tendo como base a cidade de Cádis. Efectivamente, a importação de ânforas gaditanas destinadas ao transporte de preparados piscícolas constitui uma realidade com forte expressão neste período, sendo relativamente escassa a importação de produtos desta natureza com origem na própria Lusitânia. Recorde-se a este respeito que a produção de preparados piscícolas e dos respectivos contentores anfóricos se encontra bem atestada nos vales do Tejo e do Sado, embora em quantidades significativamente menores, e na própria costa algarvia, a partir de meados do séc. I d.C. Outro aspecto relevante que as ânforas parecem mostrar é a escassez, até ao momento, de exemplares das variantes mais antigas das ânforas lusitanas, ao contrário do que sucede em outras cidades como em Lisboa (Teatro romano), Alcácer do Sal (Pimenta*et al.*, 2006, p. 299-316), Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2006, p. 233-252), ou mesmo regiões mais longínquas, como o Noroeste (Morais, 2004, p. 36-40).

Na cidade de *Balsa*, existe uma unidade de transformação de recursos marinhos na Quinta de Torre de Ares, que se localiza junto à costa e que poderá ter servido para abastecimento local, podendo a sua produção ter sido igualmente exportada, sendo difícil avaliar a dimensão da unidade que Estácio da Veiga coloca na Quinta da Antas. O facto de não se ter podido confirmar a existência de produção anfórica em *Balsa*, que é, contudo, bastante provável, não permite avançar novos dados sobre esta questão. A explicação para a abundância de ânforas béticas de preparados piscícolas no sul da Lusitânia, numa fase em que a produção local/regional algarvia já estaria a dar os seus frutos constitui um dos principais problemas com que nos deparamos. Se é óbvio que a proximidade geográfica contribuiu para este fluxo que segue, aliás como se viu, uma tendência anterior de abastecimento na região gaditana, este argumento não parece ser suficiente para o justificar. Por outro lado, deve também referir-se que a diversidade de produtos derivados do peixe poderá ter determinado algum tipo de especialização regio-

nal, sendo deste modo a área gaditana responsável por um conjunto de produtos específicos que não seriam produzidos localmente, e daí a sua importação.

A abundância destes recipientes importados da Bética tem sido explicada argumentando-se que as ânforas chegariam ao sul da Lusitânia vazias, para aí receberem preparados piscícolas, sendo então exportadas (Fabião, 1997, p. 39). O facto da produção anfórica só se ter desenvolvido no território algarvio a partir do período baixo imperial permitiria suportar esta tese, uma vez que no período alto imperial a produção de preparados piscícolas se encontraria documentada em inúmeras fábricas de salga, existindo apenas produção anfórica em S. Bartolomeu de Castro Marim e na Manta Rota. Esta mesma teoria tem sido defendida por R. Étienne e F. Mayet, que chegam a propôr um papel idêntico para as ânforas da baía de Cádis relativamente à produção piscícola da *Mauritania Tingitania*, mais especificamente de Ceuta (Étienne e Mayet, 2002, p. 229). Uma posição idêntica foi defendida por D. Bernal Casasola (2006).

Os dados existentes, concretamente a escassez de informação cronológica acerca das unidades de produção de preparados piscícolas, não permitem retirar novas conclusões sobre esta questão, mas parece-nos que a importação dos produtos piscícolas se inscreve nesse movimento comercial que se organizou a partir da cidade de Cádis e que tinha como objectivo o abastecimento das cidades algarvias, não se negando que por aqui passaria também um movimento mais amplo, via Atlântico, destinado a aprovisionar de bens alimentares as cidades da fachada ocidental da Lusitânia e da Tarraconense, e, em última análise, igualmente as Ilhas Britânicas.

Neste contexto, além dos preparados piscícolas, a vizinha província da Bética é ainda responsável pelo abastecimento de produtos da uva (*defrutum*) e azeite, com origem no vale do Guadalquivir. Mas a distribuição destes produtos alimentares béticos nos restantes contextos do ocidente Peninsular regista uma muito mais fraca expressão, sendo mesmo relativamente pouco frequente nos sítios do interior, aspecto que remete, novamente, para a proximidade geográfica da província da Bética relativamente ao sul da Lusitânia, factor que terá sido responsável pela elevada quantidade de produtos béticos que se identificam na região algarvia. A associação dos produtos béticos piscícolas, oleícolas e vinários, nos carregamentos das embarcações que cruzam os mares em direcção ao Ocidente peninsular têm expressão no que parece corresponder ao local de um naufrágio assinalado ao largo de Tavira. De facto, em diferentes ocasiões foram recuperadas ânforas inteiras em meio aquático, que se relacionaram com o carregamento de uma embarcação proveniente da Bética, na qual se associariam produtos provenientes do vale do Guadalquivir e da área gaditana (Diogo e Cardoso, 2000, p. 67-79; Arruda, Frade e Travassos, 1987, p. 125-131).

É possível que nesta época se começasse a esboçar a sociedade que a epigrafia, maioritariamente datada já do séc. II, dará a conhecer posteriormente. Uma

estrutura social que ficará marcada por uma componente de onomástica latina fortemente romanizada e na qual o elemento indígena é já relativamente raro. Como tem sido por diversas vezes destacado, a forte componente de antropónimos gregos, mais do que uma origem desta população no Mediterrâneo oriental, aponta antes para uma população formada por um importante conjunto de libertos. Por outro lado, um grupo relevante de epígrafes remete para a presença de uma elite que se ocupa dos cargos públicos e que manifesta o seu poder através de actos de evergetismo.

A importação de vinhos com origens tão diversificadas como a Bética, Tarraconense, Gália, Itália e o Mediterrâneo Oriental mostra um consumo diferenciado por parte destas elites locais, que encontram nestes produtos uma forma de representação social através da ostentação, aspecto em que sobressai, particularmente, a cidade de *Balsa*. Tudo aponta para que nesta fase já existisse produção de vinho e azeite associado a algumas explorações do tipo *villae*, mas a busca destes produtos deve entender-se numa perspectiva de um consumo ostentatório e sumptuário. Ao prestígio que o consumo de determinados produtos devia trazer, questões como o gosto e a moda de cada período, marcaram, igualmente, estas modalidades de representação social (Martin-Kilcher, 2005, p. 214).

Assim, no cenário que julgamos ter tido lugar na segunda metade do séc. I no Algarve Oriental costeiro, encontramos três núcleos urbanos que concorrem entre si, entre os quais se destaca *Ossonoba*, município desde Augusto, sendo *Balsa oppidum stipendiarium* e *Baesuri*, muito provavelmente, também. Os recursos explorados pelas cidades de *Ossonoba* e *Balsa* centraram-se certamente na complementaridade de aproveitamento da riqueza agrícola que o território dispunha, tendo um papel significativo a exploração dos recursos marinhos. A existência de recursos mineiros no território algarvio, na área do actual concelho de Alcoutim, por exemplo, a par da exploração da região de S. Domingos, junto a Mértola, constituem outros factores de desenvolvimento da região, aspecto que terá beneficiado *Baesuri* de forma particular, pela sua situação geográfica.

Nos finais do séc. I/inícios do séc. II assiste-se ao abandono súbito de *Baesuri*, fenómeno que provocou, certamente, uma alteração do ordenamento político-administrativo da vertente oriental do Algarve. Como já se defendeu anteriormente, o abandono de *Baesuri* não corresponde a um fenómeno gradual de perda de importância deste núcleo urbano, uma vez que não se registou um decréscimo progressivo das importações de produtos manufacturados, como as cerâmicas, ou de alimentos transportados em ânforas. Na realidade, e como se demonstrou, comparando o padrão de importação destes produtos, verifica-se que se mantém um volume significativo das importações até esta data, cessando a partir de então. O facto de não se conhecerem epígrafes que, ao contrário de *Balsa* e *Ossonoba*, remetam para a existência de um funcionalismo ligado à ocupação de cargos

públicos, e também a inexistência de dados sobre a presença de edifícios públicos de carácter monumental, são aspectos que devem igualmente ser valorizados, mesmo parecendo contraditórios. Deve referir-se que a maior parte desta epigrafia, quer a que se refere aos cargos públicos, quer a relativa aos edifícios monumentais destas cidades, é posterior à data de abandono de *Baesuri*, aspecto que deve ser destacado neste contexto para uma correcta avaliação dos dados em causa. Assim, tudo aponta para que o núcleo urbano de *Baesuri* não tenha chegado a beneficiar da ascensão a município que teve lugar com Vespasiano, ou se ainda ascendeu a esta categoria, foi subitamente abandonada nos anos seguintes.

São diversos os factores que poderão ter levado ao abandono de Castro Marim. As condicionantes topográficas/geográficas da envolvente da cidade e a relação com o rio Guadiana devem ter-se alterado de forma significativa, modificando o papel, à escala local, e sobretudo regional, que o núcleo urbano pode ter desempenhado. Recordamos que defendemos, à semelhança do que outros autores já tinham proposto, um papel de controlo do escoamento dos recursos mineiros a partir da região S. Domingos e mesmo do concelho de Alcoutim, associado à sua localização privilegiada. Fenómenos geológicos podem ter levado à colmatação da bacia do estuário do Guadiana provocando o «afastamento» da zona do actual Castelo do curso principal do rio e/ou dos esteiros que lhe poderiam dar acesso. O facto de estarmos perante uma área de sapais, em constante mutação, nomeadamente, sempre que se registam períodos de cheias, entre outros fenómenos, provocou certamente grandes transformações da paisagem envolvente de Castro Marim, que condicionaram a forma como evoluiu o seu povoamento.

Após o abandono de Castro Marim, *Ossonoba* mantém o seu papel no quadro administrativo, sendo possível que *Balsa* tenha passado a exercer a sua jurisdição sobre o território anteriormente de *Baesuri*. Neste período, as cidades continuam a desenvolver-se, assistindo-se, por um lado, à continuidade de importação de cerâmicas e produtos alimentares e, por outro, a uma série de construções/remodelações de edifícios públicos que a epigrafia testemunha.

Em Faro, a localização, na área da actual Sé, do templo dedicado ao culto imperial parece constituir uma realidade, não só do séc. II, mas também da centúria seguinte. Nos finais do séc. II, inícios do séc. III, assiste-se a um novo programa construtivo na área ribeirinha da cidade, onde anteriormente se encontravam edifícios de habitação. Este local é marcado pela construção de um edifício público, possivelmente sede de *navicularii*, com um pavimento em mosaico que ostenta a figura do deus Oceano. Na Av. Serpa Pinto, próximo do local do mosaico do Oceano, parecem ser de carácter habitacional as estruturas aí encontradas, o que contrasta com a referência aos tanques que se refere terem existido na Av. da República. Assim, não é clara a separação topográfica entre áreas de funcionalidades distintas. Por outro lado, dispomos de poucos dados acerca da cronologia

de construção e utilização destas supostas cetárias para as podermos relacionar com os restantes vestígios recuperados na cidade. A necrópole norte da cidade encontra-se em plena utilização, podendo associar-se a esta fase um conjunto de sepulturas de tipologia bastante diversificada.

Quanto à cidade de *Balsa* do séc. II, a urbe fica marcada pela realização de importantes remodelações urbanísticas, cujas características precisas nos escapam. De facto, a epigrafia oferece testemunho da construção/remodelação de edifícios de caráter monumental no séc. II, particularmente no caso da inscrição onde figuram os termos *ante pagmentis* (IRCP 78). Outro equipamento urbano, neste caso o circo, foi igualmente construído ou conheceu importantes remodelação no séc. II e inícios do séc. III. Esta é a informação que se obtém das epígrafes que se referem à oferta, por parte de dois cidadãos, de cerca de cem pés do *podium* do circo de *Balsa* (IRCP 76 e 77, p. 128-130; Encarnação, 2003, p. 96; Dias, 2005, p. 229- 230). Apesar das questões que as cronologias das epígrafes podem colocar, por serem baseadas exclusivamente em critérios paleográficos, estes dados apontam para uma sociedade dinâmica, na qual «instituições» como o evergetismo se encontram em pleno funcionamento. Recorde-se que, tradicionalmente, se atribuem as derradeiras remodelações urbanísticas significativas dos núcleos urbanos da Lusitânia ao período flávio, como a que sucede, por exemplo, na cidade de Conímbriga.

De acordo com dados do registo arqueológico, o período correspondente aos finais do séc. II inícios do séc. III corresponde a uma fase de profundas transformações, designadamente nas estruturas de produção de preparados piscícolas e nos respectivos contentores anfóricos no vale do Sado. Desconhece-se, com exactidão, o modo como estes fenómenos se manifestaram em solo algarvio. As causas destas transformações encontram-se ainda em grande medida por determinar e devem procurar-se em diversos factores. Um fenómeno que tem sido valorizado neste contexto corresponde às incursões mauras de 172-174 (Keay, 1988, p. 173). De facto, as fontes escritas referem estas invasões como tendo afectado sobretudo a região do Vale do Guadalquivir, desconhecendo-se o efeito que podem ter tido no sul da Lusitânia. Para alguns autores, estas incursões podem mesmo ter sido precedidas de outros raides de reconhecimento, correspondendo a homenagem a Marco Aurélio, por parte da população de Mértola, a um agradecimento pela protecção dada pelo Imperador face a esta ameaça (IRCP, p. 754-755).

Durante o período tradicionalmente designado por Baixo Império ou Antiguidade Tardia assistimos a uma alteração significativa do valor e do volume de informações de que dispomos. Os dados epigráficos escasseiam e a maior parte da informação que podemos manusear para os séculos III a VI diz respeito à importação de cerâmicas finas e de produtos alimentares transportados em ânforas. Por outro lado, assiste-se a um certo desequilíbrio entre os elementos

disponíveis para *Balsa*, que não são comparáveis aos que possuímos para abordar *Ossonoba*.

Na cidade de Faro, assiste-se à continuidade de ocupação quer da área correspondente ao núcleo monumental, existindo testemunhos da continuidade do culto imperial no séc. III (Étienne, 1990), quer da zona dita ribeirinha, a ocidente, onde se localiza o edifício cujo pavimento ostenta a figura do Oceano. O estudo desta área demonstrou que este edifício, cujo pavimento foi datado da segunda metade do séc. II, inícios do séc. III, corresponde à derradeira remodelação aqui operada, tendo este sector da cidade sido abandonado em finais do séc. IV início do séc. V. Os dados sobre as intervenções realizadas em outras áreas da cidade, exteriores ao reduto fortificado, apontam igualmente para um *terminus* da ocupação durante os finais do séc. IV, inícios do séc. V (Viegas, 2008b). Este processo parece configurar um fenómeno de retracção urbana, idêntico ao que se reconheceu em outros núcleos urbanos neste período. Assim, tudo aponta para que a área que permaneceu ocupada durante o Baixo Império se tivesse circunscrito à zona fortificada.

Em meu entender, mais do que os testemunhos arqueológicos ao nível das importações cerâmicas e de produtos alimentares transportados em ânforas, que são idênticos e equivalentes nas duas cidades para os finais do séc. III e centúrias posteriores, é a epigrafia que permite, novamente, reconhecer uma dinâmica evolutiva em Faro, em clara divergência com a que se regista para a cidade de *Balsa*. Nesta última cidade, recorde-se, não existe qualquer testemunho epigráfico posterior ao séc. III. Contrariamente, as homenagens dos ossonobenses aos imperadores Valeriano e Aureliano datam já da segunda metade do séc. III, constituindo simultaneamente testemunhos do culto imperial e mostrando o vigor das instituições municipais, numa época que, tradicionalmente, se apelida de «decadente» (IRCP 3 e 4; Étienne, 1990). Desconhece-se o que terá motivado estas homenagens, que podem estar relacionadas com acontecimentos que terão exigido a intervenção do imperador, sendo esta a forma escolhida pelos ossonobenses para mostrar a sua gratidão.

A introdução do Cristianismo constituiu outro factor de diferenciação no perfil evolutivo das cidades de Faro e *Balsa*. A presença do bispo de Faro, Vicêncio (ou Vicente), no 1.º Concílio de Elvira, juntamente com os bispos de Évora e Mérida, ainda nos inícios do séc. IV (Catarino, 2002, p. 30), mostra bem a importância que a cidade adquiriu neste período. Posteriormente, em 378, deve igualmente referir-se o bispo Ithacio, cujo papel terá sido determinante na luta contra o Priscilianismo (Maciel, 1996, p. 46).

O quadro que pudemos traçar para a evolução da cidade de *Balsa*, no período compreendido entre o séc. III e o V, é muito fragmentário. Ao silêncio epigráfico alia-se a relativa escassez de dados que elucidem acerca da ocupação ou abandono de determinados sectores da cidade. Tudo aponta para o fim ou decréscimo

da utilização da necrópole norte a partir do séc. IV. Por outro lado, a julgar pelo padrão de distribuição das cerâmicas conjugado com os escassos dados estratigráficos seguros de que dispomos, assiste-se ao abandono das construções de possível cariz habitacional, sendo também desta data a desactivação das estruturas de escoamento das águas residuais formadas por uma série de canalizações que foram identificadas, junto à costa, nos anos 70. Pelo contrário, a unidade de transformação de preparados piscícolas encontra-se em plena actividade nesta fase, e o seu abandono pode ter ocorrido em período posterior, possivelmente no séc. V ou VI. Este dado confirma o desenvolvimento relativamente tardio que a produção de preparados piscícolas conheceu, de um modo geral, no vale do Tejo e do Sado e em particular no território algarvio.

Como referi, se atendermos à leitura que os dados materiais nos autorizam, o padrão de consumo de produtos alimentares transportados em ânforas relativos às duas cidades algarvias no Baixo Império é bastante equivalente. A partir do séc. III, e posteriormente, assiste-se a um novo ordenamento da dependência inter-provincial, que se caracteriza, em termos genéricos, por uma relativa perda de importância dos produtos béticos, por um lado, e pelo reforço da posição dos produtos locais/regionais lusitanos e uma igualmente expressiva importação de produtos norte-africanos (tunisinos), por outro.

Relativamente às importações da vizinha Bética, assiste-se a uma menor diversidade dos produtos externos, que passam a ser constituídos, quase exclusivamente, por preparados piscícolas. De facto, apesar da produção desta província ter conhecido um decréscimo acentuado, as importações oleícolas ainda se mantêm no séc. III, mas em quantidades significativamente menores. O vigor económico das províncias norte-africanas, cujo motor se encontra na produção e exportação de azeite, mas igualmente de preparados piscícolas, manifesta-se directamente no volume destes produtos presentes nas cidades algarvias.

A chegada de produtos africanos, que se inicia ainda no período Flávio com a cerâmica de mesa (*sigillata* clara A) e cerâmica de cozinha africana regista, ao longo do amplo período da sua importação, diferentes ritmos e padrões. O consumo de cerâmicas de mesa norte-africanas cessou nos finais do séc. VI ou inícios do século VII, portanto já depois de findo o domínio romano na região, não se registando quaisquer exemplos posteriores a esta data, apesar da continuidade da sua produção. Curiosamente, o abastecimento ao Algarve de produtos alimentares transportados em ânforas oriundas do Norte de África não acompanha estas importações, tendo cessado anteriormente, ainda no séc. V. Em Faro, o momento áureo do abastecimento de cerâmica de mesa africana (*sigillata* clara D) teve lugar no séc. IV, no que considerámos ser mais um testemunho da reocupação da área muralhada.

Além das cerâmica africanas, o abastecimento de cerâmicas finas no Baixo Império recorreu ainda às produções da Gália, concretamente de *sigillata* DSP

(dita paleocristã) ou de luzente, apesar de estas estarem representadas por escassos exemplares. De cronologia posterior, a *sigillata* foceense tardia, originária do Mediterrâneo Oriental, constitui prova da vitalidade comercial em época avançada, entre meados do séc. V e meados da centúria seguinte.

Os dados disponíveis do registo arqueológico mostram que as alterações do enquadramento político que tiveram lugar na Península Ibérica no final do séc. V, e posteriormente, não provocaram a modificações significativas nas relações económicas que o sul da Lusitânia tinha estabelecido com as restantes províncias da bacia do Mediterrâneo, a partir do séc. III. Aparentemente, o território hoje algarvio esteve afastado das lutas entre suevos evisigodos, isto apesar da tomada de Mértola pelos suevos, em 440. Alguns autores, (citados por H. Catarino), referem ainda a possibilidade de *Ossonoba* ter estado durante alguns anos sob domínio bizantino, aspecto que poderia constituir explicação para a ausência dos bispos de Faro nas reuniões conciliares entre 589 e 653 (Catarino, 2002, p. 30). A ausência de cerâmicas africanas de cronologias seguras do séc. VII constitui um elemento a considerar nesta problemática, uma vez que a sua existência em sítios como Cartagena, tem sido, nesta cidade, associada à presença Bizantina. Reconhecemos, contudo, que os dados são ainda escassos e de difícil interpretação.

A existência de comunidades orientais nas principais cidades costeiras, relacionada de forma directa com o fenómeno de difusão do Cristianismo, está documentada de forma particularmente expressiva em Mértola, sendo provável que essas mesmas comunidades tenham existido igualmente em *Ossonoba* (Dias, 1993; García Moreno, 1972, p. 127-154)

Outro fenómeno em aberto diz respeito ao que terá sucedido às elites urbanas durante o período baixo imperial. Referenciados e caracterizados através da relativamente abundante epigrafia do Alto Império, existente não só nas cidades, mas também na epigrafia funerária relacionada com a ocupação de *villae*, estes grupos sociais deixam de se exprimir através da epigrafia, o que dificulta sobremaneira a sua identificação.

Ainda que a presença de influências do Norte de África seja uma realidade, que se materializou através de diversas manifestações como a presença significativa de produtos alimentares transportados em ânforas e cerâmicas finas, o território algarvio durante a Antiguidade Tardia, como já sucedera em épocas anteriores, mantém uma forte ligação à região vizinha, a actual Andaluzia.

Apesar da existência de informações contidas nas fontes escritas e dados epigráficos, muito desiguais cosoante os períodos que tratámos, a arqueologia constitui, sem dúvida, a fonte essencial para obtenção do conhecimento acerca de inúmeros aspectos da vida económica e das formas de povoamento do Algarve durante o período romano. Os dados disponíveis apontam para uma rede de povoamento densa, a partir sobretudo do Alto Império, por entre os núcleos

urbanos principais como foram Castro Marim, *Balsa* e Faro. Se a sua localização costeira os constituiu como importantes plataformas na exploração dos recursos marinhos, não restam hoje dúvidas de que a exploração agrícola, evidenciada em inúmeros locais, serviria de complemento a esses recursos e, no caso de Castro Marim o seu papel no escoamento dos recursos mineiros parece igualmente evidente. A estas valências deve ainda somar-se a actividade comercial que a curta distância do mar facilitou.

Comentário de Ana Margarida Arruda*

No âmbito da sua dissertação de doutoramento, Catarina Viegas estudou um grande conjunto de materiais romanos provenientes de alguns sítios do Algarve. Os espólios, recuperados em trabalhos arqueológicos, mais ou menos recentes, levados a efeito em Castro Marim, Torre d'Ares e Faro, constituem uma extensa base de dados a partir da qual foi possível abordar vários aspectos do processo de romanização da área mais meridional do actual território português.

Neste estudo, a autora apresenta, de forma sintética, os elementos de que se serviu para abordar o território algarvio durante a época romana, discutindo, agora com uma sólida base documental, os grandes temas que foram, durante décadas, alvo de debate.

Parece importante começar por destacar a importância de que se reveste a apresentação de uma tão significativa documentação. Com efeito, trata-se de um numeroso conjunto de espólios, que, mesmo não abrangendo a totalidade dos materiais recuperados, é muito expressivo da realidade algarvia entre os séculos II a.n.e. e o VII. De facto, as cerâmicas que foram escolhidas para a análise são, também em meu entender, as que melhor permitem « traçar o quadro económico e estabelecer as grandes linhas da dinâmica evolutiva destas cidades num quadro regional, permitindo avançar com modelos explicativos para os fenómenos observados, comparando-os com as realidades de outras regiões». As ânforas e as cerâmicas de mesa importadas, tais como a campaniense e a *terra sigillata*, são efectivamente produtos que possibilitam verificar ritmos de consumo e estabelecer com mais precisão a origem das áreas exportadoras, ao longo dos séculos.

Torna-se, assim e por fim, possível discutir temáticas concretas, até agora analisadas com base em escassa documentação, tendo as diversas hipóteses para distintos fenómenos oportunidade de serem discutidas com outra segurança.

* Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Faculdade de Letras. P-1600-207 Lisboa, Portugal. E-mail: A.M.Arruda@fl.ul.pt

Para começar pelo princípio, é necessário destacar a ênfase colocada na questão do enquadramento político e administrativo deste território, lembrando Catarina Viegas que o Algarve integraria a Turdetânia na época pré-romana. Se este facto parece comprovado por dados arqueológicos e fontes literárias, e se sabemos que, também na época republicana, este espaço pertenceu à *Hispania Ulterior*, a verdade é que a situação nos primeiros anos do império parece ser ainda de grande proximidade em relação aos territórios vizinhos a Este, como ficou provado pelos dados apresentados. Não parece pois impossível pensar que, até à reforma administrativa de 7-2 a.n.e, o Algarve possa ainda ter estado incluído na Bética. De facto, o Algarve constitui a única unidade geográfica claramente individualizada no território português, tendo a Serra contribuído, decisivamente, para o seu isolamento em relação ao restante espaço nacional, o que justificou que as suas relações tenham sido, preferencialmente com territórios a Oriente do *Anas*. Por outro lado, a Província da Bética seria, no momento da sua criação, consideravelmente mais extensa, tendo o seu «emagrecimento» sido um dos grandes objectivo de Octávio Augusto, processo que foi conduzido, com êxito, primeiro por Carísio e, mais tarde, por Agripa. A diminuição da província senatorial fez-se à custa do aumento do território da Lusitânia imperial, que o Algarve viria efectivamente a integrar apenas nos derradeiros momentos do 1.º milénio a.n.e.. Julgo que esta conclusão pode ser efectivamente extraída dos dados literários, epigráficos e arqueológicos agora e aqui sintetizados.

Ainda sobre a época republicana, Catarina Viegas chama à colação as emissões monetárias de *Baesuri*, *Balsa* e *Ossonoba*, mas também de *Ipses* e *Cilpes*, insistindo, na esteira de António Faria, numa cronologia consideravelmente tardia para estas cunhagens, concretamente os finais do século I a.n.e., ou mesmo inícios da Era. Não posso deixar de aqui refutar esta tese, uma vez que, pelo menos em Castro Marim, as moedas que eu própria tive oportunidade de recolher eram, na totalidade, provenientes de níveis republicanos que não vão além de 30 a.C.

A desproporção verificada entre o número de ânforas itálicas e o de vasos cerâmica campaniense, sobretudo observada em Castro Marim, mas também de certo modo em Faro, permitiu à autora discutir a distribuição, no ocidente, dos produtos manufacturados, apresentando uma proposta interessante e fundamentada, e com a qual concordo: a distribuição de produtos alimentares e manufacturados no Ocidente faz-se através do porto de Cádis.

Mais problemática é a tese que partilha com Carlos Fabião e Rui Morais, em que tenta explicar a presença numerosa de ânforas com origem no Guadalquivir (Haltern 70) no Algarve pelo abastecimento aos contingentes militares estacionados nas Astúrias e na Cantábria, na época republicana. A mesma situação teria tido lugar no reinado de Cláudio, sendo a conquista da Britânia o acontecimento

que proporcionava a divulgação no sul de Portugal dos produtos alimentares béticos, concretamente o vinho e o azeite.

Tive já a ocasião de explicar como esta proposta me parece desajustada para o Algarve. Com efeito, a importação de produtos alimentares béticos não é uma novidade na região, seguindo uma longa tradição que se inicia pelo menos no século V a.n.e. já então de forma muito expressiva. Se a tese parece válida para a fachada ocidental portuguesa, para a qual foi aliás construída, ela não explicará, muito pelo contrário, a situação das terras do sul, como também não justifica a de sítios da costa atlântica de Marrocos, como é por exemplo o caso de Lixus. Estou efectivamente convencida que o número de ânforas Haltern 70 em Castro Marim, Faro ou Monte Molião não seria diferente se acaso a conquista do Noroeste, primeiro, e da Britânia, depois não tivessem tido lugar.

A discussão que há longos anos tem lugar a propósito da produção dos preparados de peixe algarvios e dos respectivos envases encontra eco no trabalho de Catarina Viegas. A apresentação de novos dados permite voltar a discutir a questão agora alicerçada em elementos concretos.

Assim, verifica-se que, em termos absolutos, a presença de ânforas lusitanas nos três grandes centros de consumo do Algarve Oriental é praticamente irrelevante durante o Alto Império, estando mesmo ausentes de Faro e correspondendo a 6,6%, em Balsa e a 3%, em Castro Marim. Por outro lado, as ânforas béticas que transportaram preparados piscícolas são numerosas, sendo agora muito mais perceptível a forma como os produtos gaditanos estavam bem implantados nestes mercados. A desproporção que se verifica entre os preparados piscícolas lusitanos e béticos no Algarve foi muitas vezes explicada tendo em consideração um tipo de relações de cooperação entre as duas províncias, até porque sempre se assumiu como certo que a produção deste tipo de alimentos era, já no Alto Império, significativa. Assim, era difícil de entender o facto de a região continuar a importar, em larga escala, estes alimentos, pelo que se propôs que as ânforas béticas chegariam ao sul da Lusitânia vazias, para aí receberem preparados piscícolas lusitanos.

Contudo, a produção de salgas e de ânforas nesta época antiga do período romano poderá não ter tido a dimensão que lhe foi sempre atribuída. De facto, apenas na área mais oriental do Algarve, concretamente em São Bartolomeu de Castro Marim e Manta Rota está documentado o fabrico de ânforas de tipo Dressel 14, e, mesmo assim, de variantes relativamente tardias, estando ausentes as de morfologia inspirada nos modelos de Haltern 70, modelos esses que estão presentes nos fornos do vale do Sado.

Por outro lado, e ao contrário do que a autora refere, as unidades de transformação do peixe datáveis desta época não são abundantes nem na vertente ocidental nem mesmo na oriental. Assim, e como Catarina Viegas acaba tam-

bém por admitir, « a escassez dos produtos lusitanos pode, efectivamente, documentar um arranque tardio para a produção oleira algarvia » até porque, como a própria também constata, « a dificuldade de datação das fases de construção das unidades de transformação de preparados piscícolas algarvias, e, por consequência, do arranque da produção dos preparados piscícolas na costa algarvia [é grande]. Desconhecemos com precisão que critérios estiveram na base de muitas das cronologias propostas que têm apontado o séc. I como o início da produção.»

Assim, a presença significativa de produtos piscícolas béticos estaria explicada pelo seu escasso fabrico no sul da Lusitânia, que se destinaria, preferencialmente, a um consumo local e, em certas circunstâncias, mesmo de características domésticas. É o caso dos tanques escavados recentemente em Monte Molião, integrados em espaços domésticos, datados de época Flávia.

A situação modifica-se consideravelmente durante o Baixo Império. Em Faro e em Balsa, as ânforas lusitanas estão agora presentes com percentagens consideráveis, 38% e 35% respectivamente, ainda que as de origem bética existam ainda e sejam mesmo dominantes em Torre d'Ares. Estes dados estão de acordo com o que se conhece acerca da grande maioria das unidades de produção de preparados à base de peixe na região, que podem datar-se a partir do século III e atingem, pelo menos, os finais do século V. Estas unidades estão distribuídas ao longo de toda a costa algarvia, não parecendo existir centros produtivos de dimensão idêntica aos dos estuários do Sado e do Tejo. Com efeito, o modelo observado no litoral ocidental é, objectivamente, muito diverso do que se conhece para o Algarve. Em Tróia, o número de fábricas e sobretudo a sua concentração é notável e revela uma produção de tipo industrial. O mesmo poderá supor-se para Lisboa, onde a baixa pombalina concentrará, muito provavelmente, uma elevada quantidade de unidades produtivas, parecendo que para Setúbal poderá defender-se a mesma situação. Curiosamente, estas extensas áreas fabris não estão directamente associadas aos centros oleiros que forneceriam os envases necessários à contentorização dos preparados. Os referidos centros oleiros distribuem-se ao longo da margem esquerda do Sado e direita do Tejo e correspondem a verdadeiras olarias que se organizam em função das fábricas de preparados de peixe. No Algarve, pelo contrário, o modelo parece passar por pequenas unidades fabris, em estabelecimentos rurais de tipo *villae*, a que se associa, directamente, um forno de ânforas, mas também em outros tipos de aglomerados urbanos, nomeadamente cidades. No primeiro caso, cabe, indubitavelmente, a Quinta do Lago, como Catarina Viegas bem refere, e a Manta Rota poderá configurar uma situação idêntica, uma vez que em torno do forno e em áreas imediatamente anexas existem vestígios do que, muito provavelmente, terá sido uma *villa*, havendo notícias da existência de uma fábrica de

salga de peixe. A Quinta de Marim e a Quinta do Muro devem integra-se neste mesmo tipo de organização, bem como provavelmente ainda o Martinhal. Também em Lagos, há pelo menos duas unidades de produção de preparados de peixe, estando o fabrico de ânforas comprovado. Na cidade de Balsa, a transformação do pescado está atestada durante o Baixo Império, ainda que a produção de ânforas não seja certa.

Mas, em termos gerais, o modelo «uma *villa*, uma fábrica, um forno», naturalmente com muitas variantes, parece configurar uma situação totalmente distinta da verificada em outras regiões, concretamente as do Sado e do Tejo, onde existem sítios (como Tróia), ou áreas concretas dentro de sítios, destinados exclusivamente à produção de preparados de peixe. Este modelo estaria, certamente, adaptado a uma realidade específica que acaba por se reflectir na própria distribuição do produto. Se é verdade que o fabrico de ânforas desmente, de alguma forma, a proposta de Edmonson, o certo é que não me parece que este justifique exportações a longa distância, que, a terem existido, só poderão ter sido muito escassas. Os dados que existem sugerem que o consumo dos preparados de peixe algarvios foi praticado, quase exclusivamente, pelas populações locais, mas, como é evidente, não só nas *villae* e cidades onde eram fabricados. Certamente que os sítios rurais do Barrocal e mesmo da Serra seriam também o seu destino. Mas os dados de Balsa e Faro, concretamente os que se referem às ânforas de origem gaditana (47% e 30%), permitem admitir que a produção na região foi, ainda nesta época, de pequena escala, ou pelo menos não atingiu um volume que sustentasse a procura. Será esta a justificação para a ainda significativa presença de ânforas gaditanas em sítios como Faro e Balsa? Ou, como propões Catarina Viegas, essa presença reflecte a « diversidade de produtos derivados do peixe [o que] poderá ter determinado algum tipo de especialização regional, sendo deste modo a área gaditana responsável por um conjunto de produtos específicos que não seriam produzidos localmente, e daí a sua importação.»?

Muito mais se poderia comentar a propósito deste trabalho de Catarina Viegas, que, uma vez mais, deu provas da sua capacidade para gerir, tratar e estudar grandes conjuntos de materiais e dar-lhes sentido. Mas, limito-me agora a insistir no facto de este trabalho evidenciar que só o estudo exaustivo e minucioso de espólios torna possível avançar para a explicação de fenómenos de carácter económico, social e político.

A informação agora aduzida para o Algarve é utilíssima, e permitiu à autora discutir questões que há muito dominam o debate científico com um outro enquadramento e num âmbito que extravasa em muito o espaço que foi alvo de investigação mais aprofundada.

Comentário de Carlos Fabião*

Pede-me a direcção de *OAP* um comentário ao artigo de Catarina Viegas sobre os ritmos de povoamento e economia do Algarve romano: entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Com gosto o faço pois considero que o mesmo constitui um marco na investigação arqueológica portuguesa ou, melhor dizendo, um segundo marco já que resulta do anterior trabalho de Dissertação de Doutoramento em Arqueologia que a autora realizou e que se espera possa ser brevemente publicado – entretanto, encontra-se disponível no repositório bibliográfico da FLUL, embora possa não ser fácil de encontrar (Viegas, 2009). Pela primeira vez se ensaia em Portugal uma leitura abrangente da dinâmica económica de uma vasta região durante o período romano e Antiguidade Tardia e pena é que a autora não adopte resolutamente este conceito, consagrado por Peter Brown, que lhe permitiria substituir com vantagens os de «Baixo Império» e período «pós-romano», de contornos bem mais discutíveis, que recorrentemente usa. A abordagem faz-se deliberadamente a partir do registo arqueológico e efectivamente centrada nesse mesmo registo, ainda que sem esquecer outra informação pertinente. Não menos importante é o facto de estabelecer um critério sólido de quantificação das cerâmicas. A partir do estudo de Catarina Viegas passamos a saber o que de facto vale o registo de cada um destes sítios, possibilitando a real comparação entre os mesmos.

Naturalmente, este primeiro ensaio enfrenta um problema que poderemos considerar universal do registo arqueológico e que é o do significado real de cada amostra tratada ou, melhor dizendo, da sua representatividade face ao universo global das importações cerâmicas no período em estudo. Os sítios escolhidos são locais complexos com ampla diacronia de utilização nem sempre fácil de avaliar. Por exemplo, no caso de Castro Marim, com forte probabilidade a *Baesuris* conhecida por diversas referências literárias e numismáticas, resulta evidente que a amostra tratada não pode espelhar minimamente a história da ocupação do sítio. Há boa informação para um período muito concreto da sua ocupação, mas seguramente falta o registo dos primeiros contactos com Roma, que deverão ter sido bem precoces, como falta todo o restante registo que coloca o local como uma relevante referência no Itinerário de Antonino. A autora fornece boas explicações para o facto, sugerindo, na esteira dos trabalhos já realizados, que a chave para essa primeira fase da presença romana se poderá situar no serro do forte de S. Sebastião e que a ocupação mais tardia poderá ter «deslizado» desde o serro do castelo para a zona da actual povoação, mas tal não invalida que fique por conhecer a real dinâmica da ocupação local desde a época Júlio-cláudia. De igual modo, poderemos interrogar-nos, como muito bem faz a autora, sobre a repre-

* Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Faculdade de Letras. E-mail: cfabiao@fl.ul.pt

sentatividade da informação disponível para *Ossonoba*, porque as cidades antigas faziam a sua própria gestão de resíduos, confinando os vestígios descartados a lugares próprios onde não perturbassem o quotidiano dos vivos.

No tratamento da antiga geografia do território em análise, creio que a autora poderia ser mais assertiva na inclusão da sua região de estudo na Turdetânia de Estrabão, uma vez que no ponto que cita da *Geografia* do autor grego (III.2.5.) limita-se a enunciar algumas cidades, Asta, Nabrisa, Onoba, Osonoba, Menobra, acrescentando e muitas outras (III.2.5.). Também não me parece correcto falar, para a época Romana Republicana de importações da *Ulterior*, visto que o território em estudo pertencia efectivamente a essa *província*, melhor seria utilizar as designações geográficas modernas, como baía de Cádis, vale do Guadalquivir, etc.

Uma outra questão prende-se com a leitura da geografia política do actual Algarve na Antiguidade. O registo arqueológico é sumamente interessante, mas não parece aceitável que se queira com esta informação responder a questões que se não podem elucidar deste modo. Por exemplo, não são os vestígios arqueológicos relevantes ou a presença de moedas em Castro Marim que esclarecem e elucidam sobre a localização de *Baesuris*. Essa verosímil localização resulta exclusivamente da leitura das fontes geográficas ou de eventual epigrafia encontrada e o mesmo se poderá dizer para os estatutos jurídicos dos diferentes núcleos urbanos antigos algarvios. Não é certamente pelo volume de importações que se poderá aferir uma mudança do estatuto jurídico de uma cidade e resulta obviamente contraditório afirmar que o achado de moedas de *Baesuris* em C. Marim confirma a localização da mesma e que só epígrafes poderão esclarecer sobre a correcta localização de *Ipses*. A referência a uma *Ipsa* na *Divisio Wambae* constitui um elemento a considerar, como bem sublinhou H. Catarino (Catarino, 2001), apesar da distinta localização proposta por Almeida Fernandes. Também me parece que o mais forte candidato à localização do *Portus Hannibalis* de Mela seria o próprio sítio da Vila Velha, Alvor, como propôs André de Resende, uma designação que não é incompatível com a existência do topónimo indígena *Ipses*. Ainda nos tempos do Humanista eborense eram bem visíveis os vestígios das ocupações antigas do local, provavelmente resultantes das últimas fases da utilização do sítio, já de época islâmica: «*Subsistem por todo o lado muros, desde as fundações até à meia altura de alvenaria e daí para cima de taipa como a construção púnica. Todo o alto desse terreno plano, cheio de entulho, paredes, pedaços de cerâmica e telhas, tem á vista ruínas de edifícios. Porque ele entretanto desapareceu devido à sua muita antiguidade, construíram os nossos antepassados Alvor, ali perto, na orla interior do estuário.*» (Resende, 1593, p. 186-189, na tradução de Rosado Fernandes).

O aglomerado de *Cilipes* ou *Cilpes* deverá associar-se mais a um sítio como o Serro da Rocha Branca do que propriamente a Silves, onde nada se encontrou até hoje que remonte a período tão antigo e, neste caso, pode dizer-se que a ausência

de evidência tem algum valor, pelos extensos trabalhos arqueológicos até hoje realizados na área urbana de Silves. A favor da Rocha Branca poderão invocar-se os seguintes argumentos: foi num lugar não especificado dos arredores de Silves que Estácio da Veiga recolheu, no século XIX, moedas com a legenda *Cilpes* (esse lugar poderia bem ser a Rocha Branca, ainda que o argumento da presença de numismas valha o que vale, como atrás se referiu); foi objecto de escavações, por Caetano de Mello Beirão, Mário e Rosa Varela Gomes, antes de, lamentavelmente, ser extensamente destruído, mas as intervenções permitiram identificar uma extensa ocupação humana, remontando aos inícios do I Milénio a.C. e prolongando-se até época tardo-romana (Gomes; Gomes, Beirão, 1986). Junto à margem do rio Arade, em situação francamente interior, mas ainda assim alcançável pela navegação a partir do mar, correspondia a uma estratégia de implantação perfeitamente compatível com a dos aglomerados turdetanos que Estrabão descreve, a longevidade da sua ocupação constitui um aspecto não despiciendo.

Mas o problema da geografia política do Algarve romano poderá de facto ser bem mais complexo. Envolve as interrogações suscitadas pela dinâmica do povoamento na foz do rio de Lagos, com o Monte Molião e a própria área urbana de Lagos a suscitar interessantes questões, que no futuro seria bom aprofundar, não só por existir um importante programa de trabalhos em curso no Molião (Arruda, 2007), mas também por haver um crescente volume de informação para a área urbana de Lagos (para não sobrecarregar em citações este breve comentário recomenda-se a consulta dos volumes de revista *Xelb* onde se publicam as actas dos colóquios anuais dedicados à arqueologia do Algarve, uma iniciativa que nunca será demais louvar).

Assim como não parece um caminho frutuoso tentar fazer o registo arqueológico confirmar aquilo que de todo não pode fazer, parece-me interessante partir do registo arqueológico para questionar velhas certezas, estribadas numa história que se escreveu sobretudo com recurso à literatura antiga. Independentemente do que nos transmite Mela, os Itinerários ou outros autores que até nós chegaram de modo mais fragmentário, deve valorizar-se o registo arqueológico na leitura das realidades antigas. O caso da Quinta de Marim é neste domínio particularmente interessante e merecedor de atenção, muito para além do debate em torno da sua eventual identificação com a *statio sacra*, porque não há qualquer dúvida de que apresenta uma extensão, complexidade, monumentalidade e profusão de hábito epigráfico assinaláveis. A ideia de que o local só ganhou relevo em época bizantina esbarra com a cronologia dos edifícios monumentais ou com a dinâmica de utilização das unidades de preparados de peixe ali existentes (Silva, Soares e Coelho-Soares, 1992). De igual modo, merece particular atenção a zona arqueológica de Loulé Velho, com uma complexidade e dinâmica de ocupação a sugerir uma relevância nada desprezível (Luzia, 2004). Neste caso, a investigação arqueológica esbarrará

sempre com o problema da peculiar dinâmica litoral da zona que seguramente destruiu boa parte do primitivo aglomerado (Simplício e Barros, 1999-2000).

A investigação de Catarina Viegas devia também levá-la a uma atitude mais assertiva. Por exemplo, o abandono de *Balsa* na sequência dos supostos ataques suevos sugerida por V. Mantas é explicitamente negada pela evidência arqueológica que apresenta neste e em outros estudos, pelo que não ficaria mal afirmá-lo explicitamente.

Abandonando as questões de geografia política, que constituem somente um aspecto marginal da investigação de Catarina Viegas, lancemos um olhar ao que de mais substantivo o seu estudo traz.

Começando por Castro Marim, como já se disse, a análise esbarra com a inexistência de dados sobre os mais antigos vestígios da ocupação romana. Não temos grande dúvida de que o baixo Guadiana desempenhou um papel fundamental na penetração romana e o registo arqueológico de Mértola, no tocante às cerâmicas do tipo campaniense e de Mata-Filhos, no mesmo concelho, com o seu impressionante registo de ânforas greco-itálicas, greco-itálicas de transição e Dressel 1, de proveniência itálica, claramente nos dizem que algo falta na zona da foz do Guadiana para entender essa dinâmica de penetração que não poderia ter seguido outra via. O mesmo se poderá dizer, por exemplo, do registo de cerâmica campaniense ou das ânforas romanas de Mesas do Castelinho, em Almodôvar (Alves, 2010; Parreira, 2009), mesmo se neste último local se possa colocar a questão de saber se as importações itálicas ali chegam pelo Guadiana ou, por exemplo, a partir de *Ossonoba* através da serra algarvia (Fabião; Guerra, 2010). As tão expressivas presenças de cerâmica campaniense num sítio interior como Mesas do Castelinho dá-nos bem a dimensão do quanto faltará apurar nos sítios do litoral, necessariamente os lugares de recepção e posterior redistribuição destes artigos exóticos para o interior. A este propósito e porque parece haver alguma perplexidade em torno do tema, deve esclarecer-se que o carácter subsidiário do transporte das cerâmicas finas não tem necessariamente a expressão quantitativa que a autora parece sugerir. Tome-se o exemplo do naufrágio de Grand Congloué 1 (ou A), que transportava 400 ânforas greco-itálicas e 7000 recipientes de Campaniense A (Long, 1987). Parece-me também que seria mais natural citar a reavaliação do sítio feita por L. Long ou mesmo a breve síntese de A. Parker, do que o trabalho de F. Benoit, manifestamente equivocado e sobretudo ultrapassado pela revisão de Long.

Ao longo do texto, frequentemente, Catarina Viegas enfatiza a suposta dependência do Algarve relativamente a Cádis, presumido como o principal centro redistribuidor de artigos exóticos. Contudo, quando se olha para o panorama das marcas de TS Itálica que, como bem sublinha a autora tem um perfil singular, com mais registos documentados na Tarraconense do que propriamente no ocidente, esta ideia não deixa de causar alguma perplexidade. Neste domínio,

independentemente de ser interessante a comparação com *Olisipo*, em busca das ligações atlânticas da área em estudo, diria que mais interessante seria olhar em outras direcções, para aferir o padrão de importações. Penso concretamente em locais como os chamados *castella* do baixo Alentejo, escavados por Manuel Maia (Maia, 1987), no estabelecimento militar do Castelo da Lousa, Mourão (Alarcão; Carvalho; Gonçalves, 2010) ou nesse peculiar sítio que é o Castelo das Guerras, nas imediações de Santo Aleixo da Restauração, Moura (Caeiro, 1976-1977), que forneceu um impressionante conjunto de marcas itálicas, sempre acrescentado em cada nova visita ao local, ou mesmo no conjunto de Represas, Beja (Lopes, 1994), tudo sítios que seriam seguramente abastecidos a partir do Algarve e onde se poderão encontrar os matizes interessantes do padrão de importação algarvio. Em outro plano, seria interessante comparar todo este padrão algarvio/alentejano de importação de cerâmicas finas com o do baixo Tejo, *Olisipo* e *Scallabis*, este último, criteriosamente estudado por Catarina Viegas, para tentar perceber qual poderia ter sido o principal eixo de abastecimento a *Augusta Emerita*, se o Guadiana e sua rede terrestre de circulação, se esse outro importante eixo, de orientação Oeste-Este, partindo do baixo Tejo. Naturalmente, esta pergunta constitui mera sugestão para futuros trabalhos, não sendo propriamente uma crítica ao estudo aqui apresentado. Ainda neste domínio, e uma vez que se relaciona Castro Marim com o escoamento dos produtos da mineração do ocidente peninsular, seria interessante considerar não só a TS itálica de Aljustrel, mas alongar o olhar até outros territórios vizinhos, como a área mineira de Rio Tinto, Huelva, particularmente ao sítio do Cerro del Moro, com o seu impressionante registo de TS itálica associada somente a ânforas de produção peninsular (Pérez Macias; Delgado Domínguez, 2007), um registo não muito diferente do documentado nos chamados *castella* do Baixo Alentejo, e em muitos aspectos semelhante aos contextos estudados de Castro Marim.

No que diz respeito às restantes categorias de cerâmica fina, compreende-se a relevância atribuída a *Conimbriga* ou ao sítio de S. Cucufate, Vidigueira, por constituírem importantes referências da investigação portuguesa, mas creio que seria pertinente conceder maior atenção a Represas, Beja (Lopes, 1994), por ser local certamente abastecido a partir do Algarve. Como maior atenção deveria ser concedida ao estudo de F. Teichner, sobretudo, por apresentar extensa publicação de conjuntos de materiais locais e importados (Teichner, 2008).

Nos horizontes tardios, é importante a valorização da dispersão de Sigillata luzente, DSP e foceense em território algarvio que, creio não dever ser menosprezada. É um facto que não existe uma grande quantidade de exemplares registados, mas não menos certo é que muitos dos locais onde se documenta nunca foram objecto de escavações sistemáticas e não deixa de ser relevante a sua ampla distribuição, tanto nos centros urbanos como em lugares secundários de âmbito rural.

No tocante às Sigillatas africanas, o estudo de Catarina Viegas é especialmente interessante, sublinhando, por exemplo, a longa continuidade de importação da Clara D. Infelizmente, não há informação estratigráfica que permita contrastar a hipótese de P. Reynolds de se ter verificado uma retoma na importação destes artigos, nos finais do séc. V / inícios do VI (Reynolds, 2005, p. 425-6). A observação é pertinente porque vai a par com o aparecimento das Sigillatas foceenses e ânforas orientais, parecendo documentar um incremento das relações comerciais na bacia do Mediterrâneo neste período, após alguma perturbação registada nos inícios do séc. V. Será uma questão a tentar averiguar no futuro.

Em termos gerais, apetece esperar que uma análise análoga à que agora se apresenta se estenda ao restante território algarvio e a autora já produziu relevantes estudos nesse sentido. Seria igualmente interessante equacionar de um modo mais sistemático as mais amplas relações do território em apreço. Por exemplo, averiguar as interacções com a *Mautitania Tingitana*, uma região próxima e usualmente pouco considerada. Creio que é bem possível que muitas das ânforas que habitualmente se atribuem à *Baetica* costeira sejam de facto produções da Tingitânia. O prosseguimento das averiguações da inserção do Algarve nas rotas atlânticas constitui elemento importante que, no entanto, não deverá fazer esquecer a sua relevância na redistribuição de artigos importados para as regiões do interior alentejano, quer pelo vale do Guadiana quer por outros caminhos que cruzem a serra algarvia.

Enfim, o conjunto de comentários que aqui se fazem, suscitados pelo estudo de Catarina Viegas, sublinha bem a relevância do mesmo. A qualidade, extensão e profundidade do presente trabalho permite estabelecer um mais sofisticado nível de discussão dos dados e abre múltiplas vias de investigação que desejavelmente poderão ser percorridas no futuro. Resta esperar (e desejar) que a autora se envolva nelas com a mesma argúcia e competência agora demonstrada.

Comentário de Enrique García Vargas*

Considero que el trabajo de Catarina Viegas que se me envía para que realice un informe constituye una aportación importante al conocimiento de la economía romana no sólo del Algarve, espacio geográfico al que presta atención fundamental, sino también de todo el Sur peninsular. Los datos, en gran parte inéditos, que se proporcionan resultan muy coherentes con lo que vamos sabiendo acerca de la evolución urbana y del ritmo de las importaciones cerámicas en el vecino litoral de la Bética y también en las áreas de interior recorridas por el Guadalquivir, por

* Universidad de Sevilla. E-mail: egarcia@us.es

lo que sin duda su publicación será fundamental, no sólo para el conocimiento arqueológico del Algarve romano, sino también para la compreensión integrada, a escala interprovincial, de los fenómenos de romanización, crisis y reestructuración que resultan comunes a la investigación de la Arqueología romana del Algarve y de la Andalucía occidental.

Sin duda, los datos hablan por sí mismos, pero seguramente no serían tan elocuentes sin la metodología de trabajo que la Dra. Viegas ha utilizado tanto en su análisis como en su exposición. El trabajo comienza con una exhaustiva recopilación de los datos proporcionados por las fuentes literarias, numismáticas y epigráficas que nos permite acercarnos a la realidad geográfica del Algarve romano y al estado actual de la investigación acerca de los núcleos urbanos antiguos e la costa sur del Portugal actual, de sus territorios y de sus vías de comunicación, incluido el río Guadiana. Estamos de acuerdo, por lo demás, con la propuesta de localización de las ciudades de *Baesuri*, *Balsa* y *Ossonoba* que parece ser la que más amplio consenso concita entre los investigadores hoy por hoy, aunque tenemos algunas dudas acerca de la datación propuesta recientemente, a partir de los trabajos de Faria, para las emisiones de la ceca de *Baesuri*.

Parece adecuada y suficiente, igualmente, la evidencia material (especialmente cerámica) que constituye el núcleo del trabajo y que procedente de excavaciones e intervenciones diversas en Faro, Quinta de Torres de Ares y Castro Marim. Si bien no siempre se trata de materiales con una procedencia estratigráfica clara, pensamos que la posibilidad de otorgar fechas a muchas de las producciones en estudio a partir de sí mismas supone una ventaja que, sin eliminar totalmente los graves inconvenientes de la falta de estudio estratigráfico, allí donde falta, los amortigua considerablemente.

Tampoco las limitaciones metodológicas intrínsecas a cualquier estudio cerámico y que son señaladas de forma breve y pertinente por la autora en el punto 2.2. del trabajo, parecen motivo suficiente para dudar de la pertinencia de las conclusiones. Tal vez las diferencias de grado de investigación entre los antiguos lugares urbanos en estudio sí pueda hacer surgir alguna duda acerca de la «comparabilidad» entre los repertorios, pero el desarrollo del trabajo deja claro que, incluso sin que todas las fases cronológicas estén representadas en todos los lugares, el estudio comparativo no sólo es posible, sino que además resulta fundamental. Y esto es mérito de la metodología y del conocimiento de la Dra. Viegas cuyas atribuciones tipológicas y cuyas apreciaciones crono-tipológicas son impecables.

Comparto las conclusiones acerca de la importancia de la conexión de las ciudades del algarve, especialmente Baesuri, con el puerto de Cádiz incluso después del control del territorio por parte de Roma, al respecto de lo cual echo en falta una cita al trabajo que la Dra. Chaves Tristán y yo mismo realizamos en 1993 en las I Jornadas de Arqueología en el entorno del Guadiana (Huelva), titulado

«Gadir y el comercio atlántico a través de las cecas romanas del a Ulterior» que fue dónde se planteó esta cuestión por primera vez.

Pasando al estudio de las producciones cerámicas particulares, éste me parece, en general, particularmente acertado, en particular en lo que hace al aparato interpretativo, cuyas conclusiones son de importancia para el conjunto del sur peninsular. Las conclusiones sobre los ritmos y los mecanismos comerciales de importación de vajillas de mesa coinciden con los planteamientos que en la actualidad nos hacemos los investigadores que trabajamos en el área SO de la actual Andalucía. Especialmente importante, me parecen los datos acerca de la presencia de las diferentes clases de cerámicas de barniz negro en cada momento, así como los que se ofrecen sobre las sigillatas orientales (Eastern Sigillata A), la TSI y las cerámicas de «tipo Peñaflor», pues la facies que se documenta en Ossonoba y Castro Marim, p. e., parece de nuevo bastante ajustada a las informaciones que poseemos (muchas aún inéditas) en ciudades de la Ulterior-Bética como Hispalis o Italica. Tengo, sin embargo, algunas dudas acerca de la denominación «Sigillata Hispánica tipo Peñaflor», porque entre los repertorios documentados en la Bética de cerámicas del tipo Peñaflor se documentan imitaciones de otras clases cerámicas como las denominadas de «Barniz Rojo Pompeyano» y otras singulares.

Creo que las cerámicas de «tipo Peñaflor» no constituyen un repertorio peculiar de sigillatas hispánicas, sino quizás una serie que deba ser considerada aparte de las «verdaderas» sigillatas. Tal vez una denominación del tipo «Barniz Rojo de Tradición Hispana» propuesta por Bustamante y Huguet o de repertorios de Imitación de Barniz Rojo», propuesta por Vázquez Paz y García Fernández» deban ser tenida en cuenta. Pero esta es una cuestión relativamente secundaria, dado el carácter inicial del estudio de estas producciones y su aún escasa fijación terminológica. En cuanto a su cronología, los datos estratigráficos con que contamos en Bética confirman su aparición en época augustea final y su perduración en el tiempo hasta momentos muy avanzados, puesto que se documentan imitaciones de vajillas de mesa africanas con barnices del tipo Peñaflor.

El análisis de las sigillatas galas (TSG) es excepcional, tanto en lo que hace a las formas, como a las decoraciones y marcas. Esto permite a la autora proponer una serie de líneas evolutivas en el ritmo y la composición de los conjuntos de TSG cuyas características generales son, en lo referido a los desarrollos tipo-cronológicos y comerciales, muy similares a los que conocemos en Hispalis y otras ciudades del valle Bético. Igualmente significativo al respecto de las similitudes en la composición de las importaciones de vajillas finas entre el Algarve y el Bajo Guadalquivir es la escasa proporción y tardía recepción de las sigillatas hispánicas (TSH), dominadas por las importaciones de Andujar, siempre minoritarias con respecto a las gálicas y cuya presencia es sincrónica con la recepción de las primeras importaciones africanas. Esta es una realidad que sugiere un com-

portamiento de la producción y el abastecimiento de sigillatas hispánicas durante la segunda mitad del siglo I d. C. realmente diferente al supuesto hasta ahora. El trabajo de la Dra. Viegas es, por tanto, importante también a este respecto, puesto que abre vías de investigación y de interpretación para este fenómeno sobre la base de los contextos del litoral hispano situado más allá del Guadiana. Lo mismo puede decirse acerca de la composición de los repertorios de vajilla africana, de sigillata focense, de la «lucente» y de DSP, cuyo estudio en este trabajo es una aportación importante y necesaria para el estudio en la Hispania meridional de estas clases cerámicas minoritarias, entre las que, sin embargo, se echa en falta la presencia de Sigillata Hispánica Tardía Meridional (TSHTM), relativamente frecuentes en la Bética.

El análisis de las ánforas republicanas e imperiales parece igualmente ajustado a lo que sabemos para las áreas costeras hispanas, con presencia de todos los tipos cuyo tráfico constituyó la base del comercio de productos alimenticios en el extremo Occidente y con la presencia también de los tipos minoritarios habituales, (adriáticos, tripolitanos o béticos minoritarios). Detecto algunas diferencias sustanciales con los contextos del valle del Guadalquivir que trabajo habitualmente y que sin duda obedecen a peculiaridades perfectamente explicables en los contextos comerciales regionales. Así, la presencia de material gaditano es mayor en la costa y, la de ánforas itálicas es mayor en el interior incluso en la segunda mitad del siglo I a. C. Otros fenómenos son comunes y nos parecen especialmente interesantes, como la presencia constante de ánforas adriáticas en el siglo I a. C., aspecto éste que la Dra. Viegas constata con especial incidencia en Baesuri.

Tal vez fuera necesario reforzar con algunas ilustraciones específicas las afirmaciones que se hacen con respecto a las ánforas en el último párrafo de la pág. 38. La atribución a las marismas (pág. 34) párrafo central de un ánfora C2b tal vez deba ser revisada con referencia a la costa mediterránea andaluza (Málaga), cuyas pastas cerámicas recuerdan a las del Guadalquivir en algunos aspectos. Igualmente, en la pág. 35 se hace referencia a un ánfora Ovoide 2 que tal vez sea una Ovoide 4, aunque falta la ilustración.

La valoración de los conjuntos anfóricos tardoantiguos parecen igualmente acertada, así como la constatación de fenómenos importantes para la compresión del carácter del comercio tardío. Me refiero especialmente al hecho de que no exista una correspondencia clara entre el volumen de importación de ánforas africanas y de ARW, un fenómeno recurrente en otros contextos peninsulares y que puede deberse tanto a un comercio de redistribución a partir de puertos primarios, como apunta la autora, como a la presencia de otras mercancías africanas, como el trigo, que no han dejado traza arqueológica. También me refiero al hecho de que, a pesar del incremento considerable del volumen relativo del comercio africano a partir del siglo III, las conexiones comerciales con las provincias veci-

nas (especialmente Bética) siguen dominando la economía. El caso, una vez más, tiene su reflejo en el Bajo Guadalquivir, donde ciudades como Hispalis tienen un porcentaje muy elevado de importaciones lusitanas tardías, siempre muy superior al documentado para las importaciones africanas y orientales, si bien se trata en el caso de Sevilla mayoritariamente de producciones del Tajo-Sado. El carácter «intrapeninsular» de estas relaciones de intercambio, nos parece, fundamental para la comprensión del carácter del comercio antiguo en la Península y por eso la enfatizamos.

El estudio de las producciones anfóricas y su problemática económica relacionada justifica la presencia de un apartado dedicado a la economía pesquera y agrícola algarvia. Este punto constituye una síntesis interesante del estado del conocimiento sobre la economía productiva en la región para la época romana y sin embargo, me parece la menos convincente y redonda del trabajo. Tal vez sea porque la discusión acerca de aspectos problemáticos como la presencia mayoritaria de ánforas salsarias béticas en la región, a pesar de que la costa del Algarve es desde mitad del siglo I d. C. al menos ella misma productora de salazones, cuenta aún con pocos elementos de juicio para poder solucionarse satisfactoriamente, de modo que las aportaciones y conclusiones de la autora al respecto, como los de otros investigadores, no pueden comprobarse por el momento sobre bases empíricas materiales.

Muy interesante es la síntesis final acerca de la dinámica poblacional y económica del Algarve en función de los datos aportados en los apartados anteriores. Se plantean una serie de fenómenos históricos cuya caracterización en términos arqueológicos está muy lograda, a pesar de que hay una serie de afirmaciones con las que no puedo estar totalmente de acuerdo, o al menos no puedo afirmar de forma tan contundente, como la caracterización de Ossonoba como municipio, a pesar de que Plinio, atento siempre al estatus de las poblaciones que nombra, le denomina simplemente *oppidum*. No quiero decir que no lo sea, sino que no puede darse como seguro, lo que parece ser el caso en algún párrafo. Otros aspectos, como el final de la ocupación de Baesuri creo que se explican mejor por el fin de la economía minera que por el cierre de la navegación del estuario, que es la solución por la que la autora parece inclinarse cuando ha venido enfatizando la importancia de Baesuri en la gestión del tráfico de minerales. Tal vez la falta de epigrafía en la ciudad sea debida menos a la fecha relativamente temprana de su desaparición como núcleo habitado y más a alguna particularidad de los cotos mineros de la región suroccidental peninsular, porque el panorama es muy similar en toda la franja pirítica de Huelva y en la Sierra Norte de Sevilla, incluso en núcleos como Laelia, Ituci o la propia Huelva con una larga perduración urbana.

En este último apartado se producen, además, una serie de repeticiones, que tal vez se puedan corregir, con respecto a las explicaciones que se habían dado en

el apartado anterior intentando explicar la enorme presencia de ánforas béticas y la relativa escasez de producciones algarvias altoimperiales. Por lo demás, las conclusiones que se desarrollan en el apartado, son perfectamente asumibles en el estado actual de la investigación y son extremadamente útiles para la comprensión de la dinámica histórica del Algarve y sus conexiones comerciales.

La bibliografía es, desde luego, adecuada, hallándose convenientemente actualizada y recogiendo las obras fundamentales en uso en la investigación general o regional acerca de la temática que trata el trabajo.

Comentário de João Pedro Bernardes*

O estudo de Catarina Viegas tem o grande mérito de estudar conjuntos cerâmicos há muito depositadas em museus para, a partir de informação daí obtida, traçar um quadro económico e evolutivo do Algarve romano. Um trabalho desta natureza não é fácil, pois, como a autora chama a atenção, além da dificuldade em «decifrar» a correspondência entre o registo arqueológico e as anotações nos materiais resgatados, a informação tratada é muito desigual. Acresce que, frequentemente, se desconhece o contexto funcional de onde toda essa informação é proveniente. Mas, numa altura em que nos museus e em outros depósitos de materiais arqueológicos se acumulam vastíssimos conjuntos com enorme potencial informativo, não pode deixar de se valorizar o estudo destas colecções. É claro que, em condições ideais, a análise de materiais de escavações antigas conjugada com elementos decorrentes de investigações recentes focadas em observar as suas relações estratigráficas e contextuais, traria outra comodidade e segurança ao estudo. Não será, porém, este o principal problema que poderá levar a matizar os resultados dos três núcleos urbanos estudados. Tratando-se de sítios arqueológicos extremamente vastos – cuja distribuição funcional e topográfica nas diferentes áreas na malha urbana é mal conhecida ou mesmo desconhecida – a amostra analisada cinge-se a materiais oriundos de sondagens que cobrem diminutas áreas do espaço ocupado, cuja representatividade pode ser sempre questionada. Outros problemas, particularmente pertinentes para os resultados obtidos a partir do estudo das ânforas enquanto indicadores de importação e consumo de alimentos, prendem-se com a própria fragilidade destes estudos – como a possibilidade de muitos produtos alimentares poderem ser transportados em outros envases que não os de cerâmica – ou ainda com especificidades regionais, como as que decorrem da possibilidade de contentores anfóricos vazios terem sido importados para envasar produções locais. Apesar destes problemas, de que Catarina Viegas está

* Universidade do Algarve. E-mail: jbernar@ualg.pt

bem consciente, obrigarem a matizar os resultados, este estudo constitui um significativo avanço no conhecimento da ocupação romana do Algarve, na medida em que fornece um primeiro quadro das suas dinâmicas económicas desde o século II a.C. ao século VI.

Como a própria autora reconhece, o quadro traçado é necessariamente provisório e incompleto, ainda que os elementos amostrados se articulem com outros estudos e tipos de fontes. Os problemas e as informações (aparentemente) contraditórias que os dados levantam, só relevam a necessidade de aprofundar estudos alinhados com este tipo de abordagens, não só em novas áreas arqueológicas dos centros urbanos analisados, como também no mundo rural envolvente.

Esses problemas decorrentes da desigualdade da informação revelam-se desde logo com o estudo das cerâmicas do tipo campaniense. Contrariamente ao conjunto de *Balsa*, as campanienses de *Baesuri* e *Ossonoba* são provenientes das colinas que lhes serviram de núcleo genético. A (quase) ausência deste tipo cerâmico em *Balsa*, poderá, assim, meramente justificar-se pela natureza da amostra, que é proveniente de uma área industrial e habitacional da época imperial. Só com a investigação da colina onde hoje estão as casas da Quinta de Torre d'Aires é que se poderia saber se o panorama do consumo de campaniense detectado nas outras cidades não se repete igualmente em *Balsa*, ao mesmo tempo que permitira resolver de uma vez o já velho problema de saber se o povoado romano resulta ou não de uma transposição, do núcleo populacional e do topónimo, da área da actual cidade de Tavira para ali. Se para *Ossonoba* considerássemos apenas o conjunto cerâmico do mosaico do Oceano, localizado fora da colina genética, também não encontraríamos aí qualquer fragmento de campaniense e, da análise dos materiais, resultaria um espectro de ocupação para a cidade a partir de meados do século I até inícios do século V e não o quadro cronológico muito mais vasto que se apresenta.

Com as devidas reservas que a natureza das amostras estudadas impõe, a presença significativa das cerâmicas itálicas (sobretudo campanienses e ânforas) em Faro, tal como em Mértola, no século II a.C., parece indiciar a importância desempenhada por estes núcleos urbanos nos inícios da ocupação romana no sul do actual território português. Mais difícil é explicar o predomínio esmagador das campanienses do círculo da B em Castro Marim, ainda que o mesmo se possa relacionar, como é sugerido, com a importância do controlo da navegação no Guadiana a partir de meados do séc. I a.C. e que levará à implantação nas suas margens de alguns *Castella* como o do Castelinho dos Mouros (Montinho das Laranjeiras).

Não deixa ainda de ser significativa a maior concentração das marcas de oleiro em *terra sigillata* de tipo itálico do grupo dos «cornelianos» no curso do Guadiana até Mértola, fazendo lembrar a velha rota já descrita por Avieno entre este rio e a região de Lisboa, onde aquele grupo está fortemente representado.

Do conjunto de problemas interessantíssimos que a investigação de Catarina Viegas levanta, o que assume maior destaque será o que se relaciona com a origem das ânforas, sobretudo as destinadas a preparados piscícolas. A par da escassez de produtos lusitanos, regista-se, no Alto Império, uma esmagadora presença de contentores béticos, que se mantém ainda muito expressiva nos séculos seguintes. A autora, baseada em outros estudos, vai adiantando várias hipóteses explicativas para este fenómeno, ainda que nem sempre as perfilhe. Essas hipóteses podem resumir-se nos seguintes itens: 1) as ânforas béticas teriam chegado vazias ao Algarve; 2) teriam chegado com sal sendo aqui envasadas com a produção local; 3) o transporte dos preparados de peixe teria sido feito em ânforas lusitanas até Cádiz onde se daria o transvase para ânforas de produção gaditana mais resistentes; 4) as ânforas béticas nas cidades algarvias testemunham uma importação de preparados piscícolas daquela região com características diferentes dos produtos algarvios que se destinariam a satisfazer gostos de consumo de carácter sumptuário das elites locais. É para esta última explicação que a autora se inclina mais.

A importação de contentores com sal béticos onde seriam reutilizados para o envase de produtos locais é uma hipótese avançada por R. Étienne e F. Mayet (2006, p. 334) para a Mauritânia Tingitana. Não me parece, todavia, que esta hipótese se ajuste a uma região que possui condições excepcionais à produção de sal marinho, como o Algarve, que, historicamente, sempre foi exportador deste produto; tanto mais que as principais *officinae* de preparados de peixe algarvias se situam junto a antigos estuários (como os da Boca do Rio ou Lagos) ou junto aos esteiros da ria formosa, zonas propícias e com tradição de implantação de salinas.

O transporte em ânforas lusitanas até portos béticos onde o conteúdo seria tranvasado para contentores locais mais resistentes, sugestão igualmente de R. Etienne e F. Mayet (2006, p. 335), também não parece fazer muito sentido, como, aliás, C. Viegas demonstra; para além de não se encontrarem as ânforas lusitanas descartadas em sítios gaditanos, tecnicamente a solução seria ainda muito pouco expedita.

A hipótese da importação de preparados piscícolas de natureza diferente da Bética também não me parece de aceitar. Quando muito poderia explicar uma presença significativa de ânforas béticas na região algarvia, mas não a sua esmagadora presença a par de uma (quase) ausência de ânforas lusitanas no Alto Império, bem como a sua relativa baixa representatividade nos séculos seguintes. Com efeito, as percentagens de contentores piscícolas béticos nos núcleos urbanos estudados são tão elevadas, que a importação de preparados, se não raros pelo menos diferentes dos produzidos localmente, para satisfazer o gosto mais requintado de uma minoria nunca justificaria tais percentagens. Além do mais, a

tradição e condições produtivas são as mesmas nas duas regiões, pelo que os preparados de peixe não deveriam apresentar diferenças significativas. Finalmente, se há produtos em que a economia romana do Algarve é largamente excedentária são, precisamente, os piscícolas.

A explicação do fenómeno parece-me que terá de passar pela aceitação da importação de ânforas vazias, no quadro da unidade económica do golfo luso-hispano-marroquino com centro em Cádis, hipótese, aliás, já avançada por Ponsich e seguida por outros. Parece-me ser esta a hipótese que melhor quadra com os dados avançados pela autora, não havendo razões para estranhar e recusar, especificamente para a região do Algarve, a importação de ânforas vazias da região vizinha.

Na verdade, pela importância que a produção de preparados piscícolas assumiu na Lusitânia meridional, a abordagem ao problema de tão grande número de ânforas béticas na região, seja nas cidades ou nas *officinae*, deve ser equacionada vendo os núcleos urbanos algarvios mais como centros de uma região produtora e não apenas como centros de consumo. Isto chama desde logo a atenção para o problema, particularmente pertinente para uma região com o perfil económico do Algarve romano, da validade em se traçar padrões de consumo de alimentos a partir dos contentores que os transportaram.

Ainda que a proximidade geográfica não explique, por si só, a esmagadora presença dos contentores béticos na costa algarvia, como afirma a autora, já o facto das duas regiões se inserirem num mesmo espaço económico, no âmbito da tal longa tradição pré-romana demonstrada no texto e que se prolongará até ao fim da Época Moderna, é suficientemente significativo para ajudar a entender aquela presença. Dado o posicionamento do Algarve em relação à Bética, em que aquela região se afirma como que uma península por onde se prolongam os interesses da província vizinha, não teria sido particularmente mais difícil abastecer os centros produtores de preparados de peixe do Algarve oriental com contentores da costa gaditana do que com produtos anfóricos lusitanos, por exemplo, do extremo ocidental da região algarvia. Numa área económica em que estes abastecimentos se faziam por mar, e de acordo com uma lógica de mercado, a presença de contentores béticos no Algarve oriental é assim quase tão natural como a de contentores Lusitanos (de Cádis a *Balsa* são cerca de 75 milhas náuticas ao passo que a distância da cidade algarvia ao centro oleiro do Martinhal são 65 e à zona de Huelva sensivelmente metade desta distância). O desenvolvimento da produção oleira gaditana, bem como a sua proximidade em relação aos centros produtores de preparados piscícolas algarvios, acabará por inibir o aparecimento nesta região de uma produção oleira significativa. Tal só ocorrerá a partir de meados do século III, numa altura em que, a par de um decréscimo das *fliginae* béticas, se assiste a um significativo reforço da produção de preparados piscícolas algarvios.

Mais difícil será a explicação da elevada presença de contentores africanos nos contextos estudados durante o Baixo Império, ainda que se possa igualmente equacionar a vinda de contentores vazios com cargas de outros tipos cerâmicos, como as cerâmicas de cozinha, que seriam redistribuídas a partir de Cádis.

A importação de envases para produtos da Lusitânia meridional parece-me poder demonstrar-se pela quantidade de ânforas béticas que ocorrem não apenas nos núcleos urbanos estudados como ainda nos complexos piscícolas, como Quinta de Marim ou ilha do Pessegueiro. A presença de ânforas béticas Keay XVI nestes lugares, datáveis da primeira metade do século III, é tão importante que levou no passado a sugerir-se que os oleiros que nelas figuram seriam oleiros algarvios; de resto, como se explicaria a presença destes oleiros nos contextos produtores de preparados piscícolas da Lusitânia? Pois, parece-me que a explicação reside precisamente no facto de esses contentores estarem presentes nestas *officinae* para envasarem as respectivas produções.

O envase de preparados piscícolas algarvios em contentores béticos parece poder atestar-se ainda a partir de alguns *tituli picti* de contextos pompeianos, onde vemos um produtor de *Ossonoba* – *Clarus* – a servir-se de ânforas béticas para fazer chegar a sua produção ao destino por intermédio de um *mercator* hispânico – *M. Valerius Abinnericus* (CIL IV, 5611-5616).

Ao contrário do que tem sido corrente, o estudo de Catarina Viegas mostra que a ocupação de *Balsa* se estendeu até finais do século VI ou inícios do VII. Isto a avaliar pela presença de *terra sigillata* africana datável deste período, ainda que a quantidade seja demasiado diminuta de forma a confirmar uma ocupação importante até esta época. Salvaguardadas as devidas cautelas em virtude de desconhecermos a representatividade da amostra, podemos ver nestas quantidades residuais um indicador de que a cidade de então permaneceria com uma população igualmente residual. O facto de *Balsa*, ao contrário de *Ossonoba* e mesmo de *Baesuri*, nunca ser referida nas fontes árabes, só pode indicar que a cidade já deixara de ser ocupada; provavelmente, há muito que deixara de constituir uma referência na região ao ponto de o seu nome ter caído no esquecimento, razão pela qual na Crónica da Conquista do Algarve, tal como naquelas fontes, não haver qualquer menção ao topónimo antigo, cujo sítio na Crónica vem referido como Antas, certamente numa clara alusão às monumentais ruínas que então por ali proliferavam. A menor importância relativa de *terra sigillata* clara D de *Balsa* em relação a *Ossonoba*, parece indiciar que, no Baixo Império, não terá tido o protagonismo desta, o que é, aliás, confirmado por outros elementos, como a epigrafia.

Apesar de possível (mas, por enquanto, não tanto verosímil como diz a autora) que *Ossonoba* tenha tido o estatuto de municipalidade logo com Augusto, não há dados que o permitam afirmar categoricamente. O único argumento

prende-se com o facto do flâmine provincial *M. Cornelius Persa* (IRCP 7) estar inscrito na tribo Galéria, mas, como J. Alarcão (1985, p. 105) demonstrou, o argumento é demasiado frágil, porquanto não é seguro que Cornélio Persa seja cidadão ossonobense. Por outro lado, os dados são ainda claramente insuficientes para se poder falar, por volta de finais do século II ou inícios do III, em «um novo programa construtivo» na área ribeirinha da cidade, tendo em conta que o que se conhece se resume à construção do edifício do mosaico do Oceano.

Face aos dados de que dispomos, *Baesuri* não desempenhou quaisquer funções político-administrativas em período imperial, o que parece ser demonstrado pela total ausência de elementos arquitectónicos monumentais ou epigrafia. Só *Balsa* e *Ossonoba* teriam sido capitais de *civitas* com Augusto, o que ajudará a explicar o significativo conjunto de importações deste período, tendo posteriormente ascendido ao estatuto municipal. *Baesuri* teria sido integrada, desde o início, no território balsense.

Com este trabalho de investigação aturada de C. Viegas passa-se a ter um referencial das importações cerâmicas de três núcleos urbanos romanos algarvios, que muito contribuem para a compreensão das dinâmicas económicas e de povoamento da região. Isto leva-nos necessariamente a questionar como é que será o perfil importador das colecções cerâmicas oriundas dos sítios rurais, que, infelizmente, está muito mal conhecido. Para já, torna-se agora ainda mais claro a forte dependência e integração, já afirmada por várias vezes mas não tão cabalmente demonstrada, do sul da Lusitânia e da Bética bem como as fortes relações que existem, sobretudo no Baixo Império, com o Norte de África. Constituindo um dos trabalhos de fundo sobre o Algarve romano mais importantes produzidos desde Estácio da Veiga, este estudo, constitui, pois, uma referência incontornável no quadro da investigação do período romano da Lusitânia.

Resposta de Catarina Viegas aos comentadores

A investigação realizada a partir de um amplo conjunto de cerâmicas permitiu traçar o quadro da vida económica da região algarvia desde o período republicano até ao Baixo Império e à fase imediatamente posterior. A documentação utilizada acerca dos núcleos urbanos de *Baesuri*, *Ossonoba* e *Balsa*, muito diversa e desigual, teve em conta, além dos dados arqueológicos, a informação contida nas fontes escritas, na epigrafia e na numismática.

O panorama traçado é necessariamente incompleto e provisório, mas julgo constituir um avanço no estudo da economia antiga no sudoeste peninsular permitindo compreender a dinâmica evolutiva de três núcleos urbanos da parte oriental da costa algarvia, desde o séc. II a.C até ao séc. VI. É importante referir,

desde logo, que quer em termos qualitativos quer quantitativos, não se dispõe do mesmo tipo de informação para um tão longo período de tempo e para os três sítios que foram objecto de estudo. A maior parte dos dados existentes refere-se ao período compreendido entre os meados do séc. II a.C. e o séc. V d.C., sendo mais escassas as informações para as fases posteriores.

As propostas apresentadas mereceram comentários por parte dos diversos investigadores, a quem agradeço as reflexões que trouxeram, pois possibilitaram novas leituras dos dados apresentados e a discussão de outros tantos aspectos. Destaco, entre os inúmeros temas levantados, os seguintes tópicos: 1. Aspectos metodológicos; 2. O domínio da cidade de Cádis sobre o Algarve romano; 3. Modelos de produção de preparados piscícolas e de ânforas; 4. Em busca da escala; 5. Perspectivas de investigação futura.

1. QUESTÕES METODOLÓGICAS

Algumas questões metodológicas são levantadas e prendem-se essencialmente com a representatividade da amostra estudada. Deve afirmar-se, antes de mais, que em qualquer trabalho em que se estude conjuntos cerâmicos provenientes de sítios arqueológicos se desconhece o valor da amostra face à realidade. Essas limitações são de natureza muito diversificada como se procurou mostrar, mas, em nenhuma ocasião constituiram um impedimento para que se avançasse explicações ou hipóteses acerca dos dados apresentados.

Trata-se, em qualquer caso, como se pode verificar, de materiais que constituem conjuntos numerosos o que, conjugado com a aplicação de metodologias de quantificação idênticas, possibilitou a comparação não só entre diferentes áreas dos núcleos urbanos, mas também entre si. Por outro lado, a comparação com outros conjuntos privilegiou locais que apresentam séries igualmente significativas em termos quantitativos e que mostravam padrões de consumo identitificativos seja de aspectos regionais ou de *status*.

Por outro lado, a metodologia que utilizei privilegiou uma abordagem em que se procurou o reconhecimento de um padrão que possibilitasse a identificação dos ritmos de evolução do consumo e importação de distintos produtos cerâmicos, como a cerâmica de mesa importada ou os produtos alimentares transportados em ânforas.

Assim, considero que os conjuntos estudados reflectem o consumo deste tipo de produtos, naturalmente, para as fases que se encontram documentados pelos trabalhos arqueológicos que constituiram a base do nosso estudo. Tratando-se de sítios urbanos de grande complexidade, será de esperar que, no futuro, novos dados ajudem a completar o quadro que aqui se esboçou.

Um dos aspectos abordados refere-se ao conjunto de elementos que deverão ser considerados quando se pretende atribuir uma determinada referência de uma

fonte literária antiga a um sítio específico. Ainda no séc. XIX, Estácio da Veiga, para a localização da cidade de *Balsa*, recorreu ao cruzamento de informações tão diversas como a leitura das distâncias fornecidas pelo Itinerário de Antonino, tendo juntado os dados dos vestígios arqueológicos, que ele próprio explorou. Neste caso, são determinantes os dados epigráficos que remetem para a existência de edifícios públicos e que indicam expressamente o nome da cidade em causa e as suas instituições.

A confirmação de que *Ossonoba* se localizava afinal em Faro e não em Milreu, como tradicionalmente era apontado, apenas ocorreu na sequência dos trabalhos arqueológicos de A. Viana, nos anos 30 do séc. XX. Mais uma vez, a conjugação de elementos diversos foi essencial. Entre eles destaca-se a presença das ruínas de um *podium* do templo, os dados epigráficos e as cunhagens monetárias.

Para outros núcleos urbanos algarvios a informação escasseia e nem sempre se dispõe deste conjunto de dados.

Outra questão que se coloca está relacionada com as diferentes formas que podem ter existido dentro da categoria de núcleo urbano. Se por um lado, para as capitais de *civitas* como *Balsa* e *Ossonoba* se espera a existência do conjunto de equipamentos e diferentes componentes que dão forma à cidade romana, existe toda uma série de outros núcleos urbanos no território algarvio que apresentam características bastante diversificadas.

Relativamente a *Baesuris*, vários aspectos foram abordados. Como salientou A. M. Arruda, o contexto arqueológico datado entre 50 e 30 a.C. onde se recolheram exemplares de cunhagens monetárias coloca-as num momento anterior ao que foi proposto por A. Faria (1995) para aquelas emissões. Por outro lado, J. P. Bernardes estranha a presença de quantidades tão significativas de cerâmica campaniense B de Cales em *Baesuris*, mesmo podendo relacionar-se com a importância do sítio pela sua posição de controlo da navegação do Guadiana. O conhecimento disponível acerca da difusão da cerâmica campaniense alargou-se recentemente a outros sítios do sul de território português com o conjunto de Mesas do Castelinho (Alves, 2010) e de Monte Molião (Lagos) (Dias, 2010). A distribuição desta cerâmica encontra-se relacionada com os momentos iniciais da ocupação romana no nosso território, afastando-se mais uma vez a ideia de que a sua circulação estaria directamente relacionada com a deslocação dos efectivos militares.

Quanto aos motivos que terão levado ao abandono de *Baesuri*, é muito interessante a proposta de E. García Vargas que a relacionou com o fim da economia mineira. De facto, esta fase dos finais do séc. I e dos inícios do séc. II é marcante para vários núcleos urbanos do ocidente peninsular. Não podemos esquecer que é neste momento que se assiste igualmente ao abandono do povoado de Mesas do Castelinho considerando C. Fabião e A. Guerra que «The settlement's abandonment occurs while the new province's geography was shaped» (2010, p. 344).

Efectivamente, após um período de grande desenvolvimento o sítio parece entrar em decadência a partir do reinado de Augusto para ser finalmente abandonado. Outros exemplos poderiam ser apontados como o do castelo de Alcácer do Sal que corresponde ao núcleo inicial da antiga *Salacia* ou o progressivo abandono da Alcáçova de Santarém.

Neste contexto, o abandono de *Baesuri* deve ser colocado em perspectiva pois integra-se num fenómeno mais vasto que atinge outros núcleos urbanos. O facto de existir a referência a *Baesuri* no Itinerário de Antonino levou-nos a equacionar um abandono relacionado com a alteração da área portuária de *Baesuri*, que poderá ter determinado a deslocação para uma área mais perto do que seria o porto.

2. O DOMÍNIO DA CIDADE DE CÁDIS SOBRE O ALGARVE ROMANO

O Algarve romano encontra-se fortemente integrado na área de influência da importante cidade portuária de Cádis e quase se pode afirmar que o Algarve romano é bético, ou, mais precisamente, gaditano. Efectivamente, a presença esmagadora de ânforas de preparados piscícolas com origem na região de Cádis constituiu uma realidade que já tinha sido demonstrada para a Idade do Ferro, e que ficou também evidente através do estudo que realizámos, para o período republicano e imperial. Relativamente à fase final do período sidérico, aos dados já anteriormente recolhidos em Faro e Castro Marim (Arruda 1997; 2000; 2003; Arruda, Bargão e Sousa, 2005; Sousa, 2009), juntou-se, recentemente, a informação recolhida em Monte Molião, mostrando que esta dependência não constitui uma característica dos conjuntos cerâmicos apenas da vertente oriental da costa algarvia, mas que foi igualmente uma realidade da área mais ocidental (Sousa e Arruda, 2010, p. 951-974). Segundo as autoras, «Esta hegemonia, que pode ser verificada através da esmagadora presença de produtos gaditanos a Ocidente do estreito de Gibraltar, ou, pelo menos, no território algrvio, é passível de ser interpretada no quadro de umas relações comerciais de tipo institucional, em que *Gadir* assumiria a capitalidade da hipotética Liga púnico-gaditana, ou através de uma colonização gaditana dos territórios a Ocidente do Guadiana» (Sousa e Arruda, 2010, p. 972).

Esta «gaditanização» que poderá ter assumido um carácter institucional, segundo A.M. Arruda, pode estender-se também ao período Alto Imperial, referindo esta a possibilidade de o Algarve ter estado ainda incluído na Bética «até à reforma administrativa de 7-2 a.n.e».

Como se pôde constatar pela investigação que realizei, durante o período republicano, tal como na Idade do Ferro, esta região foi abastecida maioritariamente por produtos piscícolas oriundos da *Ulterior*, principalmente da região

gaditana. Se atendermos à informação de outras categorias cerâmicas, como por exemplo a cerâmica comum, verificamos igualmente esta primazia dos produtos de pastas calcárias tradicionalmente atribuídas à *Ulterior*, à região gaditana. A esmagadora maioria do material republicano de Castro Marim é originário do contexto que foi datado entre 50 e 30 a.C., assistindo-se a uma percentagem muito significativa de produtos com origem na *Ulterior,* seja produtos anfóricos seja cerâmica comum (Viegas, 2011).

Durante o período imperial esta realidade mantém-se e os três sítios estudados, *Baesuri*, *Ossonoba* e *Balsa,* revelaram percentagens maioritárias de ânforas béticas utilizadas para o transporte de preparados piscícolas. Confrontados com estes dados, os investigadores têm colocado várias hipóteses explicativas, destacando-se a que defende a chegada de ânforas vazias da Bética ao Sul da Lusitânia. Um fenómeno idêntico foi defendido para a região de Marrocos por D. Bernal Casasola (Bernal, 2006) e por F. Mayet (2006). Em ambas regiões assume-se, tendo por base uma multiplicidade de cetárias, que a capacidade de produção de preparados piscícolas é já uma realidade em franco desenvolvimento no Alto Império. Este facto conjugado com a escassez de fornos de ânforas faria depender o escoamento e exportação da produção algarvia, dos contentores béticos durante o Alto Império.

Em meu entender esta perspectiva carece de bases para ser defendida pois a escassez de dados relativamente às fases iniciais da produção de preparados piscícolas não autoriza referirmo-nos a uma produção em larga escala, a partir do Alto Império ou de meados do séc. I, como tem sido difundido/defendido.

Uma das principais questões que se levanta actualmente ao estudo da economia antiga do Algarve refere-se à dificuldade na caracterização destes conjuntos, compostos por um número variável de cetárias ou mesmo por tanques isolados. Os pontos no mapa são, na verdade, muito enganadores, uma vez que não nos indicam a verdadeira dimensão destas estruturas sendo a sua cronologia inicial e o faseamento da sua evolução um dado que ainda actualmente estamos longe de dominar. A maior parte dos sítios foi escavado sem o cuidado que hoje colocamos neste tipo de intervenções e escapa-nos, em grande medida, a informação acerca das fases de construção destes tanques.

Esta é uma realidade em constante actualização, à medida que novos sítios são intervencionados como é, por exemplo, o caso de Lagos com uma concentração de unidades que não serão anteriores a meados do séc. I d.C. como sucede no caso da Rua Silva Lopes (Ramos, Almeida e Laço, 2006). De referir ainda que o conjunto de tanques mais antigo conhecido, encontra-se na base de Monte Molião, tendo sido defendida uma cronologia inicial para a sua construção do séc. I-II (Bargão, 2008, p. 169-189).

Por outro lado, a produção de ânforas, ainda que diminuta, existe no território algarvio no Alto Império. Trata-se de uma produção de Dressel 14 tardias

que está presente em S. Bartolomeu de Castro Marim e em Manta Rota, datável da segunda metade do séc. I. No estudo recente dedicado ao Martinhal foi igualmente defendido que as formas anteriormente classificadas como Beltrán 65 A (Silva, Coelho Soares e Correia, 1990) correspondem igualmente à forma Dressel 14 tardia/Martinhal 1 (Bernardes *et al.*, no prelo). Os dados cronológicos obtidos são problemáticos, sendo defendida uma datação não anterior a meados do séc. III para estes contentores (Bernardes *et al.*, no prelo).

Outro argumento a favor deste arranque igualmente tardio da produção anfórica algarvia alto imperial diz respeito ao facto de serem muito raras as formas mais antigas de ânforas lusitanas como Haltern 70 ou Dressel 7/11. Estes tipos estão presentes, pelo contrário, em outras regiões produtoras como em Peniche, local onde o início da produção se encontra datado do final do séc. I a.C. (Cardoso, Rodrigues e Sepúlveda, 2006); ou do vale do Sado onde existe evidência da produção de Haltern 70, por exemplo nos fornos de Abul (Mayet e Silva, 2002) ou ainda a produção que poderá ter origem no vale do Tejo como o conjunto de produções lusitanas de Santarém mostrou (Arruda, Viegas e Bargão, 2006, p. 233--252).

R. Morais e C. Fabião defenderam recentemente uma maior antiguidade para as produções de S. Bartolomeu de Castro Marim (Morais e Fabião, 2007). Referindo–se às produções mais antigas, e embora admitindo a escassez de dados empíricos concretos, afirmam que «para o Algarve ficava em aberto a possibilidade de uma fase da produção do centro oleiro do lugar dos Olhos, S. Bartolomeu de Castro Marim (Vila Real de Santo António) poder também ser integrada nesta etapa (Fabião, 2004)» (Morais e Fabião, 2007, p. 129-130). A marca com *tria nonima*, LFT identificada por M. Maia (1979) seria mais um elemento a considerar nesta questão (Fabião e Guerra, 2004).

Para além da escassez ou mesmo ausência de ânforas alto imperiais de produção local nos três núcleos urbanos algarvios, a fraca produção no Alto Império é igualmente notada pela sua total ausência em sítios de consumo como Sevilha, como notou García Vargas (2007).

Por outro lado, muitas outras dificuldades se apresentam à argumentação a favor da chegada de recipientes vazios vindos da área gaditana. Apesar de os dados dos naufrágios serem relativamente escassos para o território algarvio, pode referir-se alguns achados de ânforas completas ocorridos ao largo de Tavira e publicados em duas ocasiões distintas (Arruda, Frade e Travassos, 1987, p. 125--131; Diogo e Cardoso, 2000, p. 67-79). Ora estes conjuntos mostram a associação entre ânforas de preparados piscícolas gaditanas, como as Dressel 7/11, e as ânforas provenientes do vale do Guadalquivir, que transportaram outros produtos alimentares como o vinho e o *defrutum*, (Haltern 70) ou o azeite (Dressel 20). Verifica-se ainda que esta associação está patente nos três sítios de consumo estu-

dados: *Ossonoba*, *Balsa* e *Baesuri*. Neste contexto, não parece possível defender-se que parte das ânforas chegariam ao sul da Lusitânia vazias e outras com o seu conteúdo vinário ou oleícola.

Sou, portanto, de opinião que o arranque relativamente tardio da produção de preparados piscícolas no território algarvio não fez mais do que prolongar essa tradição anterior de abastecimento de preparados piscícolas por parte de Cádis. A importação de produtos da Bética enquadra-se numa longa tradição anterior que remonta à Idade do Ferro.

As ânforas béticas que chegavam ao litoral algarvio oriundas da Bética traziam efectivamente preparados piscícolas mas não as entendo enquanto parte integrante de um abastecimento de carácter sumptuário, como J. P. Bernardes indicou: o volume e quantidade destes produtos em território algarvio fala por si para negar esta possibilidade, como aliás o mesmo autor reforçou. Defendemos consumos sumptuários para outro tipo de produtos como, por exemplo, o vinho, dada a diversidade de regiões que abasteceram, neste caso concreto as elites balsenses.

Quando refiro o facto destas ânforas poderem ter transportado outro tipo de produtos diferentes dos que se poderiam encontrar localmente, tenho em mente não os produtos que se baseiam em outras espécies piscícolas, uma vez que se trata de uma mesma e única orla costeira. Refiro-me a diferentes qualidades de preparados piscícolas. Esta possibilidade foi avançada por L. Lagóstena em 1996 a respeito da variabilidade de perfis que se encontra nas ânforas Dressel 7/11 de origem gaditana. Segundo este autor a forma Dressel 11, de maior dimensão seria destinada a produtos de pior qualidade ou secundários, dentro da família dos preparados piscícolas, enquanto que o *garum* seria transportado nas ânforas do tipo Beltrán Ib (Lagóstena, 1996, p. 155). M. Ponsich sugere mesmo que o *garum*, o preparado piscícola de melhor qualidade, terá sido transportado noutro tipo de recipientes, como potes (Ponsich, 1988).

García Vargas recordou-nos, a propósito da publicação conjunta (com F. Chaves Tristán) que, igualmente através da tipologia das cunhagens monetárias foi defendido que toda a região, não só a algarvia, mas a que se estende também até ao vale do Sado, seguia os modelos das cecas de Cádis, o que demonstra que se encontrava sob o domínio comercial daquela cidade (García Vargas, Chávez Tristán, 1994, p. 375-392). Contudo, relativamente à questão da presença maioritária das ânforas de preparados piscícolas béticas no sul da Lusitânia quando supostamente a produção local já se teria iniciado, prefere uma posição de maior prudência e considera que não existem ainda bases empíricas materiais que possibilitem a resolução desta problemática.

Em suma, o Algarve mostra uma forte dependência/integração na área de influência da cidade portuária de Cádis. Os diferentes pontos de vista centram-se sobretudo nas modalidades que essa dependência assumiu.

Durante o Baixo Império manteve-se, apesar de ser esta, verdadeiramente, a época de ouro dos preparados piscícolas lusitanos e também dos algarvios, uma percentagem muito significativa de ânforas oriundas da Bética. Este facto mostra que, mesmo quando se multiplicam as *figlinae* lusitanas, os preparados piscícolas béticos continuam em força nos mercados algarvios. Na verdade encontra-se atestada a continuação da produção na Manta Rota e em Olhos S. Bartolomeu de Castro Marim e existe evidência de novos focos de produção de ânforas em S. João da Venda, na Quinta do Lago, no Martinhal ou na área urbana de Lagos. Contudo, à excepção do Martinhal, que se tem revelado cada vez mais tratar-se de um importante centro produtor (Bernardes, 2008; Bernardes *et al.*, no prelo), nos restantes casos trata-se de olarias cuja dimensão das estruturas produtivas se encontra longe de estar definida com precisão.

O peso da presença das ânforas béticas, sobretudo do tipo Keay XVI, é um dado inquestionável que prolonga a importância do porto de Cádis até ao período baixo imperial, mas levanta outras questões. Por um lado, esta é a fase que é tradicionalmente apontada como sendo de crise para produção bética e, por outro lado, o recipiente, por excelência deste período parece ter sido a ânfora Almagro 51c.

Por tudo o que se referiu, o quadro de produção e consumo de preparados piscícolas algarvio é distinto do que se observa no vale do Tejo e no Sado. Nestes locais terá sido também durante o Baixo Império que a produção (anfórica e de preparados piscícolas) mais se desenvolveu, como tão bem testemunha Tróia. É interessante verificar que neste período se encontram nos centros urbanos algarvios ânforas lusitanas originárias do vale do Tejo e do Sado e não apenas algarvias. O mesmo fenómemo é testemunhado em Sevilha, onde García Vargas documenta percentagens elevadas de importações lusitanas, pouco inferiores às béticas (muito mais que africanas e a orientais) mas indica que se trata sobretudo de produtos com origem no vale do Tejo e Sado (García Vargas, 2007, p. 341-342. Isto parece mostrar o vigor e força da produção tagana e sadina face à produção algarvia.

O quadro da dependência interprovincial visto a partir do território algarvio modificou-se de forma significativa no Baixo império. Nesta fase, além da presença de ânforas com origen do seio da Lusitânia (do Algarve e do vale do Tejo e Sado), assinala-se igualmente a presença de contentores com origem no norte de África (Tunísia).

3. MODELOS DE PRODUÇÃO DE PREPARADOS PISCÍCOLAS E ÂNFORAS

É hoje bastante difícil, dada a qualidade da informação disponível, reconhecer o modelo de produção de preparados piscícolas e a sua relação com a produção de ânforas no Algarve romano. Estas realidades encontram-se parcialmente estudadas em outras regiões lusitanas produtoras de preparados piscícolas como

o Vale do Tejo e o vale do Sado encontrando aí formas de organização diferentes das que se registam em solo algarvio.

Não deixa de ser interessante a comparação entre a geografia da produção anfórica e de preparados piscícolas conhecida para o território algarvio e o que se conhece para o vale do Tejo e Sado. À luz dos conhecimentos disponíveis parece evidente que o território algarvio conheceu uma multitude de soluções sem que seja possível reconhecer um modelo dominante. Existem efectivamente sítios em que a relação *villa*/cetária/*figlina* parece registar-se, como seja, por exemplo na Quinta do Lago, o que segundo A. M. Arruda constituiria o modelo dominante. Contudo, a produção de preparados piscícolas é também uma realidade urbana e peri-urbana, como os conjuntos de cetárias da Quinta de Torre de Ares e das Antas (*Balsa*) parecem indicar. Em Faro, existem igualmente notícias do aparecimento de «tanques de salga» na Praça da República (Rosa, 1984, p. 153). Em Cerro da Vila, actualmente considerado um núcleo urbano secundário, as estruturas com tanques, como é o caso da chamada «fábrica H» e «fábrica J» foram relacionadas com a elaboração de produtos à base de recursos marítimos, mas F. Teichner aponta para a produção de púrpura, dadas as características construtivas e os restos faunísticos recolhidos no seu interior (Teichner, 2006, p. 69-82). Em Monte Molião (Lagos) a recente investigação aponta para a existência de tanques, como refere A. M. Arruda, em contexto habitacional e que se destinavam ao consumo local/doméstico. Na base do Monte Molião, como já referimos existe um conjunto de tanques identificados no decurso de uma intervenção de carácter preventivo, que não foram escavados na totalidade e que parecem corresponder a uma unidade de exploração cuja dimensão se desconhece (Bargão, 2008). Os exemplos podiam multiplicar-se mostrando situações muito diferentes.

A produção anfórica, por seu turno, configura uma situação igualmente difícil de enquadrar num modelo interpretativo único seja no que se refere ao período alto imperial seja em época tardo romana. A escassez de dados acerca das estruturas associadas aos locais onde se produziram ânforas dificultam a «classificação» dos sítios onde estas se integraram não resultando claro se correspondem a *villae*, aglomerados urbanos secundários ou outros.

4. EM BUSCA DA ESCALA

As questões levantadas pelo estudo que realizei têm implicações directas no território algarvio mas transcendem-no, em muitos aspectos. Quando se procura tratar algum aspecto da economia antiga não podemos esquecer que esta economia era formada por múltiplas regiões produtoras e consumidoras de distintos produtos (matérias-primas, produtos alimentares, escravos) que constituíram a base de trocas sob modalidades muito diversas. Assim, uma das questões que tem

necessariamente de ser levantada diz respeito ao reconhecimento de qual teria sido a escala da região que hoje corresponde ao território português, na complexa e sofisticada interdependência do mundo provincial romano.

Quando nos questionamos acerca do destino das ânforas lusitanas, de um modo geral, parece cada vez mais necessário recordar o papel do mercado interno regional, no seio da própria província da Lusitânia com alargamento eventualmente a algumas áreas da Bética. Assim, além do abastecimento das *villae*, os exemplos da forte expressão de ânforas de preparados piscícolas nestes sítios é bastante eloquente a este respeito, mas igualmente o abastecimento às cidades. O mercado interno pode portanto ter sido o destino principal da produção de preparados piscícolas lusitanos. A sua difusão através de embarcações com uma distribuição que segue sobretudo as vias naturais dos cursos fluviais justifica a utilização deste tipo de contentores.

Por outro lado, as ânforas lusitanas não se encontram presentes em quantidades significativas, nem no período Alto Imperial nem no Baixo Império, nos principais mercados dos núcleos urbanos da bacia do Mediterrâneo. A sua comercialização está documentada através de diversos naufrágios e tem sido avaliada tendo por base a capacidade produtiva instalada, mas essa produção não se traduz directamente numa forte presença de produtos lusitanos nos centros de consumo das restantes províncias do Império romano.

Certamente que esta é uma realidade em mutação, à medida que novos conjuntos são estudados, mas não é possível continuar a argumentar com o desconhecimento destas morfologias e fabricos por parte dos autores estrangeiros, pois tem havido a possibilidade de se familiarizarem com a realidade das produções lusitanas através da progressiva difusão dos resultados da investigação.

5. PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA

Considero que a valorização e o estudo de conjuntos cerâmicos provenientes de escavações antigas e de outras mais recentes, algumas das quais integradas em projectos de investigação, constitui uma linha de pesquisa que deverá continuar a ser explorada no futuro. É urgente e necessário debruçarmo-nos sobre um cada vez maior volume de documentação que se acumula nos depósitos de museus camarários, nas delegações regionais do IGESPAR ou em sedes de Empresas de arqueologia um pouco por todo o país, pois o seu estudo permite efectivamente a construção de conhecimento histórico sobre o passado do território hoje português, em geral, e algarvio, em particular. Julgo que a investigação que realizei mostrou também que, mesmo perante grandes dificuldades e limitações relativamente à contextualização estratigráfica e cronológica dos materiais, o potencial informativo que as cerâmicas estudadas encerram é inegável.

A avaliação do consumo destas categorias cerâmicas em sítios rurais permitirá compreender os fenómenos de redistribuição a partir dos núcleos urbanos, linha de investigação que J. P. Bernardes sugere que se prossiga. Contudo, e dadas as características da costa algarvia e considerando uma navegação costeira, poderá esperar-se que algumas *villae* apresentem perfis de consumo próprios como parece aliás suceder com o sítio da Quinta do Lago, pela abundância de ânforas norte-africanas.

No futuro deverá igualmente discutir-se o significado económico e social da cerâmica campaniense e da *terra sigillata* e – nos seus diferentes fabricos e origens – interpretando-se o peso destes materiais relativamente a outros com funções idênticas de serviço de mesa, como a cerâmica comum. O estudo da cerâmica comum dos núcleos urbanos (em curso) pretende também perceber qual o peso relativo e as características da produção local/regional algarvia face às importações béticas e norte-africanas. Reconhecer se o perfil de abastecimento da cerâmica comum e perceber se diverge ou não relativamente aos conjuntos anfóricos constitui outra linha que será desenvolvida na sequência de trabalhos já apresentados (Viegas, no prelo).

A leitura da dinâmica evolutiva regional deverá apontar, em meu entender, para o aprofundamento do estudo dos sítios algarvios que recentemente têm mostrado intensa e complexa ocupação. Um bom exemplo desta realidade têm sido os resultados dos trabalhos realizados em Monte Molião e na área urbana de Lagos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a A. M. Arruda não só por me ter cedido para estudo o conjunto cerâmico resultante dos seus trabalhos em Castro Marim, mas também por toda a orientação que me deu no quadro do doutoramento e para além dele.

O estudo dos conjuntos cerâmicos de *Balsa* (Torre de Ares) depositados no MNA só foi possível graças à autorização concedida pelo seu director, Luis Raposo a quem agradeço.

Os materiais de Faro resultaram de escavações realizadas por Dália Paulo e Nuno Beja a quem estou grata por me terem permitido o seu estudo.

O apoio financeiro concedido pelo IGESPAR no quadro do PNTA 2005 permitiu desenvolver algumas actividades que de outro modo não teriam sido possíveis. Sendo igualmente de referir o apoio da Câmara Municipal de Castro Marim, Tavira e Faro.

BIBLIOGRAFIA

ADROHER AUROUX, A. M.; LÓPEZ MARCOS, A. (1996) – Las cerámicas de barniz negro. II. Cerámicas campanienses. *Florentia Iliberitana*. Granada. 7, p. 11-37.

ADROHER AUROUX, A. M.; LÓPEZ MARCOS, A. (2000) – Contextos de barniz negro en la Alta Andalucia entre los siglos II y I a.C. In AQUILUÉ ABADÍAS, X.; GARCÍA ROSELLÓ, J.; GUITART DURAN, J., coords. – *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: Centres productors mediterranis I comercialització a la Península Ibèrica. Taula rodona, Empúries 1998*. Mataró: Museu de Mataró; Empúries:Museu de Catalunya; Universitat Autónoma de Barcelona. p. 149-176.

AGUAROD OTAL, C. (1991) – *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico».

ALARCÃO, J. (1965) – Cerâmica estampada cinzenta de Conimbriga. *O Arquivo de Beja*. Beja. 22, p. 191-196

ALARCÃO, J. (1976) – Les amphores. In ALARCÃO, J. ; ETIENNE, R., eds. – *Fouilles de Conimbriga. VI – Céramiques diverses et verres*. Paris: Diff. E. de Boccard. p. 79-91.

ALARCÃO, J. (1973) – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo. (Historia Mundi; 33).

ALARCÃO, J. (1985) – Sobre a Romanização do Alentejo e Algarve. *Arqueologia*. Porto. 11, p. 99-111.

ALARCÃO, J. (1988a) – *Roman Portugal. Gazetteer. 6. Évora, 7. Lagos, 8. Faro*. Warminster: Aris & Philips Ltd. Vol. II: fasc. 3.

ALARCÃO, J. (1988b) – *O domínio romano em Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa América. (Forum da História).

ALARCÃO, J. (1990a) – Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios. In GORGES, J. G. ed. – *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du Centre Nacional de Recherche Scientifique. (Talence 1988)*. Paris: CNRS. p. 21-34. (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42).

ALARCÃO, J. (1990b) – A produção e a circulação dos produtos. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H .O., dir.; ALARCÃO, J., coord. – *Nova História de Portugal. Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença. p. 409-441.

ALARCÃO, J. (2005a) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 293-311.

ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1990) – *Les Villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.

ALARCÃO, J.; DELGADO, M. ; MAYET, F., ALARCÃO, A. ; PONTE, S. (1976) – *Céramiques diverses et verres.* In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R., eds. – *Fouilles de Conimbriga VI.* Paris: Diff. E. de Bocard.

ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. C.; GONÇALVES, A., coord. (2010) – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (*Stvdia Lusitana*; 5).

ALFENIM, R.; LOPES, M. C. (1994) – A *villa* romana do Monte da Cegonha. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana. Actas del Encuentro Internacional de Arqueología del suroeste*. Huelva: Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste. p. 485-502.

ALMEIDA, M. J. ; CARVALHO, A. (1998) – As ânforas da uilla romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Sines): resultados de 1990-1998. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 2, p. 137-163.

ALMEIDA, M. J. ; CARVALHO, A. (2004) – Vias e circulação de produtos no SW do «conuentus emeritensis»: o exemplo da Quinta das Longas (Elvas, Portugal). In GORGES, J.-G., CERRILLO, E. e NOGALES , T. (coord.) – *V Mesa redonda internacional sobre Lusitania romana: las comunicaciones*. Cáceres: Facultad de Filosofía y Letras. p. 369-389.

ALMEIDA, R. R. (2006) – *As produções anfóricas do Guadalquivir no quadro das importações de Scallabis. Contributo para o conhecimento dos tipos minoritários no Ocidente Peninsular*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado. Policopiado.

ALMEIDA, R. (2008) – *Ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación*

al conocimiento de los tipos minoritarios. Barcelona: Universidade de Barcelona. (Coll. Instrumenta; 28).

ALVES, C. S. (2010) - *A cerâmica campaniense de Mesas do Castelinho*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado. Policopiado. Disponível no repositório da UL: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/2994

ALVES, F. J. S.; DIOGO, A. D.; REINER, F. (1990) – A propósito dos fornos de cerâmica lusitano-romanos de S. Bartolomeu do Mar. In ALARCÃO, A.; MAYET, F. eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Coimbra; Paris: Museu Monográfico de Conimbriga. p. 193-198. Actas das Jornadas de estudo. Conimbriga, 1988.

AMELA VALVERDE, L. (2004) – Sobre Salacia y otras apreciaciones acerca de algunas cecas de la Hispania occidental. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 243-264.

ANDREOTTI, G.; GARCÍA QUINTELA, M. V.; GÓMEZ ESPELOSÍN, J. (2007) -*Estrabón. Geografía de Iberia*. Traducción de Javier Gómez Espelosín; Presentationes, notas y comentarios de Gonzalo Cruz Andreotti; Marco V. García Quintela; Javier Gómez Espelosín. Madrid: Alianza Editorial. p. 44-66. (Clásicos de Grecia y Roma).

AQUILUÉ ABADÍAS, X. (2003) – Estado actual de la investigación de la terra sigillata africana en la Península Ibérica en los siglos VI-VII. In CABALLERO, L.; MATEOS P.; RETUERCE, M., eds. – *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica – Ruptura y Continuidad*. Madrid: CSIC; Instituto de Arqueologia de Mérida. p. 11-20. (Anejos de Arquivo Español de Arqueologia; 28).

ARRUDA, A. M. (1988) – Nota sobre a ocupação romana – republicana do Castelo de Castro Marim. In *Actas do 5.º Congresso do Algarve*. Silves: Racal Clube.Vol. 1, p. 13-17.

ARRUDA, A. M. (1997) – *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.

ARRUDA, A. M. (1999) – O Algarve nos séculos V e IV a.C. In MARQUES, M. G. M. M., ed. – *O Algarve da antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*. Lisboa: Colibri. p. 23-31.

ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Barcelona: Publicaciones del laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 5-6).

ARRUDA, A. M. (2000) – *Fenícios e o mundo indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VIII-VI a.C.). Em torno às histórias possíveis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento. Policopiado.

ARRUDA, A. M. (2002) – 79. Ânfora Dressel 6. In ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, M. J., eds. – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Catálogo da exposição.

ARRUDA, A. M. (2003) – Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1ª Idade do Ferro. In MAIA, M. [et al.], coord. – *Tavira. Território e poder,*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Tavira. p. 51-56. Catálogo da exposição.

ARRUDA, A. M. (2005) – O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 23, p. 9-156

ARRUDA, A. M. (2006)- Os recursos marítimos na economia da Idade do Ferro do Sul de Portugal. In *Actas da I Conferencia Internacional sobre la historia de la pesca en el ámbito del estrecho*. Sevilha: Junta de Andalucía. p. 383-406.

ARRUDA, A. M. (2007a) – Laccobriga e o seu território. A ocupação romana na baía de Lagos. In *Laccobriga. A ocupação romana na baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal. p. 7-47.

ARRUDA, A.; ALMEIDA, R. R. (1998) – As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém. *Conimbriga*. Coimbra. 37, p. 201-231.

ARRUDA, A.; ALMEIDA, R. R. (1999) – Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In *Actas da IIIe Table ronde sur la Lusitanie romaine, (Madrid, 1 e 2 de Dezembro 1997)*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 307-337.

ARRUDA, A. M.; BARGÃO, P.; SOUSA, E. (2005) – A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 177-208.

ARRUDA, A. M.; DIAS A. C. (1985) – O sítio romano-árabe da Lezíria: 1. A terra sigillata itálica e sudgálica. *Conimbriga*. Coimbra. 24, p. 111-124.

ARRUDA, A. M.; FABIÃO, C. (1990) – Ânforas da Quinta do Lago (Loulé). In ALARCÃO, A.; MAYET, F., eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio. Actas das Jornadas de estudo. (Conimbriga 1988)*. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga; Paris: De Boccard, p. 199-213.

ARRUDA, A. M.; FRADE, I.; TRAVASSOS, J. (1987) – Duas ânforas romanas de Cacela (Vila Real de Santo António). *Conimbriga*. 26. Coimbra, p. 125-131.

ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T. (2006) – O Castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V A.N.E. In JIMÉNEZ, J., ed. – *Siderium Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante*. Mérida: CSIC. p. 429-446. (Anejos Archivo Español de Arqueologia; XLVI).

ARRUDA, A. M.; FREITAS, V.; OLIVEIRA, C. F. (2007) – Os fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim. In LÓPEZ CASTRO, J. L., ed. – *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Almeria: Universidad de Almeria; Centro de Estudios Fenicio y Púnicos. p. 459-482.

ARRUDA, A. M.; GONÇALVES, L. J. (1993) – Sobre a Romanização do Algarve. In *Actas do II Congresso peninsular de História Antiga (1990)*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 455-465.

ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARGÃO, P.; LOURENÇO, P. (2008) – Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. *Xelb*. Silves. 8: I, p. 137-168. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P.; PEREIRA, R. (2006a) – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 153-176. Simpósio Internacional «Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet», Setúbal, Maio 2004.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2006b) – Ânforas Lusitanas da Alcáçova de Santarém. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 233-252. Simpósio Internacional «Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet», Setúbal, Maio 2004.

ASSIS, C. A.; AMARO, C. (2006) – Estudos dos restos de peixe de dois sítios fabris de Olisipo. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 123-144. Simpósio Internacional «Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet», Setúbal, Maio 2004.

BARGÃO, P. (2008) – Intervenção de emergência no Monte Molião: primeiras leituras. *Xelb*. Silves. 8: I, p. 169-190. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve.

BELTRÁN LLORIS, M. (1990) – *Guía de la Cerámica Romana*. Zaragoza: Libros Pórtico.

BERNAL CASASOLA, D. (2006) – La industria conservera romana en el «Círculo del Estrecho». Consideraciones sobre la geografía de la producción. In *L'Africa romana XVI, (Rabat 2004)*. Roma: [s. n.]. p. 1351-1394.

BERNAL CASASOLA, D. (2000) – La producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el Bajo Imperio Romano. In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae, Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*, (*Sevilla-Écija Dezembro 1998)*. Écija: Editorial Gráficas Sol. p. 239-372.

BERNARDES, J. P. (2008) – O centro oleiro do Martinhal. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve. Xelb. 8. Silves, p. 191-212.

BERNARDES, J. P. ; MORAIS, R.; PINTO, I. V.; DIAS, R. (no prelo) – A olaria baixo-imperial do Martinhal, Sagres (Portugal). In *Actas do 1.º Congresso Internacional da SECAH (Cádis, 2011)*.

BERNI MILLET, P. (2007) – *Análisis y estructuración de los sellos en ánforas olearias de la Bética*. Barcelona: Universidade de Barcelona. Tese de doutoramento.

BONIFAY, M. (2004a) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archaeopress. (BAR Int. Series ; 1301).

BONIFAY, M., (2004b) – Amphores de tradition punique du Golf d'Hammamet. In BEN ABED, A. ; GREISHEIMER, M, dir. – *La nécropole romaine de Pupput*. Rome: École Française de Rome. p. 197-229.

BONIFAY, M.; CAPELLI, C.; MARTIN, T.; PICON, M.; VALLAURI, L. (2002-2003) – Le littoral de la Tunisie, étude géoarchéologique et historique

(1987-1993): la céramique. *Antiquités Africaines*. Paris. 38-39, p. 125-202.

BOURGEOIS, A. ; MAYET, F. (1991) – *Fouilles de Belo. VI. (Les sigillées)*. Madrid : Casa de Velázquez. (Collection de la Casa de Velázquez; 34. Archéologie ; XIV).

BRUN, J. P. (1997) – Production de l'huile et du vin en Lusitanie Romaine. *Conimbriga*. Coimbra. 36, p. 45-72.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; HUGUET ENGUITA, E. (2008) – Las cerámicas «Tipo Peñaflor». In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA i LACOMBA, A., eds. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la questión*. Cádiz: Universidad de Cádiz; Fundación Pouroulis. p. 297-306.

CAEIRO, J. O. S. (1976-1977) – Marcas de oleiro em «Terra Sigillata» itálica do Castelo das Guerras (Moura). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. II-III, p. 419-422.

CARDOSO, G. (1978) – Ânforas romanas no Museu do Mar (Cascais). *Conimbriga*, Coimbra. 17, p. 63-78.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SPÚLVEDA, E., (2006) – A olaria romana de Peniche, In *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 253-278. Simpósio Internacional «Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet» Setúbal, Maio 2004.

CARRERAS MONFORT, C. (2004) – Estat de la qüestió sobre els continguts de les àmfores Haltern 70. In CARRERAS MONFORT, C. [et al.] – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya; Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya. p. 117--119.

CARRERAS MONFORT C.; FUNARI, P. P. A. (1998) – *Britannia y el Mediterráneo: Estudios sobre el abastecimiento de aceite bético y africano en Britannia*. Barcelona: Servei de Publicacions de la Universitat de Barcelona.

CARTE des limites anciennes de la Lusitanie romaine (1990). In GORGES, J.G.-, ed. – *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du Centre Nacional de Recherche Scientifique. (Talence 1988)*. Paris: CNRS. (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42).

CARVALHO, A. (1999) – Evidências arqueológicas da produção de vinho nas villae romanas do território português. Gaínhas de uva, alfaias vitícolas e lagares de vinho. In GORGES, J. G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., eds. – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 361-390 (Coll. de la Casa de Velázquez; 65).

CATARINO, H. (1999) – A chegada dos árabes à Península Ibérica: A invasão de Tarique em 711 e a ocupação do território. In MARQUES, M. G. M., ed. – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Colibri. p. 61-67.

CATARINO, H. (2002) – Castelos e território omíada na *kura* de Ossonoba. In FERNANDES, I. C. F., ed. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Colibri; Câmara Municipal de Palmela. p. 29-44. Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, 2001.

CHAVES TRISTÁN, F.; GARCÍA VARGAS, E. (1994)- Gadir y el comercio atlántico a través de las cecas occidentales de la Ulterior. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana: actas del Encuentro Internacional de Arqueología del suroeste [(celebrado en) Huelva y Niebla, 25 a 27 de febrero de 1993]*. Huelva: Universidad de Huelva. p. 375-392.

CHIC GARCÍA, G. (2005) – Marco Aurelio y Cómodo. El Hundimiento de un Sistema Económico. In *II Congreso Internacional de Historia Antigua. La Hispania de los Antoninos (98-180)*. Valladolid: [s. n.]. p 567-586.

COELHO, A. Borges (2008) – *Portugal na Espanha árabe*. Lisboa: Caminho.

CRUZ ANDREOTTI, G. (2007) – Estrabón y la tradición geográfica. In *Estrabón. Geografía de Iberia*. Traducción de J.Gómez Espelosín; presentaciones, notas y comentarios de G. Cruz Andreotti, M. V. García Quintela, J. Gómez Espelosín – Madrid: Alianza editorial. p. 44-66. (Clásicos de Grecia y Roma).

DELGADO, M. (1968) – *Terra sigillata* clara de museus do Alentejo e Algarve. *Conimbriga*. Coimbra. 7, p. 41-65.

DELGADO, M. (1992) – Cerâmicas romanas tardias de Mértola originárias do Médio Oriente. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 1, p.125-133.

DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. M. (1975) – Les sigillées. In ALARCÃO, J. ; ÉTIENNE, R., dir. – *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diffusion E. de Boccard. Vol. 4.

DIAS, M. M. A. (2005) – A epigrafia romana. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., coords. – *Construindo a Memória. Colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Museu Arqueológico do Carmo; Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 220-233.

DIAS, M. M. A. (1993) – Epigrafia. In TORRES, C. [et al.] – *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*. Mértola: Campo arqueológico de Mértola.

DIAS, V. F. S. (2010) – *A cerâmica campaniense de Monte Molião*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado. Policopiado. Disponível no repositório da UL: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3020

DIOGO, A. M. D. (1980a) – Marcas de terra sigillata sudgálica em Portugal. *GECA*. Lisboa. Policopiado.

DIOGO, A. M. D. (1980b) – Marcas de terra sigillata itálica em Portugal. *GECA*. Lisboa. Policopiado.

DIOGO, A. M. D. (1999a) – Ânforas provenientes de achados marítimos na costa portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 1, p. 235-248.

DIOGO, A. D. (1999b) – Ânforas romanas de Miróbriga. O *Arquivo de Beja*. Beja. S. 3, 10, p. 15-27.

DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P. (1992) – Cerâmica campaniense proveniente da Foz do Arade (Portimão). *Artefactos*. Lisboa. 1, p. 9-11.

DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P. (2000a) – Ânforas béticas provenientes de um achado marítimo ao largo de Tavira, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 67-79.

DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P.; REINER, F. (2000b) – Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 81-118.

DIOGO, A. M. D.; COSTA, J. M. (1996) – Elementos sobre a produção de ânforas e a transformação piscícola em Sines durante a época romana. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M., coords. – *Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos estuários do Tejo e do Sado – Ocupação dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote; Câmara Municipal do Seixal. p. 107-110.

DIOGO, A. M.D.; MONTEIRO, A. J. N. (1999) – Ânforas romanas de «Villa Cardílio», Torres Novas. *Conimbriga*. 38. Coimbra, p. 201-214.

DIOGO, A. M.; MARTINS, A. S. (2001) – Ânfora proveniente de um achado marítimo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4. 19, p. 57-64.

DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1998) – Uma perspectiva sobre Tróia a partir das ânforas. Contribuição para o estudo da produção e circulação das ânforas romanas em território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4., 16, p. 187--220.

EDMONSON, J. C. (1987) – *Two industries in Roman Lusitania: mining and garum production*. Oxford : Archaeopress. (BAR Int. Series ; 362).

ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do conventus pacensis: subsídios para o estudo da romanização*, 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ENCARNAÇÃO, J. d' (2003) – Quão importantes eram as gentes ! In MAIA, M. [et al.], coords. – *Tavira. Território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Tavira. p. 95-104. Catálogo da exposição.

ENDOVÉLICO. Base de dados de sítios arqueológicos portugueses [Em linha]. Lisboa: IGESPAR. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em <http://www.igespar.pt>

ESTRELA, S. (1999) – Monte Molião, Lagos: intervenção de emergência (1998) e problemas de gestão do património em sítios arqueológicos classificados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 1, p. 199-234.

ÉTIENNE, R. (1990) – Le culte impérial, vecteur de hierarchisation urbaine. In *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du Centre Nacional de Recherche Scientifique. (Talence 1988)*. Paris: CNRS. p. 215--231. (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42).

ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1994) – *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.

ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1993-1994) – La place de Lusitanie dans le commerce méditerranéen. *Conimbriga*. Coimbra. 32 – 33, p. 201-218.

ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (2002) – *Salaisons et sauces de poisson hispaniques*. Paris: Diff. E. de Boccard.

ÉTIENNE, R. ; MAYET, F. (2006) – Conclusions. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 331-336. Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet.

FABIÃO, C. (1987) – Ânforas romanas republicanas de um depósito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4., 5, p. 125-148.

FABIÃO, C. (1989a) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: UNIARQ. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. (Cadernos da UNIARQ; 1).

FABIÃO, C. (1992-1993) – Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve. *Studia Historica. Historia Antigua*. Salamanca. 10-11, p. 227-252.

FABIÃO, C. (1993-1994) – O Azeite da Bética na Lusitânia. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 219--245.

FABIÃO, C. (1994a) – As Ânforas. In *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura; Museu Nacional de Arqueologia; Instituto Português de Museus. p. 17-36.

FABIÃO, C. (1994b) – Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve. In GORGES, J.-G.; SALINAS de FRÍAS, M., eds. – *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitats. Table ronde internationale (Salamanca, 1993)*. Madrid; Salamanca: Casa de Velázquez, p. 227-252. (Collection de la Casa de Velázquez. 47).

FABIÃO, C. (1996b) – O Comércio dos produtos da Lusitania transportados em Ânforas no Baixo Império. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C., coord. – *Actas das primeiras jornadas sobre a romanização dos estuários do Tejo e do Sado. Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote; Câmara Municipal do Seixal. p. 229-342.

FABIÃO, C. (1997a) – Exploração dos recursos marinhos. Catálogo da exposição. In ALARCÃO, A., ed. – *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Instituto Português de Museus; Museu Nacional de Arqueologia. p. 35-58.

FABIÃO, C. (1998b) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 1, p. 169-197.

FABIÃO, C. (1999) – O Algarve romano. In MARQUES, M. G. M., ed. – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Colibri, p. 33-51.

FABIÃO, C. (2000a) – Sobre as mais antigas ânforas «romanas» da Bética no ocidente peninsular. In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae, Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano(Écija e Sevilha, Dezembro de 1998)*. Écija: Editorial Graficas Sol. p. 665-682.

FABIÃO, C. (2000b) – O Sul da Lusitânia (Algarve Português) e a Bética: concorrência ou complementaridade? In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae, Conservas, aceite y vino de la bética en el Imperio romano(Écija e Sevilha, Dezembro de 1998)*. Écija: Gráficas Sol. p. 717-730.

FABIÃO, C. (2003b) – O Serro do Cavaco (Tavira). In MAIA, M. [et al.], coords. – *Tavira. Território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Tavira. p. 77-81.Catálogo da exposição.

FABIÃO, C. (2004a) – Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., eds. – *Actas del Congreso Internacional Figlinae Beticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana(ss. II a.C – VII d.C.) (Cádiz, Noviembre 2003)*. Oxford : Achaeopress. p. 379-410. (BAR Int. series; 1266).

FABIÃO, C. (2007) – Estácio da Veiga e a exploração de recursos marinhos no Algarve, em época romana. *Xelb*. Silves. 7, p. 131-142. Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga.

FABIÃO, C.; ARRUDA, A. M. (1990) – Ânforas de S. João da Venda (Loulé). In ALARCÃO, A.; MAYET, F. eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio. Actas das Jornadas de estudo. (Conimbriga 1988)*. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga; Paris: De Boccard. p. 215--224.

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1996) – A Cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *OPHIUSSA*. Lisboa. 0, p. 109-131.

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2004) – Epigrafia anfórica lusitana. Uma perspectiva. In REMESALRODRÍGUEZ, J. ed. – *Epigrafía Anfórica*. Barcelona: Universidade de Barcelona. p. 221-244. (Coll. Instrumenta; 17).

FABIÃO, C. ; GUERRA, A. (2010) – Mesas do Castelinho (Almodôvar): A case of a failed Roman town in southern Lusitania. In CORSI, C.; VERMEULEN, F., eds. – *Changing Landscapes. The impact of Roman towns in the Western Mediterranean, Proceedings of the international colloquium, Castelo de Vide-Marvão. 15th-17th May* 2008. Évora: Universidade de Évora; Bolonha: Ante Quem. p. 325-346. (Ricerche. Series maior; 1).

FARIA, A. M. (1995) – Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português. In GARCÍA-BELLIDO, M. P.; CENTENO, R. M. S. eds. – *La moneda Hispánica. Ciudad y territorio*. Madrid: CSIC. p. 143-153. (Anejos de Arquivo Español de Arqueologia; XIV).

FARIA, A. M. (1997) – Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio. In BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. p. 361-371.

FARIA, A. M. (1999) – Recensão de CASTILLO, Carmen – Vestigia antiquitatis: escritos de epigrafía y literatura romanas. Scripta a sodalibus collecta. In honorem Carmen Castillo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa 2: 1, p. 264--266.

FILIPE, V. (2008) – *As ânforas do Teatro romano de Lisbo*a. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado. Policopiado. Disponível no Repositorio da UL : http://repositorio.ul.pt/handle/10451/471

GAMITO, T. J. (1994b) – *Ipses* (Vila Velha, Alvor). In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 213-218.

GARCÍA MORENO, L. (1972) – Colonias de comerciantes orientales en la Peninsula Iberica. S. V-VII. *Habis*. Sevilha. 3, p. 127-154.

GARCÍA VARGAS, E. (1996) – La producción anfórica en la Bahía de Cádiz durante la República como índice de romanización. *Habis*. Sevilha. 27, p. 49-57.

GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La producción de ánforas en la Bahía de Cádiz en época romana (siglos II a.C. – IV d.C)*. Écija: Editorial Gráficas Sol.

GARCÍA VARGAS, E. (2007) – Hispalis como centro de consumo desde época tardorrepublicana a la Antiguedad tardía. El testimonio de las ánforas. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdova.18, p. 317-360.

GARCÍA VARGAS, E. (2009) – Las ánforas republicanas de *Hispalis* (Sevilla) y la «cristalización» del repertorio anfórico provincial. In CRUZ--AUÑÓN BRIONES, R.; FERRER ALBELDA, E., eds. – *Estudios de Prehistoria y Arqueología en Homenaje a Pilar Acosta Martínez*. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla. p. 437-464.

GARCÍA VARGAS, E. (2010) – Formal Romanisation and Atlactic projection of amphorae from the Guadalquivir Valley. In CARRERAS MONFORT, C. ; MORAIS, R. eds. – *The Western Roman Atlantic Façade. A study of the economy and trade in the Mar Exterior from the Republic to the Principate*. Oxford: Archaeopress. (BAR Int. Ser. ; 2162). p. 55-65.

GARCÍA VARGAS, E. (e. p.) – Producciones anfóricas tardorrepublicanas y tempranoaugusteas del valle del Guadalquivir. Formas y ritmos de la romanización en turdetania a través del artesanado cerámico. In BERNAL CASASOLA D.; RIBERA I LACOMBA, A., eds. – *Cerámicas hispanorromanas II*.

GARROTE, E.; MARIMÓN, P. (2004) – Geografia del transport. In CARRERAS MONFORT, C. [et al.] – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya; Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya. p. 83-92.

GENIN, M. (2006) – La sigillée marbrée des ateliers de la Graufesenque: État de la question. In *SFECAG, Actes du Congrés de Pézenas*. Marseille: SFECAG. p. 231-243.

GENIN, M.; DEJOIE, C.; PARSEVAL, P. de; RELAIX, S.; SCHAAD, D.; SCHENCK-DAVID, J.-L.; SCIAU, P. (2007) – *La Graufesenque (Millau, Aveyron)*. II. *Les sigillées lises et autres productions*.

Santander, Cantabria: Éditions de la Fédération Aquitania. (Études d'Archéologie urbaine).

GENIN, M.; SCHENK-DAVID, J.-L. (2007) – Les Timbres. In GENIN, M. [et al.] – *La Graufesenque (Millau, Aveyron).II. Les sigillées lises et autres productions*. Santander, Cantabria: Éditions de la Fédération Aquitania. (Études d'Archéologie urbaine).

GOMES, A. (1998) – *Moedas do território português antes da fundação da nacionalidade (hispano--romanas)*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.

GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (1981-1983) – Novas Moedas Hispânicas de *Balsa* e *Ossonoba*. *Nummus.* Porto. 2ª Série, vol. 4-6, p. 155-182.

GOMES, M. V.; GOMES, R.; BEIRÃO, C. (1986) – O Cerro da Rocha Branca (Silves). Resultados preliminares de três campanhas de escavação. In *Actas do IV Congresso do Algarve (Montechoro, 1986)*. Silves: Racal Clube. p. 77-83.

GOMES, R. V.; SERRA, M. (1996) – Loulé Velho (Quarteira, Loulé). Resultados da Primeira campanhade escavações arqueológicas. *Al- Ulyã*. Loulé. 5, p. 25-51.

GRAEN, D. (2007) – O sítio da Quinta de Marim (Olhão) na época tardo-romana e o problema da localização da *Statio Sacra*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10: 1, p. 275-288.

GUERRA, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.

GUERRA, A. (2006) – As fontes clássicas relativas ao território do actual Algarve: uma perspectiva crítica sobre o seu contributo histórico. *Xelb.* Silves. 6: 1, p. 329-338. Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve.

GUERRA, A. (2007) – Recensão de CANFORA, L. – The true history of the so-called Artemidorus Papyrus, with an Interim Text. *CADMO. Revista de História Antiga.* Lisboa. 17, p. 319-322.

HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman pottery*. Londres: The British School at Rome.

HAYES, J. W. (1980) – *Late Roman pottery. Supplement.* Londres: The British School at Rome.

HAYES, J. W. (1985) – Sigillate oriental. In *Atlante II. Enciclopedia dell'Arte Antica, Atlante delle forme ceramiche II, ceramica fina romana nel Bacino del Mediterraneo. (Tardo elenismo e Primo Impero*). Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana. p. 1-96.

HAYES, J. W. (2001) – Les sigillées orientales. In LÉVÊQUE, P.; MOREL, J.-P., dir., GENY, E. ed. – *Céramiques Héllénistiques et romaines*. Paris: Belles-Lettres. p. 145-160.

HAUSCHILD, Th. (1984) – A *villa* romana de Milreu, Estói (Algarve). *Arqueologia*. Porto. 9, p. 94-104.

HAWTHORNE, J. J. (1997) – Post-processual economics: The role of African Red Slip Ware vessel volume in Mediterranean demography. In *TRAC 96: Proceedings of the 6th annual meeting of the Theoretical Roman Archaeology Conference.* Shefield: Oxbow. p. 29-54.

INÁCIO, I. Mª. B. (2005) – *A necrópole de Vale de Condes, Alcoutim no contexto da antiguidade tardia do Algarve*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado. Policopiada.

JORGE, A. M. C. M. (2002) – *L'episcopat de Lusitanie pendent l'Antiquité tardive (IIIe – VIIe siècles)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 21).

KEAY, S. (1984) – *Late Roman amphore in the western Mediterranean. A tipology and economic study: the Catalan evidence*. Oxford: Archaeopress. (BAR Int. Series; 196).

KEAY, S. (1988) – *Roman Spain.* Londres: British Museum Publications. (Col. Exploring the Roman world).

KRAMER, B. (2005) – El nuevo papiro de Artemidoro. In DE HOZ, J.; LUJÁN, E. R.; SIMS--WILLIAMS, P., eds. – *New approaches to Celtic place-names in Ptolemy's Geography*. Madrid: Ediciones Clásicas. p. 19-31.

KRAMER, B. (2006) – La Península Ibérica en la Geografía de Artemidoro de Éfeso. In CRUZ ANDREOTTI, G.; Le ROUX, P.; MORET, P., eds. – *La invención de una geografía de la Península Ibérica, I. La época republicana*. Málaga; Madrid: Casa de Velázquez. p. 97-114

LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996a) – *Alfarería romana en la bahía de Cadiz*. Cádiz: Universidad de Cádiz; Publicaciones del Sur.

LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996b) – Explotación del salazón en la Bahía de Cádiz en la Antigüedad: Aportatión al conocimiento de su evolución a través de la produción de las ánforas Mañá C. *Florentia Iliberritana*. Granada. 7, p. 141-169.

LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La produccón de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universidade de Barcelona. (Coll. Instrumenta; 11).

LEEUWAARDEN, W.; JANSEN, C. R. (1985) – A preliminary palynological study of peat deposit nearan oppidum in the lower tagus valley. In *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*. Lisboa: Grupo de Trabalho para o estudo do Quaternário. Vol. 2, p. 225-235.

LIOU, B. (1973) – Direction des recherches archéologiques sous-marines. *Gallia*. Paris. 31, p. 571-608.

LIOU, B. (1988) – Le contenu des amphores, typologie et epigraphie: quelques cas aberrants ou embarrassants. In *SFECAG*. *Actes du Congrés d'Orange*. Marseille: SFECAG. p. 171-176.

LONG, L. (1987) – Les épaves de Grand Congloué. Étude du journal de fouille de Fernand Benoit. *Archaeonautica*. 7, p. 9-36.

LOPES, M. C. (1994) – *A sigillata de Represas (Colecção F. Nunes Ribeiro). Tratamento informático*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

LOPES, V. (2006) – O território de Mértola e as vias de comunicação no período romano. In *Actas das I Jornadas As vias do Algarve da Época Romana à Actualidade*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal; CCDR Algarve. p. 46-53.

LUÍS, L. (2003a) – *As cerâmicas campanienses de Mértola*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 27).

LUÍS, L. (2003b) – Ânforas republicanas de Mata-Filhos (Mértola). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 363-382.

LUZIA, I. (2004) – O sítio arqueológico de «Loulé Velho». *Al-ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*. 10, p. 43-131.

MACIAS SOLÉ, J. M.; REMOLÀ VALLVERDU, J. A., (2000) – Tarraco Visigoda: caracterización del material cerámico del siglo VII dC. In *V Reunión de Arqueologia Cristiana Hispánica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans;Universitat de Barcelona; Universitat Autónoma de Barcelona; Murcia: Universidad de Murcia; Cartagena: Museo Arqueológico de Cartagena. p. 485-497.

MACIEL, J. (1996) – *Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: Colibri.

MADRID BALANZA, M. J.; MURCIA MUÑOZ, A. J.; SANTAELLA PASCUAL, F. (2000) – Cerámicas importadas de los siglos VI-VII en las termas romanas de la Calle Honda, Cartagena. In *V Reunión de Arqueologia Cristiana Hispánica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans; Universitat de Barcelona; Universitat Autónoma de Barcelona; Murcia: Universidad de Murcia; Cartagena: Museo Arqueológico de Cartagena. p. 351-382.

MAIA, M. A. F. (1987) – *Romanização do Território hoje português a Sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo de assimilação e integração socio-cultural. 210-14 d.C.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento. Policopiado.

MAIA, M. G. P. (1974) – Cerâmica fina Oriental de Troia de Setúbal: Late Roman C Ware. In *III Congressso Nacional de Arqueologia*. Porto: Junta Nacional de Educação. 1, p. 333-341.

MAIA, M. G. P. (1976-77) – *Sigillata* (Paleocristã) cinzenta de Tróia, Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 411-418.

MAIA, M. G. P. (1978) – Contributos para as Cartas de Distribuição em Portugal de «*sigillata* Luzente» e de «Late Roman C Ware». In *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*.Lisboa: AAP.1, p. 295-307.

MAIA, M. G. P. (1979) – As ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim. *Clio*. Lisboa. 1, p. 141-144.

MAIA, M. G. P. (2003) – Fenícios em Tavira. In MAIA, M. G. P. [et al.], coords. – *Tavira. Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Tavira. p. 57-72.

MAIA, M. G. P. (2006) – A pesca, a actividade conserveira e as ânforas de Tavira. In *Historia de la pesca en el ámbito del estrecho. I Conferencia internacional, (Puerto de Santa María Cádiz, Junho de 2004)*. Cádis: Junta de Andalucía; Instituto de Investigación y Formación Agraria y Pesquera. p. 455-487.

MAIA, M. G. P. ; MAIA, M. (1978) – *Relatório da Campanha de escavações realizada em Torre de Ares (Tavira) entre 24 de Outubro e 25 de Novembro de 1977*. Disponível no IGESPAR.

MALFITANA, D.; POBLOME, J.; LUND, J. (2005) – Eastern sigillata A in Italy. A socio-economic evaluation. *BABesh*. Leuven. 80, p. 199-212.

MANTAS, V. (1990) – As cidades marítimas da Lusitânia. In GORGES, J.G.-, eds. – *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du Centre Nacional de Recherche Scientifique. (Talence 1988)*. Paris: CNRS. p. 149-205. (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42).

MANTAS, V. (1997a) – As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve Romano. In BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. p. 283-309

MANTAS, V. (1997b) – Os caminhos da serra e do mar. In BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. p. 311-325.

MANTAS, V. (1999) – As Villae marítimas e o problema do povoamento português na época romana. In GORGES, J.-G. e GÉRMAN, F., eds. – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velazquez. p. 135-156.

MANTAS, V. (2003) – A cidade de Balsa. In MAIA, M. G. P. [et al.], coords. – *Tavira. Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Tavira. p. 85-94.

MARLIÈRE, E.; TORRES COSTA, J. (2005) – Tonneaux et amphores à Vindolanda: contribution à la connaissance de l'approvisionnement des troupes stationnées sur le mur d'Hadrien (II). In BIRLEY, A.; BLAKE, J., eds. – *Vindolanda. The excavations of 2003/2004*. Durham: The Vindolanda Trust. p. 214-236.

MARTIN, T. (2005) – Périple Aquitain, commerce Transpyrénéen et diffusion Atlantique des céramiques sigillées de Monstans en direction des marchés du Nord et du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique. In NIETO, A.; ROCA ROUMENS, M.; VERNHET, A.; SCIAU, P. eds. – *La difusió de la terra sigillata sudgàl·lica al Nord d'Hispania.*. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. p. 21-62. (Monografies; 6).

MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, F. (1989) – Las cerámicas béticas de imitación tipo Peñaflor: bases para el estudio de un nuevo grupo cerámico de época altoimperial. *Boletín de la Associación Española de amigos de la Arqueología*. Madrid. 26, p. 60-65.

MARTIN-KILCHER S. (1983) – Les amphores romaines à huile de Bétique (Dressel 20 et 23) d'Agust (Colonia Augusta). Un rapport préliminaire. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; REMESAL RODRÍGUEZ, J., eds. – *Producción y Comercio del aceite en la Antigüedad. II Congreso Internacional*. Madrid: [s.n.]. p. 337-347.

MARTIN-KILCHER, S. (1987) – *Die Römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst. Ein Beitrag zur römischen Handels- und Kulturgeschichte. 1: Die Südspanischen Ölamphoren (Gruppe 1)*. Augst: Römermuseum Augst.

MARTIN-KILCHER, S. (1994) – *Die Römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst, Ein Beitrag zur römischen Handels- und Kulturgeschichte. 2: Die Amphoren für Wein, Fischsauce, Südfrüchte (Gruppen 2-24) und Gesamtauswertung (mit einem Beitrag von Markus Schaub)*. Augst: Römermuseum Augst.

MARTIN-KILCHER S. (2005) – Carthage: imported eastern amphorae in the Roman Colonia Iulia. In BRIESE, M. B.; VAAG, L. E., eds. – *Trade relations in the Eastern Maditerranean from the Hellenistic period to Late antiquity: the ceramic evidence*. Odense: University Press of Southern Denmark. p. 202-220. (Halicarnassian Studies; III).

MAYET, F. (1978) – Les importations de sigillées à Mérida au Ier siécle de notre ère. (Sigillées italiques et gauloises). *Conimbriga*. Coimbra. 17, p. 80-100.

MAYET, F. (1984) – *Les céramiques sigillées Hispaniques: contribution à l'histoire économique de la Péninsule Iberique sous l'Empire Romain*. Bordeaux: [s.n.]. (Coll. de la Maison des Pays Ibériques; 21).

MAYET, F. (2006) – Postface. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 337-341. Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal, Maio 2004.

MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002) – *L'Atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.

MAYET, F.; SCHMITT, A. (1997) – Les amphores de São Cucufate (Beja). In ÉTIENNE , R.; MAYET, F., eds. – *Itinéraires lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française*. Paris: Diff. E. de Boccard. p. 71-109.

MEES, A. (1995) – *Modelsignierte Dekorationen auf sudgallischer terra sigillata*. Stuttgart: Theiss.

MEES, A. (2007) – Diffusion et datation des sigillées signées et décorées de La Graufesenque en Europe. L'influence de l'armée sur l'évolution du pouvoir d'achat et du commerce dans les provinces romaines. In *SFECAG, Actes du Congrés de Langres*. Marseille: SFECAG. p. 145-208.

MOLINA VIDAL, J. (1997) – *La dinámica comercial romana entre Italia e Hispania Citerior*. Alicante: Universidad de Alicante; Instituto de Cultura Juan Gil-Albert.

MORAIS, R. (2004a) – Bracara Augusta: um pequeno «testaccio» de ânforas Haltern 70. Considerações e problemáticas de estudo. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., eds. – *Actas del Congreso Internacional Figlinae Beticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana(ss. II a.C – VII d.C.) (Cádiz, Noviembre 2003)*. Oxford: Archaeopress. p. 545--566. (BAR Inter. Series; 1266).

MORAIS, R. (2004b) – Problemàtiques i noves perspectives sobre les àmfores ovoides tardo--republicanes. Les àmfores ovoides de producció lusitana. In CARRERAS MONFORT, C. [et al.] – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya; Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya. p. 36-40.

MORAIS, R. (2005) – Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial. *Bracara Augusta. Escavações arqueológicas*. Braga. 2.

MORAIS, R. (2006) – Consumo de preparados piscícolas em Bracara Augusta durante a Época Romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13.p. 295-312. Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal, Maio 2004.

MORAIS, R.; CARRERAS MONFORT, C. (2004) – Geografia del consum de les Haltern 70. In CARRERAS MONFORT, C. [et al.] – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya; Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya. p. 93-112.

MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In LAGÓSTENA BARRIOS, L.; BERNAL CASASOLA, D.; ARÉVOLO, A., eds. – *Cetariae 2005, salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. (Cadiz, 2006)*. Oxford: Archaeopress p. 127-133. (BAR Int. series: 1686).

MOWAT, R. (1900) – Monnaie de Baesuris, ville de Lusitanie. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 5, p. 17-24.

NIETO, X.;PUIG, A. M. (2001) – *Excavacions arqueològiques subaquàtiques a la Cala Culip. 3. Culip IV: la Terra sigil.lata decorada de La Graufesenque*. Girona: Museu de Arqueologia de Catalunya. (Monografies del Casc; 3).

NOLEN, J. U. S. (1988)- A villa romana do Alto da Cidreira (Cascais). Os materiais. *Conimbriga*. Coimbra. 27, p. 61-140.

NOLEN, J. U. S. (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura; Museu Nacional de Arqueologia; Instituto Português de Museus.

NORTON, J.; CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T.; CANILHO, M. H. (1993-1994) – As ânforas da *villa* romana de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo). *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 181--190.

OSWALD, F. (1931) – *Index of potter stamps on Terra Sigillata*. East Bridgford: edição do autor.

OXÉ, A.; COMFORT, H.; KENRICK, P. (2000) –*Corpus Vasorum Arretinorum. A Catalogue of the signatures, shapes and chronology of italian sigillata* [CD-Rom]. Second edition completely revised and enlarged. Bonn: Rudolf Habelt GmbH. (Antiquitas; 3: 41).

PASCUAL BERLANGA, G.; RIBERA i LACOMBA, A. (2002) – Las ánforas tripolitanas antiguas en el contexto del occidente Mediterraneo - un contenidor poco conocido de la época republicana. In *Vivre, produire, échanger: reflets méditerranéens, Mélanges offerts à Bernard Liou*. Montagnac : Edition Monique Mergoil. p. 303-315. (Archéologie et histoire romaine; 8).

PARREIRA, J. C. F. (2009) – *As ânforas romanas de Mesas do Castelinho.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Policopiado. Disponível no repositório bibliográfico da UL em http://hdl.handle.net/10451/446

PAULO, D. (1999/2000) – As sondagens arqueológicas realizadas na Antiga Fábrica da Cerveja – Faro. *Anais do Municipio de Faro*. Faro. 29-30, p. 17-87.

PAULO, D.; BEJA, N. (2002) – *Relatório de Progresso 2001 – Sondagens no Museu de Faro*. Disponível no IGESPAR. Policopiado.

PAULO, D.; BEJA, N. (2003) – *Relatório de Progresso 2002 – Sondagens no Museu de Faro*. Disponível no IGESPAR. Policopiado.

PEREIRA, T. R. V. M. (2008) – *Os artefactos metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em época romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado. Policopiada.

PÉREZ BALLESTER, J.; PASCUAL BERLANGA, G. (2004) – The Adriatic Amphora Type l.2 recovered from the environment of Cartagena (Murcia, Spain). In PASQUINUCCI, M.; WESKI, T., eds. – *Close Encounters: Sea-and Riverborne Trade, Ports and Hinterlands, Ship Construction and Navigation in Antiquity, the Middle Ages and in Modern Time*. Oxford: Archaeopress. p. 27-37.(BAR Int. Series; 1283).

PÉREZ MACIAS, J. A.; DELGADO DOMÍNGUEZ, A. (2007) – Los Metalla de Riotinto en época Julio-Claudia. In PÉREZ MACIAS, J. A.; DELGADO DOMÍNGUEZ, A., eds – *Las Minas de Riotinto en época Julio-Claudia*. Huelva: Universidad de Huelva Publicaciones. p. 35-182.

PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: IPA. (Trabalhos de Arqueologia; 41).

PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E. de; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2006) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal. 4: ânforas de importação e de produção lusitana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 299-316.

PINTO, I. V.; LOPES, C. (2006) – Ânforas das villae romanas alentejanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 97-224. Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, Maio 2004.

PINTO, I. V.; VIEGAS, C.; DIAS, L. F., (2004) – Terra sigillata and amphoras from the villa at Tourega (Évora-Portugal). In PASQUINUCCI, M.; WESKI, T., eds. – *Close Encounters: Sea-and Riverborne Trade, Ports and Hinterlands, Ship Construction and Navigation in Antiquity, the Middle Ages and in Modern Time*. Oxford: Archaeopress. p. 117-127. (BAR Int. Series; 1283).

PINTO, I.V. ; MAGALHÃES, A. P. ; BRUM, P. (no prelo) – Un depotoir du V[e] siecle dans l'officine de salaisons 1 de Troia, Portugal. In *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta (Belgrado, 2010)*.

POLAK, M. (2000) – South Gaulish Terra sigillata with potter's stamps from Vechten. In *Rei Cretaria Romanae Fautores*. Nijmegen: Rei Cretaria Romanae Fautores. (Supplementum; 9).

PONSICH, M. (1988) – *Aceite de oliva y salazones de pescado. Factores geo-económicos de Bética y Tingitana*. Madrid: Universidad Complutense.

PONTACOLONE, L.; INCITTI, M. (1991) – Un rellito con carico di merce africane di etá imperiale alle Trincere (Tarquinia). In *L'Africa Romana*. 8. Sassari: Edizioni Gallizzi. p. 543-570.

QUARESMA, J. C. (2003) – *Terra sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém*. Lisboa: IPA. (Trabalhos de Arqueologia; 30)

QUARESMA, J. C. (2005) – Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 403-428.

RAMALLO ASENCIO, S. F.; RUIZ VALDERAS, E., (2000) – Cartagena en la Arqueología Bizantina en Hispania: estado de la cuestión. In *V Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans; Universitat de Barcelona; Universitat Autónoma de Barcelona; Murcia:Universidad de Murcia; Cartagena: Museo Arqueológico de Cartagena. p. 305-322.

RAMOS, A. C. (2008) – Novos dados sobre a ocupação antiga do Centro Histórico de Lagos. A

intervenção na Rua 25 de Abril, n.º 53-55. *Xelb*. Silves. 8: 2, p. 87-98. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve.

RAMOS, A. C.; ALMEIDA, R. (2005) – O Complexo industrial conserveiro de época romana na Rua Silva Lopes, Principais resultados de uma intervenção de emergência no Centro Histórico de Lagos. *Xelb*. Silves. 5, p. 101-118. Actas do 2.º Encontro de Arqueologia do Algarve.

RAMOS, A. C.; ALMEIDA, R.; LAÇO, T. (2006) – O complexo Industrial da Rua Silva Lopes (Lagos), Uma primeira leitura do sítio e análise das suas problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitânia meridional. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 83-100. Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet, Simpósio Internacional, Setúbal, Maio, 2004.

RAPOSO, J. A. C.; DUARTE, A. L. C. (1996) – O forno 2 do Porto dos Cacos. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C., coord. – *Actas das primeiras jornadas sobre a romanização dos estuários do Tejo e do Sado. Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações D. Quixote; Câmara Municipal do Seixal. p. 249-265.

RAYNAUD, C. (1993a) – Céramique luisante. In PY, M., ed. – *Lattara 6. Dicocer – Dictionaire des Céramiques Antiques (VIIs av.n. e – VIIs de n.e.) en Mediterranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes: Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental. p. 504-510.

RAYNAUD, C. (1993b) – Céramique Estampée grise et orangée dite «derivée de sigillée paléochrétienne». In PY, M., ed. – *Lattara 6. Dicocer – Dictionaire des Céramiques Antiques (VIIs av.n.e. – VIIs de n.e.) en Mediterranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes: Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental. p. 410-418.

REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1986) – *La annona militaris y la exportación del aceite bético a Germania*. Madrid: Universidad Complutense.

REYNOLDS, P. (2005) – Hispania in the Late Roman Mediterranean: ceramics and trade. In BOWES, K.; KULIKOWSKI, M., eds. – *Hispania in Late Antiquity: current perspectives*. Leiden; Boston: Brill. p. 369-486.

RIBEIRO, I. S. A. A. (2010) – A *terra sigillata Hispânica da Praça da Figueira*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado. Policopiado.

ROCHA A. dos S. (1895) – Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve. Memórias e explorações arqueológicas III. Memórias sobre a Antiguidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 1, p. 193-212.

RODRIGUES, S. (2004) – *As Vias Romanas do Algarve.* Faro: Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

ROSA, J. A. P. (1984) – Estamos em Ossónoba? *Anais do Município de Faro*. Faro. 14, p. 149-156. Comunicação ao IV Congresso Nacional de Arqueologia

SABROSA, A.; BUGALHÃO, J. (2004) – As ânforas béticas do núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. In *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d. C.). (Cádis, 2003)*. Oxford: Archaeopress., p. 571-586.(BAR Int. Series; 1266).

SANTAMARIA, C. (1995) – *L'épave Dramont E à Saint-Raphaël (Ve s. ap. J.-C.). Archaeonautica*. Paris. 13.

SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 1.

SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 2.

SEPÚLVEDA, E. de; FARIA, J. C.; FARIA, M. (2000) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal. 1: terra sigillata. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:2, p. 119-150.

SILLIÉRES, P. (1995) – *Baelo Claudia. Une cité romaine de Bétique*. Madrid: Casa de Velázquez. (Coll. C.V.; 51).

SILVA, R. de A. M. B. da, (2005) – *As «marcas de oleiro« em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Dissertação de mestrado. Policopiado.

SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. (2006) – Produção de preparados piscícolas na Sines romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal.13, p. 101--122. Simpósio Internacional «Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal, Maio 2004.

SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A.; SOARES, J. (1987) – Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica.* Setúbal. 8, p. 203-220.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A. (1992) – Estabelecimento de produção de salga da época romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988--89. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 335--374.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; CORREIA, V. (1990) – Produção de Ânforas romanas no Martinhal (Sagres). In ALARCÃO, A. e MAYET, F., eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio. Actas das Jornadas de estudo (Conimbriga 1988).* Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga; Paris: De Boccard. p. 225-246.

SILVINO, T.; POUX, M. (2005) – Où est passé le vin de Bétique ? Nouvelles données sur le contenu des amphores dites «à sauces de poisson et à saumures» de types Dressel 7/11, Pompéi VII, Beltrán II (Ier s. av. J.-C.-IIe s. apr. J.-C.). Collaboration de GARNIER, N. In *SFECAG. Actes du Congrés de Blois*. Marseille: SFECAG. p. 501-514.

SIMPLÍCIO, M. C.; BARROS, P. (1999-2000) – Quarteira submersa: resultados da campanha de 1988. *Al-ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*. 7, p. 55-76.

SOUSA, E. R. B. (2005) – *A cerâmica de «tipo Kuass» do Castelo de Castro Marim e de Faro*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia. Policopiado.

SOUSA, E. R. B.; SERRA, M. (2006) – Resultados das intervenções arqueológicas realizadas na zona de protecção de Monte Molião (Lagos). *Xelb.* Silves. 6, p. 5-20. Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve.

SOUSA, E. (2009) – *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*. Lisboa: UNIARQ. (Cadernos da UNIARQ; 4).

TEICHNER, F. (2003) – Resultados preliminares das últimas escavações na *pars rustica* noroeste da Villa romana de Milreu. *Xelb*. Silves. 4, p. 103--114. Actas do 1.º Encontro de Arqueologia do Algarve.

TEICHNER, F. (2008) – Entre tierra y mar – Zwischen Land und Meer. Arquitectura economía en el sur de la Lusitania romana – Architektur und Wirtscaftweise im Süden der römischen Provinz Lusitanien. *Studia Lusitania.* Mérida. 3.

TOMBER, R. (1993) –Quantitative approaches to the investigation of long-distance exchange. *Journal of Roman Archaeology*. 6, p. 142-166.

TORTORELLA, S. (1981a) – Ceramica da cucina. In *Atlante delle forme ceramiche I. Enciclopedia dell'Arte antica e orientale.* Roma: Instituto dela Enciclopedia Italiana. p. 208-227.

TORTORELLA, S. (1981b) – Ceramica di produzione africana e rinvenimenti archeologici sottomarini della media e tarda età imperiale: Analisi dei dati e dei contributi reciproci. *Mélanges de l'École française de Rome*. Rome. 93: 1, p. 355--380.

TORRES, C. (1992) – Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica. *Arqueologia Medieval*. Porto. 1, p. 189--202.

VAQUERIZO GIL, D.; GARRIGUET, J. A.; VARGAS, S. (2005) – *«La Constancia». Una contribución al conocimiento de la topografía y los usos funerarios en la Colonia Patricia de los siglos iniciales del Imperio*. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba.

VASCONCELOS, J. L. de (1898) – Olaria luso--romana em S. Bartolomeu de Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 4, p. 329-336.

VASCONCELOS, J. L. de (1905) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. II. (Col. temas portugueses). Edição fac- similada.

VASCONCELLOS, J. L. DE (1920) – A olaria Lusitano-romana (?) de Manta Rôta. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24, p. 229.

VÁZQUEZ DE LA CUEVA, A. (1985) – *Sigillata Africana en Augusta Emerita*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. (Monografías Emeritenses; 3).

VÁZQUEZ PAZ, J. (2010) – La cerámica de mesa en la Antigüedad Tardía de *Hispalis*: una aportación al estudio de la Terra Sigillata Hispanica Tardía Meridional. In GARCÍA FERNÁNDEZ, F.J.; RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, O., eds. – *Tendencias y aplicaciones en la investigación arqueológica. Encuentros de Jóvenes Investigadores 2006-2007. Universidad de Sevilla*. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad. p. 221-231.

VÁZQUEZ PAZ, J.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GONZÁLEZ PARRILLA, J. M. (2005) – Las cerámicas romanas de imitación «Tipo Peñaflor» y los inicios de *Astigi* (Écija, Sevilla). *Spal*. Sevilha. 14, p. 315-333.

VENTURA MARTÍNEZ, J. J. (2000) – La ceràmica de barniz negro de los siglos II – I a.C. en Andalucía Occidental. In AQUILUÉ ABADÍAS, X.; GARCÍA ROSELLÓ, J.; GUITART DURAN, J., coords. – *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I aC: Centres productors mediterranis I comercialització a la Península Ibèrica. Taula rodona. (Empúries 1998)*. Mataró: Museu de Mataró; Empúries: Museu de Catalunya; Barcelona: Universitat Autónoma de Barcelona. p. 177-215.

VEIGA, S. M. P. E. da (1866) – *Povos Balsenses. Sua situação geographico-physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares. Distante seis kilometros da cidade de Tavira*. Lisboa: Editora a Livraria Catholica.

VEIGA, S. M. P. E. da (2005) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*. Prefácio de GAMITO, T. J. Lisboa: Imprensa Nacional. 4 vols. Edição da Universidade do Algarve.

VEIGA, S. P. M. E. da (1904) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. *O Arqueológo Português*. Lisboa. Vol. IX, p. 200--210.

VEIGA, S. P. M. E. da (1905) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. *O Arqueológo Português*. Lisboa. Vol. X, p. 107--118.

VEIGA, S. P. M. E. da (1910) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. *O Arqueológo Português*. Lisboa. Vol. XV, p. 209--233.

VIEGAS, C. (2003a) – *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica*. Lisboa: IPA. (Trabalhos de Arqueologia; 26).

VIEGAS, C. (2003b) – Les sigillées du sud de la Gaule à Castro Marim et Faro (Algarve – Portugal). In *SFECAG. Actes du Congrés de Saint--Romain-en-Gal*. Marseille: SFECAG. p. 641-646.

VIEGAS, C. (2006a) – *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares- Tavira): (1) A terra sigillata*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira; Instituto Português de Museus.

VIEGAS, C. (2006b) – O Forno romano da Manta Rota (Algarve). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 177-196. Simpósio Internacional «Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, Maio 2004.

VIEGAS, C. (2007a) – Les céramiques tardives dans les sites du sud-ouest de la Péninsule Ibérique (Algarve – Portugal). In BONIFAY, M.; TRÉGLIA, J.-C., eds. – *LRCW2 Late Roman Coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry*. Oxford: Archaeopress. Vol. I, p. 71-83. (BAR Int. series; 1662.1)

VIEGAS, C. (2008a) – Amphora Imports in southern Lusitania (Algarve). Recent evidence from urban sites: the town of Balsa. In *Rei Cretaria Romanae Fautores Acta*. Bonn: Rei Cretaria Romanae Fautores. 40, p. 493-504.

VIEGAS, C. (2008b) – O mosaico do Oceano (Faro) – cerâmicas associadas. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, 2004). Faro: Universidade do Algarve. p. 197-214. (Promontoria Monográfica; 10).

VIEGAS C. F. D. (2009) – *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve Central e Oriental no período romano*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Policopiado. Disponível no repositório bibliográfico da FLUL em http://repositorio.ul.pt/handle/10451/568

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve – estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. (Estudos & Memórias; 3).

VIEGAS, C. (no prelo) – Imports and local production: common ware from urban sites in southern Lusitania (Algarve). In *Rei Cretariae Romanae Fautores Acta* (Belgrado, 2010).

ZEVI, F.; TCHERNIA, A. (1969) – Amphore de Byzacène au Bas-Empire. In *Antiquités Africaines*. Paris. 3, p. 173-214.

FONTES

MELA, Pompónio (1987) – *De Chorographia libri tres*. Edição de V. Bejarano. Barcelona: [s.n]. (Fontes de Hispania Antigua; VII).

RESENDE, A. (1996) – *Antiguidades da Lusitânia em 4 livros, começados em tempos por Lúcio André de Resende, revistos e acabados por Diogo Mendonça de Vasconcelos. Évora, 1593*. Tradução e notas de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Datas Essenciais do Parque Arqueológico do Vale do Côa 1989-2011

FERNANDO REAL*

RESUMO

A descoberta de gravuras do Paleolítico, no ambiente natural das margens do rio Côa, conduziu a um processo que obrigou a opções difíceis e que do ponto de vista da gestão *foi complexo, muito trabalhoso* e algo *atípico*. Desde a decisão de salvaguardar o Património arqueológico no Vale do Côa (PAVC) em 1996 até à inauguração do Museu em 2010, houve instabilidade política com as normais alterações de orientação estratégica, quando há mudanças no Governo. Este processo cruzou 6 Governos a que corresponderam os mandatos de 8 Ministros da Cultura. Cerca de quatro centenas de pessoas participaram na construção deste Projecto, o que nem sempre foi fácil conciliar pontos de vista divergentes. O empenhamento de uma equipa pequena, mas coesa na procura do objectivo principal, foi a chave para ultrapassar as dificuldades que surgiram durante este tempo.

Apresenta-se um historial em datas desse processo, baseado na experiência profissional do autor, que a ele esteve sempre ligado.

A cronologia dos acontecimentos referidos, permitirá compreender como foi viável, ano após ano, conciliar decisões políticas com apreciações técnicas.

Tudo evoluiu dinamizando um processo assente no conhecimento e na investigação do património arqueológico, no planeamento coordenado de políticas integradas, no envolvimento da população e no contributo técnico de diferentes especialidades, aplicando a legislação relativa ao Direito do Património cultural e do Ambiente, procurando-se ainda com bom senso a harmonização entre o desejável e o que é possível concretizar.

Decorridos 15 anos, começa a ter resultados a estratégia seguida desde 1996: alargou o nome do Vale do Côa no mundo, deu-lhe importância e dignidade,

* Arqueólogo. Museu Nacional de Arqueologia. E-mail: mnarq.fernandoreal@imc-ip.pt

está produzida bibliografia e documentação técnica de elevada qualidade, há um fluxo crescente de turistas a procurar o Vale do Côa. Novos agentes económicos têm vindo a investir nas áreas de serviços e da agricultura, perspectivando-se desse modo, um desenvolvimento socioeconómico progressivo sustentável na região do Alto Douro. Reconhecidamente e apesar das dificuldades de percurso, Portugal sai beneficiado com este projecto cultural para o Vale do Côa. Para as siglas utilizadas no texto existe um glossário.

Palavras-chave: Gravuras rupestres – arte – Vale do Côa – património da humanidade – parque arqueológico – museu – arqueologia – desenvolvimento.

ABSTRACT

The finding of Palaeolithic engravings on the banks of the Côa River led to a process which forced difficult choices, and was complex, arduous and somewhat atypical from the viewpoint of management. Since the decision to safeguard the archaeological heritage in the Côa Valley, in 1996, until the Museum opening in 2010, there has been political instability and strategic direction alterations that are common when there are changes in government. This process has crossed six governments that matched the mandates of eight ministers for culture. About four hundred people took part in the construction of this project, which sometimes made it difficult to reconcile divergent points of view. The commitment of a small, but cohesive team in pursuit of the core objective has been the key to overcome the difficulties that came up during this period.

The present paper shows a timeline of the process, based on the professional experience of the author, who always stuck by it.

The chronology of the events referred to will help understand how it has been possible, year after year, to reconcile political decisions with technical assessments.

Things have worked out by applying the rules related to the Law on Cultural Heritage and the Environment, activating a process based on the knowledge of the archaeological heritage, the planning of integrated policies, the involvement of the locals and the contribution of experts from other fields. With common sense, one has sought to harmonize the desirable with the achievable.

After 15 years, the project is beginning to show results: it spread the Côa Valley name worldwide giving it importance and prestige. High quality literature and technical documentation has been produced, and there is an increasing flow of tourists demanding the Côa Valley.

New economic agents have been investing in the area of services and agriculture, being thus expected a progressive and sustainable socio-economic development in the Alto Douro region.

Despite the difficulties along the way, Portugal benefits from this cultural project for the Côa Valley that has been developed since 1996.

There is a glossary for the acronyms used in the text.

Keywords: Rock engravings – art – Côa Valley – world heritage – archaeological park – museum – archaeology – development.

ENQUADRAMENTO

Para Portugal um Estado de Direito Europeu, no cumprimento da Constituição da República, a protecção dos valores ambientais, é uma das suas obrigações, um dever cívico e tem sido uma preocupação constante dos sucessivos Governos. O Património cultural arqueológico inclui-se nessa categoria de valores ambientais. O carácter frágil e não renovável do Património arqueológico ameaçado de destruição com o revolvimento dos solos e a pouca sensibilidade da nossa sociedade, face ao valor e à importância relativa que tem para o desenvolvimento sócioeconómico e para o ordenamento do Território, tem provocado algumas situações em que se geram conflitos de interesses que são difíceis de harmonizar, levando por vezes a exageros na argumentação na defesa dos valores e dos interesses em causa e a uma «*conversa de surdos*» entre as partes envolvidas.

O processo da barragem projectada para o rio Côa, é um bom exemplo e um caso de estudo do empenhamento inicial da sociedade civil na protecção do património arqueológico, paisagístico e agrícola (vitivinicultura e olivicultura no Alto Douro), do funcionamento da democracia e do civismo a sobrepor-se a interesses económicos de curto prazo em favor de um processo cultural potenciador de outro tipo de desenvolvimento económico da região.

O Museu do Côa procura responder à carência de equipamentos indispensáveis à promoção do turismo e do lazer de actividades culturais, e é um testemunho da afirmação do papel do Estado na correcção de assimetrias regionais e do desenvolvimento sustentado do Território.

Por razões profissionais, teve o signatário que lidar com o «Processo do Côa», inicialmente na função de Director do Departamento de Arqueologia no então Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, depois como

técnico, mais tarde como dirigente do Instituto Português de Arqueologia e na fase final da construção do Museu, como coordenador do Grupo de trabalho criado no IGESPAR, quando da extinção do IPA em 2007. Em face da evolução dos acontecimentos nos últimos 20 anos, a Côa foi para nós um tema sempre presente, a acompanhar, coordenar equipas e a liderar processos em momentos críticos, alguns mesmo decisivos para, harmonizar as decisões políticas adoptadas, tais como a constituição de equipas credíveis de investigação e avaliação dos achados arqueológicos (1995), no auge polémica, ou o procedimento da classificação dos núcleos de gravuras rupestres como Monumento Nacional (1997) no então IPPAR, ou de projectos de conservação/valorização do património em risco, da alteração da localização do Museu em construção (2002) ou na realização dos sete concursos públicos (1998-2007) para a construção e instalação do Museu. Pretendeu-se tornar acessível e dar resposta a uma procura turística crescente, nacional e estrangeira, do riquíssimo Património arqueológico, associado à Paisagem. Tudo foi desenvolvido numa cadeia de iniciativas que procuram acrescentar valor, sempre em benefício da população local, do Património arqueológico e do País.

A cronologia a seguir indicada situa no tempo muitas vivências marcantes da salvaguarda da Arte Rupestre no Vale do Côa.

Tema do interesse de Historiadores de Arte, Arqueólogos, Economistas, profissionais da Comunicação Social, técnicos do Património, Animadores culturais, Docentes nos vários graus de ensino, outros estudiosos das Ciências Sociais e Humanas e Público em geral, poderão encontrar aqui informação inédita que consta em processos no arquivo das instituições do Ministério da Cultura que trabalharam com o processo, designadamente, o IPPAR e a sua Direcção Regional do Norte, IPA e os seus serviços dependentes PAVC e CNART, IGESPAR e ainda a DGEMN – Direcção Regional do Centro bem como a Fundação Côa-Parque.

ANTECEDENTES

Data de **1949** a ideia de construir uma barragem no Côa pela empresa «*Hidroeléctrica da Bacia do rio Côa*», na altura em que estrategicamente o País decidiu passar a controlar o regime de cheias, que era anualmente um desastre para as populações das cidades ribeirinhas e simultaneamente produzir electricidade para abastecer o Norte do País e a zona industrial do Porto que estava então em franco progresso. Mais tarde, em **1959**, a empresa transferiu para a «*Hidroeléctrica do Douro*» os direitos e obrigações relativas ao aproveitamento da energia das águas do rio Côa. Nesse ano é apresentado o Plano Geral do Rio Côa, que sofreu alterações em 1986,1988 e em 1997.

1989

Primeiras referências técnicas da existência de gravuras rupestres do Paleolítico no Côa, em relatório de Avaliação do Impacte Ambiental (AIA).

A «*Empresa Geral de Fomento*» dando os passos necessários para uma nova fase do empreendimento, realiza o EIA com a participação do arqueólogo Francisco Sande Lemos da UAUM. No estudo, aquele arqueólogo faz notar e recomenda «*que se realizem prospecções apuradas na área de afectação*» do empreendimento, incluindo um «*exame minucioso do troço entre o local de construção da barragem e a Quinta de Santa Maria (Ervamoira), pois consideramos como altamente provável que existam muitas outras superfícies gravadas, neste momento cobertas por água*» da barragem do Pocinho, construída em 1982 no rio Douro, a jusante da foz do rio Côa. Esse EIA permitiu identificar 6 Sítios com arte rupestre nas margens do rio, dos quais 4 apresentavam pinturas e 2 gravuras ao ar livre com cronologia da Pré-história e da Proto-história.

1991

– *Maio* – A *EDP* – *Porto* apresenta publicamente o projecto base de aproveitamento hidroeléctrico, análogo ao de 1959.

– *Setembro* – Contrato para prestação de serviços entre a *EDP* e o IPPC – DRN, para a realização de trabalhos no domínio da Arqueologia para a construção de uma barragem hidroeléctrica no rio Côa. Aí é explicitado a necessidade de adopção de medidas de minimização de impacte sobre o Património Arqueológico e a realização de mais estudos de caracterização.

– *11 de Novembro* – Audiência pública do EIA em Vila Nova de Foz Côa. A *EDP* no cumprimento da lei e revelando responsabilidade social, admite «*ser sua obrigação preservar a memória…dos vestígios arqueológicos situados na área a submergir*».

– *Dezembro* – Emitido o parecer da Comissão de Avaliação do EIA, onde se pode ler «*…abaixo da cota 230, existem pinturas rupestres de grande interesse científico, podendo existir mais pinturas a outras cotas… Na Foz da Canada do Inferno e de Vale da Figueira existem gravuras pré-históricas*». Considera ainda que a região em causa é relativamente pouco conhecida. Propõe que o projecto seja aprovado, condicionado à realização de estudos complementares sobre o património arqueológico, a ser realizado pelo IPPC.

1992

28 de Fevereiro – O Secretário de Estado da Energia autoriza «*a inclusão do projecto da barragem no Plano de investimentos da EDP, condicionado ao que se encontra legalmente estipulado, nomeadamente quanto ao Impacte Ambiental*».

– *Abril* – Celebração do contrato para a empreitada de construção da barragem. Os estudos de AIA ainda estavam inacabados, o que obrigou, à imposição

de condicionantes na fase do Projecto de Execução, de acordo com as Directivas comunitárias de protecção ambiental, em vigor.

– *1 de Junho* – Extinção do IPPC, que se transforma no IPPAR (Dec – Lei n.º 106-F/92), com mudança de orientação política na área do Património, atribuindo às Direcções Regionais um papel mais interventivo. Dirigidas por arquitectos ou engenheiros sem formação ou conhecimento específico de arqueologia – e com pouca sensibilidade para o património arqueológico e, tomam decisões administrativas na aprovação dos relatórios técnicos de arqueologia de campo.

1993

– *22 de Março* – A *EDP* e o IPPAR através da DRP assinam protocolo para financiar e renovar o contrato de 1991 «*com vista ao aprofundamento do estudo da área da albufeira prevista, da barragem de Vila Nova de Foz Côa, até à conclusão da obra, apontada para 1998, assim como uma eventual transladação de valores culturais que se justificasse*».

Retomado o trabalho de campo, este assunto decorre através da DRP/IPPAR que para as questões técnicas, despacha directamente com a Direcção do Instituto e faz aprovar os relatórios, sem passar pelos serviços de arqueologia centrais. À época, o Departamento de Arqueologia estava afastado do processo.

1994

– *No final do Verão (Outubro?)* ocorre um abaixamento não previsto das águas da barragem do Pocinho no rio Douro, cuja albufeira inunda parcialmente o vale do Côa, junto da Foz, o que permitiu à equipa do IPPAR observar e registar algumas das rochas submersas, até então desconhecidas. Simultaneamente, a Direcção do IPPAR-DRP e a *EDP* são informadas e decidem elaborar uma nota de imprensa; Nelson Rebanda, arqueólogo responsável pela equipa permanente do IPPAR-DRP, inclui os novos achados no relatório anual dos trabalhos arqueológicos.

– *Outubro* – Início das obras de construção da barragem do Côa, com o estudo do IPPAR ainda a decorrer. O contrato inicial da empreitada de construção era de 15.700.000 contos, isto é, cerca de 78 500 000€.

– *Novembro* – Novas gravuras paleolíticas são descobertas na Ribeira de Piscos, Vale Videiro e em Vale de Figueira, afluentes subsidiários do rio Côa. É dado conhecimento a arqueólogos nacionais ligados ao estudo da arte rupestre. Todos são unânimes que estamos perante uma descoberta excepcional.

O assunto é denunciado com combatividade[1] como um escândalo lesivo do nosso País e do Património Cultural, na imprensa nacional e internacional:

[1] Destacou-se a liderança da arqueóloga Mila Simão de Abreu.


AVISO

Parque Arqueológico do Vale do Côa vai finalmente ser criado

Museu do Vale do Côa concluído em 2008

O museu dedicado às gravuras rupestres do Vale do Côa, considerado o maior do mundo ao ar livre, deverá estar concluído em 2008, anunciou o ministério da Cultura. "Trata-se de uma obra de características únicas, cuja conclusão se prevê para 2008", disse a ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, numa mensagem lida na abertura do XV

Projectos chegam atrasados à região

► Museu do Douro demorou quase nove anos a ser aprovado, prevendo-se a conclusão até 2008 ► Autarquias investiram em teatros e bibliotecas

"A aposta do actual Ministério da Cultura nos museus do Douro e do Côa é muito positiva", elogia Gaspar Martins Pereira

Museu do Côa está adjudicado

A segunda vida da linha Pocinho-Barca de Alva?

Portugal

Cultura Vigilância das salas assegurada por arqueólogos que deixaram trabalho de campo

Museu do Côa com grande afluência apesar dos problemas

Há ainda grandes limitações nos serviços de apoio aos visitantes. O bar e o restaurante não funcionam e nem é possível comprar uma água

Modelo de gestão O exemplo do Museu do Douro

Regiões do Douro e Côa acertam estratégias

Recuo no Museu do Côa pode desclassificar gravuras

A opinião pública acompanhou sempre a evolução do «processo do Côa».

The Financial Times, The New York Times, The Herald International Tribune, Expresso, Público, Diário de Notícias, entre outros meios de comunicação.

– *19 de Novembro* – O jornal Público e posteriormente toda a comunicação social, durante um ano, notícia com intensidade a descoberta de um Património Cultural arqueológico de valor excepcional e a existência de um conflito de interesses. A barragem em construção impediria o acesso, o conhecimento e a fruição de milhares de gravuras de diferentes cronologias, da Pré-história à actualidade, que ladeiam as margens do rio Côa, identificado como sendo o maior santuário de arte paleolítica ao ar livre, do planeta.

– *20 de Novembro* – A direcção do IPPAR reconhece publicamente a descoberta das gravuras do Paleolítico, negando ter conhecimento da sua existência em data anterior.

– *24 de Dezembro* – Reestruturação orgânica do IPPAR (Dec – Lei n.º 316/94), com alteração das chefias na DRP e nova orientação estratégica em que, obrigatoriamente, todas as questões técnicas do Côa passam no Departamento de Arqueologia para análise e parecer, antes de serem submetidas a despacho da Direcção. Com a polémica instalada esta situação mantém-se até 1997, data em que o IPPAR é extinto e amputado com a criação de novos institutos, entre os quais o IPA (Dec – Lei n.º 117/97 de 14 de Maio)

– *Dezembro* – A equipa do IPPAR que realiza os trabalhos arqueológicos em curso no Vale do Côa é reforçada. Estes trabalhos desde o princípio de 1995 passam a ser acompanhados por dois especialistas em Arte Rupestre, António Martinho Baptista e Mário Varela Gomes. Os trabalhos decorrem durante 1995.

1995

– *Janeiro a Outubro* – Debate público apaixonado em Portugal e no Estrangeiro. A polémica torna-se um dos assuntos mais mediáticos, ano em que decorreu uma campanha para eleições legislativas. O assunto da «Barragem do Côa *versus* Gravuras rupestres» é tema central da disputa eleitoral, é discutido no Parlamento e nos mais diversos fórum da sociedade civil.

– *Junho* – IPPAR publica brochura da autoria de Nelson Rebanda, com cartografia e breve caracterização dos Sítios detectados até Março de 1995. Segue-se outra publicação descritiva e documentada com levantamentos efectuados na Canada do Inferno por A. Martinho Baptista e M. Varela Gomes.

– *30* de *Outubro* – o Governo saído das eleições de 1 de Outubro (XIII Governo Constitucional) decide pela suspensão das obras e trata o Côa numa perspectiva Cultural, definindo outra política para a região, que foi a de ligar a cultura com desenvolvimento.

Sendo uma decisão que recolheu consenso no Governo, temos a informação oral de um dos protagonistas, que foi decisiva a avaliação feita pelo Primeiro-

-Ministro – António Guterres, Ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho, Ministra do Ambiente Elisa Ferreira, Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território João Cravinho, Ministro das Finanças António Sousa Franco e Ministro-adjunto do Primeiro-Ministro José Sócrates.

– *Dezembro* – Criada por despacho do Ministro da Cultura a *Comissão instaladora do IPA*, presidida por Vítor Oliveira Jorge, sendo vogais António Carlos Silva e Luís Oosterbeck, (Dezembro de 1995 a Setembro de 1996).

– *18 de Dezembro* – 1.ª Reunião interministerial na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, para equacionar os desenvolvimentos do programa do Governo para o Vale do Côa. O Ministério da Cultura esteve representado por Vítor Oliveira Jorge, da Comissão instaladora do IPA.

1996

– *Janeiro* – João Zilhão é designado para coordenar a criação do PAVC. Nesse âmbito, nos meses seguintes, liderou a equipa de investigação científica que estabeleceu a cronologia da Arte Paleolítica do Vale do Côa e a equipa que preparou o dossiê de candidatura do Sítio à lista do Património Mundial, da UNESCO.

– *16 de Abril* – Resolução do Conselho de Ministros 42/96 – anuncia a intenção de edificar o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa.

– *Setembro* – Alteração na orientação estratégica do MC para a Comissão Instaladora do IPA que passa a ser dirigida por J. Zilhão.

1997

– *14 de Maio* – É publicado o Decreto – lei n.º 117/97 que cria o IPA – Instituto Português de Arqueologia em cuja orgânica há duas Direcções de serviço, o PAVC – Parque Arqueológico do Vale do Côa e o CNART – Centro Nacional de Arte Rupestre, sediados em Vila Nova de Foz Côa.

– Julho – Nomeados os directores de serviço do PACV do CNAR, respectivamente: Fernando Maia Pinto e António Martinho Baptista.

– *Agosto* – O Governo formaliza junto da Unesco a candidatura da *Arte Rupestre do Vale do Côa* a Património da Humanidade.

1998

– *Janeiro a Dezembro* – O IPA prepara, o *Programa* a que deveria obedecer a construção do *Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa*, localizado no rasgo da barragem no sítio da Canada do Inferno.

– *2 de Dezembro* – UNESCO aprova a proposta do Governo Português e atribui a Classificação de Património da Humanidade aos *núcleos de Arte Rupestre do Vale do Côa*, na reunião realizada na cidade de Quioto (Japão).

1999

– *Março* – Realização de 2 Concursos Públicos Internacionais, respectivamente para as especialidades do *Projecto do Complexo Museológico e Administrativo do PAVC, na Canada do Inferno* (o projecto de arquitectura é de Fernando Maia Pinto – concurso IPA/1/99) e para o *Projecto de Engenharia para a Reemersão de um troço do rio Côa entre a Canada do Inferno e o Rego da Vide* (concurso n.º 2/IPA/2/99). Este projecto pretendia repor a cota do rio Côa no início do Quaternário junto da Canada do Inferno, cujas margens têm rochas gravadas do Paleolítico e estão hoje submersas pela albufeira da barragem do Pocinho.

– *Julho* – O trabalho arqueológico de campo prossegue de forma sistemática e contínua, sendo divulgado em nova publicação (ver bibliografia referenciada)

– *29 de Dezembro* – Sessão, pública no CCB, de assinatura do Contrato para o *Projecto do Complexo Museológico e Administrativo do PAVC, na Canada do Inferno*, (N.º 1/IPA/99-CPI de 29.12.1999, outorgado com a empresa AFA – Consultores de Engenharia Ld.ª, tendo ainda havido um adicional ao Contrato) e do

– Contrato para o *Projecto de Engenharia para a Reemersão da Canada do Inferno e de Rego da Vide*, (N.º 2/IPA/99-CPI de 29.12.1999, outorgado com a empresa HIDROPROJECTO, Engenharia e Gestão, S.A).

2000-2001

– *Janeiro* – Início dos Projectos de arquitectura e especialidades, contratados a 29.12.1999.

– Desenvolvimento desses dois Projectos ao longo de três mandatos Ministeriais: Manuel Maria Carrilho, José Sasportes e Augusto Santos Silva, estando na fase de «Estudo Prévio» o do edifício do museu denominado *Complexo Museológico e Administrativo do PAVC* e o da *Reemersão da Canada do Inferno e de Rego da Vide* concluído, em ponto de aprovação em Março de 2002.

– Setembro 2001 – No mandato de José Sasportes os Ministérios da Cultura e das Finanças acordaram indeminizar a EDP, pelos prejuízos e danos provocados pela paragem da construção da Barragem de Foz Côa. O encargo ascende a cerca de 2.500.000€.

2002

– *17 Março* – Novas Eleições legislativas: mudança de Governo a 6 de Abril (XIV Governo Constitucional; Primeiro Ministro Durão Barroso sendo Ministro da Cultura Pedro Roseta e Ministro das Cidades, do Ambiente e do Ordenamento do Território Isaltino Morais); há mudança de orientação política.

– *Abril* – J. Zilhão apresenta à Tutela carta de demissão do cargo de Director do IPA, pedido que é aceite a 12 de Maio.

– *14 de Maio* – O signatário (FR) é nomeado Director do IPA. Até essa data desempenhava desde 1998 a função de Director de serviços do Departamento de Gestão e Planeamento, no IPA.

– *20 de Junho* –Nomeação ministerial de uma Comissão, coordenada pelo signatário, para avaliar a situação do Museu, cujo projecto e local de implantação tinha sido rejeitado pela Tutela. A Comissão integrou técnicos do IPA e do IPM.

– *30 de Julho* – Entrega ao Ministro da Cultura do Relatório de avaliação do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa elaborado pela Comissão.

– *23 de Novembro* – Decisão do Governo sobre o Relatório da Comissão após visita ao Parque Arqueológico dos então Ministro da Cultura Pedro Roseta e Ministro das Cidades, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Isaltino Morais, que determinam a rescisão do anterior Contrato de Projecto para o Complexo Museológico e Administrativo do Côa e o recomeço do processo para a construção do Museu e sede do Parque Arqueológico, noutro local e com um novo Programa. O Contrato para a Reemersão do rio Côa entre a Canada do Inferno e a ribeira do Rego da Vide estava concluído e foi integralmente pago. A escolha do novo local recai agora numa encosta da margem esquerda do Rio Douro, sobranceiro à foz do Rio Côa e à estação com o mesmo nome, da linha ferroviária Pocinho – Barca d' Alva, na zona Norte do PAVC e perto de Vila Nova de Foz Côa.

Procura a nova localização aproximar o Museu da cidade e harmonizar o novo equipamento com o potencial turístico da navegabilidade e a paisagem do Rio Douro, também classificada pela UNESCO, em 2001, Paisagem Cultural da Humanidade.

– *Outubro* – O trabalho arqueológico de campo prossegue de forma sistemática e continuada, sendo divulgado em nova publicação (ver bibliografia)

2003

– *Fevereiro* – Mudança na direcção de serviços do PAVC. Fernando Maia Pinto termina a comissão de serviço sucedendo-lhe Alexandra Cerveira Lima

– *Janeiro a Dezembro* – Análise cuidada em estreita colaboração entre os serviços centrais do IPA e os seus serviços dependentes o PAVC e o CNART, o IPM, a CMVNFC e a OA para a revisão de Programas dos projectos de aquitectura e museologia e demais documentação;

– Realização de levantamento Topográfico do novo local para o Museu, preparação de respectivo concurso Público internacional, para trabalhos de concepção e realização das acções conducentes à aquisição e às expropriações de terrenos necessários à nova localização. Após cuidada ponderação, foi decidido seguir um modelo que englobasse todas as fases e todas as especialidades de Projecto (arquitectura, especialidades técnicas e museologia), de modo a tentar garantir um conjunto de estudos coordenados, completo e harmonioso, ganhando-se

tempo dessa forma, que começava a escassear para a execução financeira das verbas atribuídas no âmbito do III QCA – FEDER.

– *18 Novembro* – Anúncio do Concurso Público para elaboração de novo Projecto de Arquitectura do Museu. As fases concursais seguintes decorrem durante 8 meses, em estreita observância do seu calendário.

O Júri do concurso é presidido pelo Director do IPA e integra representantes do IPM, IPPAR, da CMVNFC, da OA e da APAP e ainda como membro convidado, o Arquitecto Gonçalo Byrne.

Ao Concurso apresentaram-se 42 trabalhos, tendo sido apreciados pelo Júri 37. Cinco dessas candidaturas recepcionadas foram excluídas por irregularidades formais ao regulamento do concurso. Todo o processo concursal decorreu de forma harmoniosa e célere; contou com assessoria da empresa de consultoria – *Consulbarra, Serviços de Engenharia, Lda.*, coordenada pelo Eng. José Pedro Tavares.

2004

– *8 de Junho* – O Relatório do Júri do Concurso ficou concluído a 7 de Junho; no dia seguinte é homologado pelo Ministro da Cultura Dr. Pedro Roseta.

– *17 de Julho* – Alteração política. Nomeado o XVI Governo Constitucional

– *30 de Julho* – Apresentação do resultado do Concurso e Envolvimento da população. Inauguração em Vila Nova de Foz Côa, da primeira mostra de trabalhos concursados, pela Ministra da Cultura Maria João Espírito Santo Bustorff Silva.

– *27 de Setembro* – Contrato de Projecto outorgado com o Consórcio Externo em Regime de Responsabilidade Solidária constituído pelos Arqt.º Pedro Tiago Lacerda Pimentel (Arquitecto coordenador), Arqt.º Camilo da Cunha Bastos Rodrigues Rebelo e GOP – Gabinete de Organização e Projectos, Ld.ª (Chefe de Consórcio) liderado pelo Eng. Nunes da Silva. A ficha técnica completa deste empreendimento consta na publicação *Cadernos do Côa n.º 1*, que constitui um dos volumes do Catálogo do Museu (pág. 181-187).

– *18 de Novembro a 7 de Janeiro de 2005* – Segunda mostra dos trabalhos concursados. Apresentação em Lisboa, no Museu Nacional de Arqueologia, no Mosteiro dos Jerónimos da exposição inaugurada a 30 de Julho de 2004. Esta exposição foi completada com a apresentação de maquetas, realização de conferências e edição de catálogo. Houve uma grande participação de cidadãos interessados e da população em geral, através da comunicação social, que sempre deu ampla divulgação.

– *9 e 24 de Novembro, 15 de Dezembro e 7 de Janeiro 2005* – datas de apresentação e afinação do «*Programa Base*», em etapas sucessivas, pela entidade projetista, que contou com apreciações e pareceres do IPM (João Herdade), do PAVC (Alexandra C. Lima) e do CNART (António Martinho Baptista) e da equipa de consultores técnicos da, coordenada pelo Eng. Pedro Tavares da empresa *Consul-*



Grupos de visitantes com guias, no território do PAVC, no sítio da Penascosa, admirando a Arte do Côa.

barra, Serviços de Engenharia, Lda. Foi esta a fase determinante para o desenvolvimento do Projecto de execução.

30 de Novembro – Nova alteração política. O Presidente da República dissolve o Parlamento e convoca eleições. Nomeado o XVI Governo Constitucional

2005

– *28 de Fevereiro* – Apresentação pela equipa projectista do «*Estudo Prévio*» que inclui o «Programa expositivo».

12 de Março – Alteração política. Tomada de posse do XVII Governo Constitucional, sendo Ministra da Cultura Isabel Pires de Lima. Reunião do director do IPA com a Tutela para apresentação do projecto e de decisões que careciam de resolução. É dado um voto de confiança e orientações específicas para dar seguimento ao Projecto do Museu.

– *19 de Abril* – Aprovação condicionada do «Estudo Prévio», mas excluindo a Museologia, iluminação e sinalética museológicas. Ouvido o IPM, e ponderada toda a informação, o IPA assume que o Caderno de Programa Expositivo apresentado não corresponde, no seu conteúdo, a uma fase de «Estudo Prévio» de Projecto museológico. Por outro lado o «Estudo Prévio» de arquitectura estava em condições para ser aceite. Tal não impediu a normal progressão do Projecto e passou a ser desenvolvido um caminho paralelo, sem descuidar a compatibilização entre o Projecto de Arquitectura e o Projecto Museológico. Para a Museologia (de Maio de 2005 a Outubro de 2007) o Consórcio projetista recorreu a Consultoria externa, tendo como Consultores Técnicos a APOM – Associação Portuguesa de Museologia, sendo interlocutor o António Nabais e para a área científica de Arqueologia o António Faustino de Carvalho.

– *20 Abril* – Criada por despacho do Director do IPA (Despacho n.º 9/IPA/Gabinete da Direcção) uma Comissão Técnico-científica no âmbito do IPA para apoio à Equipa Projectista, composta por A. M. Baptista, A. C. Lima e T. Aubry, para «*prestar esclarecimentos solicitados pela equipa projectista, transmitir dados científicos relevantes, emitir pareceres sobre propostas do projecto de museologia…*».

– *9 de Junho* – Apresentação para a Museologia do documento «*MAAVC – Anteprojecto – Programa Expositivo –1.º Draft*».

– *15 Junho* – AMB apresenta documento de análise: «15 Notas sobre o Anteprojecto do programa expositivo», que melhora o estudo apresentado.

– *20 Julho* – Apresentação da Fase de Projecto de Arquitectura «Anteprojecto/ Projecto Base» e para a Museologia do documento «MAAVC – Anteprojecto – Programa Expositivo –1.º Draft». Houve contributos significativos para a Museologia, em diferentes momentos de vários técnicos do PAVC, designadamente António Batarda em 1 de Março sobre – Programa Expositivo para o MAAVC, Luís Luís em 19 de Julho sobre o contexto arqueológico da Arte proto-histórica do Vale do Côa, Marta Mendes, sobre um Serviço Educativo para o MAAVC e André Santos sobre Arte Rupestre. AMB e ACL apresentam em 21 de Julho, documento que serviu de «fio condutor» para a reunião referida a seguir.

– *21 de Julho* AMB apresenta novo documento de trabalho, uma síntese essencial sobre «A Arte Paleolítica de Ar Livre do Vale do Côa»

– *1 de Agosto* – Reunião de trabalho sobre a museologia com a participação da Direcção do IPA, dos 3 elementos da Comissão Técnico Científica criada em 20 de Abril, dos arqueólogos Luis Luís e André Santos e da equipa projectista, para esclarecimento de questões do programa expositivo que estava a encaminhar-se para o impasse.

– *12 Agosto* – Não aprovação desta fase do projecto de arquitectura, com pareceres do IPM, do PAVC e do CNART. Quanto à Museologia, foi aceite o 1.º Draft do Programa expositivo, tendo sido pedido mais elementos para ser aprovado. Transcreve-se do relatório de apreciação: «… *do Programa Museológico, não se «visualiza» nada ainda, nem em simples simulação, sobre os «Espaços Expositivos», cenários, métodos, processos. Este «vazio» cria problemas, quer a nível da própria equipa de museologia (aí sim, seria desejável algo de processo iterativo, Programa – Cenário –Técnica Expositiva), quer a nível das especialidades*»…

– *31 de Agosto* – Por proposta do Director do IPA, o Governo inscreve a obra do Museu como uma das três *Grandes Opções do Plano 2005-2009*, inserido no *Planeamento estratégico para a área da Cultura*, (Lei n.º 52/2005, de 31 de Agosto) do Orçamento de Estado. Ficou assim assegurada em PIDDAC, a verba da contrapartida nacional de 30% para a candidatura ao financiamento do FEDER, que se seguirá, e a obrigação do IPA dar inicio à obra de construção do Museu.

– *14 de Novembro* – Directiva superior da Ministra da Cultura Isabel Pires de Lima, em sessão de despacho com o Director do IPA, no sentido de a DGEMN conduzir o concurso e a fiscalização da obra.

– *28 Novembro* – O director geral da DGMN, Vasco Costa, remete a coordenação da obra para a DREMC. Sob a coordenação do director regional, Afonso Mira, procede em articulação com o IPA à organização e à condução das fases de Concurso público das Empreitadas, bem como da respectiva contratação e execução

em obra, tendo passado a desempenhar uma participação activa na finalização do Projecto, atendendo a que teria que apreciar e considerar capaz para Concurso, o Projecto de Execução de Arquitectura, ainda incompleto.

– *7 de Dezembro* – Entrega do Anteprojecto /Projecto base de Arquitectura que recolhe pareceres do IPM e da equipa de consultores da Consulbarra, que fazem alguns reparos para rectificação.

2006

– *Maio* – Aprovação pela Unidade de Gestão do FEDER, da candidatura ao financiamento da obra do Museu.

– *Maio* – O trabalho arqueológico de campo prossegue de forma sistemática e continuada, sendo divulgado em nova publicação (ver bibliografia)

– *6 de Junho* – Primeira entrega parcial do Projecto de Execução.

– *7 de Junho* – Parecer do IPM, exigindo rectificações

– *20 de Julho* – Entrega do Projecto de Execução para a Empreitada de construção civil

– *24 de Julho* – Anuncio de abertura de concurso público para construção civil, todas as especialidades, arranjos exteriores e acessos.

– *31 de Julho* – Parecer favorável do IPM (exclui a museologia)

– *31 de Agosto* – A DREMC pronuncia-se pela adequabilidade dos elementos de Projecto para o lançamento do Concurso. Não se refere à Museologia.

– *15 de Setembro* –Acto público de abertura das propostas do Concurso da empreitada de construção civil. Concorrem 22 empresas.

– *25 de Outubro* – Autorização de adjudicação e da minuta contratual, pelo Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, João Ferrão.

– *10 de Novembro* – Contrato de empreitada de Obra Pública N.º 0680602 firmado entre a DGEMN representando o Estado Português e a Firma MONTEADRIANO – *Engenharia e Construção, S. A.*

– *15 de Dezembro* – Obtenção de VISTO do Tribunal de Contas

2007

– *8 de Janeiro* – Auto de consignação dos Trabalhos, sendo o prazo contratual para a obra de 600 dias. Devido a atrasos nas subempreitadas esse prazo prolongou-se por mais 180 dias.

– *26 de Janeiro* – «*Lançamento da Primeira Pedra*» para a construção do edifício do museu, com a participação da população local. Cerimónia organizada pelo IPA em articulação com a DREMC presidida pela Ministra da Cultura Isabel Pires de Lima e pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Rui Nuno Baleiras com o envolvimento das Autoridades regionais e Autárquicas.



Museu do Vale do Côa, relações contemporâneas entre projecto, paisagem e funcionalidade. Um projecto de Pedro Tiago Pimentel e Camilo Rebelo, premiado pelo Turismo de Portugal, em 2010.

– *29 de Março* – Reestruturação dos serviços da Administração central do Estado, que conduz à Extinção do IPA e da DGEMN criando o IGESPAR (Decreto-lei n.º 96/2007). Nova alteração política.

O desmantelamento das equipas técnicas e a desorganização daí decorrente quase paralisa a fiscalização, os pagamentos contratuais, há um abrandamento na execução da obra por parte do empreiteiro, correndo-se o risco de incumprimentos dos prazos da execução financeira do IIIQCA e consequente perda das verbas atribuídas. Decorre o período de transição

– *Abril* – Concluído o filme documentário «*Côa, o rio das mil gravuras*» de Jean Luc Bouvret, iniciado 3 anos antes. Este filme premiado em vários festivais de cinema documental científico tem sido divulgado nas principais cadeias de televisão, em todo o mundo.

– *14 de Maio* – O IPA cessa funções, terminando o período de transição para o IGESPAR; nesse dia a tutela é formalmente informada das dificuldades entretanto surgidas na fiscalização da obra e nas consequências do desmantelamento das equipas técnicas.

– *1 de Agosto – Despacho n.º 25/ Ministra da Cultura,* cria o «Grupo de Trabalho para o Museu do VALE DO CÔA», no seio do IGESPAR, para «*dinamizar todas as acções necessárias para a concretização do Museu*». Formado por 4 elementos (Lúcia de Brito, Filipe Serra, Paula Silva e Fernando Real), cada um com funções específicas e a coordenação do signatário; passa a depender hierarquicamente da Direcção do IGESPAR. Vive-se um momento crítico, de incumprimento do prazo de execução financeira do FEDER, com o risco de o Projecto do Museu perder o financiamento.

– *Setembro* – Apresentação na Cinemateca Nacional do filme documentário «*Côa, o rio das mil gravuras*» de Jean Luc Bouvret, com a presença da Ministra da Cultura, do realizador e da produção Gabriel Chabanier em co-produção com a empresa LX-Filmes.

– Por determinação de JP Cunha Ribeiro, subdirector do IGESPAR, houve uma simplificação com uma reorientação do programa expositivo inicialmente pensado para o Museu. Assim, a integração do Vale do Côa numa sequência cronológico – cultural da Arqueologia regional, deu lugar a um outro programa museológico, centrado agora no património arqueológico do Vale do Côa.

– Foi reforçada a fiscalização da obra de construção do Museu com a contratação de uma assessoria técnica à firma *Cinclus, Planeamento e Gestão de Projectos, SA*. É retomado o ritmo da construção.

– *Novembro* – Celebrados Protocolos de colaboração e Contratos de prestação de Serviços com 3 Universidades Públicas: a Universidade do Minho através da Unidade de Arqueologia, ocupa-se dos conteúdos Multimédia, e Audiovisuais, A Universidade de Lisboa através do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras trata dos conteúdos de enquadramento geo – ambiental do Território e a Universidade Nova de Lisboa, através do Departamento de Comunicação e Linguagem define e implementa a estratégia de comunicacional do Museu.

2008

– *12 de Março* – Recepção parcial do Edifício, apenas da área destinada à museologia.

Vive-se uma nova fase crítica do processo de obra, com sucessivos atrasos nas sub-empreitadas.

– *14 de Maio* – Fiscalização assinala atraso da empreitada, o que impede o cumprimento do prazo contratual de 600 dias. Na sequência é elaborado um *Plano de Trabalhos de Recuperação (PTR)*. Após sucessivas reuniões de obra o empreiteiro apresenta um requerimento para prorrogar o prazo por mais 123 dias. Ponderado o assunto; o requerimento foi aceite. Prossegue a obra em fase de acabamentos, prolongando-se até ao início de 2010

– *Maio* – O trabalho arqueológico de campo prossegue de forma sistemática e é divulgado em nova publicação (ver bibliografia)

– *Julho a Setembro* – Realizados 3 novos concursos públicos para o fornecimento, montagem e colocação dos equipamentos multimédia, Equipamentos e materiais de iluminação e Fornecimento e montagem de mobiliário e dos equipamentos de museologia.

– *29 de Setembro* – Ao concurso para ao fornecimento dos equipamentos multimédia, é interposto no tribunal administrativo de Lisboa uma providência cautelar por um dos concorrentes, para impedir a adjudicação. Após disputa judicial, o concurso prosseguiu com a adjudicação à firma que o júri do concurso seleccionara.

A decisão do tribunal, que permitiu prosseguir com o concurso, foi conhecida no início de Março de 2009.

Provocou um atraso em cerca de 90 dias na instalação da museologia.

2009

– *29 de Janeiro* – Alteração política. Nova remodelação no Governo. Toma posse como Ministro da Cultura José António Pinto Ribeiro. Teve um papel importante pelo envolvimento pessoal no apoio jurídico e institucional, para obrigar o empreiteiro a recuperar parcialmente os atrasos.

– *Janeiro a Dezembro* – Decorrem durante todo o ano, as obras de construção do Edifício, dos acessos, arranjos exteriores e montagem da exposição permanente nas salas da área expositiva, recepcionada em Março de 2008. Realizados cerca de 40 procedimentos por consulta ou negociação relacionados com a montagem do sector expositivo.

– *Fevereiro* – IGESPAR edita síntese do trabalho arqueológico de campo realizado nos últimos 10 anos, por uma equipa de 25 investigadores coordenada por Thierry Aubry, nacionais e estrangeiros (ver bibliografia)

– *Outubro* – Relatório final das Unidades de gestão financeira do PIDDAC e do FEDER, onde é salientado o rigoroso controlo de custos havido.

O investimento global foi de 17.400.000€ (com IVA a 21%; inclui honorários do Projecto, prémios dos 3 primeiros classificados no concurso para o Projecto, aquisição e expropriação de terrenos, construção do edifício e acesso rodoviário, mobiliário e equipamentos de museologia, catálogos e material para a loja).

O Edifício e o acesso rodoviário ascenderam a 11.569.142,58€, suportado em 70% pelo FEDER. Cerca de 5.672.000€ destinados a honorários e à museologia, obtiveram uma comparticipação de 54% do FEDER.

A taxa de execução do FEDER foi de 100%. Não houve encargos adicionais ao orçamento previsto.

– *Dezembro* – O Igespar diligencia junto do Governo e obtém autorização da Tutela e das Finanças para contratar 10 novos elementos para reforçar a equipa do PAVC na gestão do novo equipamento, o Museu (galeria técnica, técnicos de animação cultural do serviço educativo e guias /vigilantes das exposições).

Por dificuldades internas e novas restrições impostas pelo Orçamento de Estado em 2010, os concursos para reforço dos recursos humanos não foram desencadeados pelo IGESPAR.

– *Maio* – O trabalho arqueológico de campo prossegue de forma sistemática e é divulgado em nova publicação (ver bibliografia)

2010

– *12 de Fevereiro* – Conclusão da montagem da área expositiva do Museu do Côa.

– *6 de Março* – Criação da ACÔA: Associação cívica dos Amigos do Parque e do Museu do Côa.



Perspectiva geral da área expositiva com visitantes. Em primeiro plano, quiosque multimédia, na sala F.

– *28 de Julho* – Resolução de Conselho de Ministros que decide criar uma *Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa* com o objectivo de gerir de forma integrada o património arqueológico, paisagístico e cultural afecto ao PAVC, fazendo convergir «*três factores de desenvolvimento sustentado, indissociáveis, no quadro das políticas europeias do século XXI – a cultura, o turismo e o ambiente*».

– *29 de Julho* – Inauguração do Museu do Côa, pelo Primeiro Ministro José Sócrates com a Presença da Ministra da Cultura Gabriela Canavilhas e da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território Dulce Pássaro.

– *1 de Agosto* – o *Grupo de Trabalho para o Museu do Vale do Côa*, criado em Agosto de 2007, cessa funções.

A gestão corrente do Museu e do Parque é assegurada pelo IGESPAR até entrar em funcionamento a *Fundação Côa Parque*, com os recursos humanos do PAVC. O director do Museu é o director do Parque Arqueológico.

A procura de visitantes é elevada e excede as expectativas iniciais.

– *1 de Agosto* – A UNESCO na sua 34.ª em reunião na cidade de Brasília, classifica «*como extensão do Vale do Côa*» o *Sitio de Siega Verde*, importante e denso conjunto de arte paleolítica de ar livre Património da Humanidade (junto da fronteira no rio Águeda, um afluente do rio Douro em Castela e Leão – Espanha).

– *27 de Novembro* – A *INCM* em parceria com o IGESPAR edita uma moeda de colecção, com o valor facial de 2,50€, com acabamento normal e também em prata, com acabamento *proof* (prova numismática), embalada em estojo com certificado de garantia e um limite de emissão de 5000 exemplares, incluída na série dedicada ao património mundial classificado pela UNESCO em Portugal. O grafismo da moeda é da autoria do escultor António Marinho.

– *31 de Dezembro* – Alexandre C. Lima cessa funções na Direcção do PAVC; terminara a Comissão de serviço em Setembro último.

2011

– *8 de Março* – É instituída a *Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa* e publicados os respectivos Estatutos (Decreto-Lei n.º 35/2011).

– *22 de Março* – O Governo apresenta a sua demissão ao Presidente da República, passa a Governo de gestão e suspende as nomeações para cargos públicos onde se inclui a nomeação do Conselho de Administração da *Fundação Côa-Parque*. O assunto fica adiado até entrar em funções o Governo que sair das eleições, agendadas para 5 de Junho próximo.

– *1 de Abril* – A. M. Baptista é designado, em regime de substituição, director do PAVC, por despacho do director do IGESPAR. Aguarda-se a publicação desse Despacho em Diário da República.

Lisboa, 20 de Abril de 2011

GLOSSÁRIO

ACL – Alexandra Cerveira Lima
AMB – António Martinho Baptista
APAP – Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas
APOM – Associação Portuguesa de Museologia
CCB – Centro Cultural de Belém
CMVNFC – Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
CNART – Centro Nacional de Arte Rupestre
DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGEMN/DREMC – DGEMN/Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro
EDP– empresa Electricidade De Portugal
EIA – Estudo de Impacte Ambiental
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FMP – Fernando Maia Pinto
FUNDAÇÃO – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa ou Fundação Côa Parque
GOP – Gabinete de Organização e Projectos, Ld.ª
INMC – Imprensa Nacional Casa da Moeda
IPA – Instituto Português de Arqueologia
IPM – Instituto Português de Museus
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico
IPPAR-DRN – IPPAR – Direcção Regional do Norte
MC – Ministério da Cultura
MNA – Museu Nacional de Arqueologia
PAVC – Parque Arqueológico do Vale do Côa
OA – Ordem dos Arquitectos
UAUM – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
III QCA – Terceiro Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006)

BIBLIOGRAFIA

AUBRY, T., coord. (2009) – *200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores –artistas do Paleolítico*. Lisboa: Igespar. (Trabalhos de Arqueologia; 52).

AUBRY, T.; BAPTISTA, A. M. (2000) – Une datation objective de l'Art du Côa. *La Recherche*. Hors Série 4, p. 54-55.

BAPTISTA, A. M. (1999a) – *No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa. Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico Vale do Côa. 186p.

BAPTISTA, A. M. (1999b) – O ciclo artístico do quaternário do Vale do Côa: com algumas considerações de método sobre estilos, valoração estética e crono – estratigráfica figurativa. In CRUZ, A. R.; OOSTERBEEK, L. – *1.º Curso Intensivo de Arte Pré-Histórica Europeia. Tomo II*. p. 197-278. Tomar: IPT. (Arkeos: perspectivas em diálogo; 6)

BAPTISTA, A. M. (2008) – Aspectos da Arte Madalenense e Tardiglaciar no Vale do Côa. In LIMA, A. C.; BAPTISTA, A. M.; COIXÃO, A. S.; LUÍS, L; RODRIGUES, M. – *Actas do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional. Do Paleolítico à Contemporaneidade. Estudos sobre a História da Ocupação Humana em Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão. 3, p. 14-31.

BAPTISTA, A. M. (2009) – *O paradigma Perdido. O Vale do Côa e a Arte Paleolítica de Ar Livre em Portugal*. Vila Nova de Foz Côa: Edições Afrontamento; Parque Arqueológico do Vale do Côa. 253p.

BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V. (1995) – Arte rupestre do Vale do Côa. 1. Canada do Inferno. Primeiras impressões. In *Dossier Côa*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. p. 45-118, Est. XXIX.

BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V. (1997) – Arte Rupestre. In ZILHÃO, J., coord. – *Arte Rupestre e Pré-histórica do Vale do Côa. Trabalhos de 1995--1996*. Lisboa: Ministério da Cultura. p. 213-406.

BAPTISTA, A. M.; GARCÍA DÍEZ, M. (2002) – L'art paléolithique dans la vallée du Côa (Portugal): la symbolique dans l'organisation d'un sanctuaire de plein air. In SACCHI, D., ed. – *L'art paléolithique à l'air libre: le paysage modifié par l'image (Tautavel, Campôme, 7-9 octobre 1999)*. Saint-Estève: GAEP; GÉOPRE. p. 187-205.

BAPTISTA, A. M.; SANTOS, A. T.; CORREIA, D. (2006) – Da ambiguidade das margens na Grande Arte de ar livre no Vale do Côa: Reflexões em torno da organização espacial do santuário Graveto – Solutrense na estação da Penascosa / Quinta da barca. *Côavisão*. 8, p. 156-184.

BAPTISTA, A. M.; SANTOS, A. T.; CORREIA, D. (2008) – Estruturação da arte Graveto –Solutrense em torno do monte do Fariseu (Vale do Côa). In *Pré-história gestos intemporais. III Congresso de Arqueologia Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Actas das sessões, Vila Nova de Foz Côa, 17 de Maio de 2006*. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão. 1, p. 38-61.

BAPTISTA, A. M.; REIS, M. (2008) Prospecção da Arte Rupestre na Foz do Côa. Da iconografia do Paleolítico Superior à do nosso tempo com passagem pela II.ª Idade do Ferro. In *Pré-história gestos intemporais. III Congresso de Arqueologia Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Actas das sessões, Vila Nova de Foz Côa, 17 de Maio de 2006*. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão. 1, p. 62-95

FREITAS, J. C.; ABREU, M. A.; SANTOS, P.; BAPTISTA, A. M.; ZILHÃO, J. (2007) – For Digital Repository of Rock Art in Portugal. In FIGUEIREDO, A.; VELHO, G., editors – *The World is in your eyes. CAA2005*. Tomar: CAA Portugal. p. 193-195.

FERNANDES, A. P. B. (2004) – O Programa de Conservação do Parque Arqueológico do Vale do Côa: filosofia, objectivos e acções concretas. Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. 7:1, p. 5-37.

FERNÁNDEZ QUEROL, M. A.; BAPTISTA, A. M.; MONTEIRO, J. P.; LEMOS, F. S. (1975) – Moldes de Goma Líquida (Latex prevulcanizado) aplicados al estudio de los grabados rupestres. In *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela 1, p. 121-124

JORGE, V. O., coord. (1995) – Dossier Côa. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

LUÍS, L. (2008) – A arte e os artistas do Vale do Côa. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa; Associação de Municípios do Vale do Côa.

SEABRA, N. M., coord. editorial (2004) – Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa. Concurso para o projecto. Lisboa: LIBRUS, Publicações técnicas; Instituto Português de Arqueologia.

ZILHÃO, J., coord. (1997) – *Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996. Relatório científico ao governo da República Portuguesa elaborado nos termos da resolução do conselho de ministros n.º 4/96, de 17 de Janeiro.* Lisboa: Ministério da Cultura.

ZILHÃO, J.; AUBRY, T.; CARVALHO, A. F.; BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V.; MEIRELES, J. (1997) – The Rock Art of the Côa Valley (Portugal) and its Archaeological Context: First Results of Current Research. *Journal of European Archaeology*. 5:1, p. 7-49.

Novas espécies do epistolário de José Leite de Vasconcelos

LÍVIA CRISTINA COITO*

RESUMO

Apresenta-se o inventário de 535 novas espécies do Epistolário de José Leite de Vasconcelos.

Palavras-chave: Correspondência pessoal – José Leite de Vasconcelos

ABSTRACT

In this article we present the inventory of 535 further epistolary specimens of José Leite de Vasconcelos.

Key words: Personal correspondence – José Leite de Vasconcelos

* Bibliotecária do Museu Nacional de Arqueologia. mnarq.biblioteca@imc-ip.pt

1. INTRODUÇÃO

Em 1999 o Museu Nacional de Arqueologia editou o *Epistolário de José Leite de Vasconcelos* iniciando uma nova série monográfica «Suplementos a O Arqueólogo Português». Nesta publicação vêm inventariadas 24.101 cartas que lhe foram dirigidas por 3686 correspondentes e que vieram colocar à disposição dos investigadores informações essenciais para os seus trabalhos não só na área da arqueologia, como também na etnografia e filologia.

Ao longos dos anos posteriores e à medida que se catalogava a biblioteca privada de Leite de Vasconcelos, com cerca de 4.500 obras e se continuava a organizar os seus papéis pessoais, foram surgindo mais espécies cujo inventário, efectuado com a colaboração de uma licenciada contratada ao abrigo do Programa Cultura/Emprego, ora se publica. Este conjunto é formado por 535 epístolas a maior parte delas de autores já referenciados e cerca de 97 novos correspondentes, cujos números de registo se compreendem entre o 3705 e 3803. O apelido de todos estes novos autores vêm seguidos de asterisco para mais facilmente se identificarem. O inventário destas novas espécies seguiu a mesma metodologia e a mesma apresentação formal do epistolário.

Estamos certos que a publicação desta adenda, para além de se enquadrar no âmbito das obrigações do Museu de prestação de um serviço público, divulgando os acervos documentais que se encontram à sua guarda, contribuirá positivamente, para os trabalhos de investigação que se venham a desenvolver de futuro.

2. INVENTÁRIO DA CORRESPONDÊNCIA PESSOAL DE JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

2.1 Correspondência recebida

2.1.1 De autores total ou parcialmente identificados

3798 – [?], Arcebispo de Évora
24772 Évora, s. d.

3723 – [?], CHICA*
24602 Lisboa, 30-08-1939

3733 – [?], ERNST*
24613 Viena, 12-11-1905

3787 – CO...?*, Care S. R.
24686 Boras, Suécia, 31-10-1920

3711 – F. M.*
24270 Porto, s. d.

3713 – ADEODATO*, J.
24582 Baía, 30-09-1930

18 – ADRIÃO, José Maria
24321 Loures, 07-11-1917
24320 Loures, 21-11-1918
24330 Loures, 01-07-1936

60 – ALMEIDA, Alfredo Augusto de, P.e
24322 Moura, 18-09-1939
24323 Barrancos, 27-06-1940

62 – ALMEIDA, António Nunes de
24766 Mangualde, 25-02-1896

67 – ALMEIDA, Eça e
24757 Lisboa, 28-08-1905

3795 – ALMEIDA?*, Severino J. Magalhães
24763 Cabeceiras de Basto, 07-03-1891

95 – ALVES, Francisco Manuel, P.e (tb. BAÇAL, Abade de)
24257 Baçal, 26-02-1918
24274 Baçal, 21-01-1936
24273 Baçal, 07-02-1936
24275 Baçal, 13-01-1937
24276 Baçal, 02-03-1937

100 – AMARAL, Alexandre A. Ferreira do
24324 Aguada de Cima (Águeda), 1933 (Oitava da Páscoa)

104 – AMARAL, Carlos Augusto Monteiro do
24325 Pinhel, 31-12-1910

138 – ANJOS, António Rebelo dos, Cónego
24326 Beja, 30-10-1939

157 – APOLINÁRIO, Maximiano Gabriel
24327 Cascais, 15-11-1931
24328 Cascais, 16-11-1931

2345 – ARAÚJO, Joaquim de
24739 Génova, 04-10-1903

3714 – AREDE*, João Domingues, Abade
24591 Vila de Cucujães, 15-04-1930
24590 Vila de Cucujães, 10-06-1930

173 – ARNAUT, Salvador Dias
24331 Coimbra, 30-04-1939

202 – AZEREDO, Álvaro de
24741 Santa Cruz do Douro, 19-02-1923

223 – AZEVEDO, Pedro A. de
24329 Lisboa, s.d.
24539 S.l., s.d.
24571 Lisboa, 14-05-1907

240 – BAHRFELDT, Max von
24332 Halle - Saale, s. d.

248 – BAPTISTA, Joaquim Correia
24333 Alcácer do Sal, 26-04-1897

3715 – BAPTISTA*, Vasco Luis Rodrigues
24592 Safara, Barrancos, 12-09-1939

251 – BARATA, A. F.
24334 Évora, 13-04-1889

287 – BARROS, Francisco de
24798 Moura, 23-12-1933
24335 Moura, 24-08-1939

1084 – BARROS, João de Vilanova de Vasconcelos Correia de (tb. VASCONCELOS, Vilanova de)
24343 Vidigueira, 27-10-1917

301 – BASTO, Alberto da Silva
24342 Monforte da Beira, Viseu, 25-06-1922

304 – BASTO, Cláudio Filipe de Oliveira
24336 Viana do Castelo, s. d.

314 – BASTO, Maria Alice de Vasconcelos
24337 Mesquinhata, 26-12-1940

3789 – BASTOS*, José T. da Silva
24697 Lisboa, Gab Min. Obras Publicas, 17-07-1893
24688 Praia da Rocha, 31-08-1917

3766 – BATALHA*, Ladislau
24655 Lisboa, s. d.

340 – BELL, Aubrey F. G.
24338 S. João do Estoril, s. d.

347 – BELO, José Veladas da Silveira
24265 Alandroal, 16-10-1916

3710 – BENTO?*, Rui Pinho
24269 S. l., s. d.

376 – BIERHENKE, Wilhelm
24339 Murcia, 29-01-1936

3726 – BOECHO?*, Maria Felizarda
24606 Arco do Limoeiro, 20-09-[?]

415 – BOTELHO, Henrique Manuel Ferreira
24780 Vila Real, 10-08-1905
24699 Vila Real, 08-12-1908

435 – BOUZA BREY, F.
24340 Santiago de Compostela, 21-03-sem ano

3796 – BRAGA*, José Ferreira?
24770 Riacho, 08-10-1922

441 – BRAGA, Mário
24341 Lourinhã, 17-11-1938

3716 – BRANCO*, J. Gomes
24593 Roma, 27-04-1940

476 – BRENHA, José Anjos, P.e
24583 Porto, 29-12-1894

484 – BRITO, Manuel José da Cunha, P.e
24277 Ponte da Barca, 29-06-1936
24279 Prova, 25-08-1936
24281 Prova, 26-08-1936
24278 Prova, 21-10-1936
24280 Prova, 10-12-1939

3717 – BRITO*, Pedro Pereira de Sousa e
24594 Arcos, 13-08-1903?

489 – BROCHADO, Cristovão Pinto
24294 Cinfães, s. d.
24296 Cinfães, s.d.
24288 Cinfães, 01-11-1900
24292 Cinfães, 01-01-1901
24291 Cinfães, 27-02-1901
24283 Apúlia, 02-10-1902
24289 Cinfães, 21-10-1902
24290 Cinfães, 09-07-1903
24297 Cinfães, 23-11-1903
24293 Cinfães, 12-01-1904
24284 Cinfães, 14-10-1905
24295 Cinfães, 22-12-1905
24285 Cinfães, 23-07-1906
24282 Cinfães, 08-11-1906

511 – CABRAL, António
24346 Lisboa, 24-11-1913

521 – CABREIRA, António
24242 Lisboa, s. d.

3797 – CABRERA*, Angel
24771 Madrid, 19-05-1923

534 – CALADO, José Bernardo de Morais, P.e
24356 Miranda do Douro, 12-10-1901
24357 Miranda do Douro, 07-12-1901

3792 – CÂMARA?*, Luís Bettencourt de Medeiros e
24696 Ponta Delgada, 27-05-1924

573 – CAMPOS, José Augusto Correia de
24347 Lisboa, s. d.

3718 – CÂNCIO*, Francisco
24595 S.l., s. d.

596 – CAPELA, M. J. Martins, P.e
24684 Terras do Bouro, 14-02-1922

602 – CARDOSO, António Augusto de Aguiar
24306 Vila da Feira, 07-03-1910
24307 Vila da Feira, 05-06-1910
24305 Vila da Feira, 27-08-1910
24308 Vila da Feira, 22-12-1916
24309 Vila da Feira, 23-10-1924
24314 Vila da Feira, 13-11-1924
24310 Vila da Feira, 19-11-1924
24311 Vila da Feira, 02-04-1930

604 – CARDOSO, Artur Augusto da Fonseca
24349 Areosa, Viana do Castelo, 06-05-1893

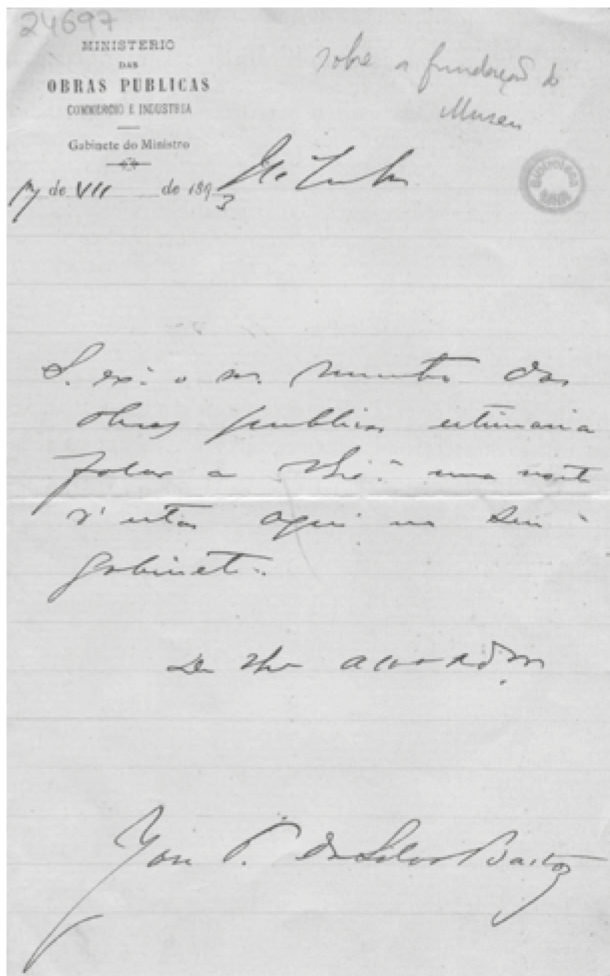
618 – CARDOSO JÚNIOR, João Eloy Nunes
24732 Castelo Branco, s. d.

3719 – CARTER*, Henry Hare
24596 Evanston, Illinois, 07-04-1938

680 – CARVALHAIS, José Herculano Torrie
24354 Tavira, 27-07-1909
24355 S.l., 16-01-1912

687 – CARVALHO, A. Luciano de
24755 Lisboa, 14-08-1905

3720 – CARVALHO*, Julieta de
24597 Coimbra, 04-01-1940
24598 Coimbra, 11-01-1940
24599 Coimbra, 22-01-1940


24697
MINISTERIO
DAS
OBRAS PUBLICAS
COMMERCIO E INDUSTRIA
Gabinete do Ministro
de VII de 189

3789 BASTOS, José T. da Silva

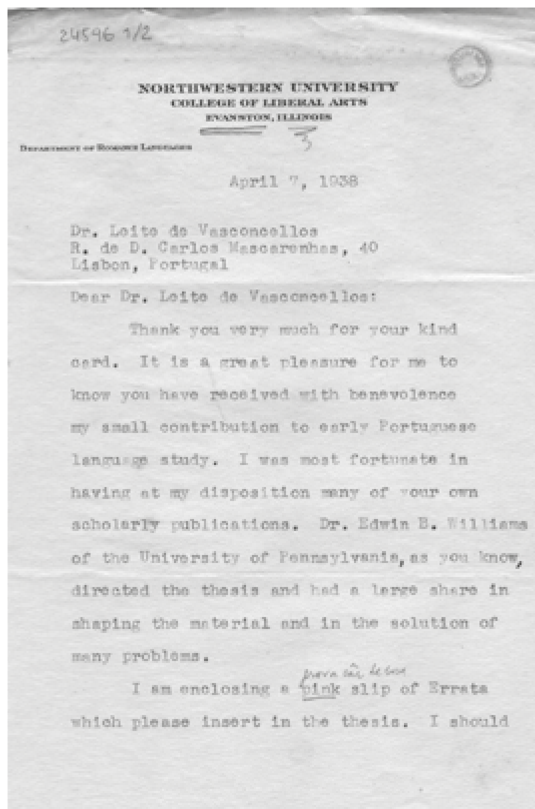
3721 – CARVALHO*, Torres
24600 Elvas, 04-08-1913

732 – CASADES Y GRAMATOES?, Pelegrín
24348 Barcelona, 21-10-1898

748 – CASTILLO LOPEZ, Angel del
24352 Corunha, 31-03-1931

636 – CASTRO, Alberto Osório de
24255 S. l., s. d.

,


24596 1/2

NORTHWESTERN UNIVERSITY
COLLEGE OF LIBERAL ARTS
EVANSTON, ILLINOIS

Department of Romance Languages

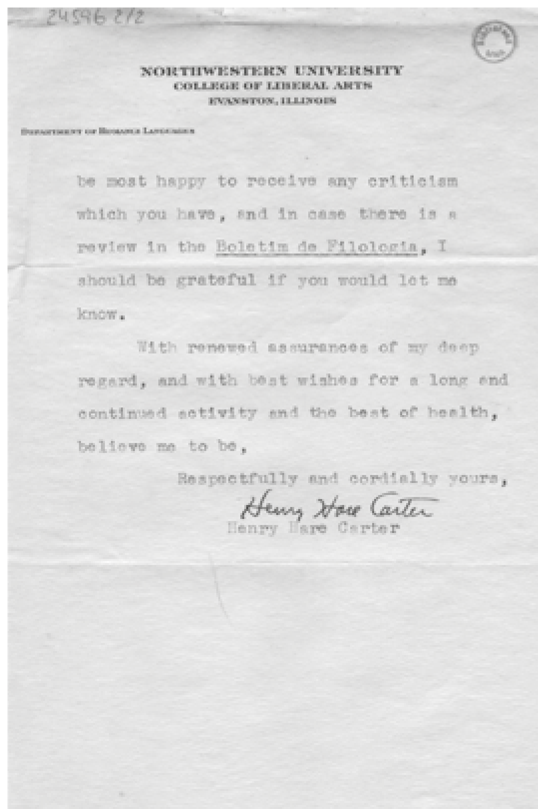
April 7, 1938

Dr. Leite de Vasconcellos
R. de D. Carlos Mascarenhas, 40
Lisbon, Portugal

Dear Dr. Leite de Vasconcellos:

Thank you very much for your kind card. It is a great pleasure for me to know you have received with benevolence my small contribution to early Portuguese language study. I was most fortunate in having at my disposition many of your own scholarly publications. Dr. Edwin B. Williams of the University of Pennsylvania, as you know, directed the thesis and had a large share in shaping the material and in the solution of many problems.

I am enclosing a pink slip of Errata which please insert in the thesis. I should


24596 2/2

NORTHWESTERN UNIVERSITY
COLLEGE OF LIBERAL ARTS
EVANSTON, ILLINOIS

Department of Romance Languages

be most happy to receive any criticism which you have, and in case there is a review in the Boletim de Filologia, I should be grateful if you would let me know.

With renewed assurances of my deep regard, and with best wishes for a long and continued activity and the best of health, believe me to be,

Respectfully and cordially yours,
Henry Hare Carter
Henry Hare Carter

3719 CARTER, Henry Hare

646 – CASTRO, Augusto Mendes Simões de
24298 Coimbra, 18-02-1892
24299 Coimbra, 10-09-1929
24300 Coimbra, 15-09-1929
24301 Coimbra, 26-09-1929
24302 Coimbra, 30-01-1930

752 – CASTRO, Mariana Osório de
24351 Estremoz, 03-08-1909

3790 – CAUVEZ?*, G.?
24694 Birmandreis, Algéria, 04-07-1930

771 – CERRALBO Y DE ALMARZA, Marquês de (tb. ALCUDIA Y DE VILLALOBOS, Conde de)
24353 Madrid, 25-11-1910
24580 Madrid, 15-02-1912
24258 Madrid, 15-07-1914

3722 – CÉRTIMA*, António de
24601 Bairrada, 16-11-1919

778 – CHAMPION, Édouard
24727 Paris, 25-10-1907
24358 Paris, 09-04-1914
24700 Paris, 13-05-1914

786 – CHAVES, José Ribeiro
24359 Moledo, Castro Daire, 31-03-1903

787 – CHAVES, Luís (tb. LOPES, Luís Chaves)
24360 S. l., 03-07-1929

794 – CHITTY, Lily J.
24374 Inglaterra, 25-10-1935

796 – CHOFFAT, Paul
24350 S.l., s.d.

815 – COELHO, António D. do Prado
24373 Lamego, 04-06-1914

3724 – COELHO*, Augusto Dias
24604 Midões, Beira Alta, 18-07-1911
24603 Midões, Beira Alta, 09-08-1911

822 – COELHO, Francisco Adolfo
24361 Lisboa, 16-12-1883

3725 – COELHO*, João Cardoso
24605 Porto, 04-06-1920

863 – CORDEIRO, Adelino Esteves Robalo
24362 Lisboa, 15-06-1917

3727 – CORDEIRO*, Arlindo
24607 Santo Aleixo, Moura, 26-08-1939

871 – CORNÚ, Julio
24371 Praga, 31-01-1883
24370 Leitmeritz, Böhmen, 29-04-1900

884 – CORREIA, Joaquim Manuel
24312 Sabugal, 10-07-1904
24313 Caldas da Rainha, 16-01-1922
24253 Caldas da Rainha, 28-12-1927
24259 Caldas da Rainha, 02-12-1932

895 – CORREIA, Virgílio (tb. FONSECA, Virgílio Correia Pinto da)
24710 Condeixa, s. d.
24363 Coimbra, 07-01-1909
24707 Coimbra, 05-07-1910
24708 Coimbra, 17-04-1912
24709 Coimbra, 18-04-1912
24711 Coimbra, 23-04-1912
24712 [Coimbra], 24-04-1912
24713 [Coimbra], [26-04-1912]
24714 Coimbra, 27-04-1912

900 – CORTESÃO, António Augusto
24364 S.l., s. d.

3712 – COSTA*, Alexandre Augusto da
24578 Vila Nova de Tazem, 04-12-1913

912 – COSTA, Américo
24366 Azurara, Vila do Conde, 20-05-1929

929 – COSTA, João da Providência e
24365 S.l., s. d.

932 – COSTA, Joaquín
24367 Madrid, 24-04-1900

3728 – COSTA*, Jorge Basílio da
24608 S. l., 02-03-1923

3705 – COSTA*, Manuel Francisco Prudêncio da
24241 Castro Marim, 11-12-1927

947 – COSTA, Mário Pereira da
24368 Cadaval, s. d.

952 – COSTANTI Y BALLESTEROS, Pablo Peréz
24369 Santiago de Compostela, 29-05-1906

958 – COUREUR, Raul da Costa
24375 Lisboa, 09-03-1917

970 – COUTINHO, Salvador Tavares
24376 Sever do Vouga, 08-04-1904

3729 – COUTO*, Henrique Pereira? Soares
24609 Coimbra, 01-08-1914

3730 – CRAVEIRO*, João Carlos
24610 Covilhã, 20-05-1912

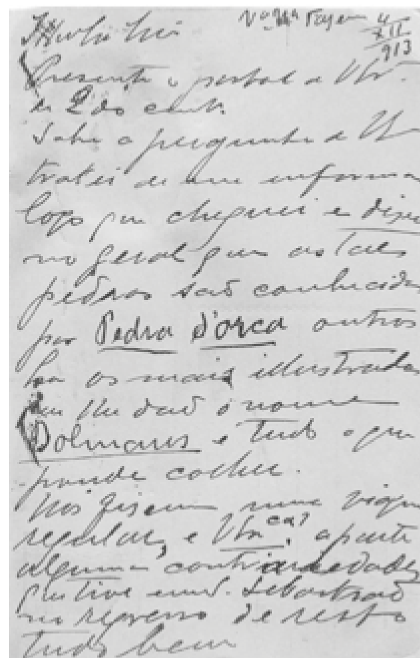
977 – CRESPO, José Lourenço Marques
24304 Estremoz, 09-06-1938
24303 Estremoz, 23-06-1939

3788 – CRUZ?*, José F. Ferreira da
24687 S. l., 14-03-1912

994 – CUERVO, Rufino José
24378 Paris, 09-08-1883
24377 Paris, 22-05-1900

1017 – CUNHA, Pedro José da
24379 Lisboa, 12-06-1919





3712 COSTA, Alexandre Augusto da

1042 – DELGADO, Joaquim Filipe Nery
24753 Lisboa, 26-05-1906
24754 Lisboa, 11-06-1906

1046 – DEROUET, Luís
24381 Lisboa, 1927

1056 – DIAS, Augusto Epifânio da Silva
24065 Grécia, 26-08-1906

1074 – DIAS, Pedro Augusto
24383 Paranhos, 17-11-1913

1076 – DIAS, Urbano de Mendonça
24385 Vila Franca do Campo, Açores, Domingo Gordo de 1912
24384 Vila Franca do Campo, Açores, 08-01-1912

3731 – DINIZ*, Júlio, escrivão
24611 Lisboa, 07-06-1921

1086 – DOMINGUES, Abílio
24382 S.l., s. d.

1087 – DOMINGUES, Pinheiro, Conde
24723 Rio de Janeiro, 29-11-1931

3732 – DONATO*, Ernesto
24612 Coimbra, 31-07-1924

3791 – EHRHARDT?*, José Carlos
24695 Sertã, 24-02-1911

1117 – ENES, Lúcia Cândida de Meneses Gouveia de Azevedo
24387 Tolosa, s. d.

1118 – ENGEL, Arthur
24759 Paris, 22-08-1905

1120 – ESCOVAL, Filomena Pelicano Fernandes
24388 Barrancos, 04-11-1938

3734 – ESPARTEIRO?*, Manuel
24614 Cimbro?, 20-06-1936

1136 – EUSÉBIO, José de Almeida
24389 Covilhã, 11-06-1929

1138 – EY, Luise (tb. EY, Louise)
24390 Hamburgo, 15-04-1920

1144 – FALCÃO, Francisco
24398 S.l., 03-06-1908
24399 S.l., 08-06-1908

1157 – FARIA?, E.
24794 Nelas, 06-06-1920

1169 – FARO, Maria Augusta de Queirós Guedes de Ataíde e
24781 Fornos, Mangualde, 12-04-1925

3735 – FAVA?*, Mariano
24615 Nápoles, 10-05-1907

1181 – FERNANDES, António da Silva
24572 Lisboa, 06-05-1900

3737 – FERNANDES?*, Miguel
24617 Beja, 24-03-1909?

1204 – FERREIRA, António Aurélio da Costa
24773 Lisboa, 21-02-1919

1208 – FERREIRA, Cândida Florinda
24391 Lisboa, 08-09-1939

1221 – FERREIRA, José Augusto, Monsenhor
24250 Vila do Conde, 02-12-1913
24774 Vila do Conde, 16-09-1914
24392 Braga, 23-06-1936
24393 Braga, 29-06-1936

1260 – FIGUEIREDO, A. C. Borges de
24731 Lisboa, 04-02-1890

1264 – FIGUEIREDO, António Mesquita de
24401 Coimbra, 01-12-1908
24400 Coimbra, 24-02-1909

3738 – FIGUEIREDO*, Marquês de
24618 Moura, 26-05-1940
24619 Moura, 29-05-1940
24620 Moura, 18-06-1940

3739 – FINK*, Oskar
24621 Hamburgo, s. d.
24622 Hamburgo, 26-06-1929

3745 – FLORÊNCIO*, José
24630 Monsanto, 22-05-1908

1293 – FOERSTER, W.
24395 Bona, 02-03-1901
24396 Bona, 01-07-1901

1328 – FORTES, Agostinho
24397 Lisboa, 25-09-1922

1349 – FRAZÃO, Francisco Santos Serra
24394 Santarém, 11-05-1939

3793 – FRÉMONT*, ?
24758 Vichy, 17-08-sem ano

3786 – G. de ORTEGA*, R.
24740 Madrid, 20-01-1923

3740 – GALHARDO*, Adelino Pinheiro F.
24623 S. l , s. d.
24715 [Lisboa] , 21-05-1906

1388 – GALRÃO, Carlos
24410 Mafra, 01-03-1936
24409 Mafra, 09-01-1939

1389 – GALVÃO, José Martins de Mira
24796 Beja , 21-06-1939

3741 – GAMA*, E. A. Sanches da
24624 Coimbra, Condeixa, s. d.

1391 – GAMA, Manuel de Azevedo Araújo e
24421 São Pedro da Torre, 25-08-1920

3742 – GAYO*, José B.
24625 Madrid, 17-01-1906

1429 – GERIG, John L.
24422 S. l., [?]-[?]-1921

1431 – GIESE, Wilhelm
24412 Hamburgo, 16-03-1934
24411 Hamburgo, 18-11-1934

3743 – GIESTO*, Luis G.
24626 Madrid, 17-01-1932
24627 Madrid, [?]-06-1932

1435 – GIRÃO, Aristides de Amorim
24423 Coimbra, [?]-12-1920

3744 – GOMES*, João Serafim
24628 Instituto Nun' Álvares, 16-10-1924

1456 – GOMES, Lindolfo
24424 S.l., s. d.

1469 – GONÇALVES, António Ferrugento
24426 Monte Estoril, 08-05-1935

1482 – GONÇALVES, Júlio
24425 Condeixa, 24-04-1912

1493 – GORRA, E.
24406 Pavia, 23-04-1900
24407 Pavia, 23-05-1900
24405 Pavia, 06-11-1900
24408 Pavia, 29-08-1901

1530 – GUEDES, Ramiro
24427 Abrantes, 14-12-1919

1534 – GUERRA, Francisco Maria
24428 Mogadouro, [?] [?] s.d.
24429 Mogadouro, 26-10-1900

1545 – GUIMARÃES, A. J. Gonçalves
24413 Coimbra, 19-03-1902
24414 Coimbra, 13-06-1912

1547 – GUIMARÃES, Abel de Mesquita
24415 Lisboa, 30-11-1936
24417 Lisboa, 17-02-1937
24418 Lisboa, 22-02-1937
24419 Lisboa, 07-10-1937
24416 Lisboa, 10-10-1937
24420 Lisboa, 13-10-1937

3709 – GUIMARÃES*, José Marques
24266 Vilar Seco, 07-12-1934

1563 – GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de
24430 Portalegre, 23-02-1914

1580 – HELENO JÚNIOR, Manuel Domingues
24729 Lisboa, 25-09-1922
24730 Lisboa, 31-08-1923
24260 Figueira da Foz, 03-09-1923

1604 – HOEPFFNER, E.
24403 Estrasburgo, 25-10-1922
24402 Estrasburgo, 22-05-1926

1609 – HOMEM, Francisco de Barros Ferreira Cabral Teixeira (tb. CABRAL, Francisco de Barros Ferreira)
24404 Chaves, 24-01-1937

3746 – INÁCIO*, Joaquim
24631 Cernache do Bom Jardim, 13-07-1884

1634 – JALHAY, Eugénio Augusto dos Anjos, P.e
24791 Caminha, s. d.

3794 – JERICÓ?*, José Maria dos Reis?
24762 Torres Novas, 25-05-1908

1646 – JORGE, Faustino
24432 Moura, 14-05-1939

1660 – JULLIAN, Camille
24721 Paris, 11-05-1906

1661 – JUNGFER, Johannes
24433 Weggis, Suíça, 17-05-1902

1695 – LAMBROS, M.
24761 Atenas, 1905?

1742– LEITÃO, Joaquim
24435 Lisboa, 25-07-1940

1745 – LEITE, Alfredo de Corte Real
24751 Lagos, 18-03-1904
24752 Lagos, 29-03-1904

1746 – LEITE, António
24271 Viana, 26-01-1904

1758 – LEITE, Solidónio
24436 Rio [de Janeiro?], 13-10-1920

1764 – LEMOS, Álvaro Viana de
24442 Viana do Castelo, 17-11-1906
24443 Coimbra, 27-04-1923

1774 – LEMOS, Maximiano
24437 Vila Nova de Gaia, 28-11-1913

1790 – LIMA, Araújo
24444 Lisboa, s. d.

3747 – LIMA*, Augusto
24632 Miranda do Douro, 13-12-1901

3748 – LIMA*, Gervásio
24633 Angra do Heroísmo, 05-08-1934

1800 – LIMA*, Jaime de Magalhães
24441 Eixo, Aveiro, 06?-11-1920

1804 – LIMA, José Fragoso de
24438 Moura, 02-09-1939

1806 – LIMA, Marcelino
24440 Lisboa, 09-06-1931

3749 – LIMA?*, João Ferreira [?]
24634 Aguiar da Beira, 14-03-1930

3750 – LOBO*, José Nogueira
24635 Vale de Azares, Celorico da Beira, 26-02-1912

1825 – LOPES, A. Simões
24272 Porto, 12-04-1904
24315 Porto, 16-04-1904

3751 – LOPES*, Bento da Costa
24636 Lisboa, 30-07-1921

1847 – LOPO, Albino dos Santos Pereira
24439 Bragança, 12-05-1900

1851 – LOTH, Joseph
24573 Paris, 12-11-1926

1856 – LOUREIRO, Adolfo
24434 S.l., s.d.

1898 – MACHADO, Francisco Soares de Lacerda
24468 Portalegre, 15-09-1920

1911 – MACHADO, Virgílio
24458 S.l., 03-03-1911

1917 – MADAHIL, António Gomes da Rocha
24462 Coimbra, 15-01-1928

3802 – MAGALHÃES*, Berta Silveira
24799 Ermesinde, 21-06-1939

3756 – MAIA*, Luís da Costa
24641 Vila do Conde, 04-06-1936
24642 Vila do Conde, 12-06-1936

1938 – MAIA, Manuel Domingues de Sousa, P.e (tb. CANIDELO, Abade de)
24445 Canidelo, Vila do Conde, 28-02-1936
24446 Canidelo, Vila do Conde, 06-05-1936
24448 Canidelo, Vila do Conde, 09-06-1936

3752– MAROUZEAU*, J.
24637 Paris, 07-04-1914

1982 – MARQUES, M. Sabino
24463 Oeiras, 03-11-1935

1996 – MARTÍNEZ MORÁS, Fernando
24447 Corunha, 20-03-1936

2012 – MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira
24459 Lisboa, s. d.

3753 – MASCARENHAS*, Carlos de Sacadura Botte Pinto
24638 Lousã, s. d.

3754 – MATOS*, Sílvio
24639 Vila Real, 25-10-1935

3755 – MATOSO*, João
24640 Soure, 22-10-1923

2062 – MEILLET, A.
24737 Paris, 20-12-1922

2068 – MEIRELES, Joaquim Leão Ferreira de
24716 Paços de Ferreira, 08-02-1903
24717 Paços de Ferreira, 15-08-1903

2069 – MEIRINHOS, Francisco, P.e
24493 S.l., s. d.
24494 Avelanoso, 12-02-1899
24496 Avelanoso, 25-04-1900
24495 Avelanoso, 03-05-1900
24497 Avelanoso, 15-06-1901

3748 LIMA, Gervásio

2070 – MELO, Adriano Leite Cardoso Pereira de, Monsenhor (Fam.)
24456 S.l., 27-03-1876
24431 S.l., 14-02-1896

2075 – MELO, António Leite Pereira de (Fam.)
24316 Peral, 30-04-1885
24317 São Tomé, 02-05-1885
24386 S.l., 28-05-1885
24318 São Tomé, 31-05-1885
24319 São Tomé, 17-09-1887

1752 – MELO, Jaime Leite Pereira de (Fam.)
15488 S. l., 13-03-1893
24779 Columbeira, 25-05-1908

3758 – MELO*, José Leite Pereira de (Fam.)
24644 S. l., 26-09-1873

2089 – MELO, José Quintela Vaz de
24744 Belo Horizonte, 15-02-1937

2094 – MELO, Maria Máxima Leite Cardoso Pereira de (Fam.)
24538 S.l., 08-02-1918

2095 – MELO, Mariana Camões de Sousa Relvas Leite Pereira de (Fam.)
24453 Crato, s. d.

2147 – MENÉNDEZ PIDAL, Ramón
24788 Madrid, 22-12-1903
24789 Madrid, [?]-03-1904
24790 Madrid, 05-11-1905
24454 Madrid, 10-11-1910

2125 – MEREA, Manuel Paulo
24745 Coimbra, 05-08-1922
24746 Coimbra, 05-03-1923
24747 Coimbra, 08-03-1923
24748 Coimbra, 17-08-1923?
24464 Coimbra, 02-03-1935

2140 – MEYER-LÜBKE, Wilhelm
24452 Viena, 27-04-1900

2145 – MILÀ Y FONTANALS, Manuel
24460 Barcelona, 17-02-1883

3759 – MIRANDA*, Pereira de
24645 S. l., 08-11-1919

2191 – MOFFATT, L. G.
24467 Nova Iorque, 15-12-1938

2198 – MONACI, E.
24457 Roma, 17-02-1912?

2224 – MONTEIRO, Bernardo Fernandes
24449 Porto, 13-12-1894
24450 [Porto], 06-07-1898

2243 – MONTEIRO, Severiano Augusto da Fonseca
24589 S. l., 08-11-1894

2261 – MONTERROSO, Mário
24477 Amarante, 22-10-1934

3760 – MORAIS*, Manuel João de, P.e
24646 Bragança, 16-10-1936

3761 – MORAIS*, Silvestre de
24647 Covilhã, 21-12-1926
24648 Covilhã, 02-01-1927
24649 Covilhã, 13-01-1927
24650 Covilhã, 15-01-1927

2275 – MORÁN BARDÓN, César, P.e
24451 Salamanca, s. d.
24797 Salamanca, 12-06-1939

2282 – MOREIRA, Júlio
24455 S.l., 25-07-1909

2285 – MOREIRA, Vasco de Almeida, P.e
24465 S. João de Tarouca, 10-04-1931
24466 S. João de Tarouca, 22-04-1931

2287 – MOREL-FATIO, Alfredo
24682 Paris, 29-10-1898

2307 – MOURÃO, António Gomes
24461 Lamego, 04-12-1908

3762 – MOURÃO*, Ramiro
24651 Porto, 02-08-1938

3763 – NARDONI*, Vincenzo
24652 Roma, 17-07-1905

2324 – NATIVIDADE, Manuel Vieira
24587 Alcobaça, 12-12-1894
24588 Alcobaça, 14-12-1894

2331 – NEGRÃO, António Xavier (Fam.)
24702 Mesão-Frio, s. d.

3764 – NEIVA*, Francisca da Rocha
24653 Barrancos, 20-09-1939

3765 – NEIVA*, João Manuel Cotelo
24654 Porto, 26-12-1935

2397 – NETO, A. Lino
24472 Lisboa, 19-01-1936

2411 – NEVES, Henrique das
24469 Porto, s. d.
24470 Lisboa, 13-10-1908?

2423 – NOBRE, José Barros
24473 Castelo Branco, 05-05-1922
24485 Castelo Branco, 19-05-1922
24486 Castelo Branco, 03-06-1923

3799 – NOGUEIRA*, J. Paula
24784 Lisboa, 22-08-1902

2434 – NORONHA, Eduardo de
24471 Lisboa, 19-06-1920

2437 – NORONHA, Tito de Bourbon e
24478 Arruda dos Vinhos, 23-07-1938
24487 Arruda dos Vinhos, 29-09-1938
24488 Arruda dos Vinhos, 12-10-1938

2448 – NUNES, José de Sousa
24475 S.l., 21-08-1939
24476 Lisboa, 19-09-1939

2447 – NUNES, José Joaquim
24474 S.l., s. d.

2454 – OBERMAIER, Hugo
24479 Dublin, 15-08-1932

2459 – OLIVEIRA, Alberto da Fonseca
24480 Covilhã, 18-12-1926

3767 – OLIVEIRA*, Roberto Vaz de
24656 Feira, 09-12-1940

2527 – PACHECO, José Correia
24483 Porto, 01-02-1923

2533 – PAÇO, Afonso do
24722 Lisboa, 02-02-1940

2536 – PADILHA, João Bento
24725 Santo Tirso, Natal de 1936

2549 – PALMA, João José Nunes da
24498 Porto, 16-12-1891?
24499 Guarda, 02-11-1892

3768 – PASSOS*, José Joaquim dos
24657 Miranda do Douro, 13-12-1901

2582 – PAULYN, Willy
24501 S.l., s. d.
24500 Hamburgo, 23-12-1927

2594 – PELAEZ, Mario
24484 Roma, 17-11-1926

2598 – PEQUITO, P. Fortunato
24586 Aramanha, Marvão, 10-05-1893

2623 – PEREIRA, Félix Alves
24776 S. l., s. d.
24777 Lisboa, 31-05-1908

3769 – PEREIRA*, Firmino
24658 Porto, 30-09-1915

3707 – PEREIRA*, João Félix
18276 Camarate, 19-11-1890

3770 – PEREIRA*, Joaquim Maria
24659 Faro, 13-12-1884?

2653 – PEROTT, Joseph de
24489 Worcester, Mass., 06-01-1914

2677 – PIMENTEL, José Gregório de Faria
24726 Sobreira, 08-03-1903

2693 – PINHO JÚNIOR, António José de
24718 Monção, 15-08-1905
24719 Monção, 19-08-1905
24720 Monção, 19-08-1905
23926 Monção, 17-07-1907

3706 – PINTO*, António Justino
24244 Lisboa, s. d.

2732 – PIRES, António Tomás
24782 Valada, 04-05-1903
24490 Elvas, 31-03-1911

2739 – PIRES, Maria Gertrudes da Costa
24491 Elvas, 25-11-1913

2773 – PRESTAGE, Edgar
24724 Londres, s. d.
24482 Inglaterra, 25-12-1905
24481 S.l., [?]-[?]-1931?

2776 – PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares de
24492 Coimbra, 25-10-1903

3771 – PULIDO*, Manuel Claudio
24660 Barrancos, 15-11-1940

2817 – RAPOSO, Hipólito
24267 S. Vicente da Beira, 14-04-1917
24251 Belmonte, 22-04-1917
24252 Lisboa, 07-05-1917
24268 Lisboa, 02-12-1917

3772 – RAPOSO*, Luís Simões
24661 Lisboa, 28-10-1931

2835 – REGO, Abílio Maria
24734 Évora, 16-10-1915
24735 Évora, 26-10-1915

2855 – REIS, Pedro Batalha
24503 São Marcos, 26-09-1929

2871 – RIBEIRO, António José de Sousa
24508 Braga, 31-07-1906

2889 – RIBEIRO, José António Lopes
24507 Mondim da Beira, 14-01-1906

2894 – RIBEIRO, Luís da Silva
24733 Angra do Heroísmo, 14-10-1935

2911 – RIZZO, José António
24502 São Luís de Cáceres, Mato Grosso, 14-03-1921

2912 – ROCHA, António dos Santos
24504 Figueira da Foz, 07-05-1900

3773 – RODRIGUES*, Guilherme
24662 Lisboa, 01-02-1918

3780 – RODRIGUES*, Sebastião Peres
24671 Lisboa, [?]-09-1929

2967 – RORIZ, Gaspar, P.e
24505 Guimarães, 09-02-1910
24506 Guimarães, 11-03-1910

3774 – ROSA*, Celestiano
24663 Amoreira, 14-11-1894
24664 Amoreira, 31-12-1894

3775 – SÁ*, Hermenegildo de
24665 Vila da Feira, 25-04-1910

3637 – SALES, Ernesto Augusto Pereira de, P.e
24692 Lisboa, 09-06-1925

3030 – SALVIONI, Carlo
24532 Soazza, Graubunden, 22-08-1901

3776 – SANCHES*, José Dias
24666 Lisboa, 23-03-1939

3777 – SANCHES*, Tito de Sousa
24667 Leiria, 17-02-1930

3778 – SANCHEZ*, José Garcia
24668 Corunha, 1934?

3779 – SANSAINI*, Pompeo
24669 Roma, 11-01-1913
24670 Roma, 02-02-1913

3047 – SANTA RITA, Augusto de
24736 Lisboa, 10-01-1916

3105 – SANTOS AGERO, Henrique
24521 San Martín de Trevejo, Cáceres, s. d.
24509 San Martín de Trevejo, Cáceres, 14-03-1924
24510 Salamanca, 11-04-1924
24511 São Martinho de Trebelho, 19-04-1924
24512 San Martín de Trevejo, Cáceres, 01-07-1924
24513 San Martín de Trevejo, Cáceres, 20-07-1924
24514 Cascais, 04-10-1924
24515 San Martinho, 14-05-1925
24516 San Martín, 04-07-1929
24517 San Martín, 22-07-1929
24518 San Martín, 06-09-1929
24574 San Martín de Trevejo, Cáceres, 07-09-1929
24519 San Martín, 03-10-1931
24520 Madrid, 04-01-1933
24522 Figueira da Foz, 14-09-1933
24523 San Martín, 23-12-1933
24524 Madrid, 07-04-1934
24525 Madrid, 18-04-1934
24526 Madrid, 01-06-1934
24527 Madrid, 27-11-1934
24528 Madrid, 10-12-1934
24529 San Martín de Trevejo, Cáceres, 18-12-1935
24245 Madrid, 17-12-1939
24246 San Martín, 02-11-1940

3106 – SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos
24680 Porto, 17-11-1930

3061 – SANTOS, António Afonso dos
24750 Covelães, 28-05-1937

3800 – SANTOS*, J.
24785 S. l., 1926

3096 – SANTOS, Manuel de Oliveira
24536 Coimbra, s. d.

3120 – SARDINHA, Laureano Picão
24584 Portalegre, 23-07-1914

3124 – SARMENTO, Francisco Martins
24540 Guimarães, 03-02-1882
24541 Guimarães, 11-02-1882

3803 – SCHEPOTIEFF*, A.
24800 Minsk, 10-09-1926

3147 – SCHULMAN, Jacques
24775 Amesterdão, [?]-04-1914

3153 – SÉBILLOT, Paul, pai
24534 Paris, 26-06-1893

3781 – SILVA*, Hugo Lopes da [?]
24672 Torres Vedras, 16-11-1938

3226 – SILVA, João dos Santos, P.e
24575 Benafim, Algarve, 21-04-1933

3229 – SILVA, João Gualberto da Cruz e
24537 Santiago do Cacém, 29-06-1932

3249 – SILVA, Manuel Rodrigues de Matos
24701 Ponte de Sôr, 19-03-1893
24585 Ponte de Sôr, 24-12-1893

3782 – SILVANO*, P. Almeida
24673 Lamego, Numão, 15-10-1905

3708 – SIMÕES*, Catão
24264 Porto, 17-04-1917

3282 – SIRET, Luis
24262 Cuevas, Almeria, 28-11-1922

3312 – SOUSA, Ângelo Leopoldo da Cruz e
24535 Lamego, 18-12-1920

3330 – SOUSA, José de Santa Rita e, Cónego
24533 Lisboa, 09-01-[?]

3341 – SOUTO, Alberto
24530 Aveiro, 12-10-1929

3356 – STORCK, Wilhelm
24531 Münster, Westfalen, 23-04-1900

3396 – TEIXEIRA, A. da Costa?, Cónego
24551 São Nicolau, Cabo Verde, 03-11-1898

3398 – TEIXEIRA, Alípio
24548 S.l., s. d.

3403 – TEIXEIRA, Carlos
24547 Porto, 13-01-1940

3736 – TEOTÓNIO, [?] Féria
24616 Lisboa, 22-05-1934

3428 – TERRA, Ventura
24760 Lisboa, 02-11-1906

3431 – TEZA, Emílio
24549 Pádua, 09-09-1901

3638 – THOMAS, Antoine
24545 Paris, 28-07-1903
24543 Paris, 26-10-1910
24544 Sceaux Seine, França, 07-11-1910
24542 Sceaux Seine, França, 20-04-1915?
24546 Bourg la Reine, 21-03-1926

3440 – TOMÁS, Pedro Fernandes
24248 Figueira da Foz, 20-10-1896

3451 – TORRES, Manuel António
24550 Alcoutim, 07-11-1922

3464 – UNAMUNO, Miguel de
24552 Salamanca, 18-06-1898
24553 Salamanca, 11-08-1898

3467 – VAAMONDE, César (tb. VAAMONDE LORES, César)
24554 Corunha, 24-02-1915
24555 Corunha, 20-03-1936

3801 – VALDEZ*, Vasco
24793 S. Vicente, 20-02-1919

3783 – VARELA*, Joaquim dos Reis
24674 Sabóia, 26-11-1921

3482 – VARGAS, Manuel Francisco de
24764 Moledo do Minho, 25-10-1905

3483 – VASCO, Serafim Martins
24556 Alfaiates (Sabugal), 05-03-1892

24557 Alfaiates (Sabugal), 14-06-1919
24558 Alfaiates (Sabugal), 03-08-1919
24559 Alfaiates (Sabugal), 08-01-1922

3498 – VASCONCELOS, José Augusto do Amaral Frazão de
24576 S. l, s. d.

3494 – VASCONCELOS, Carlos J. Michaëlis de
24675 Porto, 10-01-1926

3496 – VASCONCELOS, Ernesto Leite de
24577 São Nicolau, Cabo Verde, 30-07-1898

3784 – VASCONCELOS*, Viriato de Oliveira
24676 Lisboa, 06-07-1899?

3525 – VAZQUEZ, Maria das Dores (tb. PERES BLANCO, Maria das Dores Vazquez y)
24792 Barrancos, 13-06-1939

3531 – VEGA DEL SELLA, Conde de
24743 Madrid, 29-05-1892

3538 – VELASCO, André C.
24563 Lisboa, 20-06-1917

3545 – VENTURA, José Pinto da Silva
24564 Espinho, 14-02-[?]

3785 – VIEGAS*, José de Moura
24677 [?], 05-02?-1922

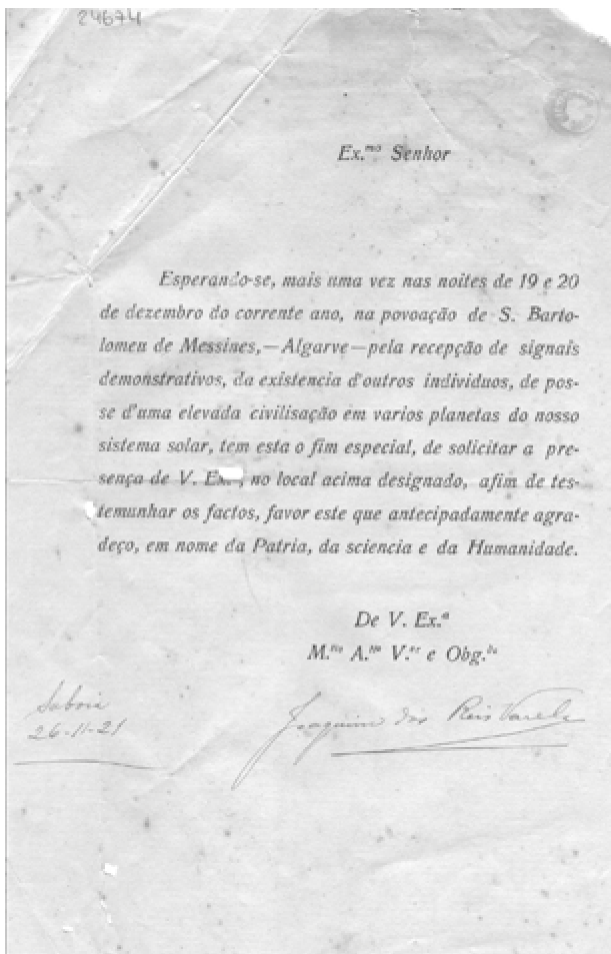
3569 – VIEIRA, A. Antunes, P.e
24629 Instituto Nun' Alvares, 08-10-1924

3570 – VIEIRA, Afonso Xavier Lopes
24678 S. l., 08-01-1927

3573 – VIEIRA, António Baptista, P.e
24565 Vila do Bispo, 24-05-1894

3694 – VIEIRA, José da Silva
24567 Esposende, 15-07-1923

3581 – VIGÓN, Bráulio
24566 Colunga, Oviedo, 28-05-1901



24674

Exmo Senhor

Esperando-se, mais uma vez nas noites de 19 e 20 de dezembro do corrente ano, na povoação de S. Bartolomeu de Messines,—Algarve—pela recepção de signais demonstrativos, da existencia d'outros individuos, de posse d'uma elevada civilisação em varios planetas do nosso sistema solar, tem esta o fim especial, de solicitar a presença de V. Ex.ª, no local acima designado, afim de testemunhar os factos, favor este que antecipadamente agradeço, em nome da Patria, da sciencia e da Humanidade.

De V. Ex.ª
M.^to A.^to V.^or e Obg.^do

Lisboa
26-11-21

Joaquim dos Reis Varela

3783 VARELA, Joaquim dos Reis

3598 – VITERBO, Sousa
24568 S.l., 06-12-1905

3601 – VITORINO, Pedro
24560 Porto, 28-02-1935
24562 Porto, 02-06-1936
24561 Porto, 06-06-1936

3605 – VOLLMÖLLER, Karl
24569 Dresden, 20-12-1902

3697 – WEIGEL, Adolf
24728 Leipzig, 11-03-1908
24570 Leipzig, 08-05-1936

3757 – WEIGEL*, Karl Seinz
24643 Leipzig, 21-10-1927

2.1.2. De autores não identificados

2.1.2.1. Assinaturas ilegíveis

3682 – Assinaturas ilegíveis

24768 Nápoles, s. d.
24786 Lisboa, s. d.
24685 S. l., 22-03-1894
24683 Lisboa, 21-10-1905
24691 Alandroal, 04-07-1909
24787 Lisboa, 17-04-1910
24783 Roma, 17 de Junho de 1913
24769 S.l., 06-11-1917
24689 Lisboa, 18-01-1926
24704 S. l., 14-05-1936

2.1.2.2. – Espécies não assinadas

3683 – Espécies não assinadas

24693 Covilhã, 07-12-1928?
24767 S. l., 05-1932

2.1.2.3. – Espécies truncadas

3684 – Espécies truncadas

24099 Barcelona , 29-01-1920
24690 S. l, s. d.

José Leite de Vasconcelos e Manuel Fonseca da Gama – dois autores unidos por duas obras literárias

JOAQUIM ROQUE ABRANTES*

RESUMO

O cónego Manuel Fonseca da Gama quis enaltecer e divulgar a beleza natural, os valores familiares e humanos, a história geográfica e etnográfica da região onde nasceu e passou a sua infância, com a publicação, em 1940, da obra Terras do Alto Paiva.

A sua fonte de inspiração foi o livro Memórias de Mondim da Beira da autoria do grande etnólogo e arqueólogo português, José Leite de Vasconcelos, que descreve nesta monografia toda a história de um concelho, situado a pouca distância da região do Alto Paiva. A vizinhança das suas terras de origem aproximou os dois autores.

Manuel da Gama, ao reunir elementos para produzir a sua obra, deparou-se com enormes dificuldades porque as fontes de informação eram escassas e as interrogações eram muitas. Pediu, com simplicidade, ajuda a Leite de Vasconcelos e na correspondência que lhe dirigiu, entre 1 de Dezembro de 1939 e 27 de Janeiro de 1941, levanta dúvidas, põe questões e obtém preciosos esclarecimentos do seu Mestre, por quem nutria profunda admiração.

O Museu Nacional de Arqueologia tem um espólio considerável de materiais trazidos pelo seu fundador das Antas da região do Alto Paiva.

Palavras-chave: Manuel da Gama – José Leite de Vasconcelos – Correspondência

* Assessor do Instituto dos Museus e da Conservação. Email: joaqroque@gmail.com

ABSTRACT

On publishing his work Terras do Alto Paiva in 1940, Canon Manuel Fonseca da Gama wanted to praise and to disclose the natural beauty, the human and family values and the ethnographic and geographical history of the land where he was born and spent his childhood, as well.

His source of inspiration was the book Memórias de Mondim da Beira by the great Portuguese ethnologist and archaeologist, José Leite de Vasconcelos, who traces in this monograph the whole history of a municipality located near the Alto Paiva region. The geographical vicinity of their birthplaces approached both authors.

On gathering elements to write his book, Manuel da Gama faced great difficulties because the sources of information were scarce, and the questions were too many. He naturally asked Leite de Vasconcelos for help. In the letters Manuel da Gama addressed him, between 1st December 1939 and 27th January 1941, he raises doubts, puts questions and gets valuable explanations from his Master, for whom he had great admiration.

The MuseuNacional de Arqueologia (National Museum of Archaeology) holds a considerable amount of materials that his founder brought from the Dolmens of the Alto Paiva region.

Keywords: Manuel da Gama – José Leite de Vasconcelos – Correspondence

INTRODUÇÃO

José Leite de Vasconcelos é um nome de referência no saber. Deixou uma vasta obra que aborda o estudo do «Homem Português» particularmente nos campos da Arqueologia, da Filologia, da Linguística, da Literatura e da Numismática.

Foi conservador da Biblioteca Nacional e professor na Faculdade de Letras de Lisboa. Criou o Museu Etnológico Português em 1893 (actual Museu Nacional de Arqueologia), do qual foi o primeiro director, lançou a Revista Lusitana em1889,oArqueólogo Português em 1895 e o Boletim de Etnografia.



Fig. 1 – Cónego Manuel Fonseca da Gama

Entre as suas muitas publicações, destacam-se ainda Religiões da Lusitânia, (1897-1913) em três volumes e Etnografia Portuguesa (1933-1988) em 10 volumes. Foi também pioneiro no estudo da onomástica portuguesa com a obra Antroponímia Portuguesa.

Nasceu na Ucanha, concelho de Tarouca, em 7 de Julho de 1858 e faleceu em Lisboa a 17 de Maio de 1941, com 82 anos de idade.

Pode dizer-se, sem sombra de dúvida, que Leite de Vasconcelos é o grande arqueólogo e etnólogo português da 2.ª metade do século XIX e da 1.ª metade do século XX.

Manuel Fonseca da Gama correspondeu-se com José Leite de Vasconcelos entre 1 de Dezembro de 1939 e 27 de Janeiro de 1941. Nasceu na freguesia de Alhais, concelho de Vila Nova de Paiva,

distrito de Viseu, no dia 1 de Março de 1882. O seu nome original era Manuel Alves da Fonseca Pinto. A partir de 1930 acrescentou «da Gama». Questão de Patriotismo?

Concluídos os estudos secundários no liceu de Viseu (1893-1898), ingressou no Seminário de Lamego onde viria a terminar o curso de Teologia em 1901.

Cinco anos mais tarde, em 10 de Março de 1906 foi ordenado sacerdote e nomeado pároco de Moimenta da Beira. Entre 1915 e 1922, residiu em Coimbra onde se formou em Direito e, em 1921, foi nomeado professor do Seminário de Lamego, leccionando as cadeiras de História Eclesiástica e Patrologia

Tornou-se correspondente de vários jornais tais como: Portugal, A Voz, Jornal da Beira e Vozes de Lamego. Foi director deste último periódico e assinava habitualmente os seus artigos com o pseudónimo de «Mínimus». Nos seus escritos transparecia a verdade histórica, e esta foi uma preocupação que cultivou e manteve ao longo de toda a sua vida.

Pelos relevantes serviços prestados à diocese, o Bispo de Leiria D. João da Silva conferiu-lhe a dignidade de Cónego.

Em Dezembro de 1940, publicou a sua obra literária principal: TERRAS DO ALTO DO PAIVA. Memória histórico – geográfica e etnográfica do concelho de Vila Nova do Paiva. Na primeira parte, trata da Geografia e da História Geral do concelho e na segunda descreve minuciosamente a evolução histórica de cada freguesia.

A fonte inspiradora desta publicação foi o livro de José Vasconcelos com o título *Memórias de Mondim da Beira*, editado em 1933, tendo o autor já 75 anos de idade. A correspondência que Manuel Fonseca da Gama trocou com Leite de Vasconcelos está intimamente relacionada com esta monografia, como veremos.

Faleceu na freguesia de Alhais, na sua casa de Vila Garcia, em 30 de Janeiro de 1950, aos 67 anos de idade.

Em homenagem a este vulto de homem devotado à causa da terra em que nasceu, viveu e faleceu, foi distinguido com a perpetuidade toponímica: assim, em Vila Nova de Paiva há uma avenida e em Alhais uma rua com o nome do Cónego Manuel Fonseca da Gama.

1. UM OLHAR SOBRE A CORRESPONDÊNCIA DE MANUEL FONSECA DA GAMA PARA JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

Em 1999, foi publicado pelo Museu Nacional de Arqueologia o Epistolário de José Leite de Vasconcelos como Suplemento n.º1 da revista oficial do museu – *O Arqueólogo Português*.

A correspondência aqui referida é proveniente de 3.690 autores que endereçaram a Leite de Vasconcelos 24.170 espécies. Cada autor tem um número de ordem e as espécies estão inseridas em capas de cartolina «acid-free», devidamente orde-

nadas. Manuel Fonseca da Gama tem o n.º de ordem 1392 e escreveu 6 espécies (n.º 8966-8971), entre 1 de Dezembro de 1939 e 1 de Janeiro de 1941.

Na leitura desta correspondência, que agora vamos apresentar, procuraremos pôr em destaque as perguntas que Manuel da Gama dirigiu a Leite de Vasconcelos, assim como o respeito e a consideração que tinha pelo Mestre. Encontraremos as respostas no capítulo 4.º deste trabalho ao tratarmos do contributo prestado por José Leite de Vasconcelos à obra Terras do Alto Paiva.

Nas citações que iremos fazer, ao longo do texto, optamos por manter a grafia original.

1.ª espécie (n.º 8966) – carta. Lamego, 01.12.1939.

Nesta primeira carta, o autor faz a sua apresentação a Leite de Vasconcelos: «Sou padre, natural de Alhais, do concelho de Vila Nova do Paiva, professor de Teologia do Seminário de Lamego». Pede desculpa por incomodar um homem tão sábio para quem o tempo é precioso, mas ao tomar a decisão de escrever uma monografia sobre o seu concelho, depara-se «com dificuldades quase insuperáveis, pois não há praticamente nenhuma documentação». É o amor pela terra onde nasceu e o orgulho pelo seu país que o leva a estudar e a expandir o conhecimento da região de Vila Nova de Paiva, aproveitando a comemoração do 3.º Centenário da Restauração da Independência de Portugal (1640-1940). Daí, ter feito questão que a sua obra fosse publicada em 1940.

Como um viajante que não sabe o caminho a seguir, implora a Leite de Vasconcelos: «Atenda-me por caridade, [...] eu li as suas Memórias de Mondim da Beira, que me deram muita luz e até tenciono servir-me do seu parecer para dar ao meu pobre trabalho título semelhante». De facto, deu ao seu livro o subtítulo de: Memória histórico – geográfica e etnográfica do concelho de Vila Nova do Paiva, tendo optado por «memória» em vez de monografia.

Na apresentação da sua obra, realça igualmente quanto deve a Leite de Vasconcelos: «O insigne Mestre, José leite de Vasconcelos, diz nas suas Memórias de Mondim da Beira (que muitas luzes me deram) a p. 2, que reúne elementos para a história da sua terra – uns obtidos com escavações arqueológicas, outros coligidos em bibliotecas, arquivos, museus ou por ocasiões de leituras e conversas, e outros finalmente, devidos a informações de amigos [...]. Quási poderia fazer minhas, aquelas palavras, pois alguma coisa de tudo aquilo foi manancial em que bebi. E para tão pouco fazer, não foi pequena a canseira, percorrendo as freguesias, devassando arquivos paroquiais, esquadrinhando documentos velhos, por inúteis que parecessem, pesquisando, indagando este e aquele» (id. p. 16).

Voltando ainda a esta primeira carta, vemos que Manuel da Gama pede a Leite de Vasconcelos alguns esclarecimentos relacionados com assuntos e locais que ambos conheciam, devido à proximidade dos concelhos de Tarouca e Vila

Nova de Paiva, aos quais pertencem hoje, respectivamente, as freguesias de Ucanha e Alhais[1].

Esses esclarecimentos dizem respeito a escrituras de doações ao Mosteiro de S. João de Tarouca, aos achados nas antas de Queiriga, à exploração no dólmen de Pendilhe, etc.

2.ª Espécie (n.º 8967) – carta. Lamego, 03.01.1940.

Manuel da Gama começa por agradecer «muito reconhecido» a Leite de Vasconcelos as respostas às questões que lhe apresentou na primeira carta.

Reconhece, com simplicidade, que não possui os livros que Leite de Vasconcelos lhe recomenda e tem dificuldade em os adquirir «pois os honorários de um professor do Seminário, para mais não dão que para um parco sustento». E acrescenta: «Entretanto, não deixe V. Ex.ª de mos citar, para os procurar onde os houver, talvez em Coimbra, na Biblioteca da Universidade».

Pede a Leite de Vasconcelos que o elucide sobre as doações da herdade de Alhais feitas por D. Estevainha Soares ao Mosteiro de S. João de Tarouca, assim como um esclarecimento sobre as milícias de Alhais, Frágoas, Pendilhe e Vila Cova à Coelheira. E conclui com humor: «Fico, pois, a esperar a notícia, pedindo desculpa de lhe lembrar que a pobre não prometas…».

Em contrapartida, fornece a Leite de Vasconcelos uma informação: as antas de Queiriga não são do concelho de Sátão, como o Mestre pensava, mas do concelho de Vila Nova de Paiva.

Termina a carta com um desejo e uma prece: «Desejando a V. Ex.ª muito B. F., e um novo ano cheio de bênçãos, peço a Deus que lhe conceda ainda muitos anos novos, com muita saúde». A carta foi escrita em 1940; Leite de Vasconcelos veio a falecer no ano seguinte em 17 de Maio, com a bela idade de 82 anos. Não chegou a viver os muitos anos que o seu amigo Manuel da Gama lhe tinha desejado.

[1] Alhais, de onde era natural o cónego Manuel Fonseca da Gama, é actualmente uma freguesia do concelho de Vila Nova de Paiva, constituída pelas povoações de Alhais de Cima, Alhais de Baixo, Vila Garcia e o que resta do antigo lugar de Moradais. Tem uma área de 12,85 Km2 e dista 2 Km da sede do concelho. Em 1991, tinha 590 habitantes e em 2001 desceu para 527. Foi vila e sede de concelho entre 1514 e 1836.
Ao concelho de Vila Nova de Paiva pertencem hoje os antigos concelhos de Alhais, Frágoas, Vila Cova à Coelheira e Pendilhe. As actuais freguesias que compõem este concelho são: Alhais, Frágoas, Pendilhe, Queiriga, Touro, Vila Cova à Coelheira e Vila Nova de Paiva.
Ucanha, onde nasceu José Leite de Vasconcelos, é hoje uma freguesia do concelho de Tarouca com 5, 28 Km2 e 423 habitantes (2001). Foi integrada neste município em 1898. Mas em tempos mais recuados foi sede de concelho até 1836. A partir desta data, esta povoação ficou a pertencer ao concelho de Mondim da Beira, conjuntamente com as freguesias de Granja Nova, Salzedas e Vila Chã de Cangueiros. Em 1801, este concelho tinha 2117 habitantes.
Mondim da Beira é actualmente uma freguesia do concelho de Tarouca tendo deixado de ser concelho em 1896. Nascendo Leite de Vasconcelos em 1858, já tinha 38 anos quando a sua terra natal deixou de pertencer ao concelho de Mondim da Beira.
Fazem parte do actual concelho de Tarouca as freguesias de Dalvares, Gouviães, Granja Nova, Mondim da Beira, Salzedas, São João de Tarouca, Ucanha, Várzea da Serra e Vila Chã da Beira.

3.ª espécie (n.º 8968) – carta. Lamego, 21.04.1940.

Manuel da Gama pede desculpa a Leite de Vasconcelos de não lhe ter agradecido há mais tempo a resposta que lhe dera na carta anterior devido a uma doença de fígado. Leite de Vasconcelos tinha-o informado que não conseguira encontrar no Almanaque das Ordenanças de 1815, qualquer referência às milícias de Alhais, Frágoas, Pendilhe e Vila Cova à Coelheira, que foram concelhos até 1836.

Manuel da Gama estranha esta omissão e escreve na sua carta: «Porquanto ainda hoje em Alhais se diz: a casa, o filho ou o neto do Capitamor, do Alferes-mor e do Sargento. Este título até passou para alcunha dos membros da família do último sargento, dizendo-se António Sargento […]».

Reconhecendo e apreciando a competência de Leite de Vasconcelos pede-lhe que o elucide se Pinho Leal tem razão ao dizer que Alhais é palavra árabe, derivada de alhares, significando «o guarda» procedente do verbo haras.

Faz-lhe uma segunda pergunta: «E do Rio Paiva qual será a etimologia?»

Termina a carta com a sua habitual delicadeza: «Se as perguntas lhe hão-de dar incómodo tenha-as V.ª Ex.ª por não feitas. Com toda a veneração, subscrevo-me».

Veremos as respostas de Leite de Vasconcelos nas páginas seguintes.

4.ª espécie (n.º 8969) – postal. Vila Nova de Paiva, 18.07.1940.

Manuel da Gama pergunta a Leite de Vasconcelos se ele se lembra do ano em que esteve em Queiriga, a explorar as orcas (antas) daquela freguesia, pois teve conhecimento pelo pároco de Queiriga, que o Dr. Leite de Vasconcelos tinha encontrado na Orca dos Juncais um painel com uma figura representando um homem que segurava uma cabra com uma corda. Continua a carta dizendo que a pessoa que lhe deu essa informação sobre os materiais encontrados na Orca dos Juncais, (depositados posteriormente no Museu Etnológico de Belém) não faz qualquer referência a estes achados, e daí a sua dúvida. Pergunta ainda se a povoação de Moradais, hoje desaparecida, mas que no passado fazia parte da freguesia de Alhais, teria sido habitada pelos Mouros como parece indiciar o seu topónimo.

5.ª espécie (n.º 8970) – carta. Vila Nova de Paiva, 29.07.1940.

Nesta carta, Manuel da Gama retoma os temas apresentados na espécie anterior. Informa Leite de Vasconcelos que na Anta dos Juncais ainda se encontra «a tal pintura a que Vª. Ex.ª se refere».

Que pintura seria esta? A tal figura de um homem segurando uma cabra com uma corda, ou outra pintura diferente, representando figuras humanas, e que Leite Vasconcelos levara para o Museu Etnológico? Ouviu dizer que a tal anta foi considerada Monumento Nacional graças à intervenção de Leite de Vasconcelos. Será verdade?

Mais uma vez, lhe dirige perguntas já feitas em cartas anteriores sobre a toponímia da povoação de Moradais. Faz a referência ao livro *Terras da Beira – Cernancelhe e seu Alfoz*, da autoria do Abade Vasco de Almeida Moreira[2], seu condiscípulo, que relaciona o étimo mouradal com um antigo bairro de habitação de Mouros. E continua Manuel da Gama na sua carta: «Liguei aquilo com Moradais da freguesia de Alhais que no Cadastro da População do Reino (1527), se diz Muradains. Também já vi num documento o termo Muradais em vez de Moradais, que é ortografia mais conforme com Muradains».

Américo Costa, no seu Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular (vol. I, 1929, p. 669 – 670), escreve sobre Alhaes: «Fazem parte desta freguesia os seguintes lugares: Alhaes de Cima, Cabo, Moradias, Outeiro e Villa Garcia. O mesmo autor no Vol. VIII, publicado em 1943, na entrada Moradais, na p. 419 diz: «Log[ar] da freguesia de Alhaes, conc. de Penalva do Castelo, comarca de Mangualde».

Achamos curioso como é que o topónimo de um pequeno lugar aparece com cinco variantes: Muradains, Muradais, Mordaes, Moradais e Moradias.

6.ª espécie (n.º 8971) – postal. Lamego, 27.01.1941.

Esta é a última correspondência que Manuel da Gama dirige a Leite de Vasconcelos. Começa por lhe agradecer os favores que lhe dispensou e toma a liberdade de lhe enviar um exemplar do seu livro *Terras do Alto Paiva*.

Pede desculpa pelos defeitos e erros que possa conter devido não só às limitações de uma tipografia de província mas também à falta de uma revisão atenta, serena e cuidada. Isto aconteceu, porque tinha todo o interesse como bom patriota, que a obra fosse lançada em 1 de Dezembro de 1940, ano das Comemorações Centenárias da Restauração da Independência de Portugal. E termina: «Se Vª. Ex.ª tiver de lhe fazer alguma observação, desejaria por favor ter dela conhecimento. Peço desculpa a Vª. Ex.ª se lhe não agradar seja no que fôr; mas

[2] O abade Vasco de Almeida Moreira nasceu em Sernancelhe a 30 de Dezembro de 1879 e foi ordenado presbítero em 30 de Setembro de 1901. Paroquiou a freguesia de Paçô, concelho de Moimenta da Beira, desde 4 de Outubro de 1901 até 1 de Dezembro de 1904; em Agosto, deste mesmo ano, foi nomeado pároco de São João de Tarouca onde esteve até ao final dos seus dias. Faleceu em 30 Setembro de 1932, sendo a sua perda muito sentida na região por ser um homem bom e amigo de ajudar quem precisava.
Foi investigador e arqueólogo. Escreveu a *Monografia do Concelho de Tarouca* editada em 1924 e *Terras da Beira – Cernancelhe e seu Alfoz* que publicou em 1929.
Em 1911, foi nomeado director e organizador do Museu Regional de Lamego. Colaborou com o Dr. José Leite de Vasconcelos e, a seu pedido, orientou as escavações arqueológicas no Castro de Mondim – Paçô, cujo espólio se encontra no Museu Nacional de Arqueologia. Em 1929, regeu a cadeira de Arqueologia no Seminário de Lamego.
É vasta a sua correspondência com o Dr. José Leite de Vasconcelos a quem escreveu 91 espécies entre 1911 e 1932. No *Epistolário de José Leite de Vasconcelos* na p. 182-183 vem a relação desta correspondência tendo o autor o n.º 2285. Em *Memórias de Mondim da Beira*, Leite de Vasconcelos faz várias referências à sua bondade e ao seu saber. Em reconhecimento de pessoa tão notável, a edilidade de Sernancelhe, com a anuência de toda a população, decidiu atribuir o seu nome ao edifício da Biblioteca Municipal.

antecipadamente confesso que qualquer divergência de parecer é feita no campo do maior respeito que por Vª Ex.ª é bem sentido».

De facto, a revisão do livro deixou passar muitas lacunas. Reconhecendo isso, o autor anexou à sua obra uma folha, a cores, com uma longa corrigenda, que convém ter em conta para uma correcta leitura.

2. TERRAS DO ALTO PAIVA: O AUTOR E A OBRA

O exemplar que temos entre mãos pertence ao Museu Nacional de Arqueologia e foi oferecido ao Dr. José Leite de Vasconcelos, com a dedicatória: «Ao sábio Mestre e eminente Arqueólogo, Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos ofe. o autor»

Na realidade, o cónego Manuel da Gama tinha muita consideração por Leite Vasconcelos como poderemos ler na 3.ª carta que lhe escreveu em 21 de Abril de 1949: «Quanto me é possível evito dar incômodo a V. Ex.ª A sua competência é porém insuprível; e ainda que não se queira somos forçados a recorrer a ela, sobretudo quando se trata de matéria tão familiar a Vª. Ex.ª que basta ouvir a pergunta para prontamente lhe dar resposta».

Reconhece também em Leite de Vasconcelos o seu altruísmo abnegado e franco. Na 2.ª carta que lhe dirigiu, em 3 de Janeiro de 1940, diz a certa altura: «Apesar de tanto trabalho na sua avançada idade, – embora, felizmente, lhe não falte a juventude no espírito – promete-me V. Ex.ª prontamente elucidar-me.»

Manuel da Gama dedica o seu livro: «À saudosa memória de meus pais e de uma bondosa e inteligente irmã que Deus guardou para si; às minhas irmãs; ao Sr. D. Agostinho, Venerando Bispo de Lamego, espírito de superior cultura, ao meu concelho e aos meus amigos».

Como dissemos anteriormente, esta monografia está dividida em duas partes. A primeira trata da Geografia e História geral do concelho, assim como da vida e costumes regionais; na segunda parte descreve as várias freguesias do concelho.

Aquilino Ribeiro era amigo de longa data de Manuel da Gama e faz o prólogo desta publicação. Nasceu em Carregal de Tabosa, concelho de Sernancelhe, no dia 13 de Abril de 1885 e conhecia esta região por onde andara sempre em menino e muitas vezes quando era homem já feito. Sobre ela escreveu em 1919 um romance com o título *Terras do Demo* e justifica o nome: «Porque ao chamar-lhe Terras do Demo não quis designá-las por terras do pecado [...] chamei-lhe assim porque a vida ali é dura, pobrinha, castigada pelo meio natural, sobrecarregada pelo fisco mercê de antigos e inconsiderados erros e abusos, porque em poucas terras como esta é sensível o fadário da existência. Só por isto».

Apreciou muito a publicação do seu amigo Manuel da Gama.

Do prólogo respigamos algumas frases: «Meu caro Manuel: acabo de percorrer o teu livro, de folhas ainda soltas e húmidas do prelo com a emoção nostál-

gica de um rajah [...]. Que fragrantes riquezas ele me trouxe! Não te contentando com ser historiador e etnógrafo, foste ainda poeta [...]. Também peregrinei pela Queiriga e tive ocasião de admirar os megalitos das Orcas que encantaram o sábio mestre Dr. Leite Vasconcelos [...]. Pelo teu excelente livro – que me trouxe até Lisboa a serra olorosa, pitoresca e a sua boa gente, santa gente, pobre gente a labutar, a viver, a morrer tão simplesmente, resignada na lei da natureza, que o mistério da vida se desvanece no espírito inquieto, que tão bem temperaste com dois risos e uma lágrima – eu te agradeço, saúdo e abraço.

Lisboa, Natal de 1940.

Aquilino Ribeiro».

Manuel da Gama na apresentação do seu livro, (p. 9-17), põe em realce o orgulho de «Ser Português». Faz-nos percorrer os lugares e as vivências da sua infância, descreve-nos com ternura o amor que recebeu de seus pais e agradece a Deus ter nascido numa terra tão laboriosa e crente. É esta gente e esta terra que tanto ama que quer mostrar ao país, através do livro que conseguiu escrever com inúmeras dificuldades. Mas dá por bem empregue este esforço – é uma oferta que faz ao Povo Português no tricentésimo aniversário da Independência da Nação.

Recordemos algumas passagens (p. 9-17):

«Português, enchem-me a vida, a glória e o renome da minha pátria. Se o orgulho da virtude é pecado, perdoem-mo; mas tenho orgulho do nome português [...]. Fama e grandeza das outras nações, ainda as mais soberbas não lhe fazem sombra [...]».

Nasci em região alta, varrida de miasmas, erguida dos charcos, lavada das águas, purificada das neves. Em pequeno quiseram-me convencer de ter nascido em ruim ninho. Mas, quando um dia me é dado sair de casa e passear os olhos por terras estranhas, ao compará-las com a minha, fui impelido a levantar os olhos para o Céu, e então murmurei sentidamente: perdoai-me Senhor por ter julgado que não foras tão generoso com a minha terra, pois a fizeste um paraíso!

E os nossos? Ó, os Pais! [...] É que, de tão íntimos sentimentos não há tradução para a linguagem.

A minha Mãe! As suas lágrimas, como o seu sorriso iluminado, tantas vezes a traduzir o mesmo sentimento [...].

A meu pai ouvi-lhe dizer já rapazinho: se pudesse, meu filho, trazer-te vestido de oiro, seria esse o teu fato.

O lar, a nossa família ... é lá possível que a saudade não nos rasgue a alma?!

Fora dos pais todos eles eram tios e tias – os parentes e os estranhos – ; era o tio Manuel e a tia Maria, o tio João e a tia Ana [...].

É assim a minha terra.

Terra laboriosa e crente, em que o autóctone mais não sabe que trabalhar e rezar, é das que melhor encarnam as virtudes da raça portuguesa […]. Na hora, pois, em que estas virtudes se celebram, na hora em que todo o Portugal é uma só romaria […] empreendi mostrar à gente da minha terra e do meu país, um retalho do esplêndido manto real da gloriosa Nação portuguesa, retalho pobre, sem adornos […]. Foi isso o que me levou a atirar para a publicidade o que pude conseguir através de mil dificuldades [...] sem todavia poder apresentar um trabalho perfeito – que imperfeito seria sempre nas minhas mãos – porque os obstáculos sempre foram invencíveis. Fiz o que foi possível realizar: isto me dá paz e direito à benevolência do público».

3. CONTRIBUTO DADO POR JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS À OBRA *TERRAS DO ALTO DO PAIVA*

Na correspondência dirigida a Leite de Vasconcelos por Manuel da Gama vimos que este lhe pede vários esclarecimentos. Não temos, infelizmente, a correspondência de Leite de Vasconcelos para Manuel da Gama. Mas percorrendo o livro Terras do Alto Paiva, encontramos aí as respostas que o Mestre terá dado ao seu discípulo nas cartas que lhe enviou.

Por vezes, o mesmo assunto é retomado em mais do que uma espécie. Daí, termos optado neste capítulo por enunciar as questões expostas pelo cónego Manuel da Gama, seguidas das respostas obtidas.

3. 1. Escritura de doação de uma herdade ao Mosteiro de São João de Tarouca

– Cartas 1 e 2 (esp. 8966-8967).

Na primeira carta, Manuel da Gama diz a Leite de Vasconcelos que leu nas Memórias de Mondim (p. 364), que em 1213 D. Estevainha Soares doou ao Mosteiro de São João de Tarouca uma herdade de Alhais. Esta informação contraria o que vem escrito na p. 158 da mesma obra, ao citar uma doação feita pela referida senhora ao mosteiro em 1221. Pergunta Manuel da Gama: trata-se de duas doações ou da mesma? A resposta vem em Terras do Alto Paiva, p. 92, onde o autor diz ter consultado Leite de Vasconcelos e este esclarece: «A respeito da herdade, as datas estão erradas [...]. Os dois parágrafos que eu tenho nas Memórias de Mondim da Beira foram separados indevidamente pois constam de um só documento. A data do documento é do ano 1183.» E o cónego Manuel da Gama conclui com graça: «Não é pois do séc. XIII (nem de 1213 nem de 1221) mas do Séc. XII, (1183). Só me louvo de ter provocado esta explicação ao mestre insigne. Errare humanum est».

Na mesma carta agradece a Leite de Vasconcelos o seu esclarecimento sobre a origem do étimo capucha. Trata-se de uma peça de vestuário solta que se usava em regiões agrestes para proteger a cabeça das intempéries. Manuel da Gama pensava que provinha do vocábulo latino *caput* (cabeça). Mas aceita a opinião de Leite Vasconcelos que escreve no seu livro Memórias de Mondim da Beira, p. 172, derivar do latim *cucullus*, correspondente a capuz, capelo e carapuça. O *cucullus* foi introduzido em Roma pelos povos do Norte e fabricava-se muito na Gália e na Dalmácia onde teve origem. Em Terras do Alto Paiva, o tema é tratado nas p. 37 e 38.

3. 2. Antas de Queiriga: Anta dos Juncais e outras

– Cartas 1,2,4,5, (esp. 8966-8967,8969– 8970).

Nesta correspondência, são feitas várias perguntas sobre as antas que existiam na região do Alto do Paiva, tais como:

– Quando é que Leite de Vasconcelos esteve a explorar as Antas de Queiriga?

– A que concelho pertenciam na altura da sua exploração?

– A Anta dos Juncais tinha no seu interior alguma figura de um homem segurando uma cabra com uma corda?



Fig. 2 – Duas Fig.s antropomórficas pintadas, provenientes da Orca dos Juncais (Museu Nacional de Arqueologia)



Fig. 3 – Vaso proveniente da Orca dos Juncais (Museu Nacional de Arqueologia)

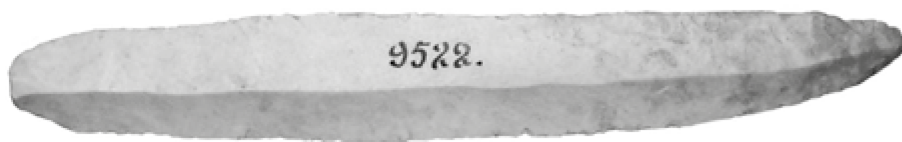


Fig. 4 – Lâmina de sílex proveniente da Orca dos Juncais (Museu Nacional de Arqueologia)

– Sendo esta anta a mais importante, houve algumas diligências para ser considerada Monumento Nacional?

– Que espólio foi retirado das Antas de Queiriga, assim como de outras antas da região e deu entrada no Museu Etnológico de Belém?

As respostas a todas estas questões podemos encontrá-las em Terras do Alto Paiva, no capítulo 5.º, intitulado «Primitivos Habitantes do Concelho» (p. 65-78).

Nelas podemos ler: «As antas da região do Alto Paiva foram exploradas por Leite de Vasconcelos em Setembro de 1896. Demorou-se aproximadamente por ali duas semanas, tendo contratado um grupo de homens aos quais pagava 12 vinténs diários. Os que lhe apresentavam um objecto de valor recebiam um vintém a mais. Começaram as escavações pela Anta Cimeira onde foram encontradas umas dez setas de osso. Seguiu-se depois a dos Juncais, onde se encontraram vários vasos de barro, pintados e partidos. Mas a parte mais interessante e valiosa desta anta é uma figura que representa dois homens e um cavalo (e não um homem com cabra à rédea). Leite de Vasconcelos trouxe para o Museu Etnológico de Belém um fragmento desta pintura.

A terceira anta a ser explorada foi a do Foginho, onde apareceram alguns machados neolíticos e depois a do Seixinho onde também foram encontrados alguns machados. Seguiram-se outras mais tarde (p. 68 e 69).

As Antas de Queiriga, em 1896, altura em que foram exploradas pertenciam à freguesia de Sátão (p. 71).

A Anta dos Juncais, devido às diligências de Leite de Vasconcelos, junto do Ministro das Obras Públicas, Conselheiro Campos Henriques, foi classificada como Monumento Nacional.

Escreve Leite de Vasconcelos: «Não foi o dolmén dos Juncais o único que me revelou exemplos de pintura neolithicos [...] é por hora neste género o primeiro assignalado nos annais de arte neolithica em Portugal.»[3]

Uma parte substancial do espólio destas antas encontra-se, como já dissemos, no actual Museu Nacional de Arqueologia.

Manuel da Gama, escreveu em *Terras do Alto Paiva* (p. 77): «Largo é o espólio que o distinto arqueólogo e sábio explorador Dr. Leite de Vasconcelos encontrou nesta região, com o qual enriqueceu o Museu Etnológico de Belém que tem com toda a justiça o seu nome». É realmente um espólio muito valioso!

A relação dos materiais que deram entrada neste museu encontra-se, como já dissemos, em *O Arqueólogo Português*, Vol. III, p 108 a 111, sob os números 66 (alíneas a e c), 69, 71, 73-75 e 78, provenientes das Antas de Sátão, Forles, Fojinho,

[3] *O Arqueólogo Português* (1896), Vol. 2, p. 225. Citado também em *Terras do Alto Paiva*, p. 75.

Juncais, Orquinha dos Juncais, Seixinho e Orcas do sítio das Antas. Esta lista vem também reproduzida em Terras do Alto Paiva, p 76-77. Nesta obra, no capítulo referente às antas, podemos encontrar ainda algumas fotografias relacionadas com a Anta do Touro (fig. N.º 11, p. 67), a Orca de Pendilhe (fig, n.º 12, p. 68), a Anta dos Juncais, (fig.13, p. 70), duas Orcas de Queiriga (fig. 14, p. 72 e fig.15, p. 73) e da Anta dos Juncais (fig.16, p. 74).

No livro *José Leite de Vasconcelos – fotobiografia*, (Lívia Cristina Coito; João Luís Cardoso; Ana Cristina Martins, 2008) editado pelo Museu Nacional de Arqueologia para comemorar o 150.º aniversário do nascimento do seu fundador (1858--194) vem reproduzida na p. 143, uma planta da Orca dos Juncais. O desenho original encontra-se neste museu, no Arquivo pessoal de Leite de Vasconcelos, na caixa com a indicação: «Informações e Achados por Proveniência».

3.3. Milícias de Alhais

– Cartas 1-3 (esp. 8967-8969).

No capítulo XI da sua obra, o cónego Manuel da Gama dedica as p. 137 e 138 às Ordenanças. Começa por nos dizer. «Para manter a ordem no reino e defender a Pátria organizaram-se as milícias de que falam as Ordenações afonsinas. Dividia-se o reino em 7 gôvernos que organizavam umas certas brigadas de Ordenanças que eram repartidas em Capitanias-mores, que pertenciam à Coroa, ou às mitras, aos mosteiros, às ordens militares, etc. conforme o senhorio das terras.

Foram reorganizadas por D. João IV, sendo cada companhia de ordenança que era formada por dez esquadras, comandada por um capitão; e cada esquadra era composta de 25 homens comandada por um cabo de esquadra [...] cujo título, ainda hoje é recordado, não sem desprimor. Ao comando da Companhia pertencia além do capitão, um alferes, sargento, meirinho e tambor.

O capitão-mor comandava umas tantas companhias subordinadas à capitania-mor; e nesta, todos até ao tambor passavam a ser mores […]».

O autor informa-nos que em Alhais ainda tinha conhecido em criança o filho do último capitamor. Nessa altura, Alhais era sede de concelho. Em 1940, quando estava a escrever o seu livro, ainda havia em Alhais netos, bisnetos e trinetos do capitamor, assim como alcunhas de António Sargento, Alfredo Sargento [...], e até, nalgumas famílias havia mulheres com o apelido de Sargentas.

Perante isto, Manuel da Gama pergunta a Leite de Vasconcelos se não teria havido milícias em Alhais, Frágoas e Pendilhe (1ª carta). Na segunda carta volta a insistir na mesma questão.

Leite de Vasconcelos elucida-o dizendo: o livro «Almanaque das Ordenanças, do ano de 1815, é omisso, quanto à existência de milícias em Alhais, Frágoas e

Pendilhe». No entanto, esta lacuna não alterou a convicção do cónego Manuel da Gama, como se pode ver na p. 138 da sua obra e na terceira carta que escreveu a Leite de Vasconcelos.

Tinha razões para isso.

3.4. Etimologia de Alhais

– Carta 3 (esp. 8968).

Nesta carta que Manuel da Gama escreveu a Leite Vasconcelos, podemos ler: «Pinho Leal diz que Alhais é palavra árabe, derivada de alhares, significando o guarda, acrescentando que vem do verbo harasa (guardar, vigiar). Terá algum fundamento? Como não é autor, não é de grande confiança...».

Leite de Vasconcelos responde a Manuel da Gama e este escreve em Terras do Alto Paiva (p. 332): «Os mestres inclinam-se para a derivação do allium latino. O Sr. Dr. Leite de Vasconcelos diz: «Alhais, se não há documento antigo em contrário, deve de ser campos de alhos. Tem o mesmo sentido de Alhares, palavra antiga de formação, porém, independente daquela».

A opinião de Leite Vasconcelos é corroborada pelo Dr. Joseph Piel (Professor das Universidades de Coimbra e de Lisboa), que afirma: «Alhais é plural de alhal, sítio onde se cultivam alhos, cf. Juncal, pinhal, etc. É um topónimo de formação portuguesa e relativamente recente». E acrescenta: «O que diz Pinho Leal não passa de fantasia». É também a opinião de Leite de Vasconcelos: «Pinho Leal diz muitos desconchavos [...]».

São curiosas as variantes que encontramos deste topónimo. No séc. XII aparece-nos Alhaes como se pode ver na doação de D. Estevainha Soares ao mosteiro de S. João de Tarouca; no séc. XIII, Alaes, (Inquirições de D. Afonso III) e no séc. XVI Alhaens, (Cadastro da População no Reino 1527).

3.5. Duas perguntas sem resposta: etimologia dos topónimos «Paiva» e «Moradais»

– Cartas 3 e 5 (esp. 8968 e 8970).

Na terceira carta, datada de 21 de Abril de 1940, Manuel da Gama solicita a Leite de Vasconcelos que o elucide sobre a etimologia do Rio Paiva.

Percorremos atentamente a monografia Terras do Alto Paiva e não conseguimos encontrar qualquer resposta. Recordemos que nesta altura, Leite de Vasconcelos já de saúde muito débil, não tinha ânimo para grandes respostas.

Vimos na Internet, em 6 de Agosto de 2009, um artigo intitulado: História linguística de um nome: Maria Helena Pinto Novais Paiva, assinado por António Pereira, professor da Universidade do Minho. Na p. 9, podemos ler «O étimo de

Paiva será possivelmente um nome pré-romano que no latim apresenta a fórmula Pavia. Como formas antigas deparamos com Pauia nos anos 833, 961, 1108, etc; Pauila em 1069, Pauha e Pauya em 1273. No domínio fonético – fonológico é fácil detectar a metátese na passagem de Pavia para Paiva, ocorrida provavelmente no séc. XIII».

Nas espécies 8968 e 8970, Manuel da Gama solicita também a Leite de Vasconcelos que o esclareça sobre a origem do topónimo Moradais. Trata-se de um lugar que pertencia à freguesia de Alhais, conjuntamente com as povoações de Alhais de Cima, Alhais de Baixo e Vila Garcia.

Em 1527, quando se fez o «Cadastro da População do Reino» ordenado por D. João III chamava-se Muradains. Nessa altura tinha 9 moradores, hoje não tem um único habitante. No livro Terras do Alto Paiva, na p. 322, vem reproduzida a fotografia da única casa que em 1940 ainda restava deste lugar e aí podemos ler: «A marcar a antiga povoação apenas sobrevive, além do nome, uma casa de boa cantaria, com aspecto de velha encarquilhada (fig. n.º 64), a que hoje se dá a aplicação de palhal. Nesta casa viveu um francês que foi sargento do exército invasor do qual desertou e que por aqui ficou, ganhando a vida a ensinar as primeiras letras».

Quanto à origem do topónimo Moradias ou Muradais, o Cónego Manuel da Gama na carta dirigida a Leite de Vasconcelos, em 29 de Julho de 1940 (esp. 8970), põe a hipótese de estar relacionada com a presença dos Mouros que teriam habitado este lugar, influenciado pelo que leu no livro *Terras da Beira – Cernancelhe e seu Alfoz*, escrito pelo seu colega e amigo o Abade Vasco Moreira, que diz a p. 240: «E descendo um pouco encontramos o Mouradal, o antigo bairro dos mouros, como o seu nome indica […], etc.» E continua Manuel da Gama na carta que dirigiu a Leite de Vasconcelos:» liguei aquilo com o Mouradais da freguesia Alhais [...]».

Sobre o assunto, em Terras do Alto Paiva não encontramos qualquer elucidação de Leite de Vasconcelos.

Atrevemo-nos a formular uma hipótese, talvez sem grande fundamento. Em Portugal continental, existe a Serra do Muradal, localizada a NE de Oleiros, sede de concelho e distrito de Castelo Branco. A serra tem 912 metros de altitude e encontra-se rodeada de colinas, cada qual encimada por uma capela de onde se avistam paisagens deslumbrantes. Estas colinas fazem lembrar muros que cercam e servem de apoio à serra.

Terá a povoação de Moradais, pela sua configuração, algo de semelhante à zona envolvente da Serra do Muradal? E daí, derivar o mesmo topónimo? Fica a pergunta.

4. NOTA FINAL

Leite de Vasconcelos disse em certa altura: «Todo o homem, deve fazer em cada dia, duas coisas boas, pelo menos: praticar uma boa acção e aprender qualquer coisa de novo».

Creio que ao longo da sua vida tentou pôr em prática esta norma. Gostava de aprender de mestres, gostava de aprender do povo simples, gostava de aprender dos animais (tinha duas gatas de estimação), gostava de aprender das coisas que observava. Toda a sua vida foi uma aprendizagem constante. Os sábios têm este dom!

Mas, ao mesmo tempo, não guardava o saber só para si. Sentia prazer em partilhar, sentia-se bem em ajudar quem dele precisava, tinha gosto em disponibilizar o que sabia e mesmo o que possuía. Fazia-o com naturalidade, com simplicidade, mesmo quando as forças já lhe iam faltando. Isto dava-lhe paz e alegria. Daí o ter dito um dia: «Afinal o gozo é o terminus de todos os actos da vida mais ou menos disfarçado sob o aspecto material ou espiritual».

A correspondência das primeiras 5 espécies do Cónego Manuel Fonseca da Gama para Leite de Vasconcelos situa-se entre 1 de Dezembro de 1939 e 29 de Julho de 1940. Como vimos, nela põe várias questões a Leite de Vasconcelos na altura em que estava a coligir informações para a obra *Terras do Alto Paiva*. Nesta publicação, podemos ver a ajuda preciosa que Leite de Vasconcelos, já quase no final da sua vida, deu ao autor.

Em 27 de Janeiro de 1941, o Cónego Manuel Fonseca da Gama escreve pela última vez a Leite de Vasconcelos. É a 6.ª espécie, na qual agradece os favores que lhe tinha dispensado e envia-lhe conjuntamente um exemplar do seu livro, pedindo-lhe desculpa dos defeitos que possa ter.

Leite de Vasconcelos não chegou a ver este postal, nem o livro que lhe enviara porque em Novembro de 1940, seis meses antes de falecer, já estava completamente cego. Mas é interessante ler a nota acoplada ao postal que Leite de Vasconcelos ditou a alguém da sua confiança, talvez a Manuel Viegas Guerreiro:

«Disse ao autor em carta de 20. II. 941 que ainda não tinha tido tempo de o ler, por inteiro, mas só o índice e alguns trechos; disto fiquei com a ideia que a obra continha notícias instrutivas e estava escrita com elegância e graça o que realçava o valor científico. O autor podia pois dormir descansado como o aldeão de que fala na p. 273.

Nesta página, Manuel da Gama ao descrever a oração de acção de graças, feita depois da ceia e presidida pelo chefe de família, termina assim: «Dão graças a Deus; depois vão dormir em santa paz».

Mesmo muito doente e invisual, a três meses da sua morte ocorrida em 17 de Maio de 1941, teve a preocupação de pedir que lhe lessem algumas páginas do livro para enviar uma missiva de apreço ao autor. Traduzia deste modo a sua alta

sensibilidade, a sua bondade e apreço pelo trabalho que alguém realizava e até um sentido de humor.

Era assim o Dr. José Leite de Vasconcelos.

BIBLIOGRAFIA

O ARQUEÓLOGO Português. (1896) Lisboa. Vol. 2.

O ARQUEÓLOGO Português. (1897) Lisboa. Vol. 3.

COITO, L. C.; CARDOSO, L. J.; MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos – fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

EPISTOLÁRIO de José Leite de Vasconcelos (1999) – Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (Supl. a *O Arqueólogo Português*; 1).

GAMA, M. F. da, Pe. (1940) – *Terras do Alto Paiva*. Lamego: [s. n.].

VASCONCELOS, J. L. de (1907) – Peintures dans des dolmens de Portugal. *L'Homme Préhistorique*. Paris. N.º 1, p. 3-7. Separata.

VASCONCELOS, J. L. de (1933) – *Memórias de Mondim da Beira*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Entre o centro e a periferia: a relação epistolar de J. Leite de Vasconcellos e Manuel Mattos Silva

MARTINHA SERRAS*, ANDRÉ CARNEIRO**

RESUMO

Na imensa teia de correspondentes que José Leite de Vasconcellos manteve ao longo da sua vida destaca-se, para a região do Alto Alentejo, o conjunto epistolar trocado com Mattos Silva, juiz em Ponte de Sôr. Nas cartas enviadas por este último, que aqui se transcrevem, encontramos informações úteis para o conhecimento da região, mas sobretudo vemos o modo como se processavam as redes de obtenção de informação e espólio que o Director do actual Museu Nacional de Arqueologia soube construir e estimar.

Palavras-Chave: Leite de Vasconcellos – Correspondência – Historiografia – Alto Alentejo.

ABSTRACT

Among the huge range of correspondents that José Leite de Vasconcellos kept throughout his life stands out, for the High Alentejo region, the assemblage of letters exchanged with Mattos Silva, a judge at Ponte de Sôr. In the letters sent by the latter, which are transcribed here, we find useful information to the knowledge of the region, but, above all, we see the networks of collecting information and remains that the Director of the current National Archaeology Museum knew how to build and care for.

Keywords: Leite de Vasconcellos – correspondence – historiography – Alto Alentejo.

* Mestranda do 2.º ciclo em Arqueologia & Ambiente, Universidade de Évora

** Departamento de História da Universidade de Évora. Investigador do Centro de História de Arte e Investigação Artística (CHAIA). E-mail: ampc@uevora.pt

Entre o imenso legado histórico que José Leite de Vasconcellos (JLV) deixou à instituição que hoje perpetua o seu nome encontra-se o volumoso epistolário que contém a correspondência recebida ao longo da sua vida. Aqui se guarda um vastíssimo conjunto de documentos que testemunham o modo como JLV compreendeu, desde muito cedo, qual seria a sua missão: centralizar na sua pessoa todo o vastíssimo repositório de informações variadas (sobretudo de âmbito arqueológico e etnográfico, as áreas que mais estimava) que podia obter, em cada terra, através de eminentes figuras locais que serviriam como suportes regionais de informação.

De forma extremamente lúcida para o seu tempo, JLV entendeu a correspondência epistolar personalizada como a ferramenta mais útil para permitir conhecer o que de mais relevante poderia existir nas realidades locais. A sua rede de correspondentes é densíssima, abrangendo as mais diversas localidades e âmbitos regionais do Portugal continental, o que lhe permitia ter uma visão apurada das realidades locais e simultaneamente estar constantemente a receber e gerir a informação que localmente ia sendo libertada.

É indiscutível que o epistolário de JLV é uma das fontes mais carregadas de significados para entendermos a sua actuação enquanto Director da instituição. Deve ser encarado como algo que não releva de uma estratégia pessoal montada quando chega à direcção do Museu Ethnologico Português, antes constitui um traço de carácter, um recurso que JLV terá mantido desde muito jovem e que, com grande estima pessoal pelos seus correspondentes, lhe permitiu construir relações de confiança que perdurarão durante longos anos. Em percentagem significativa dos emissores, observa-se que esta rede epistolar apresenta considerável longevidade, sendo evidente que é o entendimento mútuo que garante um livre fluir da informação, assumindo-se JLV, efectivamente, como um guardião atento do patri-

mónio nacional, aqui entendido no seu mais lato significado. Em época de grande vazio institucional, em meio a crises de índole política e social, o Director do actual Museu Nacional de Arqueologia assumiu o papel de gestor dos bens arqueológicos nacionais (entendendo ser este o papel mais facilmente realizável com os meios ao seu dispor, sendo os sítios encarados como reservas potenciais de objectos que, salvaguardando o seu futuro extravio ou destruição, devem ser encaminhados para o museu lisboeta), não hesitando em mobilizar os recursos da instituição sempre que percebia o potencial de determinadas peças e objectos.

Simultaneamente é este imenso leque de contactos que também lhe permite gerir da melhor forma as «excursões arqueológicas», um dos traços mais peculiares no seu cargo de Director do então Museu Ethnologico Português. As idas ao terreno eram momentos cruciais para JLV, quer enquanto oportunidade de observar *in loco* as realidades locais, quer enquanto momento de aquisição de peças, quer ainda para a realização de escavações em sítios indicados pelos seus contactos locais (embora estes trabalhos de campo lhe vão cada vez menos prendendo as atenções). Em época onde circular pelo território nacional era difícil, do ponto de vista logístico, no dispêndio de tempo, na segurança e no conforto[1], a sua rede de contactos locais permite-lhe desfrutar de acolhimento à chegada, de alojamento afável e um directo contacto com sítios, lugares e circuitos de aquisição de peças, permitindo-lhe maximizar os escassos recursos disponíveis.

Embora mal compreendidas pelo poder político da época[2], estas incursões de JLV pelas realidades locais foram uma das mais eficazes formas de gestão da informação arqueológica a nível nacional que o país poderia ter conhecido face aos parcos recursos da época. Inclusivamente, visto à distância, resulta numa clamorosa perda o desmantelamento desta rede de contactos habilmente tecida pelo Director do Museu e que a geração seguinte, com outras práticas e outras conjunturas, não saberá estimar. Na realidade, JLV conseguiu motivar para a detecção e reconhecimento do património arqueológico um extenso lote de individualidades que, embora sem formação na área, estavam atentos para esta problemática. Fruto de um grande reconhecimento social a nível local (o que lhes permitia ser informados e receber as peças que são descobertas ou guardadas) e de actividades profissionais que lhes granjeavam simultaneamente tempo, recursos financeiros,

[1] A geração seguinte já desfrutará das «delícias do automóvel», que lhe permitirá começar a circular pelo país. Sintomaticamente, datará de 1924 o ainda hoje exemplar *Guia de Portugal*, de Raul Proença (Ramos, 1994, p. 585). A chegada do Estado Novo irá travar este processo, transformando-o em mero epifenómeno. De modo sintomático, em meados do século XX os funcionários do Museu Nacional em serviço na província lamentam, todos eles e de forma repetida, a sua sorte e o modo como se sentiam abandonados. Para esta área regional, consulte-se o epistolário de Lino da Silva, em serviço nas escavações de Torre de Palma (Monforte) e de Manuel Pedro Madeira, em Santa Vitória do Ameixial. Particularmente curioso, mas revelador da inadaptação o modo como o último dirige uma advertência ao Director do Museu, caso pretendesse visitar o local: «[…] jantar em St.ª Victoria não vale a pena pois esta gente só sabe fazer migas e assorda» [Epistolário, Madeira, Manuel Pedro (n.º 1919), carta 12692 – SVA, 09-08-1915].

[2] Ver a defesa de JLV face à hostilidade de alguma classe política (Vasconcelos, 1915).

amplos campos de circulação territorial e reconhecimento social, estes contactos locais conseguiam alertar JLV para o que de mais relevante ocorria nas suas localidades. Em época onde a distância entre a capital e as províncias era abissal, o Director da maior instituição arqueológica nacional era informado em poucos dias da descoberta de um sítio arqueológico, do aparecimento de uma peça relevante ou, em outro âmbito que particularmente estimava, dos mais interessantes valores etnográficos.

Esta proximidade ao que se passava no terreno era particularmente importante dado o contexto histórico nacional. O final do século XIX foi um momento de grande destruição nos campos e de alterações na paisagem rural, eventualmente o primeiro em que se assiste ao «progresso» trazido pela modernidade e a um relativo optimismo transformador que a industrialização permitia acalentar entre a população nacional[3]. Embora na investigação arqueológica moderna se atribua cada vez mais atenção ao impacto transformador da mecanização dos campos ocorrida nos anos cinquenta do século XX, foi a viragem do século que pela primeira vez trouxe um conjunto de alterações substanciais na vivência rural, com a abertura de estradas e de caminhos, e com importantes limpezas dos campos para iniciar a prática de uma agricultura mais intensiva. Basta ver o numeroso conjunto de notícias de achados de necrópoles e sepulturas romanas no Sul do país para perceber esta tendência que, mesmo assim, ficou escassamente documentada.

Por outro lado, em traços genéricos, o final da centúria de oitocentos assiste à eclosão no território nacional de um movimento de forte pendor regionalista, ou mesmo localista, que é alimentado por uma elite ilustrada constituída por curiosos com uma especial apetência pelas «coisas velhas» da sua região, entendidas enquanto emblemas de uma identidade morfogenética que materializava e justificava a excepcionalidade local por oposição às terras vizinhas, devendo este facto ser entendido em contexto político de grande ressurgimento de algumas oposições locais face à capitalidade lisboeta. Esta «construção das identidades», todavia, processava-se em vários planos: ao nível local, bem entendido (e aqui assistimos também ao surgimento de várias monografias locais, geralmente enaltecedoras de um mítico passado que se pretenderá emular), no plano regional, mas também no próprio domínio nacional, prefigurando um movimento de afirmação nacionalista que, de resto, é enquadrável no contexto político mais amplo da época[4].

[3] Para o contexto historiográfico nacional resulta de particular interesse a consulta de Ramos, 1994, em particular p. 581-583, sendo evidente o modo como JLV sentia o «efeito corruptor» do progresso. Ver também Torgal, Mendes e Catroga, 1998, para as distintas manifestações do entendimento do passado, e sua celebração, nesta faixa geracional.
[4] Ver Fabião, 1999, p. 106, sobre as «diversas velocidades» e enquadramentos em que este fenómeno ocorre a nível nacional. Para plano mais «arqueológico» e mais amplo, pensamos que a obra fundamental continua a ser Trigger, 1989. Sobre a apropriação política deste movimento são demonstrativos os contributos em Diaz-Andreu e Champion, 1996.

Vários denominadores comuns unem estes homens: não são profissionais da área, mas meros interessados, dotados de uma vasta cultura de fundo enciclopédico e que, seguindo o velho espírito antiquarista, entendem nas curiosidades antigas os elementos fornecedores do cunho de legitimidade da ancestral glória das suas terras. Recolher e guardar estes testemunhos é portanto um dever, sobretudo face a uma crescente voragem dos tempos modernos que a nível local ainda mais se antevê (e que também já JLV pressentia) e que se entende como uma marcha imparável para o progresso que trará no reverso a descaracterização da identidade local, a diluição dos valores constitutivos da «terra». São os custos a pagar pelo industrialismo, pela atracção da capital, pela chegada do futuro. Face a este tempo em acelerada marcha, estes homens, com distintas formações, serão o suporte local de JLV, com quem partilham as mesmas inquietações, embora em distintos níveis de percepção.

Para o âmbito territorial que mais nos importa, o Alto Alentejo, uma das relações epistolares mais duráveis e ricas de conteúdo centrou-se em torno da figura de um Juiz destacado na Comarca de Ponte de Sôr, Dr. Manuel Rodrigues de Mattos Silva (MS).

A correspondência enviada por MS assume particular interesse, que podemos centrar em dois planos: um local, que nos permite conhecer a realidade arqueológica envolvente, em especial aquela mais centrada no megalitismo, pois algumas das primeiras referências a monumentos megalíticos da área devem-se precisamente a este correspondente. Depois, em plano mais geral, torna-se extremamente interessante observar como JLV serviu como «tutor» de MS na sua iniciação nas explorações arqueológicas, ou seja, temos uma relação que não se limitou à detecção e angariação de peças, como na esmagadora maioria dos seus correspondentes, mas assumiu uma atitude activa na exploração arqueológica de algumas antas da região, que à distância foi supervisionada e orientada pelo director do Museu Nacional. Para a época, a consideração pessoal que JLV manteve com MS terá sido tão elevada que, por proposta do primeiro, o Juiz da Ponte de Sôr será agraciado com um louvor público por portaria de 25 de Junho de 1920. Curiosamente, é a partir deste momento que a troca de correspondência entre ambos escasseia, havendo registo de apenas mais um espécime em 1930 e outro em 1937, ambos já sem quaisquer referências a actividades arqueológicas por parte de MS.

Não é possível perceber como se iniciou a relação epistolar, ou o contacto pessoal, entre as duas individualidades. A Ponte de Sôr era no final do século XIX uma pequena localidade, em zona muito periférica do território nacional, ainda muito distante do desenvolvimento que a cortiça, primeiro, e a centralidade viária lhe viriam a conferir na segunda metade do século XX. É certo que MS deslocava-se frequentemente a Lisboa, como se percebe pelas menções na sua correspondên-

cia, certamente por afazeres profissionais, mas não é determinável o modo como o contacto começou[5].

Mesmo sem estas indicações, o gosto pela Arqueologia terá germinado muito cedo em MS. É por várias vezes mencionado que uma das suas aspirações pessoais consistia na criação de um Museu na Ponte de Sôr onde pudessem ficar expostos os objectos recolhidos pelo seu labor e curiosidade. Esta intenção, note-se, é muito frequente no espírito da época, e em especial nesta área regional, onde nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas da centúria seguinte encontramos, de forma repetida, a acção de agentes que procuram fundar um local de exposição das «antiguidades locais». Em alguns casos, tal intenção é concretizada, como em Elvas, onde António Thomaz Pires (outro dedicado correspondente de JLV) irá presidir à criação de um dos mais antigos museus de Arqueologia do território português. No entanto, na sua maior parte estas aspirações não sobreviverão ao desaparecimento dos seus entusiastas, após o qual as colecções são geralmente desbaratadas e dispersas, perdendo-se o labor e a informação recolhida. Vistos à distância do tempo actual, o dado mais curioso parece ser o facto de estas pretensões locais não serem conflituantes com a acção centralizadora de JLV, que procurava constituir em Belém uma colecção digna dos grandes museus nacionais da Europa do tempo. Aparentemente, as peças mais relevantes, de conteúdos museológicos excepcionais, deveriam seguir para Lisboa, ficando o espólio menos evidente, mas demonstrativo da riqueza local, na própria área à qual pertence. Entre o centro e a periferia, com uma relação epistolar cavalheiresca, se resolvem assim estes potenciais focos de tensão que em épocas posteriores assumirão contornos de maior conflitualidade.

Em face inicial, parece que JLV terá procurado enquadrar e estimular a produção científica de MS. No primeiro volume do Arqueólogo Português, datado de 1895, encontramos duas curtas notícias escritas sobre alguns conjuntos de antas do território de Avis, prolongadas posteriormente no volume de 1896. Que se saiba, nunca mais MS irá regressar à redacção de textos para publicação, preferindo ceder informações a JLV para que ele as divulgue sob a forma de notícia[6]. É por esta via que mais tarde surgirão as notícias referentes ao património arqueo-

[5] Em Vasconcelos, 1987, p. 21, nota 1, pode ler-se: «É acqui occasião de agradecer ao sr. dr. Mattos Silva não só a sua bondade em me convidar para assistir á exploração archeologica, o que fiz em Setembro de 1892, mas a franqueza, verdadeiramente alemtejana, com que me tratou, e a liberalidade de que usou para comigo offerecendo-me vários objectos dos desenterrados das antas. Depois de Setembro o sr. dr. Mattos Silva procedeu a novas explorações. A sua collecção archeologica, que possue em Ponte-de-Sôr, é pois já hoje importante». Em 1892 o «Archeologo Português» ainda não se publicava, o que talvez explique que a visita nunca tenha sido noticiada, dela não restando uma memória escrita. De qualquer forma, este excerto mostra a durável relação entre estes dois homens.

[6] Deve sublinhar-se que assim se cumpria o espírito d'*O Archeologo Portugues*, que na sua origem tinha «o fito de reunir pequenas contribuições que no futuro poderiam dar corpo às desejadas sínteses, em suma, um projecto modesto e vocacionado para o pequeno contributo», o que explica a profusão de pequenos artigos e notícias que encontramos nesta primeira fase (Fabião, 1999, p. 117).

lógico da Ponte de Sôr, nomeadamente quando em 1910 JLV publica os materiais recolhidos nas escavações de monumentos megalíticos efectuadas por MS, como se torna evidente pela leitura da correspondência entre ambos. Nesse mesmo artigo é também publicado o numeroso lote de peças arqueológicas e etnográficas que MS havia oferecido para o Museu. Frustrado um possível itinerário autoral, o juiz da Ponte de Sôr irá ficar como um fiel angariador de informações no terreno[7] e como um desbloqueador de eventuais dificuldades à aquisição de objectos por parte de JLV.

Conhecendo-se poucos elementos sobre a sua biografia, não é fácil perceber o modo como em MS nasce o interesse pela arqueologia, ou a forma como essa particular curiosidade se foi cultivando.

Manuel Rodrigues de Mattos e Silva nasceu em Souto, concelho de Abrantes, em 29.03.1862, e faleceu em Ponte de Sor a 21.09.1937, localidade onde passou a maior parte da sua vida profissional. A sua actividade arqueológica surge documentada logo no primeiro volume de *O Archeologo Português*, onde colabora com duas notícias breves sobre o património megalítico da região de Avis (momento onde se insere o postal 21255). Até ver, os primeiros espécimes no epistolário de JLV são também datados desse momento.

Desde o primeiro momento se reflecte o notável interesse de MS pelo correcto conhecimento das realidades arqueológicas locais. Para JLV, o seu correspondente pontessorense seria um «*companheiro, que nada sabe, mas que deseja saber alguma cousa*»[8], um amador que no entanto procura munir-se dos instrumentos mais necessários. Entre eles, a cartografia: «*Para as relações das antas que tenha visto muita falta me faz o mappa que o nosso am.º Schindler me prometteu.*»[9]; o auxilio bibliográfico: – *Faz-me muitíssima falta o Mortillet. Havel-o-há á venda em Lisboa? No caso affirmativo, onde e qual o seu custo?*; e também a logística possível: *um criado para me ensinar o sítio onde ellas estão, levando em todo o caso uma enxada e um crivo.*[10]

O aspecto eventualmente mais interessante reside no facto de, embora plenamente assumido como um mero curioso, MS estar permanentemente preocupado com fazer o «certo», pedindo várias informações a Leite de Vasconcelos sobre os métodos de trabalho a aplicar em diversas situações. Consciente dos problemas que poderiam suscitar as escavações mal realizadas, solicitou por diversas vezes a presença pessoal do Director do Museu, afim de acompanhar os trabalhos e recolher, automaticamente, os materiais para o museu.

Todavia, JLV apenas deixa documentada uma deslocação à Ponte de Sôr, que acabaria por se revelar extraordinariamente produtiva. Durante a sua estadia de

[7] «[…] Sr. Dr. Mattos Silva, que explora as antas de Ponte-de-Sôr, Avis, etc. […]» em Vasconcelos, 1915, p. 19.
[8] N.º 21256
[9] N.º 21269.
[10] N.º 21256.

dez dias deixa referências a vários sítios explorados e a materiais recolhidos por si e pelo seu guia local: para além do marco miliário de *Probo*, encontrado em Ponte de Sôr, terão explorado, na freguesia de Montargil, uma Anta 1, e terão encontrado «*(…) três fragmentos de laminas de sílex, quatro machados de pedra, e duas mós primitivas*(…)» (Vasconcellos, 1910, p. 248). Na herdade do Zambujal foram exploradas quatro antas, foi feita a escavação de uma anta na herdade dos Cavalleiros, e foi intervencionada uma outra anta na herdade do Monte dos Irmãos. Ter-se-á dirigido à ponte de *Villa Formosa*, onde terá encontrado mais miliários, na circunstância«*(…) três anepigraphos (…)*». JLV refere que, durante a sua estadia, terá recolhido nove marcos miliários, e este tema capta-lhe tanto a atenção que em 1912 envia Félix Alves Pereira para procurar o traçado da via que partia da Ponte de Sôr em direcção a Alter do Chão. Por fim refere as várias descobertas feitas na exploração das antas, materiais que de imediato foram conduzidos para o Museu (idem, p. 248-249).

O conjunto arqueológico proveniente da Ponte de Sôr ficará completo posteriormente, quando o Dr. Matos e Silva «*(…) offereceu-me para o Museu Ethnologico toda a collecção de objectos archeologicos que possuia(…)*» (idem, p. 249). No Museu Nacional, este conjunto deveria ajudar a constituir uma parte das *origens norte alentejanas*, mas o plano original de MS consistia no facto de ter recolhido esses objectos com o fim de formar um núcleo expositivo que ficasse em permanência na Ponte de Sôr. Eventualmente desiludido com a fraca receptividade que localmente tal proposta teria tido, MS decide-se a enviar o conjunto para Lisboa. O espólio inclui materiais por si recolhidos, mas também por «*(…) pessoas que desejam uma história da nossa terra (…)*» e que o juiz conhecia pessoalmente. MS funciona também como intermediário entre estas figuras locais e JLV, quer na disponibilização de condições logísticas («*Todos os dolmens que por aqui conheço ficam bastante distantes das povoações; por consequência durante a exploração teremos de nos sujeitar a viver na herdade d'algum lavrador meu conhecido, onde poucas commodidades poderemos encontrar*»[11]), quer como intermediário com outros «exploradores» da época, como por exemplo o Dr. Callado, ou o Dr. Sarmento, por vezes referidos de passagem.

Ao longo de um largo período de tempo, que não é possível quantificar, MS irá actuar quase como um funcionário do Museu ao nível regional: detectando sítios, angariando peças e realizando pequenas escavações, centrando-se sobretudo no rico património megalítico da região, embora os vestígios romanos também lhe captassem a atenção[12].

---

[11] N.º 21253.

[12] Será ele que inicia o reconhecimento do troço da via XIV do Itinerário de Antonino, nomeadamente, identificando os miliários existentes. Em 1912 Félix Alves Pereira, funcionário do Museu, irá percorrer o percurso, encontrando um impressionante número de miliários ao longo do traçado.

A dedicação e o inestimável contributo prestados por MS irão ser recompensados por JLV, que propôs ao Ministério da Obras Publicas, Commercio e Industria a atribuição de um louvor público, que reconheceu o esforço feito pela preservação do património regional[13]. Em resposta, constando de uma das últimas epístolas, MS afirma que *Estou-lhe muito reconhecido pela honrosa Portaria [...]..*[14].

* * *

A esta distância, é impressionante ver o modo como, na transição do século XIX para o XX, a preservação do património nacional estava a cargo de um conjunto de individualidades locais que agiam de forma desinteressada e unicamente movidas pelo apego aos valores locais. Na maior parte dos casos não dispunham de formação na área, desempenhavam outras actividades profissionais, e como recurso dispunham apenas do seu voluntarismo e dos meios próprios. Esta falta de suporte institucional, ou de um enquadramento formal que apoiasse estas iniciativas à escala local, reflecte no fundo o anquilosado exercício da actividade a nível nacional, e o modo como todo o desempenho desta *sciencia* estava dependente das vontades individuais de, passe o pleonasmo, algumas individualidades[15]. Para a época, parece claro que o grande esforço de LV no acompanhamento, à distância epistolar, deste movimento, centrou-se na tentativa de procurar descolar este labor de uma mera recolha ao espírito antiquarista para a canalização de peças para o Museu Nacional e também para um modelo de intervenção cívica na salvaguarda da memória local.

Mesmo assim, se tivesse tido continuidade, este modelo de actuação poderia ter desembocado, com o passar das gerações, em acções de preservação patrimonial mais desenvolvidos, estruturados e alocados à acção das comunidades locais. O centralismo que se irá impor no território nacional nos anos seguintes vai esvaziar por completo as dinâmicas locais, o que inviabilizará qualquer possibilidade de evolução deste modo de actuação.

13 Publicada em Vasconcelos, 1910.

14 N.º 21278.

15 Para um âmbito mais alargado ver Fabião, 1999 (em especial a p. 118). De resto, esta debilidade institucional e a excessiva dependência do labor individual constitui-se, de forma mais ou menos encapotada ou assumida, como um aspecto estruturante na actividade arqueológica portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

Registam-se dois artigos assinados por Manuel Rodrigues de Mattos e Silva:

SILVA, M. R. Mattos (1895) – Notícia das antiguidades pré-históricas do concelho de Avis. «Anta Grande» da Ordem. *O Archeólogo Português.* Lisboa. I.ª Série,1, p. 120-125 e p. 214-216.

SILVA, M. R. Mattos (1896) – Notícia das antiguidades pré-históricas do concelho de Avis. *O Archeólogo Português.* Lisboa. 1.ª Série, 2, p. 239-240.

DIAZ-ANDREU, M.; CHAMPION, T., eds (1996) – *Nationalism and Archaeology in Europe*. London: UCL.

FABIÃO, Carlos (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Almadan.* Almada. II série, n.º 8, p.104-126.

RAMOS, Rui (1994) – A invenção de Portugal. *In* Mattoso, J., dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. VI, p. 565-596.

TORGAL, L. R.; MENDES, J. A.; CATROGA, F. (1998) – *História da História em Portugal*. Lisboa: Temas & Debates. 2 vols.

TRIGGER, Bruce (1989), *A History of Archaeological thought*. Cambridge: CUP.

VASCONCELLOS, José Leite de (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. Volume I.

VASCONCELLOS, José Leite de (1910) – Excursão archeologica. – Escavações. – Acquisições. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série, n.º XV, p. 247-252

VASCONCELLOS, José Leite de (1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

21253

Ilm.º Excm.º Am.º

Acabo de receber a attenciosa carta de V. Ex.ª, que deveras agradeço.

Sobre a primeira pergunta que V. Ex.ª me faz, peza-me dizer lhe que estou compromettido a irmos dias 12 e 13 á Gollegã assistir a uma festa de família, não me sendo, por este motivo, possível fazer a exploração n'esses dias.

Como V. Ex.ª deseja assistir e eu tenho nisso o maior prazer, resolvo-me adiar esse trabalho para a occasião que V. Ex.ª me indicar, esperando que ella não se fará tardar muito.

Intencionava explorar apenas um dolmen, mas vindo V. Ex.ª explorávamos uma porção d'elles, caso venha resolvido a demorar-se alguns dias. Quando V. Ex.ª tiver bom ensejo para vir não tem mais nada senão avisar-me com antecedência para o esperar na estação, que apenas dista d'esta Villa 2 killometros, e indicar-me quantos homens e que instrumentos devo ter preparado para a exploração.

N'esta parte do Alemtejo ha apenas como meios de transporte cavallos com as clássicas carretas, altamente incommodas. São as que posso dispor e desejo que V. Ex.ª me diga qual d'elles prefere.

Todos os dolmens que por aqui conheço ficam bastante distantes das povoações; por consequência durante a exploração teremos de nos sujeitar a viver na herdade d'algum lavrador meu conhecido, onde poucas commodidades poderemos encontrar.

É o que me cumpre dizer a V. Ex.ª para saber com o que tem a contar.

Confesso-me com toda a consideração.

De V. Ex.ª

Att.ª V.ºs mt.º obg.d

Manuel Roiz de Mattos e Silva

21254

Parece-me que não conseguirei tirar qualquer osso completo, porque alem de se desfazerem com um leve toque, são tantos e estão de tal forma apertados uns contra outros que formam uma verdadeira calçada.

Veija se pode n'esta occasião vir aqui para ver uma anta rica commo julgo nunca ter apparecido outra.

Para fazer ideia do que ella é, basta dizer-lhe que não houve vez alguma em que o crivo me não desse grande quantidade de bons objectos.

Ficam as antas a 2 horas de viagem da p.te de Sôr e próximo d'uma herdade de meu sogro.

Está sempre as suas ordens o seu
Am.º mt.º obrig.do

Manuel de Matos Silva

21255

(postal)

Ex.mo Sr. Dr. José Leite de Vasconcellos
Biblioteca Nacional
Lisboa

Querido Amigo [?]:

Aqui vão as provas e photographias promettidas. Se precisar mais diga.
[…]Mattos Silva.

21256

Meu Exmo Amigo

Os meus grandes affazeres e, com verdade, um bocado de perguiça, que, espero, o meu ami.º desculpará, me teem impedido de responder à sua carta e agradecer em meu nome e no do Callado os exemplares que teve a amabilidade de nos offerecer.

Creio ser desnecessário repetir-lhe que todas as vezes que queira fazer digressão por esta riquíssima região tem a nossa casa às suas ordens, onde será recebido com toda a franqueza, e um companheiro, que nada sabe, mas que deseja saber alguma cousa.

Não tenho podido fazer mais explorações; espero que terminem as audiências gerais e que venham uns dias razoáveis para escavar as antas em que primeiro lhe fallei, onde tenho probabilidades de fazer colheita de bons exemplares. Depois tencionava assentar arraiais em S. Martinho com meu cunhado e talvez o Vieira Natividade, íntimo amigo d'elle. Se a V. Ex.ª não for possível vir assistir, saberá depois o resultado dos nossos trabalhos.

Até hoje pouco tenho obtido; apenas alguns machados e entre elles um que tem a insignificância de 0^{m}, 31 de cumprimento e uma pedra rolada sensivelmente espherica com dois buracos, um em cada uma das faces mais achatadas, regularmente feitos e muito bem polidos, tendo 0^{m},1 aproximadamente de profundidade e um d'elles com o diâmetro de 0^{m},3 e outro de 0^{m},2. Não sei se será um objecto pré-historico e qual teria sido a sua utilidade. Entretanto ca está figurando no meu museu.

Colhi os cacos e placas que trouxemos da Ordem; tanta d'umas como d'outras obtive alguns exemplares completos que me parecem de merecimento.

Estou com muita vontade de ir a Lisboa e levar alguns objectos, mas como o não posso fazer por enquanto, reservo a minha ida para depois de maiores explorações; então maior numero d'exemplares poderei apresentar á observação dos entendidos.

Vi hontem nas Novidades uma noticia que se refere a um artigo seu sobre as suas excursões pela Beira e P.^{te} de Sôr. Muito me obsequia dizendo-me qual jornal e n.º em que mandam publicar esse artigo.

Como o meu am.º tem muita paciencia para me aturar rogo-lhe o especial favor de me dizer o preço dos livros = Le prehistorique, de G. de Mortillet e Musée prehistorique, do mesmo autor, indicando a uma livraria a que poderei dirigir-me, para o mandar vir com urgência.

Tenho cá para si um tinteiro e armeiro de lança, um pouco mais pequenos do que aquelles que comprou nas Galveias e com os bordos um pouco quadrados.

Desculpe tão grande massada e mande em tudo.

De V. Ex.ª

Am.º mt.º o.do

Ponte de Sôr 26-10-(18)92

Manuel Rodriques de Mattos e Silva

Meu sogro e Dr. Callado enviam-lhe cumprimentos. Enviam-lhe a nota inclusa, relativa ás sepulturas em que aqui lhe fallou o Joaquim Agostinho (Cano). Se pela descripção entender que ellas teem merecimento e por este motivo as queria ver peço que me avise.

[?]

Mattos Silva

[Cartão, rasgado, só deixando ver parte do texto]

Cartão(sem n.º)

Cheguei hontem a Lisboa [...] sai na primeira […]. Peço me diga para o [...] Borges (Chiado) onde […] que horas o poderei encontrar amanha, J.ª f.ª.(?)

21257

S. Martinho 22 – 1 – (18)93

Meu Ex. mo Amigo

São 3 horas da tarde e acabo de chegar d'uma exploração archeologica. A anta grande do Assobiador apenas deu uma faca incompleta. Depois de meia dúzia de cavadellas desisti das excavaçoes, porque, depois de tirar uma pequena camada de terra, encontrei chão firme e indícios de estar muito próximo a base dos esteios.

É isto devido certamente a grande inclinação do terreno e por este motivo ter sido arrastado pelas aguas a terra das sepulturas com tudo o que ahi se achava. A grande altura dos esteios já me fazia prever que seria nulla ou insignificante a colheita.

Passei depois a uma outra anta pequena (igual aquellas que o meu ami.º não vio na nossa viagem a Cabeção) que foi indicada por um pastor e que fica perto da grande. Essa deu-me a insignificância de 11 bonitos machados, duas pontas de lança, de bronze, que me parecem magnificas e um outro instrumento de bronze, cuja utilidade desconheço e que tem o feitio de uma agulha grande. Alem d'esses deu-me um vaso de barro, que estava completamente partido e que tinha o triplo do tamanho do maior que colhemos nas nossas explorações de Setembro.

A terra estava completamente molhada e por isso não podia ser crivada; guardei-a para mais tarde fazer este serviço. É possível que depois appareçam mais exemplares.

Ainda comecei a explorar aquella que nós vimos no alto no meio d'um esteval; a terra estava também muito húmida e por este motivo guardei para o tempo secco a exploração; ainda assim deu-me dois bons machados em bom estado apenas na entrada da galeria. Quando ahí fôr verá como vai progredindo a passos agigantados o meu museo..

Abraços … De V. Ex.ª

Am.º […]

Manuel Roiz de Mattos e Silva.

21259+A

Ponte de Sôr 17-7-(18)93

Meu Exmo Am.^{o}

Quando ai estive prometti mandar-lhe o desenho da placa que tem desenhos em ambas as faces. Só hoje o faço, porque desejava dar-lhe conta d'uma exploração em que há muito lhe fallava, e que comecei no sábado primeiro [?] passado, interrompendo-a ate a semana que vem, porque só então tenho vagar para fazer a exploração com cuidado. Fui apenas com um criado para me ensinar o sitio onde ellas estão, levando em todo o caso uma enxada e um crivo. Na câmara d'uma das antas mandei cavar uns 4 ou 5 alqueires de terra, que depois de crivada me deu 302 dentes d'hommem, grande quantidade de fragmentos d'ossos, 7 pontas de setta, um bocado de faca, uma placa completa (sem desenhos e de pedra muito grosseira e frágil) outra incompleta, um dente de javali, muitos bocados de differentes instrumentos d'osso, um vaso quasi completo e fragmento d'outros e 14 contas entre as quaes uma de osso polido de 0^{m},03 de cumprimento e com um risco em forma de espiral.

Esta anta é aquella em que um meu visinho tirou um esteio para uma pedra de lagar. Este esteio era o que estava à entrada esquerda da câmara; para o arrancarem revolveram parte da galeria e um bocado da câmara, de forma que hoje há menos de metade a escavar. Tenho uma pena extraordinária em não a encontrar completa, porque a avaliar pela meia dúzia de cavadellas que lá dei, calculo que me havia de dar muitíssimos mais exemplares que a da Ordem. Um dos lados da galeria está completo e estão cahidos 3 dos enormes esteios que tinham pela parte de fora uma grande quantidade de conhos rolados formando uma parede bem feita. O chapéu foi partido e metade está cahido no meio da galeria; tem elle um buraco bem feito com esta configuração ––– 0 ––– medindo de cumprimento 0^{m},11, de largura 0^{m},06 e profundidade 0^{m},06.

Com a pequeníssima excavação que fiz em nada prejudiquei a exploração futura, porque cavei na rampa formada pela cova feita para arrancar o esteio.

(desenho da placa)

21260

Meu Caro Am.º

Fiquei hoje muito descontente com a sua carta, não so porque já contava ao certo pelo menos, consigo, mas porque me considero incompetente para fazer em termos a exploração da anta em que lhe fallei.

É abundantíssima em ossos, intrumentos d'osso, de chiffre e outros objectos; e como é a primeira que encontro n'estas condições tenho receio de deixar escapar circunstancias e objectos de importância. Em todo o caso resolvo-me a ir explorar esta semana, 4.ª feira talvez, exforçando-me por tomar nota e aproveitar tudo o que me pareça digno de merecimento(?).

Fui hontem ás Galveias e lá soube de mais 6 antas que ficam nas proximidades da que vou explorar, contando-me que uma ainda está completa, que umas são grandes, outras pequenas etc.

Ainda lhe não disse que estas antas são situadas nas margens da ribeira que passa a S. Martinho e na Ordem, no sentido da sua nascente.

Estou constantemente a receber noticias de muitas outras existentes na mesma região e a obter ao mesmo tempo licença para as explorar. Se eu me dedicasse exclusivamente a estes trabalhos creio que teria muito que fazer durante alguns anos. Mas como tenho os deveres do meu lugar e me veijo sosinho, sou forçado a ir muito devagar, ainda assim com esperança de arranjar um museu digno de ver-se dentro em pouco tempo.

Visto não vir cá, peço me diga se devo aproveitar todos os fragmentos d'ossos ou apenas aquelles que estão mais completos. Quando lá arrancaram um dos esteios appareceram dois crâneos quasi inteiros, por isso é provável que eu também encontre algum. Actuallmente já tenho boccados de maxillares, de craneos e ossos longos, que, a meu ver, indicam terem pertencido a indivíduos de grande corpolencia.

Á volta da exploração informal-o-hei detidamente de minha colheita.

Já sei há muito tempo que na Torre do Ervedal, herdade pertencente ao pai do meu colega e particular am.º Cunha e Sá, casado com uma senhora prima de minha mulher, há muitas antas e appareceram os vestígios romanos a que se refere. Ainda há poucos dias um cunhado do Cunha e Sá me disse que tencionavam fazer exploração e me convidou a ir dirigi-los nesse trabalho. O Ervedal fica a pouco mais d'uma légua do sitio para onde vou esta semana e a herdade da Torre confina com outra onde me cederam [?] algumas antas. Se o meu am.º viesse podíamos ver tudo sem grande trabalho e perda de tempo, e se quizesse explorar depressa conseguiria autorizaçao do Cunha e Sá.

Se me puder dar algumas indicações sobre o modo como devo dirigir os meus trabalhos muito lhe agradeço.

Disponha sempre do seu

Am.º mt.º obrid.do

Ponte de Sôr 7-8-(18)93

Manuel de Mattos e Silva

21262

Meu Caro Am.º

Pelo seu telegrama d'hontem e bilhete postal d'hoje vejo que se resolveu a vir acompanhar-me na exploração que tenciono fazer.

Se a sua vinda na presente occasiao lhe causar algum transtorno e vem para que eu não fique descontente pode addia-la para mais tarde, pois que, alem da anta da <u>Capella</u>, há muitas outras nas proximidades, que julgo estarem nas mesmas ou melhores condições. Aquella já eu sei que é muito boa. As outras simplesmente pensamos que o serão.

Dá-me muitíssimo prazer em vir agora e todas as vezes que se resolva a fazer excursao por estes sítios; tem um companheiro am.º sempre ás ordens.

O melhor dia para vir é a próxima 6.ª feira ou então na 4.ª da semana que vem; entre estes dois dias vai comigo, 2.ª e 3.ª para uma feira o rapaz para casa de quem nós vamos passar o tempo que nos approuver.

Peço que me avise com antecedência para arranjar trabalhadores, o que é difficil n'esta occasião, e para avisar da vossa ida o meu am.º que nos offereceu casa.

No sitio da anta há boas sombras para nos livrarmos do sol. Há um comboio que chega aqui às 3 horas da tarde; seria este o melhor senão fosse o calor, porque tinha tempo de descançar ate ao outro dia que faríamos viagem cedo. Avise-me para o esperar na estação.

Seu

Am.º obrg.do

Ponte de Sôr 9-8.(18) 93

Mattos e Silva

S/ C(…)

Meu Caro Dr.

Estimo que tivesse chegado de boa saúde bem como o nosso am.º Dr. Schindler e que nenhum mal lhes fizesse a viagem pela Chamusca.

Tem feito por aqui um calor abrasador e tanto que só hontem, que refrescou, é que tive coragem para encaixotar e remetter ao N. Delgado os fragmentos d'ossos que colhemos nas nossas explorações. Vão juntamente as pedras que o Dr. Schindler escolheu.

Remetta a guia ao meu am.º por ignorar se o N. Delgado está em Lisboa. Já lhe deu noticia do resultado dos vossos trabalhos? Que diz?

Antehontem encontrei por acaso a distancia de quasi 4 kilometros de Ponte de Sôr uma anta pequena muito bonita. Os esteios terão quando muito um metro acima da terra e julgo que sempre assim foram, por que não mostram vestígios de terem sido quadrados. São todos da mesma altura, muito unidos uns aos outros e formando um circulo perfeito com uma pequena entrada, sem vestígios de galeria.

Encontrei um machado junto a ella á superfície da terra. Vou explora-la um dia d'esta semana. Informa-lo-hei do resultado.

Quando estiver com o Dr. Schindler peço lhe apresente os meus cumprimentos. Mande um abraço do seu

Am.º mt.º o.do

Ponte de Sôr 28-8-(18)93

Mattos e Silva

21263 – Arqueologia

Meu Caro Amigo

Cheguei hontem d'Alter de ver com meus cunhados e sogro umas propriedades que elle lá tem. Venho admirado com a riqueza dolménica d'aquelles sítios. No pouco tempo que me demorei e pequeno espaço que percorri vi sete antas e tive noticia de muitas nas proximidades d'aquella Villa. Em qualquer um passeio que dê por estes sítios vejo-me sempre cercado d'antas! É extraordinário.

Esta região é para mim de fácil exploração, porque meu sogro tem em Alter umas casas com muitas e boas accommodações.

Ainda assim, attendendo a que minha vida é bastante presa, é provável que este anno explore apenas as proximidades de Benavilla.(?)

Quando tenciona vir cá?

Estou ancioso pela sua vinda, esperando que este anno venha com maior vagar.

Está sempre as suas ordens.

Seu Am.º mt.ºo.do

Ponte de Sôr 7-3-(18)94

Manuel de Mattos Silva

21264

Meu Caro Am.º

Agora, que estava para lhe escrever, chega o Callado, informando-me da sua carta.

Agradeço-lhe os seus cuidados e appresso-me a dizer-lhe que não tem sido felizmente a falta de saúde o motivo do meu silencio, mas uma extraordinária preguiça, que não me deixa sequer cumprir com os meus deveres.

Quando o meu am.º sahiu da Figueira para V.ª do Conde escreveu-me uma carta que só recebi em Portalegre no tempo em que já se tinha ausentado d'aquella ultima Villa. Como não sabia para onde lhe escrever não tive occasião de lhe dizer que esperava aqui no dia 25 de Setembro ultimo para procedermos as explorações combinadas. Este anno vamos a uma nova região, Ervedal, próximo de Benavilla,onde a par de muitas antas, entre as quais uma ainda coberta de terra, segundo me informaram, tínhamos um grande subterrâneo, onde appareceram vestígios romanos. Éramos bem hospedados em casa d'um meu amigo e parente. Já que não pode ser d'esta vez, reservammos para o anno alguns dias para as novas explorações n'aquella região.

Tenciono ir a Lisboa no miado de Novembro. Então serei informado da sua colheita d'este anno e lhe darei noticia d'algumas descobertas que tenha feito.

Abraço do seu
Am.º mt.º o.do

Ponte de Sôr 25-10-(18)94

Mattos Silva

21265

Meu Ex.mo Amigo

Recebi há tempo uns prospectos d' O Archeologo portuguez e ultimamente o seu bilhete postal pedindo-me noticias sobre nossas explorações acompanhadas dos objectos. Ando a fazer uma relação minuciosa de tudo o que encontramos e uma descripção, certamente muito mal feita, de cada um dos objectos que possuo. Não tive por ora desenho algum, porque espero por estes dias ter uma machina photographica com que conto superar as deficiências da descripção.

A minha collecção em nada tem argumentado a não ser com um machado que encontrei á superfície d'uma anta que descobri quasi encostada á Capella da Srn.ª dos Prazeres e com uns vasos e moeda romanos que casualmente descobri e desenterrei num alto próximo d'esta Villa e onde tenciono fazer algumas excavações.

Continuo entretanto a receber noticias de estações prehistoricas desconhecidas e cada vez mais lamento ter uma vida tão presa; se não fosse isto teria dentro em pouco tempo um riquíssimo museo.

Louvo-o muitíssimo pela publicação d'=O archeologo portuguez;= [16]d'esta forma tenho occasião de tornar conhecido alguma cousa que possuo e de me pôr ao facto de que se vai fazendo por esse mundo n'uma sciencia que tanto me interessa.

Peço-lhe o obsequio de me mandar inscrever commo assignante bem como o meu cunhado Joaquim Vaz Monteiro.

Fico ancioso pelo primeiro numero.

Abraça-o e dá-lhe as boas feitas o seu

Am.º mt.º o.do

Ponte de Sôr 7-1-(18)95

Mattos Silva

[16] Conforme o original

21266

Meu Ex.[mo] Am.º

Ate que emfim lhe mando uma mal feita noticia dos objectos que colhemos nas nossas explorações da Ordem.

Talvez que, modificada comvenientemente pelo meu am.º, possa servir para publicar no seu Archeologo Portuguez.

Vão também alguns desenhos, como sei fazel-as; parti do principio de que os nossos estão inteiros; as pontas de setta fil-as, collocando-as sobre o papel e riscando em roda; as placas, collocando o papel sobre ellas e esfregando por cima com uma lamina de chumbo.

Se entender que este meu trabalho lhe pode ser útil diga-me para continuar a fornecer-lhe esclarecimtos sobre as outras explorações.

Peço que mande m'escrever, como assignante d'O Archeologo Portuguz, José Augusto da Fonseca e que dê ordem para que lhe seja remettido o 1.º.numero.

Está sempre ao seu dispor
De V Ex.ª
Am.º mt.º obrig.[do]

Ponte de Sôr 6-3-(18)95

Mattos Silva

21267 – Noticia

Meu Ex.[mo] Am.º

Respondendo á pergunta que faz no n.º 2 do «Archeologo Portuguez» cumpre--me dizer-lhe que, por informações que me tem sido prestadas por pessoas verdadeiras, sei que em Flor-da-Rosa, Aldeia da Matta, Gáfete e Tolosa há numerosas antas, não havendo memoria de terem sido exploradas, e que n'aquella região apparecem (também) muitos vestígios da civilisação romana.

Tenho n'aquelles sítios alguns amigos, que, conhecendo a minha predilecção pela archeologia, me têm pedido para l'a ir fazer as explorações que quizer, offerecendo-me tudo o que fôr necessário para os meus trabalhos. Quando o meu amigo lá queira ir, não tem mais do que avisar-me com alguma antecedência; entretanto, este anno, desejo fazer explorações nas quaes se torna indispensável a sua presença no Ervedal, próximo d'Aviz, onde há muitas antas, uma ainda

coberta de terra, segundo me informaram e um grande subterraneo. Na próxima semana vou explorar trez antas, que descobri próximo á Capella da Srn.ª dos Prazeres, de uma das quaes já lhe dei noticia.

Informal-o-hei do resultado dos meus trabalhos.

Sempre as suas ordens.

De V. Ex.ª

Am.º mt.º obrig.do

Ponte de Sôr 15-5-(18)95

Mattos Silva

21268 – Noticia

Meu Ex.mo Am.º

Acabo de chegar de Montargil, freguesia d'este concelho, onde descobri uma região dolménica, que me parece ser importante. No pouco terreno que percorri vi sete antas, que julgo intactas, e fui informado de que existem mais n'aquelle sitio; são todas pequenas e junto a algumas encontrei evidentes vestígios de pequenas casas, em cujas ruínas não apparecem o mais ligeiro indicio das construções romanas, como cal, tijolo ou telha, etc. e ainda colhi alguns fragmentos de cerâmica, que me parece ser prehistorica. Seriam habitações dos povos das antas?

Encontram-se também n'alguns pontos elevados grandes quantidades de pequenas pedras juntas em montes. O que será?

Já vê o meu am.º que estou constantemente fazendo boas descobertas; e pena que a minha vida me não deixe explorar á medida que as vou fazendo.

Não posso dar-lhe a certeza de haver uma anta transformada em capella; entretanto a algumas pessoas tenham vindo dizer que em Pavia há uma capella construída n'uma anta. Se tiver necessidade da certeza avise-me para pedir a pessoa de confiança que m'a dê.

Já está concluída a sua obra = Das religiões da Lusitânia ?

Estou resolvido a ir ahi brevemente.

Disponha do seu

Am.º ob.do

22-5-(18)95

Mattos Silva

21269

Meu Exmo Am.º

Agradecendo a honra que, por sua iniciativa me foi conferida, peço me diga se devo perante a R. Associação d'Archeologia manifestar o meu reconhecimento, bem como solicitar para mim uns estatutos para saber quaes os meus direitos e obrigações.

Vou hoje pedir resposta urgente ao meu pedido d'informações sobre a capella de Pavia. Communicar-lhe-hei logo que a receba.

Quando me pediu estas informações escreveram por tal forma, que não me foi possível compreender as relações que deseja (má calligraphia) e o modo como devo arranjar os meus artigos. Quando tiver vagar illucide-me sobre estes assumptos.

Para as relações das antas que tenho visto muita falta me faz o mappa que o nosso am.º Schindler me prometteu.

Sou informado da noticia de mais 4 antas próximo das quaes há tempo vi em Montargil. Tenho muito que fazer este anno.

Disponha sempre do seu
Am.º mt.º obrig.^{do}

P.^{te} de Sôr 9-6-(18)95

Mattos Silva

21270

Meu Caro Am.º

Ahi vai mais uma mal alinhavada noticia sobre a anta da Capella. É resumida e não leva desenhos para evitar trabalho.

Vai incompleta porque não sei quaes os objectos que ahi tem colhidos d'ella e porque não me atrevo a classificar os objectos que n'esta data lhe envio pelo correio. Peço-lhe o favor de a completar, não se esquecendo dos ossos e dentes (1020 molares, 332 incisivos e 154 caninos, julgo eu) que mandei para o Museo da Academia.

Faz-me muitíssima falta o Mortillet. Havel-o-há á venda em Lisboa? No caso affirmativo, onde e qual o seu custo? Obsequiava-me imenso ensinando-me a maneira de o adquirir.

Está sempre ás suas ordens, o seu
Am.º obrig.do

Ponte de Sôr 8-7-(18)95

Mattos Silva

21271

Meu Ex.mo Am.o

Sempre fui muito preguiçoso mas desde que sou pai d'um valente rapaz mais preguiçoso me tenho tornado; pouco tempo me sobra d'aquelle que dedico a fazer-lhe festas.

Por isso só agora consegui alinhavar essas mal traçadas linhas, que o meu Am.o fará publicar n'O Archeologo Portuguez, se as julgar capazes d'isso.

Por causa do excessivo calor ainda este anno não fiz exploração, tencionando entretanto fazel-a logo que o tempo refresque. Não será certamente em Setembro, porque tenho este mez quasi todo tomado com umas pequenas digressões, mas fal-a-hei em princípios de Outubro.

Logo que possa determinar o dia pouco mais ou menos avisal-o-hei para, quando e podendo, tornar a descricção d'ella.

Está sempre as suas ordens o seu
Am.o mt.o ob.do
Ponte de Sôr
30-8-(18)96

Manuel de Mattos Silva

21272

Meu Ex.mo Am.o

Escrevo-lhe muito á pressa pedindo para saber a natureza de duas amostras, que lhe remetto pelo correio.

Foram encontradas casualmente por um sujeito d'aqui dentro de dois vasos de barro; da mais impura será um alqueire, da outra um pouco menos.

Será ouro ou outro metal qualquer de valor? Sendo assim quanto poderá valer o kilo de cada uma?

Obsequia-me imenso dizendo-me qualquer cousa ate ao próximo domingo, dia em que aqui vem o sujeito saber se eu lhe quero comprar o achado.

Desculpe-me esta massada e mande em tudo o

De V. Ex.a

Am.o mt.o obg.do

Ponte de Sôr

12-4-(18)97

Manuel de Mattos Silva

21273

Meu Ex.mo Am.º

Recebi há tempos em Niza, onde estava delegado, uma carta sua a que não queria responder sem estar outra vez definitivamente em Ponte de Sôr, como já estou, desde que há um mez esta comarca foi reintegrada.

Aqui me tem pois ás ordens para o que lhe possa prestar. Agora já posso continuar com os trabalhos a que ia a criar bastante amisade e conto que para a próxima primavera hei-de fazer grande colheita de objectos prehistoricos n'uma rica região dolménica d'este concelho. A essas explorações desejo que o meu am.º presida com a ideia de escolher para si o que lhe approver.

O anno passado em S. Martinho explorei uma pequena anta que apenas me deu dois machados, uma bonita goiva de schisto e bastantes ossos, entre os quaes alguns maxilares quasi completos.

Avulsamente tenho adquirido algumas moedas e outros objectos romanos.

Soube da sua prolongada viagem pelo estrangeiro e calculo quanto havia de gosar.

Já estão publicadas as suas – Religiões da Lusitânia? –

Mande em tudo o seu
Am.º o.do

Ponte de Sôr
1-12-(18)99

Mattos Silva

21274+A-B – metal nas antas

Meu presado Am.º

Só hoje respondo a suas carta, porque tenho estado fora d'esta Villa em sitio onde não podia satisfazer o seu pedido.

Não sei se o desenho que envio das pontas de lança e estylete, que achei na anta do Assobiador, freguesia do Maranhão, concelho de Aviz, satisfaz o seu empenho. No caso de não satisfazer queira dizer-mo, porque, como tencionava ir ahi brevemente, levalos-hei para o meu am.º fazer d'elles o uso que lhe aprover.

Os meus trabalhos de montagem de lavouras não me têm permittido fazer exploração; mas logo que tenha tudo em bom caminho tenciono fazel-os.

Tenho propriedades no concelho d'Aviz, confinando com o de Mora; tenho por isso uma riquíssima região archeologica a explorar, apenas conhecida pela nossa excursão á Ordem.

Mande em Tudo o seu
Am.º mt.º og.do

Ponte de Sôr
4-11-(1)904

Manuel de Mattos e Silva

21275

Comarca de Ponte de Sôr – Gabinete do Juiz

22-7-(1)906

Meu Ex.mo Am.º

Foi-me impossível ir ahi na semana passada, como tencionava, e agora não sei quando poderei ir. Por isso remeto-lhe pelo correio os objectos que deseja e que poderia guardar até á minha ida ahi.

Sempre ao seu dispor o seu
Am.º mt.º ob.do

Manuel de Mattos e Silva

21276

Para Maio de 1910

Meu Ex.mo Am.º

Ponte de Sôr
3-11-(1)910

D'esta vez não foi por descuido, ou pela minha habitual preguiça, que deixei sem resposta a sua primeira carta.Tenho estado fora de casa, e, d'ahi a minha falta.

A minha collecção prehistorica, que agora tenho tido desarrumada e espalhada por differentes sítios, por causa d'obras que trago em casa, está destinada a ir para o Museo; não desejo porem fazer a sua remessa sem primeiro a enriquecer com muitos exemplares que espero este anno, talvez um mais, colher n'umas explorações que estou resolvido a fazer na freguezia de Montargil, d'este concelho.

É uma região dolménica riquíssima, como em parte tive occasião d'observar e pelas informações seguras que me têm sido dadas.

Eu só não posso explorar tudo. Quer o meu am.º tomar conta d'esta empreza?

Diga-mo, para, no caso affirmativo, eu em tempo preparar tudo para tal fim.

Diga-me também se os meus objectos lhe são já precisos, porque assim tratarei de juntar tudo á mão para com mais pressa se remettam.

Muito lhe agradeço as suas Religiões da Lusitânia.

Sempre ao seu dispor o
De V. Ex.ª
Am.º mt.º od.do

Manuel de Mattos e Silva

Bilhete Postal

Meu Amigo

Há aqui muito crivo e creio que em Montargil também os haverá.

Entretanto pode ser que elles tenham uma rede que não convenha ao fim desejado. Serei, por isso, talvez melhor trazer os seus.

Ate sabbado as 3 e 40 da tarde.

Mattos Silva

21278

Meu Exmo Amigo

Ponte de Sôr
1-11-(1)910

Desde que d'aqui partiu tenho andado n'uma roda com os meus trabalhos agrícolas.

Ainda não tive occasião de concluir o serviço das chapas que tirei durante a nossa digressão; mas agora, que vou ter dois dias de descanso, conto acabal-o e enviar-lhe algumas photographias.

Vou fazer remessa das circulares, que me enviam, differentes am.^{os} d'estes sítios, com indicações da minha casa para entrega de qualquer objecto offerecido ao Museu.

Estou-lhe muito reconhecido pela honrosa Portaria que provocou um seu favor.

Sempre e em tudo ao seu dispor
O seu
Am.^{o} mt.^{o} ob.^{do}

Manuel de Mattos e Silva

21279

Meu Ex.mo Am.º

Ponte de Sôr
3-4-(1)930

Aqui estou para o receber com a costumada amisade e sem cerimonia.

É melhor vir dia 10 para termos tempo de ir ver os vestígios da estrada romana.

Peço que me avise da sua vinda com antecedência.

Abraça-o o seu
Am.º mt.º o.do

Manuel Mattos Silva

21280

Meu presado Amigo

Ponte de Sôr
30-1-(1)937

O livro a que o meu velho Amigo se refere e saber o qual pede esclarecimentos e = Expansão Portuguesa – numero extraordinário – 6 – 1935.

Redação e administração = Rua das Flores – 267 – 1.º – Porto.

Directores = A. Monteiro do Amaral e A. Correia de Freitas.

Editor = E. Costa Monteiro.

Muito praser senti por me ter proporcionado o ensejo de lhe prestar um pequeno serviço.

Um abraço afetuoso do
De V. Ex.ª
Am.º mt.º ob.do

Manuel de Mattos Silva

P.A. A Expansão Portuguesa é no género do Álbum Alentejano de Pedro Muralha.

MSilva

Matrimónio Leisner: a pretexto do seu centenário, o episódio de Coimbra

RUI BOAVENTURA*, MAIA LANGLEY**

RESUMO

Recorda-se o centenário do matrimónio do casal Leisner, que mais tarde tanto contribuiu para o conhecimento do Megalitismo peninsular. A pretexto disso, dá-se a conhecer a oportunidade perdida de Georg Leisner se ter tornado professor na Universidade de Coimbra.

Palavras chave: Megalitismo – Leisner – Historiografia – Universidade de Coimbra.

ABSTRACT

The centennial of the marriage of Georg and Vera Leisner is commemorated in this article in light of the fact that they contributed greatly to the knowledge of the Megalithic Iberian Peninsula. As well, the lost opportunity of the appointment of Georg Leisner, and Portugal, to become a professor at the University of Coimbra is highlighted.

Keywords: Megalithism – Leisner – Historiography – University of Coimbra.

* Portanta, Associação de Arqueologia Ibérica; Município de Odivelas; Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa – UNIARQ; boaventura.rui@gmail.com

** Doutoranda da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Portanta, Associação de Arqueologia Ibérica – maia.m.langley@gmail.com

Fräulein Vera de la Camp (1885-1972) e *Herrn Hauptmann* Georg Leisner (1870-1957) contraíram o seu matrimónio na capela Eberle, numa quarta-feira, dia 22 de Setembro de 1909, em ambiente musical e gastronómico bem definido e requintado, realçado no seu convite de casamento (Fig. 1 e 2).

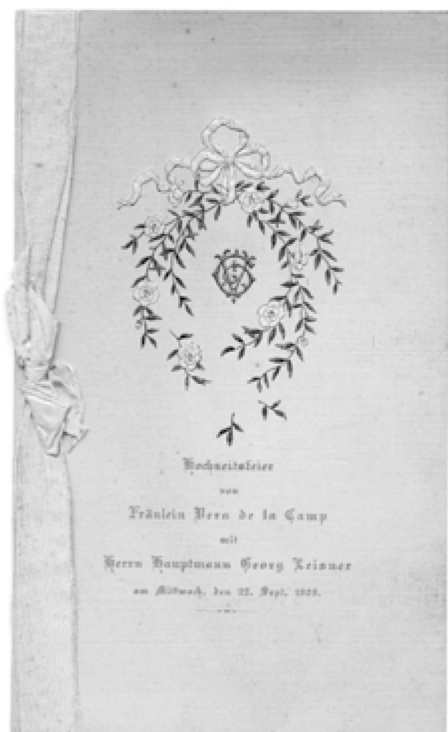
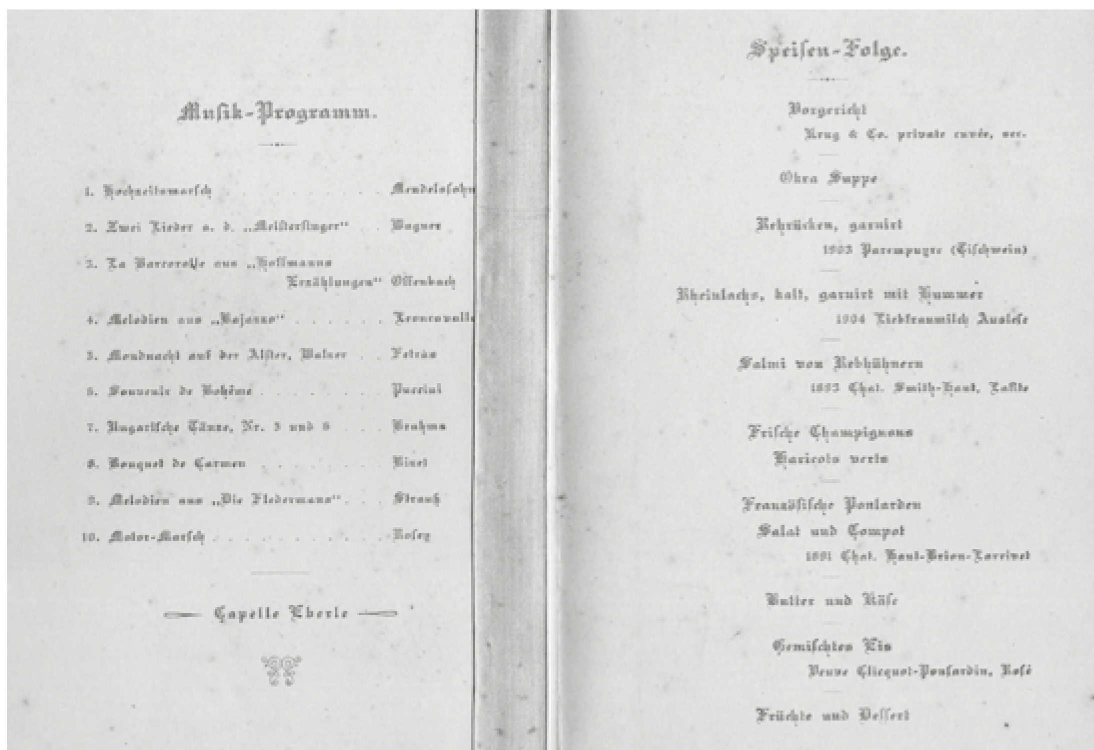


Fig. 1 – Capa do convite de casamento de Georg e Vera Leisner (1909).

À data daquela cerimónia, o contributo para a investigação arqueológica, e sobretudo para as práticas funerárias das sociedades peninsulares neolíticas (Leisner e Leisner, 1943, 1951, 1955, 1959; Leisner, 1965; Leisner e Kalb, 1998; Cardoso, 1957; Almeida, 1972; Dehn, 1990; Boaventura e Langley, 2007), não seria desejo embalado pelos acordes musicais ou alimentado pelas iguarias degustadas, nem ocuparia espaço no projecto de vida do casal alemão. No entanto, cem anos depois importava relembrar o evento com estas breves notas, pelo que veio a proporcionar mais tarde para a disciplina arqueológica, bem como realçar quão a jornada pessoal e científica de cada indivíduo pode sujeitar-se a diversas vicissitudes, por vezes imprevistas.

O caso da falhada contratação do arqueólogo alemão, mencionado brevemente noutro trabalho (Boaventura e Langley, 2007), proposta pelo director da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, João Pereira Dias (e apoiada pelo director da Faculdade de Letras, Amorim Girão) foi com certeza um daqueles episódios fortuitos. Assim, apresenta-se neste



Musik-Programm.

1. Hochzeitsmarsch . . . . . Mendelssohn
2. Zwei Lieder a. d. „Meistersinger" . . Wagner
3. La Barcarolle aus „Hoffmanns Erzählungen" Offenbach
4. Melodien aus „Bajazzo" . . . . . Leoncavallo
5. Mondnacht auf der Alster, Walzer . . Fetras
6. Souvenir de Bohême . . . . . Puccini
7. Ungarische Tänze, Nr. 5 und 6 . . . Brahms
8. Bouquet de Carmen . . . . . Bizet
9. Melodien aus „Die Fledermaus" . . . Strauß
10. Motor-Marsch . . . . Rosey

Capelle Eberle

Speisen-Folge.

Vorgericht
Krug & Co. private cuvée, sec.

Okra Suppe

Rehrücken, garniert
Parempuyre (Tischwein)

Rheinlachs, kalt, garniert mit Hummer
1904 Liebfraumilch Auslese

Salmi von Rebhühnern
Chat. Smith-Haut, Lafitte

Frische Champignons
Haricots verts

Französische Poularden
Salat und Compot
1891 Chat. Haut-Brion-Larrivet

Butter und Käse

Gemischtes Eis
Veuve Clicquot-Ponsardin, Rosé

Früchte und Dessert

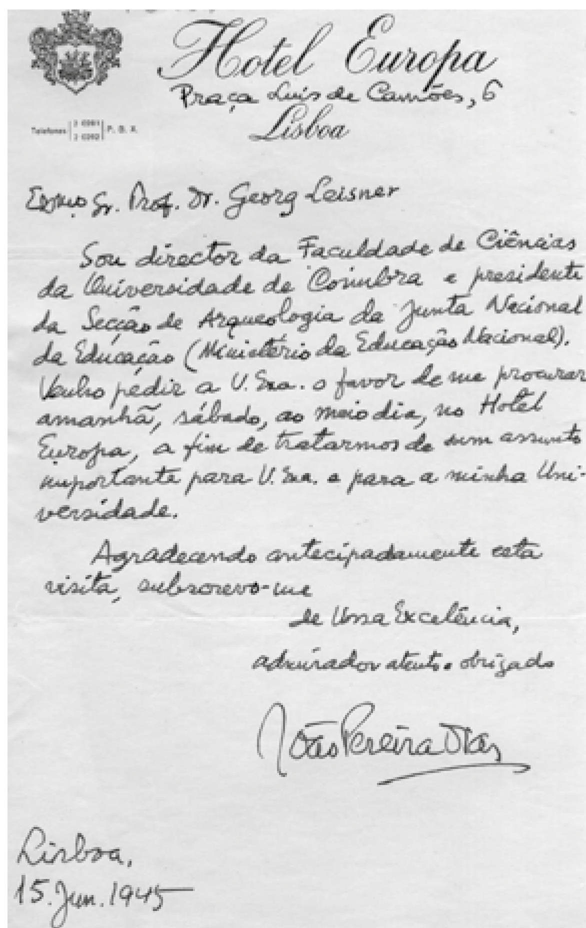
Fig. 2 – Programa musical e cardápio do jantar de casamento de Georg e Vera Leisner (1909).

trabalho o epistolário disponível no Arquivo Leisner relacionado com o caso, por ordem cronológica, bem como os contactos anteriores com Amorim Girão que poderão ter contribuído para aquela proposta (Documentos 1 a 9).

Entre 1943 e 1944, G. Leisner e V. Leisner dedicaram especial atenção ao levantamento dos sepulcros megalíticos do território português. Essa prospecção selectiva apoiava-se nos contactos com investigadores e elites culturais nacionais e locais, entre os quais se incluiu Amorim Girão no ano de 1944. Este investigador acompanhou inclusive o casal Leisner na visita a várias antas da região do Caramulo, referidas nas cartas apensas e ilustrada pela imagem junta (Fig. 3).

Após J. p. Dias ter efectuado um convite formal a G. Leisner, em meados de Junho de 1945 (Dias, 1945a e b; Fig. 4), e que o segundo aceitou (Leisner, 1945a), logo no início do mês seguinte, para espanto dos intervenientes, o director foi informado de que a contratação do arqueólogo não poderia ser aprovada «(…) *pelas autoridades portuguesas, por não haver* [então] *na Alemanha um govêrno interno legalmente organizado e reconhecido, perante o qual os súbditos dessa Nação* [pudessem] *constituir-se responsáveis por qualquer acto público*» (Dias, 1945c; Leisner, 1945b). O caricato deste episódio reflecte então um período conturbado da his-





Hotel Europa
Praça Luis de Camões, 6
Lisboa

Exmo. Sr. Prof. Dr. Georg Leisner

Sou director da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e presidente da Secção de Arqueologia da Junta Nacional da Educação (Ministério da Educação Nacional). Venho pedir a V. Exa. o favor de me procurar amanhã, sábado, ao meio dia, no Hotel Europa, a fim de tratarmos de um assunto importante para V. Exa. e para a minha Universidade.

Agradecendo antecipadamente esta visita, subscrevo-me

de Vossa Excelência,

admirador atento e obrigado

João Pereira Dias

Lisboa,
15. Jun. 1945

Fig. 3 – Georg Leisner e Amorim Girão na descida da Serra do Caramulo, 1944 (Leis45, IGESPAR) e referida por A. Girão (1944b).

Fig. 4 – Carta de J. p. Dias para G. Leisner, 1945 (Dias, 1945a).

tória mundial, envolta numa guerra total, em que a Alemanha e os seus cidadãos se tornaram *personae non gratae*, sobretudo no epílogo daquele conflito, mesmo num país sob o jugo da ditadura do Estado Novo. Mas foi também, para Portugal, uma oportunidade perdida de enriquecimento do meio académico nacional, tornando-se um mero episódio fortuito.

Alfragide, Novembro de 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. (1972) – Vera Leisner. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 3.ª Série, 6, p. 341-343.

BOAVENTURA, R.; LANGLEY, M. (2007) – Georg Leisner (1870-1957): Determinação na busca do Megalitismo Ibérico. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, 25, p. 167-176.

CARDOZO, M. (1957) – Necrologia: Georg Leisner. *Revista de Guimarães*. 67 (3-4), p. 562-564.

DEHN, W. (1990) – Em Homenagem à Dra. H. C. Vera Leisner. In *Probleme der Megalithgräberforschung: Vorträge zum 100. Geburtstag von Vera Leisner*. Berlin: Walter de Gruyter.

DIAS, J. p. (1945a) – [*Carta*] *1945 Junho 15* [*a*] *Georg Leisner* [Manuscrito]. Acessível no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa, Portugal. Arquivo Leisner: Leis 63.

DIAS, J. p. (1945b) – [*Carta*] *1945 Junho 29* [*a*] *Georg Leisner* [Dactilografado]. Acessível no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa, Portugal. Arquivo Leisner: Leis 63.

DIAS, J. p. (1945c) – [*Carta*] *1945 Julho 5* [*a*] *Georg Leisner* [Dactilografado]. Acessível no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa, Portugal. Arquivo Leisner: Leis 63.

GIRÃO, A. (1944a) – [Carta] *1944 Junho 30* [a] *Georg Leisner* [Manuscrito]. Acessível no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa, Portugal. Arquivo Leisner: Leis 104.

GIRÃO, A. (1944b) – [Bilhete postal] *1944 Outubro 23* [a] *Georg Leisner* [Manuscrito]. Acessível no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa, Portugal. Arquivo Leisner: Leis 104.

GIRÃO, A. (1944c) – [Bilhete postal] *1944 Outubro 23* [a] *Georg Leisner* [Manuscrito]. Acessível no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa, Portugal. Arquivo Leisner: Leis 104.

LEISNER, G. (1944a) – [Carta] *1944 Junho 27* [a] *Amorim Girão* [Rascunho Manuscrito]. Acessível no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa, Portugal. Arquivo Leisner: Leis 104.

LEISNER, G. (1944b) – [Carta] *1944 Junho 27* [a] *Amorim Girão* [Rascunho Manuscrito]. Acessível no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa, Portugal. Arquivo Leisner: Leis 104.

LEISNER, G. (1945a) – [*Carta*] *1945 Junho 19* [*a*] *João Pereira Dias* [Duplicado dactilografado]. Acessível no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa, Portugal. Arquivo Leisner: Leis 104.

LEISNER, G. (1945b) – [*Carta*] *1945 Julho* [*pós-dia 5 a*] *João Pereira Dias* [Rascunho manuscrito]. Acessível no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa, Portugal. Arquivo Leisner: Leis 104.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1909) – *Hochzeitsfeier von Fräulein Vera de la Camp mit Herrn Hauptmann Georg Leisner am Mittwoch, den 22. Sept. 1909*. [Convite de casamento de Vera Leisner e Georg Leisner]. Acessível no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa, Portugal. Arquivo Leisner.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1943) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Suden*. Berlin: Walter de Gruyter Co., vol. 1.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARCH, 2.ª edição. Reprodução do original de 1951.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1955) – *Antas nas herdades da Casa de Bragança no concelho de Estremoz*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 29 p. il.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter Co., vol. 2.

LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter Co., vol. 3, Text und Tafeln.

LEISNER, V.; KALB, p. (1998) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter Co., vol. 4, Text und Tafeln. KALB, p. (Comp.).

DOCUMENTOS

Doc. 1: Leisner, G. (1944a) – [Carta] *1944 Junho 27* [a] *Amorim Girão* [Rascunho Manuscrito].

«27-6-44

Exmo. Sr.

Estando já uns meses em Portugal para proseguir // nos nossos estudos sôbre a c. meg. Da península, temos // a intinção visitar nas próximas semanas as // regiões da Beira Alta ainda desconhecidas. Trata-se // sôbretudo da região pela poente de Viseu ~~sôbre~~ a qual // Va. Exa. deu já em varias publicações ~~os~~ resul-//tados das suas explorações tão valiosas. Estudiamos // já há anos a sua obra «antigui-// dades preh. de Lafões». Infelizmente não temos // agora nas nossas mãos ni // este libro ni os excertos feitos dêle. Por isso seria do maior aproveito // para nos, se tivesse a bondade // de prover para nos um separatum deste artigo que pensamos levar connosco, // O que facilitara [ilegível]hamente os nossos estudos.

Passando por Coimbra e provavelmente nos // fins de semana próximos, teríamos o // maior prazer de cumprimentar Va. Exa. pessoalmente e // lhe seríamos m. obrigado se neste ocasião saber indicações // de efeituar ~~a~~ viagem // para esta região, // e nas diferentes vilas e cidades indicar-nos // umas pessoas, que se ocupam da arqueologia // da sua terra e poderiam ajudar-nos.»

Doc. 2: Girão, A. (1944a) – [Carta] *1944 Junho 30* [a] *Georg Leisner* [Manuscrito].

«30-VI-944

Exmo. Senhor Dr. Georg Leisner:

Em resposta à carta de V. Exa., // venho dizer-lhe que tenciono estar // em Coimbra nestas próximas se– // manas e que muito gosto terei em receber V. Exa. na Faculdade // de Letras.

O meu livro Antiguidades Pré– // –históricas de Lafões, de que ainda me // restam alguns exemplares, estará // ao dispor de V. Exa., e de bom grado // lhe darei todas as indicações que // deseja. Pena é que a dificuldade // dos meios de transporte torne agora // quási impossível a visita a alguns // monumentos pré-históricos.

Sempre ao dispor de V. Exa., subs– // crevo-me com mta. consideração.

Mto. at. [ilegível]

[Assinado] A .de Amorim Girão»

Doc. 3: Leisner, G. (1944b) – [Carta] *1944 Julho 22* [a] *Amorim Girão* [Rascunho Manuscrito].

«Dr. G. Leisner

Lisboa, 22.7.44 // Calçada da Boa Hora 65B

Exmo. Sr. Dr. A. de Amorim Girão, //

Agradeço a sua // carta do 30.VI e a amabilidade de Va. Exa. // prometendo ajudar-nos // na nossa viajem para a Beira Alta.

Tínhamos ~~que~~ prorogar a partida e provavelm. // não chegaremos para Coimbra antes do mes de // Septembro. Lle seriamos m. obr. de uma // breve noticia, quando encontraremos Va. Exa. // em Coimbra. Tivemos muito prazer da sua noticia que ainda possue umas exempl. do seu // livro e que terá a am. de dar nos um exemplar. Se talvez fôr posivel, enviar-o já agora para Lisboa podríamos começar com o seu estudo.»

Doc. 4: Girão, A. (1944b) – [Bilhete postal] *1944 Outubro 23* [a] *Georg Leisner* [Manuscrito].

«Coimbra, 23-X-944

Exmo. Senhor Dr. G. Leisner:

Acuso a recepção da carta // de V. Exa. e da fotografia tirada // na descida da Serra do Caramu-//lo, que muito agradeço.

Ao Prof. José Manuel da // Silva enviei a carta inclusa. // E ele representará no esbôço as // mamoas ou dólmenes destruídos, // que não veem no meu livro.

Envio cumprimentos para V. Exa. e Exma. Esposa e subscrevo-me // mto. at. [ilegível] //

[Assinado] A. de Amorim Girão»

Doc. 5: Dias, J. p. (1945a) – [*Carta*] *1945 Junho 15* [*a*] *Georg Leisner* [Manuscrito em papel timbrado do Hotel Europa, Lisboa].

«Hotel Europa // Praça Luís de Camões, 6 // Lisboa

Exmo. Sr. Prof. Dr. Georg Leisner

Sou director da Faculdade de Ciências // da Universidade de Coimbra e presidente // da Secção de Arqueologia da Junta Nacional // da Educação (Ministério da Educação Nacional).

Venho pedir a V. Exa. o favor de me procurar // amanhã, sábado, ao meio dia, no Hotel Europa, a fim de tratarmos de um assunto // importante para V. Exa. e para a minha Universidade.

Agradecendo antecipadamente esta // visita, subscrevo-me // de Vossa Excelência, // admirador atento e obrigado.

[Assinado] João Pereira Dias // Lisboa 15.Jun.1945»

Doc. 6: Leisner, G. (1945) – [*Carta*] *1945 Junho 19* [*a*] *João Pereira Dias* [Duplicado dactilografado].

«Dr. Georg Leisner

Calçada da Boa Hora, 65B

Lisboa

Exmo. Sr.

Prof. Dr. João Preira [sic] Dias

Mto. Do. Director da Faculdade de Ciências // da Universidade de Coimbra.

Exmo. Senhor Director

O convite honroso que V. Exa. teve a amabilidade de me expor na conversa // que tivemos no sábado passado, estaria eu com muito gosto disposto a // aceitar, em princípio, depois de ter ponderado as possibilidades que // me proporciona em continuar ao mesmo tempo os trabalhos para os quais // vim ao país, e de valorizá-los no quadro mais amplo duma actividade // académica com os respectivos contactos com colegas e estudantes. Muito // grato fico a V.Ea. por se ter lembrado de me distinguir com tão honrosa // proposta.

Tomo a liberdade de pedir a V.E. se digne informar sôbre as modalida-//dês da realisação do projecto, para eu ser capaz de dar a V.Ea. uma // resposta mais concreta e dispor dos elementos precisos para iniciar as diligências respectivas aqui.

Aproveito o ensejo para exprimir a V.Ea. com os sentimentos sinceros // de gratidão os da minha admiração e do meu respeito

Lisboa, 19 de Junho de 1945»

Doc. 7: Dias, J. p. (1945b) – [*Carta*] *1945 Junho 29* [*a*] *Georg Leisner* [Dactilografado em papel timbrado da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra].

«Exmo. Senhor

Prof. Dr. Georg Leisner

Logo que recebi a carta de V. Exa., dei conhecimento dela // ao Director da Faculdade de Letras, Sr. Dr. Amorim Girão.

Este professor convocou os seus colegas poucos dias depois; // como, porém, não estiveram presentes todos os professores, não // foi possível fixar ainda, oficialmente, as condições que deverão // ser propostas a V. Exa.

O Sr. Dr. Amorim Girão espera fornecer-me aquêles elementos // num dos primeiros dias do próximo mês de Julho; e eu transmiti-//-los-ei imediatamente a V. Exa.

Lamentando esta demora involuntária e reiterando as expres-//soes da minha maior consideração e aprêço, subscrevo-me // de Vossa Excelência, // admor. Att. e obgdo.

[Assinado] João Pereira Dias

Coimbra, 29/VI/1945.»

Doc 8: Dias, J. p. (1945c) – [*Carta*] *1945 Julho 5* [*a*] *Georg Leisner* [Dactilografado em papel timbrado da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra].

«Exmo. Senhor

Prof. Dr. Georg Leisner

Acabo de ser informado de que o contrato de V. Exa. não poderá ser // aprovado pelas autoridades portuguesas, por não haver actualmente na Ale-//manha um govêrno interno legalmente organizado e reconhecido, perante o // qual os súbditos dessa Nação possam constituir-se responsáveis por qual-//quer acto público.

Os meus colegas da Universidade de Coimbra e eu próprio sentimos // sincero desgôsto por ficarmos impedidos de alcançar nesta ocasião por // tal motivo, a valiosíssima colaboração de V. Exa.; mas temos esperança // de que a situação política da Alemanha não tardará a definir-se, para // que dentro de poucos meses possamos retomar as negociações que de tão // bom grado havíamos empreendido junto de V. Exa.

Com respeitosos cumprimentos e com a afirmação do meu maior aprê-//ço, subscrevo-me // de Vossa Excelência, Colega e admor. Gratíssimo

[Assinado] João Pereira Dias

Coimbra, 5 de Julho de 1945.»

Doc. 9: Leisner, G. (1945c) – [*Carta*] *1945 Julho* [*pós-dia 5 a*] *João Pereira Dias* [Rascunho manuscrito em papel timbrado do Hotel Astória, Coimbra].

«Hotel Astória // Avenida Emidio Navarro // Coimbra

Exmo. Senhor Doutor p. D.

Recebi a sua carta de ... em que me // explica as razões que inutilizaram o seu // projecto de me contratar pela Faculdade // que V.E. tão superiormente dirige. Lastimo // sinceramente que V.E. se tenha dado // tanto trabalho em vão para a realização // dum plano interessante que teve a amabilidade // de me propor, mas que é contrariado // por circunstâncias cujo alcance nós // ignorámos ambos até agora. Naturalmente // não me compete a mim discutir as // razões das hospitaleiras autoridades portuguesas.

Aguardando com V.E. momentos mais // propícios para a realização da sua idéia renovo // a V.E. os meus agradecimentos. Aproveito // a oportunidade para apresentar a V.E. e // aos seus colegas na Faculdade os meus // cumprimentos respeitosos e subscrevo-me // de Vossa Excelência colega sempre grato // e dedicado.»

Vere Gordon Childe em Portugal. Uma pequena história (moral?) sobre um jovem lobo ainda inexperiente e uma raposa matreira.

VICTOR S. GONÇALVES*

RESUMO

O grande arqueólogo Vere Gordon Childe vem a Portugal em 1949. A convite do Governo português. Um arqueólogo marxista convidado por um governo que odiava o marxismo, perseguia e matava os seus adeptos? Como foi possível? É difícil sabê-lo hoje, mas um jovem aprendiz de historiador, que traduzira com Vitorino Magalhães Godinho três livros do Mestre num só, «O Homem faz-se a si próprio», quer aproveitar a estadia para um inquérito destinado a uma revista «de esquerda», a «Vértice». Este episódio era desconhecido até hoje e, naturalmente, nunca foi do conhecimento de Childe, até ser encontrado entre os livros de Manuel Heleno, todo poderoso professor da Faculdade de Letras, director do Museu Nacional de Arqueologia, um volume da edição portuguesa do livro de Childe... a ele, Childe, dedicado, por Borges de Macedo, e contendo uma simples folha dactilografada com um inquérito. Manuel Heleno meteu tudo na gaveta e a história morreu antes de ter começado. Uma fábula moderna sobre um jovem lobo e uma raposa matreira. Ambos foram longe nas carreiras académicas, mas de positivo apenas a obra de Borges de Macedo permanece na luz que justificadamente merece. A outra nunca se concretizou, a não ser pela destruição maciça de monumentos e sítios. Moral da história? Nenhuma.

Palavras-chave: Gordon Childe – Borges de Macedo – «O Homem faz-se a si próprio» – História da Arqueologia em Portugal

* Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). SHIU (Grupo «QUATRO»). Faculdade de Letras. P-1600-207 Lisboa Portugal. vsg@campus.ul.pt.

ABSTRACT

The great archaeologist Vere Gordon Childe comes to Portugal in 1949, at the invitation of the Portuguese Government. A Marxist archaeologist invited by a government that hated Marxism, chased, tortured and killed its supporters? How was it possible? It's hard to know today.

Nevertheless, Borges de Macedo, a young historian's apprentice who translated with Vitorino Magalhães Godinho three books of the Master in one, «Man makes himself», tries to interview Childe for «Vértice», a Portuguese gauchist magazine. This episode remained unknown until now, and, of course, Childe never knew about it.

A few years ago, a book has been found in the personal library of Manuel Heleno, the all-powerful professor of Macedo, Director of the National Archaeological Museum. That was the Portuguese edition of Childe's book... dedicated to him by Borges de Macedo. It contained a single typewritten sheet of paper with twelve questions from Macedo to Childe, and a letter from Macedo asking Heleno's intervention. Manuel Heleno put everything in the drawer, and the story ended before it began. A modern fable about a young wolf and a cunning fox. Nowadays, only Borges de Macedo's work remains in the light that it justifiably deserves. Moral of the story? None.

Keywords: Gordon Childe – Borges de Macedo – «Man makes himself» – History of Archaeology in Portugal

– Para que tens essa grande gaveta, Avozinha?
– Para nela guardar tudo o que não quero ver.
Nova história do Capuchinho Vermelho

1. PREAMBULANDO

Vere Gordon Childe (nascido em Sydney, 14 de Abril de 1892 e falecido nas Montanhas Azuis, a 19 de Outubro de 1957) esteve em Portugal entre 21 de Dezembro de 1949 e 1 de Janeiro de 1950. Mas que faria, num estado autoritário e medíocre, dirigido por um catedrático de Coimbra, uma figura como a sua? E que impacto teve a sua visita? E como reagiram os indígenas a tão inusitado e irrepetível facto?

À primeira questão, a resposta é simples: não sabemos. À segunda, alguma coisa se sabe, uma vez a Vértice e, compreensivelmente o co-tradutor de Childe, se terem imediatamente interessado pela presença do australiano e terem pensado numa entrevista. À terceira questão, é mais fácil responder: a esmagadora maioria dos indígenas de então era completamente iletrada (e ainda hoje o é, a nível da iliteracia funcional, veja-se o estado em que tantos alunos entram nas Universidades) e sabia lá quem era Childe (nem se interessava por saber, à excepção de alguns republicanos, crentes no advento de melhores tempos). Os homens do regime, se olhassem bem, do que duvido, veriam um perigoso vermelho, de costumes suspeitos. Quanto aos resistentes ao Estado Novo, preocupavam-se mais (e justificadamente) em sobreviver num País assim, governado ao som de Deus, Pátria, Família, do que com pequenos assuntos como este.

Esta é, naturalmente, uma leitura pessoal de uma pequena história, que para alguns optimistas seria socialmente muito mais exemplificativa de uma época

que de uma pessoa: o formigueiro acima da formiga. Ou estarão enganados os que assim pensam, e as formigas e os formigueiros sempre foram uma só, e única, realidade, indivisível e preocupante?

Como alguns arqueólogos da minha geração, li «O Homem faz-se a si próprio» e os pequenos livros da «Colecção Saber», mas cresci em termos de Pré-História Europeia com a «História da Civilização Ocidental», cujos fascículos me chegavam pelo correio e cuja encadernação fui pagar à Calçada do Combro. E a parte da Pré-História, a abrir os dois tomos, consistia num belo estudo de Gordon Childe, o primeiro dele que efectivamente li.

Marcou-me mesmo essa leitura liceal?

Sou sincero: certamente menos que a «Economia dos Descobrimentos Henriquinos», de Vitorino Magalhães Godinho, o primeiro livro de História que me fez perceber que havia outra História, para além do que nos obrigavam a ler no Liceu. E que História!

Tinha lido a História de Portugal de Alexandre Herculano quando andava na 4ª classe e, mais tarde, um pouco de Oliveira Martins e a então inevitável «História de Barcelos». Mas Magalhães Godinho, muito mais que Jaime Cortesão e António Sérgio, tinha sido a verdadeira luz ao fundo de um (muito) escuro túnel. E a obscuridade de que sempre tanto gostei, a ponto de a escolher para epitáfio[1], era outra, não esta a que me fixavam os manuais escolares e os autores do regime.

Ora Vitorino Magalhães Godinho era um dos tradutores de «O Homem faz-se a si próprio», a par de um tal Jorge Borges de Macedo, que, até ao meu primeiro ano de Faculdade, totalmente desconhecia.

Muitos anos depois, quando os Cadernos de Campo de Manuel Heleno vieram à superfície (e que desilusão eles foram, a não ser para os ingénuos que esperavam junto a uma imaginária sarça ardente as revelações do século), com eles foi vendida a biblioteca do ex Director do Museu Nacional de Arqueologia e da Faculdade de Letras de Lisboa.

Por princípio, não compro livros antigos, a que possa ter acesso directo em formato sólido ou digital, e, não havendo outra razão, não me interessei pelos volumes daquela colecção. Tal não aconteceu com João Luís Cardoso, conhecido bibliófilo, em cuja casa apreciei já notáveis séries de publicações dos sécs. 19 e 20. E, sabendo da minha estima por Gordon Childe (e por Jorge Borges de Macedo), ele contou-me uma história e sugeriu-me a sua publicação. Como podia assim recusar recordar, num mesmo sítio, um autor que ainda hoje aprecio (e de que editei e prefaciei, na minha colecção «Tempo Aberto», o notável «Para uma recuperação do Passado») e uma figura cimeira da historiografia portuguesa,

[1] Uma simples frase de Boris Vian : «J'ai passé le plus clair de mon temps a l'obscurcir, parce que la lumière me gêne.».

que acompanhei, desde 1969, em longas conversas, a quem fui o primeiro a dar a notícia do 25 de Abril, numa madrugada longínqua?…

João Luís Cardoso tinha encontrado, dentro do volume de «O Homem faz-se a si próprio», que comprara como sendo de Manuel Heleno, um envelope com um questionário dactilografado, uma carta de Borges de Macedo a Manuel Heleno, um cartão de Borges de Macedo para…Gordon Childe. E o livro tinha uma dedicatória… de Borges de Macedo para…Gordon Childe.

Um perfeito exemplo, como se verá, de como os jovens lobos são, por vezes, detidos pelas raposas matreiras… ou de como elas arriscam pouco, para defender um galinheiro em que o jantar esteja sempre garantido.

O autor agradece a João Luís Cardoso a cedência da documentação deste «caso», *rated* XXX, a Jorge Braga de Macedo a cedência das fotografias não datadas de seu Pai, trabalhando em casa, ao Museu Nacional de Arqueologia a autorização para reproduzir a fotografia de Manuel Heleno, à *Cota Zero* a imagem de Gordon Childe com o seu *teddy bear*, uma fotografia de que gosto particularmente.

Tratei digitalmente todas as imagens, que estavam, sem excepção, em muito mau estado. Os documentos manuscritos têm como suporte papéis de má qualidade e o tratamento digital de imagem foi neles particularmente duro, com contraste pesado e eliminação de manchas quase pixel a pixel. E do papel das saudosas Edições Cosmos, do fim da década de 40, é melhor nem falar. Mas o que elas pretendiam (vender barato cultura de elite...) nada tinha que ver com isso e não é por aí que as devemos avaliar. Não há hoje nenhuma editora com a enorme função social que ela teve. E isso é dizer muito.

2. GORDON CHILDE EM PORTUGAL

Vere Gordon Childe vem a Portugal por convite do Governo português no Natal de 1949. Pouco ou nada se sabendo das razões do convite, é interessante ver quem são as figuras nacionais que o escoltam na sua viagem pelo Portugal arqueológico. António Carvalho, num estudo chave para esta época, procurou recuperar percursos e intenções (1989).

O itinerário escolhido para ou por Childe visita sequencialmente as estrelas da Arqueologia portuguesa da época, grutas artificiais, grutas naturais, um *tholos* , três povoados da Idade do Ferro, várias antas e um povoado pré-histórico:

- Região de Lisboa: Alapraia, S. Pedro do Estoril, Poço Velho, *Tholos* do Monge.
- Norte de Portugal: Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso, Citânia de Sanfins.
- Alentejo: Anta de S. Diniz (Pavia); Antas das Herdades do Cré e do Coelho (Ciborro, Montemor- o-Novo); Anta da Candeeira (Serra d’Ossa); S. Bento de Cástris (um pouco de turismo não faz mal...), Antas do Ciborro (Montemor-o-Novo).

A opulenta Cascais, o Norte dos castros e das citânias, o Alentejo das antas... era o que se podia mostrar num País de opereta, em que a Arqueologia enquanto Ciência praticamente não existia. E Childe sabia-o. Veja-se o curto e formal texto que escreve no Livro de Visitas da Junta de Turismo de Cascais: «/[1]The excavations of my extremed colleagues Father Jalhay /[2] and Major Afonso do Paço have added an extreme /[3] scientific interest to the renowed touristic attraction of /[4] Estoril so famed for its climate and the wise measures /[5] taken to preserve the monuments and the precious objets /[6] discovered in them and to publish them in the interests of /[7] knowledge are a wise supplement to the measures taken /[8] to embellish this beautiful spot // V Gordon Childe 22.XII.1949».

Os presumidos ou confirmados acompanhantes são também estrelas da arqueologia de regime da época (mas é também verdade que não havia outra...) ou personagens menores: Afonso do Paço, Eugénio Jalhay, Mário Cardozo, Manuel Heleno, Major Ismael Spínola, Maxime Vaultier, que oferece uma sua casa para um cocktail de despedida. Só mesmo em Évora é recebido por figura de primeiro plano, não da Arqueologia, mas da História da Arte: Mário Tavares Chicó, para mim um dos melhores sete professores que tive na Faculdade de Letras de Lisboa[2].

António Carvalho escreve : «Da visita de V. Gordon Childe apenas resulta a publicação de um artigo na *Revista de Guimarães.* Nada mais de concreto, que seja do nosso conhecimento, resultou deste contacto. Pensamos que a Arqueologia portuguesa da década de 40 e 50 perdeu aqui uma oportunidade «histórica», para aproveitar o contacto com um dos arqueólogos que mais fortemente influenciou a disciplina nos anos subsequentes e se tornou num marco fundamental e obrigatório, não só no estudo da Pré-História Europeia, como no estudo da própria Arqueologia.» (op. cit., p. 108). Pensa A. Carvalho e pensa muito bem. As posteriores publicações de livros de Childe tiveram também um impacto quase nulo e só depois do 25 de Abril se editou, na colecção *Tempo Aberto*, que dirigi na Bertrand, um seu livro fundamental. Mas era já tarde demais. Outras emergências dominavam agora a cena e Childe passaria para trás do Clarke azul, ultrapassado pelo terramoto do ano Binclarke, entrando justificadamente para a (gloriosa) história da Arqueologia.

3. O MOVIMENTO DE JORGE BORGES DE MACEDO

A vinda a Portugal de Vere Gordon Childe era uma oportunidade única para alguém fora do regime o questionar sobre Arqueologia... e sobre as suas opções ideológicas. Mas como fazê-lo? Childe estava bem guardado pela arqueologia do Estado Novo e os acessos a ele foram controlados com eficácia. Vinha ver sítios

[2] Os outros seis? Sem qualquer ordem qualitativa: Oliveira Marques, Veríssimo Serrão, Jorge Dias, Borges de Macedo, Orlando Ribeiro, Lindley Cintra...

ilustres do ilustre passado lusitano, nada de pensar em levá-lo a Universidades ou a contactos com outras gentes. Vinha, via e partia, caso encerrado. Nem o Instituto Britânico sabia dele (ou fingia não saber). Veja-se a carta de Macedo a Heleno, linhas 9 a 12...

Jorge Borges de Macedo dirige-se a Manuel Heleno da seguinte forma:

> «/[1] Ex[mo] Senhor Doutor Manuel /[2] Heleno e meu prezado Mestre /[3] A revista Vértice de Coimbra /[4] sabendo da estadia em Portugal /[5] do Prof. Gordon Childe pediu- /[6] -me que o entrevistasse. A minha /[7] primeira ideia foi dirigir-me ao /[8] Senhor Doutor, mas temendo in- /[9] comodá-lo preferi a via Instituto /[10] Britânico que no entanto não /[11] me foi viável pois não sabe /[12] onde se encontra o prof. G. Childe. Resolvo /[13] então recorrer à nunca desmentida e /[14] injustificada benevolência do senhor /[15] Doutor. Será possível o Senhor Doutor /[verso 1] ajudar-me? Pedia ao Senhor Dr. /[2] o favor de me dizer se seria /[3] possível fazer chegar ao Prof. Childe /[4] a entrevista que elaborei para «Vértice» /[6] Com os melhores agradeci- /[7] mentos sou o aluno sempre /[8] grato /[9] Jorge de Macedo /[10] P.S. – Incomodarei o Senhor Dr /[11] telefonando-lhe para me infor- /[12] mar do que o senhor Dr houver /[13] por bem de me informar.».

Não se encontrou qualquer resposta a esta carta e, dado ao evoluir da situação, não me parece que tenha havido.

De qualquer forma, Jorge Borges de Macedo tinha efectuado o seu movimento, escrevendo a Heleno e enviando-lhe um volume dedicado a Gordon Childe, um cartão para ele e o texto do inquérito. O «grego», como lhe chamariam mais tarde, não respondeu e meteu o pacote na gaveta (atitude ainda hoje típica dos burocratas que não querem sarilhos ou que pretendem contornar uma situação fora da norma).

4. O INQUÉRITO PARA A «VÉRTICE».

Em 1942, a Revista Vértice começa a ser publicada em Coimbra, sob a direcção de Raul Gomes. E é um inquérito para a Vértice que movimenta Jorge Borges de Macedo (Lisboa, 3 de Março de 1921 — Lisboa, 18 de Março de 1996). Uma revista profundamente conotada com o neo-realismo (Ramon, 2008), de «esquerda», portanto, torna-se assim, sem que se saiba, o ponto central da questão Macedo-aluno – Heleno-professor.

Manuel Heleno, cuja surda oposição a Virgínia Rau a impedira de prosseguir estudos em Arqueologia, ao ver este papel desaparecido até hoje (e cuja transcrição se faz de seguida) deve ter pensado: «outro?». E a gaveta guardou carta, livro, dedicatória e inquérito. O que quer dizer: mais uma questão resolvida, antes que...

Texto em inglês, dactilografado e assinado por Jorge Borges de Macedo, mas não datado, numa folha de papel de má qualidade. Contém 12 questões e outra, a XIII, com a numeração apagada e o texto não escrito, com rasuras e correcções do autor:

I – What is your intention in studying archaeology?
II – At present, in which are you most interested, in the field of archaeology?
III – How do you think the teaching of History must be made? Which subjects do you find most important to be taught?
IV – Which importance is given to the Archaeology at the English High and Technical Schools and Universities? Are you pleased at such importance?
V – Can you utter just now any opinions about the Portuguese archaeological stations ? In your opinion which geographical zones must be known and related to the Portuguese Archaeological Stations?
VI – Which was the most interesting Portuguese Archaeological stations you visited? Why ?
VII – Your position in the field of the Anthropological science is well-known. Which problems are you most interested in this subject.
VIII – Do the recent Anthropological discoveries modify in anyway the essential of Darwin's theory?
IX – What do you think about Carlos Ribeiro' Hypothesis on the «Tertiary Man»?
X – What do you think about the «Homo of Muge»?
XI – Which countries in your opinion are most advanced in the field of Archaeology?
XII – Which Museums and Monuments interested you most in Portugal?
XIII – [numeração apagada, sem texto]

./../.

Your books «Man Makes Himself», «What happened in History» and «Progress and / Archaeology» are translated into Portuguese under the general title «O Homem faz- / se a si próprio»; it was extraordinary welcomed by the Portuguese public. Its / edition was completely sold in less than threes (sic) months.
Collaborater at «Modern Quartely», your personality as archaeologist and / rationalist is much admired in Portugal.
The readers of «Vértice» will be much obliged to you for your kind interview / which will be a n[e]w opportunity of transmitting yours thoughts to the Portuguese / public once more.
Very sincerely yours,

Jorge Borges de Macedo [*assinatura só manuscrita*]

À parte as doze questões, os três parágrafos finais são muito interessantes. Os dois primeiros visam mostrar a Childe o apreço que os portugueses cultos têm por ele, a ponto de esgotarem a edição de «O Homem faz-se a si próprio» em menos de três meses (o que talvez tenha algo de exagero, a não ser que a tiragem tivesse sido pequena). O terceiro introduz a «Vértice» e uma referência clara sobre a importância da transmissão do pensamento de Childe aos portugueses.

São três parágrafos que bem poderíamos ver no início, se não conhecêssemos a maneira particular de Borges de Macedo se expressar e a extrema importância das doze questões colocadas antes. O próprio parágrafo em que se refere à admiração que os portugueses teriam pelo perfil de Childe, como arqueólogo e como «racionalista», constitui o coração destas breves considerações. Borges de Macedo, nos seus escritos e nas suas aulas, ia primeiro directamente às questões essenciais e usava como técnica repeti-las ao longo da sua exposição. Aqui, não tinha tempo, ainda que lhe sobrasse o espaço na folha, e as razões expressas fossem claras e sólidas. Childe haveria de ter gostado de as ler, se as tivesse lido.

Na verdade, as doze questões organizam-se, quanto ao seu conteúdo, e agrupam-se logicamente de uma forma um pouco diferente da listada:

I e II: vai-se aqui quase abruptamente à relação de Childe com a Arqueologia e ao campo que nela mais o interessava. Esperaria Macedo que lhe respondes-sem sublinhando a Sociedade e a Economia, mais à maneira marxista que à dos *Annales*?
III: História, a maneira de a ensinar e os temas mais importantes de serem ensinados. História e Arqueologia, à maneira de Febvre e Braudel...
IV, VII e VIII: o Reino Unido e a importância que no seu ensino era dada à Arqueologia. E duas questões fundamentais, lidas numa perspectiva mais inglesa do que europeia – os problemas centrais para Childe e a influência das recentes descobertas em Antropologia em função das teorias de Darwin.
V, VI e XII: A arqueologia portuguesa, os seus monumentos e sítios, com três aspectos: as áreas geográficas nucleares, os sítios de maior interesse em Portugal e os museus existentes.
IX e X: Carlos Ribeiro e o seu homem terciário. A construção antropológico-ideológica em torno ao Homem de Muge. Uma frecha desferida ao pensamento conservador de Mendes Corrêa?
XI: Quais os países mais avançados em Arqueologia. Claro que aqui o Reino Unido e a União Soviética poderiam ser respostas do australiano. Heleno deve ter estremecido perante a possibilidade.

São assim questões colocadas de forma engenhosa, disfarçando algumas, menores, as essenciais, as que se referiam ao pensamento revolucionário de

Childe, à importância que ele sempre deu à transformação e mudança. De onde a presença de Darwin.

Em 1973, quando ensinava Pré-História no Anfiteatro 2 da Faculdade de Letras, Darwin e a evolução humana, lidas através dos admiráveis livros de André Leroi-Gourhan, com quem conversara em Paris no ano anterior, tinha dois agentes da PIDE a assistir às minhas aulas. E só o soube quando os interroguei sobre a matéria dada, com um pesado silêncio de volta e, aula acabada, Fátima Bonifácio me veio contar, divertidíssima, quem eu tinha interrogado. E quando contei o episódio a Borges de Macedo, num dos jantares no Grémio Literário para que me convidava às vezes, não percebi o seu sorriso e a sua não-resposta. Talvez se recordasse ainda do já longínquo episódio com Heleno e do seu inesperado desfecho... e sobretudo das sombras ameaçadoras que pairavam por Lisboa e sobre a liberdade de pensar de outra maneira.

5. *ZERO EN CONDUITE?*

Um cartão de visita de Borges de Macedo para Gordon Childe acompanhava o livro, ele próprio dedicado ao autor dos três textos conglomerados em português.

Dizia simplesmente:

> «JORGE BORGES DE MACEDO /¹ Translator of your /² books «Man Makes himself», /³ Progress and Archaeology, etc, greets /^verso 1 you and asks you a written /² interview for the Portuguese /³ Review «Vértice», of Coimbra, /⁴ the questions of wich are /⁵ enclosed. It's obvious you may modify /⁶ any questions or add any one /⁷ if you like. Yours sincerely Jorge de Macedo.»

Teria sido complicado encaminhar o pacote para Gordon Childe? Seria Manuel Heleno perseguido pelo regime se o fizesse? Interrogado pela PIDE na António Maria Cardoso? Afastado da Universidade?

Nada permite afirmá-lo ou considerar as hipóteses como cenários possíveis, ainda que...

6. JORGE BORGES DE MACEDO NA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

Jorge Borges de Macedo, nascido em Lisboa a 3 de Março de 1921, licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras de Lisboa, celebra contrato como 2.º Assistente do Grupo de História (a base da carreira universitária de então) em 8 de Agosto de 1958, após ter tomado posse provisória em 6 de Fevereiro do mesmo ano. Apesar de ter concluído a licenciatura com apenas

12 valores (as médias de então eram muito baixas, mas no doutoramento viria a obter 19 valores), apresentava classificações notáveis a História Moderna e Contemporânea e a História medieval (17 a ambas) e a História de Portugal, História dos Descobrimentos e da colonização portuguesa, História geral da Civilização e Epigrafia e Numismática (16).

Passa a Primeiro assistente após o doutoramento, por autorização reitoral de 17 de Junho de 1964, a Professor agregado em 4 de Julho de 1967 e a Catedrático em 18 de Janeiro de 1968. Em 1974, é afastado da Universidade, sem qualquer razão objectiva ou prova verificada, mas seria reintegrado por decisão do Supremo Tribunal Administrativo, decisão aplicada por ordem do Reitor, em 7 de Julho de 1980. Para ele, seis longos e amargos anos.

Tal como aconteceu com Virgínia Rau, que se incompatibilizou com Manuel Heleno e pela sua pressão se afastou definitivamente da Arqueologia, fugiu Borges de Macedo da macacaria, dos neolíticos, das antas, dos S.O.M. e dos LBK? Não creio.

Ainda em 1970, quando Virgínia Rau, na sua casa da Av^{da} António Augusto de Aguiar, me convidou para ser assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, sem saber que eu, à míngua de alternativa, tinha já assinado contrato com a Universidade de Luanda, me falava com entusiasmo de Arqueologia e da importância das análises das pastas cerâmicas, coisa que muitos arqueólogos militantes daquela época desconheciam em absoluto, ou, se conheciam, estavam muito longe de praticar. Guardando sempre silêncio sobre Heleno e Macedo. Aliás, da Faculdade falou muito pouco.

Quando o conheci, Jorge Borges de Macedo mostrava-se moderadamente interessado por Arqueologia, mas nunca teve comigo uma conversa de fundo sobre o sujeito. Falava de literatura, sociologia, economia, muito pouco de política, nada de Arqueologia. Ouvia-me atentamente conversar sobre vinhos do Douro e do Dão, desde sempre os meus favoritos, e fazia perguntas oportunas. Mas, de Arqueologia, só quando acompanhou, numa dura pré-análise formal, a fase final da minha tese de licenciatura, ao que me obrigara D. Fernando de Almeida, que receava problemas na arguição e assim pensava resolvê-los antecipadamente. E uma vez, poucos anos mais tarde, no Outono de 1973, quando descíamos o Chiado depois de jantar, e me disse, surpreendentemente a propósito de nada: «a Arqueologia em Portugal? Não tem público, nem palco para os actores». Na altura, não percebi. Mas nunca esqueci. E hoje estou parcialmente de acordo com ele: algum palco existe, ainda que pequeno, os actores é que nem sempre são bons.

Ganhara assim, sem nada ter feito por isso, não apenas um crítico aguçado e severo como um Amigo. Quando em 1989 uma vez mais me abriu as portas de sua casa, quando defendi o doutoramento, num jantar memorável, acabou a discutir com a Ana *A Montanha Mágica* e os recentemente traduzidos livros de

Hrabal, encantado por partilhar olhares, o que nele não era muito comum…

Penso assim que a preocupação com Gordon Childe tinha mais que ver com a política que com a Arqueologia. Que Jorge Borges de Macedo se interessava mais pelas grandes questões da evolução da Humanidade, a anos-luz do criacionismo, que pelo modo de obter tais conhecimentos. No questionário, perpassavam, como vimos, grandes questões e outras, mais pequenas. Poeira nos olhos dos censores? Antes de eles poderem decidir, Manuel Heleno, a velha raposa, travou o jovem lobo. Não fosse o caso…

Mas não é esse um padrão de comportamento das raposas? Que lhes garante a sobrevivência em qualquer dos muitos mundos possíveis? Sobretudo quando as uvas estão maduras e a vinha ainda não foi vindimada…

Moral da história? Nenhuma.

Lisboa, Verão de 2008,
Revisto no Verão de 2011

REFERÊNCIAS

CHILDE, V. G. (1947) – *O Homem faz-se a si próprio*. Tradução de Vitorino Magalhães Godinho; Jorge Borges de Macedo. Lisboa: Editorial Cosmos.

CHILDE, V. G. (1976) – *Para uma recuperação do passado*. Lisboa: Editorial Bertrand. (Colecção *Tempo Aberto*). Colecção dirigida por Victor S. Gonçalves.

CARVALHO, A. (1998) – Para a história da Arqueologia em Portugal. O Livro de Visitas da Junta de Turismo de Cascais. *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*. Nº 8, p. 75-150.

GODINHO, V. M. (1962) – *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Lisboa: Sá da Costa.

GONÇALVES, V. S. (1976) – V. Gordon Childe e a recuperação do Passado.. Lisboa: Bertrand. p. 7-26. Prefácio à edição portuguesa de *Piecing together de past* (*Para uma recuperação do passado*), de Gordon Childe

A HISTÓRIA da Civilização Ocidental (1964). Lisboa: Editorial Crisális.

RAMON, V. (2008) – *A Revista Vértice e o neo-realismo português*. Coimbra: Angelus Novus.



Fig. 1 – Vere Gordon Childe (foto publicada em *Cota Zero,* 2007, p. 59).



Fig. 4 – Manuel Heleno, foto sem data, cedida pelo Museu Nacional de Arqueologia. Retocada digitalmente na UNIARQ.



Fig. 8 A-B-C – Jorge Borges de Macedo, fotografias em sua casa, não datadas. A última (C) foi tirada na Reitoria da Universidade de Lisboa, no final das minhas provas de doutoramento (7 de Janeiro de 1989).

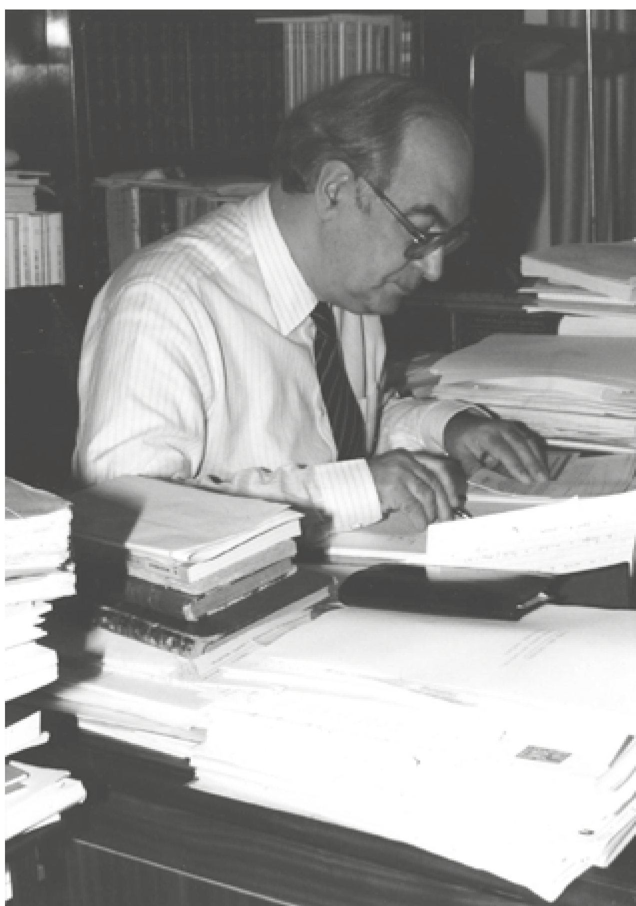






Fig. 2 – A capa de «O Homem faz-se a si próprio».

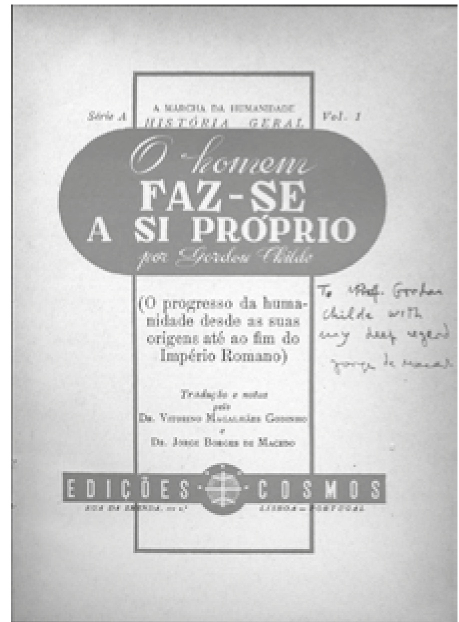
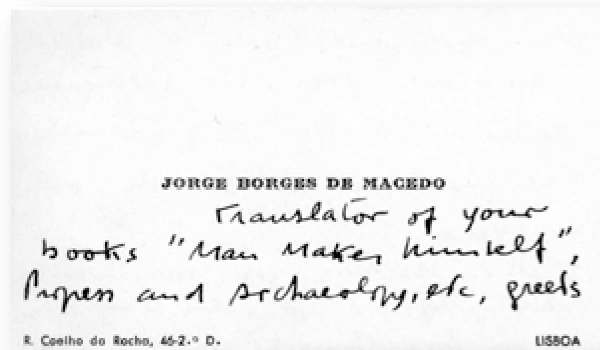


Fig. 3 – A dedicatória de Jorge Borges de Macedo a Gordon Childe.



JORGE BORGES DE MACEDO

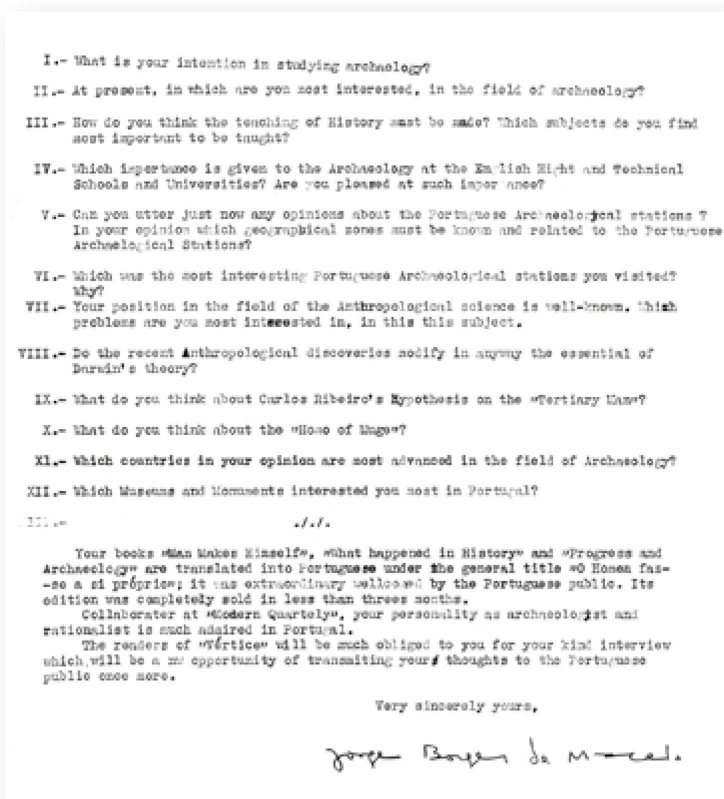
Translator of your books "Man Makes himself", Progress and Archaeology, etc, greets

R. Coelho da Rocha, 46-2.º D. LISBOA

you and asks you a written interview for the Portuguese Review "Vértice", of Coimbra, the questions of which are enclosed.

It's obvious you may modify any questions or add any one if you like. Yours sincerely Jorge de Macedo

Fig. 7 – Face e verso do cartão de visita de Borges de Macedo, que deveria ter sido entregue a Childe (mas não foi…).



I.- What is your intention in studying archeology?

II.- At present, in which are you most interested, in the field of archaeology?

III.- How do you think the teaching of History must be made? Which subjects do you find most important to be taught?

IV.- Which importance is given to the Archaeology at the English Hight and Technical Schools and Universities? Are you pleased at such importance?

V.- Can you utter just now any opinions about the Portuguese Archaeological stations ? In your opinion which geographical zones must be known and related to the Portuguese Archaeological Stations?

VI.- Which was the most interesting Portuguese Archaeological stations you visited? Why?

VII.- Your position in the field of the Anthropological science is well-known. Which problems are you most interested in, in this this subject.

VIII.- Do the recent Anthropological discoveries modify in anyway the essential of Darwin's theory?

IX.- What do you think about Carlos Ribeiro's Hypothesis on the «Tertiary Man»?

X.- What do you think about the «Homo of Mugem»?

XI.- Which countries in your opinion are most advanced in the field of Archaeology?

XII.- Which Museums and Monuments interested you most in Portugal?

XIII.- ./..

Your books «Man Makes Himself», «What happened in History» and «Progress and Archaeology» are translated into Portuguese under the general title «O Homem faz-se a si próprio»; it was extraordinary wellcomed by the Portuguese public. Its edition was completely sold in less than threes months.

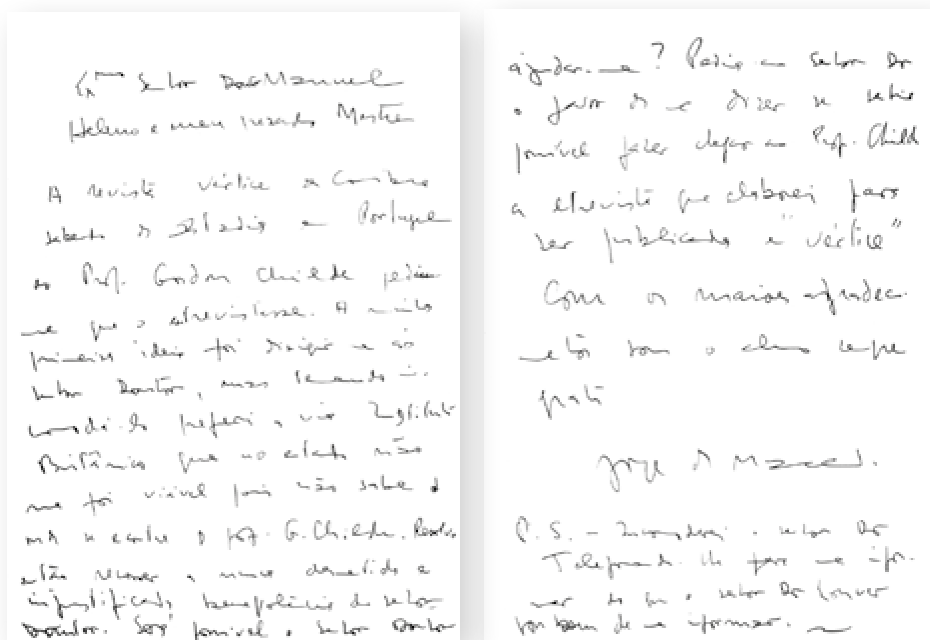
Collaborater at «Modern Quartely», your personality as archaeologist and rationalist is much admired in Portugal.

The readers of «Vértice» will be much obliged to you for your kind interview which will be a new opportunity of transmiting yours thoughts to the Portuguese public once more.

Very sincerely yours,

Jorge Borges de Macedo.

Fig. 6 – O inquérito que Borges de Macedo elaborou para Gordon Childe responder.



Ex.mo Senhor Doutor Manuel Heleno e meu prezado Mestre

A revista Vértice de Coimbra sabendo da estadia em Portugal do Prof. Gordon Childe pediu-me que o entrevistasse. A minha primeira ideia foi dirigir-me ao senhor Doutor, mas tendo em [illegible] preferi a via [illegible] Britânica que no entanto não me foi viável pois não sabe [illegible] o Prof. G. Childe. [illegible] então [illegible] a minha demasiado e injustificada [illegible] do senhor Doutor. Será possível o senhor Doutor ajudar-me? Pedia ao senhor Dr. o favor de me dizer se seria possível fazer chegar ao Prof. Childe a entrevista que elaborei para ser publicada na "Vértice".

Com os maiores agradecimentos sou o [illegible] sempre grato

Jorge de Macedo.

P.S. – [illegible] o senhor Dr. telefonando-lhe para me informar se o senhor Dr. houver por bem de me informar.

Fig. 5 – A carta de Borges de Macedo para Manuel Heleno.

António Jorge Dias (1907-1973) e a Arqueologia em Portugal*

ANA CRISTINA MARTINS**

RESUMO

Consagrando-se à Etnografia e Etnologia, numa primeira fase do seu percurso académico e, já numa segunda, à Antropologia cultural, A. Jorge Dias não foi indiferente à busca da etnogénese da cultura portuguesa, nas suas diversas dimensões. Não surpreende, por conseguinte, que se interessasse pelos estudos arqueológicos, uma interacção que analisamos no presente texto, ao mesmo tempo que contextualizamos o estado da arqueologia nos diferentes períodos da vida deste autor, quando as questões nacionalistas se encontravam na agenda diária de diferentes círculos políticos.

Palavras-chave: Etnologia – Arqueologia – Nacionalismo – Portugal

ABSTRACT

Dedicated to Ethnography and Ethnology, in a first moment of his academic career, and, later, to Cultural Anthropology, A. Jorge Dias also searched for ethnogenesis of Portuguese culture. It is therefore not surprising that he considered archaeological studies, an interaction analyzed all along this text, together with the historical contextualization of Archaeology, taking into account those periods when nationalism was part of several political agendas.

Key-words: Ethnology – Archaeology – Nationalism – Portugal

---

* Este texto decorre da comunicação apresentada no Colóquio comemorativo do centenário do nascimento de Jorge Dias, organizado a 6 de Dezembro de 2007 pela Secção de Etnografia da Sociedade de Geografia de Lisboa, devidamente actualizada e adaptada ao presente objectivo. Também por isso, dedico-o à Dra. Maria Helena Samouco, Presidente desta Secção, designadamente pelo apoio conferido.

** Investigadora Auxiliar (*Compromisso com a Ciência*) do IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical. E-mail: ana.martins@iict.pt

«Esta necessidade de procurar origens é compreensível,
dada a analogia que por vezes o etnólogo encontra entre assuntos
que estuda no presente e formas equivalentes que o passado nos legou;
mas nem sempre existe uma base de confronto segura,
nem o conhecimento exacto da evolução dessas formas,
e há que ser prudente e evitar conclusões apressadas, fáceis ou tentadoras.»
(Dias, 1962, p. 11-13)

1. ENQUADRAMENTO

Antes de analisarmos António Jorge Dias (1907-1973) no campo arqueológico, importará, ainda que em brevíssimas linhas, realçar aspectos que permitirão compreender melhor a ligação entre Arqueologia, Etnografia, Etnologia e Antropologia na sua obra.

Muito antes do seu nascimento, o sistema das três idades de Christian J. Thomsen (1788-1865), amplamente propagado pelo seu discípulo J. J. A. Worsaae (1821-1885), a quem coube subdividi-las, transformou-se numa pedra angular da emergência, afirmação e desenvolvimento da jovem ciência arqueológica. Outras, como a tipologia artefactual (nomeadamente local), incentivada por personalidades como Richard Colt Hoare (1758-1838), revestiram-se de igual relevância, determinando a perscrutação do passado remoto de regiões e países. Circunstância substanciada pela formação de museus nacionais e regionais, bem como pela intensificação dos estudos arqueológicos para celebrar as respectivas identidades, abonando o financiamento público de algumas intervenções.

Além destas, outras ocorrências moveram a arqueologia. Entre elas, o sentido de «fóssil-director». Mas também o de «associação» e de «contexto fechado». Jun-

tamente com a análise estratigráfica e dos métodos de datação, desde a escavação de sítios fixados historicamente, passando pelo reconhecimento de artefactos cronologicamente identificáveis (mormente numismas), até à «cronologia cruzada», foram vários os preceitos a asseverarem o exercício arqueológico. Foi ademais na sua base que o arqueólogo sueco Oscar Montelius (1843-1921) concebeu uma cronografia da Idade do Bronze para toda a Europa a partir de uma abordagem difusionista de radical montelliusiano. Entretanto, difusionistas e migracionistas, a exemplo, respectivamente, do médico e antropólogo alemão Rudolf Virchow (1821-1902) e de Gabriel de Mortillet (1821-1898), indicavam os «fósseis-directores» como documentos da existência e do percurso populacional. Também por isso, se interpretava a «cultura» (a *kulturgruppe* alemã e a *civilization* francesa) enquanto conexão de crenças, ideologias e formas de vida emblemáticas de etnias ordenadas num espaço e tempo traduzidos nos *kulturkreis*. Não obstante, coube ao linguista alemão Gustaf Kossinna (1858-1931) descrever a «cultura arqueológica» (*Kulturgruppe*) fortalecida pelo arqueólogo australiano Vere Gordon Childe (1892-1957).

Em Portugal, tentou-se obstar de algum modo ao padrão adoptado por parte expressiva da arqueologia europeia quanto ao primado dos povos germânicos, os *Kulturvolker*, ou seja, os «povos culturais». Opôs-se de igual modo à migração (mais do que à difusão) de novos *modus vivendi* e *faciendi* a partir do próximo Oriente, *por muitos considerado o berço da Humanidade* (Dias, 1990, 1, p. 127), esse autêntico pancresto dos fenómenos europeus, de tradição bíblica e fundamentador de impérios contemporâneos, condensado no *ex oriente lux*. Um dos elementos mais utilizados para refutar tal suposição revelou-se o megalítico. Designadamente quanto à arquitectura dos monumentos funerários e espólio associado. Interesse alimentado por investigadores portugueses face a eventos marcantes da expansão do pensamento arqueológico e antropológico que lhes permitiu fortalecer a utilidade dos estudos arqueológicos para erguer a consideração nacional.

Os estudos sustentadores da teoria de Salomon Reinach (1858-1932) eram assim desbravados. Director do *Musée des Antiquités Nationales* de *St. Germain-en-Laye* inaugurado por ocasião da exposição universal de Paris (1867), com denominação expressiva do ideário subjacente, este autor publicara, em *Le mirage oriental* (Paris, 1893), a primeira grande crítica ao *ex oriente lux* dominante durante largo tempo no pensamento ocidental, matizando o contributo civilizacional fenício. Já em pleno século XX, num contexto político português que lhe era particularmente favorável, pretendeu-se inverter o processo, ponderando-se a emergência da escrita, não no mediterrâneo oriental, mas na Península Ibérica.

2. POR ACADEMIAS ESTRANGEIRAS

2.1. Alemanha

Quando J. Dias partiu (1938) para a Alemanha, como professor de línguas, a arqueologia em Portugal fora objecto de várias mutações registadas desde finais de oitocentos. Enquanto isso, em 1940, o país preparava-se para comemorar o 'Duplo Centenário da Fundação e Restauração'.

Além de círculos académicos e associativos de carácter mais erudito, observou-se um esforço para oficializar o exercício arqueológico. Empenho assumido, entre outros, pelo linguista, filólogo, etnógrafo, arqueólogo e professor universitário José Leite de Vasconcelos (1858-1941)[1], mentor da *Revista Lusitana* (1887) e do *Muzeu Ethnographico Portuguez* (MEP) (1893). Titulações assaz eloquentes dos propósitos da sua formação, sobretudo no primeiro caso ao subentender uma comunhão entre Portugal e a antiga Lusitânia. Graças também ao seu compromisso nesta área de investigação, abriram-se cadeiras directamente conectadas à arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1911), onde leccionava, associando-lhe (1913) o espaço museológico que concebera. Jubilando-se em 1929, deu lugar a uma das figuras mais desconhecidas e envoltas em polémica da arqueologia nacional, Manuel Domingos Heleno Júnior (1894-1970), fundador da *Ethnos* e do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. Não obstante, foi de algum modo co-responsável pela institucionalização da arqueologia no país, mormente através da Junta Nacional de Escavações e Antiguidades e de um conjunto de regulamentações da prática arqueológica, justamente a uma coordenação de trabalhos ditada pelo MEP. Intento centralizador contrário a desígnios de outros investigadores, resultando em discórdias recorrentes com eminências da arqueologia nacional, a exemplo de Manuel Afonso do Paço (1895-1968), Eugénio Jalhay (1891-1950), Joaquim Moreira Fontes (1892-1960) e António Augusto Esteves Mendes Correia (1888-1960), justificando a relativa inércia teórica em que a disciplina permaneceu por decénios.

Se esta era uma face visível da arqueologia portuguesa, parece-nos bastante interessante que J. Dias permanecesse na Alemanha num período tão conturbado do xadrez político europeu e crucial para a sobrevivência dos seus povos. Fê-lo, porém, por razões basicamente profissionais. Licenciando-se em filologia germânica na Universidade de Coimbra, fora nomeado leitor de português nas universidades alemãs de Rostock, Munique e Berlim, um ano antes de deflagrar a 2.ª Guerra Mundial. Assumia, assim, uma posição académica em instituições de ensino supe-

[1] «Uma das maiores vitórias portuguesas no campo da etnologia foi a de termos defendido desde longa data um conceito universal desta Ciência. Mestres como Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos, que, muitas vezes, os novos esquecem, ou pelo menos não lêem com a atenção que deviam ler, foram notáveis precursores de que nos devemos orgulhar.» (Dias, 1993, p. 159).

rior fundadas (exceptuando Berlim) em plena Idade Média e prestigiadas internacionalmente, albergando nomes maiores das ciências e do pensamento ocidental, alguns laureados com o Prémio Nobel. Tal não impediu contudo que fossem instrumentalizados pelos nacional-socialistas. Foi o que sucedeu em Munique, ao exonerarem-se professores, na sua maioria de origem judaica, e queimarem-se livros em acto público (Berlim), num conjunto de acções contrariadas (1943) pelo conhecido (porém malogrado) e auto-intitulado grupo «Rosa Branca».

Entretanto, outros intelectuais procuravam manter a neutralidade essencial à prossecução dos seus ensaios. Mas não foi propriamente o caso, entre demais, do sociólogo e africanista vienense Richard Thurnwald (1869-1954), um dos etnólogos mais produtivos do seu tempo, de linha comparativista e funcionalista (de base parcial malinowskiana), além de uma autoridade em cultura maconde, a mesma que J. Dias estudou anos depois. Além disso, R. Thurnwald co-editava, com o médico e biólogo alemão Alfred Ploetz (1860-1940), o *Archiv für Rassen und Gesellschaftsbiologie* ('Revista de Biologia Racial e Social'), após fundar (1905), com o mesmo A. Ploetz e o psiquiatra e geneticista suíço Ernst Rüdin (1874-1952), a *Gesellschaft für Rassenhygiene* ('Revista de Higiene Racial'), a primeira sociedade eugenista do mundo. Mercê dos seus conhecimentos africanos R. Thurnwald, colaborava com o regime nazi, nomeadamente através do *Ahnenerbe*, instituto ideado e constituído por Heinrich Luitpold Himmler (1900-1945) para encontrar, ratificar e celebrar as raízes arianas, antepassados proclamados do povo germânico, legitimando todo um programa expansionista e de purificação racial. Ideia contrariada por J. Dias ao considerar a *A teoria da superioridade de certas raças um mito* (Dias, 1990, 1, p. 130), porquanto «A Humanidade é um todo, animado das mesmas necessidades, aspirações e ansiedades. Por isso, *quando um povo atinge o seu apogeu e se julga o melhor de todos os tempos e um eleito da criação, comete um dos erros mais imperdoáveis*». (Dias, 1990, 1, p. 130-131. Nosso itálico). Poder-se-á, todavia, ponderar aquele tipo de cooperação como indirecto, a exemplo do que sucedeu com a médica associada aos programas nazis de esterilização e eutanásia, Eva Justin (1909-1966), cuja tese de doutoramento foi co-orientada por R. Thurnwald.

Era, contudo, uma tendência contrariada por etnógrafos, etnólogos e arqueólogos, unidos em demanda do fundo mais remoto das comunidades locais, regionais ou nacionais e, porventura, transnacionais. Suportando tal tenção, vários arqueólogos, escorados em artefactos recolhidos e registados no terreno, responderam a questões tão fundamentais para o entendimento do passado, quanto o *quê*, *onde*, *quando*, *por quem*, *porquê*, *para quê* e *como*. Similares aliás às colocadas por qualquer etnógrafo. Replicavam, deste modo, ao desvario que submergira a Europa e o Mundo num morticínio sem paralelo. Demandar a multiplicidade na suposta uniformidade contemplava uma premissa a distinguir sob pena de reabrir-se o mesmo precipício, com sequelas imponderáveis. Era ademais o que

ocorria por mão hitleriana, ampliando a ambição expansionista ao subvencionar investigações arqueológicas substanciadoras (e/ou edificadoras) da singularidade continental sob o escudo criativo da sua estirpe, essa autêntica *Kulturvolker* e agente fundacional do *Ahnenerbe* himmleriano (*vide supra*).

Conhecendo, ou não, tais realidades, J. Dias estudou temporariamente com R. Thurnwald, nele colhendo certamente o aparato crítico que lhe serviu de base aos projectos desenvolvidos ainda em solo alemão. Tê-lo-á ainda dotado de conhecimentos da etnologia africanista basilares em trabalhos posteriores. Não olvidava, porém, que R. Thurnwald se focalizava no processo difusionista, apesar do terreno conquistado pelo etnocentrismo, diversidade e relativismo cultural trabalhados pelo antropólogo alemão Franz Boas (1858-1942). Não surpreende, por isso, que J. Dias enfatizasse a posição científica de R. Thurnwald. Mormente por ocasião da sua morte, publicando um pequeno opúsculo onde considerou a sua metodologia:

> O seu princípio fundamental era o de um empirismo rigoroso, não aceitando teorias nem generalizações que não assentassem em cautelosas análises de factos comprovados. *Repugnavam-lhe os trabalhos feitos no gabinete sem prévias pesquisas de campo*. Para ele a etnologia era uma ciência que parte da observação das sociedades humanas e de suas culturas, e *o etnólogo não pode dispensar o seu laboratório que é o próprio mundo* (Dias, 1956c, p. 1. Nossos itálicos)

Ideia reforçada amiúde ao sublinhar que «A etnografia observa, analisa e descreve uma determinada cultura e a etnologia sistematiza, compara, generaliza e interpreta em termos gerais. [...]. O folclore é o ramo da etnografia que visa, em especial, a recolha e descrição das tradições orais [...]. Em contraposição ao folclore temos a ergologia, ou o estudo da cultura material.» (Dias, 1990, 1, p. 21).

J. Dias aproximar-se-ia contudo mais de outro investigador. Confesso opositor da política vigente e membro da *Societas Verbi Divini*, promotora do diálogo social e intercultural, o linguista, antropólogo e etnólogo austríaco Wilhelm Schmidt (1868-1954) instituiu a revista *Anthropos* (1906) e o Instituto *Anthropos* (1931), transferido para a neutral Suíça aquando da ocupação da Áustria pela Alemanha nazi (1938). W. Schmidt cooperava ainda com outras duas referências dos estudos humanos. Em concreto, com o geógrafo e etnógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), fundamentador da geografia humana, desproporcionando embora a causalidade geográfica nos processos culturais que tão fortemente foi criticada por J. Dias, uma vez que «*A natureza não determina nunca as acções humanas, simplesmente as condiciona*.» (Dias, 1984, p. 93. Nosso itálico), não se podendo «[...] compreender inteiramente o significado do ambiente se não o associarmos

ao elemento tempo.» (Dias, 1984, p. 101). W. Schmidt trabalhou também com o etnólogo conterrâneo Robert Fritz Graebner (1877-1934), mentor da «escola difusionista alemã» (transposta de Colónia para Viena, por W. Schmidt). Com ele definiu a teoria dos *Kulturkreis*, contrariando a convicção de Grafton Elliot Smith (1871-1937) quanto a um único foco difusionista (= hiperdifusionismo). Redireccionava, deste modo, a etnologia para o escrutínio de sociedades individuais, longe da procura de uma ideia geral de humanidade, embora sempre de um ponto de vista expansionista: «[...] Associando-se aos esforços de dois grandes estudiosos alemães, como Ratzel e Graebner, ambos defensores duma concepção histórico-cultural da etnologia, p. Schmidt. Pode dizer-se que *foi ele quem fez triunfar o critério de que a evolução cultural é um fenómeno histórico* [...].» (Dias, 1955, p. 1. Nosso itálico).

Embora destacasse esta abordagem histórico-cultural, J. Dias reavaliou-a *a posteriori*, sublinhando que «[…] o investigador procura, dentro de cada cultura, destrinçar o que é produto de invenção local (variação e mutação) e o que foi recebido por difusão.» (Dias, 1984, p. 128-129), sendo que «[…] só se difunde aquilo que é susceptível de ter aplicação numa determinada cultura […].» (Dias, 1984, p. 130), conquanto se devesse «[…] estudar os problemas por vários aspectos, para evitarmos cair na tendência, que muitos etnólogos evidenciam, de olhar para o mundo só pelo lado histórico-cultural […].» (Dias, 1993, 2, p. 116). Anos mais tarde, afirmou mesmo (1968) acreditar «[…] que qualquer sociedade humana vive num diálogo permanente com o ambiente que a envolve. De facto existe uma *relação dialéctica* entre o *Homem* e a *Natureza*.» (Dias, 1993, 2, p. 343). Aquela posição fora porém elaborada por G. Kossinna, originando múltiplos equívocos ao pretender associar estaticamente território, cultura e raça, interpretando o decurso humano de forma ininterrupta. Visão algo divergente dos «ciclos culturais» traçados por Wilhelm Koppers (1886-1961), co-autor, com W. Schmidt, de *Völker und Kulturen* (1924), a »bíblia» da 'Escola de Viena', violentamente censurada pelo regime nazi:

> muitos dos seus alunos foram seus [W. Schmidt] activos colaboradores e continuadores. Entre eles salientou-se o Prof. p. Wilhelm Koppers, co-autor do livro «Völker und Kulturen» (1924) […].». Nesse livro e em outras obras fundamentais, foram desenvolvidos os princípios da célebre teoria dos *Ciclos culturais* da escola de Viena [sendo] que foi meritório o seu esforço de procurar *encontrar um sistema de natureza histórica que ordenasse a variedade imensa de formas que a cultura reveste* (Dias, 1956a, p. 1-2. Nosso itálico)

Assistindo à turbulência provocada pela recente agenda política alemã, J. Dias teve oportunidade de conviver com nomes grados da intelectualidade europeia,

nela bebendo as grandes teorias que serviram de base ao trabalho conduzido já em Portugal (*vide infra*). Enquanto isso, defendeu, na Universidade de Munique, ainda em pleno conflito mundial (1944), a tese de doutoramento em *Völkerkunde* (Etnologia e Antropologia cultural) sobre a aldeia comunitária de Vilarinho da Furna (Gerês), com um texto profundamente marcado pela etnografia descritiva da escola alemã vertida em boa parte da sua ulterior produção científica.

Não seria casual este seu interesse. Desde o dealbar de oitocentos que a vida campestre era olhada dualmente. Se uns a viam como pouco superior às remanescentes essências naturais, despojadas de qualquer valência cultural, outros olhavam-na como representação do espírito, por excelência, da nacionalidade. Por uma série de razões, originadas em interesses locais, regionais e/ou nacionais, prevaleceu a última abordagem, justificando estudos específicos e a criação (1806), na Alemanha, do termo pelo qual foram divulgados: *Volkskunde*. Procurou-se então divisar elementos primitivos europeus no seu campesinato contemporêneo. Registaram-se por isso com minúcia os seus labores quotidianos, apartados das malhas urbanas pontilhadas de componentes exógenos e de realidades assomadas com o desenvolvimento científico-tecnológico. Até porque, como reconhecera J. Leite de Vasconcelos,

> Diante dos aumentos da civilização que se alastra pelas multiplas camadas sociais, e que portanto destroe mais ou menos as tradições, sobretudo aquelas que estão em contraste com ela, importa indagar com urgencia as que ainda restam, para que em breve não fiquemos privados das vantagens que o estudo da Etnografia nos proporciona. [...]. *Acudamos a tudo, emquanto é tempo!* De ano para ano extinguem-se ou transformam-se muitas cousas, e surgem outras de novo em vez d'elas. [...] e assim daremos provas, nós Portugueses, de que desejamos acompanhar as nações cultas neste campo de actividade scientifica (Vasconcelos, 1994, p. 338-339. Nosso itálico)

O facto, contudo, de J. Dias comentar a ocorrência de fenómenos culturais em resultado de um processo difusionista conjecturaria a natureza iminentemente *natur* dos seus portadores, denegando assim a sua apetência *kultur*. Circunstância indispensável ao analisarem-se fases de metamorfose que, aquém dos preceitos engelsinianos e marxistas, não eram entendidos como sequentes de mutações endógenas de comunidades preexistentes ou de alterações observadas nos respectivos recursos cinegéticos.

A premência, todavia, de arrolar o ser, o estar e o fazer campesino numa Europa em veloz transmutação cultural demonstrava como as disciplinas humanas emergidas em oitocentos se harmonizavam em torno do seu objecto de estudo: o Homem. Em arqueologia, por exemplo, já não bastava analisar tipologicamente

os objectos escavados, nem seriá-los e classificá-los para entender de forma mais próxima o dia-a-dia dos grupos que representavam. À medida que se afastavam de uma abordagem puramente evolucionista (para mais, linear) e se aproximavam de uma apreciação histórica, os arqueólogos concentravam-se no exame rigoroso da estratigrafia para cotejar alterações cronológicas e culturais. Necessidade decorrente do facto de o modelo histórico-cultural (cultura = povo – registo arqueológico como fenómeno antropológico) testemunhar como os «pacotes» materiais atribuídos reiteradamente ao mesmo espaço e tempo corresponderiam a uma única comunidade e à geografia da sua génese. Conquanto inconscientemente, convergiram para os processos culturais, transpondo a descrição primária dos artefactos (de propriedade nem sempre perceptível), distinguindo todo um sistema (= estrutura) intrínseco às dinâmicas culturais, e isentando-se da mera recolha material (= antiquarismo). Ao invés, buscavam entender quando, como e porque se relacionaram (= processo), inferindo a interligação de «tipos» de cultura material (= combinação de atributos favorecidos pelos seus fazedores) a «tipos» comportamentais, a partir de registos etnográficos e estudos etnológicos da contemporaneidade europeia, a exemplo do que propuseram, entre nós, J. Leite de Vasconcelos, Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) e António Augusto da Rocha Peixoto (1866-1909), numa preconização do «método histórico directo».

Pouco impediria no entanto a aplicação do *método «historico-cultural»* aos estudos pré-históricos, defendendo-se a monogenia e o difusionismo como prevalentes em *ciclos de cultura* compostos pelos primeiros grupos humanos, alguns deles sobreviventes nos denominados *primitivos actuais*. Apropriava-se desta forma a escola que o gerara, a childeniana, conquanto de raízes kossinianas. Olvidava--se porém o dinamismo histórico, capital ao sentido dos primórdios, quando «A etnologia passa deste modo a ser uma ciencia historica e um factor integrante do estudo dessas civilizações antigas.» (Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Acta n.º 161, 17/01/1936.).

De facto, desde finais do século XIX que a compreensão dos inícios humanos era perscrutada nos «primitivos actuais» por uma etnografia comparada de contornos naturalistas. Processo, ademais, bastante similar à classificação biológica, ainda que de perfil (quase) mecanicista de autores inspirados talvez na economia política e reflexões sobre a origem da família, propriedade privada e Estado, porquanto, «*Nos povos de civilisação primitiva, uma dada fórma de arte corresponde geralmente a uma dada fórma de producção.* Por este motivo *é uniforme nos povos antigos e actuaes de primitiva cultura o caracter das suas producções artisticas*.» (Severo, 1917, p. 719. Nosso itálico). Negava-se, por conseguinte, espaço à criatividade e ao caminho individuado, como se de um mero condicionalismo se tratasse. Configurava no entanto um excelente repositório informativo para entender, parcialmente que fosse, o quotidiano pré-histórico, pois «Estas manifestações do intellecto humano

serão phenomenos sociaes, e pois que, em applicação do exposto, por ellas se tem reconstituido o *modus vivendi* d'esses povos trogloditas e caçadores.» (Severo, 1917, p. 733. Nosso itálico). Convicção e necessidade ideológica que não assombravam neste início de centúria, por ressoarem arquétipos finisseculares. Bem visíveis, na verdade, na transferência do *Museo de Ultramar* madrileno para o *Museo de Ciencias Naturales*, para compor a secção de Antropologia, Etnografia e Pré-história, de par com os materiais transitados do extinto *Museo Antropológico* (Paz, 2003, p. 32). Mas também nos modelares *Peabody Museum of Archaeology and Ethnology* e *Pitt Rivers Museum*, doados respectivamente às Universidades Harvard (1866) e Oxford (1884), ilustrando a evolução humana através dos inventos, associando sequências tipológicas a áreas geográficas. Entre nós, escrevia-se, ainda em meados de novecentos, e a propósito do MEP, que «*Tentando estabelecer uma comparação das sociedades mortas (restos fósseis) com as sociedades vivas (povos selvagens), poderá* o visitante interessado, observando os objectos expostos nos mostradores, *fazer uma ideia do viver das populações mais antigas que habitaram o território que hoje é Portugal* ou que por aqui passaram.» (Machado, 1965, p. 230. Nossos itálicos).

Esta abordagem etnológica não se afastava em substância da posição dominante na investigação arqueológica alemã. Disso eram exemplo nomes consagrados dos estudos clássicos, como o helenista Ulrich von Wilamowitz-Moellendorff (1848-1931) e o historiador, filólogo, epigrafista e numismata Théodore Mommsen (1817-1903). Não obstante, a orientação ultra-nacionalista e preconceituosa de arqueólogos radicalizou em pleno regime hitleriano. Apesar de entender o *Altertumswissenschaft* ('Ciência da Antiguidade' – 'Filologia clássica' ou 'Arqueologia clássica' –, enquanto unidade disciplinar), U. Wilamowitz era conservador intransigente, sustentando o Império e as figuras heróicas. Por isso se contrapunha à República de *Weimar*, ao recear a desagregação da cultura alemã – *cultura nacional* [que J. Dias entendia decorrer] *da combinação de muitos elementos regionais* (Dias, 1990, 1, p. 44) – perante o decurso incontrolável dos acontecimentos políticos. Quanto a Th. Mommsen, mergulhara na política activa, apoiando a anexação de Schleswig-Holstein à Prússia, numa defesa da unidade alemã. Mais do que isso, incitou, após o conflito franco-prussiano e subsequente reconhecimento da Prússia como estado líder do Império germânico, à formação da *Reichslimeskommission* consagrada à arqueologia romana e germânica, numa junção singular e esclarecedora dos pressupostos que a norteavam. Obstava, no entanto, à política bismarckiana, ao *Kulturkampf* e ao antisemitismo. No conjunto, porém, os seminários destes dois académicos eram frequentados por estudiosos de toda a Europa, concorrendo, também desta maneira, para a criação de uma ampla rede de discípulos através dos quais propagavam o seu posicionamento e reforçavam o ascendente científico germânico.

Perante o exposto, compreende-se que J. Dias iniciasse a sua incursão etnológica por caracterizar uma das comunidades mais emblemáticas e insondáveis

do Portugal continental. Perdendo-se no tempo, o passado de Vilarinho da Furna revela-se em tradições orais remontáveis à presença romana, quando da abertura da via da Geira, indicando características da sua vivência de provável filiação proto-histórica sobreviventes pela geografia que resguardava a colectividade de influências externas, num posicionamento quase determinista. Foi com aldeias como esta que a pesquisa de campo conferiu um cunho nacional(ista) básico a qualquer ideologia erguida sobre sentimentos exacerbados, a exemplo da Alemanha nazi. Expressão, ademais, desaprovada por J. Dias, para quem, no pós-2.ª Guerra Mundial, se concretizava por fim «[…] a velha aspiração do Sacro Império Romano, não pela imposição de um estado, mas pela livre vontade de todos que nessa aliança ideal vêem a sua sobrevivência pessoal e a de valores que se habituaram a respeitar acima de tudo.» (Dias, 1984, p. 107).

Mais. É possível que este interesse de J. Dias rompesse também de uma necessidade de contrariar a ideia transmitida amiúde sobre os latinos como simples *Naturvölker* receptores de *Kulturvölker* representados pelos germânicos. Urgência que terá presidido à redacção do seu (presumível) primeiro envolvimento com a etnografia, *Acerca do sentimento da Natureza entre os povos latinos*, onde se entrevêem influências, entre outras, da 'Renascença Portuguesa'. Tanto mais que «[…] não tem fundamento científico a separação que muitos etnógrafos pretendem fazer entre a ciência que estuda as culturas dos *povos chamados civilizados e as dos chamados primitivos ou naturais*. *O que há é a ciência do homem como ser cultural*, quer lhe chamemos etnologia, ou antropologia cultural, e nada mais.» (Dias, 1956b, p. 6. Nosso itálico). Certeza reforçada pouco depois (1959), ao ver

> com satisfação que se vai rompendo essa barreira preconceituosa que tem levado uns estudiosos a considerarem-se folcloristas e outros etnógrafos, e que vão aparecendo pessoas capazes de alargar os seus interesses comparativos às diferentes partes do Mundo, convictos de que *estamos perante uma humanidade una na sua essência* e que os aspectos das diferentes culturas só se compreendem inteiramente quando projectados num plano universal (Dias, 1993, 2, p. 159. Nosso itálico)

Não deixa de ser curioso que este opúsculo fosse publicado (1942) em *Ensayos y Estudios*, revista de Cultura, Filosofia e Língua castelhana e portuguesa (1939), pertencente ao 'Instituto Ibero-Americano' de Berlim, fundado a 21 de Outubro de 1930[2], data do descobrimento do continente americano por Cris-

[2] «Una de las muchas cenas macabras de la historia del fascismo hitleriano fue lo ocurrido el 10 de mayo de 1933. Precisamente ante el monumento de los hermanos Humboldt, que habían formulado su credo del humanitarismo, se quemaron publicamente aquellos libros inspirados en las mismas ideas de universalidad y fraternidad de Humboldt. El que los libros de Alejandro de Humboldt non fuesen igualmente víctimas de las llamas no se debe al respeto que pudiera

tóvão Colombo e do «Dia da Raça». Tanto mais singular, quanto fora presidido de início pelo ex-ministro da Cultura e Educação da Prússia, o pedagogo Otto Boelitz (1876-1951), até que o partido nazi o assumiu e redireccionou cientificamente, em especial por mão do General Wilhelm von Faupel (1873-1945), desempenhando então papel de relevo na política externa nacional-socialista.

Independentemente de tudo isto, a tarefa concluída então por J. Dias resultava de um plano rigoroso, fruto da metodologia de trabalho exigida pelos académicos alemães aos seus discípulos e que tanto os notabilizaram. Urgia pois transpô-la para o estudo das humanidades em Portugal, concedendo-lhe os meios indispensáveis à sua aplicação. Regressado ao país natal, J. Dias tentou (*vide supra*) traçar um projecto científico etnográfico e etnológico. Apropriou-se para o efeito de um ideal republicano: a (re)construção da autenticidade rural, comunitária, profusamente divulgada em exposições temáticas e no reavivar de artes e ofícios ancestrais, redimensionando as economias locais e regionais. A própria comunidade de Vilarinho da Furna fora estudada no início do século por A. Rocha Peixoto, membro da revista *Portugalia: materiaes para o estudo do povo portuguez* (1899--1908), estabelecendo o 'comunitarismo' como abordagem conceptual que ditou boa parte da etnografia e etnologia portuguesas ao longo da primeira metade do século XX. Designadamente quanto às tendências folcloristas aprovadas pelo *Estado Novo* num espírito presumidamente positivista. Eram, sem dúvida, paradigmas de um programa a despertar consciências para a relevância do estudo e do inventário em nome de um novo património: o regional e local. Património essencial quando proliferavam ensaios etnográficos a (re)pensarem um território e suas gentes em nome de uma política exaltada pelo 28 de Maio de 1926 que ditou o fim da 1.ª República emoldurada por um ciclo de crise estabelecido após a 1.ª Guerra Mundial.

2.2 Espanha

Antes de tornar definitivamente a Portugal, J. Dias viveu em Espanha após concluir o doutoramento, continuando a viajar durante a 2.ª Guerra Mundial. Ali permaneceu entre 1944 e 1947, chegando a Espanha quando o franquismo aceitava proibir a exportação de minério de volfrâmio para a Alemanha, em substituição do termo do embargo aliado.

Mas, o que mais importa sublinhar é que, em termos arqueológicos, Espanha vivia então um período áureo, porém discutível. Ultrapassados os anos de domínio da arqueologia francesa e alemã no seu território, timbrando com espes-

inspirar su obra. Jamás los instigadores racistas, difamadores de la humanidad y falseadores de ideas tuvieron respeto a obra alguna del génio humanista. […]. Es triste el hecho de que el imperialismo alemán pudiera utilizar el Instituto Iberoamericano de Berlín, para el logro de sus anticientíficas y antihumanas finalidades.» (Abusch, 1969, p. 26).

sura os seus circuitos académicos, a arqueologia encontrava-se institucionalizada, sendo largamente utilizada pelo *caudillo* General Francisco Franco Bahamonde (1892-1975), sem atingir todavia a dimensão de uma Itália ou da própria Alemanha. Servia no entanto para sufocar pretensões autonomistas e desenhar um país unido por um poder fortemente centralizado desde a remota antiguidade e, sobretudo, pré-historicidade. Tanto por sobrevivência académica (donde profissional e, até pessoal), quanto por partilha total da política vigente traduzida em projectos científicos, vários foram os nomes grados da arqueologia espanhola a cooperar nesta nova agenda. Até porque muitos se formaram em universidades alemãs.

Era, no entanto, uma realidade diversa da portuguesa. Em particular, ao não ocorrer um fenómeno similar, por exemplo, ao catalão e ao madrileno. Aqui, criaram-se instituições da envergadura de uma *Escuela de Estudios Superiores Hispánicos* (1909), fundando-se uma *Junta para ampliación de estudios e investigaciones cientificas* (JAEIC) (1907), ela própria modelada segundo as *École des Hautes Études* e *Institución Libre de Enseñanza*. Entretanto, a JAEIC motivava a publicação da primeira legislação arqueológica espanhola e a criação da *Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas* (*CIPP*), sucessora da *Comisión de Exploraciones Espeleológicas*. Organização robustecida pelos impulsos ditatoriais através dos arqueólogos, por excelência, das duas fases do regime franquista – a falangista europeísta (porém anti-capitalista – em especial do imperialismo mercantilista e plutocrático – e anti-liberal) e a *opus deiana* –, Julio Martinez Santa-Olalla (1905--1972) (ao reforçar o papel das relações hispano-árabes na etnogénese hispana) e Martín Almagro Basch (1911-1984).

Se esta era a realidade arqueológica dos corredores académicos madrilenos que J. Dias frequentava, o ambiente de Santiago de Compostela, onde também viveu, era algo diferente, embora tivesse sofrido alterações de fundo após o estabelecimento das ditaduras de Miguel Primo de Rivera y Orbaneja (1870-1930), na sequência do golpe militar de 1923, e de F. Franco, após o término da guerra civil espanhola (1936-1939).

De facto, a arqueologia galega fora especialmente desenvolvida na década de 20 por mão de Angel del Castillo, Florentino López Cuevillas (1886-1958) e Fermín Bouza Brey (1801-1973), determinados pela viagem (1922) do paleontólogo e arqueólogo alemão Hugo Obermaier (1877-1946) (nacionalizado espanhol) à Universidade de Santiago, no ano em que a sua nomeação para catedrático afirmava a pré-história na Arqueologia espanhola. Deslocação ocorrida um ano prévio à criação do *Seminario de Estudos Galegos* patrocinado pela revista (ultra)regionalista *Nós* e pelo movimento *Rexionalismo* (ou *Rexurdimento*), aos quais se associou parte eloquente da intelectualidade galega para obviar as rigorosas limitações políticas forçadas por p. Rivera. Era, pois, quase inevitável que (mesmo oficiosamente)

o grupo de arqueólogos de Santiago de Compostela diligenciasse comprovar a precedência das estações arqueológicas identificadas na sua região sobre as descobertas nos restantes recessos espanhóis, particularmente levantinos.

Ademais, parece-nos assaz sintomático que o primeiro ensaio de J. Dias versando a problemática castreja fosse publicado na Galiza, nos *Cuadernos de Estudios Galegos*. Com versão portuguesa editada ainda nesse ano (Dias, 1946), confirmava-se a ligação que mantinha com a realidade portuguesa enquanto trabalhava e estudava no estrangeiro, neste caso em Espanha. Aquela revista pertencia ao *Instituto de Estudios Galegos Padre Sarmiento*, fundado (1944) por iniciativa do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (resultante da conversão franquista da JAEIC), propondo-se continuar o labor do *Seminario de Estudos Galegos* (*vide supra*). Tanto mais interessante se revela este seu trabalho, quanto o seu conteúdo reforçava a ideia contida no impresso que publicara na Alemanha (*vide supra*), esboçando uma linha de investigação prosseguida já em Portugal, porquanto «[…] *o estudo de uma herança social castreja, como elemento que contribui fortemente para a formação da personalidade-base portuguesa e galega*, e que se encontra particularmente viva e próxima da raiz primitiva em algumas tradições dos nossos dois povos, se pode perfeitamente considerar como objecto de investigação científica.» (Dias e Oliveira, 1962, p. 2. Nosso itálico). Mais do que isso, era como se J. Dias reproduzisse o influente antropólogo escocês James George Frazer (1854-1941) ao sublinhar que, «[…] en effet, l'Aryen primitif, en tout ce qui concerne la fibre et la trame de *son esprit, n'est pas mort*. Il existe encore aujourd'hui parmi nous. Les grandes forces intellectuelles et morales qui ont révolutionné le monde civilisé n'ont guère eu d'action sur le paysan. […].». (Dias e Oliveira, 1962, p. 2. Nosso itálico). Tentaria conciliar, deste modo, as duas teses prevalecentes à época quanto à origem das estruturas habitacionais castrejas de planta predominantemente circular, ou seja, as teses pré-celta e celta (Dias, 1946, p. 3-4).

A verdade, todavia, é que se a Arqueologia era, por vezes, terminante em unificar e/ou reunificar nações, a exemplo de Itália, da Alemanha e, em certa medida, da própria Espanha, o seu merecimento mitigava num Portugal ausente de correntes autonomistas e separatistas.

3. O REGRESSO A PORTUGAL: O PANORAMA ARQUEOLÓGICO

Após Espanha, J. Dias tornou a Portugal e, a convite de A. Mendes Correia, trabalhou no Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, associado ao Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, para nele dirigir a Secção de Etnografia enquanto leccionava na Universidade de Coimbra.

Aparte querelas pessoais perpetuadas por nomes destacados da arqueologia portuguesa (*vide supra*), com realce para M. Heleno e A. Mendes Correia, que

em nada beneficiavam a institucionalização da disciplina, antes prejudicando-a nalguns aspectos, o objectivo deste Centro era bastante explícito, enquadrando-se num programa etnológico mais abrangente. Com efeito, era seu primeiro desígnio procurar as raízes mais profundas do ser, estar e fazer português, vinculando-o ao território definido como tal, mesmo quando, nalgumas circunstâncias, contemplasse a região galega.

Conquanto na esteira da obra monumental de J. Leite de Vasconcelos, dava-se assim início entre nós a uma nova abordagem dos estudos etnográficos, numa tentativa de especializar a identificação, descrição, recolha e entendimento dos elementos constituintes da cultura material do povo português. Utilizavam-se para tal metodologias retiradas de outras disciplinas, chamando a si alguns dos seus maiores especialistas em Portugal, num esforço de análise interdisciplinar. De entre eles, as individualidades que perfariam a sua equipa de colaboradores: Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990), Benjamim Enes Pereira (1928-), Fernando Galhano (1904-1995), Manuel Viegas Guerreiro (1912-1997), José Cutileiro e Margot Dias (1908-2001). Acrescia a este grupo mais próximo e presente a figura de Orlando Ribeiro (1911-1997), cuja atitude visionária renovou a investigação geográfica em Portugal ao privilegiar o estudo integrado do Homem a partir da sua caracterização física, cultural e social, recorrendo, para o efeito, a saberes tão diversos, quanto complementares, como o histórico, o arqueológico e o etnográfico, para, de par com o geográfico, definir regiões específicas de povoamento humano. Até porque,

> *O tempo presente é* – e em especial no nosso País – *um momento cultural singular, de crise e mutação, que marca o abandono final das técnicas primitivas e matizadas do artesanato local e dos conceitos tradicionais* de uma economia arcaica, ignorante da quantificação dos seus valores, e a sua substituição progressiva mas vertiginosa por um padrão uniforme de produção racionalizada e competitiva. […]. Por isso, também, *o presente trabalho nos pareceu pungentemente, dramaticamente mesmo, oportuno* (Dias, Oliveira e Galhano, 1959, p. 3. Nossos itálicos)

Na fronteira entre racionalismo e romantismo tardio, J. Dias revelava, anos depois (1964), que «Para nós é o pitoresco que desaparece nesta época de implacável planificação e utilitarismo[3], mas à luz da história da técnica isto não passa

[3] J. Dias criticava profundamente o desenvolvimento vertiginoso do seu tempo assente numa sociedade de consumo, proferindo (1968) as seguintes palavras: «Para muitos economistas modernos, dos países altamente industrializados, este crescimento da humanidade deve ser encarado com franco optimismo. Hoje, o problema fundamental para essas sociedades é produzir e vender o mais possível. Cada homem a mais na Terra é um comprador potencial. É mais um aparelho de televisão que se vende, mais um frigorífico, mais um automóvel. O problema alimentar não é com eles!»

de um fenómeno natural de adaptação a novas necessidades sócio-culturais.» (Dias, 1993, 2, p. 179). Materializando, contudo, e de algum modo, o projecto de quem se dedicara primeiramente à etnografia portuguesa – *estudo científico da herança social do povo português desde as suas mais remotas origens até aos nossos dias* (Dias, 1990, 1, p. 44) –, J. Dias e seus coadjutores procuraram a origem da especificidade da cultura material que estudavam em vestígios arqueológicos encontrados nos mesmos limites geográficos, divisando-lhes uma continuidade ocupacional. Desiderato que não era, de todo, inopinado se relembrarmos a actividade desenvolvida no terreno por A. Mendes Correia e M. Heleno, no cumprimento de exemplos anteriores, como o de J. Leite de Vasconcelos. Não surpreendia, por isso, que se aproximasse de entidades centrais dos estudos arqueológicos conduzidos em Portugal. Era o caso do pré-historiador francês Henri Breuil (1877-1961), especificamente pelas pesquisas realizadas sobre o Quaternário, uma das temáticas, ademais, eleitas por O. Ribeiro.

Era, pois, compreensível que, tal como sublinhámos (*vide supra*), também J. Dias conferisse uma atenção particular aos estudos megalíticos. Até por ser assunto de absoluta relevância para a afirmação da (suposta) originalidade portuguesa e da sua vocação expansionista (= atlântica), uma vez que as abordagens mais recentes ao assunto (consolidadas por escritos espanhóis) demonstravam a anterioridade do megalitismo identificado no actual território português relativamente a outros erguidos, não apenas em solo espanhol, como até nas Ilhas Britânicas. Pois,

> A *cultura portuguesa tem carácter essencialmente expansivo*, determinado em parte por uma situação geográfica que lhe conferiu a missão de estreitar laços entre os continentes e os homens. Este carácter expansivo *tem raízes bem fundas no tempo, se quisermos lembrar a cultura dolménica*, que, segundo grandes autoridades teve como centro de difusão o litoral português nortenho […]. Porém, a expansão portuguesa, ao contrário da espanhola, é mais marítima e exploradora do que conquistadora […]. Se a situação geográfica contribuiu indiscutivelmente para o carácter expansivo da cultura portuguesa, ela só não basta para explicar tudo. Além dela *temos de considerar a feição psíquica portuguesa e a maneira como esta actuou perante as circunstâncias* (Dias, 1955, p. 10-11. Nossos itálicos)

(Dias, 1993, 2, p. 404). Com acentuada tónica de ironia, sublinhava, a propósito do crescimento populacional em termos mundiais: «Confesso que não tenho opinião, porque oiço e leio com frequência alguns especialistas afirmarem que não há problema porque as algas ou outros produtos até hoje não explorados, podem suprir as proteínas. […] se bem que nos pareça estranho que esses optimistas não comecem já a comer as algas, dando os bifes àqueles que, em certas regiões da Terra, mal sabem o que é comer carne.» (Dias, 1993, 2, p. 403).

Tais palavras quase recuperavam frases de M. Heleno acerca da mesma matéria, principalmente quando «[…] a *Nacionalidade Portuguesa* […]. Precisamos de ir buscá-la aos tempos da pedra polida. […] julga[ndo] essa cultura peninsular equivalente, nas devidas proporções, á que as nacionalidades espanhola e portuguesa exerceram mais tarde no tempo dos Descobrimentos e Conquistas.» (Heleno, 1930, p. 4. Nosso itálico). Pretendia-se contraditar a ideia defendida por vários intelectuais, na trilha oitocentista, de que a nacionalidade se formara apenas na medievalidade, buscando-se, pelo contrário, as suas sementes em tempos mais recuados. Aliança rapidamente encontrada em torno do estudo da denominada 'cultura castreja' fortemente presente no norte de Portugal, indiciando uma comunhão proto-histórica com o território galego e realidades culturais centro-europeias através da presença pré-celta e celta, longe por conseguinte de influências mediterrâneas. Mesmo assim, o caso português afastava-se dos figurinos franquista e hitleriano, onde a investigação arqueológica (sobretudo pré-histórica) era representada fora dos círculos académicos para avigorar vindicações de natureza nacional(ista), justamente as mesmas que Portugal dispensava.

Este não era, porém, um posicionamento propriamente inovador, antes ancorando em escritos oitocentistas, apesar da oposição inflamada de Francisco Martins Sarmento (1833-1899) (ocidentalista irredutível) ao movimento celticista. Em seu lugar, elevava as singularidades, não tanto da Ibéria ou de Portugal enquanto geografias políticas contemporâneas, quanto da região compreendida entre a Galiza e a Serra da Estrela, a mesma que vira nascer uma das individualidades mais perturbantes da expansão romana, *Viriato*. Atitude fixada na arqueologia nacional, rompendo a centúria seguinte e adquirindo forma em diferentes momentos e aspectos, dando lugar a uma longa série de polémicas acerca da celticidade portuguesa, embora desapossada dos teores e moldes avocados em Espanha, onde se intentou inscrevê-la em diegeses de foro nacionalista.

Quanto à intelectualidade galega, ela demandava uma comunhão entre os dois lados da fronteira estribada na cultura celta, abeirando-a das margens britânicas e suscitando um autêntico pan-celticismo distintivo da península setentrional. Mas seria acima de tudo a proximidade ao povo português, com o qual irmanava uma história e uma língua, a desempenhar papel fulcral neste plano de validação nacional(ista) perante uma soberania madrilena sobre a sua cultura única. Daí que um filiado dinâmico do *Seminario de Estudos Galegos*, Ramón Otero Pedrayo (1888-1976), idealizasse uma Galiza luguense e bracarense, alicerçando a indispensabilidade de uma cooperação mais enérgica com Portugal, numa lógica de hipotética reintegração. Seria, por conseguinte, (quase) inevitável que (conquanto oficiosamente) o conjunto de arqueólogos de Santiago de Compostela se empenhasse em comprovar a primazia de arqueossítios arrolados na região, relativamente aos situados noutros recônditos peninsulares. Até por

totalizar, no seu entender, e juntamente com a região minhota, uma (presumida) unidade cultural (demais abonada pela similitude cinegética consolidada por observações etnológicas e descrições geográficas) a manter e elevar a partir de indícios paleolíticos e mesolíticos, muito para além do passado galaico-lusitano sustentado no século anterior. Estabelecer-se-ia uma contiguidade cultural, esbatendo o contributo vulgarmente atribuído a factores alógenos, em especial por parte de difusionistas, frisando os distintivos endógenos, ao mesmo tempo que se demonstrava como «[…] este tipo de construções, deve estar profundamente arreigado em certas populações, do noroeste da Península, como tendência ancestral inconsciente.» (Dias, 1946, p. 2).

O caminho para a indagação, no terreno, fora das «torres de marfim», deste propósito era interiorizado com nitidez por J. Dias. Sobretudo quando «*Para o etnólogo, o laboratório é a vida das sociedades nos seus diferentes aspectos*. […] [não se podendo] ser etnólogo sem ter directamente analisado as estruturas das sociedades, os seus comportamentos, estilos de vida, ideias, equipamento técnico, etc.» (Dias, 1984, p. 111. Nosso itálico). Exigia-se um esforço deveras interdisciplinar, aliando saberes tão diferentes (mas, ao mesmo tempo, tão complementares) quanto a arqueologia e a etnologia, pois «É evidente que *ao presente se associa o passado*, de forma que a arqueologia e a paleoetnologia devem colaborar de perto com a etnologia.» (Dias, 1957, p. 11. Nosso itálico). Até porque «[…] podemos compreender que, como matéria interdisciplinar, *as ciências do passado podem ajudar a compreender melhor o presente, e as ciências do presente podem ajudar a compreender melhor o passado*.» (Dias e Oliveira, 1962, p. 3. Nosso itálico). Ideia patenteada noutro trabalho seu (1965) dedicado à olaria primitiva e ao torno de oleiro, aproximando com clareza etnografia, etnologia e erqueologia (Dias, 1993, 2, p. 245--270). Consideração herdada de pensadores portugueses de finais de oitocentos, inícios de novecentos, a exemplo dos directores do MEP, onde a 'Secção Preambular' do primeiro pavimento exibia «[…] um conjunto de mostradores cujo recheio patenteia a evolução arqueológico-etnográfica de determinadas actividades existenciais do homem […].» (Machado, 1965, p. 215), para apuramento «[…] das relações do passado (*arqueologia*) com o presente (*etnografia*) […].» (Machado, 1965, p. 215). Mais reconhecia (1964) J. Dias que,

> A história que nos legaram cronistas e historiadores em geral, só fala dos grandes feitos […] os acontecimentos aparentemente insignificantes que dizem respeito à luta diária e anónima pelo pão de cada dia não mereceram a atenção dos cronistas. […]. A tarefa do etnólogo é desta maneira complicada e difícil. É *preciso recorrer aos dados fornecidos pela arqueologia*, aos velhos diplomas e forais, à iconografia *e à análise comparativa utilizando os resultados da investigação noutras regiões próximas e distantes* (Dias, 1993, 2, p. 175. Nossos itálicos)

À semelhança de investigadores coevos, J. Dias considerava possível descortinar estas raízes no quotidiano das gentes portuguesas. A mesma convicção que levara, aliás, J. Leite de Vasconcelos a percorrer Portugal, registando tudo quanto solidificasse a permanência da mesma cultura no mesmo espaço desde tempos imorredouros, incentivando personalidades como M. Heleno a proceder de igual modo, uma vez que: «[…] na alma humana encontramos ainda muitos vestígios das antigas idades, porque os temos na nossa civilização e até na estrutura do *nosso povo aparentado muito de perto*, ao contrário do que pensava Herculano, *com primitivos habitantes do nosso torrão nacional*.» (Heleno, 1930, p. 4. Nossos itálicos). Volvidos mais de dois decénios, J. Dias criticava porém exactamente a «[…] *fase comparativa, em que os materiais etnográficos se confrontavam com aqueles recolhidos entre as classes populares europeias*. Foi um período em que se procuravam sobretudo as sobrevivências (*survivals*) do passado, mantidas ainda nas classes populares europeias.» (Dias e Oliveira, 1957, p. 6. Nosso itálico), numa demonstração da sua evolução epistemológica.

Uma vez mais, J. Dias indicava o caminho a percorrer na direcção de um estudo holístico relativo a esta e a outras questões: a interdisciplinaridade aliada a uma preparação rigorosa e indagação sistemática dos fenómenos observados durante os trabalhos de campo. Somente assim se cumpria o pressuposto maior definido há muito para o território nacional: a compreensão do ser, do estar e do fazer português:

> A maior parte dos trabalhos têm carácter descritivo, e há poucos estudos interpretativos, porque só *explorações metódicas, em larga escala*, poderiam fornecer os necessários elementos de *comparação*, permitindo *delimitar subáreas culturais*, *vias de difusão*, *centros de cultura*, evolução de certos elementos no decorrer do tempo, e determinar as influências dos vários povos e suas culturas, que sucessivamente vieram habitar a Península durante o período castrejo (Dias e Oliveira, 1962, p. 9. Nossos itálicos)

Não obstante, o difusionismo continuava a imperar nestas suas abordagens, distando o momento em que o indigenismo preponderaria nos estudos desta natureza. J. Dias persistia, por isso, em utilizar conceitos como 'vias de difusão' e 'centros de cultura' para a etnogénese da cultura popular portuguesa radicada (ainda) em referências lusitanistas:

> o país estava destinado a ser ponto de passagem e de encontro das mais variadas raças, umas vindas dos confins do Mediterrâneo, como os fenícios que lhe demandaram os portos, outros do extremo setentrião, como os normandos, que lhe invadiram as costas. Mas as influências destes foram superficiais e só se fizeram sentir no litoral. *Foram mais importantes as invasões celtas*,

> sobretudo a partir do século VI a. C. Estes povos, senhores da técnica do ferro e da superioridade militar e económica que daquela derivavam, *acabaram por se fundir com a raça autóctone. Os lusitanos, que resultaram desta fusão* […] (Dias, 1955, p. 14. Nossos itálicos)

Ideia plasmada quatro anos antes (1951), ao escrever que, «Se encontramos no Norte de Portugal costumes tão semelhantes aos da Europa média e setentrional é porque eles devem ser anteriores à formação das nacionalidades europeias e provêm de um *fundo cultural comum, possivelmente difundido pelas migrações dos chamados povos célticos*.» (Dias, 1993, 2, p. 135. Nosso itálico).

J. Dias reviu todavia alguns conceitos, expressando como se actualizava epistemologicamente, substituindo, por exemplo, o termo «raça» pelo de «grupo étnico», até porque «Não encontramos hoje um único grupo humano que apresente uma uniformidade de características biológicas absolutas.» (Dias, 1984, p. 9). Esta afirmação evidenciava porém como a comparação etnográfica servia a compreensão da pré-historicidade, sobretudo europeia. Aliada à investigação da antropologia física, substanciava ainda desideratos colonialistas, ainda que, contrariando o linearismo preponderante na segunda metade de oitocentos, o limiar do século XX se centrasse no difusionismo. Posição adoptada por arqueólogos de nomeada mundial, a exemplo G. Childe, em particular nos seus primeiros ensaios, como *The Dawn of European Civilization* (1925), onde, à semelhança dos investigadores sociais do seu tempo, interpretou as alterações materiais observadas no registo arqueológico em resultado de difusões ou migrações, perante o (suposto) conservadorismo da natureza humana.

Buscava-se, deste modo, apreender os processos, não ainda tanto de evolução cultural, quanto de transmissão cultural, identificando traços comuns a diferentes culturas a partir, exactamente, dos seus focos de expansão primordial. Era para tal necessário (re)ver artefactos incluídos em diferentes acervos museológicos, sem o que dificilmente se delimitariam 'áreas culturais' correspondentes a «[…] uma região em que predominam determinados padrões de cultura, relativamente homogéneos, que a tipificam em relação a outras áreas.» (Dias, 1984, p. 117). Não só. À semelhança da convicção lusitanista de J. Dias, era como se, através das habitações castrejas de planta circular e do arado radial (numa certa confirmação dos modelos de áreas geográficas – mas também culturais – propostos por O. Ribeiro[4]), ecoassem palavras impressas por arqueó-

[4] Em 1949, J. Dias considerava que «A particular situação geográfica do nosso país, de o tornar o ponto de encontro entre as culturas do Norte e do Sul, dá-lhe também características geográficas curiosas, que Orlando Ribeiro analisou e definiu duma maneira brilhante, no seu magnífico estudo sobre Portugal. […] Norte Atlântico, Norte Transmontano e Sul, ou sejam o Portugal Mediterrâneo. Ora *é curioso que a cada uma dessas três regiões naturais corresponde, com uma aproximação surpreendente, um dos tipos de arados* […] *mencionados*» (Dias, 1993, 2, p. 36. Nossos itálicos).

logos de renome internacional, para quem, a propósito de Portugal, «Il serait certainement fort intéressant de rechercher, dans les chars primitifs encore en usage dans plusieurs parties de la péninsule ibérique et d'autres régions, aussi que sur les monuments anciens de l'époque classique des éléments de comparaison.» (Breuil, 1917, p. 86). Com efeito, J. Dias afirmava, a propósito da planta predominantemente circular das estruturas habitacionais encontradas em castros, que «[…] tudo leva a crer que essa maneira tradicional de construir casas redondas ou arredondadas representa uma linha tradicional de continuidade através dos séculos, que só nos nossos dias se rompe inteiramente […].» (Dias, 1948, p. 166).

O posicionamento de J. Dias não deixará, todavia, de surpreender pela extemporaneidade, uma vez que a viagem aos Estados Unidos da América (EUA) (que percorreu longamente) (Dias, 1993, 2, p. 223) ter-lhe-á descerrado as portas à antropologia cultural boaziana e à própria *New Archaeology*, mais centrada em entender o desenvolvimento cultural a partir de um ponto de vista interno. Razão pela qual, aliás, se assumiu desde então como antropólogo cultural, longe, portanto, da antropologia praticada na 1.ª República portuguesa e no *Estado Novo*, então mais próxima dos aspectos biológicos. Pois, nas suas palavras, a,

> *Antropologia cultural* é a expressão usada pelos Americanos para substituir *etnologia*, no momento em que a investigação alargou o campo de análise e um objecto mais vasto e a nova problemática. Enquanto a etnologia estudava inicialmente a cultura dos chamados *primitivos*, a antropologia cultural estuda a cultura como fenómeno universal, através de todas as culturas particulares e dos problemas que com elas estão relacionados (Dias, 1990, 1, p. 19)

Não terá tido, porém, tempo suficiente para se redireccionar academicamente. Antes percorreu as veredas sulcadas pelo lusotropicalismo freyriano, ideologia que substanciou a última etapa da agenda colonial portuguesa. Tentava pois distanciar-se da abordagem imposta por investigadores como A. Mendes Correia, num momento em que a antropologia – *ciência total do homem* (Dias, 1990, 1, p. 51) – praticada além-fronteiras, nomeadamente nos EUA, entrava numa fase de profunda crise estrutural-funcionalista. O que não obstou a que o trabalho de J. Dias no campo perpetuasse direcções anteriores, omitindo (independentemente das razões) métodos entretanto adoptados por estudiosos de escolas estrangeiras que conheceria bem, numa postura entendível à luz da primazia então conferida ao registo exaustivo de tradições populares na iminência de desaparecerem.

4. DESFECHO EM ABERTO

Apesar de fortemente influenciado pela escola etnográfica e etnológica alemã, J. Dias não foi indiferente ao pensamento de outros autores. Pelo contrário, demonstrou abertura de espírito reforçada após a sua primeira viagem aos EUA, auto-intitulando-se doravante de 'antropólogo', numa evidência do percurso que escolhera para a sua actividade científica, fazendo corresponder ciência etnológica e antropologia cultural (Dias, 1984, p. 111).

Posição materializada nas suas múltiplas facetas, a exemplo da docência. Não terá sido casual que incluísse na bibliografia obrigatória da cadeira de antropologia que leccionava, obras de referência de V. Gordon Childe, a par das redigidas por J. Grahame D. Clark (1907-1995), numa tentativa de substituir o anterior modelo cronológico pela análise de cada vertente cultural. Fazia-o certamente no seguimento de antropólogos norte-americanos empenhados em aclarar as transformações culturais ocasionadas por interacções comunitárias e apropriação aos ecossistemas correspondentes, num decurso considerado como «cultura ecológica». J. Dias fortificava ainda a ideia de que, a par da difusão, «Uma cultura transforma-se […] pelas inovações que são o produto da invenção ou da descoberta de indivíduos dentro do grupo social […].» (Dias, 1984, p. 125). Ou seja, por *invenções independentes*, cabendo, no entanto, àquela a parte maior das realidades assinaladas no terreno e ao longo da História, na medida em que «[…] o homem prefere aproveitar-se do que já existe, a ter de resolver, de novo, um problema difícil […].» (Dias, 1984, p. 126).

De entre os múltiplos trabalhos de V. Gordon Childe, J. Dias não deixava de mencionar o *What happened in History*, publicado (1942) em plena 2.ª Guerra Mundial quando J. Dias preparava o seu doutoramento na Alemanha (*vide supra*). Era uma obra marcada pelo ascendente marxista aprofundado com o contacto estabelecido na sua deslocação à ex-União Soviética, a primeira das quais ocorrida em 1935. V. Gordon Childe demonstrou, então, uma certa flexão e mesmo adaptação a novos postulados, comentando as alterações culturais de um ponto de vista materialista, acercando-se para o efeito mais das regras institucionais (sociais, políticas e/ou económicas) do que do ascendente tecnológico. Assim sendo, J. Dias partilharia de algum modo a substância do materialismo dialéctico, ao sustentar que as sociedades contêm em si mesmas tendências progressistas e conservadoras coexistentes numa relação de unidade dinâmica permanente, ao mesmo tempo que antagónica, congregando energias fundamentais a mutações irreversíveis. Com alguma ironia porém a maior parte dos dados utilizados por V. Gordon Childe provinha de *Wirtschaftsgeschichte des Altertums*, obra monumental do historiador conservador alemão Fritz Moritz Heichelheim (1901-1968), conquanto publicada (1938) após a sua exoneração (1933) da Universidade pelos nacional-socialistas, ao abrigo da *Gesetz zur Wiederherstellung des Berufsbeamten-*

tums ('Lei de renovação do serviço público'), decretada dois meses após Adolf Hitler (1889-1945) chegar ao poder. A visão marxista da História implicava, todavia, uma aceitação quase acrítica da evolução unilinear que V. Gordon Childe não abraçou.

É no entanto possível que o principal ensinamento da *New Archaeology* (de inegável inspiração marxista) reconhecível em J. Dias residisse particularmente no facto de pugnar por uma colaboração permanente entre diferentes disciplinas para entender assuntos do passado indispensáveis à compreensão do presente. Porquanto «Todos estes temas e elementos podem ser estudados no presente e num próximo passado, procurando filiá-los […], mas tentando seguir a sua evolução […]. Aí será a grande contribuição dos vários especialistas, arqueólogos, sociólogos, etnólogos, historiadores, geógrafos, filólogos, economistas, arquitectos, botânicos, agrónomos, etc., isoladamente ou em conjunto, conforme os casos.» (Dias e Oliveira, 1962, p. 14). É certo que, tal como outros intelectuais contemporâneos e conterrâneos, movia-o especialmente a busca da etnogenia do ser português. Mas, como sublinhara em tempos o próprio V. Gordon Childe, esta atitude interdisciplinar decorria de um reconhecimento do estudo histórico como plano privilegiado de congregação científica, partindo do pressuposto de que o comportamento humano e o ecossistema se alteram de acordo com o novo tipo social dominante em cada momento e lugar. Ao aceitar, porém, esta proposta de trabalho, admitia-se a subjectividade das generalizações, aplicáveis apenas a contextos particulares, numa manifestação evidente da criatividade humana, não obstante exemplos de estagnação, regressão e autodestruição verificados nalgumas sociedades. Acentuava-se a descontínua diversidade histórica em oposição à evolução linear, num questionamento da ideia de 'progresso'.

No conjunto, estas questões foram abordadas noutro livro de V. Gordon Childe indicado por J. Dias aos seus discípulos, *Social Evolution* (1951). Nele, o autor australiano sublinhava como ecossistemas e tradições diferentes originariam culturas semelhantes, a exemplo do Neolítico antigo, quando regiões tão distantes entre si, quanto a Europa e o Médio Oriente, ostentaram o mesmo complexo de plantas e de animais domesticados, bem como uma estrutura social comparável. Comprovar-se-ia, em todo o caso, o poder do Homem sobre a Natureza, matéria explanada anteriormente em *Man makes himself*, publicado num ano (1936) de particular tensão política europeia, num desafio à possibilidade (senão urgência) da Humanidade conduzir o seu próprio destino, longe do apregoado determinismo. Mas à luz de dados arqueológicos recolhidos nos últimos anos, em especial na América Central, J. Dias debatia as teorias elaboradas em torno da origem do poder, da sociedade e sua estratificação, reforçando a persuasão acerca da multiplicidade de modelos comportamentais assomados em condições ecossistémicas análogas. Contestava por inerência a linearidade subjacente às 'Revo-

lução Neolítica' e 'Revolução Urbana' childenianas. Não obstante, sublinhava que «[…] a descoberta da agricultura foi a mais revolucionária de todas, pelo que ela representa de promissor.» (Dias, 1984, p. 176), defendendo a pluralidade de focos de invenção, um dos quais localizado justamente na América Central. Acompanhava pois o muito produzido em matéria arqueológica e sua relevância para um sentido mais exacto do intrincado cultural.

Com este posicionamento, J. Dias enquadrava-se na escola antropológica cultural norte-americana, indo «[…] em alguns casos até ao estudo integral do *«homem como ser cultural»*.» (Dias, 1957, p. 1. Nosso sublinhado. p. 1), defendendo que «O *critério etnológico é adoptado* por aqueles que, *banindo qualquer conceito etnocentrista*, procuram *estudar o homem como ser cultural*, em qualquer parte do mundo onde ele viva, e seja qual for o tipo de economia e cultura em que se encontre, *relacionando o presente com o passado*.» (Dias, 1957, p. 6. Nossos itálicos).

Nos últimos anos da sua vida, J. Dias manifestou (1968) um certo pessimismo quanto ao futuro da Humanidade, fruto, talvez, do muito que observava, analisava, lia e discutia. Não deixou, porém, de traçar uma solução, aparentemente tão simples quanto a própria vida, isto é, enquanto pertença de um mesmo universo (a Natureza), onde entrevemos problemas centrais debatidos nos nossos dias pela intelectualidade mundial, numa prova da clarividência do autor português:

> *Devíamos pensar a sério e rapidamente no futuro, antes de ele ser presente, a fim de conservar todos os valores humanos que tornem a vida digna de ser vivida*. […]. A beleza e o sentimento de dignidade humana que dá o espaço, onde o homem se pode mover à vontade, são bens seriamente ameaçados por este crescimento demográfico vertiginoso. Será possível viver de algas ou de pílulas, não sei; mas será certamente trágico viver como um formigueiro, sem horizontes e sem sonho, sepultado em vida como o «caixeiro-viajante» de Brooklyn (Dias, 1993, 2, p. 406. Nosso itálico)

Lisboa, Inverno de 2007

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUSCH, A. (1969) – Alejandro de Humboldt – sábio, humanista y amigo de los pueblos. In *Alejandro de Humboldt. Modelo en la lucha por el progreso y la liberación de la humanidad*. Berlin: Akademie-Verlag. p. 26.

AFONSO, L. U. (2004) – Manuelino e Luso--Tropicalismo: a historiografia da arte e a construção da identidade portuguesa durante o Estado Novo. In *Portugal: encruzilhada de culturas, das artes e das sensibilidades*. Coimbra: Livraria Almedina. p. 119-127.

ALEXANDRE, V. (1999) – Luso-Tropicalismo. In BARRETO, A.; MÓNICA, M. F., eds. lits. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. Vol. 8, p. 391-394.

LOS ARCHIVOS de la arqueología ibérica: una arqueología para dos Españas (2006). In RUÍZ, A.; SÁNCHEZ, A.; BELLÓN, J. P., eds. lits. –. Jáen: Universidad de Jáen.

AYARZAGÜENA SANZ, M. (1997) – La Sociedad Antropológica Española (SAE) y el nacimiento de la ciencia prehistórica en España. In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servivio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 295-302.

BRENHA; J. (1899-1903) – Dolmens ou antas no concelho de Villa Pouca d'Aguiar. *Portugália*. Porto. 1: 3, p. 690.

BREUIL, H. (1917b) – Le chair et le traineau dans l'art rupestre d'Estrémadure. *Terra Portuguesa*. Lisboa. S. 2, 15-16, p. 86.

CABRAL, J. de p. (1999) – António J. Dias. In BARRETO, A. e MÓNICA, M. F., eds. lits. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. Vol. 7, p. 526-527.

CALAFATE, p. (2002) – Oliveira Martins: as aventuras da História. In CALAFATE, p. ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português. 4: 1. As Luzes*. Lisboa: Caminho.

CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Al-Madan*. Almada. S. 2, 8, p. 38-56.

CARREA HONTANA, E.; MARTÍN FLORES, A. (1997) – Las instituciones arqueológicas del ayuntamiento de Madrid (1924-1972). In MORA, G. e DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga. p. 582-583.

CASTELO RUANO, R.; CARDITO ROLLÁN, L.; PANIZO ARIAS, I.; RODRÍGUEZ CASANOVA, I. (1997) – Julio Martínez Santa-Olalla. Vinculación y contribución a los organismos e instituciones arqueológicas españolas de posguerra. In MORA, G. e DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 573-580.

COLLIS, J. (2003) – *The celts. Origins, myths & inventions*. Gloucestershire: Tempus.

COLLIS, J. (2006) – Rethinking the Celts: the impact of historiography and archaeology.. In RIECKHOFF, S., ed. lit. – *Celtes et Gaulois dans l'Histoire, l'historiographie et l'idéologie moderne.* Glux-en-Glenne: Bibracte. p. 97-110.

COOMBES, A. E. (2003) – Museums and the formation of national and cultural identities.. In PREZIONI, D.; FARAGO, C., eds. lits. – *Grasping the world. The idea of the museum* Aldeshot: Ashgate. p. 278-297.

CORREIA V. (1922) – Arte rupestre em Portugal. A Pala Pinta. Aditamento. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 32-34, p. 147.

CORREIA, A. A. M, (1927) – O petroglifo do guerreiro lusitano no Monte do Castelo de Penafiel. *Brotéria*. Caminha. 4, p. 14-29.

CORREIA, A. A. M. (1918a) – Estudos da Etnogenia Portuguêsa. Os habitantes primitivos do território. *Terra Portuguesa*. Lisboa. S. 2, 24, p. 237.

CORREIA, A. A. M. (1919) – *Raça e Nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.

CORREIA, A. A. M. (1924b) – *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 265.

CORREIA, A. A. M. (1924b) – Uma invasão pre-histórica na Península Ibérica (os Capsienses). *A Águia*. Porto. S. 3, 4, p. 24.

CORREIA, A. A. M. (1933) – *Introdução à Antropobiologia*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

CORREIA, A. A. M. (1944) – *Gérmen e Cultura*. Porto: Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.

DIAS, A. J. (1946) – Construções circulares no litoral português. Contribuições para o estudo das construções circulares do Noroeste da Península Ibérica. *Trabalho de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11: 1, p. 3-4. Separata.

DIAS, J. (1955) – Os elementos fundamentais da cultura portuguesa. *Atlântida. Revista de Direito e Estudos Sociais*. Coimbra. 8: 2. Separata.

DIAS, J. (1956a) – Professor Padre Wilhem Schmidt. Porto. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 15: 1-2, 2 p. Separata.

DIAS, J. (1956b) – Reuniões do Conselho. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 15: 1-2, 6 p. Separata.

DIAS, J. (1956c) – Richard Thurnwald. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 15: 1-2, p. 3. Separata.

DIAS, J. (1957) – Etnologia, Etnografia, Volkskunde e Folclore. *Douro Litoral. Boletim da Comissão de Etnografia e História*. Porto. Série 8: 1-2, 16 p. Separata.

DIAS, J. (1986) – Antropologia cultural. *Estudos Políticos e Sociais.* Maia. 12: 3-4, 218 p. Separata.

DIAS, J. (1990) – *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2 vols.

DIAS, N. (1991) – Le Musée d'Ethnographie du Trocadéro (1878-1908). *Anthropologie et muséologie en France*. Paris: Éd. CNRS, p. 18-21.

DIAS, J. (1993) – *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1, p. 159.

DIAS, A. J.; OLIVEIRA, A. V. de (1962) – A cultura castreja e a sua herança social na área galaico-portuguesa. In *XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. II, 16 p. Separata.

DIAS, A. J.; OLIVEIRA, A. V. de; GALHANO, F. (1959) – *Sistemas primitivos de moagem em Portugal*. I-II. Porto: Instituto de Alta Cultura.

DÍAZ-ANDREU, M. (1997) – Nación e internacionalización. La Arqueología en España en las tres primeras décadas del siglo XX. MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 403-416.

DÍAZ-ANDREU, M. (2002) – *Historia de la Arqueología. Estúdios*. Madrid: Ediciones Clásicas.

FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-madan*. Almada. S. 2, 8, p. 4-26.

FERNANDES, C. A. (2001) – A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Arqueologia no Estado Novo (1929-1974). *Al-Madan*. Almada. 10, p. 64.

FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C.; FÁBREGAS VALCARCE, R. (1996) – Obermaier y la Prehistoria en el Noroeste de la Península Ibérica. In«*El Hombre Fósil» 80 años después*. Santander: Universidad de Cantabria. p. 107.

FERNÁNDEZ, O. p. (1997) – El Seminario de Estudos Galegos: génesis, aportación y desaparición. In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga. p. 457-462.

FITAS, A. J. S.; RODRIGUES, M. A. E. e NUNES, M. de F. (2002) – A filosofia da ciência no Portugal do século XX. In CALAFATE, P., ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português*. 5: 2. *O Século XX*. Lisboa: Editorial Caminho. p. 421-582

FONTES, J. (1927) – Uma excursão arqueológica à Galiza. *Arqueologia e História*. Lisboa. 5. 40 p. Separata.

GODINHO, V. M. (2004) – *Portugal, a emergência de uma nação*. Lisboa: Edições Colibri.

GOMES, J. p. (2002) – Questões e problemáticas na filosofia perene., CALAFATE, p. ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português.* 4: 1. *As Luzes*, Lisboa: Editorial Caminho. p. 506-519.

GRAN-AYMERICH, È. (1998) – *Naissance de l'Archéologie Moderne. 1798-1945*. Paris: CNRS.

HELENO, M. (1930) – *Lição inaugural da cadeira de Arqueologia (ano lectivo de 1926-1927)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

HELENO, M. (1956b) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueologo Português*. Lisboa, N.S., 3, p. 221-237.

JALHAY, E. (1936) – As Novas Directrizes no Estudo da Pré-História. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: AAP. Vol. 2.

JORGE, V. O. (2002) – Megalitismo Europeu e Português: breves considerações históricas em jeito de balanço. *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, p. 79-85.

LEAL, J. (2000) – *Etnografias portuguesas (1870--1970). Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

EL LEGADO filosófico y científico del siglo XX (2005). In GARRIDO, M.; VALDÉS, L. M.; ARENAS, L., eds. lits. – Madrid: Cátedra.

LEITE, J. p. (1999) – Política Colonial. In BARRETO, A. & MÓNICA, M. F., eds. lits. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. Vol. 7, p. 352-361

LUZ, L. B. da (2002) – A etnologia e a questão das identidades nacionais. In CALAFATE, p. ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português* 4: 1. *As Luzes*. Lisboa: Editorial Caminho, p. 389--432.

MACHADO, J. L. S. (1965) – *Subsídios para a História do Museu Etnológico do D.or Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.

MARTINS, A. C. (2003) – *Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da Memória. Um percurso na Arqueologia de oitocentos*. Lisboa: AAP.

MARTINS, A. C. (2005) – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. Cem anos de (trans)formação. 1863-1963*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento em História. Texto policopiado.

MARTINS, A. C. (2008) – António Jorge Dias (1907-1973) no contexto da Arqueologia portuguesa. In *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. p. 208-213.

MARTINS, A. C. (2008) – Nineteenth-Century Protohistory at the Portuguese Association of Archaeologists: Fancisco Martins Sarmento (1833-1899) and national identity. In SCHLANGER, N.; NORDBLADH, J., eds. lits. – *Archives, Ancestors, Practices. Archaeology in the Light of its History*. Oxford: Berghan Books. p. 287-304.

MATOS, S. C. (1998) – *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Ed. Colibri.

MOITA, I. N. (1956) – Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 2, 3, p. 135-136.

MORA, G. (2003) – El Consejo Superior de Investigaciones Científicas y la Antigüedad. In ALONSO, F. W.; MARTÌ-AGUILAR, M. A., eds. lits. – *Antigüedad y franquismo (1936-1975)*. Málaga: CEDMA. p. 95-109.

PAÇO, M. A. do (1962) – *Visão geral da arqueologia a norte do Mondego*. Porto: [s. l.].

PAZ, E. F. de (2003) – La museología antroplógica ayer y hoy. In *Antropología y patrimonio: investigación, documentación e intervención*. Granada: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. p. 30-47.

PRADO FERNÁNDEZ, O. (1997) – El Seminario de Estudos Galegos: génesis, aportación y desaparición. In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga. p. 457-458.

RASILLA VIVES, M. de la (1997) – La Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas y la Arqueología Prehistórica en España (1913-1935). In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga. p. 431-437.

ROCHA, L. M. p. (2005) – *Origens do megalitismo funerário no Alentejo central: a contribuição de Manuel Heleno*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento em Pré-história. Texto policopiado.

SEVERO, R. (1905-1908a) – A sepultura da Quinta da Agua Branca. *Portugália*. Porto. 2: 1-4, p. 241-243.

SEVERO, R. (1905-1908b) – Commentario ao espolio dos dolmens do Concelho de Villa Pouca d'Aguiar. *Portugália*. 1-3, p. 710.

SEVERO, R. (1905-1908d) – Varia. Notas e communicações. Ouros prehistoricos da Estella (Povoa de Varzim). *Portugália*. Porto. 2:1-4, p. 605-608.

SEVERO, R. (1899-1903) – As necropoles dolmenicas de Tras-os-Montes. *Portugalia*, I: 3, p. 690

THIESSE, A.-M. (2000) – *A criação das identidades nacionais*. Lisboa: Temas & Debates.

TRIGGER, B. G. (1992) – *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica. p. 159.

VASCONCELOS, J. L. de (1994) – *Etnografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

WULFF ALONSO, F. (2003) – *Las esencias patrias. Historiografía e Historia Antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*. Barcelona: Crítica.

Moinhos and Mina do Paço: Middle Paleolithic lithic chipping stations in the Sado Basin, Alentejo, Portugal

MICHAEL S. BISSON*, ARIANE BURKE**, LILIANE MEIGNEN***, ADRIAN BURKE****

ABSTRACT

This paper describes the assemblages from three Middle Paleolithic lithic extraction and preliminary reduction sites in the Sado River Basin, Alentejo, Portugal. The sites were discovered as part of the Sado River Drainage Survey (SRDS), the goal of which was to document the Palaeolithic occupation in the region and assess prehistoric land-use patterns over time. The three sites in question (Moinhos 1, Moinhos 2, and Mina do Paço) are located on gentle slopes near jasper outcrops, in relatively elevated positions and exhibit low to moderate artifact densities, despite which assemblage sizes are relatively large. The distribution of lithics appears restricted to the plow zone. The three assemblages are very similar in terms of typological and technological attributes, with a dominance of discoid and centripetally prepared Levallois cores, and only moderate amounts of platform faceting on both cores and flakes. The few typological differences between the sites are primarily attributable to the varying quality of the locally available lithic raw material (jasper). Cores and waste products are common, but end-products are rare, with most probably being exported to task or habitation sites by the knappers. Although retouched tools are scarce at both locations, Levallois flakes are more common at Mina do Paço. The regional context revealed by the SRDS suggests low population density and possibly even intermittent use of the Sado river Basin by Middle Paleolithic hominins.

Key words: Middle Paleolithic – lithic technology – Neanderthal – land-use patterns

* McGill University, Canada, e-mail: michael.bisson@mcgill.ca
** Université de Montreal, Canada, e-mail: aburke@umontreal.com
*** UMR 6130, C.N.R.S-UNS, e-mail: meignen@cepam.cnrs.fr
**** Université de Montreal, Canada, e-mail: adrian.burke@umontreal.com

RESUMO

O presente artigo descreve os conjuntos de três estações de extracção lítica e exploração de núcleos do Paleolítico Médio, na bacia do rio Sado, Alentejo, Portugal. Os sítios foram descobertos na sequência da Prospecção da Bacia do Riio Sado (SRDS), cujo objectivo foi documentar a ocupação da região no Paleolítico e determinar padrões de ocupação do território ao longo da Pré-história. Os três sítios em questão (Moinhos 1, Moinhos 2 e Mina do Paço) situam-se em declives suaves perto de afloramentos de jaspe, em locais mais ou menos elevados e apresentam fraca a moderada densidade de artefactos, apesar das dimensões relativamente grandes dos conjuntos. A distribuição dos líticos restringe-se à zona arada. Os três conjuntos são muito semelhantes no que diz respeito a características tecnológicas e tipológicas. Predominam os núcleos Levallois discóides e centrípetos, sendo apenas moderada a quantidade de talões facetados tanto em núcleos como em lascas. As poucas diferenças tipológicas entre os sítios devem-se principalmente à qualidade variável da matéria-prima (jaspe) disponível no local. Aparecem com frequência núcleos e restos de debitagem, mas os produtos acabados são raros, tendo sido provavelmente levados pelos talhadores para povoados ou locais de trabalho. Embora os instrumentos retocados sejam escassos em ambos os locais, as lascas Levallois aparecem mais na Mina do Paço. O contexto regional revelado pelo SRDS sugere baixa densidade populacional e ocupação intermitente da bacia do rio Sado pelos hominídeos do Paleolítico Médio.

Palavras-chave: Paleolítico Médio – tecnologia lítica – Neandertal – padrões de ocupação do território

INTRODUCTION

One important feature of the archaeology of Southern Iberia is that it has produced some of the most recent Middle Paleolithic sites and Neanderthal fossils on record (Barton *et al.*, 1999; Hublin *et al.*, 1995; Zilhão, 2006). A number of these are located in Portugal (Angelucci and Zilhão, 2009; Antunes, 2000; Antunes and Cunha, 1992; Antunes *et al.*, 1989; Ferring *et al.*, 2000). Although recent research has questioned some of these dates (Zilhão *et al.*, 2010), the Portuguese sites continue to shed important light on Neanderthal subsistence and settlement patterns, and the possible interaction between Neanderthals and anatomically modern *Homo sapiens* (AMHs) towards the end of the Pleistocene (Raposo 1995; Vaquero, *et al* 2006; Zilhão 1993, 2000, 2001; Zilhão and Villaverde, 2008). Most of the known MP sites in Portugal are located in the central part of the country, notably, the Estremadura, the Tagus River valley and the environs of Lisbon, but this distribution is probably partly a result of archaeological coverage. The limestone regions in the northern half of the country include caves and rock-shelters that preserve archaeological deposits and have attracted more attention, although recent work in southern Portugal has also yielded significant MP sites particularly near the coast (Bicho, 2004). Until this century, the Sado River Basin in southern Portugal remained essentially unexplored *vis à vis* the Palaeolithic.

The Sado River Drainage Survey (SRDS) was carried out from 2005 until 2008 under the auspices of the Instituto Português de Arqueologia (now IGESPAR) and was funded by the Social Sciences and Humanities Research Council of Canada. The proximate goal of this survey was to investigate a part of southern Portugal which had previously attracted only limited attention from Paleolithic specialists (Burke *et al.* 2009, nd). The ultimate goal of the SRDS was to generate sufficient spatial data to model Paleolithic land use patterns over time in lower

Alentejo and to see if these correlated with changes in climate and/or population turnover, specifically the replacement of Neanderthals by anatomically modern *Homo sapiens*. Of the 83 survey locations that yielded lithic artifacts, most were individual find-spots and diffuse lithic scatters; nine localities achieved sufficient artifact densities to qualify as sites or localities of interest (Burke *et al* 2009, nd). This paper describes the lithic assemblages obtained through systematic surface collection from three of the most productive areas surveyed: Moinhos 1, located adjacent to a jasper outcrop associated with volcanogenic massive sulphide deposits (VMS); Moinhos 2, c. 700 m west of Moinhos 1 where weathered blocks of jasper from a sub-surface vein were present; and Mina do Paço, also adjacent to a VMS jasper outcrop.

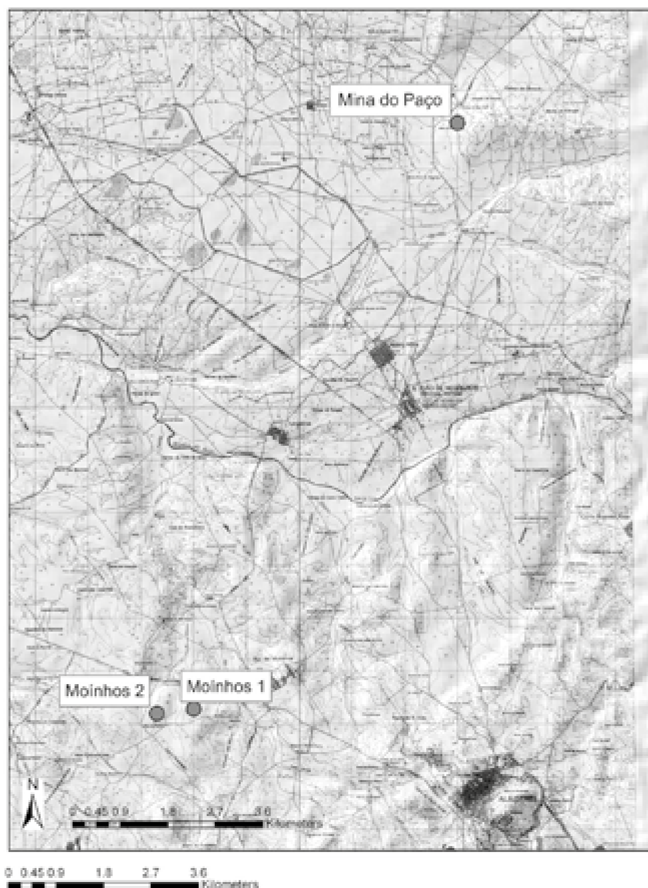


Fig. 1 – Location of Sado River Drainage Survey and the Moínhos 1 and 2 and Mina do Paço sites.

Both Moinhos sites derive their names from the village of Rio de Moinhos, located 1.2 km northeast of Moinhos 1. Mina do Paço lies 1.8 km southeast of the town of Gasparões, and is named for the recently abandoned polymetallic mine (Cu-Pb-Zn associated with the Fe-Mn oxides) adjacent to the artifact distribution. Excluding modern materials and the remains of recent mining activity present at Moinhos 1 and Mina do Paço, the archaeological materials from the three sites are diagnostic of the Middle Paleolithic.

SURVEY METHODOLOGY

Survey methodology is described in full elsewhere (Burke et al. 2009, nd.). Suffice to say that the survey was designed to systematically sample three distinct geographical contexts: Pleistocene terraces, lithic raw material sources, and small bodies of water (seasonal lakes) distributed on the Alentejano plain, as well as randomly sampling other contexts (e.g., river terraces of unknown age and topo-

graphically distinct features). Jasper is encountered in primary outcroppings and maps of the outcrops were obtained from Dr. Matos, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Beja.

The field methodology involved survey teams of 3-5 individuals, equipped with WAAS enabled GPS units (Garmin® eTrek Legend), walking parallel transects roughly 5 meters apart in a designated survey location. Although GPS accuracy varied with time of day and location, accuracies of 3m or better were common. Each transect was automatically recorded, and any artifacts encountered were collected and recorded as waypoints. GPS data were uploaded onto a laptop on a daily basis and processed using MapSource®. Data were then converted, uploaded into ArcGIS 9.2 (ESRI®), and projected onto digitally stored topographic maps. This permitted daily assessment of survey coverage and facilitated visualizations of artifact locations and the calculation of artifact densities on the landscape. Finds were bagged individually along with provenience information and, at the end of each day, washed and evaluated for clear signs of human-induced scars. This could be a difficult decision in the case of crypto-crystalline quartz, as the interior faces of flakes were often distorted and proximal ends were often crushed. Since quartz «rubble» was a ubiquitous component of sediment deposits in many of the survey locations, particularly the terraces, flakes that were not demonstrably of human manufacture were rejected from the assemblages. Special care was necessary near historic mining of the VMS deposits because that also produced substantial amounts of fractured quartz and jasper «rubble». With jasper, evaluation was easier because the more homogeneous nature and finer grain of the rock preserved flake attributes more clearly. Any pieces ultimately determined to be non-artifactual were discarded, and their data removed from the list of waypoints. To avoid confusion, their catalog numbers were not reassigned to other specimens. The resulting assemblages are curated at the Museo Municipal, in Aljustrel.

GEOPHYSICAL CONTEXT

The Sado River basin encompasses an area of 7,692 km^2 (excluding the estuary), with a mean altitude of 127 meters asl. The Basin lies within the Iberian Pyrite Belt (IPB) which is composed of Paleozoic volcanic rocks overlain by metamorphic rocks, in turn mantled by sedimentary deposits. Basement rocks in the IPB are a filito-quartzite group including ubiquitous veins of crypto-crystalline quartz, a volcanic sedimentary group including schists, silicious tuffs, rhyolites, dacites, diabases, jasper and chert, and a Flysh group consisting of grauvaques, schists and conglomerates (Martins *et al.* 2002-3). Mining of metallic ores, principally copper, lead and zinc, associated with the VMS deposits, began during

Roman times. More recently, it has been active in the region from the 19th Century onward, and remains centered in Aljustrel (Barriga 1983, 1990; Barriga and Carvalho 1997; Martins, Alves and Costa 2002-2003).

The basement complex is overlain by Miocene marine and continental sediments, principally sands, clays, conglomerates and tabular carbonates. Little limestone occurs in the study region and flint is therefore absent. Available raw materials include poor quality cherts, jasper, crypto-crystalline quartz and some fine-grained quartzites suitable for knapping, although these are of highly variable quality. Gravels derived from basement rocks contain quartz, quartzite and jasper cobbles, exploited by prehistoric knappers.

Tectonic processes have strongly influenced the current topography of the Sado basin and the formation of the Grândola horst at the beginning of the Pleistocene subdivided the Sado drainage system into two different sedimentary regimes. In the north, extending from Grândola to the Sado estuary, is a littoral platform characterized by fine sands often re-worked by aeolian processes. In the southern half of the study region, from Grândola to the Sado River headwaters in the Serra da Vigia, is a surface characterised by sandy, detritic, and highly variable fluvial sediments (Pimentel 1989; Pimentel and Azevedo 1991) and relatively thin soils, particularly on hillsides. Fluvial terraces are difficult to detect in the northern sector, and the few identified remain undated (Pimentel 1989). In the south, there is a single Quaternary (?) terrace north of Panoias, and two terraces to the south (Pimentel 1989; Pimentel and Azevedo 1991). The sites examined here lie in the southern sector of the Sado River Basin.

LITHIC RAW MATERIAL SOURCES IN THE SRDS REGION.

There are no flint deposits in the study region and cherts are rare. Jasper and quartz are the dominant lithic raw material resources. Jasper, quartz and occasionally quartzite are present in the form of cobbles in Plio-Pleistocene contexts throughout the region. Twenty-six potential jasper sources (primary locations) in the SRDS survey region were identified with the help of maps of local mining activities supplied by Dr. J. Matos, INETI (Beja). All of these sources were surveyed during the course of the project. Lithic artifacts were discovered at several of these locations (Fig 2). More than 50% of the total number of sites, localities and lithic scatters recovered during the SRDS survey lie within 5 km of a jasper source – including the two most important sites (Mina do Paço, Moinhos 1), two localities (Moinhos 2, Brejo) and several lithic scatters (Alamo, Pedras Serranas, Penique) – indicating that the location of available primary raw material sources was known to Paleolithic people, who systematically exploited them. The largest concentration of archaeological remains occurs between Moinhos and Mina do

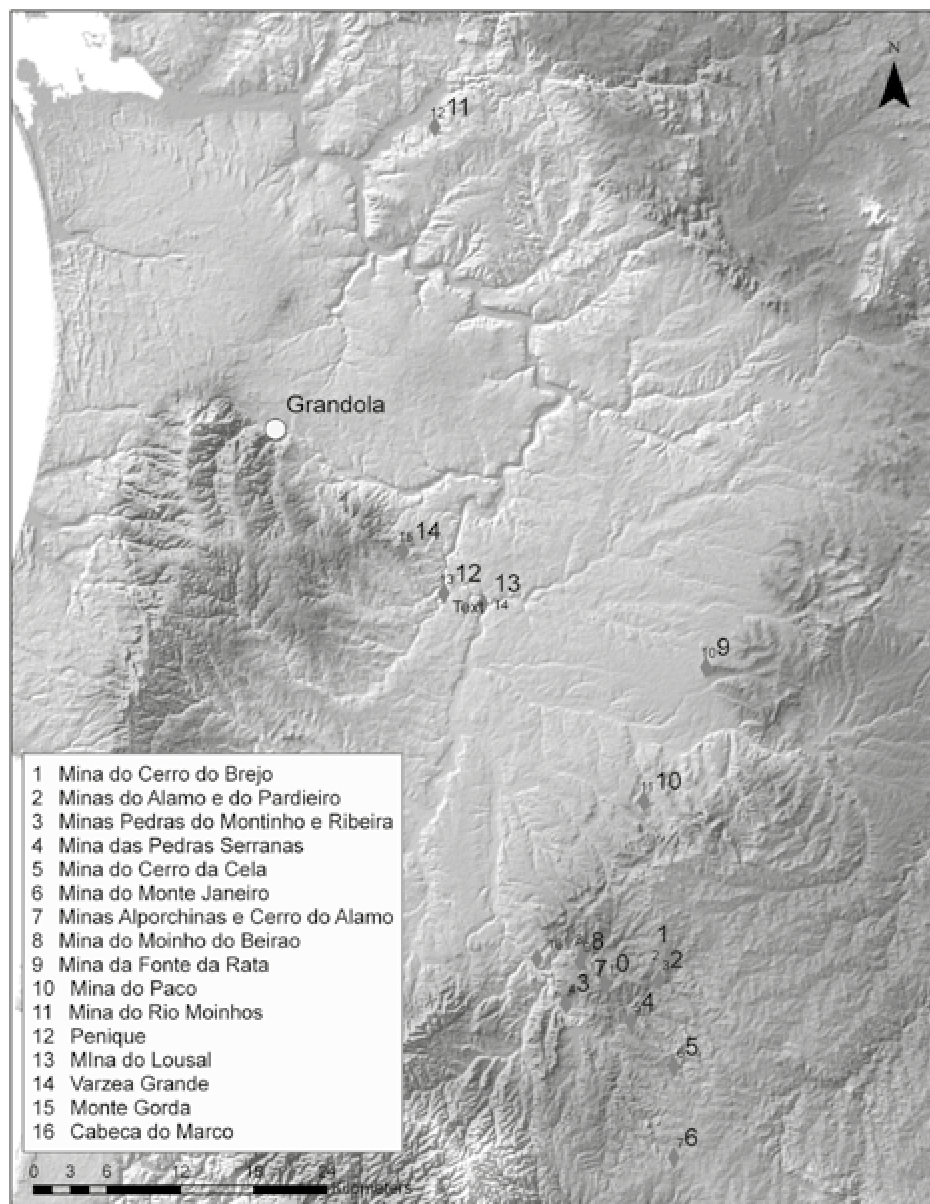


Fig. 2 – Jasper sources in the Sado River drainage.

Paço. A least-cost analysis indicates that this region (see Fig. 2) offers the easiest approach routes to either source.

Geochemical analyses using X-ray fluorescence of geological jasper samples from Moinhos and Mina do Paço show that they are mainly composed of SiO_2, Al_2O_3 and Fe_2O_3T (>99% by weight based on 28 samples, Figure 3) and that Mina do Paço jasper has a slightly higher silica content (95.4% vs. 93.1%). Repeated

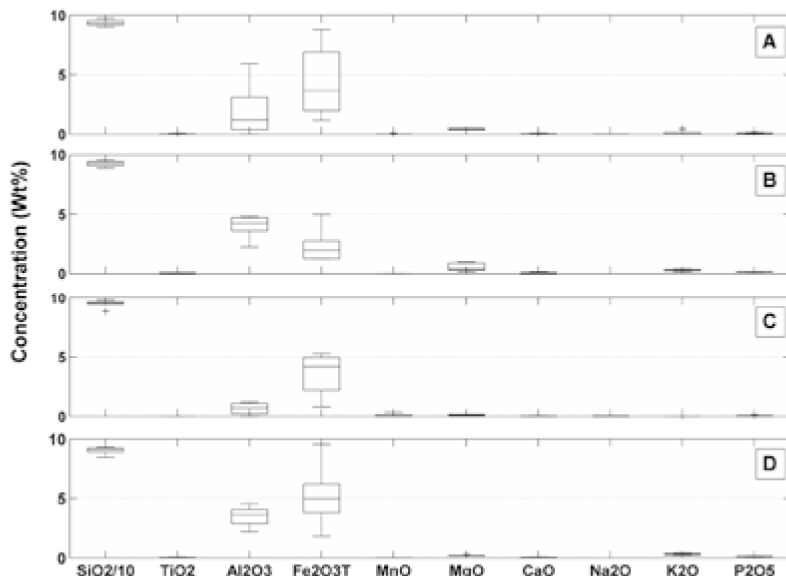


Fig. 3 – Major element (EDXRF) boxplot diagrams for A- Moínhos geological samples (N=10), B- Moínhos archaeological flakes (N=5), C- Mina do Paço geological samples (N=8) and D- Mina do Paço archaeological flakes (N=5) showing that only three major elements (SiO2, Al2O3 and Fe2O3T) compose > 99 weight % of the jasper samples. Please note that SiO2 values are divided by 10 for clarity.

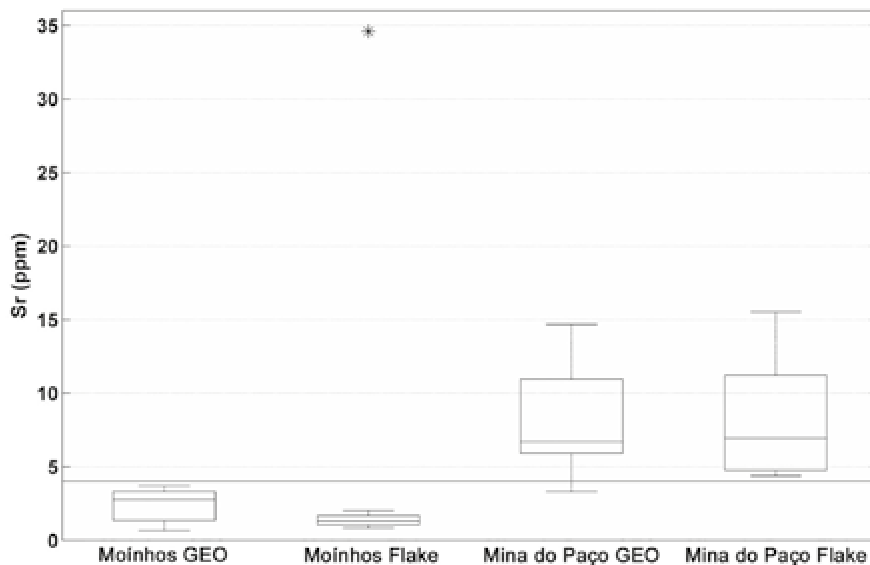


Fig. 4 – Strontium boxplot diagram for geological samples and archaeological flakes. Strontium is the only element that can be used to discriminate between Moínhos and Mina do Paço jasper. A reference line is drawn at 4 ppm for clarity. Sample MOI-13 (1433) acts as an outlier and is plotted here with an * symbol, it was not used to produce the Moínhos flake box.

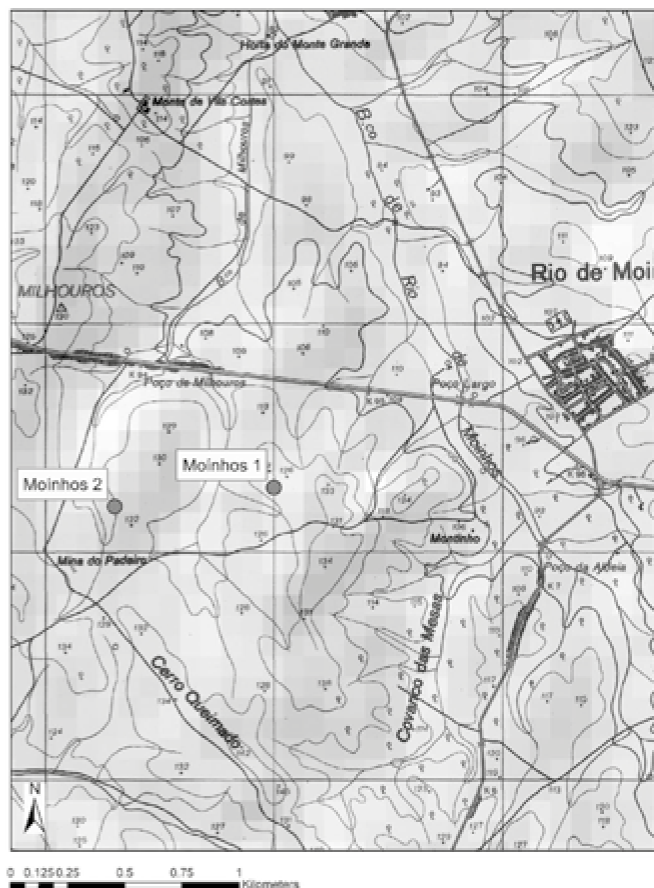


Fig. 5 – Locations of Moínhos 1 and 2.

analyses of major, trace and rare earth elements indicate that these and other jaspers in the region are difficult to distinguish due to their «purity». We were able to differentiate between the Moinhos and Mina do Paço sources on the basis of one element: strontium (Figure 4) but we caution the reader that it is not advisable to depend on one element alone in distinguishing sources of raw materials.

MOINHOS

The raw material source of Moinhos is located near the village of Rio de Moinhos, roughly 10 km northwest of Aljustrel (Fig.1). Surveys undertaken at Moinhos resulted in the identification of two localities (Moinhos 1 and Moinhos 2) (Fig. 5). The center of the artifact distribution of Moinhos 1 is at 37º 53′ 29.45» -8º 13′ 42.69» (UTM[1] 568000 4194284) and is focused on a bedrock outcrop which includes massive jasper lenses occurring on the hilltop, roughly 126 m above sea level. This feature was mined historically and two large pits are cut into the bedrock, but it is now abandoned and is overgrown with thick brush and oak trees and the surrounding hillside is covered with mine tailings (rock chips). The soil near the mine is thin and contains much gray decomposed schist suggesting that bedrock is close to the surface. To the west, the hill slopes down to the eastern branch of the seasonally dry Barranco de Milhouros, a small tributary of the Rio de Moinhos.

Moinhos 1 was surveyed in 2006 and 2007. In 2006 much of the site was covered in crops, as a result the survey concentrated on the narrow gully formed by the Barranco de Milhouros (Fig. 5). A total of 36 lithic artifacts were collected in the bed of the Barranco in 2006. Faunal remains are not preserved at any of

[1] European Datum 1950

the Moinhos localities. Four parallel transects, 150 m in length from the hilltop towards the Barranco were also surveyed, but no artifacts were encountered as ground cover was dense. In 2007 the fields were covered in crop stubble and the slopes below the mine, extending towards the Barranco could be surveyed. While visibility was far from ideal, artifacts were found on the hill slope on all sides of the outcrop. Lithics are concentrated on the southwest slope of the hill and in the Barranco, however. The relatively thin distribution of artifacts on the western slope may reflect, at least partially, collection strategy which was very conservative in the vicinity of the mine, where recent mine tailings covered the surface. Only pieces with clear diagnostic features were collected and it is conceivable that the lithic counts are artificially low near the mine pits (and down slope) as a result. The apparent concentration in the Barranco may also be a result of gradual sheet-erosion. Twenty transects surveyed west of the Barranco, opposite the jasper outcrop, produced only 4 artifacts demonstrating that the outcrop itself was the focus of prehistoric activity. A 5 m wide, freshly plowed fire-break forming a southwest – northeast line and passing 35 m north of the outcrop was surveyed in 2007. This feature afforded excellent visibility and resulted in the recovery of 23 artifacts, clearly concentrated near the outcrop and decreasing in frequency away from it, and more dense west of the outcrop (Fig. 5). The site, therefore, is deemed to have existed on the west slope of the hill.

Moinhos 2 is located 750m west of Moinhos 1 at 37º 53′ 26.86», -8º 14′ 8.18» (UTM[2] X=567304, Y=4194201) on the far side of a small hill when viewed from Moinhos 1 (Fig. 5). The crest of the hill (altitude 130m asl) has a very thin soil cover, containing a lot of decomposed schist, supporting a small cluster of oak trees; down-slope the soil layer thickens to a richer, light brown sandy clay and the slopes of the hill are cultivated. A survey of Moinhos 2 was conducted in 2007, when the entire west slope of the hill was freshly plowed to a depth of at least 40 cm, affording perfect survey conditions.

A few large angular blocks of jasper were found in a loose pile (likely a result of field clearing activities) on the slope at Moinhos 2, indicating the presence of a jasper outcrop in the vicinity. Some of these blocks are nearly 1 meter across and could have been sources of lithic raw material in the past. Smaller, weathered chunks of jasper are scattered down-slope of the blocks. Artifacts are clustered on the west slope of Moinhos 2 in a roughly 80 by 60 m area at 120 m asl. All of the finds appear to be restricted to the plow zone, a situation occurring in all of the other Paleolithic sites found during the SRDS survey. This was confirmed in 2008, when two 1 x 1 meter test pits excavated in the center of the artifact distribution yielded only a single artifact in the plow zone and none in the sub-soil.

[2] European Datum 1950

MINA DO PAÇO

Mina do Paço is located in the vicinity of a large jasper lens associated with the gray-green schist country-rock, UTM[3] X=572999 Y=4205387. The site, named after the mine that used to exist there, is a significant lithic scatter situated on the southwest end of a low ridge overlooking the village of Gasparões, c. 1.5 km to the northwest (Fig.6). Mina do Paço overlooks a broad plain (formed predominantly of Plio-Pleistocene sediments) to the north and west where several small seasonal lakes (*lagoas*), now mostly dry or landfilled but active within recent memory, occur. The closest of these little lakes is located on the eastern edge of Gasparões village and a Middle Paleolithic locality centered on this lake was identified during the SRDS survey (Burke *et al* 2009, nd.), attesting to hominin exploitation of other resources (animal and/or plant) in addition to lithic raw material in the vicinity of Mina do Paço. The history of occupation of Mina do Paço may be more complex than occupations at Moinhos 1 and 2, therefore.



Fig. 6 – Location of Mina do Paço.

The open-air site of Mina do Paço lies within the boundaries of a 20th Century mining concession, recently transformed into a large olive plantation. The filling of old mine shafts, ground leveling activities, installation of a drip irrigation system and planting of the olive trees, combined with annual plowing to inhibit weed growth between the trees, means the site has suffered considerable disturbance in recent times. However, surface visibility is excellent and successive surveys have shown that artefact distributions are fairly circumscribed (Fig.7). Although individual artifacts may not be in their original depositional context, therefore, the site can be considered essentially *in situ*, at least on a regional

[3] European Datum 1950

scale. Systematic surface collections were conducted in 2006, 2007 and 2008, and sondages were excavated in 2006, yielding a total lithic assemblage numbering N = 707 artefacts, of which N=657 were collected and catalogued; no faunal remains were recovered. The four 1x1 m sondages excavated in 2006 revealed a dramatic decrease in the number of artifacts below the current land surface. Below a depth of 30 cm, i.e. below the plow zone, the sediment is archaeologically sterile and bedrock was encountered at depths of between -40 to -60 cm. We conclude, therefore, that this open-air site lies essentially in the modern plow zone where it has been disturbed but retains some spatial integrity. The existence of a mining shaft immediately in front of the jasper outcrop would indicate that any part of the site that may have existed there is now obliterated, however a clear concentration of artifacts was found south of the visible jasper outcrop, with the distribution tailing off at the base of the slope.

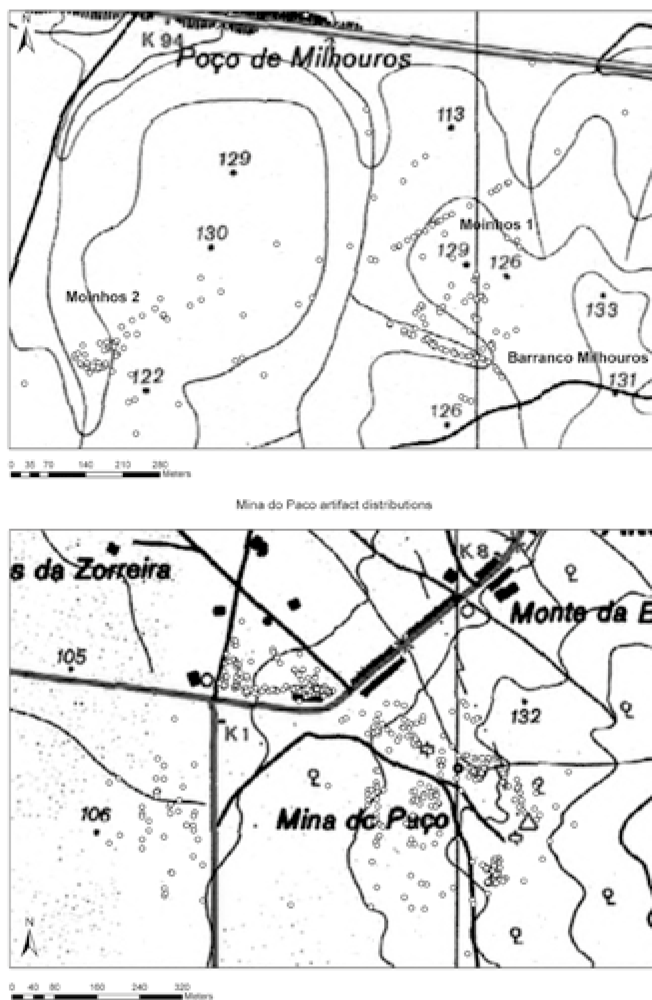


Fig. 7 – Artifact distributions at Moínhos and Mina do Paço.

The surviving jasper vein exposed by the modern mine is vertical in orientation and ranges from 30 to 100 cm thick. The rock itself is dark red (Munsell 10R 3/6) speckled with black, has a metallic sheen, and is brighter in color than the jasper outcropping at Moinhos. Pieces retrieved from this outcrop were massive and homogenous, in contrast to the more diaclastic jasper encountered at Moinhos. However, since mining activities have probably obliterated the original surface outcropping it is impossible to determine if hominins were directly exploiting this lens. Weathered chunks of jasper occur on the surrounding surface and the presence of weathered cortex on many of the artifacts suggests that, as at Moinhos (see below), weathered jasper rubble obtained at or near the outcrop was the main source of lithic material during the Pleistocene.

LITHIC ANALYSIS

Artifacts were analyzed during each field season by MB and LM and transferred to the Museu Municipal de Aljustrel for permanent storage, with the exception of N = 50 pieces that were spatially referenced but not collected during the final survey season. The assemblages from the two Moinhos sites consist almost exclusively of cores designed for the production of large flakes along with some possible core tools (crude core-bifaces) and only three retouched flake tools as well as debris from core production. Cores for flake production and debris also dominate the Mina do Paço assemblage. No prismatic blades, blade cores, ground stone or ceramic artifacts were present at the sites with the exception of a single blade and a metate fragment discovered at Mina do Paço on the periphery of the main lithic scatter.

Specimens were sorted into the following artifact categories: flaked pieces (cores and bifaces) and detached pieces (flakes, flake fragments angular fragments and retouched flake tools) (Schick and Toth 1993; Toth 1985). Attributes for each specimen were recorded for the following variables, following Bordes (1961) as modified by Debenath and Dibble (1994): artifact category; type; striking platform; flake scar orientation; cortex; raw material; surface condition; and presence of laterite encrustation (this was noted at Moinhos 1 and 2 only), the last two variables being a consequence of taphonomic processes. Metrical attributes recorded include: maximum length along the axis of flaking in the case of flakes, along the face bearing the largest flake removal in the case of cores, maximum width perpendicular to the length axis, and maximum thickness. The surface of each artifact was characterized as either «fresh», with no observable surface damage; «abraded», exhibiting slight but continuous rounding of the ridges between scars and a smoothing of the naturally granular feel of flaked surfaces on the local jasper; and «rolled», in which edges were both crushed and rounded, all ridges were visibly blunted and all surfaces heavily abraded. All data were processed using SPSS 16.0.[4]

The classification of stone tools has long been a topic of controversy and inter-individual variation is a persistent problem (Bisson, 2000; Dibble, 1995, *inter alia*) because the relatively simple stone artifacts of the Lower and Middle Paleolithic often exhibit continuous rather than discrete morphological variability (Roe, 1968; Dibble, 1984, 1985). Retouched tools are rare in Moinhos 1 and 2 (N = 3 out of 200 artifacts analyzed) and Mina do Paço (N = 9 out of 576 artifacts analyzed) and cores constitute the most significant artifact – and the most difficult to characterize. The approach adopted here was to employ the volumetric

[4] Data on the Moinhos 1 and 2 assemblages were recorded by Michael Bisson and Liliane Meignen. Data on Mina do Paço were recorded by Gaëtan Lebret in consultation with Bisson and Meignen.

approach of Boëda (1988; Boëda *et al.*, 1990) in the classification of the cores, while recognizing the dynamic nature of the core reduction process (Baumler, 1995) which may be particularly evident at primary raw material sources such as these.

MOINHOS

Initially, the material from Moinhos was treated as three separate samples. The Moinhos 1 sample collected from the bed of the Barranco de Milhouros was analyzed separately from the artifacts recovered from the hillside; the third sample includes all of the materials from Moinhos 2. These distinctions allowed us to control for the possibility that these different locations represent different depositional contexts with distinct chronologies. Although the precise relationships of the surface samples from Moinhos are impossible to directly assess, the statistical analyses summarized below establish the fundamental technological similarity of all three collections, without ruling out the possibility that Moinhos 1 includes material from two temporally separated episodes of hominin exploitation of the outcrop.

Of a total of 200 specimens collected at Moinhos, 93.5% are made of jasper; 3.5% are brown quartzite; and 2 % are crypto-crystalline quartz (2%). Also present at Moinhos 2 was a single Levallois core made of a fine-grained, olive yellow (Munsell value 5Y 6/8) quartzite and a small flint flake fragment. Quartz and quartzite could have been obtained as large pebbles or cobbles derived from Plio-Pleistocene deposits exposed in local stream beds and should also be considered a local material. The olive yellow quartzite and flint specimens are apparently non-local material (although it is possible that Plio-Pleistocene gravels contain small amounts of both rock) and may provide evidence of the curation and transport of at least some high quality lithic raw material across the landscape. The jasper at both Moinhos outcrops is variable in color, but is mostly dusky red with a Munsell value of 10R 3/4 (Munsell, 2000). During the Pleistocene, jasper was probably locally available as exposed and naturally fractured outcrops and as weathered and rolled chunks downhill from the outcrops. The presence of weathered cortex on many of the cores and detached pieces shows that hominins primarily used weathered chunks and cobbles rather than actually mining the veins. Because the Moinhos sites are on active erosion surfaces (Pimentel, 1989; Pimentel and Azevedo, 1991), it is unclear how visible the outcrops were in the past – they may have been mantled by soil, with only the weathered jasper rubble being available for exploitation. Although the Moinhos jasper is the best lithic material available within a radius of at least 5 km, it is far from ideal. Informal experiments at flaking weathered cobbles (MB) reveal that it has a somewhat coarser texture

than the jasper from Mina do Paço, and that the pieces have a higher frequency of internal cracks and flaws, making more elaborate core-reduction strategies (such as Levallois) difficult to execute. Because geochemical analyses (see above) show no significant differences in the silica content, it is the crystalline structure and presence of flaws that make the Moinhos jasper more difficult to flake.

All three Moinhos samples are dominated by cores (Table 1); the sample from the Barranco has the highest percentage (72.2%), followed by Moinhos 1 hillside (41.9%) and Moinhos 2 (28.2%). Taken together, cores comprise 42.5% of the combined Moinhos collections, a strikingly high percentage. Detached pieces, i.e. flakes and flake fragments constitute most of the rest of the collections. Retouched flake tools (1.5%), Levallois flakes (1%) and normal blades are rare (0.5%), although one of the retouched tools is on a blade blank. The most typologically ambiguous artifact category is a group of 10 crude, partial or whole bifaces including pointed, amygdaloid and roughly circular forms (5%) mostly derived from the Barranco de Milhouros sample (FIG 6). In cross-section, these bifacial pieces tend to be plano-convex with the flatter of the two faces having larger flake removals, and the more convex face having smaller and much more poorly executed flake removals. Although this is not a pattern we would expect in a Middle Paleolithic assemblage, these artifacts border on being centripetal or discoid cores since none of them exhibit unambiguous attempts to regularize or straighten their edges, and we treat them here as «biface-cores» of uncertain chronological attribution. A similar biface-core was found at Mudança, a river terrace that lies in the region between Moinhos and Mina do Paço. Including the ambiguous «biface-core» specimens, in the three Moinhos samples partial[5] and full discoids are the most common core type (32.1%), followed by casual cores (informal cores with a few unidirectional removals, 31%) Levallois (17.9%) forms and biface-cores (11.9%); there are also a few bi-directional (two platform) cores, and cores on flakes (3.4% each). Among the Levallois cores, recurrent reduction strategies outnumber preferential ones 2 to 1.

Initial analysis of artifact frequencies at Moinhos suggests some differences between the three localities present (Table 1). Levallois and discoid cores are proportionally more common in the Moinhos 1 sample than in Moinhos 2, biface-cores are restricted to Moinhos 1, primarily the Barranco Milhouros collection, and flakes and flake fragments are more common in Moinhos 2. A cross-tabulation[6] of artifact type by site samples yielded a Pearson chi-square value of 47.866 (df=24), which is statistically significant (p=.003). The differences between the

[5] Strict application of Bordes' typology would classify some of the partial discoids as «chopping tools» (Type # 61) however in this context they are cores.

[6] These data were processed using SPSS 16.0. In all the significance testing reported here, the null hypothesis is rejected only if probability values are # .05.

Type		Site			Total
		Moínhos 1 Streambed	Moínhos 1 Hillside	Moínhos 2	
Casual/informal Core	Count (%)	8 (22.2)	12 (12.9)	6 (8.5)	26 (13.0)
Partial Discoid Core	Count (%)	5 (13.9)	5 (5.4)	2 (2.8)	12 (6.0)
Discoid Core	Count (%)	3 (8.3)	5 (5.4)	7 (9.9)	15 (7.5)
Preferential Levallois Core	Count (%)	1 (2.8)	4 (4.3)	0 (.0)	5 (2.5)
Recurrent Levallois Core	Count (%)	1 (2.8)	6 (6.5)	3 (4.2)	10 (5.0)
Bidirectional Core	Count (%)	1 (2.8)	0 (.0)	2 (2.8)	3 (1.5)
Core on Flake	Count (%)	2 (5.6)	1 (1.1)	0 (.0)	3 (1.5)
Biface-Core	Count (%)	6 (16.7)	4 (4.3)	0 (.0)	10 (5.0)
Cortical Flake	Count (%)	2 (5.6)	11 (11.8)	7 (9.9)	20 (10.0)
Partially Cortical Flake	Count (%)	1 (2.8)	10 (10.8)	11 (15.5)	22 (11.0)
Overstruck Partially Cortical Flake	Count (%)	0 (.0)	2 (2.2)	0 (.0)	2 (1.0)
Normal Flake	Count (%)	5 (13.9)	22 (23.7)	21 (29.6)	48 (24.0)
Naturally-backed Flake	Count (%)	0 (.0)	0 (.0)	1 (1.4)	1 (.5)
Overstruck Normal Flake	Count (%)	0 (.0)	1 (1.1)	0 (.0)	1 (.5)
Levallois Flake	Count (%)	0 (.0)	2 (2.2)	0 (.0)	2 (1.0)
Scraper on the Interior Face	Count (%)	0 (.0)	2 (2.2)	0 (.0)	2 (1.0)
Scraper with Proximal Thinning	Count (%)	1 (2.8)	0 (.0)	1 (1.4)	2 (1.0)
Blade	Count (%)	0 (.0)	1 (1.1)	0 (.0)	1 (.5)
Proximal Flake Fragment	Count (%)	0 (.0)	5 (5.4)	7 (9.9)	12 (6.0)
Other Flake Fragment	Count (%)	0 (.0)	0 (.0)	3 (4.2)	3 (1.5)
Total	Count (%)	36 (100.0)	93 (100.0)	71 (100.0)	200 (100.0)

Table 1 – Artifact inventory of the three Moínhos components.

samples may result from taphonomic factors and collection bias rather than by differences in prehistoric behavior, however. The most important taphonomic factor at Moinhos is flowing water. The Barranco de Milhouros collection is dominated by cores, as noted above, with only 27.8% detached pieces. The average maximum dimension of lithics in the Barranco sample is 65.28 mm, significantly (One Way ANOVA p. = .000) larger than the Moinhos 1 hillside sample (average = 51.77 mm) and the Moinhos 2 sample (average = 46.56 mm). It is likely that smaller artifacts such as flakes were removed from the barranco by running water, leaving the cores in place. The surface condition (see below) of artifacts from Barranco de Milhouros supports this view.

A degree of unintentional collector bias is also a likely contributor to differences between the samples. As noted above, crop cover at Moinhos 1 during 2006 and 2007 may have decreased the chances of seeing smaller artifacts. In addition, since the hillside near the outcrop was covered by historical mine tailings, our collection strategy was very conservative at Moinhos 1 and some flakes and many

flake fragments may have been rejected because they were not considered sufficiently diagnostic. On the other hand, survey conditions at Moinhos 2 were ideal in 2007, possibly resulting in higher frequencies of smaller specimens, including flakes and fragments, being recovered.

Excluding flakes and fragments, there is no statistically significant difference between the Barranco de Milhouros and Moinhos 1 samples (chi-square = 14.517; df = 9; p = .105). For this reason these samples are treated together in the technological comparisons (below) and referred to collectively as «Moinhos 1» throughout. The typological composition of the combined Moinhos 1 sample is not significantly different from Moinhos 2 (chi-square = 15.955; df = 11; p = .143).

Metrical attributes follow a similar pattern: lithics from the Barranco de Milhouros sample are roughly 25% to 35% larger than the Moinhos 1 and Moinhos 2 samples, respectively. Flowing water has almost certainly removed smaller specimens from the Barranco sample; this is confirmed by the ratio of detached pieces (flakes and flake fragments) to cores (0.33/1) in this sample compared to Moinhos 1 (1.58/1) and Moinhos 2 (1.73/1). At Moinhos 1, grass cover and mine tailings inhibited the recognition of artifacts and probably selected against smaller or incomplete specimens being recovered. The ideal collecting circumstances at Moinhos 2 resulted in a relatively larger number of small pieces including flake fragments being recovered there.

Site	Minimum	Maximum	Mean	Std. Dev.	N
Moínhos 1	34.6	108.7	68.83	15.09	49
Moínhos 2	13.4	98.3	63.21	19.27	19
Mina do Paco	32.0	97.0	59.49	13.13	64

Table 2 – Maximum dimensions of cores.

Technological attributes also show a broad pattern of similarity between the combined Moinhos 1 assemblage and Moinhos 2. The two technological variables reported here are striking platform morphology and flake scar orientation. These were selected because they are a direct reflection of the strategies employed in the preparation of cores and in the removal of the large flakes that were the desired product of core reduction. In this respect cores are the most informative artifact category, as they exhibit more evidence of manufacture strategies than do individual flakes (Baumler, 1995; Boëda, 1988).

A comparison of the cores from the Moinhos sites shows considerable similarity with respect to both scar orientation (Table 3) and platform attributes (Table 4). With the exception of the casual/informal cores, in which unidirectional irregular scar patterns are the rule, the core assemblage of the Moinhos sites, globally speaking, is dominated by centripetal face preparation. By definition, discoid

cores have centripetal scar patterns – the 15 Levallois cores and 2 of 3 cores on flakes are also centripetally prepared, however. Since face preparation of Levallois cores may be unidirectional, unidirectional convergent (point), opposed platform («bipolar») or bidirectional (Boëda, 1995; Meignen, 1995; Van Peer, 1992) this represents preferential selection on the part of the knappers. There is nothing inherent in the jasper available at Moinhos that would preclude these other flaking strategies, and thus centripetal preparation must be seen as the behavioral preference of the knappers.

Scar Orientation		Site		Total
		Moínhos 1	Moínhos 2	
Unidirectional Irregular	Count (%)	22 (36.7)	4 (21.1)	26 (32.9)
Centripetal	Count (%)	31 (51.7)	12 (63.2)	43 (54.4)
Bidirectional	Count (%)	7 (11.7)	3 (15.8)	10 (12.7)
Total	Count (%)	60 (100.0)	19 (100.0)	79 (100.0)

Table 3 – Orientation of flake scars on the largest flake removal face of cores at Moínhos 1 and 2.

Striking platform types on cores are similarly distributed at Moinhos 1 and 2 (Chi Square = .414, df = 3, p = .937). Single facet (plain) platforms are the most common platform type, followed by cortical platforms and almost identical percentages of dihedral and multiple facet forms. Again, there is a significant association between the complexity of the core itself and the degree of platform preparation (Chi Square = 37.186, df = 12, p = .000), with cortical platforms dominating casual/informal cores, plain and dihedral platforms more common on discoid cores, and multiple facet and dihedral platforms on Levallois cores. The faceted platform surfaces from the last major flake removal on the Levallois and discoid cores are primarily flat, thus *chapeau de gendarme* platform morphology, although present, is not common.

Striking Platform		Site		Total
		Moínhos 1	Moínhos 2	
Plain	Count (%)	27 (60.0)	10 (62.5)	37 (60.7)
Dihedral	Count (%)	9 (20.0)	3 (18.8)	12 (19.7)
Multi-facet	Count (%)	9 (20.0)	3 (18.8)	12 (19.7)
Total	Count (%)	45 (100.0)	16 (100.0)	61 (100.0)

Table 4 – Striking platforms on cores at Moínhos 1 and 2.

The frequencies of different types of detached pieces recovered from the Moinhos sites are summarized in Table 5. Cortical and partially cortical flakes are well represented (39.7%), as would be expected at a lithic source where the initial

stages of reduction are taking place. Unretouched normal flakes are slightly more common (42.2%). Only two Levallois flakes and three scrapers were recovered, one of which was made on one of only two blades (non-prismatic) in the collection. There were no recognizable *éclats débordant* (Boëda, 1988, 1995), products of the creation of the lateral and distal convexities on the face of a Levallois core in the collection, but in a centripetal core preparation strategy these may be impossible to distinguish from normal, cortical or partially cortical flakes.

Type	Frequency	Percent
Cortical Flake	20	17.2
Partially Cortical Flake	22	19.0
Overstruck Partially Cortical Flake	2	1.7
Normal Flake	49	42.2
Naturally-backed Flake	1	.9
Overstruck Normal Flake	1	.9
Levallois Flake	2	1.7
Scraper on the Interior Face	2	1.7
Scraper with Proximal Thinning	1	.9
Blade	1	.9
Proximal Flake Fragment	12	10.3
Other Flake Fragment	3	2.6
Total	116	100.0%

Table 5 – Combined totals of detached pieces from Moínhos 1 and 2.

Among the flake attributes (Table 6), cortical platforms are most common, followed in rank order by plain, dihedral, multiple facet and *chapeau de gendarme*. Curiously, the two recognizable Levallois flakes do not have *chapeau de gendarme* platforms, which are present instead on normal flakes. Excluding the cortical flakes, exterior flake scar patterns are primarily unidirectional irregular (69.7%) and centripetal (27.3%), with a few bidirectional (3%). These frequencies are what would be expected from the early stages of centripetal preparation and reduction of cores.

The three formal tools in the assemblage all feature irregular unifacial retouch – all three are classified as scrapers, but they could be considered denticulated scrapers. Two of the scrapers have retouch on the interior face: a slightly concave lateral scraper on a rolled normal blade support (Figure 7g), and a short segment of continuous retouch forming a roughly straight edge near the tip of an elongated flake (Figure 7f). The third tool is a well executed concave-convex scraper edge on a small flake with a thinned back (Figure 7h). This group of formal tools

Platform Type	Frequency	Percent
Cortical	40	42.1
Plain	36	37.9
Dihedral	9	9.5
Multi-facet	7	7.4
Chapeau de Gendarme	3	3.2
Total	95	100.0%
Platform Missing	3	
Indeterminate (damaged)	18	
Total	21	
Total	116	

Table 6 – Combined totals of striking platform types from Moínhos.

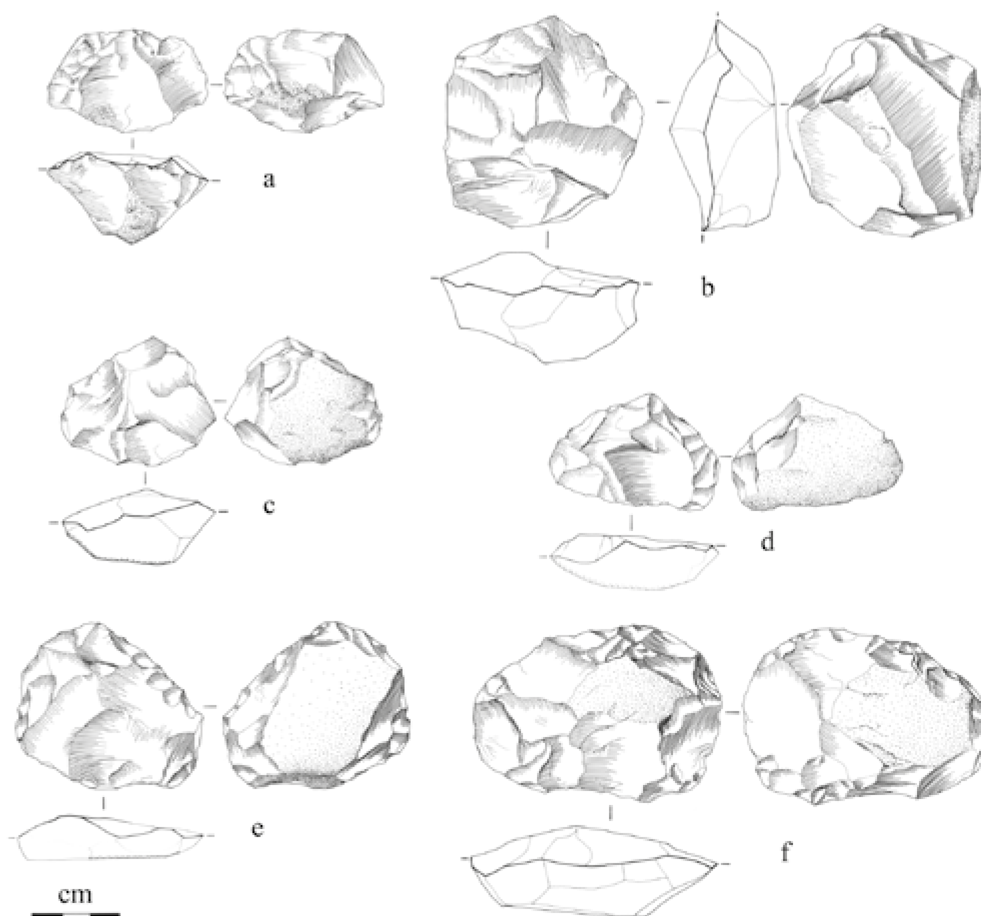


Fig. 8 – Moínhos 1 cores. a: preferential Levallois flake core; b through e: recurrent Levallois flake cores (with E, abraded surface); f: biface core. All jasper.

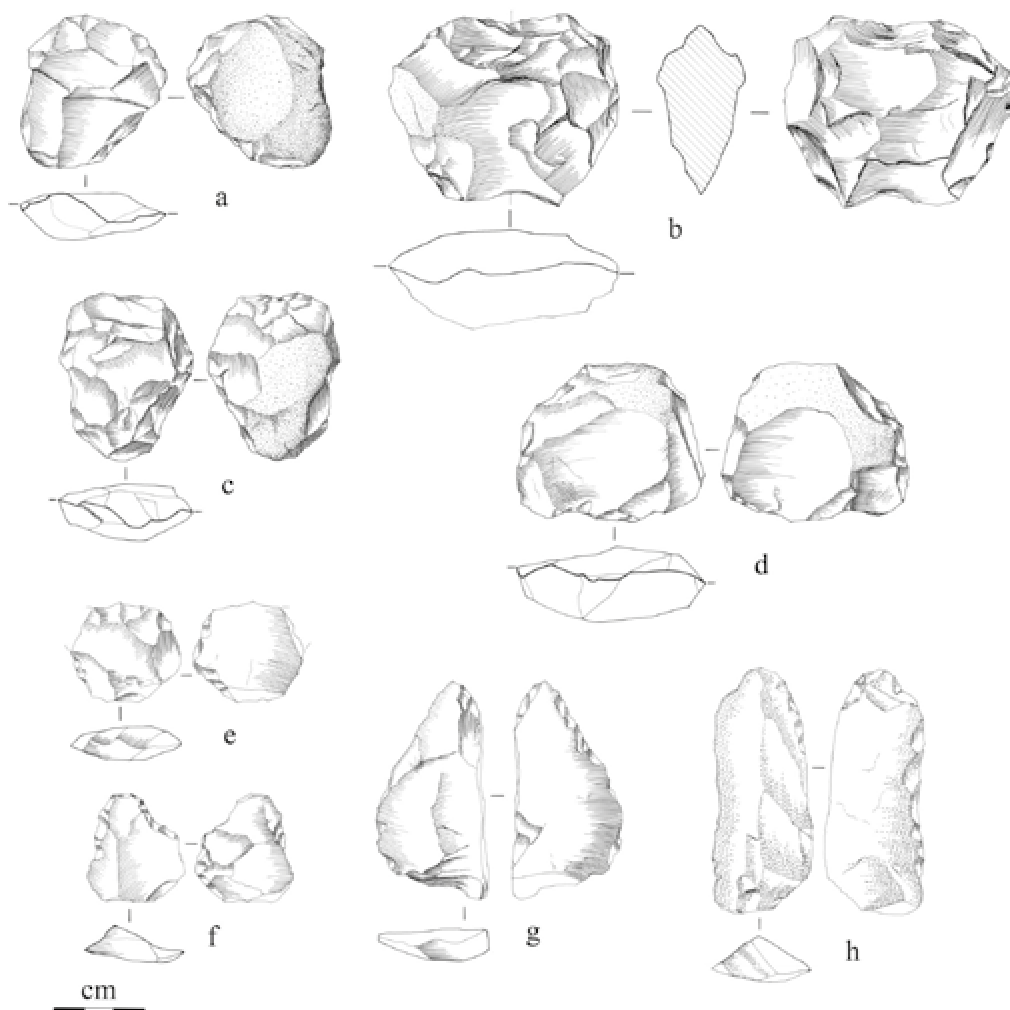


Fig. 9 – Moínhos cores and retouched tools. a: atypical recurrent Levallois flake core; b & c are discoid cores or bifacial pieces; d: partial discoid core; e: core on a flake; f: convex-concave scraper on a flake fragment with bulbar thinning; g and h: scrapers on the interior surface, with g made on a blade blank. All jasper. A through c and e through h: Moínhos 1; d: Moínhos 2.

is far too small to arrive at generalizations about the kinds of formal tools ultimately created from the blanks made at the Moinhos sites.

Although the artifacts at Moinhos appear concentrated at the surface or in the plow zone rather than being *in situ* in undisturbed deposits, the presence of small laterite nodules (concretions) adhering to the surfaces of 20.5% of all specimens demonstrates that the artifacts at both Moinhos sites were buried for a significant amount of time at some point after their initial discard. Laterite forms in a number of ways, and one of these is as a precipitate of dissolved iron and/or aluminum compounds that migrate up from decomposing bedrock during warm,

wet climate periods (Nahon, 1986). The small nodules observed in our collection would only have formed when the lithics were encased in soil. We are unable to determine whether laterite formation occurred post-Pleistocene or earlier. There is no difference in the representation of laterite encrustation in the three samples from Moinhos suggesting that all three localities were subject to similar depositional histories, at least initially.

The surface condition of the artifacts supports our interpretation of the taphonomic processes acting on the Moinhos samples (above). Only 1% of the lithics collected at Moinhos 1 or 2 were judged to be fresh, whereas 53% were rolled and the rest abraded. As expected, Moinhos 1 streambed (also known as Barranco de Milhouros) had the highest proportion of rolled artifacts (86.1%), followed by Moinhos 1 hillside (52.7%) and Moinhos 2 (36.6%).

We conclude, therefore, that Moinhos 1 (including Barranco de Milhouros) and Moinhos 2 are lithic extraction and reduction sites that were active during the Middle Palaeolithic, although Moinhos 1 likely represents a palimpsest and could include other occupations of unknown age.

MINA DO PAÇO LITHICS

Including both the systematic surface collection and the test pits, a total of 707 artifacts were found at Mina do Paço, of which 449 were large enough (≥1.5 cm maximum dimension) for analysis. The remaining 258 specimens were small chips and chunks obtained in the excavations that are omitted from this analysis. The collection included 63 (14.1%) cores, 375 detached pieces out of which 190 (42.5%) were non-cortical, 137 (30.6%) were cortical, 39 (8.7%) were Levallois blanks, and 9 (2%) were retouched flake tools. Two hammer-stones were also found (Table 7). The artifacts were almost all made of jasper (99.3%); two of the three non-jasper specimens are hammer-stones – the only piece of flaked raw material is a single quartzite flake. Crypto-crystalline quartz that is homogeneous enough to be worked does not appear to naturally occur in the vicinity of the site, and any quartz flakes would have been easy to recognize. The dominance of jasper, therefore, reflects hominin use of the best quality locally available lithic raw material for tool manufacture. There is very little evidence for the presence of non-local raw materials, although some «exotic» raw material (above) is indicated.

Among the cores at Mina do Paço (N = 63), the most common types are preferential (23.8%) and recurrent (22.2%) Levallois. In addition, there are 7 cores (11.1%) that are executed with a preferential face, but have a cortical striking platform and thus are not true Levallois (Boëda, 1988) although their fundamental design follows Levallois volumetric principles, bringing the total of Levallois or Levallois-like cores to 57.1%. The next most common cores are casual/informal

Type		Site	
		Moínhos	Mina do Paço
Casual/informal Core	Count (%)	26 (13.0)	12 (2.7)
Partial Discoid Core	Count (%)	12 (6.0)	0 (.0)
Discoid Core	Count (%)	15 (7.5)	5 (1.1)
Preferential Levallois Core	Count (%)	5 (2.5)	15 (3.3)
Core with Preferential Face	Count (%)	0 (.0)	7 (1.6)
Recurrent Levallois Core	Count (%)	10 (5.0)	14 (3.1)
Bidirectional Core	Count (%)	3 (1.5)	0 (.0)
Bipolar Core	Count (%)	0 (.0)	1 (.2)
Pyramidal Core	Count (%)	0 (.0)	2 (.4)
Core on Flake	Count (%)	3 (1.5)	7 (1.6)
Biface-Core	Count (%)	10 (5.0)	0 (.0)
Cortical Flake	Count (%)	20 (10.0)	25 (5.6)
Partially Cortical Flake	Count (%)	22 (11.0)	57 (12.7)
Overstruck Partially Cortical Flake	Count (%)	2 (1.0)	0 (.0)
Normal Flake	Count (%)	48 (24.0)	71 (15.8)
Naturally-backed Flake	Count (%)	1 (.5)	0 (.0)
Overstruck Normal Flake	Count (%)	1 (.5)	0 (.0)
Levallois Flake	Count (%)	2 (1.0)	29 (6.5)
Proximal Levallois Flake Fragment	Count (%)	0 (.0)	7 (1.6)
Distal Levallois Flake Fragment	Count (%)	0 (.0)	1 (.2)
Levallois Flake Siret Fragment	Count (%)	0 (.0)	2 (.4)
Retouched Flake (informal)	Count (%)	0 (.0)	1 (.2)
Scraper on the Interior Face	Count (%)	2 (1.0)	0 (.0)
Scraper with Proximal Thinning	Count (%)	2 (1.0)	0 (.0)
Typical Endscraper	Count (%)	0 (.0)	1 (.2)
Burin	Count (%)	0 (.0)	1 (.2)
Convex/concave Lateral Scraper	Count (%)	0 (.0)	1 (.2)
Notch Tool	Count (%)	0 (.0)	2 (.4)
Double Notch Tool	Count (%)	0 (.0)	2 (.4)
Denticulate	Count (%)	0 (.0)	1 (.2)
Blade	Count (%)	1 (.5)	6 (1.3)
Proximal Flake Fragment	Count (%)	12 (6.0)	71 (15.8)
Proximal Flake Fragment, Cortical	Count (%)	0 (.0)	18 (4.0)
Proximal Flake Fragment, Partially Cortical	Count (%)	0 (.0)	37 (8.2)
Siret, Cortical	Count (%)	0 (.0)	3 (.7)
Siret, Partially Cortical	Count (%)	0 (.0)	1 (.2)
Siret	Count (%)	0 (.0)	15 (3.3)
Other Flake Fragment	Count (%)	3 (1.5)	23 (5.1)
Other Flake Fragment, Cortical	Count (%)	0 (.0)	4 (.9)
Other Flake Fragment, Partially Cortical	Count (%)	0 (.0)	5 (1.1)
Hammerstone	Count (%)	0 (.0)	2 (.4)
Total	Count (%)	200 (100.0)	449 (100.0)

Table 7 – Artifact inventories from Moínhos (combined sample) and Mina do PaHo.

(19.0%) and cores on flakes (11.1%). Discoid cores, which were common at Moinhos, are significantly less so at Mina do Paço (7.9%). Pyramidal (3.2%) and bipolar (1.6%) cores are present but very rare.

Unretouched detached pieces include 188 whole flakes and 187 flake fragments. Non-cortical normal flakes and flake fragments are the most common (48%), followed by partially cortical flakes and fragments (26.7%). Cortical flakes and fragments are also common (12.7%) as would be expected on a site where primary knapping is taking place. Levallois flakes and fragments are present in reasonable numbers (10.4%). Blades are present (1.6%), but although they meet Bordes (1961) metrical criterion, none are prismatic, and are better characterized as blade-like flakes The number of flakes with a *siret* (longitudinal break along the axis of flaking) fracture among the flake fragments is notable (11.2% of all fragments). While conducting flaking experiments in both Levallois and discoid technique using jasper from the Mina do Paço outcrop, MB found that the material, although easier to flake than the Moinhos jasper, seemed to be more brittle and therefore more prone to *siret* fractures.

The 9 formal tools from Mina do Paço are simple and minimally retouched. Notched forms predominate, with two single notches, two double notches and one denticulate. The two single notches are not particularly deep and one is on the interior face near the platform. These may have been produced by utilization rather than deliberate retouch. Both double notch tools were large (45mm and 48mm maximum dimensions) and may be cores on flakes. The denticulate has 4 adjacent notches and is the most diagnostic of these tools. There are also two examples of Bordes' (1961) tools of «Upper Paleolithic» type, all made on typical Middle Paleolithic flake blanks. These include an endscraper on a Levallois flake support and a burin with three spall removals on the interior face. The final tool is a convex/concave lateral scraper on a Levallois flake. It may be noteworthy that there is only one lateral scraper in this collection. The tool sample is too small to enable us to confidently determine its relationship to other Portuguese, Spanish or other European assemblage types, and nearly half of the pieces may not actually bear deliberate retouch. Trampling by humans and animals can produce notch-like forms (Tringham *et al.*, 1974), and the artifacts have been exposed on the surface for a significant amount of time. Recent edge damage caused by trampling or plowing can usually be identified on flint due to differential patina, however the jasper encountered in the Sado Basin is resistant to chemical weathering, making both ancient and recent post depositional damage more difficult to identify. Notches and denticulates are often found in greater numbers in open-air circumstances and near lithic sources, however, (Mellars, 1996) and are very common in the MP of Portugal and the rest of Iberia (see below). These tools may represent the occasional renewal of tools made of organic materials at a site

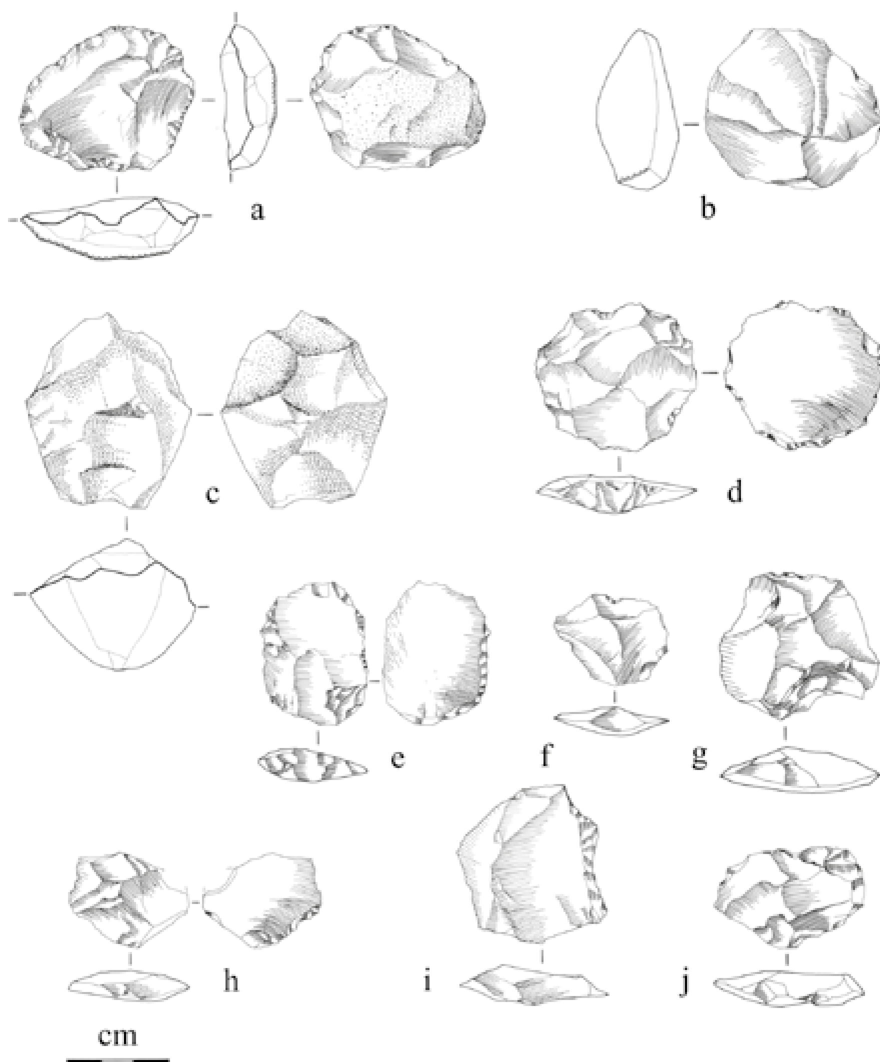


Fig. 10 – Mina do Paço lithics. a: preferential Levallois flake core; b and c: recurrent Levallois flake cores; d through f: Levallois flakes with e being atypical in that it removed part of the edge of the core and could be a éclat debordant; g: large notch; h: scraper on the interior surface; i: convex-concave scraper; j: small notch. All retouched tools on Levallois blanks. All jasper.

where the primary activity was the collection of lithic raw material and knapping. There are fewer Levallois flakes in this assemblage than would be expected from the number of cores. If we take into account the ratio of Levallois blanks (8.7%) as compared to experimental results (Geneste, 1985) it is clear that part of the Levallois production was carried away from the site by the Mousterian knappers, a characteristic consistent with a reduction site. We conclude, on the basis of the technological and typological analysis, that Mina do Paço is an open-air lithic extraction and reduction site active during the Middle Palaeolithic, with some

evidence for other activities (maintenance) occurring indicating that a campsite may have been present.

COMPARISON OF MOINHOS AND MINA DO PAÇO

Because we lack a means of dating the three sites, it is important to determine if they reflect a common technological tradition. From a techno-typological perspective, there are statistically significant (Chi-Square 203.81; df 40; p. 0.000) differences between the two localities (Table 7), with proportionally more casual and discoid cores and cortical flakes at Moinhos, and more cores with a preferential face for exploitation (Levallois cores), Levallois flakes and flake fragments at Mina do Paço; the biface-cores are only found at Moinhos 1. There are also fundamental similarities in the technologies used, however. For example, centripetal strategies for the preparation of core faces dominate at both localities (Moinhos 54.4%, Mina do Paço 56.6%). Likewise, scar patterns on whole flakes are similarly distributed between the localities. Both sites also include significant numbers of informal and minimally reduced cores, which would be expected at a raw material source as cobbles were tested and discarded. Nevertheless, the differences, which occur in the more extensively worked cores, appear to outweigh the similarities.

At Moinhos, core reduction strategies are predominantly discoid; at Mina do Paço, Levallois. Discoid cores produce thicker flakes (Dibble, 1989) which are not symmetrical across the axis of flaking; Levallois technique generally produces thinner and more symmetrical flakes with an effective cutting edge around the entire periphery except for the platform. Levallois flakes may have thinner platform ends if platform preparation was of the *chapeau de gendarme* type, and this makes them more suitable for hafting (Debénath and Dibble, 1994). Likewise, there is statistically significant variation between localities in striking platforms on flakes, with proportionally more cortical platforms at Moinhos, and faceted platforms at Mina do Paço (Table 8), a pattern consistent with overall differences in technologies being employed. Since both core types are found at each locality, both strategies were part of the technological repertoire drawn on by the knappers, and the choice of one over the other warrants discussion.

Site		Striking Platform					Total
		Cortical	Plain	Dihedral	Multi-facet	Point	
Moínhos	Count (%)	56 (32.6)	73 (42.4)	21 (12.2)	22 (12.8)	0 (.0)	172 (100.0)
Mina do Paço	Count (%)	61 (18.5)	163 (49.5)	20 (6.1)	73 (22.2)	12 (3.6)	329 (100.0)

Table 8 – Striking platforms on whole flakes from Moínhos (combined sample) and Mina do Paço.

The overall picture is of centripetally oriented discoid and Levallois core reduction strategies being employed at all three of the sites examined here. Some differences between the assemblages are attributable to our recovery techniques. For example, the greater number of flake fragments at Mina do Paço is partly a consequence of the higher recovery rate of small pieces during excavation of the test pits, which contributed most of the smaller pieces, and to the presence of recent mine tailings at Moinhos 1, which caused us to deliberately omit any ambiguous flake fragments from our sample (see above). However, the basic techno-typological differences remain. The differential emphasis on discoid and Levallois techniques could be a consequence of temporal differences between the localities, and/or reflect deliberate choices of strategies to produce a particular form of end-product. One possible explanation is the nature of the Jasper at both localities. The greater frequency of cortical flakes at Moinhos may be a result of the relatively poor quality of the local jasper, which would have necessitated testing a greater number of weathered blocks to find one which could be used to produce desired blanks. This may also account for the relatively greater variability in core types and higher frequency of cortical platforms observed at Moinhos, where informal cores and discoids predominate. A similar linkage between core technologies and lithic raw material quality has been noted elsewhere in Portugal (Leotard *et al.*, 1996; Raposo and Cardoso, 1998b) and Spain (Ferrerons, 2008). Nevertheless, complex reduction strategies like Levallois can be executed on poor materials such as quartz (Jaubert and Mourre, 1996; Meignen *et al.*, 2009), so raw material constraints alone do not necessarily explain the differences observed here.

DISCUSSION

In the absence of *in situ* undisturbed deposits, absolute dating of these sites is not possible. The same basic technological strategy of discoid and Levallois debitage is employed at all three sites and there is no evidence of the production of either normal or Levallois blades at any of them. In Portugal, generally speaking, these techniques dominate MP assemblages (Raposo, 1995; Zilhão, 2006). Discoid cores can and do occur throughout the Upper Paleolithic in Portugal, including in what may be Late Aurignacian assemblages, where they are associated with carinated and prismatic blade cores (Aubry *et al.*, 2004) which are absent in the Sado River Basin (Burke *et al.*, 2009, nd). The attribution of Moinhos and Mina do Paço to the MP is therefore likely. Typological comparisons with dated MP assemblages in Iberia are possible, but caution should be exercised because of the recurring problem of inter-classifier variability (summarized in Bisson, 2000) and by the observation that discoid and Levallois cores can grade into each other

(Raposo, 2000), particularly when poorer quality raw material like quartz, quartzite and jasper are exploited.

Nevertheless, we offer the following comparison with 9 MP sites described elsewhere in Portugal (Table 9). Because of the different classificatory systems employed by various authors, in this table broad categories of cores (Levallois, discoid) are listed (as present or absent), but raw materials and tool categories are listed according to their relative frequency. All nine open-air sites used in the comparison contain discoid cores, five sites include both preferential and recurrent Levallois cores, and the remaining four sites have only recurrent Levallois cores. The Kombewa core-on-flake technique is recorded at one site, Barrosos (Aubry *et al.,* 2004). In all cases, local lithic raw materials were employed almost

Site	Raw Material	Levallois Cores	Discoid Cores	Kombewa Cores	Primary Flaking Strategy	Primary Tool Types
Open air						
Vale Santo 3 [1]	Fl	P	P	A	C	None
Curva do Belixe [1]	Fl	P	P	A	C	None
Santo Antão do Tojal [2]	Q, Qz, F	P	P	A	C	S, N
Estrada do Prado [3]	F, Qz, Q	P	P	A	C	S, N, D
Conceição [4]	Q, Qz	P	P	A	C	D
Barrosos [5]	Qz, F, Q	P	P	P	C	S, D
Vilas Ruivas [2]	Qz, F	P	P	A	C	D, S
Foz do Enaxarrique [6]	Qz	P	P	A	C	D, S
Tajo Estuary [2]	Qz	P	P	A	C	None
Caves & Rock-shelters						
Buraca Escura [5]	F	P	P	A	C	L
Columbeira [7]	Q, Qz, F	P	P	A	C	D, N, S
Figueira Brava [8]	Q, Qz, F J	P	P	A	C	S, D, N
Caldeirão [9]	Q, Qz	P	P	A	C	S, N, D
Oliveira layers 8&9 [10]	F, Qz, Q	P	P	A	C	N, D, S
Oliveira layers 10-14 [10]	F, Qz, Q	P	P	P	C	N, D, S
Salimas Level IV [2]	F, Q	P	A	A	C	P, S
Correio Mór [11]	F	P	P	A	C	D
Escoural [12]	Q	P	P	A	I	D, N, S

Table 9 – Technological and typological attributes of selected Portuguese MP sites. In sites having more than one attribute for a variable, the attributes are listed in descending order of abundance. Key: Raw Materials (Q = quartz, Qz = quartzite, F = flint, J = jasper); Levallois cores (P = present, A = absent); Discoid cores (P = present, A = absent); Kombewa cores (P = present, A = absent); Primary flaking strategy (C = centripetal, I = irregular); Primary tool types (S = scrapers, D = denticulates, N = notch tools, P = points, L = Levallois flakes). Sources: 1. Ferring *et al* 2000, Bicho 2001; 2. Raposo 1995; 3. Mateus 1984, Raposo 1995; 4. Raposo and Cardoso 1997, Raposo 2000; 5. Almeida et al 2003, Aubry et al 2004; 6. Raposo *et al* 1985, Raposo 1995; 7. Raposo and Cardoso 1998a; 8. Cardoso and Raposo 1993; 9. Zilhão 1992, 1997; 10. Andelucci and Zilhão 2009, Zilhão *et al* 1991; 11. Zbyszewski *et al* 1987; 12. Leotard et al 1996, Otte 1996.

exclusively and evidence for transport of lithic raw materials in the form of tools, blanks or cores is very rare. Four of the open-air sites are lithic acquisition locations (Conceição, the Tajo Estuary, Curva do Belixe and Vale Santo 3) in which retouched tools are either rare or absent; the other sites are either designated as residential sites or camps. Of the six sites where formal tools are described, scrapers dominate half, and denticulates and notches outnumber scrapers in the other half. In all cases, denticulates and notches are an important part of the retouched tool assemblages. Two sites, Barrosos (Aubry *et al.*, 2004) and Foz do Enxarrique (Raposo *et al.*, 1985) include tools where the retouch was on the interior surface of the blank (also observed in the SRDS sites).

Preferential and recurrent Levallois technique is present in 9 out of 10 of the cave and rock-shelter assemblages, and discoid technique in 8 of 10. The relative importance of Levallois and discoid techniques could not be determined at one site (Buraca Escura) because the collection was too small (Almeida *et al.*, 2003). The Kombewa technique occurs in two sites. In some sites, the relative representation of Levallois and discoid techniques was probably influenced by the nature of the available lithic raw material. This was the case in Columbeira (Raposo and Cardoso, 1998) and Figueira Brava (Cardoso and Raposo, 1993), where the most common lithic raw materials were quartz and quartzite promoting the use of discoid technique, and Gruta do Escoural, where blocks of quartz were primarily worked into globular (polyhedral) cores (Leotard *et al.*, 1996; Otte, 1996). Levallois technique was more common in the four assemblages (Gruta da Oliveira layers 8 & 9 and layers 10-14; Salemas Level IV; Correio Mor) where flint was available in appreciable quantities. As with the open-air sites, centripetal flaking was the dominant strategy in the execution of cores in all of these assemblages, with the exception of the globular cores from Escoural. At Gruta da Oliveira, layers 8 & 9 also included a number of unidirectionally worked cores (Angelucci and Zilhão, 2009).

Most of the cave or rock-shelter sites in this comparison are residences or campsites. These sites could be expected to have a wider variety of functional categories of tools reflecting a greater range of activities than open-air sites such as Moinhos 1, Moinhos 2 and Mina do Paço, therefore (Binford, 1973). Scrapers are most common in Figueira Brava (Cardoso and Raposo, 1993), described as a Typical Mousterian assemblage, and at Caldeirão (Zilhão, 1992, 1997), but in other cases denticulates and notches dominate. This includes Columbeira (Raposo and Cardoso, 1998), Oliveira layers 8 & 9 and layers 10-14 (Zilhão *et al.*, 1991; Zilhão, 2009), Correio-Mór (Zbyszewski *et al.*, 1987) and Escoural (Leotard *et al.*, 1996)). Retouch on the interior surface was present in both assemblages from Oliveira and at Columbeira.

In summary, the three assemblages under study appear to resemble late MP assemblages described for southern Iberia (e.g., Zilhão, 2006) where centripetal

strategies producing discoid and Levallois cores are common. The very limited number of retouched tools in the Sado Basin sites may also be consistent with a late MP date. Denticulates and notches are common in virtually all of the well documented Portuguese MP assemblages, most of which date to the later half of the overall European Paleolithic sequence. These include Caldeirão (ca. 35,000 BP, Zilhão, 2006), Columbeira (ca. 34-31,000 cal BP, Delibrias *et al.*, 1986[7]), Conceição (between 74,500 +11,600 -10,400 and 27,200 ±2,500, Raposo and Cardoso, 1998b), Escoural (48,900 +5,800-5,500 BP, Raposo, 1995), Figueira Brava (between ca, 45,000 and 30,000 BP, Raposo, 1995), Foz de Enxarrique (33,600 ± 500 cal BP, Brugal and Raposo, 1999) and Gruta da Oliveira Layers 8 (ca. 35-38,000 BP, Zilhão *et al.*, 2010) & 9 (ca. 44-43,000 BP, Zilhão, 2006) (Table 9). However, the earlier MP of Portugal is less well represented in published collections (Santo Antão do Tojal, 81,900 +4,000 -3,800 BP, Raposo, 1995), and therefore the core reduction strategies represented at Moinhos and Mina do Paço cannot in themselves link these sites solely to the late MP. The same can be said for the predominance of notches and denticulates in the small sample of formal tools. As noted above, these types often occur at open air and lithic reduction sites, and some may be the products of post-discard damage rather than deliberate hominin action. Therefore, a firm chronology of the Sado River Basin MP sites must await the discovery of datable *in situ* material.

The one significant difference between any of the SRDS assemblages and the Portuguese late MP is the presence of the biface-cores at Moinhos 1. These artifacts do not resemble bifacial preforms such as are known to have been produced during the Portuguese Chalcolithic (Forenbaher, 1998), and are more severely weathered than most of the characteristically MP artifacts at the site, which indicates that they are probably not post-Pleistocene in origin. They are unlikely to be poorly executed Acheulian handaxes as none of them resemble the pointed forms and cleavers that characterize the Portuguese Lower Paleolithic (Mozzi *et al.*, 2000; Raposo *et al.*, 1993; Viana, 1945), and the undoubtedly Acheulian handaxes found by the SRDS at Vermelha and Cabeça de Marco (Burke *et al.*, 2009, nd). It is possible that they represent an earlier exploitation of the outcrop (though probably also Middle Palaeolithic in age) but it is also possible that they represent failed centripetal cores as a consequence of the flawed jasper occurring in the Moinhos outcrop. Until comparable material is found in datable contexts elsewhere in Portugal the Moinhos biface-cores remain a mystery.

[7] These dates have been criticized by Zilhão (2006), but are defended by Raposo and Cardoso (Cardoso *et al* 2002).

CONCLUSION

Technologically, the three open-air lithic acquisition sites examined in this paper are consistent with several other MP sites in Portugal (above) in that their predominant blank production strategies are centripetal Levallois and discoid. As would be expected at lithic acquisition sites, informal cores and blocks tested once or twice are relatively common. Levallois was the preferred technique at Mina do Paço, discoid at the Moinhos sites. These reflect a deliberate choices on the part of the Middle Paleolithic knappers, as the hominins at both localities were aware of and did employ both techniques, a situation observed at other European Middle Paleolithic sites (Meignen *et al.*, 2009). Whether these choices were influenced by the quality and flaking characteristics of the jasper at each outcrop or by other factors, including technological tradition, the desire to produce end-products with particular morphological characteristics and/or chronology, is unknown. Other typological differences between the sites (above) may be related to the range of activities taking place at each of them. Retouched tools are not common at any of these sites, comprising less than 2% of each collection, however. This suggests that retouched tools and/or suitable blanks and cores were exported to residential and/or other special activity sites for use. At Mina do Paço, although the percentage of retouched tools is similar to the proportion encountered in the assemblages from Moinhos, the number of Levallois flakes is significantly higher. Since Levallois flakes may be used as expedient cutting tools (Debenath and Dibble, 1994) for processing meat from animals this may indicate that Mina do Paço served not only as a lithic acquisition station, but also as a temporary camp from which hunters could watch for game approaching the nearby lake at Gasparões.

The Sado River Basin lithic procurement sites articulate with the preliminary results of the SRDS survey (Burke *et al.*, 2009, nd) pointing to the occupation of the Sado River Basin by a relatively small, thinly dispersed Neanderthal population during the MP. This adds to a growing etbody of data from Portugal (Bicho, 2004; Raposo, 1995; Zilhão, 2001) and southern Iberia in general (Finlayson and Pacheco, 2000), that supports a model of small, thinly dispersed Neanderthal bands moving across the landscape seasonally hunting both large mammals and smaller game as well as collecting plants and aquatic and marine resources. As part of this mobile adaptation, lithic sources were exploited for both tool blanks and cores, which were transported across the landscape and used as needed. The size of Neanderthal territories has generally been considered to be small (Mellars, 1995), but there is some evidence for the transport of lithic materials over distances of at least 30 km in southern Portugal (Bicho, 2004). Further research in Baixo-Alentejo and the Algarve will help us refine our understanding of Neanderthal land-use patterns in their final refuge.

ACKNOWLEDGEMENTS

Funding for this research was provided by the Social Sciences and Humanities Research Council of Canada. Dr. Nuno Bicho (U. de Algarve) helped establish the project and greatly facilitated the work. The authors gratefully acknowledge the material support offered to the project by IPPAR, notably by the regional offices at Campo Verde (Alentejo) with special thanks to Dr. Manuela de Deus. The Cámara Municipal de Aljustrel generously supported the project and special thanks are due to Dr. Carlos Pedro. The Muséo de Aljustrel was also instrumental in supporting the project and is curating the SRDS collections, with thanks to Dr. Artur Martins. A team of Portuguese geologists and geomorphologists are working closely with the project, including Dr. César Andrade, Dr. Conceição Freitas and Dr. Nuno Pimentel (Dept. de Geociencias, U. de Lisboa) and Dr. Virgínia Henriques (U. de Evora). The chemical characterization of lithics was done by Gilles Gauthier, Department of Chemistry, Université de Montréal. Fieldwork was conducted with the help of several people over the years, including: Dr. Nelson Almeida (IPPAR), Mrs. Marilyn Steely (Marianopolis College), Dr. Gloria Lopez, Maria Salvador, Hugo de Bolle Veríssimo, Catarina Mendosa da Silva, Jorge Correia, Frédérick Hottin, Gaétan Lebret, and Joanna Silva. Artifact drawings are by Maria Fernanda Sousa, and Ms. Delphine Jasmin-Beslile assisted in graphics design.

REFERENCES

ALMEIDA, N. (2003) – Pré-história antiga no nordeste Alentejano. *Ibn Maruan*. Vol. 12, p. 185-197.

ALMEIDA, M.; AUBRY, T.; NEVES, M. J.; MOURA, M. H. (2003) – A first approach to Middle Paleolithic technological variability in the Lower Mondego: the Redinha Sector (Pombal, Leiria). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 5, p. 21-49.

ANGELUCCI, D. E.; ZILHÃO, J. (2009) – Stratigraphy and Formation Processes of the Upper Pleistocene Deposit at Gruta da Oliveira, Almonda Karstic System, Torres Novas, Portugal. *Geoarchaeology*. Vol. 24:3, p. 277-310.

ANTUNES, M. T., ed. (2000) – *Últimos Neandertais em Portugal. Evidência, odontológica e outra*. Lisbon: Academia das Ciências.

ANTUNES, M. T.; CUNHA, A. S. (1992) – Neanderthalian Remains from Figueira Brava Cave, Portugal. *Geobios*. 25: 5, p. 681-692.

ANTUNES, M. T.; CABRAL, J. M. P.; CARDOSO, J. L.; PAIS, J.; SOARES, A. M. (1989) – Paleolítico médio e superior em Portugal: datas ^{14}C, estado actual dos conbecimentos, síntse e discussão. *Ciências da Terra*. Vol. N.º 10, p. 127-138.

AUBRY, T.; ALMEIDA, M.; NEVES, M. J. (2004) – The Middle -to-Upper Paleolithic transition in Portugal: an aurignacian phase or not? In BAR-YOSEF, O; ZILHÃO, J., eds. – *Proceedings of the Symposium «Towards a definition of the Aurignacian (I.P.A. 2002)*. Lisbon: Instituto Português de Arquelogia. p. 95-108.

BARRIGA, F. J. A. S. (1983) – *Hydrothermal Metamorphism and Ore Genesis at Aljustrel, Portugal*. Vol. Department of Geology. University of Western Ontario. Phd. Thesis

BARRIGA, F. J. A. S. (1990) – Metallogenesis in the Iberian Pyrite Belt. In DALLMEYER, R. D.; GARCIA, E. M., ed. – *Pre-Mesozoic Geology of Iberia*. Berlin; Heidelberg: Springer-Verlag. p.369-379

BARRIGA, F. J. A. S.; CARVALHO, D. (1997) – *Geology and VMS Deposits of the Iberian Pyrite Belt. SEG Neves Corvo Field Conference 1997*. Littleton, CO: Society of Economic Geologists. (Guidebook Series; 27).

BAUMLER, M. F. (1995) Principles and Properties of Lithic Core Reduction: Implications for Levallois Technology. In DIBBLE, H. L.; BAR-YOSEF, O., eds – *The Definition and Interpretation of Levallois Technology*. Madison Wisconsin: Prehistory Press.p 11-24.

BICHO, N. (2001) – The Middle Paleolithic occupation of Southern Portugal. In CONARD, N., ed. – *Settlement Dynamics of the Middle Paleolithic and Middle Stone Age*. Tübingen: Kerns Verlag. p 513-531.

BICHO, N. (2004) – As comunidades humanas de caçadores-recolectores do Algarve Ocidental: perspectiva ecológica. In Ferro, A. A., Tavares, M. J., and Cardoso, J. eds. – *Evoluç~o Geohistórica do Português e fenómenos correlativos*. Losboa: Universidade Alberta. p 359-396.

BINFORD, L. 1973. Interassemblage variability – The Mousterian and the «functional» argument. In RENFREW, C., ed. – *The Explanation of Culture Change*. London: Duckworth. p. 227-254.

BISSON, M. S. (2000) – Nineteenth Century Tools for Twenty-first Century Archaeology? Why the Middle Paleolithic typology of François Bordes must be replaced. *Journal of Archaeological Method and Theory*. 7 : 1, p. 1-48.

BOËDA, E. (1988) – Le concept Levallois et évaluation de son champ d'application, In OTTE, M., ed. – *L'Homme de Néanderthal, vol. 4, La Technique* Liège : Université de Liège. p. 13-26. (Etudes et Recherches Archéologiques).

BOËDA, E. (1995) – Levallois: A Volumetric Construction, Methods, a Technique. In DIBBLE, H. L.; Bar-Yosef O., eds – *The Definition and Interpretation of Levallois Technology*. Madison Wisconsin: Prehistory Press. p 41-68.

BOËDA, E.; GENESTE J.-M.; MEIGNEN; L. (1990) – Identification de chaînes opératoires lithiques du Paléolithique ancien et moyen. *Paléo*. Vol. 2, p. 43-80.

BORDES, F. (1961) – *Typologie du Paléolithique ancien et moyen*. Bordeaux: Delmas. 2 Vols. (Mémoires de l'Institut de Préhistoire de l'Université de Bordeaux; 1).

BRUGAL, J. P.; RAPOSO, L. (1999) – Foz do Enxarrique (Portugal): first results of the analysis of a bone assemblage from a Middle Paleolithic open site. In Gaudzinski, S., Turner, E. eds. – *The Role of Early Humans in the Accumulation of European Lower and Middle Paleolithic Bone Assemblages*. Mainz: Monographien des Römisch-Germanischen Zentralmuseums; 42. p. 367-379.

BURKE, A.; MEIGNEN, L.; BISSON, M. (2009) – Palaeolithic occupation of the Sado drainage basin, southern Alentejo. *Vipasca: arqueología e história*. Aljustrel, Series 2, no. 3, p 5-13.

BURKE, A.; MEIGNEN, L.; BISSON, M.; GILBERT, L.; PARSLOW, C.; BICHO, N. F. (In Press) – The Palaeolithic occupation of the Sado Basin (Alentejo, Portugal): preliminary results. In CONARD, N.; DELAGNES, A., eds. – Settlement Dynamics III. Tubingen: Kern Verlag.

CARDOSO, J. L.; RAPOSO, L. (1993) – As indústrias paleolíticas da Gruta da Figueira Brava (Setúbal). Coimbra: [s. n.]. p. 451-456. Actas da 3ª Reunião do Quaternário Ibérico.

CARDOSO, J. L.; RAPOSO, L.; FERREIRA, O. V. (2002) – *A Gruta Nova da Columbeira, Bombarral*. Bombarral: Câmara Municipal.

DEBÉNATH, A.; DIBBLE, H. (1994) – *Handbook of Paleolithic Typology Volume One: Lower and Middle Paleolithic of Europe*. Philadelphia: University Museum; University of Pennsylvania.

DELIBRIAS, G. [et al.] (1986) – Gif natural radiocarbon measurements X. *Radiocarbon*. Vol. 28: 1, p. 9-68.

DIBBLE, H. (1984) – Interpreting typological variation of Middle Paleolithic scrapers: Function, style or sequence of reduction. *Journal of Field Archaeology*. Vol. 11, p. 431-436.

DIBBLE, H. (1987) – The interpretation of Middle Paleolithic scraper morphology. *American Antiquity*. Vol. 52, p. 109-117.

DIBBLE, H. (1989) – The Implication of Stone Tool Types for the Presence of Language During the Middle Paleolithic. In MELLARS, P.; STRINGER, C., eds – *The Human Revolution: Behavioral and Biological Perspectives on the Origins of Modern Humans*. Edinburgh: Edinburgh University Press. p 415-432.

DIBBLE, H. (1995) – Biache-Saint-Vaast, Level Iia: A Comparison of Approaches. In DIBBLE, H. L.; BAR-YOSEF, O., eds – *The Definition and Interpretation of Levallois Technology*. Madison Wisconsin: Prehistory Press. p 93-116.

FERRING, C. R.; LINDLEY, J.; BICHO, N. F.; STEINER, M. (2000) – The Middle Paleolithic of the Algarve. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular Vol. II, Paleolítico da Península Iberica*. Porto: ADECAP. p. 271-276.

FERRERONS, A. B. (2008) – Variability of the Levallois and discoid methods in the Middle Paleolithic of North-east Catalonia: Ruig Mari (Maçanet de la Selva) and Can Planiol (Santa Coloma de Farners). In *Annali dell 'Università degli Studi di Ferrara Museologia e Naturalistica Special Volume*. Ferrara: Cartografica Artigiana. p. 17-20.

FINLAYSON, C.; PACHECO, F. (2000) – The Southern Iberian Peninsula in the Late Pleistocene: Geography, Ecology and Human Occupation. In STRINGER, C.; BARTON, R. N. E.; FINLAYSON, C., eds. – *Neanderthals on the Edge: 150th anniversary conference of the Forbes' Quarry discovery, Gibraltar*. Oxford: Oxbow Books. p. 139-153.

FORENBAHR, S. (1998) – Production and exchange during the Portuguese Chalcolithic: the Case of Bifacial Flaked Stone Industries. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 55:2, p. 55-71.

GENESTE, J.-M. (1985) – Analyse lithique d'industries moustériennes du Périgord : Une approche technologique du comportement des groupes humains au Paléolithique moyen. Bordeaux : l'Université Bordeaux I. Thèse

HUBLIN, J.-J. ; RUIZ, C. B. ; LARA, p. M. ; FONTUGNE, M. ; Reyss, J.-L. (1995) – The Mousterian site of Zafarraya (Andalucia, Spain): dating and implications on the paleolithic peopling process of Western Europe. *Human Paleontology C.R. Acad. Sci. Paris*. T. 321, series IIa, p. 931-937.

JAUBERT, J. ; MOURRE, V. (1996) – Coudoulous, Le Rescoundudou, Mauran: diversité des matières premières et variabilité des schémas de production d'éclats. *Quaternaria Nova*. Vol. VI, p. 313-341.

LÉOTARD, J.-M.; FRANÇOIS, P.; ENGESSOR, K. (1996) – Industrie lithique des sondages 3 et 4, le débitage. In OTTE, M ; SILVA, A. C., eds. – *Recherches préhistoriques à la Grotte d'Escoural*. Liège: ERAUL. Vol I, number 84. p. 107-122.

MARKS, A.; MONIGAL, K.; ZILHÃO, J. (2001) – The lithic assemblages of the Late Mousterian at Gruta da Oliveira, Almonda, Portugal. In ZILHÃO, J; AUBRY, T.; CARVALHO, A. F., eds. – *Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique. Actes du Colloque de la Comission VIII de l'UISPP, Vila Nova de Foz Côa, October, 1998*. Lisbon: Instituto Português de Arqueologia. p. 145-154. (Trabalhos de Arqueologia; 17).

MATEUS, J. (1984) – Intervençao arqueologica de emergència na estaçao Paleolítica da Estrada do Prado (Tomar). *Informaçao Arqueológica*. Lisboa. 4, p. 158-164.

MEIGNEN, L. (1995) – Levallois Lithic Production Systems in the Middle Paleolithic of the Near East: The Case of the Unidirectional Method. In DIBBLE, H. L.; BAR-YOSEF, O., eds – *The Definition and Interpretation of Levallois Technology*. Madison Wisconsin: Prehistory Press. p 361-380.

MEIGNEN, L.; DELAGNES, A.; BOURGUIGNON, L. (2009) – Patterns of Lithic Material Procurement and Transformation during the Middle Paleolithic in Western Europe. In ADAMS, B.; BLADES, B. S., eds – *Lithic Materials and Paleolithic Societies.* West Sussex: Wiley-Blackwell Ltd. p 15-24.

MELLARS, p. (1986) – *The Neanderthal Legacy*. Princeton: University Press.

MOZZI, P.; AZEVEDO, M. T.; NUNES, E.; RAPOSO, L. (2000) – Middle Terrace Deposits of the Tagus River in Alpiarça, Portugal, in Relation to Early Human Occupation. *Quaternary Research*. Vol. 54, p. 359-371.

MUNSELL Soil Color Charts (2000). New Windsor; New York: Munsell Color.

NAHON, D. B. (1986) – The evolution of iron crusts in tropical landscapes. In COLEMAN, S. M.; DETHIER, D. P., eds – *Rates of Chemical Weathering of Rocks and Minerals.* New York: Academic Press. p 169-191.

OTTE, M. (1995) – The Nature of Levallois. In DIBBLE, H. L.; Bar-Yosef , O., eds – *The Definition and Interpretation of Levallois Technology*. Madison Wisconsin: Prehistory Press. p 117-124.

OTTE, M. (1996) – Industries Paléolithiques. In OTTE, M; SILVA, A. C., eds. – *Recherches préhistoriques à la Grotte d'Escoural.* Liège: ERAUL. Vol I, number 84 p. 91-105.

RAPOSO, L. (1995) – Ambientes, Territorios y Subsistencia en el Paleolítico Medio de Portugal. *Complutum*. Madrid. 6, p. 57-77.

RAPOSO, L. (2000) – The Middle to Upper Paleolithic Transition in Portugal. In STRINGER, C.; BARTON, R. N. E.; FINLAYSON, C., eds. – *Neanderthals on the Edge: 150th anniversary conference of the Forbes' Quarry discovery, Gibraltar*. Oxford: Oxbow Books. p. 95-109.

RAPOSO, L.; SILVA, A. C.; Salvador, M. (1985) – Notícia da descoberta da estação mustierense da Foz do Enxarrique. In *Iª Reunião do Quarternário Ibérico*. Vol. 2, p. 79-90.

RAPOSO, L.; Cardoso, J. L. (1998a) – Las Indústrias líticas de la Gruta Nova da Columbeira Bombarral, Portugal) en el contexto del Musteriense final de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 55: 1, p. 39-62.

RAPOSO, L.; CARDOSO, J. L. (1998b) – *O sitío do Paleolítico Médio da Conceição (Alcochete)*. Lisbon: Centro de Estudo e Monitorização Ambiental; Lusoponte.

RAPOSO, L.; CARDOSO, J. L. (2000) – Mousterian Industries of the Gruta da Figueira Brava. In ANTUNES, M. T., ed. – *Últimos Neandertais em Portugal. Evidência, odontológica e outra*. Lisbon: Academia das Ciências. p. 319-337.

RAPOSO, L., SALVADOR, M.; PEREIRA, J. p. (1993) – O Acheulense no vale do Tejo, em território Português. *Arqueologia e História*. Lisboa. 10:3, p. 3-29.

ROE, D. (1968) – British Lower and Middle Paleolithic Handaxe Groups. *Proceedings of the Prehistoric Society*. Vol. 34, p. 1-82.

SCHICK, K.; TOTH, N. (1993) – *Making Silent Stones Speak*. New York: Simon and Schuster.

TOTH, N. (1985) – The Oldowan Reassessed: A Close Look at Early Stone Artifacts. *Journal of Archaeological Science*. Vol. 12, p. 101-120.

TRINGHAM, R.; COOPER, G.; ODELL, G.; VOYTEK, B.; WHITMAN, A. (1974) – Experimentation in the formation of edge damage: A new approach to lithic analysis. *Journal of Field Archaeology.* Vol.1, p.171-196.

VAN PEER, p. (1992) – *The Levallois Reduction Strategy*. Madison: Prehistory Press. (Monographs in World Archaeology; 13).

VAQUERO, M.; MAROTO, J.; ARRIZABALAGA, A.; JORDA, J. F.; MARTINON, M.; MENENDEZ, M.; MONTES, R.; ROSELL, J. (2006) – The Neanderthal-Modern Human Meeting in Iberia: A Critical View of the Cultural, Geographical and Chronological Data. In CONARD, N., ed. – *When Neanderthals and Modern Humans Met*. Tübingen: Kerns Verlag. p. 419-439.

ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O., V.; LEITÃO, M; NORTH, C. T. (1987) – O Paleolítíco da Gruta do Correio-Mór (Loures). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. VIII, p. 7-27.

ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Lisbon: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. (Trabalhos de Arqueologia; 6).

ZILHÃO, J. (1993) – Le Passage du Paléolithique moyen au Paléolithique supérieur dans le Portugal. In CABRERA, V., ed. – *El Origen del hombre moderno en el suroeste de Europa*. Madrid: Universidad Nacional de Educacíon a Distancia. p. 149-162.

ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico da Estramedura Portuguesa*. Lisbon: Colibri. 2 Vols.

ZILHÃO, J. (2000) – The Ebro frontier: a model for the late extinction of Iberian Neanderthals. In STRINGER, C.; BARTON, R. N. E.; FINLAYSON, C., eds. – *Neanderthals on the Edge: 150th anniversary conference of the Forbes' Quarry discovery, Gibraltar*. Oxford: Oxbow Books. p. 111-121.

ZILHÃO, J. (2001) – Middle Paleolithic Settlement Patterns in Portugal. In CONARD, N., ed. – *Settlement Dynamics of the Middle Paleolithic and Middle Stone Age*. Tübingen: Kerns Verlag. p. 597-608.

ZILHÃO, J. (2006) – Chronostratigraphy of the Middle-to-Upper Paleolithic Transition in the Iberian Peninsula. *Pyrenae*. Vol. 37:1, p. 7-84.

ZILHÃO, J.; MAURÍCIO, J.; SOUTO, p. (1991) – A arqueologia da Gruta do Almonda: Resultados das escavações de 1988-89. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas.* Lisbon: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 161-171.

ZILHÃO, J.; DAVIS, S. J. M.; DUARTE, C.; SOARES, A. M. M.; STEIER, P.; WILD, E. (2010) – Pego do Diabo (Loures, Portugal): Dating the Emergence of Anatomical Modernity in Western Eurasia. [On-line] *PLoS One 5(1): e8880. doi:10.1371/journal.pone.0008880*. p. 1-22.

ZILHÃO, J.; VILLAVERDE, V. (2008) – The Middle Paleolithic of Murcia. *Treballs d'Arqueologia*. Vol. 14, p. 229-248.

The Magdalenian Human Remains from the Galeria da Cisterna, (Almonda karstic system, Torres Novas, Portugal) and their Archeological Context

ERIK TRINKAUS*, SHARA E. BAILEY**, SIMON J. M. DAVIS***, JOÃO ZILHÃO****

ABSTRACT

The Galeria da Cisterna yielded an ensemble of human remains in Pleistocene remnant deposits radiocarbon–dated to the later part of the Magdalenian, in good agreement with their scarce stone tool and faunal content. The archeological context also includes a set of perforated shell beads, suggesting that the human remains entered the site as a result of burial practices. The dental remains of Cisterna 1 to 3 represent minimally a young child, a late juvenile, and an adolescent/young adult, and the three isolated manual and pedal remains (Cisterna 4 to 6) could belong to the same individuals. The remains are notable for their absence of developmental or degenerative lesions and the dimensions of the teeth, generally larger than those of most Late Upper Paleolithic Europeans and similar to those of earlier Upper Paleolithic Europeans.

Keywords: Upper Paleolithic – modern humans – teeth – stratigraphy – fauna

* Department of Anthropology, Campus Box 1114.Washington University, St. Louis MO 63130, USA
E-mail: trinkaus@wustl.edu
** Department of Anthropology, New York University, 25 Waverly Place, New York NY 10003, USA.
E-mail: sbailey@nyu.edu
*** Zooarcheology Laboratory, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Rua Bica do Marquês 2, 1300–087 Lisboa, Portugal. E-mail: sdavis@igespar.pt
**** ICREA Research Professor, Universitat de Barcelona, Seminari d'Estudis i Recerques Prehistòriques, Departament de Prehistòria, Història Antiga i Arqueologia, Facultat de Geografia i Història, C/ Montalegre 6, 08001 Barcelona, Spain
E-mail: joao.zilhao@ub.edu

RESUMO

Os depósitos plistocénicos residuais da Galeria da Cisterna forneceram um conjunto de restos humanos contidos em níveis que o radiocarbono data da parte final do Magdalenense, datação que se ajusta ao seu escasso conteúdo em fauna e indústria lítica. O respectivo contexto arqueológico inclui também conchas perfuradas, sugerindo que a presença de restos humanos estará relacionada com práticas funerárias. Os restos dentários dos indivíduos Cisterna 1 a Cisterna 3 representam, no mínimo, uma criança de pouca idade, um imaturo avançado e um adolescente ou adulto jovem, e é possível que os três restos isolados de mãos e pés (Cisterna 4 a 6) pertençam aos mesmos indivíduos. O conjunto destaca-se pela ausência de lesões degenerativas ou de desenvolvimento e pelas dimensões dos dentes, em geral superiores às da maioria dos europeus do Paleolítico Superior final e semelhantes às dos europeus de momentos mais antigos do Paleolítico Superior.

Palavras-chave: Paleolítico Superior – homem moderno – dentes – estratigrafia – fauna

INTRODUCTION

Upper Paleolithic human remains are relatively rare from Iberia south of the Pyrenees (Ferembach & Roche, 1971; Aguirre *et al.*, 1991; Zilhão, 1997; Trinkaus *et al.*, 2001; Arsuaga *et al.*, 2001; Zilhão & Trinkaus, 2002), and it is therefore of interest to describe in detail those remains which are known and have reliable stratigraphic contexts. With this in mind, we describe here a series of fragmentary human remains from the Galeria da Cisterna (also known as «Gruta da Nascente do Almonda»), Torres Novas, Portugal (39°30′18″ N; 08°36′55″ W) (Figure 1). These dental and postcranial remains derive from a Magdalenian context (level 3) and provide additional data on these poorly known Upper Paleolithic populations of southwestern Iberia.

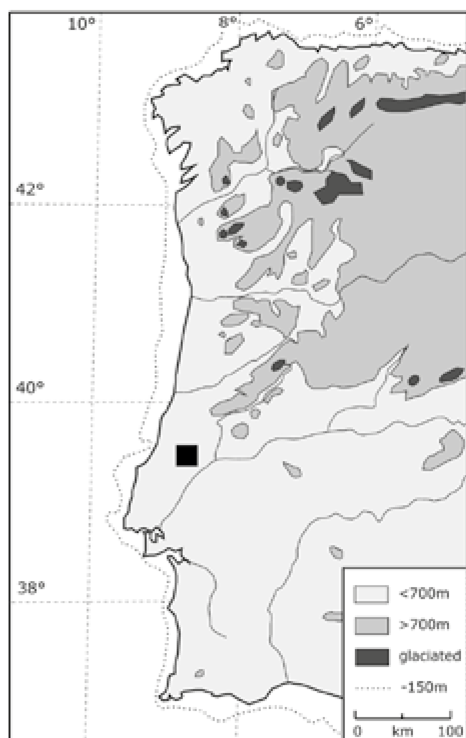


Fig. 1 – Paleogeography of western Iberia in Late Glacial times. The black square denotes the location of the Almonda karstic spring.

ARCHEOLOGICAL CONTEXT AND AGE

The Galeria da Cisterna is a fossil spring. The river now flows out of the karst ~5 m below, at the base of a ~75 m high rock face, part of the NE–SW fault escarpment that separates Portuguese Estremadura's Central Limestone Massif from the Tertiary Basin of the Tagus, of which the Almonda is a tributary. Until 1989, and since its exposure by a landslide in the 1920s, the Galeria da Cisterna provided the only access to the interior of the karstic system, which

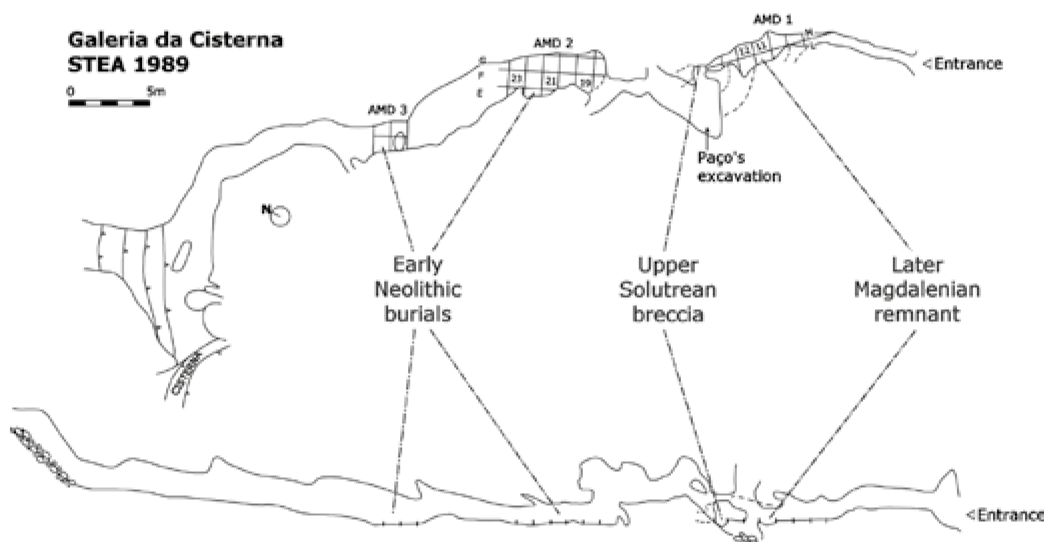


Fig. 2 – Topographical plan and profile of the Galeria da Cisterna. The areas preserving archeological deposits of different periods are indicated.

currently features some 12 km of mapped underground galleries. Over the last 20 years, several other collapsed entrances were found at different elevations, and some were reopened for archeological excavation of the sealed Lower, Middle or Upper Paleolithic sequences they contain (Zilhão *et al.*, 1991, 1993; Zilhão & Mckinney, 1995; Zilhão, 1997; Marks *et al.*, 1999, 2001, 2002; Chabai *et al.*, 2000/2001; Trinkaus *et al.*, 2003, 2007).

The length of the narrow, meandering Galeria da Cisterna is approximately 100 m, and its cross–section is in general less than 2×2 m (Figure 2). Archeological investigation of this gallery was carried out for the first time between 1937 and 1942 (Nogueira *et al*,. 1941; Paço *et al.*, 1947; Guilaine & Ferreira, 1970). As described by Paço *et al.*, the work consisted of the collection of surface material and the excavation of a small chamber located ~15 m from the entrance, and generated an assemblage of Iron Age, Bronze Age and Early Neolithic pottery currently kept at the Geological Museum, Lisbon.

In 1987, a small sediment pocket adjacent to Paço *et al.*'s excavations yielded three typical Solutrean points (Maurício, 1988). Following–up on these finds, two subsequent excavation seasons (1988 and 1989) revealed and explored other pockets of sediments accumulated in discontinuous depressions of the limestone bedrock of the Galeria da Cisterna that had not been touched by previous work: zones AMD1, AMD2 and AMD3 (Figures 2 & 3). The latter two featured Holocene deposits directly atop bedrock or lying on archeologically sterile river–accumulated Pleistocene sands. Zone AMD1, however, preserved remnant Upper Paleolithic deposits in two areas physically separated by an outcrop of the cave floor, described in detail elsewhere (Zilhão, 1997).

In grid unit M15, the AMD1 deposits consisted of a thin film of heavily indurated reddish sands (level β) coating the walls of a narrow fissure filled with loose, redeposited orange–brown sands (level α). The latter yielded a mix of Holocene and Solutrean material (including the three 1987 finds), while the level β breccia yielded fourteen lithic artifacts, including twelve Upper Solutrean projectile points of diverse typology. In grid units L–M/11–12, an area of <2 m² located some 10 m from the entrance, the AMD1 Pleistocene deposits were preserved at the bottom of a ~90 cm deep depression, under a Holocene «dark–earth» deposit, level 1, which yielded Copper and Bronze Age finds (Figures 3 & 4). Against the West wall of the gallery, the immediately underlying Pleistocene sequence (levels 2–3) had been eroded away down to the indurated top of level 4, leaving only a remnant preserved against the East wall. In squares L–M/11, levels 3 and 4 were separated by a thin black lens, very rich in organic material (sublevel 3a), and in squares L–M/12 most of level 3 was tainted black. This lens was interpreted as the result of a post–depositional process of lateral impregnation, occurring in the early Holocene and caused by the formation of stagnant pools in the depression left by the excavation of the erosional channel mentioned above. Geochemical analysis of the sediments provided results consistent with this interpretation (Cruz, 1993).

Basal level 5 was a sterile fluviatile deposit, but the other levels yielded stone tools and faunal remains (Tables 1–3). The lithic material was generally undiagnostic, and the sequence was initially assigned, tentatively, to the Last Glacial Maximum (level 4 to the Late Gravettian and level 3 to the Proto–Solutrean), on

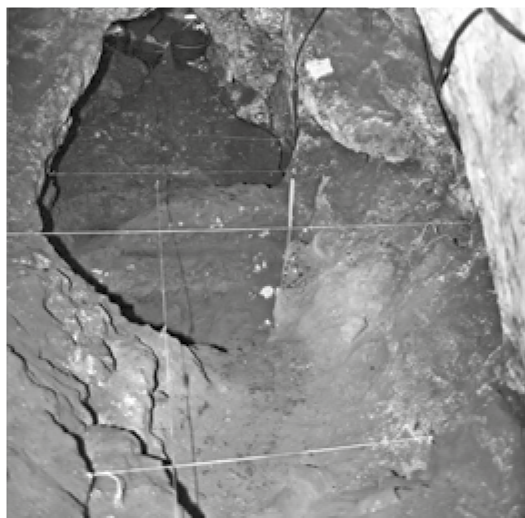


Fig. 3 – View over zone AMD1 towards the interior of the gallery, half way through the excavation process (before removal of the Pleistocene sediments in row 12 of the excavation grid), with the transversal stratigraphic profile exposed.

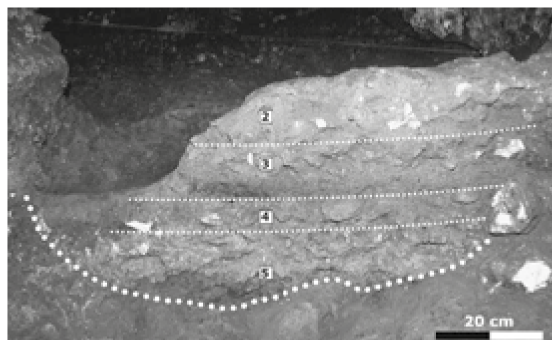
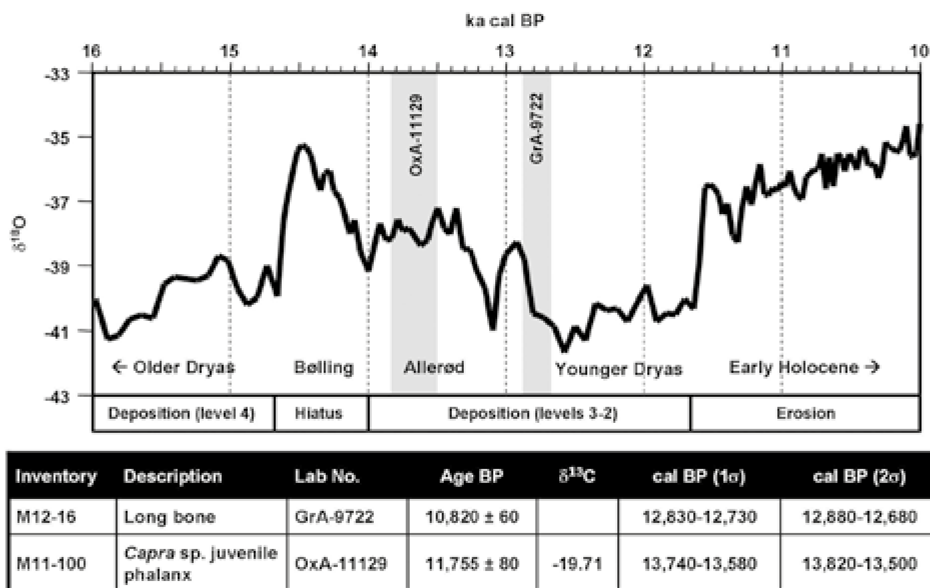


Fig. 4 – Pleistocene stratigraphy of zone AMD1: level 2, dense eboulis of mid-sized (5-10 cm long) angular clasts packed in brecciated red sands, ~12 cm thick; level 3, non-brecciated red sands containing scattered angular clasts, ~12 cm thick; level 4, dense eboulis of mid--sized (5-10 cm long) rounded clasts with a few larger blocks (20-30 cm long), packed in variably indurated yellow-brown sands, ~10 cm thick; level 5, fluviatile yellow sands, grading into reddish-brown silt at contact with bedrock, containing scattered blocks and speleothem fragments, ~16 cm thick, the upper part forming a horizontal, highly-indurated, 5-10 cm thick continuous plaque.

the basis of arguments relating to technology, raw–material procurement patterns, and the preservation of Solutrean material in the adjacent M15 breccia (Zilhão, 1997). Subsequent radiocarbon dating (Figure 5), however, proved that level 3 is later Magdalenian in age, which in turn suggests that level 4 is probably of Upper Magdalenian age, in good agreement with both the multiple dihedral burin found therein and the backed bladelet recovered at the interface between levels 3 and 4.



Inventory	Description	Lab No.	Age BP	$\delta^{13}C$	cal BP (1σ)	cal BP (2σ)
M12-16	Long bone	GrA-9722	10,820 ± 60		12,830-12,730	12,880-12,680
M11-100	*Capra* sp. juvenile phalanx	OxA-11129	11,755 ± 80	-19.71	13,740-13,580	13,820-13,500

Fig. 5 – Climatic oscillations of the Tardiglacial as recorded in Greenland ice cores and AMS radiocarbon dates for level 3 of zone AMD1, Galeria da Cisterna. The shaded areas in the graph represent the 2 σ calibrated age ranges. Calibration data and paleoclimate curves generated by CalPal, 2007 Hulu version (Weninger and Jöris, 2004).

Artifact Class	Level 2	Levels 3–3a	Level 4
Cores	6	3	–
Core rejuvenation debris	–	2	–
Chips	–	6	30
Chunks	–	5	–
Flakes	–	33	12
Blades	–	1	–
Retouched tools	2	2 (a)	2 (b)
Total	**8**	**52 (c)**	**44 (d)**

(a) one pointed blade and one backed bladelet
(b) one denticulated blade and one multiple dihedral burin
(c) 31% flint, 31% quartz, 36% quartzite, 2% basalt
(d) 20% flint, 9% quartz, 71% quartzite

Table 1 – Lithic artifacts from the Pleistocene levels of zone AMD1, Galeria da Cisterna.

		Stratigraphic unit			
Latin name	English name	4	4–3	3	2
Cervus	Red deer	–	–	3	1
Capra	Ibex	4	1	3	–
Sus	Wild boar	–	–	1	–
Lepus	Hare	–	2	–	–
Oryctolagus	Rabbit	–	3	10	1
Lynx	Lynx	+?	–	–	–
Felis	Wildcat	1	+	1	–
Vulpes	Fox	3	4	–	–
Chiroptera	Bats	–	–	Several	14
Aves indet	Birds	–	–	2	–
Galliform		–		–	1
Turdus	?Thrush	–	2	4	–
Corvus	?Crow	1	2	1	–
Amphibia		–	–	1	–

Table 2 – Numbers of bones recorded at Galeria da Cisterna. Recording procedure follows Davis (1992, 2002). «+» refers to cases where bones other than «Parts of the Skeleton Always Counted» (POSACS) were found and could be identified to genus.

Number	Layer	Bone	Taxon	Fus	GL	Bd	Dd	DLS	SLC	M1 length
L12–2	3a	Phalanx III	*Cervus*	–	–	–	–	472	–	–
M12–4	2	Astragalus	*Cervus*	–	499	298	278	–	–	–
M11–177	4	Scapula	*Felis silvestris*	F	–	–	–	–	133	–
L11–1	3a	Mandibula	*Lynx?*	–	–	–	–	–	–	~100–110
M11–70	3a	Tibia	*Oryctolagus*	F	–	108	–	–	–	–
M12–97	3a	Calcaneum	*Oryctolagus*	F	210	–	–	–	–	–
M11–116	4	Tibia	*Oryctolagus*	F	–	105	–	–	–	–
M11–22	4	Calcaneum	*Vulpes*	F	336	–	–	–	–	–
M11–19	4	Calcaneum	Vulpes	F	323	–	–	–	–	–

Table 3 – Measurements (following Driesch, 1976), in tenths of a millimeter, of the Galeria da Cisterna mammal bones and teeth. «Fus» refers to the state of epiphysial fusion, where «F» is fused (i.e., adult).

This small Pleistocene remnant thus corresponds to a succession of Tardiglacial deposits, with their erosion signaling a return to a pattern of regular (seasonal?) water flow in the gallery during the following, wetter–than–present Preboreal period. Subsequent to the excavation of the Galeria da Cisterna, cave–sheltering around the Almonda spring in such terminal Paleolithic times has been rather more extensively documented at the Lapa dos Coelhos, some 10 m higher

up (Gameiro & Almeida, 2004). The radiocarbon dates for Galeria da Cisterna place the formation of its level 3 in the later part of the Allerød and the earlier part of the Dryas III, ~13,000 cal BP. Level 2, therefore, must date to later Dryas III times, while the discontinuity *cum* cementation at the top of level 4 probably reflects the warm peak at the beginning of the Bølling/Allerød interstadial (Figure 5), implying an age >14,500 cal BP for the underlying deposits.

This chronostratigraphic reading of the evidence is consistent with the faunal evidence (Table 2). Three large herbivore taxa – red deer, a caprine (presumably the Iberian ibex), and wild boar were identified, as well as hare and rabbit. Remains of wildcat, fox, possibly lynx, bats, several birds (a galliform; *Turdus pilaris*, fieldfare; *T.* cf *merula*, blackbird; *Corvus* cf *frugilegus*, rook; and *C. monedula*, jackdaw) and an amphibian were also found. It is not possible to determine who was responsible for accumulating these taxa, although it seems probable that at least the bats and songbirds accumulated naturally or were predated by small carnivores, while the larger mammals were brought into the cave by people. None of the bones shows any signs of partial digestion. Among the carnivores, the damaged felid carnassial is tentatively identified as a very small lynx, although wildcat cannot be ruled out. With a crown length of 10 to 11 mm (Table 3), it is outside the range of measurements of a large collection of modern *Felis silvestris* from Europe, the Maghreb and the Near East. It is also outside the range for wildcats from the Upper Pleistocene levels of Caldeirão cave, but smaller than a small sample of present–day lynx carnassial teeth as well as the specimens from Caldeirão (Davis, 2002, Fig. 33, 35).

Cervus, *Capra* and *Sus* were among the more common taxa recovered in the Mousterian, EUP, Solutrean and Magdalenian levels of Caldeirão, situated at a similar elevation and ~25 km to the NE as the crow flies. By comparison with this material, the Cisterna red deer astragalus is very small, although the cervid terminal phalanx with a DLS of 47.2 mm plots among the larger specimens of *Cervus elaphus* from Caldeirão (Davis, 2002). The absence of *Equus* in the Galeria da Cisterna sample may be due to the smallness of the sample, although at Caldeirão equids became scarcer with time and by the Magdalenian they comprised a mere 6% of the large herbivores. The fact that ibex is a major component of the fauna in both levels 3 and 4 implies for a lowland site such as Galeria da Cisterna a rather open immediate landscape, in agreement with regional environmental reconstructions for the colder phases of last glacial's Dansgaard–Oeschger cycles (Zilhão, 1997).

STRATIGRAPHIC PROVENIENCE AND TAPHONOMY

The human remains recovered in the Pleistocene deposits of the Galeria da Cisterna (Table 4) all come from level 3 (including sublevel 3a) of zone AMD1, the excavation of which was initiated and completed during the July 1988 field

season. The Cisterna 1 and Cisterna 3 groups described below include material collected in both level 3 and the 3a black lens. The fact that each of these groups is likely to represent a single individual provides additional support for the interpretation of that lens as a lateral variation without stratigraphic significance. The fact that Cisterna 6, found at the interface between levels 3 and 4, could belong to the same individual as Cisterna 2, whose left P_3 is a piece–plotted item recovered at the base of the black lens, supports the inclusion of Cisterna 6 in the human bone assemblage from level 3.

Individual	Anatomical Portions	Number
Cisterna 1	right C^1	M12–20
	right P^3	M12–125
	right P^4	M12–126
	right M^2	M12–127
	fragmentary right maxilla with dm^1 to M^1	M12–132
Cisterna 2	left C_1	M12–116
	Left P_3	M12–11
Cisterna 3	left di^1	L12–217
	right di^2	L12–218
	right dm_2	L12–219
	right dm_1	L12–220
	left dm_2	M12–128
Cisterna 4	Metacarpal diaphysis	M12–118
Cisterna 5	Manual Proximal Phalanx 5	M12–119
Cisterna 6	Pedal Proximal Phalanx	M12–157

Table 4 – Human remains from levels 3–3a of the Galeria da Cisterna.

Assessing the taphonomy of the human bone requires consideration of the fact that the preserved remnant is but a small percentage of the Magdalenian deposits that once, prior to early Holocene erosion, must have filled the irregular rock bottom of the initial section of the Galeria da Cisterna. The deposits containing the human bone assemblage also yielded four shell beads – three pierced *Theodoxus fluviatilis* and one pierced *Hynia reticulata* – making it reasonable to speculate that ritual mortuary activity (burial?) occurred at the site during the later part of the Magdalenian.

MATERIALS AND METHODS

The Cisterna human remains are described using standard paleontological approaches and measurements (e.g., Bräuer, 1988). The dental crown morphology is scored in part using the Arizona State University Dental Anthropology System (ASUDAS) (Turner *et al.*, 1991).

In order to assess the size and proportions of the remains, the dental and postcranial remains are compared, where possible, to European Upper Paleolithic and recent human remains. The fossil sample is divided into «Early Upper Paleolithic» (EUP) and «Late Upper Paleolithic» (LUP) samples, with the division between them being the last glacial maximum. The former Paleolithic sample is mostly Gravettian, whereas the latter is principally Magdalenian in association. Sample sizes vary depending upon both preservation and the current detail of publication of these comparative samples. The comparative data derive from primary paleontological descriptions or personal study of the original material. Since the remains from the Galeria da Cisterna are Magdalenian in age, they fall within the LUP time span. Recent European (or Euroamerican) data are included for the dental and phalangeal metrics; the permanent tooth metrics are from Twiesselmann & Brabant (1967), the deciduous dental metrics are for the Euroamerican males from Black (1978), the hand metrics derive from Musgrave (1970), and the pedal metrics are from Trinkaus & Hilton (1996). In the calculation of sample summary statistics, right and left sides (when available) were averaged to provide a value per individual prior to the computations.

THE HUMAN REMAINS

The Galeria da Cisterna human remains are listed in Table 4. They consist principally of isolated teeth which, based on morphology and developmental age, derive from three individuals (Cisterna 1 to 3). In addition, there are three isolated postcranial elements, one of them immature, which are described here as separate specimens but might have derived from two or more of the dentally identified individuals.

Cisterna 1

This specimen consists of a fragment of the right maxillary alveoli in matrix with the dm^1, dm^2 and M^1 preserved, plus the isolated right C^1, P^3, P^4 and M^2 (Table 4; Figure 6).

The dm^1 crown is substantially worn and has suffered postmortem damage resulting in the loss of the mesiobuccal corner (about one–quarter of the tooth is missing). The exposed lingual root exhibits slight root resorption, whereas the buccal root is enclosed in bone and is not observable. The distal portion of the



Fig. 6 – Occlusal views of the Cisterna right maxillary teeth. Left: C^1, P^3, P^4 and M^2. Right: dm^1 to M^1. Scale in millimeters.

dm^2 is partially covered by matrix. Enamel has chipped off distally, exposing the dentin horn of the hypocone.

The fully formed crown and partial (~4 mm) root of a right C^1 are preserved. The crown is complete and in good condition with only a small fracture that runs sagittally along the crown.

The fully formed crown and partial root (~5 mm) of a right P^3 are preserved. The tooth is in good condition, with only minor fractures running mesio–distally along the occlusal surface of the buccal cusp. A fully formed crown and partial root (~3 mm) of a right P^4 are preserved. The crown is in good condition with a small fracture that runs mesiodistally along the buccal cusp.

The M^1 crown is complete and well preserved. Only a small sagittal fracture runs along the hypocone. The lingual root is exposed distally but obscured by matrix otherwise. The incomplete crown and partial root (~2.7 mm) of a right M^2 are preserved. Approximately one–quarter of the distal crown is missing. Postmortem damaged has resulted in the loss of tooth enamel from the buccal tooth surface. The crown is fractured along the mesiobuccal fissure and along the mesial buccal cusp; its root was lost postmortem.

The occlusal morphology of the dm^1 has been obliterated by extreme wear, but some occlusal details remain on the dm^2. It is a four–cusped tooth, and the lingual surface is featureless (i.e., it lacks a Carabelli's trait); no other morphology is observable due to damage and wear.

On the C^1, the lingual surface exhibits weak shoveling (ASUDAS grade 2) and a well–developed distal accessory ridge (ASUDAS grade 4). There is slight swelling of the gingival area but no lingual tubercle is present. Lingually, the tooth exhibits barely perceptible mesial and distal marginal ridges. In addition, short (1–2 mm) and shallow grooves radiate up from the cervix but are not pathological (i.e., enamel hypoplasia).

The buccal and lingual tooth surfaces of the P^3 are featureless. Occlusally, the crown exhibits small accessory mesial and distal cuspules but lacks accessory ridges on either the buccal or lingual cusp. In contrast, both the buccal and lingual cusps of the P^4 exhibit mildly expressed accessory ridges mesially and distally (MxPAR: Burnett, 1998); they are more strongly expressed on the buccal cusp

than on the lingual cusp. The buccal tooth surface of the P^4 exhibits barely perceptible mesial and distal ridges, while the lingual surface is featureless.

The M^1 is a four–cusped tooth. The protocone is the largest cusp (43.7 mm²) followed by the paracone (28.7 mm²), with the remaining two cusps (metacone and hypocone) equal in size (28.2 and 28.3 mm² respectively) (*cf.*, Bailey, 2004). The occlusal polygon area is large (38.8 mm²) suggesting that the cusp tips are widely spaced. Finally, the cusp angles (Bailey, 2004) are very close to the mean for a pooled Upper Paleolithic European sample, reflecting the squared outline of the tooth. Lingually, the protocone presents a medium sized Carabelli's cusp (ASUDAS grade 3), while the buccal surface is featureless.

Occlusally, the tooth is morphologically simple. It lacks accessory cusps and presents only a weakly developed mesial marginal ridge. The M^2 is a four–cusped tooth that exhibits a much reduced hypocone (ASUDAS grade 2). The relative cusp areas are protocone > paracone > metacone > hypocone. Occlusally, the tooth is more complex than the M^1, exhibiting two accessory ridges that emanate from a mesial marginal ridge and run toward the central fossa. Both buccal and lingual tooth surfaces are featureless.

The deciduous molars are quite worn. The dm^1 exhibits heavy, basin–like wear that has exposed the tooth's small pulp chamber, and the dm^2 is more moderately worn, with more dentin exposed lingually than buccally. The M^1 exhibits only occlusal wear facets but no dentin exposure. The unerupted P^3, P^4 and M^2 are

	Tooth	Mesio–distal Diameter	Bucco–lingual Diameter	EUP B–L Diameter	LUP B–L Diameter	Recent European B–L Diameter
Cisterna 1	C^1	8.7	9.6	9.2 ± 0.9 (19)	8.9 ± 1.0 (14)	8.3 ± 0.6 (108)
	P^3	7.6	11.0	9.8 ± 0.6 (22)	9.3 ± 1.1 (18)	8.6 ± 0.6 (108)
	P^4	6.9	10.1	10.0 ± 0.8 (21)	9.9 ± 1.0 (13)	8.8 ± 0.6 (106)
	M^1	12.0	12.5	12.2 ± 0.8 (32)	11.6 ± 0.9 (20)	11.2 ± 0.5 (104)
	M^2	10.7	13.5	12.5 ± 0.9 (28)	11.8 ± 0.9 (21)	10.7 ± 0.7 (102)
	dm^2	—	11.1	10.4 ± 0.7 (11)	10.3 ± 0.5 (7)	9.5 ± 0.5 (69)
Cisterna 2	C_1	7.8	8.2	8.7 ± 0.7 (20)	7.9 ± 0.8 (19)	7.8 ± 0.5 (109)
	P_3	7.2	8.6	8.6 ± 0.5 (17)	7.7 ± 0.8 (18)	7.3 ± 0.5 (108)
Cisterna 3	di^1	7.7	5.7	5.3, 5.4, 5.7	5.3 ± 0.4 (7)	5.1 ± 0.4 (69)
	di^2	5.7	5.1	4.8, 5.5	5.2 ± 0.5 (12)	4.7 ± 0.4 (69)
	dm_1	9.0	7.7	7.8	7.2 ± 0.6 (13)	7.4 ± 0.5 (69)
	dm_2	11.1	9.7	9.2 ± 0.7 (12)	9.0 ± 0.5 (19)	8.9 ± 0.4 (69)

Table 5 – Dental metrics for Cisterna 1 to 3 dental crowns and comparative bucco–lingual diameters. Mean ± standard deviation. Measurements are in millimeters and sample sizes are in parentheses.

unworn. There is no distal interproximal wear facet on the M^1, confirming that the M^2 was unerupted.

The presence of both deciduous molars with the first molar indicates a juvenile age for Cisterna 1. The degree of development of the premolar roots (about one–half formed) narrows its age–at–death to between eight and ten years postnatal, although the degree of canine root development may suggest an age closer to eight years (Smith, 1991). This is supported by the presence of resorption on the dm^1 lingual root, indicating that the dm^1 is not far from exfoliation, and hence the P^3 would have been erupting within a year or two if the individual had survived.

None of the tooth crowns exhibits macroscopic enamel hypoplasias or caries.

The bucco–lingual diameters of the teeth (Table 5) are all relatively large, falling at least 0.5 mm above the mean values for the LUP sample for all except the P^4. They are above all of the recent human means and most similar to the mean values for the EUP sample. They nonetheless remain within two standard deviations of the LUP means, although they are all more than two standard deviations above the recent European values.



Fig. 7 – Views of the Cisterna 2 and 3 teeth. Above: Cisterna 2 left C_1 and P_3 in lingual view. Below from left to right: Cisterna 3 left dm_2 in occlusal view, left di^1 and right di^2 in lingual view, and right dm_1 with mandibular fragments in occlusal view. Scale in millimeters.

Cisterna 2

The two teeth assigned to Cisterna 2 (Table 4; Figure 7) consist of mandibular left C_1 and P_3, both of which retain the complete crown and the fully formed root. Both teeth are in good condition. The C_1 crown has small fractures on the buccal and lingual surfaces that run sagittally from the crown tip to the root.

The lingual surface of the C_1 exhibits barely perceptible mesial and distal marginal ridges (ASUDAS grade 1 shoveling) and is otherwise featureless. The single root exhibits shallow mesial and distal developmental grooves. The P_3 presents a mesially oriented transverse ridge that connects the buccal and lingual cusps. This ridge, combined with the mesial and distal marginal ridges of the tooth, creates a small anterior fovea and a larger (but shallower) posterior fovea.

The C_1 cusp tip is slightly worn, but the wear does not expose the dentin below. The position of the mesial wear facet may indicate dental crowding and/or that the canine was rotated lingually. The distal interproximal wear facet on this tooth and the mesial interproximal wear facet on the P_3 match in size and shape. In addition the P_3 exhibits small occlusal wear facets with no dentin exposure.

Metrically, these teeth are moderately large (Table 5). The C_1 breadth falls between the EUP and the LUP means, and the P_3 breadth is on the EUP mean and above the LUP and recent human means.

There are no signs of pathological alterations of the teeth, despite the presence on the C_1 of short (1–2 mm) and shallow grooves that radiate up from the cervix. The complete formation of the tooth roots with minimal occlusal wear suggests an age–at–death during adolescence or early maturity.

Cisterna 3

This individual consists of five teeth of a child (Table 4; Figure 7). Two of the teeth, the right dm_1 and the left dm_2, are preserved in fragments of mandibular alveoli.

The left di^1 preserves a completely formed crown and root. The root apex appears to have broken off postmortem. The crown is in good condition with a minor sagittal fracture along the distal lobe. The right di^2 retains the complete crown and nearly complete root (the apex is missing). The tooth is in good condition with minor fractures along the lingual and buccal surfaces.

A complete right dm_1 is preserved in a very fragmented alveolus that is covered by matrix. The tooth is in good condition. It is missing a small amount of enamel from the mesio–lingual surface, and presents minor fractures along the buccal surface. The mesial root is not fully formed (the apex is missing), but the tooth was fully erupted. It is not possible to observe the distal root, because it is enclosed in bone. The lingual root sockets of the dm_2 are preserved in the associated alveolar bone.

A partial crown (distal portion of the metaconid and mesial portion of the hypoconid) and root (~3 mm) of a right dm_2 are preserved. This is associated with the complete crown and partial root (~1/3) of a left dm_2 preserved in its alveolus. The tooth crown is in fair condition. It exhibits a medium–sized fracture running bucco–lingually and smaller fractures running along the mesial lingual cusp.

The crown of the di^1 is short and flared. It exhibits mild labial curvature (ASUDAS grade 2), mild sagittal curvature, weak shoveling (ASUDAS grade 1) and weak gingival swelling. The labial surface is featureless. The di^2 is moderately convex both labially (ASUDAS grade 2) and sagittally. The lingual and buccal tooth surfaces are featureless.

Due to damage, the morphology of the right dm_2 cannot be observed. The dm_1 is a five–cusped tooth. Occlusally it exhibits a deep anterior fovea, which is set off distally by well–developed essential crests of the protoconid and metaconid. The tooth presents an X–groove pattern (the protoconid and hypoconid are in contact) and a moderately sized cusp 5 or hypoconulid (ASUDAS grade 4) that is centered distally. A weak occlusal ridge connects all cusps. The left dm_2 is a five–cusped tooth. Cusp 5 is well developed (ASUDAS grade 4) with a prominent transverse ridge that runs along the occlusal surface toward the talonid basin. Occlusally, it exhibits a high and prominent mesial marginal ridge and a deep anterior fovea. A small cuspule (0.9 mm wide) is enclosed in the anterior fovea. The buccal surface presents a small buccal pit (ASUDAS grade 1 protostylid).

Metrically, these teeth are unexceptional for an Upper Paleolithic human (Table 5).

The deciduous incisors exhibit minimal wear of the incisal edge, with slight dentin exposure on the di^1 but not on the di^2. The cusps of the deciduous molars are unworn, and the absence of interproximal wear facets on the left dm_2 indicate that the tooth was recently erupted or in the process of eruption. Together, these indicate a young age for this individual, approximately two years postnatal (Smith, 1991).

There is no evidence of pathological alterations of these teeth.

Cisterna 4

The bone consists of the diaphysis of an immature metacarpal, from the broken flare for the base to portions of the distal metaphysis (Figure 8; Table 6). The maximum preserved length is 30.3 mm. The immaturity of the bone is based in part on its generally mild cortical bone porosity. In addition, there is a small 4.8 x 2.3 mm section of the distal metaphyseal surface along the dorsal half of the left distal edge.

	Cisterna 4	Cisterna 5	Cisterna 6
	Immature Metacarpal	Manual Proximal Phalanx 5	Pedal Proximal Phalanx 2–4
Articular length	—	(25.0)	(23.0)
Midshaft height	6.4	4.0	5.5
Midshaft breadth	5.2	7.3	5.8
Distal height	—	4.8	5.6
Distal maximum breadth	—	7.8	8.8
Distal articular breadth	—	7.3	8.3

Table 6 – Osteometrics of the manual and pedal remains. Measurements are in millimeters.

The metaphyseal surface appears straight and perpendicular to the diaphyseal axis. The right side of the diaphysis remains straight distally, but the left side

flares to the side. Since the distal radial side of immature metacarpals normally flares more than the ulnar side, the bone derives from the right side. There is a strong proximal to distal clockwise torsion of the shaft, between 30° and 33° depending upon whether the dorsal surfaces or the estimated dorsopalmar axes of the base and head are employed. The interosseous muscle lines are faint to absent along the diaphysis.

The degree of formation of the bone suggests a minimum age of about five years postnatal, whereas the absence of evidence of fusion of the metacarpal head epiphysis suggests a maximum age of about twelve years (Greulich & Pyle, 1959). It is difficult to be more precise as to its age–at–death.



Fig. 8 – Palmar/plantar (above) and right lateral (below) views, from left to right, of the Cisterna 4 right metacarpal diaphysis, the Cisterna 5 fifth proximal hand phalanx, and the Cisterna 6 proximal pedal phalanx. Scale in centimeters.

Cisterna 5

The specimen consists of the complete head and diaphysis plus portions of the base of a fifth proximal hand phalanx (Figure 8; Table 6). The shaft and head are complete, with carbonate encrustations dorsally and palmarly on the diaphysis. The base retains a small dorsal left corner of the proximal articulation and the adjacent dorsal bone. The maximum preserved length is 25.4 mm. Based on its proximal–to–distal clockwise torsion, it is probably a right bone.

The diaphysis is smooth, with the flexor tendon sheath lines projecting less palmarly than the middle of the palmar diaphysis. The head is smooth with the tubercles projecting only slightly beyond the trochlea. The right (ulnar?) side of the trochlea is larger than the left (radial?) side. An index of robusticity ((shaft height x shaft breadth)$^{1/2}$ / articular length) for the bone provides a value of ~21.6, which is similar to the values (19.7, 21.4, 21.5) for three EUP specimens providing sufficiently complete fifth manual proximal phalanges. A recent European sample provides similar values (21.4 ± 2.0, N = 38).

Cisterna 6

The Cisterna 6 phalanx is a proximal pedal phalanx from one of the three middle digits (Figure 8; Table 6). It retains the complete head, the complete shaft

with dorsal encrustations, and the dorsal margin adjacent to the proximal joint capsule attachment area. The preserved length is 23.2 mm, and articular length is estimated at 23.0 mm. Since the head horizontal angle is ~0°, side remains indeterminant.

The diaphysis is smooth with no indications for the flexor tendon sheaths. The head has a larger trochlear height on the right side, but the left side of the trochlea flares more than the right side. A robusticity index for the specimen (~24.6) compares to a EUP mean of 23.5 (± 1.9, N = 15 specimens, 6 individuals) and one of 25.5 (± 1.4, N = 6 from 2 individuals) for the available LUP sample. A recent European sample provides a slightly lower mean (21.2 ± 2.3; N = 105 bones, 35 individuals).

NUMBER OF INDIVIDUALS

The dental remains include a young child, a late juvenile and an adolescent/young adult. The Cisterna 4 metacarpal could well belong to the same individual as the Cisterna 1 dentition, based on age–at–death. Similarly, the Cisterna 5 and 6 phalanges could be associated with the Cisterna 2 teeth. This would place the minimum number of individuals at three.

SUMMARY

The Magdalenian human remains from the Galeria da Cisterna in the Gruta do Almonda represent relatively young individuals, with the oldest (Cisterna 2) probably being little older than the early third decade based on dental attrition. They show no evidence of either developmental or degenerative lesions. Their dentitions are large compared to recent Europeans and among the larger of the Late Upper Paleolithic Europeans. The three postcranial elements are unremarkable.

ACKNOWLEDGMENTS

The excavations at the Galeria da Cisterna, Almonda karstic system were carried out under the auspices of the Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia (STEA) and funded by the Câmara Municipal de Torres Novas, and benefited from precious logistical support provided by Fábrica de Papel A Renova. Analysis of the Cisterna human remains was funded by Washington University (ET) and Sigma Xi Scientific Research Association (SEB). Comparative metric data were collected by ET and funded by the Wenner–Gren, L.S.B. Leakey and National Science Foundations. To all of them we are grateful.

REFERENCES

AGUIRRE, E.; BERMÚDEZ DE CASTRO, J.M.; GARRALDA, M.D. (1991) – Spain. In ORBAN, R., ed. – *Hominid Remains An Up–Date* 4. Brussels: Université Libre de Bruxelles.

ARSUAGA, J. L.; MARTÍNEZ, I.; VILLAVERDE, V.; LORENZO, C.; QUAM, R.; CARRETERO, J.M.; GRACIA, A. (2001). – Fósiles humanos des país valenciano. In VILLAVERDE, V., ed. – *De Neandertales a Cromañones. El Inicío del Poblamiento Humano en las Tierras Valencianas*. Valencia: Universitat de Valencia. p. 265–322.

BAILEY, S. E. (2004) – A morphometric analysis of maxillary molar crowns of Middle–Late Pleistocene hominins. *Journal of Human Evolution.* London. 47, p. 183–198.

BLACK, T. K. III (1978) – Sexual dimorphism in the tooth crown diameters of the deciduous teeth. *American Journal of Physical Anthropology*. New York. 48, p. 77–82.

BRÄUER, G. (1988) – Osteometrie. In *Anthropologie I*. Stuttgart: Fischer Verlag. p.160–232.

BURNETT, S. E. (1998) – *Maxillary Premolar Accessory Ridges (MxPAR): Worldwide Occurrence and Utility for Population Differentiation*. Tempe: Department of Anthropology, Arizona State University. MA Thesis.

CHABAI, V. P.; SITLIVY, V. I.; MARKS, A. E. (2000–2001) – Lower Paleolithic industry of Brecha das Lascas, level 7 (Portugal*). Préhistoire Européenne*. Liège. 16–17, p. 17–41.

CRUZ, A. J. C. (1993) – *Estudo geoquímico de preenchimentos sedimentares de grutas da Estremadura com vestígios de ocupação humana pré–histórica*. Lisboa: University of Lisbon. Ph. D. dissertation.

DAVIS, S. J. M. (1992) – A rapid method for recording information about mammal bones from archaeological sites. London, Historic Buildings and Monuments Commission, Ancient Monuments Laboratory report 19/92.

DAVIS, S. J. M. (2002) – The Mammals and Birds from the Gruta do Caldeirão, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5, p. 29–98.

DRIESCH, A. von den (1976) – *A guide to the measurement of animal bones from archaeological sites*. Cambridge, Mass.: Peabody Museum of Archaeology and Ethnology; Harvard University (Peabody Museum Bulletin; 1).

FEREMBACH, D.; ROCHE, J. (1971) – Portugal. In OAKLEY, K. P.; CAMPBELL, B. G.; MOLLESON, T. I., eds. – *Catalogue of Fossil Hominids II: Europe*. London: British Museum, p. 277–282. (Natural History).

GAMEIRO, C. ; ALMEIDA, F. (2004) – A ocupação da camada 3 da Lapa dos Coelhos (Casais Martanes, Torres Novas). Novos elementos sobre a produção de suportes lamelares durante o Magdalenense Final da Estremadura Portuguesa. *Promontoria.* Faro. 2, p. 193–238.

GREULICH, W. W.; PYLE, S. I. (1959) – *Radiographic Atlas of Skeletal Development of the Hand and Wrist*. London: Oxford University Press.

GUILAINE, J.; FERREIRA, O. V. (1970) – Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 67, p. 304–322.

MARKS, A. E.; BRUGAL, J.–Ph.; CHABAI, V. P.; MONIGAL, K.; GOLDBERG, P.; HOCKETT, B.; PEMAN, E.; ELORZA, M.; MALLOL, C. (2002) – Le gisement Pléistocène Moyen de Galeria Pesada (Estrémadure, Portugal): premiers résultats. *Paléo*. Les Eyzies. 14, p. 77–99.

MARKS, A.; MONIGAL, K.; CHABAI, V. (1999) – Report on the initial excavation of Brecha das Lascas and Galeria Pesada (Almonda, Portuguese Estremadura). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 1, p. 237–250.

MARKS, A.; MONIGAL, K.; ZILHÃO, J. (2001) – The lithic assemblages of the Late Mousterian at Gruta da Oliveira, Almonda, Portugal. In ZILHÃO, J.; AUBRY, Th.; CARVALHO, A. F., eds. – *Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique. Actes du Colloque de la Comission VIII de l'UISPP, Vila Nova de Foz Côa, Octobre 1998*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 145–154. (Trabalhos de Arqueologia; 17).

MAURÍCIO, J. (1988) – Contribuição para o conhecimento da Pré–História de Torres Novas. *Almondinha*. Torres Novas. 2, p. 6–9.

MUSGRAVE, J. H. (1970) – *An Anatomical Study of the Hands of Pleistocene and Recent Man*. Cambridge: University of Cambridge. Ph.D. Thesis.

NOGUEIRA, A. M.; VAULTIER, M.; ZBYSZEWSKI, G. (1941) – Primeiras pesquisas na Gruta do Almonda. *Brotéria*. Lisboa. 32: 1, p. 67–68.

PAÇO, A.; VAULTIER, M.; ZBYSZEWSKI, G. (1947) – Gruta da Nascente do Rio Almonda. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. XI: 1–2, p. 171–187.

SMITH, B.H. (1991) – Standards for human tooth formation and dental age assessment. In KELLEY, M.A.; LARSEN, C. S., eds. – *Advances in Dental Anthropology*. New York: Wiley–Liss. p.143–168.

TRINKAUS, E.; BAILEY, S. E.; ZILHÃO, J. (2001). – Upper Paleolithic human remains from the Gruta do Caldeirão, Tomar, Portugal. *Revista Portuguesa de Arquelogia*. Lisboa. 4, p. 5–17.

TRINKAUS, E.; HILTON, C. E. (1996) – Neandertal pedal proximal phalanges: diaphyseal loading patterns. *Journal of Human Evolution*. London. 30, p. 399–425.

TRINKAUS, E.; MAKI, J.; ZILHÃO, J. (2007) – Middle Paleolithic Human Remains from the Gruta da Oliveira (Torres Novas), Portugal. *American Journal of Physical Anthropology*. New York. 134, p. 263–273.

TRINKAUS, E.; MARKS, A. E.; BRUGAL, J.–PH.; BAILEY, S. E.; RINK, W. J.; RICHTER, D. (2003) – Later Middle Pleistocene human remains from the Almonda Karstic system, Torres Novas, Portugal. *Journal of Human Evolution*. London. 45, p. 219–226.

TURNER, C.; NICHOL, C.; SCOTT, G. (1991) – Scoring procedures for key morphological traits of the permanent dentition: The Arizona State University Dental Anthropology System. In KELLEY, M.; LARSEN, C.S., eds. – *Advances in Dental Anthropology*. New York: Wiley Liss. p. 13–31.

TWIESSELMANN, F.; BRABANT, H. (1967) – Nouvelles observations sur les dents et les maxillaires d'une population ancienne d'âge franc de Coxyde (Belgique). *Bulletin du Groupement International pour la Recherche Scientifique en Stomatologie*. Brussels. 10, p. 5–180.

WENINGER, B.; JÖRIS, O. (2004) – Glacial Radiocarbon Calibration. The CalPal Program. In HIGHAM, T.; BRONK RAMSEY, C.; OWEN, C. (eds.) – *Radiocarbon and Archaeology. Fourth International Symposium, Oxford, 2002*. Oxford: Oxbow Books. p. 9–15 (Oxford University School of Archaeology Monographs; 62).

ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. Lisbon: Edições Colibri.

ZILHÃO, J.; MAURÍCIO, J.; SOUTO, p. (1991) – A Arqueologia da Gruta do Almonda. Resultados das escavações de 1988–89. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas. Lisboa, 1990*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 161–171.

ZILHÃO, J.; MAURÍCIO, J.; SOUTO, p. (1993) – Jazidas arqueológicas do sistema cársico da nascente do Almonda. *Nova Augusta*. Torres Novas. 7, p. 35–54.

ZILHÃO, J.; MCKINNEY, C. (1995) – Uranium–Thorium dating of Lower and Middle Paleolithic sites in the Almonda karstic system (Torres Novas, Portugal). In *Actas da 3.ª Reunião do Quaternário Ibérico*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 513–516.

ZILHÃO, J.; TRINKAUS, E., eds. (2002) – *Portrait of the Artist as a Child. The Gravettian Human Skeleton from the Abrigo do Lagar Velho and its Archeological Context.*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, p. 1–609. (Trabalhos de Arqueologia; 22)

Finalmente, o renascer da Gruta da Feiticeira!! Er Grah e o megalitismo da Bretanha. Notas de leitura.

VICTOR S. GONÇALVES*, ANA CATARINA SOUSA**

RESUMO

A Bretanha é um lugar mítico para o megalitismo e para as manifestações simbólicas e mágico-religiosas das antigas sociedades camponesas. Sítios como Gavrinis ou Barnenez entram entre as maiores referências da Pré-História europeia. Mas o conjunto do Grande Menir Quebrado, a Table des Marchands e Er Grah provocaram sempre admiração e levantaram numerosas questões, a tal ponto é grandiosa a sua arquitectura e escasso o espólio associado.

Charles-Tanguy Le Roux aborda Er Grah com a mesma tranquilidade com que investigou Gavrinis. Organiza, com uma equipa aplicada, um excelente trabalho. É o momento de lhe agradecer um contributo muito importante para o avanço da ciência. Avanço da ciência que, ao contrário do que se chegou a afirmar, é indispensável para a reconstrução do passado e escassamente se encontra na arqueologia que não é, de raiz, de investigação. E aqui temos Arqueologia a sério. Com resultados que bem poderiam despertar entre nós esse gosto, demasiadas vezes ausente, pelo trabalho de grupo, bem focado nas realidades-objecto. Ler este livro foi, a muitos títulos, um prazer. E os leitores, que o leram e anotaram, dedicam esta descrição e estes comentários a um querido Amigo, por ele responsável.

Palavras-chave: Bretanha – Antigas sociedades camponesas – Megalitismo – Er Grah

* Grupo de estudo das antigas Sociedades Camponesas. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, P-1600-214 LISBOA. E-mail: vsg@campus.ul.pt

** Grupo de estudo das antigas Sociedades Camponesas. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, P-1600-214 LISBOA. E-mail: sousa@campus.ul.pt

ABSTRACT

Brittany is a mythical place in terms of megalithism and the symbolic and magico-religious manifestations of early peasant societies. Monuments as Gavrinis and Barnenez are major references of European Prehistory. However, the assemblage of the Great Broken Menhir, the Table des Marchands and Er Grah have always caused amazement and raised many questions, such is the greatness of their architecture and scarce the associated archaeological remains.

Charles-Tanguy Le Roux deals with Er Grah with the same ease that he has investigated Gavrinis. With a hard-working team he made an excellent job. It is time to thank him a very important contribution to the advancement of science. Development of science that, unlike what has been stated before, is indispensable to the reconstruction of the past, and is barely found within archaeology that is not oriented to research. This is true Archaeology. With results that might awaken among us the enjoyment of group work, full-focused on object-realities. Reading this book has been a pleasure, for several reasons. The readers, who read and took notes, dedicate this article to a dearest friend, the team leader of this work.

Keywords: Prehistoric Brittany – Early peasant societies – Megalithism – Er Grah

1. O OBJECTO E A SUA LEITURA

Criticar uma publicação organizada (e em grande parte escrita) por um amigo de longa data não é, por vezes, tarefa fácil. Às vezes temos mesmo desagradáveis surpresas e a decepção instala-se. Felizmente, não é esse o caso. Er Grah, como outros monumentos da Bretanha, justificava há muito uma monografia «moderna». Que agora passa a ter, que tem nota alta e que vamos rapidamente apresentar. Seleccionámos aspectos estruturantes do texto, deixando para outros contextos as análises detalhadas de espólios antigos e da própria história dos monumentos. Que vimos ao vivo na Bretanha de recortadas costas e vinhoso mar, como diria o mediterrânico bardo (se alguma vez lá tivesse estado…).

Após uma longa história, que inclui as reacções populares ao monumento, o manuscrito do Marquis de Robien, as primeiras escavações na Table de Marchands, *o histórico momento da descoberta de esse extraordinário monumento megalítico que é* Gavrinis *(1836), inicia-se, cinquenta anos depois, uma série de trabalhos, conduzidos por Jean L'Helgouac'h, que um de nós (VSG) ainda observou directamente. Após a morte de L'Helgouac'h, os trabalhos continuaram e este é, de algum modo, um ponto alto, a primeira grande publicação monotemática.*

Desde há muito que o megalitismo bretão se liga ao megalitismo português. E o sucesso de palavras como *dolmen*, *kerb* ou *cairn*, são disso prova suficiente. As representações na arte rupestre, a suposta antiguidade do megalitismo e a longa história da pesquisa nas duas áreas explicam pontos de contacto, reforçados pela presença de investigadores do megalitismo bretão em reuniões de debate científico em território peninsular. Para além da conhecida tríade fundadora do estudo científico do megalitismo bretão e da sua divulgação internacional, Giot-Briard-L'Helgouac'h, destaca-se naturalmente Charles-Tanguy Le Roux, que, ao contrário dos anteriores, participou em reuniões científicas em Portugal: «Transformação e Mudança» em Cascais (1994), «1.º Colóquio Internacional sobre Megalitismo»

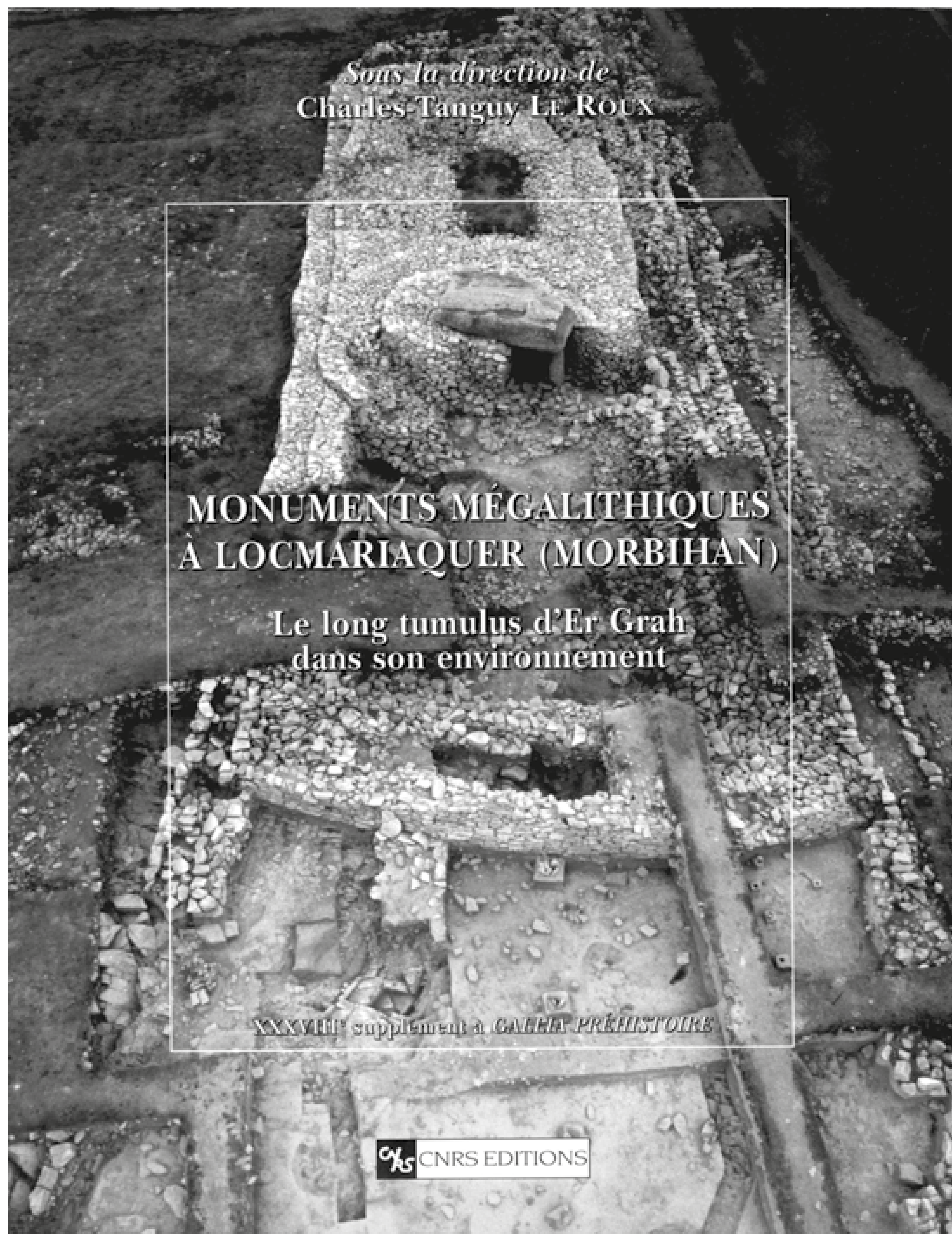


Fig. 1 – Capa da monografia sobre Er Grah.

em Reguengos de Monsaraz (1996) ou o «2.º Colóquio Internacional» em Reguengos de Monsaraz (2000) onde foi, aliás, objecto de uma homenagem (Le Roux, 2000; 2003; Gonçalves, 2003).

Como conservador de bens culturais da Bretanha, Charles-Tanguy Le Roux assumiu grandes responsabilidades na investigação, conservação e gestão do património megalítico da Bretanha, facetas incluídas na obra em análise, a qual constitui mais do que um estudo monográfico, antes reflectindo um projecto integrado para o megalitismo de Locmariaquer. Com edição de 2007, a génese desta obra remonta a 1986, aquando do início do programa de investigação lançado pelo Ministério da Cultura, com o conjunto *Table des Marchands*, *Le Grand Menhir Brisé* e o *Tumulus* d'Er Grah. Tratava-se de uma equipa mista, do Ministério da Cultura e do CNRS.

A morte do responsável do CNRS (Jean L'Helgouac'h) interrompeu o processo, ainda que se espere um segundo volume sobre a *Table des Marchands* e o *Grand Menhir*. Esta publicação é assumidamente colectiva, quer pelo número de autores intervenientes (11 autores: Amonmnat Kiratisin, Anne Gebhardt, Anne Tresset, Charles – Tanguy Le Roux, Dominique Demaille, Dominique Marguerie, Eric Gaumé, Guirec Querré, Jean-Denis Vigne, Jean-Yves Tinévez, Yannick Lecerf) quer por todos aqueles que contribuiram para a sua concretização nos trabalhos de campo desenvolvidos entre 1986 e 1997: «C'est a chacun de ces intervenants, si divers et pourtant tous indispensables, que ce volume est dédié, avec une pensée toute particulière pour la mémoire de Jean L'Helgouac'h qui n'aura pas pu voir l'aboutissement d'un programme auquel il avait consacré les dix dernières années de sa carrière scientifique» (Le Roux, 2007, p. 52).

A organização da obra reflecte assim uma considerável variedade de perspectivas, encontrando-se estruturada em três partes e um bloco de Anexos.

2. AS ÁRVORES, A FLORESTA E O QUE ESTÁ DEBAIXO

A primeira parte *(O ambiente Natural e Humano)* integra os elementos que contextualizam a escavação de Er Grah, quer em termos da paisagem, da gestão patrimonial e da contextualização do megalitismo regional.

A *leitura da paisagem* integra diversos capítulos que traduzem a diversidade de estudos geológicos, pedológicos, sedimentológicos e arqueobotânicos:
I – A paisagem actual e as suas origens – Charles-Tanguy Le Roux;
II – Os solos, o seu coberto vegetal e a sua utilização no Neolítico – Anne Gebhardt e Dominique Marguerie;
III – A geologia base e as suas implicações – Guirec Querré.

A leitura da evolução da linha de costa do golfo de Morbihan constitui naturalmente uma base fundamental para a compreensão do megalitismo regional. A proposta apresentada defende que este monumento se localizaria na linha de costa, antes da criação da península de Locmariaquer, numa fase de sucessivas transgressões marinhas, registando-se um forte impacto da introdução da agricultura, com a sucessiva desflorestação e crescimento das culturas cerealíferas. Em termos geológicos, a península de Locmariaquer constitui um maciço granítico, estando assim disponível uma excelente matéria-prima para a construção de megálitos, mas situação diversa se aplica ao grés e ao ortognaisse, utilizados para os grandes menires, e que obrigariam a deslocações de grandes distância, eventualmente transporte por via marítima.

A *gestão patrimonial* inclui a história das pesquisas e da protecção legal (*IV – A tomada de consciência de um património, V – A gestão e o estudo dos megálitos de Locmariaquer*), textos da autoria de Charles-Tanguy Le Roux, que reflectem a sua carreira como Conservador Geral de Bens Culturais da Bretanha e a produção bibliográfica sobre gestão patrimonial (vide por exemplo Saujot e Le Roux, 2004). A história das pesquisas inclui um extenso historial desde as primeiras menções ao megalitismo armoricano, em estudos de antiquários como Pierre Garcie Ferrande (1480) ou do Marquês Christophe-Paul de Robien (1756), até às campanhas de escavação no século 19. A análise inclui uma proposta de origem etimológica para o topónimo Er Grah na lingua bretã: «Le nom de Men Er Groah dérivé de l'appellation cadastrale de la parcelle et issu d'un probable amalgame entre *Groh* (la grotte) e *Groac'h* (la sorciére)» (p. 35).

Face a um tão longo historial de pesquisa, a planificação da escavação em Er Grah resultou complexa, ainda que as pesquisas prévias se tivessem concentrado na área da câmara, permanecendo a restante área praticamente intocada. A apresentação da metodologia e historial das escavações (cap. VII – *La Mise en place du Chantier*) é efectuada por Charles-Tanguy Le Roux, Yannick Lecerf (também conservador de bens culturais) e Jean-Yvves Tinévez (CNRS) autores de diversos textos do volume.

3. AU PAYS DE LA DÉMESURE MÉGALITHIQUE

A contextualização do megalitismo regional, da autoria de Charles-Tanguy Le Roux,é encabeçada por um título impressivo «*Au pays de la démesure mégalithique*», que, livremente, se poderia traduzir em português por «Na terra do excesso megalítico».

A identidade cultural do megalitismo de Locmariaquer é aqui analisada em quatro grandes áreas: gigantismo, transporte, reutilizações e arte parietal. A

conjugação das características atrás mencionadas é interpretada de forma articulada. Assim, o transporte de blocos gigantes indica uma intenção firme de instalar os monumentos num ponto exacto. As reutilizações mostram a dinâmica do fenómeno e a sua persistência (15 séculos entre as primeiras estelas e as *Pierres Plates*). Estas características concentram-se na península de Locmariaquer, verdadeiro centro de gravidade do megalitismo armoricano que, por sua vez, é um dos centros de gravidade da arte megalítica europeia. São ainda avançadas razões para fixação naquele ponto do litoral sul armoricano, com explicações de âmbito natural, uma vez que se tratava do limite da área de cheias, e analisadas possíveis continuidades prévias, com o povoamento do Mesolítico final e as necrópoles de Téviėc e Hoëdic criando precocemente estruturas sociais complexas.

4. O CEMITÉRIO NOVO E O VELHO...

A segunda parte – *As escavações do Novo Cemitério e de Er Grah*, apresenta os dados arqueográficos das escavações dirigidas por Charles-Tanguy Le Roux, Yannick Lecerf e Jean-Yves Tinévez.

As *escavações do Cemitério Novo* (cap. VIII) correspondem a uma minimização de impactos na área envolvente do complexo megalitico de Er Grah – Table des Marchands. A área afectada foi objecto de decapagens mecânicas num total de 5000 m^2. O acompanhamento e limpeza da área permitiu identificar zonas com pouca potência estratigráfica, e outras, com maior potência e onde se registavam mais indicadores de ocupação, tendo-se procedido à escavação manual de 2000 m^2, dividida em 8 zonas. Na proximidade de Er Grah, regista-se um maior número de vestígios, como 7 estruturas de combustão e a presença de materiais, incluindo abundantes cerâmicas do Neolítico médio.

O objectivo central da monografia é analisado nos capítulos subsequentes, dedicados ao monumento de Er Grah. No capítulo IX, *A escavação de Er Grah. Problemática e estratégia*, são apresentados os diagnósticos prévios, os objectivos e estratégias de intervenção. Na metodologia da intervenção, salienta-se a vertente patrimonial: «la nécessité déontologique de respecter au maximum les structures architecturales conservées d'autre part, surtout lorsque leur démontage risquai de présenter un intérêt scientifique limité» (p. 77).

A escavação de 2340 m^2 foi norteada por um ambicioso conjunto de objectivos, nomeadamente o estudo estrutural do monumento, completando os trabalhos prévios muito antigos e simplificados de Le Rouzic, a caracterização da sepultura tradicionalmente entendida como *dolmen de corredor*; a análise dos contextos de construção de estruturas anteriores ou contemporâneas da construção e, finalmente, o estabelecimento das relações com os monumentos do sítio, *Table*

des Marchands e *Grand Menhir*. Sumariamente foram identificadas três grandes fases (e um prólogo):
0. substrato geológico natural;
1. paleossolo e remanescentes pré-megalíticos;
2. construção e funcionamento do monumento no Neolítico;
3. conjunto de acontecimentos pós-neolíticos.

A *descrição das estruturas arquitectónicas* (cap. X) assume grande importância nesta monografia, incluindo a análise do sepulcro, o *cairn* primário, o *Tumulus* de terra e as estruturas de fecho. A Câmara encontrava-se sensivelmente como a descreveu Le Rouzic em 1908, com degradação e acumulação de detritos após as grandes intervenções arqueológicas na longa história das pesquisas deste monumento. O *cairn* primário apresenta-se como um maciço trapezoidal de 43 m de comprido por 11 a 14 m de largura, envolvendo o núcleo subcircular. O núcleo subcircular encontra-se degradado a Sul, com aparelho colocado de forma a suportar o peso do chapéu megalítico. O espaço entre os paramentos de acesso ao sepulcro encontrava-se preenchido com escombros de 20 a 50 cm de dimensão. Esta condenação de um espaço encontrava-se cercada por um paramento, o que indica que o *cairn* foi construído em duas fases. No limite norte, foi intervencionada a trincheira aberta por Le Rouzic, o que permitiu identificar um núcleo central com uma camada mais ou menos espessa de areia, depositada sobre o depósito aluvionar para elevar o *cairn*. Foram ainda identificadas sequências de buracos de poste com alinhamentos, sendo proposto que estes sustentassem os vestígios de uma estrutura tipo paliçada para suster a areia. Este eixo de paliçada cruza o centro da laje de cobertura do sepulcro, orientado pelo *Grand Menhir*. Trata-se de uma estrutura axial: «On peut donc envisager qu'une grande palissade (donnant par ailleurs un axe de symétrie quasi parfait pour l'ensemble du prolongement sud d'Er Grah) ait été dressée entre ces deux repères (donc avant la chute du menhir) e ait servi de ligne de foi pour l'établissement d'un véritable réseau orthonormé» (p. 98).

Também os limites da estrutura foram analisados, incluindo os paramentos nos limites ocidentais e orientais e as *banquettes* laterais, a Norte, com o reaproveitamento de menires. Na extremidade Sul, parte do monumento foi arrasada aquando da construção de uma estrada, dificultando a leitura entre Er Grah e o alinhamento do Grand Menhir, (escavações de L'Helgouac'h).

As estruturas megalíticas não foram edificadas em terreno virgem: em todas as zonas sondadas, surgem vestígios arqueológicos prévios à edificação do monumento. A leitura das *estruturas pré-monumentais* (capítulo XI) abrange todo o monumento, evidenciando-se a existência de depósitos (de esqueletos de bovídeos e artefactos de variscite) e de várias estruturas de combustão. A função do sítio pré-

megalítico permanece por compreender, ainda que seja referido que não é um local puramente profano, hipótese indiciada pela presença da fossa dos bovídeos com cronologia muito antiga e da concentração de lareiras com cerâmicas do Neolítico médio, sem outras estruturas associadas. Paisagisticamente, tratava-se de uma área aberta, com campos de trigo. A escolha exacta da área de implantação da câmara funerária pode ser explicada pela presença da referida fossa dos bovídeos e pela geometria entre os vários monumentos megalíticos de Locmariaquer, tratando-se da dobra do terreno que vem em continuidade com Mané Lud e que a partir daí tem uma ligeira pendente para o *Grand Menhir* e a *Table des Marchands*.

5. PARA A SIMBÓLICA DOS BOVÍDEOS NÃO SE PRECISA DE DNA... OU SERÁ QUE...?

Valoriza-se a identificação de um *depósito de bovídeos* nos níveis que antecedem a construção de Er Grah, dedicando-se a este tema um capítulo (XII) da autoria de Anne Tresset e Jean-Denis Vigne. A identificação deste depósito em Er Grah poderá indicar que a raridade dos restos faunisticos em monumentos megalíticos é consequência de problemas tafonómicos determinados pela má conservação de restos faunísticos, dificilmente detectáveis em escavações antigas. Os ossos encontravam-se pulverizados, apresentando a face externa com fragmentos e a face interna apenas com os negativos. Os bovídeos encontravam-se depositados numa fossa subcircular escavada no paleossolo e coberta pelo depósito aluvionar e as carcaças teriam sido protegidas por estrutura perecível (ramos?), coberta por pedras. Apesar da impossibilidade em datar directamente estes bovídeos, por falta de colagéneo, é destacada a relação a datações sobre carvão em associação indirecta (4965-4714 Cal A.C.; 5419-5069 Cal A.C.). Em termos estratigráficos, o depósito pode ser integrado segundo duas hipóteses:

1. numa fase inicial do Neolítico médio anterior à extensão Sul do Monumento
ou
2. numa fase inicial de formação do paleossolo, o que explicaria as datas antigas.

Esta é a hipótese defendida. Em termos arqueozoológicos, trata-se de dois indivíduos adultos (provavelmente uma fêmea e um macho), animais domésticos com dimensão superior aos da cultura de Villeneuve Saint Germain (VSG).

A ausência de datações directas dificulta a leitura, mas a hipótese de se tratar de um depósito de finais do Mesolítico é defendida face a paralelos com as necrópoles de Begen Vil, Téviéc e Hoëdic, onde também se detectaram animais domésticos em contextos mesolíticos (Schulting, 1996), suportando-se com o modelo de neolitização proposto por Grégor Marchand, que salienta a existência de contactos precoces e coexistência entre as comunidades de caçadores recolec-

tores bretãs e os grupos neolíticos do Rubané (Marchand, 2003). Por outro lado, a hipótese de se tratar de um depósito neolítico (da cultura Castellic, Neolítico médio) é sustentada face à importância da temática dos bovídeos na arte megalítica. Caso se confirme a cronologia mesolítica do depósito de Er Grah, este seria uma das primeiras materializações de um tema simbólico que se generalizará em todo o Neolítico europeu.

6. E QUANTO À CULTURA MATERIAL?

O *estudo da cultura material* (Parte 3) é efectuado por vários autores, fundamentalmente Jean-Yves Tinévez (XIV. O espólio do Novo Cemitério, XV. O espólio de Er Grah e da área envolvente, XVI. O Nível de Base de Er Grah. Material lítico, XVII. O nível de base de Er Grah. A Cerâmica; XVIII. O material proveniente da massa do monumento e da superfície). Charles – Tanguy Le Roux estuda as recolhas antigas (capítulo XXI), Amonmnat Kiratisin e Dominique Demaille as contas de variscite (capítulo XIX) e o estudo morfo-funcional dos percutores de Er Grah (capítulo XX) é assegurado por Eric Gaumé.

Relativamente ao espólio do *Cemitério Novo*, a extensa área escavada resultou em apenas 2500 artefactos, recolhidos em áreas de concentração de material, e outros sem qualquer espólio associado. A extrema fragmentação e rolamento da cerâmica indicam que se trata de ocupações difusas e esporádicas. A ocupação pré-megalítica é ténue, não existindo indicações de materiais anteriores ao Neolítico médio, sendo mais abundantes os materiais integráveis no Calcolítico e Bronze antigo e sendo apontada a possível associação a pequenas sepulturas da área SE de Er Grah e até mesmo ao espólio de ouro da *Table des Marchands*.

O estudo do espólio de Er Grah e da área envolvente foi faseado em três conjuntos:
1. o nível de abandono e a carapaça pétrea;
2. o desmonte das estruturas do monumento;
3. o nível de base, de onde provem a maior parte do espólio.

O estudo foi também organizado por sectores.

Relativamente ao nível de base, o material lítico evidenciou a grande homogeneidade da colecção e indícios de debitagem no sítio, com um maior número de utensílios junto à fachada do monumento. A cerâmica deste nível (cerca de 40 recipientes) apresenta-se como um conjunto muito fragmentado, o que traduz uma actividade intensa antes da edificação do monumento, mas durante um período curto.

Quanto ao material incluído na estrutura do monumento e à superfície, corresponde a material abandonado durante a construção ou que foi incorporado

por percolação. Destaca-se a presença de cerâmica Castellic no *cairn* primário e materiais do 4.º e 3.º milénios, depositados quando o monumento se encontrava já, em parte, degradado.

As *contas de variscite* são objecto de um estudo circunstanciado, uma vez que podem traduzir um depósito de fundação. É apresentada a problemática da determinação das áreas de proveniência das pedras verdes. Através de análises não destrutivas, aponta-se para possível proveniência da região sul armoricana.

O *estudo morfo-funcional dos percutores de Er Grah* (202 percutores), parece indicar que o talhe dos esteios tenha sido efectuado com o recurso à percussão, quer em elementos arquitectónicos de Er Grah quer no *Grand Menhir*, devendo ser destacado que a maior parte dos percutores de Er Grah foram recolhidos entre os elementos arquitectónicos.

A análise de conjunto do espólio de Er Grah pode indicar leituras da sequência de ocupação. Assim, apenas 4 peças apresentam uma cronologia mais antiga e a maior parte dos materiais remete para o Neolítico médio, apesar da data antiga da fossa dos bovídeos. A sul do *cairn* primário, verifica-se maior densidade de achados, provavelmente ligados à presença de paliçadas, criando um efeito de parede contra a linha axial.

O longo historial das pesquisas em Er Grah e na Bretanha megalítica evidencia a complexidade de linhas de leitura intercruzadas: arquitecturas, práticas funerárias, usos e condenações, pré-existências e usos posteriores (incluindo as antigas pesquisas arqueológicas).

7. A CRONOLOGIA ABSOLUTA (E EM CONCLUSÃO)

O Anexo III, redigido por Charles-Tanguy Le Roux, é sem dúvida um dos mais interessantes dos quatro publicados em fim de volume. O primeiro consistia numa descrição pormenorizada do depósito de bovídeos, o segundo, talvez insuficiente, analisava sob o ponto de vista petro – arqueológico algumas cerâmicas do Cemitério Novo e de Er Grah (sendo lícito perguntar porquê tão poucas). O anexo IV consiste num inventário de monumentos megalíticos de Locmariaquer.

O anexo III tem justamente como objecto as cronologias absolutas disponíveis, acompanhadas por gráficos onde surgem calibradas pela versão 3.3. do OxCal. Há sem dúvida uma data bizarra (A 8914, de 6305+-70 BP), mas as restantes organizam-se solidamente no 5.º e no 4.º milénio a.n.e. Algumas datas distribuem-se mesmo na dobragem do milénio, mas há uma boa presença estatística referente tanto ao 4.º como ao 3.º milénios. E é curioso verificar que pelo menos um autor se recusou a calibrar datas sobre concha, considerando a sua

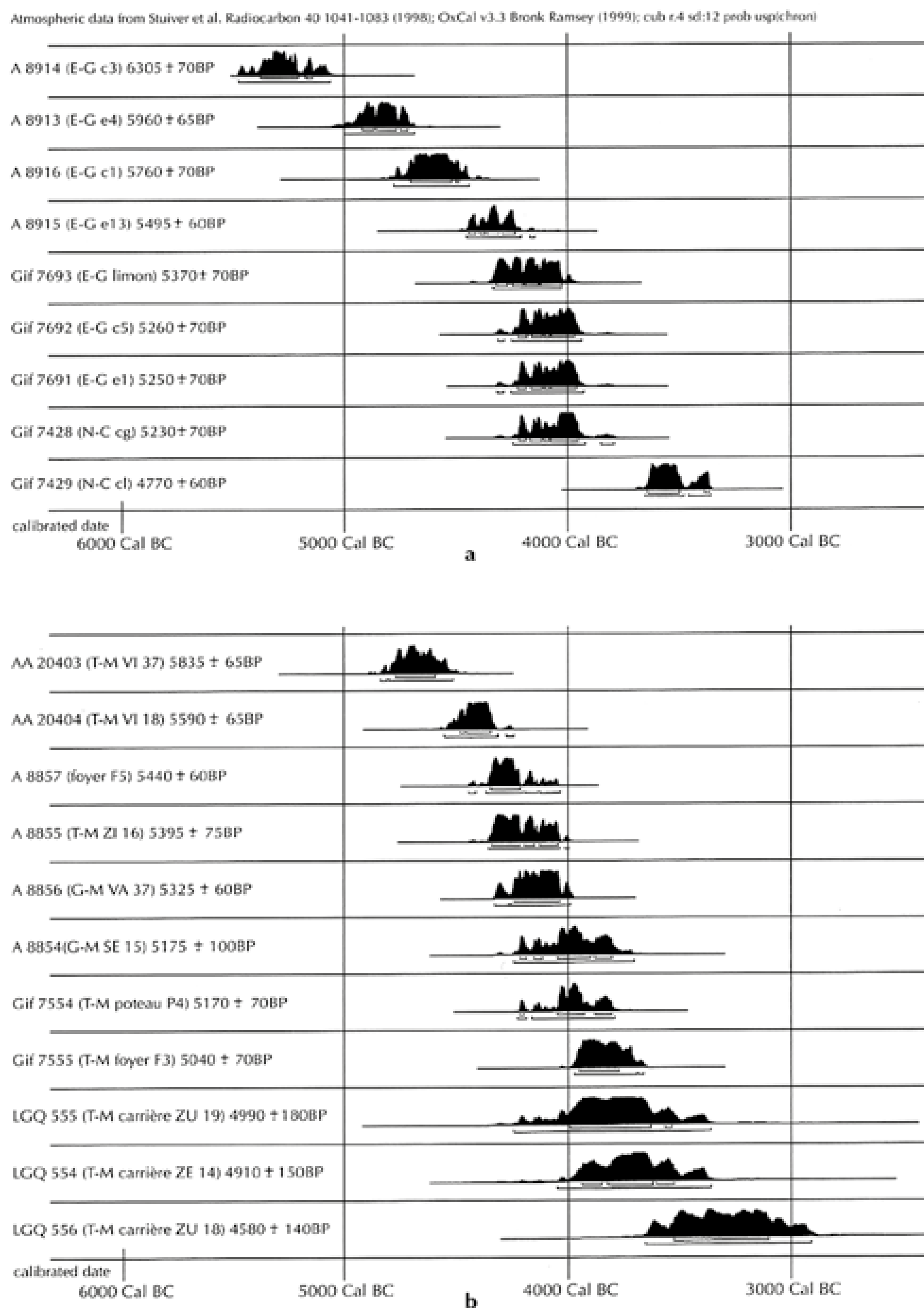


Fig. 2 – Datas de radiocarbono de Locmariaquer: A – Er Grah e Cemitério Novo; B – Grand Menhir – Table des Marchands; C – Outros sítios (turfeira de Kerpenhr e escavação de Rovick). (Morzadec, 2006, p. 267).

pouca fiabilidade. A vários títulos, as datas fiáveis representam uma boa lição para os defensores da antiguidade do megalitismo português em relação ao do Morbihan...

Para concluir, recuperamos as palavras de J. L'Helgouac'h, num dos últimos textos que publicou. Helgouac'h a quem Charles-Tanguy Le Roux dedica a monografia de Er Grah. Reflexão que podemos aplicar transversalmente ao desafio das intervenções e estudo de monumentos megalíticos:

«La fouille des grandes architectures de pierres est une affaire complexe, et, contrairement à l'idée que l'on pourrait se faire, nous sommes loin d'en posséder une vision complète ; il ne suffit plus de se contenter d'étudier leur fonction funéraire, si intéressante soit-elle quand les vestiges osseux sont préservés. Dans les régions où ces vestiges ont disparu ou sont mal conservés, l'attention doit se porter sur d'autres fonctions, et en particulier la fonction monumentale. Encore ne suffit-il pas de dégager des murs de parement. Nous savons trop peu de chose sur l'intégration de ces édifices dans le paysage et à l'intérieur du territoire des sociétés. Enfin, l'histoire des grandes architectures de pierre n'est pas seulement celle de leur construction, mais aussi celle de leur abandon et de leur destruction il est à parier que nous ne sommes pas au bout des surprises pour peu qu'une attention plus forte soit portée à ces mal-aimés que l'on appelle éboulis.» (L'Helgouac'h, 1996, p. 422-423)

A terminar: uma bela monografia, verdadeiramente multidisciplinar, muito bem focada no seu tema. Charles-Tanguy Le Roux *a bien fait son travail*.

O segundo volume, por favor?

Lisboa, Primavera de 2010

LE ROUX, C-T., ed. (2007) – *Monuments mégalithiques à Locmariaquer (Morbihan). Le long tumulus d'Er Grah dans son environnement*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. (Supplément à Gallia Préhistoire; XXXVIII).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEMOULE, J.P., ed (2007) – *La Révolution néolithique en France*. Paris: La Découverte.

GONÇALVES, V. S., ed. (2000) – *Muitas antas, pouca gente? Actas do 1.º Colóquio Internacional sobre Megalitismo.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

GONÇALVES, V. S., ed. (2003) – *Muita gente, poucas antas? Espaços, Origens e Contextos do Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Actas do 2.º Colóquio internacional sobre Megalitismo. Reguengos de Monsaraz, 2000.

L'HELGOUAC'H, J. (1983) – Les idoles qu'on abat... *Bulletin de la SPM*, 110, p. 57-68.

L'HELGOUAC'H, J. (1996) – Mégalithes armoricains : stratigraphies, réutilisations, remaniements. *Bulletin de la Société préhistorique française*. Paris. tome 93, N. 3. p. 418-424.

LE ROUX, C.-T. (2000) – Il faut qu'une tombe soit ouverte ou fermée. In GONÇALVES, V. S. – *Muita gente, poucas antas*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 267-282.

LE ROUX, C.-T. (2003) – Les menhirs d'Armorique et leur place dans la vie des homes du Néolithique. In GONÇALVES, V. S. – *Muitas antas, pouca gente*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 371-383.

MARCHAND, G. (2003) – Les zones de contact Mésolithique / Néolithique dans l'ouest de la France: définition et implications. In *GONÇALVES, V. S. ed – Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia p. 181-197. (*Trabalhos de Arqueologia*; 25)

SAUJOT. C.; LE ROUX, C.– T. (2004) – *Le droit français de l'archéologie*. Paris : Éd. Cujas. 381 p.

SCHULTING, R. J. (1996) – Antlers, bone pins and flint blades: the Mesolithic cemeteries of Téviëc and Hoëdic, Brittany. *Antiquity.* London. 7, p. 335-350.

Sobre a reconstrução de estruturas defensivas do Calcolítico na Península Ibérica com base na Torre B de Zambujal (Torres Vedras, Lisboa)*

MICHAEL KUNST**, FELIX ARNOLD***

RESUMO

O invulgar estado de conservação do Zambujal permitiu-nos avançar com diversos modelos de reconstrução do aspecto original das estruturas de fortificação dum povoado calcolítico. No seguinte artigo serão primeiro analisados os resultados das escavações obtidos por E. Sangmeister e H. Schubart junto à Torre B, particularmente bem conservada, seguindo-se a apresentação de novas reflexões a seu respeito. Tendo como base a estratigrafia e o conjunto de achados em cerâmica, é-nos possível compreender o processo de destruição da torre, bem como tirar conclusões acerca da forma e da função do espaço interior, coberto por uma abóbada. Em seguida descreve-se o processo de determinação da altura deste espaço interior, tendo como ponto de partida as dimensões da «falsa cúpula» desta abóbada, encerrando com um estudo da estrutura superior da torre.

Palavras-chave: Calcolítico – Zambujal – estrutura de fortificação – torre – falsa cúpula – estratigrafia.

* Tradução do Alemão para o Português de Leonardo Guerra. E-mail: leocfrg@googlemail.com

** Deutsches Archäologisches Institut, Abteilung Madrid Calle Serrano 159 28002 Madrid, Espanha.
E-mail: kunst@madrid.dainst.org

*** Deutsches Archäologisches Institut, Abteilung Madrid Calle Serrano 159 28002 Madrid, Espanha.
E-mail: arnold@madrid.dainst.org

ABSTRACT

Zambujal's good state of preservation allowed us to put forward several models to reconstruct the original appearance of a Copper Age fortified settlement. The present article will first consider the results of the excavations carried out by E. Sangmeister and H. Schubart at the Tower B, particularly well-preserved, being followed by the presentation of new viewpoints about it. Based on the stratigraphic evidence and the pottery finds, the history of the tower can be described as well as conclusions drawn on the form and function of its inner space. Then, the height of this inner space is calculated based on general characteristics of corbelled vaults, ending with a study of the upper structure of the tower.

Keywords: Copper Age – Zambujal – fortifications – tower – corbelled vault – stratigraphy.

1. OS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS E A SUA INTERPRETAÇÃO

Introdução

Na passagem do IV para o III milénio a.C. apareceram as primeiras estruturas fortificadas em pedra na Península Ibérica. Estas localizam-se principalmente a sul e a oeste (Fig. 1)[1] e estão relacionadas com numerosas inovações que acabaram por definir uma época na Península Ibérica denominada Idade do Cobre, Calcolítico ou Eneolítico, anteriormente também Idade do Bronze I (Bronce I) (Almagro Basch 1959). Entre estas inovações sobressaem as seguintes: inovações arquitectónicas como a construção de muros de dois panos[2] e de «falsas cúpulas»[3], sobretudo em construções funerárias (Leisner e Leisner, 1943, p. 289-312), mas também em povoados. Para tal eram utilizadas lajes de pedra trabalhadas especificamente para o uso na construção da fortificação[4], bem como blocos de adobe na construção de casas (Kalb 1975; v. também Sangmeister e Schubart, 1981, p. 262). Entre as outras inovações mais significativas conta-se a metalurgia do cobre (por exemplo Sangmeister, 1995; Müller et al., 2007) e do ouro (Arm-

[1] Um primeiro mapa dos também mencionados «recintos murados» (v. Jorge, 2003, 15-22) foi publicado por S. Oliveira Jorge (Jorge, 1994, fig. 1); o mapa aquí publicado foi feito através de novas localizações com ajuda do programa Google Earth, mas, lamentavelmente, acabado antes da divulgação do livro sobre «recintos de fosos» (Márquez Romero e Jiménez Jáimez, 2010), onde publicam os autores um novo mapa com 68 «recintos murados» (ibidem, p. 517), mas não fomos capazes de incluir os 11 novos pontos que ainda faltam no nosso mapa.

[2] Acerca do Zambujal escreveu-se «Para além disso provou-se que apenas tinham sido construídos muros com paramento com recurso a uma boa técnica de barro e pedra nos casos em que se dava muito valor à regularidade das faces exteriores. O espaço entre dois panos foi enchido por pedras e argila. Este enchimento muitas vezes não era feito de forma desordenada, antes possuía uma estratificação». Sangmeister e Schubart, 1981, p. 9.

[3] Ver mais abaixo o texto de F. Arnold.

[4] Por exemplo as Torres A e B no Zambujal, ver mais abaixo. As torres circulares ou semi-circulares encontram-se documentadas em quase todas as fortificações calcolíticas da Península Ibérica, embora frequentemente não se encontre a parte superior das mesmas.

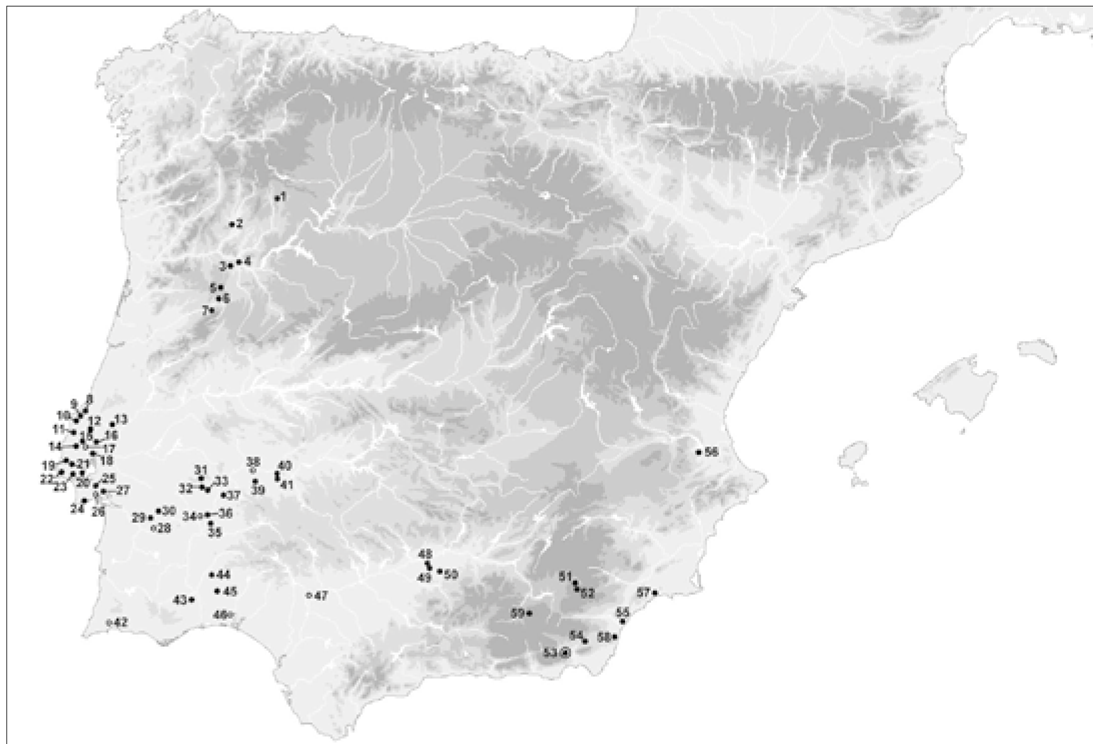


Fig. 1 – Distribuição das fortificações calcolíticas pela Península Ibérica (pontos negros), bem como de alguns povoados de grandes dimensões do Neolítico Final / Calcolítico com sistemas de fosso, em que não foram encontrados indícios de muralhas (círculos negros).
Nome dos sítios:
1 El Pedroso; 2 Castro de Palheiros; 3 Castanheiro do Vento; 4 Castelo Velho do Freixo de Numão; 5 Fraga da Pena; 6 Castro de Santiago; 7 Castelejo; 8 Outeiro da Assenta; 9 Outeiro de São Mamede; 10 Columbeira; 11 Pico Agudo; 12 Pragança; 13 Vila Nova de São Pedro; 14 Zambujal; 15 Castro da Fórnea; 16 Ota; 17 Penedo; 18 Pedra do Ouro; 19 Penedo de Lexim; 20 Moita da Ladra; 21 Olelas; 22 Penha Verde; 23 Leceia; 24 Castro de Sesimbra; 25 Chibanes; 26 Pedrão; 27 Castro da Rotura; 28 Porto Torrão; 29 Monte da Tumba; 30 Monte da Ponte; 31 São Gens; 32 São Pedro (Redondo); 33 São Miguel da Mota; 34 Perdigões; 35 Monte do Tosco I; 36 Porto das Carretas; 37 San Blas; 38 La Pijotilla; 39 Cerro de la Cruz; 40 La Palacina; 41 Palacio Quemado; 42 Alcalar; 43 Santa Justa; 44 Los Vientos de la Zarzita; 45 Cabezo Juré; 46 Papa Uvas; 47 Valencina de la Concepción; 48 El Albalate; 49 Cerro de los Alcores; 50 Marroquíes Bajos; 51 Cerro de la Virgen (Orce); 52 El Malagón; 53 Los Millares com Fortines; 54 Terrera Ventura (Tabernas); 55 Almizaraque; 56 La Ereta de Pedregal; 57 Cabezo del Plomo; 58 Las Pilas; 59 Las Angosturas.
(Mapa base de U. Städtler, L. de Frutos e R. Almeida; Cartografia de E. Puch de acordo com as indicações de M. Kunst).

bruster e Parreira, 1993, p. 22-24) e finalmente um intercâmbio de mercadorias a longa distância, como vêm provar os achados de marfim (Harrison e Gilman, 1977; Schuhmacher e Cardoso, 2007; Schuhmacher; Cardoso e Banerjee, 2009).

Pertencem ainda sensivelmente ao mesmo período (último terço do IV milénio e III milénio a.C.), os túmulos colectivos encontrados sobretudo no nordeste de Espanha, cujos esqueletos evidenciam vestígios de mortes violentas (Fig. 2). Os exemplos mais significativos encontram-se no Túmulo de San Juan ante Portam Latinam (Álava) (Vegas Aramburu, 1999; Vegas Aramburu et al., 1999) e no Hipogeu de Longar (Navarra) (Armendáriz Martija e Irigaray Soto, 1995 a; idem 1995 b), posteriormente também em La Atalayuela (Logroño) (Barandiarán, 1987). No segundo terço do III milénio a.C. este desenvolvimento atingiu o seu auge com o



Fig. 2 – Hipogeu de Longar (Viana, Navarra), golpes em ossos humanos provocados por pontas de sílex (Fotografia J. Patterson: D-DAI-MAD-PAT--R-147-97-07).



Fig. 3 – Vasos campaniformes, pontas de seta em sílex, pontas de Palmela, punhais de lingueta e um braçal de arqueiro do túmulo de La Sima (Miño de Medinaceli) (Fotografia J. Patterson: D-DAI-MAD-PAT-R-61-2000-01).

«Fenómeno Campaniforme» (Strahm, 1995, p. 7-8). Os túmulos, caracterizados precisamente pela inclusão de um vaso campaniforme, contêm frequentemente outros artefactos considerados como armas: pontas de seta em sílex e em cobre, pontas de tipo Palmela e punhais de lingueta. Em lugar dos numerosos achados de vasos campaniformes apresentar-se-á aqui como um exemplo de um túmulo colectivo com vasos campaniformes do estilo marítimo, alguns achados do túmulo de La Sima (Miño de Medinaceli) (Rojo et al., 2005, p. 123-160) (Fig. 3) e como um exemplo de uma sepultura individual do grupo de Ciempozuelos o inventário da sepultura de Pago de la Peña (Villabuena del Puente, Zamora) (Maluquer de Motes, 1960, p. 121-129; Harrison, 1977, p. 160-163) (Fig. 4). Todos os indícios apontam para uma época tumultuosa, durante a qual os conflitos bélicos se acumularam (Kunst, 2000, p. 140). Também nas fortificações se encontram centenas de pontas de seta em sílex. Somente no Zambujal, Hans-Peter e Margarethe-Uerpman contaram 969 exemplares (Uerpmann e Uerpmann, 2003, p. 69), sendo que o tipo «Mitra» parece concentrar-se em redor da barbacã e de outras estruturas semelhantes (*ibidem*, p. 100). Comparando o Zambujal com povoados neolíticos a nível da relação entre o número de pontas de seta e as ocorrências de animais de caça, os autores concluem que «a fortificação terá sido efectivamente local de disputas armadas ocasionais ao longo da sua larga história» (*ibidem*, p. 102). Não foram esclarecidos até hoje os motivos que levaram à evolução dos primeiros povoados neolíticos sedentários a grandes fortificações, numa altura em que pela primeira vez em toda a Península Ibérica os guerreiros passaram a ser distinguidos como tal nas suas sepulturas e se começou a procurar protecção no seio destas grandes

e imponentes fortificações, como mais à frente será mostrado. A arqueologia marxista assinala o aparecimento de uma «*sociedad clasista inicial*» (Arteaga, 2000, p. 128-132), visto que no III milénio a.C. parece ter-se alargado o fosso entre os ricos e os pobres, como ficou patente nos túmulos monumentais da necrópole de Valencina de la Concepción, que terão sido erigidos apenas para o culto de indivíduos excepcionalmente ricos, como por ex. em Cueva de la Pastora (Leisner e Leisner, 1943, p. 194 e Est. 68; 98: 2; 101: 2; 102: 2) ou no Dólmen de Matarrubilla (*ibidem*, p. 195 e Est. 69; 102: 3), que se distinguem claramente de várias sepulturas mais modestas (Arteaga e Cruz-Auñón, 1995 a, p. 598-599). Para O. Arteaga e R. Cruz-Auñón as sepulturas de Valencina de la Concepción revelam inclusivamente a existência de uma sociedade estratificada (*ibidem*, p. 598). Já F. Nocete e o seu grupo de investigadores chega a uma conclusão semelhante na região do Andévalo, província de Huelva (Nocete et al., 2004 a, p. 76).



Fig. 4 – Inventário dos vasos campaniformes do túmulo individual de Pago de la Peña (Villabuena del Puente, Zamora) (Fotografia p. Witte: D-DAI-MAD--WIT-R-166-94-09).

Estas fortificações permitem-nos tirar duas ilações: a primeira é a existência de planificadores, provavelmente pouquíssimos indivíduos, contrastando com um grande número de operários, que obedeciam às indicações dos mestres-de--obras; em segundo lugar realça-se o reduzido número de líderes na coordenação das manobras defensivas, para além de numerosos homens armados. No entanto, as conclusões até agora inferidas e a análise dos túmulos está longe de ser suficiente para se propor com segurança a existência de uma sociedade estratificada ou de uma sociedade classista inicial, visto não possuirmos documentos escritos que atestem um regime jurídico que suportasse esta teoria. No entanto, parece indiscutível a existência de uma hierarquia dos povoados. Existem muito poucos povoados fortificados de grandes dimensões, como por ex. Porto Torrão, Alcalar, La Pijotilla, Valencina de la Concepción ou Marroquíes Bajos. Na área adjacente a estes povoados encontram-se fortificações mais pequenas, estando estas por sua vez rodeadas por outras fortificações ainda mais pequenas. Esta descoberta tem sido interpretada como uma prova de uma organização por lugares centrais (Morán e Parreira, 2004, p. 320-324), havendo vários exemplos em Portugal: o Zambujal e o seu hinterland[5] (Uerpmann 1995, p. 51-52;

[5] Esta área encontra-se presentemente ainda em investigação, no âmbito de uma dissertação de Nina Lutz.

Kunst e Trindade, 1990, p. 69-76), no Alentejo segundo cartografias de A. C. Valera (Valera, 2006, p. 186, fig. 2) povoados gigantes, como por ex. Porto Torrão (Valera e Filipe, 2004), mas também de dimensões medianas, como por ex. Perdigões (Lago et al., 1998, p. 48; p. 53 fig. 2; p. 142 fig. 30), e reduzidas, como por ex. São Pedro[6]; por último, no Algarve, a região dominada por Alcalar (Morán e Parreira 2004; Morán 2008, p. 142). Também no sul de Espanha se encontram vários exemplos como os grandes povoados de La Pijotilla (Hurtado, 1997, p. 105-110) e San Blas (Hurtado 2004) com os seus hinterlands (Hurtado, 2003), bem como o extremo norte da Sierra de Huelva (Garcia Sanjuán e Hurtado, 2004, p. 35-36), do Cabezo Juré (Nocete, Lizcano e Nieto, 2004) e a área à volta do Río Odiel (Nocete, 2001, p. 102-105), a área de Valencina de la Concepción (Arteaga e Cruz-Auñón, 1995 a, p. 598; Arteaga e Cruz-Auñón, 1995 b, p. 614; Cruz-Auñón e Arteaga, 1995, p. 605-607; Cruz-Auñón e Arteaga, 1996, p. 707-709; Arteaga e Roos, 1995, p. 207-209), a região do alto Guadalquivir (Nocete, 1994, p. 275-361) e Los Millares (Gilman e Thornes, 1985, p. 114; Molina e Câmara, 2005, p. 100-108) (Fig. 1). As investigações mais detalhadas sobre estes espaços povoados encontram-se, no entanto, numa fase incipiente, havendo ainda muitas outras áreas pouco ou nada estudadas. Frequentemente desconhece-se a dimensão total dos povoados, faltando em várias áreas prospecções sistemáticas, de forma a poder estabelecer a densidade populacional ou as estruturações dos povoamentos. No entanto, A. C. Valera relembra que um conceito hierárquico dos povoados do Calcolítico facilmente tende a ser mal interpretado, dadas as numerosas incógnitas que subsistem, indo estas desde a delimitação cronológica até aos conceitos semânticos aplicados, visto a realidade factual destas fortificações ser definida pelo vocabulário hoje por nós utilizado, marcado pela nossa percepção actual do mundo (Valera, 2006, p. 184-187). Esta complexa problemática caracteriza-se assim pelo interesse que suscita, mas também pela forma controversa com que tem sido debatida, de tal modo que dificilmente toda a diversidade que engloba poderia ser abarcada numa única publicação. Por este motivo concentrar-nos-emos apenas no estudo das fortificações.

Nos últimos vinte anos o mapa arqueológico tem vindo a ser completado de forma impressionante (Fig. 1). Acresce ainda que foi neste período que se estabeleceu a ideia de que certos povoados do Calcolítico na Península Ibérica poderiam ter atingido dimensões extraordinárias. Muito contribuiu para este efeito a escavação em Marroquíes Bajos, onde a protecção do património cultural levou a que se efectuassem intervenções arqueológicas em larga escala numa área de

[6] Mataloto, Estrela e Alves, 2009, p. 21; também comparando as dimensões com outros povoados na p. 22 fig. 13, e p. 36 fig. 20.



Fig. 5 – Reconstrução da torre J e da porta J com corredor do Zambujal durante da exposição a propósito do XX aniversário da abertura da Delegação em Portugal do Instituto Arqueológio Alemáo, que abriu no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, no dia 19 de novembro de 1991 (Fotografia J. Patterson: D-DAI--MAD-PAT-R-005-92-06).

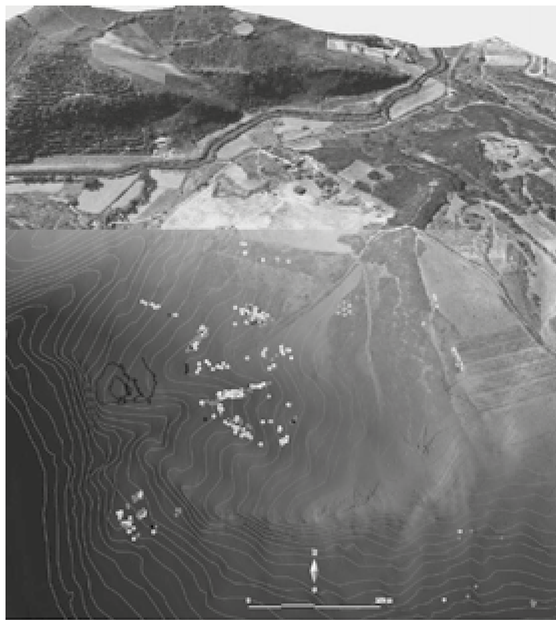


Fig. 6 – Zambujal. Resultados das prospecções de N. Lutz e L. J. Trindade no mês de novembro de 2006 no território ao leste da IV linha, comprado pela Câmara Municipal de Torres Vedras. Nota-se uma distribuição de achados numa área de mais ou menos 25 ha. (Cartografia: N. Lutz com o programa Manifold sobre uma base de uma fotografia aerea geo--referenciada da Câmara Municipal de Torres Vedras).

construções recentes (Hornos, Zafra e Castro, 2000). No decorrer destas intervenções foi descoberto um povoado fortificado do Calcolítico, com uma área de aprox. 34 ha (Zafra, Castro e Hornos, 2003, p. 80). O caso de Valencina de la Concepción é parecido, excepto no facto da área total do povoado propriamente dito apenas poder ser estimada com base em indícios (Arteaga e Cruz-Auñón, 1995 b, p. 609, fig. 2). Em todos estes casos procedeu-se a uma averiguação da dimensão do povoado, ou seja da extensão da sua área, bem como à produção de plantas dos sistemas defensivos e habitacionais e também de estruturas térreas, que se manifestam sobretudo na forma de grandes fossos (p. ex. Márquez, 2003). Mas neste artigo queremos tratar da reconstrução tridimensional das fortificações. Qual seria a altura dos muros, qual o seu aspecto?

Em Los Millares (Molina e Câmara, 2005, p. 33, 37, 41, 109-114) e Leceia (Cardoso, 2003, p. 218, fig. 2) fizeram-se tentativas de reconstrução, tendo sido efectuadas na proporção 1:1, utilizando no entanto como base muros conservados a uma altura bastante inferior à dos muros de Zambujal. Há alguns anos tentou empreender-se uma operação semelhante em Zambujal para uma exposição no Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa, tendo como base uma torre e o corredor por detrás da mesma (Kunst, 2001, p. 535, Est. 54 e 55) (Fig. 5). Todavia faltava ainda a análise dos dados por parte de um arquitecto com os respectivos



Fig. 7



Fig. 8



Fig. 9 – Zambujal, no fim da campanha de escavações de 1968 (fim de Agosto), vista de norte para a barbacã; sobre a parede sul estão E. Sangmeister (à esquerda) e H. Schubart (à direita) (Fotografia p. Witte: D-DAI-MAD-WIT-R-106-68-04).

Fig. 7 – Zambujal. Vista de sudoeste sobre a barbacã com as seteiras no Muro **b**, em primeiro plano à esquerda o Muro **a**. Final da campanha de escavação de 1968 (fins de Agosto) (Fotografia H. Schubart: D-DAI-MAD-SCHU-DKB-11876).

Fig. 8 – Zambujal. Fotografia aérea do fim da campanha de escavação 2007, vista de norte para as Linhas I e II da fortificação com a barbacã e as Torres **A** (no centro da imagem) e **B** (no canto superior esquerdo); à esquerda a linha II com as torres M, L, e N (Fotografia M. Kunst: D-DAI-MAD-MK-DG-25-2007-764).

cálculos estáticos, uma falha que o presente ensaio tentará colmatar.

Em Zambujal (concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa), um povoado fortificado cujo estudo tem feito parte dos projectos do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid desde 1964, tem-se verificado um aumento substancial da dimensão do povoado, devido às prospecções e às escavações nos últimos vinte anos[7] (Fig. 6). Devido a um feliz acaso, algumas partes do núcleo da fortificação ainda se conservam até a uma altura de quase 4 metros[8] (Fig. 7 a 9). Já na altura das escavações de E. Sangmeister e H. Schubart tal fora considerado extraordinário e ainda hoje o é seguramente. Para além disso, esta área foi objecto de publicações com numerosas análises individuais, com excelente nível de detalhe e qualidade, de forma a serem lançadas as bases de uma vasta fonte de dados para futuras reconstruções.

[7] v. os resultados da prospecção de N. Lutz, relatório anual 2006 (Jahresbericht 2006, p. 138, Fig. 1); Kunst e Lutz 2008, p. 30-35.

[8] A torre **G** atinge os 3,87 metros em determinado ponto, ver desenho geral de Sangmeister e Schubart 1981, anexo 4.



Fig. 10 – Vila Nova de São Pedro (Azambuja), Fotografia aérea depois de um incêndio do maquis em Outubro de 1995, vista de norte-noroeste (Fotografia M. Kunst: D-DAI-MAD-MK-KB-33-95-08).



Fig. 11 – Fortificação interior de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) em Outubro de 1994; vista de este ao longo do lado norte com três pessoas a fazer de escala, à frente Jacobo Weinstock de Tubinga, Alemanha (Fotografia M. Kunst: D-DAI-MAD-MK-KB-09-94-11).

Por este motivo apenas o Zambujal poderá servir como base para uma tentativa de reconstrução da altura dos muros originais, bem como dos seus detalhes arquitectónicos, de uma fortificação do Calcolítico na Península Ibérica, visto nas restantes fortificações apenas se conservarem as fiadas de pedras inferiores. Um sistema igualmente bem conservado é o do núcleo fortificado de Vila Nova de São Pedro (concelho de Azambuja, distrito de Santarém); no entanto a altura máxima dos muros não alcança os 3 metros (do Paço e Sangmeister, 1956, p. 213) (Fig. 10 e 11) e as publicações a seu respeito não contêm vários dos dados considerados fundamentais.

Descrição dos dados obtidos na Torre B por E. Sangmeister e H. Schubart

No centro do Zambujal encontra-se particularmente bem conservada a área entre as torres maciças **G** e **E** da fase de construção 1, a barbacã – anteriormente também designada por «*Zwinger*»[9] – da fase de construção 2 e as torres ocas **A** e **B** situadas à sua frente, pertencentes à fase de construção 4 (Fig. 12). Visto nestas últimas torres ocas ainda se encontrarem os inícios de falsas cúpulas (v. Sangmeister – Schubart 1981, p. 45-47; fig. 6; Est. 104) (Fig. 13 e 14), são especialmente propícias a futuras reconstruções. No caso da Torre **B** (Fig. 15) dispomos ainda de uma documentação da escavação particularmente detalhada, elaborada por H. Ulreich. Por este motivo cingimo-nos inicialmente à reconstrução desta torre para uma exposição em Torres Vedras em 2006, por ocasião do XV Congresso Mundial do UISPP em Lisboa (Fig. 16). No presente ensaio trataremos essa reconstrução, que também foi aproveitada para duas outras exposições sobre o fenómeno campaniforme, em Torres Vedras e Lisboa, nos anos 2008 e 2009 (Fig. 17). Ambas

[9] Após ter consultado E. Sangmeister e H. Schubart o termo «Zwinger» foi substituído em 2008 por «Barbakane», v. Kunst e Lutz 2008, p. 49, nota 38.

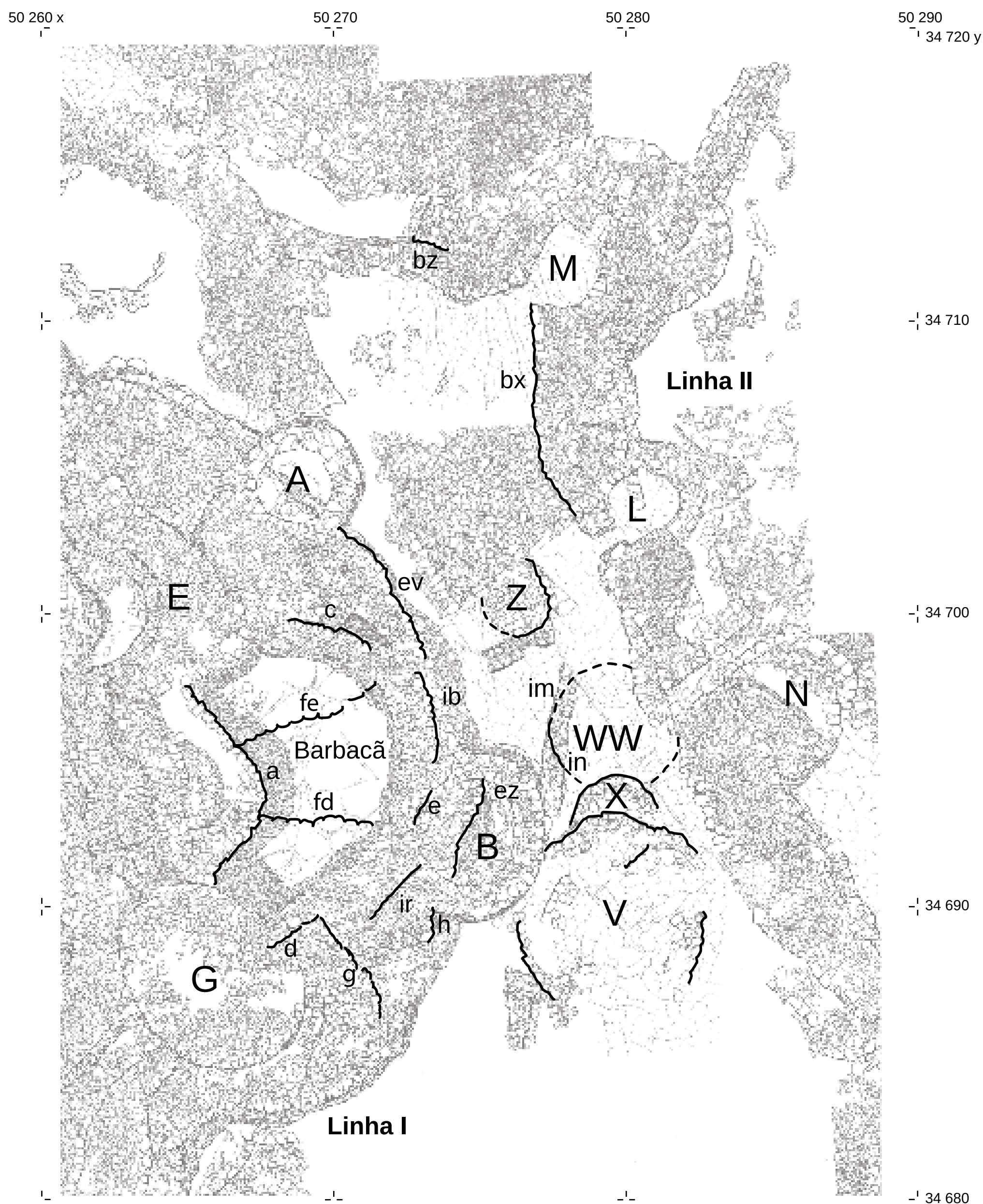


Fig. 12 – Zambujal, estruturas pétreas das linhas de muralha I e II com as designações dos muros utilizadas no texto (a minúsculas) e as designações das torres e casas (a maiúsculas) (Desenho das estruturas pétreas: J. Fernández, transposição digital para o novo sistema de medições: Ch. Hartl-Reiter e G. Casella).


Fig. 13


Fig. 14


Fig. 15


Fig. 16


Fig. 17

Fig. 13 – Zambujal, Fotografia aérea (parcelar) no final da campanha de escavação de 1968 (fins de Agosto), vista de este sobre as linhas II e I com as Torres ocas A (à direita) e B (à esquerda), onde se podem ver as bases das falsas cúpulas devido às sombras. (Fotografia H. Schubart: D-DAI-MAD-SCHU-KB-04-68-11).

Fig. 14 – Zambujal, Torre B no fim da campanha de escavações de 1968 (fim de Agosto), vista de sudeste sobre o interior da torre, em cuja parede traseira, a oeste, se verifica o início duma falsa cúpula, imediatamente por baixo o muro, ainda mais abaixo, no centro da torre, o Muro ea (Fotografia p. Witte: D-DAI-MAD-WIT--R-100-68-02).

Fig. 15 – Zambujal, Torre oca B no fim da escavações de 1972, à frente desta vê-se a estratigrafia do Sector VX: em baixo à esquerda restos do arco norte da Casa X, à direita Muro im-in, à esquerda: camada estéril da Fase 2 sobre a Casa X, por cima desta arco norte da Casa V, que se estende por baixo da Torre B (Fotografia H. Schubart: D-DAI-MAD-SCHU-DKB-15011).

Fig. 16 – Reconstrução da Torre B para uma exposição no Museu de Torres Vedras em 2006, no âmbito do XV Congresso do UISPP em Lisboa. Modelo da torre: L. J. Trindade com base no desenho de F. Arnold ; (Fotografia J. Patterson: D-DAI-MAD-PAT-DG-23-2006-132).

Fig. 17 – Reconstrução da Torre B em lona, com um total de 6 metros de altura, para uma exposição no Museu de Torres Vedras no ano de 2008, no âmbito duma conferência internacional sobre vasos campaniformes. Em primeiro plano um modelo do Zambujal. A exposição teve lugar em 2009 no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa. Desenho da torre: F. Arnold; Modelo em primeiro plano: L. J. Trindade, com base nas directrizes de Michael Kunst (Fotografia J. Patterson: D-DAI-MAD-PAT-DG-13-08– 097).

as torres – **A** e **B** – marcam o início da fase de construção 4 em Zambujal (Sangmeister e Schubart, 1981, p.71).

De acordo com os documentos e as publicações de E. Sangmeister e H. Schubart a Torre **B** terá sido construída em frente e sobre o Muro **h-ez-ev**. Este muro poderá ser interpretado como um reforço posterior do Muro **ir-ib**[10], através do qual o pano exterior do muro da barbacã, **d-e-c**, teria sido fechado (Fig. 12). O espaço vazio assim criado entre o muro da torre e o Muro **ez** foi preenchido com pedras e terra, a Camada **F**, por sua vez coberta por uma fiada de pedras **E** (Fig. 18). Esta precedia a Camada **D**, sobre a qual escreveram os seus escavadores: «A camada seguinte de argila amarela (**D**) – facilmente identificável na metade ocidental da torre – não continha nem achados de relevo, nem pedras de derrube; a sua superfície está ligeiramente inclinada para este, sendo a partir do meio da torre cada vez mais difícil de identificar. Na superfície encontram-se pedras maiores, restringindo-se à presença no sector nordeste e, em parte, ao longo do muro interior nascente, tanto na camada de argila amarela, como por baixo desta. A Camada **D** aparece em forma de uma camada de argila de uma espessura de 10 cm sobre o Muro **e**, e por baixo do fundamento de lajes do interior da torre, constituindo assim um horizonte de construção e a base para o horizonte da utilização» (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 47).

Por cima desta camada encontra-se a camada **C**, particularmente rica em achados e descrita da seguinte forma por E. Sangmeister e H. Schubart: «Segue--se uma camada com pequenas pedras e várias partículas de carvão vegetal, pedaços esquírolas ósseas queimadas e pequenos pedaços de barro queimado (Camada **C**), que devido ao entulho de ocupação pode ser interpretada como um nível de utilização da torre» (*ibidem*, p. 47). Esta Camada **C** acabaria por

[10] H. Schubart informou-me telefonicamente que na monografia Sangmeister – Schubart 1981 teria passado despercebido um erro tipográfico na pág. 64: onde se lê «... das seteiras com o Muro d/ib...» deveria ter aparecido a frase (que citamos na íntegra, e traduzida ao português): «O conceito da barbacã (= Período I 2), através das construções de fecho das seteiras com o Muro ir/ib (= Fase I 3 a) seria o factor que possibilitara a repovoação do espaço entre a Linha I e II».



Fig. 18 – Zambujal, secção esquemática da Torre B com definição das camadas (segundo Sangmeister e Schubart 1981, 46, Fig. 12).

ser coberta pelo nível de derrubes **B**, constituído maioritariamente «por grandes pedras, frequentemente planas» (*ibidem*). Esta afirmação é completada pela observação seguinte: «Em algumas áreas foram encontradas várias pedras em forma de laje, que teriam caído do muro em cutelo, dispostas umas ao lado das outras» (*ibidem*). Esta descoberta encontra-se claramente documentada em fotografias (Fig. 19 e 20). A Camada **B**, que atingia 40 cm de espessura no seu segmento oeste, apenas se encontrava coberta por uma fina camada de húmus, **A**, com cerca de 10 cm.

Observações adicionais no Sector VX e interpretação das descobertas segundo E. Sangmeister e H. Schubart

O sector que se encontra directamente a este da Torre **B** foi designado por **VX** (Fig. 21), tendo por base as casas por sua vez conhecidas pelas maiúsculas **V** e **X** (Fig. 12). Trata-se de uma depressão, rebaixada artificialmente ainda durante a primeira fase de ocupação, por forma a obter as lajes necessárias para a construção de muros (Fig. 22 e 24). Deste modo se conseguia também criar uma dificuldade adicional aos invasores, visto aumentar assim a profundidade no espaço entre a



Fig. 19

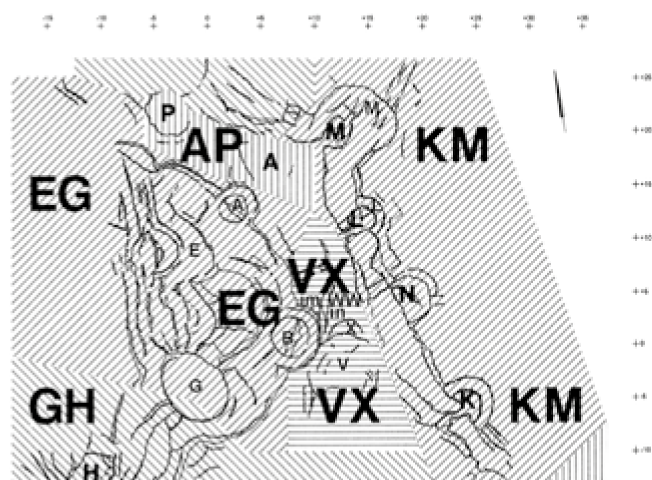


Fig. 21



Fig. 20



Fig. 22

Fig. 19 – Zambujal, Torre B durante a campanha de escavações de 1966, vista de este sobre a parede traseira da torre. À frente, do lado direito, encontram-se as camadas de pedras do derrube, ao centro da fotografia do lado esquerdo, imediatamente antes da curvatura da parede traseira do muro, blocos de 3-4 camadas de pedras alinhados paralelamente (Fotografia F. Schulze-Naumburg: D-DAI-MAD-SNF-C-104-04).

Fig. 20 – Zambujal, Torre B durante a campanha de escavações de 1966, viste de sul sobre o percurso do muro traseiro da torre. No centro da fotografia avista-se, antes da curvatura da parede traseira da torre, um bloco de quatro lajes de pedras derrubadas paralelamente (Fotografia F. Schulze-Naumburg: D-DAI-MAD-SNF-C--154-05).

Fig. 21 – Zambujal, excerto da divisão dos sectores (segundo Sangmeister – Schubart 1981, 20, Fig. 3) (Excerto elaborado por E. Puch).
Fig. 22 – Zambujal, vista sobre o canto rochoso a este do Sector VX, o qual possui um talude artificial, muito direito, que poderá ter servido como pedreira. No centro da Fotografia encontra-se o muro radial im-in (v. Fig. 3) (Fotografia H. Schubart: D-DAI-MAD-SCHU-DKB-15011).

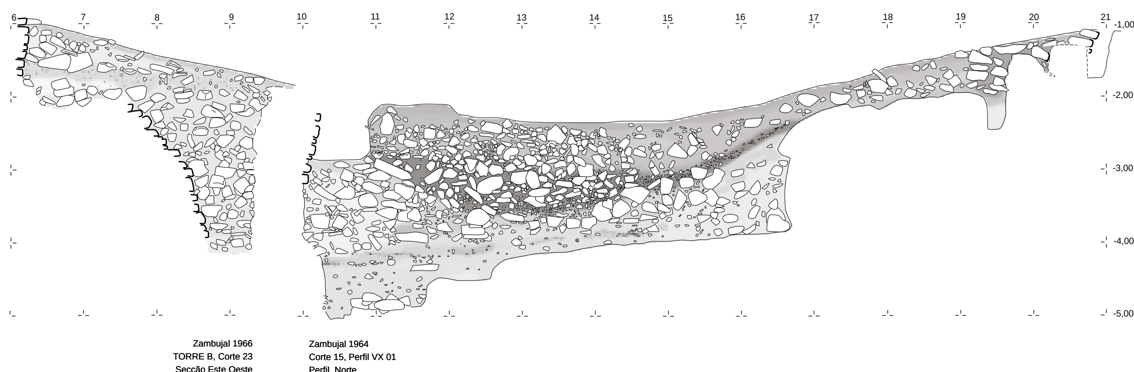


Fig. 23 – Zambujal, estratigrafia na Torre B, relacionada com a estratigrafia do Perfil VX-01 da Parede norte do Corte 15, com base nos desenhos originais a cores em papel milimétrico, produzidos ao longo das campanhas de 1964 e 1966 (Torre B: Desenho da escavação a 10/09/1966 por H. Ulreich; Perfil VX-01: Desenho da escavação a 17-18/09/1964 por J. Aufdermauer; Preparação dos scans: G. Casella.).

primeira e a segunda linha de fortificação e consequentemente a altura da muralha. Devido à sua ocupação, o sector **VX** produziu uma estratigrafia muito elucidativa a nível arqueológico (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 50-72, Est. 96-97), o que hoje constitui uma das bases principais da cronologia geral[11] do Zambujal (Fig. 23 e 24). Convém referir que as camadas antes da construção da Torre **B** na depressão se encontravam protegidas visto estarem rodeadas, dos lados este e oeste, por proeminências rochosas, e na direcção norte-sul por várias construções como muros radiais (Fig. 22) e casas, evitando assim a sua erosão. Desta forma torna-se evidente que a Torre **B** por um lado assenta sobre o muro principal da Casa **V** e por outro sobre uma camada amarela de argila situada à frente do muro **h-ez-ev** (*ibidem*, p. 47 e 64). Nos perfís esta camada é visível, tanto fora da torre no sector **VX**[12], como dentro, enquanto «Camada **G**», embora este estrato apareça por baixo do enchimento da torre (Camada **F**). As camadas argilosas amareladas, que frequentemente aparecem nos perfis como manchas amarelas em forma mais ou menos triangular e atingem a sua maior espessura junto ao muro, foram por isso denominadas como «cunhas amarelas» (em alemão: *gelbe Keile*) por E. Sangmeister e H. Schubart e interpretadas como tendo sido originalmente fragmentos de reboco e argamassa de barro que terá caído do pano do muro, ou por entre frestas devido à chuva (*ibidem*, p. 64).

Amiúde é difícil identificar nos perfis os limites entre as camadas. Esta dificuldade deve-se às reduzidas variações de cor nos sedimentos do Zambujal (Fig. 7 e 8), que se alteram consoante a iluminação pela luz de dia. Por este motivo apresentamos aqui, para fins de comparação com os perfis passados a tinta da

[11] Para uma diferenciação entre as diferentes cronologias dos sectores e a cronologia geral, v. Sangmeister e Schubart, 1981, p. 226

[12] Trata-se da «camada amarela (9)», especialmente bem visível no perfil VX9, v. Sangmeister – Schubart 1981, p. 66, fig. 16; Est. 100.

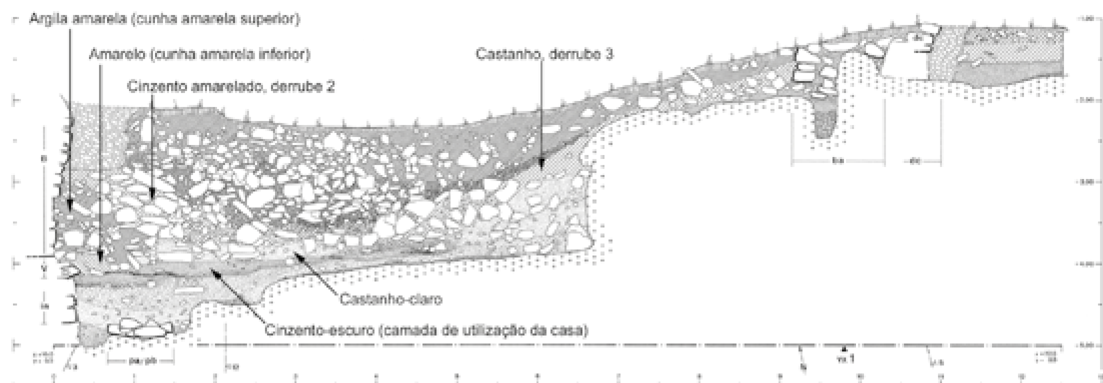


Fig. 24 – Perfil VX-01 com inclusão dos nomes das camadas (segundo Sangmeister – Schubart, 1981, 53, Fig. 13). (Reprodução segundo Sangmeister – Schubart 1981, Est. 96, elaborado por E. Puch.

china na publicação de E. Sangmeister e H. Schubart (Fig. 24-25), uma tentativa de adaptar o desenho original em papel milimétrico do Perfil **VX1** à escavação de 1964[13] (Fig. 23).

Segue-se uma imponente sequência de camadas no exterior da Torre **B** com cerca de 2 m. Esta começa com um estrato amarelo, impossível de separar da «cunha amarela» formado em frente do Muro **h-ez-ev**, que se integra de forma quase despercebida nesta «cunha amarela» (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 65). Trata-se da pequena camada amarela («cunha amarela inferior – unterer gelber Keil») que no Perfil VX2 se formara à frente da base da estrutura da Torre **B** e que se tinha depositado tanto sobre as pedras do muro exterior da Casa **V**, sobre as quais assenta a Torre **B**, como sobre a camada de base cinzenta e castanha da casa[14]. Embora não seja visível no desenho esquemático[15], no desenho original do Perfil VX1 (*ibidem*, Est. 96) verifica-se que também se estendia sobre a camada de ocupação cinzenta escura, com as suas numerosas lareiras (Fig. 23 e 24). A camada amarela que se encontra em frente da Torre **B** pertence ainda portanto à Fase de Construção 4a, que tem início precisamente com a construção desta torre[16].

[13] Com certeza a versão publicada por Sangmeister e Schubart a branco e negro continua a ser obrigatória, sobretudo porque também se incorporaram mais informações das escavações. Aqui queremos mostrar apenas a dificuldade da separação das camadas nas estratigrafias de Zambujal, o que seguramente também deve ser válido para muitos outros sítios.

[14] Sangmeister e Schubart 1981, p. 65; e Est. 96, lá copiado do perfil VX2 no perfil VX1.

[15] Sangmeister e Schubart 1981, p. 53, Fig 13. Aqui a camada cinzenta escura aparenta ser mais recente que a amarela. Porém, no desenho original, Est. 96 da monografia citada, vê-se claramente que a base da camada penetra por meio de um depósito de carvão por baixo da camada amarela, tendo como limite a oeste duas pedras que também parecem pertencer aos depósitos mais recentes da camada cinzenta escura.

[16] No entanto, mais a norte nota-se o seguinte: «A norte da Torre **B** e em frente do Muro **ev** confluiram a antiga «cunha amarela» do tempo anterior ao levantamento da torre e a argamassa de argila que se viria a desprender do muro,... A camada amarela pertence, portanto, às Fases VX3 c e VX4 a» (Sangmeister e Schubart 1981, p. 65)

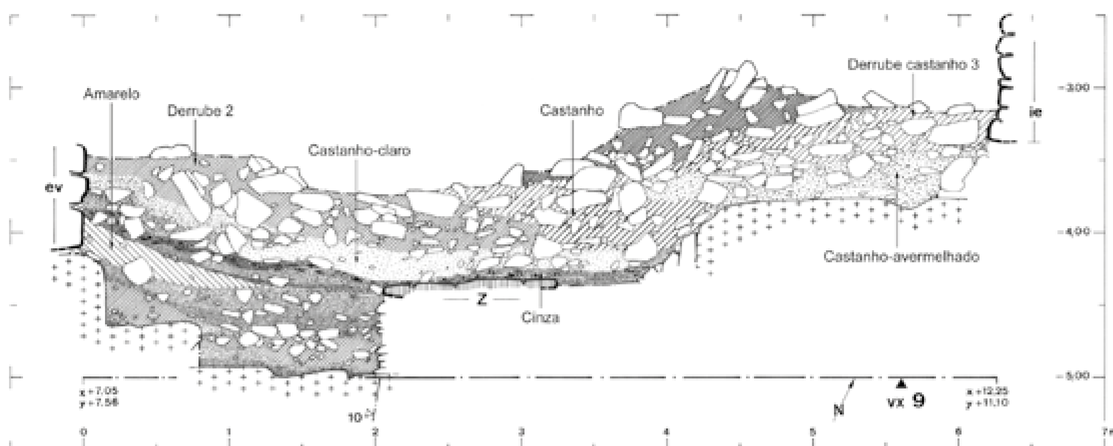


Fig. 25 – Perfil VX-09 (segundo Sangmeister – Schubart, 1981, Est. 101) com inclusão das designações das camadas (segundo Sangmeister – Schubart, 1981, 66, Fig. 16) (elaborado por E. Puch).

Durante o período de ocupação desta, nas Fases 4b e 4c (ibidem, p. 65-69), formou-se no Sector VX uma camada castanha escura, que no entanto se conservou somente a norte da antiga Casa **V** e no Perfil VX2 aparece como uma fina faixa entre a «cunha amarela» e a «cunha amarela com pedras» situada por cima desta. Durante este período existiam na ponta norte do Sector VX duas casas, **Z** e **WW** (Fig. 12), com as quais se relaciona esta camada castanha escura (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 66-69).

Segundo E. Sangmeister e H. Schubart a «cunha amarela superior» também pertence à Fase VX 4c. Trata-se de uma camada amarelada que contém numerosas pedras, algumas de grandes dimensões, e se depositou imediatamente a este da Torre **B**, medindo cerca de 80 cm junto ao exterior do muro da torre e diminuindo em direcção a este (Fig. 23 e 24). Esta camada está relacionada com outra (Fig. 25), castanha clara, formada sobre a Casa **Z** e interpretada como sendo a «camada de destruição da cúpula de tijolos de barro» desta mesma casa (*ibidem*, p. 68). Mais abaixo os directores da escavação fazem a seguinte observação: «Esta camada argilosa castanha clara do Perfil VX9 (*ibidem*, Est. 101) corresponde às várias formações de «cunhas» que se encontram em frente ao Muro **ev** ou em frente da Torre **B** que contêm pedras de derrube e aparentam ter sido formadas por argamassa de argila amarela do muro que se desfez, formações estas evidentes nos Perfis 8 («enchimento de argila cinzenta amarelada – *gelbgraue Lehmeinfüllung*»), 1 («argila castanha amarelada – *gelbbrauner Lehm*»[17]), 2 («cunha amarela superior, argila – *oberer gelber Keil*») e 4 («grande cunha amarela de argila – *großer gelber Lehmkeil*»). A formação de camadas no espaço em

[17] Aparentemente em Sangmeister e Schubart 81, 53, Fig. 13 faz-se referência à camada aí descrita como «barro amarelo» e «castanho-clara».

frente da Linha I foi portanto uniforme. A sul do Perfil VX8 (*ibidem* Est. 101)[18] já não chegaram a ocorrer formações de camadas que cobrissem áreas mais vastas. Depois do abandono das Casas **Z** e **WW** (Fig. 12) tudo indica que já não tenham sido erigidas mais estruturas arquitectónicas na área do fosso. A formação da camada castanha clara e das «cunhas amarelas» mais recentes a partir do material de construção da fortificação central parece confirmar este hipótese» (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 68) (Fig. 23 e 24). Do lado este do Sector VX regista-se uma observação semelhante em relação a uma «camada castanha avermelhada», visto que a argamassa de argila da Linha II possui esta tonalidade (*ibidem*, p. 68-69) (Fig. 25). A formação das camadas descritas define a Fase VX 4c. Todavia continua em aberto o significado da camada castanha no Perfil VX9. A hipótese mais provável é que tanto a camada castanha avermelhada como a castanha pertençam ao Derrube castanho 3 (Fig. 25).

A propósito da Fase 4d foi escrito o seguinte: «Sobre estas camadas de terra mais recentes, entre as quais se contam a castanha clara e a castanha avermelhada, ambas constituídas maioritariamente por argila apesar das numerosas pedras, encontram-se as primeiras camadas de derrubes, caracterizadas pela escassa terra e o abundante número de pedras. O desgaste natural das Linhas de fortificação I e II, que já tinha ficado patente na lenta formação das camadas argilosas da Fase 4c, parece aqui aumentar de intensidade. A posição das lajes, mormente a sua inclinação, acentuadamente vertical junto à face do muro, tornando-se mais horizontais à medida que a distância do muro aumenta, definem de forma inequívoca a natureza de derrube do enorme conjunto de pedras em análise» (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 69). Trata-se das camadas designadas como Derrube 2 e 3 nos Perfis VX1 (*ibidem*, p. 53, fig. 13) (Fig. 23 e 24) e VX9 (Fig. 25). No Corte 47 fica-se com a impressão que o Derrube 3 parece sobrepor-se em parte ao Derrube 2, tal como no Perfil VX9 (Fig. 25). Tomando em consideração todas as evidências recolhidas, E. Sangmeister e H. Schubart concluem que as massas de derrubes não poderão ter sido originadas por um único momento de derrubes, «devendo antes serem entendidas como uma consequência do desgaste natural progressivo» (*ibidem*, p. 70).

Ao longo dos largos anos de estudo da cerâmica de Zambujal têm-se vindo a registar fenómenos que, a meu ver, podem dar lugar a uma nova interpretação destes dados. Esta nova visão relativa à formação das camadas, que não implicaria nenhuma alteração na cronologia relativa, foram discutidas ao telefone com H. Schubart, o responsável por este sector.

[18] Ou seja, a sul da Casa **Z**.

Reconstrução da destruição da torre com base nalguns achados de cerâmica da Torre B e dos Sectores VX e AP

Já durante o estudo da cerâmica campaniforme do Zambujal[19] se tornou perceptível que seria possível reconstruir vários recipientes, tanto da Torre **B** como do Sector VX, devido ao grande número de fragmentos de cerâmica encontrados. Na sua globalidade a cerâmica do Zambujal encontra-se muito fragmentada, o que se poderá dever à sua cozedura em ambiente pouco oxidante, como atesta a cor dos núcleos dos cacos, maioritariamente cinzenta ou negra. Esta característica aponta para um curto tempo de cozedura ou uma baixa temperatura de cozedura (Shepard, 1976, p. 104), o que por sua vez leva a uma maior fragilidade da cerâmica. Embora na maioria dos casos se encontrem só cacos isolados, também chamou a atenção o facto de se encontrarem às vezes numerosos fragmentos de cerâmica pertencentes sempre aos mesmos recipientes. No caso concreto dos achados da cerâmica campaniforme trata-se dos seguintes recipientes:

1) O vaso campaniforme do tipo «AOO»[20] (Fig. 26), que se encontrava junto à parede exterior da Casa **V** (Fig. 27), poderá ter-se quebrado aí mesmo durante a Fase 4c, ou seja, depois da construção da Torre **B** e provavelmente no mesmo contexto da camada castanha-avermelhada (Perfil VX 4) (Kunst, 1987, p. 103-105).

2) Os fragmentos do pote bojudo que se assemelha a um vaso campaniforme gigante, com uma decoração incomum, todavia semelhante à decoração dos vasos campaniformes (ibidem, est. 4 e 18), localiza-se no Corte 47. Aí, encontravam-se no canto inferior do Derrube **3** e em parte do Derrube **2**, bem como na camada castanha-avermelhada. Quer isto

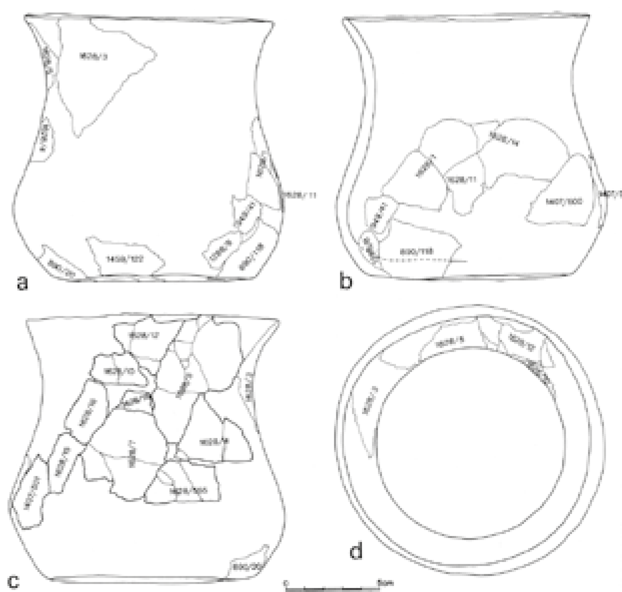


Fig. 26 – Zambujal, vaso campaniforme tipo AOO, quatro dioptografias (desenhos em projecção paralela) de diferentes lados com indicação dos números dos fragmentos. (segundo Kunst, 1987, p. 102, fig. 55) (Desenhos: J. Fernández através das dioptografias de M. Kunst).

[19] O termo «cerâmica campaniforme» abrange vários tipos de fragmentos de cerâmica com decorações características de vasos campaniformes; estes fragmentos aparecem em três diferentes formas de recipiente: vasos, taças ou vasos com ombro (também chamados caçoilas), sendo que os seus fragmentos são designados como «fragmentos campaniformes», v. Kunst, 1987, p. 70-72.

[20] AOO = all over ornamented, v. Lanting e van der Waals 1976, p. 3.

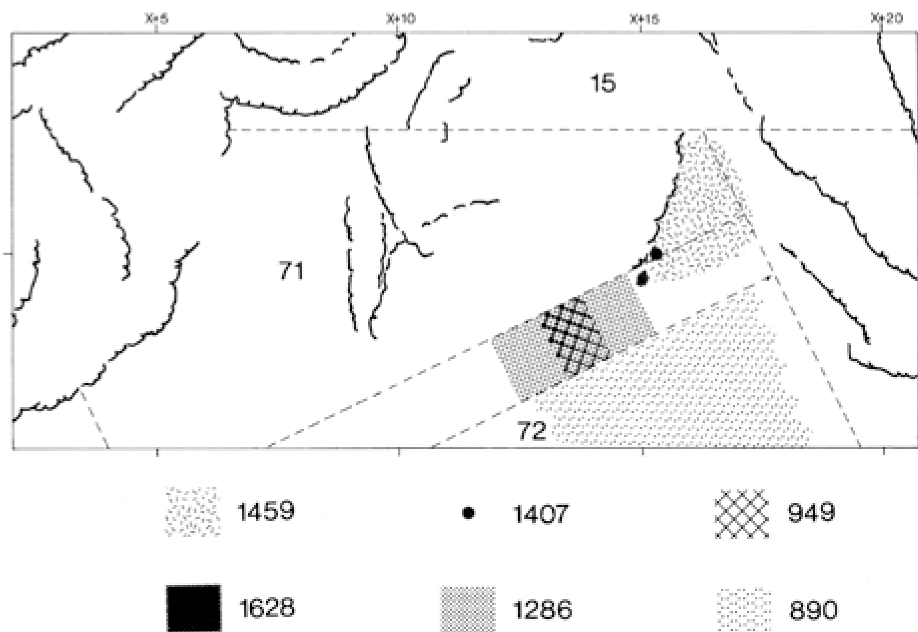


Fig. 27 – Zambujal, planta esquemática da área da casa V com indicação das proveniências dos fragmentos do vaso campaniforme, tipo AOO. Os números das diferentes tramas indicam os números dos complexos dos fragmentos do mencionado vaso (v. Fig. 26). (Desenho: J. Fernández).

dizer que também neste caso se pode presumir que a destruição se deu na Fase 4c, tendo como base o mesmo acontecimento que ditou o derrube mencionado no caso do vaso «AOO».

Neste sector existem mais casos de recipientes não decorados cuja destruição terá sido originada pelo mesmo acontecimento. Ainda não se deu por terminada a análise mais cuidada deste fenómeno, estando esta a ser desenvolvida tendo em vista uma segunda publicação sobre a cerâmica de Zambujal.

3) A «grande taça de bordo liso e estreito», com uma decoração campaniforme estampilhada e complexa (Fig. 28), a qual já foi referida em várias publicações. Esta taça foi publicada pela primeira vez num relatório das escavações do Zambujal e depois novamente numa monografia descrevendo as escavações de 1964 a 1973 e ainda na publicação da respectiva cerâmica campaniforme[21].

Os seus fragmentos provêm dos seguintes complexos (Fig. 29 e 30), ver Quadro 1.

Depois da exposição, inaugurada a 5 de Abril de 1987 com umas jornadas em Torres Vedras (Kunst, 1995, p. 13), a grande taça quebrou-se, mas este facto

[21] Sangmeister e Schubart 1967, p. 77, fig. 13; ibidem, p. 289, fig. 42 b, mencionada como a taça «do tipo do Grupo de São Pedro do Estoril»; Kunst, 1987, p. 110-111, e est. 1 a, 23 a-i.

Complexo	Corte	Cronologia relativa	Situação do achado e observações
Z-230	23	superfície	(Torre **B**) Prolongamento para este, camada de terra por cima das pedras superiores = Camada A
Z-274	23	4a(-5)	(Torre B) Interior da torre, Camada C
Z-300	Testemunho 26/27	3c(/4a)	(Barbacã) Sector oeste entre os muros radiais, 1,70 m e mais abaixo (3.ª camada) = Camada 6 superior
Z-68016	Torre B, Parte sul	(4a-)c/d(-5)	Torre B, Parte sul, Camada C

Quadro 1 – Proviniência dos fragmentos da grande taça de bordo liso e estreito com uma decoração campaniforme estampilhada

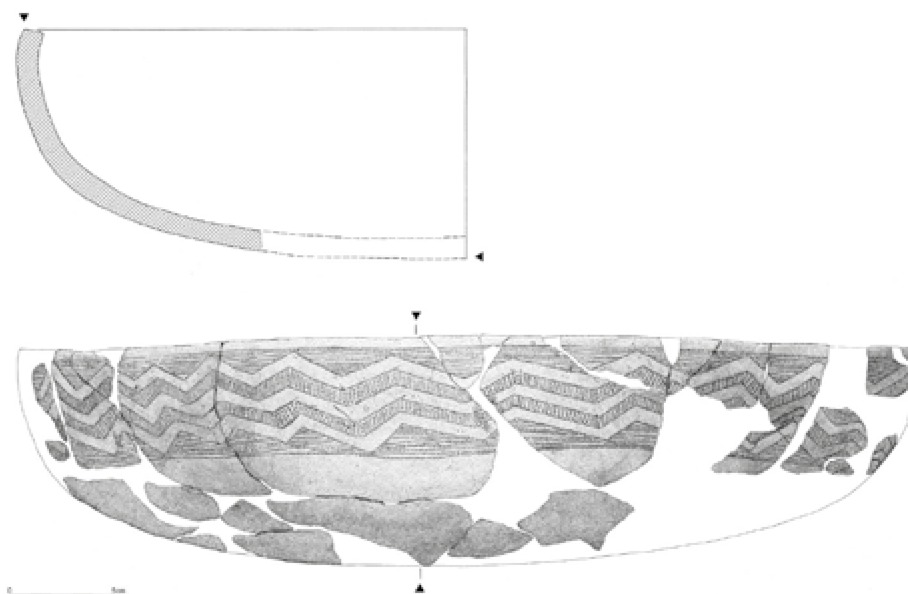


Fig. 28 – Zambujal, grande taça campaniforme com bordo estreito e liso, da Torre B. (Desenho: M. Saraiva).

tinha uma vantagem, porque na nova reconstrução era possível incluir fragmentos de cerâmica descobertos no museu, depois da primeira reconstrução do recipiente (Fig. 28 e 29). Por este motivo existem diferenças entre o desenho antigo e o novo, bem como diferentes referências à origem dos cacos na última publicação (Kunst, 1987, p. 110). Os novos fragmentos de cerâmica utilizados pertencem, entre outros, ao Complexo Z-300. Este número que lhe foi atribuído suscita algumas dúvidas. Caso os cacos tenham sido efectivamente encontrados no Complexo Z-300, o recipiente teria de se ter fragmentado já durante a construção da Torre **B**, sendo que desta forma a maioria dos cacos teriam ido parar ao interior da Torre, mais concretamente na Camada C. Não obstante, a Camada C só se terá formado no decorrer da ocupação da Torre, sobre o chão desta, ou seja sobre a Camada D.

Fig. 29 – Zambujal, dioptografia da grande taça campaniforme com bordo estreito e liso da Torre B. Os fragmentos de tramas iguais provêm respectivamente do mesmo complexo de achados. Estsas tramas correspondem às tramas da Fig. 30. (Dioptografia: M. Kunst; digitalizada e tratada por G. Casella).

Fig. 30 — Zambujal, estratigrafia esquemática da Torre B e do Perfil VX-01 (segundo Sangmeister – Schubart 1981, 46, Fig. 12 e Pág. 53, Fig. 13), os vários complexos de achados são marcados com diversas tramas (Introdução das tramas na estratigrafia esquemática: G. Casella).

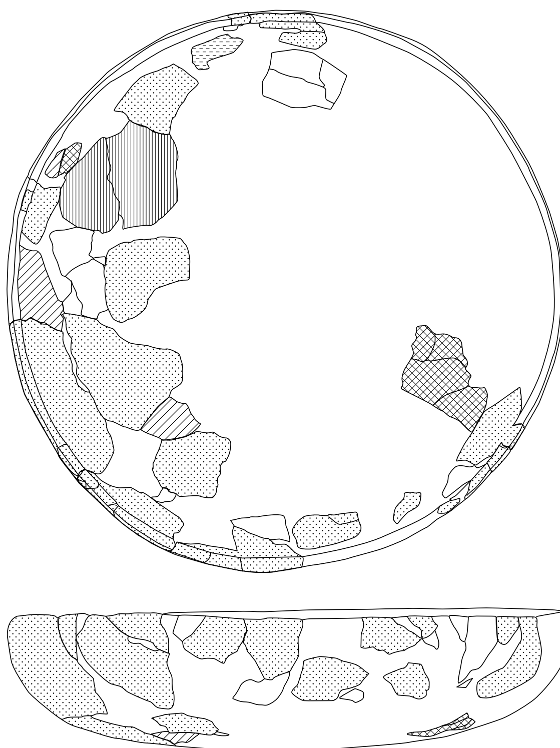


Fig. 29

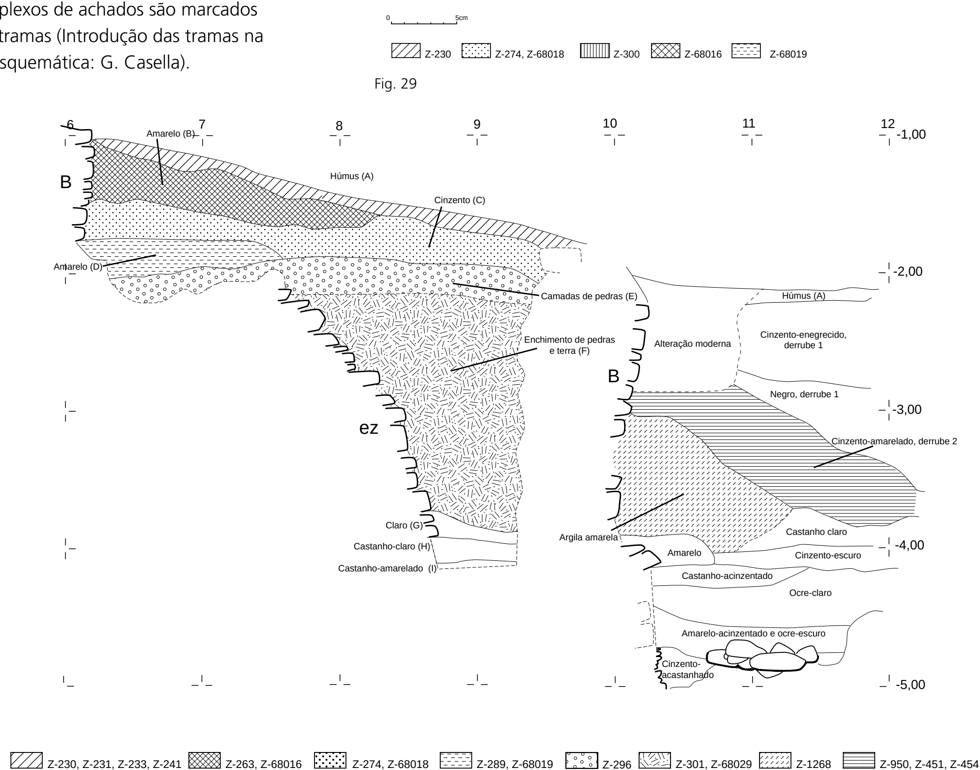


Fig. 30

Na documentação da escavação encontram-se dois desenhos muito esclarecedores de H. Ulreich, que registou a distribuição dos achados num desenho em papel vegetal sobre o segundo desenho do plano da Torre **B**, neste caso uma planta que abrange partes da Camada C e D (Fig. 31), tendo depois projectado esta distribuição para o Perfil Sul superior da Torre, com recurso aos registos das cotas efectuadas (Fig. 32). Podemos assim observar que o grosso dos achados registados no desenho se concentra na Camada C, com alguns provenientes da Camada de derrube B e poucos das camadas inferiores.

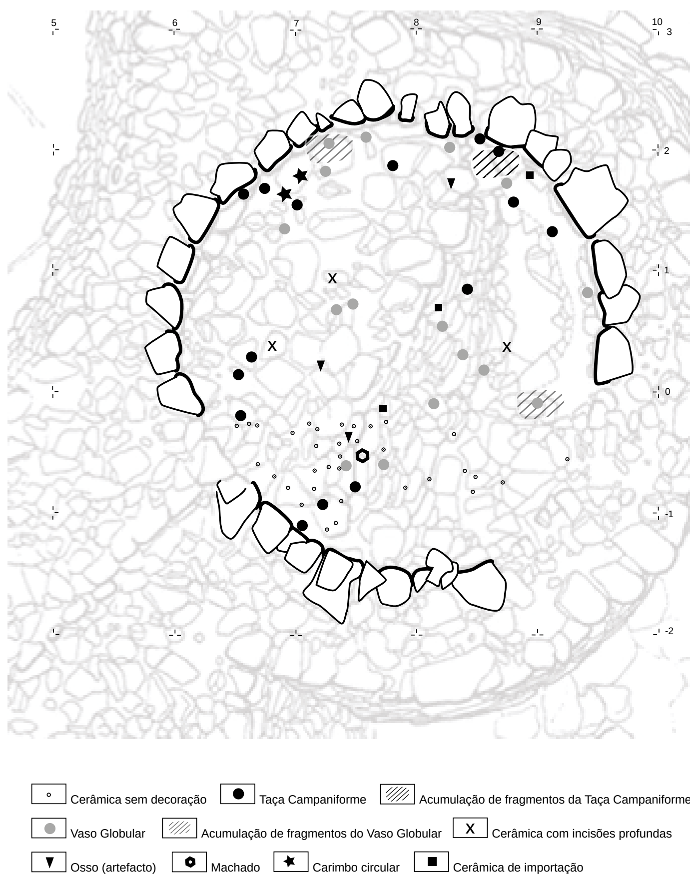


Fig. 31 – Zambujal, projecção da distribuição dos achados na Torre B, produzida por H. Ulreich durante as escavações de 1966, sobre o desenho da Torre B feito desde um plano superior no fim das escavações de 1968 (Desenho das escavações: parte sul, 1966, H. Ulreich; parte norte, 1968, W. Pape; Digitalização e adaptação gráfica: G. Casella)´

No presente artigo os dados das transparências foram transferidos para o desenho da Torre **B** no plano geral, bem como para o Perfil Sul da mesma torre. No desenho do perfil torna-se evidente que a grande taça (pontos negros) não se encontrava propriamente na Camada D, situando-se sim na Camada C, pelo que alguns cacos ainda se puderam misturar com o derrube (Camada B). É pena que então não fosse prática comum efectuar medições tridimensionais de achados, de forma que hoje se torna impossível determinar a proveniência exacta de cada fragmento, ficando assim afastada a possibilidade de decifrar o processo de destruição da taça.

Mas curiosamente este não é o único recipiente da Camada C da Torre **B** que pôde ser reconstituído. Seguem-se alguns outros exemplos:

4) Um recipiente esférico, pertencente à cerâmica estriada[22] do Calcolítico, decorado com traços romboides incisos (Fig. 33 e 34). Graças à presente reconstrução foi ainda

[22] Spindler, 1981, p. 111-113, ali em alemão: «Furchenkeramik».

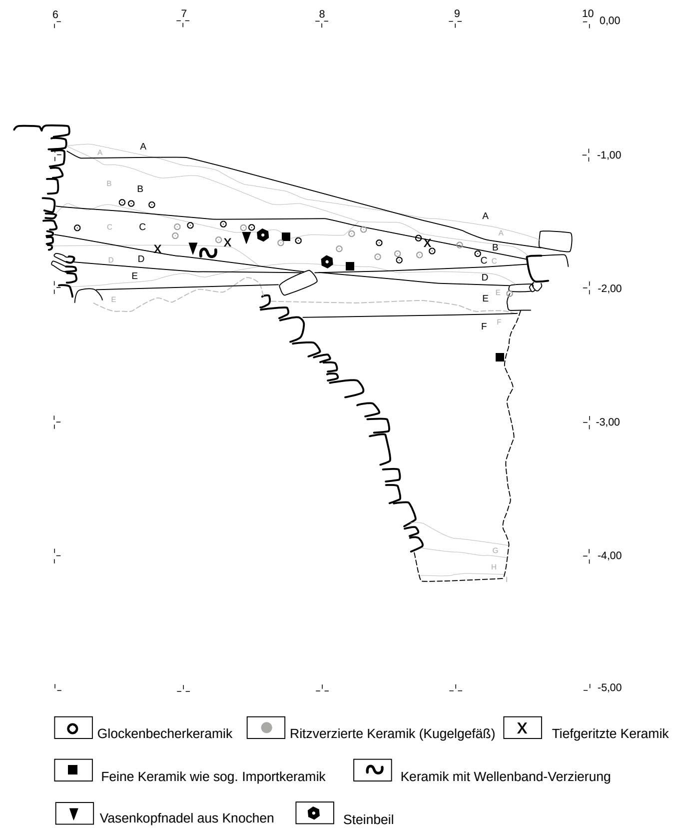


Fig. 32

Fig. 32 – Projecção da distribuição dos achados na Torre B, produzida por H. Ulreich durante as escavações de 1966, sobre o perfil esquemático da Torre B (segundo Sangmeister – Schubart 1981, 46, Fig. 12) (Desenhos das escavações a 13/09/1966 H. Ulreich: Digitalização e adaptação gráfica: G. Casella).

Fig. 33 – Zambujal, recipiente esférico da Torre B com losangos grafitados em bandas à volta do recipiente (Desenho: M. Saraiva).

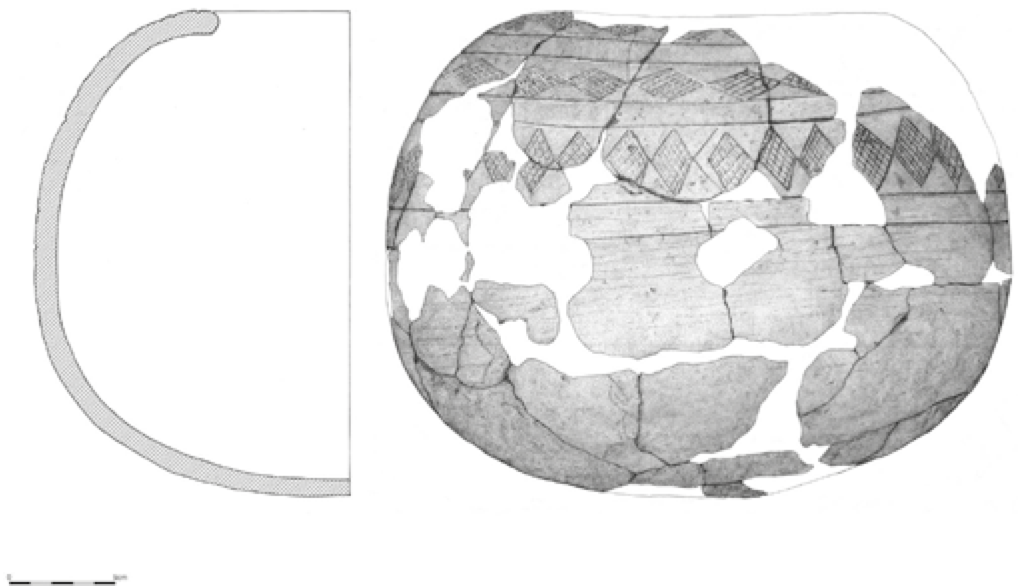


Fig. 33



Fig. 34

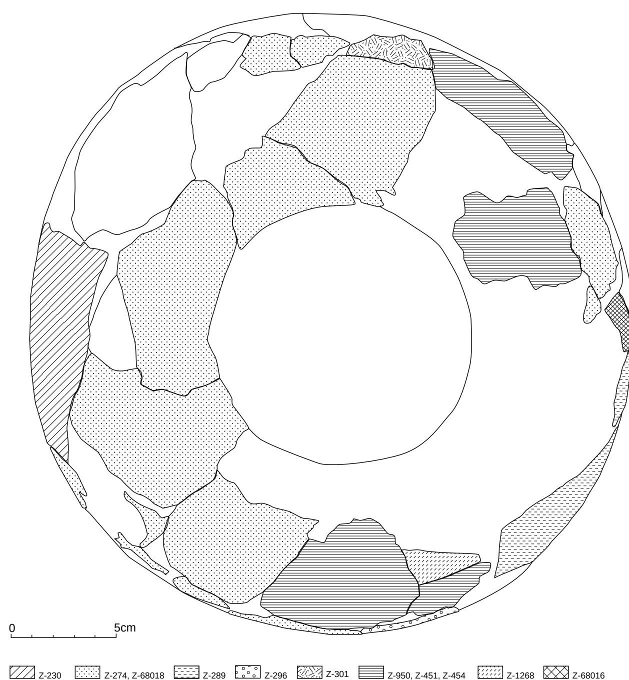


Fig. 35

Fig. 34 – Zambujal, recipiente esférico com grafitados em bandas à volta do recipiente (v. Fig. 33) (Fotografia J. Patterson: D-DAI-MAD-PAT-R-017-88-03).

Fig. 35 – Zambujal, dioptografia (desenho em projecção paralela) do recipiente esférico com losangos grafitados em bandas à volta do recipiente da Torre B, vista de cima. Os cacos marcados pela mesma trama pertencem ao mesmo complexo de achados. As tramas correspondem as tramas da Fig. 30 (Dioptografia: M. Kunst; digitalizada e tratada por G. Casella)

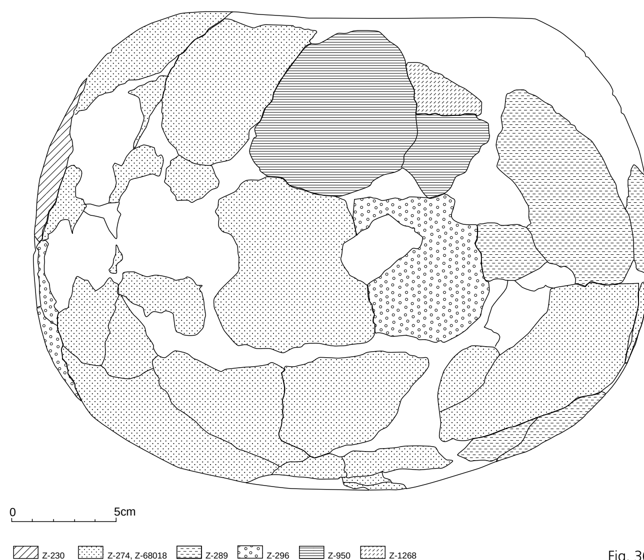


Fig. 36

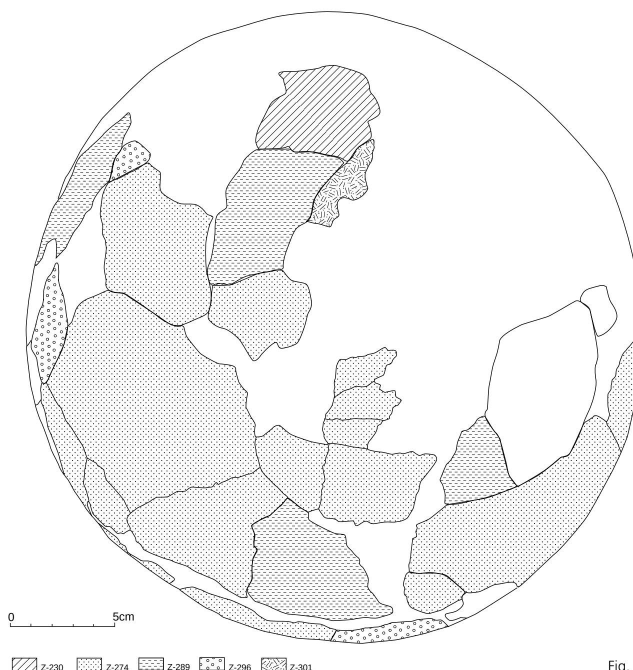
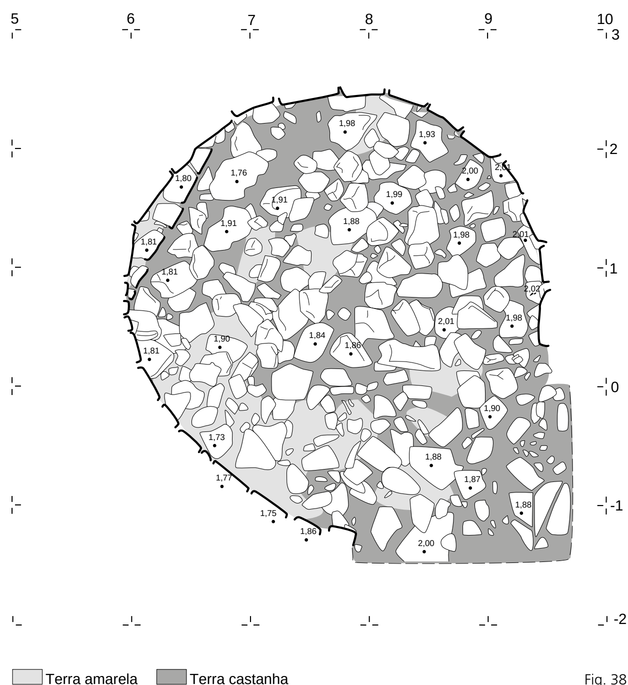


Fig. 37

Fig. 36 – Zambujal, dioptografia (desenho em projecção paralela) do recipiente esférico com losangos grafitados em bandas à volta do recipiente da Torre B, vista de um lado. Os cacos marcados pela mesma trama pertencem ao mesmo complexo de achados. As tramas correspondem as tramas da Fig. 30 (Dioptografia: M. Kunst; digitalizada e tratada por G. Casella)

Fig. 37 – Zambujal, dioptografia (desenho em projecção paralela) do recipiente esférico com losangos grafitados em bandas à volta do recipiente da Torre B, vista de baixo. Os cacos marcados pela mesma trama pertencem ao mesmo complexo de achados. As tramas correspondem as tramas da Fig. 30 (Dioptografia: M. Kunst; digitalizada e tratada por G. Casella).



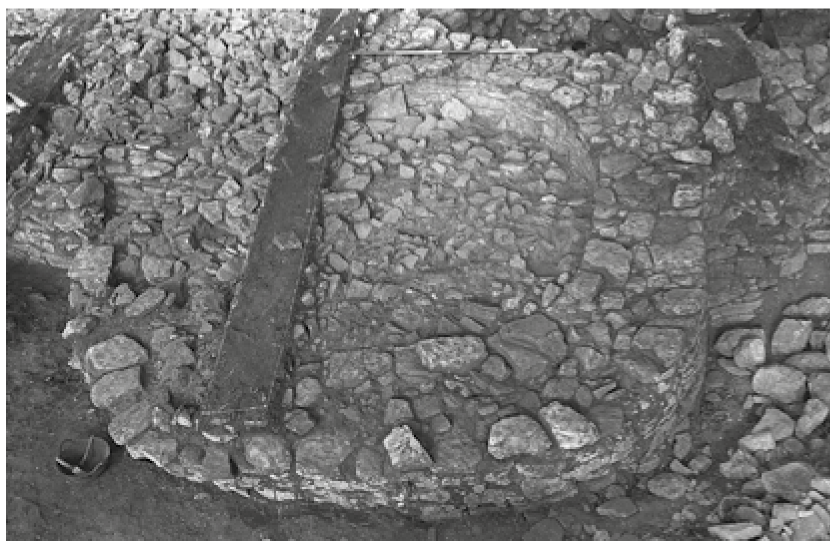


Fig. 39

Fig. 38 – Zambujal, Torre B, planta da primeira fiada de pedras da Camada E (Desenho das escavações a 06/09/1966 por H. Ulreich; digitalizado e adaptado por G. Casella).

Fig. 39 – Zambujal, Torre B durante a campanha de escavações de 1966, vista de este. À frente, do lado esquerdo, vê-se como as pedras mais altas conservadas do exterior da torre se encontram cerca de 4 fiadas de pedras abaixo do nível a que a torre foi conservada (lado direito da fotografia) e como tendem ligeiramente para baixo, na direcção do Sector VX. Atrás vêem-se as pedras da Camada de derrube B da torre, inclinadas na mesma direcção (Fotografia F. Schulze-Naumburg: D-DAI-MAD-SNF-C-156-01).

Complexo	Corte	Cronologia relativa	Situação do achado e observações
Z-247	27	superfície	Decapagem, metro x até 1,80
Z-230	23	superfície	(Torre B) Prolongamento para este, camada de terra sobre a última camada de pedras = Camada A
Z-274	23	4a(-5)	(Torre B) Interior da torre, Camada C
Z-289	23	4a	(Torre B) Camda D
Z-296	23	4a	(Torre B) Camada E
Z-950	71	4d	Derrube amarelo II à frente da Torre B sobre a base da torre
Z-1268	71	4a	Argila amarela pura sob Derrube II por cima da base da Torre B (= «cunha de argila» nos Cortes 15 e 47)
Z-68018	23	4a(-5)	Torre B, Parte Sul, Camada C

Quadro 2 – Proviniência dos fragmentos do vaso globular

possível provar que efectivamente existia um recipiente esférico[23]. Vários fragmentos deste recipiente ficaram igualmente registados nos desenhos de H. Ulreich, estes são representados pela incisão cinzenta-clara (indicando posições incertas) e os pontos cinzento-claro (Fig. 31). No perfil é ainda possível verificar (Fig. 32) que os cacos pertencem maioritariamente à Camada C. Na planta fica patente que a dispersão dos fragmentos de cerâmica coincide com o sentido do derrube, ou seja, de noroeste para sudeste. No lado sudeste ocorreu a maior destruição da Torre **B** (Fig. 38 e 39). Neste âmbito, deve igualmente ser sublinhado o facto de alguns fragmentos deste recipiente esférico também serem provenientes do Sector VX (Fig. 30 e 35-37), ver Quadro 2.

Esta análise demonstra de forma bastante convincente que os cacos do recipiente se espalharam em direcção a oeste-este isto devido à pressão do derrube, tendo sido ainda arrastados para baixo, até ao Sector VX. Um caco pertencia ao Complexo de achados Z-950 do Derrube amarelo II (Derrube cinzento-amarelado 2), enquanto que outro se encontrava na «cunha amarela» superior, Complexo de achados Z-1268.

Quer isto, portanto, dizer que a formação das camadas sobre o estrato ocupacional castanho-escuro / acastanhado-acinzentado da Fase 4a, ou seja, o horizonte da camada castanho-claro (destruição da Casa Z) e as «cunhas de argila» superiores – amarela a este da Linha I e castanho-avermelhado a oeste da Linha II – por conseguinte também a destruição da Casa WW, bem como os Derrubes 2 e 3 que lhe seguiram, terá de ser interpretada como um grande momento de derrube (Fig. 23-25). Consequentemente, as Fases 4c e 4d teriam também de ser vistas como mais ou menos sincrónicas. O facto de não existir nenhuma camada de ocupação a separar ambas as fases reforça esta ideia.

[23] Ao contrário de tentativas de reconstrução anteriores (v. da Costa 1906, Est. III e VI; Savory 1968, p. 206, fig. 67 a; Spindler, 1981, p. 111), a presente reconstrução deste recipiente e de outro da quarta linha de fortificação (Kunst e Lutz, 2008, p. 60, fig. 19; Kunst e Lutz 2010, p. 503, fig. 26) teve o mérito de provar a existência da cerâmica estriada em forma esférica.

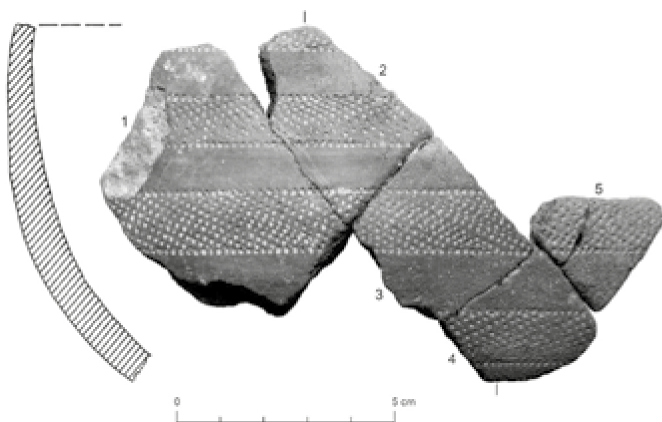


Fig. 40 – Zambujal, cinco fragmentos campaniformes pertencentes a um recipiente: 1 e 2 Z-68016-12; 3 Z-1069-24; 4 Z-1081-34; 5 Z-325-18 (Fotografia M. Kunst D-DAI-MAD-MK-KB-032-83-43).

Assim sendo, nem a «cunha amarela» superior nem a camada castanho-avermelhada devem ser entendidas como resultado de uma lenta dissolução da argamassa argilosa – como no caso da «cunha amarela» inferior – uma hipótese contrariada pelas suas grandes dimensões e pela presença de numerosas pedras, mas sim como resultado do primeiro derrube de muro que integrava ainda o revestimento de argila exterior e as partes superiores da Torre B, sobre o qual – no caso do Derrube 2 – viriam a cair partes da Torre B situadas inferiormente ou posteriormente. Poder-se-á ainda obviamente ter dado o caso de que a parede da torre tenha ruído para a frente, movendo-se para baixo no Sector inferior, com o sector superior a cair-lhe depois por cima. Estas hipóteses com que trabalhamos poderão ser consolidadas se continuarmos a tentar juntar os fragmentos de cerâmica dos diversos complexos de achados correspondentes.

Deste modo, abre-se a possibilidade da ocorrência de um momento de destruição catastrófico, levando a enorme massa de derrube a cair sobre as casas no Sector VX, provocando a destruição das Torres ocas A e B. Terá ocorrido um terramoto no Calcolítico?

Neste contexto, convém mencionar mais um achado de fragmentos de cerâmica campaniforme. Trata-se de um fragmento constituído a partir de cinco cacos (Fig. 40), sendo que dois cacos formam uma unidade, devido ao facto da fractura ser recente (Kunst, 1987, est. 13 k). Os cacos pertencem aos seguintes complexos de achados[24], ver Quadro 3:

Complexo	Corte	Cronologia relativa	Situação do achado e observações
Z-325	27	2c	Enchimento posterior do Muro oeste da barbacã
Z-1069	40/45	4b/c	Parte noroeste, camada de pedra e terra por baixo do Derrube III
Z-1081	40/45	4b/c	Parte noroeste, camada de terra castanha sob Derrube III, sobre a camada de ocupação castanha escura
Z-68016	Torre B	(4b-)5	Parte sul, Camada B

Quadro 3 – Proviniência dos cacos de um grande fragmento de cerâmica campaniforme

[24] Estes cacos detêm os seguintes números: Z-325-18. Z-1069-24. Z-1081-34. Z-68016-12, v. Kunst, 1987, 206-228. Quadro 13 k-n.

Como é que esta situação poderia ser explicada à luz destes dados? Uma hipótese será porventura a dos cacos deste vaso campaniforme terem ido parar ao muro da barbacã, não apenas ao muro ocidental da barbacã, mas também ao oriental, mais concretamente à construção de fecho das seteiras, embora apenas no sector superior do muro, que acabaria eventualmente por ruir sobre a Torre **B** no Sector VX. Até à data tinha-se considerado a construção do muro ocidental da barbacã, o Muro **a**, como o ponto de partida da Fase de Construção I 2c[25]. Por outro lado, a construção de fecho das seteiras através do Muro **ib**/**ir** viria a assinalar o início da Fase de Construção I 3a (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 38-39). Mas E. Sangmeister e H. Schubart admitem a possibilidade de uma existência quase paralela dos dois muros da barbacã ao escreverem: «Não podemos afastar a hipótese do Muro **g** já existir aquando da construção do Muro **ib**/**ir**, fechando assim as seteiras da barbacã, no entanto este muro pertence a um momento de construção anterior» (*ibidem*, p. 37), enquanto que o Muro **g** seria um muro de reforço da Torre **G**, cuja construção se afigura como contemporânea à do Muro **a** (*ibidem*, p. 81) (Fig. 12).

Ambos os cacos do vaso campaniforme achados no Sector AP pertencem a uma camada descrita como sendo ora uma camada de terra castanha, ora uma camada de pedras e terra, por baixo do Derrube III. Este derrube poderá ter a sua origem nos muros da segunda linha de fortificação, neste caso concreto no sector M da área KM, maioritariamente no Muro bx mas também na Porta **norte** e no seu Enchimento **bz**. Têm sido apontadas várias semelhanças entre o Derrube III e o Derrube 3 na área VX, sendo ambos considerados derrubes dos muros da segunda linha de fortificação (*ibidem*), datado na Fase 4d (*ibidem*, p. 70) (Fig. 24 e 25). A construção do Muro **bx** deu-se durante a Fase II 2b, o que neste contexto implica que esta é mais recente do que a Fase de Construção 2a da cronologia geral (ibidem, p. 107). No entanto esta poderia efectivamente ter ocorrido apenas na Fase de Construção 3a, já que deste lado do Bastião **M** até agora ainda não foram descobertas quaisquer outras estruturas arquitectónicas (ibidem, p. 108). Devemos, pois, levar em consideração o facto das estruturas dos Muros **a**, **ib** e **bx** terem sido construídas ao mesmo tempo (no que seria a Fase 2c/3a), tendo os fragmentos dos vasos campaniformes chegado por esta via à argamassa de terra utilizada nestes muros. Na Fase 4d partes do Muro **bx** terão ruído na área AP (Derrube III), empurrando assim os dois fragmentos para a camada inferior, tendo igualmente partes do Muro **ib** com o caco Z-68016-12 ruído sobre a Torre **B**, então já destruída. Este seria, no mínimo, um cenário imaginário capaz de explicar a dispersão espacial destes cacos. O estado de conservação dos cacos con-

[25] A este propósito escrevem os directores da escavação: «No pátio da barbacã, durante a Fase I 2c, o Muro a entre E e G tem sido expandido, embora a estrutura se mantenha funcional de acordo com o seu conceito original», Sangmeister e Schubart, 1981, p. 37.

firmaria esta hipótese. Os cacos mais bem conservados são os da parede oeste da barbacã, ao passo que os outros três sofreram um certo desgaste devido ao derrube. O caco com a maior erosão pertence à Camada B da Torre **B**, onde pensamos ter ocorrido o maior número de movimentações posteriores.

O espaço da falsa cúpula da Torre B

Como devemos imaginar o espaço livre por baixo da falsa cúpula da Torre B? A abóbada aparenta ter tido uma inclinação muito reduzida, visto as pedras utilizadas na sua construção serem relativamente pequenas, não podendo portanto avançar muito[26]. Poderiam ser feitas comparações com a arquitectura dos túmulos de cúpula de pedra miúda, espalhados principalmente pela Andaluzia Oriental e pelo Algarve (Leisner e Leisner, 1956, p.35); na Estremadura portuguesa até agora só foram descobertos túmulos de cúpula em blocos (*ibidem*, p. 34). Além destes exemplos, no sudoeste da Península registam-se ainda *tholoi* com soco de alvenaria não-megalíticas (*ibidem*, p. 26-28), assim como túmulos megalíticos de falsa cúpula com soco de ortóstatos (*ibidem*, p. 28-34), que no entanto não servem como modelo para a Torre **B**. A propósito dos túmulos com cúpula de pedra miúda bem conservados no sudoeste da Península Ibérica, como por exemplo o de Matarrubilla em Valencina de la Concepción (Sevilha), ou o de Cueva del Romeral em Antequera (Málaga) (Fig. 51; 52; 54), G. e V. Leisner referem que uma causa para o bom estado de conservação seria a ligeira inclinação da parede (Leisner e Leisner, 1943, p. 291)[27]. Também no Algarve, no caso do Monumento 7 de Alcalar (Portimão) existe um ligeiro vão da parede, apesar da utilização de lajes de pedra cujo comprimento atingia 60 cm (Morán e Parreira, 2004, p. 96)[28].

Na parede circular do Monumento 7 de Alcalar foram inseridos lateralmente três nichos, limitados em cima e em baixo por grandes lajes de calcário (*ibidem*, p. 95-97). Também no Zambujal as «seteiras» se encontram normalmente tapadas por lajes de grandes dimensões (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 33, fig. 8) (Fig. 7). No entanto, não foram descobertas semelhantes lajes no derrube da Torre **B** na área VX, tanto na «cunha amarela» superior, como no Derrube 2, o que indica que a abóbada da Torre **B** não possuiria nichos nem aberturas equivalentes às seteiras das barbacãs. Além disso, E. Sangmeister e H. Schubart observam «que a entrada se fazia através dum alçapão, visto não existirem indícios de nenhuma entrada pelo lado traseiro» (*ibidem*, p. 243). Este dado permite-nos concluir que o espaço sob a falsa cúpula seria escuro, possuindo apenas uma entrada, através do alçapão no centro[29].

[26] v. mais à frente o texto de Felix Arnold.
[27] v. mais à frente o texto de Felix Arnold.
[28] v. mais à frente o texto de Felix Arnold.
[29] v. mais à frente o texto de Felix Arnold.

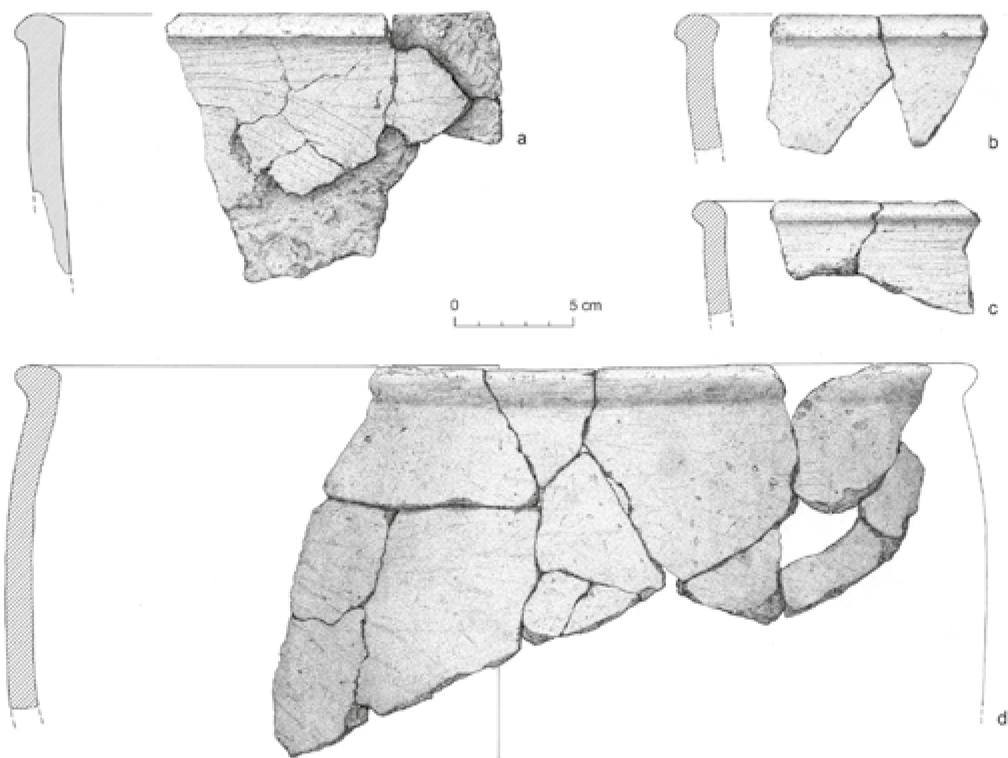


Fig. 41 – Grandes fragmentos de pelo menos dois grandes recipientes com bordo espessado a Z-289-19+Z-289-523; b Z-1268-13+Z-1018-15; c Z-274-182+Z-274-1770 d todos os fragmentos provêm do complexo de achados Z-274, os fragmentos do bordo têm os seguintes números: Z-274-1771+Z-274-1580+Z-274-175+Z-274-32 (Desenhos: M. Saraiva).

A função do espaço sob a falsa cúpula da Torre B

Qual poderia ter sido a utilidade deste espaço? Existe claramente uma camada de utilização, que continha numerosos vestígios de carvão e achados, entre eles 1172 cacos de cerâmica. Muitos destes cacos foram reunidos de forma a tornar possível a reconstrução de partes inteiras de recipientes. Entre os recipientes reconstruídos pudemos constatar que em média cerca de 80 a 110 cacos pertenciam a um só recipiente[30]. Quer isto então dizer que, estatisticamente, estes 1172 cacos pertenceriam a 10-14 recipientes. Mas na realidade poderão estar representados ainda mais recipientes pelos cacos.

De momento conseguimos identificar 13 recipientes:

1/2) Pelo menos dois recipientes de enormes dimensões com bordo espessado (Fig. 41). Caso se comprove que estes dois cacos recolhidos (Fig. 41 b), devido à sua grande semelhança, provêm do mesmo recipiente que o grande fragmento (Fig. 17 a), então ficaria atestada pela segunda vez uma ligação entre o derrube da

[30] Um resultado semelhante foi alcançado através dos cálculos de Dorothea Arnold no Egipto, v. Arnold 1988, 116.

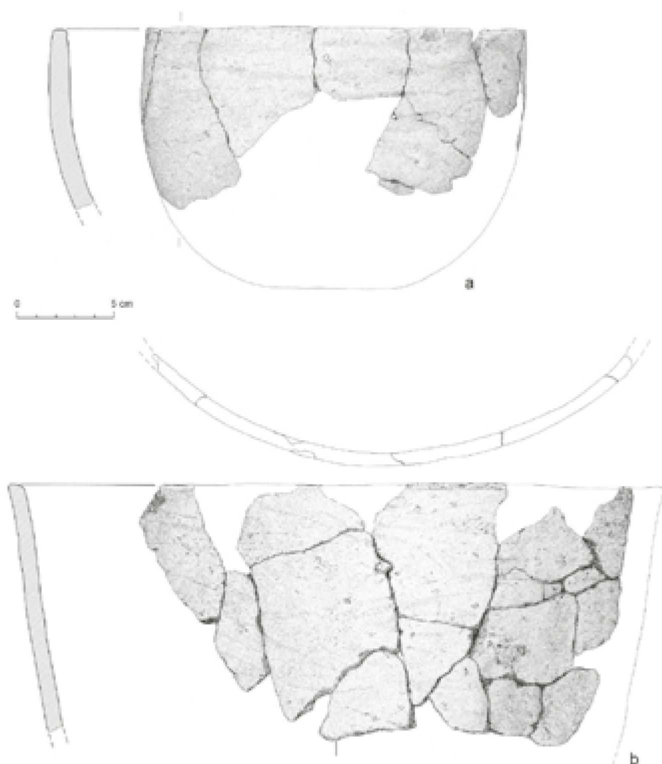


Fig. 42



Fig. 43

Fig. 42 – Dois recipientes hemisféricos com bordo mais ou menos plano a) a maioria dos cacos provém do complexo Z-274; para além destes pelo menos dois pertencem aos complexos Z-300, Z-68019, Z-296; b) a maioria dos cacos pertence aos complexos Z-274 e Z-68019, para além de alguns cacos dos complexos Z-68018 e Z-263 (Desenhos: M. Saraiva).

Fig. 43 – Quatro recipientes reconstruídos numa exposição do Museu de Torres Vedras em 2006, por ocasião do XV Congresso da UISPP em Lisboa; em primeiro plano uma pequena taça com paredes extremamente finas com revestimento negro (v. Fig. 44 a); atrás, em baixo: taça lisa de fabrico rudimentar com bordo arredondado; por cima: recipiente hemisférico rudimentar (v. Fig. 42 a); no fundo: prato com bordo espessado (v. Fig. 45) (Fotografia J. Patterson: D-DAI-MAD-PAT-DG-23-2006-132).

área VX, dado que o Fragmento Z-1268-13 também provém da «cunha amarela» superior, e o Caco Z-1018-15 da Casa V sob o Derrube 1. A maioria dos restantes cacos provém ou da Camada C na Torre **B** (Fig. 41 c. d), ou da Camada D (Fig. 41 a).

3/4)Pelo menos dois recipientes mais ou menos hemisféricos, trabalhados de forma tosca (Fig. 42 a. b; 43, no centro); 43 a um dos exemplares (Fig. 42 a) pertence de novo um caco do Complexo Z-300 da Barbacã, pelo que se aplica também aqui o que já dissemos sobre a grande taça com a decoração campaniforme, ao passo que o outro recipiente é constituído por cacos das Camadas B, C e D (Fig. 30 e 42 b).

5) Um recipiente de parede alta com bordo arredondado e aplanado (Fig. 44 b. c), os respectivos cacos pertencem novamente às Camadas A, C, D e E.

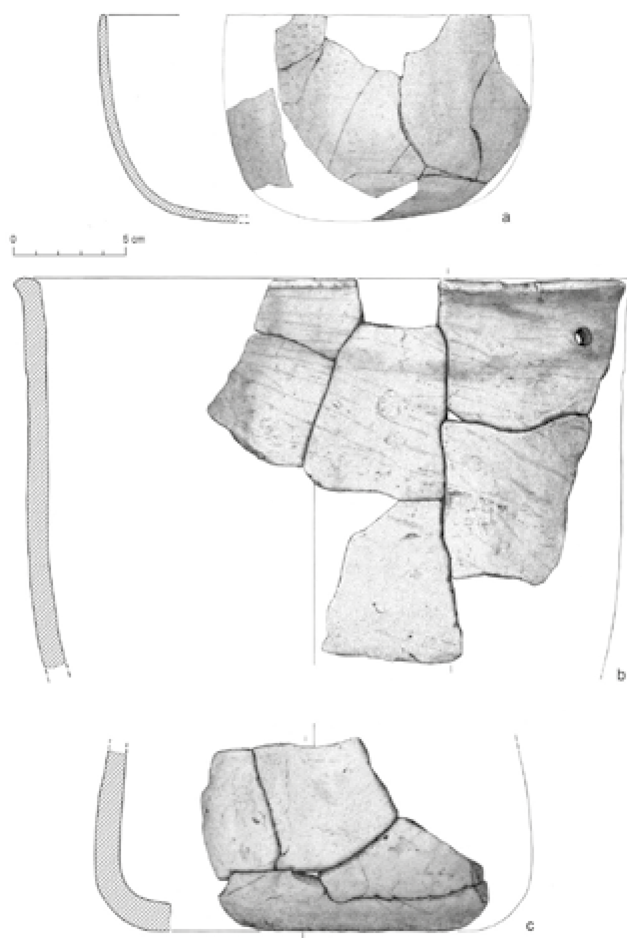


Fig. 44 – Zambujal, a pequena taça de finas paredes com revestimento negro, 9 dos cacos pertencem ao complexo Z-274, dois ao Z-296 e um ao Z-289; b e c recipiente de paredes altas com bordo mais ou menos plano, tratando-se dos seguintes cacos, de cima para baixo: Z-296-42, Z-68019-1, Z-274-554, Z-274-550, Z-274-966, Z-289-519, Base: Z-241-531, Z-241-513, Z-274-1596, Z-274-30 (Desenhos: M. Saraiva).

6) Uma taça lisa de fabrico descuidado com bordo arredondado (Fig. 43 no centro abaixo).

7) Um prato com bordo espessado, quase almendrado (Fig. 43 detrás, e 45).

8) Um pequeno vaso mais ou menos hemisférico de parede fina com engobe negro(Fig. 43 em frente, e 44 a), contendo cacos das Camadas C, D e E.

9) A grande taça com bordo liso e estreito e decoração campaniforme (Fig. 28).

10) O recipiente esférico com estrias horizontais e traços romboides (Fig. 33 e 34).

11) Um pequeno vaso com ombro de cerâmica campaniforme com uma complexa gramática decorativa[31].

[31] Z-230-42, Z-274-6, Z-274-240, Z-296-31; ver Kunst 1987, Est. 21 a--e.

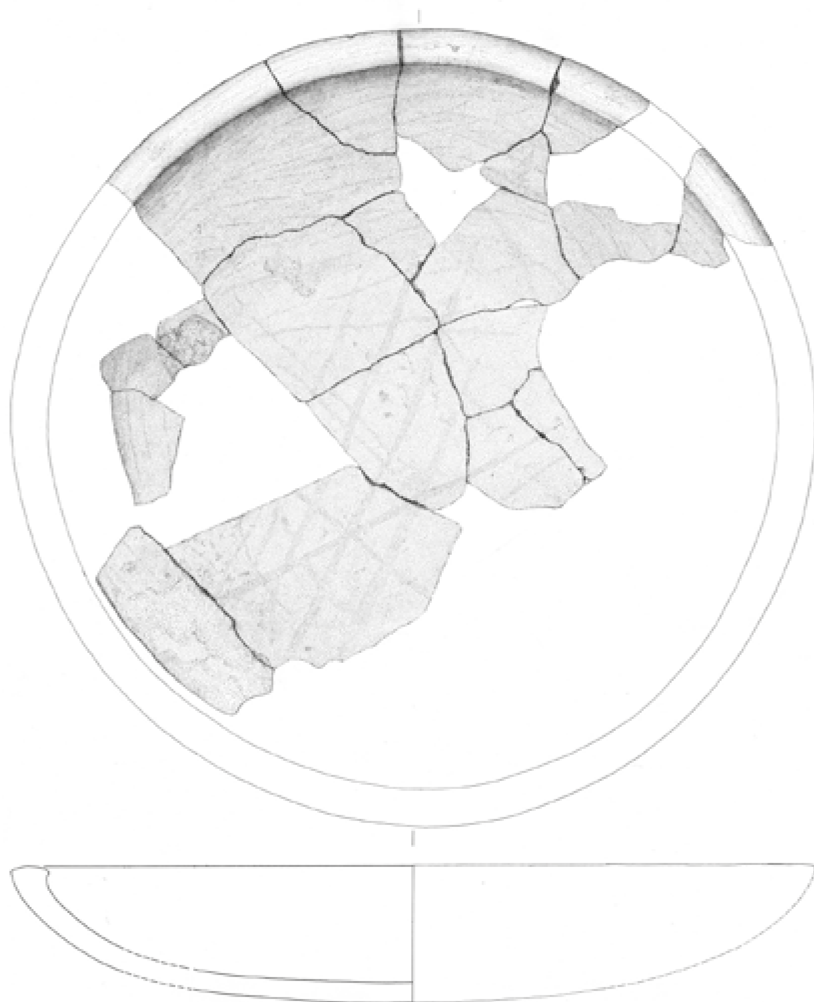


Fig. 45 – Zambujal, prato com bordo espessado, quase almendrado. (Desenhos: M. Saraiva).

12) Um grande fragmento do fundo dum vaso campaniforme marítimo[32].

A estes objectos acrescenta-se uma colher (Fig. 46) de cerâmica e outros cacos isolados, entre eles vários cacos campaniformes. No cômputo geral, o material recolhido parece indicar-nos a existência de um nível de ocupação. De acordo com o diário de escavação de 1966 de H. Ulreich, não só se encontraram esquírolas de ossos, mas também achados osteológicos de grandes dimensões. A 01.09.1966 anotou a seguinte observação: «Continuação da escavação da [Camada] C. Ainda muito cascalho solto na terra... No lado poente do interior do muro grandes ossos de animais».

Apesar dos vários pedaços de carvão encontrados, não se conseguiu identificar claramente nenhuma lareira. No entanto, nesse diário de escavação H. Ulreich

[32] Z-274-17, Z-274-71, Z-274-86, Z-274-203, Z-274-242; ver Kunst 1987, Est. 14 g, i--m.

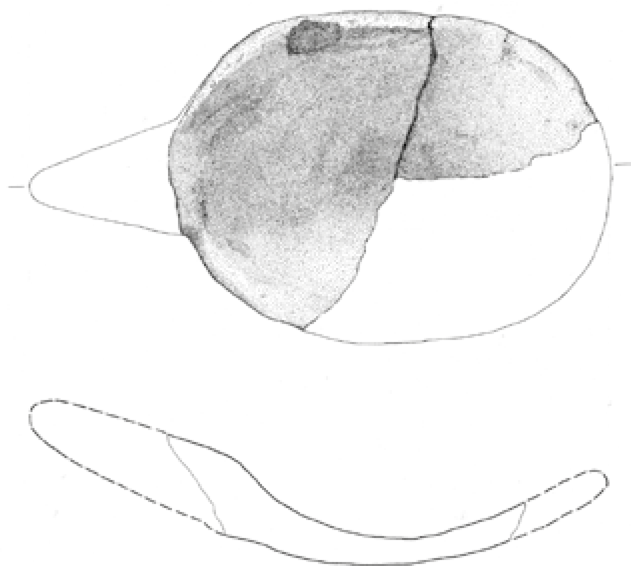


Fig. 46 – Zambujal, colher de cerâmica (Desenhos: M. Saraiva).

escreveria também a 01.09.1966 o seguinte: «A aprox. x 7,40 m y 0,40 m pedras circulares, irregulares, diâmetro aprox. 0,70 m...», e mais à frente: «acabámos de escavar a estrutura de pedras aproximadamente circular. Terra cinzenta, solta, com pedaços de carvão. Também grande troço de parede tombada, poucos ossos, conchas, uma delas rolada pelo mar, pequenos pedaços de ossos queimados. Por baixo outra vez terra amarela compacta. Possibilidade de lareira fica duvidosa, porque o enchimento para oeste se estende por baixo das pedras.» Na tarde desse mesmo dia H. Ulreich escrevera: «Parece terra compacta, amarela, com poucas pedras, descendo de forma enviesada para este, muito desnivelada (marcas das pedras do derrube). A terra por cima, mais solta e com mais cinzas, devido ao abundante carvão, ossos queimados, afloramentos de calcário e pequenos nódulos isolados de barro queimado com marcas de ramos»[33]. Mais adiante denomina estes nódulos como escombros da acção do fogo. De forma global, nos seus desenhos todas as camadas apresentam um declive no sentido nascente. Este facto é igualmente constatável no perfil da torre, posteriormente publicado (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 26-27, fig. 6; p. 46, fig. 12) (Fig. 5. 12).

Neste artigo publicamos ainda um desenho inédito (Fig. 38), que ilustra a forma como o derrube da Torre **B** se prolonga pela Área VX adentro. A camada superior ficou infelizmente interrompida, devido às escavações portuguesas de

[33] v. também Sangmeister e Schubart, 1967, 52, onde se mencionam «pedacinhos de barro queimado». Pedaços parecidos foram encontrados no povoado fortificado de Santa Justa, lá também com um desenho na parte lisa exterior (Gonçalves, 1989, vol.1, p. 285,; vol. 2, p. 180-181).



Fig. 47 – Zambujal, Fotografia aérea no fim da campanha de 1966; vista de sudoeste; aprox. ao meio da Fotografia, do lado direito: Corte 15, que parte da Torre B e desce até ao interior do Sector VX, voltando a subir até às tendas. (Fotografia H. Schubart: D-DAI-MAD--SCHU-C-159-04).



Fig. 48 – Zambujal, vista de sudeste sobre o Corte 15 e a Torre B ainda por escavar, com o seu forte desnível em relação ao Sector VX, cujas camadas superiores se encontram separadas da Torre B pela vala aberta pelas escavações portuguesas anteriores a 1963 (Fotografia F. Schulze-Naumburg: D-DAI-MAD-SNF-B-732-06).

1959/60. A forma inclinada das camadas desde os sectores superiores da barbacã sobre a Torre **B** em direcção à Área VX fica bem patente numa fotografia aérea (Fig. 47), bem como numa fotografia tirada durante a campanha de 1964, antes da escavação da torre (Fig. 48).

Consequentemente, devemos deduzir que algumas partes das Camadas C e D acabaram por ser, no mínimo, deslocadas, ou mesmo também elas derrubadas, uma hipótese corroborada pelos fragmentos dos recipientes acima mencionados. Visto por este prisma, seria naturalmente possível que tivesse existido uma lareira na Camada C, cuja delimitação teria desaparecido devido deslocamento causado pelo derrube, ou tendo esta inclusive sido integrada no derrube na Área VX.

Desta forma seria possível que no espaço escuro da cúpula da Torre **B** se tivessem desenvolvido certas actividades de ocupação, que englobariam os diferentes recipientes de cerâmica encontrados. Neste âmbito podemos imaginar que este espaço por baixo da abóbada de pedra e terra poderia ter servido como uma zona fresca de armazenamento de mantimentos. Os vestígios resultantes do fogo poderiam ter origem em actividades de fumigação, para proteger os mantimentos dos insectos.

Por outro lado devemos questionar-nos sobre a origem dos vestígios de fogo descritos por H. Ulreich como contendo elementos de «reboco» de argila, e sobre uma explicação para o facto dos cacos de vários recipientes estarem espalhados desde a superfície até à camada do solo, às vezes mesmo até à camada rochosa.

Reconstrução hipotética dum terceiro andar da Torre B

Até agora tratámos, por assim dizer, dois andares da Torre **B**, nomeadamente o soco com um robusto enchimento das Camadas I a F e, por cima deste, o espaço da abóbada com o seu Chão D e Camada de ocupação C. As Camadas B e A são meramente acumulações posteriores devido ao derrube. Nenhuma destas partes da torre, no entanto, aparenta ter uma função defensiva do tipo que E. Sangmeister e H. Schubart atribuem às torres ocas enquanto medidas de exploração dos flancos (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 243-245). Esta função estratégica teria de ser assumida por um terceiro espaço sobre a falsa abóbada (Fig. 62). A possível existência deste espaço apoia-se indirectamente em quatro observações:

1. A fragmentação da grande taça campaniforme e do recipiente esférico com decoração romboide, bem como de alguns recipientes sem decoração.
2. O alçapão central precisava dum tecto para abrigar da chuva.
3. Os vestígios de fogo com fragmentos de reboco de argila descritos por H. Ulreich teriam de ser proveniente dum espaço superior.
4. Só um espaço por cima da falsa cúpula poderia assumir a missão defensiva da torre.

Sobre 1: Entre os cacos da taça campaniforme encontram-se dois que provêm do Complexo de achados Z-300, para além dum caco de um recipiente mais ou menos hemisférico, tosco e liso, ao passo que um caco do recipiente esférico pertence ao Complexo Z-247. Poder-se-ia seguramente objectar, tendo como base um eventual erro de marcação no caco do recipiente esférico em causa, por ex. trocando-se 247 por 274. Mas esta ideia é contrariada pelo número individual 17 atribuído ao caco ainda durante a escavação, que indicaria ter pertencido originalmente ao conjunto dos restantes cacos do Complexo de achados 247.

Os números individuais de ambos os cacos da taça campaniforme foram, porém, atribuídos posteriormente, provavelmente em 1983, mas nesse processo numeraram-se igualmente os cacos de acordo com o respectivo complexo, com uma numeração contínua a partir de 500.

Curiosamente, tanto o número de complexo Z-300 como o Z-247 se referem ao Corte 27, localizado na parede ocidental da barbacã. Z-247 pertence à superfície do corte, Z-300 por sua vez encontra-se imediatamente abaixo na Camada 6 parte superior da barbacã, no testemunho entre os Cortes 26 e 27, no entanto ainda entre os Muros radiais **fe** e **fd** (Fig.12), pelo que poderia provir do meio da camada superior da barbacã.

A última camada da barbacã (Camada 6 parte superior) é descrita como sendo meramente uma camada de enchimento composta por pedras de forma irregular. Esta camada deveria pertencer à Fase 3c, mas não podemos excluir que a sua origem se situasse na Fase 4a (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 42). A Fase

4a é caracterizada pela construção da Torre **B**. No entanto não foram efectuadas quaisquer outras construções até à Fase 5, para além das Torres **A** e **B**, na área da Linha I, à qual pertence a barbacã (*ibidem*, p. 44-48). Já dentro da barbacã foram identificados dois muros radiais, **fe** e **fd** (*ibidem*, p. 38 e 42) (Fig. 12), tendo sido interpretados como «muros intermédios, com uma função de apoio durante o enchimento ou apenas de delimitação de sectores de construção» (*ibidem*, p. 42). Não obstante, não podemos determinar com segurança quando se deu o último enchimento entre estes muros radiais. Para um deslocamento por cima de uma plataforma superior, atribuído à «fase de construção maciça», a Fase de construção 3c (*ibidem*, p. 15, 42, 239-242), já teriam sido suficientes os dois blocos enchidos entre ambos os muros radiais a norte e a sul da barbacã. A parte intermédia, entre os muros, poderia perfeitamente ter sido preenchida mais tarde. E. Sangmeister e H. Schubart admitem a possibilidade de este momento se ter dado durante a Fase 4 a, embora dificilmente depois da construção da Torre oca **B**, defendendo que o enchimento completo da barbacã a partir da Camada 6 parte superior terá de ser visto, globalmente, como um único momento (*ibidem*, p. 42). Mas se considerarmos que o espaço interior da barbacã estaria enchido apenas a norte e a sul, então o espaço central teria de ter estado aberto até à Fase 5. A meu ver, o único argumento que vai contra esta hipótese é a ausência duma camada intermediária, que neste caso teria de se ter formado entre a Camada 6 parte central e a parte superior neste preciso espaço, o que não se registou.

Por outro lado, o material de enchimento era irregular e não particularmente compacto, podendo muito bem os cacos terem caído numa fenda junto à face do muro poente da barbacã, ou seja o Muro **a** (Fig. 12).

Voltemos aos cacos da grande taça campaniforme e do recipiente esférico com decoração romboide. Visto que a maioria dos cacos se encontrava na Camada C da Torre B, embora em parte também na Camada de derrube B, é provável que o acontecimento que levou à sua quebra não tenha ocorrido no espaço da abóbada, mas sim já no piso superior. Desta forma alguns cacos poderão ter caído para oeste, através duma abertura na parede da torre, por ex. da hipotética entrada, sobre a antiga área da barbacã, enquanto que o resto dos cacos terá caído na sala da abóbada, tendo em parte caído com o derrube da abóbada. Esta hipótese explicaria a grande dispersão dos cacos na Camada C. Este cenário é corroborado pela dispersão dos cacos de alguns recipientes sem decoração, como já foi acima demonstrado.

Sobre 2: Na área do Zambujal mais próxima da costa verificar-se-ia frequentemente, tal como hoje em dia, uma forte precipitação, principalmente no Outono. Por este motivo seria necessária a construção de um tecto que abrigasse o buraco de entrada.

Sobre 3: A construção do tecto não teria forçosamente de se basear em pedras, ao contrário da parte inferior da torre, podendo-se ter recorrido a material mais ligeiro. Os fragmentos de reboco de argila apontam nesta direcção. Os abundantes fragmentos de carvão podiam resultar, por ex., da queima de restos utilizados na construção do tecto. No seu relatório das escavações de 1968, H. Ulreich discute a possibilidade das partículas de carvão estarem relacionadas com eventuais sinais de fumo, emitidos a partir de um andar situado por cima do espaço da cúpula. Tendo tudo isto em conta, podemos concluir que este andar certamente existira, possuindo também um reboco de argila, provavelmente num entrançado, como se poderia depreender da afirmação de H. Ulreich acerca das marcas de ramos na argila.

Sobre 4: Seria inviável efectuar qualquer tipo de acção defensiva a partir duma sala com uma falsa abóbada sem janelas, numa torre. A torre só poderia proporcionar esta função a partir dum andar superior. Ter-se-ão possivelmente deslocado as seteiras no conceito de barbacã, no qual um invasor inimigo na Linha II seria encarado de baixo para cima ou à altura dos olhos, para um nível superior, de forma a encarar os inimigos de cima para baixo. Além disso, seria possível flanquear o muro da fortificação nas costas a partir das torres, isto é oferecendo-lhes cobertura a partir dos flancos, tendo ainda visão sobre o campo para lá da Linha II, podendo atingi-lo com arco e flechas (Fig. 63 e 64)[34].

De momento é-nos impossível tirar mais conclusões a nível arqueológico sobre a Torre **B**. As futuras interpretações ou reconstruções serão apenas possíveis mediante a uma análise dos dados obtidos a nível métrico, estático e construtivo, com recurso a um arquitecto, como mostraremos em seguida.

M. Kunst

2. SOBRE A RECONSTRUÇÃO DAS TORRES DO ZAMBUJAL

O Zambujal é uma das estruturas fortificatórias do Calcolítico mais bem conservadas na Península Ibérica. Sobretudo na Área EG, onde os muros chegam a atingir uma altura superior a 3,5 m. A documentação minuciosa desta área, assim como das áreas vizinhas VX e KM (Fig. 21), constitui a base para uma reconstrução bem sucedida do aspecto original da fortificação. Neste contexto, os restos das abóbadas, registadas nas Torres **A**, **B** e **L** (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 45 (Torre **A**), p. 46 (Torre **B**), p . 113 (Torre **L**)), assumem grande relevância. Com base nestes restos é-nos possível reconstruir com relativa certeza os troços destru-

[34] v. mais à frente o texto de Felix Arnold.

ídos dos muros. Por este motivo as abóbadas serão o ponto de partida das reflexões que se seguem, sobre o aspecto original das torres do Zambujal.

Falsas cúpulas

As abóbadas cujos restos se conservaram nas Torres **A**, **B** e **L** (Fig. 12) caracterizam-se por serem abóbadas «falsas» (Koepf e Binding, 1999, p. 161). Ao contrário das abóbadas verdadeiras, neste caso as pedras são inseridas unicamente em camadas horizontais. O espaço interior é coberto pela abóbada, o que se consegue fazendo com que cada camada se prolongue um pouco mais que a inferior. Por este motivo estas abóbadas são chamadas de «falsa cúpula» (em alemão: Kraggewölbe). Por serem uma solução tecnicamente simples para cobrir espaços sem recurso a madeira, as falsas cúpulas foram principalmente utilizadas em regiões pobres em madeira até ao início da Época Moderna, por exemplo como abrigo para pastores. Nas antigas culturas mais desenvolvidas as abóbadas de falsa cúpula eram especialmente apreciadas na arquitectura de túmulos, como no caso de algumas culturas megalíticas[35], no Egipto (Arnold 1994, 136; Stadelmann et al., 1993, p. 285, est. 56 b, c) e, mais tarde, em Micenas (Cavanagh e Laxton, 1981, p. 109-140).

A construção das abóbadas de falsa cúpula segue certos padrões concretos e estáticos, que na época pré-histórica provavelmente não eram conhecidas, portanto as suas construções correspondiam sempre a novas tentativas aproximando-se experimentalmente de tais padrões (Cavanagh e Laxton, 1981, p. 113-115). Nas verdadeiras abóbadas o peso é distribuído por toda uma linha de abóbada em forma de parábola. De uma pedra para a outra a carga vai sendo distribuída num ângulo que corresponde à linha da abóbada. Já no caso das falsas cúpulas, a carga é suportada sempre na direcção vertical, de uma camada de pedras para a que se encontra abaixo dela. Desta forma o ponto de equilíbrio da pedra tem de se encontrar sempre apoiado sobre outra pedra, caso contrário esta resvala. Havendo uma única pedra, o ponto de equilíbrio encontra-se no centro da mesma. Mas caso se encontre fora do centro outra pedra por cima, tal como acontece no caso das abóbadas de falsa cúpula, então o foco da pedra desloca-se do centro para a frente, sendo que quanto maior for o peso, mais se deslocará. Desde o vértice da abóbada até à base existe um deslocamento crescente do meio da pedra em direcção à aresta frontal (Fig. 49).

A medida em que ocorre esta deslocação pode ser calculada matematicamente: se o foco da pedra mais alta da abóbada estiver a uma distância equivalente a metade do seu comprimento da aresta frontal (isto é, do seu ponto central), então a distância da pedra subjacente reduz-se em um terço do próprio

[35] Sobre a Bretanha v. Giot 1987.

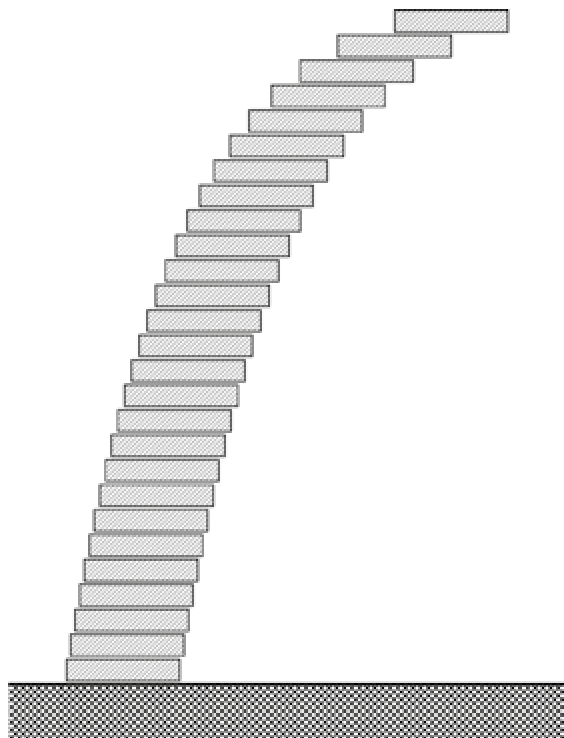


Fig. 49 – Projecção máxima de 27 camadas de pedra (segundo o quadro 4) (Desenho: F. Arnold).

comprimento, depois a um quarto, depois a um quinto, e por aí fora (ver Quadro 4) (Cavanagh e Laxton, 1981, p. 114). Esta fórmula matemática só se aplica obviamente a construções em pedra seca de camadas regulares constituídas por pedras do mesmo tamanho. Embora haja uma panóplia de factores que podem levar a discrepâncias nos valores, esta fórmula pode ser útil para a avaliação destas abóbadas.

Em princípio é possível alcançar desta forma qualquer vão com uma falsa cúpula. Ao acrescentar uma nova camada de pedras, necessárias para aumentar o vão da abóbada, reduz-se também a medida absoluta que determina o aumento das dimensões. Nos casos em que o vão atinge grandes dimensões multiplica-se, por um lado, necessariamente a quantidade de material necessário para a construção e, por outro, a altura necessária para a abóbada, que alcança uma altura desproporcional. Para cobrir um espaço que é quatro vezes mais largo que o comprimento das pedras utilizadas são necessárias dez camadas de pedras, no entanto, para aumentar o vão no equivalente ao comprimento duma pedra, de quatro para cinco vezes o comprimento duma pedra, já são necessárias oito camadas de pedras.

A formação e a economia na construção duma abóbada de falsa cúpula dependem, portanto, do tamanho e da proporção do material utilizado. Com pedras mais compridas é possível alcançar um maior vão usando menos camadas de pedras. Mas com estas pedras mais delgadas torna-se complicado atingir uma altura elevada no espaço da abóbada, mesmo recorrendo a um grande número de camadas. Os exemplos no Zambujal ilustram bem esta observação. Ali as abóbadas foram erigidas, tal como os muros no geral, através de pedras quebradas, normalmente com 30-50 cm de comprimento. A altura média das camadas de pedras é de 11 cm. Partindo do princípio que nas partes superiores da abóbada se utilizariam maioritariamente pedras com 50 cm de comprimento, podemos calcular os limites que ditariam até onde terá sido proveitosa a utilização das abóbadas de falsa cúpula no Zambujal (Quadro 4).

As abóbadas de falsa cúpula eram particularmente indicadas para vãos abaixo de 2,5 m. Nestes casos as abóbadas de falsa cúpula com uma altura máxima infe-

Camada de pedras (n) contada de cima para baixo	Projecção máxima da camada inferior em relação ao comprimento da pedra (x)	Projecção máxima em relação ao comprimento da pedra (x)	Altura máxima da abóbada em cm, sendo n = 11 cm	Projecção máxima em cm, sendo x = 50 cm	Vão máximo em cm, sendo x = 50 cm
1	1/2	0,5	11	25,0	50,0
2	1/3	0,8333	22	41,7	83,3
3	1/4	1,0833	33	54,2	108,3
4	1/5	1,2833	44	64,2	128,3
5	1/6	1,45	55	72,5	145,0
6	1/7	1,5929	66	79,6	159,3
7	1/8	1,7179	77	85,9	171,8
8	1/9	1,829	88	91,4	182,9
9	1/10	1,929	99	96,4	192,9
10	1/11	2,0199	110	101,0	202,0
11	1/12	2,1032	121	105,2	210,3
12	1/13	2,1801	132	109,0	218,0
13	1/14	2,2516	143	112,6	225,2
14	1/15	2,3182	154	115,9	231,8
15	1/16	2,3807	165	119,0	238,1
16	1/17	2,4396	176	122,0	244,0
17	1/18	2,4951	187	124,8	249,5
18	1/19	2,5477	198	127,4	254,8
19	1/20	2,5977	209	129,9	259,8
20	1/21	2,6454	220	132,3	264,5
21	1/22	2,6908	231	134,5	269,1
22	1/23	2,7343	242	136,7	273,4
23	1/24	2,776	253	138,8	277,6
24	1/25	2,816	264	140,8	281,6
25	1/26	2,8544	275	142,7	285,4
26	1/27	2,8915	286	144,6	289,1
27	1/28	2,9272	297	146,4	292,7
28	1/29	2,9672	308	148,1	296,2
29	1/30	2,995	319	149,7	299,5
30	1/31	3,0272	330	151,4	302,7

Quadro 4 – Cálculo matemático da projecção máxima das camadas de pedras duma abóbada falsa constituída por pedras com o mesmo comprimento e altura.
n = camada de pedras; x = comprimento da pedra

rior a 2 m já seria suficiente. Desde que a abóbada começasse imediatamente na base do muro, uma abóbada de falsa cúpula poderia fazer sentido num espaço com uma largura até 3 m. Desta forma os espaços com 3 m de largura obteriam uma altura aceitável de 3,3 m. Mas trabalhando com maior vão já seria necessária



Fig. 50 – Interior da chamada tumba de Atreo (Micenas) (Fotografia de 1898: D-DAI-ATH-Mykene 60).

uma altura desproporcionalmente maior, p. ex. 3,5 m requeririam uma altura de 5,5 m e um espaço de 4 m requeriria 9 m de altura, etc.

Desta forma as abóbadas de falsa cúpula no Zambujal eram ineficientes a partir dum vão de 3 m. As comparações com exemplos noutros locais e doutros tempos mostram que existiam formas de cobrir grandes vãos com abóbadas de falsa cúpula. Uma das mais fáceis passaria pela utilização de pedras maiores para abóbadas com um vão superior a 3 m[36]. De todas as formas, foram encontradas isoladamente pedras com mais de 0,50 m de comprimento no Zambujal[37]. Mas estas pedras são tão raras que não teriam sido suficientes para construir uma abóbada inteira.

Uma outra possibilidade seria diminuir progressivamente o tamanho dos blocos na abóbada, passando de muito grandes na área do pé da abóbada, para muito pequenos na zona do vértice. Desta forma a carga subjacente seria progressivamente diminuída, sendo atingidas maiores projecções. Esta técnica foi aplicada em Micenas[38] (Fig. 50). No túmulo do Atreu foi esta a forma encontrada para cobrir um vão de 12,6 m, a maior alguma vez alcançada com uma abóbada de falsa cúpula. Mas a sua aplicação requeria uma precisão mais elevada que a encontrada normalmente nas construções calcolíticas da Península Ibérica.

Ainda outra possibilidade seria a integração das pedras projectadas numa estrutura mural sólida de forma a que sobre a ponta da pedra se pudesse colocar outra pedra. Desta maneira o grau do ressalto ao longo da linha da abóbada não teria de ser reduzido progressivamente, mantendo-se constante, preferencialmente ao longo duma linha com uma inclinação de 60°. São conhecidas abóbadas de falsa cúpula deste tipo por ex. no Egipto, construídos durante a 4.ª Dinastia (aprox. 2600 a.C.)[39]. Todavia seria indispensável elaborar com

[36] O túmulo com cúpula do Monte do Outeiro (Alentejo) foi construído com pedras estreitas de 0,7 m de comprimento, alcançando assim um vão de 3-3,2 m com uma altura da abóbada de apenas 0,9 m. Leisner 1965, p. 150; Est. 127.

[37] No corredor do portão principal encontrou-se uma pedra utilizada na construção com 1,8 m. Sangmeister e Schubart, 1981, fig. 20.

[38] Cavanagh e Laxton, 1981, p. 109-140. Comparar eventualmente o túmulo com a cúpula do Monte do Outeiro (Alentejo). Leisner 1965, p. 150, Est. 127.

[39] Câmaras de túmulos em Meidum, Dahschur e Giza, p. ex. nas pirâmides de Snofru e Quéops. Arnold, 1994, p. 136; Stadelmann et al. 1993, p. 285. est. 56, b. c.



Fig. 51 – Cueva del Romeral (Antequera, Málaga), abóbada de falsa cúpula da câmara tumular principal, tecto em formato de gargalo de garrafa e capeamento (Fotografia B. Grunewald: D-DAI-MAD-GRU-I-293).



Fig. 52 – Cueva del Romeral (Antequera, Málaga), abóbada de falsa cúpula da câmara tumular principal com capeamento e entrada para a pequena câmara secundária (Fotografia B. Grunewald: D-DAI-MAD--GRU-I-294).

rigor os blocos de pedra e produzir ligações de muro regulares, sendo que nenhum dos requisitos se encontram na Península Ibérica antes da Idade do Ferro.

O único método para aumentar o vão das abóbadas de falsa cúpula já conhecido na Península Ibérica durante o Calcolítico era o da cobertura horizontal do espaço central da cúpula, com recurso a lajes de pedra de enormes dimensões. Um dos problemas prende-se com a enorme carga que a camada superior da abóbada de falsa cúpula teria de suportar. De forma a conseguir suster esta carga extraordinária, o grau do ressalto das camadas superiores da abóbada teria de ser reduzido. Como resultado a linha da abóbada obteria uma forma semelhante ao gargalo duma garrafa.

A abóbada deste género mais espectacular encontrada até agora na Península Ibérica situa-se na Cueva del Romeral em Antequera (Málaga) (Leisner e Leisner, 1943, p. 174-176, est. 55, 99-102) (Fig. 51 e 52). A sua câmara principal possui um diâmetro de cerca de 5 m. A cobertura duma abóbada destas dimensões teria sido impossível utilizando as habituais pedras destinadas aos muros. A abóbada de falsa cúpula serve unicamente para reduzir o vão de 5 para 2 m. Os restantes 3 m foram cobertos com lajes de 3,5 m. Graças a uma documentação detalhada

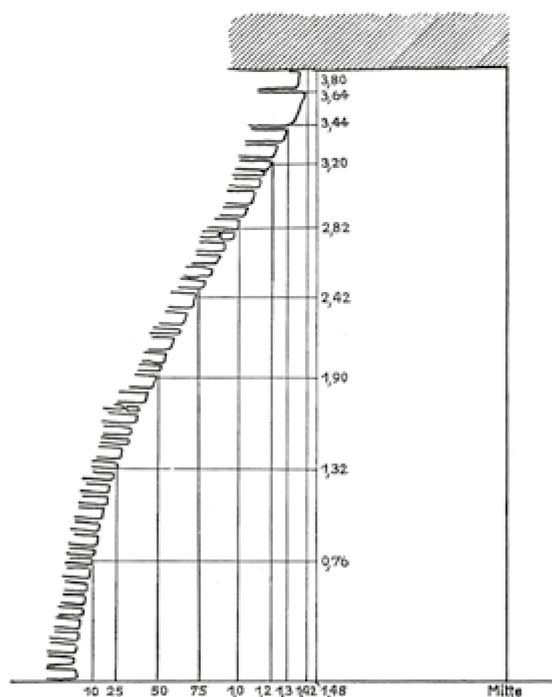


Fig. 53 – Secção da falsa cúpula do túmulo Cueva del Romeral, Antequera (Málaga). (Reprodução de Leisner e Leisner, 1943, Est. 55).



Fig. 54 – Localização na Península Ibérica das sepulturas com falsa cúpula calcolíticas referidas no texto (Mapa base por U. Städtler, L. de Frutos e R. Almeida; Cartografia por E. Puch de acordo com as indicações de M. Kunst).

da secção transversal da abóbada, feita por Georg e Vera Leisner, é possível verificar que a parte superior da abóbada assume a forma do gargalo duma garrafa, de forma a suportar o enorme peso das lajes usadas na cobertura (Fig. 51-53) (Leisner e Leisner, 1943, est. 55-56).

Noutras estruturas tumulares da Península Ibérica foram encontradas abóbadas do mesmo tipo (Fig. 54). Na câmara principal do Monumento 7 de Alcalar falta a cobertura (Morán e Parreira, 2004, p. 97-98). Ainda assim a secção transversal da parede da abóbada tem o mesmo formato de gargalo de garrafa também observado na Cueva del Romeral (Antequera, Málaga). Outros exemplos equiparáveis encontram-se nas construções da Cueva del Vaquero (Gandul, Sevilla) (Leisner e Leisner, 1943, p. 196-198, est. 60 e 103), na Cueva de la Pastora (Valencina de la Concepción, Sevilla) (*ibidem*, p. 194, est. 68, 101 e 102) e no Dolmen de Matarrubilla (Valencina de la Concepción, Sevilla) (*ibidem*, p. 195, est. 69 e 102), na província de Sevilha. No entanto a documentação até agora publicada sobre estas construções não é suficiente para reconstruir com segurança as respectivas linhas da abóbada. A construção das câmaras principais da Cueva del Vaquero e da Cueva de la Pastora é assinalável. Nestes casos a parte superior da abóbada, em forma de gargalo de garrafa, foi construída com grandes blocos de pedra, desta forma reforçando o suporte das lajes de cobertura. Estão melhor documentadas uma série de câmaras de túmulos na Bretanha (Giot 1987). Os túmulos com cúpula E, I e J de Barnénéz possuem a linha de abóbada esperada para abóbadas de falsa cúpula normais (Giot 1987, est. B9. B10. B17). No sentido inverso, os túmulos com cúpula F, G e G' evidenciam uma secção transversal em forma de gargalo de garrafa, que pode ser explicado pelo fechamento com lajes de grandes dimensões (Giot 1987, est. B5, B6, B18) (Fig. 55 e 56).



Fig. 55 – Barnénéz (Finistère, Bretagne, França), Le Grand Cairn, Restos de duas sepulturas com falsa cúpula no Cairn de Barnénéz (Finistère, Bretagne, França) (Fotografia M.Kunst: 14.7.1978).



Fig. 56 – Barnénéz (Finistère, Bretagne, França), Le Grand Cairn, restos de uma sepultura com falsa cúpula (Fotografia M.Kunst: 14.7.1978).

Todos os exemplos até agora conhecidos e integralmente conservados de abóbadas de falsa cúpula com fechamento liso encontram-se em túmulos. Mas, em princípio, seria também concebível que fossem correntes, conceitos arquitectónicos semelhantes na arquitectura profana. A câmara principal da Cueva de Romeral mostra que o vão das abóbadas de falsa cúpula podia ser aumentado até 5 m com o apoio de lajes de cobertura na horizontal. Este fechamento horizontal não teria de ser composto forçosamente por lajes com toneladas de peso. Em vez disso, na arquitectura profana poder-se-ia recorrer a traves de madeira (vide Molina e Câmara, 2005, p. 76 e 78). Mas é no mínimo duvidoso que todas as construções circulares na arquitectura profana tenham sido cobertas desta forma, pelo que se impõe analisar individualmente cada caso[40]. Em construções como as Casas **D**, **P**, **U** e **V** do Zambujal, onde a espessura do muro se cifra em 0,7-1,0 m e o diâmetro interno atinge 3,5-5 m, seria mais provável a existência de tectos cónicos constituídos por material orgânico, como madeira ou arbustos[41].

As abóbadas do Zambujal e a sua reconstrução

Em três torres do Zambujal foram encontrados vestígios de abóbadas: na Torre **L** da Fase 2c e nas Torres **A** e **B** da Fase 4a. Pode supor-se também com alguma

[40] A existência duma abóbada de falsa cúpula numa construção circular profana em Boussargues (Argelliers, Hérault, França) foi documentada graças ao derrube. Colomer, Coularou e Gutherz, 1990, p. 125-136.

[41] Sangmeister e Schubart, 1981, p. 259-260 acreditam que as casas habitadas tinham cúpulas de barro e falsas abóbadas, formadas por lajes; vide Molina e Câmara, 2005, p. 33 e 49.



Fig. 57 – Zambujal, Torre semicircular K e a Linha de fortificação II, em segundo plano a Linha de fortificação I com a Torre B à frente e a Torre A mais ao fundo, à direita; vista de sudeste para noroeste (Fotografia p. Witte: D-DAI-MAD-WIT-R-101-68-12).

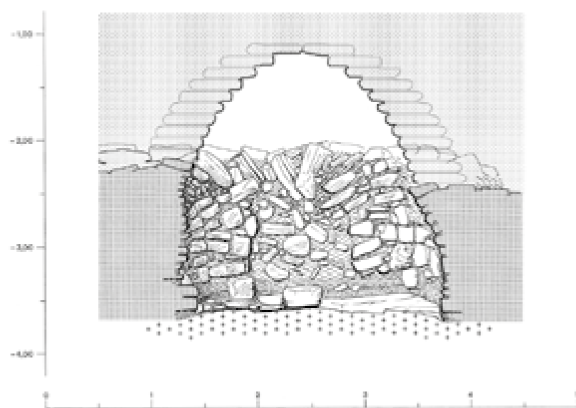


Fig. 58 – Zambujal, reconstrução da abóbada na Torre L (F. Arnold com base em Sangmeister – Schubart 1981, Est. 113).

fiabilidade a existência de abóbadas noutras torres, como nas Torres **K** (Fig. 57) e **M** da Fase 2b/c. Graças aos avanços no estudo aprofundado dos processos de construção destas abóbadas, é-nos possível projectar com bastantes certezas qual o aspecto que assumiriam as abóbadas destas torres.

A Torre **L** (Fig. 12) pertence à Fase de expansão 2c da segunda linha de fortificação do Zambujal (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 113-114; est. 41, 112 e 113). No seu interior encontra-se um espaço vazio, sendo a sua planta baixa mais ou menos em forma rectangular. Só a este e a oeste é que a sala parece adquirir uma forma mais circular. Os muros encontram-se conservados até a uma altura de 1,4 m. Na parede sul da sala (Muro **bi**), é possível reconhecer o início de uma abóbada de falsa cúpula. Desconhece-se no entanto o grau exacto do ressalto, visto que a pressão da terra alterou a forma original do muro (*ibidem*, p. 113; est. 41 a). Nas restantes paredes da sala o ressalto é menor.

O espaço interior da Torre **L** possui um diâmetro de 2,4–2,5 m. Seria fácil de cobrir este espaço com recurso a uma abóbada de falsa cúpula (Fig. 58). Utilizando nos muros pedras com 50 cm de comprimento seriam necessárias no total 13 camadas de pedras (Quadro 4). Estimando a altura de cada camada em 11 cm, atingir-se-ia desta forma a altura mínima necessária para a abóbada (1,43 m). Desta forma o início da abóbada ter-se-á situado ao nível do chão da sala. Os restos conservados da abóbada apontam para a localização do início da abóbada a 0,80 m de altura em relação ao chão da sala, cifrando-se a altura da sala em 2,2 m.

Na segunda linha de fortificação conservaram-se pelo menos mais duas torres ocas pertencentes à Fase 2: as Torres **K** e **M** (Fig. 21). Embora a Torre **M** servisse originalmente como portão, a partir da Fase 2b passou a ter uma sala no seu interior, extremamente semelhante à sala da Torre **L** (*ibidem*, p. 107; est. 42-44 e 112).

Com um diâmetro interior de 2,3-2,6 m, é igualmente possível reconstituir a existência duma abóbada de falsa cúpula com uma altura mínima de 1,43 m. Dado que os muros, conservados até à altura de 1,0 m, não mostram indícios de estruturas de abóbada, esta podia estar assente a uma altura mais elevada do que a abóbada da Torre **L**. Dessa forma a altura da sala teria de ser forçosamente maior.

Ao contrário das Torres **L** e **M**, a Torre **K** (Fig. 21) da Fase 2b/c caracteriza-se por ter uma planta baixa em forma semi-circular, com um diâmetro máximo de 3,0 m (Sangmeister e Schubart 1981, p. 123-124; est. 37 a, 38 a e 96). Devido à largura da sala na diagonal não exceder 1,8 m, também esta sala poderia ser facilmente coberta por uma abóbada de falsa cúpula. No entanto, a forma semicircular da planta, baixa, requer uma forma geométrica de abóbada complexa, cujo aspecto concreto ainda nos é desconhecido.

A Torre oca **A** pertence à Fase de expansão 4a da primeira linha de fortificação (Fig. 59 e 60), sendo, portanto, consideravelmente mais recente que as Torres **K** e **M** (*ibidem*, p. 45-46; est. 20, 21, 104 e 105) (Fig. 12 e 21). A sua sala tem uma forma aproximadamente circular, com um diâmetro de 2,75 m (Fig. 60). Ao passo que a nordeste a torre se encontra totalmente destruída à excepção da camada de pedras na base, a sudoeste atinge uma altura de 1,25 m. A parede interior tem a forma duma abóbada de falsa cúpula desde o nível do chão do solo. No ponto mais alto do muro ainda conservado, o ressalto atinge cerca de 20 cm. Do lado oposto o ressalto poderia ser ligeiramente maior, de forma a que o alcance se reduzisse a 2,2 m já a esta altura. Seriam necessárias no mínimo outras 11 camadas de pedras para cobrir totalmente a sala (Fig. 61). Tendo cada camada 11 cm de altura, a altura total da abóbada seria 2,4 m. Este valor seria plausível para a altura da sala.

A sul da Torre **A** situa-se a Torre **B** (Fig. 15), igualmente pertencente à Fase de expansão 4a. O seu interior é constituído por uma câmara com planta baixa



Fig. 59



Fig. 60

Fig. 59 – Zambujal, escavações na Linha de fortificação I, em primeiro plano à esquerda a Torre A durante a campanha de escavações de 1966 (Fotografia F. Schulze-Naumburg: D-DAI-MAD-SNF-C-154-06).

Fig. 60 – Zambujal, Torre A no fim da campanha de escavações de 1966, vista de nordeste para sudoeste (Fotografia p. Witte: D-DAI-MAD-WIT-N--383-A)

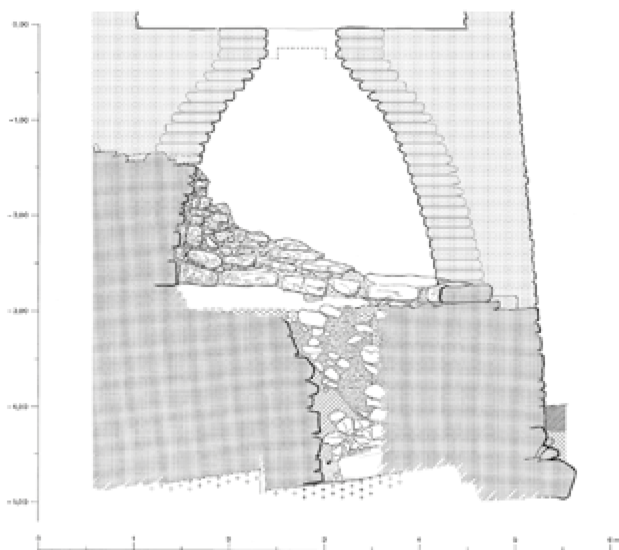


Fig. 61 Zambujal, reconstrução da abóbada na Torre A (F. Arnold com base em Sangmeister – Schubart 1981, Est. 104).

circular. No entanto, com um diâmetro de 3,4-3,7 m distingue-se por ser claramente maior que as outras salas já referidas. O muro da torre encontra-se destruído até à camada de base a sudeste. Já a nordeste, o muro da torre conservado chega aos 0,93 m. Tal como na Torre **A**, na Torre **B** a abóbada de falsa cúpula forma-se logo a partir do nível do chão. No ponto mais alto conservado regista-se um ressalto de 14 cm, pelo que o alcance se reduz de 3,4-3,6 m para 3,1-3,3 m. Para se poder cobrir este alcance com uma abóbada de falsa cúpula simples seriam necessárias mais de 40 camadas de pedras. Desta forma a altura total da sala cifrar-se-ia nos 5,5 m, um registo muito improvável. Por conseguinte, a abóbada da Torre **B** teria de ser uma abóbada com fecho plano. Ao invés do que sucede nos túmulos de câmara, é bastante provável que a cobertura fosse constituída por traves de madeira e não por lajes de pedras de grandes dimensões. De forma a suportar este peso, a parte superior da abóbada da Torre **B** teria de ter a forma de gargalo de garrafa, como no caso da Cueva de Romeral em Antequera.

Não é possível determinar a altura real da parte superior da abóbada com base em meras considerações estáticas. Esta dependia por um lado das necessidades funcionais do uso do espaço, e por outro lado da dimensão da madeira disponível para a cobertura da abóbada. Os túmulos de câmara de pequenas

Túmulo	Vão em cm	Projecção máxima em cm	Parte do vão com cobertura plana em cm	Altura total em cm	Altura/ Diâmetro em cm
Sala secundária da Cueva del Vaquero	140	25	90	115	0,82
Sala secundária da Cueva del Romeral	234	70	90	240	1,03
Cueva del Vaquero	240-250	55	130-140	240	0,98
Cueva de la Pastora	250	55	140	260	1,04
Dolmen de Matarrubilla	272-282	25-50	180-220	212	0,77
Alcalar, Monumento 7	310	55	200	>250	0,81
Cueva del Romeral	480-524	142	220	380-400	0,78

Quadro 5 – Sinóptico de túmulos com cúpula de cobertura plana

dimensões conhecidos tem uma altura quase igual à largura (Quadro 5). Ao invés, sobretudo as câmaras tumulares de maiores proporções, isto é com um diâmetro superior a 3 m, têm frequentemente uma altura inferior à largura, tendo-se registado em vários casos (Dolmen de Matarrubilla, Alcalar, Cueva del Romeral) uma proporção de 4:5. Neste âmbito poderíamos atribuir à Torre **B** uma altura de 2,9 m. Considerando a forma em gargalo de garrafa da parte superior da abóbada, o ressalto máximo das paredes seria de aprox. 1,3 m (Fig. 62). O espaço que não seria abrangido por esta abóbada teria um diâmetro de 0,9 m, que podia ser facilmente coberto com madeira.

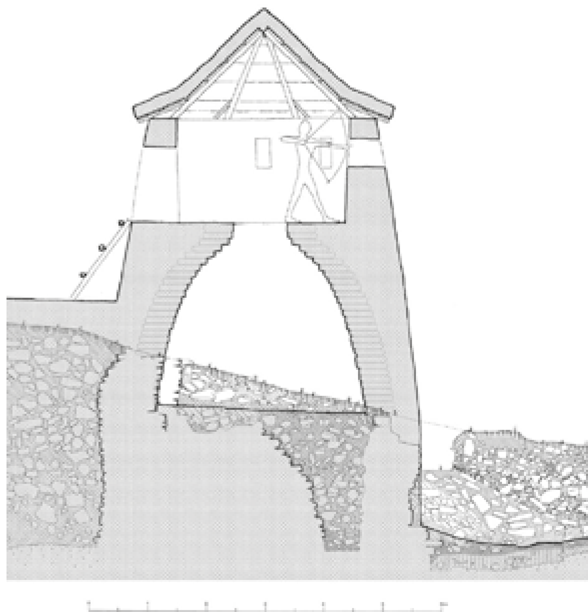


Fig. 62 – Zambujal, reconstrução da Torre B (F. Arnold com base em Sangmeister – Schubart 1981, Fig. 6).

Reconstrução da altura e acessibilidade das torres

Enquanto a forma e a altura das salas das Torres **K**, **L**, **M**, **A** e **B** podem ser determinadas com relativa segurança graças aos restos das abóbadas conservados, a reconstrução do aspecto exterior das torres releva-se consideravelmente mais problemática. Todavia, é possível chegar a certas conclusões, tendo como base a localização e a altura das salas, bem como a sua acessibilidade.

A altura geral mínima das torres pode ser obtida a partir da altura das salas no seu interior. Neste contexto deve-se distinguir entre as Torres **K**, **L** e **M** das Fase 2b/c, cujos espaços interiores se encontram à altura do solo, e as Torres **A** e **B** da Fase 4a, com espaços interiores projectados a uma altura consideravelmente superior. Desta forma, o patamar de ocupação da sala da Torre **A** situa-se a cerca de 1,25 m relativamente ao exterior, sendo que no caso da Torre **B** esta discrepância atinge mesmo os 2,25 m (Fig. 15 e 62). Partindo do princípio que a cobertura da abóbada tinha cerca de 30 cm de espessura, a altura geral mínima das torres da segunda linha de fortificação pode ser estimada em 2,5 m (Torres **K** e **L**) ou mesmo 3 m (Torre **M**). Desta forma as torres da Linha I seriam mais altas, chegando a Torre **A** aos 4,5 m e a Torre **B** aos 5,4 m.

As torres da primeira e da segunda linha de fortificação divergem entre si também no que toca à acessibilidade. O acesso às salas das Torres **K**, **L** e **M** da segunda linha (Fase 2b/c) era efectuado através duma porta ao nível do solo. No entanto desconhece-se a altura destas portas. Outros exemplos do Zambujal, como a entrada na barbacã (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 33,

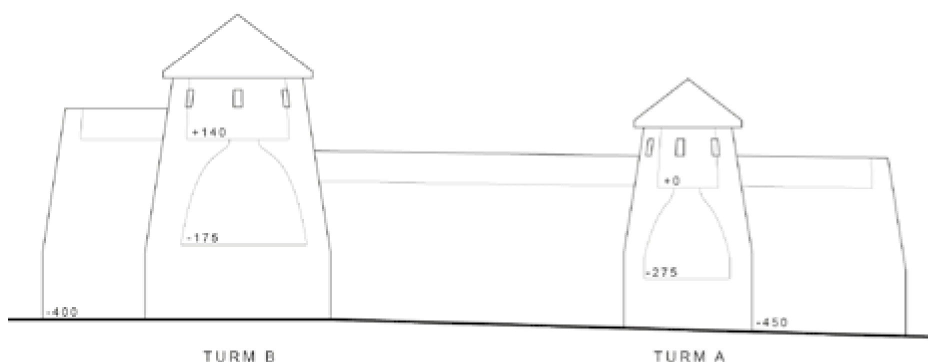


Fig. 63 – Zambujal, reconstrução da primeira linha de fortificações da Fase 4 (Desenho: F. Arnold).

fig. 8), sugerem que seriam entradas extremamente exíguas, com uma altura de apenas 1,0 m.

Ao contrário das salas das Torres **K**, **L** e **M**, nas Torres **A** e **B** (Fase 4a) estas não tinham acesso ao nível do chão. Para além de se encontrarem a uma altura muito superior à do terreno exterior, tinham nas suas costas um bastião com um denso muro à sua volta, cujo coroamento se situava num patamar bastante mais alto que o das salas das Torres **A** e **B**. Este bastião ainda hoje se conserva até a uma altura de mais de 3,4 m. O antigo coroamento da construção encontrava-se seguramente ainda mais elevado, aprox. 4,15 m acima do terreno exterior. Desta forma o bastião superava o patamar interior das Torres A e B em cerca de 2,75 m e 1,75 m, respectivamente (Fig. 63). Fica assim excluída a possibilidade de acesso ao nível do chão do coroamento da linha de fortificação às salas das torres.

O acesso às salas pode ser reconstituído de duas formas. Ou havia uma porta que permitia o acesso a partir do bastião vizinho, através da abóbada, ou então haveria uma abertura no vértice da abóbada. Do ponto de vista da construção a segunda hipótese seria a mais fácil de realizar, visto que apenas seria necessário prescindir de algumas camadas de pedras no topo da abóbada de falsa cúpula. Na Torre **B** seria apenas necessário prescindir da cobertura plana da abóbada, para assim obter uma entrada com 0,80 m de largura (Fig. 62). Uma hipotética entrada lateral teria levado a um complicado cruzamento entre a entrada e a abóbada. Em ambos os casos é plausível que fosse utilizado um escadote ou uma corda de forma para descer até ao nível do chão da sala, bastante mais baixo.

Os maiores problemas na reconstrução do aspecto original das torres prendem-se com o seu fecho superior, a respeito do qual não obtivemos nenhumas informações ao longo das investigações. No entanto, a evolução da construção das torres no Zambujal mostra que a utilização do patamar por cima da construção da abóbada seria provável. As torres mais antigas do Zambujal, as torres circulares da Fase 1, eram maciças, com um diâmetro de 5-10 m (Sangmeister e

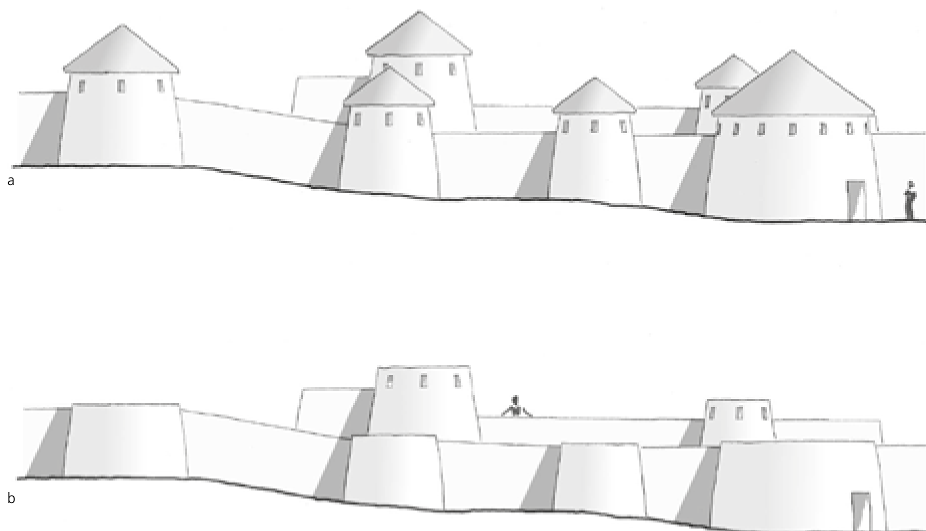


Fig. 64 – Zambujal, reconstrução das linhas de fortificações internas do Zambujal nos Sectores KM e VX; a) Variante com tecto a cobrir os pisos superiores; b) Variante sem tecto a cobrir os pisos superiores. Linha I: Torre B e A. Linha II: Torres K, N, L e M (Desenho: F. Arnold).

Schubart, 1981, p. 226-231; fig. 25-27). Do ponto de vista defensivo, estas torres só teriam alguma utilidade se na sua ponta superior existisse uma plataforma com um parapeito que permitisse avistar e atacar à distância os atacantes. As torres das Fases 2b/c possuíam normalmente um espaço interior acessível, que no entanto frequentemente não dispunha de seteiras[42]. Também neste caso podemos presumir a existência duma plataforma protegida por cima da torre, como uma espécie de segundo andar. Nas Torres **A** e **B** da Fase 4a estaremos porventura perante uma evolução deste conceito de torre. O mero desnível acentuado entre dentro e fora da frente do muro provocou já uma modificação na estrutura da torre. Por um lado já não se podia efectuar a entrada para o primeiro andar ao nível do chão. Por outro, tornara-se mais fácil atingir o patamar do segundo andar.

Embora consideremos relativamente provável a existência dum segundo andar nas Torres **A** e **B**, não é possível emitir qualquer juízo fundamentado sobre o seu aspecto. Seria credível imaginar no seu lugar um simples parapeito, com ou sem ameias, ou ainda uma estrutura com uma sala coberta e seteiras (Fig. 62-64)[43]. Existem provas arqueológicas a respeito das seteiras em povoados calcolíticos, o mesmo não se verificando em relação a parapeitos ou ameias. Um argumento a favor da cobertura do piso superior seria a necessidade de proteger

[42] Acerca das seteiras no Zambujal v. Cordes, Gut e Schuhmacher, 1990.

[43] Nos desenhos das reconstruções publicados de Los Millares assumiu-se a existência de parapeitos sem muralhas, tanto nos muros como nas torres. A espaços sugere-se a existência de pisos superiores com leves tectos. (Molina e Câmara, 2005, p. 33 e p. 36-46)

da chuva o acesso ao piso inferior. O tecto podia ter forma cónica ou esférica. Uma camada de material orgânico queimado encontrada no derrube da torre pode ser um indício para um tecto composto por matéria orgânica, por exemplo na forma dum vigamento de madeira com uma cobertura de arbustos. Um tipo de construção semelhante poderia também ter sido aplicado nas casas circulares do povoado[44]. Não obstante, deve ser tido em conta que semelhantes tectos poderiam facilmente pegar fogo em caso de ataque.

A questão da existência ou não de segundos andares, com tecto, nas torres do Zambujal tem consequências para o nível geral da altura das torres e o seu efeito defensivo à distância. Caso fossem incorporadas nestas torres parapeitos de apenas 1 m, os muros exteriores das torres da segunda linha (**K**, **L** e **M**) teriam uma altura de 3,5-4,0 m, ao passo que os muros da primeira linha (Torres **A** e **B**) chegariam aos 5,5-6,4 m (Fig. 64 b). Aceitando a existência dum segundo piso, coberto, as torres da segunda linha alcançariam no mínimo os 4,2-4,7 m de altura, as da primeira linha 6,2-7,1 m e os picos dos seus tectos cónicos chegariam mesmo a 5,8-7,5 m e 7,6-9 m, respectivamente (Fig. 64 a). É sabido que tais alturas não eram inusitadas, como fica patente na torre de 7 m de altura da Idade do Bronze, ainda conservada, em Motilla del Azuer (Ciudad Real) (Molina e Nájera, 1978, p. 57-58). Também algumas das torres fortemente amuradas da fase mais antiga do Zambujal poderiam ter igualado estas dimensões. A Torre **G** (Fig. 12) por exemplo tem na sua base um diâmetro de 8-10 m. Devido ao forte talude dos seus muros exteriores poderia chegar facilmente à mesma altura (Sangmeister e Schubart, 1981, p. 26).

F. Arnold

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Leonardo Guerra a magnífica tradução do alemão para português, e ao Hermanfrid Schubart numerosas discussões e clarificações de diferentes temas sobre a estratigrafia de Zambujal.

[44] Sangmeister e Schubart, 1981, 259-260 presumiram a existência de cúpulas de barro e falsas abóbadas de lajes de pedra nas casas habitadas.

BIBLIOGRAFIA

ALMAGRO BASCH, M. (1959) – Elementos para la cronología absoluta del Bronce I en la Península Ibérica. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Volume I, p. 161–185. Homenagem ao Doutor José Leite de Vasconcelos.

ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R. (1993) – 2000 anos de ourivesaria arcaica em Portugal. In ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R., coord. – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Colecção de ourivesaria*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 19-30.

ARMENDÁRIZ MARTIJA, J.; IRIGARAY SOTO, S. (1995 a) – Resumen de las excavaciones arqueológicas en el hipogeo de Longar (Viana, Navarra). 1991–1993. *Trabajos de Arqueología Navarra*. Pamplona. 11, p. 270–275.

ARMENDÁRIZ MARTIJA, J.; IRIGARAY SOTO, S. (1995 b) – Violencia y muerte en la prehistoria. El Hipogeo de Longar. *Revista de Arqueología*. Madrid. 168, p. 16–29.

ARNOLD, D. (1988) – *The Pyramid of Senwosret I*. New York: The Metropolitan Museum of Art. 156 p. (Publications of the Metropolitan Museum of Art, Egyptian Expedition; 22; The South Cemeteries of Lisht; 1).

ARNOLD, D. (1994) – *Lexikon der ägyptischen Baukunst*. Zürich: Artemis & Winkler. 303 p.

ARTEAGA, O. (2000) – La sociedad clasista inicial y el orgien del estado en el territorio de El Argar. *Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*. Cádiz. 3, p. 121–219.

ARTEAGA, O.; CRUZ-AUÑÓN, R. (1995 a) – El Sector Funerario de ›Los Cabezuelos‹ (Valencina de la Concepción, Sevilla). Resultados preliminares de una excavación de urgencia. *Anuario arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 1995: 3, p. 589–599.

ARTEAGA, O.; CRUZ-AUÑÓN, R. (1995 b) – Una valoración del ›Patrimonio Histórico‹ en el ›Campo de Silos‹ de la finca ›El Cuervo-RTVA‹ (Valencina de la Concepción, Sevilla). Excavación de urgencia de 1995. *Anuario arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 1995: 3, p. 608–616.

ARTEAGA, O.; ROOS, A.-M. (1995) – Geoarchäologische Forschungen im Umkreis der Marismas am Río Guadalquivir (Niederandalusien). *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 36, p. 199–218.

BARANDIARÁN, I. (1978) – La Atalayuela. Fosa de inhumación colectiva del Eneolítico en el Ebro Medio. *Principe de Viana*. Pamplona. 39, p. 381–422.

BASABE, J. M. (1978) – Estudio antropológico del yacimiento de Atalayuela (Logroño). *Principe de Viana*. Pamplona. 39, 423–478.

CARDOSO, J. L. (2003) – O povoado pré--histórico de Leceia (Oeiras). No quadro da investigação, valorização e divulgação do património arqueológico nacional. In JORGE, S. Oliveira, ed.– *Recintos murados da pré-história recente, Mesa-redonda Internacional Porto 15 e 16 de Maio de 2003*. Porto: DCTP; Universidade do Porto; Coimbra: CEAUCP; Universidade de Coimbra. p. 199–223.

CAVANAGH, W. G.; LAXTON, R. R. (1981) – The Structural Mechanics of the Mycenaean Tholos Tomb. *The Annual of the British School of Athens*. Cambridge. 76, p. 109–140.

COLOMER, A.; COULAROU, J.; GUTHERZ, X. (1990) – *Boussargues (Argelliers, Hérault). Un habitat ceinturé chalcolithique. Les fouilles du secteur ouest*. Paris : Maison des sciences de l'Homme. 220 p. (Documents d'Archéologie Française ; 24).

CORDES, K.; GUT, A.; SCHUHMACHER, Th. (1990) – Zur Frage der ›Schieß-Scharten‹ in Zambujal. *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 31, p. 83–108.

COSTA, A. J. MARQUES DA (1906) – Estações prehistoricas dos arredores de Setubal. Castro de Chibanes. *O Archeologo Português*. Lisboa. 11, p. 40–50.

CRUZ-AUÑÓN, R.; ARTEAGA, O. (1995) – Acerca de un campo de silos y un foso de cierre prehistóricos ubicados en ›La Esacada Larga‹ (Valencina de la Concepción, Sevilla). Excavación de urgencia de 1995. *Anuario arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 3, p. 600–607.

CRUZ-AUÑÓN, R.; ARTEAGA, O. (1996) – La Alcazaba. Un espacio social aledaño a la periferia del poblado prehistórico de Valencina de la Concepción (Sevilla). Excavación de urgencia de 1996. *Anuario arqueológico de Andalucía*. Sevilla. p. 701–710.

GARCÍA SANJUÁN, L.; HURTADO, V. (2004) – Análisis espacial de la dinámica de poblamiento en la Sierra de Huelva durante la prehistoria reciente (c. 2500–750 a. n. e.). In BICHO, N. FERREIRA; OLIVEIRA, L. FILIPE, eds.– *Actas do II encontro de arqueologia do sudoeste peninsular, Faro 7 e 8 de Novembro de 1996*. Faro: Centro de Estudos de Património; Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. p. 33–49. (Promontoria Monográfica; 01).

GILMAN, A.; THORNES, J. B. (1985) – *Land-Use and Prehistory in South-East Spain*. London, Boston, Sydney: George Allen & Unwin. 217 p. (The London Research Series in Geography; 8).

GIOT, P.-R. (1987) – *Barnénéz. Carn. Guennoc*. Rennes: Travaux du Laboratoire d'Anthropologie, Préhistoire, Protohistoire et Quaternaire Armoricains.

GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação*. Lisboa: UNIARCH. 566 p. (Estudos e memórias; 2)

HARRISON, R. J.; GILMAN, A. (1977) – Trade in the Second and Third Millenia B.C. between the Maghreb and Iberia. In MARKOTIC, V. ed. lit.– *Ancient Europe and the Mediterranean*. Warminster, p. 90–104.

HARRISON, R. (1977) – *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal*. Cambridge, Massachusetts: Peabody Museum of Archaeology an Ethnology; Harvard University. 257 p. (American School of Prehistoric Research Bulletin; 35).

HORNOS MATA, F.; ZAFRA DE LA TORRE, N.; CASTRO LÓPEZ, M. (2000) – Perspectivas, itinerarios e intersecciones. Experiencias y propuestas de apropiación cultural de Marroquíes Bajos (Jaén). *Trabajos de prehistoria*: Madrid. 57: 2, p. 105–118.

HURTADO, V. (1997) – The Dynamics of the Occupation of the Middle Basin of the River Guadiana between the Forth and Second Millennia BC. In DÍAZ-ANDREU, M.; KEAY, S., eds. Lits– *The Archaeology of Iberia. The Dynamics of Change*. London; New York: Routledge. p. 98–127.

HURTADO, V. (2003) – Fosos y fortificaciones entre el Guadiana y el Guadalquivir en el III milenio AC. Evidencias del registro arqueológico. In JORGE, S. Oliveira, ed.– *Recintos murados da pré-história recente, Mesa-redonda Internacional Porto 15 e 16 de Maio de 2003*. Porto: DCTP; Universidade do Porto; Coimbra: CEAUCP; Universidade de Coimbra. p. 241–268.

HURTADO, V. (2004) – El asentamiento fortificado de San Blas (Cheles, Badajoz). III milenio A. C.. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 61: 1, p. 141–155.

JAHRESBERICHT (2006) Abteilung Madrid, Deutsches Archäologisches Institut, Jahresbericht (2007). *Archäologischer Anzeiger*. Berlin, 2, p. 138–160.

JORGE, S. OLIVEIRA (1994) – Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. S. II, 11, p. 447-546.

JORGE, S. OLIVEIRA (2003) – Pensar o espaço da pré-história recente: A propósito dos recintos murados de Península Ibérica. In JORGE, S. Oliveira, ed.– *Recintos murados da pré-história recente, Mesa-redonda Internacional Porto 15 e 16 de Maio de 2003*. Porto: DCTP da Universidade do Porto; Coimbra: CEAUCP da Universidade de Coimbra. p. 13-50.

KALB, Ph. (1975) – Arquitectura de las colonias del Bronce I. In *XIII Congreso Nacional de Arqueología (Huelva, 1973)*. Zaragoza: Secretaria General de los Congresos Arqueológicos Nacionales; Seminario de Arqueología; Universidad de Zaragoza. p. 383–386.

KOEPF, H.; BINDING, G. (1999) – *Bildwörterbuch der Architektur*. Stuttgart: Alfred Kröner. 634 p. (Kröners Taschenausgabe; 194).

KUNST, M. (1987) – *Zambujal. Glockenbecher und kerbblattverzierte Keramik aus den Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz: Philipp von Zabern. 367 p. (Madrider Beiträge; 5. Zambujal Teil 2).

KUNST, M. (1995) Introdução. In KUNST, M., coord.– *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica. Actas das I Jornadas Arqueológicas, Torres Vedras 3–5 Abril 1997*. Lisboa: IPPAR. p. 13 (Trabalhos de Arqueologia; 7).

KUNST (2000) – A Guerra no Calcolítico na Península Ibérica. *Era Arqueologia*. Cruz Quebrada-Dafundo. 2, p. 128–142.

KUNST, M. (2001) – Die Kupferzeit der Iberischen Halbinsel. In BLECH M.; KOCH, M.; KUNST, M. – *Denkmäler der Frühzeit, Hispania Antiqua*. Mainz: Verlag Philipp von Zabern. 66–99. 528–545.

KUNST, M.; LUTZ, N. (2008) – Zambujal (Torres Vedras, Portugal). Zur Präzision der absoluten Chronologie durch die Untersuchungen an der vierten Befestigungslinie. *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 49, p. 29–63.

KUNST, M.; LUTZ, N. (2010) – Zambujal (Torres Vedras). Investigações até 2007. Parte 1: Sobre a precisão da cronologia absoluta decorrente das investigações na quarta linha da fortificação. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 477-524.

KUNST, M.; TRINDADE, L. J. FERNANDES (1990) – Zur Besiedlungsgeschichte des Sizandrotals. Ergebnisse aus der Küstenforschung. *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 31, p. 34–82.

LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F.; CARVALHO, A. F. (1998) – Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz). Dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 1, p. 45–152.

LANTING, J. N.; VAN DER WAALS, J. D. (1976) – Beaker Culture Relations in the Lower Rhine Basin. In *Glockenbechersymposion, Oberried 1974*. Bussum; Haarlem: Fíbula-van Dishoeck, p. 1–80.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1943) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Süden*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. 618 p. (Römisch-Germanische Forschungen; 17).

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1956) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. 122 p. (Madrider Forschungen; 1: 1. Lieferung).

LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. 303 p. (Madrider Forschungen; 1: 3. Lieferung).

MALUQUER DE MOTES, J. (1960) – Nuevos hallazgos de la cultura del vaso campaniforme en la Meseta. *Zephyrus*. Salamanca. 11, p. 119–130.

MÁRQUEZ ROMERO, J. E. (2003) – Recintos prehistóricos atrincherados (RPA) en Andalucía (España). Una propuesta interpretativa. In JORGE, S. Oliveira, ed.– *Recintos murados da pré-história recente, Mesa-redonda Internacional Porto 15 e 16 de Maio de 2003*. Porto: DCTP da Universidade do Porto; Coimbra: CEAUCP da Universidade de Coimbra. p. 269–284.

MÁRQUEZ ROMERO, J. E.; JIMÉNEZ JÁIMEZ, V. (2010) – *Recintos de fosos. Genealogía y significado de una tradición en la Prehistoria del suroeste de la Península ibérica (IV-III milenios AC)*. Málaga: Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico. Universidad de Málaga. 588 p.

MATALOTO, R.; ESTRELA, S.; ALVES, C. (2009) – Die kupferzeitlichen Befestigungen von São Pedro (Redondo, Alentejo, Portugal). *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 50, p. 3–39.

MOLINA, F.; CÁMARA, J. A. (2005) – *Guía del yacimiento arqueológico Los Millares*. Sevilla: Junta de Andalucía; Consejería de Cultura. 123 p. (Red Andaluza de Yacimientos Arqueológicos; 3).

MOLINA, F.; NÁJERA, T. (1978) – Die Motillas von Azuer und Los Palacios. *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 19, p. 52–74.

MORÁN, E.; PARREIRA, R. (2004) – *Alcalar 7. Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*. Lisboa: Ministério da Cultura; IPPAR. 335 p. (Cadernos; 6).

MORÁN HERNÁNDEZ, E. (2008) – Organização espacial do Povoado Calcolítico de Alcalar (Algarve, Portugal). *Era Arqueologia*. Cruz Quebrada-Dafundo. 8, p. 138–147.

MÜLLER, R.; GOLDENBERG, G.; BARTELHEIM, M.; KUNST, M.; PERNICKA, E. (2007) – Zambujal and the Beginnings of Metallurgy in Southern Portugal. In LA NIECE, S.; HOOK, D.; CRADDOCK, p. eds. Lits.– *Metals and Mines. Studies in Archaeometallurgy*. London: Archetype Publications Ltd. in association with the British Museum. p. 15–26.

NOCETE CALVO, F. (1994) – *La formación del estado en las Campiñas del Alto Guadalquivir (3000–1500 a.n.e.). Análisis de un proceso de tran-*

sición. Granada: Universidad de Granada. 397 p. (Colección Monográfica Arte y Arqueologia; 23).

NOCETE, F. (2001) – *Tercer Milenio antes de nuestra era. Relaciones y contradicciones centro/perifería en el Valle del Guadalquivir*. Barcelona: Ediciones Bellaterra. 187 p. (Bellaterra arqueología).

NOCETE CALVO, F.; LIZCANO PRESTEL, R.; NIETO LIÑÁN, J. M.; SÁEZ RAMOS, R; LINARES CATELA, J. A.; ORIHUELA PARRALES, A.; OLIVA RODRÍGUEZ ARIZA, M. (2004) – El desarrollo del proceso interno. El territorio megalítico del Andévalo oriental. In NOCETE CALVO, F., coord.– *Odiel. Proyecto de investigación arqueológica para el análisis del origen de la desigualdad social en el suroeste de la Península Ibérica*. Sevilla: Junta de Andalucía; Consejería de Cultura; Empresa Pública de Gestión de Programas Culturales. p. 47–77. (Arqueología Monografías; 19).

NOCETE CALVO, F.; LIZCANO PRESTEL, R.; NIETO LIÑÁN, J. M. (2004) – Aproximación a las prácticas sociales. Contextos y tiempo en Cabezo Juré. In NOCETE CALVO, F., coord.– *Odiel. Proyecto de investigación arqueológica para el análisis del origen de la desigualdad social en el suroeste de la Península Ibérica*. Sevilla: Junta de Andalucía; Consejería de Cultura; Empresa Pública de Gestión de Programas Culturales. p. 343–375. (Arqueología Monografías; 19).

PAÇO, A. do; SANGMEISTER, E. (1956) – Vila Nova de S. Pedro. Eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal. *Germania*. Frankfurt am Main. 34, p. 211–230.

ROJO GUERRA, M. A.; KUNST, M.; GARRIDO PENA, R.; GARCÍA MARTÍNEZ DE LAGRÁN, I.; MORÁN DAUCHEZ, G. (2005) – *Un desafío a la eternidad. Tumbas monumentales del Valle de Ambrona*. Valladolid: Junta de Castilla y León; Consejería de Cultura y Turismo. (Arqueología en Castilla y León; 14)

SANGMEISTGER, E.; SCHUBART, H. (1967) – Grabungen in der kupferzeitlichen Befestigung von Zambujal/Portugal 1966. *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 8, p. 47–78.

SANGMEISTGER, E.; SCHUBART, H. (1981) – *Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973. Mit Beiträgen von A. v. d. Driesch u. J. Boessneck, M. Hopf, G. Sperl, B. Kleinmann*. Mainz: Philipp von Zabern. 356 p. (Madrider Beiträge; 5. Zambujal Teil 1).

SANGMEISTER, E. (1995) – Kupferfunde aus den Grabungen 1964 bis 1973. In: SANGMEISTER, E.; JIMÉNEZ GÓMEZ, M. C. – *Zambujal*. Mainz: Ph. von Zabern. p. 4–153. (Madrider Beiträge; 5. Zambujal Teil 3).

SAVORY, H. N. (1968) – *Spain and Portugal. The Prehistory of the Iberian Peninsula*. London. 324 p. (Ancient Peoples and Places; 61).

SCHUHMACHER, Th.; CARDOSO, J. L. (2007) – Ivory Objects from the Chalcolithic Fortification of Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 95–118.

SCHUHMACHER, Th.; CARDOSO, J. L.; BANERJEE, A. (2009) – Sourcing African Ivory in Chalcolithic Portugal. *Antiquity*. York. 83, p. 983–997.

SHEPARD, A. O. (1976) – *Ceramics for the Archaeologist* [9]. Washington, D. C.: Carnegie Institution of Washington. 414 p. (Publication; 609).

SPINDLER, K. (1981) – *Cova da Moura. Die Besiedlung des atlantischen Küstengebiets Mittelportugals vom Neolithikum bis an das Ende der Bronzezeit*. Mainz: Philipp von Zabern. 299 p. (Madrider Beiträge; 7).

STADELMANN, R.; ALEXANIAN, N; ERNST, H.; HEINDL, G.; RAUE, D. (1993) –Pyramiden und Nekropole des Snofru in Dahschur. Dritter Vorbericht über die Grabungen des Deutschen Archäologischen Instituts in Dahschur. *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts, Abteilung Kairo*. Wiesbaden. 49, p. 259–294.

STRAHM, Ch. (1995) Ch. – Einleitung. In: STRAHM, Ch., ed. lit.– *Das Glockenbecher--Phänomen. Ein Seminar*. Freiburg: Institut für Ur– und Frühgeschichte der Universität Freiburg i. Br.. p. 7–14. (Freiburger Archäologische Studien; 2).

UERPMAN, H.-P.; UERPMANN, M. (2003) – *Zambujal. Die Stein– und Beinartefakte aus den Grabungen 1964–1973.* Mainz: Philipp von Zabern. 322 p. (Madrider Beiträge; 5, Zambujal Teil 4)

UERPMANN, H.-P. (1995) – Observações sobre a ecologia e economia do Castro do Zambujal. In KUNST, M., coord.– *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica. Actas das I Jornadas Arqueológicas, Torres Vedras 3–5 Abril 1997*. Lisboa: IPPAR. p. 47–53 (Trabalhos de Arqueologia; 7).

VALERA, A. C. (2006) – A margem esquerda do Guadiana (região de Mourão). Dos finais do 4.º aos inícios do 2.º milénio AC. *Era Arqueologia*. Cruz Quebrada-Dafundo. 7, p. 136–210.

VALERA, A. C.; FILIPE, I. (2004) – O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo). *Era Arqueologia*. Cruz Quebrada-Dafundo. 6, p. 28–61.

VEGAS ARAMBURU, J. I. (1999) – *El enterramiento neolítico de San Juan Ante Portam Latinam*. Vitoria: Museo de Arqueología de Álava. (Exposiciones).

VEGAS ARAMBURU, J. I.; ARMENDÁRIZ, A.; ETXEBERRIA, F.; FERNÁNDEZ, M. S.; HERRASTI, L.; ZUMALABE, F. (1999) – La sepultura colectiva de San Juan ante Portam Latinam (Laguardia, Álava). In BERNABEU AUBÁN, J.; OROZCO KÖHLER, T., eds. lits.– *Actes del II Congrés del Neolític a la Península Ibèrica, València 7–9 d'Abril, 1999*. Valencia: Universitat de València; Departament de Prehistòria i d'Arqueologia. p. 439–445. (Saguntum Extra; 2).

ZAFRA DE LA TORRE, N.; CASTRO LÓPEZ, M.; HORNOS MATA, F. (2003) – Sucesión y simultaneidad en un gran asentamiento. La cronología de la macro-aldea de Marroquíes Bajos, Jaén. c 2500–2000 cal ANE. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 60: 2, p. 79–90.

A mineração do chumbo em época romana. O exemplo das Minas de Braçal e Malhada (Aveiro)

CARLA MARIA BRAZ MARTINS*

RESUMO

A mineração do chumbo em Portugal em época romana tornou-se vital para a economia romana pela sua importância na metalurgia do ouro, bem como na produção de objectos essenciais ao quotidiano, nomeadamente canalizações, sarcófagos, etc. A exploração de chumbo e ouro são duas actividades mineiras que se inter-relacionam, sendo das mais poluentes para a saúde humana e meio ambiente, perdurando os seus efeitos nocivos até aos nossos dias. Os próprios romanos já tinham a noção desses perigos. As minas de Braçal e Malhada terão sido provavelmente a principal exploração de chumbo em época romana, sendo que os materiais arqueológicos que aí foram encontrados apontam para uma cronologia de meados do séc. I d.C.

Palavras-chave: exploração romana – chumbo – contaminação ambiental metálica.

ABSTRACT

Lead mining in Portugal in Roman times became vital to the Roman economy because of its importance in gold metallurgy, as well as in the production of essential everyday goods, namely plumbing, sarcophagi, etc... The exploration of lead and gold are two mining activities that are interconnected, being most harmful in terms of human health and environment, as their damaging effects last to the present day. The Romans themselves were well aware of these dangers.

* CITCEM. Universidade do Minho. Bolseira FCT (BPD). Departamento de Engenharia Química, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto. E-mail: carlamariabrazmartins@gmail.com.

The mines of Braçal and Malhada, Aveiro, may have probably been the main exploration of lead in Roman times, given that the archaeological materials found there suggest a chronology from the mid-first century AD.

Keywords: Roman mining – lead – metallic environmental contamination.

1. INTRODUÇÃO

As ocorrências de chumbo referenciadas no Norte e Centro do País são bastante numerosas **(Fig.1)**, mas ainda se encontra por realizar o inventário das que foram exploradas em época romana. Apenas existem os registos de dois locais, Malhada e Jales (Alarcão, 1997, p. 96), tendo neste último sido encontrado um lingote fragmentado de chumbo (Alarcão, 1997, p. 115 n.º 31.4).

O chumbo, *plumbum nigrum*, encontra-se na natureza principalmente sob a forma de sulfureto (galena, PbS, com teores à volta dos 86,6%), sulfato (anglesite, $PbSO_4$, com teores à volta dos 68,38%) e carbonato (cerusite, $PbCO_3$, com teores à volta dos 77,55%), e apresenta uma densidade 11,35, peso atómico 207,20, ponto de fusão 327,4ºC e um ponto de ebulição de 1725ºC. É um metal extremamente maleável, com uma classificação na escala de Mohs de 1,5 (Hunt, 2003, dossier 4T 1A), e com a propriedade de se ligar à maioria dos metais.

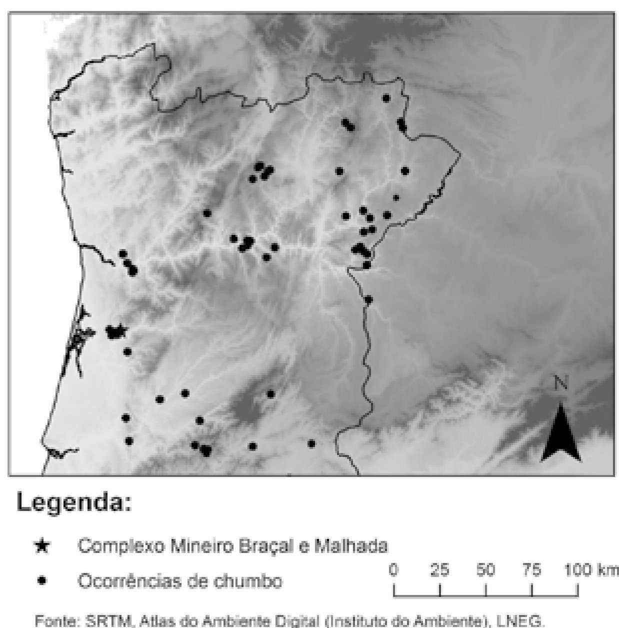


Fig. 1 – Ocorrências de chumbo no Norte e Centro de Portugal.

Os diversos objectos fabricados neste metal persistiram no quotidiano romano, como sejam tinas, utensílios de cozinha, panelas, pesos, urnas, tubagens e vasilhas. No entanto, as suas aplicações foram mais longe, já que o chumbo foi utilizado em medicamen-

tos (Plínio XXXIV.168-169, *apud* Bonniec e Santerre, 1983, p. 164), em cosmética através da *cerussa*, produto obtido do carbonato natural de chumbo de cor branca ou amarelada mas quando cozido muda para avermelhado (Vitrúvio VII, XII.1-2 *apud* Maciel, 2006, p. 282; Witkowski e Parish, 2001, p. 368), e como conservante usando a *sapa*, produto obtido a partir de um concentrado de xarope de uva não fermentado (mosto/vinho doce) que se recomendava cozer em recipientes de chumbo (Plínio XIV. 135-136 *apud* André, 1958, p. 67-68) e posteriormente adicionada ao vinho, o qual era depois selado com cera e uma lâmina de chumbo, estanho ou bronze (Plínio XIV.130 *apud* André, 1958, p. 66).

A inter-relação do chumbo com a exploração mineira do ouro é notória ao nível do processo metalúrgico de purificação do ouro (*obryzum aurum*) (Cardozo, 1957, p. 32), ou seja, a copelação (Castel e Soukiassian, 1984, p. 56; Nicolini, 1990, p. 43). Este método envolve temperaturas elevadas e substâncias redutoras, oxidantes e fundentes. No essencial, consiste na produção de dois líquidos: o chumbo líquido contendo os metais preciosos e a escória líquida contendo a ganga. O ouro moído é misturado com carbonato de sódio e/ou bórax a que se junta o óxido de chumbo e o carvão, e de seguida submetido a uma temperatura da ordem de 1050-1100°C resultando a escória e o régulo (este, já depurado por meio da fusão, mas que contém chumbo). O régulo sujeito de novo à acção do fogo e do ar liberta o chumbo sob a forma de óxido deixando livre o ouro (Fernández Jurado, 1988-89, p. 187). Este processo ances-

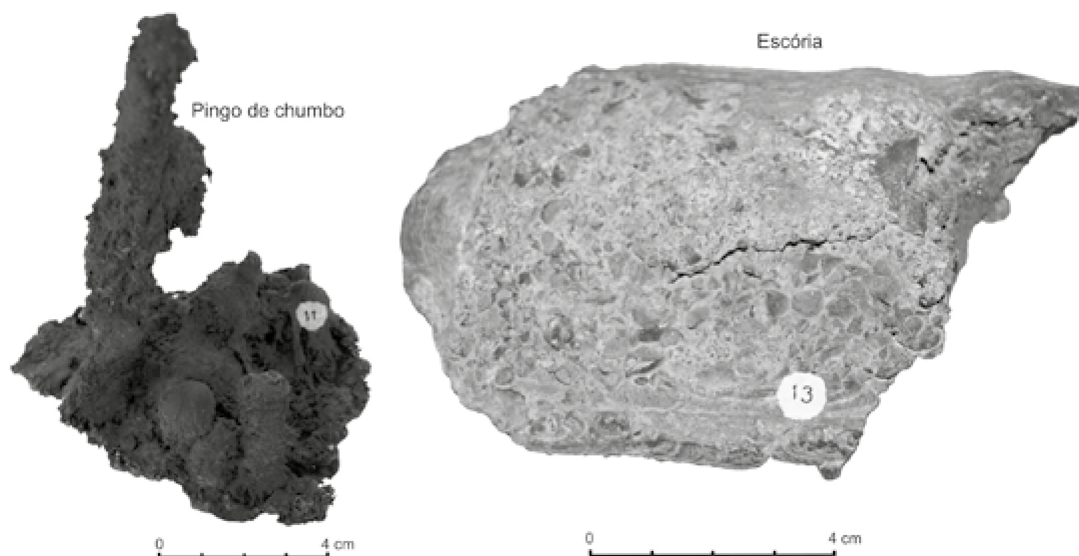


Fig. 2 – Pingo de chumbo e escória antiga.

tral de separação de minérios é hoje em dia um dos métodos mais precisos para analisar os artigos e minérios de ouro. Já ao tempo Theophrastus (371-288 a.C.) (Caley e Richards, 1956, p. 155) reclamou uma precisão para este método de 1 parte para 144 partes, sendo que o seu limite de sensibilidade é de 0,142 gron (Heady e Broadhead, 1977).

A presença do lingote de chumbo acima referido nas minas de Jales poderá associar-se à sua necessidade no processo metalúrgico do ouro, tendo em conta a existência de um forno e/ou à sua própria extracção. A extracção do minério de chumbo **(Fig. 2)** faz-se a partir da galena e segundo as seguintes etapas (Dupré e Pinçon, 1997, p. 92):

- 1.ª etapa, ustulação do minério à temperatura moderada, cerca de 700°C, por forma a manter ainda uma parte do sulfureto: $2PbS + 3/2O_2 \longrightarrow PbO + PbS + SO_2$;
- 2.ª etapa, aquecimento ao vivo da mistura do óxido e do sulfureto de chumbo na presença de ar para formar o chumbo e libertar o anidrido sulfuroso: $PbS + 2PbO \longrightarrow 3Pb + SO_2$.

Quando o minério é pobre e com ganga siliciosa processa-se a ustulação com cal para fixar a sílica sob a forma de silicato e de seguida formar o chumbo a 900°C na presença de carbono:

- $PbS + SiO_2 + CaO + 3/2O_2 \longrightarrow CaSiO_3 + PbO + SO_2$
- $2PbO + C \longrightarrow CO_2 + 2Pb$.

Como ressalta da análise destes procedimentos metalúrgicos, as temperaturas de tratamento da galena são muito superiores à temperatura de fusão do chumbo. O processamento do chumbo era de tal modo eficiente que a prata existente na maioria dos casos era totalmente eliminada, e quando subsistindo apresentava percentagens mínimas compreendidas entre 0,01 e 0,002%, e por isso os lingotes de chumbo frequentemente tinham a inscrição EX ARG ou EX ARGENT (Healy, 1978, p. 180). A galena foi o minério mais amplamente explorado nas minas de Braçal e Malhada.

2. COMPLEXO MINEIRO DE BRAÇAL E MALHADA

O complexo mineiro de Braçal e Malhada situa-se no distrito de Aveiro, concelho de Albergaria-a-Velha, freguesias de Silva Escura e Sever do Vouga **(Fig. 3)**, e insere-se na região metalífera da parte Ocidental do distrito de Aveiro que engloba os concelhos de Vila da Feira, Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga e Cambra, com uma faixa mineralizada de cerca de 40 km de comprimento por 10 a 20 km de largura, orientada de Norte para Sul entre o Douro e o Vouga, mais propriamente entre Vila da Feira e Albergaria-a-Velha (Martins, 2010).



Fig. 3 – Localização das minas de Braçal e Malhada na Carta Militar 1/25 000 folha 175.

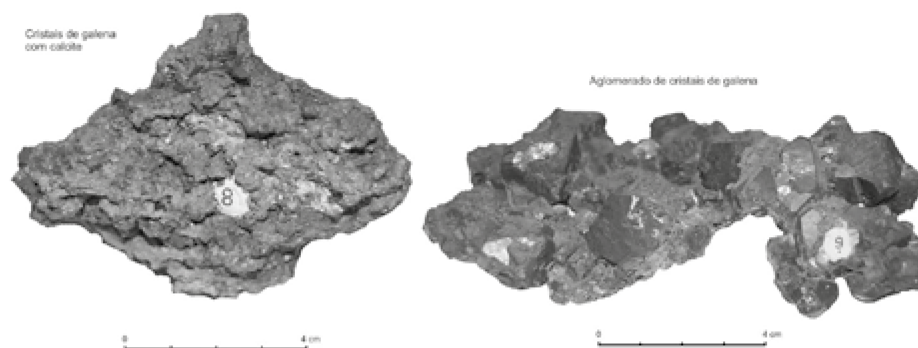


Fig. 4 – Amostras de galena das minas de Braçal e Malhada.

De entre os maiores jazigos metalíferos existentes nesta zona, encontra-se um significativo conjunto de afloramentos pertencente a um só jazigo, cujas explorações deram origem a minas assaz conhecidas como as do Pintor, Pindelo, Telhadela, Palhal, Malhada, Braçal, Moinho da Pena, Carvalhal e Talhadas (Cabral, 1859, p. 136-145 e 186-196; Ribeiro, 1853).

Geologicamente este «filão metalífero» insere-se na Zona Centro Ibérica do Maciço Hespérico, predominando como rocha encaixante os xistos cloríticos, listrosos e cinzentos, apesar de em certos locais pontualmente poder aparecer

o granito; as suas superfícies são atravessadas por numerosos veios de quartzo, que podem atingir muitos metros de possança (Ribeiro, 1853; Thadeu, 1965), consubstanciando-se em oito filões principais: Malhada, Coval da Mó, Lourenço, Braçal, Elevador, Fundição ou Vale da Estrada, Vale do Ladrão e Vale da Murta (Melo, 1900).

A primeira concessão na mina do Braçal data de 1836, sendo a mais antiga concessão em território Português, encontrando-se registada com o n.º 1. O jazigo foi descoberto através dos afloramentos que se desenhavam na margem esquerda do rio Mau, e por algumas amostras de galena encontradas no seu leito (Mandet, 1901) **(Fig. 4)**.

O seu filão tinha uma direcção principal N50ºW e inclinação média de 70ºSW, apresentando uma possança que chegou a atingir os 4 metros e um teor de galena entre 5 e 25% (Cabral, 1859, p. 18), tendo-se processado uma exploração através do sistema de poços e galerias.

Em 1850 foi descoberta a mina da Malhada, cerca de 700 m a Norte da de Braçal, a partir de vestígios de trabalhos mineiros antigos: um poço denominado de Poço de Mouros que atingia 50 m e galerias entivadas numa extensão de 80 m onde se mantinha ainda alguma madeira de sustentação (Alarcão, 1988, p. 92 n.º 3/41), o que foi determinante para a reabertura de trabalhos modernos (Cabral, 1859, p. 10 e 19; Allan, 1965, p. 152); o minério encontrava-se nas fendas da rocha encaixante, sozinho ou misturado com pirite (Cabral, 1859, p. 22) **(Fig. 5)**.

Apesar de terem sido detectadas tábuas de entivação de sobreiro e castanho, um cabo em couro constituído por quatro cordas entrançadas de forma achatada com 0,03 a 0,04 m de largura (Ribeiro, 1853) e um balde em madeira, só quando foram encontradas duas lucernas na galeria das «25 braças» em 1945 se atribuiu uma cronologia romana aos trabalhos antigos aí efectuados (Castro,

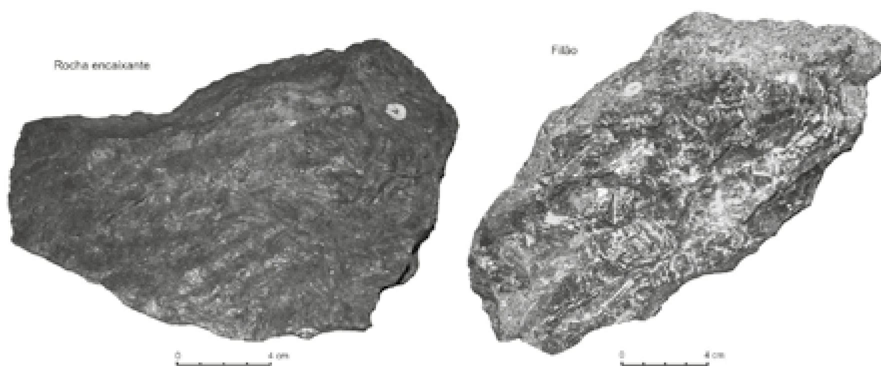


Fig. 5 – Amostra de rocha encaixante e de filão rico em minério.


Fig. 6 – Uma das galerias romanas na margem esquerda do rio Mau.

1946, p. 109). Na composição mineralógica deste jazigo, a galena encontra-se acompanhada da blenda e pirite, com um teor do minério de chumbo variando entre os 20 e os 45% (Cabral, 1859, p. 27), e em que a prata existe numa proporção de 1/6000 (Cabral, 1859, p. 24). De salientar que também no filão de Coval da Mó, com galena, foram detectados trabalhos romanos (Cabral, 1859, p. 8; Domergue, 1987, p. 494).

A exploração romana neste jazigo primário de Braçal / Malhada caracterizou-se em termos de produção por ser selectiva, ou seja, desmontou-se o estritamente necessário para a remoção do minério. A perseguição do filão processou-se até ao seu esgotamento ou até não haver compensação económica, trabalhando-se com instrumentos de ferro para lascar e partir a pedra (Martins, 2008, p. 50). Este trabalho, muito dificultado pela dureza da constituição das rochas, aparecendo o quartzo como um obstáculo quase invencível, e como tal, para além dos instrumentos mineiros usuais, como sejam o pico / pico martelo e as cunhas (Davies, 1935; Martins, 2008, p. 66), poderá ter sido facilitado por processos que envolveram a acção do fogo e da água, ou seja, a injecção de água sobre porções de rocha sobreaquecida debilitaria a sua coesão interna, fragmentando-a, e podendo justificar «o cheiro *sui genires* que se torna picante e mais intenso por efeito da combustão» que Ribeiro observou (1853) em relação às madeiras de entivação.

As galerias romanas descobertas na Malhada apresentam secções rectangulares, com tectos planos, existindo uma ligeiramente trapezoidal com o tecto abobadado, o que permitiria uma maior estabilidade e segurança (Martins, 2008, p. 59). De acentuar também a existência de dois poços gémeos a cerca de 3500 m para SO do filão do Vale da Estrada (Melo, 1900) cuja finalidade seria a ventilação da mina. A parede de separação dos mesmos era perfurada em alturas convenientes de modo a que, quando se fizesse fogo num dos poços, o ar quente subia e do poço vizinho viria o ar frio.

Na Malhada, os trabalhos mineiros de época romana que puderam ser observados foram os seguintes:

• duas galerias romanas na encosta da margem esquerda do rio Mau **(Fig. 6)**, com secção rectangular e tecto plano; são semelhantes e têm 0,90 m de altura e 0,80 m de largura. A localização tirada na galeria mais baixa e junto ao rio é: 40º 44′ 22″ N, 8º 24′ 07″ W, e com a altitude de 5 m.

• uma galeria com provável trabalho romano, de secção rectangular, hasteais aprumadas e tecto plano; apresenta uma altura de 0,70 m e largura de 1,28 m, com vestígios de pico e travejamentos ainda *in situ*. A sua localização é: 40º 44′ 30′′ N, 8º 24′ 16′′ W, com uma altitude de 7 m.

• uma galeria, no seguimento da anterior, e também com provável trabalho romano, de secção ligeiramente trapezoidal e tecto em abóbada; apresenta uma altura de 1,75 m, largura de 0,95 m e uma extensão de 4,30 m, com alguns vestígios de pico. A sua localização é: 40º 44′ 18′′ N, 8º 24′ 04′′ W, com uma altitude de 7 m. Esta galeria terá sido de prospecção e abandonada por se ter mostrado estéril.

Estas duas últimas galerias, admitidas como tendo sido construídas em época romana, encontram-se actualmente descaracterizadas pelos trabalhos contemporâneos, observando-se escombreiras nas suas imediações.

O minério extraído deste complexo metalífero foi maioritariamente o chumbo (Alarcão, 1987, p. 139), podendo também a prata ter sido aproveitada como subproduto tendo em conta o seu fraco teor de 166 g/t (Domergue, 1987, p. 494). De facto, a presença de escórias de chumbo e chumbo metálico, são indicadores do trabalho metalúrgico que outrora aí terá sido efectuado.

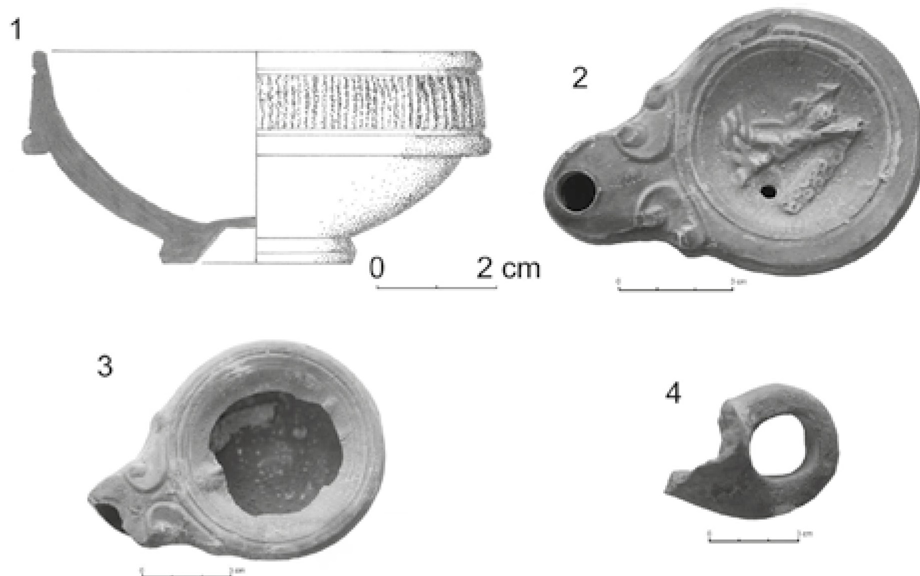


Fig. 7 – Materiais arqueológicos provenientes da área mineira: 1. Taça de *sigillata* hispânica, 2. Lucerna completa com decoração de um *retiarius*, 3. Lucerna incompleta, 4. Asa de lucerna.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS MATERIAIS

A descoberta de quatro peças aquando da exploração mineira contemporânea **(Fig. 7)** permitiu a sua classificação e consequente datação (Quadro 1). Estes materiais encontram-se no Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), S. Mamede de Infesta.

N.º peça	Identificação	Tipologia	Descrição	Cronologia
1	*Sigillata* hispânica	Forma 24/25	Forma completa de uma taça com decoração em *guilhochet*. Na parte interior do fundo da peça existem umas pequenas depressões, que possivelmente corresponderão a letras (P R). Esta peça tem um diâmetro máximo de 7,71 cm, altura máxima de 3,44 cm e peso de 51,059 g.	14-60 d.C.
2	Lucerna	Loeschcke IV	Lucerna de bico arredondado ornado com volutas duplas. O disco apresenta-se decorado com um *retiarius*; este gladiador tem o braço esquerdo levantado segurando com a mão uma rede, enquanto a mão direita agarra uma espécie de lança. Em torno do disco existem duas caneluras. As duplas volutas separam o disco do bico que apresenta sinais de uso (negrume). O *infundibulum* é excêntrico. Existem ainda impressões digitais, possivelmente do oleiro. Esta peça apresenta um comprimento máximo de 10,04 cm, largura máxima de 7,02 cm, altura máxima de 2,67 cm e um peso de 53,144 g.	5 a.C. a 75 d.C.
3	Lucerna	Loeschcke IV	Forma incompleta com bico arredondado ornado com volutas duplas, apresentando somente o depósito e o disco. O disco apresenta-se incompleto, rodeado por quatro caneluras, e é separado do bico arredondado e partido por duplas volutas. Existem ainda impressões digitais, possivelmente do oleiro. Esta peça apresenta um comprimento máximo de 9,9 cm, largura máxima de 7,48 cm, altura máxima de 2,78 cm e um peso de 52,696 g .	5 a.C. a 75 d.C.
4	Asa de Lucerna	Ponsich tipo 5	Asa em fita boleada no exterior e plana no interior, possibilitando a introdução de um dedo.	5 a.C. a 75 d.C.

Quadro1 – Classificação dos materiais provenientes das minas de Braçal e Malhada.

A qualidade dos materiais acima inventariados é surpreendente, mas não inédita, num local em que o requinte não é permitido, e em que o trabalho é duro. A fragmentação de peças existentes no interior das galerias é frequente, principalmente das lucernas, único meio de obter iluminação. Estas eram colocadas em pequenos nichos nas hasteais das galerias, e a sua diminuta luz seria a única que os mineiros viam durante horas, dias ou meses (Luzón Nogue, 1970, p. 232); o seu depósito teria uma duração de cerca de nove horas (Ennes, 1992, p. 428).

Das duas lucernas acima descritas pertencentes à tipologia Loeschcke IV (Alarcão, 1997, p. 115 n.º 5; Castro, 1946, p. 108-110, est. I e II), uma apresenta uma decoração alusiva aos jogos de gladiadores – um *retiarius* com a rede na mão esquerda e uma lança na mão direita. Este tema, com cenas isoladas ou compósitas, bem ao gosto romano, e também sujeito a «modas», encontra-se também

presente numa lucerna proveniente de Monte Mozinho, Penafiel, datada do séc. I (Almeida, 1974, est. II n.º 4 e 5; Sousa, 1966, p. 314-316), e numa outra proveniente do Castelo de Alcácer do Sal (Sepúlveda *et al.*, 2003, p. 387 e 396), assim como em Conímbriga (Morillo Cerdán, 1999, p. 210).

A lucerna proveniente de Monte Mozinho, de tipologia análoga às de Braçal e Malhada, ostenta uma marca de oleiro MVN.TREPT (Morillo Cerdán, 1999, p. 207 n.º 69; Naveiro Lopez, 1991, p. 52, fig. 10 n.º 3), que confirma a existência de uma produção local, durante a segunda metade do séc. I e primeiras décadas do séc. II, que copia lucernas do oleiro norte-africano *L. Mvnatius Treptvs*, e que deverá ter tido como centro produtor *Bracara Avgvsta*, a avaliar pelos moldes que aí apareceram assinados pelo referido oleiro (Morillo Cerdán, 1999, p. 207).

A pequena taça em *sigillata* hispânica poderá estar relacionada com libações aqui divindades no interior das minas (Martins, 2008, p. 115; Martins, 2010), atendendo ao grande fervor religioso existente nesses locais, face às precárias condições de vida, más condições de trabalho e elevada taxa de mortalidade.

4. MALEFÍCIOS PARA A SAÚDE E PALEOAMBIENTAIS

Todo o processo de extracção e metalurgia do chumbo é extremamente nocivo para a saúde humana e, a par do ouro, é um dos mais poluentes para o meio ambiente.

O mineiro poderá apresentar sintomas de envenenamento que se agravarão ao longo da sua maior exposição aos vapores de chumbo. Se numa primeira fase os sintomas se assemelharão a uma gastroenterite, como perda de peso, náuseas, vómitos, obstipação ou diarreia, dores abdominais, distúrbios de sono, dores de cabeça e nos membros do corpo (Castiglia, 1995, p. 134; Cilliers e Retief, 2000, p. 95), num estado mais avançado conduz à bradicardia, letargia, neuropatia, papiledema e ataxia, conduzindo mesmo a danos irreparáveis no cérebro, nomeadamente ao nível da atenção, problemas comportamentais e cognitivos (Castiglia, 1995, p. 134-135).

E de facto, os romanos tinham um conhecimento perfeito destes malefícios já referidos por Plínio e Vitrúvio (Plínio XXXIV. 167, *apud* Bonniec e Santerre, 1983, p. 164 e 314-315; Vitrúvio VIII, VI.11 *apud* Callebat, 1973, p. 30-31; Maciel, 2006, p. 315).

Mas o problema destes envenenamentos não se restringe apenas à exposição sofrida por aqueles que trabalharam no local. Estudos recentes, realizados noutros locais de mineração, na África do Sul (Oelofse, 2008), México (Carrillo González e González-Chávez, 2006), Suécia (Bindler *et al.*, 2009), Itália (Loppi e Pirintsos, 2003), Espanha (Rosman *et al.*, 1997) e mesmo em Portugal (Coelho *et al.*, 2007; Gomes *et al.*, 2010; Loureiro *et al.*, 2005; Nunes *et al.*, 2003) revelam que

os ecossistemas são extraordinariamente alterados com as actividades mineiras permitindo transportar os malefícios do chumbo para locais bem mais afastados da mineração. Os desmontes efectuados e os resíduos da exploração alteram as condições de permeabilidade dos solos facilitando a percolação da água que exercerá uma acção lixiviante sobre os estratos sólidos atravessados. Assim, como exemplo, os sulfuretos são oxidados produzindo-se uma solução rica em iões metálicos e ácido sulfúrico – AMD («acidic mine drainage» – drenagem ácida da mina). O rebaixamento do lençol de água em minas superficiais e subterrâneas provoca o mesmo efeito (Borma e Soares, 2002, p. 244). Deste modo, a contaminação de leitos subterrâneos e águas fluviais por metais pesados afectará também os solos com a consequente implicação noutros recursos económicos necessários à subsistência humana, como sejam, a agricultura e pastorícia.

Recentemente, um estudo sobre o impacto ambiental de vestígios de metais na bacia do rio Mau mostrou, junto do Coval da Mó, uma presença significativa de Pb, Cd, Zn, Ni e Co, o que sugere uma origem antropogénica nesta contaminação metálica (Nunes *et al.*, 2003; Nunes, 2007) e que certamente será o resultado de um longo processo milenar, tal como sucede em Rio Tinto, Huelva (Rosman *et al.*, 1997).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O complexo mineiro de Braçal e Malhada, caracterizado por uma exploração subterrânea e de tipo selectivo, terá sido em época romana um dos principais locais de extracção de chumbo, tendo como subproduto a prata. O uso do minério de chumbo, para além de ser a matéria-prima no fabrico de numerosos objectos do quotidiano romano, também era fundamental ao processo metalúrgico do ouro.

Os materiais arqueológicos encontrados nestas minas são cronologicamente datados de meados do séc. I d.C., podendo as lucernas serem uma importação bracarense, à semelhança do que acontece em Monte Mozinho (Carvalho, 1998, p. 219-222).

A temática alusiva aos gladiadores poderá fazer parte de um instrumento de propaganda política nas províncias romanas, reflectindo o governo de coerção e violência sobre os povos dominados (Le Glay, 1990). Assim, poder-se-á justificar o aparecimento em locais em que o controle e repressão existiam, como sejam os locais de mineração. Poder-se-á fazer uma associação idêntica em locais mineiros directamente controlados pelo Estado romano, nomeadamente em relação à extracção do minério aurífero; em grandes áreas mineiras como seja *Aquae Flaviae* apareceu uma ara (Outeiro Seco) dedicada a Hermes Eivedoro, agradecendo o sucesso obtido num espectáculo de gladiadores (Colmenero, 1997, p. 107-109

n.º 78); em Três Minas poderá eventualmente existir um anfiteatro (Wahl, 1988, p. 145; Wahl, 1993; Martins, 2010); e no castro de Monte Mozinho, Penafiel, no seio de várias frentes de exploração de ouro, existe um recinto elíptico, com cerca de 530 m^2, tendo a Norte um acesso do exterior para o interior por escadaria e rampa (Carvalho, 1998, p. 179), em que uma das suas funções seria a realização de espectáculos e jogos ao ar livre (Centeno, 2004; Martins, 2010).

A exploração mineira neste local foi posteriormente retomada no séc. XIX, altura em que foram detectados os trabalhos romanos, tendo sido durante décadas as únicas minas de chumbo em Portugal. As minas de Braçal e Malhada registaram após a 1.ª Guerra Mundial uma significativa quebra de trabalhos, passando novamente por um período áureo entre 1950-1958, para depois lentamente agonizarem e fecharem definitivamente em 1972.

As consequências paleoambientais da exploração mineira neste local desde a época romana, ainda hoje se fazem sentir, contaminando os recursos agrícolas, pastorícios, e aquíferos das comunidades rurais que vivem nas imediações desta vasta área mineira.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se ao Prof. Eurico Pereira a disponibilidade e amabilidade de se deslocar ao complexo mineiro de Braçal e Malhada, bem como as preciosas informações prestadas.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, A. M., coord. (1997) – *Portugal romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

ALARCÃO, J. (1987) – *Portugal romano*. Lisboa: Editorial Verbo.

ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal*. England: Aris Phillips Ltd.

ALLAN, J. (1965) – A mineração em Portugal na antiguidade. *Boletim de Minas*. Lisboa. 2: 3, p. 139-175.

ALMEIDA, C.A.F. (1974) – *Escavações no Monte Mozinho (1974)*. Penafiel: Centro Cultural Penafidelis.

ALMEIDA, C.A.F. (1977) – *Escavações no Monte Mozinho II 1975-1976*. Penafiel: Centro Cultural Penafidelis.

ANDRÉ, J., trad. (1958) – *Pline l'Ancien. Histoire Naturelle. Livre XIV*. Paris: Les Belles Lettres.

ANDRÉ, J., trad. (1971) – *Pline l'Ancien. Histoire Naturelle. Livre XXIII*. Paris: Les Belles Lettres.

BINDLER, R.; RENBERG, I.; RYDBERG, J.; ANDREN, T. (2009) – Widespread waterborne pollution in Central Swedish lakes and the Baltic Sea from pre-industrial mining and metallurgy. *Environmental Pollution*. Amsterdam. 157, p. 2132-2141.

BONNIEC, H. Le; SANTERRE, H.G., trad. (1983) – *Pline l'Ancien. Histoire Naturelle Livre XXXIV*. Paris: Les Belles Lettres.

BORMA, L. de S.; SOARES, P.S.M. (2002) – Drenagem ácida e gestão de resíduos sólidos de mineração. In *Extração de ouro. Princípios, Tecnologia e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Roberto Trindade e Olavo Barbosa Filho Editores. p. 243-266.

CABRAL, J.A.C. das N. (1859) – *Relatório acerca das minas do Braçal, Palhal, Carvalhal e Penna no districto administrativo de Aveiro*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CALEY, E.R.; RICHARDS, J.C. (1956) – *Theophrastus on Stones*. Coloumbus: The Ohio State University.

CALLEBAT, L. (trad.) (1973) – Vitruve d*e l'architecture. Livre VIII*. Paris : Les Belles Lettres.

CARDOZO, M. (1957) – Das origens e técnica do trabalho do ouro e a sua relação com a joalharia arcaica peninsular. *Revista de Guimarães*. Guimarães. vol. LXVII, p. 5-46.

CARRILLO GONZÁLEZ, R; GONZÁLEZ-CHÁVEZ, M.C.A. (2006) – Metal accumulation in wild plants surrounding mining wastes. *Environmental Pollution*. Amsterdam. 144, p. 84-92.

CARVALHO, T. P. (1998) – A terra *sigillata* de Monte Mozinho. *Cadernos do Museu Municipal de Penafiel*. Penafiel.3.

CASTEL, G.; GOUT, J.-F.; SOUKIASSIAN, G. (1984) – Découverte de mines pharaoniques. *Archéologie*. Dijón. 192/193, p. 45-57.

CASTIGLIA, P. T. (1995) – Lead poisoning. *Journal of Pediatric Heath Care*. Netherlands. 9, p. 134-135.

CASTRO, L. de A. E. (1946) – Um achado romano – lucernas. *Estudos, Notas e Trabalhos*. Porto. 2: 2, p. 108-110.

CENTENO, R. (2004) – Jogos de anfiteatro em Mozinho. In *Colóquio Castro, um lugar para habitar*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel.

COLLINGWOOD, R.G.; RICHMOND, I. A. (1969) – *The archaeology of roman Britain*. England: Methuen.

CILLIERS, L.; RETIEF, F. p. (2000) – Poisons, poisoning and the drug trade in ancient Rome. *Akroterion*. South Africa. 45, p. 88-100.

COELHO, P. [et al.] (2007) – Health impact of living near an abandoned mine. Case study: Jales mines. *International Journal of Hygiene and Environmental Health*. Amsterdam. 210, p. 399-402.

COLMENERO, A. R. (1997) – *Aquae Flaviae 1. Fontes epigráficas da Gallaecia Meridional Interior*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.

DAVIES, O. (1935) – *Roman mines in Europe*. Oxford: Clarendon Press.

DENEUVE, J. (1969) – *Lamps de Carthage*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.

DOMERGUE, C. (1987) – *Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*. Madrid: Diffusion de Boccard. Tome II: 494 POR 1.

DUPRÉ, M.-C.; PINÇON, B. (1997) – *Métallurgie et politique en Afrique centrale*. Paris: Éditions KARTHALA.

ENNES, L. R. (1992) – Extracción social y condiciones de trabajo de los mineros hispano-romanos. *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 13, p. 423-431.

FERGUSSON, J. E.; PURCHASE, N. G. (1987) – The analysis and level of lead in human health teeth; a review. *Environ. Pollut.* Amsterdam. 46, p. 11-44.

FERNÁNDEZ JURADO, J. L. (1988-89) – Aspectos de la mineria y la metalurgia en la protohistoria de Huelva. *Huelva Arqueologica*. Huelva. Vol. X-XI: 3, p. 178-214.

GOMES, M. E. P. [et al.] (2010) – Geochemistry of waters associated with old mine workings at Fonte Santa (NE of Portugal). *Journal of Geochemical Exploration*. Amsterdam.105, p. 153-165.

GRANGER, F., trad. (1955) – *Vitruvius on architecture I*. London: Harvard University Press.

HEADY, H. H.; BROADHEAD, K. G. (1977) – *Assaying ores, concentrates, and bullion. Revision of information circular 7695*. United States: Department of the Interior; Bureau of Mines.

HEALY, J. F. (1978) – *Mining and metallurgy in the Greek and Roman world*. London: Thames and Hudson.

HUNT, M. (2003) – Le plomb. In OREJAS, A., dir. – *Atlas historique des zones minières d'Europe II*. Luxembourg: Office des Publications officielles des Communautés Européennes. Dossier 4T.

JAL, P., trad. (1988) – *Tite Live. Histoire romaine. Livre XXI*. Paris: Les Belles Lettres.

LAFAYE, G. (1896) – Gladiator. In DAREMBERG, M. C. ; SAGLIO E., ed. – *Dictionnaires des antiquités grecques et latines*. Paris: Librairie Hachette. 2: 2, p. 1563-1599.

LANDRIGAN, P.J. [et al.] (1975) – Epidemic lead absorption near an ore smelter: the role of particulate lead. *New Eng. J. Med.*.USA. 292, p. 123--129.

LANDRIGAN, P.J. (1990) – Current issues in the epidemiology and toxicology of occupational exposure to lead. *Environmental Health Perspectives*. USA. 89, p. 61-66.

Le GLAY, M. (1990) – Les amphithéâtres: loci religiosi. In DOMERGUE, C. ; LANDES, C.; PAILLES, J.-M. – *Spectacula-I, Gladiateurs et amphithéâtres*. Lattes: Éditions Imago. p. 217-229

LE ROUX, p. (1990) – L'amphithéâtre et le soldat sous l'Empire romain. In DOMERGUE, C.; LANDES, C.; PAILLES, J.-M. – *Spectacula-I, Gladiateurs et amphithéâtres*. Lattes: Éditions Imago. p. 203-215.

LOPPI, S.; PIRINTSOS, S. A. (2003) – Epiphytic lichens as sentinels for heavy metal pollution at forest ecosystems (central Italy). *Environmental Pollution*. Amsterdam. 121, p. 327-332.

LOUREIRO, S. [et al.] (2005) – Evaluation of the toxicity of two soils from Jales Mine (Portugal) using aquatic biossays. *Chemosphere.* Amsterdam. 61, p. 168-177.

LUZÓN NOGUE, J.M. (1970) – Instrumentos mineros de la España antiqua. In *La minería hispana e ibero Americana*. Léon: Cátedra de San Isidoro. 1, p. 27-34

MACIEL, M. J. (2006) – *Vitrúvio: Tratado de Arquitectura*. Lisboa: IST Press.

MANDET, L. C. (1901) – *Rapport sur le gisement de Braçal – Mines de Plomb (Portugal)* [Dactilografado]. Pasta 226. Acessível no Arquivo técnico do INETI, Porto.

MARTINS, C. M. B. (2008) – *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*. Braga: Universidade do Minho. (Cadernos de Arqueologia. Monografias; 14).

MARTINS, C. M. B. (2010) – The mining complex of Braçal and Malhada: lead mining in Roman times and linking historical social trends – amphitheatre games. *European Journal of Archaeology*. UK. 13:2, p. 195-216. Disponível em WWW: <http://online.sagepub.com>.

MAO, J.S.; CAO, J.; GRAEDEL, T.E. (2009) – Losses to the environment from the multilevel cycle of anthropogenic lead. *Environmental Pollution*. Netherland. 157, p. 2670-2677.

MATTINGLY, D.; SCHRÜFER-KOLB, I. (2003) – Les mines d'argent et de plomb en Grande--Bretagne romaine: les Mendips, Halkyn Mountain, Peak District/Pennines. In OREJAS, A., dir. – *Atlas historique des zones minières d'Europe II*. Luxembourg: Office des Publications officielles des Communautés Européennes. Dossier X p. 1-12.

MAYET, F. (1984) – *Les céramiques sigillées hispaniques*. Paris: Diffusion De Boccard. 2 vols.

MELO, M. C. (1900) – *Relatório de reconhecimento em Março de 1900 – Zona mineira do Braçal* [Dactilografado]. Pasta 226. Acessível em Arquivo técnico do INETI, Porto.

MESQUIRIZ de CATALAN, M.A. (1961) – *Terra sigillata hispânica*. Valencia: The William L. Bryant Foundations.

MONTEIRO, S.; BARATA, J.A. (1889) – *Catálogo descriptivo da secção de minas. Grupos I e II*. Lisboa: Imprensa Nacional. p. 136-145, 186-196.

MORILLO CERDÁN, A. (1999) – *Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica*. Montagnac: Éditions Monique Mergoil.

NAVEIRO LÓPEZ, J.L. (1991) – *El comercio antiguo en el N.W. Peninsular*. A Coruña: Edicións do Museo Arqueolóxico e Histórico.

NICOLINI, G. (1990) – *Techniques des ors antiques, la bijouterie ibérique du VII au IV siècle*. France : Picard. 2 volumes.

NUNES, M. L.; SILVA, E. F.; ALMEIDA, S. F. p. (2003) – Assessment of water quality in the Caima and Mau River basins (Portugal) using geochemical and biological indices. *Water, Air, and Soil Pollution*. Germany. 149, p. 227-250.

NUNES, M. L. (2007) – *Diagnóstico da qualidade ambiental das bacias do rio Mau e Caima: estudo da dinâmica dos processos naturais e antrópicos e definição de zonas vulneráveis*. Aveiro: Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro.

OELOFSE, S. (2008) – *Mine water pollution – acid mine decant, effluent and treatment: a consideration of key emerging issues that may impact the state of the environment*. South Africa: Department Environmental Affairs and Tourism.

PONSICH, M. (1961) – *Les lampes romaines en terre cuite de la Maurétanie Tingitane*. Rabat: Publications du Service des Antiquités du Maroc.

RABENOWITZ, M. B. (1991) – Tokicokinetics of bone lead. *Environ. Health Perspect.*. USA. 91, p. 33-37.

RIBEIRO, C. (1853) – *Cópia do relatório sobre as minas de chumbo do Braçal (1853)* [Dactilografado]. Pasta 226. Acessível em Arquivo técnico do INETI, Porto.

RIBEIRO, C. (1859) – *Memória sobre o grande filão metalífero que passa ao nascente d'Albergaria-a-Velha e Oliveira de Azeméis*. Lisboa: Academia Real das Ciências.

ROCA ROUMENS, M. (1976) – *Sigillata hispânica produzida en Andujar (Jaen)*. Jaen: Instituto de Estúdios Giennenses.

ROCA ROUMENS, M. (1981) – Terra sigillata hispanica: una aproximacion al estado de la cuestion. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*. Granada. 6, p. 385-410.

ROSMAN, K.R.; CHISHOLM, W.; HONG, S.; CANDELONE, J.-P.; BOUTRON, C.F. (1997) – Lead from Carthaginian and Roman Spanish Mines isotopically identified in Greenland Ice dated from 600 B.C. to 300 A.D.. *Environmental Science & Technology*. USA. 31, p. 3413-3416.

SÁ, C.D.M. de (2008) – *Estudo comparativo dos jazigos de Pb-Zn do Braçal-Malhada e Coval da Mó (Portugal) e Fedj el Adoum (Tunísia)*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

SEPÚLVEDA, E. de; SOUSA, E.M. de; FARIA, J.C.; FERREIRA, M. (2003) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal 3: paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucernas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 383-399.

SOEIRO, T. (1998) – Monte Mozinho: a escavação do sector D. *Cadernos do Museu de Penafiel*. Penafiel. 2, p. 79-114.

SOUSA, J. J. R. (1966) – Lucernas de Penafiel. *Revista de Etnografia*. Porto. 6:2, p. 313-319.

THADEU, D. (1965) – *Carta mineira de Portugal, na escala de 1/500000. Notícia explicativa*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

TRANOY, A. (1981) – *La Galice Romaine*. Paris: Diffusion Boccard.

VEGA, G. S. (1988) – *Aspectos específicos de la toxicología de algunos contaminantes. Evaluación epidemiológica de riesgos causados por agentes químicos ambientales*. México: Limusa. p. 223-412.

WAHL, J. (1988) – Três Minas. *Madrider Mitteilungen*. Madrid. 29, p. 221-244.

WAHL, J. (1993) – *Minas romanas de Três Minas, Vila Pouca de Aguiar*. Vila Pouca de Aguiar: Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar.

WITKOWSKI, J.A.; PARISH, L.C. (2001) – You've come a long way baby: a history of cosmetic lead toxicity. *Clinics in Dermatology*. Amsterdam. 19, p. 367-370.

ZEHNACKER, H., trad. (1983) – *Pline l'Ancien. Histoire Naturelle. Livre XXXIII*. Paris: Les Belles Lettres.

Endouoleicus/Endouelecus/ Indouellecus: Releitura de algumas formas do Teónimo

PEDRO MARQUES*

RESUMO

A epigrafia dedicada ao deus Endovélico apresenta-nos as formas teonímicas *Endouellico*, *Endouelico*; *Indouellico*, *Indouelico*; *Endouollico*, *Endouolico*; *Enobolico*; *Ennouolico* e *Endoueleco*. Esta última forma tinha sido considerada anteriormente por Hübner e Leite de Vasconcellos, noutras inscrições. Deste modo, propusemo-nos rever as leituras de cinco monumentos. A análise epigráfica que efectuámos a *CIL* II 6330 = *IRCP* 493 revelou-nos a variante *I*(*n*)*douelliico*=*I*(*n*)*douelleco*. *CIL* II 5206 = *IRCP* 485 forneceu-nos *Endoueliico*=*Endoueleco*. Em *CIL* II 6269b = *IRCP* 507 mantivemos as duas hipóteses ortográficas em aberto: *Indoueliico*=*Indoueleco* e *Indouellico*. A leitura de *IRCP* 517 permitiu o registo de uma nova forma: *Endouoleico*. Na inscrição *CIL* II 5201 = *IRCP* 527 conservámos a leitura *Endouellico*.

Palavras-chave: *Endouellicus* – *Indouellecus* – *Endouelecus* – *Endouoleicus*, Epigrafia

ABSTRACT

The epigraphy dedicated to god *Endouellicus* presents the variants *Endouellico*, *Endouelico*, *Indouellico*, *Indouelico*, *Endouollico*, *Endouolico*, *Enobolico*, *Ennouolico*, and *Endoueleco*. The latter had been previously considered by Hübner and Leite de Vasconcellos on other inscriptions. Thus, we intended to review the readings of five monuments. The epigraphical analysis of *CIL* II 6330 = *IRCP* 493 revealed the variant *I*(*n*)*douelliico*=*I*(*n*)*douelleco*. *CIL* II 5206 = *IRCP* 485 gave us *Endoueliico*=*Endoueleco*. For *CIL* II 6269b = *IRCP* 507 we left the two spelling

* Doutorando em Arqueologia na Faculdade de Letras de Lisboa (UNIARQ). Bolseiro da FCT.
E-mail: pmcmarques@hotmail.com

hypothesis open: *Indoueliico=Indoueleco* and *Indouellico*. The reading of *IRCP* 517 allowed the registration of a new form: *Endouoleico*. On the inscription *CIL* II 5201 = *IRCP* 527 we decided to keep the reading *Endouellico*.

Keywords: Endouellicus – Indouellecus – Endouelecus – Endouoleicus – Epigraphy

1. INTRODUÇÃO

A numerosa epigrafia dedicada ao deus Endovélico apresenta-nos uma variedade de formas teonímicas. Conhecemos *Endouellico*, *Endouelico*; *Indouellico*, *Indouelico*; *Endouollico*, *Endouolico*; e *Enobolico* (*IRCP*, p. 561-629, 800-805; *RAP*, p. 310-329; Búa Carballo, s.d., p. 71, 582-612; Cardim Ribeiro, 2002a, p. 381--398; Cardim Ribeiro, 2002b, p. 88; Prósper Pérez, 2002, p. 346-351; Guerra [et. al.], 2003, p. 457-461). Recentemente, as escavações efectuadas no Santuário de Endovélico deram-nos a conhecer as formas teonímicas *Ennou(olico)* e *Endoue[l]eco* (Guerra et al., 2003, p. 458-461, n.os 2-3).

Porém, a forma *Endoueleco* tinha sido já considerada como hipótese de leitura por Hübner e Leite de Vasconcellos, noutras inscrições; embora, mais recentemente, os autores tenham optado sempre por formas teonímicas de registo mais seguro, por estarem abundantemente comprovadas na epigrafia.

Existindo agora um testemunho incontroverso de *Endoueleco* e tendo em conta as antigas publicações de Hübner e Leite de Vasconcellos, assim como a correspondência – inédita – enviada pelo investigador alemão ao português, propusemo-nos rever as leituras de algumas inscrições. A escolha destes monumentos foi orientada por dois factores: a) epígrafes já neste mesmo aspecto referenciadas por Hübner e Leite de Vasconcellos; b) monumentos de leitura não segura na parte da terminação. Desta pesquisa, seleccionámos um conjunto de cinco epígrafes, cujas formas teonímicas analisaremos no presente artigo.

2. *CIL* II 6330 = *IRCP* 493

MNA N.º E 7861

Nossa leitura: *I(n)DOVE/²LLIICO* (Fotos 1-2)

Leituras anteriores: *IDOVE/²LLICO* ou *IDOVE/²LLECO* ou *EDOVE/²LLECO* (Hübner, *EJLV* N.º 10450); *IDOVE/²LLIICO* ou [*EN*]/²*DOVE/³LLIICO* (*CIL* II 6330); *[EN]DOVELLICO* (Vasconcellos – segundo informação *in CIL* II 6330); *[DEO EN][?]/²DOVE/³[L]ḶỊCO* ou *[EN][?]DOVE/²[L]ḶỊCO* (*IRCP* 493); *[DEO EN?]/²DOVE/³[L]ḶỊCO* (*RAP* 74; Prósper Pérez, 2002, p. 347, n.º 1.1.J.); *[.n]DOVE/²[l]ḶICO* (Búa Carballo, p. 602, n.º 38).

linha 1:

No início da primeira linha existe uma fractura. A inscrição conservada inicia-se por um traço vertical, que corresponderá ao vestígio de uma letra. Alguns autores colocaram a hipótese da existência de uma regra anterior, que seria a inicial, actualmente desaparecida. Essa linha estaria inscrita no capitel[1] (*CIL* II 6330), uma vez que em torno do texto existente cava-se um sulco que parece delimitar todo o campo epigráfico. Esta proposta teria a vantagem de permitir a suposição de *Deo*, tão vulgarmente atestado na epigrafia de Endovélico, e de conseguir espaço suficiente para a reconstituição do teónimo na sua forma mais comum, em *EN*-. Além do mais, conhecemos pelo menos duas inscrições do *corpus* de Endovélico cujos textos se iniciam nas respectivas cornijas (*IRCP* 504; e Guerra [et al.], 2003, p. 460-461, n.º 3). Contudo, não possuímos qualquer comprovação para a existência de uma linha anterior em *CIL* II 6330, pelo que nos parece mais prudente e aconselhável – até atendendo ao referido sulco periférico, que parece encerrar em si mesmo todo o texto – considerar a regra subsistente como o verdadeiro início da epígrafe.

Os autores que procederam deste mesmo modo colocaram a hipótese de existir um ou dois caracteres antes do *-D-*, concretamente *ID-*, *ED-*, *END-* e *.ND-*. As primeiras soluções revelariam duas formas teonímicas até agora sem paralelos na epigrafia de Endovélico. *END-* aponta a reconstituição do teónimo na sua forma mais comum. Búa Carballo, ao considerar o traço vertical inicial o vestígio de um *-N-* e a existência de uma letra prévia, parece orientar a reconstituição do teónimo para as formas conhecidas *END-* e *IND-*, sem no entanto o expressar taxativamente.

[1] No entanto as características físicas do monumento – sulcos decorativos nas faces laterais, moldura rectangular na face posterior, pequena espessura (7 cm) – poderão indiciar uma tipologia mais próxima da tábula moldurada, destinada a ser encravada numa parede, que da árula (cfr. *CIL* II 6330 e *IRCP* 493); deste modo não existiria o suposto capitel, mas sim uma simples moldura.



Fig. 1 – *CIL II 6330* = *IRCP* 493.



Fig. 2 – *CIL II 6330* = *IRCP* 493, início da linha 1.

A avaliação do ângulo superior esquerdo da lápide (para o observador), fracturado diagonalmente, revela-nos um espaço em falta de cerca de 21 mm em cima / 17 mm em baixo. Recordando a existência do sulco que delimitaria todo o campo epigráfico, a distância entre tal sulco e o primeiro traço vertical, inclusive, seria de 19 mm / 15 mm, pelo que os caracteres em falta teriam de caber, todos eles, nesta pequena área. O *-E-* da primeira regra mede 18 mm de largura e o *-N-* da quinta linha mede 16 mm. O *-NI-* da quinta regra mede 20 mm de largura. Deste modo, confrontando as dimensões destas letras com as do espaço fracturado, supomos que efectivamente não deveria existir campo suficiente no início do monumento para os caracteres *EN-* ou *IN-* em separado, antes do *-D-*. Poderíamos antes supor um nexo entre as letras *EN-* ou *IN-*, que assim proporcionariam formas teonímicas já atestadas; no entanto, não conhecemos paralelos, na epigrafia de Endovélico, para este tipo de nexos no início do teónimo, sendo que o único nexo registado no trecho inicial do teónimo une os caracteres *-ND-* (*IRCP* 536).

Perante os factos apresentados e os vestígios subsistentes, recolocamos a hipótese de o traço vertical corresponder a um *I-* que antecederia o *-D-*, considerando, tal como Hübner, um início em *ID-*. Mas a proposta *ED-* deste autor é igualmente possível, no pressuposto paleográfico *II=E*. De facto, nas segunda e quarta linhas existem dois casos de *II=E* (cf. Quadro 1), que ocupam cada qual 12 mm de largura, pelo que existiria espaço suficiente na parte fracturada para dois idênticos traços verticais.

Está comprovada epigraficamente a oscilação gráfica entre as vogais *E* e *I* e a equivalência entre dois *II-* e um *E-* na epigrafia de Endovélico e no próprio teónimo (Carnoy, 1971[2], p. 20-25, 96-102; *IRCP*, p. 561-629, 800-805; *RAP*, p. 310-329; Búa Carballo, s.d., p. 71, 582-612; Cardim Ribeiro, 2002b, p. 88; Prósper Pérez, 2002, p. 346-351; Guerra et al., 2003, p. 457-460, n.os 1-3; Santos, 2005, p. 29-32. Cf. Quadro 1).

Na epigrafia de Endovélico está atestado também o processo de assimilação *-nd-* > *-nn-*, que resultaria no desaparecimento da letra *-d-* (Guerra et al., 2003, p. 459, n.º 2). Assim sendo, poderíamos pensar num processo semelhante, no qual o caracter ausente seria o *-n-* (**-nd-* > *-d-*). Conhecemos, na língua latina

e no latim epigráfico, casos da queda da nasalação (Carnoy, 1971[2], p. 171-173; Faria, 1957, p. 99-102). No entanto, não se registam paralelos para este processo na epigrafia de Endovélico e todas as formas teonímicas da divindade apresentam um *-N-* como segundo caracter. Deste modo, parece-nos mais aconselhável propor a falta da letra *-N-* devido a uma intencional omissão por parte do *ordinator*, com características não de alteração fonética do teónimo mas, simplesmente, como abreviatura – similar à tão comum ausência do *-n–* nos sufixos de *origo* em *-e(n)sis* patente em múltiplos monumentos epigráficos (cf., *v.g.*, Guerra, 1998, p. 103, n.º E5, p. 111, n.º E17, p. 127, n.º E39.2, p. 132, n.º E47, p. 135-136, n.º E55, p. 138, n.º E57.1) –, em consequência da debilidade da pronúncia (Carnoy, 1971, p. 171; Faria, 1957, p. 99-102).

linha 2:

Hübner considerou duas hipóteses de leitura para o início da segunda linha. A proposta que a maioria dos restantes epigrafistas têm apresentado baseia-se certamente na fractura que a pedra ostenta e nos paralelos existentes para a forma teonímica que defendem. No entanto, alguns investigadores questionaram-se acerca daquilo que foi efectivamente gravado na árula. José d'Encarnação interroga-se quanto à existência de dois *-LL-* paralelos e de um *-E-* grafado através de dois *-II-* (*IRCP* 493). Búa Carballo defendeu que os caracteres *-L-* e *-I-* foram gravados através de dois traços paralelos cada (p. 602, n.º 38).

Na nossa opinião, ao contrário de considerarmos a dupla gravação de duas letras, que necessitariam apenas de um traço para serem abertas, pensamos que os quatro traços subsistentes nos revelam, precisamente, quatro diferentes caracteres. Deste modo, seguimos a leitura *-LLII-* proposta por Hübner. Os dois *-LL-* encontram-se em nexo, na medida em que o segundo *-L-* ocupa espaço do primeiro *-L-*. Este não se apresenta na sua totalidade devido à fractura que o monumento sofreu. Apesar de existir na primeira regra um *-E-* concebido através do grafema singular especificamente adequado a esta precisa vocalização, a quarta linha ostenta um *-E-* claramente figurado através de dois *-II-*. Assim, a referida proposta de Hübner para o início da linha 2, que ora seguimos, encontra aqui a sua plena justificação (cf. *IRCP* 493). Esta característica paleográfica está ainda atestada noutras inscrições dedicadas a Endovélico (*vide supra* questão *E-I*, *II-E*; cf. Quadro 1).

Pelas razões que se apresentaram *supra*, as leituras que propomos como as mais viáveis para a forma teonímica presente nesta epígrafe são as seguintes: *II(n)douelliico=E(n)douelleco*; ou, talvez mais provavelmente, *I(n)douelliico= I(n)douelleco* (cf. Quadro 1). Em qualquer das hipóteses, estaremos perante uma forma com o sufixo em *-eco*.

3. *CIL* II 5206 = *IRCP* 485

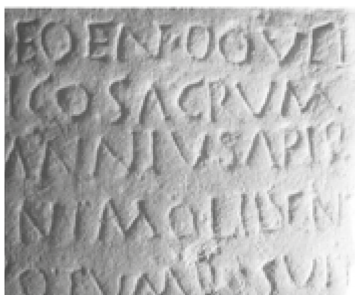
MNA N.º E 7729

Nossa leitura: *ENDOVEL/[2]IICO* (Fotos 3-7)

Leituras anteriores: *ENDOVEL/[2]LICO* (*CIL* II 5206; Vasconcellos, 1938a, p. 118, n.º 40; Lambrino, 1951, p. 101, n.º 22); *ENDOVẸḶ/[2]ḶICO* (*IRCP* 485; *RAP* 66; Búa Carballo, s.d., p. 590-591, n.º 17; Prósper Pérez, 2002, p. 346, n.º 1.1.C).

As publicações recentes apresentam dúvidas na leitura das letras *-ELL-* do teónimo, chamando José d'Encarnação a atenção para o facto de o lapicida omitir as barras horizontais (*IRCP* 485). Não partilhamos destas dúvidas. A observação directa que efectuámos à epígrafe permitiu-nos constatar que os dois primeiros caracteres *E*, no início da primeira linha, apresentam claramente as três barras horizontais. O terceiro *-E-* da primeira regra e o *-E-* da quarta linha apenas não possuem as barras horizontais do centro, não obstando a que se trate de *EE*. Quanto ao *-E-* da quarta regra vê-se ainda a parte inferior, embora um pouco sumida. Relativamente à letra *L* da primeira linha, também ela apresenta a barra horizontal. Deste modo, lemos *-EL-*.


Fig. 3


Fig. 4

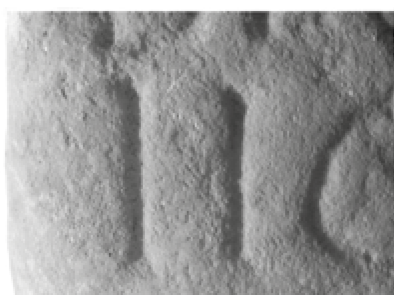

Fig. 5

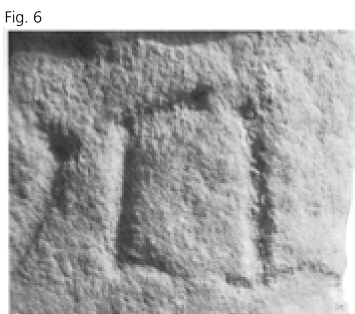
Fig. 6


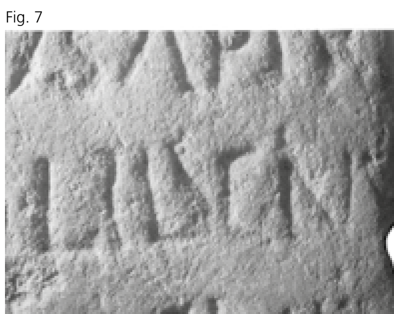
Fig. 7


Fig. 3 – *CIL II 5206* = *IRCP* 485.
Fig. 4 – *CIL II 5206* = *IRCP* 485, campo epigráfico.
Fig. 5 – *CIL II 5206* = *IRCP* 485, final da linha 1.
Fig. 6 – *CIL II 5206* = *IRCP* 485, início da linha 2.
Fig. 7 – *CIL II 5206* = *IRCP* 485, final da linha 4.

Apesar das referidas dúvidas recentes, a primeira letra da segunda regra tem sido interpretada como um *-L-*, permitindo a leitura da forma mais usual do teónimo, *Endouellico*. Porém, na observação directa que efectuámos do texto epigráfico, foi-nos possível constatar que os dois primeiros caracteres da segunda linha se circunscrevem a dois traços verticais, o que corresponderá a *-II-* = *-E-*. A existência de dois *-II-* por *-E-*, assim como a terminação *-IICO* = *-ECO* do teónimo, são fenómenos já comprovados na epigrafia de Endovélico (*vide supra*, *CIL* II 6330; cf. Quadro 1). Deste modo, ao invés de considerarmos no início da segunda regra um *-L-* sem a barra horizontal, propomos antes um *-I-*, donde resulta a forma teonímica *Endoueliico=Endoueleco* (cf. Quadro 1).

4. *CIL* II 6269B = *IRCP* 507

MNA N.º E 7916

Nossa leitura[2]: *IND/[3]OVELIIC/[4]O* ou *IND/[3]OVELLIC/[4]O*

Leituras anteriores: *IND/[3]OVELIIC* (Vasconcellos, 1890, p. 4-5, n.º 3; *CIL* II 6269b); *IND/[3]OVELIIC/[4]O* (Vasconcellos, 1938b, p. 208-209, n.º 3); *IND/[3]OVELLICO* (Vasconcellos, 1938a, p. 122, n.º 57); *IND/[3]OVELLIC/[4]O* (Lambrino, 1967, p. 188-189, n.º 116; *IRCP* 507; *RAP* 88; Búa Carballo, s.d., p. 597, n.º 28; Prósper Pérez, 2002, p. 347, n.º 1.1.R).

A forma teonímica registada nesta ara conheceu duas leituras, *Indoueliico=Indoueleco* e *Indouellico*. Leite de Vasconcellos (1890, *loc. cit.*; *Idem*, 1938b, *loc. cit.*) propôs a primeira hipótese, arguindo que as letras gravadas seriam um *-L-* e dois *-II-*.

A inscrição apresenta um conjunto de características paleográficas que não nos permitiram esclarecer de forma inequívoca se a quinta letra da terceira regra corresponde efectivamente a um *L* ou a um *I*. Este caracter é composto por uma barra vertical, da qual parte uma barra horizontal inferior. Esta barra encontra-se aproximadamente centrada em relação à vertical.

Os *LL* evidentes no texto possuem as seguintes especificidades: a quarta letra da terceira linha apresenta uma barra vertical, à qual se une uma barra horizontal na parte inferior; a barra vertical efectua uma ligeira inflexão para a esquerda antes de iniciar a barra horizontal, não se encontrando centrada uma relativamente à outra. Neste pormenor difere do quinto caracter. Quanto às barras horizontais do

[2] Neste artigo seguimos o texto epigráfico resultante da união dos dois fragmentos. No entanto, na nossa opinião, a junção destes dois fragmentos deve ser reestudada, a fim de se confirmar – ou não – esta tradicional reconstituição.



Fig. 8 – *CIL II 6269b* = *IRCP* 507.



Fig. 9 – *CIL II 6269b* = *IRCP* 507, linha 3.

-L- da quinta regra e do suposto *-L-* da quarta linha, não se regista o seu prolongamento para a esquerda.

O *-I-* da quinta regra e o suposto *-I-* da quarta linha circunscrevem-se aos respectivos traços verticais. Porém, o *I-* da segunda regra mostra um pequeno traço horizontal na parte inferior. A sexta letra da terceira linha tem sido lida e assemelha-se a um *-I-* e é composta por um traço vertical, de forma sensivelmente ondulada; na sua parte inferior subsistem vestígios que poderão corresponder a um traço horizontal.

O lapicida gravou ainda «serifs» horizontais noutros caracteres, cuja ausência não afectaria a leitura. O *-A-* da primeira regra tem prolongamentos em jeito de traços horizontais, na parte inferior. No *-E-* da primeira linha, a barra horizontal prolonga-se para o seu lado esquerdo.

As distâncias entre as barras verticais das quarta, quinta e sexta letras da terceira regra e entre o sexto e o sétimo caracteres, não esclarecem plenamente o teor da quinta letra, apesar de favorecerem a interpretação *-L-*: entre as barras verticais dos quarto e quinto caracteres existe uma distância de 20 mm; as barras verticais das quinta e sexta letras distanciam-se 14 mm; entre a barra vertical do sexto caracter e a sétima letra subsiste uma distância de 6 mm.

O prolongamento da barra horizontal do caracter *L* para a esquerda e a gravação de letras *I* com pequenos traços horizontais («serifs») são características paleográficas comuns aos *ductus* de certos 'estilos' epigráficos eventualmente mais próximos da escrita pintada. Alguns exemplos claros integram, inclusive, o *corpus* de inscrições dedicadas a Endovélico (cfr., *v.g.*, Cardim Ribeiro, 2002a, p. 398, n.º 67; cfr. Almeida, 1974, p. 221-222). Por outro lado e como se constatou em relação a *CIL* II 6269b, os *LL* e os *II* podem aparecer – e aparecem – gravados de duas maneiras diferentes no mesmo texto. Assim e conjugando todos estes aspectos, cremos que a atitude mais prudente quanto à epígrafe ora em análise será manter em aberto a interpretação do quinto caracter da terceira linha, considerando ambas as possibilidades: *Indoueliico=Indoueleco*; ou *Indouellico*.

5. *IRCP* 517

MNA N.º E 7716

Nossa leitura: *ENDOVOḶ/²EICO* (fotos 10-12)

Leituras anteriores: *ENDOVO/²LICO* (Vasconcellos, 1905, p. 132-133; Lambrino, 1951, p. 101, n.º 29); *ENDOVO./²LICO* (Vasconcellos, 1938a, p. 120, n.º 47); *ENDOVO/²ḶICO* (*IRCP* 517; *RAP* 98); ¹*ENDOVOḶICO* (Pérez, 2002, p. 349, n.º 1.2.D); *ENDOVO/²LICO* (Búa Carballo, s.d., p. 605-606, n.º 46).

O teónimo desta árula tem sido sempre lido *Endouolico*. Nesta leitura consensual, certos autores diferem porém nalguns pormenores, relativamente aos quais desejamos apresentar a nossa opinião.

Leite de Vasconcellos supôs a existência de uma letra após o nexo -*VO*-, na primeira regra, ideia que foi contrariada por José d'Encarnação (*IRCP* 517). No exame que efectuámos à epígrafe, observámos de facto vestígios de um traço vertical no final da primeira linha, após o nexo -*VO*-, pelo que constatámos ser verídica a lição do primeiro autor.

A árula encontra-se danificada após o nexo, faltando cerca de 14 mm na primeira regra, quantitativo que atinge 21 mm se incluirmos o espaço ocupado pelos vestígios do traço vertical[3]. Tendo em conta estes vestígios e as mais comuns formas teonímicas de Endovélico, pensamos que a letra que estaria após o nexo fosse um -*L*-. Existe espaço para este caracter: o *L*- da terceira linha ocupa apenas 15 mm, enquanto o *L* da quinta regra preenche 20 mm. Deste modo, teríamos *Endouol*- na primeira linha.

A primeira letra da segunda regra foi interpretada como um -*L*- por todos os autores, considerando José d'Encarnação que a manifesta barra horizontal superior poderia ter sido um lapso (*IRCP* 517). Porém, ao invés de encerrar a questão supondo um mero lapso, teremos antes de colocar a hipótese de tal caracter ser afinal um *E*, gravado sem a barra central. Apesar de os restantes *EE* da inscrição, nas primeira, segunda e quarta linhas, conterem esse traço, a gravação de *EE* sem barra central – ou, pelo menos, sem barra central actualmente visível – encontra-se atestada na epigrafia de Endovélico, por exemplo em *CIL* II 5206, que atrás analisámos.

O facto de, na esteira de Leite de Vasconcellos, considerarmos a existência de um -*L*- no final da primeira regra e, agora, de um -*E*- no início da segunda linha, revelar-nos-á uma forma teonímica ainda não atestada no *corpus* de Endovélico: *Endouoleico*.

[3] A fractura que o monumento apresenta danificou igualmente o final de outras linhas, afectando algumas letras. Por exemplo, na segunda regra, o último caracter visível apresenta apenas a metade esquerda.



Fig. 10

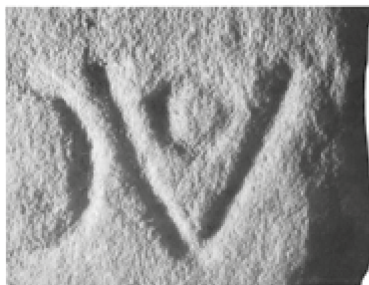


Fig. 11

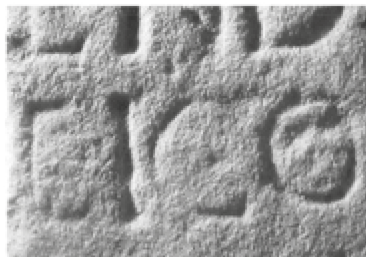


Fig. 12

Fig. 10 – *IRCP* 517
Fig. 11 – *IRCP* 517, final da linha 1.
Fig. 12 – *IRCP* 517, início da linha 2.

A nova leitura que apresentamos de *IRCP* 517 acrescenta, pois, uma terminação nova, *-eico*, aos sufixos *-ico* e *-eco* já bem conhecidos nos textos consagrados a esta divindade. A forma *Endouellicus* tem o *-i-* breve (Forcellinus, 1940, p. 531). Linguisticamente, o ditongo *ei* teria sofrido uma evolução **ai*>*ei*>*e*/*i*, na qual a última forma (*e*/*i*) apresenta uma quantidade longa (Faria, 1957, p. 173-175; Búa Carballo, s.d., p. 163-164). Deste modo, seria difícil uma evolução *ei* longo para *e*/*i* breve. Existem, contudo, excepções. Está atestado na epigrafia hispânica o ditongo *ei*, com uma quantidade breve (Búa Carballo, s.d., p. 164), o que torna possível a evolução **ei*>*e*/*i*, com quantidade breve.

Carnoy e Guerra, Schattner, Fabião, Almeida colocaram a hipótese de o sufixo *-eco* de *Endoueleco* / *Indouelec* constituir uma evolução de *-aeco* (Carnoy, 1971, p. 24-25; Guerra et. al., 2003, p. 460, n.º 3). Estando atestado, pela primeira vez, o ditongo *-eico* em *IRCP* 517, parece-nos preferível considerar esta variante como directa 'antecessora', sob o ponto de vista linguístico, das terminações *-eco* e *-ico* do teónimo[4]. O sufixo *-eico* seria utilizado para formar palavras que teriam a sua origem em topónimos ou etnónimos (Guerra, 1998, p. 719-723). Assim, a forma teonímica atestada em *IRCP* 517 corrobora a hipótese de o teónimo possuir uma base linguística de valor toponímico (Búa Carballo, s.d., p. 21-22, 71-73; Cardim Ribeiro, 2002b, p. 85-88; Guerra [et. al.], 2003, p. 460, n.º 3; Cardim Ribeiro, 2005, p. 721, 726, 749).

---

[4] Acerca da tão comum evolução *-ae>-e*, *vide* Carnoy, 1971[2], p. 70-84; Faria, 1957, p. 73-74; Guerra, 1998, p. 721; Santos, 2005, p. 36-39.

6. *CIL* II 5201 = *IRCP* 527

Igreja da Senhora da Boa Nova, em Terena, no Alandroal

Nossa leitura: *EN/[6]DOVEḶḶICO* (Fotos 13-16)

Leituras anteriores: *EN/[6]DOVELLICO* (*CIL* II 5201; Vasconcellos, 1905, p. 122-123; Lambrino, 1951, p. 102, n.º 32; *RAP* 108; Prósper Pérez, 2002, p. 348, n.º 1.1.C); *EN/[6]DOVELIICO* (Vasconcellos, 1905, p. 122-123); *EN/[6]DOVEḶḶICO* (*IRCP* 527; Búa Carballo, s.d., p. 594-595, n.º 23)

Leite de Vasconcellos (1905, p. 122-123) foi o primeiro autor a colocar dúvidas na leitura das letras *-LL-* do teónimo, considerando que o segundo caracter estava danificado, pelo que tanto poderia ser um *-I-* como, mais provavelmente,

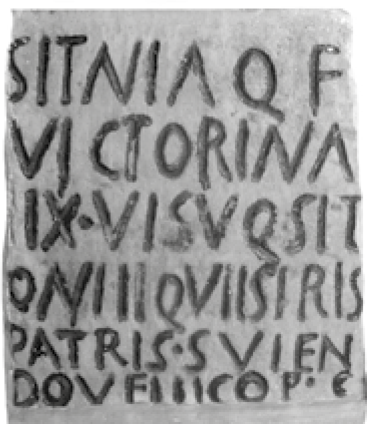


Fig. 13



Fig. 14

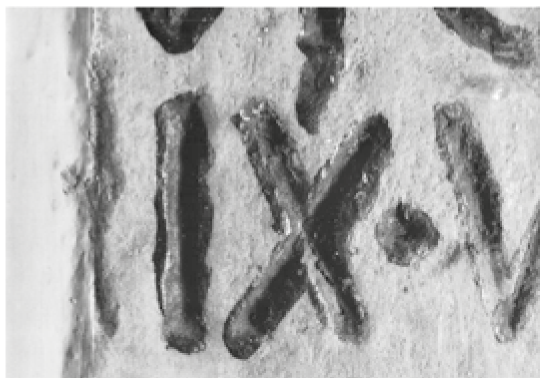


Fig. 15

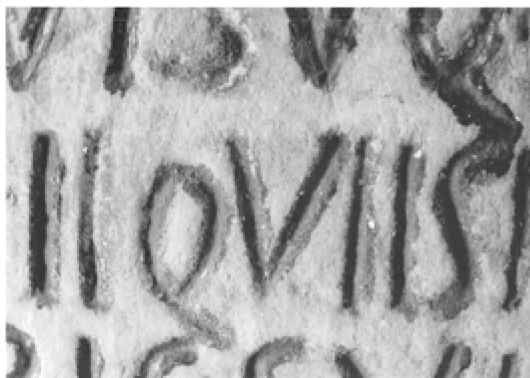


Fig. 16

Fig. 13 – *CIL II* 5201 = *IRCP* 527.
Fig. 14 – *CIL II* 5201 = *IRCP* 527, linha 6.
Fig. 15 – *CIL II* 5201 = *IRCP* 527, início da linha 3.
Fig. 16 – *CIL II* 5201 = *IRCP* 527, linha 4.

um *-L-*. José d'Encarnação afirmou que as barras horizontais destas letras eram muito pequenas (*IRCP* 527).

A possibilidade, colocada por Leite de Vasconcelos, de estarmos perante mais um registo da variante *Endoueliico=Endoueleco* justificou a inclusão da epígrafe neste estudo.

Na análise que efectuámos à gravação do teónimo não observámos barras horizontais, lendo *ENDOVEIIICO*. Os quinto, sexto e sétimo caracteres da última regra são representados através de um traço vertical. Poderíamos pensar que o lapicida não gravou as barras horizontais inferiores, seja por lapso ou por falta de espaço, ou, talvez mais pertinentemente, devamos supor que esta inscrição tenha sido modernamente avivada de forma inábil, 'desaparecendo' assim muitos dos traços horizontais então já menos visíveis – e por isso desapercebidos pelo novo 'lapicida' –, incluindo a barra superior do *-T-* de *equestris*. Por outro lado, a forma *Endoueliico=Endoueleco* parecer-nos-ia à primeira vista aqui possível, pois além de existirem – como vimos (*supra CIL* II 6330; cf. Quadro 1) – paralelos na epigrafia de Endovélico, a gravação de dois *II* por *E* está indubitavelmente atestada nas terceira (*IIX=EX*) e quarta linhas (*IIQVIISTRIS=EQVESTRIS*) deste mesmo texto. No entanto, no teónimo, a letra imediatamente anterior, um *E*, apresenta nítida a barra horizontal inferior.

Perante todas estas dificuldades de interpretação literal recorremos a um último método, o da ponderação dos espaços entre os caracteres. Na palavra *IIQVIISTRIS*, os espaços entre os dois *-II-* são de 4 mm e 5 mm, respectivamente; enquanto que, em *ENDOVEIIICO*, os espaços entre os três traços verticais são de 8,5 / 8,9 mm e 7,5 mm, respectivamente; o último traço dista da letra *-C-*, que se lhe segue, cerca de 3 mm. Deste modo, os dois primeiros traços verticais deverão corresponder a *-LL-* e o terceiro traço pertencer a um *-I-*. Teremos pois assim, nesta epígrafe, apenas a forma mais comum e atestada do teónimo: *Endouellico*.

7. ANTROPONÍMIA

A análise antroponímica baseia-se em três das cinco inscrições que estudámos *supra*. Excluímos *CIL* II 6269b = *IRCP* 507 porque a fractura que o monumento apresenta não permite uma leitura clara da onomástica do dedicante. Também não incluímos *CIL* II 5201 = *IRCP* 527 por esta epígrafe não oferecer afinal quaisquer novidades quanto à respectiva forma teonímica.

G(*aius*) O(*ctauius* ?) *Nicodius*:

O antropónimo do dedicante de *CIL* II 6330 = *IRCP* 493 tem sido lido, pela generalidade dos autores, *Conicodius*. Seria um nome de origem indígena, relacionado com o etnónimo *Conii*. No entanto, *Conicodius* é um *hapax* (Abascal Pala-

zón, 1994, p. 334; *IRCP* 493; Encarnação, 2008, p. 63; cfr. ainda Vallejo Ruiz, 2005, p. 487). Talvez por esta razão Leite de Vasconcellos tenha considerado antes a hipótese de leitura *Concordius* (*CIL* II 6330; cf. *IRCP* 493), antropónimo atestado como *nomen* em Tarragona e como *cognomen* em Barcelona, ambos uma única vez (Abascal Palazón, 1994, p. 116 e 334; *CIL* II 5129/6146); a sua variante feminina – *Concordia* – está comprovada na posição de *cognomen* em duas outras inscrições (*CIL* II 5122 e 5710).

Porém, na nossa opinião, devemos ponderar a hipótese de *GO/NICODI/VS* – e não *CO/NICODI/VS* – conter os *tria nomina* latinos.

De facto, a primeira letra apresenta um *ductus* a três tempos – e não apenas a dois, como seria o caso se efectivamente se tratasse de um *C*. Assim, para além dos traços 1 e 2 – o desenho da curva fundamental e o seu prolongamento superior –, podemos ainda detectar um pequeníssimo traço 3 virado para baixo, pormenor que transforma esta letra inequivocamente num *G*, aliás similar a um dos tipos classificados pelos Gordon (1977, p. 103, fg. 12, n.º 5) Este caracter surge abundantemente como sigla do *praenomen* latino *Gaius*, e assim supomos pertinente interpretá-lo aqui.

Tendo pois em conta que o *G* pode com grande probabilidade referir-se a um *praenomen*, o *O* subsequente indicará um *nomen*. Na *Prouincia Lusitania* conhecemos, iniciados por *O-*, os *nomina Octauius*, *Orbius* e *Ofilius*. *Ofilius* está atestado uma única vez em *Emerita Augusta*. *Orbius* encontra-se duas vezes nesta capital provincial e uma no *Ager Olisiponensis*. Quanto a *Octauius*, é o *nomen* iniciado pela letra *O* com mais testemunhos na *Prouincia Lusitania* e, especificamente, no *Conuentus Pacensis* – cinco casos em *Emerita Augusta* e dois em *Salacia* (Abascal Palazón, 1994, p. 192-194; *AALR*, p. 253-254). Assim, colocamos a possibilidade de *O*(*ctauius* ?) constituir o *nomen* do dedicante.

As restantes letras – *Nicodius* – revelarão o *cognomen*[5], cujo primeiro elemento corresponderia ao grego *νίκη* – hipótese aliás levantada já por Vallejo Ruiz (2005, p. 487). Conhecemos múltiplos antropónimos iniciados por este radical, sob as formas *Nic-* e *Nico-*, mas nenhum atesta rigorosamente *Nicodius* (cfr., *v.g.*, Solin, 1982, III, p. 1554-1555). Porém, regista-se *Nicodicus* (Vallejo Ruiz, 2005, p. 487) e, mesmo, *Nicadius* (Benseler, Pape, 1959[2], p. 999; Solin, 1982, I, p. 439), diferindo este último apenas na vocalização. Deste modo, *Nicodius* poderia não constituir mais do que uma mera variante de *Nicadius*, influenciada pela oralidade e pelas oscilações documentadas na língua latina entre *a/e*, *e/o* e *a/o* (Carnoy, 1971, p. 17-18, 100-101; Faria, 1957, p. 182-185; Santos, 2005, p. 28-29).

---

[5] José d'Encarnação considerou a possibilidade de os caracteres finais *VS* esconderem a fórmula votiva *u*(*otum*) *s*(*oluit*), opinião seguida por J. Vallejo Ruiz (*IRCP* 493; Vallejo Ruiz 2005, p. 487). Porém, entre as linhas 2-4 surge já a fórmula votiva: *VO/TO QVO*(*d*) / *FII*(*cit*). Assim, consideramos que os caracteres *VS* pertencem ao *cognomen*.

Este *cognomen* grecizante poderá indicar proveniência da região oriental do Império ou, com maior probabilidade, ser resultado de uma moda onomástica que afecta múltiplos indivíduos de origem servil; salientemos que, dos sete membros da família *Octauia* existentes na *Prouincia Lusitania*, três apresentam *cognomina* grecizantes, e um deles revela explicitamente a sua origem servil (*AALR*, p. 253, 2.ª, 4.ª e 7.ª referências).

***Titus Annius Apir*:**

Em *CIL* II 5206 = *IRCP* 485 lemos *Titus Annius Apir*, ostentando o dedicante os *tria nomina* latinos (*Apir = Aper – vide supra*, *CIL* II 6330) (cfr. *IRCP* 485). *Annius* e *Apir* são nomes frequentes na Península Ibérica (*IRCP* 485; Abascal Palazón, 1994, p. 76-78, 275-277, 279-280; *AALR*, p. 89-90, 320).

***Marcus Liuius Seuerus*:**

IRCP 517 indica-nos um *Marcus Liuius Seuerus*, indivíduo também com os *tria nomina* latinos. *Liuius* está pouco atestado na epigrafia peninsular, enquanto *Seuerus* é o *cognomen* mais usual na *Hispania* (*IRCP* 517; Abascal Palazón, 1994, p. 31, 173, 506-510; *AALR*, p. 214, 300-303).

A análise onomástica destes dedicantes afasta-nos claramente do meio indígena, reforçando a ideia já exposta por Amílcar Guerra (2008, p. 165) ao afirmar que o tipo de singularidades linguísticas patentes nos monumentos pouco elaborados, como aqueles que analisámos, «sont la conséquence d'une profonde tradition locale ou "populaire" qui se manifeste fréquemment dans l'épigraphie de ce santuaire», tradição local ou "popular" que este autor não relaciona afinal necessariamente com a população de origem paleohispânica mas sim, sem considerações "étnicas", com os devotos «d'une couche sociale plus modeste» – como seria o caso, por exemplo, de *Gaius O*(*ctauius* ?) *Nicodius*.

8. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objectivo reanalisar as formas teonímicas patentes em cinco textos do *corpus* epigráfico consagrado a Endovélico.[6]

Em *CIL* II 6330 = *IRCP* 493, foi-nos possível propor a forma *I*(*n*)*douelliico*= *I*(*n*)*douelleco* (ou *II*(*n*)*douelliico*=*E*(*n*)*douelleco*), aproximando-nos assim das leituras consideradas por Hübner na correspondência dirigida a Leite de Vasconcellos

[6] Agradecemos a José Cardim Ribeiro, a Amílcar Guerra, a Maria José Albuquerque, a Maria João Santos, a Susana Santos, ao Museu Nacional de Arqueologia – nomeadamente à equipa do Inventário – e a Carlos Ribeiro – da Câmara Municipal do Alandroal – que, de variadas maneiras, contribuíram para este estudo.

e em *CIL* II. Relativamente ao dedicante, colocámos a hipótese deste se designar *G*(*aius*) *O*(*ctauius* ?) *Nicodius*, desaparecendo assim mais um dos poucos antropónimos hispânicos documentados entre os dedicantes de Endovélico.

A leitura que efectuámos da forma teonímica patente em *CIL* II 5206 = *IRCP* 485, *Endoueliico=Endoueleco*, difere das restantes lições até agora dadas quanto a esta epígrafe.

Em *CIL* II 6269b = *IRCP* 507, mantivemos as duas hipóteses em aberto – *Indoueliico=Indoueleco* e *Indouellico* –, na medida em que as características paleográficas do texto não nos permitem detalhar plenamente a letra em questão.

IRCP 517 dá-nos a conhecer uma forma teonímica até agora nova, *Endouoleico*. Esta permite-nos registar o sufixo com ditongo *-eico*, que documentará uma formação vocálica teoricamente anterior às mais 'evoluídas' em *-eco* e em *-ico*, corroborando ainda com maior força a suposta origem toponímica do teónimo de Endovélico.

As características paleográficas do texto *CIL* II 5201 = *IRCP* 527 possibilitam-nos colocar várias hipóteses. Mas a leitura que nos parece mais sustentável, e como tal mais prudente e aconselhável, é ainda *Endouellico*, não alterando pois as propostas da maioria dos autores.

Em suma, este estudo permitiu-nos não só confirmar e/ou revelar novos testemunhos da terminação *-eco* para este nome, mas ainda encontrar uma forma teonímica nova e que – embora muito provavelmente simples fruto da oralidade praticada em meios sociais modestos – poderá contribuir de modo assaz significativo para a compreensão do processo formativo do teónimo: *Endouoleico*.

ABREVIATURAS

AALR – Navarro Caballero, M. [et al.] (2003)
CIL II – Hübner, E. (1892)
EJLV – Coito, L. (1999)
IRCP – Encarnação, J. d' (1984)
MNA – Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa
RAP – Garcia, J. M. (1991)

BIBLIOGRAFIA

ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994) – *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*. Murcia: Universidad; Madrid: Universidad Complutense.

ALMEIDA, J. M. (1974) – Vária terminologia epigráfica e arqueológica. *Estudos Arqueológicos.* Setúbal. 1, p. 221-225.

BENSELER, G.; PAPE, W. (1959) – *Wörterbuch der Griechischen Eigennamen. Nachdruck der Dritten Auflage*. Vol. 2, *Λ – Ω*, Graz: Akademische Druck – U. Verlagsanstalt.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (1962) – *Religiones Primitivas de Hispania*. I. *Fuentes Literarias y Epigraficas*. Roma: CSIC.

BÚA CARBALLO, J. C. [s.d.[– *Estudio Lingüístico de la Teonimia Lusitano-Gallega*. Salamanca: Universidad de Salamanca. Policopiado.

CARNOY, A. (1971) – *Le Latin d'Espagne d'Après les Inscriptions. Étude Linguistique*. New York; Hildesheim: Georg Olms Verlag.

COITO, L. (1999) – *Epistolário de José Leite de Vasconcellos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (Suplemento a «O Arqueólogo Português»; 1).

ENCARNAÇÃO, J. (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

ENCARNAÇÃO, J. (2008) – Dédicants et *Cultores*: Quelques aspects ... dans la Lusitanie Romaine. Le cas *d'Endovellicus*. *Quaderni di Acme.* Milão. 104, p. 61-71. Número especial «Dedicanti e Cultores nelle Religioni Celtiche».

ÉTIENNE, R. (1974) – *Le Culte Imperial dans la Péninsue Ibérique d'Auguste a Dioclétien*. 2ème ed. Paris: Éditions E. de Boccard.

FARIA, E (1957) – *Fonética Histórica do Latim*. Rio de Janeiro: Livraria Académica.

FORCELLINUS, A.; PERIN, I. (1940) – *Lexicon Totius Latinitatis*. V. *Onomasticon* (*A-I*). Patavia: Typis Seminarii.

FUSTÉR, L. (1950) – La formula «ex visu» en la epigrafia hispânica. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. XXIII: 80, p. 279-291.

GAFFIOT, F. (1934) – *Dictionnaire Latin-Français*. Paris : Hachette.

GARCIA, J. M. (1991) – *Religiões Antigas de Portugal. Aditamentos e Observações às «Religiões da Lusitânia» de José Leite de Vasconcellos. Fontes Epigráficas*. [Lisboa]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

GORDON, J. S.; GORDON, A. E. (1977) – *Contributions to the Palaeography of Latin Inscriptions*. 2nd ed. Milano: Cisalpino-Goliardica.

GUERRA, A. (1998) – *Nomes Pré-Romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular*. Lisboa: Faculdade de Letras. Policopiado.

GUERRA, A. (2008) – La documentation épigraphique sur *Endouellicus*. In *Continuity and Innovation in Religion in the Roman West*. Portsmouth, Rhode Island. p. 159-167.

GUERRA, A. [et. al.] (2003) – Novas investigações no Santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal): a Campanha de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 415--479.

HÜBNER, E. (1892) –. *Corpus Inscriptionum Latinarum II Insriptiones Hispaniae Latinae*. *Supplementum*. Berlin: Georgium Reimerium.

KAJANTO, I. (1982) – *The Latin Cognomina*. 2nd ed. Roma: Giorgio Bretschneider Editore.

LAMBRINO, S. (1951) – Le Dieu Lusitanien Endovellicus. *Bulletin des Etudes Portugaises et de L'Institut Français au Portugal*. Coimbra. Nova série, 15, p. 93-147.

LAMBRINO, S. (1967) – Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcellos. *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série III, I, p. 123--217.

NAVARRO CABALLERO, M. [et. al.] (2003) – *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*. Mérida; Burdeos: Fundación de Estudios Romanos / Ausonius.

PRÓSPER PÉREZ, B. M. (2002) – *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad.

RIBEIRO, J. C. Cardim, coord. (2002a) – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

RIBEIRO, J. C Cardim, (2002b) – Endovellicus. In RIBEIRO, J. Cardim, coord. – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 79-90.

RIBEIRO, J. C. Cardim, (2005) – O *Deus Sanctus Endovellicus* durante a Romanidade. ¿Uma *interpretatio* local de *Faunus / Silvanus*? *Palaeohispanica*. Barcelona. 5, p. 721-766.

SALOMIES, O.; SOLIN, H. (1994) – *Repertorium Nominum Gentilium et Cognominum Latinorum*. 2.ª edição. Hildesheim; Zurich; New York: Olms – Weidmann.

SANTOS, S. (2005) – *O Latim das Inscrições Romanas em Território Português até à Queda do Império*. Lisboa: Faculdade de Letras. Policopiado.

SOLIN, H. (1982) – *Die Griechischen Personennamen in Rom. Ein Namenbuch*, vol. I, Berlin; New York: Walter de Gruyter & Co.

VALLEJO RUIZ, J. M. (2005) – *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*. Vitoria; Gasteiz: Argitalpen Zerbitzua.

VASCONCELLOS, J. L. (1890) – Novas Inscripções de Endovellico. *Aurora do Cavado*. Barcelos. Ano XXIII, n.º 1:176, p. 4-5.

VASCONCELLOS, J. L. (1905) – *Religiões da Lusitânia.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Vol. II.

VASCONCELLOS, J. L. (1913) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Vol. III.

VASCONCELLOS, J. L. (1938a) – Epigrafia do Museu Etnológico (Belém). *O Archeologo Português.* Lisboa. XXX, p. 118-125.

VASCONCELLOS, J. L. (1938b) – *Opúsculos*. V. *Etnologia*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CIL II	*IRCP*	Guerra [et. al.], 2003	Teónimo*	E	II
5203	534		ENDOVELLICO	x	
136	514		ENDOVELLICO	x	
141	529		ENDOVELLICO	x	
	499		[END]OVOLICO	x	
	502		ENDOVEL̲L̲IC̲O̲	x	
	530		[ENDOVEL]LICO	x	
	544		ENDOVE[L]LIC[O]	x	
	541		INDOVEḶ[LICO]	x	
6330	493		I(*n*)DOVELLIICO	x	x
5206	485		ENDOVELIICO	x	x
	517		ENDOV̲O̲ḶEICO	x	
6269b	507		INDOVELLICO ou INDOVELIICO	x	x?
140 = 5201	527		ENDOVEḶḶICO	x	x
5209a	549		ENDOV[EL]IC[O]	x	
	554		[ENDOV]ELḶ[ICO]	x	
5204	504		INḌỌṾẸḶ[LICO]	x	
	545		ENDOṾ[ELL]ỊCO	x	
	551		[EN]ḌOVỌLỊ[CO]	x	
	543		[ENDOV]ẸLLICO	x	
	505		--------------------------	x	
	542		[E]ṆDOVELL(*ico*)	x	
6267	496		ENDOVOLICO	x	
6267a	515		END(*ouellico*)	x	
6269a	533		ENDOVELLIC̲O̲	x	x?
6267b	518		ENDOVELLICO	x	
6269c	550		E(*ndouellico*)	x	
6329	538		ENDOVELLICO	x	
6331 = 6334	513		INDOVẸLLICO	x	
6333a, b, c	482		--------------------------	x	x
134	508		ENDOVELLICO	x	
	509		[ENDO]ṾOLICO	x	
127	483		ENDOVELLICO	x	
132	494		ENDOVELIC̲O̲	x	
135	510		ENDOVOLLICO	x	
128	486		ENDOVELLICO	x	
129	488		ENDOVELLICO	x	
139	526		ENDOVOLICO	x	

137	531		ENDOVELLICO	x	
133	497		ENDOVELLICO	x	
6265	484		ENDOVELLICO	x	
5202	487		ENDOVELLICO	x	
130	489		ENDOVELLICO	x	
6265a	490		ENDOVELLICO	x	
	491		-------------------------	x	
131	492		ENDOVELLICO	x	
6266	495		ENDOVELLICO	x	
	498		-------------------------	x	
	500		ENDOVELLICO	x	
	501		ENDOVELLICO	x	
5205	503		[ENDO]VELLIC̣[O]	x	
	512		[EN]DOVELLICO	x	
136	514		ENDOVELLICO	x	
5207	516		ENDOVELLICO	x	
142	519		ENOBOLICO	x	
	520		INDOVELLICO	x	
6268	521		ENDOVOLLICO	x	
138	522		ENDOVELLICO	x	
	523		ENDOVELICO	x	
	524		[E]NDOVELLICO	x	
6269	525		ENDOVOLLICO	x	
	528		ENDOVELLICO	x	
	532		ENDOVELLICO	x	
5208	535		ENDOVOLLICO	x	
	536		ENDOVELLICO	x	
	539		ENDOVELLICO	x	
	548		END[OVELLICO]	x	
	553		END[OVELLICO]	x	
	555		ẸNDO(*uellico*)	x	
5209b	556		[E]ṆDOVE[LLICO]	x	
	560		-------------------------	x	
	564		[ENDOVELL]ICO		
		1	[EN]DOVELL[ICO]	x	
		2	IINNOV(*olico*)	x	x
		3	ENDOVE[L]ECO	x	

Quadro I – Grafemas para expressar a vocalização E registados na epigrafia de Endovélico

* Seguimos na generalidade as leituras de José d' Encarnação 1984 e de Amílcar Guerra [et. al.] 2003, excepto quanto às inscrições reanalisadas neste artigo.

Mercurius e seu culto em território olisiponense

CÉZER SANTOS*

RESUMO

O presente artigo trata duas questões que se prendem com o conhecimento do culto de Mercúrio em território olisiponense. Partindo de um estudo interpretativo de uma singular estatueta de bronze que representa esta divindade – encontrada em contexto de escavação de uma eventual *villa* romana localizada junto a um esteiro do Tejo no Seixal –, inclui depois uma revisão interpretativa do conjunto epigráfico regional dedicado a *Mercurius*. O estudo comparativo destes dois aspectos possibilitará assim um melhor entendimento de como se processava este culto e, sobretudo, qual seria o seu reflexo sociocultural em *Olisipo*.

Palavras-chave: Mercúrio – iconografia – epigrafia latina – religião

ABSTRACT

This article deals with two issues that relate to the understanding of Mercury's cult in Olisipo's territory. Starting with an interpretative study of an uncommon bronze statuette representing this divinity – which was found at an excavation of a probable Roman villa located next to a Tagus inlet, at Seixal – it includes a subsequent interpretative review of the regional epigraphical assemblage dedicated to *Mercurius*. The comparative study of these two matters will therefore enable a better understanding of how this cult was developed and, above all, its sociocultural influence on *Olisipo*.

Key words: Mercury – iconography – Latin epigraphy – religion.

* E-mail: cezer.santos@gmail.com

1. DESCRIÇÃO DETALHADA DA ESTATUETA DE MERCÚRIO

A estatueta de Mercúrio que aqui descrevemos é composta por duas ligas de cobre distintas, em bronze para o corpo – Pb 54%, Cu 31%, Sn16% – e latão para o objecto que exibe lateralmente – Cu 85%, Zn 4%, Pb11% (Fragoso, 2006, p. 22 e 23). A imagem foi fundida num molde de duas partes e em posição vertical. Apresenta camadas diferentes de produtos de corrosão e vestígios de exposição prolongada ao fogo (Fragoso, 2006, p. 77). As dimensões da estatueta são as seguintes: altura máx. 73mm; altura só da figura 66mm; largura máx. 33mm; espessura 19mm; comprimento do objecto em latão 60mm; peso total 46,1gr.

Esta representação da divindade tutelar dos mercadores e dos viajantes aparece-nos sob a forma de um jovem adulto imberbe, nu e de pé. O corpo apoia-se sobre a perna direita, que se encontra estendida. A perna esquerda está ligeiramente flectida e afastada, como que denunciando movimento, conferindo uma aparência bamboleante à anca. Esta posição imprime-lhe uma curvatura na zona pélvica, considerada característica do cânone de Praxíteles (Pinto, 2002, p. 137). Ostenta uma amputação em ambas as pernas a partir dos tornozelos, tendo-se perdido, assim, toda a zona dos pés e, possivelmente, das *endromidas* ou *alipes talares* (asas das sandálias).

O torso é anatomicamente proporcionado e com musculatura realista e atlética. A prega inguinal é proeminente e bem delineada, assim como os músculos abdominais e peitorais. O umbigo aparece igualmente bem representado. Veste apenas uma *chlamyde* (manto), presa sobre o ombro direito, ocultando a parte superior esquerda do torso e descaindo suavemente, tapando-lhe o mamilo esquerdo. As costas apresentam, também, uma anatomia bem cuidada, com o sulco sinusoidal profundo e nádegas bem definidas. A *chlamyde* cobre a parte

superior esquerda das costas, descaindo sobre o braço e entrelaçando-se sobre o antebraço, ficando pendurada e afastada das pernas.

Segura no braço esquerdo o *caduceus*, que se encosta ao ombro, *caduceus* com um par de *alipes* (asas) na haste e com duas serpentes entrelaçadas e afrontadas no topo. No braço direito segura um objecto que aparenta ser um remo – trata-se do referido acrescento lateral em latão. Este encontra-se com a haste «colada» ao coto do cotovelo, derivado de uma amputação, acidental ou intencional, a partir da qual o antebraço e a mão se encontram ausentes. A parte que se pode designar como a «pá do remo» está encostada à coxa da perna direita. Devemos destacar que este objecto é produzido em latão, liga metálica diferente da utilizada na restante peça (Fragoso, 2006, p. 77), o que, originalmente, criaria um contraste de cores evidente entre a figura de Mercúrio e o «remo». Este é composto por uma longa haste, cuja extremidade superior é pontiaguda, devido, talvez, a uma fractura; no ponto onde a haste se encontra com o braço é mais espessada, com uma forma aproximadamente losangular, provavelmente para aumentar a zona de soldagem. A haste na extremidade inferior alarga-se gradualmente, até adquirir uma forma achatada e rectangular, cerca de ¼ do comprimento total do objecto.

A figura apresenta a cabeça ligeiramente voltada para a direita, encimada por um *petasus alatus* (chapéu com asas) semi-esférico, de aba pequena. A nascer a partir desta orla surgem duas pequenas asas muito estilizadas, com forma relativamente semi-circular. Entre estas existe uma pluma estilizada, de contorno sub-rectangular e com um sulco central. Esta pluma central no *petasus alatus* é uma característica da iconografia de Mercúrio de cariz egiptizante (Boucher, 1976, p. 110).

O rosto da divindade exibe uma configuração ovalada e, apesar de algum desgaste na região facial, é possível distinguir os olhos – que apresentam um formato aproximadamente circular –, vestígios da boca e do nariz. Notam-se, também, os cabelos que caem sob o *petasus* em pequenas mechas encaracoladas, expondo ambas orelhas.



Fig. 1 – Estatueta de Mercúrio vista de frente e de costas.

2. CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Esta estatueta foi encontrada em 2003, durante uma intervenção arqueológica de emergência promovida pelo Serviço de Arqueologia do Ecomuseu Municipal do Seixal, na sequência do acompanhamento da abertura de uma vala de saneamento básico que estabelece ligação com a nova urbanização de São João (Arrentela). Junto da calçada da Boa-Hora e das ruínas do edifício da quinta vizinha, a Quinta da Laranjeira, efectuou-se uma sondagem onde se detectaram vestígios de época romana. Estes, provavelmente, correspondiam a um grande complexo rural, uma *villa*, de características agrícolas, piscatórias e, eventualmente, também dedicada a actividades mercantis, beneficiando quer de excelentes condições de comunicação – nomeadamente a sua localização privilegiada perto da baía, a qual possui directa ligação com o Rio Tejo –, quer da proximidade à grande *urbs* de *Olisipo*, de reconhecida importância económica na província da Lusitânia e, mesmo, no Império. Segundo os dados até agora obtidos, esta eventual *villa* terá funcionado durante um longo período de tempo, com hipotético início em meados do século I d.C. ou na segunda metade da mesma centúria; o seu abandono teria ocorrido durante a segunda metade do século V d.C. ou mesmo em época posterior.

Deve destacar-se o espólio recolhido. Para além da abundante quantidade de fragmentos de cerâmica utilitária, de uso comum, salientam-se as cerâmicas finas de importação, como as *terra sigillata*. E, ainda, os numismas e outros objectos metálicos, como uma possível pulseira e um anel com a representação de uma palma. De entre os vidros destaca-se uma candeia cónica de espessura muito fina e ricamente decorada, aparentemente rara no actual território português, com paralelo atestado no extremo oriental do Império. Contrastando com o restante material, identificaram-se também alguns modestos – mas não menos importantes – artefactos que testemunham uma das actividades económicas mais significativas deste complexo: agulhas para rede de pesca e pesos de rede.



Fig. 2 – Localização da «*villa*» romana da Quinta de São João / Quinta da Laranjeira (Arrentela, Seixal) e seu contexto regional.

A estatueta de Mercúrio, que veio enriquecer esta colecção, encontrava-se no interior de uma fossa que corta um espesso nível de carvões, talvez de um incêndio, datado por C14 entre 1730 ± 40 anos BP, o que corresponde, cali-

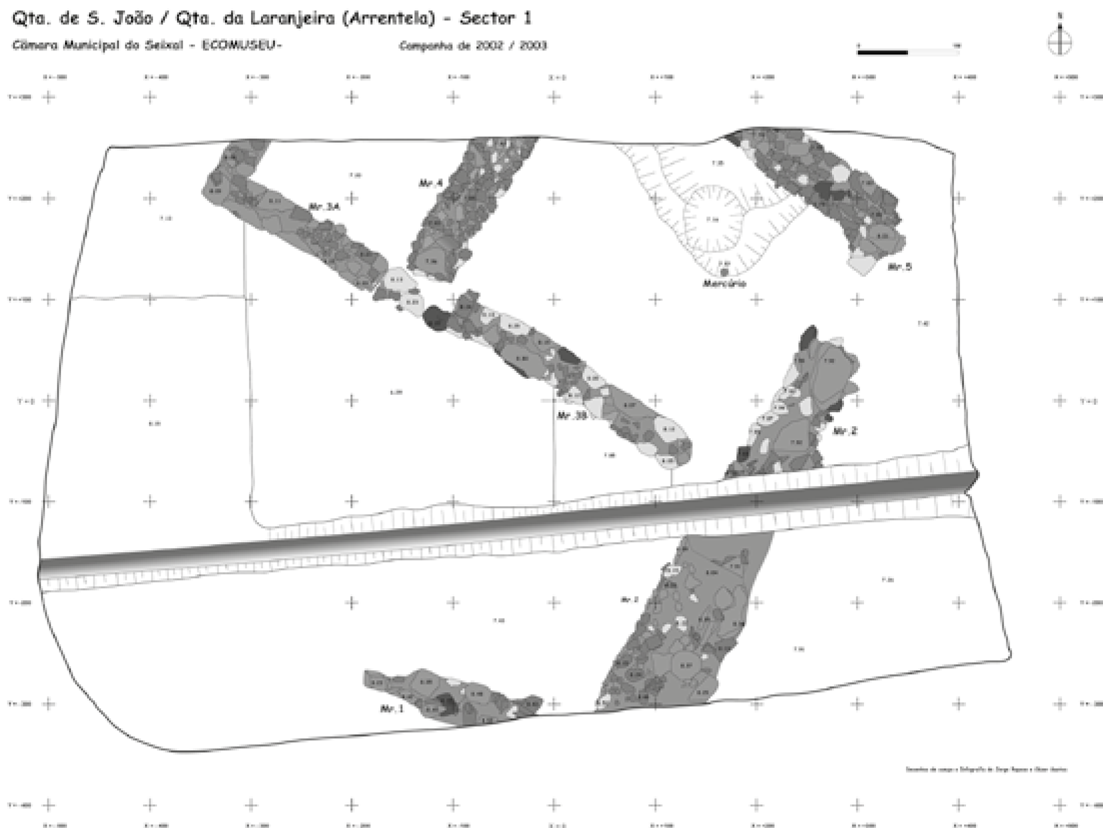


Fig. 3 – Planta da área escavada e localização da fossa e da posição onde foi encontrada a estatueta de Mercúrio.

brado a 2σ e em data de calendário, a 224-412 cal AD. O conjunto artefactual aqui encontrado permite afinar esta cronologia para meados do século III a inícios do século IV d.C. Esta camada de carvões e fossa encontravam-se por sua vez seladas pelo derrube de uma parede de adobe (Raposo, 2007, pp. 12-14).

A mancha identificável desta estrutura negativa surge, sensivelmente, à cota 7,65m, com uma forma regular que nasce perpendicularmente ao muro 5 no sentido Sudoeste; à distância de cerca 1m o limite externo identificável da fossa passa a assumir a orientação Noroeste, ficando, agora, paralelo ao muro 5 até ao limite da escavação. A sua secção apresenta faces com uma inclinação de cerca 55°, culminando num fundo plano à cota de 7,20m e de planta sub-circular com cerca de 60cm de diâmetro. A estatueta localizava-se na extremidade mais a Sul desta fossa, à cota 7,57m.

O recheio da fossa compõe-se, além do Mercúrio, pelo seguinte espólio: um numisma – *Antoninianus* de Cláudio II (268-270 d.C.) e um conjunto de *sigillatas* africanas – clara C, uma delas da forma Hayes 45A (230/40-320 d.C.) –, que remetem a cronologia para as últimas décadas do século III d.C.; fragmentos de


Fig. 4 – Aspecto geral do compartimento onde se encontrava a fossa (mancha circular mais escura).

cerâmica comum; vidros; ferros (pregos); e quatro fragmentos de osso de ovicaprideo – sendo dois deles de mandíbula e, outros, ossos longos. Com a excepção da estatueta nenhum dos restantes componentes do espólio apresentava vestígios de carbonização, inclusivamente os ossos, apesar do sedimento que enchia este covacho ser composto maioritariamente por carvões. Há, contudo, indícios de que a fossa terá ficado aberta apenas durante um período de tempo bastante curto, sendo escavada e posteriormente selada num intervalo de poucos dias ou mesmo horas. Durante a escavação notou-se que o sedimento de enchimento da fossa era semelhante ao do nível de carvões, sendo numa fase inicial muito difícil distinguir os seus verdadeiros contornos – a não ser pela textura e, até certo ponto, a coloração. Verifica-se também a colagem de alguns fragmentos cerâmicos do interior da fossa com outros da camada de carvões, e por último a cronologia do material é análoga – a *sigillata* africana com forma Hayes 45A está presente tanto dentro como fora da fossa. Estes factos consubstanciam uma rápida formação deste contexto, sobretudo o facto de o enchimento ser o mesmo desde o topo até ao fundo e igual à camada de carvões, apenas com alguma mistura do sedimento que se encontra por baixo. É possível que esta cova aponte para um contexto de lixeira, embora de um uso temporal bastante conciso. No entanto, não podemos por de parte que se trate de algum tipo de rito de fundação ou de abandono deste edifício.

No território hoje português são conhecidos alguns rituais mágico-religiosos aparentemente de cariz fundacional ou de abandono. No entanto, os paralelos identificados apresentam características que não são equiparáveis a este caso, evidenciando-se sobretudo na oferta ritual de aves – galináceos – que são «aprisionados» em recipientes cerâmicos com a boca voltada para baixo (Alarcão, 1974, p. 104 e 105; Cardoso, 2002; Barata, 1999), claramente dirigidas às entidades infernais que tutelavam o local. No nosso caso temos uma fossa que é aberta, sensivelmente, à cota do nível de pavimento até uma cota inferior à base das fundações do muro 5, cujas eventuais oferendas, se for este o cenário, serão apenas a estatueta de Mercúrio e, talvez, a moeda – apesar de aparecer mais espólio no seu interior que, como já vimos, não terá nada a ver com este possível ritual fazendo

antes parte do sedimento onde foi aberta a cova e posteriormente depositados durante o seu enchimento (com excepção, talvez, dos ossos, que têm um aspecto «limpo», sem manchas de carvão ou carbonizados). A estatueta, como já se disse, foi sujeita a fogo, mas não sabemos se o foi durante o incêndio que originou este grande depósito de carvões ou se o terá sido durante algum ritual simbólico.

O problema que aqui se levanta tem a ver com a dificuldade de reconhecer se este contexto tem um objectivo votivo ou se apenas se trata de um mero depósito de desperdício. Parece-nos particularmente estranho que se suprimam objectos de excepção como a estatueta de Mercúrio, quer pela matéria-prima em que é feito quer pelo valor simbólico inerente, sobretudo quando se verifica a modificação que esta figura sofreu, como a inclusão de um novo atributo. Não se trata de um artefacto vulgar do uso diário sujeito a perdas ocasionais, mas de um objecto religioso que se deve conservar com cuidado. A presença desta peça naquele contexto é um forte indicador de um qualquer acto ritual. Porém, não se poderá descartar totalmente a hipótese de ser um objecto «destruído» e enterrado, neste contexto histórico, por pessoas já profundamente cristianizadas que, deste modo, eliminam uma divindade pagã.

3. GÉNESE E ATRIBUTOS DE MERCÚRIO

O teónimo *Mercurius* tem origem etimológica nos vocábulos latinos *merx* e *mercor*, que significam «mercadoria» e «comerciar». Supõe-se que terá surgido no mundo etrusco, devido à origem do radical *merc*– (Combet-Farnoux, 1981, p. 464). Tratava-se, primitivamente, de uma divindade que tutelava, em primeiro plano, questões relacionadas com as actividades mercantis. Só tardiamente, sob a influência da cultura helenística, é que Mercúrio terá sido sincretizado com o Hermes grego, devido às semelhanças funcionais de ambos, adoptando os atributos iconográficos e biográficos do deus helénico. Mercúrio, com esta «fusão», torna-se numa das divindades mais polivalentes do panteão romano, adquirindo diversas funções: patrono dos mercadores, viajantes, ladrões, da eloquência, mensageiro dos deuses, guarda das estradas e cruzamentos e condutor das almas dos defuntos ao reino dos mortos. No entanto, manteve sempre como atributo principal, no mundo romano, a protecção do comércio e dos viajantes.

A iconografia tradicional de Mercúrio representa-o como homem jovem desnudo e atlético, vestindo apenas manto (*chlamyde*), chapéu alado (*petasus alatus*) e sandálias, também aladas (*endromidas*). Segura na mão direita uma bolsa de moedas que representa o comércio e o lucro (*marsupium*), e no braço esquerdo um caduceu, símbolo da prosperidade, da *Felicitas*. Contudo, não é infrequente aparecer representado sob outras formas iconográficas, de acordo com a função específica atribuída.

Mercúrio é considerado uma das divindades mais populares no mundo romano, sobretudo nas províncias, sendo cultuado por diversos tipos de gente, havendo consagrações desde as de cariz privado até às públicas e oficiais, todas elas perfeitamente atestadas através da epigrafia. Em Roma era-lhe dedicado um dia – *Mercuralia* – no qual se comemorava a abertura da época comercial, o início das navegações com o fim do Inverno, e se abençoavam os comerciantes e as embarcações. Durante o Império, Mercúrio aparece frequentemente ligado ao Culto Imperial, evidenciando o epíteto de *Augustus*. Contudo, esta designação nem sempre é directamente sinónima de Culto Imperial, podendo tratar-se apenas de um designativo próprio do léxico religioso, ora bastante vulgarizado e através do qual se pretenderá, antes do mais, evidenciar o carácter intrinsecamente sagrado e santo da divindade.

4. CULTO DE MERCÚRIO EM *OLISIPO*

A presença de Mercúrio na epigrafia olisiponense está bem representada[1]. Trata-se da maior concentração de inscrições dedicada a esta divindade na Península Ibérica, apesar do conjunto não ultrapassar três monumentos (Baratta, 2001, p. 55). No entanto estes, por estarem fragmentados e/ou desaparecidos, apresentam alguns problemas de interpretação.

1. *CIL* II 181 = Silva, 1944, N.º 78 = Baratta, 2001, L11 Pt

Trata-se de um monumento perdido, que coloca problemas de leitura na linha três e, consequentemente, de interpretação nessa mesma linha e na seguinte.

Damos aqui a leitura de Rodrigo da Cunha (1642, fl. 9/10), autor que o observou há mais tempo e que assim conseguiu registar o maior número de letras ou dos seus vestígios:

Mercurio . Aug(usto) / sacrum / C(aius) . Iulius C . IVLII . III . / Augustalis . d(ono) . d(edit).

Baratta (2001, p. 55) interpreta a controversa linha três como *C(aius) Iulius C(aii) Iulii fil(ius)*, entendendo pois *Augustalis* como *cognomen*.

Kajanto (1982, p. 220 e 318) regista 162 casos deste *cognomen* na epigrafia do Império, 13 dos quais claramente atribuídos a indivíduos escravos ou libertos. Já na Península Ibérica Abascal Palazón (1994, p. 292) referencia apenas 4 exemplares, três dos quais de Tarragona e o restante de Astorga – sendo que este último se identifica explicitamente como *servus*. O *Atlas Antroponímico de la Lusi-*

[1] Num trabalho recentemente publicado, António Pinto (2007, p.567, fig. 3) põe a hipótese embora de forma interrogativa de uma estatueta de Mercúrio sentado porvir de Lisboa. Se tal se vier a confirmar, teremos nesta figura mais um testemunho do culto de *Mercurius* em *Olisipo*, agora tal como no caso de Arrentela de cariz torêutico.

tania Romana, apesar de posterior à monografia de Baratta, não indica nenhum caso – nem mesmo a referida epígrafe olisiponense.

Ainda seguindo a estrutura interpretativa geral defendida por Baratta – e fazendo aliás eco das respectivas dúvidas e conjecturas –, não nos pareceria inadequada, muito pelo contrário, esta outra reconstituição da linha 3: *C(aius) Iulius C(aii) Iulii lib(ertus)*.

Porém, Hübner – e, na sequência, Vieira da Silva, – considera *augustalis* como uma evidente designação do cargo de augustal, supondo no confuso final da linha 3 o *cognomen* de *C. Iulius*, precedido ou não das siglas *C(aii) l(ibertus)* conforme se interpretem os referidos traços. E Étienne (1958, p. 252 – N.º 4), embora considere uma reconstituição da linha 3 idêntica àquela que sugerimos no parágrafo anterior, não deixa, no entanto, de ver em *augustalis* um cargo, e não um antropónimo, preferindo assim aceitar um augustal apenas nomeado através dos respectivos *praenomen*, gentilício, indicação de patrono e condição de liberto – ou seja, sem *cognomen*.

Étienne faz esta interpretação por achar estranhos os antropónimos sugeridos por Hübner como o eventual *cognomen*, *Venerius* ou *Catullinus*, o primeiro dos quais não atestado na sua forma masculina na Península Ibérica – Kajanto (1982, p. 214), para todo o Império, apenas encontrou com este nome 30 homens contra 288 mulheres – e, o segundo, registado tão só uma ou duas vezes (Abascal Palazón, 1994, p. 320).

É na verdade difícil reconstituir a partir dos controversos traços do final da linha 3 um *cognomen* credível, apesar de considerarmos que deverá ser essa a melhor solução – isto é, supormos na linha 3 uma composição trianominal seguida, na linha 4, pela menção do cargo *augustalis*. Pelo nosso lado, e com base nas letras e traços conservados na antiga leitura de Rodrigo da Cunha, arriscamos – como mera hipótese – a propor o *cognomen Civili[s]* seguido da menção de *lib(ertus)*. Porém, *Civilis* não se encontra até agora atestado na epigrafia da Hispânia romana e, em todo o Império, Kajanto (1982[2], p. 314) documenta-o apenas 16 vezes, incluindo-o na lista dos *cognomina* pretensamente indicadores de cidadania e de nascimento livre. Não podemos, no entanto, esquecer que o nome de que deriva *Civilis*, ou seja *Civis*, encontra-se registado duas vezes no Município Olisiponense (*A. A. L. R.*, p. 144) e aí qualifica, num dos casos, o único indivíduo sem filiação num epitáfio de três personagens (*CIL* II 268) e, no outro, um homem igualmente sem filiação que compartilha o túmulo da irmã – também sem filiação – e de uma mulher de outra *gens*, essa sim com filiação expressa (*CIL* II 299). Parece pois que, no Município Olisiponense, *Civis* podia servir de *cognomen* a personagens cuja cidadania não é clara nem evidente, o que até certo ponto legitimaria a nossa hipótese de reconstituir através do derivado *Civilis* o *cognomen* deste augustal cultuante de *Mercurius Augustus*.

2. *CIL* II 180 = Silva, 1984, N.º 27 = Baratta, 2001, L12 Pt

Esta epígrafe chegou aos nossos dias, embora se encontre muito desgastada e verticalmente truncada, tendo-se perdido as letras finais de todas as linhas.

A leitura e reconstituição geralmente aceite baseia-se na interpretação de Hübner, por vezes com alguns acertos no que se refere aos espaços e formas abreviadas.

Mercur[io p(ro) s(alute)] / Caesa[ris] / August[i] / C[aius] Iulius Ph[---] / permissu dec[urion(um)] / dedit [ded(icavit)]

A presente reconstituição parte do princípio de que a parte truncada é ainda assim bastante larga, como faria pressupor a fórmula quase por extenso patente na linha 5, *permissu dec[urion(um)]*. Deste modo, constatamos que a razão do voto, «pela saúde», não se encontra explícita no texto conservado mas que apenas é deduzida por Hübner para preencher o espaço que supõe ter existido no final da linha 1. Mas já Vieira da Silva nota que tal reconstituição é apenas passível recorrendo às abreviaturas *p(ro) s(alute)*.

Podemos porém questionarmo-nos se faltaria assim tanta pedra ao monumento, ou se no final da linha 1 não teríamos apenas, por exemplo, o epíteto *Aug(usto)*, reconstruindo-a pois *Mercurio [Aug(usto)]*. Étienne (1949, p. 193) opta por uma versão mais «reduzida», supondo que a primeira linha contaria apenas *Mercur[io]* – o que implicaria que a segunda palavra da fórmula da linha 5 estivesse mais abreviada: *dec[ur(ionum)]*.

Quanto ao *cognomen* do dedicante, o espaço disponível e o confronto com as realidades onomásticas hispânicas e lusitanas permitiriam-nos supor – conforme aceitemos a versão «extensa» ou «reduzida» da truncagem do monumento – nomes como: *Phaius, Philemo, Philinus, Philocalus* (este patente em *Olisipo*, *CIL* II 239), *Philodamus, Philogenes* (também presente em *Olisipo*, *CIL* II 232), *Philomusus, Philon*, *Phoebus,* etc. (*A. A. L. R.*, pp. 261-262).

Provavelmente o dedicante era de origem servil, mas já teria o estatuto de liberto na altura em que se produziu esta epígrafe. Esta observação justifica-se pelo facto das primeiras letras do seu *cognomen*, *Ph[---]*, sugerirem fortemente um nome de cariz grecizante, característica tão comum no mundo servil.

Voltando à primeira linha, cremos ser mais provável a reconstituição que sugerimos, *Mercur[io Aug(usto)]* – que aliás tem paralelo na epigrafe N.º 1 –, interpretando assim o início da inscrição como «A Mercúrio Augusto (em favor) de César Augusto».

3. Silva, 1944, N.º 2 = Baratta, 2001, L 13 Pt

Mercurio / [C]ohortali / sacr[um] / +++++++ / [---]

A linha 4 possui vestígios de sete letras, talvez referentes ao(s) antropónimo(s) do dedicante – como comummente tem sido interpretado. Não queremos no

entanto adiantar – ou aceitar – qualquer hipótese, pois na verdade os referidos traços têm, até agora, resistido a qualquer interpretação clara ou verosímil.

O epíteto da divindade que se encontra nesta inscrição é tradicionalmente relacionado com o mundo militar, podendo sugerir a presença de uma coorte de uma legião em *Olisipo*. No entanto, cremos que tal interpretação deste epíteto não se enquadra claramente na personalidade funcional de Mercúrio, que fundamentalmente protege as viagens de cariz mercantil, pelo que nos parece preferível interpretar aquele epíteto num contexto civil, relacionado com o mundo do negócio e das viagens, associando *Cohortalis* aos armazéns da administração (Mantas, 2002, p. 160) ou, mesmo, a estabelecimentos navais.

O culto de Mercúrio em *Olisipo*, e também nas cidades portuárias da Península Ibérica, parece estar a maior parte das vezes relacionado com o Culto Imperial, não só de forma explícita (como no nosso caso N.º 2) mas ainda porque grande percentagem dos cultuantes de Mercúrio são libertos e pertencem frequentemente a um colégio augustal, como podemos constatar através da obra de Giulia Baratta (2001). De facto faz sentido que neste contexto cultual se evidenciem os libertos, os quais tão frequentemente desempenham actividades no sector económico e comercial do mundo romano[2].

O Mercúrio de São João da Arrentela enquadra-se aparentemente nesta derradeira perspectiva, associado a uma possível *villa* com características flúvio-marítimas, onde arqueologicamente se comprova uma forte componente comercial com todo o mundo mediterrânico. Poderá considerar-se como espaço de armazéns – *horrea* – o local onde se praticou o enterramento de Mercúrio?

5. MERCÚRIO COM ATRIBUTOS DE FORTUNA

Este Mercúrio é representado de acordo com a iconografia tradicional. Contudo, substituindo na mão direita o tradicional *marsupium* (bolsa das moedas), foi-lhe adaptado um objecto que, devido à sua configuração, interpretamos como sendo um remo. Este encontra-se soldado ao coto do antebraço, aparentemente amputado de forma intencional para facilitar a sua «ancoragem» e, eventualmente, para reforçar o seu significado em detrimento do atributo original; porém, a amputação do braço pode também ter tido origem acidental, e ser depois aproveitado este espaço para a referida finalidade.

Seja como for, a inclusão deste objecto pretende, de alguma forma, acrescentar o significado funcional do simbolismo iconográfico tradicional desta divindade. O que significa o remo? Que pretende transmitir Mercúrio segurando num remo?

[2] O estudo das epigrafes Olisiponenses dedicadas a Mercúrio contou com a orientação de Cardim Ribeiro nos aspectos técnicos e interpretativos.

Em vários documentos, como moedas e epígrafes, observa-se a existência de uma ligação frequente entre Fortuna – o destino propiciável – e Mercúrio (Combet-Farnoux, 1980, p. 429). A Fortuna aparece em algumas situações segurando um leme/remo cuja haste termina em caduceu – adoptando, deste modo, o símbolo da prosperidade, elemento iconográfico sempre presente em Mercúrio (Combet-Farnoux, 1980, p. 426).

Entre os deuses é frequente haver empréstimos de atributos entre si, fazendo com que determinada divindade ganhe «capacidades» extras, cumprindo assim um objectivo muito específico ao reforçar e/ou direccionar alguma característica concreta da personalidade da divindade em questão.

Adicionando a evidente relação complementar existente entre a deusa Fortuna e Mercúrio e o contexto económico evidenciado pelos vestígios arqueológicos do local onde o nosso exemplar foi recolhido, estabelecemos algumas bases para avançar com uma interpretação da mensagem transmitida por esta figura.

Fortuna é a divindade que personifica a sorte, boa ou má, tendo tradicionalmente adquirido uma conotação positiva devido ao facto de não representar uma acção determinista no destino do Homem, permitindo antes que cada um interfira através dos seus actos e práticas rituais no seu próprio destino. Na iconografia, normalmente, é figurada segurando no braço direito uma cornucópia, que representa a *Abundantia*, e na mão esquerda um remo/leme, o qual simboliza a capacidade desta divindade de guiar de modo diverso o destino dos homens que a propiciam através do cumprimento da *Pietas*. Deste modo, o remo/leme representa o acto de guiar, conduzir, de levar a bom termo, conotando-se assim às viagens e, através destas, ao comércio (Arya, 2002, p. 77). O remo/leme agora associado a Mercúrio, divindade tutelar dos mercadores e dos viajantes, e do lucro mercantil, pode pois fundamentar a conclusão de que este atributo pretende reforçar a ideia de boa condução e orientação, fazendo com que Mercúrio proteja e conduza prosperamente algum empreendimento local – se considerarmos como provável o carácter fundacional ou de abandono da fossa em que foi encontrado – ligado não só ao negócio mas, talvez prioritariamente, às viagens mercantis por via marítima.

Ora um dos epítetos de Fortuna, *Gubernatrix* (Arya, 2002, p. 78), surge aplicado a Mercúrio numa inscrição encontrada na Roménia na região da Oltânia, que na Antiguidade pertencia à província da *Moesia Superior*, proveniente provavelmente de um grande acampamento militar romano da Legião VII Cláudia Maximina, que na altura ocupava aquele território[3]. O dedicante dessa inscrição

[3] As infomações detalhadas sobre esta inscrição foram cedidas por Adrian Gheorghe e o por Dorel Bondoc, investigadores romenos ligados ao projecto Alexis que efectua estudos arqueológicos na região de Cioroi Nou (http://alexisphoenix.org/romaniaalexis.php).

era um legionário que tinha a função de batedor (*speculator*) e consagrou-a no séc. III d.C. às entidades pertinentes no desempenho da sua tarefa: à deusa Diana, divindade da floresta e dos seres selvagens; a Mercúrio *Gubernator*; e ao Génio da *statio*. (a seguir entra a fig. 5 ex-6)

[---Dia]nae san[c]/[ta]e Mercurio g[u]/bernatori e[Genio] / stationis, A[ur(elius)(?) Ger]/manus spe[cul(ator) leg(ionis)] / VII Cl(audiae) Ma[ximianae] / [---] / pr[idie] n[onas] S[eptember] an[imo libens (?)*] / [---]*

IDR II, 141 (Florescu e Petolescu, 1977)
(Heidelberg Epigraphische Datenbank)
(Alexis Project)
(Searchable Greek Inscriptions)

«... a Diana santa, a Mercúrio timoneiro e ao Génio da *statio*, *Aurelius* (?) *Germanus*, batedor da Legião VII Cláudia Maximiana, … na véspera das Nonas de Setembro, de bom grado (?)...»

Não traduzimos a palavra *statio* referente ao génio do lugar cultuado por *Germanus*, pois *statio* possui vários conteúdos semânticos: «morada», «residência», mas também «posto militar», «guarnição», «destacamento» – ou ainda, «ancoradouro», «porto», «estação naval». Nesta última acepção, recordamos que, embora o referido acampamento da Legião VII Cláudia se localize bem no interior da *Moesia*, na *Superior*, implanta-se porém a escassos 20Km a Norte do rio Danúbio, navegável ainda nos nossos dias até à Alemanha[4].

Propomos, então, que o eventual epíteto que melhor poderia caracterizar a divindade representada na estatueta da Quinta de São João (Arrentela) fosse o de *Gubernator*. *Mercurius Gubernator*, o que vai ao leme, timoneiro, dirigindo o destino dos homens nas suas viagens mercantis. Pode-



Fig. 5 – Desenho da inscrição consagrada a Diana e a Mercúrio *Gubernator* encontrada na Roménia. Decalque cedido pelos arqueólogos Adrian Gheorghe e Dorel Bondoc.

[4] Inscrição interpretada e traduzida com a orientação de Cardim Ribeiro.

mos pois relacionar o presumível remo/leme de Mercúrio com o meio aquático que enquadra a implantação geográfica deste sítio arqueológico, voltado para o grande esteiro do Tejo, usado como principal via comercial de toda esta região – e como ponto de partida e de chegada de múltiplas rotas marítimas. Qualquer culto religioso está intimamente ligado ao sistema político e económico da respectiva sociedade (Osborne, 2004, p. 7). Portanto, esta figura sugere a intenção de associar a divindade ao meio aquático e reforçar, deste modo, o carácter intrínseco ligado à circulação marítima e fluvial, e ao contexto económico-social da época.

BIBLIOGRAFIA

ABASCAL, p. (1994) – *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania.* Madrid; Murcia: Universidad Complutense.

ALARCÃO, J. (1974) – *Portugal Romano.* Lisboa: Editorial Verbo.

ATLAS Antroponímico de la Lusitania Romana (2003). Mérida: Grupo Mérida. = *A.A.L.R.*

GHEORGHE A. – *Alexis Project* [Em linha] Oltenia: Alexis Project Team [Consult. 2008]. Disponível em http://alexisphoenix.org/romaniaalexis.php

ARYA, D. A. (2002) – *The Goddess Fortuna In Imperial Rome: Cult, Art, Text.* Austin, Texas: The University of Texas at Austin.

BARATA, M. F. (1999) -As habitações de Miróbriga e os ritos domésticos romanos. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 2: 2, p. 51 – 67.

BARATTA, G. (2001) – *Il Culto di Mercurio nella Penisola Iberica.* Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona.

BOUCHER, S. (1976) – *Recherches sur les Bronzes Figurés de Gaule Pré-Romaine et Romaine.* Roma: École Française de Rome.

CARDOSO, G. (2002) – Práticas Mágicas na Villa Romana de Freiria. In RIBEIRO, J. Cardim, ed. – *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 265-267

COMBET-FARNOUX, B. (1980) – *Mercure Romain. Le Culte Public de Mercure et la Fonction Mercantile à Rome de la République Archaïque à L'Époque Augustéenne.* Rome: École Française de Rome Palais Farnèse.

COMBET-FARNOUX, B. (1981) – Mercure romain, les «Mercuriales» et l'institution du culte impérial sous le Principat augustéen. In HAASE, W., ed. – *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt: Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neueren Forschung.* Berlin: Walter de Gruyter. Vols. Principat II – 17.1, p. 457-501.

CUNHA, R. (1642) – *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa.* Lisboa: Manoel da Sylua, ed. Vol. 1.

ÉTIENNE, R. (1949) A. Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para história de Lisboa Romana).* Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1944; in 8.º, 331 pages, 4 pl. phot, 1 carte. *Revue des Études Anciennes.* Bordeaux. LI, p.192-194.

ÉTIENNE, R. (1958) – *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d' Auguste à Dioclétien.* Paris: De Boccard. (Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome; 191).

FLORESCU, G.; PETOLESCU, C., eds. (1977) – *Inscripțiile Daciei Romane = Inscriptiones Daciae Romanae.* Bucharest, Romenia: Oltenia și Muntenia. Vol. II

FRAGOSO, S. (2006) – *Relatório de intervenção e caracterização estrutural e de superfície da escultura em liga cobre – Escultura Romana de Mercúrio da colecção do Ecomuseu Municipal do Seixal.* Seixal: Câmara Municipal; Lisboa: ERA-Arqueologia, S.A.

HEIDELBERG Epigraphische Datenbank [Em linha] Heidelberg: Research Center of the Heidelberg Academy of Sciences. [Consult. 2008]. Disponível em http://www.uni-heidelberg.de/institute/fak8/sag/edh/index.html

HÜBNER, E. (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum. Inscriptiones Hispaniae Latinae.* Berlin: Academiae Litterarum Regiae Burussicae. Vol. II. *CIL* II.

KAJANTO, I. (1982) – *The Latin Cognomina.* Roma: G. Bretschneider Editore.

LEXICON Iconographicum Mythologiae Classicae (1992). Zürich; München: Artemis Verlag. Vols. V – VI. = *LIMC.*

MANTAS, V. (2002) – O Mundo Religioso dos Viajantes e Comerciantes. In RIBEIRO, J. Cardim, ed. – *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 157--162.

OSBORNE, R. (2004) – Hoards, votives, offerings: the archaeology of the dedicated object. *World Archaeology. The Object of Dedication.* Vol. 36: 1, p. 1-10. [s.l.].

PINTO, A. J. (2002). *Bronzes Figurativos Romanos de Portugal*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

PINTO, A. J. (2007) – Reflexos da religião romana na iconografia em bronze e na epigrafia. *Sautuola*, Santander. XIII, p.555-575.

RAPOSO, J. (2007) – Uma divindade no acervo do Ecomuseu Municipal do Seixal. *Ecomuseu Informação*. Seixal. 44, pp. 12-14.

SEARCHABLE Greek Inscriptions. [Em linha] [Consultado em 20/11/2008]. Disponível em http://epigraphy.packhum.org/inscriptions//main?url=gis%3Fregion%3D5

SILVA, A. V. (1944). *Epigrafia de Olisipo*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Lege artis – The Rules of the Art

ANTJE KRUG*

ABSTRACT

Although in antiquity did not exist a professional training supervised by law the Graeco-Roman doctor was expected to practice his profession according to fixed standards, the Rules of the Art. Those were acquired by instruction and reading of medical literature. Honorary decrees and tomb inscriptions therefore emphasize learning as an essential part of his profession. Moreover, the doctor was expected to use instruments of equally professional standards which were surprisingly similar throughout the Roman Empire. Scalpels, tweezers, tongs, probes were of highly professional craftsmanship. Technically most advanced instruments as gynecological specula, cataract needles and trepans existed, too. Beside of the general practitioner there existed specialized doctors – gynecologists, ophthalmologists and veterinaries – and female doctors as well. His earnings acquired by good practice permitted the doctor to act as benefactor by treating patients free of charge or by donating public buildings.

Keywords: Doctor – medical literature – medical instruments – surgery – gynecology – veterinary – scalpel – cataract needle

RESUMO

Embora não existisse na Antiguidade formação profissional regulamentada, o médico greco-romano devia exercer a sua profissão de acordo com critérios estabelecidos, As Regras da Arte. Estas adquiriam-se através do ensino e da leitura de literatura especializada (medicina). Decretos honorários e inscrições em

* c/o Deutsches Archäologisches Institut, Podbielskiallee 69-71, D – 14195 Berlin. E-mail: krugantje@arcor.de

túmulos salientam, pois, o estudo como parte essencial desta profissão. Além disso, o médico deveria utilizar instrumentos que obedecessem igualmente a parâmetros profissionais, que eram extraordinariamente semelhantes em todo o Império Romano. Bisturis, pinças, fórceps e sondas eram de fabrico altamente qualificado. Também já existiam instrumentos tecnicamente muito avançados como espéculos ginecológicos, agulhas de cataratas e trépanos. Além do clínico geral havia médicos especializados – ginecologistas, oftalmologistas e veterinários – bem como mulheres médicas. Os seus honorários, adquiridos através do correcto exercício da profissão, permitiam ao médico a prática da beneficência, quer tratando pacientes gratuitamente, quer doando edifícios públicos.

Palavras-chave: Médico – literatura médica – instrumentos médicos – cirurgia – ginecologia – veterinária – bisturi – agulha de cataratas

At the beginning of the 1st century AD the Roman scholarly author Aulus Cornelius Celsus wrote a multivolume work about the «*Artes*» – the Arts. The eight books on medicine alone – «*De medicina*» – have survived. «*Artes*» does not mean 'fine arts' in the modern sense of the word but sciences, skills and activities acquired to a high level of perfection and assessed according to rules. They were led by the *Artes liberales*, the Liberal Arts, which could be pursued by the free citizen without the purpose of making one's living. Those are for instance rhetoric, arithmetic, theory of music, or astronomy. The artist craftsman, therefore, was an *artifex*, who makes jewelry, bronze vessels and furniture of wood according to the rules of his trade. The artist in this sense was an *artifex*, too, making statues and paintings instead. Medicine was placed between those forms of art since it was remunerated, and a certain range, the *cheirourgía*, was «worked with the hands». However, medicine should be exercised according «to the rules of the art», too – *katá tén téchnen* – *lege artis*. Therefore, in Hellenistic and Roman time the doctors themselves considered medicine and their profession as well as *Ars*, as *Téchne*. So it reads on the tombstone of Tib. Claudius Apollinaris in Tarraco/Tarragona, dedicated by his wife Iulia Rhodiane, that he was «highly learned in the art of medicine» (CIL II 4314).

Celsus begins his book *De Medicina* with a few fundamental remarks bringing the development of medicine to a point. He does not question that medical art has a long history going back into prehistory and myth. But, he deliberately sets the turning point into the middle of the 5th century BC and combines it with a name – Hippokrates. Not because Hippokrates has been the most famous or the best doctor of his time but, argues Celsus, because he had separated medicine from philosophy and religion, and turned it into a science, or art, with rules to be learned. Hippokrates is a tangible person with a biography: He was born around

460 BC on the island of Kos as son of a doctor, Herakleides, and offspring of a family of Asclepiads, and he died around 375 BC in Larissa, Thessaly. He worked as a doctor in Kos and in Northern Greece. He received a 'call' to practice at the court of the Persian Great King Artaxerxes, but he declined it. It is not purely by chance that a person like him emerges in the 5th century BC. It is the time when in Greece, in Southern Italy and Ionia densely populated city states flourished. Illness is no longer a personal fate but is turning into a municipal, a political problem. In the interest of public life and survival the health of the individual becomes the problem of the community. A rational and comprehensive medicine is a logical as well as a necessary conclusion.

In the history of medicine time and name of Hippokrates mark furthermore almost the turn of an era. From this time on, coherent writings by doctors, and not just hearsay and quotations, have survived, foremost in a voluminous collection of writings known as *Corpus Hippocraticum*. The collection comprises about seventy textbooks on theory and practice of medicine, many of them of later origin than Hippokrates' lifetime. The numerous copies, and translations, too, demonstrate how widely medical writings were used in the workday routine of the ancient doctors. The doctor, who was in full command of his *téchne*, his *ars*, was a reader of medical literature. The doctor is portrayed on tombstones, votive reliefs or sarcophagi (Fig. 1) with books, or scrolls. He owns books, and he reads them, too. Furthermore, in honorary or funeral inscriptions is stated that a doctor has been author of medical literature himself. Tib. Klaudios Menekrates in Rome (CIG 6607) wrote no less than 156 titles, and Herakleitos of Rhodos is praised as the «Homeros of the medical poem» (CIG 4315). The collected works of Soranos of Ephesos, of Galenos of Pergamon or the *Corpus Hippocraticum* fill a row of bookshelves, even in modern print. But, the archaeological finds as testimonies of their own quality shall here be placed into the center of discussion.



Fig. 1 – Doctor Studying Books. Roman Sarcophagus from Ostia, 4th century AD. New York, Metropolitan Museum. Photograph Hans Rupprecht Goette

The ideal doctor had an observant mind, combined with an extensive practical knowledge, and knowledge of literature as well. That permitted him to recognize symptoms and to diagnose an illness, to treat it according to the rules of the art, to determine the critical days and to give a prognosis of the course of the disease. His scope included gynecology, ophthalmology and mental disturbances as well.

He had a broad knowledge of the human body, its skeleton, the interior organs and their functions. The treatment of wounds (*traumata)* with blood and pain received during sports, battle action or by accident claimed his immediate attention. Since microbiology or analytical chemistry was still in their infancy the brain and the nerves escaped understanding so far. The term *neuron*, i.e. nerve, designates «sinew». The doctor was informed about the remedies, the *phármaka*, and was capable to produce them himself. A health orientated regulation of everyday life, the *diaitetiké*, helped to balance and to maintain health. The drastic part of medicine, the surgery should be used moderately and only in case of necessity, and that for good reasons: The two greatest risks in surgery, infection and loss of blood, were only imperfectly understood. But their deadly consequences gave a serious warning. Of course, household remedies were used and tolerated ever since, magical practices as well. Spells and amulets, beneficial or malevolent, were elements of ancient life, but not part of medicine, performed to the rules of the art.

The more we regret that we have so few original, especially archaeological testimonies of the time of Hippokrates. Representations of doctors in the early time, the 6th to 4th centuries BC may be counted on one hand (Fig. 2). Pictures on painted vases of the classical period want to entertain the viewer in an educated way, not to instruct him in medicine. The birth of Dionysos out of the thigh of father Zeus is the picture of the miraculous deliverance of a divine child, and not the depiction of a caesarian section and postnatal care with an incubator. The picture of Achilleus dressing Patroklos' wound does not describe a field hospital but the friendship and intimacy of the Homeric heroes. And a chair does not turn into a medical instrument by using it for the relocation of the shoulder joint. Inscriptions on tombstones of the time of Hippokrates are not very communicative. Tomb furnishings, the archaeologist's favorite source of information, include almost no instruments or implements. But the inventories of sanctuaries of the healing god Asklepios, and remarks in medical writings bear evidence that doctors of the classical period already owned a sophisticated *instrumentarium*.



Fig. 2 – Grave Relief of a Doctor, early 5th century BC. Basle, Antikenmuseum BS 236. Photograph Claire Niggli

A profound change occurs around 3rd century BC, when images and inscriptions on tombstones are getting more detailed. They name professions

and picture tools and implements. But most of the monuments and finds belong to Roman time that is the period between the 1st century BC and 4th century AD. Honorary and funerary monuments speak of names and biographical details, and they sketch the historical background. Also tomb furnishings are more complex than in the centuries before, especially in the West of the Roman Empire, and on the Iberian Peninsula as well. But the family of a deceased doctor buried only a fraction of his instruments with him, although the most typical ones. One could name the scalpel as the distinguishing feature of the Graeco-Roman doctor, the *iatrós* or *medicus*, notwithstanding if he had been a *medicus chirurgus* in his lifetime.

What may we expect as equipment of the ancient doctor? In the first place an equipment which is professional, sturdy, functional, clean and up-to-date with the *téchne*. Instruments were generally made of bronze. Cutting blades and cauteries, the *sídera* or *ferra*, were made of iron. If the doctor was a *medicus chirurgus* he owned several scalpels of a very characteristic shape: A solid middle section, sometimes with sharp profiles securing a tight grip inset a sharp blade in iron of steel quality. The blade was shaped according to the purpose. Standard was a rounded one, *stethoeidés* or *gastroeidés*, «breast-» or «belly-shaped» (Fig. 3). Furthermore a straight and peaked blade, the *kórax* or *corvus* – «raven beak» was standard, too. Not so frequent but used as well was a scalpel with a straight and pointed, double-edged blade. The middle section of the scalpel terminates on the rear end with a sturdy blunt spatula used for separating the tissue without cutting. For this purpose was also used a sharp hook, *hamus acutus*, likewise with a profiled grip (Fig. 4 a). Pincers, *forcipes*, with toothed tips were frequent, too. A pincer with long handles and toothed jaws, the *staphylágra*, was used for treating the uvula or the tonsils in the throat (Fig. 4 c); a double ended spatula helped in the operation as tongue depressor (Fig. 4 b). Broken bones have been accidents ever since. To adjust the broken parts, the doctor had a bone lever, an *elevatorium* (Fig. 4 d). A selection of three or four long and slender probes, *specilla*, completed the surgeon's equipment (Fig. 5 a). The probes came in various shapes but likewise in sturdy construction: a similar profiled grip in the middle, at one end a round «kernel», the other end was in the shape of a spoon for scraping, an oval spatula, was 'rudder'-shaped or else. Similar looking accessories for cosmetic purposes are more delicate and sometimes made of silver.

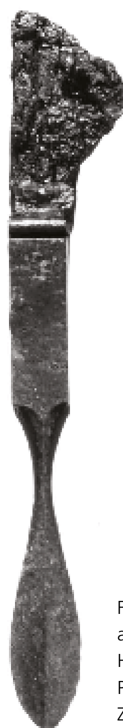


Fig. 3 – Scalpel, from the Burial of a Surgeon, 1st century AD. Bingen, Historisches Museum am Strom. Photographs Römisch-Germanisches Zentralmuseum Mainz



Fig. 4 – a) Sharp Hook; b) Double Spatula; c) Pincer, *Staphylagra*, Roman Imperial Time. Römisch-Germanisches Zentralmuseum Mainz. Photographs Museum; d) Bone Lever, from the Burial of a Surgeon, 1st century AD. Bingen, Historisches Museum am Strom.



Fig. 5 – a) Probes, b) Lidded Boxes, Roman Imperial Time. Mainz, Römisch-Germanisches Zentralmuseum. Photographs Museum; c) Tongs for Tooth Extraction, 1st/2nd century AD. From Belginum/Wederath. After Künzl 1982, p. 72 fig. 46,1



Fig. 6 – Votive Basis, with Box for Medical Instruments and Cupping Vessels, 1st century BC. Athens, National Museum. Photograph Hans Rupprecht Goette

There are moments when pain will overcome the fear of surgery and the possible consequences, – toothache, to name one. Whatever medical theory recommended, eventually the tooth was extracted, and that with robust iron tongs (Fig. 5 c). The jaws of the tongs were slightly curved to prevent crushing the tooth. Similar painful are kidney and bladder stones. The *ultima ratio*, the surgical removal was judged controversially in antiquity. Those doctors who were followers of the so-called Oath of Hippokrates declined the operation but admitted others to perform it. To do it quickly and precisely the renowned surgeon Rouphos (Rufus) of Ephesos constructed in the 2nd century AD a special instrument combining tongs with a spoon, both with toothed insides for a firm grip in a wet and slippery field.

Such a selection of instruments, about eight or nine pieces, could very well be placed for transportation into a handy box (Fig. 6). In antiquity the doctor treated his patients only in some cases in a kind of practice of his own, a *kliniké* or *taberna*. In most cases he called on them at their homes and therefore had to take a suitable selection of instruments with him, conveniently in such a box. Those boxes were square, made of wood, sometimes covered with leather, or made of bronze sheet. Thin and slender instruments such as probes, pincers and hooks he put into cylindrical lidded boxes, *specillothecae* (Fig. 5 b). The *phármaka* the doctor carried with him were pressed into oblong bars, or rolls, the *kollýria*, and could be stored in either of these boxes. Thin «wheels», *tróchaia*, that is in Italian *droga* – «drug», were cut from the bar, dissolved in water, wine or oil and applied. These *kollýria* (Fig. 7 b) were commercially manufactured on the base of wax or grease and sold. The name of the disease, the producer or the doctor respectively who had created the *phármakon*, and instructions for use were stamped onto the matter. A great number of such stamps – square and made of stone – have been found. Since many of those medicaments were against eyesore, those stamps are dubbed 'oculist stamps'. Other *phármaka* as for instance Lykion from Asia Minor were transported and sold in very small bottles, made of clay or lead. In the Roman military camp at Haltern in Germany the lid of a leaden box was found. According to the incised inscription it contained a *phármakon* made of *radix Britan(n)ica* (Fig. 7 a). The stamp on a flask of

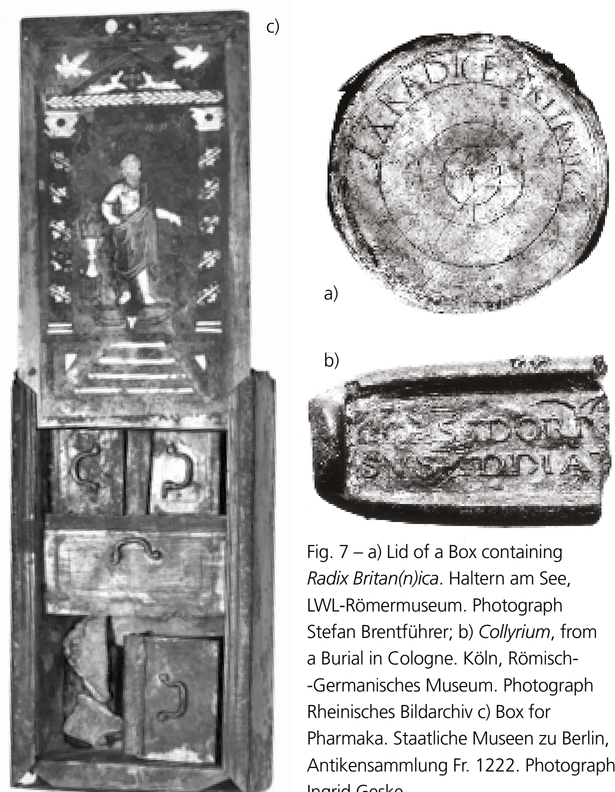


Fig. 7 – a) Lid of a Box containing *Radix Britan(n)ica*. Haltern am See, LWL-Römermuseum. Photograph Stefan Brentführer; b) *Collyrium*, from a Burial in Cologne. Köln, Römisch--Germanisches Museum. Photograph Rheinisches Bildarchiv c) Box for Pharmaka. Staatliche Museen zu Berlin, Antikensammlung Fr. 1222. Photograph Ingrid Geske

lead from Munigua is waiting for reading. The *materia medica* could also be stored in square boxes with removable lids on its interior compartments. They often are decorated with pictures of the healing gods Asklepios and Hygieia to mark their use in medicine (Fig. 7 c). But they were used for cosmetics or paint, too.

This package of three – box for instruments, round lidded boxes for probes and case for medicine – forms the basic equipment of a doctor, – in a sense his 'ambulance kit'. Among the victims of the eruption of Mount Vesuvius in 79 AD were at least two doctors who in answer to the screams and panic rushed outside to help with their ambulance kit. Of course in Pompeii and Herculaneum there have been more than two doctors, but their houses have been cleared out early in the era of the Bourbon kings. In Rimini in Italy the house of a doctor was destroyed when in late 3rd century AD the tribe of the Alemans captured the city. A wall collapsed over the practice and the instruments, and the doctor has found no chance to retrieve them. Noticeable is the great number of about two hundred instruments. Maybe the doctor had inherited part of them from his predecessor.

Of course the well organized Roman army had military physicians. The *medicus legionis* in the great garrisons with several thousand men had to treat daily numbers of accidents and cases of sickness. The hospitals, the *valetudinaria* were equipped with *materia medica* and instruments and could accommodate everyday casualties in chambers. In case of war, the large open area in the center of the *valetudinarium* was used for tents and cots. Especially in battle action a doctor or *capsarius*, a medical orderly was required, as pictured on the column of Trajan. In the year 9 AD the Roman general P. Quinctilius Varus and two complete legions perished in an infamous defeat, the *Clades Variana*. On the occasion of its millenniversary in 2009 the region around Kalkriese in Germany where the *Clades* had occurred was investigated and partly excavated. Among the finds were a bone lever and the handle of a scalpel from the kit of the *medicus legionis*.

Not every doctor had special instruments for special treatments among his equipment. For instance cupping vessels, *sikýai* or *cucurbitolae*, could not be fitted into the flat instrument boxes but they have been found among tomb furnishings. The best preserved ones were found in a doctor's tomb at Bingen on the Rhine (Fig. 8). This especially rich tomb with a well preserved instrumentarium also included a trephination drill, constructed to be folded and complete with the cylindrical drilling bit (Fig. 9 b). Since bladder stones and inflammation of the bladder occurred frequently, also catheters were used. They came in a gradation of sizes and were adapted to male and female physiology. But, due to their fragile construction of thin bronze sheet few have been preserved. Openings below the rounded tip and a small protrusion at the outside end of the slender and curved tube are characteristic for catheters (Fig. 9 c). The latter one helped to direct the tip into position inside the body. Soberly thinking doctors sensibly bought instruments which could be used in most cases.



Fig. 8 – Cupping Vessels, from the Burial of a Surgeon, Bingen, 1st century AD. Bingen, Historisches Museum am Strom. Photograph Römisch-Germanisches Zentralmuseum Mainz

Two highly sophisticated instruments presuppose certain technical inventions which were made no earlier than in Hellenism, – the piston pump and the screw spindle. In the 3rd century BC the mathematician and engineer Archimedes of Syracuse constructed the 'spiral (*kochlías*) of Archimedes'. The endless spiral afterwards was widely used as a water lifting device. Well preserved examples have been found in the mines of El Centenillo, Santa Barbara and Sotiel Coronada. In the same field, the moving of water, the piston pump with valves was developed. The mines of Sierra de Cartagena and again Sotiel Coronada have furnished well preserved examples. It took some more time and some technical shrewdness until the everyday metal screw eventually came into use. Eye problems were omnipresent in antiquity, and they were attended by the eye doctors. The *medici ocularii* Albanius Artemidorus in Gades/Cádiz (CIL II 1737) and M. Fulvius Icarus at Ipagrum/Procuna (CIL II 5055) – both towns are situated in the Baetica – have certainly not been the only ones on the Iberian Peninsula. Opposite, on the southern shore of the Mediterranean in Caesarea Mauretania C. Terentius Demosthenes practiced as *medicus ocularius – iatrós ophthalmikós*. His funerary inscription was written in Latin (CIL VIII 21105) and Greek as well. The frequent grey cataract of the eye was eventually treated by couching the lens with a cataract needle, as in modern times. That has been, and still is, a risky opera-

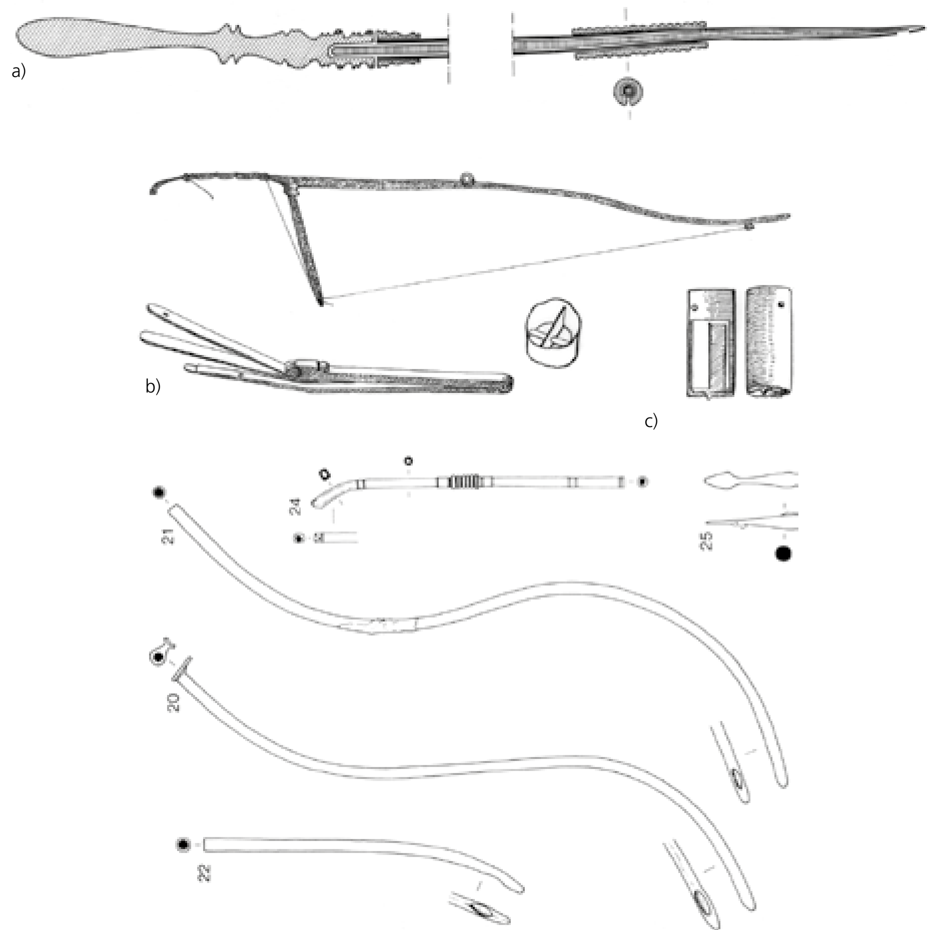


Fig. 9 – a) Cataract Needles for Glaukoma, 1st century AD. After Künzl, Jahrbuch Römisch-Germanisches Zentralmuseum, Mainz, 32, 1985, p. 444 fig. 4; b) Trepan, from the Burial of a Surgeon, Bingen, 1st century AD. Bingen, Historisches Museum am Strom. After Krug (1993) p. 99 fig. 39; c) Catheters, 1st century AD. London, British Museum. After Jackson (1986) p. 127 fig. 3

tion. The doctor has to take care that the tip of the cataract needle is inserted only so far, that the cloudy lens may be pressed down. The profile in the middle of the needle's shaft again provided a secure grip. Without his lens the patient was not sharp-sighted any more but his sight was brighter. More dangerous was the glaucoma caused by high pressure in the interior of the eyeball. The liquid was in a sense 'pumped' out by an intricate cannula, – a masterpiece of bronze manufacture. The cannula consisted of two needles, a hollow one and an exactly fitting needle inside (Fig. 9 a). When the interior needle was withdrawn, the liquid inside of the eye was pumped and drained through the hollow needle. No surprise that only a lucky incident has preserved a set of cataract needles, almost brand new. A *medicus ocularius* lost his instruments when crossing the river Saône in France, so they were preserved in the water in pristine condition.


Fig. 10 – Gynecological Speculum, Mérida, Museo Arqueologico Nacional 32.643. Photograph Ceferino López

An important field of medicine as well is gynecology. It concerns two human lives at the same time, that of the mother and of the child. For an intrauterine exploration and, in the worst case, surgery, there were gynecological specula. Their technical finesse and their looks are stunning, even nowadays. Other than the instruments discussed until now, the *specula* had movable parts and were conceived for a moving mechanism. The metal screw which set the parts in motion was a challenge for the bronze workers, and their methods of approach are still visible. The thread of the screw was made by filing, or by soldering bronze threads onto the axle, or chiseled. Nevertheless, several specula have been found, in Pompeii, in Augusta Emerita/ Mérida (Fig. 10) and elsewhere. With their locking screw they are technical masterpieces.

Until now no workshop for medical instruments has been located. For scalpels there had to be two different workshops working together. In Roman time arts and crafts were divided into different branches. Foremost metalworkers were organized according to the metal they worked in, as *aurifex*, or *argentarius* or *faber ferrarius* – gold, silver or iron. Therefore, a *faber aerarius* did cast the bronze handles, and a *faber ferrarius*, in particular the *cultrarius*, the cutler made the blades. The parts were assembled, the blades fitted into the socket and soldered and the scalpel eventually sold in one of these workshops or elsewhere. Considering the medical instruments in the Roman Empire between Lusitania and Syria, it surprises how similar they are, how equal in appearance and in technical standards. The scalpel handles from Munigua in the Baetica (Fig. 11 a) demonstrate the same professional standards as those from Bingen (Fig. 3), Pompeii or Greece. Workshops all over the Roman Empire were familiar with the demands of a doctor who worked according to «the rules of the art». But a tiny human weakness is shining through professionalism. Some of the instruments, foremost scalpel handles are decorated with inlaid ornaments in silver or copper (Fig. 11 b). This is more for show, and less for hygiene. After all, doctors are human, too.

To return once more to gynecology, – for the normal course of nature there were midwives, *maía* or *obstetrix*. Of course, these women had a vast experience in their field. But women were capable to acquire medical knowledge, too, and called themselves *iatrós*, «doctor» and midwife in one. Phanostrate from Acharnai in Attica (IG II-III² 6873) had achieved this title and writes it in its male version. The inscription on her grave relief praises her, because she never had inflicted pain. Mousa from Byzantion (Samama 310) on the other side calls herself *iatreíne*

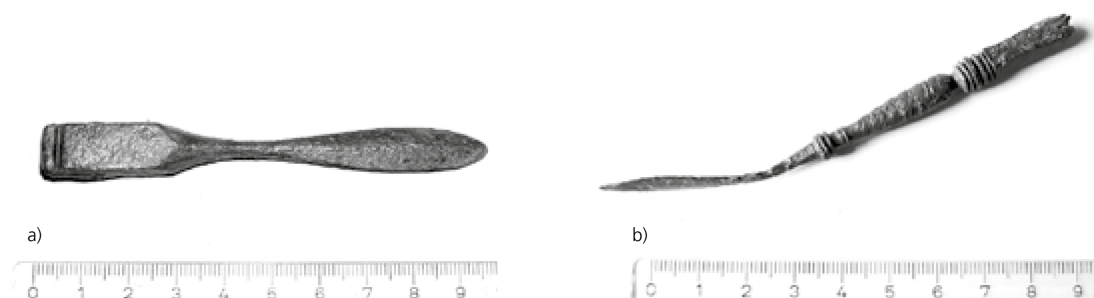


Fig. 11 – Scalpel Handles from Munigua, 1st century AD. Sevilla, Museo Arqueologico Nacional. Photograph Author

– «female doctor». The scroll in her hand indicates that she has acquired her art by studying books as well. Scribonia Attice in Ostia is depicted in the modest relief on her tomb while practicing her profession, – she is delivering a baby. She was married to M. Ulpius Amerimnus, and they twosome worked together as *obstetrix* and *chirurgus*. The same connection by profession and marriage had Irene and Faustus in Thubursicum Numidarum/Khamissa in Algeria (CIL VIII 4896). The city of Tlos in Lycia permitted Antiochis, daughter of Diodotos, to erect herself – and on her own expenses – a statue «on behalf of her proven *téchne*» (Samama 280). Cassius Philippus in Augusta Emerita/Mérida erected a tomb monument for Iulia Saturnina, his «incomparable spouse and best *medica*» (CIL II 497). These and other documents show that women had made themselves at home in the medical profession, in fact with an academic background and – *lege artis*.

Among the doctors one should at least give a minute of attention to the veterinary. On a farm, a *villa rustica*, it was a matter of economy to have a *medicus veterinarius* taking care of the livestock. The armed forces had a cavalry, *Alae* or *Cohortes equitatae*, where the condition of the horses was decisive for warfare. In addition, there were horses and mules for transport in the train and a certain number of livestock for provisions. A *medicus pecuarius* belonged to the *immunes*, the non-fighting members of the army. Special care received the horses, preferably those for chariot race in the circus. For these valuable animals developed the branch of the *medicus equarius* or *hippiatrós*. These *medici* had at their disposal an extensive literature, too. Works on agriculture as *De re rustica* of L. Iunius Moderatus Columella, who was a native of Gades/Cádiz, contained chapters on veterinary medicine. By the way, Columella does mention «invisible little critters» – *animalia* – which rise out of swamps and cause sickness.

Part of the work of the veterinarian was the castration of male animals, partly for increasing the flesh, partly for having more docile animals like geldings and oxen for work. Castration of men was unlawful, but, of course, was practiced illegally. Castrates were sought after as singers, dancers or 'object of desire'. Some of the oriental cults as that of Magna Mater/Kybele demanded of their followers self-

-castration, offered in ecstasy. A reminder of this ritual is a serrated bronze clamp amply decorated with busts of oriental deities and found in the river Thames within London (Fig. 12 a). That clamp was not meant for actual use, its weight is exactly one kilogram. The purpose of these clamps was to secure the bleeding wound after the cut. For everyday surgery a split reed or log of wood would do. In rare cases a wooden clamp is preserved among the rubbish of a *villa rustica*. The grave relief of a Gallo-Roman *medicus equarius* in Aix-en-Provence/France depicts a big serrated clamp between two horses. The «*hippiatrós* of the emperor» Eutychos from Rheneia in the Aegean is holding such a clamp in his right hand (Fig. 12 b).

In inscriptions occur frequently the Roman *tria nomina*, but with a Greek *cognomen*. That has sometimes led to the conclusion that all these doctors were freedmen, *liberti*. That is true but only to a degree. It was not necessary to have been at first slave, or prisoner-of-war, to become eventually a free citizen of non-roman birth. Roman citizenship with its precious advantages was granted on conditions, doctors were preferred. Therefore C. Iulius Caesar bestowed citizenship on all doctors mostly of Greek origin working in Rome. Doctors were also welcome as *peregrini* – non- citizens with permission to live and work in the cities. Nevertheless, there were actually freedmen among the doctors, but this did not affect their practice. At first as serf, as *servus*, and later as freedman, *libertus*, a doctor was mem-

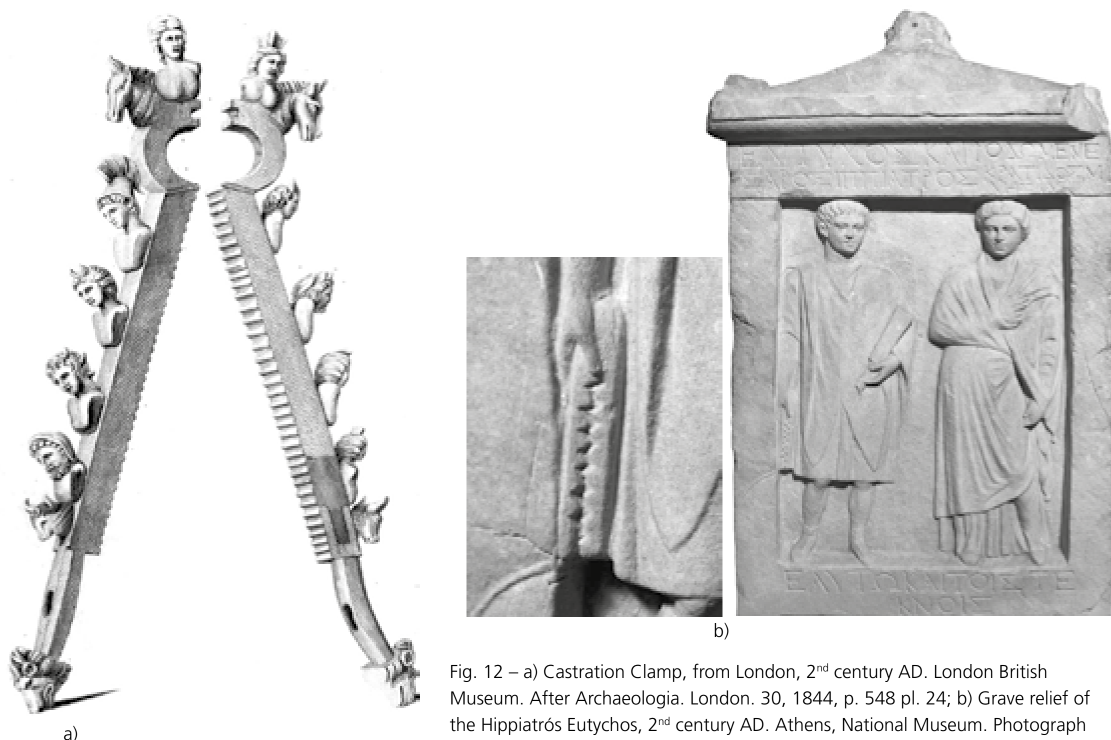


Fig. 12 – a) Castration Clamp, from London, 2nd century AD. London British Museum. After Archaeologia. London. 30, 1844, p. 548 pl. 24; b) Grave relief of the Hippiatrós Eutychos, 2nd century AD. Athens, National Museum. Photograph Hans Rupprecht Goette

ber of his patron's family. Sometimes the *patronus* had taken care of his education, too. The wealth of the *liberti* was proverbial, and in addition they received together with their manumission full Roman citizenship. Claudius Apollinaris of Tarraco/ Tarragona, «most learned in the art of medicine» is called on his tombstone, erected by his wife Iulia Rhodiane, «freedman and heir» of T. Claudius Onitus (CIL II 4313). The *medicus* P. Sicinius Eutychus from Dianium in the Tarraconensis (CIL II 3593) has been freedman of his patron presumably of the same name.

We also have the *medicus servus*, either the 'slave as doctor' or the 'doctor for slaves'. The discussion is flawed to a degree by modern ideologies and emotions. The freedman working as a doctor and *lege artis* has been unfree before. The *medicus* Eucratus in Carnuntum in Pannonia had died at the age of 25. In the memorial inscription of his tomb he is called *servus* of the doctor L. Iulius Euthemus, who being his *dominus* had made this modest commemoration «on behalf of Eucratus' merits» (CIL III 1929,215). Obviously Eucratus had died too young to be manumitted, but these few words show familiar bonds and a warm sympathy between master and slave, teacher and pupil. The «houseborn slave» Loukios in Lykia dedicated an inscription to Asklepios on behalf of the doctor Trophimos (Samama 274), who had treated him, the slave, free of charge. The commitment in the Oath of Hippokrates, to act only to the benefit of the sick and to abstain from the harmful, includes *expressis verbis* the free and the nonfree patients.

These laudable ethics do not exclude the question: what are the earnings of a doctor? Quite a lot, if he was a good doctor and worked to the rules of the art. The physician Som(b)rotidas, son of Mandrokles (Samama 511), erected at the beginning of the 6th century BC in Megara Hyblaia in Sicily the almost lifesize marble statue of a *koúros*, a standing youth. He certainly has not been a poor man. This type of statue had been in Greece in the archaic period the appropriate dedication of noble and wealthy families. Considering the importance of medical care for cities and smaller communities the question arose, where and how to get a good doctor? The frequent biting jokes and comments of comedians and satirical writers demonstrate that the opposite, the quack and the bad doctor existed, too. Since there was no state controlled study and approbation, a good reputation acquired with good teachers and successful practice was the best and only recommendation. Therefore, the city of Gortyn in Crete turned to the famous Asklepieion of Kos for advice and was most content with the physician Hermias who followed the bid. On principle, the doctor was paid a *misthós*, a *salarium* after a successful treatment. Wealthy patients in high positions, and especially the emperors of Rome, paid their doctors in addition large sums and gifts as *honorarium*. For C. Stertinius Xenophon, famous doctor from Kos, even this was too little. When asked to be the personal doctor of the emperor Tiberius, he complained the loss of money he otherwise earned with his private patients.

Large cities and places where wealthy people lived therefore attracted numbers of doctors. Small towns on the other side faced the problem how to make a doctor set up his residence within the community. Offering privileges as property or citizenship helped to attract a qualified doctor, and his *salarium* could be increased by a collection among the citizens.

But, on the other side, the demand '*Richesse oblige*' applied to doctors as well as to any wealthy citizen in the ancient world. Everybody wished to be free of onerous taxes. This was opposed by the tradition of *Euergesía* and *Philanthropía*. Rich people were often exempt from taxes but obliged to spend a considerable part of their fortune in public interest. The demands 'they couldn't possibly decline' included great buildings as temples, baths, theaters, as well as statues, lavish offerings or public games. The Curia of Sufetula/Sbeitla in Tunisia honors the physician Qu. Iulius Rogatianus (CIL VIII 11345) with a tomb monument for he had served the city in the office of an *aedilis* and as a doctor and had lavishly endowed the games. In Pax Iulia/Beja the *medicus* of the city dedicated an inscription to Asklepios (CIL II 21) on behalf of the *ordo decurionum*, to which he had belonged himself for a long time. But it was permitted to the donor to commemorate his *Euergesía* by erecting a statue of himself. In many Greek cities citizens tried to escape this oppressive 'voluntariness'. The more the cities honored those who stood up to their obligations. C. Stertinius Xenophon, already mentioned and otherwise a questionable, but extremely wealthy person, dedicated to the renowned Asklepieion of Kos a library, a small temple and waterworks. And, furthermore, he redeemed the right of asylum for the sanctuary and achieved tax exemption for the city of Kos as well. Similarly Herakleitos of Rhodos – we have already met him as the »Homerus of the medical poem» – had erected in his adopted home city Rhodiapolis a library, too, and statues for the healing gods (Samama 289). In return he received wreaths of gold, statues of himself and honorary decrees to make him immortal, at least for archaeologists. For other doctors it was satisfaction to do their work «*lege artis* – to the rules of the art» and in the ethics of the Oath of Hippokrates (Fig. 13).



Fig. 13 – Relief for a Heroized Doctor, 1st century BC. Staatliche Museen zu Berlin, Antikensammlung SK 804. Photograph Johannes Laurentius

BIBLIOGRAPHY

BLIQUEZ, L. J. (2003) – The Hippocratic surgical instrumentarium. A study in nomenclature. *Medicina nei secoli*. Roma. 15, p. 403-440

BLIQUEZ, L. J. (1994) – *Roman surgical instruments and other minor objects in the National Archaeological Museum of Naples.* Mainz: Philipp von Zabern.

BOYER, R. (1990) – Découverte de la tombe d'un oculiste à Lyon (Fin du IIe siècle après J.-C.). Instruments et coffret avec collyres. *Gallia.* Paris. 47, p. 215-249

BROTHWELL, D.; SANDISON, A. T. (1967) – *Diseases in Antiquity. A survey of the diseases, injuries and surgery of early populations.* Springfield: Charles C. Thomas. Ill.

FEUGÈRE, M. -E.; WEISSER, U.; – Künzl, E. (1985) – Les aiguilles à cataracte de Montbellet (Saône-et-Loire). *Jahrbuch Römisch-Germanisches Zentralmuseum*. Mainz. 32, p. 436-508

FISCHER, K.-D. (1979) – Zur Entwicklung des ärztlichen Standes im römischen Kaiserreich. *Medizinhistorisches Journal*. Stuttgart. 14, p. 165--175.

GOURÉVITCH, D. (1984) – *Le mal d'être femme. La femme et la médecine à Rome*. Paris: Les Belles Lettres.

GRMEK, M. (1983) – Les *maladies à l'aube de la civilization occidentale.* Paris: Payot.

GRMEK, M. (1989) – *Disease in the ancient Greek world*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

HILLERT, A. (1990) – *Antike Ärztedarstellungen.* Frankfurt a.M.: Peter Lang.

JACKSON, R. (1986) – A set of Roman medical instruments from Italy. *Britannia.* London. 17, p. 119-167.

JACKSON, R. (1988) – *Doctors and Disease in the Roman Empire.* London: British Museum Publications.

JACKSON, R. (1993) – Roman medicine: the practitioners and their practices. In *Rise and Decline of the Roman World II.*, Vol. 37:1. Berlin: de Gruyter. p. 79-101.

KRUG, A. (1993) – *Heilkunst und Heilkult. Medizin in der Antike*. 2nd ed. Munich: C. H. Beck.

KUDLIEN, F. (1986) – *Die Stellung des Arztes in der römischen Gesellschaft. Freigeborene Römer, Eingebürgerte, Peregrine, Sklaven, Freigelassene als Ärzte*. Wiesbaden: Franz Steiner.

KÜNZL, E. (1982) – Medizinische Instrumente aus Sepulkralfunden der römischen Kaiserzeit. *Bonner Jahrbücher*. Bonn. 182, p. 1-131

KÜNZL, E. (2002a) – *Medizinische Instrumente der römischen Kaiserzeit im Römisch-Germanischen Zentralmuseum*. Mainz: Verlag Römisch--Germanisches Zentralmuseum.

KÜNZL, E. (2002b) – *Medizin in der Antike. Aus einer Welt ohne Narkose und Aspirin*. Stuttgart: Theiss.

VASCONCELLOS, J. L. (2008) – *Medicina dos Lusitanos*. Introduction M. S. Barroso Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

MAJNO, G. (1975) – *The Healing Hand. Man and wound in the ancient world.* Cambridge, MA: Harvard University Press.

NUTTON, V. (1977) – Archiatri and the medical profession in antiquity. *Papers British School at Rome*. London. 45, p. 191-226.

NUTTON, V. (2004) – *Ancient Medicine*. London: Routledge.

RÉMY, B. (1991) – Les inscriptions de médecins dans les provinces romaines de la Péninsule Ibérique. *Revue des Etudes Anciennes*. Bordeaux. 93, p. 321-364.

SAMAMA, E. (2003) – *Les médecins dans le monde grec. Sources épigraphiques sur la naissance d'un corps medical.* Genève: Librairie Droz. (Hautes etudes du monde gréco-romain; 31).

WELLS, C. (1964) – *Bones, Bodies and Disease*. London: Thames and Hudson.

A fauna mamalógica da *villa* romana das Almoinhas (Loures)

CLÁUDIA COSTA*

RESUMO

Apresenta-se o estudo dos restos faunísticos recuperados nas intervenções do Museu Municipal de Loures nos anos de 1995 a 1999 na *villa* romana das Almoinhas em Loures, nos arredores de Lisboa. Os restos faunísticos provêm, na esmagadora maioria, do sector de intervenção V que foi interpretado pela equipa de arqueologia como um local de lixeira.

A leitura dos dados aponta para o domínio do espectro doméstico, encabeçado pelos ovinos e caprinos, e, com menor expressividade numérica, dos bovinos e suínos. Neste panorama a caça parece ser de pouca importância.

Observa-se uma economia local fortemente ruralizada, com base na exploração de mamíferos domésticos e possíveis práticas de algumas actividades artesanais de aproveitamento do osso e, eventualmente, das peles como matérias-primas.

Palavras-chave: *Villa* das Almoinhas – ocupação romana – zooarqueologia – paleo-economia.

ABSTRACT

This article presents the study of the faunal remains recovered in the Loures Municipal Museum's interventions carried out over the years 1995 to 1999 at the Roman villa of Almoinhas, Loures, in the outskirts of Lisbon. The faunal remains result mainly from sector of intervention V, which has been interpreted as a remnant deposit by the archaeology team.

* Doutoranda da Ualg. Bolseira da FCT. E-mail: ccordeirocosta@gmail.com

The reading of the data points to the predominance of the domestic spectrum, headed by the ovine and caprine species, and, less expressively, the bovine and swine. In this context, hunting seems to be of little importance.

One observes a strongly ruralized economy based on the exploration of domestic mammals and the probable practice of craft activities, such as the use of bone, and eventually the skins as raw materials.

Keywords: Villa of Almoinhas – Roman occupation – Zooarchaeology – Palaeoeconomy.

1. INTRODUÇÃO

O presente contributo tem como objectivo a apresentação dos resultados referentes ao estudo dos restos da fauna mamalógica recolhidos durante as intervenções arqueológicas levadas a cabo entre os anos de 1995 e 1999 na *Villa* romana das Almoinhas, pelo Museu Municipal de Loures, sob a responsabilidade de Ana Cristina Oliveira[1]. O sítio arqueológico localiza-se na freguesia e concelho de Loures (nos arredores de Lisboa) e caracteriza-se por diversos vestígios materiais compostos por estruturas e artefactos datados do período romano.

O conjunto de estruturas escavadas durante as campanhas de escavação supra referidas, entre as quais as funerárias, mas também a base de tanque, a lixeira e outras construções pétreas que formavam compartimentos indiferenciados (Oliveira, 2000), permitiu a interpretação do sítio arqueológico como a parte integrante de uma *villa rustica* (Oliveira *et al*, s. d.). A atribuição cronológica foi estabelecida com base na análise artefactual, apontando para o intervalo de tempo compreendido entre o século III e século IV d. C. (Idem, *ibidem*).

O conjunto faunístico aqui analisado é constituído pelos restos de mamíferos provenientes das unidades estratigráficas escavadas nas diferentes campanhas que se desenvolveram nos sectores I, IV, V e VI.

[1] Agradecemos à Dr.ª Ana Cristina Oliveira a confiança em nós depositada para proceder ao estudo da colecção arqueofaunística das Almoinhas, bem como a disponibilidade demonstrada em facultar bibliografia e informações de apoio. O conjunto encontra-se em depósito no Museu Municipal de Loures.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os diversos conjuntos recuperados durante a escavação dos sectores I, IV, V e VI da *villa* das Almoinhas, compõem um total de 3952 restos de mamíferos e, em menor número, de aves, répteis e peixes que não serão abordados nesta contribuição.

Os restos de mamíferos aos quais foi possível a atribuição do *taxon* foram alvo de uma primeira triagem com recurso a atlas e manuais de identificação (Hillson, 1990, 1999; Barone, 1976; Schmid, 1972). Posteriormente, procedeu-se à identificação taxonómica através da Colecção de Referência do Laboratório de Arqueozoologia do actual IGESPAR[2]. Os ossos inclassificáveis segundo a espécie foram integrados em três categorias de animais por tamanho, tendo por base a observação das dimensões e espessura da tábua óssea: animal de grande porte; animal de médio porte e animal de pequeno porte (AGP, AMP e APP, respectivamente). A pertinência deste procedimento relaciona-se com o cruzamento, à posteriori, das frequências de cada categoria com o número de restos identificados especificamente.

A prossecução de um trabalho de estudo de fragmentos de ossos de animais de um determinado contexto arqueológico encerra, na maior parte das vezes, determinados problemas sobrevindos das condições da colecção, cujos ossos se apresentam, na quase totalidade, truncados e partidos. Assim, a identificação taxonómica frequentemente só é possível através da implementação de algumas metodologias específicas, nomeadamente as biométricas, que ajudem à distinção das respectivas espécies, especialmente no que diz respeito à discriminação de espécies ou sub-espécies muito próximas do ponto de vista da morfologia do esqueleto. A fiabilidade destes resultados é tanto mais segura quanto maior for a colecção e quanto mais elementos mensuráveis estiverem disponíveis, permitindo a aplicação de métodos estatísticos. Infelizmente a colecção das Almoinhas não reunia tais condições, pelo que nos foi impossível a implementação destes procedimentos. O melhor exemplo desta situação são os grupos dos ovinos e dos caprinos, que são dois *taxa* morfologicamente semelhantes, pelo que, à falta de elementos distintivos seguros, são agrupados, neste estudo, num único grupo morfológico – *Ovis/Capra*. Outro grupo de ungulados cuja distinção é complicada consiste no grupo dos suínos. O desenvolvimento de estudos biométricos aos restos arqueofaunísticos de *Sus* sp. demonstraram que o javali ibérico possui dimensões muito próximas do porco doméstico (Albarella *et al*, 2005), pelo que os restos atribuídos a este grupo foram classificados apenas ao nível do género – *Sus* sp..

[2] Agradecemos a total disponibilidade dos elementos daquele laboratório na concessão do acesso à osteoteca e na ajuda e esclarecimento de dúvidas referentes à identificação dos restos.

Quanto à determinação etária foi efectuada de forma genérica através da observação do estado geral de maturidade dos ossos, nomeadamente com a observação do grau de fusão das epífises dos ossos longos e análise superficial dos estados de maturação da dentição e desgaste do esmalte. Os ossos foram assim classificados por fases etárias segundo a maturidade: infantis (in), juvenis (ju), adultos (ad) e senis (se). Estas observações, não pretendendo ser exaustivas, servem, simplesmente, como meros indicadores sobre a tendência genérica de idade de abate dos diferentes animais.

No que concerne à quantificação são apresentados o Número de Restos Determináveis por cada espécie (NRDt) e, no caso do conjunto do sector V, o mais numeroso e com melhores condições de preservação, é ainda apresentado o Número Mínimo de Indivíduos (NMI).

3. ESTADO DOS CONHECIMENTOS SOBRE OS RECURSOS ANIMAIS NO PERÍODO ROMANO EM PORTUGAL

O primeiro estudo conhecido sobre auqreofaunas do período romano em Portugal remonta ao ano de 1992 quando T. Antunes e C. Maurer-Chauvé disponibilizam a lista taxonómica de mamíferos e aves recolhidos durante a escavação da Quinta do Marim (Olhão). O sítio foi interpretado como um complexo de produção de *garum* com duas fases de ocupação: uma datada da segunda metade do século II d. C. e a segunda com cronologia que se estende entre o final do século IV e inícios do V d. C. A leitura dos dados aponta para a baixa frequência de animais caçados, e para diferenças na exploração dos recursos domésticos entre as duas fases de ocupação: na primeira domina o porco doméstico que, por outro lado, se encontra ausente da segunda fase cronológica, dominada pela criação de gado caprino (Antunes e Maurere-Chaviré, 1992).

Em 1993, J. L. Cardoso publica o estudo da fauna de mamíferos do porto romano da Ilha do Pessegueiro com datações que se estendem entre a primeira metade do século I d. C. e os finais do século IV e inícios do V d. C.. Neste sítio parecem dominar os restos de veado e coelho, o que foi interpretado como prova da importância da caça na economia daquela comunidade. Percentagem idêntica tem o conjunto dos ovinos/caprinos, com especial predominância das ovelhas. O boi doméstico assume uma presença vestigial (Cardoso, 1993).

Deste autor é também o estudo da fauna de mamíferos da Casa dos Repuxos e outros contextos de Conímbriga. Todavia, segundo se refere no próprio artigo, os conjuntos provenientes dos locais «Bico da Muralha» e «Locais diversos» são oriundos de escavações antigas, sem controlo estratigráfico e sem metodologia de recolha conhecida, ao contrário do que acontece com a fauna originária da «Casa dos Repuxos» cujo contexto está bem datado. Não obstante, a leitura dos dados

disponíveis aponta para o domínio do boi doméstico em todos os locais seguido pelos ovinos/caprinos. O veado constitui a espécie selvagem melhor representada (Cardoso, 1995, p. 305).

Em 1999/2000 M. MacKinnon publica um estudo do conjunto de fauna recuperada na *villa* de Torre de Palma (Monforte), disponibilizando não só a listagem taxonómica mas também a respectiva integração sócio-económica. Os resultados apontam para o domínio, em número de restos, dos ovinos/caprinos e dos porcinos, estando o veado também bem representado. A leitura dos dados revela um regime pecuário misto, repartido entre a criação de gado ovino, caprino, porcino e bovino, embora a caça ao javali, veado e coelho fosse também uma actividade bastante expressiva (MacKinnon, 1999/2000,).

Mais recentemente Cardoso e Detry disponibilizaram o estudo dos restos de mamíferos e aves recolhidos numa lixeira datada da segunda metade do século IV d. C. da *villa* da Quinta das Longas (Elvas). A frequência de ossos de mamíferos aponta para o predomínio de porcos, bovinos e veado. As aves estão dominadas pelo galo doméstico, ganso e perdiz-vermelha (Cardoso e Detry, 2005).

S. Davis estudou numa perspectiva diacrónica a fauna recolhida nas diversas campanhas de escavação levadas a cabo na Alcáçova de Santarém, desde os níveis datados da Idade do Ferro até ao período medieval. Na fase correspondente à época romana a criação de animais domésticos como porcos, ovinos/caprinos e bois seria a principal actividade económica (Davis, 2006).

Na região norte do país os dados são mais escassos. Conhecem-se os dados dos conjuntos arqueofaunísticos recolhidos durante as intervenções arqueológicas realizadas nas *villae* com ocupação tardo-romana do Prazo, Rumansil I e Zimbro II, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, na região do Alto Douro. A leitura dos dados demonstra que o grupo dos ovinos/caprinos domina os conjuntos em número de restos e o espectro selvagem é notoriamente marginal (Costa, 2008 e 2009).

O desenvolvimento das correntes teóricas designadas como pós-processualistas tem incentivado, recentemente, o debate sobre a importância do estudo dos restos de fauna e a pertinência da problematização da sua interpretação. A tomada de consciência de que todos os restos ósseos de animais recolhidos nos contextos arqueológicos não significam apenas «carne consumida», marca um ponto de viragem (Morales Muñiz, 1990; O'Connor, 1996; Marciniak, 1999; Landon, 2005 e Bicho, 2006). Assiste-se, então, ao incremento da investigação relacionada com o carácter social da relação do Homem com o Animal nas suas mais variadas e complexas vertentes.

A criação em Portugal de um laboratório de Arqueozoologia no âmbito do Programa CIPA, no início dos anos 2000, veio introduzir novas formas de interpretar as arqueofaunas portuguesas. O desenvolvimento da investigação em «zoo-

arqueologia cultural» será o melhor exemplo da implementação em Portugal destas novas correntes teóricas. No âmbito dos contextos romanos esta perspectiva foi aplicada ao estudo do aerofone que se encontra exposto no Museu Monográfico de Conímbriga, sobre ulna direita de grifo (Moreno-Garcia e Pimenta, 2004; Moreno-Garcia e Davis, 2007, p. 83).

Também em 2006 se publicou um estudo sobre a associação de faunas rituais, no caso partes esqueléticas de burro (*Equus asinus*), a um núcleo de incineração da necrópole romana de *Olisipo*, no Martim Moniz, em Lisboa (Costa, Duarte e Muralha, 2006).

Ainda no âmbito do trabalho desenvolvido pelos elementos do laboratório de Arquezoolologia, foi introduzida em Portugal uma linha de investigação até então inédita que se relaciona com o estudo do melhoramento de raças de animais domésticos em diferentes períodos históricos, desde a Idade do Ferro até à época medieval (Velenzuela-Lamas, Detry e Davis, 2010; Davis e Moreno-Garcia, 2007) e introdução de determinadas espécies em períodos históricos, como é o caso do gamo em período romano (Davis e MacKinnon, 2009).

4. A FAUNA DA VILLA DAS ALMOINHAS

4.1. Sector I

O Sector I corresponde a uma área periférica do sítio arqueológico cujas escavações revelaram uma estratigrafia revolvida (Oliveira, 2001, p. 76), tendo sido por isso abandonada no início dos trabalhos. No entanto, foram recolhidos três fragmentos ósseos: dois fragmentos de ossos longos pertencentes a um animal de grande porte e um fragmento de escápula esquerda de *Bos taurus* (boi doméstico).

4.2. Sector IV

No sector IV foi detectado um conjunto de estruturas cujo significado não foi ainda esclarecido, juntamente com a base de um tanque forrado a *opus sig-*

	Ovis/Capra	*Bos taurus*
Molar indeterminado fragmentado	1	
Mandíbula direita	1	
Escápula direita		1
Fragmento de pélvis de lado indeterminado		1
Total	2	2

Quadro 1 – Espécies de mamíferos representadas no sector IV.

ninum, provavelmente destinado à salga ou à tinturaria (Oliveira, 2000, p. 471). O espólio faunístico proveniente deste contexto é escasso, sendo composto por apenas 17 fragmentos dos quais apenas 4 reuniam condições passíveis de identificação taxonómica. As espécies representadas são apenas os ovinos/caprinos e o boi (Quadro 1).

4.3. Sector V

A intervenção do sector V revelou uma estrutura em negativo, escavada no substrato pré-existente, cujos limites não foram estabelecidos pelas campanhas arqueológicas levadas a cabo pelas intervenções da Câmara Municipal de Loures. A sequência estratigráfica e as condições dos artefactos exumados, levaram a equipa de arqueologia a interpretar esta estrutura como parte de uma zona de acumulação de desperdícios (Oliveira, 2000, p. 474). É deste sector que provem a esmagadora maioria dos restos faunísticos estudados, perfazendo um número total de 3744 restos. Deste total apenas 589 elementos reuniam condições passíveis de identificação taxonómica, o que representa, apenas, cerca de 15,8% da amostra total disponível.

Conforme se poderá observar no Quadro 2, as espécies da classe dos mamíferos são os ovinos/caprinos, a cabra, o bovino doméstico, os suínos, o cão, o veado, o coelho, o cavalo e um elemento de indivíduo do género *Rattus* sp. (rato).

Na amostra identificada, a espécie melhor representada em número de restos é o grupo *Ovis/Capra* perfazendo um total de 337 fragmentos ósseos. A observação de conjunto revela uma distribuição equilibrada das diferentes partes anatómicas o que sugere a probabilidade destes animais serem abatidos, a sua carcaça desmanchada e a sua carne consumida neste local, podendo mesmo admitir-se a possibilidade de terem sido criados aqui.

Segue-se o grupo dos suínos (*Sus* sp.) com um total de 112 restos identificáveis, distribuídos de forma mais ou menos equilibrada pelas diferentes secções anatómicas. Este grupo é seguido pelos bovinos domésticos (*Bos taurus*) cujos restos identificáveis constituem o número de 107 elementos, apontando para a existência de um número mínimo de 4 indivíduos. Tal como se pode verificar para os outros grupos estão equilibradamente representadas as diferentes partes anatómicas.

O cão (*Canis familiaris*) é representado por 17 elementos que compõem as extremidades dos membros, além de um molar de lado indeterminado, apontando para a existência de um único indivíduo, enquanto que o coelho (*Oryctolagus cuniculus*) se encontra representado por apenas sete elementos, representando ambos indivíduos adultos.

O veado (*Cervus elaphus*) encontra-se representado por apenas cinco restos que pertencem a indivíduos adultos, destacando-se o acentuado desgaste exibido

	Ovis/ Capra	*Capra hircus*	*Bos taurus*	*Sus* sp.	*Equus* sp.	*Cervus elaphus*	*O. cuniculus*	*Canis familiaris*	*Rattus* sp.
Fragmentos de haste		1	27			1			
Crânio			4						
Dentes soltos	103		16	57	1			1	
Maxilar direito	10			2		1			
Maxilar esquerdo	6			1					
Maxilar de lado indeterminado	2								
Mandíbula direita	22		2	5			1		
Mandíbula esquerda	15		2	9					
Frag de mandíbula de lado indeterminado	5			3			1		
Atlas	1								
Áxis	4			3					
Escápula direita	13		2	2					
Escápula esquerda	5		1	3					
Frag de escápula de lado indeterminado	4		2						
Úmero esquerdo	1								
Epífise proximal de úmero direito	1								
Diáfise de úmero direito	5			1					
Diáfise de úmero esquerdo	6		3	5		1			
Diáfise de úmero de lado indeterminado	2								
Epífise distal de úmero direito	5		1						
Epífise distal de úmero esquerdo	1						1		
Epífise distal de úmero (lado indeterminado)	2		1						
Diáfise de úmero direito	2								
Diáfise de úmero esquerdo	2								
Diáfise de úmero de lado indeterminado	1		1						
Rádio direito							1		
Epífise proximal de rádio direito	1		1						
Epífise proximal de rádio esquerdo	1		1						
Diáfise de rádio direito	6		3	1					
Diáfise de rádio esquerdo	7		2						
Diáfise de rádio de lado indeterminado	6								
Epífise distal de rádio direito			1						
Epífise distal de rádio esquerdo	1								
Epífise distal de rádio de lado indeterminado			1						
Ulna direita	1		1						1
Epífise proximal de ulna esquerda	1								
Diáfise de ulna direita				3					
Diáfise de ulna esquerda	1								

→

Escafóide direito			1						
Grande cuneiforme esquerdo			1						
Semilunar direito			1						
Piramidal direito								1	
Metacárpico esquerdo	1								
Epífise proximal de metacárpico direito	1								
Epífise proximal de metacárpico esquerdo									
Diáfise de metacárpico direito	1								
Diáfise de metacárpico esquerdo	3								
Diáfise de metacárpico (lado indeterminado)	5								
Epífise distal de metacárpico esquerdo	1								
Metacárpico II de lado indeterminado				1					
Metacarpico III de lado indeterminado								1	
Matacárpico IV de lado indeterminado								1	
Metacárpico V de lado indeterminado								2	
Pélvis direito	17		2						
Pélvis esquerdo	12		4						
Frag de pélvis de lado indeterminado	3		3						
Fémur esquerdo	1								
Epífise proximal de fémur esquerdo	1								
Diáfise de fémur direito	1								
Diáfise de fémur esquerdo	1								
Epífise distal de fémur direito	1								
Tíbia direita							1		
Epífise proximal de tíbia direita							1		
Epífise proximal de tíbia esquerda	1		1						
Diáfise de tíbia direita	5		1				1		
Diáfise de tíbia esquerda	7		1						
Diáfise tíbia lado indeterminado			1						
Epífise distal de tíbia direita	1								
Epífise distal de tíbia esquerda	2								
Epífise distal de tíbia (lado indeterminado)	2								
Fíbula				1					
Diáfise de fíbula				2					
Calcaneum direito	2		1						
Calcaneum esquerdo	2								
Astrágalo direito			1	1					
Astrágalo esquerdo	1		2						
Astrágalo de lado indeterminado	1								
Naviculo-cubóide direito			1						
Navicular direito				1					
Metatársico direito	1								

→

Metatársico esquerdo	2					1			
Epífise proximal de metatársico esquerdo	1								
Diáfise de metatársico (lado indeterminado)	11								
Frag de metápodo indeterminado	3			1					
Côndilo	1		1						
Sesamoideo			1						
Falange I	2		4	6		1		5	
Falange II			6	2				5	
Falange III		1	1	2				1	
Epífise proximal de falange indeterminada			1						
Total	337	2	107	112	1	5	7	17	1

Quadro 2 – Espécies de mamíferos representadas no sector V.

pelos dentes do fragmento de maxilar direito pertencente, portanto, a um indivíduo de idade avançada.

Finalmente, note-se a presença de um terceiro molar inferior de equídeo (*Equus* sp.) adulto e a ulna direita de rato, também de adulto.

Taxa	N.º
Bos taurus	4
Capra hircus	1
Cervus elaphus	1
Equus sp.	1
Canis familiaris	1
Oryctolagus cuniculus	1

Quadro 3 – Número Mínimo de Indivíduos.

4.3.1. Idades de abate

Conforme tivemos oportunidade de expor (*vide supra*), não foi nosso objectivo identificar de forma exaustiva a idade exacta à morte de cada um dos *taxa* identificados, mas através da observação geral do estado de maturação dos ossos e dos níveis de desgaste e de erupção genérico dos dentes, foi possível integrar alguns restos em fases etárias: infantil, juvenil, adulto e senil. Aliás, o código de procedimentos comummente aceite na comunidade de zooarqueólogos desde as décadas de setenta e oitenta para a análise dos estádios de desgaste/erupção dos dentes de animais ungulados, tem sido recentemente alvo de alguma discordância.

A partir da erupção dos dentes, inicia-se de imediato o processo de desgaste provocado pela mastigação. Este processo traduz-se na exposição da dentina (parte interior dos dentes) que, nas diversas fases do desgaste, forma diferentes padrões aos quais são atribuídos estádios que correspondem a fases etárias da vida do animal (ver por exemplo Payne, 1973 e 1987 e Grant, 1982, entre outros). A polémica deste método reside no facto deste desgaste poder ser, em larga medida, influenciado pela qualidade do pasto consumido pelo animal, que poderá ser responsável pelo desenvolvimento de diferentes níveis de desgaste, independentemente da idade do indivíduo (Reitz e Wing, 1999, p. 76-77; Andúgar *et al*, 2008).

Face ao exposto, o tratamento dos dados etários dos elementos aqui estudados foi abordado numa perspectiva generalista tendo em conta a obtenção de simples indicadores sobre a tendência geral de abate dos animais.

Como parece evidente com base nos elementos gráficos apresentados, a percentagem de restos aos quais não foi possível a integração numa classe de idades é bastante grande o que compromete, à partida, a representatividade das inferências. Todavia, verificamos uma tendência generalizada de matança de animais em fase adulta, sendo as percentagens de animais abatidos em idade infantil e senil nitidamente pouco expressiva.

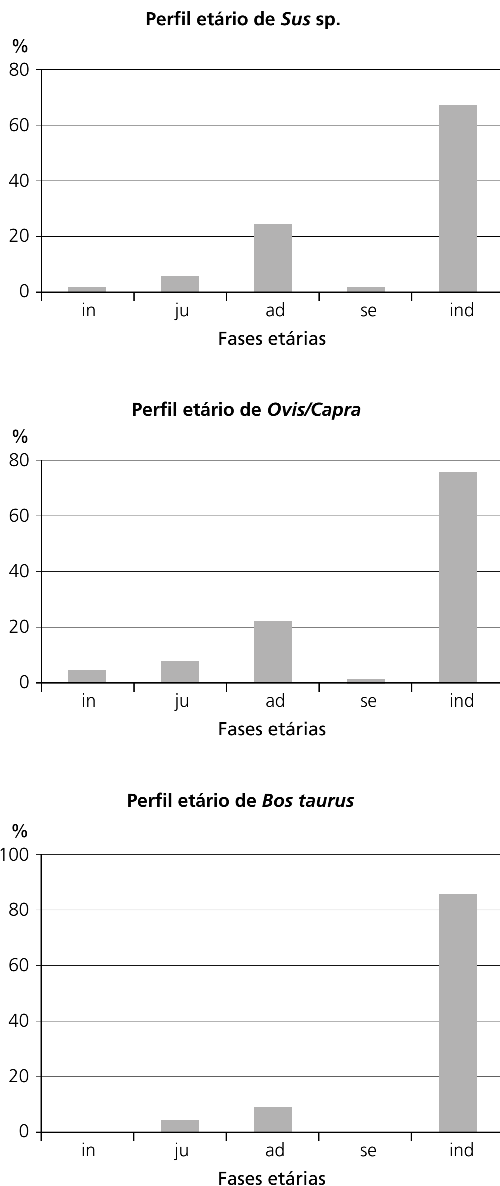


Gráfico 1 – Frequências de animais infantis (in), juvenis (ju), adultos (ad) e senis (se) nos três grupos mais numerosos

4.3.2. Representação anatómica

A análise do conjunto proveniente do sector V aponta para uma representação mais ou menos equilibrada das diferentes partes anatómicas, tal como se poderá observar no gráfico 2. A curva do gráfico desenha dois picos: por um lado, o elevado número de restos cranianos e, por outro, os restos apendiculares sem extremidades. O elevado número de restos cranianos está inflacionado pelo número de dentes soltos, que constituem o elemento mais numeroso num esqueleto de vertebrado,

sendo, portanto, natural a sua sobre-representação. Relativamente ao conjunto de fragmentos do esqueleto apendicular, mas excluindo os elementos das extremidades (mãos e pés), verificamos outra sobre-representação que deverá estar associada ao elevado número de fragmentos classificados como «diáfise de osso longo» com dimensões variadas, fazendo naturalmente subir o número de ossos dos membros.

Verifica-se, todavia, um número equilibrado de fragmentos de ossos que compõem a cintura escapular e pélvica e o número de ossos da extremidade do esqueleto apendicular. Esta evidência revela o grau de preservação genérico da colecção. Os ossos que compõem a cintura escapular e pélvica correspondem a partes anatómicas com maiores problemas de conservação pois apresentam uma estrutura muito porosa e frágil, mais susceptível, portanto, de sucumbir aos fenómenos de dissolução química e física que ocorrem no interior dos sedimentos. Ao invés, os ossos das extremidades do esqueleto apendicular (ou seja, carpais, tarsais, metápodos e falanges) são uma das partes do esqueleto de vertebrados mais resistente o que revela índices de preservação bastante elevados. Ora, numa colecção arqueofaunística, à parte de processos antrópicos de escolha deliberada de determinadas partes anatómicas, se é possível observar um número idêntico de ossos destas duas regiões esqueléticas, é possível depreender que os fenómenos de dissolução química e física foram pouco determinantes na conservação geral da colecção. Aliás, a posição contextual que este conjunto ocupa, interpretado como uma zona de acumulação de desperdícios, é compatível com um processo de estratificação rápido, sem que os ossos tenham estado descobertos e expostos aos agentes erosivos naturais prolongadamente.

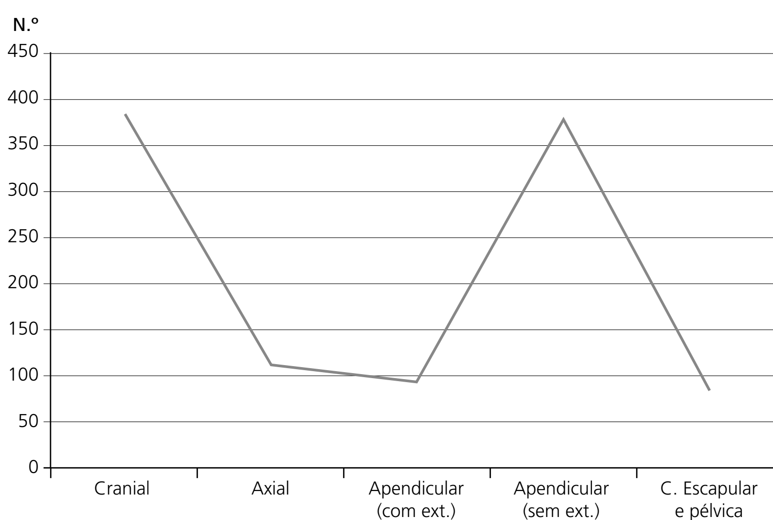


Gráfico 2 – Perfil de representação anatómica do sector V.

4.4. Sector VI

Durante a intervenção do sector VI foram exumados 91 fragmentos que correspondem, exclusivamente, a restos de mamíferos. Deste total, apenas 25 exemplares foram identificados taxonomicamente, correspondendo a três espécies: o boi doméstico, o ovino/caprino e o veado, tal como se encontra expresso no Quadro 4.

A espécie melhor representada em número de elementos é o *Bos taurus* totalizando 15 fragmentos, todos eles pertencentes a animais em idade adulta. A distribuição anatómica dos restos aponta para a predominância das partes anatómicas desperdiçáveis aquando do desmanche da carcaça, nomeadamente componentes das patas.

O *Ovis/Capra* é o grupo taxonómico que se segue com um total de nove elementos também pertencentes a indivíduos adultos. O veado é a espécie minoritária tendo-se recuperado apenas um fragmento de escápula de indivíduo adulto.

	Ovis/Capra	*Bos taurus*	*Cervus elaphus*
Fragmento crânio	1	1	
Fragmento haste		2	
Fragmento de molar superior de lado indeterminado	1		
Escápula de lado indeterminado		1	1
Diáfise distal de úmero esquerdo	1		
Epífise proximal de rádio direito	1		
Epífise proximal de rádio esquerdo		1	
Diáfise de rádio de lado indeterminado	1		
Diáfise de ulna de lado indeterminado		1	
Escafóide direito		1	
Porção proximal de metacárpico esquerdo	1		
Epífise distal de tíbia direita		1	
Diáfise de tíbia direita	1		
Diáfise de tíbia esquerda	1		
Naviculo-cubóide direito		1	
Grande cuneiforme direito		1	
Astrágalo direito		1	
Côndilo		1	
Porção proximal de metatársico esquerdo	1		
Falange I		2	
Falange II		1	
Total	9	15	1

Quadro 4 – Espécies de mamíferos representadas no Sector VI

5. ESPÉCIES REPRESENTADAS E SEU SIGNIFICADO

Bos taurus

Na literatura disponível sobre os vários contextos romanos conhecidos em Portugal, verificamos que o boi doméstico revela uma baixa frequência na Quinta do Marim (Antunes e Maurer-Chauviré, 1992) bem como na Ilha do Pessegueiro (Cardoso, 1993); ocupa o quarto lugar em Torre de Palma, com 14 % dos restos atribuíveis a espécies (MacKinnon, 1999/2000); na Quinta das Longas corresponde a 6,6 % da totalidade de restos identificáveis, sendo a espécie de mamífero relegada ao último lugar da listagem de espécies unguladas. Pelo contrário, é a espécie dominante na Casa dos Repuxos em Conímbriga representando cerca de 44% da amostra estudada (Cardoso, 1995).

Nos conjuntos provenientes da região do Alto Douro verificamos que apenas na colecção datada do século IV da *villa* do Prazo é que este *taxon* ocupa o lugar principal. Nos restantes contextos e sítios arqueológicos daquela região é, em número de restos, a segunda espécie representada ou mesmo a terceira. A leitura dos dados aponta para o abate generalizado de bois em idade adulta embora se tenham registado ossos de sub-adultos no Zimbro II e no contexto datado do século IV da *villa* do Prazo (Costa, 2008 e 2009).

Quanto à *villa* das Almoinhas, a leitura dos dados demonstra uma posição secundária para os ossos de boi doméstico (cerca de 18% da amostra total identificada), reportando-se a um mínimo de quatro indivíduos. Verifica-se uma distribuição mais ou menos equilibrada de todas as partes do esqueleto.

Ovis/Capra

No panorama conhecido no território português, na Ilha do Pessegueiro foi possível atribuir a maior parte dos restos de *Ovis/Capra* a ovelha. Este grupo taxonómico domina, aliás, o espectro doméstico daquele porto (Cardoso, 1993). A cabra é o animal melhor representado em número de restos nas fases mais recentes da Quinta do Marim (Antunes e Maurer-Chauviré, 1992). Os ovinos/caprinos dominam claramente o conjunto de Torre de Palma, sendo abatidos em várias idades, desde o primeiro ano de vida até idades avançadas apontando para a eventual exploração de produtos derivados como o leite e a lã (MacKinnon, 1999/2000). Na Casa dos Repuxos em Conímbriga, o grupo dos ovinos/caprinos representa a segunda espécie melhor representada com cerca de 33,3% da totalidade da amostra (Cardoso, 1995). Na Quinta das Longas representa o grupo maioritário em número de restos que seria abatido preferencialmente em idade adulta embora se tenham registado igualmente ossos de animais juvenis (Cardoso e Detry, 2005). Na Alcáçova de Santarém caprinos e ovinos são, também, dos grupos melhor representados no período romano (Davis, 2006).

Nos sítios do aro de Freixo de Numão verificamos que, à excepção dos níveis datados do século IV do Prazo, este grupo taxonómico domina todos os contextos estudados; são tendencialmente abatidos em idade adulta embora pontualmente fossem sacrificados animais jovens ou mesmo infantis no Zimbro II e no Prazo. No universo recuperado do Rumansil I, os ovinos/caprinos foram mortos em fase adulta, sem excepção (Costa, 2008 e 2009).

Nas fontes escritas as ovelhas e cabras são mencionadas pela sua importância no fornecimento de leite para o fabrico de queijos. Concretamente, as ovelhas eram importantes quer no fornecimento de lã, mas também como vítimas de rituais sacrificais como *suovetaurilia* (Cardoso, *op. cit.*).

No caso da colecção em apreço, não nos foi possível destrinçar o grupo dos ovinos do dos caprinos, pelo que os restos foram quase todos reunidos no grupo morfológico dos ovinos/caprinos. Constitui o grupo dominante em número de restos. Os dados disponíveis demonstram uma representação equilibrada de todas as partes do esqueleto.

A impossibilidade de distinção sexual e atribuição de idades deixa em aberto ilações sobre o aproveitamento dos produtos secundários como leite e lã.

***Sus* sp.**

Tal como tivemos oportunidade de expor no início desta contribuição, a classificação segura ao nível da espécie suína só é obtida com a aplicação da biometria aos restos de *Sus* sp., o que implica uma colecção numerosa e com grande número de elementos de diagnóstico completos. A colecção de restos de suínos da *villa* das Almoinhas é pouco numerosa, daí que não nos tenha sido possível estabelecer com segurança a origem deste *taxon*.

A carne de suíno é muito apreciada pelos romanos. Além da sua carga simbólica ligada à fertilidade e à protecção da habitação, participa, também, dos rituais de *suovetaurilia* tal com o boi e a ovelha (Castro, 2002). Em Torre de Palma os restos de porco doméstico representam 25% da amostra total, constituindo a segunda espécie melhor representada e o javali 0,6%. A leitura dos dados etários mostrou que eram abatidos por volta dos 18 e 30 meses, quando atingem o seu peso máximo (MacKinnon, 1999/2000).

Na Ilha do Pessegueiro, os escassos restos de suíno foram atribuídos a javali (Cardoso, 1993) e na Quinta do Marim o porco faz-se representar apenas no nível de ocupação mais antiga. Tendo sido classificado como porco doméstico, a sua presença na fase de ocupação mais antiga do complexo é interpretada como sinónimo de um certa estabilização da população no sítio (Antunes e Maurer-Chauviré, 1992).

Na Casa dos Repuxos de Conímbriga foram identificados os dois *taxa*, estando o porco doméstico melhor representado que o javali (Cardoso, 1995).

Na *villa* da Quinta das Longas verificou-se a existência das duas espécies, havendo, no entanto, a predominância da doméstica sobre a selvagem, representando cerca de 26,6 %, a segunda espécie melhor representada em número de restos (Cardoso e Detry, 2005).

Nos sítios arqueológicos do Alto Douro verificamos que os suínos constituem um grupo relativamente mal representado quando comparados com os efectivos domésticos (Costa, 2008 e 2009).

No acervo proveniente das Almoinhas, pese embora a inviabilidade de classificação dos suínos ao nível específico, o que não nos permite afiançar com segurança a proveniência do *taxon*, verificamos que estes seguem a tendência de ocupação do segundo lugar em número de fragmentos, a seguir aos ovinos/caprinos. Todavia, a colocação do número deste grupo muito próximo dos efectivos inequivocamente domésticos faz-nos encarar a forte possibilidade deste grupo se reportar a porco doméstico.

Cervus elaphus

Na Casa dos Repuxos em Comínbriga a caça ao veado é residual significando apenas 5,6% no número total de restos recolhidos (Cardoso, 1995). Na Quinta das Longas esta espécie ocupa o terceiro lugar em termos de carne consumida correspondendo a 9,2 % da amostra de ossos total, o que aponta para a importância da caça para a comunidade (Cardoso e Detry, 2005).

A caça ao veado encontra-se praticamente ausente da economia das populações tardo-romanas da região do Douro, atestando-se apenas por alguns ossos dispersos o que impossibilita as interpretações sobre a verdadeira importância deste *taxon*. Tal facto contrasta com o panorama do Sul de Portugal, como na *villa* de Torre de Palma onde os animais caçados assumem a significativa percentagem de 27% (17,2 % de veado) (MacKinnon, 1999-2000) no conjunto total analisado. Na Ilha do Pessegueiro, embora se reporte a um porto romano logo com vivências humanas diferentes das de uma *villa*, a caça ao veado é particularmente importante sendo efectivamente interpretada como a base da subsistência (Cardoso, 1993).

Na *villa* das Almoinhas verificamos que se encontra, também, mal representado, sendo os escassos restos recuperados partes de membros e crânio, sem que seja exequível traçar o verdadeiro interesse desta espécie para a comunidade humana.

A redução da frequência dos veados no registo arqueológico foi registada na Alcáçova de Santarém, a partir da Idade do Ferro, acentuando-se em período islâmico. Este facto foi interpretado como resultado das alterações de carácter ambiental como consequência da desflorestação que a pressão demográfica terá causado ao longo dos tempos (Davis, 2006).

***Equus* sp.**

Os equídeos representam em Torre de Palma a percentagem de 1,2 % em número de restos, estando os ossos de cavalo numericamente melhor representados que os de burro (MacKinnon, 1999/2000). Na Casa dos Repuxos, o cavalo representa 3,7 % dos ossos recuperados (Cardoso, 1995).

Os romanos aproveitavam os cavalos para a guerra, como animais de transporte e utilizavam-nos nas caçadas. O burro representava um animal de trabalho e meio de transporte mas participava também em rituais como parece apontar a associação de restos desarticulados de burro a um núcleo de necrópole de incineração datada do século I d. C. em Lisboa. (Costa, Duarte e Muralha, 2006). Quanto ao consumo de carne de equídeos, no geral, era raro e excepcional e estaria eventualmente associada a tempos de crise e aos sectores mais pobres da sociedade (Cardoso, 1995 e Costa, Duarte e Muralha, *op. cit.*).

Nas *villae* estudadas da região Duriense foram recuperados apenas dois restos de equídeos não determinados: um molar não determinado e um carpal, ambos da *villa* do Prazo, o primeiro no contexto do século III e o segundo no do século IV (Costa, 2008 e 2009), o que inviabiliza a interpretação da presença destes restos no contexto arqueológico.

O mesmo se passa na *villa* das Almoinhas onde se recuperou apenas um dente solto de equídeo, no contexto da «lixeira» do sector V, o que também não nos parece favorável a ilações válidas.

Oryctolagus cuniculus

O coelho encontra-se bem atestado no mundo romano tendo sido registado em larga escala na Alcáçova de Santarém (Davis, 2003), em Torre de Palma (MacKinnon, 1999-2000), tal como na Quinta das Longas (Cardoso e Detry, 2005).

Dos três sítios da região do Douro estudados, apenas o Zimbro II e a primeira fase de ocupação de Prazo possuem percentagens significativas deste logomorfo. Na *villa* do Rumansil I encontra-se, no entanto, sub-representado o que poderá ser explicado por questões da conservação diferencial dos restos (Costa, 2008 e 2009).

Na *villa* das Almoinhas também é residual no sector V, constituído por apenas sete restos que se reportam a segmentos do esqueleto craniano e apendicular. A baixa frequência deste *taxon* poderá estar eventualmente relacionada com o facto da escavação arqueológica não ter contemplado a crivagem de sedimentos, não tendo por isso sido possível recuperar elementos de reduzidas dimensões.

Carnívoros

Na Quinta das Longas foram identificados dois restos de cão e um de gato. A este último animal foram atribuídas as marcas de manipulação em vários ossos longos (Cardoso e Detry, 2005). Na Ilha do Pessegueiro foram identificadas mar-

cas de roído de cão nas superfícies articulares de ossos longos, o que pressupõe a existência deste animal entre o conjunto vivo, embora não se tenha recuperado nenhum resto em contexto arqueológico (Cardoso, 1993). O cão foi também identificado entre a colecção de Torre de Palma, mas a sua baixa frequência é explicada pelo facto dos seus despojos não serem colocados em lixeiras de origem alimentar de onde provem o conjunto estudado por MacKinnon (1999/2000).

Nas colecções provenientes dos sítios do Alto Douro os carnívoros representados são o cão e um indivíduo da família *mustelidae* não determinado, ambos no Rumansil I (Costa, 2008 e 2009). Na *villa* Almoinhas está também presente um cão adulto, representado por elementos de uma pata dianteira.

6. ANÁLISE DAS MODIFICAÇÕES *POST-MORTEM*

Outro objectivo que procurámos cumprir durante a execução deste estudo foi a observação das marcas de manipulação *post-mortem* provocadas pelo homem e pelos animais na superfície dos ossos. Com este procedimento contamos obter informações que nos ajudem a perspectivar as acções culturais, económicas e outras intrínsecas à exploração dos recursos animais pela comunidade humana. Assim, compreender para que fim foram, em primeira instância, os animais criados ou caçados e, em segundo lugar, como e para quê foram as suas carcaças exploradas, permitem aceder a uma parte do *modus vivendi* da comunidade que ocupou a *villa* durante o período romano.



Fig. 1 – Marcas de incisões na Falange I de *Bos taurus.*

Por outro lado, através da análise das marcas provocadas pelo agente animal, procuraremos aceder ao espectro animal vivo que compartilhava o espaço com o homem, muito embora os seus restos não se encontrem presentes na colecção.

No que concerne às marcas de origem antrópica são exclusivas do conjunto proveniente do Sector V e encontram-se expressas no Quadro 5.

Conforme se poderá observar, as marcas de manipulação antrópica mais frequentes são as incisões. Estas são estigmas provocados por um objecto cortante e estão relacionados com duas acções diferentes de exploração da carcaça que, simultaneamente, correspondem a fases diferentes de manipulação da mesma: por um lado, o esfolamento do corpo do animal logo após a morte e por outro a extracção de filetes de carne destinados ao consumo.



Fig. 2 – Marcas de golpes em áxis de *Ovis/Capra*.

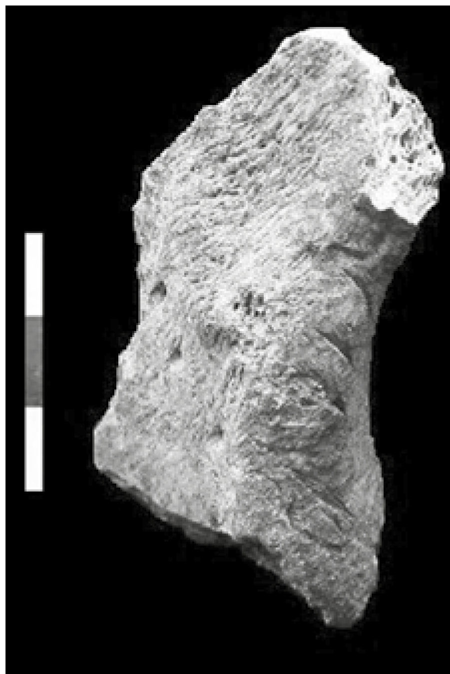


Fig. 3 – Marcas de golpes em fragmento inclassificado.

Estas marcas de corte podem também ter sido provocadas pelo consumo da carne propriamente dito (Reitz e Wing, 1999).

Seguem-se os golpes provocados por cutelo e que estão ligados ao desmembramento da carcaça e à separação da cabeça e as extremidades dos membros, reduzindo o restante corpo do animal a segmentos manuseáveis (Idem, *ibidem*). Em muito menor número registamos a associação destas duas marcas no mesmo elemento, evidenciando que uma mesma parte poderá estar envolvida em ambas as fases de preparação dos nacos de carne.

As fracturas intencionais provocadas por corte foram detectadas em 16 fragmentos ósseos referentes a ovinos/caprinos, animais de médio e grande porte e em suínos.

A outra marca de manipulação é a perfuração de um metacarpo de *Ovis/Capra* que poderá, eventualmente, estar relacionada com actividades artesanais.

Como se poderá observar no Quadro 5, as marcas de corte têm particular incidência nos ovinos/caprinos e em restos pertencentes ao grupo dos animais de médio porte (compatível com *Ovis/Capra* e *Sus* sp.), o que poderá ser explicado por serem estes os grupos numericamente melhor representados no acervo em apreço. No caso dos ovinos/caprinos, as incisões incidem sobretudo sobre o esqueleto apendicular e axial e nos restos de animais de médio porte, aos quais não foi possível atribuir a espécie, são mais frequentes



Fig. 4 – Metacarpo de *Ovis/Capra* com perfuração.

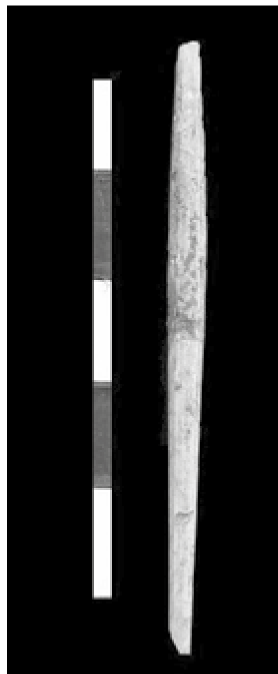


Fig. 5 – Artefacto em osso.

nos restos que compõem o esqueleto axial. Tendo em conta que estes sinais incidem sobre partes com elevados índices de utilidade cárnea, correspondem, certamente, a manipulações relacionadas com a extracção de filetes de carne destinados ao consumo.

No caso das incisões em restos de *Bos taurus*, incidem maioritariamente sobre as extremidades dos membros, o que aponta para a eventualidade da extracção da pele do animal como recurso secundário, destinado a actividades artesanais. No caso dos restos pertencentes ao grupo dos animais de grande porte, compatíveis com esta espécie, já são maioritários nos segmentos do esqueleto axial, revelando a extracção de filetes de carne. A incidência deste tipo de marcas no esqueleto axial dos suínos deverá ser interpretada da mesma forma.

No que concerne aos golpes e fracturas intencionais por corte encontram-se manifestadas em qualquer *taxon* ou grupo de animais, encontrando-se atestados nos segmentos do esqueleto axial e apendicular e, no caso dos golpes, também na parte craniana dos suínos.

Os sinais de manipulação provocados pela acção do fogo são, tal como se poderá depreender da análise do Quadro 5, em número muito reduzido. Trata-se de uma marca relacionada com o processamento da carne para consumo e a sua quase ausência aponta para a fraca importância dos grelhados como prática culinária.



Fig. 6 – Diáfise de osso longo roído por canídeo.



Fig. 7 – Diáfise de osso longo com mordeduras de roedor.

À parte do universo das marcas de utilização das carcaças para fins de consumo, foram registados, entre a colecção proveniente do Sector V de intervenção, dois restos ósseos transformados em utensílios. Trata-se de fragmentos de osso, provavelmente de osso longo, transformados através de intenso polimento em artefactos tipologicamente integráveis na categoria dos «pontiagudos».

O outro agente acumulador de restos osteológicos é, como vimos, os animais carnívoros que convivem e dividem o espaço com o homem. No acervo em apreço, os dois únicos animais a ter acesso aos restos abandonados pela comunidade humana foram os canídeos (26) e roedores (7), que se encontram, aliás representados na colecção pelos seus restos osteológicos como vimos (*Vide supra*). Os ossos que exibem marcas de terem sido manipulados por estes dois *taxa*, foram registados na colecção do Sector V, à excepção de um fragmento de rádio de *Ovis/Capra* com marcas de mordeduras de canídeo proveniente do Sector VI.

	Incisões	Golpes	Golpes+ Incisões	Fractura intencional	Furado	Fogo
Ovis/Capra						
Esqueleto cranial	1					
Esqueleto axial superior	3	1	2	1		
Esqueleto axial inferior	2			1		
Esqueleto apendicular superior	4	1		1		
Esqueleto apendicular inferior	2		1			
Esqueleto apendicular – extremidade	1				1	
Bos taurus						
Esqueleto axial inferior	1	1				
Esqueleto apendicular superior	1	1				
Esqueleto apendicular – extremidade	4					
Sus sp.						
Esqueleto cranial		3				
Esqueleto axial superior	2			1		
Esqueleto apendicular superior	1		1			
Esqueleto apendicular inferior	1					1
AGP						
Esqueleto axial	3	3	2	4		
Esqueleto apendicular	1	1				
Fragmentos		1		1		
AMP						
Esqueleto axial	20	1		3		1
Esqueleto apendicular	9			1		2
Fragmentos		1				13
Total	**56**	**14**	**6**	**13**	**1**	**17**

Quadro 5 – Distribuição das marcas de post-mortem de origem antrópica por taxon e grupos de animais.

7. A COLECÇÃO ZOOARQUEOLÓGICA EM CONTEXTO CULTURAL

Um espaço habitacional, entendido como o local onde se desenrolam actividades ligadas com o quotidiano das comunidades humanas, constitui um manancial de informações importante sobre o modo, o como e o porquê se desenrolavam essas mesmas actividades. Nesse sentido, o estudo dos diversos desperdícios acumulados e abandonados por essas mesmas comunidades humanas no passado reveste-se de grande valor. No caso dos restos faunísticos, que se reportam aos elementos não consumidos dos animais mortos e acumulados pelo homem pelos mais variados motivos como, talvez o mais comum, a alimentação e outras actividades económicas, constituem uma fonte privilegiada de informações. Assim,

o estudo das colecções provenientes das designadas «lixeiras», entendidas como acumulações de desperdícios vários em concentração muitas vezes estruturadas (fossas, silos, etc.), é muito mais fiável do que o estudo de restos faunísticos isolados. Só assim se tornam exequíveis leituras de conjunto que permitam reconstituir hábitos de consumo, actividades económicas, culturais e rituais, etc. que nos ajudem a vislumbrar algumas das complexas relações do homem com o mundo animal que o rodeia.

Por este motivo, a tentativa de descodificação do(s) significado(s) que se esconde por detrás desta colecção faunística terá como base, exclusivamente, o conjunto arqueofaunístico recuperado no Sector V, que foi interpretada como «lixeira» da *villa* romana das Almoinhas.

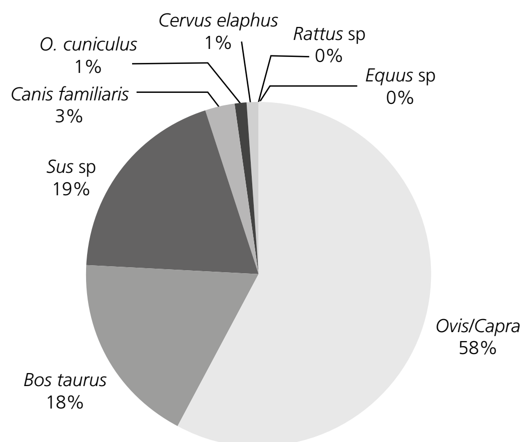


Gráfico 3 – Percentagem totais das espécies representadas no sector V.

Os animais domésticos são, de longe, os mais bem representados no acervo faunístico identificado. Neste grupo, os ovinos/caprinos são a espécie dominante constituindo quase 60 % do conjunto total recuperado. Seguem-se os suínos e os bovinos, com percentagens muito idênticas, 19% e 18% respectivamente. No caso dos restos de suínos, não conseguimos, com segurança, esclarecer se estaremos perante o javali ou o porco doméstico, mas as percentagens recuperadas colocam este *taxon* mais próximo dos números obtidos para os conjuntos domésticos. Além disso, a nível comportamental, os suínos são espécies que facilmente se cruzam entre si, domésticos com selvagens, pelo que, só o estabelecimento das variações osteométricas de cada elemento poderia elucidar sobre a eventual presença ou ausência de suínos selvagens.

No estado actual dos nossos conhecimentos, não se encontram ainda estabelecidas as variações morfológicas e osteométricas existentes ao nível do esqueleto

entre o coelho selvagem e o seu congénere doméstico (Moreno Garcia e Davis, 2001), por isso, não podemos assegurar se os restos recuperados deste *taxon* se reportam a exemplares domésticos ou selvagens. No entanto, tendo em consideração a percentagem de elementos desta espécie que se colocam mais próximas das percentagens obtidas para o segmento selvagem, somos tentados a colocar este *taxon* no ambiente selvagem.

O conjunto doméstico encontra-se concluído pela presença de um dente de equídeo, cuja representação nesta colecção faunística não deverá ser encarada como o resultado de um resto alimentar. Os equídeos são, para os romanos, animais de eleição utilizados no circo, no exército e como meio de transporte, no caso dos cavalos, e também no trabalho no caso do burro (Lauwerier, 1999; Cardoso, 1995). O estatuto que este animal possuía no contexto da exploração animal durante o período romano, permitia a sua ligação a actividades rituais, ainda que tenham sido detectadas, apenas, em casos pontuais, como o do núcleo de necrópole romana da Encosta de Sant'Ana em Lisboa (Costa, Duarte e Muralha, 2006).

Tendo em conta o panorama que acabamos de traçar, parece-nos evidente que a caça possuiria um papel secundário na economia praticada por esta comunidade. As percentagens de restos de veado e de coelho colocam-se entre os 5% e os 7% respectivamente. Mesmo que se assuma que os restos identificados de *Sus* sp. pertencem a indivíduos selvagens, a soma das percentagens será sempre inferior à do espectro doméstico. Parece mais próximo da realidade que a domesticação de animais bovinos, ovino/caprinos e, eventualmente, porcinos, seria a principal actividade económica no que concerne ao sector dos recursos animais.

A representação equilibrada das diferentes partes do esqueleto, revela que a criação, abate, desmembramento das carcaças bem como o processamento da carne para consumo foram actividades desenvolvidas *in loco*.

O boi doméstico encontra-se também bem representado no acervo identificado apontando para a presença de um mínimo de quatro indivíduos. A representação equilibrada das diversas partes esqueléticas aponta para que este animal teria sido criado e abatido localmente, estando, então, representadas todas as fases da manipulação das carcaças, desde o desmanche até ao processamento da carne para consumo humano.

Quanto aos suínos, a segunda espécie melhor representada em número de restos, o seu aproveitamento económico incide exclusivamente na exploração da carne o que vem justificar a baixa frequência de restos pertencentes a juvenis ou subadultos, à semelhança, de resto, do que se verificou para os outros animais domésticos. A percentagem de elementos osteológicos não completamente formados é de apenas 5,9% no conjunto total identificado. Os animais desta espécie seriam portanto, tendencialmente, abatidos na altura em que atingiam o seu peso

máximo. A frequência das partes anatómicas do esqueleto destes animais aponta para que fossem abatidos e as suas carcaças processadas no local. A elevada representatividade de partes anatómicas pouco interessantes do ponto de vista da alimentação implica que o animal tivesse sido abatido localmente, o que parece acontecer sobretudo em animais que são criados no próprio sítio. Este facto leva--nos a incentivar a hipótese de que este *taxon*, ou pelo menos uma boa parte dos restos a ele atribuídos, se integram no segmento doméstico. Além disso, os suínos são animais muito apreciados pelas comunidades romanas sendo até referidos em algumas fontes escritas pelas suas qualidades gastronómicas e mesmo nutricionais (Castro, 2002). O porco é, aliás, um animal rentável do ponto de vista económico, por um lado, porque é fácil de criar, e sendo um animal omnívoro não levanta especificidades de pasto nem de espaço. Por outro lado, a sua carcaça pode ser aproveitada na sua quase totalidade.

No que diz respeito à rentabilidade económica, a criação de animais domésticos permitia o fornecimento de produtos alimentares como a carne e o leite, mas também matéria-prima necessária ao desenvolvimento de determinadas actividades artesanais. A existência de artefactos em osso constitui uma prova directa do aproveitamento do osso dos animais para o fabrico de utensílios, mas existem outras provas indirectas do aproveitamento da pele, nomeadamente dos bovinos, como as marcas de incisões nas extremidades dos membros parecem evidenciar. A incidência deste tipo de marcas nas extremidades dos membros, que são segmentos anatómicos sem índice cárneo, está relacionada com a extracção e aproveitamento da pele do animal, como tivemos já oportunidade de evidenciar (*Vide supra*).

Em último lugar, a análise do padrão de fragmentação do conjunto, que se reflecte na baixa percentagem de elementos identificáveis taxonomicamente (que se reporta a apenas cerca de 15% do conjunto osteológico total), juntamente com a baixa frequência de restos manipulados pelo fogo, evidencia que os segmentos resultantes do desmembramento das carcaças seriam repetidamente reduzidos em partes de pequenas dimensões compatíveis com o processamento em recipientes, apontando para uma eventual escolha preferencial dos cozidos, guisados e estufados, em detrimento dos grelhados que incidem sobre nacos de maiores dimensões.

8. OBSERVAÇÕES FINAIS

O conhecimento da economia do mundo rural romano, no actual território português, reveste-se, ainda, de um carácter parcelar. As poucas informações de que dispomos provêm, por um lado, das informações das fontes escritas e, por outro, das interpretações realizadas com base nas estruturas detectadas durante as

intervenções arqueológicas em *villae* romanas. Segundo Jorge de Alarcão «*as* villae *seriam, na maior parte dos casos, explorações agrárias…*» (Alarcão, 1988, p. 119), no entanto, as especificidades de carácter económico (ou mesmo cultural) de cada região estão ainda por conhecer. Neste caso, os estudos de zooarqueologia podem assumir papel importante na compreensão e reconstituição dessas mesmas particularidades geográficas.

Pretende-se com este contributo cooperar, ainda que de forma preliminar, na compreensão do quadro evolutivo da economia do mundo rural tardo-romano no que diz respeito à exploração dos recursos animais.

No caso concreto do conjunto faunístico exumado na *villa* romana das Almoinhas, a leitura dos dados demonstra, em primeira instância, que a acumulação verificada no Sector V é, inequivocamente, de origem antrópica. Trata-se dos restos relacionados com actividades de exploração dos recursos animais abandonados e amontoados sucessivamente num mesmo espaço, o que constitui o que comummente designamos de uma «lixeira».

O espectro taxonómico identificado revela que a criação de mamíferos domésticos seria a principal actividade económica desenvolvida na *villa* das Almoinhas, nomeadamente a criação de gado ovino/caprino e bovino e eventualmente o porcino, em detrimento da caça. Trata-se, aliás, de uma realidade que tem vindo a ser observada nas outras *villae* do actual território português com dados faunísticos disponíveis.

Verifica-se que a *villa* das Almoinhas segue uma tendência já esboçada para as *villae* do Alto Douro e Quinta do Marim no Algarve, cujas percentagens de restos de animais selvagens, não ultrapassam os 2%, no primeiro caso, e os 7.8% no segundo.

O conjunto em apreço parece sugerir a possibilidade da exploração equilibrada da carne e dos produtos derivados como o leite, a lã, a tracção, as peles, o estrume, etc. (pese embora a parcialidade dos dados das idades e a falta de determinação de sexos), o que virá a evidenciar uma economia altamente ruralizada com base na exploração pecuária e, eventualmente, agrícola.

No que concerne à reconstituição paleoambiental a partir das informações disponíveis, parece provável a existência de campos abertos nas imediações da *villa* onde o gado bovino pastaria. O veado, ainda que mal representado, indica a presença de florestas de folha caduca, embora se possa pontualmente deslocar aos prados para se alimentar. O coelho pode também frequentar prados e campos abertos, mas o seu habitat preferencial são campos de urze e matagais (MacDonald e Barret, 1993).

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.

ALBARELLA, U.; DAVIS, S. J. M.; DETRY, C.; ROWLEY-CONWY, P. (2005) – Pigs of the «Far West»: the biometry of *Sus* from archaeological sites in Portugal. *Anthropozoologica*. Paris. 40:2, p. 27-54.

ANDÚGAR, L. [et al.] (2008) – Qué edad tienes? O la dificultad de estimar la edad a partir de restos arqueofaunisticos» In *Actas de las I Jornadas de jovenes en investigación arquelógica: Dialogando com la cultura material*. Madrid: UCM. Tomo I, p. 141-146.

ANTUNES, M. T.; MOURER-CHAUVIRÉ. C. (1992) – The roman site (2nd to 5th centuries AD) at Quinta do Marim near Olhão (Algarve, Portugal): Vertebrate faunas. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Vol. IX-X, p. 375-382.

BARONE, R. (1976) – *Anatomie comparée des mammifères domestiques. Tome premier Osteologie. Fascicule 2 (Atlas)*. Paris: Vigot Freres, Editeurs.

BICHO, N. F. (2006) – Prefácio. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Animais na Pré-História e Arqueologia da Península Ibérica. (Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004)*. Faro: Centro de Estudos de Património; Departamento de História, Arqueologia e Património; Universidade do Algarve. p. 5-7.

CARDOSO, J. L. (1995) – Os mamíferos no quotidiano romano. Algumas relflexões a propósito dos restos de Conímbriga. *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras. 5, p. 299-313.

CARDOSO, J. L.; DETRY, C. (2005) – A lixeira baixo-imperial da *uilla* da Quinta das Longas (Elvas): análise arqueozoológica e significado económico.social. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 369-386.

CASTRO, I. O. (2002) – Para uma simbólica do consumo do porco e do javali na antguidade tardia. In ALARCÃO, M.; KRUS, L.; MIRANDA, A., coord. – *ANIMALIA. Presença e Representações*. Lisboa: Edições Colibri. p. 33-46.

CATARINO, M. M. (2002) – A carne e o peixe nos recursos alimentares das populações do baixo Tejo. In ALARCÃO, M.; KRUS, L.; MIRANDA, A., coord. – *ANIMALIA. Presença e Representações*. Lisboa: Edições Colibri. p. 49 – 59.

COSTA, C. (2008) – Os recursos animais em época romana no aro de Freixo de Numão. *Côavisão, Cultura e Ciência*. Vila Nova de Foz Côa. N.º 10, p.189-222

COSTA, C. (2009) – As espécies animais representadas nas *villae* romanas da região de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 4, p.14-22.

COSTA, C.; DUARTE, C; MURALHA, J. (2006) – Associação de restos de *Equus asinus* ao núcleo de necrópole romana da Encosta de Sant'Ana, Martim Moniz, Lisboa. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004)*. Faro: Centro de Estudos de Património; Departamento de História, Arqueologia e Património; Universidade do Algarve. p. 105-116.

DAVIS, S. (2006) – *Faunal remains from Alcáçova de Santarém, Portugal* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

DAVIS, S.; MacKINNON, M. (2009) – Did the romans bring follow deer to Portugal? *Environmental Archaeology: the Journal of Human Palaeoecology*. Leeds. 14, p. 15-26.

DAVIS, S.; MORENO-GARCIA, M. (2007) – Of metapodials, measurements and music – eight years of miscellaneous zooarchaeological discoveries at the IPA, Lisbon. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 25, p. 9-165.

GRANT, A. (1982) – The use of tooth wear as guide to the age of domestic ungulates. In WILSON, B.; GRIGSON, C.; PAYNE, S., eds. – *Ageing and sexing animal bones from archaeological sites*, Oxford: BAR. p. 91-108. (British Series; 109).

HILLSON, S. (1990) – *Teeth*. Cambridge: University Press.

HILLSON, S. (1999) – *Mammal Bones and Teeth. An introductory guide to methods of identification*. London: Henry Ling Ltd.

LANDON, D. B. (2005) – Zooarchaeology and historical archaeology: progress and prospects.

Journal of Archaeological Method and Theory. New York; London. 12:1, p. 1-36.

LAUWERIER, R. C. G. M. (1999) – Eating horsemeat: the evidence in the Roman Netherlands. *Archaeofauna. Revista de la Asociación Española de Arqueozoologia*. Madrid. 8, p. 101-113.

MAcDONALD, D.; BARRET, p. (1993) – *Guias Fapas. Mamíferos de Portugal e Europa*. *FAPAS*. Porto: Câmara Municipal.

MACKINON, M. (1999-2000) – O papel dos animais na economia rural da Lusitânia romana: zooarqueologia de Torre de Palma. *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre* Lisboa. 13-14, p. 129-140.

MARCINIAK, A. (1999) – Faunal materials and interpretative archaeology-Epistemology reconsidered. *Journal of Archaeological Method and Theory*. New York; London. 6: 4, p.293-320.

MORALES MUÑIZ, A. (1990) – Arqueozoologia teórica: Usos y abusos reflejados en la interpretatión de las asociaciones de fauna de yacimientos antrópicos. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 47, p. 251-290. Separata.

MORENO-GARCIA, M.; DAVIS, S. (2001) – Estudio de las asociaciones faunisticas recuperadas en Alcácer do Sal, Convento de São Francisco, Santarém y Sé de Lisboa. In *Garb, sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: Ministério da Cultura; IPPAR; Junta de Extremadura. p. 231-255.

O'CONNOR, T. P. (1996) – A critical overview of archaeological animal bone studies. *World Archaeology*. New York. 28:1, p. 5-19.

OLIVEIRA, A. C. (2000) – *Villa* das Almoinhas (Loures, Portugal). Destaque para um conjunto de estruturas desta estação. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. Vol. VI, p. 469-477.

OLIVEIRA, A. C. (2001) – A *villa* das Almoinhas (Loures, Portugal). Apresentação dos trabalhos desenvolvidos entre 1995 e 1996. *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série IV, 19, p.65-94. Separata.

OLIVEIRA, A. C. [et al] [s. d.] – *Testemunhos Arqueológicos das actividades agrícolas no concelho de Loures.* [Em linha].[consultado em Fevereiro, 15 de 2005]. Disponível em www.redemuseus-loures.com/rml/r_inv.html.

PAYNE, S. (1973) – Kill-of patterns in sheep and goats: the mandibles from Asvan Kale. *Anatolian studies*. London; Ankara. 23, p. 281-303.

PAYNE, S. (1987) – Reference codes for wear states in the mandibular teeth of young sheep and goats. *Journal of Archaeological Science*. San Diego. 14, p. 609-614.

REITZ, E.; WING, E. (1999) – *Zooarchaeology*. Cambridge: University Press.

RIQUELME CANTAL, J. (1993) – Estudo faunistico del yacimiento medieval de Plaza de España, Motril (Granada) *Arqueología Medieval*. Porto. 2.

SCHMID, E. (1972) – *Atlas of Animal Bones*. Amsterdam [etc.]: Elsevier Publishing Company.

VALENZUELA-LAMAS, S.; DETRY, C.; DAVIS, S. (2010) – Lusitania, the finis-terrae of the roman empire – absence of evidence for roman improvement of livestock. Comunicação apresentada ao 11th ICAZ International Conference, Paris.

A necrópole visigótica do Padrão (Raposeira, Vila do Bispo)

MÁRIO VARELA GOMES*, LUÍS CAMPOS PAULO**

RESUMO

Os testemunhos agora dados a conhecer foram detectados no âmbito de escavações arqueológicas cujo objectivo era o estudo de jazida do Neolítico Antigo.

Na área investigada identificaram-se dez sepulturas, com diferente constituição e espólio, de que se escavaram apenas cinco.

Além de diverso material antropológico, foram exumados alguns artefactos dele coevos, como seis contas de pasta vítrea e brinco de bronze, permitindo ajudar à reconstituição de aspectos do ritual funerário.

Podemos concluir que o cemitério referido deve corresponder a pequena aldeia ou a conjunto de casais agrícolas, de comunidades cristãs que exploraram, nos séculos VIII e IX, os terrenos cerealíferos da zona envolvente e, portanto, em pleno período de administração islâmica daquele território.

Palavras-chave: necrópole – visigótico – moçárabe

ABSTRACT

The remains now published were detected during archaeological excavations, whose main goal was the study of an Early Neolithic settlement.

In the digged area there were identified ten graves, which have a different constitution and goods, but only five of those graves were explored. Beside various

* Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes. Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, n.º 26-C, 1069-061 Lisboa).

** Arqueólogo da Câmara Municipal de Albufeira. Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira. (Largo da República, n.º 1, 8200 Albufeira).

anthropological material, there were exhumed some contemporary artifacts, like six vitreous beads and a bronze earring, which helped us in the reconstitution of the funerary ritual.

We can concluded that the referred cemetery must correspond to a small village or to a group of agricultural explorations, of Christian communities that worked, in the VIIIth and IXth centuries, the cerealiferous soils of the surrounding area and, therefore, in the period of the Islamic administration of that territory.

Keywords: necropolis – Visigothic – Mozarabic

1. IDENTIFICAÇÃO

Na sequência da inventariação dos menires do concelho de Vila do Bispo, um de nós (M. V. G.) procedeu, em 1984, ao registo de tais monumentos nas zonas de Milrei e Padrão, na freguesia da Raposeira, tendo identificado restos de materiais construtivos romanos e tardo-romanos naquele último local (Gomes e Silva, 1987, p. 52).

Na mesma data foram realizadas sondagens junto aos menires 1 e 2 do Padrão, verificando-se a existência de estrutura de combustão, contendo alguns artefactos e restos de fauna, à qual se anexava pequeno empedrado. Obteve-se, então, datação pelo método do radiocarbono para amostra constituída pela fracção interna de valvas de berbigão (*Cerastoderma edule*) e que indicou cronologia de 6800 ± 50 B.P. Esta, uma vez corrigida para o efeito de reservatório oceânico e calibrada a 2 *sigma,* mostrou intervalo situado entre 5480-5242 cal. A. C. (I CEN-645) (Gomes, 1994; 1997; Gomes e Silva, 1987, p. 53, 54).

Trabalhos ulteriores, efectuados no Verão de 1994, integrados no «Projecto de Estudo, Recuperação e Valorização dos Monumentos Megalíticos do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Concelho de Vila do Bispo», dirigidos pelo primeiro signatário e subsidiados, através da Associação SOS Sudoeste, pela Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, pretendiam localizar a estrutura de implantação do menir 1 do Padrão, estudar a sua tipologia, como as relações do monumento com o habitat neolítico antes detectado. Importava, afinal, datar o menir e melhor caracterizar a jazida neolítica, em termos espaciais, os testemunhos da cultura material ali existentes e os ecofactos, mas ainda determinar a sua amplitude cronológica e significado económico-social, dado tratar-se de um dos mais antigos sítios correspondendo a sociedade produtora de alimentos do Sudoeste Peninsular.

A intervenção arqueológica deveria, também, oferecer informação de modo a podermos reerguer o menir 1 para, num futuro próximo, se proceder de igual modo com muitos outros monólitos daquela zona e se processar a sua musealização.

A área escavada, abrangendo 80 m², evidenciou, de modo claro, dois grandes períodos de ocupação humana do sítio, com expressão estratigráfica. Um, mais remoto, pertencente ao Neolítico Antigo e outro, muito ulterior, atribuível à Alta Idade Média, mais precisamente ao Período Visigótico e Islâmico.

Aquele último encontra-se representado por dez sepulturas e algum material disperso, tendo-se já a ele aludido (Gomes e Paulo, 2002, p. 374, 385, 386).

2. LOCALIZAÇÃO E AMBIENTE NATURAL

A necrópole agora dada a conhecer situa-se em pequena elevação, atingindo 89 m de altura máxima, alongada no sentido norte-sul. A 1 km a nascente existe linha de água que desagua na praia do Zavial, a 2 km para sudeste e onde, na Antiguidade, se desenvolveria pequeno estuário. Para ocidente daquela praia encontra-se a da Ingrina, também com antiga área estuarina. A 500 m para poente do Padrão corre a ribeira da serra da Borges, que conflui com a ribeira de Benaçoitão, desaguando esta no oceano, na praia do Barranco, 2 km para sul (Fig. 1).

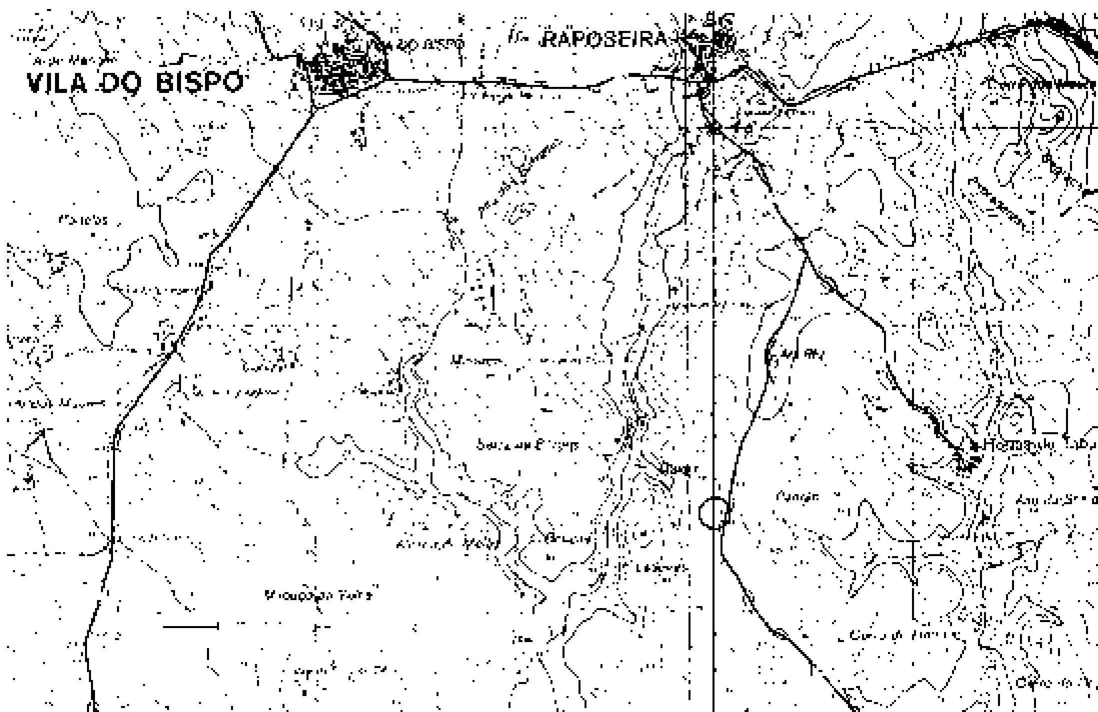


Fig. 1 – Localização da necrópole do Padrão (Raposeira, Vila do Bispo) (seg. a *C.M.P.*, n.º 601, Vila do Bispo, esc. 1/25000, S.C.E., 1977).

Aquele local, a aproximadamente 1 km sul-sudoeste do vértice geodésico Milrei e imediatamente a poente da EN 1257, dista 2 km para sul da povoação da Raposeira.

O sítio referido pertence à freguesia da Raposeira, ao concelho de Vila do Bispo e ao distrito de Faro. As suas coordenadas Gauss, aproximadas, são: W 329 112 (segundo a *Carta Militar de Portugal*, folha n.º 601, Vila do Bispo, esc. 1/25000, S.C.E., 1977).

O substrato rochoso é constituído por calcários do Liássico e do Caloviano/Batoniano-Aaleniano.

O topónimo Padrão deve-se à presença de volumoso menir existente na área da necrópole (menir 1), hoje erguido e muito visitado.

3. METODOLOGIA E MEIOS

Os trabalhos de campo, devidamente autorizados pelo Instituto Português do Património Arqueológico e Arquitectónico, decorreram durante todo o mês de Agosto de 1994, tendo-se, depois, processado ao tratamento, inventariação e estudo das estruturas e materiais exumados. O relatório respectivo foi superiormente aprovado e, por solicitação de um de nós (M.V.G.), foi requerida a classificação do menir 1 do Padrão, como Imóvel de Interesse Público (Fig. 2).

Depois da limpeza manual da vegetação, que proliferava em toda a estação arqueológica, alcançando em algumas zonas altura considerável, marcaram-se no terreno vinte quadrados, medindo 2 m de lado cada um deles, que se numeraram sequencialmente conforme o avanço dos trabalhos. A exploração realizou-se por quadrados e nestes por camadas ou por estruturas, sendo os espólios exumados referenciados, de acordo com aquelas unidades de escavação. Crivaram-se todas as terras removidas.



Fig. 2 – Vista, de poente, da área escavada da necrópole do Padrão (foto M. V. Gomes, RXII/94-16).

As estruturas descobertas foram devidamente registadas, através de cobertura fotográfica, a preto e branco e por diapositivos a cores, assim como por levantamento desenhado, com plantas e cortes, produzido às escalas 1/20 e 1/10 (Fig. 3).

Tanto o terreno como todas as estruturas descobertas foram



Fig. 3– Planta da necrópole do Padrão (lev. C. Gaspar e M. V. Gomes).

cotadas, com valores absolutos, obtidos a partir da torre da igreja matriz de Vila do Bispo.

Além do subsídio concedido pela Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, a cujo director, Dr. João Serranito Nunes, devemos agradecer, a associação SOS Sudoeste, na pessoa da sua presidente, Dr.ª Dina Salvador, proporcionou diverso apoio logístico e a resolução de múltiplas questões decorrentes do andamento dos trabalhos. A Câmara Municipal de Vila do Bispo facultou ferramentas e duas carradas de areia, para protecção das estruturas exumadas, no final da escavação.

Contámos com a colaboração das Dr.as Marisa Pires Marques, Margarida Ataíde e Cristina Gaspar, tal como do Dr. Luís Corado Alves, de três estudantes do ensino liceal, de Vila do Bispo, e com dois trabalhadores não especializados, contratados através do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

O levantamento desenhado é da autoria de Cristina Gaspar e de Mário Varela Gomes, que também executou a cobertura fotográfica, devendo-se o desenho do espólio a Ana Machado, Cristina Gaspar e Joana Gonçalves.

O estudo do espólio osteológico humano é da responsabilidade de um de nós (L.C.P.), cumprindo-nos agradecer ao Dr. Manuel Paulo, anátomo-patologista e médico legista do Instituto Nacional de Medicina Legal, Delegação de Lisboa, a ajuda e os diversos esclarecimentos prestados naquela tarefa.

A maior parte do material antropológico apresentava-se em avançado estado de destruição, sobretudo ao nível do periósteo e das superfícies externas das raízes e esmalte dos dentes, oferecendo múltiplas fracturas cominutivas por esmagamento *post-mortem*, devido à compressão das terras e a outros processos tafonómicos. Por outro lado, muitos ossos e dentes, igualmente dadas as condições da jazida, sofreram processo de «fossilização», isto é, a substituição da matéria orgânica por compostos minerais, fragilizando a textura dos tecidos e tornando-os muito deterioráveis (Campillo, 2001, p. 40).

Todos aqueles factores condicionaram, naturalmente, o exame antropológico e o diagnóstico patológico. Após as colagens possíveis de diversos fragmentos, e da sua descrição, o espólio foi etiquetado individualmente e ensacado. A descrição macroscópica foi realizada para cada osso ou dente, segundo metodologia por nós anteriormente seguida (Gomes, Paulo, Ferreira e Ramos, 2002; Paulo, 1999), procedendo-se à determinação dos possíveis valores osteométricos, identificação do sexo, idade, estatura, morfotipo racial e patologias. Foi elaborado registo gráfico de cada osso em ficha osteológica e fotografadas as principais patologias.

O Instituto Tecnológico e Nuclear procedeu a duas datações, por radiocarbono, de amostras constituídas por restos humanos encontrados nas sepulturas 3 e 4, no âmbito do protocolo celebrado entre aquela instituição e o Instituto Português de Arqueologia. Os dois quadros (Fig. 30) onde se comparam datações

de amostras osteológicas procedentes de necrópoles visigóticas do Sul de Portugal foram amavelmente elaborados pelo Doutor Eng. António Monge Soares, a quem agradecemos a sua sempre pronta disponibilidade e as informações prestadas.

4. ESTRATIGRAFIA

A área escavada evidenciou sequência estratigráfica essencialmente constituída pelas seguintes quatro camadas:

Camada 1 – Formada por terra activa, não muito compacta, contendo abundantes elementos argilosos, com cor castanha, por vezes avermelhada e de tom escuro (5YR 4/6)[1]. Muito revolvida pelos arados ao longo dos séculos, ofereceu raros materiais arqueológicos, designadamente pequenos fragmentos de cerâmica romana, tardo-romana e islâmica, com aspecto rolado. Cobria as sepulturas visigóticas e media cerca de 0,20 m de potência máxima;

Camada 2 – Corresponde a terras mais compactas que as da camada anterior, mostrando também forte matriz argilosa, mas de tom mais escuro (5YR 3/4). Pouco mexida, a não ser devido à abertura de fossas para instalação de sepulturas, entregou algum espólio neolítico. Cobria estrutura de combustão e empedrado anexo, neolíticos, atingindo, em alguns pontos, 0,40 m de espessura máxima;

Camada 3 – Nível quase lenticular de terras muito coesas e argilosas, de cor castanha escura (5YR 3/2), que embalavam numeroso espólio neolítico e assentavam no substrato. Media 0,05 m a 0,10 m de potência;

Camada 4 – Substrato calcário, de cor bege, cuja superfície mostrava-se, por vezes, muito alterada e de constituição pulverulenta. A maioria das fossas das sepulturas alto-medievais e a fossa da estrutura de sustentação do menir 1 encontravam-se abertas nesta camada.

5. ESTRUTURAS

A zona escavada deste cemitério proporcionou dez sepulturas. Todavia, dado que a área explorada foi restrita, apenas no lado sul parece termos encontrado os limites daquele, desconhecendo-se a sua verdadeira extensão.

Por falta de verbas e de logística apropriada, designadamente de antropólogo, durante os trabalhos de campo, optou-se por não escavar todas as sepulturas identificadas.

[1] Os índices cromáticos indicados referem-se às *Munsel Soil Color Charts* (1975) e, portanto, devem considerar-se como aproximados.

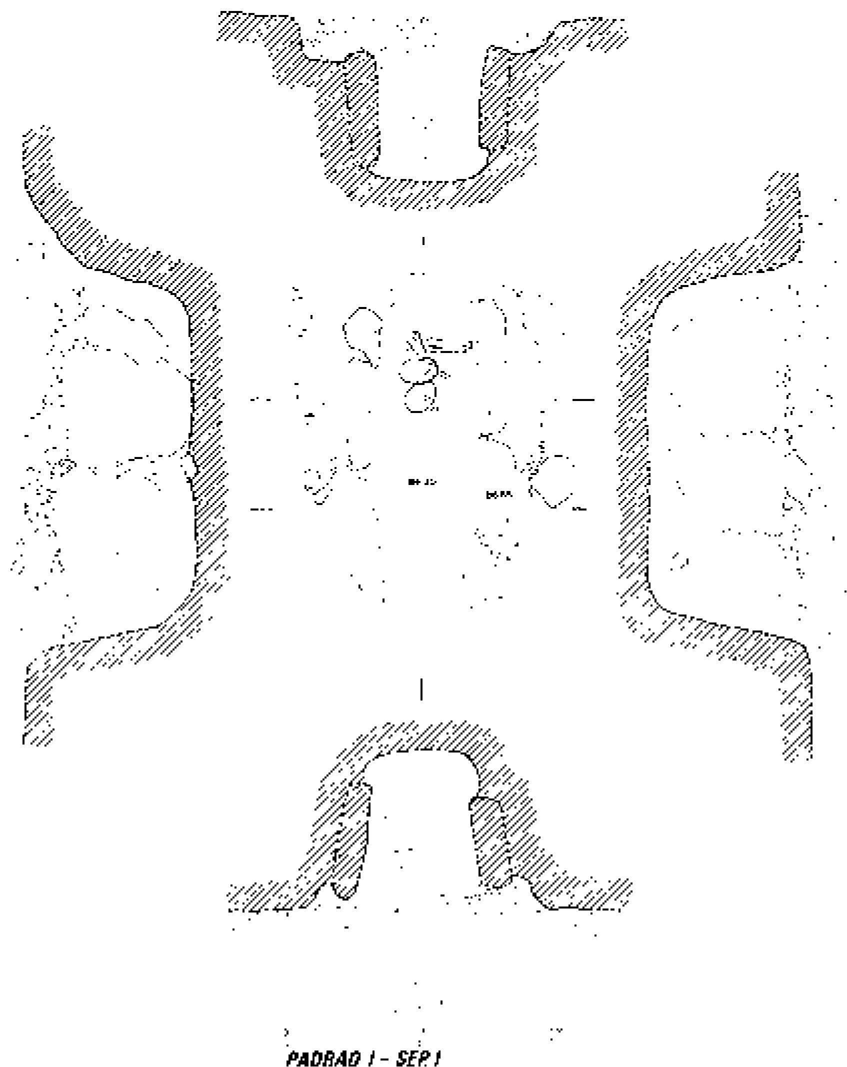


Fig. 4 – Planta e cortes da sepultura 1, da necrópole do Padrão (lev. C. Gaspar).

5.1. Sepultura 1 (Q9)

5.1.1. Arquitectura – Apresentava câmara de forma paralelepipédica, escavada no substrato, sendo revestida lateralmente por esteios de calcário, dispostos de cutelo, três em cada um dos lados. Media 1,20 m de comprimento, 0,40 m de largura e 0,45 m de profundidade máxima (Fig. 4).

Duas lajes e bloco de menores dimensões, também de calcário, selavam a câmara, que se encontrava repleta de terra (Figs 5 e 6).



Fig. 5 – Vista, de nordeste, da cobertura da sepultura 1, da necrópole do Padrão (foto M. V. Gomes, RX/94-1).



Fig. 6 – Vista, de nordeste, da câmara da sepultura 1, da necrópole do Padrão (foto M. V. Gomes, RXIII/94-1).

5.1.2. Espólio antropológico – No topo do lado poente da câmara sepulcral recuperaram-se dentes, parte de calote craniana e de alguns ossos longos.

Inumação 1

Ossos da cabeça

Crânio. Doze fragmentos de reduzidas dimensões, possivelmente de parietais, com fino diploé, medindo cerca de 2 a 3 mm de espessura e mostrando suturas não consolidadas. **Dentes isolados**. Recolheram-se cinco exemplares.

N.º	Conserv.	Ântero-posterior	Transversal	Altura
14	Mutilação das raízes e sem atrição dentária.	9	7	6
17	Gérmen, muito degradado.	1	1,1	7
27	Gérmen, muito degradado.	1	1,1	8
37	Gérmen, com destruição do esmalte e parte da dentina.	1	1,1	7
47	Gérmen, com destruição do esmalte e parte da dentina.	1	1,1	6

Conservação e medidas dos dentes (em mm).

Inumação 2

Dente isolado.

N.º	Conserv.	Ântero-posterior	Transversal	Altura
27	Gérmen, muito degradado.	1	1,1	7

Conservação e medidas do dente (em mm).

Osso longo. Fragmento do volume distal.

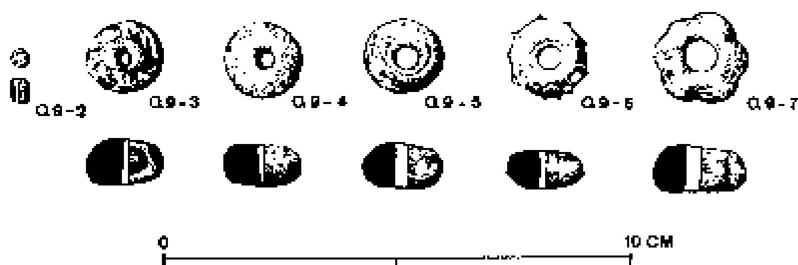


Fig. 7 – Espólio vítreo da sepultura 1, da necrópole do Padrão (des. C. Gaspar).

5.1.3. Acervo material – Sob os restos do crânio descobriram-se as seis contas de vidro que, a seguir, se descrevem (Fig. 7).

Conta tubular (PAD. Q9/SEP. 1-2). Fabricada com vidro, de cor negra, apresenta forma e perfuração, longitudinal, cilíndricas. Mede 0,005 m de comprimento e 0,004 m de diâmetro máximo.

Conta subesférica (PAD. Q9/SEP. 1-3). Produzida com vidro de cor negra, oferece forma esférica achatada, mostrando perfuração central troncocónica. Mede 0,017 m de diâmetro e 0,010 m de espessura máxima.

Conta subesférica (PAD. Q9/SEP. 1-4). Fabricada com vidro de cor negra, apresenta forma esférica achatada, mostrando perfuração central troncocónica. Mede 0,017 m de diâmetro e 0,009 m de espessura máxima.

Conta subesférica (PAD. Q9/SEP. 1-5). Foi fabricada com vidro de cor negra, mostra forma esférica achatada, oferecendo perfuração central cilíndrica. Mede 0,017 m de diâmetro e 0,010 m de espessura máxima.

Conta subesférica (PAD. Q9/SEP. 1-6). Produzida com vidro de cor negra, oferece forma esférica achatada, sendo provida de perfuração central cilíndrica. Mostra, no volume mesial, dez pequeníssimas aplicações esféricas. Mede 0,016 m de diâmetro e 0,008 m de espessura máxima.

Conta galonada (PAD. Q9/SEP. 1-7). Fabricada com vidro de cor negra, apresenta forma esférica achatada, com seis gomos, possuindo perfuração central cilíndrica. Mede 0,020 m de diâmetro e 0,010 m de espessura máxima.

5.1.4. Comentário. A um primeiro enterramento de indivíduo muito jovem (inum. 2), com quatro a cinco anos de idade, terá sucedido outro (inum. 1), de criança com sete a oito anos de idade, talvez do sexo feminino, a julgar pela presença do colar, formado por contas de vidro, que tinha ao pescoço. Os restos do primeiro inumado foram removidos para o topo poente da câmara sepulcral, para dar lugar ao segundo corpo.

5.2. Sepultura 2 (Q8)

5.2.1. Arquitectura. Esta estrutura encontrava-se parcialmente destruída, devido a violação antiga, conservando-se apenas parte da câmara funerária, escavada no substrato e orientada no sentido poente-nascente, tal como o revestimento, constituído por enormes telhas (*tegulae*), que a delimitavam no lado poente. Quatro destas jaziam, ainda, em posição subvertical (Figs 8 e 9).

A câmara funerária teria forma paralelepipédica, não entregou espólio, encontrando-se os restos antropológicos que guardou espalhados na área a nascente da sepultura. Esta media 1,20 m de comprimento, cerca de 0,50 m de largura e 0,45 m de profundidade.



Fig. 8 – Planta e corte da sepultura 2, da necrópole do Padrão (lev. C. Gaspar).

As telhas foram fabricadas com pasta pouco homogénea e não muito compacta, contendo elementos não plásticos, quartzosos e micáceos, de grão grosseiro. A cozedura fez-se em ambiente oxidante e tanto o núcleo como ambas superfícies das paredes são de cor vermelha clara (10R 6/8) ou de cor castanha muito clara (5YR 7/4). Oferecem característico bordo, de secção triangular, nos dois lados maiores do anverso e, no reverso, dois encaixes. Os quatro exemplares, quase completos, mediam 0,54 m × 0,44 m, 0,53 m × 0,41 m, 0,56 m × 0,45 m e 0,51 m × 0,43 m (Fig. 10).



Fig. 9 – Vista, de nordeste, da sepultura 2, da necrópole do Padrão (foto M. V. Gomes, RX/94-25).

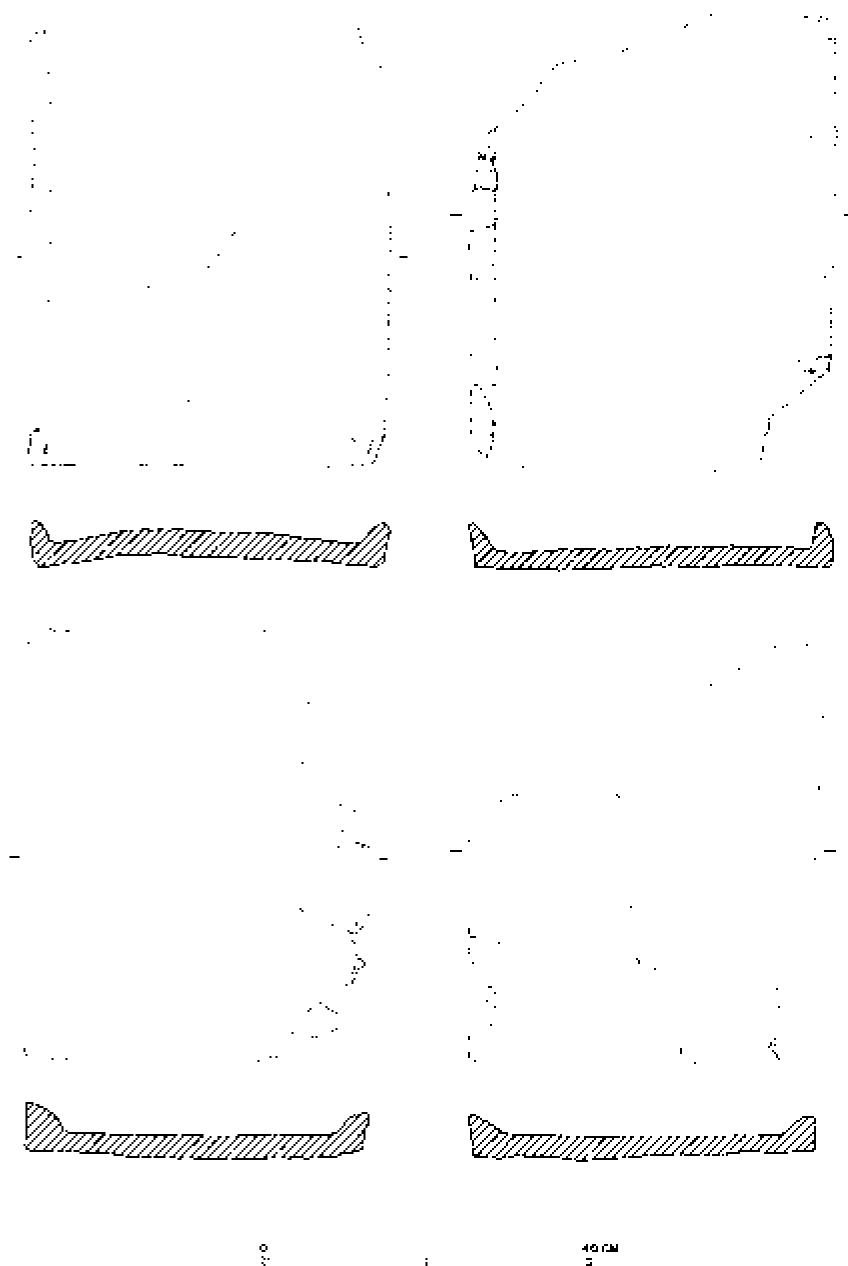


Fig. 10 – Telhas que constituíam o lado sul da sepultura 2, da necrópole do Padrão (des. J. Gonçalves).

5.2.2. Espólio antropológico. Os restos detectados pertenceram a dois indivíduos.

Inumação 1 (Fig. 11)

Ossos da cabeça

Dentes isolados. Identificaram-se os dentes 14, 15, 34 e 44, apresentando todos acentuada atrição dentária na face oclusal, com exposição da dentina secundária e parte da cavidade polpar. Não se observaram cáries dentárias ou depósitos de tártaro. Os dentes correspondem a indivíduo adulto, possivelmente com mais de 25 anos de idade.

N.º	Conserv.	Ântero-posterior	Transversal	Altura
14	completo	7	7	3
15	completo	8	7	3
34	completo	6	6	2
44	completo	6	6	4

Conservação e medidas dos dentes (em mm).

Ossos dos membros superiores

Rádio dir. Seis fragmentos, abrangendo a diáfise e a epífise proximal, apresentando esta diversas mutilações ao nível da cabeça. **Metacarpo**. Fragmento, de lado indeterminado, abrangendo apenas o terço mesial da diáfise.

Ossos dos membros inferiores

Fémur dir. Fragmento de epífise superior, abrangendo a cabeça e o colo, com mutilação completa do grande trocanter e a quase totalidade da cabeça. O nível de destruição inviabilizou determinação de valores osteométricos. **Perónio dir**. Terço superior da diáfise, abrangendo a epífise superior, que se apresentava muito mutilada. **Astrágalo esq**. Mostra acentuada destruição, com mutilação parcial do colo e da cabeça. **Astrágalo dir**. Apresenta-se muito destruído ao nível do periósteo. **Calcâneo esq**. Muito mutilado, abrangendo apenas parte das facetas articulares, postero-externa e ântero-interna, com o astrágalo e da superfície interna do corpo. Não permitiu determinações osteométricas. **Calcâneo dir**. Porção da superfície interna do corpo. **Ossos do tarso**. Três fragmentos, subsistindo somente o tecido esponjoso. **Metatarsos**. Dez fragmentos, em avançado estado de destruição, abrangendo parte mesial das diáfises, de lados indeterminados. Um corresponde ao terço mesial do primeiro metatarso.

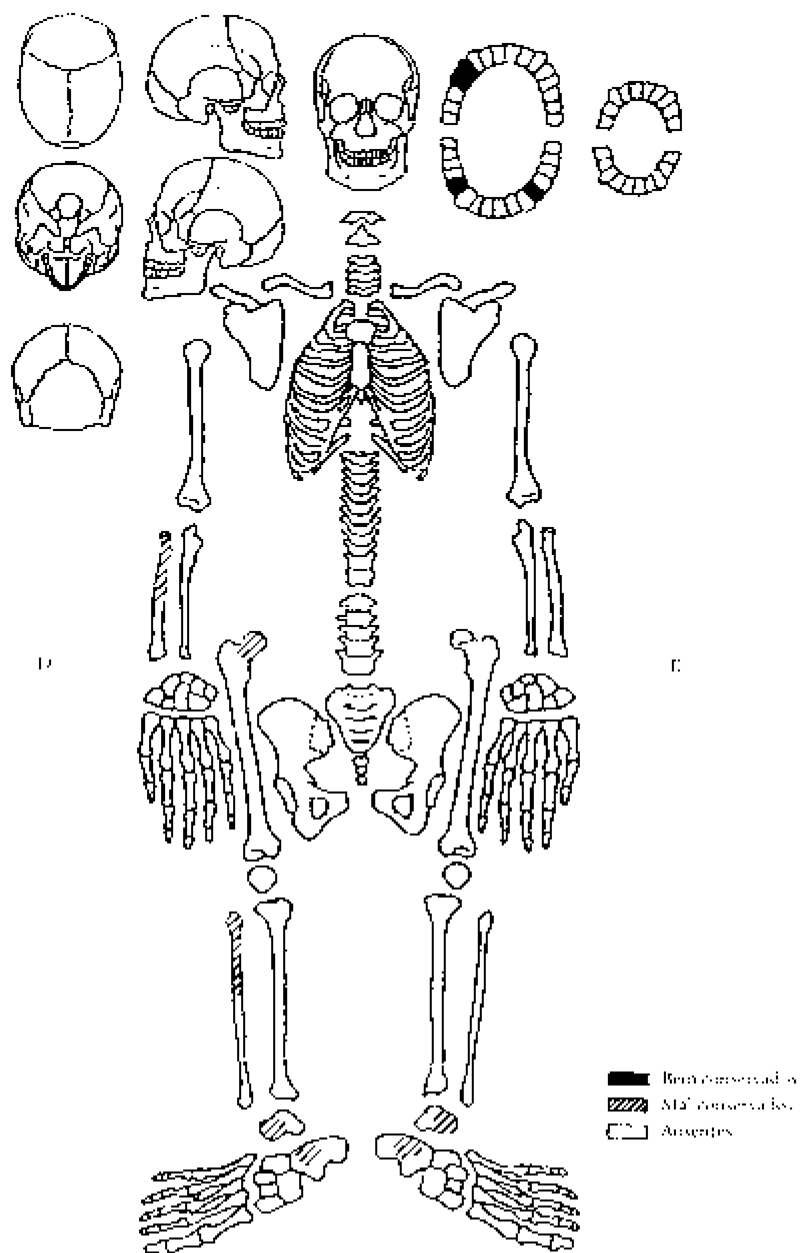


Fig. 11 – Espólio osteológico correspondente à inumação 1 da sepultura 2 (seg. L. C. Paulo).

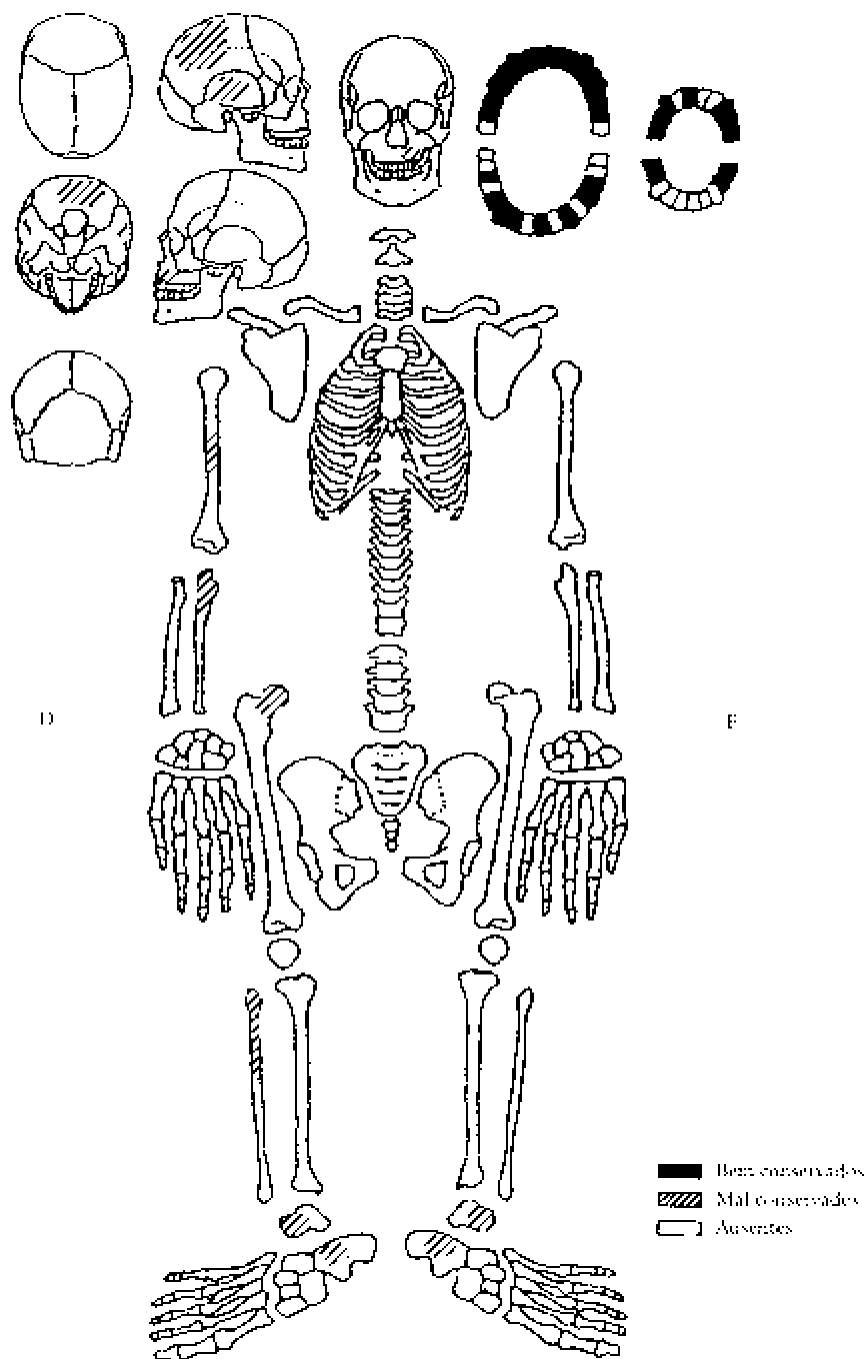


Fig. 12 – Espólio osteológico correspondente à inumação 2 da sepultura 2 (seg. L. C. Paulo).

Inumação 2 (Fig. 12)

Ossos da cabeça

Parietais. Três fragmentos abrangendo parte das suturas, não consolidadas, com diploé fino, medindo cerca de 3 mm de espessura e de lado indeterminado. **Temporal**. Três fragmentos de rochedo muito mutilado, de lado indeterminado. **Occipital**. Dois fragmentos abrangendo suturas não consolidadas e diploé muito fino, com cerca de 3 mm de espessura, compatível com o temporal anterior. **Ossos cranianos**. Setenta e um fragmentos, de reduzidas dimensões, correspondendo a parietais e a occipitais. **Maxilar**. Dois fragmentos, muito mutilados, um deles abrangendo os alvéolos habitados dos dentes 21, 22 e 23, e dos germens dentários desabitados de 61, 62 e parte do 63. O outro integra os alvéolos do 34 e do 35, estando este último desabitado.

N.º	Conserv.	Ântero-posterior	Transversal	Altura
21	completo	9	7	11
22	completo	5	6	9
23	completo	9	8	9
34	completo	7	7	6

Conservação e medidas dos dentes (em mm).

Dentes e germens isolados. Todos apresentam profundas alterações ao nível das superfícies da coroa e raízes, alguns com destruição completa do esmalte. O dente 11 mostra hipoplasias lineares do esmalte. O dente 65 apresenta mutilação completa de duas das três raízes e o dente 51, ou 61 (?), evidencia atrição dentária na superfície oclusal, com exposição da dentina primária.

N.º	Ântero-posterior	Transversal	Altura
11	7	9	1
12	7	9	9
13	8	8	9
14 (?)	9	8	6
15	8	6	5
16	12	10	10
17 (?)	1	9	4
24	9	7	6
25 (?)	7	6	4
26	12	10	10
27 (?)	8	9	5

→

31	6	6	9
33	7	7	8
36	10	11	9
42	6	6	1
43	6	6	8
44	7	7	6
46	12	11	6
51/61 (?)	5	7	6
53	6	7	7
54	9	7	6
55	10	9	6
63	7	7	7
64	9	7	6
65	10	9	6
74	9	7	5
75	9	11	5
84	7	9	6
85	9	11	6

Medidas dos dentes (em mm).

O nível de crescimento dentário deste indivíduo enquadra-se nos níveis 9-10, do quadro evolutivo de Schour e Massler, e relativamente à formação das coroas da dentição definitiva, no penúltimo e último grau definido por Massler, Schour e Poncher (Hillson, 1996, p. 135, 190, 191), correspondendo a criança com cerca de cinco a seis anos de idade.

Ossos dos membros superiores

Úmero. Fragmento pertencente ao terço inferior da diáfise, com mutilação completa da epífise inferior, de lado indeterminado. As reduzidas dimensões e morfologia são compatíveis com criança. **Cúbito**. Fragmento da extremidade proximal da diáfise, apresentando-se muito mutilado. **Cúbito ou rádio**. Quatro fragmentos de diáfises, de lados indeterminados.

Ossos dos membros inferiores

Fémur dir. Conserva-se porção da cabeça. **Peróneo dir**. Mostra parte da diáfise e a epífise superior. **Astrágalo esq**. Porção mal conservada. **Astrágalo dir**. Apresenta mutilações e exposição do tecido trabecular. **Calcâneo esq**. Fragmento muito deteriorado. **Calcâneo dir**. Porção contendo parte das facetas articulares.

5.2.3. Comentário. Identificaram-se restos de duas inumações, ambas com elevado nível de destruição dos vestígios osteológicos. Na inumação 1 a consolidação das epífises superiores do fémur e do perónio, o desenvolvimento eruptivo e o nível de atrição dentária, sugerem tratar-se de indivíduo adulto, com idade superior a 25 anos. Quanto à inumação 2, são os dentes que melhor a poderão caracterizar. O nível de crescimento dentário e o desenvolvimento das coroas daqueles, indicam tratar-se de criança, com cerca de cinco a seis anos de idade.

Apesar das profundas alterações verificadas ao nível do esmalte dentário, foi possível identificar hipoplasias lineares do esmalte no dente 11, e atrição dentária, com exposição da dentina primária na superfície oclusal, do dente 51 ou 61 (?).

5.3. Sepultura 3 (Qs 7 e 10)

5.3.1. Arquitectura. Era constituída por estreita fossa escavada no solo e orientada noroeste-sudeste, cujo fundo correspondia às lajes de cobertura de outra sepultura (sep. 5), tendo o corpo inumado repousado sobre aquelas. A fossa media 1,65 m de comprimento, 0,40 m de largura e não teria mais de 0,30 m de profundidade, jazendo o corpo quase à superfície do solo actual e tendo sido, muito provavelmente, coberto por *tumulus* de terra (Figs 13 e 14).

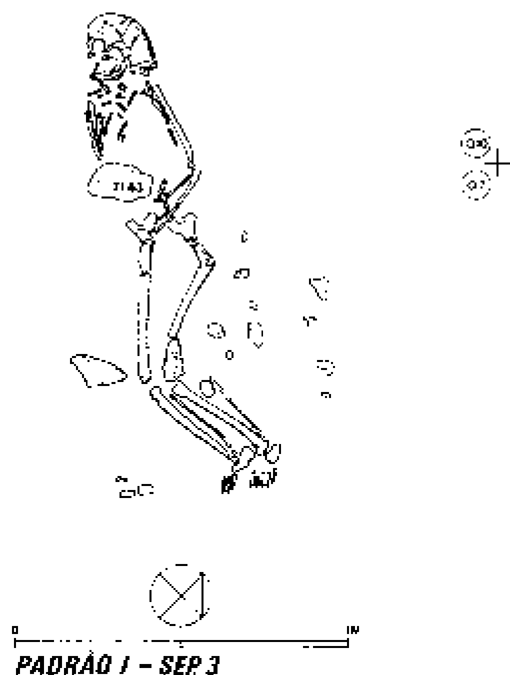


Fig. 13 – Planta da sepultura 3, da necrópole do Padrão (lev. C. Gaspar).



Fig. 14 – Vista, de nascente, da sepultura 3, da necrópole do Padrão (foto M. V. Gomes, RX/94-17).

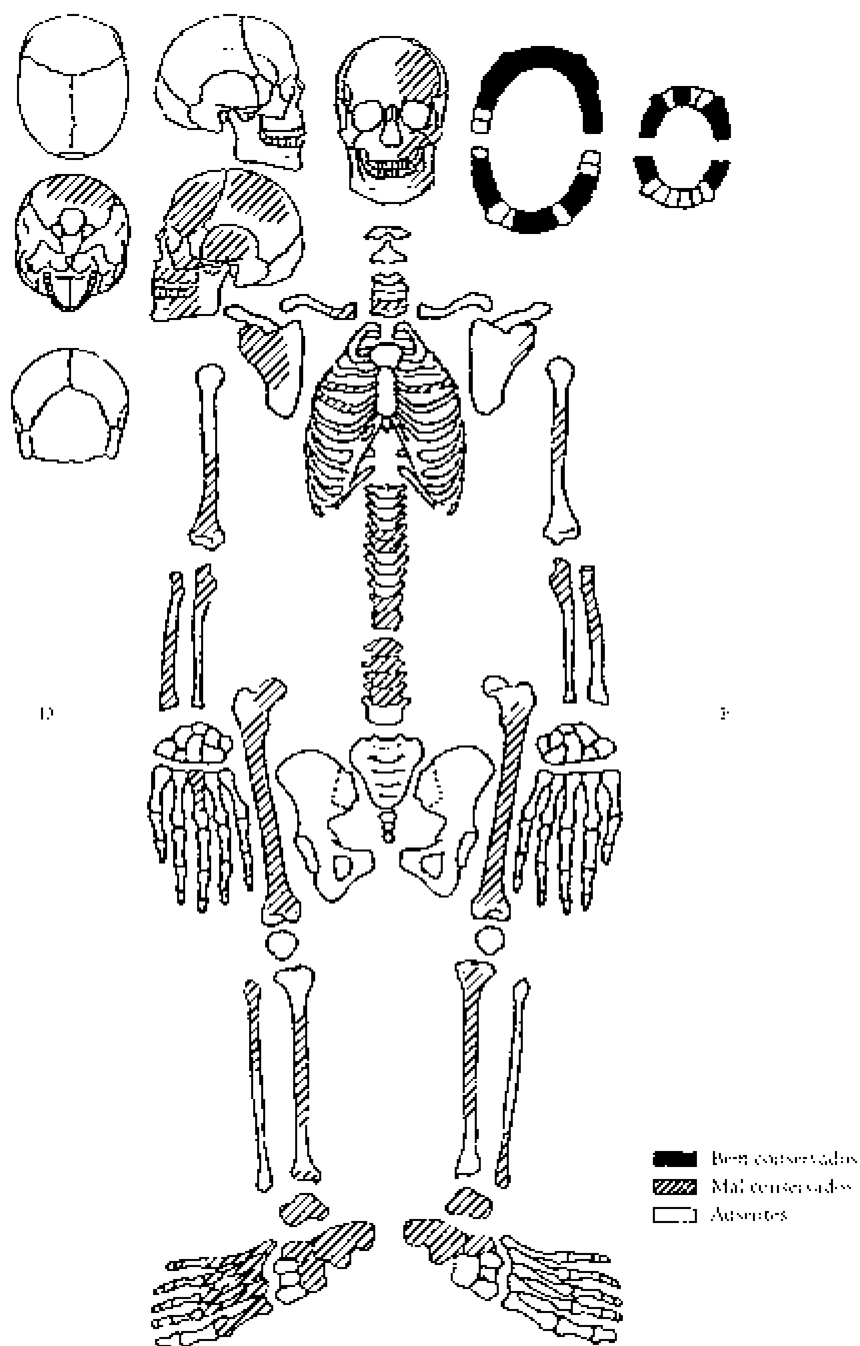


Fig. 15 – Espólio osteológico correspondente à inumação da sepultura 3 (seg. L. C. Paulo).

5.3.2. Espólio antropológico. Reconheceu-se esqueleto, de indivíduo adulto, depositado em *decubitus* lateral, com a cabeça voltada para noroeste e a face dirigida para sul. O braço direito jazia estendido ao lado do corpo e o esquerdo dobrado e com a mão sobre o baixo-ventre. As pernas estavam ligeiramente flectidas (Fig. 15).

Ossos da cabeça

Os ossos do crânio encontravam-se muito fragmentados, tendo sido registados *in situ*. **Frontal**. Constituído por três fragmentos, dois deles abrangendo porção do bordo da arcada orbitária esq., profusamente alterada ao nível do periósteo, devido às condições de jazida. O de maiores dimensões é constituído por parte do bordo da arcada orbitária, apófise orbitária externa esq. e parte da sutura coronal, consolidada e de tipo labiríntico, compatível com os restantes ossos cranianos. Apesar do estado de degradação do tecto da órbita, observam-se conglomerados de orifícios de diâmetro considerável, alguns já derivando para sulcos irregulares, sugestivos de hiperostose porótica (*criba orbitalis*) de tipo *b* ou *c*, da classificação de Knip (Campillo, 2001, p. 285). **Malar**. Fragmento abrangendo porção do corpo e da apófise zigomática. **Parietais**. Dezasseis porções que não deram colagem entre si, apresentando profundas alterações ao nível das superfícies de ambas tábuas, resultando das condições de jazida. Algumas delas abrangem parte de suturas consolidadas e de tipo labiríntico, apresentando áreas de apagamento na tábua interna, enquanto outras conservam os sulcos da ramificação das artérias meníngias. O diploé é espesso, medindo cerca de 5 mm e correspondendo a indivíduo adulto. **Temporal esq**. Fragmento constituído por parte da escama e da região posterior da arcada zigomática, que aparentemente não ultrapassa o orifício do canal auditivo externo, sendo compatível com indivíduo do sexo feminino. **Temporal**. Dois pedaços abrangendo parte dos rochedos, de lado indeterminado. **Occipital**. Oito fragmentos muito destruídos, dois deles abrangendo porção da sutura lambedoideia, consolidada e de tipo labiríntico, correspondendo a indivíduo adulto de sexo não determinável, devido ao nível de destruição. **Esfenóide**. Três fragmentos muito destruídos. **Ossos indeterminados**. Trinta e três fragmentos de ossos do crânio não identificados. **Maxilar**. Fragmento abrangendo os dentes 25 e 26, e parte do bordo alveolar. Ambos apresentam profundas alterações ao nível das coroas, provocadas *post-mortem* e devido às condições de jazida, condicionando o estudo de possíveis patologias orais. Os dentes oferecem atrição dentária de baixo grau, não se identificando cárie dentária.

N.º	Ântero-posterior	Transversal	Altura
25	12	9	7
26	13	11	7

Medidas dos dentes (em mm).

Mandíbula. Fragmento do corpo mandibular do lado esq., mostrando o orifício mentoniano e parte do bordo inferior, abrangendo os alvéolos desabitados 34, 35 e 36, tal como parte do 33. **Dentes isolados**. Identificaram-se os dentes de 11 ao 16, do 21 ao 24, 27, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 41, 44, 45, 46 (?) e 47. Todos os exemplares apresentavam profundas alterações *post-mortem*, na coroa e raízes, reconhecendo-se, em certos casos, a perda de parte do esmalte e do cemento, expondo a dentina. Nos dentes 11, 21, 22, 31, 32 e 41, observou-se atrição dentária na face oclusal, com exposição da dentina, podendo corresponder a má oclusão, com desvio para a esq. (Hillson, 1996, p. 279), ou a utilização mecânica dos dentes da frente. Os 16, 27, 36, 46 e 47 mostram vestígios sugestivos de atrição dentária, de baixo grau, sem exposição da dentina. O dente 22 apresenta raiz dupla não fundida, o 12 mostra mutilação do terço inferior da raiz, enquanto os 46 e 47 estão reduzidos à coroa. O nível de degradação dos dentes não permite identificar a presença de cáries dentárias, de tártaro ou de hipoplasias lineares do esmalte.

N.º	Ântero-posterior	Transversal	Altura
11	7	9	10
12	8	7	10
13	8	8	10
14	8	6	6
15	9	7	6
16	13	12	7
21	8	9	10
22	9	7	12
23	9	9	12
24	9	7	5
27	13	10	8
28	10	12	5
31	5	5	6
32	6	6	7
34	8	8	7
35	8	7	7
36	12	12	6
41	6	6	7
44	7	7	7
45	8	7	7
46 (?)	11	12	9
47	11	12	7

Medidas dos dentes (em mm).

Ossos do tronco

Sexta ou sétima vértebra cervical. Apresenta mutilação completa das extremidades das apófises espinhosa e transversa do lado dir. A altura anterior mede 12 mm e altura posterior 14 mm. **Quarta ou quinta vértebra dorsal**. Apresenta mutilação de parte do corpo e a totalidade das apófises espinhosa, transversas e articular superior esq. Nos bordos das superfícies articulares inferiores, observam-se exostoses ou osteofitoses de grau 3, da classificação de Stewart (Ubelaker, 1996, p. 85). **Quinta ou sexta vértebra dorsal**. Oferece mutilação parcial do corpo, bem como da totalidade das apófises transversais e espinhosa. Nos bordos das superfícies articulares inferiores observam-se, como na vértebra anterior, osteofitose de grau 3 da mesma classificação. **Décima primeira vértebra dorsal**. Mostra parte do corpo, com mutilação da face anterior do mesmo. A lâmina evidencia destruição completa das apófises transversal esq. e espinhosa, assim como parte da transversal dir. Nos bordos da superfície articular superior observa-se osteofitose de grau 2 e, nos bordos da superfícies articular inferior, osteofitose de grau 4, da classificação de Stewart. No bordo do disco inferior do corpo vertebral encontram-se sinais sugestivos de osteofitose de grau 3, da sistematização mencionada. **Décima segunda vértebra dorsal (?)**. Apresenta pequena porção do corpo e parte da lâmina, com destruição completa das apófises transversa e articular superior dir. Na face interna do orifício medular são visíveis vestígios de pequenos espessamentos das paredes, sem o estenosar. **Vértebras indeterminadas**. Corpo com mutilação completa da lâmina e do disco superior, assim como de parte do inferior, e fragmento de lâmina vertebral, aparentemente dorsal, indeterminada. **Primeira vértebra lombar**. Fragmento apresentando apenas parte da lâmina, com destruição completa das apófises espinhosa e transversa, assim como parte das articulares superiores. Um outro pertenceu provavelmente ao corpo e apresenta destruição completa do disco superior e de parte do inferior. **Segunda vértebra lombar**. Mostra mutilação de parte da face anterior do corpo, de ambas apófises transversas, de parte das espinhosas e das articulares superiores. Nos bordos dos discos vertebrais superior e inferior, do lado dir., observa-se formação osteofítica marginal horizontal, de grau 1 ou 2, da tabela de Stewart (Ubelaker, 1996, p. 85). Os discos consolidados indicam tratar-se de indivíduo adulto. **Terceira vértebra lombar**. Apresenta mutilação da quase totalidade do corpo e da lâmina, com destruição completa das apófises espinhosa, transversais e articular superior dir. No corpo observa-se elevado nível de destruição, sendo visível no disco inferior pequena depressão, medindo cerca de 7 mm de diâmetro máximo e 3 mm de profundidade, compatível com nódulo de Schmorl. **Quarta vértebra lombar**. Conserva apenas parte do corpo e da lâmina vertebral, estando ausentes as apófises espinhosa e transversas.

N.º vértebra lombar	Altura anterior	Altura posterior
2	27	27
4	27	27

Medidas das vértebras (em mm).

Segundo o índice vertebral de Cunninghan (= $\frac{\text{altura posterior x 100}}{\text{altura anterior}}$), as vértebras lombares deste indivíduo classificam-se no tipo rectangular (valores entre 98.0 a 101.9) (Campillo, 2001, p. 115).

Vértebras indeterminadas. Oito fragmentos, muito destruídos, correspondendo essencialmente a apófises espinhosas e transversas. **Costelas**. Vinte e dois fragmentos da região mesial, sendo apenas dois das extremidades, compatíveis com indivíduo adulto.

Ossos dos membros superiores

Clavícula dir. Fragmento abrangendo apenas parte da diáfise e epífise proximal, apresentando diversas mutilações. **Omoplata esq**. Fragmento contendo porção do bordo anterior, ou axilar, e parte da cavidade glenoideia. **Omoplata dir**. Fragmento abrangendo parte da cavidade glenoideia, bordo anterior ou axilar, parte do colo e da fossa subescapular. **Omoplata**. Seis fragmentos, de lados indeterminados, dois deles oferecendo porção da apófise coracoide, e outros dois correspondendo apenas às porções mesial da espinha. **Úmero esq**. Dois fragmentos, apresentando mutilação da epífise superior e parte da inferior. Media 275 mm de comprimento, 18 mm de diâmetro ântero-posterior e o diâmetro transversal da diáfise é de 15 mm. **Úmero dir**. Seis fragmentos, abrangendo 2/3 da diáfise e parte da epífise inferior, com mutilação completa do côndilo e do epicôndilo. O nível de destruição não permite determinações osteométricas. **Cúbito esq**. Fragmento da epífise superior, com destruição completa do olecrânio. **Cúbito dir**. Três fragmentos, abrangendo toda a diáfise e epífise superior, encontrando-se esta muito mutilada, com ausência da apófise coronoide e olecrânio. **Cúbito**. Quatro porções do terço mesial da diáfise, não sendo possível determinar o lado a que pertence. **Rádio esq**. Dois fragmentos, um abrangendo parte superior da diáfise, com mutilação da cabeça. Na tuberosidade bicipital observam-se sinais sugestivos de entesopatia. O outro corresponde ao terço inferior da diáfise, com destruição completa da epífise e profundas alterações ao nível do periósteo, devidas a factores tafonómicos. **Rádio dir**. Fragmento da epífise superior, metade inferior da diáfise e epífise distal, apresentando esta diversas mutilações. **Terceiro metacarpo dir**. Apresenta mutilação da epífise distal. **Quinto metacarpo**. Muito mutilado, de lado indeterminado. **Metacarpos**. Cinco fragmentos de lados indeterminados, correspondendo essencialmente à por-

ção mesial da diáfise, com destruição completa das epífises. O periósteo encontra-se muito danificado. **Falanges**. Quatro fragmentos de diáfises, muito mutilados, de lados indeterminados. Um deles corresponde possivelmente à primeira falange.

Ossos dos membros inferiores

Fémur esq. Quatro fragmentos, apresenta mutilação do colo, do grande e do pequeno trocanteres, das faces externas da epífise inferior e do côndilo do lado esq. O bordo anterior ou linha áspera é pouco saliente e aparentemente sem rugosidades musculares, sendo compatível com indivíduo do sexo feminino. Os valores osteométricos apresentados devem ser considerados aproximados, devido ao nível de degradação dos testemunhos. Mede 435 mm de comprimento máximo, 21 mm de diâmetro ântero-posterior e 29 mm de diâmetro transversal da diáfise.

Índice de platimeria = $\frac{\text{diâmetro ântero-posterior} \times 100}{\text{diâmetro transversal}}$ = 72.4 (corresponde a platimeria)

Fémur dir. Dois fragmentos. Um contém grande parte da diáfise, com mutilação completa do grande trocanter, bem como porção do colo e da cabeça. Detectam-se, ao longo de todo o osso, alterações ao nível do periósteo, provocadas pelas condições de jazida. O outro abrange o terço inferior da diáfise e parte da epífise inferior, sendo constituído essencialmente por tecido esponjoso. Apesar das alterações que a diáfise apresenta, observa-se o bordo posterior ou linha áspera ligeiramente saliente e sem sinais de rugosidades musculares, sendo compatível com indivíduo do sexo feminino. Apenas foi possível determinar o diâmetro ântero-posterior da diáfise, medindo cerca de 22 mm, e o diâmetro transversal da mesma, com cerca de 27 mm. O ângulo de inclinação (cabeça-colo) é de 120°. O índice de platimeria é de 81,5, correspondendo a platimeria. **Tíbia esq**. Apresenta destruição parcial da epífise superior, conservando apenas parte do tecido trabecular e mostrando mutilação completa da epífise inferior. O periósteo mostra profundas alterações ao longo de toda a diáfise. É visível, macroscopicamente, o adelgaçamento do terço superior da diáfise, confirmado com as medições. Mede 30 mm de diâmetro ântero-posterior e 17 mm de diâmetro transversal.

Índice de platicnemia = $\frac{\text{diâmetro transversal} \times 100}{\text{diâmetro ântero-posterior}}$ = 56.6 (corresponde a platicnemia)

Tíbia dir. Seis fragmentos da diáfise, com destruição completa da epífise superior, apresenta diversas mutilações ao nível do periósteo. Um fragmento da parte distal da epífise inferior abrange apenas a superfície articular com o astrágalo e sector do maléolo interno. Media 340 mm de comprimento, 30 mm de diâmetro

ântero-posterior e o diâmetro transversal é de 18 mm. O índice de platicnemia é 60, o que corresponde a platicnemia. **Perónio esq**. Apresenta parte da diáfise e da epífise inferior, com mutilação completa da superior e da face anterior da diáfise. O nível de destruição não permitiu determinar valores osteométricos. **Perónio dir**. Constituído por grande parte da diáfise, observa-se mutilação completa de ambas epífises. **Perónio**. Pedaços de diáfise, de lado indeterminado, mostrando textura semelhante aos exemplares anteriormente descritos. **Astrágalo esq**. Apresenta diversas mutilações, com exposição do tecido trabecular, na face posterior. Mede 58 mm de comprimento máximo. **Astrágalo dir**. Mede cerca de 63 mm de comprimento máximo. **Calcâneo esq**. Oferece pequenas mutilações em todo o periósteo, tendo em algumas partes apenas subsistido o tecido trabecular. Mede 89 mm de comprimento máximo. **Calcâneo dir**. Dois fragmentos, um abrangendo as facetas articulares postero-externa e ântero-interna com o astrágalo, enquanto que o outro apresenta apenas a extremidade posterior. **Escafóide dir**. Muito destruído, ao nível da superfície externa. **Cubóides**. Dois de lados opostos, muito fragmentados. **Metatarsos**. Primeiro do lado dir., medindo 64 mm de comprimento máximo e 24 mm de diâmetro máximo em ambas extremidades. Segundo dir., apresentando mutilações na extremidade proximal e medindo 75 mm de comprimento máximo. Terceiro, possivelmente do lado dir., mostra destruição completa da epífise distal e pequenas mutilações na epífise superior. Quarto metatarso dir., com mutilação completa da epífise distal. Quinto metatarso, possivelmente do pé dir., conservando apenas parte da epífise proximal e da diáfise. **Falanges**. Três primeiras falanges do pé, sendo uma possivelmente do lado dir., mostrando pequenas mutilações ao nível de ambas epífises, e as restantes, de lado indeterminado, conservando apenas parte da diáfise e da epífise superior.

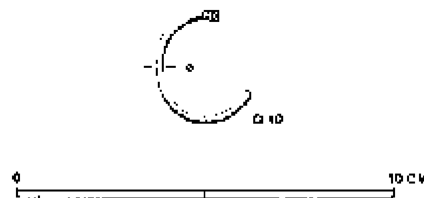


Fig. 16 – Espólio metálico da sepultura 3, da necrópole do Padrão (des. C. Gaspar).

Outros ossos

Ossos longos indeterminados. Cinquenta e duas esquírolas, com exposição de tecido trabecular.

5.3.3. Acervo material. Junto ao crânio recolheu-se brinco, em forma de argola (Fig. 16).

Brinco (PAD. Q10/SEP. 3-1). Foi produzido em cobre/bronze/latão (?) e oferece aro subcircular, com secção circular. Em uma das extremidades mostra remate, ligeiramente espessado e com decoração formada por três molduras circulares justapostas. Mede 0,030 m de diâmetro e 0,002 m de espessura.

5.3.4. Comentário. O espólio antropológico correspondente à inumação desta sepultura encontra-se muito fragmentado e com profundas alterações ao nível do periósteo, sobretudo dos ossos longos.

No entanto, os elementos identificados no fragmento do temporal esquerdo e dos dois fémures, indicia corresponder a indivíduo do sexo feminino. Os valores osteométricos deste último osso, sugerem indivíduo com cerca de 1,58 m de estatura, segundo a tabela de Manouvrier (Testut e Latarjet, 1941, p. 5).

O desenvolvimento de erupção dentária, a sinostização das epífises dos ossos longos e das suturas cranianas, a par das patologias degenerativas que se observam, permitem que consideremos tratar-se de indivíduo com mais de 35 anos de idade à altura da morte.

Reconheceram-se diversas patologias, de carácter metabólico, osteoarticular e traumático. No osso frontal, mais precisamente no tecto da órbita esquerda, identificaram-se sinais sugestivos de hiperostose porótica (*criba orbitalis*) dos graus b ou c, da classificação de Knip.

Na coluna dorsal e lombar, observam-se nos bordos das superfícies articulares inferiores (D4/5 ? e D5/6?) ou conjuntamente nas articulares superiores (D11), e nos bordos dos discos vertebrais superior e inferior (L2), osteofitoses de grau 2(L2), 3 (D4/5? e D5/6?) e 4 (D11), da classificação de Stewart.

No disco inferior do corpo da terceira vértebra lombar (L3), reconheceu-se pequena depressão compatível com nódulo de Schmorl.

Conforme salientámos anteriormente, o estado de degradação dos dentes não permitiu identificar possíveis patologias ondotológicas. No entanto, o nível de atrição dos dentes 11, 21, 22, 31, 32 e 41, podem indicar má oclusão, com desvio para a esquerda, ou utilização mecânica e continuada dos dentes da frente.

O grau de achatamento ântero-posterior das diáfises de ambos fémures correspondem a platimeria. Relativamente aos índices de platicnemia, que estabelece a relação entre o diâmetro ântero-posterior e o transversal das diáfises das tíbias, demonstrou que se enquadram em platicnemias.

5.4. Sepultura 4 (Q9)

Situava-se no lado sul da área escavada e junto ao seu limite (Figs 17 e 19).

5.4.1. Arquitectura. Era constituída por câmara, orientada no sentido poente-nascente, possuindo forma paralelepipédica e sendo escavada no substrato. Apresentava revestimento lateral, formado por esteios de calcário, dispostos de cutelo; três no lado norte e quatro no lado oposto.

Media 2,30 m de comprimento, 0,50 m de largura, no lado nascente (cabeceira) e 0,35 m no lado oposto, atingindo 0,50 m de profundidade máxima.

A câmara encontrava-se repleta de terra e era coberta por quatro lajes de calcário e alguns blocos, de pequenas dimensões, do mesmo material.

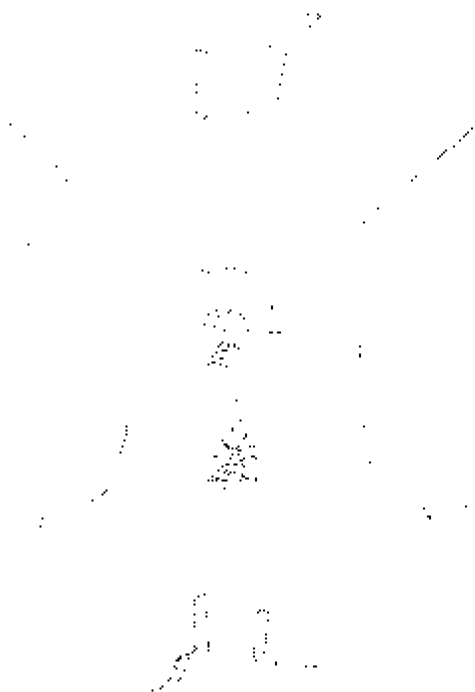


Fig. 17 – Planta e cortes da sepultura 4, da necrópole do Padrão (lev. C. Gaspar).

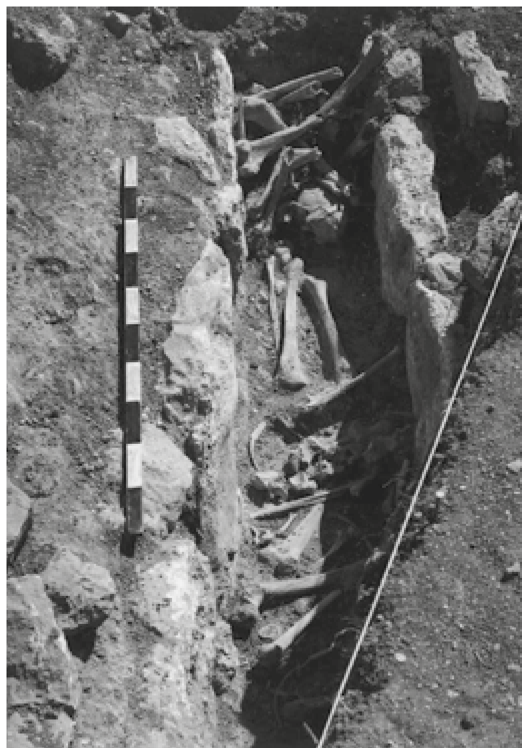


Fig. 19 – Vista, de noroeste, da sepultura 4, da necrópole do Padrão (foto M. V. Gomes, RXI/94-35).

5.4.2. Espólio osteológico. Sobre os esteios de cobertura da metade nascente detectou-se conjunto de ossos humanos pertencentes a diversos indivíduos, nomeadamente três fragmentos de calotes cranianas e alguns ossos longos, constituindo ossuário (Fig. 18).

Também o interior da câmara mostrou amontoado de ossos humanos no lado nascente e resto de esqueleto parcialmente em conexão anatómica, correspondendo ao último enterramento ali efectuado. Todavia, foram identificados, espalhados um pouco por toda a câmara, ossos humanos diversos, por certo pertencentes a inumações mais antigas e em parte removidas, para o lado nascente ou, mesmo, para o seu exterior, conforme antes referimos.



Fig. 18 – Vista, de norte, do ossuário que sobrepunha a sepultura 4 (foto M. V. Gomes, RXI/94-20).

5.4.2.1. Inumação 1 (indivíduo parcialmente em conexão anatómica) (Fig. 20)

Ossos da cabeça

Crânio. Conservou-se quase na totalidade, com ausência apenas de pequenas porções no occipital, arcada zigomática dir., frontal e parietal dir. A tábua externa apresenta certas áreas mal conservadas ou desgastadas, com exposição do tecido trabecular por efeitos tafonómicos. Algumas suturas, nomeadamente a tempero-parietal esq. e lambedoideia esq., encontram-se mal consolidadas, facto que devemos associar à compressão provocada pelo peso das terras que cobriam o cadáver, não permitindo manter a união das diversas peças osteológicas. Desta forma, os valores osteométricos estimados deverão ser considerados como aproximados. Mostra a maioria das suturas consolidadas, sendo visível na tábua externa, a coronoal e a sagital de tipo labiríntico, com vestígios de apagamento entre os parietais, de grau 1 da tabela de Broca (Thillaud, 1996, p. 73). A sutura lambedoideia está igualmente consolidada e é do tipo labiríntico. Ao nível do endocrânio as suturas encontram-se totalmente consolidadas e apagadas. **Frontal**. Apresenta-se ligeiramente oblíquo, com órbitas grandes, arredondadas, e arcada supraorbitária acentuada. O periósteo oferece diversos sulcos paralelos transversais, fusiformes e de secção angular, provocados pelas condições de jazida. Nas partes ântero-laterais, esq. e dir., observam-se dois orifícios abertos *post-mortem*, com bordos irregulares. Na porção ântero-lateral do tecto da órbita do lado esq., detectam-se sinais de possível hiperostose esponjosa órbital (*criba orbitalis*). Na superfície externa do bordo e arco órbital esq. são visíveis sinais de pequenos orifícios, isolados e dispersos, possivelmente relacionados com osteoporose (Campillo, 2001, p. 286). Reconhece-se parte da espinha nasal e dos ossos próprios do nariz, aparentemente dentro dos limites da normalidade. **Parietal esq**. Mostra pequenas mutilações ao nível da sutura lambedoideia e ao longo da tábua externa. A tábua interna apresenta as suturas consolidadas e apagadas, observando-se impressões correspondentes às ramificações da artéria meníngea média, com arborização por toda a peça osteológica. **Parietal dir**. A tábua externa encontra-se em mau estado de conservação, mostrando diversas fracturas cominutivas, possivelmente por efeito da compressão das terras no interior da sepultura, tal como acentuado desgaste do periósteo. Ao nível da tábua interna são igualmente visíveis impressões correspondentes às ramificações da artéria meníngea, dentro dos limites da normalidade. **Temporal esq**. Mutilado no bordo superior da escama, osso timpanal e parte da superfície externa da apófise mastoide. Esta mostra-se desenvolvida e compatível com indivíduo adulto e do sexo masculino. **Temporal dir**. Apresenta diversas mutilações ao nível da arcada zigomática, ultrapassando esta o canal auditivo externo, bordo superior da concha, nomeadamente tempero-parietal e superfície externa da apófise mastoide. Esta apresenta

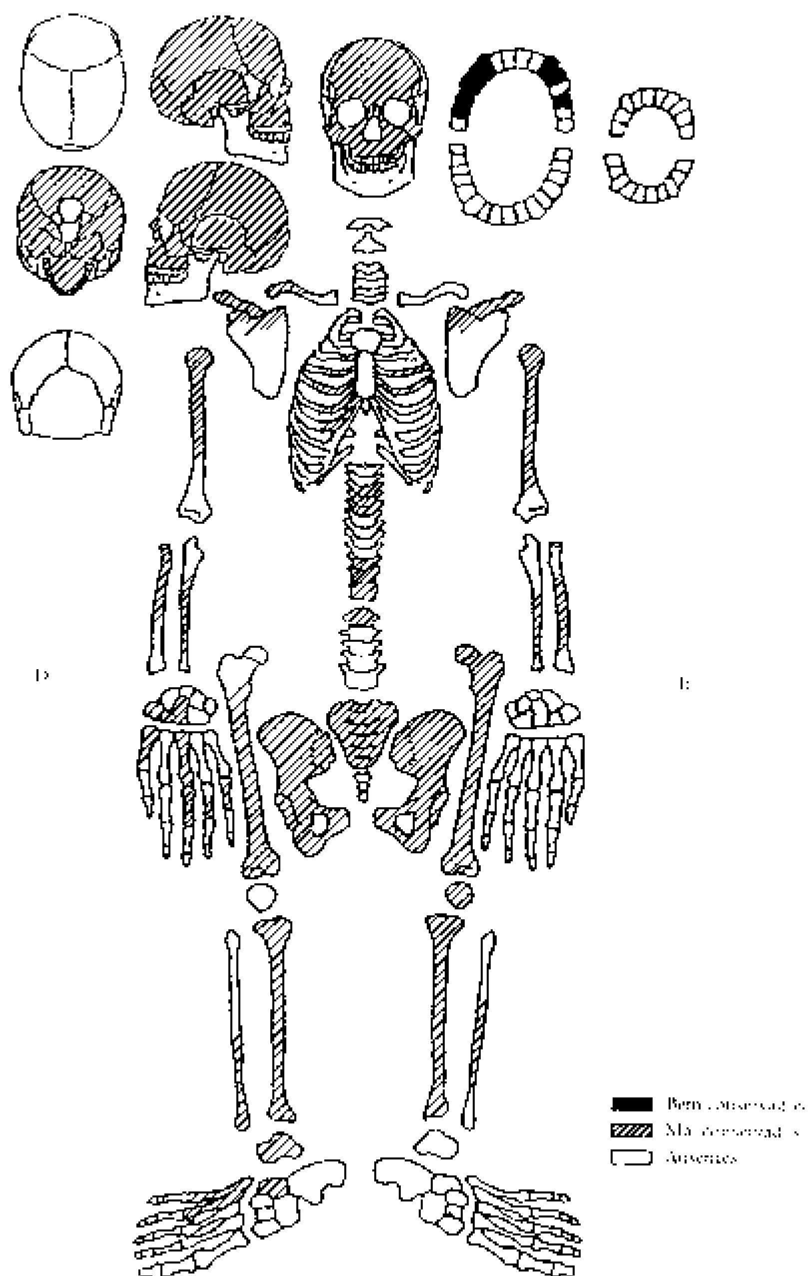


Fig. 20 – Espólio osteológico correspondente à inumação 1 da sepultura 4 (seg. L. C. Paulo).

a mesma morfologia do temporal oposto. **Esfenóide**. Mostra parte das grandes asas, com destruição completa da apófise pterigoides. **Occipital**. Apresenta protuberância occipital externa bem desenvolvida e saliente, oferecendo rugosidades musculares compatíveis com indivíduo do sexo masculino. Observam-se pequenas mutilações ao nível da superfície externa do occipital, côndilos e corpo basilar. A sutura lambedoideia é consolidada e do tipo lambiríntico, apresentando divergência ao nível do *asterion*, voltando a unir, a sensivelmente 27 mm do *lambda*. **Maxilar**. Muito mutilado ao nível das fossas nasais, parte superior do bordo alveolar e sector posterior do palato. São visíveis os alvéolos desabitados dos dentes 11, 12, 18, 21, 22, 25, 27 e 28, conservando-se os dentes do 13 ao 17 e 23, 24 e 26. Os dentes 13, 14, 15, 16, 17, 24 e 26, mostram atrição dentária muito acentuada, com exposição da dentina primária. O desgaste verificado nos dentes 13, 14 e 15 é mais acentuado no terço anterior da face oclusal e menor na restante superfície, porventura compatível com má oclusão. Os dentes 23 e 24 evidenciam ligeira rotação para a esquerda, podendo relacionar-se com a referida má oclusão. No 16 verifica-se acentuada atrição dentária, com exposição da dentina secundária e da polpa. Os dentes 17 e 26 evidenciam acentuado desgaste dentário no terço posterior da fase oclusal. Observam-se hipoplasias lineares do esmalte nos dentes 13, 14, 23 e 24. Reconheceram-se sinais de depósitos de tártaro, de baixa densidade, irregular e fino, no dente 24. Descorticação *post-mortem*, possivelmente provocada pela acção de microrganismos, no dente 26. Não se observaram cáries dentárias. No alvéolo desabitado 27, é visível cavidade, com cerca de 7 mm de diâmetro máximo, possivelmente compatível com abcesso. Devemos manter certas reservas em relação a esta identificação, devido ao mau estado de conservação do maxilar. A existência do terceiro molar e o elevado nível de atrição dentária de todos os dentes sugere indivíduo com idade entre os 35 e os 40 anos.

N.º	Ântero-posterior	Transversal	Altura
13	8	7	9
14	8	7	6
15	9	7	4
16	1	9	2
17	9	9	3
23	8	7	1
24	8	6	6
26	1	9	3

Medidas dos dentes (em mm).

Medidas	Valores
Comprimento máximo craniano	205
Largura máxima craniana	152
Altura basilobregmática	99
Diâmetro nasiobasilar	102
Diâmetro alvéolobasilar	92
Diâmetro nasioalveolar	74
Diâmetro bimaxilar máximo	92
Diâmetro bizigomático	–
Altura nasal (nasion– espinha nasal anterior)	52
Largura nasal	21
Largura órbita esquerda	37
Altura órbita esquerda	34
Largura órbita direita	37
Altura órbita direita	34
Comprimento do palato	–
Largura do palato	37
Diâmetro frontal mínimo	100
Curva sagital ou ântero-posterior	–
Curva frontal (*nasion-bregma*)	130
Curva parietal (*bregma-lambda*)	128
Curva occipital (*lambda-opistion*)	128
Comprimento mínimo frontal	113
Comprimento mínimo parietal	109
Comprimento mínimo occipital	92
Comprimento do orifício occipital (basion-opistion)	40
Largura do orifício occipital	29
Largura bi-dacrion	–
Largura máxima bi-asterion	111

Valores craniométricos (em mm).

A análise dos valores craniométricos obtidos para este indivíduo, permitiram reconhecer os seguintes índices caracterizantes do morfotipo racial: O índice cúbico do crânio (método de Manouvrier) é aproximadamente de 1353 c.c., tendo de ser considerado como valor aproximado, dado o nível de destruição e de desarticulação das diferentes peças osteológicas. O valor apurado enquadra-se nos parâmetros normais, segundo as médias de Sarasin para o sexo masculino, apesar de Martin o inserir nas microcefalias (Campillo, 2001, p. 177); O índice cefálico é de 74.14, o que corresponde a crânio dolicocéfalo, nas tabelas de Broca e de Deniker (Testut e Latarjet, 1944, p. 309); O índice de altura-longitude cra-

niana é de 48.23, integrando-se nos crânios baixos, segundo as tabelas de Broca, Tunier e de Martin (Testut e Latarjet, 1944, p. 309), apesar de a sua base apresentar diversas mutilações que podem alterar os valores agora obtidos; O índice de altura-largura craniana oferece 65.13, classificando-o como tapeinocéfalo (Testut e Latarjet, 1944, p. 309); O índice orbitário apresenta 91.8, fazendo parte das órbitas megasemas (<89) (Testut e Latarjet, 1944, p. 287); O índice nasal é de 40.4, correspondendo a leptorrino (nariz delgado e estreito) (Testut e Latarjet, 1944, p. 293); O índice vertical aurículobregmático e o índice facial não são possíveis de serem determinados, devido ao nível de destruição que o crânio apresenta nos pontos osteométricos.

Mandíbula. Dois fragmentos, os quais abrangem parte do corpo mandibular, onde se observam, ainda que parcialmente, dois alvéolos indeterminados, e parte da região do mento, que se sugere saliente e desenvolvido, compatível com indivíduo do sexo masculino.

Ossos do tronco

Costelas. Múltiplos fragmentos, sobretudo da zona mesial, de lado indeterminado, pertencentes a indivíduo de idade adulta. **Vértebra cervical**. Indeterminada, apenas subsistindo a lâmina. **Vértebras dorsais**. Sete fragmentos com mutilações ao nível dos corpos e lâminas, invibializando a identificação. Observa-se, porém, algumas formações osteofíticas nas superfícies articulares inferiores. **Vértebras lombares**. Reconhecem-se todas, da L1 à L5, cujo nível de destruição inviabiliza a osteometria, à excepção da L4 com 26 mm de altura. Esta apresenta, no bordo superior da face anterior do corpo, formações osteofíticas. **Sacro**. Situa-se dentro dos limites da normalidade, com as vértebras sagradas soldadas, correspondendo desta forma a indivíduo de idade superior a 30 anos. Encontra-se muito mutilado e o seu estado actual condiciona os valores osteométricos, à excepção da largura do canal sagrado, com 31 mm, e comprimento total aproximado de 126 mm.

Ossos dos membros superiores

Clavícula dir. Fragmento correspondendo à metade distal, apresentando múltiplas mutilações ao nível da epífise, pertencente a indivíduo adulto. **Omoplata esq**. Apresenta apenas a cavidade glenoide e o acromion, ambos muito mutilados. Pertence a indivíduo de idade adulta e a altura da cavidade é de cerca de 37 mm. Salienta-se que este valor, para o sexo masculino, é igual ou superior a 37 mm, sendo que para o sexo feminino é igual ou inferior a 34 mm. **Omoplata dir**. Fragmento, apresentando apenas a cavidade glenoide, acromion e apófise coracoide. Mede 42 mm de altura na cavidade glenoide,

sendo compatível com o sexo masculino. **Úmero esq**. Mostra mutilação, do lado externo, ao nível das epífises e do perióstеo, pertencente a indivíduo de idade adulta. Mede 330 mm de comprimento máximo, 51 mm de diâmetro na cabeça, 23 mm e 20 mm de diâmetros, máximo e mínimo, medindo o ângulo de inclinação cabeça-corpo 144°. **Úmero dir.** Três fragmentos, abrangendo a cabeça, terço superior da diáfise e metade distal, compatível com o úmero anterior. Os diâmetros, máximo e mínimo, medem 23 mm e 20 mm. **Rádio esq**. Diáfise e epífise inferior, ambas muito mutiladas. **Rádio dir**. Dois fragmentos, abrangendo a epífise inferior e parte da diáfise. **Cúbito esq**. Apresenta múltiplas mutilações, sobretudo ao nível das extremidades. Mede 280 mm de comprimento máximo. **Cúbito dir**. Dois fragmentos, abrangendo a epífise superior e parte da diáfise. **Escafóide, trapézio e primeira falange**, do primeiro dedo, muito mutilados. **Metacarpo, primeira falange e três segundas falange**s, de dedo e lados indeterminados.

Ossos dos membros inferiores

Coxal esq. Evidencia mutilação ao nível do periósteo e da crista ilíaca, a qual se apresenta bem consolidada, com apagamento da linha de sinostização. Mostra cavidade cotiloideia dentro dos limites da normalidade, chanfradura ciática maior, em V, compatível com o sexo masculino. A superfície articular da sínfise púbiana encontra-se muito degradada, não permitindo a determinação etária. Mede 155 mm de largura máxima, 245 mm de altura e 45° no ângulo da chanfradura ciática. **Coxal dir**. Muito mutilado, ao nível da parte superior do ilíaco, mostra destruição completa do isquion. Oferece o ângulo da chanfradura ciática maior em V. **Fémur esq**. Exibe diversas mutilações ao nível do periósteo, conservando linha áspera desenvolvida e evidenciando algumas rugosidades musculares. Mede 510 mm de comprimento máximo, pelo que o indivíduo teria cerca de 1,80 m de altura, segundo a tabela de Trotter e Gleser. Tem 29 mm de diâmetro ântero-posterior, 32 mm de diâmetro transversal, cerca de 87 mm de largura bicondilar, 36 mm de diâmetros ântero-posterior e transversal subtrocanterianos, e 131° no ângulo de inclinação cabeça-colo. O índice de platimeria é de 109,3, correspondendo a estenomeria. **Fémur dir**. Compatível com o fémur anterior, apresenta mutilação completa da cabeça e grande trocanter, assim como elevado nível de deterioração de todo o periósteo. Mede 29 mm de diâmetro ântero-posterior, 30 mm de diâmetro transversal e cerca de 75 mm de largura bicondilar. Apresenta 27 mm em ambos diâmetros, ântero-posterior e transversal, da diáfise. O índice de platimeria é de 96,4, correspondendo a platimeria moderada. **Rótula esq.** Mostra múltiplas mutilações ao nível dos bordos. É compatível com indivíduo de idade adulta. **Tíbia esq**. Apresenta pequenas mutilações, ao nível da epífise inferior, e alterações do periósteo, devido a

factores tafonómicos. Mede 39 mm e 29 mm nos diâmetros, ântero-posterior e transversal, respectivamente. O índice cnémico é de 74,3, correspondendo a euricnemia, ou seja, não evidencia achatamento. **Tíbia dir**. Ostenta pequenas mutilações na epífise inferior e alterações ao nível do periósteo, provocadas por factores tafonómicos. Mede 40 mm e 28 mm nos diâmetros, ântero-posterior e transversal, respectivamente. O índice cnémico é de 70,0, correspondendo a euricnemia. **Perónio esq**. Diáfise muito mutilada. **Perónio dir**. Dois fragmentos, os quais abrangem parte mesial da diáfise e o terço inferior, conservando a epífise muito deteriorada. **Escafóide e primeiro cuneiforme**. Ambos muito mutilados. **Primeiro metatarso**. Mede cerca de 64 mm de comprimento máximo. **Primeira e segunda falanges**. Pertencentes ao primeiro dedo. **Quarto e quinto metatarsos**. Mutilados na parte superior.

5.4.2.2. Ossos amontoados ou dispersos pela sepultura

Ossos da cabeça

Mandíbula. Exibe mento pouco saliente, em forma de U, com diversas mutilações, sobretudo ao nível dos alvéolos dentários e extremidades, com falta da apófise coronóide. Os ramos são rectos, com 105° de ângulo goniaco de ambos lados, compatível com o sexo feminino. O corpo mandibular apresenta sinais sugestivos de retracção alveolar, com exposição das raízes, apesar do nível de degradação do osso. Apresenta 117 mm de comprimento máximo, 70 mm de altura coronoide do lado dir., 115 mm de diâmetro bicondilar, 114 mm de largura bigonial, 48 mm de largura foramen-mentoniana, assim como 32 mm e 36 mm

N.º	Ântero-posterior	Transversal	Altura
33	8	6	5
34	7	5	5
35	8	6	5
36	11	10	5
37	10	10	4
38	10	9	5
41	7	5	5
44	7	6	4
45	8	7	4
46	10	11	5
47	10	9	5
48	9	10	5

Medidas dos dentes da mandíbula (em mm).

de largura dos ramos, esq. e dir., respectivamente. Conserva dentes, do canino ao terceiro molar inferior esq., o segundo incisivo do lado dir. e todos os pré-molares inferiores do lado dir. O 33 encontra-se muito destruído, com sinais de desgaste no lado mesial da face oclusal, o 34 e 35 mostram-se igualmente muito destruídos, com maior desgaste no lado bocal da face oclusal. O 36 e o 37 apresentam desgaste na face oclusal, com exposição de dentina do nível 2. Os dentes 41 e do 44 ao 48 oferecem, na superfície oclusal, desgaste até à dentina secundária, com fracturas pós-morte do esmalte, tal como elevado nível de degradação.

Dentes isolados. Foram identificados o primeiro incisivo inferior dir., o segundo incisivo inferior esq., o canino superior dir., os segundos pré-molares inferiores de ambos lados, o primeiro molar inferior dir. e o segundo molar inferior do lado esq. Quase todos os exemplares apresentam atrição dentária na face oclusal, de baixo nível. O 46 mostra acentuada degradação das superfícies externas, enquanto no 13 se identificam hipoplasias lineares do esmalte. **Esfenóide**. Fragmento da asa do lado esq. **Ossos do nariz**. Fragmentos muito deteriorados. **Temporal**. Fragmento mesial da apófise zigomática do lado dir.

N.º	Ântero-posterior	Transversal	Altura
13	9	8	10
32	5	5	7
35	9	7	8
37	10	12	6
41	5	6	9
45	9	8	8
46	12	13	7

Medidas dos dentes isolados (em mm).

Ossos dos membros superiores

Omoplata esq. Fragmento muito mutilado, abrangendo apenas a cavidade glenoide e parte do acromion, de indivíduo adulto. A altura da cavidade glenoide é de 42 mm. **Omoplata dir**. Muito mutilada, conservando parte da cavidade glenoide, do acromion e do bordo externo. Apresenta 37 mm de altura na cavidade glenoide, correspondendo a indivíduo do sexo masculino. **Úmero esq**. Dois fragmentos, conservando um metade da diáfise e a epífise superior e o outro apenas pequena porção da epífise inferior, muito destruída. Mede 55 mm de diâmetro na cabeça, 22 mm e 19 mm de diâmetros, mínimo e máximo, da diáfise, enquanto o ângulo de inclinação cabeça-sol é de 130°. **Úmero esq**. Metade inferior, com elevado grau de destruição do periósteo. A epífise denota sinostização completa, compatível com idade adulta. **Úmero dir**. Metade inferior, com diversas mutila-

ções ao nível do perióteo, compatível com indivíduo de idade adulta. Não foi possível o registo de valores osteométricos. **Úmero dir**. Terço inferior da diáfise, em elevado estado de deterioração, sobretudo do periósteo. **Úmero dir**. Conserva o terço superior, com mutilação completa da epífise superior, de indivíduo adulto. **Rádio esq**. Fragmento abrangendo o terço inferior da diáfise e a epífise, ambas muito mutiladas. **Rádio dir**. Compatível com indivíduo adulto, apresenta diversas mutilações ao nível da diáfise e de ambas epífises, as quais inviabilizam o registo dos seus valores osteométricos. **Cúbito esq**. Apresenta múltiplas mutilações, sobretudo ao nível das extremidades. Mede 270 mm de comprimento máximo. **Cúbito dir**. Fragmento abrangendo a diáfise e a epífise superior, com múltiplas fracturas *post-mortem*.

Ossos dos membros inferiores

Coxal esq. Fragmento muito deteriorado, contendo parte da cavidade cotiloide e da chanfradura ciática, a qual apresenta forma em V, com cerca de 40°, compatível com o sexo masculino. **Coxal dir**. Fragmento muito mutilado, conservando parte da cavidade cotiloide e porção inferior do isquion. **Fémur esq**. Fragmento correspondendo ao terço distal da diáfise e epífise inferior, compatível com indivíduo adulto, com diversas mutilações ao nível do periósteo. Apenas parte do bordo posterior é observável, sugerindo ser desenvolvido, apresentando rugosidades musculares acentuadas, pertencendo, possivelmente, a indivíduo do sexo masculino. Mede 90 mm de largura bicondilar. **Fémur esq**. Com ausência do terço distal, apresenta epífises bem consolidades, bordo posterior pouco desenvolvido, não se observando rugosidades musculares, sendo compatível com indivíduo adulto do sexo feminino. Encontra-se muito mutilado, sobretudo ao nível do grande trocanter e da cabeça. Mostra curvatura da diáfise ligeiramente acentuada. Mede 28 mm nos diâmetros, ântero-posterior e transversal, e 133° de inclinação cabeça-sol. O índice de platimeria é 100, correspondendo a estenomeria. **Fémur dir**. Compatível com o fémur anterior, é constituído por dois fragmentos, correspondendo ao terço distal da diáfise, epífise inferior e ao terço superior da diáfise, com destruição completa da epífise superior, ostentando diversas mutilações ao nível do periósteo. A parte analisável do bordo posterior é desenvolvida, conservando rugosidades musculares acentuadas, pertencente a indivíduo adulto, possivelmente do sexo masculino. Mede 85 mm de largura bicondilar, 29 mm de diâmetro ântero-posterior e 33 mm de diâmetro transversal. O índice de platimeria é de 87,8, correspondendo a platimeria moderada. **Tíbia esq**. Dois fragmentos, um dos quais abrange a diáfise e a epífise superior, e o outro a epífise inferior, ambos oferecendo múltiplas mutilações, sobretudo ao nível do periósteo, condicionando os valores osteométricos. Mede 395 mm de comprimento máximo, 38 mm de diâmetro ântero-posterior e 27 mm de

diâmetro transversal. O índice cnémico é de 71, o que corresponde a euricnemia, ou seja, não apresenta achatamento. O indivíduo, de idade adulta, teria estatura entre 1,76 m e 1,78 m, segundo a tabela de Trotter e Gleser. **Tíbia esq**. Dois fragmentos, correspondendo um à zona mesial da diáfise e o outro à epífise superior. Pertence a indivíduo adulto. **Tíbia dir**. Metade superior da diáfise e epífise superior, apresentando mutilações várias na parte anterior da epífise. Mede 37 mm de diâmetro ântero-posterior e 28 mm de diâmetro transversal. O índice cnémico é de 75,6, correspondendo a euricnemia. **Tíbia dir**. Terço superior, com mutilação completa dos condilos, compatível com idade adulta. O elevado grau de degradação não permitiu determinar valores osteométricos. **Perónio dir**. Dois fragmentos, correspondendo a parte da diáfise e à epífise inferior, de indivíduo adulto.

5.4.2.3. Ossuário (exterior da sepultura)

Ossos da cabeça

Temporal dir. Abrange a região da apófise mastoide, apresentando-se desenvolvida. As rugosidades musculares são compatíveis com indivíduo adulto e do sexo masculino. **Temporal**. Fragmento muito mutilado. **Occipital**. Dois fragmentos, abrangendo sutura lambdoideia consolidada de tipo labiríntico, mas sem vestígios de apagamento. A protuberância occipital externa de um deles, aparentemente desenvolvida, sugere indivíduo do sexo masculino.

Ossos dos membros superiores

Cúbito dir. Três fragmentos, sendo um deles do terço superior, com mutilação parcial do olecranion e apófise coronoide. **Rádio**. Fragmento mesial da diáfise, de lado indeterminado.

Ossos dos membros inferiores

Tíbia. Fragmento muito mutilado e de lado indeterminado. **Ossos longos indeterminados**. Contaram-se 29 fragmentos.

5.4.3. Comentário

A análise antropológica e craniométrica do indivíduo correspondente à inumação 1, caracteriza o crânio como dolicocéfalo, tapeinocéfalo, de órbitas megasemas e leptorrino, integrando-se nos parâmetros raciais dos eurocaucasianos, do tipo mediterrâneo grácil (Campillo, 2001, p. 50).

A morfologia do frontal, ligeiramente fugidio, com órbitas arredondadas e arcada supraorbital acentuada, dos temporais com apófises mastoides desenvolvidas e occipital oferecendo protuberância occipital externa, saliente e com rugosidades musculares, é compatível com indivíduo do sexo masculino.

O desenvolvimento e nível de atrição dentária sugerem que o indivíduo teria cerca de 35 a 40 anos de idade, à altura da sua morte, o que concorda com o grau de apagamento e consolidação das suturas cranianas.

Conforme referimos, o crânio apresentava diversas alterações motivadas pelas condições de jazida, condicionando de certa forma o diagnóstico patológico. Contudo, identificaram-se patologias metabólicas e odontológicas.

Na região ântero-posterior do tecto da órbita esquerda são visíveis sinais de hiperostose esponjosa orbital (*criba orbitalis*), não sendo possível determinar tal patologia na órbita oposta, causado pelo nível de destruição do tecido ósseo.

Na superfície externa do bordo e arco orbital esquerdo existem sinais sugestivos de osteoporose, constituídos por pequenos orifícios, finos, isolados e dispersos.

Ao nível odontológico identificaram-se hipoplasias lineares do esmalte nos dentes 13, 14, 23 e 24, e depósitos de tártaro, de baixo nível, no dente 24. A atrição dentária, mais acentuada no terço anterior da face oclusal dos dentes 13, 14 e 15, é compatível com má oclusão, possivelmente relacionada com a rotação mesial dos dentes 23 e 24. Na base do alvéolo desabitado do dente 27, identificou-se cavidade provavelmente relacionada com abcesso paradentário fistulizado.

O occipital apresenta osso intraparietal, variante morfológica correspondente a osso supranumerário. Alguns autores incluem estes fenómenos em caracteres epigenéticos (Campillo, 2001, p. 179).

A análise do espólio antropológico descrito e procedente do interior da sepultura 4, apesar das limitações inerentes a este tipo de estruturas funerárias, permitiu reconhecer pelo menos três indivíduos. Dois deles seriam do sexo masculino, tendo em atenção a morfologia da chanfradura ciática maior, de forma em V, com cerca de 40° de ângulo e outro correspondendo possivelmente a indivíduo do sexo feminino, denunciado pela mandíbula, que possuí mento pouco saliente, em forma de U, com ambos ramos rectos, medindo cerca de 105° de ângulo goniaco.

Apesar de não nos ser possível determinar a idade precisa, aparentemente eram todos indivíduos adultos à altura da morte.

Um dos indivíduos do sexo masculino teria 35 a 40 anos, enquanto o do sexo feminino teria cerca de 30-35 anos de idade, conforme o nível de desenvolvimento e atrição dentária.

No espólio encontrado disperso no interior da sepultura, as alterações patológicas correspondem às hipoplasias lineares do esmalte, observadas no dente isolado 13 e no desgaste na face oclusal de quase todas as peças dentárias.

No corpo mandibular descrito existem sinais sugestivos de retracção alveolar, eventualmente associada a doença periodontal. Esta manifesta-se com maior incidência em indivíduos idosos e resulta da penetração de gérmenes entre a

mucosa e os dentes, provocando gengivites que, ao não serem sustidas, persistem e propagam-se, afectando o osso alveolar, levando à retracção do mesmo.

Foram igualmente observadas formações osteofíticas nas superfícies articulares das lâminas de vértebras dorsais e no bordo superior da face anterior do corpo de L4.

5.5. Sepultura 5 (Qs 7 e 10)

5.5.1. Arquitectura. Localizou-se sob a sepultura 3 e foi posta a descoberto apenas a cobertura da câmara, constituída por cinco lajes e alguns blocos de calcário (Fig. 21).

Encontrava-se orientada no sentido poente-nascente e media 2,20 m de comprimento e 1,00 m de largura.

5.6. Sepultura 6 (Q13)

5.6.1. Arquitectura. Foi detectada parcialmente, através de duas lajes de cobertura da câmara e de alguns blocos, de calcário.

Encontrava-se orientada no sentido poente-nascente. O sector exumado mede 1,20 m de comprimento e 1,00 m de largura.

5.7. Sepultura 7 (Q13)

5.7.1. Arquitectura. Era constituída por câmara, com forma paralelepipédica, escavada no substrato e orientada no sentido poente-nascente, com os lados maiores revestidos por lajes de calcário, dispostas de cutelo; duas daquelas no lado norte e uma no lado oposto. Media 1,15 m de comprimento, 0,35 m de largura e 0,35 m de profundidade (Figs 22, 23, 24 e 25).

A câmara encontrava-se preenchida com terra e era coberta por três lajes de calcário, dispostas transversalmente. A sua escavação não revelou qualquer espólio e parte da metade sul desta sepultura foi sobreposta pelo *tumulus* da sepultura 8.

5.8. Sepultura 8 (Qs 10, 11, 13 e 14)

5.8.1. Arquitectura. Procedeu-se, unicamente, à decapagem deste monumento, que se situava a poente da sepultura 5 e quase aflorava ao nível do solo actual, verificando tratar-se de *tumulus*. Este oferecia planta de forma subrectangular, sendo constituído por blocos de pedra imbricados, com pequenas dimensões, sobretudo de calcário e por alguns de *opus signinum*, pertencentes a construção romana desmantelada (Figs 23 e 26).

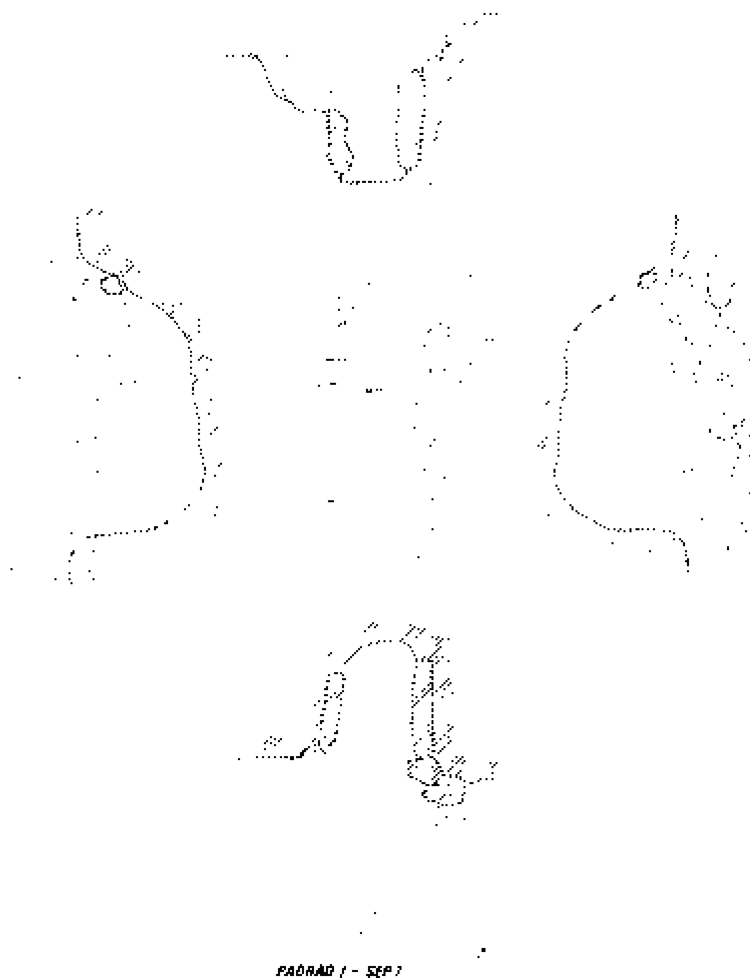


Fig. 22 – Planta e cortes da sepultura 7, da necrópole do Padrão (lev. C. Gaspar).



Fig. 21 – Vista, de norte, da cobertura da sepultura 5, da necrópole do Padrão (foto M. V. Gomes, RXII/94/20).



Fig. 23 – Vista, de nascente, das sepulturas 7 (aberta), 8 e 9, da necrópole do Padrão (foto M. V. Gomes, RXII/94-21).



Fig. 24 – Vista, de norte, da cobertura da sepultura 7, da necrópole do Padrão (foto M. V. Gomes, RXII/94-33).



Fig. 25 – Vista, de norte, da câmara da sepultura 7, da necrópole do Padrão (foto M. V. Gomes, RXII/94-10).



Fig. 26 – Vista, de poente, do *tumulus* da sepultura 8, da necrópole do Padrão (foto M. V. Gomes, RXII/94-18).



Fig. 27 – Vista, de norte, do *tumulus* da sepultura 9, da necrópole do Padrão (foto M. V. Gomes, RXII/94-17).

O *tumulus* encontrava-se orientado, segundo o seu eixo maior, no sentido poente-nascente e mede 2,00 m de comprimento, 1,50 m de largura e 0,45 m de altura máxima. Conforme antes referimos, sobrepunha parcialmente a sepultura 7.

5.9. Sepultura 9 (Qs 11 e 15)

5.9.1. Arquitectura. Localizava-se a 0,40 m a sul da sepultura 8 e tal como aconteceu com aquela, procedemos, apenas, à decapagem do *tumulus*, que também quase atingia o nível do solo actual (Figs 23 e 27).

Verificámos tratar-se de estrutura formada por blocos de calcário, com pequenas dimensões, onde reconhecemos alguns pedaços de *opus signinum* e, até, fragmento de elemento dormente de mó manual neolítica. Blocos maiores foram utilizados nos contornos do *tumulus*.

Oferecia planta de forma sub-rectangular, orientada no sentido poente--nascente, e media 2,00 m de comprimento, 1,20 m de largura e 0,45 m de altura máxima.

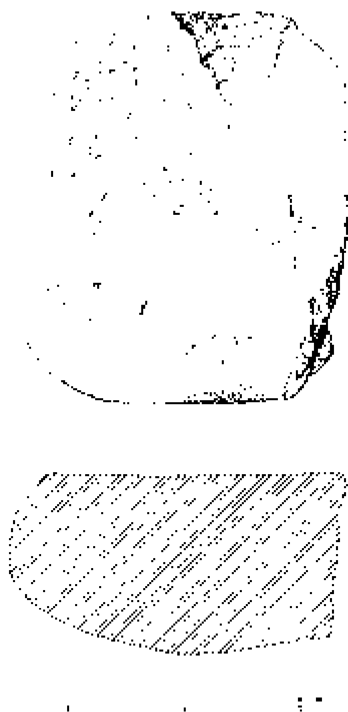


Fig. 28 – Elemento dormente de mó manual, do *tumulus* da sepultura 9, da necrópole do Padrão (des. J. Gonçalves).

5.9.2. Acervo material. É constituído, apenas, pelo fragmento de mó detectado no *tumulus*.

Mó manual. (PAD. Q15/SEP. 9-1). Fragmento correspondendo a elemento dormente, fabricado em grauvaque, de cor cinzenta escura (2.5Y 4/0). A superfície de trabalho é plana e mostra restos de picotagem e intenso polimento, resultante da sua utilização na moagem de cereais. Também ali se detectam finas incisões filiformes. O reverso, com aspecto convexo, serviu como amolador de artefacto metálico. Mede 0,170 m de comprimento, 0,140 m de largura e 0,080 m de espessura máxima (Fig. 28).

Trata-se de reutilização de artefacto procedente do contexto neolítico do local.

5.10. Sepultura 10 (Q12)

5.10.1. Arquitectura. A decapagem do terreno permitiu identificar parte do *tumulus* de sepultura, que também não escavámos, situada a, apenas, 0,30 m a sul da sepultura 9.

A estrutura referida encontrava-se melhor conservada no lado norte, onde era construída com blocos de pedra calcária da zona.

O *tumulus*, orientado no sentido poente-nascente, media 2,10 m de comprimento, 0,40 m de largura, desconhecendo-se qual a sua altura primitiva.

6. ESPÓLIO DISPERSO

6.1. Cerâmica (Fig. 29)

Panela (PAD. Q18/C2-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo e ao arranque do colo. O bordo é espessado, com secção triangular, tem a parte superior plana e o lábio em bisel. Foi fabricada com pasta pouco homogénea mas compacta, contendo elementos não plásticos, quartzosos, micáceos (biotite) e feldspáticos, de grão médio e, alguns, de grão grosseiro. Tanto o núcleo como ambas superfícies das paredes são cor-de-laranja (2.5YR 6/8). Media 0,140 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

Panela (PAD. Q19/C2-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo e ao arranque do colo. O bordo é espessado, com perfil triangular e apresenta lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta não muito homogénea

nem compacta, contendo elementos não plásticos, calcários, quartzosos e micáceos, de grão médio. O núcleo das paredes mostra cor cinzenta clara (10R 6/1) a cor-de-laranja (10R 6/8) e as superfícies oferecem engobe de cor bege amarelada (10YR 7/6). Media 0,140 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,008 m.

Prato/Tacho ? (PAD. Q19/C2-2). Fragmento correspondendo a porção do fundo. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, quartzosos e micáceos, de grão fino. Tanto o núcleo como ambas superfícies das paredes são cor-de-laranja (2.5YR 6/8). Na superfície exterior do fundo observam-se estrias, correspondendo a círculos concêntricos incisos. A espessura média das paredes é de 0,006 m.

Inclui-se nas denominadas cerâmicas africanas comuns ou de cozinha, sendo o aspecto decorativo acima referido típico das produções tunisinas, nomeadamente da zona de Cartago, datadas entre a segunda metade do século II e o século IV. O presente fragmento pode ter pertencido a peça das formas Lamboglia 9A/Hayes 181 ou Carandini 71/Hayes 183 (Hayes, 1972, p. 200-203).

6.2. Metal

Prego (PAD. Q2/C2-1). De cobre/bronze (?), oferece cabeça plana com contorno subcircular e corpo de secção quadrangular. Mede 0,022 m de comprimento e a cabeça tem 0,018 m de diâmetro (Fig. 29).

6.3. Osso

Úmero humano (PAD. Q17/C2). Fragmento mesial da diáfise, muito mutilado e de lado indeterminado.

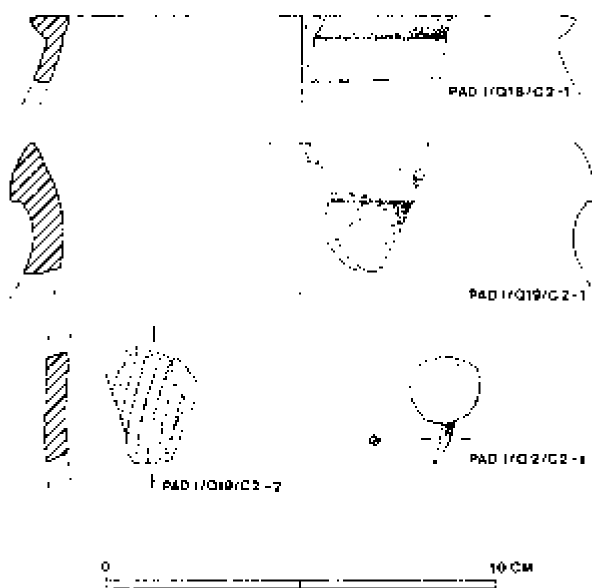


Fig. 29 – Espólio encontrado avulso, da necrópole do Padrão (des. A. Machado e J. Gonçalves).

7. DATAÇÕES ABSOLUTAS E PROCESSO HISTÓRICO

A necessidade de precisarmos, em termos temporais, a classificação da necrópole do Padrão, conduziu a que concorrêssemos ao programa de datações por radiocarbono promovido pelo IPA, em 2003, e nos tivesse sido concedido o processamento das duas amostras cujos resultados agora apresentamos (Quadro I).

As datações obtidas foram calibradas, utilizando-se para o efeito o programa CALIB 5.0 (Stuiver e Reimer, 1993) e a curva Int. Cal. 04-14C (Reimer *et al.*, 2004).

A cronologia indicada pela amostra procedente da sepultura 3 (úmero direito, tíbia direita, peróneo), quando calibrada para 1 *sigma*, apresenta intervalos situados entre 684-781 cal. A.D. e 790-807 cal. A.D. ou, para 2 *sigma*, entre 674-874 cal. A.D. Esta, abrangendo o último quarto do século VII, mas alcançando o século IX, é compatível com a datação tipológica da arquitectura da necrópole, com o ritual funerário nela patente e com os escassos testemunhos da cultura material descobertos, nomeadamente as contas de vidro e o brinco, indicando população visigoda ou visigotizada.

Ref. do Laboratório	Ref. da amostra	Tipo	δ13C (‰)	Idade (anos BP)	Data calibrada para 2 σ	Bibliogr.
Sac-2048	Pad./S3	Osso humano	-20,41	1250±40	674-874 cal. A.D.	inédita
Sac-2049	Pad./S4	Osso humano	-19,57	1140±40	779-794 cal. A.D. 800-987 cal. A.D.	inédita
UW-QIL	A.L.	Osso humano	?	1330±50	608-780cal. A.D. 792-805 cal. A.D.	Cunha, 2001
OxA-5439	A.C.R.	Osso humano	-19,1	1310±50	641-783 cal. A.D. 787-824 cal. A.D. 841-861 cal. A. D.	Soares, Santos e Umbelino, 1997
OxA-5440	A.C.R.	Osso humano	-18,7	1390±45	565-693 cal. A.D. 749-764 cal. A.D.	Soares, Santos e Umbelino, 1997
ICEN-1032	Pontes de Marchil	Osso humano	-18,87	1420±50	543-678 cal. A.D.	inédita

Quadro I. Datações absolutas obtidas para necrópoles visigóticas do Sul de Portugal. Os valores de δ13C indicam dietas predominantemente baseadas em preteínas temestres (>95%).

Todavia, a data do esqueleto da inumação 1 da sepultura 4 (fémur), quando calibrada para 1 *sigma*, mostra os intervalos 831-836 cal. A.D. e 869-975 cal. A.D. ou, para 2 *sigma*, 779-794 cal. A.D. e 800-987 cal. A.D., correspondendo a largo intervalo. Este abrange os séculos VIII a X e, em termos históricos, aos inícios da ocupação muçulmana do Algarve.

Assim, a cronologia obtida para o último enterramento da sepultura 4, aparentemente visigótica, parece colidir com factos históricos que alteraram muitos dos comportamentos sociais e designadamente religiosos, como os seus testemunhos, nomeadamente os relativos ao ritual funerário.

Para tentarmos compreender aquela divergência existem, pelo menos, duas explicações. A primeira, e a que nos ocorre de imediato, entenderia o rejuvenescimento da datação como causado por contaminação ou por anomalia no seu processamento, enquanto a segunda conduz a aceitarmos a cronologia absoluta obtida para a amostra como correcta, atribuindo-se o enterramento a comunidade moçárabe, ali activa em pleno século VIII ou IX. Não esqueçamos que bem perto do sítio do Padrão existiu importante santuário dedicado ao mártir São Vicente, mantido e frequentado por cristãos, moçárabes, e até por muçulmanos, desde o século VIII, sendo referido, no século XII, pelo geógrafo Edrisi.

A problemática respeitante à existência e vigor cultural das comunidades moçárabes no Sul de Portugal tem vindo, recentemente, a ser estudada, tanto na sua vertente histórica como artística, por Manuel Real (1995; 1998; 2000). Acresce que cronologias absolutas, obtidas para outras necrópoles daquela mesma grande região, indicam a pervivência, em tempos de administração muçulmana, de comunidades cristãs, inseridas no mundo rural (Fig. 30). De facto, a datação para esqueleto da necrópole do Alpendre dos Lagares (Serpa), uma vez calibrada, para 2 *sigma*, indica intervalos situados em 608-780 cal. A.D. e 792-805 cal. A.D. (UW-QIL) (Cunha, 2001, p. 325), apresentando, portanto, fortes probabilidades de corresponder ao século VIII. Dedução semelhante pode ser feita para uma das datações de esqueleto (III b) da necrópole do Assento de Chico Roupa (Vila Nova de Ficalho, Serpa) (Soares, Santos e Umbelino, 1997, p. 31), onde se obtiveram intervalos de calibração, para 2 *sigma*, de 641-783 cal. A.D., 787-824 cal. A.D. e 841-861 cal. A.D. (OxA-5439). Ainda uma segunda datação, referente a outro esqueleto (III a) da mesma necrópole, mostra intervalo de calibração, para 2 *sigma*, que atinge meados do século VIII (OxA-5440). Por fim, a única datação, do reduzido conjunto existente para necrópoles visigóticas do Sul de Portugal, que corresponde à plenitude daquele período é a de Pontes de Marchil, obtida para ossos de indivíduo adulto, do sexo masculino e que indica os séculos VI ou VII. Abel Viana (1949, p. 367) relatou o achado, em 1938, de conjunto de alfinetes de osso na mesma zona, por certo procedentes de enterramento, talvez da mesma necrópole.

A questão agora abordada conta, ainda, com a datação radiocarbónica de restos osteológicos humanos, da sepultura 14, da necrópole de Talaíde (Cascais) (ICEN-793: 1130±90 B.P.) que, uma vez calibrada, apresenta intercepção em 894 cal. D.C. e o intervalo, para 2 *sigma*, de 680-1040 cal. D.C. e, portanto, situando-a nos séculos VIII a X.

Aquele espólio era acompanhado por fivela, de bronze, cujo modelo indica poder ter sido produzido no século VII ou nos inícios da centúria seguinte (Cardoso e Cardoso, 1995, p. 413), reafirmando-se, assim, uma vez mais, não só a larga amplitude cronológica no que concerne à utilização destas necrópoles, como a presença de comunidades cristãs em período de pleno domínio político islâmico.

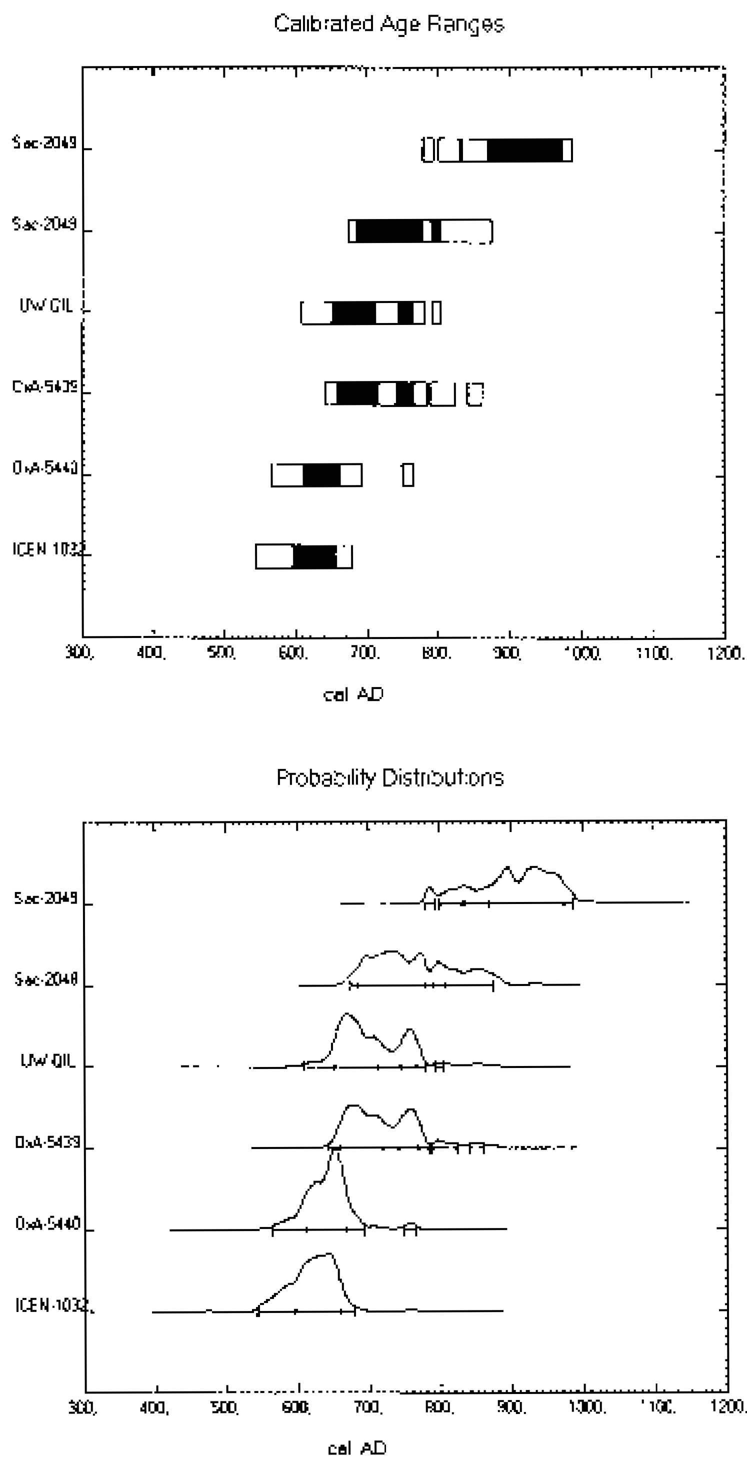


Fig. 30 – Datas calibradas para espólios osteológicos procedentes de necrópoles visigóticas/moçárabes do Sul de Portugal (seg. A. Monge Soares).

8. TOPOLOGIA E ARQUITECTURA

A necrópole de Padrão foi instalada em lugar alto e, portanto, com excelente visibilidade da envolvente, característica que também encontramos em outros cemitérios, tanto urbanos como rurais, seus contemporâneos. Não sabemos se nas suas proximidades existia algum templo, ou até um túmulo venerado, mas certamente que se situariam, não longe, *vici* ou casais agrícolas onde viveram os indivíduos nela sepultados.

Atendendo a alguns cálculos que conduziram a aceitar ser o número de pessoas correspondente a cada necrópole sete vezes maior que o número de sepultados, teríamos para a zona conhecida do cemitério em estudo, comunidade com cerca de uma centena de almas (Ardanaz Arranz, 2000, p. 287). A muito provável existência de mais sepulturas não escavadas aumentará substancialmente aquele valor, pelo que devemos aceitar encontrarmo-nos perante indivíduos procedentes de diversas explorações rurais da zona e, talvez, de aldeia.

Junto da necrópole passaria caminho que, seguindo linha de cumeadas, ligava a zona da Raposeira ao litoral (praia da Ingrina), estando hoje transformado em estrada.

Os terrenos próximos da necrópole foram, desde sempre, fortemente antropizados, ali abundando testemunhos epipaleolíticos (indústrias mirenses), neolíticos, calcolíticos, da Idade do Bronze e romanos. Estes últimos oferecem larga diacronia, identificando-se estruturas correspondentes a *villae*, situada na zona a sul da povoação da Raposeira, que entregou numismas de Cláudio II, o Gótico (269-270) e Teodósio (379-395) (Velhinho, 1994).

Grandes manchas, contendo restos de materiais construtivos dispersos, romanos e tardo-romanos, tal como cerâmicas islâmicas, podem ser observadas entre aquela povoação e as arribas litorais.

A visibilidade da necrópole, a que aludimos, deve reflectir a necessidade de criação de referências, físicas, no contexto do mapeamento perceptivo da zona, como psicológicas, funcionando aquele espaço como uma espécie de centro, polarizado pelas práticas sócio-religiosas desenvolvidas em torno do espaço sagrado em que repousavam os restos dos antepassados. Nesta prespectiva, importa referir a presença do enorme monólito afeiçoado, que denominámos menir 1 do Padrão, propositadamente conservado e talvez elemento gerador da necrópole.

De facto, julgamos ter desempenhado aspecto relevante na formação da necrópole do Padrão a existência do grande menir fálico, ali existente desde longínquos tempos neolíticos. Desde logo, causa-nos alguma surpresa a sua não reutilização, como importante fonte de matéria-prima, aplicável na construção de sepulturas, data até a escassez de lajes e de blocos com grandes dimensões ali aplicados.

A explicação para a conservação de tal monólito deve residir na complexa actividade mágico-religiosa desenvolvida pelas populações visigóticas ou visigotizadas, então recentemente convertidas ao cristianismo e onde residiam ainda fortes crenças animistas, conforme permitem apercebermo-nos os diversos éditos conciliares, disposições episcopais e outras proibições, emanadas pelo poder político e religioso de então, conotadas com o que podemos chamar «culto das pedras». Este encontrava-se ligado às diversas propriedades que lhes eram atribuídas, nomeadamente generatrizes, propiciatórias ou profilácticas.

A acção evangelizadora do Ocidente Europeu, ocorrida a partir do século IV persegue o culto prestado aos elementos naturais, árvores, fontes e pedras, considerando-se sacrílegos os bispos que os tolerassem, conforme se expressou em 452 no Concílio de Arles. Condenações idênticas observam-se no Capitulário de Childerico I (511-558), no Cânone XX do Concílio de Nantes (658), repetindo-se idênticas recomendações no Concílio de Tours (567) e de Ruão (698), onde se denuncia claramente aqueles que fazem votos às pedras. Na Península Ibérica os concílios bracarenses de 561 e 572 anatematizam os idólatras e, no mesmo século, São Martinho de Dume condena, no *«De Correctione Rusticorum»*, o costume de se acenderam círios às pedras. Também os concílios toledanos de 681, 682 e 693 publicaram cânones sobre a idolatria praticada por muitos crentes que prestavam culto às pedras (*veneratores lapidum*). Estes anátemas repetem-se em diferentes Constituições dos Bispados, até ao século XVII.

Outras necrópoles coevas do Padrão foram igualmente instaladas em locais altos e visíveis a partir de larga envolvente. Por exemplo, o cemitério do Assento de Chico Roupa (Vila Verde de Ficalho, Serpa), ocupa zona da encosta nascente de pequena colina (Soares, Santos e Umbelino, 1997, p. 23), tal como a grande maioria das necrópoles que aproveitam afloramentos rochosos, visíveis a grande distância, de que as do Poço dos Mouros (Alcantarilha, Silves) ou da Forneca (São Bartolomeu de Messines, Silves) constituem exemplos.

As sepulturas identificadas na necrópole do Padrão encontravam-se edificadas segundo a orientação canónica cristã, ou seja, no sentido poente-nascente, tendo os indivíduos nelas inumados e cujos restos estudámos, sido colocados com a cabeça voltada para aquela primeira direcção.

Elas foram sendo sucessivamente alinhadas, constituindo duas fileiras paralelas, uma a poente, contendo seis monumentos, e outra, a nascente, onde contámos quatro de tais estruturas. Em ambos conjuntos encontrámos sepulturas sobrepostas.

A organização de sepulturas e de túmulos em filas paralelas, separadas por vias, mais ou menos largas, denuncia modelo tipicamente germânico (*reinheingräber*), que também observamos em necrópoles formadas por sepulturas escavadas na rocha, conforme evidencia a necrópole do Poço dos

Mouros (Silves), com três fileiras de sepulturas, e que tenderá a desaparecer, no século VIII, com a islamização (Ardanaz Arranz, 2000, p. 229; Gomes e Paulo, 2002, p. 345, 375).

No cemitério do Alto da Peça (Alcoitão, Cascais), trinta e quatro sepulturas, estruturadas e cobertas por lajes de calcário, estavam orientadas poente-nascente e integravam sete filas paralelas, a mais extensa das quais contando com sete daquelas construções (Oliveira, 1888-1892, p. 87). Também as necrópoles da Abuxarda e de Murches (Rossio Pelado) apresentavam as sepulturas dispostas de modo idêntico. Na mesma região, o cemitério de Talaíde (Cascais) ofereceu vinte e oito sepulturas orientadas poente-nascente, ao que parece formando pequenos grupos, embora não constituíssem filas rigidamente organizadas (Cardoso e Cardoso, 1995, p. 410).

Mais de meia centena de sepulturas que formavam a necrópole de Padrãozinho 1 (Elvas), definiam nove linhas paralelas, encontrando-se aquelas orientadas no sentido poente-nascente (Viana e Deus, 1955). No cemitério de Santa Marinha (Castelo de Vide), dezasseis sepulturas, orientadas poente-nascente, estavam dispostas em três filas (Rodrigues, 1978, p. 12, 13, 65, fig. 10). Com idêntica orientação das sepulturas, a necrópole de las Huertas (Pedrera, Sevilha) ofereceu cinquenta e quatro sepulturas, organizadas em seis linhas (Fernández Gómez, Oliva Alonso e García de Léaniz, 1984).

A orientação preferencial e canónica das sepulturas, no sentido poente-nascente, depositando-se os cadáveres com a cabeça voltada para aquela primeira direcção, segue importante ditame do ritual romano-cristão e não o germânico, que privilegiava a disposição norte-sul (Ripoll, 1985, p. 21). Assim, o inumado poderia observar o sol nascente e como ele acreditava-se que renasceria, sendo conduzido à vida eterna.

Na necrópole de Cacera de las Ranas (Aranjuez, Madrid) as sepulturas orientadas poente-nascente foram datadas maioritariamente nos séculos V-VI, enquanto as orientadas sudoeste-nordeste, conforme acontece no Padrão, estariam conotadas com o nascimento do Sol no solstício de Verão, pertencendo aos séculos VII e VIII (Ardanaz Arranz, 2000, p. 135).

Aquela última direcção predomina na necrópole já referida, do Poço dos Mouros, condizendo o espólio nela exumado com as observações cronológicas registadas (Gomes e Paulo, 2002, p. 372). Também na extensa necrópole de El Carpio de Tajo, onde se registaram quase três centenas de sepulturas, quase todas mostravam orientação no sentido oeste-este, de acordo com os cânones cristãos (Ripoll, 1985, p. 21).

Na necrópole de Gerena, apenas um túmulo foi orientado na direcção norte-sul, disposição que surge com frequência em cemitérios visigóticos da região de Cartagena (Fernández Gómez, Sierra Fernández e Casso de la Vega, 1987,

p. 197), ou na zona de Cuenca, conforme acontece no cemitério de Almodóvar del Pinar (Almagro Gorbea, 1970, p. 314; López Requena e Barroso Cabrera, 1994, p. 35).

Na necrópole de Segóbriga (Saelices, Cuenca), mais de duas centenas de sepulturas, oferecendo acentuado polimorfismo, dado existirem câmaras escavadas na terra ou na rocha do substrato, revestidas ou não por blocos pétreos, as orientações eram maioritariamente oeste-este, com as cabeças dos inumados dirigidas naquela primeira direcção, embora algumas estivessem edificadas no sentido noroeste-sudeste ou norte-sul (Almagro, 1975, p. 111).

As sepulturas do Padrão, também polimórficas e como não é raro acontecer em necrópoles suas contemporâneas, devem reflectir circunstâncias particulares, como a grande dificuldade na obtenção de materiais construtivos adequados, a diferença de estatutos sociais dos inumados ou, ainda, aspectos diacrónicos, provocando alterações nos rituais e estruturas funerárias.

As câmaras funerárias da necrópole do Padrão evidenciaram três tipos: a pequena fossa aberta na terra, sem qualquer revestimento, integrando o tipo I-B de G. Ripoll (1996, p. 119, 120), a fossa com as paredes revestidas por grandes telhas (*tegulae*), do tipo III-A de G. Ripoll (1996, p. 220, 221) e a fossa com as paredes revestidas por lajes ou blocos de pedra, a situação mais comum e que corresponde ao tipo VII-C da autora antes citada (Ripoll, 1996, p. 223, 224).

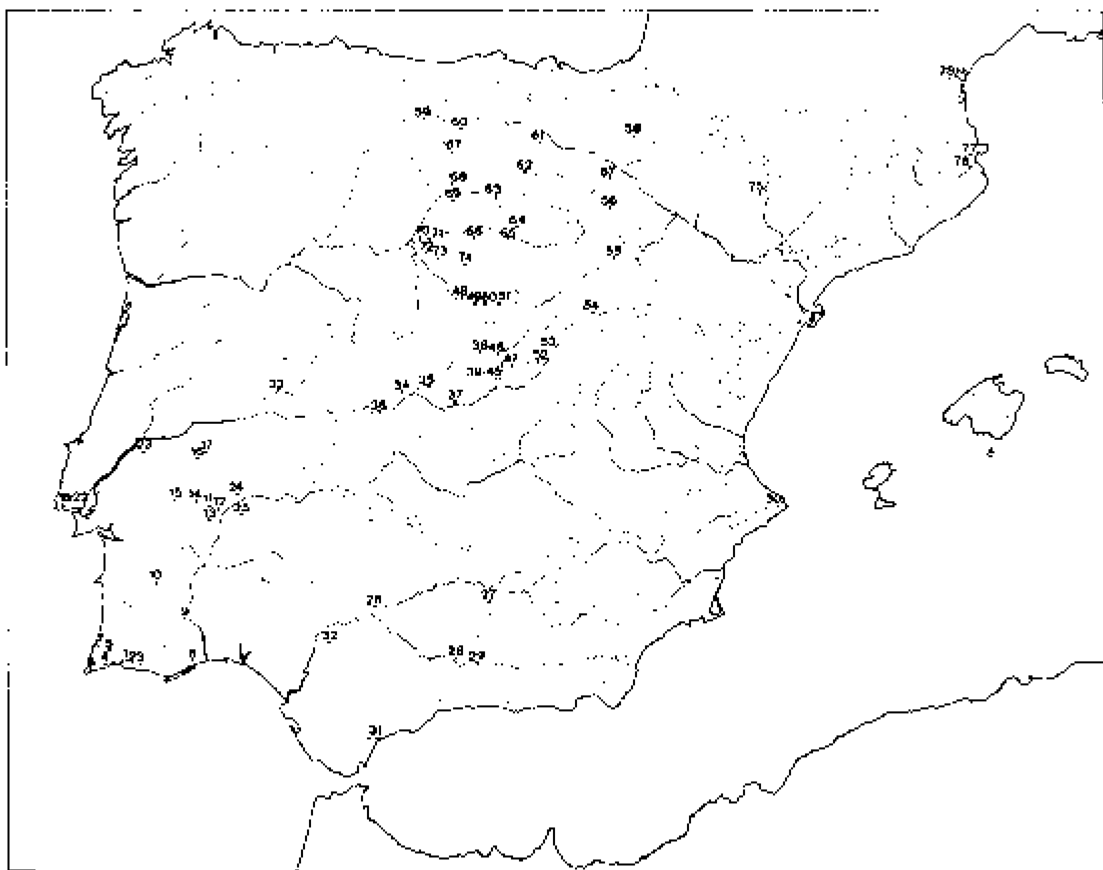
As fossas cujas paredes eram revestidas por lajes ou blocos de pedra mostravam cobertura do mesmo tipo, considerando-se que estas sepulturas traduzem a verdadeira tradição visigótica, enquanto que as outras formas detectadas devem reflectir a tradição romana.

As sepulturas em fossa simples, desprovidas de revestimento, como a correspondente à sepultura 3 do Padrão, são as menos comuns nas necrópoles visigóticas, embora se tenham detectado, junto com as de outros tipos em Cacera de Las Ranas (Aranjuez, Madrid), perfazendo 24,66% das conhecidas (Ardanaz Arranz, 2000, p. 224), Vega del Mar (Marbella), onde se identificaram duas (Posac e Puertas, 1989, mapa 2) ou em Gerena (Sevilha) (Fernández Gómez, Siena Fernández e Lasso de la Vega, 1987, p. 191). Em Piña de Esgueva (Valladolid), pelo menos oito sepulturas foram escavadas no solo, mostrando orientação poente-nascente (Pérez Villanueva, Tovar e Supiot, 1933).

Também na necrópole de Talaíde (Cascais), seis sepulturas eram apenas formadas por fossas escavadas no solo, embora fossem cobertas por lajes de pedra (Cardoso e Cardoso, 1995, p. 408).

Os cadáveres eram inumados vestidos e, possivelmente, envoltos em mortalhas ou sudários. Contudo, não se detectaram alfinetes, que prendessem as mortalhas, ou pregos de caixões de madeira, de que se conhecem abundantes exemplares em algumas necrópoles do mesmo período.

Pelo menos três sepulturas do cemitério do Padrão eram cobertas por *tumuli*, construídos com pedras e alguns blocos de *opus signinum,* com forma paralelepipédica. Estas estruturas, não muito comuns em outras necrópoles contemporâneas, não só protegiam os enterramentos como os assinalavam, dando-lhes visibilidade e expressão acima do nível do solo. Entre os raros paralelos coligidos para este aspecto, conta-se a sepultura 4 do Alto de la Barrilla (Cuarte, Zaragoza), com *tumulus* de terra (Beltrán Lloris, 1979, p. 567), as sepulturas 9 e 16 de El Jardinillo (Getafe, Madrid), tal como algumas de Herrera de Pisuerga, com *tumuli* apenas formados por tijolos, e de La Molineta (Murcia) (Ardanaz Arranz, 2000, p. 230; Iniesta Sanmartín e Martínez Alcalde, 2000, p. 221). *Tumulus* formado por pedras de pequenas dimensões cobria sepultura (2) escavada na rocha da necrópole de Las Lastras de San José (Albalate del Arzobispo, Teruel), com cronologia do século VI aos inícios do século VIII (Beltrán Martínez, Paz Peralta, Ortiz Palomar, Gordillo Azuara e Royo Lasarte, 2004, p. 20) (Fig. 31).



9. CULTURA MATERIAL

Entre os raros testemunhos de artefactos proporcionados pela área e sepulturas escavadas da necrópole do Padrão, evidenciou-se o conjunto de seis contas de pasta vítrea que constituíam colar, colocado ao pescoço de criança ali inumada (sep. 1).

Observa-se, de imediato, que aquele adorno, certamente também com funções apotropaicas, conforme acontece com os colares de contas, em especial de vidro e em todas as idades e latitudes, era formado por elementos mostrando significativas diferenças formais e dimensionais. De facto, ali se reconhecem dois grandes tipos de contas: uma tubular, muito pequena, e as cinco de forma esférica achatada e bem maiores. No entanto, se três destas são muito semelhantes entre si, uma mostra pequenas aplicações hemisféricas, conferindo-lhe aspecto exótico e raridade, enquanto outra apresenta gomos ou galões, diferenciando-se das restantes.

A conta pequena deveria intercalar com duas das maiores, permitindo, talvez com outras idênticas, melhor articulação do colar.

As pequenas contas cilíndricas ou tubulares, em geral com não mais de 4 mm de diâmetro, foram comuns no mundo romano a partir do século II, sendo também muito conhecidas no cemitérios germânicos e do período da expansão desses povos na Europa (séculos VI-VII) (Guido, 1978, p. 92, 94, 95).

As contas de pasta vítrea, de cor amarela torrada, mas translúcidas, castanha escura ou negra, foram sobretudo produzidas depois do século V, tal como as que apresentam aplicações, sendo muito do gosto das populações da Europa Central, tendo com elas alcançado o Sudoeste Peninsular (Guido, 1978, p. 100, 101).

Fig. 31 – Principais necrópoles visigóticas identificadas na Península Ibérica (a localização é aproximada). 1 – Poço dos Mouros (Silves); 2 – Retorta (Loulé); 3 – Torre de Apra (Loulé); 4 – Bensafrim (Lagos); 5 – Alcaria (Monchique); 6 – Padrão (Vila do Bispo); 7 – Barranco da Alcaria (Aljezur); 8 – Tavira (Tavira); 9 – Mértola (Mértola); 10 – Beja (Beja); 11 – Terrugem (Elvas); 12 – Chaminé (Elvas); 13 – Padrãozinho (Vila Viçosa); 14 – Vaiamonte (Monforte); 15 – Silveirona (Estremoz); 16 – Santa Marinha (Castelo de Vide); 17 – Azinhaga da Boa Morte (Castelo de Vide); 18 – Alto da Peça (Cascais); 19 – Abuxarda (Cascais); 20 – Murches (Cascais); 21 – Talaíde (Cascais); 22 – Casais Velhos (Cascais); 23 – Pedreira (Abrantes); 24 – Albuquerquer (Badajoz); 25 – Tierra de Barros (Badajoz); 26 – Cerro Muriano (Córdova); 27 – La Guardia (Jaén); 28 – Brácana (Granada); 29 – Marugán (Granada); 30 – Jávea (Alicante); 31 – Vega del Mar (Marbella); 32 – Gerena (Sevilha); 33 – Zarza de Granadilha (Cáceres); 34 – Diego Ávaro (Ávila); 35 – Santa Maria de la Cabreza (Ávila); 36 – Azután (Cáceres); 37 – El Carpio del Tajo (Toledo); 38 – Madrona (Madrid); 39 – Madrid (Madrid); 40 – Cerro de las Losas (Madrid); 41 – Colonia de Vallellano (Madrid); 42 – Los Afligidos (Madrid); 43 – El Jardinillo (Madrid); 44 – Cacera de las Ranas (Madrid); 45 – Alcalá de Henares (Madrid); 46 – Torrelaguna (Madrid); 47 – Daganzo de Arriba (Madrid); 48 – Espirdo (Segóvia); 49 – Ventosilla e Tejadilla (Segóvia); 50 – Sebúlcor (Segóvia); 51 – San Miguel de Noguera (Segóvia); 52 – Alarilla (Guadalajara); 53 – Palazuelos (Guadalajara); 54 – Villel de Mesa (Guadalajara); 55 – Deza (Sória); 56 – Suellacabras (Sória); 57 – Tañine (Sória); 58 – Pamplona (Pamplona); 59 – Herrera de Pisuerga (Palência); 60 – Avellanos del Campo (Burgos); 61 – Albelda de Iregua (Logroño); 62 – Ortigosa de Cameros (Logroño); 63 – Hinojar del Rey (Burgos); 64 – Osuna (Sória); 65 – Estebanvela (Segóvia); 66 – Castiltierra (Segóvia); 67 – Padilla de Arriba (Burgos); 68 – Villajimena (Palência); 69 – Amusquilla de Esgueva (Valladolid); 70 – Piña de Esgueva (Valladolid); 71 – Castillo Tejeriego (Valladolid); 72 – Sacramenia (Segóvia); 73 – Duratón (Segóvia); 74 – Siguero (Segóvia); 75 – Coscojuela de Fontona (Huesca); 76 – Ampurias (Gerona); 77 – Las Goges (Gerona); 78 – Estagel (Rossilhão).

A conta de forma galonada, do tipo a que os autores anglo-saxónicos chamam «lotus» ou «melon bead», cujo aspecto se assemelha à das sementes da papoila dormideira (Beltrán Martínez, Paz Peralta, Ortiz Palomar, Gordillo Azuara e Royo Lasarte, 2004, p. 20), encontra abundantes paralelos em necrópoles visigóticas da Península Ibérica. Contudo, não esqueçamos que tais contas foram produzidas na Europa desde tempos pré-romanos (séculos III-II a. C.) até à Alta Idade Média, sendo muito apreciadas pelos povos germânicos, dos séculos VI-VII e Vikings (séculos X-XI). Todavia, elas terão tido maior difusão na segunda metade do século VI (Eisen, 1930; Guido, 1978, p. 100). Entregaram contas de pasta vítrea galonadas as necrópoles de Herrera de Pisuerga, Duratón, Madrona, Espirdo, Segóbriga, El Carpio de Tajo, Afligidos, Camino de los Afligidos, Cortijo del Chopo, Santos de la Humosa, Las Lastras de San José, em Espanha (Maczynska, 1992; Ardanaz Arranz, 2000, p. 274), a necrópole da Abuxarda (Cascais) (Oliveira, 1888-1892, p. 89, est. III), em Portugal, e as necrópoles francesas de Villaine a Sublaines e Martels (Ardanaz Arranz, 2000, p. 274). Conta galonada, de cor negra e com linha ondulada de cor branca, foi descoberta em nível do século XI, do Castelo de Silves, devendo tratar-se de testemunho bem mais antigo, reutilizado ou talvez antes relacionado com a ocupação visigótica daquele espaço (Gomes, 2003, p. 421, 428).

Na necrópole de El Carpio de Tajo (Toledo), datada nos séculos VI-VII, exumaram-se numerosas contas galonadas, tal como outras, possuindo forma esférica achatada, de cor negra e em alguns casos decoradas através de linhas onduladas de cor branca, que muito se assemelham aos exemplares da necrópole algarvia em estudo (Ripoll, 1985, p. 32). Provêm da sepultura 107 do cemitério de Cacera de las Ranas (Aranjuez), duas contas galonadas que se associavam a duas fíbulas aquiliformes, de latão, e a fivela de cinturão, de bronze, sendo datáveis na primeira metade do século VI (Ardanaz Arranz, 2000, p. 169, 268).

Naquele arqueossítio detectaram-se, ainda, contas de forma esférica achatada, nas cores verde escura, azul ou amarela escura, nas sepulturas 29 e 70 (Ardanaz Arranz, 2000, p. 66, 121, 123).

Também o brinco exumado na sepultura 3 do Padrão apresenta forma recorrente entre os encontrados em necrópoles visigóticas, embora tais adereços, formados por aros simples e com remates circulares justapostos remontem, pelo menos, ao século IV, para experimentaram grande difusão nos séculos VI e VII. Brincos com remates do mesmo tipo provêm, segundo G. Ripoll (1985, p. 34), das necrópoles de El Carpio de Tajo, Duratón, Madrona, Segóbriga, Zarza de Granadilla, Mérida, Brácana, Marugán, Campilllo de Arenas, Pamplona ou de Estagel, nos Altos Pirinéus, a que devemos somar as de Cacera de las Ranas (Aranjuez), Retorta, no concelho de Loulé, e a de Talaíde, no de Cascais, onde a sepultura 12 continha três de tais adereços, tendo sido datada, através de amostra do espólio

osteológico que continha em 621 cal. D.C. e com intervalo, para calibração a 2 *sigma*, de 440-680 cal. D.C. (ICEN-729) (Cardoso e Cardoso, 1995, p. 413).

Por fim, importa referir os três fragmentos de contentores de cerâmica, achados avulsamente nas terras da necrópole. As panelas encontram paralelos técnicos e formais em exemplares de Silves, procedentes da sua área urbana. Os pratos ou tachos, com fundo estriado, constituem formas comuns em contextos tardo-romanos da área meridional da Península Ibérica, tendo surgido em necrópoles (Laiz Reverte e Berrocal Caparrós, 1995, p. 168).

10. IDADE, SEXO, DIETA ALIMENTAR E MORBILIDADES

Cinco dos restos dos oito indivíduos identificados na necrópole do Padrão pertenciam a adultos, com idades superiores a 25 anos, um deles com 30 a 35 anos e dois outros com 35 a 40 anos, correspondendo três a crianças, com 4 a 8 anos de idade (37,5%).

Nas sepulturas 3 e 4, respectivamente, um adulto do sexo feminino e indivíduo do sexo masculino, ambos com cerca de 35 a 40 anos, apresentavam idade avançada para a época.

Na necrópole do Poço dos Mouros (Alcantarilha), onde se identificaram oito estruturas tumulares, as dimensões destas e alguns restos antropológicos recuperados, permitiram concluir que cerca de metade daquelas pertenciam a indivíduos adultos, apresentando dois deles mais de 25 anos de idade. Relativamente à mortalidade infantil, com idades compreendidas entre os quatro e seis anos, ela correspondia a cerca de 27,27% dos testemunhos, valor que se aproxima do obtido para a necrópole do Padrão (Gomes e Paulo, 2002, p. 383). Realidade algo diferente foi identificada em Serpa, onde cinco indivíduos reconhecidos detinham idades compreendidas entre 18-20 e os 60 anos (Soares, Santos e Umbelino, 1997, p. 27, 28), não se tendo descoberto inumações de crianças.

No entanto, é em necrópoles com maiores dimensões e espólio antropológico bem conservado, que melhor podemos caracterizar a paleodemografia.

Na necrópole de Los Afligidos (Alcalá de Henares), a maior percentagem de mortalidade verificou-se, com mais incidência, em dois grandes grupos; no das crianças, até aos cinco anos de idade, e em adultos com idades compreendidas entre os 20-25 e até cerca dos 30 anos (Mendez Madariaga e Rascón Marques, 1989, p. 115). Na necrópole de Cacera de las Ranas (Madrid), detectou-se maior percentagem de mortalidade feminina, do grupo etário dos 20-30 anos de idade, oferecendo o grupo masculino, com idades entre os 30 e os 40 anos, a segunda maior percentagem de mortalidade.

O crânio do indivíduo correspondendo à última inumação (1) da sepultura 4 revelou características morfológicas de dolicocefalia, órbitas megasemas e índice

nasal leptorrino, isto é nariz estreito e delgado, integrando-se nos parâmetros raciais dos eurocaucasianos, de tipo mediterrâneo grácil.

As características cranianas dos indivíduos da necrópole visigótica da Silveirona (Estremoz), apresentavam igualmente tendência para a dolicocefalia, a leptorrinia, mostrando órbitas médias e altas (Cunha, 1958-59, p. 42-47). O mesmo verificou Barros da Cunha quando comparou aquele acervo com os espólios das necrópoles espanholas coevas de Albelda de Iregua (Logroño), Deza (Sória) e El Carpio de Tajo (Toledo), tendo-se estimado, naquela última, índice cefálico com o valor mínimo de 64,08 e máximo de 78,73; parâmetros onde se enquadram o índice cefálico do crânio da sepultura 4 do Padrão.

Em San Juan de Baños (Palência) prevaleciam os crânios dolicocefalos ou sub-dolicocefalos e leptorrinos (Palol, 1964, p. 38), o mesmo se verificando em Segóbriga, predominando o tipo mediterrâneo grácil, dolicocefalos, sub-dolicocefalos e leptorrinos (Almagro, 1975, p. 132, 134). Em contrapartida, em Alcalá de Henares (Madrid), as características são um pouco diferentes, continuando a constituir maioria os indivíduos dolicocefalos e hiperdolicocefalos, no entanto, com órbitas medianas (mesoconcas) e mesorrinos, entre outros atributos que se enquadram nas populações nórdicas e mediterrâneas, levando a sugerir a miscigenação das duas raças (Mendez Madariaga e Rascón Marques, 1989, p. 118).

O morfotipo racial e as características anatómicas cranianas dos indivíduos das diferentes necrópoles peninsulares sugerem a pervivência de população hispânica, mas com influências antropológicas nórdicas e/ou centro-europeias (Gomes e Paulo, 2002, p. 383).

A pequena população analisada do Padrão evidenciou, mesmo assim, algumas patologias osteoarticulares, metabólicas, traumáticas e odontológicas.

Identificámos lesões osteofíticas nas superfícies articulares superiores e inferiores de três vértebras dorsais e dos bordos dos discos do corpo de vértebra lombar, pertencente ao indivíduo da sepultura 3; aspectos sugestivos de artrose.

Os osteofitos são as formações que se detectam com maior frequência no espólio antropológico, resultando do desgaste das articulações cartilagíneas, neste caso intravertebral, levando à produção de excrescências do tecido ósseo, que vão, em situações extremas, sinostisando com outras nas suas proximidades, designado nesse caso por sindesmofito. Este tipo de lesões encontra-se, muitas vezes, relacionado com patologias degenerativas, começando a desenvolver-se em média, sobretudo a partir dos 30 anos de idade e no sexo feminino, favorecidas por factores de sobrecarga, como determinadas actividades laborais (Campillo, 2001, p. 202).

A artrose vertebral surge frequentemente em espólios medievais, como se verificou na população inumada em São João de Almedina (Coimbra) (Cunha, 1997, p. 75). Em diversas comunidades visigóticas reconheceram-se lesões ver-

tebrais semelhantes, nomeadamente no Poço dos Mouros e Cacera de Las Ranas (Gomes e Paulo, 2002, p. 384; Ardanaz Arrans, 2002, p. 246).

No crânio da inumação 1 da sepultura 4 e nos fragmentos de crânio da sepultura 3, observam-se, nos tectos das órbitas esquerdas, sinais sugestivos de hiperostose esponjosa orbital (*criba orbitalis*). Caracteriza-se pelo aparecimento de conglomerados de orifícios ou sulcos, de acordo com os quatro tipos básicos definidos por Knip, predominando no terço anterior dos tectos das órbitas.

Na superfície externa do bordo e arcada orbitária esquerda do crânio da sepultura 4, também se identificaram sinais sugestivos de osteoporose.

A hiperostose esponjosa orbital e a osteoporose enquadram-se nas osteopatias anémicas que, para a maioria dos autores, constituem alterações do tecido ósseo relacionadas com anemias nutricionais ferroprivas, resultantes de dietas alimentares carenciadas em ferro e/ou precárias condições de higiene (Paulo, 1999, p. 262). Esta patologia a par das hipoplasias do esmalte e as linhas de Harris, constituem indicadores de *stress*, definido este por distúrbios fisiológicos resultantes de factores adversos ambientais (Cunha, 1997, p. 77).

A *criba orbitalis* foi igualmente identificada nas sepulturas 1 e 2 (inumação 1) da necrópole do Poço dos Mouros (Alcantarilha) e na 36 da necrópole paleocristã de Gerena (Sevilha), sendo esta última relacionada com a anemia de Cooley, patologia de tipo hereditário frequente nas costas mediterrânicas (Gomes e Paulo, 2002, p. 384; Campillo e Alvareda, 1987, p. 208).

No corpo da terceira vértebra lombar do indivíduo da sepultura 3 detectou-se pequena depressão compatível com a existência de nódulo de Schmorl. Esta patologia, a par das já mencionadas artroses vertebrais, podem corresponder a lesões traumáticas, resultantes de excesso de peso, ou carga, sobre os corpos vertebrais ou ao nível da região toráxica.

As hérnias discais surgem após a ruptura do anel fibroso do disco intervertebral, saindo do núcleo polposo, detectando-se, com maior incidência, nos níveis inferiores da coluna cervical e lombar, pelo facto de serem as áreas de maior mobilidade e as que suportam mais peso (Campillo, 2001, p. 318).

As hérnias intracorporais geralmente denominadas de Schmorl, oferecem morfologia e dimensões variadas, dispostas no interior do disco, sem alcançar o conduto raquídeo.

O cálculo do índice de Cunninghan das L2 e L4, classificaram as vértebras lombares do indivíduo antes referido como rectangulares. No entanto, e uma vez que não dispomos dos restantes corpos vertebrais lombares, não nos é possível estabelecer a sua relação com factores patológicos.

O tipo de lesões traumáticas mencionadas deveria ser bastante comum, sobretudo em indivíduos de idade mais avançada e em populações rurais, pelos

frequentes excessos de esforço físico que as actividades económicas exigiam, nomeadamente as práticas agrícolas.

Saliente-se, ainda, o achatamento ântero-posterior das diáfises dos fémures do indivíduo da sepultura 3 do Padrão, dado revelarem platimeria, o que, para certos autores, pode resultar de condições patológicas, como a osteoartrite e a osteoperiostose (Brothwell, 1994, p. 89).

Em todos os enterramentos da necrópole do Padrão foi identificada parte da dentição dos diferentes inumados. No entanto, o baixo nível de conservação do espólio dentário, apenas permitiu observar hipoplasias lineares do esmalte, em dois casos, e depósitos de tártaro, somente em um dente da inumação 1 da sepultura 4.

A hipoplasia dentária corresponde a anomalia estrutural, devido a alterações de formação dos dentes. Os casos verificados no Padrão manifestaram-se ao nível do esmalte dentário (*amelogenesis imperfecta*), oferecendo tipologia linear, ou seja, formando uma ou mais linhas transversais e paralelas entre si, na coroa dos dentes afectados. Estas lesões resultam de deficiências ou carências alimentares, nomeadamente vitaminas A, C e D, ou de oligoelementos, durante a infância e a puberdade, não sendo de excluir a coexistência de factores genéticos (Aufderheide e Rodríguez-Martín, 1998, p. 407; Campillo, 2001, p. 545; Paulo, 1999, p. 258).

O indivíduo 1 da sepultura 4 apresenta depósitos de tártaro, de baixa densidade, irregular e fino, no dente 24. Esta patologia corresponde a formação de placa bacteriana calcificada, a que se associa, frequentemente, periondotose, infecção do osso alveolar e tecidos moles, evidenciando-se pela retracção do bordo alveolar, não sendo porém possível identificar esta patologia devido à degradação do espólio analisado.

No mesmo indivíduo, o alvéolo desabitado do dente 27, evidencia parte de cavidade com cerca de 7 mm de diâmetro máximo, compatível com abcesso ou quisto dentário. Os sinais desta patologia infecciosa local surgem pela formação de cárie dentária, periondontose ou traumatismo do dente, com posterior infecção, que ao propagar-se pela polpa ao ápex, forma cavidade fistulosa, geralmente com dimensões que rondam os 5 a 15 mm (Aufderheide e Rodríguez-Martín, 1998, p. 408). Infelizmente não foi possível confirmar a causa patológica pela inexistência do dente 27. Estas inflamações provocam naturalmente dores, que desaparecem apenas aquando da extracção do dente ou pela sua mais que provável perda, situação essa que não se verificou no indivíduo estudado.

A população visigótica do Padrão praticava, muito provavelmente, dieta alimentar onde os cereais desempenhavam papel central. A preparação de farinhas realizava-se em mós manuais de pedra, que por certo soltavam elementos, integrados nos alimentos confeccionados.

Como vimos, o indivíduo da sepultura 3 e o correspondente à inumação 1 da sepultura 4, evidenciavam acentuado desgaste ou atrição dentária, resultante da ingestão de alimentos duros ou com elementos térreos aderentes. Importa sublinhar a existência de casos de hiperostose esponjosa orbital (*criba orbitalis*) compatível com anemia ferropriva, remetendo para paleodieta baseada em cereais, normalmente pobres em ferro (Cunha, 1997, p. 78).

A inexistência de cáries dentárias, apesar do reduzido espólio antropológico disponível, poderá indicar que a alimentação desta comunidade, além de ser essencialmente à base de cereais, era deficitária em açúcares, como o mel. A mesma realidade foi detectada em Cacera de las Ranas, na qual apenas um indivíduo possuía dentes cariados, embora segundo os autores do seu estudo, eles fossem consequência de origens distintas (Ardanaz Arranz, 2000, p. 246).

Também deficiências nutritivas, em cálcio e vitaminas, encontram-se demonstradas pela existência de casos de hipoplasias do esmalte nos dentes e pelos índices de platimeria que, segundo alguns autores, é indicador dessas carências, sobretudo durante a infância e adolescência (Brothwell, 1994, p. 89; Gomes, Paulo, Ferreira e Ramos, 2002, p. 212; Paulo, 1999, p. 248).

O nível de degradação do material osteológico apenas nos fornece pequenos indícios de patologias que poderão ter sido provocadas pela actividade laboral.

De facto, o indivíduo da sepultura 3 apresenta acentuada atrição dentária ao nível dos incisivos, constituída por sulcos erosivos paralelos. Seria bastante frequente que das muitas actividades laborais se utilizassem os dentes como auxiliares das próprias mãos.

Por outro lado, a actividade que desenvolvia, e que na nossa opinião seria a agricultura, deveria com frequência carregar produtos ou objectos pesados às costas ou na região do tórax, como sugerem os sinais de entesopatia no rádio esquerdo e as lesões na coluna dorsal e, sobretudo, na lombar, onde o esforço é produzido com maior incidência. Acresce a existência de platicnemia em ambas tíbias (tíbia platicnémica, aplanada ou em bainha de sabre), achatamento da diáfise que, segundo alguns antropólogos, resulta de excesso de esforço físico sobre as pernas, mais precisamente da superfície de inserção tibial do músculo tibial posterior (Brothwell, 1994, p. 89; Testut e Latarjet, 1941, p. 439). Em Serpa, pelo menos dois indivíduos do sexo masculino apresentavam tíbias platicnémicas, o mesmo se verificando em diversos indivíduos de Cacera de las Ranas (Soares, Santos, Umbelino, 1997, p. 27, 28; Ardanaz Arranz, 2000, p. 246). Saliente-se ainda a presença de platimeria verificada em ambos fémures que, para certos autores, se deve igualmente ao desenvolvimento de intenso exercício dos membros inferiores (Testut e Latarjet, 1941, p. 426), apesar de nem sempre a platimeria e platicnemia surgirem associadas (Brothwell, 1994, p. 89).

11. RITUAL FUNERÁRIO

A totalidade das sepulturas da necrópole do Padrão corresponde a inumações, possivelmente com o corpo em *decubitus*, dorsal ou supino, e com a cabeça dirigida para poente, embora na sepultura 3 o cadáver tivesse sido colocado em *decubitus* lateral, talvez dadas as dimensões reduzidas da fossa funerária.

Aquele mostrava os braços colocados ao longo do corpo e as mãos sobre o ventre como é mais comum acontecer.

Em Cacera de las Ranas apenas quatro indivíduos, entre cerca de cento e oitenta, foram inumados em *decubitus* lateral (Ardanaz Arranz, 2000, p. 236).

Em duas sepulturas exploradas verificou-se a presença de restos osteológicos correspondendo a dois indivíduos, em cada uma delas (seps 1 e 2), enquanto na sepultura 4 contámos restos de três, existindo ainda o ossuário que jazia sobre ela.

A temática que concerne à reutilização de sepulturas, por cadáveres cuja morte não foi contemporânea, tem vindo a ser abordada por vários autores e é comummente atribuída a prática relacionada com a escassez de mão-de-obra ou de material construtivo, como com a manutenção *post-mortem* dos laços de consanguinidade e/ou familiares, aspecto que tem origens remotas e alcança os dias de hoje. De facto, desde a Pré-História que sepulturas tidas como individuais mostram, por vezes, restos de mais de um indivíduo, nomeadamente as pequenas cistas da Idade do Bronze, como tal aspecto foi muito comum na Baixa Idade Média ou na Idade Moderna.

Geralmente os restos da primeira inumação eram afastados para os pés ou cabeceira da sepultura, dando assim lugar à segunda inumação.

Na Baixa Idade Média assistiu-se a certa «vulgarização» daquela prática, conforme demonstram as necrópoles recentemente estudadas do Arrabalde ou de São Bartolomeu (Reguengos de Monsaraz) (Paulo, 1999), da ermida de São Saturnino (Sintra) (Garcia, 1997), da Quinta de São Pedro (Corroios) (Raposo e Duarte, 1995), Barreiras de Fão (Esposende) (Cunha, 1997) ou San Juan (Sória) (Casa Martinez, 1992), apenas para citarmos alguns exemplos.

Em Cacera de las Ranas (Aranjuez) contaram-se restos de seis indivíduos na mesma sepultura, assim transformada em ossuário. Alguns de tais enterramentos sugerem vínculos familiares, como os da sepultura 22, onde se identificou os restos de um homem e de uma mulher, os da sepultura 85, contendo muito provavelmente dois irmãos, e os da sepultura 104, com um homem, uma mulher e uma criança, denunciando família. As sepulturas com dois indivíduos (28) totalizaram 25,22% e as com apenas um (68) alcançaram 61,26% (Ardanaz Arranz, 2000, p. 240).

Em San Juan de Baños (Palencia), identificaram-se quatro sepulturas com pelo menos duas inumações (Palol, 1964), enquanto que em Camino de los Afligidos (Alcalá de Henares), foram encontrados oito túmulos com duas inumações

cada, e apenas um com três (Fernández-Galiano Ruiz, 1976). Na vizinha necrópole de Afligidos (Alcalá de Henares), doze sepulturas apresentavam dois indivíduos cada, uma quatro inumações, outra cinco e outra seis (Méndez Madariaga e Rascón Marques, 1989).

Sepultura (5) escavada na rocha da necrópole visigótica de Las Lastras (Albalate del Arzobispo, Teruel), continha restos osteológicos de três inumações (Beltrán Martínez, Paz Peralta, Ortiz Palomar, Gordillo Azuara e Royo Lasarte, 2004, p. 21).

No cemitério do Alto da Peça (Alcoitão, Cascais) reconheceram-se, em quase todas as sepulturas, enterramentos sucessivos, em geral dois ou três, havendo uma onde se contaram restos de cinco indivíduos (Oliveira, 1888-1892, p. 87). Em Talaíde registaram-se dois enterramentos contemporâneos na mesma sepultura (sep. 6) e a sobreposição de enterramentos diacrónicos (sep. 8) (Cardoso e Cardoso, 1995, p. 408).

No Alto Alentejo, a necrópole da Terrugem (Elvas) continha duas sepulturas-ossuários, onde em uma delas se contaram nove crânios e em uma outra testemunhos de dois esqueletos (Viana, 1950, figs 2, 19). No vizinho cemitério do Padrãozinho 1 (Elvas) não eram raras as sepulturas conservando restos de diversos indivíduos, havendo uma que guardava sete crânios (Viana e Deus, 1955).

No Baixo Alentejo as três sepulturas, orientadas no sentido poente-nascente, do Assento de Chico Roupa (Vila Verde de Ficalho, Serpa), receberam, cada uma delas, dois enterramentos (Soares, Santos e Umbelino, 1997, p. 23, 26, 27, 31).

Na necrópole do Alpendre dos Lagares (Serpa), identificaram-se sete sepulturas, contendo a 5 peças osteológicas de dois indivíduos, um de sexo indeterminado, com 40 a 50 anos de idade, e outro do sexo feminino, com 20 a 30 anos (Cunha, 2001, p. 322).

No Algarve, a sepultura 2 do Poço dos Mouros continha espólio osteológico correspondendo a três indivíduos (Gomes e Paulo, 2002, p. 362-369, 383).

Também na necrópole sevilhana de Gerena, algumas sepulturas guardavam espólio osteológico de mais de um indivíduo, treze delas de duas pessoas, chegando a identificar-se restos de cinco esqueletos (Fernández Gómez, Sierra Fernández e Lasso de la Vega, 1987).

Duas das sepulturas de Padrão (seps 5 e 7) foram sobrepostas por outras (seps 3 e 8), aspecto também reconhecido nas necrópoles de Duratón, Estargel e El Carpio de Tajo, entre outras, e que não se deve confundir com a reutilização daquelas construções (Ardanaz Arranz, 2000, p. 231).

Outra vertente respeita às sepulturas sobrepostas por ossuários ou depósitos secundários, como acontecia na sepultura 4 de Padrão, sobre a qual foi colocado, na sua metade nascente, denso amontoado de peças osteológicas humanas. Trata-se de prática recorrente que consiste em variante à acumulação dos ossos de

enterramentos mais antigos em ponto do interior das sepulturas e à utilização de fossas, destinadas ao mesmo efeito, no exterior das sepulturas. Os ossuários eram formados sobre sepulturas depois das câmaras funerárias se encontrarem devidamente fechadas.

A sepultura 4 da necrópole de Cuarte (Zaragoza) conservava, sobre o lado nascente da cobertura, testemunhos de três indivíduos, constituindo bom paralelo para o ossuário da sepultura 4 de Padrão (Beltrán Lloris, 1979, p. 555, 568).

Nos cemitérios de Cacera de las Ranas e de Camino de los Afligidos, detectaram-se, igualmente, ossuários, em fossa ou sobre as coberturas das sepulturas (Méndez Madariaga e Rascón Marques, 1989, p. 172; Ardanaz Arranz, 2000, p. 236, 237). Na necrópole de Talaíde (Cascais), amontoado circular de ossos, delimitado por pequenas pedras, assentava na parte inferior das lajes de cobertura da sepultura 7 (Cardoso e Cardoso, 1995, p. 408, 409).

Todas as sepulturas escavadas da necrópole do Padrão encontravam-se repletas de terra, embora desconheçamos se os cadáveres terão sido inumados aquando da sua deposição ou apenas depositados no fundo das câmaras funerárias. Devido às características da sepultura 3 daquele cemitério, uma simples fossa aberta no solo, o corpo nela depositado foi, inevitavelmente, coberto com terra.

Sep.	Forma	Orient.	Dimen. (m)	Espólio mat.	Inum.	Idade (aprox.)	Sexo	Estatura (m)	Patologias
1	Rectang.	O-E	1,20X0,40X0,45	6 contas	• •	4-5 7-8	? fem.	? ?	? ?
2	Rectang. ?	O-E	1,20X0,50X0,45	-	• •	5-6 >25	? ?	? ?	Hipopl. lin. do esmalte ?
3	Oval	NO-SE	1,65X0,40X0,30?	1 brinco	•	>35	fem.	1,58	Hiperostose porótica; osteofitoses; nódulo de Schmorl; entesopatia; má oclusão ou pat. laboral.
4	Rectang.	O-E	2,30X0,50X0,50	-	• • •	35-40 >18 30-35	masc. masc. fem.	1,80 1,78 ?	Hiperostose porótica; hipopl. lin. do esmalte; tártaro; abcesso paradentário. ? ?
5	Rectang. ?	O-E	2,30X1,00X?	?	?	?	?	?	?
6	Rectang.	O-E	?X1,00X?	?	?	?	?	?	?
7	Rectang.	O-E	1,15X0,35X0,35	-	-	-	-	-	-
8	?	O-E	?	?	?	?	?	?	?
9	?	O-E	?	?	?	?	?	?	?
10	?	O-E	?	?	?	?	?	?	?

Quadro II – Principais características das sepulturas da necrópole do Padrão (Raposeira, Vila do Bispo) e do espólio que continham.

CONCLUSÕES

O estudo, ainda que parcial, da necrópole do Padrão, permitiu não só reconhecer a presença de significativa comunidade autóctone visigotizada, que sugere ter resistido à islamização, pelo menos até aos finais do século VIII ou tendo, mesmo, alcançado a centúria seguinte.

A arquitectura, o espólio e sobretudo o ritual, patente nas sepulturas escavadas, mostra bem a fusão da tradição romana-cristã com a visigótica, enquanto as datações absolutas obtidas indicam a pervivência daquela comunidade e a sua integração no mundo moçárabe. É possível que este último aspecto se deva relacionar não só com o afastamento da região em que se insere a necrópole, dos mais importantes centros urbanos do Barlavento, residência do poder político, administrativo, militar e religioso de então, como à sua profunda romanização mas, sobretudo, à presença, muito próxima, do santuário onde se prestava culto às relíquias do mártir São Vicente, nascido em Saragoça e morto em Valência, em Janeiro de 304. À *ecclesia corvorum S. Vincentii*, fundada em meados do século VIII, mas possivelmente herdeira de templo visigótico, acorriam, segundo se depreende de texto de Edrisi (século XII), cristãos e muçulmanos (Gomes e Silva, 1987, p. 25, 65; Saxer, 1995).

Naquele mesmo contexto, não devemos esquecer a importância de outras comunidades moçárabes em todo o Algarve, que permitiram manter a diocese ossonobense e a sua catedral de Santa Maria de Faro, cujos testemunhos têm vindo a surgir. Entre estes avulta a lápide funerária do bispo Juliano, falecido em 991, encontrada em Cacela (Dias, 1999; Barroca, 2000, p. 41-44).

Tanto a necrópole agora dada a conhecer como muitas outras do Sul de Portugal, sugerem resistência à islamização religiosa daquele território, melhor representada nas comunidades rurais, tradicionalmente mais conservadoras e menos interactivas, em termos económicos, sociais ou culturais.

Tal como se tem vindo a registar em outras necrópoles visigóticas, apenas os enterramentos femininos mostraram espólio (brinco e contas de vidro), devendo-se assinalar a ausência de artefactos e/ou de adereços na maioria das sepulturas, indicando população com fracos recursos económicos ou ditames de carácter sócio-religioso. No entanto, constitui prática pouco corrente, ou escassamente registada, a edificação de *tumuli*, de pedras e terra, com forma paralelepipédica, sobre as fossas funerárias, demonstrando maior investimento na sua construção e a vontade de melhor assinalar as sepulturas.

Certamente que a escavação integral da necrópole do Padrão permitirá alargar os conhecimentos sobre a comunidade que ali inumou os seus mortos e as problemáticas agora afloradas.

BIBLIOGRAFIA

ALMAGRO, M. (1975) – *La Necrópolis Hispano-Visigoda de Segobriga. Saelices (Cuenca)*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.

ALMAGRO GORBEA, M. (1970) – Hallazgos de época visigoda en Almodóvar del Pinar (Cuenca). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 27, p. 311-326.

ARDANAZ ARRANZ, F. (2000) – *La Necrópolis Visigoda de Cacera de las Ranas (Aranjuez, Madrid)*. Madrid: Comunidad de Madrid.

AUFDERHEIDE, A. C; RODRÍGUEZ-MARTÍN (1998) – *The Cambridge Encyclopedia of Human Paleopathology*. Cambridge: Cambridge University Press.

BARROCA, M. J. (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Corpus Epigráfico Medieval Português; II: 1).

BELTRÁN LLORIS, M. (1979) – Memoria de las excavaciones arqueológicas en la necrópolis hispano-visigoda del Alto de la Barrilla (Cuarte--Zaragoza), 1975. *Noticiario Arqueologico Hispánico*. Madrid. 6, p. 543-580.

BELTRÁN MARTÍNEZ, A.; PAZ PERALTA, J. A.; ORTIZ PALOMAR, E.; GORDILLO AZUARA, J. C.; ROYO LASARTE, J. (2004) – Las Lastras de San José (Albalate del Arzobispo, Teruel). La necrópolis visigoda e hispano-visigoda (siglo VI-años 711/714). *Cauce*. Ariño. 16, p. 14-29.

CAMPILLO, D. (2001) – *Introducción a la Paleopatología*. Barcelona: Edicions Bellaterra.

CAMPILLO, D.; ALVAREDA, M. J. (1987) – Estudio de los restos humanos procedentes de la necrópolis paleocristiana de Gerena, Sevilla (siglos V-VI). *Noticiario Arqueológico Hispánico*. Madrid. 19, p. 201-210.

CARDOSO, G; CARDOSO, J. L. (1995) – A necrópole tardo-romana e medieval de Talaíde (Cascais). Estudo preliminar. In *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*. p. 407-414. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.

CASA MARTINEZ, C. (1992) – *Las Necropolis Medievales de Soria*. Valladolid: Junta de Castilla y Léon.

CUNHA, A. X. da (1958-59) – Algumas populações da época suévico-bizantina do Sul de Portugal e da Espanha. *Bracara Augusta*. Braga. 9-10, p. 41-49.

CUNHA, E. (1997) – Populações medievais portuguesas (séculos XI-XV). A perspectiva paleobiológica. *Arqueologia Medieval*. Porto. 5, p. 57-83.

CUNHA, E. (2001)– Bioarqueologia em Serpa: o caso da necrópole do Alpendre dos Lagares. *Conimbriga*. Coimbra. 40, p. 319-325.

CUNHA, J. G de B. e, (1940) – A população visigótica em Portugal. Observações sobre alguns crânios masculinos provenientes do cemitério da Silveirona. In *Congresso do Mundo Português*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. I, p. 685-702.

DIAS, M. N. A. (1999) – Sobre o epitáfio de Juliano, Bispo (cacela, 978 d. C. *Arqueologia Medieval*. Porto. 6, p.11-18.

EISEN, G. A. (1930) – Lotus and melon-beads. *American Journal of Archaeology* Princeton. 2.ª série, 34.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, F.; SIERRA FERNÁNDEZ, J. A. de la; LASSO de la VEGA, M. G. (1987) – La basílica y necrópolis paleocristianas de Gerena (Sevilla). *Noticiario Arqueológico Hispánico*. Madrid. 19, p. 103-199.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, F.; OLIVA ALONSO, D.; GARCÍA DE LÉANIZ, M. p. (1984) – La necrópolis tardorromana-visigoda de «Las Huertas», en Pedrera (Sevilla). *Noticiario Arqueologico Hispánico*. Madrid. 19, p. 271-387.

GARCIA, C. T. (1997) – Ermida de São Saturnino: Breve nota de uma escavação arqueológica na serra de Sintra. *Arqueologia Medieval*. Porto. 5, p. 85-101.

GOMES, M. V. (1989) – Arte rupestre e contexto arqueológico. *Almansor*. Montemor-o-Novo. 7, p. 225-269.

GOMES, M. V. (1994) – Menires e cromeleques no complexo cultural megalítico português. Trabalhos recentes e estado da questão. *Estudos Pré--Históricos*. Viseu. 2, p. 317-342.

GOMES, M. V. (1997) – Megalitismo do Barlavento Algarvio. Breve síntese. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 11-12, p. 174-190.

GOMES, M. V.; SILVA, C. T. da (1987) – *Levantamento Arqueológico do Algarve. Concelho de Vila do Bispo*. Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura.

GOMES, M. V.; PAULO, L. C. (2002)– A necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:2, p. 339-391.

GOMES, M. V.; PAULO, L. C., FERREIRA, S. D.; RAMOS, J. (2002) – Sepultura da Idade do Bronze do Sobreiro (Mato Serrão, Lagoa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:2, p. 191--218.

GOMES, R. V. (2003) – *Silves (Xelb) uma Cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

GUIDO, M. (1978) – *The Glass Beads of the Prehistoric and Roman Periods in Britain and Ireland*. Londres: Thames and Hudson.

HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman Pottery. A Catalogue of Roman Fine Wares*. Londres: British School at Rome.

HILLSON, S. (1996) – *Teeth*. Cambridge: Cambridge University Press.

INIESTA SANMARTÍN, Á.; MARTÍNEZ ALCALDE, M. (2000)– Nuevas excavaciones en la necrópolis tardorromana de La Molineta (Puerto de Mazarrín, Murcia). *Anales de Prehistoria y Arqueologia*. Múrcia. 16, p. 199-224.

LÓPEZ REQUENA, M.; BARROSO CABRERA, R. (1994) – *La Necrópolis de la Dehesa de la Casa. Una Aproximación al Estudio de la Época Visigoda en la Provincia de Cuenca*. Cuenca: Diputación Provincial.

MACZYNSKA, M. (1992) – Westgotische perlen. *Madrider Mitteilungen*. Madrid. 33, p. 145-183, 10 figs, ests 24-27.

MÉNDEZ MADARIAGA, A.; RASCÓN MARQUES (1989) – *Los Visigodos en Alcalá de Henares*. Alcalá de Henares: Taller Escuela de Arqueología y Rehabilitación.

OLIVEIRA, F. de P. e (1888-1892) – Antiquités préhistoriques et romaines des environs de Cascaes. *Communicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Lisboa. 2, p. 82-108.

PALOL, P. (1964) – *Excavaciones en la Necropolis de San Juan de Baños (Palencia)*. Madrid: Ministerio de Educacion Nacional.

PAULO, L. C. (1999) – *Estudo do Espólio Osteológico da Necrópole de São Bartolomeu (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

PÉREZ VILLANUEVA, J.; TOVAR, A.; SUPIOT, J. (1933) – Avance de estudio sobre la necrópolis visigoda de Piña de Esgueva. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueologia*. Valladolid. 1, p. 253-269.

POSAC, C.; PUERTAS, R. (1989) – *La Basílica Paleocristiana de Vega del Mar (San Pedro de Alcántara, Marbella)*. Málaga: Diputación Provincial.

RAPOSO, J. ; DUARTE, A. L. (1995) – Intervenção arqueológica na Quinta de São Pedro (Corroios, Seixal). *Al-Madan*. Almada, II série. 4, p. 26-33.

REAL, M. L. (1995) – Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade Cristã no Ocidente Peninsular. In IV *Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. p. 17-68.

REAL, M. L. (1998) – Os moçárabes do Gharbe português. In *Portugal Islâmico. Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 35-86.

REAL, M. L. (2000)– Portugal: Cultura visigoda e cultura moçárabe. *Anejos de Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 23, p. 21-75.

REIMER, P. J. *et al.* (2004) – *Radiocarbon*. Tucson. 46, p. 1029-1058.

RIPOLL, G. (1985) – *La Necrópolis Visigoda de El Carpio de Tajo (Toledo)*. Madrid: Ministerio de Cultura.

RIPOLL, G. (1996) – La arquitectura funeraria de *Hispania* entre los siglos V y VIII: aproximación tipológica. In: *Spania. Estudios d'Antiquitat Tardana Oferts en Homenage al Professor Pere de Palol I Salellas*. Barcelona: Abadia de Montserrat. p. 215-224.

RODRIGUES, M. da C. M. (1978) – *Sepulturas Medievais no Concelho de Castelo de Vide*. Portalegre: Junta Distrital de Portalegre.

SAXER, V. (1995). Le culte de S. Vicent dans la Péninsule Hispanique avant l'an mil. In *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. p. 141-149.

SOARES, A. M.; SANTOS, A. L., UMBELINO, C. (1997) – A necrópole paleocristã do Assento de Chico Roupa (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Arqueologia Medieval*. Porto. 5, p. 23-33.

STUIVER, M.; REIMER, P. J. (1993)– Extended ^{14}C data base and revised CALIB. 3.0 ^{14}C calibration program. *Radiocarbon*. Tucson. 35, p. 215-230.

TESTUT, L.; LATARJET, A. (1944) – *Tratado de Anatomía Humana*. Barcelona: Salvat Editores.

UBELAKER, D. (1996) – *Human Skeletal Remains. Excavation, Analysis, Interpretation*. 2nd ed. Washington: Smithsonian Institution.

VELHINHO, J. (Nov.1994) – Descoberta inédita! O balneário da vila romana da Raposeira?. *Correio de Lagos*. Lagos. p. 20.

VIANA, A. (1949) – Restos de Ossonoba, no Largo da Sé, em Faro. *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. 3: 39-40, p. 359--373, 10 figs.

VIANA, A. (1950) – Contribuição para a Arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 12, p. 289-322.

VIANA, A.; DEUS, A. D. de (1955) – Nuevas necrópolis celto-romanas de la región de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 28, p. 33-68.

Cerâmicas dos séculos XIV a XVI do Castelo de Sesimbra*

ANA ISABEL VIEIRA

RESUMO

Estudo de um conjunto de cerâmica proveniente das escavações arqueológicas no Castelo de Sesimbra (Setúbal; Portugal), campanha de 1998. Trata-se de uma amostra proveniente de uma única sondagem, e inclui cerâmica comum, cerâmica vidrada e cerâmica esmaltada, das oficinas espanholas (Sevilha, Paterna, Manises) às porcelana chinesas, passando pelas produções italianas de Pisa e Veneza. As cronologias apontam um período situado entre os séculos XIV e XVI.

Palavras-chave: Sesimbra – Cerâmica – séculos XIV-XVI

ABSTRACT

Discription of a ceramic assemblage from an archaeological excavation in Sesimbra's Castle (Setúbal; Portugal), in 1998. All sherds came from a single sounding, and consist of plainware, glazeware (from Seville to Italian majolicas) and lusterware (produced in spanish pottery centres of Paterna and Manises), as well as chinese porcelain. The cronology stands between the 14th and 16th centuries.

Keywords: Sesimbra – Pottery – 14th-16th centuries

* Este artigo resume a investigação realizada no âmbito do Trabalho Final de Licenciatura, apresentado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Dezembro de 2002. Foi orientado pela Professora Doutora Rosa Varela Gomes, a quem agradecemos. São ainda devidos agradecimentos à CM Sesimbra, particularmente ao Dr. Luís Ferreira, pela disponibilização dos materiais arqueológicos em estudo. E-mail: anaisvieira@gmail.com

«O castelo é estação (especialmente da época medieval) que não foi detectada por prospecções, nem resultado de achado ocasional. Estava detectado pela sua evidente presença, desde que como estação arqueológica fosse tomado, e não como simples ruína pitoresca e evocativa»

Serrão, 1967, p. 7

1. INTRODUÇÃO: O CASTELO DE SESIMBRA

O castelo de Sesimbra situa-se na faixa costeira ocidental do território português, no extremo sudoeste da Península de Setúbal, e o território onde se integra está envolvido a Oeste e a Sul pelo Oceano Atlântico.

O cerro onde se encontra o castelo é uma das principais aplanações acima dos 200 metros, no complexo geomorfológico da Serra da Arrábida onde, num litoral de arribas, Sesimbra constitui excepção, apresentando um corredor que permite fácil progressão para os territórios do interior.

A fortificação foi conquistada ao domínio islâmico por D. Afonso Henriques em 1165, e posteriormente reconquistada por Iacube Almansor em 1191, que terá arrasado as muralhas (Mendonça, 1994, p.15). A posição seria recuperada por D. Sancho, com o auxílio de cruzados francos, a quem o monarca logo em 1195 faz doação da vila e castelo, ainda que a conquista só venha a acontecer em 1200 (Ferreira e Gonçalves, 2001, p.386). O primeiro foral é outorgado em 1201. D. Sancho II, em 1236, entrega o castelo e a vila aos freires de Santiago, cabendo a D. Dinis a elevação da vila a concelho em 1323 (Mendonça, 1994, p.22).

Nasce entretanto um pequeno núcleo populacional, junto ao mar, na actual vila de Sesimbra, que não mais cessará de crescer, atraindo cada vez maior número de efectivos populacionais. Será esta freguesia da Ribeira uma das causas da pro-

gressiva desertificação do núcleo fortificado do Castelo, a quem D. Manuel outorgará novo foral em 1514 (Chorão, 2001).

Em 1648, D. João IV ordena a recuperação das muralhas, e a construção de baluartes, sinal dos tempos da Guerra da Independência (Ferreira e Gonçalves, 2001, p.388).



Fig. 1 – Planta do Castelo de Sesimbra, carta militar 464, escala 1:25000

1.1 As muralhas

Dois espaços funcionais, independentes entre si, constituem o castelo de Sesimbra: a alcáçova, sede do poder administrativo e guerreiro, situada no ponto mais elevado do cerro, e a cerca muralhada, delimitando o núcleo populacional (fig. 1).

Na alcáçova, ocupando posição de canto, encontra-se a Torre de Menagem, de planta quadrangular, e porta ao nível do primeiro andar (fig. 2). À sua frente uma outra torre, à esquerda da porta, também em posição de canto. As muralhas da alcáçova protegem ainda a Casa do Alcaide[2], uma moradia de primeiro andar, com uma série de divisões funcionais e de habitação, que incluía uma cisterna.

A Porta do Sol ou de Azeitão, virada a nascente, é porta principal da cerca. Está defendida por duas pequenas torres adossadas à cintura muralhada (com a altura desta, ameadas), e dela deveria partir a principal rua da povoação (fig. 3). Existe ainda a Porta da Azóia, que dispõe de uma entrada em cotovelo, na esteira da tradição muçulmana, e está situada a Noroeste, na cerca.

No reinado de D. Dinis implanta-se a Torre Poente, na vertente Oeste do núcleo fortificado.

Algumas estruturas e infraestruturas, como cisternas, silos, açougue, celeiro e hospital, constituiriam o equipamento urbano deste núcleo populacional, como de outros com idêntica ocupação medieval.

[2] Descrita pela *Visitação do Senhor D. Jorge*, filho de D. João II e prior-mor da Ordem de Santiago no século XVI, esta estrutura foi detectada e escavada em 1972 por Eduardo da Cunha Serrão e Vítor e Susana Oliveira Jorge (Jorge e Serrão, 1975).

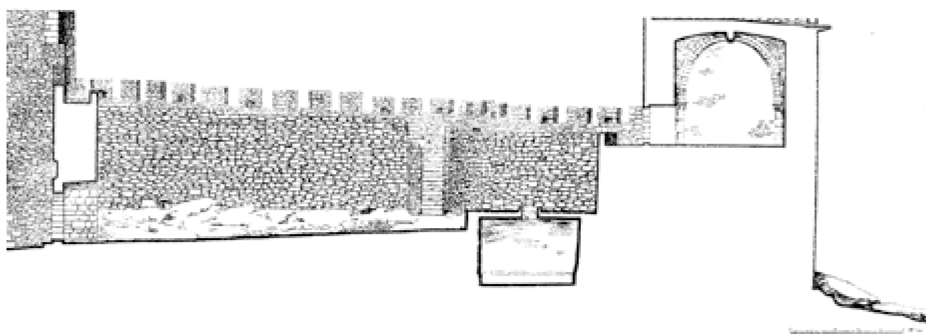


Fig. 2 – Corte N-S da Alcáçova do Castelo de Sesimbra: Torre de Menagem e Cisterna (des. DGMEN)



Fig. 3 – Porta do Sol (des. DGMEN)

1.2. A intervenção arqueológica

A Câmara Municipal de Sesimbra tem vindo a promover, desde 1993, um projecto de revalorização do castelo, enquanto espaço cultural e de lazer. No âmbito deste projecto têm sido realizados trabalhos arqueológicos, sob alçada daquela entidade.

As peças cujo estudo apresentamos, integram-se no espólio arqueológico resultante da intervenção de 1998, sob direcção do Dr. Luís Pinhal Ferreira, arqueólogo da Câmara Municipal de Sesimbra. Esta campanha pautou-se pela realização de três sondagens arqueológicas de diagnóstico, implantadas em áreas onde o projecto de revalorização previa afectação do subsolo. Desta intervenção resultou um conjunto vasto de espólio arqueológico, cronologicamente diversi-

ficado (do século XIV à actualidade), de que escolhemos estudar a cerâmica da Sondagem C, por se apresentar tipologicamente mais diversificada.

A Sondagem C foi implantada na zona Este do núcleo fortificado, perto da Porta do Sol, no exterior de uma estrutura que tem vindo a ser interpretada como Casa da Vereação. A intervenção evidencia fraca potência estratigráfica, onde ainda assim foi possível identificar cinco níveis, nos quais se recolheu, além da cerâmica, materiais de construção, restos ósseos e espólio monetário.

2. AS CERÂMICAS

A amostra que estudámos reúne apenas os fragmentos contendo porção de bordo ou fundo, ou decoração assinalável. Daqui resultou um total com cerca de 200 fragmentos, divididos entre cerâmica comum, vidrada e esmaltada. A cerâmica comum comporta ainda o conjunto de pastas claras (bege e rosado) e o de pastas castanhas, vermelhas, laranja e negras, de longe mais numerosas. Trata-se de um lote extremamente fragmentado, com poucas peças passíveis de colagens. Ainda assim, pensamos que constitui uma amostra exemplificativa dos materiais de cronologia medieval e moderna, provenientes do Castelo de Sesimbra.

Neste artigo centraremos a nossa atenção no conjunto das cerâmicas datáveis entre os séculos XIV e XVI.

2.1. Cerâmicas com superfícies esmaltadas

Identificámos apenas um fragmento com ambas as superfícies esmaltadas a verde, sendo que a superfície interna apresenta tonalidade mais clara. Trata-se de um prato ou taça com base reentrante, sugerindo ônfalo interior. As paredes têm 0,9 cm de espessura. A pasta é bege (10YR 8/3), bem depurada e homogénea.

Muito mais numeroso, o conjunto das cerâmicas com ambas as superfícies esmaltadas a branco, e sem qualquer tipo de decoração, divide-se em pratos e malgas. Dispomos de um exemplar de prato com fundo reentrante, e ônfalo inte-

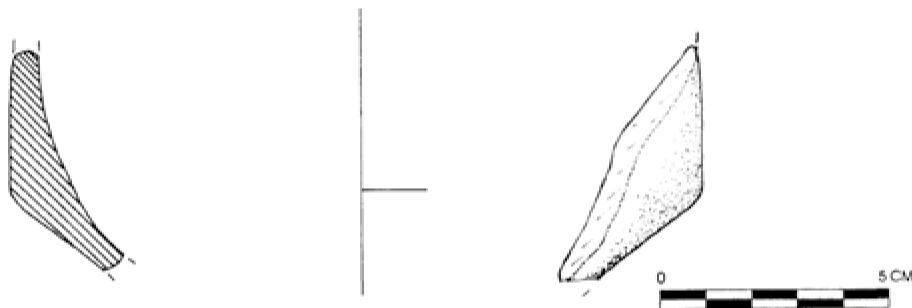


Fig. 4 – malga carenada, com ambas as superfícies esmaltadas a branco (peça 8533)

rior rodeado por filete em relevo. As paredes apresentam-se muito espessas, e o esmalte que cobriria as superfícies desapareceu, sendo ainda visível a barbotina que antecedia a sua aplicação. Foi fabricado em pasta rosa (5YR 7/4). As malgas mostram base reentrante e fundo em ônfalo com carenas bastante pronunciadas (fig. 4). As paredes têm entre 0,6 e 0,9 cm de espessura. O esmalte branco apresenta tonalidade algo rosada, com pouco brilho e pouco aderente, que adquire por vezes um aspecto «craquelé». O fragmento 5793 mostra «marca de proprietário», aberta por incisão de instrumento metálico afiado, na superfície exterior, logo abaixo da carena. Razões higiénicas estariam na base deste procedimento, que se destinaria a personalizar a peça.

Ainda com superfícies esmaltadas a branco, mas com decoração a castanho, identificámos uma escudela. Tem bojo esmaltado a branco em ambas as superfícies. Este esmalte, de má qualidade e sem brilho, está bastante deteriorado; ainda assim é possível ver uma decoração pintada em tons de castanho, em motivos muito simples de possível carácter fitomórfico, que encontramos em ambas as superfícies. A pasta é porosa, de tom vermelho claro (10R 6/6).

Com idênticas características, dois fragmentos foram ainda decorados nos tons castanho e azul. Um deles é um fragmento de bojo com cerca de 1 cm de espessura. O esmalte, aderente e brilhante no interior, mostra total ausência de brilho na superfície exterior. Aqui, motivos foram pintados em tom castanho ou vermelho muito escuro, e na superfície interna, idênticos motivos em tons castanho/vermelho escuro e azul. Foi fabricado em pasta rosa (5YR 7/3). O outro fragmento é uma base côncava com fundo em ônfalo, rodeado por filete, e paredes de tendência esférica. Esmaltada em ambas as superfícies com esmalte branco, aderente mas sem brilho, e aspecto «craquelé», na superfície exterior mostra algumas manchas azuladas, enquanto que na superfície interna, sobre o fundo, rodeado por cartela circular composta por finas linhas azuis, foi representado motivo vegetalista nas cores azul e castanho, com alguns apontamentos a azul claro e amarelo. Tem pasta porosa, rosa (7.5YR 8/4) (fig. 5).

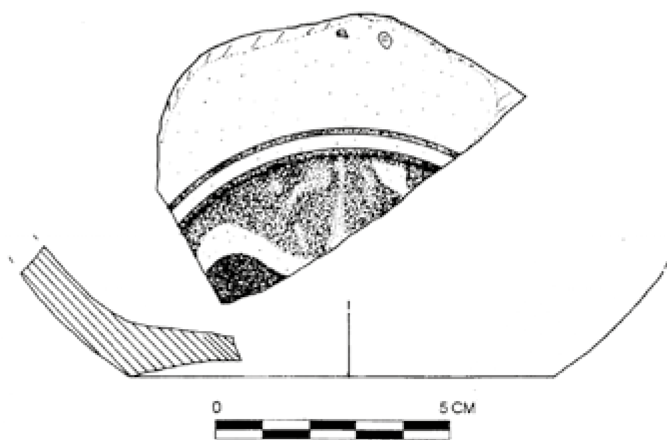


Fig. 5 – escudela, esmaltada a branco, com decoração em tons azul e castanho (peça 2305)

Existem dois fragmentos esmaltados a branco com decoração a azul. Um é um fragmento de bordo de um prato, sub-horizontal e com lábio de perfil semicircular. Sobre o esmalte branco e sem bri-

lho que cobre as superfícies foi pintada, na superfície interna, uma teoria de linhas espessas, paralelas, em tom azul cobalto. A pasta é bege (10YR 7/3) pouco compacta. O outro é uma base de prato ou taça com esmalte branco e sem brilho, com duas linhas paralelas a azul, junto ao fundo. A pasta é também bege (10YR 8/4), bem depurada.

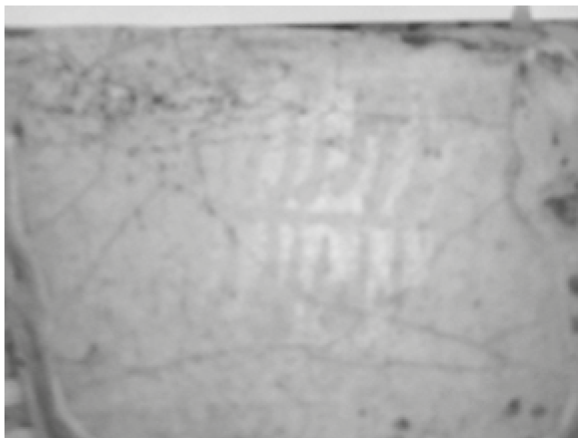


Fig. 6 – escudela esmaltada a branco, com decoração em reflexo metálico em série de linhas e pontos (peça 8144)

Significativo é ainda o conjunto de duas peças esmaltadas a branco com decoração pintada com reflexo metálico. Foram fabricadas com pasta rosa, depurada e algo porosa. Uma escudela mostra corpo ovóide, com pegas horizontais opostas, polilobadas e motivos fitomórficos moldados sobre elas. As paredes são espessas, atingindo 0,9 cm de espessura máxima. No interior foram desenhadas a dourado, pequenas linhas e pontuações, semelhantes a notas musicais, enquadradas por linhas horizontais paralelas (fig. 6). Outra escudela tem fundo reentrante e arranque de paredes esféricas, medindo entre 0,7 e 0,8 cm de espessura. O esmalte das superfícies é pouco brilhante. No interior foi pintado em tom azul-cobalto, um motivo geométrico, quadriculado. O reflexo dourado mostra-se também na superfície interna, organizando-se em rectângulos, embora o mau estado de conservação da peça dificulte a observação.

Por fim, um conjunto de peças, com paredes finas e pastas bege bem depuradas, cobertas por esmalte aderente e muito brilhante, branco ou azul muito claro, mostram motivos decorativos a azul.

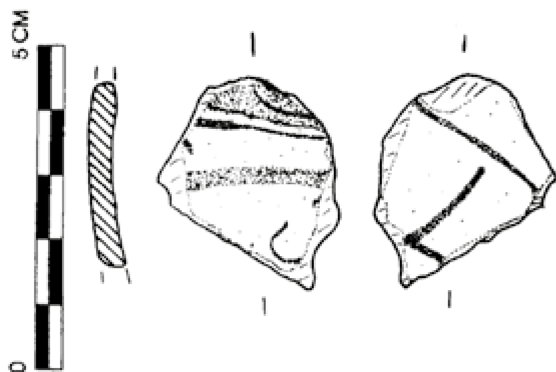


Fig. 7 – fragmento de taça com superfícies esmaltadas a azul claro, e decoração a azul cobalto (peça 8733)

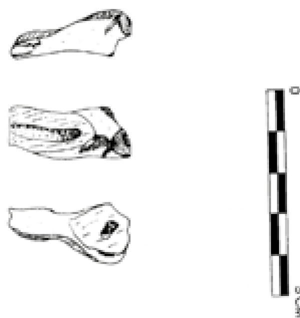


Fig. 8 – asa tubular em porcelana chinesa (peça 8735)

Assim, um prato com bordo em aba sub-horizontal, mostra ambas as superfícies esmaltadas a branco, com decoração consistindo em duas linhas finas azuis, se bem que imprecisas, junto ao bordo. Combinando o esmalte branco na superfície externa, e o esmalte azul claro, ou *berrettino*, na superfície interna, encontramos dois fragmentos. Um deles é um prato com 0,5 cm de espessura das paredes. Aqui apenas o interior foi decorado a azul, com motivos vegetalistas. Do mesmo modo, uma taça foi decorada na superfície interna com motivos fitomórficos / vegetalistas. Na superfície externa, esmaltada a branco, a decoração, também a azul de cobalto, foi feita em traços largos, estilizada. Há ainda uma taça onde se observa o tom azul claro cobrindo ambas as superfícies. A decoração pintada, em tom azul mais forte, descreve possíveis motivos fitomórficos, desenhados em linhas pouco espessas (fig. 7). Incluímos ainda na categoria da cerâmica esmaltada os fragmentos de porcelana, onde detectámos um prato ou taça, dois fragmentos de bojo de taça e uma asa tubular. Foram fabricados com pasta branca, onde não se observam elementos não plásticos.

Assim, o pequeno prato ou taça tem aba oblíqua, com paredes muito finas, entre 0,2 e 0,3 cm de espessura. O esmalte branco, muito brilhante e aderente, responde ao toque com a sonoridade típica das porcelanas. Na superfície interna, sobre a aba, desenhou-se uma cartela, onde se interligam pequenas flores lanceoladas, existindo ainda cartela circular junto ao fundo. No exterior, sob a aba, nova cartela encerra flores de cinco pétalas, e outras (fig. 9).

Deverão pertencer a taças distintas os dois fragmentos de bojo, com decoração em dois tons de azul, em possíveis motivos vegetalistas e fitomórficos, verificados em ambas as superfícies.

Na asa tubular a decoração em tom azul representa motivos vegetalistas e fitomórficos (fig. 8).

2.2. Cerâmicas com superfícies vidradas

Nesta intervenção recolheram-se quatro tipos distintos de cerâmica vidrada: pratos, malgas, alguidares e uma panela.

Os pratos têm bordo com lábio de secção semicircular. As paredes medem entre 0,65 e 0,75 cm de espessura. Nos dois casos encontrados, ambas as superfícies foram vidradas em tom melado. São decorados na superfície interna a castanho escuro/negro, de óxido de manganês, desenhando *grosso modo* três linhas paralelas, num exemplar (fig. 10), e uma horizontal donde irradiam três linhas oblíquas, no outro. As pastas são bege (7.5YR 6/4) e laranja (5YR 7/6), respectivamente.

Quanto às malgas, um dos fragmentos mostra parte do bordo, algo extrovertido e com lábio ligeiramente biselado, e corpo de carena alta. Os restantes mostram apenas a zona da carena, bem demarcada. As paredes têm grande espes-

sura, variável entre 0,7 e 0,95 cm. Um vidrado de óxido de ferro, melado, foi aplicado em ambas as superfícies. As pastas são vermelhas (10R 5/8 e 2.5YR 4/6), pouco depuradas, com elementos não plásticos de grão médio.

Contamos apenas um exemplar de alguidar vidrado. Apresenta bordo muito extrovertido em aba pendente, com lábio biselado. O fundo é plano, com arranque de paredes oblíquas, medindo cerca de 1 cm de espessura, variando a espessura da base entre 1 e 1,4 cm. Foi aplicado vidrado verde no interior do bordo, e a superfície exterior foi coberta por engobe amarelado. Fabricado em pasta amarelo pálido (10R 7/4), que contém grande quantidade de elementos não plásticos de grão médio.

Identificámos dois fragmentos de panelas, consistindo num arranque de asa de desenvolvimento vertical, e numa porção de bojo, de tendência esférica. As paredes indicam entre 0,65 cm e 0,8 cm de espessura. As superfícies foram cobertas por óxido de chumbo, de tonalidade melada. Fabricaram-se em pastas claras: bege (10YR 7/4) e vermelho claro (2.5YR 6/6).

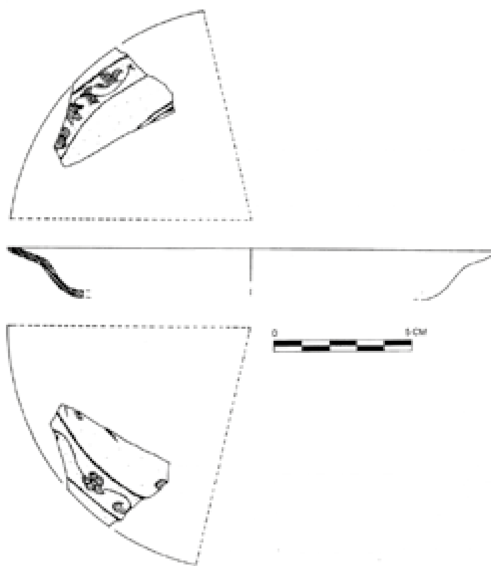


Fig. 9 – prato ou taça em porcelana chinesa (peça 8731)

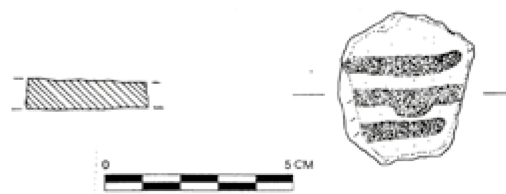


Fig. 10 – prato vidrado em tom melado com decoração a manganês (peça 9222)

2.3. Cerâmica Comum

2.3.1 Pastas claras

No conjunto cerâmico das pastas claras, identificámos panelas, púcaros, fogareiros, alguidares, um fragmento de tacho, lamparinas, caçarolas, tigelas, testos, taças, infusas e alguns fragmentos de bojo com decoração incisa.

As panelas têm bordo introvertido, aplanado superiormente, com lábio de perfil quadrangular, em aba fina, até 1 cm de espessura (fig. 12). Um exemplar mostra o lábio algo descaído inferiormente, formando ligeiro pedúnculo. Uma das peças foi decorada com fino cordão plástico pouco abaixo do bordo (fig. 11), e uma outra mostra canelura irregular, feita a molde, colocada sobre o bojo. As superfícies são quase sempre rosa, com aguada laranja ou vermelho claro na superfície externa, sendo a superfície interna da cor da pasta.

Os púcaros têm bordos verticais, com paredes pouco espessas. Assentam em bases planas ligeiramente sobrelevadas, com estrangulamento na ligação com

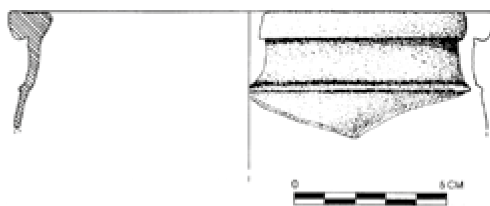


Fig. 11 – panela de pasta clara com bordo em aba fina (peça 10585)



Fig. 12 – panela de pasta clara (peça 10584)

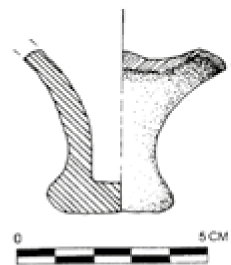


Fig. 13 – púcaro de pé (peça 5950)

o corpo, de tendência esférica. Alguns exemplares mostram manchas negras no exterior, evidenciando utilização sobre o fogo. Pastas rosadas (7.5YR 8/4), com superfícies tratadas com aguada em tom vermelho claro.

Uma variante desta forma é denominada «púcaro de reis». Identificámos um pé muito destacado, com 4cm de diâmetro de base. As superfícies desta peça foram cobertas por aguada de tom rosa. A pasta apresenta núcleo bege (2.5Y 8/2) e periferias vermelho claras (10R 7/6) (fig. 13).

Foi reconhecido um fogareiro com base plana e arranque de paredes subverticais, ligeiramente introvertidas. O diâmetro do fundo mede 10 cm, e o seu interior mostra-se enegrecido. O núcleo é rosa (7.5YR 7/4), e as superfícies, bastante rugosas, são da mesma cor, ainda que no exterior se notem vestígios de aguada vermelho clara.

Os alguidares identificados mostram bordos em aba curva, com lábio pendente de perfil semicircular ou biselado. As paredes são espessas, com cerca de 1,5 cm de espessura média. Utilizam pastas bastante claras, de cinzento a rosa. As superfícies internas mereceram mais atenção que as externas, sendo normalmente tratadas com aguada. Regista-se um exemplar com superfície brunida.

Classificámos como tacho um fragmento com bordo algo introvertido e lábio de perfil quadrangular, pega horizontal completa, partindo do bordo, em semicírculo. As paredes denotam tendência esférica, com 0,55cm de espessura. As superfícies são vermelho claras, com aplicação de aguada. A pasta tem núcleo cinzento claro (10YR 7/1).

As lamparinas têm forma sinuosa, formando bico trilobado, e bordo vertical com lábio de perfil semicircular. O fundo é ligeiramente côncavo, com 6 cm de diâmetro. Ostentam paredes finas, com 0,35cm de espessura no corpo e 0,5cm de espessura no fundo. Fabricam-se em pastas rosadas (7.5YR 7/4), da cor das superfícies.

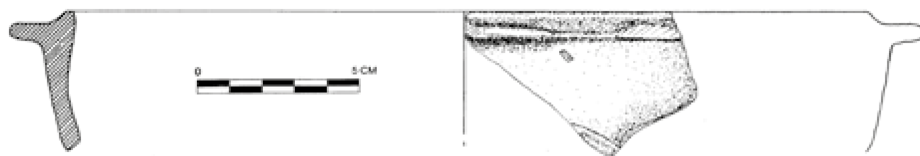


Fig. 14 – caçarola de aba horizontal sob o bordo (peça 3332)

A caçarola fabricada com pasta clara mostra bordo introvertido, com ressalto para encaixe de tampa, e aba horizontal, de perfil rectangular, a toda a volta. Foi efectuada decoração incisa no bojo de tendência esférica. Com pasta rosa (5YR 7/4), as superfícies encontram-se cobertas por aguada laranja a vermelho claro (fig. 14).

Classificámos como tigelas os bordos verticais ligeiramente introvertidos, com lábio biselado. Têm núcleo cinzento claro (10YR 7/1), e superfícies laranja. Mostram-se sempre decoradas por uma ou duas linhas incisas no exterior, abaixo do bordo.

À semelhança dos exemplares fabricados com outras pastas, os testos de pastas claras têm corpo troncocónico, com bordo com inflexão interna, em barbela. Assentam em fundo plano, com pequeno diâmetro, e as paredes têm entre 0,35cm e 0,45cm de espessura. As superfícies são rosa e cinzento claro, por vezes tratadas com aguada. Alguns exemplares mostram acabamento algo frustre.

Identificámos uma taça com fundo convexo e base «em bolacha», paredes de tendência esférica, e duas linhas incisas marcando o exterior da base. Na superfície externa regista-se aplicação de aguada laranja. As paredes são finas (0,35 cm de espessura), e o diâmetro da base não ultrapassa 8 cm. Pasta e superfícies rosa (5YR 7/4).

As infusas mostram bordo vertical e lábio biselado, com paredes bitroncocónicas, assentando em fundo plano. O bordo mede cerca de 15 cm de diâmetro, e a base indica 0,85 cm de espessura; as paredes têm espessura mínima de 0,8 cm. Pasta e superfícies rosa, com aguada exterior de tom vermelho claro.

Alguns fragmentos de bojo de formas não identificadas foram decorados com linhas incisas. Estas decorações consistem em uma a duas linhas onduladas, que num exemplar está enquadrada por cartela também incisa. Observa-se pastas em tons rosa ou cinzento claro, com aplicação frequente de aguada.

2.3.2. Pastas castanhas, vermelhas, laranja e cinzentas

Encontram-se nesta categoria, por um lado, maior número de fragmentos, na contabilidade geral, e por outro, maior diversidade de formas. Todas elas se pautam pelo utilitarismo, que oscila entre as funções de armazenamento, confecção e distribuição dos alimentos.

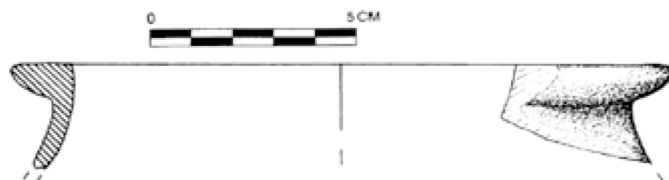


Fig. 15 – panela de pasta laranja, com bordo em aba fina: tipo A (peça 4699)

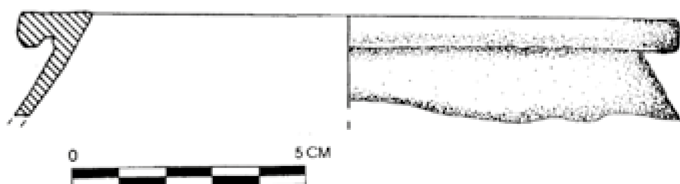


Fig. 16 – panela de pasta laranja, com bordo em aba fina e ligeiro pedúnculo: Tipo A (peça 7047)

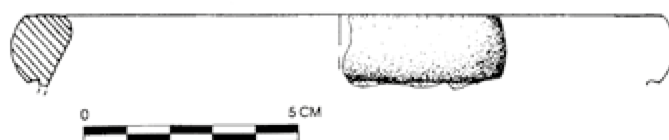


Fig. 17 – panela com bordo espessado: Tipo B (peça 10605)

Existem três tipos de panelas com este tipo de pastas, que convencionámos chamar tipos A, B e C.

O primeiro tipo mostra bordo algo extrovertido, aplanado superiormente, e lábio de perfil quadrangular, em aba fina (fig. 15). Um subconjunto mostra lábio algo descaído inferiormente, formando pedúnculo mais ou menos acentuado (fig. 16). A decoração consiste normalmente num fino cordão plástico aplicado sobre o bojo. O único exemplar com asa mostra que ela parte do bordo, tem secção oval e desenvolve-se verticalmente. Todas as peças foram tratadas, pelo menos na superfície exterior e sobre o bordo, com engobe ou aguada, exibindo algumas delas tratamento semelhante em ambas as superfícies. O tipo A é o tipo mais comum, que engloba a maioria das panelas com estas pastas, datadas entre os séculos XIV e XVI.

Um segundo tipo de panelas, Tipo B, tem bordo introvertido, aplanado superiormente, com lábios espessos de perfil quadrangular ou rectangular (fig. 17). As diferenças em relação ao Tipo A residem sobretudo ao nível das espessuras das paredes e do bordo. Os diâmetros internos dos bordos destas panelas não parecem necessariamente alterar-se com o espessamento das paredes e bordo. As superfícies foram maioritariamente cobertas com aguada ou engobe apenas no lado exterior, ainda que se encontrem peças com ambas as superfícies tratadas.

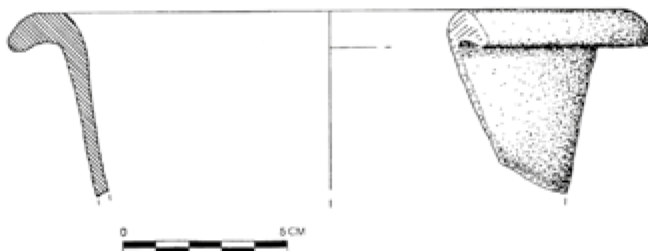


Fig. 18 – panela com bordo em aba curva: Tipo C

As panelas do tipo C têm bordo extrovertido, em aba curva, e lábio de secção semicircular, com arranque de paredes subverticais. O corpo tem forma subcilíndrica e nenhum exemplar mostra vestígios de asa ou decoração (fig. 18). A maioria destas foi coberta com engobe ou aguada em ambas as superfícies. As diferenças entre os exemplares deste tipo residem sobretudo no grau de curvatura do bordo. Fabricaram-se com pastas laranja, vermelha e cinzenta.

Os exemplares de testos encontrados na Sondagem C têm bases planas, com paredes troncocónicas invertidas e bordo com inflexão interna, em barbela, com pequena pega vertical ao centro. As pastas são escuras, a oscilar entre laranja, o vermelho e o castanho, até ao cinzento muito escuro. Vários mostram vestígios de engobe ou aguada, sobretudo na superfície superior. As espessuras das paredes e bases variam entre 0,35 e 0,9 cm, maioritariamente entre 0,5-0,6 cm. Nas poucas bases que encontrámos, detectámos diâmetros entre 5 e 7 cm. Já nos bordos, os diâmetros variam entre 10 e 20 cm. A única pega completa mede 2,35 cm de altura. Um exemplar mostra decoração composta por três círculos concêntricos em torno da pega.

À semelhança dos exemplares de pastas claras, os dois fragmentos de púcaros de reis incluídos nesta categoria têm bases planas, muito destacadas e pé muito elevado. Os diâmetros da base variam entre 3,5 e 4 cm. Pastas cinzento esverdeado e castanho. As paredes denotam engobe ou aguada.

Identificámos ainda outros púcaros, que dividimos em dois grupos. Os que integrámos num Tipo A têm bordo vertical de paredes finas, e lábio de perfil semicircular ou ligeiramente biselado. Foram maioritariamente tratados com engobe ou aguada em pelo menos uma das superfícies. Os seis fragmentos disponíveis foram decorados com uma linha incisa no exterior, logo abaixo do bordo. Fabricaram-se em pastas laranja, vermelho claro e castanho avermelhado.

Com diferenças situadas ao nível do bordo, os púcaros de tipo B apresentam-se com lábio biselado e bordo extrovertido. Têm perfil troncocónico, com paredes altas e fundo plano. Nos exemplares observados, uma ou ambas as superfícies foram cobertas por engobe ou aguada. Fabricaram-se em pastas laranja, castanho e vermelho claro.

Tipologicamente distintos ao nível dos lábios, que variam de perfil semicircular ao biselado, chegando a formar uma aba que pode ser mais ou menos encurvada, os alguidares (fig. 19) apresentam sempre paredes oblíquas e bor-

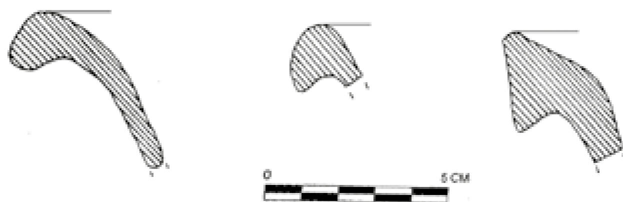


Fig. 19 – bordos de alguidares de pastas castanha, vermelha e laranja

dos extrovertidos. As superfícies têm diversos graus de acabamento, sendo alguns bastante frustres. A aplicação de engobe ou aguada é frequente.

Entre o conjunto que estudámos não se encontrou nenhum prato completo, ou fragmento que conservasse ao mesmo tempo bordo e fundo. Dispomos de um total de dez bordos, e cinco fundos assentes em pé anelar. As superfícies internas foram, em todos, tratadas com engobe ou aguada, mesmo os cinco exemplares que mostram brunido interno. Os bordos têm lábio pendente, de perfil triangular, e as bases assentam em pé anelar, algo destacado, sendo o fundo ligeiramente convexo. As paredes apresentam forma troncocónica invertida. A decoração, quando existente, situa-se ou no bordo pendente, onde é constituída por uma ou mais linhas incisas, ou sobre o pé anelar.

Contamos seis fragmentos de bases «em bolacha», com arranque de paredes de tendência esférica, normalmente identificadas com tigelas e potes. Na ligação da base às paredes do corpo, algumas peças mostram finas linhas incisas. Vermelho claro (2.5YR 6/8) é o tom de pasta mais frequente, existindo ainda pasta castanha avermelhada, laranja e cinzenta clara. As superfícies externas podem ainda mostrar tratamento com engobe ou aguada.

Um fragmento de caçarola apresenta bordo introvertido, com pequena aba a toda a volta, pouco desenvolvida, e ressalto para apoio da tampa. O bojo, curto, tem tendência esférica, e foi decorado com canelado largo, bem demarcado. Medimos cerca de 0,4 cm de espessura das paredes e cerca de 14 cm de diâmetro de bordo. A pasta é vermelha clara (10R 6/8), com superfícies castanho claras.

Como característica formal mais marcante, os três fragmentos identificados como tachos apresentam pega de desenvolvimento horizontal e forma triangular. Duas peças têm núcleo cinzento avermelhado, e uma peça cinzento claro acastanhado. Tratadas todas com engobe ou aguada nas duas superfícies, duas peças mostram vestígios inequívocos de utilização sobre o fogo. Formalmente muito semelhantes, as dimensões também não diferem muito: 0,5 a 0,55 cm de espessura média das paredes, e 21 a 24 cm de diâmetro do bordo.

Classificámos como tigelas ou tachos os fragmentos com bordo vertical ou introvertido, com lábios de perfil semicircular ou algo biselado, e paredes subverticais (fig. 20). As espessuras das paredes variam entre 0,4 e 0,7 cm, e os diâmetros de 8 a 22 cm. Têm sempre uma linha incisa a demarcar exteriormente o bordo (fig. 21), mas também se verificam exemplares com outras linhas incisas abaixo desta, formando por vezes um canelado curto. As cores das pastas variam

de laranja a castanho. As superfícies copiam normalmente estas cores, ou mais escuras, quando tratadas com aguada. Por vezes adquirem manchas cinzentas escuras, devido à acção do fogo.



Fig. 20 – tacho com incisão sob o bordo (peça 3887)

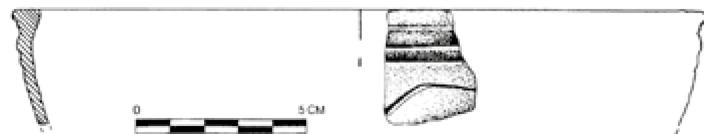


Fig. 21 – tacho com curto canelado sob o bordo e decoração incisa (peça 1140)

Os cântaros estão representados neste conjunto do Castelo de Sesimbra, por um fragmento de base algo côncava, com arranque de paredes extrovertidas, sinuosas, que parecem sugerir um corpo ovóide alongado. Estas paredes são muito espessas, com 0,8 cm de espessura mínima verificada. O diâmetro da base atinge 11 cm. A pasta tem espesso núcleo cinzento e periferias laranja, da cor da superfície interna, uma vez que a superfície externa foi coberta por aguada em tom um pouco mais escuro.

As infusas identificadas têm bordos verticais, com lábio biselado. As paredes são fusiformes ou globulares alongadas, assentando em fundos planos. O estrangulamento junto à base pode ser mais ou menos acentuado. Os diâmetros do bordo variam entre 12 e 15cm, e do fundo entre 11 e 21cm. As paredes são espessas, sendo as bases mais finas. Um fragmento mostra linha pouco profunda a demarcar o bordo exteriormente. Fabricados em pastas laranja e vermelho claro, com superfícies de cor próxima da pasta, foram sempre tratadas com engobe ou aguada.

Existem alguns fragmentos de potes, com bordo introvertido, lábio de perfil semicircular e corpo globular. As paredes são finas, entre 0,35 e 0,5cm de espessura. Um exemplar tem superfície externa polida e dois deles foram decorados com duas linhas incisas, paralelas, abaixo do bordo. Podem mostrar manchas negras, da utilização sobre o fogo, e fabricam-se em pastas cinzentas.

Classificámos como jarros os bojos de perfil algo sinuoso, deixando prever um estreitamento de gargalo na parte superior, e um alargamento na zona inferior. De paredes finas, entre 0,25 e 0,6cm de espessura máxima, as superfícies têm cores que variam de laranja a vermelho escuro, ou acastanhado, sempre tratadas com engobe ou aguada, pelo menos na superfície externa. Um fino cordão plástico, bastante saliente, é comum a todos os fragmentos.

Conta-se ainda neste conjunto uma pega, constituída por argola cerâmica, revestida por capa pouco espessa, que enforma um tubo com cerca de 4 cm de diâmetro, de cuja extremidade divergem dois tubos mais pequenos, com cerca

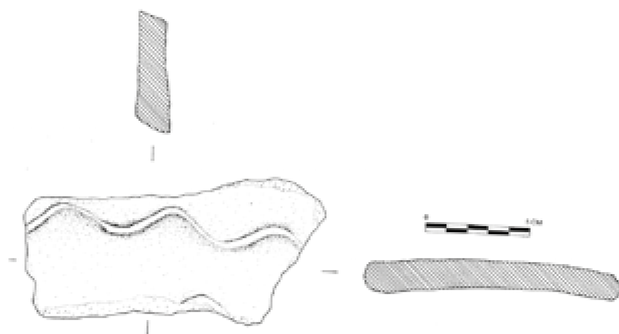


Fig. 22 – fragmento de bojo de talha (peça 7049)

de 2,5 cm de diâmetro. A argola faz a ligação entre estas três partes. Utiliza pasta castanha (5YR 5/4), coberta por engobe vermelho.

Apenas uma lamparina foi incluída no conjunto de pastas mais escuras. É representada por uma pega de reduzidas dimensões, com o topo revirado para o exterior, mas sem argola que permita fácil preensão, e pequena porção de fundo côncavo. As paredes têm 0,3 cm de espessura, e a pasta é castanho claro avermelhado.

As talhas, recipientes de grandes dimensões destinados a armazenar líquidos, assentam em fundo plano, e têm paredes fusiformes ou ovóides alongadas. Apresentam-se por vezes cobertas, na superfície externa, por aguada. As superfícies interiores mostram, sem excepção, brunido vigoroso, que lhes confere um toque acetinado. Decoradas exteriormente por finas linhas onduladas incisas, as paredes variam entre 1,1 e 1,5 cm de espessura (fig. 22).

As pastas têm núcleo cinzento claro, e periferias laranja ou vermelho.

Alguns fragmentos de bojo de formas não identificadas foram incluídos neste estudo por apresentarem decoração. Um conjunto mostra decoração canelada, e nestes casos as pastas são vermelho claras, vermelho e castanho, com superfícies laranja e vermelho, onde se observa aplicação de aguada de tom semelhante à pasta, ou engobe de cor escura, contrastante com as cores das pastas. A espessura das paredes destas peças é variável, entre 0,4 e 0,55cm. Os tipos de canelado também variam em termos de profundidade, precisão e regularidade.

Existem ainda alguns fragmentos com decoração incisa, em que as linhas são curvas e nunca se apresentam sozinhas, fazendo antes parte de um projecto decorativo com alguma complexidade. Num caso as incisões onduladas são enquadradas por um canelado bem demarcado. As paredes têm entre 0,35 e 0,55cm de espessura, e foram fabricadas com pastas laranja.

Ainda que escassa é visível em três fragmentos decoração pintada a branco, sobre a face externa do bojo das peças. As pastas são vermelhas e cinzentas, e nalguns casos verifica-se a aplicação prévia de engobe de tons escuros. É sobre este engobe que se desenham as linhas brancas, solitárias ou paralelas. As paredes têm espessura variável entre 0,5 e 0,6 cm.

2.4. Paralelos e datação

2.4.1. A Cerâmica Esmaltada

Pratos e malgas esmaltados a branco são consideradas as peças mais divulgadas durante os séculos XV e XVI, de uma produção que ainda alcançou o século XVII. As primeiras destas peças terão chegado a Portugal oriundas de Sevilha, onde se começaram a produzir no século XIV (Rey, 2000, p. 32). A má qualidade dos esmaltes aplicados a estas peças nem sempre permite a sua conservação. Além disso, encontramos vários tons de branco, e gradações de brilho. As marcas de propriedade que observámos, «devem-se, por certo, a cuidados higiénicos e profiláticos especiais, permitindo a cada pessoa do agregado familiar, de uma corporação militar ou religiosa, reconhecer a louça que habitualmente utilizava, assim evitando possíveis contágios que as grandes epidemias e pestes faziam temer» (Gomes e Gomes, 1996, p.162). Este grupo é normalmente denominado de «tipo conventual», «colonial», *Columbia Plain* ou *Plain White* (Gomes e Gomes, 1996, p. 158). Com larga difusão, encontra paralelos um pouco por todo o país, em contextos identificados com os séculos XV e XVI (Cardoso e Rodrigues, 1999, p.207; Gomes e Gomes, 1998, p.345). Em Sesimbra publicaram-se, ainda que fora de contexto, escudelas e taças carenadas, esmaltadas a branco em ambas as superfícies (Carvalho e Fernandes, 1992, p.15).

Também em Sesimbra tinham já sido estudados dois pratos com ambas as superfícies esmaltadas de cor branca e verde «separadas entre si por zona de contacto, que parece dividir a peça em duas partes idênticas», com pastas bege, bem depuradas, e fundo em ônfalo (Carvalho e Fernandes, 1992, p.15). Nesta produção deverá incluir-se o pequeno fragmento de fundo reentrante esmaltado a verde, que encontra nas oficinas sevilhanas pratos e taças com idêntica base. As pastas têm textura granulosa e cor amarelada ou bege. Constituem variante da série «Blanca Lisa» (a já descrita cobertura de esmalte branco em ambas as superfícies), denominando-se série «Blanca y Verde» que consiste na combinação do esmalte branco com vidrado verde, dividindo a peça ao meio. Esta produz-se até meados do século XVI (Somé e Huarte, 1999, p.160). Aqueles exemplares são também conhecidos sob a denominação «*Santa Elena Green and White*» (Gomes e Gomes, 1996, p.162), tendo sido recolhido em Silves um fragmento de prato ou taça esmaltado a branco coberto até metade com vidrado de cor verde forte (Gomes e Gomes, 1996, p.160). Proveniente de Palmela foi publicado um prato com fundo côncavo e superfície esmaltada a «verde metalizado» (Carvalho e Fernandes, 1998, p.222), atribuído a oficinas espanholas.

Com produções centradas nos séculos XV e XVI, em cenário de expansão colonial dos países ibéricos, as peças esmaltadas a branco, ou branco e verde, foram exportadas em grandes quantidades para os domínios ultramarinos, encontrando-

-se, por exemplo, nos estratos arqueológicos referentes à ocupação portuguesa da praça forte de Alcácer Ceguer (1458-1550) (Redman, 1986, p.191).

As peças esmaltadas com decoração a azul terão idêntica origem nas oficinas sevilhanas, onde se produziu intensamente, até meados do século XVI, cerâmica esmaltada a branco com decoração linear a azul-cobalto, numa série denominada «azul lineal». Entre as variantes deste tipo encontra-se o motivo das linhas concêntricas paralelas (Somé e Cambra, 1999, p.161) que identificámos em Sesimbra. Em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 209), e em Almada (Espirito Santo e Sabrosa, 1992, p.9) há notícias de pratos com decoração em linhas azuis junto ao bordo e ao fundo, inserindo-se em ambos os casos em contextos arqueológicos do século XVI, e remetidos para as produções sevilhanas. O mesmo tipo, com linhas concêntricas, ou motivos desenhados em mão livre, simples, encontra-se também em Alcácer Ceguer (Redman, 1986, p.192).

As produções espanholas da região valenciana, onde se situam os centros produtores de Paterna e Manises, tiveram ampla difusão em Portugal. As decorações a castanho, e castanho e azul sobre esmaltes brancos, são classificadas como pertencentes às oficinas valencianas, datando de finais do século XIV a meados do século XVI. Estas peças inscrevem-se na «série azul», produzida tanto em Paterna como em Manises, sucessora da série «verde e morada» (Sanchez-Pacheco, 1981; Sanchez-Pacheco, 1996; Gonzalez-Martí, 1944) Os motivos decorativos empregues por estas oficinas incluem pinhas, bolbos, folhagens, alafias e pontuações, que se inspiram em «formas existentes no repertório das cerâmicas muçulmanas» (Gomes e Gomes, 1994, p.170). Com alguma divulgação em Portugal, estas peças encontram-se identificadas em Silves (Gomes e Gomes, 1994), em Palmela, (Carvalho e Fernandes, 1998, p.214), e no Palácio Nacional de Sintra (Amaro, 1992, p.119), tendo também já sido identificadas anteriormente em Sesimbra (Carvalho e Fernandes, 1992, p.18).

Com a mesma origem geográfica nas oficinas de Paterna e Manises, as peças ostentando a técnica decorativa do «lustro dourado», surgem a partir de meados ou finais do século XIV (Sanchez-Pacheco, 1981; Sanchez-Pacheco, 1996; Gonzalez-Martí, 1944). Esta técnica emprega-se, nos séculos XIII e XIV, a produções cerâmicas da região de Granada, Málaga e Almeria. O domínio aragonês de Valência proporcionará a expansão comercial das peças decoradas com reflexo metálico.

Existem séries que situam cronologicamente os motivos decorativos empregues. No caso da escudela do castelo de Sesimbra, totalmente esmaltada a branco, e com decoração a dourado, encontramos um bom paralelo no Poço-Cisterna de Silves, que os autores (Gomes e Gomes, 1996, p.180) datam da transição do século XV para o século XVI, seguindo a cronologia proposta por Gonzalez-Martí (1944). Esta cronologia baseia-se em parte, num motivo idêntico, figurado no

reverso de um prato de Manises, onde também se observam as armas de Catarina de Navarra, datado do século XV, ou inícios do século XVI. Idêntico motivo das «notas musicais» foi encontrado no Funchal (Gomes e Gomes, 1998, p. 338), decorando uma escudela hemisférica. Em Alcácer Ceguer entre as peças decoradas com lustro dourado, a taça aberta com pegas horizontais recortadas, era uma forma corrente (Redman, 1986, p.195).

A escudela que conjuga a decoração em lustro dourado com a pintura a azul-cobalto será oriunda das mesmas oficinas de Paterna e Manises (Sanchez-Pacheco, 1996). Não constituindo absoluta novidade nos contextos arqueológicos portugueses, esta técnica, de resto como a pintura a azul-cobalto, são já conhecidas nos níveis almóadas de Silves, embora não empregues conjuntamente (Gomes e Gomes, 1996, p.176). Foi publicado um conjunto de três peças com decoração a azul e dourado, de Alcochete, cuja origem é indicada para as regiões de Granada / Málaga ou Valência (Correia, 2004, p. 650).

A introdução da porcelana chinesa na Europa, a partir do século XVI, vem produzir uma alteração nos gostos, com repercussões importantes ao nível das criações cerâmicas. Produzem-se em Itália peças com carácter eminentemente decorativo, sobretudo pratos e taças, com paredes muito finas, cobertas por esmalte branco de muito boa qualidade, aderente e brilhante. Terão tido origem na cidade italiana de Faenza peças esmaltadas a branco com decoração em tom azul forte, desenhando motivos fitomórficos e esquemáticos; são os denominados *bianchi di Faenza*. Este tipo de decoração, de nítida inspiração oriental, ficou conhecida como faiança «alla porcellana», com cronologia do século XVI. Pertencem a este conjunto os finos fragmentos descritos para Sesimbra, com esmalte branco de alta qualidade, muito brilhante, e decoração a azul. Foram igualmente identificados alguns fragmentos no Poço-Cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996, p.189).

As peças com fundo em tom azul muito claro e decoração a azul mais forte, terão origem em Veneza, também no século XVI, altura em que esta cidade era importante centro produtor. As decorações destas oficinas inspiram-se em paisagens urbanas, em gravuras e em elementos naturais, como flores e frutos. Outro motivo utilizado, que quanto a nós se repete nas peças que estudamos, denomina-se *stile compendiario*, e consiste em motivos florais de aspecto caligráfico. Estas peças identificam-se no Poço-Cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996, p.186) e em Palmela (Carvalho e Fernandes, 1998, p.215), onde alguns fragmentos de majólicas de Veneza surgem em contextos datados para os séculos XVI/XVII. No Porto, com idêntica origem italiana, mas da cidade de Pisa, publicam-se «fragmentos de faianças de tom azul claro, com decoração fitomórfica em tom azul mais escuro» (Osório e Silva, 1998, p.289), datados do século XVII.

A importante mudança de gosto de que falávamos, que teve epicentro nas cidades italianas, veio também implicar alterações significativas nas oficinas sevi-

lhanas a partir de meados do século XVI. Inspiradas nas peças italianas, as paredes são agora menos espessas, os perfis mais sinuosos, e as bases sempre anelares. Neste «grupo italianizante», por oposição ao antigo *morisco*, os esmaltes empregues são de melhor qualidade, e além do tradicional fundo branco generaliza-se o azul como fundo. Esta série «azul sobre azul» vai imitar as cerâmicas das oficinas da Liguria, empregando um tom azul claro sobre o qual se dispõem motivos decorativos lineares, esquemáticos, florais e arquitectónicos em azul um pouco mais forte. No exterior são figurados arcos entrecruzados. Estas séries italianizantes alcançam um grande desenvolvimento durante o século XVII, com algumas diferenças morfológicas e decorativas em relação aos originais (Somé e Cambra, 1999). Devido ao reduzido tamanho dos fragmentos exumados no Castelo de Sesimbra, é-nos impossível detectar eventuais diferenças que possam indicar claramente a origem dos fragmentos estudados.

A porcelana chinesa é comum à maioria dos sítios arqueológicos com ocupação de cronologia moderna. A presença portuguesa na Índia permitiu trazer para a Europa, logo nos finais do século XV, inícios do século XVI, vários exemplares de porcelana.

Altamente apreciadas, a exportação de cerâmicas azuis e brancas para consumo do mundo ocidental inicia-se no reinado Wan-Li (1573-1619).

Nestas produções em azul-cobalto sobressaem por vezes, «delicadas e expressivas representações florais ou motivos mitológicos integrados em métopas» (Gomes e Gomes, 1996, p.199).

A porcelana chinesa está presente, embora em pouca quantidade, no Castelo de Sesimbra. Identificámos uma aba de prato, duas pequenas taças, e uma asa, que supomos pertencer a um bule, ou chávena. No Poço-Cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996, p.199), num prato de molho «reconhecem-se restos de uma decoração floral, com folhas longas e lanceoladas, assim como uma linha horizontal, que separaria o corpo da peça do bordo». Este motivo, colocado na aba do pequeno prato identificado em Sesimbra, foi ainda encontrado em Palmela (Carvalho e Fernandes, 1998, p.255), em contexto dos séculos XVII-XVIII. Em Alcácer Ceguer (Redman, 1986, p.200) também se verifica a ocorrência de porcelana chinesa nos níveis mais recentes da ocupação portuguesa.

2.4.2. A Cerâmica vidrada

Entre a cerâmica vidrada, as formas mais comuns são os pratos e as malgas carenadas com vidrados em tom melado. Os pratos mostram fundo em ônfalo com bordos oblíquos ou sub-horizontais, e lábio de secção semi-circular, e as malgas têm carena alta e pé destacado, em anel, bordo vertical e lábio de perfil semi-circular. Fabricam-se com pastas depuradas, em tons bege a rosado. Podem apresentar-se decoradas com motivos simples, de carácter geométrico ou fitomór-

fico, em tom castanho-escuro a negro, de óxido de manganês. Trata-se de produções locais ou regionais que encontram paralelo em Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 154) e em Palmela (Carvalho e Fernandes, 1998, p.213), tendo ainda sido identificados no Castelo de Sesimbra, ainda que descontextualizados (Carvalho e Fernandes, 1994, p.15). A cronologia estabelece como limite mais recente a primeira metade do século XVI, e a sua produção ter-se-á iniciado no século XV, ou ainda no século XIV, devendo buscar grande influência na cerâmica muçulmana (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996, p.54).

À semelhança dos restantes vidrados melados, as panelas terão origem local ou regional, com antecedentes nas produções almóadas dos séculos XII e XIII (Gomes e Gomes, 1996, p.152). Os vidrados verdes surgem intimamente ligados aos alguidares, que já no século XVI se produziam nas oficinas de Lisboa. A origem desta tipologia remontará ao século XIII (Gomes e Gomes 1996, p.162), sendo muito frequentes em contextos posteriores à segunda metade do século XV. Em Alcácer Ceguer (Redman, 1986, p. 255) entre os recipientes típicos do «período português», com antecedentes islâmicos, encontram-se as «green glazed basins», de grandes dimensões, fundos planos, paredes espessas e bordo extrovertido, com vidrado verde cobrindo toda a superfície interna.

2.4.3. A Cerâmica comum

As panelas dos tipos A e B (com bordo introvertido e lábio em aba horizontal) encontram-se em Palmela, na R. do Castelo, n.º 4 (Carvalho e Fernandes, 1995, p. 92), e datam do século XIV, inícios do XV. Apresentam, tal como verificado em Sesimbra, um «ressalto, marcado por nervura» sobre o bojo. Numa análise evolutiva das panelas exumadas neste local e noutros, em Palmela, os mesmos autores, considerando os bordos de secção rectangular, admitem a sua génese nos finais do século XIV a inícios do século XV, mas estabelecendo desde logo que as variantes do século XV se prolongam até ao século XVII, conservando as suas características principais (Carvalho e Fernandes, 1997, p. 230).

Algumas panelas em cerâmica provenientes do Castelo de Sesimbra, ainda que descontextualizadas, foram já estudadas (Carvalho, 1994, p.22). Com base nas referidas tipologias exumadas em Palmela, em contextos estratigráficos bem definidos, o autor propõe a mesma cronologia para as peças de Sesimbra, entre a segunda metade do século XIV, e os finais do século XV. Deverão corresponder às mencionadas variantes do século XV, outros exemplares, recolhidos em Lisboa, no Bairro da Mouraria (Diogo e Trindade, 1995, p.260), no Crato (Catarino, 1995, p.131), em Almada (Sabrosa e Santos, 1993, p.116) (Sabrosa, 1994, p.39), Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999, p.194; Cardoso e Encarnação, 1990, p.58; Cardoso e Rodrigues, 1991, p.576), Beja, (Mestre, 1991, p.569) e Montemor-o-Novo (Ribeiro, 1984); com cronologias dos finais do século XV / século XVI.

Uma panela do tipo C, com bordo «em voluta e colo convexo», medindo 15 cm de diâmetro no bordo, foi classificada em Cascais, para os séculos XIII a XV (Cardoso e Rodrigues, 1991, p. 575). Em Almada foi publicada outra peça formalmente muito semelhante, identificada como pote (Sabrosa e Santos, 1993, p. 116).

Característicos das produções anteriores ao século XVI, os testos com bordo com inflexão interna, ou barbela, serão comuns aos contextos arqueológicos medievais portugueses. Em finais do século XV começa a escassear a variante com barbela, que já não se aplica no século XVI.

Os «púcaros de reis» foram identificados no Museu Hipólito Cabaço, em Alenquer (Matos, 1971, p.572), onde peças denominadas «pequenos jarros» de uma ou duas asas, têm formas semelhantes, segundo o autor, às «*cratera* da época clássica». Têm «pança volumosa» e «pé estrangulado precedendo a base alargada». A altura não ultrapassa 10cm, e as paredes são sempre finas. Com o mesmo tipo de «pé estrangulado e base alargada», uma taça, que o autor considera «vulgar desde a época clássica». Tanto os púcaros como a taça provêm de contexto arqueológico que se prolonga do século XII ao XIV. Os púcaros de bordo vertical ou subvertical encontram paralelos no Palácio Nacional de Sintra (Amaro, 1992, est.X.2 e X.3), em Cascais (Cardoso e Encarnação, 1990, p.53), em Palmela (Carvalho e Fernandes, 1995, p. 92) e em Almada (Sabrosa e Santos, 1993, p.121). As cronologias apontam o século XIV e o início do século XV, embora os autores de Cascais recuem ligeiramente para o século XIII, identificando nela influência árabe. Com idêntica cronologia, os púcaros de bordo oblíquo, extrovertido, também se detectam nos silos medievais do Palácio Nacional de Sintra (Amaro, 1992, est. VI.2), e em Évora (Teichner, 1998, p. 27).

Os alguidares com bordo muito extrovertido, e lábio biselado pendente, com ligeiro canelado no interior do bordo, encontram-se em diversos contextos geograficamente próximos de Sesimbra, onde de resto foram já estudados exemplares fora de contexto (Carvalho, 1993, p. 18; Carvalho, 1994, p. 13). É o caso de Palmela, onde a forma de lábio canelado mostra por vezes pintura de cor branca, sugerindo tradição islâmica; Almada (Sabrosa e Santos, 1993, p. 121) e Alcácer do Sal. As cronologias apontam para os séculos XIII-XIV, numa variante formal que parece ter origem regional.

Entre os alguidares de bordo extrovertido, alguns mostram aba pendente, ou em voluta. Encontram-se em vários contextos dos séculos XV e XVI, como Almada (Sabrosa, 1994, p. 40), Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 200) e Palmela (Carvalho e Fernandes, 1998, p. 220), onde se descrevem alguidares de bordos «mais ou menos espessos, em voluta», com superfícies que podem ser polidas ou cobertas com aguada.

Os pratos em cerâmica comum são das formas mais frequentes em contextos arqueológicos medievais e modernos portugueses. Os bordos são geralmente

de perfil triangular, com lábios pendentes, e as paredes troncocónicas invertidas, assentes em pés anelares, mas também em bases planas ou côncavas. Os tratamentos tendem a dar mais atenção à superfície interna, que pode ostentar algum tipo de decoração sobre o bordo, ou ser alisada, espatulada ou brunida, com ou sem engobe. Estas tipologias encontram-se em Almada, na Rua Henriques Nogueira (Sabrosa e Santos, 1993, p.118), em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999, p.202), (Cardoso e Encarnação, 1997, p.53), Palmela (Carvalho e Fernandes, 1995, p.90), em Lisboa (Diogo e Trindade, 1998, p.262), na Ria de Aveiro A (Alves *et. al.*, 1998, p.193), e em Évora (Teichner, 1998, p.28), com cronologias que se balizam entre os finais do século XIV e o século XVI.

Os «fundos em bolacha» identificados devem pertencer a taças ou tigelas, como as publicadas em Palmela (Carvalho e Fernandes, 1998, p.225), Cascais (Cardoso e Encarnação, 1990, p.50) e em Almada (Sabrosa, 1994, p.41), datáveis dos séculos XV-XVI. As caçarolas com aba horizontal a toda a volta encontram paralelo em Palmela (Carvalho e Fernandes, 1997, p.231), cronologicamente situadas entre os séculos XIII e a primeira metade do século XV. O mesmo tipo de sistema é aplicado a uma panela datada do século XIV / inícios do século XV, com «bordo em aba horizontal, saliente, com função de pega» (Carvalho e Fernandes, 1995, p. 92).

Num contexto já de finais do século XV, em Lisboa, na Rua João do Outeiro, surge um tacho com «lábio curto e introvertido, com estribo exterior em aba» (Diogo e Trindade, 1998, p. 261). Os tachos com bordos introvertidos, com lábio de perfil semi-circular, demarcados exteriormente por incisão profunda, que encontramos em Sesimbra, surgem noutros contextos, nomeadamente em Palmela (Carvalho e Fernandes, 1995, p. 91) e Almada (Sabrosa e Santos, 1993, p. 121), datando em ambos os casos dos finais do século XIV, e inícios do século XV.

Com bordos formalmente muito semelhantes aos atrás descritos, os tachos de pegas horizontais triangulares e semicirculares, também designados *frigideiras*, surgem a partir da segunda metade do século XV e no século XVI, e são considerados uma evolução das caçarolas, copiando os atributos destas e substituindo as asas laterais geminadas por pega lateral fazendo corpo com o bordo (Carvalho e Fernandes, 1998, p.232). Encontram-se em Palmela, Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999, p.203) e Montemor-o-Novo (Ribeiro, 1984).

As tigelas e os tachos com bordos espessos, introvertidos, normalmente decorados na superfície externa, são datáveis através de paralelos encontrados em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1991, p.580) e em Silves (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996, p.42), entre os séculos XIII e XV.

O perfil típico dos cântaros dos séculos XIV a XVI tem «corpo globular alongado, ou de tendência fusiforme, assente em fundo plano», como descrito para Silves (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996, p.52), Crato (Catarino, 1998, p.131), Almada (Sabrosa e Santos, 1993, p.118), ou os exemplares retirados da ria de

Aveiro (AlveS *et. al.*, 1998, p.196). Os bordos são verticais, o colo alto, e os lábios biselados, com paredes finas.

Os potes de bojo esférico surgem em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999, p.210) e em Silves (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996, p.50), onde são datados dos séculos XV e XVI.

Os jarros, que identificamos como os fragmentos de bojo com decoração formada por finos cordões plásticos, encontram paralelo em Lisboa, na Rua João do Outeiro (Diogo e Trindade, 1998, p.262), onde um pequeno jarro tem dois filetes, um separando o lábio do colo, e um outro ao nível do arranque da asa, e em Almada, na Rua Henriques Nogueira (Sabrosa e Santos, 1993, p.120), onde uma bilha tem também um filete abaixo do bordo da peça. As datações oscilam entre os séculos XIV e XV, para Almada, e o final do século XV para Lisboa.

A pega com argola em cerâmica encontra correspondência num exemplar encontrado descontextualizado em Sesimbra (Carvalho, 1994, p.13). O autor refere que peça idêntica foi ainda encontrada em Palmela, na Rua de Nenhures, e que em Alcácer do Sal existem peças semelhantes, não publicadas. A datação proposta indica o século XV.

As pequenas candeias com bordo sinuoso, encontram paralelos em Palmela, na Rua do Castelo (Carvalho e Fernandes, 1995, p.91), onde um exemplar com vestígios de vidrado no exterior está datado do século XIV a inícios do século XV, e em Almada (Sabrosa e Santos, 1993, 122), também datada do século XV. Um trabalho desenvolvido em Cascais conclui que «este tipo não atinge o século XVI» (Cardoso e Rodrigues, 1991, p.575).

As gramáticas decorativas da cerâmica comum medieval não são muito variadas. Passam necessariamente pelo canelado ou estriamento, a «solução ornamental mais usada», aplicada a colos, bojos, ou à totalidade da peça (Fernandes, 2001, p.95). Outra opção são os ondulados incisos, que encontramos nos bojos ou nas abas horizontais que os precedem.

A pintura a branco, normalmente organizada em bandas é uma das mais flagrantes pervivências da influência muçulmana. Largamente aplicada à cerâmica comum de tipologia islâmica, encontra-se ainda frequentemente entre as peças fabricadas nos séculos XIII e XIV (Real, *et. al.*, 1995, p.176), mas a partir do final deste século e com o avançar do século XV, tende a desaparecer (Carvalho e Fernandes, 1995, p.89).

3. CONCLUSÕES

A historiografia e alguns achados arqueológicos esporádicos atestam a presença muçulmana em Sesimbra. No entanto, a existência de um castelo ou fortaleza árabe, que teria sido conquistada por D. Afonso Henriques, ainda não foi

comprovada pelo achado de uma estrutura ou dado mais concreto que alguns fragmentos de cerâmica islâmica, no local onde hoje se ergue o castelo gótico.

A influência muçulmana é no entanto inegável quando se observam algumas tipologias cerâmicas medievais cristãs recolhidas no castelo de Sesimbra.

Em uso desde o século XIII (assinala-se que a conquista definitiva da fortificação de Sesimbra ocorreu no último ano do século XII), só no fim do século XIV caem em desuso a cerâmica comum com decoração pintada a branco, os alguidares com decoração canelada sobre o bordo, e os «púcaros de reis». A semelhança com peças islâmicas está mais patente nos dois primeiros tipos, e chamamos a atenção para os alguidares com decoração canelada, que poderão ter constituído uma variante regional de um tipo muito difundido, detectada em contextos com ocupação islâmica confirmada (recordamos os exemplares de Alcácer do Sal e Palmela). A pintura a branco, por seu lado, foi uma das características decorativas mais marcantes de quatro séculos de cerâmica comum de produção islâmica.

Um outro conjunto de tipologias, que também terá origem no século XIII, manter-se-á presente nos contextos habitacionais portugueses até ao século XVI, ou ainda depois dele. São as panelas com bordo em aba curva, os testos, as caçarolas de aba horizontal e as tigelas ou tachos com bordo vertical ou ligeiramente introvertido e decoração sobre o bojo. Nestes, a influência islâmica está ainda patente, já não nos aspectos exteriores e óbvios, mas na sua concepção geral e funcionalidade. Os testos, por exemplo, mantêm a base plana, pega vertical e forma troncocónica, adoptando o bordo com lábio biselado, ou barbela. Panelas, caçarolas, tachos ou tigelas, externamente já distantes das congéneres dos séculos XI e XII, a sua presença na cozinha contudo, deverá corresponder à manutenção de hábitos na confecção dos alimentos.

O conjunto dos vidrados, sobretudo alguidares e panelas, incluem-se nessa manutenção de hábitos quotidianos, que não acompanham as rápidas alterações políticas. A comprovada funcionalidade destas duas tipologias, embora com variantes formais, permite-lhes uma permanência pluri-secular nos contextos habitacionais, que nenhuma outra atinge.

Os pratos e malgas vidradas, com ou sem decoração a manganês serão porventura o melhor exemplo da interacção entre o mundo muçulmano e o cristão. Os vidrados de ferro, que conferem às peças característico tom melado, são comuns nos séculos XI e XII (existem ainda em contextos anteriores), decorados com linhas de óxido de manganês que reproduzem gramáticas decorativas tipicamente islâmicas.

Datando igualmente do século XIV, as pequenas candeias de bico trilobado, jarros, cântaros e infusas em cerâmica comum deverão descender de antepassados islâmicos, embora já com características claramente medievais cristãs. O século XV e a aurora dos tempos modernos significarão o fim das duas primei-

ras tipologias, e só os cântaros e infusas conseguirão ultrapassar a barreira do século XV, reservando assim aos jarros e às candeias o papel de fóssil condutor para a cerâmica comum da Baixa Idade Média.

O final do século XIV e o início do século XV trarão consigo inovações tipológicas na cerâmica comum, como as muito difundidas panelas com bordo introvertido e lábio de aba, mais ou menos espessa, com perfil quadrangular ou rectangular, os potes globulares, os pratos, os púcaros, as tigelas e um tipo de pega de caçarola, muito complexa e desenvolvida, inédita até então.

As panelas são um caso exemplar de divulgação, constituindo quase sempre os exemplares mais numerosos em contextos arqueológicos medievais e modernos, e alcançando uma pervivência que as farão, através de variantes, alcançar o século XVIII.

Os pratos em cerâmica comum fazem a sua aparição já no final do século XIV, e a quantidade de fragmentos detectados são uma evidência clara das alterações comportamentais e dos hábitos alimentares.

Sobretudo a pega e os pratos, mas também os potes e púcaros com evidências de utilização sobre o fogo, fazem pensar finalmente numa evolução de hábitos e práticas de cozinha que vão fechando o ciclo medieval e preparam a entrada da era moderna.

O século XV transporta consigo, enfim, um conjunto de novidades. As mais marcantes são as produções esmaltadas, como pratos e malgas esmaltados a branco, sem decoração, ou com aplicação de esmalte verde ou óxidos de cobalto azuis, ainda em motivos muito simples, com fins decorativos. Estas peças são importadas de Sevilha, num primeiro momento, e a sua enorme difusão (alcança os reinos de além-mar) justifica a instalação de oficinas em Lisboa. São sobretudo as peças mais simples, apenas com cobertura de esmalte branco, que irão alcançar maior pervivência, atingindo o século XVII.

Ainda no século XV, mas a caminho do final, surgirão novidades entre a cerâmica esmaltada. Trata-se de peças de sumptuária, importadas também de Espanha, mas da região de Valência, onde se situam os núcleos de Paterna e Manises. Daqui são importados pratos e taças com reflexo dourado, muitas vezes conjugado com pintura em azul-cobalto, e emprega-se a policromia de azul, e violeta escuro/ castanho sobre o esmalte. As pastas, à semelhança do que acontece com as produções sevilhanas, são porosas, de tonalidades claras, e a espessura das paredes pouco diminui.

Os contactos com o Oriente, subitamente mais perto com a descoberta da rota marítima do Cabo, introduzem a porcelana, e com ela uma nova tendência na cerâmica. É a partir de Itália que se iniciam os esforços para produzir as peças *alla porcelana*: melhoram-se as qualidades das pastas de modo a reduzir as espessuras das paredes, aperfeiçoam-se os esmaltes, que se tornam mais ade-

rentes e brilhantes, e adoptam-se novas gramáticas decorativas, privilegiando os motivos vegetalistas, fitomórficos, e geométricos, quase sempre em azul cobalto sobre branco. A cidade italiana de Faenza será um dos principais bastiões deste tipo de produção (as produções lusas a partir de finais do século XVI adoptarão a denominação faianças, corruptela daquele topónimo), mas não o único. Outras cidades italianas albergam olarias, que desenvolverão características decorativas que as individualizam. É o caso de Veneza, de onde provêm as peças com fundo azul muito claro, com decoração a azul mais escuro, representando gravuras, paisagens urbanas, e outras.

Mas só na segunda metade do século XVI a porcelana entrará com alguma frequência nos contextos europeus. Os custos elevados que acarretam a sua produção e sobretudo o seu transporte, vão mantê-la um produto muito apreciado, mas raro porque dispendioso. Preços altos não impediram, no entanto, que a porcelana estivesse presente no Castelo de Sesimbra, oficialmente um lugar de poucos dinheiros, despovoado e afastado das grandes rotas comerciais, segundo documentos da chancelaria de D. Pedro I, que ainda ecoam durante a visitação do Mestre da Ordem de Santiago, no século XVI.

Coincide com a divulgação da porcelana e das peças feitas à sua imagem, o fim do fabrico das peças esmaltadas a branco ainda de influência islâmica, o «tipo morisco» de Sevilha, e da região valenciana. Naquela cidade, as produções viram-se agora para a influência italianizante, adoptando as formas e temáticas decorativas importadas de Itália.

A única tipologia que logrará manter-se após a introdução da porcelana e das majólicas, muito devido às suas características funcionais, será o conjunto dos pratos e malgas esmaltados a branco, já produzidos em território nacional.

O século XVII conhecerá ainda produções que se iniciam no século XV, como os alguidares com bordo em voluta, e especialmente os tachos de pegas triangulares, que evoluirão até atingir a segunda metade do século XVIII.

Algo reduzido, muito fragmentado, bastante heterogéneo, pensamos ainda assim, estar perante um conjunto cerâmico de inegável interesse histórico e arqueológico. Deverá corresponder à ocupação de um espaço concreto (o exterior de uma possível Casa da Vereação, onde se implantou a Sondagem C), que mediará, de acordo com os resultados obtidos para a datação da cerâmica, entre o princípio do século XIV, e a primeira metade / terceiro quartel do século XVI. Mas, mais importante que traduzir uma ocupação continuada, ele materializa um longo período de transição, adaptação e introdução de novos modelos. A queda do domínio islâmico, a adaptação dos sobreviventes, a relativa manutenção de hábitos quotidianos, a imposição de novos modelos de índole medieval cristã, são realidades que se prolongam até à segunda metade do século XIV, altura em

que se inicia um novo ciclo, e o modelo muçulmano é definitivamente deixado para trás. Economia, sociedade, política e cultura sofrem novo processo evolutivo, à garupa dos Descobrimentos e da expansão ultramarina, com novos referentes que alteram necessariamente hábitos e práticas quotidianas. Os últimos sinais do Mediterrâneo são finalmente suplantados pelo apelo do Atlântico.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, F. [et. al.] (1998) – A Cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV, *Ria de Aveiro A* e da zona *Ria de Aveiro B*. Aproximação tipológica preliminar. In *2.as Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 185-209

AMARO, C. (1992) – Silos medievais do Palácio Nacional de Sintra. In *Arqueologia Medieval*. Porto. 1, p. 111-123

CARDOSO, G; ENCARNAÇÃO, J. (1990) – Uma sondagem de emergência no Casal do Geraldo (Estoril-Cascais). *Arquivo de Cascais*. Cascais. 9, p. 45-62.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1991) – Alguns tipos de cerâmica do século XI a XVI encontrados em Cascais. In *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola. p. 575-586.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*. Porto. 6, p. 193-212.

CARVALHO, A. (1993) – Cerâmicas medievais do Castelo de Sesimbra (II Parte). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra, 3, p.18-21.

CARVALHO, A. (1994) – Cerâmicas medievais do Castelo de Sesimbra (III Parte). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 4, p.13-17.

CARVALHO, A.; FERNANDES, I. (1992) – Cerâmicas esmaltadas e vidradas dos séculos XV e XVI provenientes do Castelo de Sesimbra. *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 2, p.15-21.

CARVALHO, A.; FERNANDES, I. (1995) – Cerâmicas baixo-medievais da Casa n.º4 da Rua do Castelo (Palmela). In *1as Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 77-95

CARVALHO, A.; FERNANDES, I. (1997) – Abordagem arqueológica da Palmela medieval cristã. *Arqueologia Medieval*. Porto. 5, p. 221-241.

CARVALHO, A.; FERNANDES, I. (1998) – Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela. In *2as Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 211-255

CATARINO, H. (1998) – Cerâmicas Tardo-medievais / Modernas do Alto Alentejo: a escavação de um silo na vila do Crato. In *2as Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 129-135

CORREIA, M. (2004) – Três exemplares de cerâmica azul e dourada, provenientes de Alcochete. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 645-652.

CHORÃO, M. (2001) – Forais de Sesimbra. *Patrimonia*. Cascais. 7, Separata. p. 3-40

FERNANDES, I. (2001) – *O Castelo de Palmela do Islâmico ao Medieval Cristão*. Lisboa: FLUL. Vol. I. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, L. (2001) – Castelo de Sesimbra. Fenómeno de fronteira e povoamento do Portugal medieval. *Patrimonia*. Cascais. 7, p. 42-48.

FERREIRA, L.; GONÇALVES, L. (2001) – O castelo de Sesimbra – Um castelo de fronteira marítima. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela. p. 385-388

GOMES, R. (1988) – Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves. *Xelb.* Silves. 1

GOMES, M.; GOMES, R. (1991) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV, XV e XVI do Poço-Cisterna de Silves. In *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola. p. 457-490.

GOMES, M. [et. al.] (1991) – Escavações na primitiva igreja de Nossa Senhora da Orada – Reguengos de Monsaraz (notícia preliminar). In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas.* Lisboa: [s.n.]. p. 415-419.

GOMES, M.; GOMES, R.; CARDOSO, J. (1996) – Aspectos do Quotidiano numa casa de Silves, durante o século XV». *Xelb.* Silves. 3, p. 33-77.

GOMES, M.; GOMES, R. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do Poço-Cisterna de Silves. *Xelb*. Silves. 3, p. 143-205.

GOMES, M.; GOMES, R. (1998) – Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal. In *2as Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 315-347.

GONZALEZ MARTI, M. (1944) – *Ceramica del Levante Español. Siglos Medievales. Loza*. [S.l.]: Labor.

JORGE, S; SERRÃO, E. (1975) – Castelo de Sesimbra, Relatório de uma Sondagem Preliminar realizada na área da antiga casa de habitação do Alcaide-Mor (princípios do século XVI). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, p.181-198.

LLUBIÁ, L. (1973) – *Ceramica medieval española.* Barcelona: Labor.

MATOS, J. (1971) – Notícia de uma colecção de cerâmica medieval do Museu Hipólito Cabaço de Alenquer. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional. p. 571-576. Separata.

MESTRE, J. (1991) – Olaria medieval de Beja. Contribuição para o seu estudo. In *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola. p. 565-574.

ORDEM de Santiago, *Convento de Palmela*, livro 159. Diponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

Idem livro 176.

OSÓRIO, M.; SILVA, A. (1998) – Cerâmicas vidradas da época moderna no Porto. In *2as Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 283-314.

REDMAN, C. (1986) – *Qsar es-Seghir, An Archaelogical View of Medieval Life*. [S. l.]: Academic Press Inc.

REY, A. (2000) – *Spanish Pottery 1248-1898*. Londres: V&A Publication.

RIBEIRO, M. (1984) – Olaria de uso doméstica na arquitectura conventual do século XVI. *Cadernos de Etnologia.* Montemor-o-Novo: Grupo dos amigos de Montemor-o-Novo. 1

SABROSA, A.; SANTOS, V. (1993) – Cerâmica comum de silos medievais. Rua Henriques Nogueira – Almada. *Al-madan*. Almada. S II, 2, p. 116-122.

SABROSA, A. (1994) – Cerâmicas quinhentistas do Palácio Pragana. *Al-madan.* Almada. S II, 3, p. 38-44.

SABROSA, A.; ESPIRITO SANTO, p. (1992) – Almada medieval/ moderna, um projecto de investigação. *Al-madan* Almada. S II, 1, p. 5-12.

SANCHEZ-PACHECO, T. [et. al.] (1981) – *Ceramica Esmaltada Española*. Barcelona: Labor.

SANCHEZ-PACHECO, T. (1996) – *Cerâmica Espanhola dos Árabes a Miró nas colecções do Museu de Barcelona*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo.

SERRÃO, E. (1959) – Investigações Arqueológicas na região de Sesimbra – resultado das campanhas realizadas pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia.* Porto. XVII.

SERRÃO, E. (1967) – Prospecções Arqueológicas. *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra.* Sesimbra. 1, p. 6-10. Suplemento de *O Sesimbrense.*

SOMÉ, P. ; HUARTE, R. (1999) – La ceramica moderna en el convento del Carmen (Sevilla). *Arqueologia Medieval*. Porto. 6, p. 160-171.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. (1995) – Intervenção arqueológica na Travessa da Madalena, n.º18 (Lisboa). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 3, p.67-80.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. (1998) – Intervenção arqueológica na Rua João do Outeiro, n.ºs 36-44, na Mouraria, em Lisboa. In *2as Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 257-265.

Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa

TÂNIA MANUEL CASIMIRO*

RESUMO

Apresenta-se espólio exumado em habitação de meados do século XVIII, possivelmente abandonada aquando do Terramoto de 1755, registando vestígios de incêndio. A maior parte dos materiais demonstra carácter doméstico, utilizados na manutenção da casa e nas actividades quotidianas. Abunda a cerâmica comum, vidrada ou esmaltada, de fabrico local, registando-se apenas três produções exógenas.

Palavras-chave: habitação – século XVIII – cerâmica – faiança – quotidianos

ABSTRACT

This paper presents remains exhumed in a dwelling of the middle 18th century, which had probably been abandoned by the time of the 1755 Earthquake, showing traces of fire. Most materials indicate domestic features, being used in housekeeping and daily activities. There is plenty of coarse ware, lead and tinglazed, of local manufacture, being only registered three imports.

Keywords: Dwelling, 18th century, ceramics, faïence, daily routines

* Doutorada em História – especialidade de Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Instituto de Arqueologia e Paleociências (IAP) das Universidades Nova e do Algarve, Departamento de História, Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa. E-mail: tania.casimiro@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A edificação de empreendimento designado EPUL Jovem7, nas encostas em torno da praça do Martim Moniz, levou à necessidade de acompanhamento e intervenção arqueológica desenvolvida pela Divisão de Museus da Câmara Municipal de Lisboa. Os trabalhos arqueológicos, coordenados pelos arqueólogos João Muralha e Cláudia Costa, decorreram no período entre Janeiro e Junho de 2002. Posteriormente foram retomados sob a coordenação da Dr.ª Manuela Leitão (Calado e Leitão, 2004, p. 459).

A área intervencionada ofereceu vestígios que remontam ao Neolítico Antigo, Calcolítico e Idade do Bronze com o achado de indústrias em sílex e diversas cerâmicas. Do período romano reconheceu-se *ustrinum* do século I d.C, bem como poço. Posteriormente foi ocupada em época islâmica identificando-se diversos silos. Com o início da ocupação cristã de Lisboa, a zona parece ter sido abandonada, talvez devido à retracção da cidade, algo que caracterizou os núcleos urbanos do sul de Portugal durante os séculos XIII e XIV. Arqueologicamente não foram identificadas quaisquer estruturas correspondentes ao período medieval cristão, nada se registando até ao século XVII (Muralha, Costa e Calado, 2002, p. 245). Durante aquele hiato a área foi coberta por espessa camada de coluvião, provocada pelo arrastamento de terras do topo da encosta e onde os materiais arqueológicos são apenas residuais.

Com o crescimento da cidade de Lisboa, a população viu-se, a partir do século XVI, obrigada a ocupar locais que até então apenas albergavam hortas e olivais junto das quais passava a muralha fernandina que «atravessava o vale da Mouraria, que atravessava no sítio do actual Martim Moniz; subia a encosta do Monte de Sant'Ana até ao cruzamento da calçada deste nome com a rua Martim Vaz;» (Oliveira e Viana, 1993, p. 192). A Encosta de Santana era assim recortada

pela muralha medieval onde, até bem andada a centúria de quinhentos, pouco mais devia existir à superfície que hortas e terrenos de cultivo, como confirma a toponímia urbana, onde encontramos a Rua da Parreira de Cima ou o Beco das Parreiras, actual rua da Palma.

Foi durante a época filipina que as estruturas identificadas na Encosta de Santana foram edificadas, cronologia assegurada pela descoberta de numisma na base de um dos muros. Aquele funcionava como parede da habitação que aqui apresentamos. Se a época da sua construção é deste modo assegurada, a do seu abandono não nos deixa espaço para dúvidas: inícios de Novembro de 1755. Os estratos queimados e o nível de destruição revelam os vestígios do incêndio que durante dias assolou a cidade, apenas travado pela cerca fernandina. A disposição do espólio revela a sua distribuição por diferentes zonas da área intervencionada com maior concentração em certos locais em detrimento de outros. A ausência de objectos de valor pode revelar que este espaço teve tempo de ser abandonado quando o fogo se dirigia encosta acima deixando para trás o dispensável ou o que se encontrava irremediavelmente danificado devido ao abalo sentido pelas nove da manhã. A confirmar a destruição deste local na data acima indicada, apontamos a descoberta de cerca de uma dezena de estruturas de sustentação do aparelho anti-sísmico denominado «gaiola pombalina». Como se sabe, este tipo de edificação foi apenas usado depois da catástrofe de 1755 e encontra-se imediatamente acima da UE 65, interpretada como a ocupação moderna do local onde foram recolhidos os artefactos aqui descritos e analisados.

2. A ANÁLISE DO ESPÓLIO

O espólio que nos propomos a estudar é proveniente das unidades estratigráficas 65 e 72, do sector 2, da escavação da Encosta de Santana, correspondendo à ocupação moderna do local. Estas duas camadas condizem essencialmente com nível de terras argilosas negras, com vestígios de incêndio onde foram encontrados a grande parte dos materiais em estudo (UE65), enquanto que a UE72, trata-se de desmontagem de pequena estrutura, contemporânea da camada acima referida. A intervenção nestas duas camadas forneceu conjunto de 468 fragmentos cerâmicos, dos quais foram seleccionados 65, de diversas tipologias, consideradas representativas no seio do universo mais vasto, bem como utensílio em osso. Ainda que não representados foram ainda exumados alguns objectos metálicos como pregos ou uma pequena chave. A maioria dos objectos apresenta elevado grau de fragmentação, provocado, numa primeira instância, pelo cataclismo natural e, numa segunda, pelas terraplanagens efectuadas pós-terramoto de modo a construir novos edifícios, como se comprova pelos alicerces das gaiolas pombalinas. Estes materiais encontravam-se associados a estruturas que sugerem tratar-se

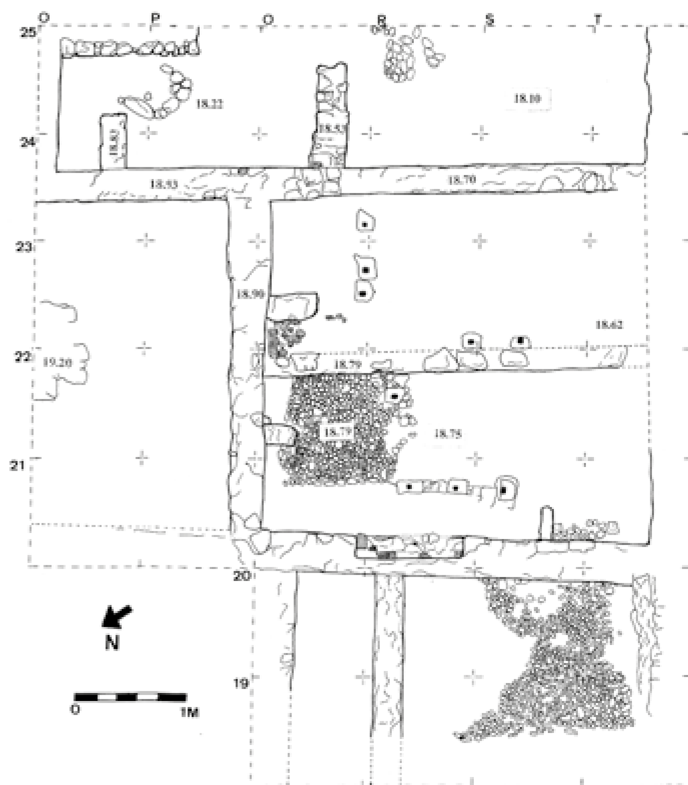


Fig. 1 – Planta das estruturas modernas do Sector A da Encosta de Santana (seg. Muralha e Costa, 2004)

de muros, em alvenaria, outrora pertencentes a habitações (Muralha e Costa, 2004).

A maioria dos objectos foi recolhida nas quadrículas Q21, Q22, Q23, R21, R22 e R23 que, como se pode confirmar através da planta da escavação, se identifica com pequeno compartimento. Aquele poderia corresponder a secção de casa, anexa aos restantes aposentos se encontravam ali ao lado, nas restantes quadrículas. O número de achados pode mesmo indicar zona de preparação e consumo de alimentos, talvez mesmo a cozinha da habitação, tendo em atenção a descoberta de pequena lareira. A planta rectangular corresponde à tipologia das casas modernas que tem sido identificada em diversas cidades portuguesas, nomeadamente Évora, Santarém ou Aveiro (Beirante, 1995; Cunha, 2006; Barbosa, Casimiro e Manaia, 2009).

Numa primeira fase procedemos à inventariação de todos os fragmentos, bem como à sua marcação. Foram registados com sigla que revela o local da escavação, seguido pelo ano da intervenção, quadrículas, unidade estratigráfica e finalmente o número de inventário dado a cada fragmento (ex: ESA02.R21.65.387)

A catalogação das peças seleccionadas para estudo assentou na divisão dos objectos consoante a sua funcionalidade, tanto que esta nos pareceu a melhor forma de analisar o espólio que preenchia o interior de residência. Desta forma, o catálogo encontra-se dividido em louça de armazenamento, louça de cozinha, louça de mesa, contentores de fogo, outros fragmentos (peças que não se identificam com nenhuma das tipologias apresentadas), cerâmica industrial e objectos em osso.

3. CATÁLOGO

3.1. Cerâmica

Louça de Mesa

Taça (ESA/02.U25.1). Fragmento contendo porção do bordo, corpo e fundo da peça. O bordo apresenta perfil semicircular e o fundo aparenta ser plano e, pouco acima deste, existe pequena carena. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis. O núcleo das paredes apresenta tonalidade amarelada (2.YR8/2). Ambas paredes oferecem revestimento a esmalte branco estanífero, aderente mas pouco brilhante, com decoração reticulada na cor azul. O diâmetro do bordo seria de 0,196 m e do fundo de 0,121 m. A espessura média das paredes é de 0,006 m.

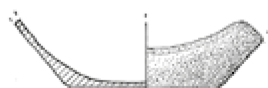
Taça (ESA/02.U25.8). Fragmento contendo porção do bordo e do corpo da peça. O bordo é extrovertido, de perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis. O interior das paredes é amarelado (2YR8/2). Oferece revestimento de esmalte branco estanífero, aderente mas pouco brilhante e decoração na cor azul com várias linhas diagonais no interior das quais surgem pequenas espirais. O diâmetro do bordo seria de 0,157 m e a espessura média das paredes de 0,004 m.

Prato (ESA/02.U25.14). Fragmento contendo o fundo, assente em pé anelar. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, quartzosos e micáceos de grão médio a pequeno. A pasta é vermelha escura (10R6/8) e o interior foi brunido. O diâmetro do fundo é de 0,076 m e a altura do pé de 0,018 m. A espessura média das paredes é de 0,006 m.

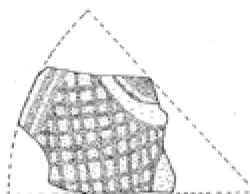
Taça (ESA/02.U25.15). Fragmento contendo porção do bordo, apontado, de perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis e tonalidade amarelada (2YR8/2). Apresenta revestimento a esmalte branco, estanífero, muito aderente e brilhante. O diâmetro do bordo seria de 0,159 m e a espessura média das paredes é de 0,007 m.

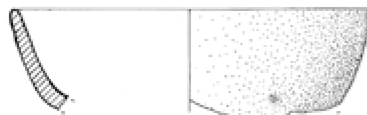
Taça (ESA/02.U25.31). Fragmento contendo porção do bordo, corpo e arranque do fundo. O bordo é extrovertido e ondulado. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis. O núcleo das paredes é branco de leve tonalidade amarelada (2YR8/2). Apresenta revestimento a esmalte branco estanífero, muito aderente e brilhante. O interior apresenta aranhão inserido em cartela enquanto o tardoz mostra linhas verticais, tudo na cor azul. O diâmetro do bordo seria de 0,270 m e o do fundo de 0,198 m. A espessura das suas paredes de 0,006 m.

Taça (ESA/02.U25.35). Fragmento contendo porção do fundo. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, finos a finíssimos e tonali-

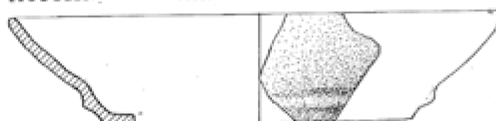


ESA02S23.6573

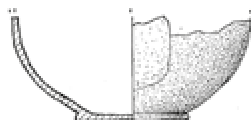




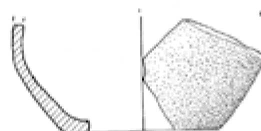
ESA02.QRST23.6583



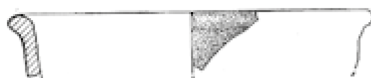
ESA02.U25.1



ESA02.TU24.65.106



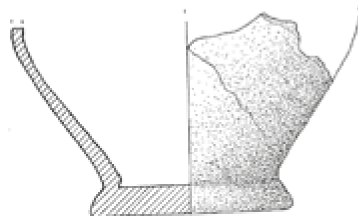
ESA02.Q23.65.282



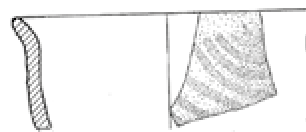
ESA02.TU24.65.135



ESA02.Q23.65.352

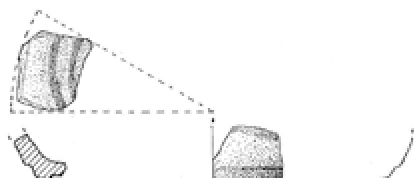


ESA02.TU24.65.125



ESA02.T20.72.381

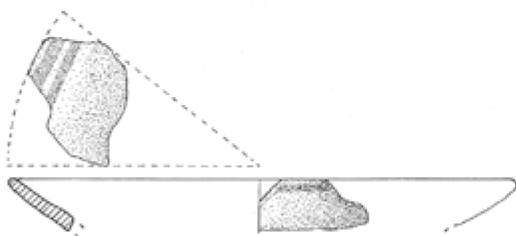




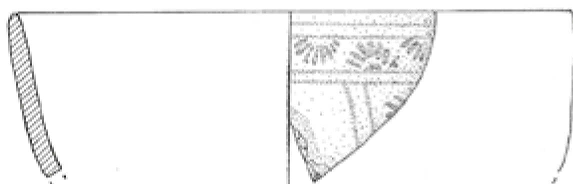
ESA02R20.6546



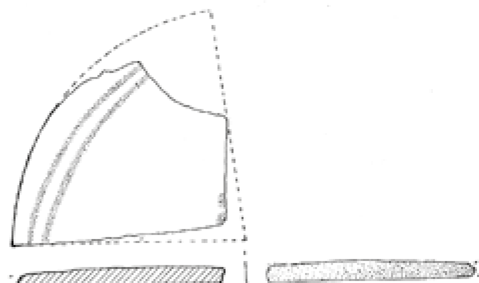
ESA02.R 21.65.51



ESA02.R22.65.53



ESA02Q.R.20.21.22.65



ESA02.T23.82



dade amarelada (2YR8/2). As paredes apresentam revestimento a esmalte branco estanífero, aderente mas pouco brilhante. Apresenta motivos vegetalistas com diferentes tonalidades na cor azul. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

Taça (ESA/02.R23.65.37). Fragmento contendo porção do bordo extrovertido com perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão médio a pequeno. A cor da pasta é vermelha (10R6/8). Oferece revestimento vítreo amarelo melado, aderente e brilhante, que cobre o interior e o bordo. O diâmetro do bordo seria de 0,343 m e a espessura média das suas paredes é de 0,009 m.

Jarra (ESA/02.R23.65.42). Fragmento contendo porção do bordo e do colo. O bordo apresenta perfil semicircular possuindo linha incisa, muito ténue, que o demarca do colo. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, de pequena dimensão, micáceos e quartzosos. As paredes apresentam cor alaranjada (2.5YR6/8). O diâmetro do bordo seria de 0,061 m e espessura média das suas paredes de 0.004 m.

Taça (ESA/02.QR20/21/22.65.46). Fragmento contendo porção do fundo, assente em pé anelar. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis, apresentando tonalidade amarelada (2YR8/2). O revestimento é efectuado com esmalte branco estanífero, aderente mas pouco brilhante. A decoração foi elaborada com linhas na cor azul. O fundo teria um diâmetro de 0,142 m e 0,005 m de espessura.

Taça (ESA/02.QR20/21/22.65.51). Fragmento contendo porção do bordo, corpo e arranque do fundo. O bordo apresenta perfil semicircular e o fundo assenta em pé anelar. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos imperceptíveis, apresentando tonalidade amarelada (2YR8/2). O revestimento é efectuado com esmalte branco estanífero, aderente e brilhante. A decoração foi efectuada nas cores azul e castanho violeta. O bordo teria um diâmetro de 0,144 m e o fundo de 0,094 m. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

Taça (ESA/02.QR21/22.65.53). Fragmento contendo porção do bordo com perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos imperceptíveis, e de tom amarelado (2YR8/2). Oferece revestimento a esmalte branco estanífero, aderente e brilhante. A decoração apresenta linhas semicirculares na cor azul. O diâmetro do bordo seria de 0,108 m e a espessura médias das paredes de 0,007 m.

Prato em porcelana (ESA/02.QR21/22.65.64). Fragmento contendo porção do bordo. Este apresenta-se extrovertido com perfil semicircular. Apresenta um revestimento vítreo translúcido, com decoração vegetalista na cor azul. A espessura média das paredes é de 0,002 m.

Jarra (ESA/02.S23.65.73). Fragmento contendo porção do fundo, plano. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quart-

zosos, de pequena dimensão. Apresenta cor alaranjada (2.5YR6/8), bem como marcas de fogo. O diâmetro do bordo é de 0,061 m e a espessura média das suas paredes de 0,003 m.

Taça (ESA/02.QRST23.82). Fragmento contendo porção do fundo. Este embora se revele plano é possível que tenha possuído pequeno pé devido à ausência de desgaste. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos imperceptíveis, de tom amarelado (2YR8/2). Oferece revestimento a esmalte branco, estanífero, aderente e brilhante, decorado na cor azul. O diâmetro do fundo seria de 0,089 m com 0,007 m de espessura.

Taça (ESA/02.QRST23.83). Fragmento contendo porção do bordo com perfil semicircular e marcas de desgaste. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis, e com tonalidade amarelada (2YR8/2). A superfície encontra-se totalmente revestida com esmalte branco estanífero, pouco aderente e pouco brilhante. O bordo teria uma dimensão de 0,070 m e a espessura média das paredes de 0,006 m.

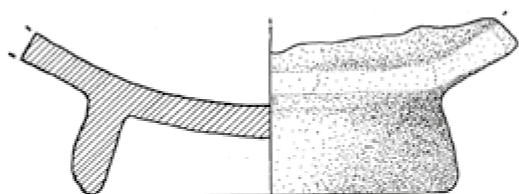
Prato (ESA/02.QRST23.88). Fragmento contendo porção do fundo da peça assente em pé anelar. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos de média e pequena dimensão. A pasta apresenta cor vermelha (10R6/8) e o interior foi brunido. Existe pequena carena junto ao fundo. O diâmetro do fundo é de 0,052 m e a espessura média das paredes de 0,004 m.

Jarrinha (ESA/02.TU24.65.103). Fragmento contendo porção do fundo que assenta num pequeno pé destacado de base plana. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, muito finos, micáceos e quartzosos. Apresenta cor vermelha alaranjada (2.5YR6/8). O diâmetro do fundo é de 0,084 m e a espessura média das suas paredes de 0,003 m.

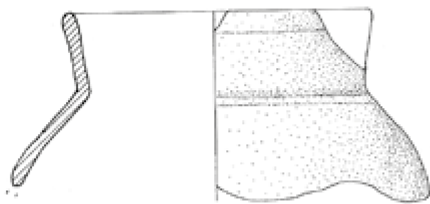
Jarro (ESA/02.TU24.65.125). Fragmento contendo o fundo, plano. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena dimensão. A pasta tem cor vermelha (10R6/8). O exterior apresenta cobertura vítrea, amarela melada. O diâmetro da base é de 0,083 m e a espessura média das paredes de 0,005 m.

Taça (ESA/02.TU24.65.135). Fragmento contendo porção de bordo, extrovertido e de perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena dimensão. O núcleo das paredes revela cor vermelha (10R6/8) e ambas superfícies revestimento vítreo, aderente e muito brilhante, verde no exterior e bordo e amarelo no interior. O diâmetro do bordo seria de 0,144 e a espessura médias das paredes 0,006 m.

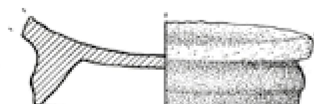
Asa de púcaro (ESA/02.TU24.65.142). Apresenta secção sub-triangular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena dimensão. A cor da pasta é vermelha alaranjada (2.5YR6/8). O comprimento total da asa é de 0,053 m e a espessura de 0,012 m.



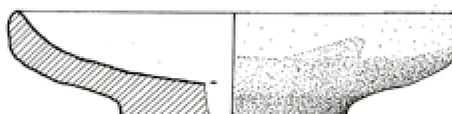
ESA02.U25,65.14



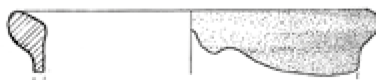
ESA02,R23.65.42



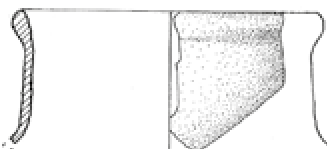
ESA02.T23,65.88



ESA02.Q23,65.157

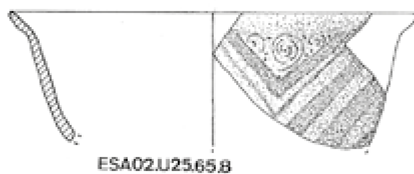


ESA02.R21.65.189

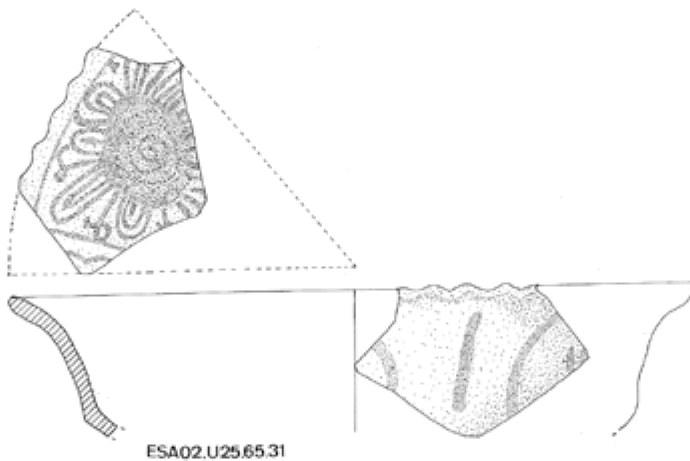


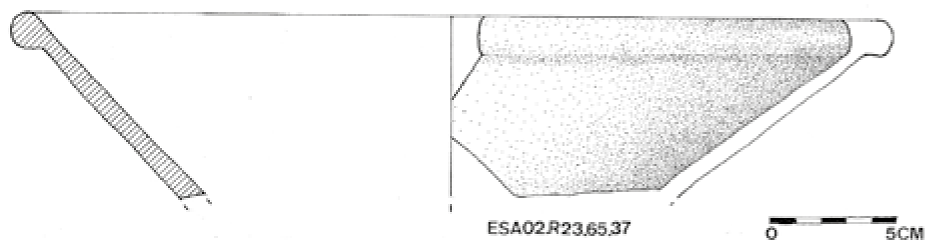
ESA02.Q23.65.315




ESA02.U25.65.8


ESA02.U25.65.15


ESA02.U25.65.31


ESA02.R23.65.37
0
5CM

Saleiro ou especieiro (ESA/02.Q23.65.157). Fragmento contendo porção do bordo, do fundo e do corpo da peça. O bordo apresenta lábio de secção semicircular e o fundo, base plana. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos, finos e finíssimos. A tonalidade da pasta é bege clara (2YR8/2). A superfície apresenta revestimento a esmalte branco estanífero, muito aderente mas pouco brilhante, envolvendo a quase totalidade da peça. O bordo teria 0,088 m de diâmetro e o fundo 0,045. A espessura média das paredes é de 0,006 m.

Jarrinha (ESA/02.QR20/21/22.65.189). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido com perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, pequenos e finos. A cor da pasta é alaranjada (2.5YR6/8). O diâmetro do bordo seria de 0,072 m e a espessura média das paredes é de 0,003 m.

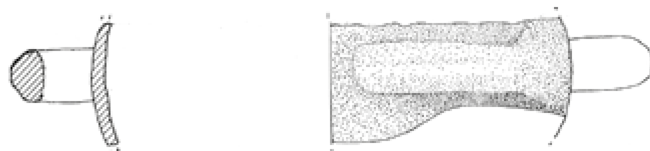
Taça (ESA/02.QR20/21/22/65.224). Fragmento contendo porção do bordo e do corpo da peça. O bordo apresenta perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis. A pasta apresenta tonalidade branca amarelada (2YR8/2). Apresenta revestimento a esmalte branco estanífero, brilhante e aderente, decorado na cor azul com quatro linhas horizontais e motivos vegetalistas. O bordo apresentaria 0,023 m de diâmetro e a espessura média das suas paredes é de 0,007 m.

Prato (ESA/02.S21.65.264). Fragmento contendo porção do bordo com perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis. O núcleo das paredes apresenta cor amarelada (2YR8/2). O revestimento foi efectuado a esmalte branco, estanífero, pouco aderente e pouco brilhante, decorado com uma linha na cor azul junto ao bordo. O diâmetro da peça é de 0,261 m e a espessura média das suas paredes de 0,006 m.

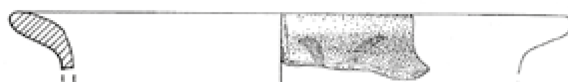
Jarro (ESA/02.Q23.65.282). Fragmento contendo porção do fundo, plano. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena dimensão. A pasta apresenta cor castanha acinzentada (2.5YR5/4). Revela marcas de fogo. O diâmetro do fundo seria de 0,060 m e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

Jarrinha (ESA/02.Q23.65.305). Fragmento contendo porção do corpo globular e asa horizontal com perfil sub-triangular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de média e pequena dimensão. A cor da pasta vermelha alaranjada (2.5YR6/8). O diâmetro do bojo é de 0,092 m e a espessura da média das paredes é de 0,003 m. A espessura da asa é de 0,011 m.

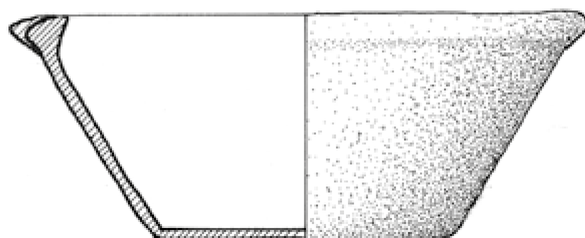
Jarrinha (ESA/02.Q23.65.306). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido de perfil algo biselado. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão pequeno e fino. A tonalidade é

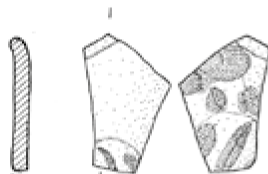

ESA02Q23.65.305


ESA02.Q23.65.306


ESA02.Q23.65.407


ESA02.T22.65.444


ESA02.Q22.65.447


ESA02.R21.65.64


0
5CM

vermelha alaranjada (2.5YR5/8) no exterior da peça e laranja claro (2.5YR8/8) no interior e núcleo das paredes. O bordo apresenta diâmetro de 0,104 m e a espessura média das paredes é de 0,002 m.

Púcaro (ESA/02.Q23.65.315). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido e de perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, quartzosos, de pequena dimensão. A cor da pasta é vermelha alaranjada (2.5YR6/8). O diâmetro do bordo seria de 0,063 m e a espessura média das paredes é de 0,003 m.

Taça (ESA/02.Q23.65.352) – Quase completa. O bordo apresenta perfil semicircular e o fundo assenta em pé anelar baixo. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos imperceptíveis, apresentando cor amarelada (2YR8/2). O revestimento foi efectuado com esmalte estanífero branco pouco aderente e pouco brilhante. O diâmetro do bordo é de 0,161 m. A altura total da peça é de 0,034 e a espessura média das paredes é de 0,006 m.

Asa de púcaro (ESA/02.R22.65.369). Apresenta secção subtriangular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, quartzosos e micáceos, de pequena e média dimensão. A pasta apresenta tonalidade vermelha alaranjada (2.5YR6/8). A espessura é de 0,013 m.

Taça (ESA/02.UT20/21/22/23/24.72.381). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido e de perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis, apresentando tonalidade amarelada (2YR8/2). Oferece revestimento de esmalte branco estanífero, aderente mas pouco brilhante. É decorado na superfície exterior com linhas semicirculares na cor azul de cobalto. O diâmetro do bordo seria de 0, 124 m e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

Pequena taça (ESA/02.Q22/23.65.407). Fragmento contendo pequena porção do bordo extrovertido e de perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis, e tonalidade bege clara (2YR8/2). A cobertura da pasta apresenta esmalte estanífero, aderente mas pouco brilhante, de coloração azul decorada com linhas de cor azul mais escura. O diâmetro do bordo seria de 0,112 m e a espessura média das paredes é de 0,003 m.

Taça (ESA/02.Q22/23.65.412). Fragmento contendo porção do bordo. O bordo é extrovertido de perfil semi-circular, aplanado superiormente. O fundo é plano. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis, e cor amarelada (2YR8/2). Apresenta revestimento a esmalte branco estanífero, aderente mas pouco brilhante. Foi decorada com duas linhas concêntricas junto ao fundo no interior das quais se encontra motivo vegetalista e ainda algumas pinceladas na superfície do bordo. O fundo apresenta um diâmetro de 0,102 m e o fundo de 0,212 m. A altura do fragmento é de 0,052 m e a espessura média das suas paredes é de 0,006 m.

Pequena taça (ESA/02.T22.444). Fragmento contendo porção de arranque do fundo. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis. O núcleo das paredes é vermelho claro (10R 3/8) e ambas superfícies vermelho escuro (10R 4/8), muito bem brunidas, tendo recebido engobe. A decoração foi elaborada através de estampilhas, oferecendo motivos ovais com cruz no interior e por pequenas marcas rectangulares que se encontram associadas em disposições circulares. A dimensão do fundo seria de 0,096 m e a espessura média das suas paredes é de 0,003 m.

Taça (ESA/02.Q22/23.65.447). Quase completa. O bordo é extrovertido de perfil semi-circular. Possui duas pequenas asas subtriangulares e o fundo é plano. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de média e pequena dimensão. A cor da pasta é vermelha clara (2.5YR6/8), apresentando vestígios de fogo e cal. O diâmetro do bordo é de 0,111 m e o do fundo de 0,0059 m. As asas têm 0,004 m de espessura. A altura da peça é de 0,044 m e a espessura média das paredes de 0,003 m.

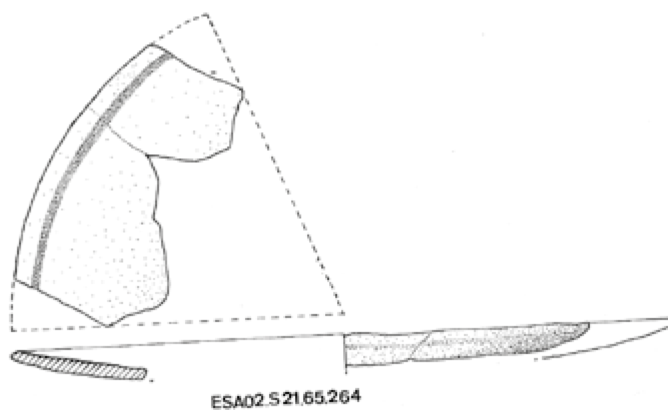
Louça de Cozinha

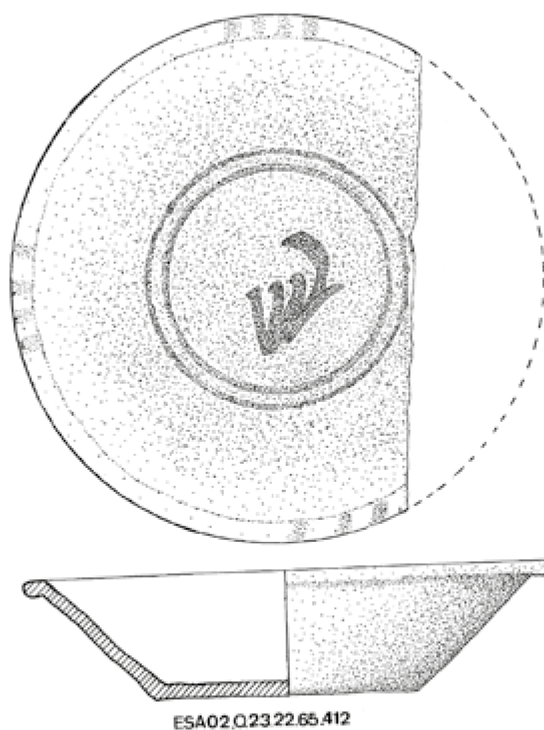
Panela (ESA/02.U25.24). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido e biselado. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, quartzosos e micáceos, de pequena e média dimensão. Mostra tom vermelho alaranjado (2.5YR6/8), registando marcas de utilização ao fogo. O diâmetro do bordo seria de 0,165 m e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

Alguidar (ESA/02.R23.65.41). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido com perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena e média dimensão. O núcleo das paredes apresenta tonalidade vermelha (10R6/8). O interior foi revestido com vidrado, aderente mas pouco brilhante, de tom amarelo melado que também cobre o bordo. Aquele teria 0,335 m de diâmetro e a espessura média das paredes é de 0,008 m.

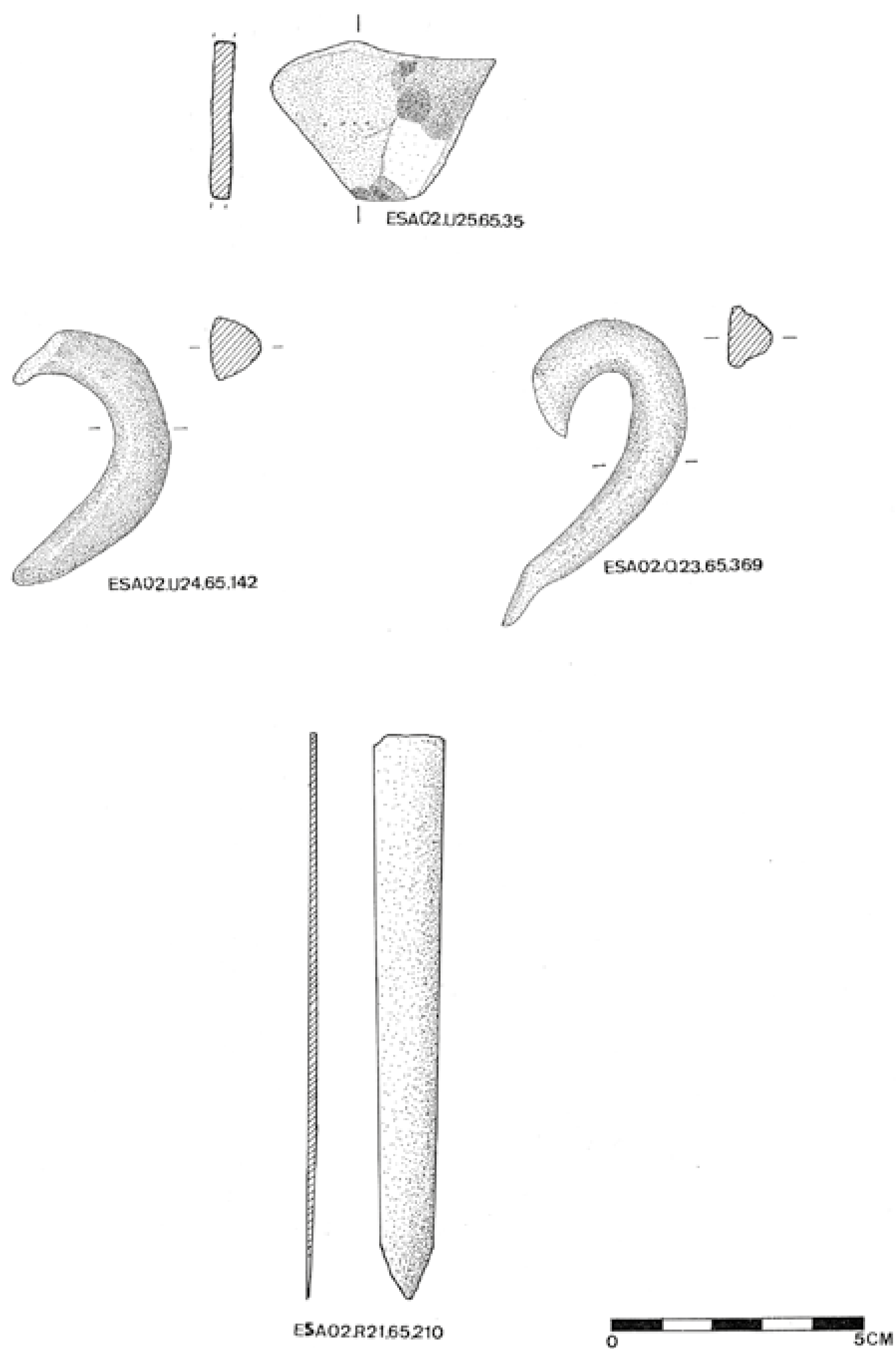
Testo (ESA/02.TU24.65.109). Fragmento contendo parte do fundo, bordo e pega. O fundo é plano e o bordo apresenta perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, de pequena e média dimensão, micáceos e quartzosos. As paredes apresentam cor vermelha (2.5YR6/8). O bordo teria 0,125 m de diâmetro e o fundo 0,047 m. A altura total do fragmento é de 0,021 m e a espessura média das paredes é de 0,006 m.

Caçoila (ESA/02.TU24.65.127). Fragmento contento porção do bordo e asa subtriangular. O bordo é extrovertido, aplanado superiormente de secção semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, quartzosos, de pequena e média dimensão. Apresenta tonalidade vermelha (10R6/8) e mostra vestígios de ter sido utilizada ao fogo. O diâmetro do bordo seria de aproxima-


ESA02.S21.65.264

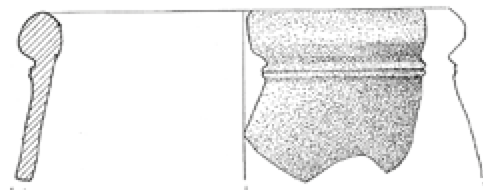

ESA02.Q23.22.65.412


0
5CM

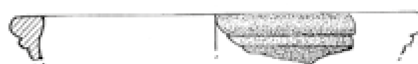

ESA02.U25.65.35
ESA02.U24.65.142
ESA02.Q23.65.369
ESA02.R21.65.210
0
5CM



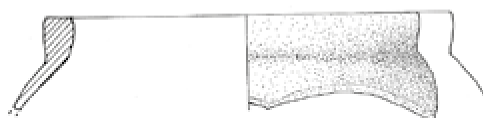
ESA02.U25.65.24



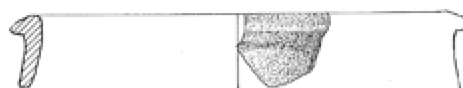
ESA02.Q23.65.172



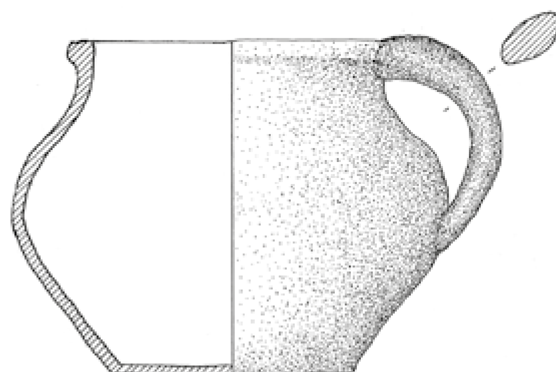
ESA02.Q20.65.236



ESA02.Q23.65.273

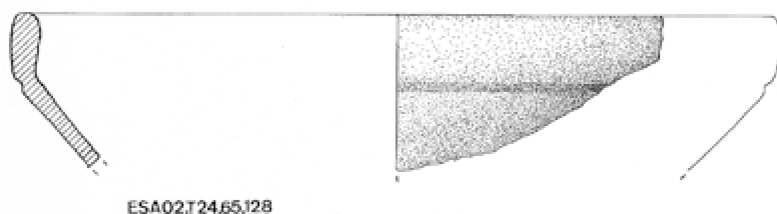


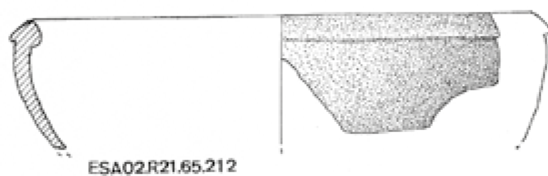
ESA02.Q23.65.311

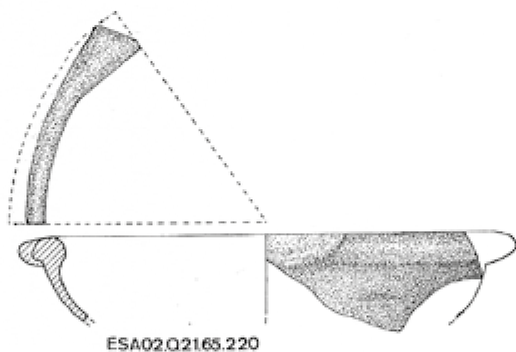


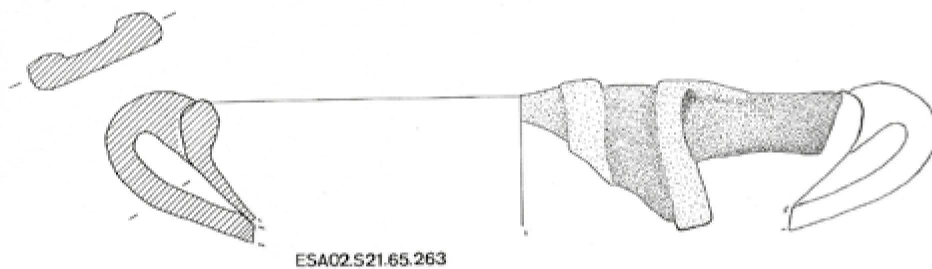
ESA02Q23.65.415

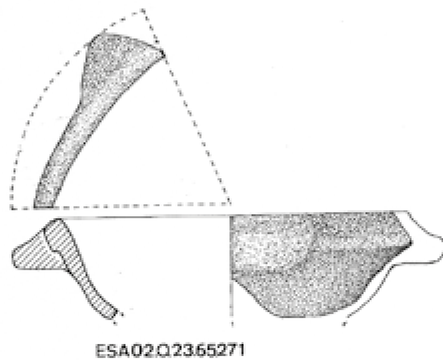
0 5CM


ESA02.T24.65.128


ESA02.R21.65.212


ESA02.Q21.65.220


ESA02.S21.65.263


ESA02.Q23.65271

0 5CM

damente 0,284 m. A asa apresenta 0,021 m de largura e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

Caçoila (ESA/02.TU24.65.128). Fragmento contendo porção do bordo de perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de média e pequena dimensão, com tom avermelhado (10R6/8). O bordo teria um diâmetro de 0,298 m e a espessura média das paredes é de 0,006 m.

Panela (ESA/02.Q23.65.172). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido com perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena e média dimensão, e de tonalidade vermelha (10R5/8). A dimensão do bordo seria de 0,159 m e a espessura média das paredes é de 0,008 m.

Testo (ESA/02.QR20/21/22.65.202). Fragmento contendo parte do fundo, plano, e pega da peça. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, de pequena e média dimensão, micáceos e quartzosos. A cor da pasta é vermelha alaranjada (2.5YR6/8). O fundo apresenta de diâmetro 0,058 m e a espessura média das paredes é de 0,007 m.

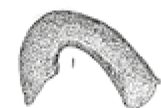
Caçoila (ESA/02.QR20/21/22.65.212). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido e algo biselado. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena e média dimensão. Mostra cor vermelha (2.5YR6/8). Apresenta marcas de ter sido utilizada ao fogo. O diâmetro do bordo seria de 0,200 m e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

Caçoila (ESA/02.QR20/21/22.65.220). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido de perfil semicircular e asa subtriangular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena e média dimensão. Oferece uma tonalidade avermelhada (2.5YR6/8). O diâmetro do bordo seria de 0,172 m e a espessura média das suas paredes de 0,003 m.

Panela (ESA/02.Q20.65.236). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido de perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, de pequena dimensão, micáceos e quartzosos. A tonalidade da pasta é vermelha (10R6/8). A dimensão do bordo seria de 0,158 m e a espessura média das suas paredes de 0,006 m.

Caçoila (ESA/02.S21.65.263). Fragmento contendo porção do bordo, apontado, de perfil semicircular e asa, sobreelevada côncava-convexa. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena e média dimensão. Mostra cor vermelha (10R5/6). A dimensão do bordo seria de 0,252 m, e a espessura média das paredes de 0,004 m. A asa tem uma largura de 0,055 m e 0,013 m de espessura.

Caçoila (ESA/02.Q23.65.271). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido de perfil sub-rectangular e asa subtriangular. A pasta é homogénea e com-



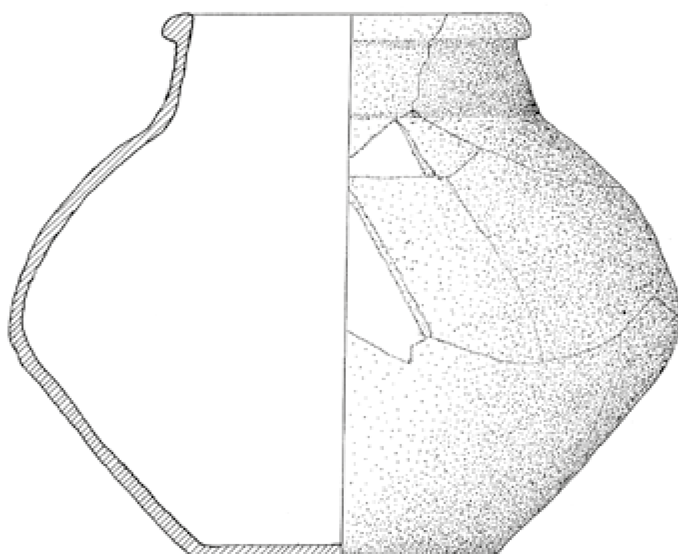

ESA02T24,72,379



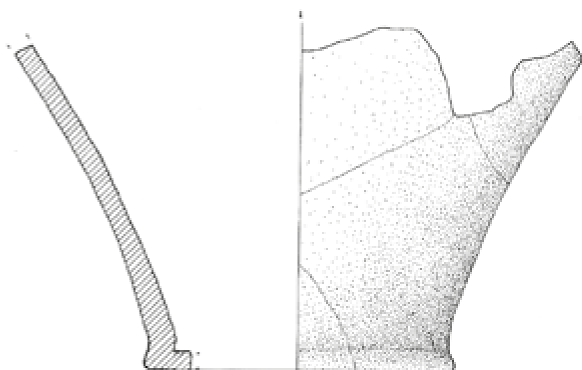
ESA02.T24,65,109



ESA02.R21,65,202



ESA02.Q22,65,468



ESA02.Q22,65,414



pacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena e média dimensão. O núcleo das paredes apresenta tonalida laranja (2.5YR7/8) e ambas superfícies tom vermelho (10R4/8). Revela sinais de ter sido utilizada ao fogo. O bordo apresentaria um diâmetro de 0,142 m e a espessura média das paredes é de 0,005 m. A asa possui 0,011 m de espessura.

Panela (ESA/02.Q23.65.273). Fragmento contendo porção do bordo, de perfil sub-rectangular, aplanado superiormente. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena dimensão. O núcleo das paredes mostra tonalidade alaranjada (2.5YR7/8) e ambas superfícies são vermelhas (2.5YR5/8). O bordo teria 0,162 m de diâmetro e a espessura média das suas paredes é de 0,004 m

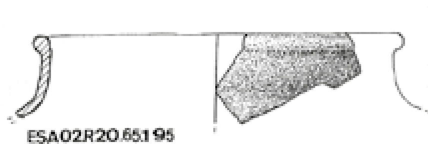
Panela (ESA/02.Q23.65.311). Fragmento contendo porção do bordo. Este é extrovertido, de perfil semicircular e aplanado superiormente. A pasta é homogénea e compacta com elementos não plásticos micáceos e quartzosos de pequena e média dimensão, com uma tonalidade alaranjada (2.5YR6/8). Possui linha brunida abaixo do bordo e apresenta marcas de fogo. O diâmetro do bordo seria de 0,168 m e a espessura média das paredes de 0,005 m.

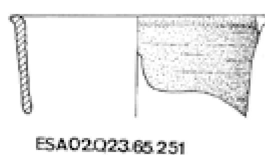
Asa de panela (ESA/02.UT20/21/22/23/24.72.379). É horizontal e apresenta secção subtriangular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, pequenos e finos. Mostra tonalidade vermelha alaranjada (2.5YR6/8). A espessura do fragmento é de 0,012 m.

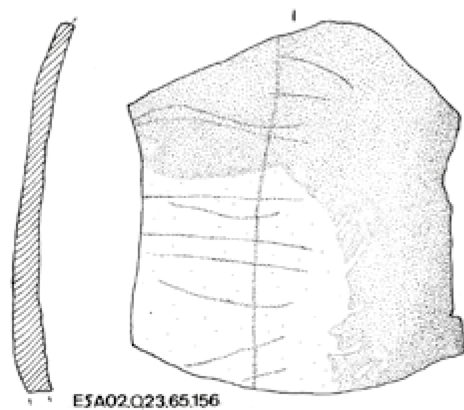
Alguidar (ESA/02.R20/21.65.385). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido, algo biselado. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos de grão grande, médio e pequeno. O núcleo das paredes é de cor vermelha (10R5/6). O revestimento interno foi efectuado a esmalte verde de excelente qualidade, aderente mas pouco brilhante. O diâmetro do bordo seria de 0,746 m e a espessura média das paredes é de 0,021 m.

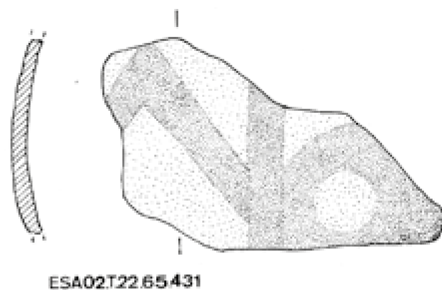
Alguidar (ESA/02.R20/21.65.387). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido de perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, médios e pequenos. A pasta é vermelha (10R5/6). Apresenta revestimento vítreo amarelo melado, aderente mas pouco brilhante, no interior da peça e no bordo. O diâmetro do bordo seria de 0,142 m e a espessura média das paredes é de 0,009 m.

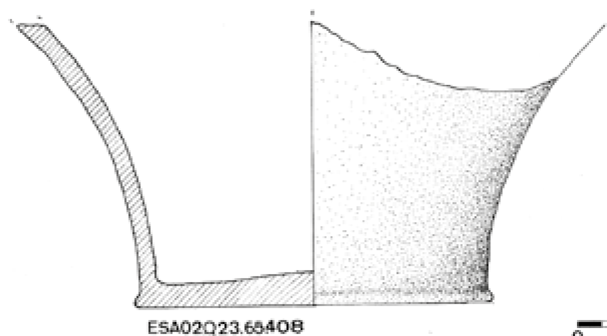
Panela (ESA/02.Q22/23.65.415). Quase completa. O bordo é extrovertido, espessado exteriormente, com um perfil semicircular e aplanado superiormente. O fundo é plano, a asa vertical e de perfil oval. A pasta é compacta e homogénea, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão médio e pequeno. Apresenta tonalidade alaranjada (2.5YR6/8). O bordo tem 0,129 m de diâmetro e o fundo 0,094 m. A altura total da peça é de 0,132 m e a espessura média das paredes é de 0,005 m.


ESA02.R20.65.195


ESA02.Q23.65.251


ESA02.Q23.65.156


ESA02.T22.65.431


ESA02.Q23.65.408
0
5CM

Testo (ESA/02.Q22/23.65.446). Quase completo. O fundo é plano e o bordo apresenta perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão médio e pequeno. A cor da pasta é alaranjada (2.5YR6/8). O diâmetro do bordo seria de 0,141 m e o do fundo 0,060 m. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

Louça de Armazenamento

Cântaro (ESA/02.Q23.65.156). Fragmento contendo porção do bojo da peça. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos, quartzosos e cerâmica esmagada, de pequena e média dimensão. Apresenta tom vermelho alaranjado (2.5YR6/8). No exterior a peça apresenta uma mancha de engobe branco com diversas linhas incisas na horizontal que atravessam uma linha incisa na vertical. A espessura média das paredes é de 0,008 m.

Cântaro (ESA/02.QR20/21/22.65.195). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido de perfil semicircular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena e média dimensão. O núcleo das paredes mostra cor vermelha (10R 3/1) e ambas superfícies cor cinzenta (10R5/8). O diâmetro do bordo seria de 0,145 m e a espessura média das suas paredes é de 0,005 m.

Cântaro (ESA/02.QRST23.65.251). Fragmento contendo porção do bordo, extrovertido, espessado interiormente. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, de pequena dimensão, micáceos e quartzosos. Apresenta tonalidade alaranjada (2.5YR6/8). O bordo teria 0,102 m de diâmetro e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

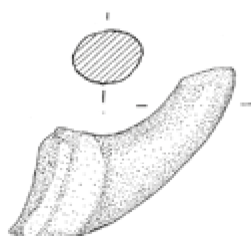
Cântaro (ESA/02.Q22/23.65.408). Fragmento contendo porção do fundo, plano. A pasta é compacta e homogénea, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena e média dimensão. O tom da pasta é vermelha (10R5/6). O diâmetro do fundo é de 0,143 m e a espessura média das suas paredes é de 0,006 m.

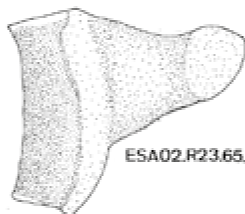
Cântaro (ESA/02.Q22/23.65.414). Fragmento contendo arranque do fundo, plano. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de pequena e média dimensão. A pasta apresenta tonalidade vermelha (10R5/6). O diâmetro do fundo era de 0,124 m e a espessura média das paredes de 0,010 m.

Cântaro (ESA/02.T22.431). Fragmento contendo porção do corpo. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão pequeno e fino e de tonalidade bege (7.5YR8/2). À superfície exterior foi dada aguada de tom vermelho e por cima desta foram pintados, com tinta igualmente vermelha, mas mais escura, motivos geométricos. A espessura média das paredes é de 0,007 m.



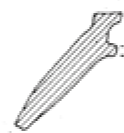
ESA02.Q22.65.446



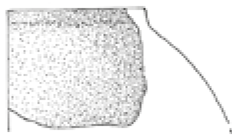


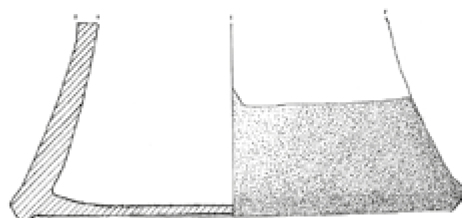
ESA02.R23.65.94



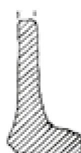


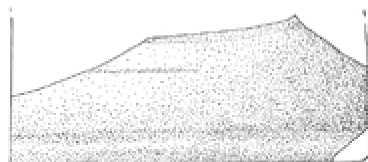
ESA02T24.65.110





ESA02 . S21.65.262





ESA02.R23.65.363



Cântaro (ESA/02.Q22/23.65.468). Fragmento contendo o fundo, porção do corpo e do bordo. O bordo é extrovertido de perfil semicircular e o fundo apresenta base plana. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, quartzosos, de pequena e média dimensão. O núcleo das paredes é de cor vermelha 10R 3/1) e ambas superfícies mostram cor cinzenta (10R5/8). O seu interior oferece vestígios de cal. O bordo teria 0,146 m de diâmetro e o fundo 0,120 m. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

Contentores de Fogo

Lucerna (ESA/02.QRST23.94). Fragmento contendo porção do reservatório, circular, e da asa, com secção oval. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão médio e pequeno. A cor da pasta é bege clara (2YR8/2). O diâmetro do reservatório era de cerca de 0,086 m com 0,020 m de altura. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

Fogareiro (ESA/02.TU24.65.110). Fragmento contendo porção do corpo e arranque da grelha que se encontra na parte superior da fornalha. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão médio e pequeno, apresentando tonalidade vermelha alaranjada (2.5YR6/8). O diâmetro da peça é de 0,056 m e a espessura média das paredes é de 0,010 m.

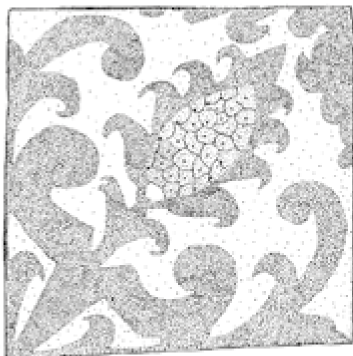
Fogareiro (ESA/02.S21.65.262). Fragmento contendo o fundo, assente em base plana, e parte do arranque da abertura da fornalha. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de média e pequena dimensão, com tonalidade vermelha (10R5/6). O diâmetro do fundo é de 0,173 m e a espessura média das paredes de 0,011m.

Outros Objectos

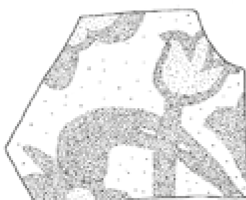
Vaso de quarto (ESA/02.R23.65.363). Fragmento contendo porção do fundo, plano. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, micáceos e quartzosos de grão pequeno. O núcleo das paredes mostra cor vermelha alaranjada (2.5YR6/8). Foi completamente revestido com vidrado verde, pouco aderente. O diâmetro do fundo seria de 0,292 m e a espessura média das paredes de 0,011 m.

Cerâmica Industrial

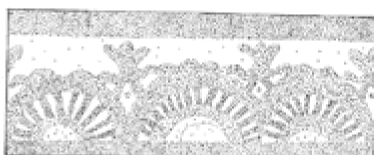
Azulejo (ESA/02.QRST23.101) Apresenta forma subquandrangular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis, e de tonalidade amarelada (2YR8/1). Revela cobertura de esmalte estanífero branco aderente e brilhante, decorada na cor azul com motivos vegetalistas. Apresenta aproximadamente a mesma dimensão de ambos os lados (0,138 m), embora quebrado em algumas zonas, com uma espessura de 0,014 m.



ESA02R23.65.101



ESA02.R21.65.208



ESA02.R23.65.259



Azulejo (ESA/02.QR20/21/22.65.208). A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis, e tonalidade amarelada (2YR8/1). Apresenta revestimento a esmalte branco estanífero, aderente e brilhante, com decoração vegetalista a azul e amarelo. O estado de fragmentação da peça não nos permite saber a sua forma, mas a espessura das suas paredes é de 0,013 m.

Azulejo (ESA/02.QRST23.65.259). Apresenta forma sub-rectangular. A pasta é homogénea e compacta, com elementos não plásticos, imperceptíveis, e de tonalidade amarelada (2YR8/2). Mostra revestimento de esmalte estanífero branco, aderente e brilhante, decorado nas cores azul e amarelo. Oferece adorno com o motivo das rendas. A altura total da peça é de 0,058 m e a largura de 0,146 m, com uma espessura de 0,014 m.

3.2. Objectos em Osso

Utensílio em osso (ESA/02.QR20/21/22.65.210). Tipo espátula, mostra ponta triangular. Tem de altura 0,113 m e 0,012 de largura média, sendo a espessura de 0,002 m.

3.3. Cronologias e paralelos formais

Os materiais exumados nas escavações deste local permitem apontar para cronologias entre os finais do século XVII e meados do século XVIII, especialmente para a segunda metade de setecentos. A cerâmica de mesa é sem dúvida a mais frequente, com abundante número de faianças. Estas, devido às suas características formais e decorativas, podem ser atribuídas às produções pré-industriais das oficinas lisboetas, não se registando nenhum fragmento semelhante às louças que foram produzidas depois das reformas pombalinas. Peças, formal e esteticamente semelhantes às aqui encontradas, têm vindo a ser recolhidas um pouco por todo o país, do Porto (Barreira et al. 1995) a Silves, passando necessariamente por cidades como Tomar, Santarém, Lisboa (Silva e Guinote, 1998), Cascais, Almada (Sabrosa e Santo, 1992), Palmela (Fernandes e Carvalho, 1995) e Évora (Teichner, 1995), entre outras, produzidas num dos três centros produtores, Lisboa, Coimbra e Vila Nova.

O único fragmento de cerâmica esmaltada italiana recolhido foi identificado com as majólicas da zona da Ligúria, considerando a sua tonalidade azul, decorada a tons igualmente azuis, mas mais escuros. Surgem geralmente em contextos arqueológicos atribuíveis ao século XVII, corroborando com a cronologia aqui apresentada, com exemplos em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1995) e Silves (Gomes e Gomes, 1996).

Ainda que sejam peças frequentes nos arqueossítios deste período, apenas um fragmento de porcelana chinesa foi recolhido. Aquele apresenta decoração facilmente identificável e atribuível ao período Wan-li, com pequenas folhas

que deviam acompanhar crisântemo ou pêssego. É atribuído às produções do século XVII com exemplos semelhantes na Casa Museu Anastácio Gonçalves (Matos, 1996), mas igualmente em contextos arqueológicos do período que temos vindo a referir.

Ainda no contexto da louça de mesa devemos destacar o especieiro/saleiro, fundamental à interpretação quotidiana do local. Objectos desta tipologia são muito recorrentes nos contextos arqueológicos. Parecem ter sido utilizados com alguma frequência a partir do século XVI embora perdurem pelo XVII e mesmo XVIII, como os exemplares recolhidos em Silves (Gomes e Gomes, 1996) e Lisboa (Silva e Guinote, 1998).

A restante louça de mesa, na qual se incluem taças, garrafas, púcaros, jarras e pratos, com superfícies lisas ou revestidas a vidrado de chumbo, podem ser facilmente atribuíveis a produções lisboetas dos séculos XVII e XVIII. Peças formalmente semelhantes têm vindo a ser recuperadas em Lisboa (Silva e Guinote, 1995), Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999), Palmela (Fernandes e Carvalho, 1995) ou mesmo Almada (Sabrosa e Santos, 1992) ainda que sejam certamente produções locais.

De destacar a jarrinha modelada, dita louça barroca, que, pelas suas características, se insere nas produções dos séculos acima mencionados. Exemplares semelhantes têm sido recolhidos em grandes quantidades de norte a sul do país em locais como Tomar, Sintra, Lisboa, Palmela, Silves entre outros (Ferreira, 1992; Gomes e Gomes, 2007). Inicialmente considerados de produção alto alentejana sabe-se que a louça fina vermelha foi produzida em diversas localidades do país, nomeadamente Lisboa, Montemor-o-Novo, Aveiro e Silves (Gomes, 2008). Seguramente de Estremoz foi identificado apenas um pequeno fragmento de taça, bem brunido e estampilhado.

O conjunto referente à louça de cozinha é composto por peças com diversas funcionalidades. Os objectos mais frequentes são as panelas com os seus diferentes bordos de variadas dimensões, asas verticais ou horizontais, acompanhadas pelos respectivos testos, embora estas tampas fossem igualmente utilizadas na selagem de cântaros. Paralelos foram encontrados abundantemente em Lisboa (Diogo e Trindade, 1995; 2003), Palmela (Fernandes e Carvalho, 1995) e Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999), atribuíveis sobretudo aos séculos XVII e XVIII. Igualmente com o propósito de ir ao lume, as caçoilas, também possuem formas e tamanhos distintos. As mais recorrentes apresentam asas subtriangulares de pequena dimensão com afinidade às peças recolhidas em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1995), ainda que peças desprovidas de asas ou com pegas mais robustas sejam igualmente frequentes. Identicamente recorrentes nos ambientes domésticos eram os alguidares, cuja forma e revestimento apontam para cronologia setecentista, tais como as recolhidas em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1995) e no Porto (Osório e Silva, 1995).

Bom indicador cronológico e contextual trata-se do vaso-de-quarto recolhido. A sua presença nos contextos arqueológicos, embora frequente, apenas se verifica com maior intensidade a partir do século XVI, com paralelos nos objectos recolhidos em Silves (Gomes e Gomes, 1996), Palmela (Fernandes e Carvalho, 1995) e Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999).

Devemos reter os azulejos recolhidos na intervenção. Apenas três, os mais representativos, foram representados por entre os diversos fragmentos deste tipo de material. O de maiores dimensões é dos mais frequentes, tanto nos contextos arqueológicos do século XVII, como nas paredes das casas e quintas dessa época que ainda hoje subsistem, disseminadas por todo o país, como é o caso da Capela de Madre de Deus no Bombarral. O seu motivo é a palmeta estilizada, de influência persa, que no nosso país ficou conhecida como pinha ou massaroca, sempre inserida em painel mais amplo (Simões, 1997). O azulejo com vestígios vegetalistas insere-se igualmente nesta cronologia pois pertence à conhecida família das camélias que «adoptou como tema central uma flor de pétalas embricadas» (Simões, 1997). Finalmente o azulejo sub-rectangular trata-se de friso, ou seja, azulejo de dimensões mais reduzidas que enquadrava painéis, colocado ao seu redor. A sua temática decorativa revela o conhecido motivo das rendas, tão comum ao século XVII, sobretudo a partir de 1660 (Simões, 1997).

3.2. Funções e tipologias

Os objectos aqui analisados parecem não deixar dúvidas acerca da sua funcionalidade doméstica. Constituem o que resta dos bens quotidianos de casa em meados de setecentos. As cerâmicas são efectivamente o espólio mais abundante, com representantes de quase todas as categorias conhecidas para este tipo de legado no período moderno. A sua abundância deve-se não só ao facto de serem objectos de todos os dias, utilizados constantemente na confecção e consumo de alimentos, mas igualmente por se desgastarem e partirem com frequência, sendo necessário adquiri-las em determinadas quantidades.

No que concerne à cerâmica comum, os mais abundantes pertencem à categoria dos equipamentos de cozinha. Como se pode observar no catálogo apresentado, panelas, caçoilas, alguidares e testos são frequentes. No seio daqueles destaca-se a predominância das panelas acompanhadas pelos respectivos testos, em detrimento das caçoilas, levando a acreditar numa alimentação mais à base de cozidos e ensopados (característica das populações modernas) e menos fritos. Os alguidares teriam como função a preparação dos alimentos (lavagem, levedura, secagem…) antes de estes serem confeccionados nas panelas e caçoilas ou mesmo em fornos anexos à habitação cujos vestígios não foram encontrados. Pelo seu tamanho e robustez não deviam ser peças adquiridas frequentemente. Ainda que não seja o caso é comum encontrarem-se «gatos» na reparação destes utensílios

demonstrando que seria preferível recuperá-los e não adquirir outros novos, possivelmente algo dispendiosos.

Indispensáveis à confecção de alimentos nestes contextos eram os fogareiros. Três fragmentos pertencentes a duas peças distintas foram representados, e aqueciam o conteúdo de panelas ou caçoilas. Embora o presente contexto apenas tenha revelado um único fragmento de lucerna, podemos considerar que existiriam mais artefactos deste tipo. Imprescindíveis à iluminação nocturna das habitações, era impensável não os possuir em abundância num contexto doméstico.

A cerâmica de armazenamento é igualmente constante embora apenas com uma única forma: o cântaro. No seio deste tipo destacam-se diversas variantes, inclusive dois deles decorados, um com grafitos sobre engobe branco e outro, com elementos geométricos pintados a vermelho escuro. Ambas decorações sugerem que, ainda que cumprindo função armazenista, eram igualmente objectos destinados a exposição num qualquer espaço da casa ou quiçá, ir à mesa contendo água, o que explicaria o reduzido número de garrafas.

A cerâmica destinada ao preparo e confecção de alimentos é apenas ultrapassada em número pela usada a servir à mesa. Nesta classificação incluímos não só cerâmica comum, mas igualmente louça vidrada e faiança. A forma que mais se arrolou é a taça. Salientamos a presença de pequena peça que se distingue das demais por possuir pequenas asas triangulares geralmente observadas nas caçoilas. Contudo, esta podia ter servido apenas na cozinha como pequeno recipiente destinado a guardar alimentos e jamais ter sido usada às refeições. As demais taças, devido às suas dimensões relativamente reduzidas, sugerem o seu uso como recipientes destinados ao consumo individual de alimentos, possivelmente servidos à mesa directamente nas vasilhas onde a refeição havia sido produzida ou em taças de maiores dimensões, como é o caso do singular exemplo da grande taça vidrada a amarelo, que podia ter cumprido a função de travessa, ou de uma das taças em faiança, cujas proporções sugerem utilização colectiva.

Os recipientes revestidos a esmalte estanífero apresentam, na sua maioria, cobertura de fraca qualidade, visto aquele se encontrar em péssimo estado de conservação, existindo mesmo casos onde desapareceu por completo. Contudo, nas vasilhas que ainda conservam alguns vestígios, podemos observar que aquelas apresentariam revestimento branco, espesso e brilhante, por vezes ornamentado por linhas concêntricas azuis, junto ao bordo ou ao fundo. Em dois casos ainda se preservam vestígios de decorações vegetalistas ao centro. A qualidade das pastas e esmaltes mostra que se tratam de produções lisboetas, destinada ao consumo quotidiano da população. De uma forma geral, tendo em atenção as peças aqui analisadas e comparadas com outras de cronologias afins, assiste-se, neste período, à simplificação da decoração, com o predomínio da louça exclusivamente branca, dita conventual, sobretudo nos utensílios quotidianos. Esta tendência

simplista já havia sido notada por Celso Mangucci ao analisar a documentação referente às encomendas de louça a Lisboa por parte do Convento do Salvador em Évora, onde se destacam numerosas «tigelas brancas para a cozinha» (Mangucci, 2006). Arqueologicamente esta tendência foi igualmente identificada em locais como o Mosteiro de São João de Tarouca (Sebastian e Castro, 2009).

Reduzido é o número de pratos, cuja forma plana nos levou a sugerir esta funcionalidade. Contudo, e tendo em conta a quantidade de taças registada, esta não seria uma das formas eleitas para o consumo de alimentos.

As garrafas não são dos artefactos mais abundantes. A sua funcionalidade seria a de levar substâncias em estado líquido à mesa ou mesmo conservá-las. Regista-se apenas um exemplo revestido a vidrado de chumbo e quatro com superfícies bem alisadas. Igualmente destinados ao consumo de líquidos, mas de forma individual, podemos relevar os púcaros. Ainda que só tenhamos representado duas asas e um bordo, referentes a esta tipologia, destaca-se a sua presença nas mais de quatro centenas de fragmentos recolhidos. A pasta bem depurada e brunida e as suas paredes finas, não deixam dúvidas quanto à sua funcionalidade.

Utilizados nas mesas modernas e recuperados nos contextos arqueológicos a partir do século XVI são os especieiros ou saleiros, cuja função passaria por conter especiarias, empregues na alimentação. O seu reduzido tamanho sugere a raridade das substâncias neles contidas e a sua utilização em quantidades diminutas, onde apenas uma «pitada» individual seria aplicada sobre a refeição, permitindo apreciar o exotismo do seu sabor.

Embora tenhamos incluído todas as faianças nas louças de mesa, é nossa crença que algumas destas peças jamais tenham satisfeito função prática. A ornamentação é uma das características dos contextos domésticos deste período e alguns dos dados aqui presentes permitem-nos concluir acerca da sua utilização estética. Existem dois exemplos de taças, de grandes proporções, que possuem no seu interior decoração algo cuidada. Esta apresenta-se aplicada sobre esmalte de boa qualidade, numa das quais podemos identificar aranhão, elemento característico destas produções, pintado com azul de cobalto de excelente qualidade. A cronologia de produção desta peça faz-nos recuar a meados do século XVII e a suas excelentes qualidades físicas e estéticas, completamente díspares do resto dos objectos, de aspecto mais grosseiro, fazem-nos crer que se tratava de uma peça especial. A sua estima fez certamente que o seu ciclo de vida tenha sido mais longo. O mesmo pode ser dito acerca de algumas jarrinhas como será o caso do fragmento de cerâmica modelada. Influências barrocas penetraram na decoração dando-lhe um aspecto ondulado e rebuscado, acompanhando o espírito que então artisticamente se vivia (Ferreira, 1995). Um único fragmento de cerâmica alto alentejana, dita de Estremoz, foi recolhido. Este pertenceu a taça cuja tonalidade vermelho vivo e brilho, complementados com pequenas estam-

pilhas de elementos vegetalistas, tornavam agradável à vista, ocupando provavelmente lugar de destaque no ambiente doméstico. Destacamos ainda pequeno fragmento de majólica italiana cujo revestimento azul claro, em contraste com pequenos elementos vegetalistas mais escuros, pode ser atribuído às oficinas da Ligúria. Embora o grande período de produção daqueles artefactos se tenha situado algures entre os séculos XVI e XVII, não nos parece estranha a sua presença neste contexto. Uma peça deste tipo, não só rara, mas igualmente dispendiosa, era estimada e, provavelmente, mantida numa mesma família durante gerações.

Ainda que abundante nos contextos arqueológicos desde o século XVI, apenas um pequeno fragmento de porcelana chinesa foi recuperado neste local, pertencente a aba de prato e que deve ter sido igualmente preservado na família durante alguns anos, considerando que em meados do século XVIII a aquisição de objectos com decorações ao estilo Wan-li não devia ser habitual.

Embora a maioria dos artefactos observados seja de importância fundamental na vivência diária de habitação, outros objectos eram requisitados nas actividades quotidianas. Este é o caso do sempre útil vaso de quarto. Apenas um exemplar foi recolhido revestido a vidrado de chumbo esverdeado.

Desconhecemos a funcionalidade do utensílio em osso, ainda que a sua forma possa sugerir espátula.

São abundantes os fragmentos de azulejos recuperados deste contexto. A sua cronologia coincide com o numisma reconhecido na base de muro pelo que deviam ter revestido as paredes. As temáticas decorativas sugerem cronologias de fins de seiscentos com recurso a azuis e amarelos aplicados em motivos vegetalistas, como a camélia ou a pinha, bem como o motivo das rendas, igualmente frequente nas faianças deste período.

4. CONCLUSÕES

O espólio recolhido nesta escavação pertence indiscutivelmente a contexto doméstico, casa que se encontrava habitada em meados do século XVIII e abandonada aquando um grande incêndio, possivelmente consequência do terramoto. De qualquer forma, a ausência de certo tipo de objectos de valor, levam-nos a concluir que os seus habitantes podem ter tentado recuperar alguns bens antes da conflagração a ter consumido, não excluindo a hipótese de pilhagem. A selagem deste contexto com as bases das «gaiolas pombalinas» ajudam a datá-lo da época aludida.

Dos objectos exumados destacam-se sobretudo as cerâmicas. Se estas se fragmentaram depois do abandono da casa ou após, quando o terreno é terraplanado, apenas o podemos supor. Os objectos deixados para trás correspondem ao que qualquer residência deste período deveria conter para a realização das suas

acções quotidianas tais como preparar, confeccionar, servir e consumir alimentos. A sua utilização e desgaste constantes faziam com que fossem adquiridas em certa quantidade em qualquer olaria local.

Mas as cerâmicas permitiam outras utilidades como a ornamentação do espaço doméstico combinando diferentes cores como os brancos, azuis, amarelos e vermelhos, possivelmente guardados dentro de mobiliário ou expostos em prateleiras. Criava-se, assim, ambiente esteticamente agradável permitindo a contemplação dos seus habitantes e o seu sentimento de bem-estar no espaço doméstico. O próprio espaço, revestido a azulejos, deveria ser agradável à vista.

Outros recipientes existiam indispensáveis à manutenção do espaço familiar tais como os vasos-de-quarto, substitutos indispensáveis das latrinas abandonadas nos contextos urbanos, após ocupação cristã do território.

A maioria dos artefactos produzidos em cerâmica comum apresenta tonalidade vermelha, o que leva a propor a sua produção em Lisboa, nos diversos fornos de louça vermelha registados na documentação da época. O mesmo pode ser afirmado relativamente às faianças. Os fornos na zona de Santos-o-Velho deviam abastecer a cidade, desde os artefactos mais elementares, como as pequenas taças, cuja função passaria pelo consumo de alimentos, às grandes peças de funções decorativas. A par destas peças existiriam vasilhas importadas como se regista pelo aparecimento dos pequenos fragmentos de majólica italiana e de porcelana chinesa que, devido ao seu custo e exotismo, compunham o ambiente. Outras peças foram semelhantemente mencionadas, como possuindo carácter ornamental e possivelmente produzidas nas oficinas alto alentejanas.

A casa em questão devia albergar família com média capacidade económica. Embora a faiança já se encontre completamente popularizada neste período, é de supor que as peças de boa qualidade fossem efectivamente dispendiosas quando comparadas com os artefactos meramente utilitários. Relativamente às importações, essas seriam sempre objectos dispendiosos, ainda que o seu número seja reduzido. Por outro lado, as posses desta família podem ainda ser medidas pela sua capacidade de consumo de certos bens como as especiarias. Embora a importação destes produtos fosse uma constante desde o século XVI, cerca de duzentos anos depois, eram ainda comodidades dispendiosas.

AGRADECIMENTOS

O presente estudo começou a ganhar forma em trabalho apresentado na cadeira de Arqueologia Moderna, no ano de 2004, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, leccionada pela Prof. Dr.ª Rosa Varela Gomes, a quem agradecemos pela orientação prestada, bem como todos os seus conselhos. Agradecemos ainda ao Museu da Cidade de Lisboa, na pessoa

da sua Directora, a Dr.ª Cristina Leite, bem como à Dr.ª Cláudia Costa que nos cedeu os materiais para estudo, encontrando-se ainda sempre disponível a qualquer esclarecimento. Não queríamos deixar de expressar o nosso agradecimento ao Arq[to] Mário Varela Gomes por todos os conselhos e revisão do texto.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, L.; ALMEIDA, I.; ANGELUCCI, D. (2006) – A Encosta de Sant'Ana antes de Lisboa: uma abordagem geoarqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 127-156

ANGELUCCI, D. (2004) – *Estudos de geoarqueologia na Encosta de Santana – Lisboa*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

ANGELUCCI, D.; COSTA, C.; MURALHA, J. (2004) – Ocupação neolítica e pedogénese médio-holocénica na Encosta de Sant'Ana (Lisboa): considerações geoarqueológicas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, p. 27-47.

BARROS, L.; HENRIQUES, F. (2003) – Rua da Judiaria: um celeiro nos arrabaldes da vila. In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 135-144.

BEIRANTE, A. (1995) – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Gulbenkian

BRANCO, F. (1990) – *Lisboa Seiscentista*. Lisboa: Livros Horizonte.

CALADO, M.; LEITÃO, V. (2005) – A ocupação islâmica na Encosta de Santana (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 459-470.

CALADO, R. (1992) – *Faiança Portuguesa*. Lisboa: Correios de Portugal.

CALADO, R. (2003) – *Faiança Portuguesa na Casa-Museu Guerra Junqueiro*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1991) – Alguns tipos de cerâmica dos séculos XI a XVI encontrados em Cascais. In *Actas do IV Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p. 45-62.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*. Porto. 7, p. 193-212.

CARVALHO, J. (1921) – *A cerâmica Coimbrã no século XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CATARINO, H. (1992) – Cerâmicas Tardo-Medievais/Modernas do Alto Alentejo: a escavação de um silo na Vila do Crato. In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 129-136.

CHANTAL, S. (2002) – *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*. Lisboa: Livros Brasil.

CUNHA, R. (2006) – O sítio e a arquitectura de uma casa quinhentista na Ribeira Santarém: ensaio tipológico das casas urbanas de frente estreita. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. 18, p. 13-36.

DIOGO, A.; TRINDADE, L. (1992) – Cerâmicas de Lisboa provenientes de contextos datados. Materiais de uma lareira de cozinha destruída pelo Terramoto de 1755. In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 163-170.

DIOGO, A.; TRINDADE, L. (1995) – Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de Lisboa. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para*

o seu estudo. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 349-354.

DIOGO, A.; TRINDADE, L. (1995a) – Duas intervenções arqueológicas em Lisboa (Rua da Madalena e Rua do Ouro). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 2, p. 63-74

DIOGO, A.; TRINDADE, L. (1995b) – Intervenção arqueológica na Rua João do Outeiro, n.º 36-44, na Mouraria, em Lisboa. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 257-266

DIOGO, A.; TRINDADE, L. (2000) – Cerâmicas de barro vermelho encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 201-235.

DIOGO, A.; TRINDADE, L. (2001) – Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, p. 187-204.

FERNANDES, I.; CARVALHO, A. (1995) – Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 211-256.

FERNANDES, I.; CARVALHO, A. (2003) – A loiça seiscentista do Convento de São Francisco de Alferrara (Palmela). In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 231-252.

FERREIRA, M. (1992) – O barroco na cerâmica doméstica portuguesa. In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 151-162.

GOMES, M. V. (2008) – Dois fornos de cerâmica de Silves (séculos XVI-XVII) – notícia preliminar. In *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 271-292.

GOMES, M. V; GOMES, R. V. (1984) – Cerâmicas importadas dos séculos XV e XVI, encontradas no poço cisterna árabe de Silves. In *Actas do 3.º Congresso sobre o Algarve*. Silves: Racal Clube. Vol.1, p. 35-44.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1995) – Cerâmicas dos séculos XV e XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 315-348.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas Vidradas e Esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do Poço Cisterna de Silves. *Xelb – Silves nos Descobrimentos.* Silves. 3, p. 143-206.

GOMES, M.V.; GOMES, R.V. (2007) – Escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa. Resultados preliminares. *Olisipo*. II série, 27, p. 75-92.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CARDOSO, J. (1996) – Aspectos do quotidiano numa casa de Silves durante o século XV. *Xelb – Silves nos Descobrimentos*. Silves. 3, p. 33-78.

MANGUCCI, C. (2006) – Da louça ordinária e não tão ordinária que se fazia em Lisboa, no ano de 1767. *Cenáculo. Boletim on-line do Museu de Évora* [Em linha]. Évora. N.º 1 p. 1-8. [consultado em 1-7-2007] Disponível em <WWW: http://boletimevora.googlepages.com/home3\.>.

MATOS, M. (1996) – *Cerâmica Chinesa da Casa Museu Dr. Anastásio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.

MURALHA, J.; COSTA, C.; CALADO, M. (2002) – Intervenções Arqueológicas na Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). *Almadan*. Almada. 2.ª série, n.º 11, p. 245-246.

MURALHA, J.; COSTA, C.; CALADO, M. (2004) – *Relatório das Escavações Martim Moniz – EPUL (Encosta de Santana / Torre do Jogo da Pela)*. Acessível em IGESPAR, Lisboa. Texto policopiado.

MURALHA. J.; COSTA, C. (2004) – *Encosta de Santana 2002 – Martim Moniz, Lisboa. Relatório da Escavação Arqueológica*. Acessível em IGESPAR. Lisboa. Texto policopiado.

OSÓRIO, M.; SILVA, M. (1995) – Cerâmicas vidradas da Idade Moderna no Porto. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 283-314.

PARVAUX, S. (1968) – *La Céramique Populaire du Haut Alentejo*. Paris : Presses Universitaires de France.

REAL, M.; GOMES, P. ; TEIXEIRA, R.; MELO, R. (1992) – Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante, Porto. Elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX. In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 171--186.

RIBEIRO, M. (1984) – *Olaria de Uso Doméstico na arquitectura conventual do século XVI*. Montemor--o-Novo: Grupo de Amigos de Montemor-o--Novo.

SANDÃO, A. (1985) – *Faiança Portuguesa nos séculos XVIII e XIX*. Barcelos: Livraria Civilização.

SABROSA, A.; SANTO, P. (1992) – Almada Medieval/Moderna – um projecto de investigação. *Almadan*. Almada. 2.ª série. n.º 1, p. 5-12.

SILVA, A. (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Lisboa: [s.n].

SILVA, R.; GUINOTE, P. (1998) – *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos – Roteiro Arqueológico e Documental dos Espaços e Objectos*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

SIMÕES, S. (1997) – *Azulejaria em Portugal no século XVII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2 vols.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. (1997) – Intervenção Arqueológica na Travessa da Madalena, n.º 18 (Lisboa). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 3, p. 67-80.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. (2003) – Cerâmicas de Barro Vermelho de Entulhos do Terramoto de 1755 Provenientes da Sondagem 14 da Rua dos Correeiros, em Lisboa. In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 285-293.

VASCONCELLOS, C. (1921) – *Algumas palavras a respeito dos púcaros de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Castelo de Castelo Branco. Notas numismáticas e arqueozoológicas

MIGUEL TELLES ANTUNES*

RESUMO

Foram estudadas moedas e peças arqueozoológicas do castelo de Castelo Branco.

As moedas são: pequeno bronze romano de Flavius Claudius Constantinus, Caesar (317-337 A.D.) cunhado em Constantinopla; outra, de cobre, com legendas em árabe, que parece uma moeda particular [«jeton» (fr.), ou «token» (ingl.)] de entre os séculos XVII e XIX, da qual damos a reconstituição do reverso, com duas alternativas quanto à 2.ª linha. Estas moedas, com dinheiros e ceitis portugueses e algumas moedas de Castela do século XV (uns e outras não vistos), revelam grande heterogeneidade.

Os exemplares arqueozoológicos são restos alimentares humanos, ósseos e dentários, de porcinos, bovinos e ovinos. Uma haste de veado, caducada, foi recolhida para utilização; não prova caça. É limitado o interesse arqueozoológico, com predomínio de peças mais ou menos vistosas – caninos inferiores de porco cuja exploração talvez tenha a ver com a confecção de amuletos, ou a obtenção de troféus. O espectro sugere outra distorção – a coexistência na amostragem de boi de tamanho normal a par de outro muito pequeno. Este condiz com material medieval, o outro poderia ser mais moderno.

A heterogeneidade da amostragem, inclusive do ponto de vista cronológico, verifica-se tanto através da Numismática como da Arqueozoologia.

Estas ocorrências são sobremaneira interessantes, dada a generalizada falta de dados.

Palavras-chave: Numismática – Arqueozoologia – castelo de Castelo Branco

* Academia das Ciências de Lisboa. Centro de Investigação em Ciência e em Engenharia Geológica da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: migueltellesantunes@gmail.com

ABSTRACT

Coins and archaeozoological specimens from Castelo Branco's castle have been studied.

Coins are: a small AE 3/ 4 Roman bronze struck in Constantinople in the name of Flavius Claudius Constantinus, Caesar (317-337 A.D.); a copper coin with Arabic inscriptions seems to be a token issued between the 17th and the 19th centuries, whose reconstitution of the reverse inscription is given (with two interpretations for the 2nd line). These coins, together with (not seen by us) Portuguese «dinheiros» and «ceitis», and a few 15th century coins from the kingdom of Castile make up a very heterogeneous association.

Archaeozoological material includes pig, cattle and sheep remnants left over from human consumption. A red deer shed antler has been collected for use, but it is not enough to prove hunting. The interest of the archaeozoological material is quite limited owing to distortion of the collecting, which was performed taking mostly into account showy specimens as pig's lower canines that may indicate exploitation to produce amulets, or maybe trophies. The whole spectrum suggests another distortion, the coexistence of both usual sized cattle and very small one. The latter agrees with medieval cattle, the other could be later.

The heterogeneous character, even from a chronological viewpoint, is shown both by Numismatics and Archaeozoology.

The concerned occurrences are most interesting, given the generalized scarcity of data.

Keywords: Numismatics – Archaeozoology – castle of Castelo Branco.

PREÂMBULO

Foi-nos solicitado pelo nosso Aluno de Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Carlos Manuel Pereira Boavida, o exame de espólio pertencente ao Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco, temporariamente à guarda do Museu Nacional de Arqueologia. Estava associado a cerâmica da mesma proveniência, o tema da sua Dissertação sob a orientação de Rosa Varela Gomes. Foi obtido aquando de escavações no Castelo daquela cidade em 1982 e 1983, da responsabilidade do arqueólogo João Henriques Ribeiro (Ribeiro, 1985).

O material que nos chegou inclui moedas e espólio ósseo e dentário de animais.

NUMISMÁTICA

Pudemos observar dois exemplares de cobre, um romano, outro com legendas em árabe. Sabemos, por intermédio de informação citada por Carlos Boavida (em *Religião e Morte – Castelo de Castelo Branco*/ Seminário de Arqueologia Moderna) do aparecimento de «*cerca de quatro dezenas de exemplares* [moedas] *atribuídos à 1.ª dinastia (1185-1383)*» além de «*dois exemplares de* blanca del rombo *de Henrique IV* [de Castela] *(1425-1474) que poderão estar relacionados com movimentações militares associadas à batalha de Toro (1476)*».

1. Moeda romana

Número: 86193.

Metal: cobre ou bronze, não analisado.

Diâmetros medidos: 17.1 a 17.9 mm.

Peso: peso real desconhecido, excedendo o peso tal qual de 1.19 g.

Orla incompleta, com partes em falta.

Anverso: busto diademado, drapeado, à direita. Legenda incompleta: -----ANT– | NVS IVN N C, ou seja CONSTANTINVS IVN[ior] N[obilis] C[aesar].

Reverso: dois legionários em pé, face a face, cada um junto de um lábaro, com lança e escudo. Legenda pouco nítida, GLOR IAEXERC ---– [ITVS], mas sem dúvida deste tipo. No exergo, – [inicial da oficina, indistinta] CONS [abreviatura de Constantinopolis].

Discussão: trata-se de um AE 3⁄4 (ca. 17 mm de diâmetro) cunhado em Constantinopla, em nome de *Flavius Claudius Constantinus,* filho mais velho de Constantino o Grande e de Fausta, nascido em *Arelate* (= Arles) em 314 A.D. e morto em 340 numa emboscada que sofreu perto de Aquileia, quando avançava para atacar o irmão *Constans.* A moeda não tem data expressa, como é normal. Porém, a cunhagem corresponde ao período em que Constantino júnior tinha estatuto de Caesar; portanto, a moeda data de entre 317 e 337 A.D. Neste ano, o seu estatuto passou ao de Imperador, com o título de *Augustus* e jurisdição sobre parte do Império – a Hispânia, a Gália e a Britannia.

2. Moeda com legendas em árabe

Número: 86 191.

Diâmetros medidos: 22.2 a 22.7 mm.

Peso real desconhecido, > peso tal qual: 1.49 g.

Orla incompleta, com partes em falta e duas fissuras.

Anverso (?): em três linhas. Não lido.

Reverso (?): campo envolvido por dois círculos concêntricos, legenda em três linhas; sem diacríticos, leitura difícil. A terceira linha parece mostrar عزّ نصره 'azz nasrahu – «que a sua vitória possa ser gloriosa» –, legenda habitual em muitas moedas do Império Otomano, referida ao Sultão. Contudo, além da falta de diacríticos, o desgaste e esmagamento dos caracteres dificultam a identificação. A caligrafia *nesqui* indica, sem dúvida, idade mais tardia que as cunhagens em letra *cúfica*, as quais, com algumas excepções, ficaram obsoletas e foram sendo substituídas pelo séc. XIII A.D.

Discussão: a moeda não foi identificada com rigor, o que limita a interpretação e obriga a pôr reservas. No entanto, fornece elementos interessantes. Com efeito, podemos garantir que não se trata de cunhagem peninsular, nem sequer dos *'fahls'* dos últimos tempos dos reis de Granada. Não conhecemos algo



Fig. 1 – Moeda de cobre (talvez particular/ *token* [inglês] ou *jeton* [francês]) com legendas em árabe de entre os séculos XVII e XIX, sem data nem local de cunhagem: anverso, foto e desenho. Legenda não lida. Dimensões indicadas no texto. Fotos e desenhos à câmara clara do autor.



Fig. 2 – Mesma moeda de cobre com legendas em árabe: reverso, foto e desenho. Ver tentativa de interpretação no texto. Fotos e desenhos à câmara clara do autor.

semelhante nas dinastias que se sucederam no Maghreb e aderiram a um sistema monetário tri-metálico: ouro (dinares e fracções), prata (dirhames e fracções) e cobre (felces), o que começa a acontecer com os Wattácidas de Marrocos e daí em diante com os Xerifes Sádidas e Álidas. Também não parece moeda iraniana, quase sempre com a Profissão de Fé xiita e, em conformidade, com expressa alusão ao Imam 'Ali, amigo de Allah – علي ولي الله. De igual modo, não parece do «mundo» indiano.

Numa tentativa de melhor esclarecer o caso, comunicámos desenho à câmara clara a um dos maiores especialistas mundiais de numismática árabe, Stephen Album (Santa Rosa, Califórnia, Estados Unidos). Eis os seus comentários:

> «I make little out of it, nothing of the obverse, but the reverse is possibly «Ahmad bin 'Uthman 'azza nusrahu» or «Ahmad bin Sam 'azza nusrahu».

This could be some sort of private token of the 17th to 19th century, that ended up in Portugal God-only-know-how. But it not all that unusual to find something in a most remarkable place.» [*Token:* moeda emitida por entidade privada, de valor facial muito superior ao valor real].

Nesta base, a reconstituição do reverso seria (2.ª linha com duas hipóteses de leitura alternativas):

1.ª linha	احمد	احمد
	[Ahmad]	[idem]
2.ª linha	بن عثمن	بن سام
	[bin 'Uthman= filho de 'Uthman]	[bin Sam= filho de Sām]
3.ª linha	عزّ نصـره	عزّ نصـره
	[que a sua vitória possa ser gloriosa]	[idem]

Não foi possível identificar a personalidade invocada.

ARQUEOZOOLOGIA

O material dentário e osteológico, exclusivamente de mamíferos, acondicionado em sacos numerados, vinha sem indicação da posição espacial ou estratigráfica rigorosas. Por isso, o seu valor é limitado. Em vários casos, exemplares separados pertencem à mesma peça. Faltam pequenos mamíferos. A macrofauna compreende poucas espécies comuns. Os táxones são os seguintes (nomenclatura sistemática reduzida ao essencial; lado esquerdo ou direito; ♂, sexo masculino; ♀, sexo feminino; I – incisivo, C – canino, Pm – pré molar, M – molar; indícios de submissão a fogo, corte, roidela).

Ordem Artiodactyla

Família S u i d a e

Sus domesticus Linné 1758 – porco (e, talvez, também *Sus scropha* Lin. 1758, javali)

N.º	Descrição anatómica	E	D	Fogo	Corte	Roidela
28.11 (1 peça)	Fragm. maxilar subadulto; osso juvenil, C, alv. P1-P2, P3 c/ leve desgaste, P4 c/ desgaste vestigial no paracone, alvéolo de M1, pequenas manchas negras (óxidos de Mn?)	•		•	•	
28.5 (1 peça)	C sup. adulto, maior que o precedente	•		•	•	?
27.3 (1 peça)	Fragm. hemimand. subadulto, osso juv., sínfise curta, alv. I 1 a 3, C, alv. P1 e P2, raízes de P3, raiz proximal P4, ca. ½ mesial alv. M1	•		•	•	
28.10 (1 peça)	Fragm. hemimand. subadulto, osso juv., sínfise curta, alv. I 1 a 3, C, P1, alv. P2 e P3, P4 pouco gasto, alv. M1, base de M2	•		?	•	
27.2 (1 peça)	Fragm. hemimand. desdentada, subadulto, osso juv., sínfise curta, alv. I 1 a 3, alv. C, agenésia de P1, alv.P2, P3 e mesial de P4. Parece compatível com o C 27.5.		•	•	•	
28.9+28.6+28.7 (1 peça)	Fragm. hemimandíbula, osso juv., c/ alv. distal P3, alv. P4, M1 muito abrasionado, M2 gasto e incompleto, alv. incompleto de M3		•	•	•	
29.4+28.2 (1 peça)	Fragm. hemimand. osso juv., subadulto, M3 sem abrasão muito típico de porco doméstico e não javali		•		•	
27.7, 27.6, 27.4 (3 peças)	C inferiores, todos estalados e partidos mas ligando mal pela deformação; 27.4 muito grande (♂; javali ?)	•		•	•	
27.5, 27.8, 27.9, 27.10, 27.11, 27.12, 27.13 e 28.8 (oito peças)	C inferiores, idem; fogo muito evidente. O 27.5 parece compatível com 27.2.		•	•		

Total: 16 peças.

Número mínimo de indivíduos (NMI): há oito C direitos + cinco C esquerdos, mas destes um é muito maior e certamente não corresponde a nenhum dos direitos; portanto, NMI= 8+1= 9 indivíduos.

Idade: aparentemente, quase todos subadultos, apenas com as excepções de 28.9, que era francamente adulto, e do grande C inferior. Abate naquele estádio etário.

Possível utilização: caninos de porco doméstico ou de javali eram utilizados pelo menos desde a Idade do Ferro, cultura Hallstatt, como mostra o sítio arqueológico do séc. VI AC em Heuneburg, Alemanha (Becker, 2003: 111-112, fig.

20 (3-4)). Ocorrem muito mais tarde – foi encontrado nas escavações no Claustro do Convento de Jesus (Academia das Ciências de Lisboa) um dente canino inferior esquerdo de javali, *Sus scropha* Lin., 1758, preparado para uso com fio de suspensão feito com um torno por acção de uma peça rotativa. Cortando as partes mais finas da base e perfurando dentina e esmalte, e eventualmente afeiçoando a ponta, o objecto podia ser suspenso em algum colar e usado como amuleto, adorno ou troféu. Dada certa fragilidade de tais dentes em resultado de fracturas, talvez em resultado de diferentes coeficientes de dilatação da dentina e do esmalte, a peça podia quebrar-se e ficar inutilizada, sendo abandonada (Antunes *in* Lourenço, 2011).

Família C e r v i d a e

Cervus elaphus Linné 1758 – cervo real, veado

N.º	Descrição anatómica	E	D	Fogo	Corte	Roidela
27.14	Porção proximal de uma haste caída naturalmente	•			No extremo da parte mais grossa	

Total: 1 peça.
Número mínimo de indivíduos (NMI): 1 indivíduo ♂ (NMI= 1).
Idade: adulto.
Observação: haste caduca que havia caído normalmente, na estação própria; não constitui prova de caça, certamente colectada.

Família B o v i d a e

Subfamília Bovinae

***Bos taurus* Linné 1758 – boi doméstico**

N.º	Descrição anatómica	E	D	Fogo	Corte	Roidela
31.2+ 31.3 (1 peça)	Dois fragmentos colados de frontal, cortado (serrado?), osso esbranquiçado (provável acção térmica)		•	?	•	
29.3 (1 peça)	Fragm. ósseo indeterminado, possivelmente de Bos, esbranquiçado			•		
30.2+ 30.3+ 30.4 (3 peças=1)	Três molares superiores isolados, respectivamente M1, M2 e M3, parecendo compatíveis com uma série dentária de adulto não muito velho (mas M3 nitidamente usado), com cemento, de porte médio, raízes mais ou menos incompletas	•		•		
30.1 (1 peça)	Molar superior isolado (M1 ou M2), mutilado, bastante gasto, possível alteração térmica; mais pequeno que o homólogo 30.2 (ainda mais se M2)		•	?		
28.4+ 28.3 (2 peças=1)	Dois pré-molares superiores isolados, P3 e P4, gastos, aparentemente compatíveis entre si, com cemento, estalados por possível acção térmica, adulto não velho, talvez compatíveis com a série de molares M1 a M3		•	?		
28.1 (1 peça)	Incisivo [inferior, evidentemente] I1, abrasionado, adulto	•		?		
30.5+ 31.1 (1 peça)	M2 inferior (30.5) colado a fragm. de hemimandíbula, esbranquiçado, adulto não velho; tamanho compatível com a série M1 a M3 superiores		•	•	?	
27.1 (1 peça)	Hemimandíbula algo incompleta com série dentária: perda dos dentes da região sinfisária (aí com cortes, bem como na base do ramo montante), P2-P3, falta de P4 post-mortem, M1 extremamente usado até M3 bastante usado; adulto velho. Porte muito pequeno, diferente dos demais; ♀? [Temos observado bois medievais muito pequenos]. Variados cortes (faca, cutelo) para descarnação, incluindo ablação da língua		•	•	•	
29.1 (1 peça)	Metacárpico, porção proximal com superfícies articulares bem conservadas, osso ainda juvenil, corte nítido, com abertura para extracção da medula, fogo intenso, roidela de carnívoro (cão pequeno?)		•	•	•	•
32.1 (1 peça)	Astrágalo quase completo, roidela nítida (cão)		•	?		•
33.1 (1 peça)	Calcâneo algo incompleto, afectado no tuber calcis e cortado no processo distal, cortes nítidos com facão, osso juvenil, pequenas marcas de roidela, esbranquiçado	•		•	•	•

Total: 11 peças, contando como uma só os conjuntos que parecem compatíveis e do mesmo indivíduo.

Número mínimo de indivíduos (NMI): pelos dentes superiores, há pelo menos 2 indivíduos, um dos quais compatível com o dente inferior isolado.

Além destes, outro indivíduo está representado pela hemimandíbula de indivíduo muito pequeno e mais velho. Logo, pelo menos três indivíduos (NMI= 3).

Idade: subadultos a adultos; adulto velho.

Observação: há diferenças de tamanho considerável (e de pátina?); a hemimandíbula condiz com os muito pequenos bois medievais. O resto poderia pertencer a indivíduos de raça melhorada, mais recentes.

Subfamília Ovinae

***Ovis aries* Linné 1758 – carneiro, borrego**

N.º	Descrição anatómica	E	D	Fogo	Corte	Roidela
28.13 (1 peça)	Ossicone de adulto, tipicamente de Ovis		•	•	•	
30.7 (1 peça)	Molar inferior (M2), parece bem de Ovis e não de Capra, algo gasto, adulto	•		?		
30.6 (1 peça)	Outro M2 inferior, idem, algo incompleto na parte labial do lobo mesial, adulto, incompatível com 30.7		•	?		
30.8 (1 peça)	Molar inferior (M2) mutilado, pouco gasto, subadulto, incompatível com os outros		•			
29.2 (1 peça)	Omoplata, porção proximal, roidela		•	?	•	•

Total: 5 peças.

Número mínimo de indivíduos (NMI): pelos dentes, há 3 indivíduos, pelo menos. NMI= 3.

Idade: subadulto e adultos.

CONCLUSÕES

1. Do ponto de vista numismático, observámos duas moedas, uma das quais identificámos: um pequeno bronze romano, AE ¾ de Flavius Claudius Constantinus, Caesar (não datado, mas 317-337 A.D.), cunhado em Constantinopla, ignoramos em que oficina.

2. No estado actual dos conhecimentos, é de admitir que a outra, com legendas em árabe, seja uma moeda particular (o que em certas ocasiões e épocas foi muito comum) de entre os séculos XVII e XIX, mas a data não consta; não sendo de cunhagem oficial, tornam-se ainda mais difíceis a leitura e a identificação. Damos a reconstituição possível do reverso, com duas alternativas quanto à 2.ª linha. A razão da ocorrência em Castelo Branco fica por esclarecer.

3. As moedas em causa, juntamente com dinheiros medievais e ceitis portugueses e moedas de Castela do século XV (não vistos), revelam grande heterogeneidade; na falta de melhores dados estratigráficos, não parecem viáveis conside-

rações complementares.

4. Quanto ao conteúdo arqueozoológico, os exemplares ósseos e dentários são restos de porcinos, bovinos e ovinos utilizados na alimentação humana; num caso (haste de veado caduca), trata-se de material recolhido para utilização.

5. A caça não está documentada, apesar da peça de veado.

6. A lista de táxones representados é muito limitada, para mais na ausência de espécies de pequeno porte:

– Porco, *Sus domesticus,* 16 peças (uma das quais compatível com javali, *Sus scropha;* NMI= 9;

– Cervo real ou veado, *Cervus elaphus,* 1 ex., NMI= 1;

– Boi doméstico, *Bos taurus,* 11 peças, NMI= 3;

– Carneiro ou borrego, *Ovis aries,* 5 peças, NMI= 3.

7. A colheita tem interesse limitado do ponto de vista arqueozoológico, pois aparentemente apenas foram recolhidas peças mais ou menos evidentes ou vistosas; não se vê outra razão explicativa da grande proporção relativa de caninos inferiores de porco, talvez objecto de recolha preferencial dada a sua visibilidade (ou para confecção de amuletos, embora desconhecidos no sítio?).

8. O espectro, além de evidenciar distorção devida a menos cuidado posto na colheita, sugere outra distorção – a presença simultânea de boi de tamanho normal e de outro de porte muito pequeno. Este condiz com numerosas observações de material medieval, enquanto o outro poderia ser mais moderno.

9. A heterogeneidade da amostragem, inclusive do ponto de vista cronológico, verifica-se igualmente através da numismática: a par de moedas (que não vimos) portuguesas da primeira e segunda dinastias, bem como de Castela, identificámos um numisma romano do século IV e obtivemos informação acerca de outro com legendas em árabe, atribuível aos séculos XVII a XIX.

10. Sem dados rigorosos quanto ao sítio e condições de recolha, não estamos em condições de avançar mais este estudo.

11. Estas ocorrências, ainda que limitadas, são sobremaneira interessantes dada a generalizada falta de dados concernentes ao sítio e à região.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece a Carlos Manuel Pereira Boavida e à Direcção do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco, a possibilidade de examinar parte do espólio numismático e material arqueozoológico. Agradece igualmente a Stephen Album as indicações que nos forneceu acerca de uma moeda com legendas em árabe, e a João Fernandez (Academia das Ciências de Lisboa) auxílio na preparação das figuras.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, Cornelia (2003) – Bone artefacts and man – an attempt at a cultural synthesis. In GRUPE, Gisela; PETERS, Joris, eds. -. *Deciphering ancient bones/ The research potential of bioarchaeological collections. Documenta Archaeobiologiae. Jahrbuch der Staatssammlung für Anthropologie und Paläoanatomie.* München; Rahden/Westf.: Verlag Marie Leidorf GmbH. Band 1, p. 83-124.

LOURENÇO, M. Alves (2011) – Algumas reflexões acerca de objectos religiosos encontrados nas escavações no Claustro da Academia das Ciências de Lisboa. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências,* Tomo XLIII, Volume II, p. 49-76.

RIBEIRO, João Henriques (1985) – Distrito de Castelo Branco/ Castelo Branco/ Castelo de Castelo Branco – 1982/ Castelo de Castelo Branco – 1983. *Informação Arqueológica* Lisboa. 5, p. 63-64.

Tabuleiros de jogo em pedra na cidade de Lisboa

LÍDIA FERNANDES* EDITE ALBERTO**

RESUMO

O levantamento, em curso, no território nacional de tabuleiros de jogo gravados em pedra ou em suporte cerâmico, tem evidenciado um património até ao momento insuspeito. O estudo que agora se apresenta, analisa o caso de Lisboa, onde se concentra um elevado número de jogos distribuídos cronologicamente por vários séculos com o objectivo dar a conhecer este património e evidenciar alguns pressupostos que possam justificar o seu aparecimento, concentração e permanência ao longo do tempo, tanto na cidade como no resto do país.

Palavras-chave: Lisboa – tabuleiros de jogo – alquerque de doze – jogo do moinho – futebol de mesa/ *Subbuteo* – Afonso X – jogos históricos

ABSTRACT

The ongoing survey, in national territory, of board games carved in stone (or ceramics) has showed a heritage that was, so far, unsuspected. The paper that we now present is focused on the city of Lisbon, where a high number of these board games can be found, being chronologically distributed over several centuries. The purpose of this paper is to show this heritage and to evidence some reasons that

* Arqueóloga da Câmara Municipal de Lisboa. Mestre em História de Arte. E-mail: lidia.fernandes@cm-lisboa.pt

** Historiadora do Arquivo Municipal de Lisboa. Investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória (Universidade do Minho). E-mail: editealberto@netcabo.pt

might justify its emergence, concentration and permanence over time, not only in Lisbon, but also in other parts of the country.

Keywords: Lisbon – Board games – Alquerque – Nine Men's Morris – Table Football – Afonso X– Historical Games

1. INTRODUÇÃO

Até ao momento foram encontrados vinte e um tabuleiros de jogo gravados sobre pedra na zona de Lisboa, na maioria inéditos ou referenciados pelas autoras em estudos anteriores sobre esta temática[1]. Trata-se de um número elevado de jogos, que encontra paralelo na realidade nacional.

Pretende-se, com este trabalho, dar a conhecer um património que é universal, ainda que, até ao momento, não tenha suscitado grande interesse por parte dos investigadores portugueses. Tal como em Espanha, têm sido os arqueólogos que mais estudos têm publicado, em sequência dos achados nos trabalhos arqueológicos que têm em curso (Catarino, 1997-1998; Henriques, 2009; Macias, 1996, entre outros).

Depois do interesse mostrado por Leite de Vasconcelos, que estudou alguns destes tabuleiros de jogo, focando uma abordagem claramente etnográfica, este tema não suscitou posteriormente quaisquer outros levantamentos ou análises (Vasconcelos, 1897-1913). Teríamos que esperar bastante tempo para ver surgir algum interesse sobre este assunto e/ou sequentemente surgirem novas publicações sobre o tema. Os primeiros tabuleiros de jogo que vieram a reter particular análise, foram objecto de estudo por parte de Salete da Ponte, na sequência do aparecimento de vários tabuleiros em Conímbriga em contextos arqueológicos. A arqueóloga analisa-os em conjunto, efectuando uma primeira abordagem sobre o assunto e identificando os vários tipos de jogo gravados (Ponte, 1986, p. 131-141). Aí são identificados o jogo do soldado, com a designação latina de *ludus*

[1] Cf. Catálogo da Exposição «Pedras que Jogam – Jogos de Tabuleiro de outras épocas, 2004»; FERNANDES, Alberto, Sobre o jogos gravados em pedra no distrito de Castelo Branco. Revista Açafa One Lime, 2009; FERNANDES, Alberto, Playing with stones: stone couved boardgames in Portugal, 2011; e FERNANDES, Silvia, Nime Men´s Morris in the Roman Temple of Évora-South Porugal, 2011.

latrunculorum, o *duodecima scripta*, ou jogo dos «doze em linha», também conhecido por l*udus XII scriptorum*. Estes jogos romanos são genericamente conhecidos por *tabula lusoria*, uma vez que empregam tabuleiros onde é feita a gravação.

Os jogos que chegam até aos nossos dias constituem uma pequena amostragem do que seria esta actividade noutros tempos. Na maior parte dos casos estes suportes desapareceram, ou por terem sido desenhados no chão, ou em materiais perecíveis, não se conservando qualquer vestígio de uma actividade que, outrora, tal como hoje, constitui um passatempo transversal a todas as culturas e civilizações.

No presente estudo, pretende-se datar com exactidão o momento em que foram executados os tabuleiros em análise de modo a estabelecer séries cronológicas. Com raras excepções, na maior parte das vezes é praticamente impossível estabelecer uma datação definitiva. Ultrapassada primeira incógnita, outras se colocam que se prendem com o facto de um mesmo tabuleiro poder ser jogado ao longo do tempo, permanecendo em uso por várias gerações.

A tentativa de determinar a cronologia de uma gravação torna-se mais fácil quando os jogos surgem em âmbito arqueológico. Neste caso, que continua a ser excepcional no cômputo geral, o contexto poderá auxiliar na tentativa de atribuição de uma datação mais fina para a época em que o tabuleiro foi gravado ou em relação ao período em que foi utilizado.

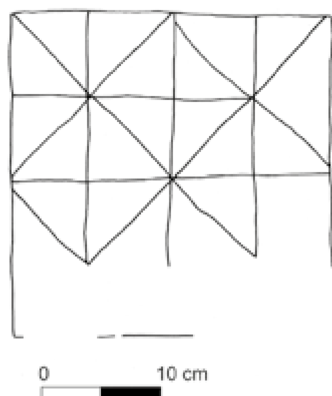
2. ANÁLISE DESCRITIVA DOS TABULEIROS DE JOGO DA CIDADE DE LISBOA

Como referido, até ao momento são conhecidos, em Lisboa, vinte e um tabuleiros de jogo, todos encontrados na zona antiga da cidade. Facto que não surpreende, pois são locais onde, até ao momento, permanecem mais relações de sociabilidade e conceitos de vivência entre casa/rua mais próximos e dinâmicos.

Tabuleiro de jogo 1

Tipo de jogo: alquerque de 12; **dimensões** (mm): 275 × 270; **matéria:** calcário; **localização**: Sé de Lisboa, na parte superior das anteparas do claustro da Sé de Lisboa num dos vãos formados pelos arcos no lado norte; **observações:** a base do jogo do alquerque encontra-se incompleta; **bibliografia**: *Catálogo da Exposição Pedras que Jogam – Jogos de Tabuleiro de outras Épocas*, 2004, p. 15.

Descrição – este jogo, tal como o que a seguir se apresenta, localiza-se num muro com cerca de 1,40 m de altura. Os traços são muito finos, indicando terem sido realizados por estilete e, certamente, com recurso a régua. O tabuleiro do alquerque dos 12 apresenta linhas incisas paralelas entre si e outras perpendiculares àquelas. Estes traços, assim como os oblíquos que os entrecruzam, não abrangem a totalidade do tabuleiro, devido ao facto de uma área

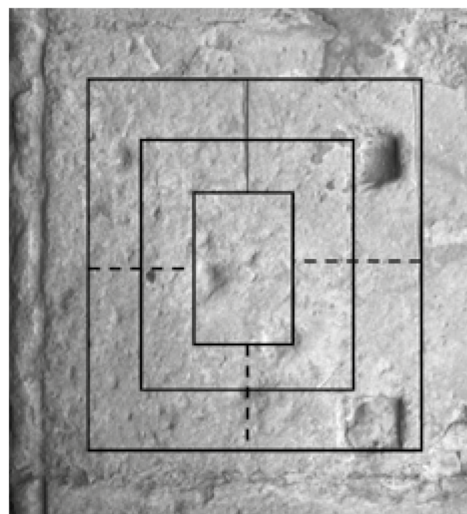


1 – Tabuleiro de jogo do alquerque dos doze (Sé de Lisboa)

da base de jogo (a que está mais perto do corredor do Claustro) se encontrar muito erodida.

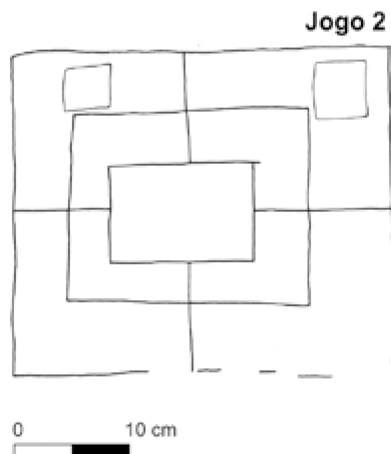
Cronologia – não possuímos qualquer indicação quanto à cronologia deste tabuleiro, tal como o seguinte, no entanto, o facto de estarem inscritos neste local, bem como o de apresentarem concavidades de encaixe na respectiva superfície, pode indicar que serão anteriores a remodelações realizadas no claustro. Ainda que não possamos apresentar datas precisas, este facto pode apontar épocas recuadas que se poderão, inclusivamente, relacionar com a data de construção do claustro da Sé. Ainda que seja discutível a datação desta construção – apresentando-se tradicionalmente a data de 1332 como a da conclusão dos trabalhos, outros autores apontam uma cronologia anterior, concretamente, a transição entre o séc. XII e a seguinte centúria – poder-se-á, em sentido lato, apontar o séc. XIV para o da sua edificação (cf. Fernandes, 2006, p. 18-69). Não obstante, as várias campanhas de obras realizadas posteriormente no monumento (até ao séc. XIX) poderão igualmente explicar o aparecimento destes jogos, ainda que a sua qualidade, no que se refere ao traço e cuidado imposto na sua execução, nos levem a acreditar numa cronologia mais recuada.


Fig. 1 – Tabuleiro de jogo 2 do alquerque de nove. Sé de Lisboa


Fig. 2 – tabuleiro anterior com marcação das linhas do jogo.

Tabuleiro de jogo 2

Tipo de jogo: jogo do moinho; **dimensões** (mm): 315 × 275; **matéria:** calcário; **localização**: Sé de Lisboa parte superior das anteparas do claustro da Sé de Lisboa num dos vãos formados pelos arcos; **observações:** a base do jogo do jogo do moinho apresenta entalhes realizados posteriormente; **bibliografia**: *Catálogo da Exposição Pedras que Jogam – Jogos de Tabuleiro de outras Épocas*, 2004, p. 15.



2 – Tabuleiro de jogo do alquerque de nove ou jogo do moinho (Sé de Lisboa)

Descrição: observamos três quadrados inscritos. Quatro traços perpendiculares cruzam perpendicularmente os lados dos quadrados mas não abrangendo a parte interna do quadrado mais pequeno. Num dos lados maiores do tabuleiro, no espaço entre os dois quadrados de maiores dimensões, observam-se dois pequenos encaixes quadrados, certamente de realização posterior.

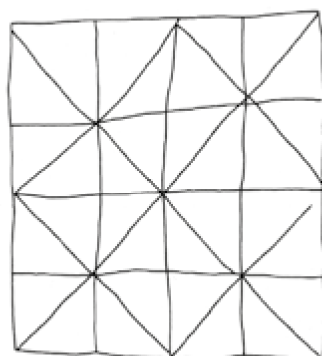
Cronologia: apontamos as mesmas indicações apresentadas quanto ao tabuleiro anterior. De assinalar que se presenciam duas concavidades de secção quadrada como referido anteriormente, que foram efectuadas em época posterior ao tabuleiro uma vez que são marcadas sem atenção à gravação pré-existente e interrompem as linhas de jogo. Também estas concavidades se encontram roladas, tendo as suas arestas alguma erosão, evidenciando que, também elas, terão sido feitas há bastante tempo.

Tabuleiro de jogo 3

Tipo de jogo: alquerque de doze; **dimensões** (mm): pedra em que o jogo se inscreve: 760 X 600 e com 290 de espessura, o tabuleiro de jogo apresenta as seguintes dimensões: 285 X 270; **matéria:** pedra de lioz; **localização**: gravado numa tampa de sarcófago de época romana que se encontra em exposição do Museu da Cidade (C.M.L.); **observações:** esta lápide foi encontrada durante os trabalhos de restauro levados a cabo no Castelo de S. Jorge em 1940. N.º Inv. do Museu da Cidade – 98 (geral: 2366); **bibliografia**: *Catálogo da Exposição Pedras que Jogam – Jogos de Tabuleiro de outras Épocas*, 2004, p. 16. A inscrição romana foi publicada, entre outros por: SILVA, Vieira



Fig. 3 – Tabuleiro de jogo 3 do alquerque de doze. Inscrição romana (Museu da Cidade, Câmara Municipal de Lisboa).



3 – Tabuleiro de jogo do alquerque de doze (inscrição romana)

da, *Epigrafia de Olisipo*, 1944, p. 103; Loureiro e Matinha, [s.d.], p. 56.

Descrição – tabuleiro composto por um quadrado que possui três linhas paralelas entre si, cruzadas perpendicularmente por outras três formando um total de quatro quadrados internos. Traços oblíquos, nos dois sentidos, cruzam as linhas anteriores. As linhas são incisas, realizadas com algum cuidado e marcadas, possivelmente, com instrumento pontiagudo, talvez de metal.

Este tabuleiro encontra-se gravado por cima de uma inscrição de época romana – uma tampa de sepultura fragmentada, com inscrição dedicada aos deuses Manes – sendo que a última linha se encontra ilegível devido à gravação deste jogo[2]. Vieira da Silva refere, a este propósito: «A inscrição continuava, pois que se notam ainda letras isoladas, mas foi picada a ponteiro, e depois, no canto inferior direito, esculpiram na laje um ornato formado por linhas cruzadas» (*idem*, p. 103). Outros autores interpretaram este desenho, como sendo uma cancela de época visigótica, semelhantes às empregues no interior das igrejas daquele período e em época posterior (Vieira, 1988, vol. II, p. 220). Afastamos por completo esta interpretação que apenas se pode dever a um desconhecimento total da morfologia dos tabuleiros de jogo tradicionais.

Cronologia – desconhecemos quando foi gravada a base de jogo, no entanto, a inscrição que a peça ostenta indica que esta é de época romana. O tabuleiro foi gravado no canto inferior direito da inscrição, e talvez tenha sido realizado durante a época medieval. Pelo desgaste da superfície a pedra poderá ter sido reutilizada como soleira (como refere A. Vieira da Silva, *idem*), sendo provável que a gravação da base de jogo seja coeva dessa funcionalidade.

Tabuleiro de jogo 4

Tipo de jogo: alquerque de doze; **dimensões** (mm): este jogo encontra-se gravado numa soleira de porta em pedra, monolítica, com 1800 de comprimento e 420 de altura. O rectângulo do tabuleiro tem uma dimensão de 370 × 310, no entanto, se contabilizarmos os dois triângulos laterais terá 570 × 310; **matéria:** calcário; **localização**: Pátio de D. Fradique de Baixo (Alfama) na soleira de porta

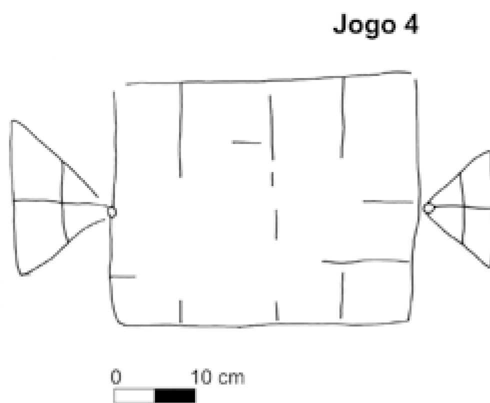
[2] Por lapso, no Catálogo da Exposição *Pedras que Jogam – Jogos de Tabuleiro de outras épocas*, 2004, p. 16, refere-se que o tabuleiro havia sido gravado em área não abrangida pela inscrição, o que é precisamente o oposto. As linhas superiores do jogo sobrepõem-se às duas últimas linhas da inscrição.

de uma casa; **observações:** superfície muito erodida o que se deve, essencialmente, ao facto de esta pedra ter funcionado como soleira de porta; **bibliografia**: *Catálogo da Exposição Pedras que Jogam – Jogos de Tabuleiro de outras Épocas*, 2004, p. 17.

Descrição – esta base de jogo tem a forma de uma *tabula ansata*. Os traços, perpendiculares entre si, definem oito casas, sendo cruzados obliquamente por mais seis traços, todos eles inscritos num rectângulo que delimita o tabuleiro. Nos dois lados menores, a meio, observam-se dois pequenos triângulos, subdivididos no interior por dois riscos perpendiculares entre si. Em relação à técnica de gravação, observam-se duas técnicas, a da incisão em traço e a da gravação por picotado, certamente realizado por percussão indirecta. Nota-se algum cuidado na execução ainda que os dois triângulos laterais tenham dimensões muito distintas o que cria uma assimetria compositiva.



Fig. 4 – Tabuleiro de jogo 4 do alquerque de doze. Pátio D. Fradique.

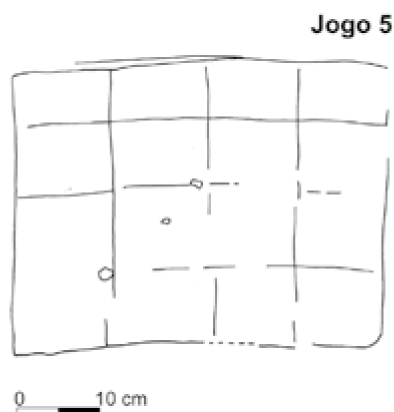


4 – Tabuleiro de jogo do alquerque de doze (Pátio D. Fradique)

Cronologia – apesar de o Pátio de D. Fradique existir desde épocas recuadas, terá a sua origem por volta do séc. XVI, as pequenas casas onde se encontra a soleira de porta, que possui a base de jogo são dos finais do séc. XIX ou inícios da seguinte centúria. Com efeito, os dois pequenos pátios que compõem o Pátio de D. Fradique de Baixo foram remodelados nessa altura com a edificação de pequenas casas, à semelhança de outras vilas operárias que, na mesma altura, se formaram em Lisboa (Araújo, Livro III, 1992, p. 43 e ss.). Pensamos que o presente tabuleiro de jogo será coevo dessa transformação urbanística.

Tabuleiro de jogo 5

Tipo de jogo: alquerque de doze; **dimensões** (mm): o tabuleiro de jogo inscreve-se numa pedra que tem uma largura de 440 e um comprimento de 770, ocupando-a na sua quase totalidade já que tem como dimensões: 450 × 340; **matéria:** calcário; **localização**: Pátio de D. Fradique de Baixo (Alfama) parte superior de muro; **observações:** superfície muito erodida; **bibliografia**: *Catálogo da Exposição Pedras que Jogam – Jogos de Tabuleiro de outras Épocas*, 2004, p. 17



5 – Tabuleiro de jogo do alquerque de doze (Pátio D. Fradique)



Fig. 5 – Perspectiva do murete no Pátio D. Fradique onde se encontras os tabuleiros de jogo do alquerque de doze n.os 5 e 6.

Descrição – base de jogo composta por rectângulo no qual se inscrevem três traços, paralelos entre si, que são cruzados por três linhas que cruzam as anteriores, criando um total de 25 pontos de intersecção. Pequenos pontos, côncavos, localizam-se na intersecção de alguns dos traços. O facto de a superfície estar muito erodida impede a observação de outros pontos ainda que, muito provavelmente, tenham estado presentes. A gravação é incisa, realizada com instrumento pontiagudo, possivelmente usando uma régua para melhor definição dos traços.

Cronologia – os comentários feitos relativamente ao tabuleiro de jogo anterior, também do pátio de D. Fradique, podem, de igual modo, ser aqui aplicados.

Tabuleiro de jogo 6

Tipo de jogo: alquerque de doze ?; **dimensões** (mm): o tabuleiro de jogo inscreve-se numa pedra que constitui o capeamento do muro; **matéria:** calcário**; localização**: Pátio de D. Fradique de Baixo (Alfama) parte superior de muro; **observações:** superfície extremamente erodida**;** peça não desenhada dada a deficiente percepção dos traços**; bibliografia**: *Catálogo da Exposição Pedras que Jogam – Jogos de Tabuleiro de outras Épocas*, 2004, p. 17

Descrição: pensamos estar em presença de um tabuleiro similar ao anterior, mas o estado de erosão da superfície da pedra é tão intenso que torna quase impossível precisar mais alguma informação.

Cronologia: reiteramos as considerações anteriores.

Tabuleiro de jogo 7

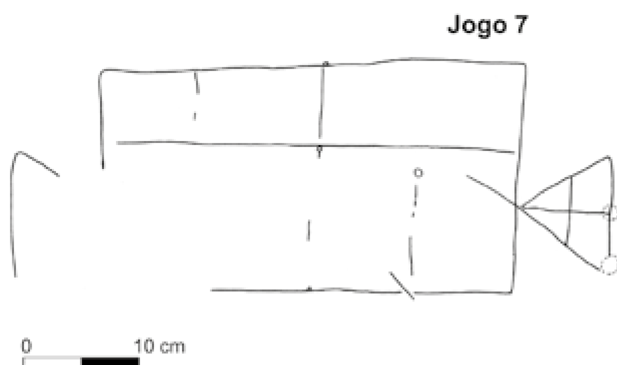
Tipo de jogo: alquerque de doze; **dimensões** (mm): o tabuleiro de jogo inscreve-se numa pedra que tem uma largura visível de 330 e um comprimento de 720, a altura é de 330. O tabuleiro de jogo tem uma dimensão de: 515 × 195; **matéria:** pedra de lioz**; localização**: Pátio de D. Fradique de Baixo (Alfama). Degrau de soleira de porta; **observações:** superfície muito erodida**; bibliografia**: inédito.



Fig. 6 – Perspectiva do Pátio D. Fradique onde se situa a soleira de porta com o tabuleiro de jogo 7 do alquerque de doze.

Descrição: base de jogo composta por um rectângulo no qual se inscrevem, no interior, um traço completo e outros três, incompletos, perpendiculares ao primeiro. Quatro pequeninos círculos parecem marcar a intersecção das linhas. Nos dois lados menores do rectângulo situam-se dois triângulos, formando, deste modo, uma *tabula ansata.* Um dos triângulos apenas possui duas linhas a delimitá-lo, ainda que o triângulo oposto esteja completo, possuindo no seu interior dois traços perpendiculares. A gravação é incisa, realizada com instrumento pontiagudo, ainda que em alguns locais se note a técnica do ponteado/picotado, realizado por percussão indirecta.

Cronologia: os comentários feitos relativamente aos tabuleiros de jogo anteriores, também do pátio de D. Fradique, podem, de igual modo, ser aqui aplicados.



7 – Tabuleiro de jogo do alquerque de doze (Pátio D. Fradique)



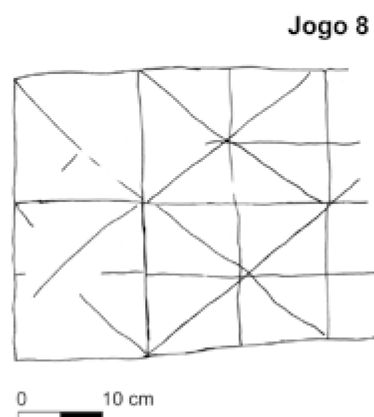
Fig. 7 – Tabuleiro de jogo 8 do alquerque de doze. Igreja de St.º Estevão.

Tabuleiro de jogo 8

Tipo de jogo: alquerque de doze; **dimensões** (mm): este jogo inscreve-se numa pedra que tem uma dimensão de 1120 de comprimento (sentido E/W) por 430 de largura. O tabuleiro de jogo, incompleto, tem uma dimensão de 460 × 350; **matéria:** calcário**; localização**: no murete exterior (lado sul) da fachada maior da Igreja de St.º Estevão; **observações:** superfície muito erodida**; bibliografia**: inédito.

Descrição: Este tabuleiro encontra-se incompleto, encontrando-se conservados os traços referentes a quatro pequenos quadrados, cruzados por traços oblíquos, com ligeira concavidade na união central das várias linhas. Observa-se o início de outros dois quadrados que continuariam para um dos lados da pedra (lado esquerdo da imagem), assim como no lado adjacente para cima, ainda que neste lado seja difícil perceber a continuação do traçado.

Cronologia: é difícil determinar a altura em que este tabuleiro foi gravado. No entanto, o facto de a pedra onde se encontra gravado o jogo estar partida, significa que a gravação é anterior ao acto da sua colocação neste murete lateral da igreja que corresponde por si, já a um reaproveitamento. Certamente que este pequeno muro não existia quando a igreja foi construída. Datada do séc. XVI (apesar de poder ter sido reconstruída por cima de um outro templo mais antigo) a igreja foi totalmente reconstruída em 1733, após a demolição do edifício anterior, não tendo sofrido muito com o terramoto de 1755 (*Monumentos e Edifícios* …, 1973, p. 69-71). Uma fotografia do Arquivo Municipal de Lisboa (C.M.L), datada da década de 1940 demonstra que o murete já se encontrava construído nesta data (PT/AMLSB/AF/POZ/I00028).



8 – Tabuleiro de jogo do alquerque de doze (Igreja de Stº Estêvão)



Fig. 8 – Igreja do Menino Deus, assinalando-se na escadaria, os jogos de tabuleiro n.os 9, 10, 11 e 12.

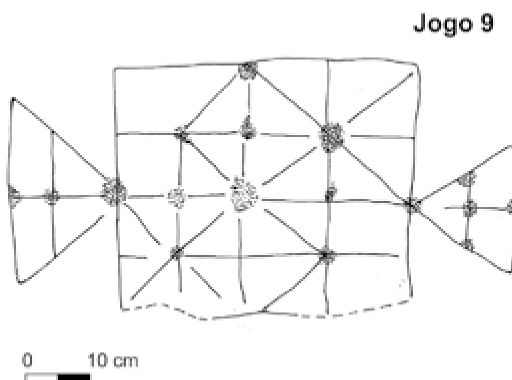


Fig. 9 – Tabuleiro de jogo 9 do alquerque de doze na escadaria exterior da Igreja do Menino Deus.

Tabuleiro de jogo 9

Tipo de jogo: alquerque de doze; **dimensões** (mm): o degrau em que o tabuleiro se inscreve tem um comprimento de 2370 e uma largura conservada de cerca 450. O tabuleiro rectangular apresenta uma dimensão de 460 × 400, excluindo os dois triângulos laterais que apresenta, um de cada lado. Se incluirmos estes elementos, o comprimento é de 800; **matéria:** calcário**; localização**: num degrau da escadaria (lado nascente da escadaria sul) de acesso à Igreja do Menino Deus; **observações:** o degrau onde o tabuleiro se encontra gravado está partido**; bibliografia**: inédito. Informação cedida por Nuno Mota (Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade, C.M.L.).

Descrição: jogo com a morfologia de uma *tabula ansata*, com dois pequenos triângulos laterais que se unem ao quadrado central, a meio, nos dois lados opostos. O quadrado central encontra-se dividido internamente por várias linhas que formam quatro quadrados de cada um dos lados os quais são, por sua vez, cruzados por linhas oblíquas. Nos pontos de união, ou de cruzamento das várias linhas, observam-se pequenas concavidades. Também os pequenos triângulos laterais possuem uma divisão interna feita por duas linhas que se cruzam perpendicularmente, apresentando cinco pontos côncavos que correspondem a



9 – Tabuleiro de jogo do alquerque de doze (Igreja do Menino Deus)

cruzamentos de linhas. Os dois triângulos têm dimensões distintas, indicando um desenho não pré-definido, mas a gravação é profunda e as covinhas, apesar de a superfície ostentar grande erosão, ainda se percebem com nitidez.

Cronologia: tabuleiro gravado em data posterior a 1711, data em foi construída a Igreja do Menino Deus.

Tabuleiro de jogo 10

Tipo de jogo: três em linha ou alquerque de três; **dimensões** (mm): o degrau em que o jogo se encontra gravado tem uma dimensão de 2300 por 400 de largura, sendo que o tabuleiro possui 220 × 250; **matéria:** calcário**; localização**: num degrau da escadaria (lado sul da escadaria sul) de acesso à Igreja do Menino Deus; **observações: -; bibliografia**: inédito.

Descrição: esquema muito simples do tabuleiro que dará origem ao alquerque de doze mas que constitui um outro tipo de jogo, ainda hoje actual e que se conhece pela designação «três em linha» ou jogo do «homem simples», igualmente conhecido por alquerque de três. Temos, assim, um quadrado gravado na pedra, dividido internamente por duas linhas perpendiculares que criam quatro quadrados. Outras duas linhas, oblíquas, cruzam os quadrados anteriormente formados. Encontram-se assim materializadas as linhas onde podem ser conseguidos os posicionamentos das três peças de jogo.

Cronologia: Cf. comentários do tabuleiro de jogo anterior.

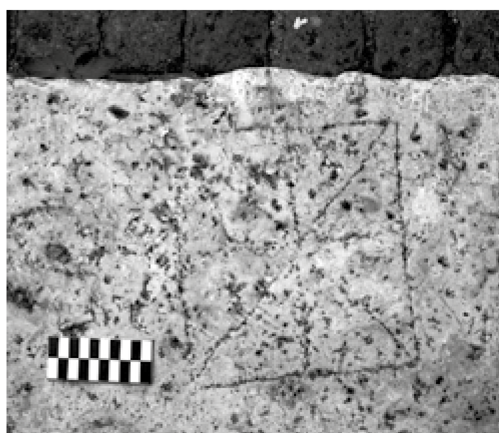
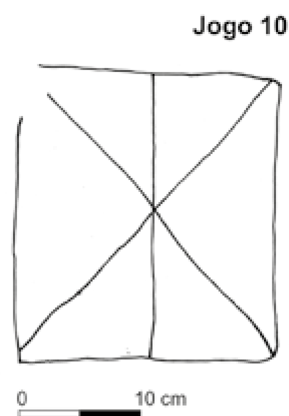


Fig. 10 – Tabuleiro de jogo 10 do alquerque de três na escadaria exterior da Igreja do Menino Deus.



10 – Tabuleiro de jogo do alquerque de três ou jogo de três em linha (Igreja do Menino Deus).

Tabuleiro de jogo 11

Tipo de jogo: alquerque de doze; **dimensões** (mm): tabuleiro gravado num degrau que tem um comprimento 2350 e uma largura de 440. O tabuleiro, rectangular, apresenta as medidas 440 × 340; **matéria:** calcário**;** **localização**: num degrau da escadaria (lado sul da escadaria sul, terceiro degrau acima do primeiro patim) de acesso à Igreja do Menino Deus; **observações:** superfície muito erodida, somente se consegue observar com o pavimento molhado**;** **bibliografia**: inédito.

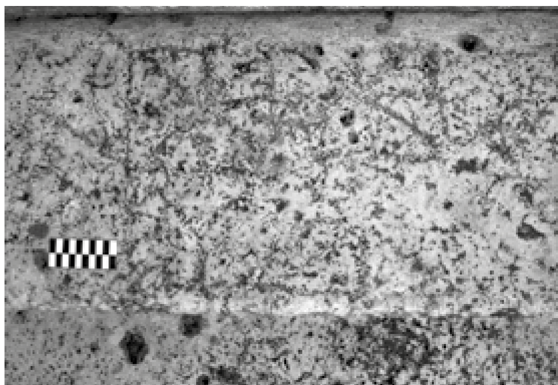
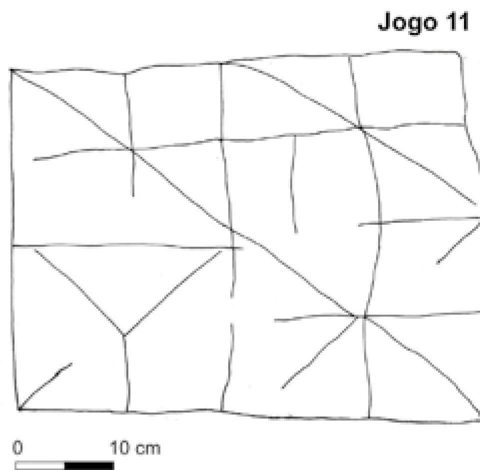


Fig. 11 – Tabuleiro de jogo 11 do alquerque de doze na escadaria exterior da Igreja do Menino Deus.

Descrição: tabuleiro de jogo constituído por quatro quadrados, cada um deles cruzado por linhas oblíquas. Pode-se entender que corresponde à junção de quatro tabuleiros iguais ao tabuleiro que descrevemos anteriormente (jogo 10) mas formando um tipo de jogo distinto nesta nova composição. A gravação abrange quase a totalidade da largura do degrau. Os traços são profundos mas não se presenciam concavidades no cruzamento das linhas, como havíamos observado em relação ao tabuleiro 9. Algumas das linhas são bem traçadas enquanto que outras são bastante irregulares. O facto de os vários quadrados, ou se assim se entender, as divisões internas que formam os quadrados, terem distintas dimensões, evidencia um traçado espontâneo sem que, muito possivelmente, tenha existido um desenho prévio.



11 – Tabuleiro de jogo do alquerque de doze (Igreja do Menino Deus)

Cronologia: Cf. comentários do tabuleiro de jogo anterior.

Tabuleiro de jogo 12

Tipo de jogo: ?; **dimensões** (mm): tabuleiro gravado num degrau que tem um comprimento 2350 e uma largura máxima de 450. O tabuleiro, rectangular, apresenta as medidas de 430 × 340; **matéria:** calcário**;** **localização**: num degrau da escadaria (lado sul da escadaria sul, primeiro degrau acima do primeiro patim) de acesso à Igreja do Menino de Deus; **observações:** tabuleiro incompleto**;** superfície extremamente erodida**;** peça não desenhada dada a deficiente percepção dos traços; **bibliografia**: inédito.

Descrição: não se trata de facto, de um tabuleiro de jogo, mas antes de um esboço, não concluído, para um tabuleiro. A gravação corresponde, sensivelmente, a um quadrado o qual apresenta, num dos lados, duas linhas sensivelmente paralelas. Como não existe qualquer outro traço, pensamos que a linha superior, destinada a marcar os futuros quadrados do jogo do alquerque de 12, terá sido abandonada, já que a primeira linha foi marcada demasiadamente próxima do limite do tabuleiro. Este engano terá feito com que o autor recomeçasse um novo tabuleiro uma vez que estes dois traços paralelos, tão perto um do outro, certamente suscitariam enganos quando se fizessem os lances. O facto de o jogo analisado anteriormente (tabuleiro 11) se encontrar ao lado, confirma esta hipótese.

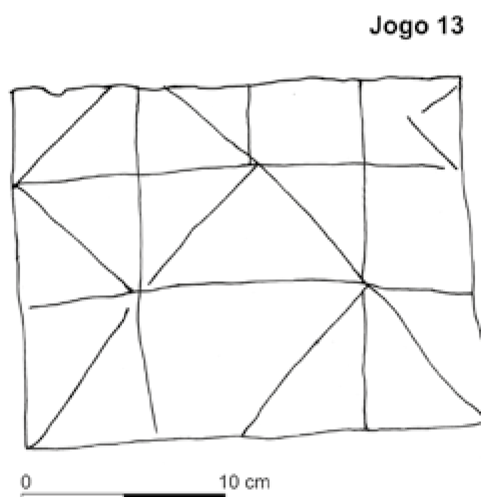
Cronologia: Cf. comentários do tabuleiro de jogo anterior.

Tabuleiro de jogo 13

Tipo de jogo: alquerque de doze; **dimensões** (mm): tabuleiro gravado num elemento pétreo solto, com um comprimento conservado de 700 e com uma largura de 470. O tabuleiro, incompleto, conserva uma dimensão num dos lados de 235 e na outra face 190; **matéria:** calcário (pedra de lioz)**; localização**: elemento recolhido na intervenção arqueológica realizada no Palácio de Penafiel em 1991; **observações:** a erosão que a superfície apresenta, aliado ao facto de se apresentar muito polida, são elementos que podem indicar tratar-se de uma soleira de porta.



Fig. 12 – Tabuleiro de jogo 13 do alquerque de doze num bloco pétreo solto, encontrado na intervenção arqueológica do Palácio de Penafiel.



13 – Tabuleiro de jogo do alquerque de doze (Palácio de Penafiel)

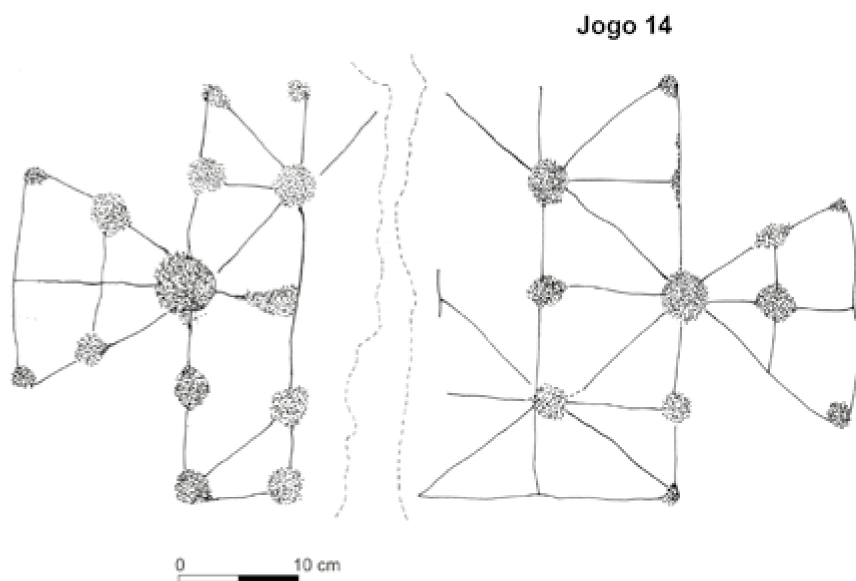
A pedra apresenta-se fracturada, não se encontrando conservada a totalidade do tabuleiro**;** **bibliografia**: inédito.

Descrição: o facto de a pedra se encontrar partida, como referido, impede comentários mais detalhados sobre este jogo, pensamos, no entanto, estarmos perante um tradicional jogo do alquerque. Observa-se um quadrado no qual se inscreveriam dezasseis pequenos quadrados, através da subdivisão interna feita por linhas cruzadas perpendicularmente. Obter-se-ia, assim, quatro quadrados de cada um dos lados, ainda que apenas se conservem três fiadas de um dos lados pois a pedra encontra-se fracturada. Linhas oblíquas cruzam esta subdivisão. Alguns destes traços parecem ter sido traçado com régua, dado o seu riscado recto, no entanto, alguns dos traços não se conservam perdendo-se a noção da eventual exactidão da composição.

Cronologia: esta peça surgiu em contexto arqueológico numa intervenção levada a cabo por uma equipa camarária (onde participou uma das signatárias, L. F.) no jardim do Palácio de Penafiel. Esta peça surgiu em contextos do terramoto de 1755, podendo-se atribuir à primeira metade do séc. XVIII.

Tabuleiro de jogo 14

Tipo de jogo: alquerque de doze; **dimensões** (mm): a pedra em que o tabuleiro se inscreve tem uma dimensão de 2030 e uma largura de 430, por sua vez o jogo tem a dimensão total de 760 por 380. Como se trata de um tabuleiro em forma de *tabula ansata*, se não contabilizarmos as dimensões dos triângulos laterais, o comprimento do tabuleiro é de 450**;** **localização**: tabuleiro gravado



14 – Tabuleiro de jogo do alquerque de doze (jardim no Castelo S. Jorge)



Fig. 13 – Perspectiva geral do pequeno largo onde se situa a fonte do Jardim Romântico do Castelo de S. Jorge, observando-se os quatro bancos onde se encontram gravados os jogos de tabuleiro.

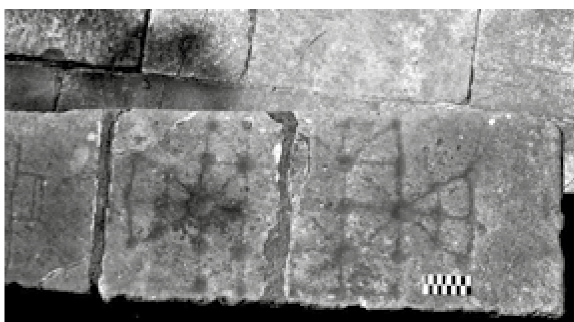


Fig. 14 – Tabuleiro de jogo 14 do alquerque de doze num banco em pedra situado no jardim romântico do Castelo de S. Jorge.

numa pedra que constitui um banco de jardim existente num pequeno largo onde se situa a fonte do Jardim Romântico, no Castelo de S. Jorge: banco do lado sudeste do largo; **matéria:** calcário; **observações: –; bibliografia**: inédito.

Descrição: jogo do alquerque composto por um tabuleiro rectangular que, internamente, se encontra subdividido por quatro pequenos quadrados de cada lado, num total de dezasseis. Estes quadrados são cortados por linhas oblíquas e nos pontos de intersecção existem concavidades circulares. Nos dois lados menores posicionam-se dois triângulos também com duas linhas perpendiculares, formando quatro divisórias. Este tabuleiro tem a morfologia de uma *tabula ansata* e tem a particularidade de se encontrar partido, sensivelmente a meio, ainda que o banco em que se encontra gravado tenha sido arranjado e posicionado na anterior posição observando-se um preenchimento da fenda com argamassa.

Cronologia: desconhecemos em que data este jogo foi gravado, facto que é sublinhado pelos inúmeros restauros que o castelo de S. Jorge sofreu ao longo dos tempos. Os pés dos bancos são elementos arquitectónicos distintos que foram reaproveitados para construir os bancos de jardim. Tudo indica pois, que estas pedras se encontrariam em outro local, o que é sublinhado igualmente, pelo facto de o calcário em que estão feitas as bancadas ser distinto do empregue nos pés.

Tabuleiro de jogo 15

Tipo de jogo: alquerque de doze; **dimensões** (mm): a pedra em que o tabuleiro se inscreve tem uma dimensão de 2010 e uma largura de 440, por sua vez o jogo tem a dimensão total de 750 por 360. Como se trata de um tabuleiro em forma de *tabula ansata*, se não contabilizarmos as dimensões dos triângulos laterais, o comprimento do tabuleiro é de 550**; localização**: tabuleiro gravado numa pedra que constitui um banco de jardim existente num pequeno largo onde se situa a fonte do Jardim Romântico, no Castelo de S. Jorge: banco do lado noroeste, junto ao canto do pequeno largo; **matéria:** calcário; **observações:** superfí-

cie muito erodida; peça não desenhada dada a deficiente percepção dos traços; **bibliografia**: inédito.

Descrição: a superfície encontra-se de forma desgastada que é quase impossível perceber a maior parte das linhas. Não obstante, é possível observar que se trata de um tabuleiro com a morfologia de uma *tabula ansata*.

Cronologia: remetemos para as considerações feitas para o jogo anterior e, essencialmente, para as indicações que se apresentam no próximo capítulo.

Tabuleiro de jogo 16

Tipo de jogo: alquerque de doze; **dimensões** (mm): a pedra em que o tabuleiro se inscreve tem uma dimensão de 2010 e uma largura de 440, por sua vez não é possível sequer saber a dimensão do tabuleiro pois a superfície encontra-se deveras degradada; **localização**: tabuleiro gravado numa pedra que constitui um banco de jardim existente num pequeno largo onde se situa a fonte do Jardim Romântico, no Castelo de S. Jorge: banco do lado noroeste, junto ao canto do pequeno largo, ao lado do jogo 15; **matéria:** calcário; **observações:** superfície muito erodida; peça não desenhada dada a deficiente percepção dos traços; **bibliografia**: inédito.

Descrição: é possível observar um dos triângulos laterais, o que leva a considerar estarmos em presença de mais um tabuleiro em forma de *tabula ansata*, no entanto, nenhum outro pormenor pode ser detectado.

Cronologia: remetemos para as considerações feitas para o jogo n.º 14 e, essencialmente, para as indicações que se apresentam no próximo capítulo.

Tabuleiro de jogo 17

Tipo de jogo: alquerque de doze; **dimensões** (mm): a pedra em que o tabuleiro se inscreve tem uma dimensão de 2030 e uma largura de 440, por sua vez não é possível sequer saber a dimensão do tabuleiro pois a superfície encontra-se muito erodida; **localização**: tabuleiro gravado numa pedra que constitui um banco de jardim existente num pequeno largo onde se situa a fonte do Jardim Romântico, no Castelo de S. Jorge: banco do lado nordeste, junto ao canto do pequeno largo, ao lado do jogo 18; **matéria:** calcário; **observações:** superfície muito erodida; peça não desenhada dada a deficiente percepção dos traços; **bibliografia**: inédito.

Descrição: pensamos que o jogo em presença é de facto o alquerque, ainda que não seja possível descortinar os traços e a composição interna do tabuleiro devido à grande erosão que a superfície pétrea apresenta.

Cronologia: remetemos para as considerações feitas para o jogo n.º 14 e, essencialmente, para as indicações que se apresentam no próximo capítulo.

Tabuleiro de jogo 18

Tipo de jogo: alquerque de doze; **dimensões** (mm): a pedra em que o tabuleiro se inscreve tem uma dimensão de 2030 e uma largura de 440. Quanto ao tabuleiro de jogo apenas é possível distinguir o comprimento do mesmo, que ronda os 650, mas se se contabilizar os triângulos laterais que ainda se distinguem o comprimento será de 840**;** **localização**: tabuleiro gravado numa pedra que constitui um banco de jardim existente num pequeno largo onde se situa a fonte do Jardim Romântico, no Castelo de S. Jorge: banco do lado nordeste, junto ao canto do pequeno largo, ao lado do jogo 17; **matéria:** calcário; **observações:** superfície muito erodida**;** peça não desenhada dada a deficiente percepção dos traços**; bibliografia**: inédito.

Descrição: devido à grande erosão da superfície não é possível tecer mais comentários sobre o tabuleiro.

Cronologia: remetemos para as considerações feitas para o jogo n.º 14 e, essencialmente, para as indicações que se apresentam no próximo capítulo.

Tabuleiro de jogo 19

Tipo de jogo: campo de futebol; **dimensões** (mm): a pedra em que o tabuleiro se inscreve tem uma dimensão de 2040 e uma largura de 440. Quanto ao tabuleiro de jogo o comprimento do campo de futebol, incluindo as balizas, é de 720, com uma largura de 390 e se exceptuarmos as balizas laterais o campo de jogo tem uma dimensão de 630**;** **localização**: tabuleiro gravado numa pedra que constitui um banco de jardim existente num pequeno largo onde se situa a fonte do Jardim Romântico, no Castelo de S. Jorge: banco do lado sudoeste, junto ao canto do pequeno largo, ao lado do jogo 20; **matéria:** calcário; **observações:** não se apresenta desenho**; bibliografia**: inédito.

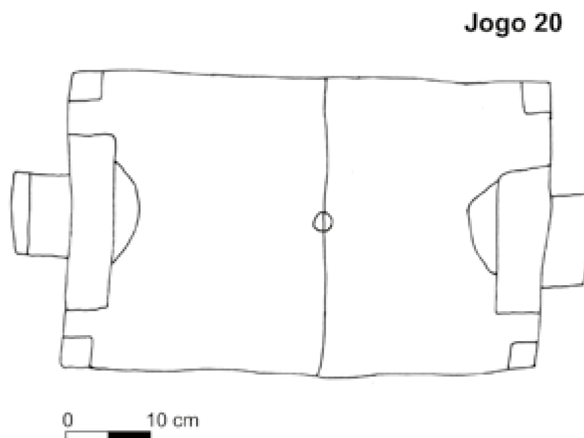
Descrição: representação de um campo de futebol, de morfologia rectangular, onde se encontram marcados vários pormenores: uma linha central marca o meio campo onde, aliás, se encontra materializado o ponto central com um pequeno círculo. As balizas encontram-se do lado exterior do campo, rectangulares e, já no lado interno do campo estão assinaladas as «grandes áreas», assim como os «cantos», com pequeninos quadrados.

Os traços são muito incertos, demonstrando pouca destreza na materialização do desenho, sendo a composição assimétrica, ainda que os traços estejam vincadamente marcados. Várias linhas interrompidas apontam para a ausência de um desenho prévio deste tabuleiro. Este tabuleiro de jogo abrange quase a totalidade do banco em que se encontra gravado.

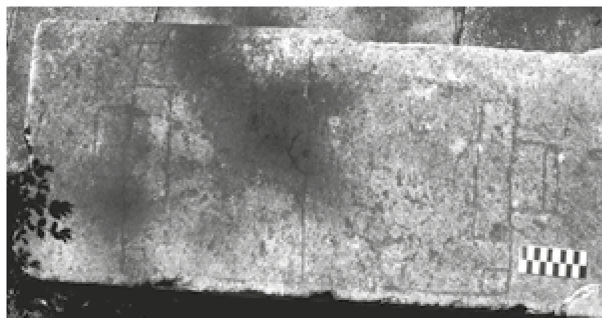
Cronologia: remetemos para as considerações feitas para o jogo n.º 14 e, essencialmente, para as indicações que se apresentam no próximo capítulo.

Tabuleiro de jogo 20

Tipo de jogo: campo de futebol; **dimensões** (mm): a pedra em que o tabuleiro se inscreve tem uma dimensão de 2040 e uma largura de 440. Quanto ao tabuleiro de jogo, o comprimento do campo de futebol, incluindo as balizas, é de 850 com uma largura de 390 e, se exceptuarmos as balizas laterais, o campo de jogo tem uma dimensão de 720**; localização**: tabuleiro gravado numa pedra que constitui um banco de jardim existente num pequeno largo onde se situa a fonte do Jardim Romântico, no Castelo de S. Jorge: banco do lado sudoeste, junto ao canto do pequeno largo, ao lado do jogo 19; **matéria:** calcário; **observações: –; bibliografia**: inédito.



20 – Tabuleiro de jogo com campo de futebol (jardim no Castelo S. Jorge)


Fig. 15 – Tabuleiro de jogo 21 com a representação de um campo de futebol num banco em pedra situado no jardim romântico do Castelo de S. Jorge.

Descrição: representação de um campo de futebol, de morfologia rectangular, semelhante ao anterior jogo de tabuleiro. Encontram-se marcados vários pormenores: uma linha central marca o meio campo onde, aliás, se encontra materializado o ponto central com um pequeno círculo e uma concavidade. As balizas encontram-se assinaladas no lado exterior do campo, de morfologia rectangular e, já no lado interno do campo estão assinaladas as «grandes áreas» rectangulares, sublinhadas por uma pequena linha circular. Também os «cantos», com pequeninos quadrados, se encontram marcados.

Sublinha-se, em relação aos jogos anteriores, que os traços são aqui mais certos, rectilíneos indicando cuidado no desenho do tabuleiro. Tal como nos jogos anteriores, também este abrange quase a totalidade do banco em que se encontra gravado.

Cronologia: remetemos para as considerações feitas para o jogo n.º 14 e, essencialmente, para as indicações que se apresentam no próximo capítulo

Tabuleiro de jogo 21

Tipo de jogo: campo de futebol; **dimensões** (mm): a pedra em que o tabuleiro se inscreve tem uma dimensão de 2030 e uma largura de 430. Quanto ao

tabuleiro de jogo o comprimento do campo de futebol, incluindo as balizas, é de 740, com uma largura de 400 e se exceptuarmos as balizas laterais o campo de jogo tem uma dimensão de 620**; localização**: tabuleiro gravado numa pedra que constitui um banco de jardim existente num pequeno largo onde se situa a fonte do Jardim Romântico, no Castelo de S. Jorge: banco do lado sudeste, junto ao canto do pequeno largo, ao lado do jogo 14; **matéria:** calcário; **observações:** não se apresenta desenho**; bibliografia**: inédito.

Descrição: representação de um campo de futebol, de morfologia rectangular, muito semelhante ao anterior jogo de tabuleiro. Encontram-se marcados vários pormenores: uma linha central marca o meio campo onde também se encontra materializado o ponto central com um círculo e uma concavidade. As balizas encontram-se assinaladas no lado exterior do campo, de morfologia rectangular e, já no lado interno do campo, estão assinaladas as «grandes áreas» rectangulares. Também os «cantos», com pequeninos quadrados, se encontram marcados, excepto num dos lados onde a «grande área», por erro de traçado, abrange também o canto.

Em relação ao tabuleiro anterior, os traços são mais incertos e com erros de composição. Também aqui a marcação abrange quase a totalidade do banco em que se encontra gravado.

Cronologia: remetemos para as considerações feitas para o jogo n.º 14 e, essencialmente, para as indicações que se apresentam no próximo capítulo

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ACHADOS E DADOS CRONOLÓGICOS

Infelizmente, são raros os casos em que podemos afirmar uma atribuição cronológica segura. Quando tal não acontece, são as datações dos edifícios em que os jogos de tabuleiro se encontram realizados, que poderão auxiliar numa aproximação, mais ou menos segura, quanto à data em que os mesmos foram gravados. Outras vezes, são os próprios tabuleiros que, pela sua tipologia, nos podem indicar alguns dados.

A representação de um campo de futebol e a sua utilização para a reprodução de um jogo, utilizando, numa diminuta escala, peças que funcionavam como substitutos dos jogadores e uma outra que funcionaria como bola e que seria empurrada até atingir as balizas, parece ser uma acção tão pragmática que pode ter ocorrido em qualquer altura após a introdução do próprio «futebol». Esta prática começou a tornar-se conhecida em Portugal nas últimas décadas do século XIX, tendo sido trazido por alunos portugueses que estudavam em Inglaterra, bem como por ingleses residentes em Portugal que em Inglaterra faziam os seus estudos.

Ao que tudo indica, o primeiro local onde se praticou este jogo foi na ilha da Madeira, concretamente no Largo da Achada, na freguesia da Camacha onde,

actualmente, uma placa comemorativa atesta o pioneirismo desta actividade desportiva. No continente, terá sido em 1888 que, na Praça de Touros do Campo Pequeno, se levou a cabo o primeiro jogo de futebol onde se defrontaram equipas portuguesa e inglesa.

Através deste pequeno apontamento de carácter desportivo podemos concluir que estes jogos que encontramos gravados nas pedras na jardim românico do Castelo, apenas poderão ter sido gravados depois de 1888.

Importa também saber qual a razão de aqui se encontrar esta tipologia de jogo que não é registada em qualquer outro local, quer lisboeta quer nos levantamentos que temos vindo a proceder por todo o país. De 1780 até 1808, sabemos que esteve instalada no Castelo de S. Jorge a instituição Casa Pia de Lisboa (Silva, 1896). Cronologia que não podemos relacionar com a gravação destes tabuleiros pois, como observámos, apenas cerca de oitenta anos mais tarde a prática do futebol é iniciada em Lisboa.

No Castelo instalaram-se as forças militares, primeiro os batalhões de caçadores e, depois disso, vários regimentos. Também neste espaço se instalaram prisões, com construções destinadas a celas, recintos anexos e outras dependências (cf. Silva, 1898; Silva, 1937). Estes jogos de tabuleiro poderão eventualmente, relacionar-se com a ocupação do castelo por esta população, composta essencialmente por homens e com horas livres para a prática desta actividade. Sendo que as pedras em que os jogos se encontram gravados parecem ter sido reaproveitadas para esse fim. A sua original localização, que actualmente desconhecemos, poderia ser mais entendível num contexto de passatempo de uma população masculina relativamente jovem.

Não podemos deixar de apontar como paralelo os oito tabuleiros que se encontram gravados no largo parapeito da antiga prisão do castelo de Vila Viçosa (Catálogo da Exposição *Pedras que Jogam*, 2004, p. 21). Datados dos inícios do séc. XVI, é curiosa a relação que se pode estabelecer entre este espaço e o de Lisboa, podendo-se atribuir uma relação entre tabuleiros de jogo e uma população de carácter militar ou de prisão.

Um outro aspecto importante é o facto destes tabuleiros indicarem que a prática do jogo do campo de futebol e do alquerque de doze poderem ser contemporâneos. Apesar dos tabuleiros desta última tipologia se apresentarem mais rolados, enquanto que os traços que representam o campo de futebol são bastante mais vivos, o facto de coexistirem numa mesma pedra leva a ponderar que, se eventualmente fosse de tradição anterior, o alquerque continuaria a ser jogado contemporaneamente ao jogo de futebol. Mas mesmo esta conclusão levanta inúmeras dúvidas. De facto, os tabuleiros n.º 14 e 21 encontram-se gravados no mesmo banco, mas esse arranjo será recente pois as pedras estão partidas e nota-se perfeitamente o terem sido argamassadas para formar uma plataforma maior

que servisse de assento. De qualquer modo outra conclusão há a retirar: ainda que os tabuleiros de futebol sejam posteriores ao alquerque de doze, é clara a intenção de manter nas mesmas pedras estes traçados. Mais uma vez se reitera o facto de que, quando se escolhe uma pedra, um local, uma paragem, para se inscrever uma gravação, independentemente do seu carácter lúdico, mágico ou sagrado, esse local será determinante no porvir, permanecendo e repetindo traçados e gestos anteriormente ensaiados.

Em trabalho recente (Loureiro; Matinha, s/d, p. 57), afirma-se da existência de um outro tabuleiro de jogo também na área do castelo, referindo que a pedra onde está feita a gravação terá sido reaproveitada como tampo de mesa. Os traços que, de facto se observam, são sulcos feitos por trabalho mecânico actual, possivelmente uma serra/rebarbadora e não correspondem, em nossa opinião, a qualquer tabuleiro de jogo.

Um pouco abaixo do castelo, a Igreja do Menino Deus conserva, na sua escadaria, quatro dos tabuleiros de jogo que neste trabalho se incluem. O edifício religioso, parece, com probabilidade, ter sido da autoria do arquitecto João Antunes, tendo a primeira pedra sido lançada em 1711 e, portanto, anterior ao terramoto de 1755 (Branco, 2005, p. 85). Esta igreja constitui um raro exemplo da planta centralizada octogonal e instituindo um tipo «…absolutamente moderno, sem precedentes» e não existindo «…outra igreja como a do Menino Deus em toda a arquitectura europeia» (Gomes, 2005, p. 95). A escadaria de acesso à igreja e onde se encontram gravados os tabuleiros de jogo pertence ao mesmo projecto inicial (Gomes, 2005, p. 104, fig. 12). Esta constatação obriga pois, a considerar uma cronologia claramente posterior a 1711 para os jogos de tabuleiro gravados na escadaria de acesso.

Também numa igreja, a de Santo Estevão, se encontra o tabuleiro de jogo n.º 8. No entanto, o facto de se tratar de uma pedra reaproveitada num banco que se encontra num dos lados exteriores daquele templo religioso, leva a colocar a hipótese deste elemento provir de outro local, provavelmente, não muito longe, pois fragmentos de pedra deveriam existir em redor da igreja, quando se fez o referido muro, em data claramente posterior à da construção do edifício religioso. No Alandroal, também tabuleiros de jogo se encontram num banco existente a todo o comprimento da face exterior da Capela de S. Sebastião.

De igual forma, são apenas dedutivas as informações que podemos obter relativas à cronologia dos dois jogos de tabuleiro que se encontram numa das alas do claustro da Sé de Lisboa. Atribuível esta edificação ao século XIV, estes tabuleiros poderão ter sido traçados, no decurso da construção, pelos operários que então aí laboravam ou, hipótese que comungamos, em época algo posterior. No decurso da construção não acreditamos que, sendo estas pedras visíveis, a fiscalização que decerto haveria e os religiosos que, naturalmente, acompanha-

vam os trabalhos, tivessem autorizado a sua realização naquele preciso local. Seguramente que múltiplos jogos seriam jogados nos estaleiros de obra, traçados no chão ou em pedras que depois ficariam encobertas aquando da sua colocação no edifício. Bastará lembrar o tabuleiro que se encontra gravado no *podium* do templo romano de Évora, embasamento que originalmente seria estucado, escondendo, assim, o jogo ali inscrito[3]. Este elemento é de enorme importância uma vez que, encontrando-se actualmente em posição vertical naquele templo romano, demonstra claramente quer o facto de aí ter sido colocado em data coeva à daquele monumento, quer a circunstância de então ser praticado o jogo do moinho, ou alquerque de nove.

Temos paralelos para a existência de tabuleiros de jogo nas anteparas dos claustros de conventos ou mosteiros que só podem ser explicados se em utilização pelos que habitavam aqueles locais, levando a considerar aquela actividade lúdica como integrada no quotidiano da vivência religiosa. O exemplo do Mosteiro de Santa Maria do Olival, em Guimarães (actualmente Museu Alberto Sampaio)[4], constitui um exemplo verdadeiramente paradigmático pela enorme quantidade de jogos aí existentes – contabilizam-se oito tabuleiros nos vários corredores do claustro – ilustrando um dos vários passatempos que a comunidade religiosa teria no interior do mosteiro. Não se trata de alguém de fora praticar aquele passatempo, antes uma actividade comum e natural, que era desempenhada nas horas livres vividas no mosteiro. Outros exemplos poderiam ser indicados, apenas como ilustrativo indicamos o do Convento de Cristo em Tomar onde se encontram dois tabuleiros de jogo, um no Claustro da Lavagem e outro no Claustro dos Corvos.

Um outro aspecto é de salientar, no que respeita aos tabuleiros da Sé de Lisboa, trata-se do facto de ambos os jogos, que pelo tipo de traçado, com grande similitude entre si, deverão ter sido realizados num mesmo momento – similitude de gravação, mas também a localização e dimensões – indicarem que, àquele tempo, seria tão do agrado um jogo quanto outro, ou seja, o jogo do alquerque de doze como o jogo do moinho.

Por último, no caso do Pátio D. Fradique, apesar deste local ser de origem recuada, provavelmente do séc. XVI (Araújo, Livro III, reed. 1992, p. 47 e ss.), pensamos que as soleiras de porta onde se registam os tabuleiros de jogo se enquadram em alterações urbanísticas que se devem ao séc. XIX como já referido com a criação de vilas operárias. Com efeito, na parte norte do pátio (logo a seguir ao

[3] Relativamente a este jogo foram proferidos extensos comentários na comunicação intitulada «Nine Men's Moris in the Roman Temple of Évora (South of Portugal)», preoferida por Lídia Fernandes e Jorge Nuno Silva no XIV Internacional Colloquium of Board Games Studies (Bruges, 4-7 Maio), 2011.

[4] Agradecemos à Dr.ª Manuela de Alcântara Santos Conceição, do Museu de Alberto Sampaio, as indicações fornecidas.

túnel que desce do palácio de Belmonte e que liga o Pátio D. Fradique de Cima com o Pátio D. Fradique de Baixo), as casas baixas onde se regista o tabuleiro 4 constituíam um corpo avançado, e cronologicamente posterior, em relação ao volume original das casas encostadas à encosta.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A história dos tabuleiros de jogo gravados em pedra apresenta grandes dificuldades quando se pretende definir linhas cronológicas que expliquem a sua origem. Os estudiosos desta área apontam várias teorias, algumas contradizendo-se, na tentativa de compreender o modo e a razão do surgimento destas formas lúdicas comuns a muitas sociedades.

Já Leite de Vasconcelos, sabiamente, havia aflorado esta enorme dificuldade, concretamente com a preocupação de distinguir, em gravações antigas, aquelas que poderiam ser consideradas linhas de jogo das que poderiam ser interpretadas como gravuras de carácter religioso e místico. A este propósito refere o autor que «muitas theorias tem sido apresentadas para explicar o sentido primitivo das insculpturas neolithicas. Uns considerão as covinhas como meros ornatos, outros como receptáculos do sangue de víctimas, como cartas geographicas ou astronómicas, como relógios de sol, como mesas de jogo; tudo o que á imaginação humana aprouve!» (Vasconcelos, reed. 1981, vol. I, p. 354)

Se observarmos algumas pedras insculturadas que são claramente atribuíveis à época pré-histórica torna-se difícil não ser tentado a ver em algumas destas composições tabuleiros de jogo. Apenas como exemplo, veja-se a tão conhecida «pedra letreira» da Serra do Penedo, perto de Góis (freguesia de Alvares, povoação de Amieiros) (Nunes, Pereira, Barros, 1959), ou a imagem que o próprio Leite de Vasconcelos apresenta na sua obra, reproduzindo um desenho apresentado por Contador de Argote, sobre o que se encontrava inscrito num penedo existente na margem direita do rio Douro, perto do «Cachão da Rapa» (Fig. 21) e sobre o qual afrma: «…se vem debuxadas diversas figuras com cores diversas (…). Os quadrados em parte se parecem com os do jogo do xadres, em parte differem, porque nem são tantos, nem de duas cores, nem brancos e negros, mas de uma só cor, que he de hum vermelho escuro, a margem porém em huns he azul, outros a não tem» (Vasconcelos, reed. 1981, vol. I, p. 361).

Apesar da aparente incongruência desta vivência tão próxima entre o religioso e o profano, é um facto que a localização destes jogos coincide com lugares de permanência e de confluência de populações, evidenciando passatempos para tempos de espera ou, simplesmente causa e efeito de pontos de reunião, reflectindo igualmente um carácter sagrado e religioso que abrange o acto de jogar.

Situa-se aqui, em nossa opinião, uma das perspectivas fundamentais para a análise das gravações em pedra. Como tivemos oportunidade de referir, é por vezes muito complexa a distinção entre gravações pré-históricas – às quais geralmente atribuímos um significado mágico e/ou religioso – daquelas que remetemos simplesmente para um carácter lúdico – atribuíveis, na sua quase totalidade, a cronologias romana ou posterior.

No entanto, são muitos os casos onde símbolos e tabuleiros coexistem, como acontece no penedo da Quinta de Ferronhe (Vil de Soito, Viseu) (Pedro; Vaz; Adolfo, 1994, p. 113; Silva, 1989, figs. 1 e 2). Gravações actualmente desaparecidas devido a intervenções agrícolas profundas que taparam o penedo a fim de nivelar o terreno para plantio de árvores de fruto. No quadro tipológico apresentado por um dos autores é curiosa a apresentação de símbolos totalmente distintos entre si, que se registam em pedras da região da Beira-Alta (Silva, 1978, Quadro p. 177). Alguns parecem corresponder a tabuleiros de jogo e não a gravações pré-históricas.

Com esta preocupação de tentar compreender as raízes históricas destes jogos, os estudiosos voltam-se para as primeiras civilizações. R.C. Bell (1979, vol. 1, p. 47 e 92) encontra no Egipto, no templo de Kurna, datado de 1400 a.C., os primeiros tabuleiros de jogo gravados em pedra. Por outro lado, no *Dicionário de Jogos,* dirigido por René Alleau (1973, p.335), procura-se encontrar as origens na antiga Mesopotâmia e na expansão fenícia. Segundo o autor, de acordo com descobertas arqueológicas suas contemporâneas, os desenhos dos tabuleiros derivariam de dois sinais importantes da escrita suméria, as palavras «*bar*» e «*lu*». A primeira com o significado de *o santuário*, e a segunda *o homem*. Graficamente correspondem, respectivamente, a um quadrado cortado por duas diagonais e a um quadrado cortado por duas medianas perpendiculares. A combinação desses dois sinais, segundo o autor, poderia ter um valor sagrado fundamental, difundido pelos povos mesopotâmicos enquanto navegaram pelo Mediterrâneo.

Sobre a origem fenícia dos tabuleiros de jogo, os autores do *Dicionário de Jogos,* recorrem a Edouard Fournier. Para este estudioso é clara a origem fenícia deste divertimento, referindo que «...era para esse povo um passatempo sério, que apresentava simultaneamente uma imagem alegórica e geográfica. O quadrado do jogo representava o mar, vasto campo de conquistas para os navios fenícios; a casa do centro, maior e mais ornamentada que as outras, era Tiro, a cidade forte e divina, e as outras casas eram as colónias fenícias, simetricamente agrupadas em torno da metrópole e gravitando em direcção ao seu centro como os planetas, do céu à roda do Sol. Para onde quer que iam, os Fenícios levavam essa imagem, verdadeiro e simbólico estandarte do seu poderio» (Fournier, p. 167-168).

Ainda citando os autores do *Dicionário de Jogos,* os bascos adoptaram este jogo a que chamaram «*laz-mar-ellas*», que significa *o mar das ilhas*. O mesmo dese-

nho, de um quadrado traçado por linhas perpendiculares e diagonais figura nos brasões dos reis de França e de Navarra. Acrescentam, inclusivamente, que nesta ordem de ideias e generalizações, o pavilhão inglês, o célebre *Union Jack*, não difere em nada desse símbolo fenício nem do diagrama elementar do jogo, que posteriormente será conhecido como o alquerque.

Paralelamente a esta teoria, baseada na origem mesopotâmica e fenícia dos tabuleiros de jogo, alguns autores não hesitam em considerá-los como símbolos astronómicos. Becq de Fouquières considera-os como contemporâneos dos primeiros cálculos astronómicos dos Egípcios (1869, p. 364).

O posicionamento geográfico, muitas vezes em colinas de certa altitude ou no topo de monumentos funerários, são factos que dificultam o traçar de uma linha divisória entre o religioso-metafísico e o quotidiano material inerente ao próprio jogo. Esta realidade surge no território nacional por exemplo na gravação encontrada na parte superior da Anta de Pendilhe, Vila Nova de Paiva (*Pedras que Jogam*, p. 20), ou na pedra insculturada no Castêlo, em Sever do Vouga, autêntico miradouro natural, com um alcance de visão de muitos quilómetros.

Tudo isto são conjecturas, mais ou menos viáveis, que futuros trabalhos tenderão a esclarecer ou a completar. Nesta área de estudo, os novos dados proporcionados por futuras intervenções arqueológicas serão fundamentais para o estabelecimento de conclusões definitivas. As fontes escritas, fundamentais para esclarecer e enquadrar os jogos na dinâmica das sociedades, só poderão auxiliar em contextos muito mais tardios.

Vários escritores latinos mencionam os jogos como factores inerentes à sociedade romana. No entanto, até hoje, não se encontrou nenhuma descrição exaustiva sobre as regras, modos de jogar e orientações gráficas para a composição dos tabuleiros. Sabemos, por Suetónio, que o Imperador Cláudio era um grande adepto dos jogos de mesa, tendo mesmo um tabuleiro fixo no seu meio de transporte habitual, para poder jogar quando quisesse (*A Vida dos Doze Césares*, livro V, cap. 33). O Imperador Nero, no início do seu reinado, jogava todos os dias com pequenas quadrigas de marfim num tabuleiro (*Idem,* livro VI, cap. 22), antes de se dedicar à organização de jogos reais, na cidade de Roma.

Ovídio, na sua obra intitulada *A Arte de Amar,* refere jogos de tabuleiro, nomeadamente o *ludus duodecim scriptorum*, nas suas longas dissertações sobre o modo como se deveria jogar com uma mulher a fim de a conquistar (*A Arte de Amar,* livro II, linhas 203-208, e livro III, linhas 353 a 374). Por outro lado, Petrónio, na descrição do jantar oferecido por Trimalquião aos seus convivas, menciona que este jogava num tabuleiro de madeira de terebinto com dados de cristal, e em vez de utilizar peças brancas e pretas, usava moedas de ouro e prata (*Satyricon*, cap. 33).

Os jogos de tabuleiro constituem-se, assim, como um passatempo comum a todos os estratos sociais a par dos grandes jogos do circo e do hipódromo. Nestas citações os jogos de tabuleiro surgem como algo de normal na vivência quotidiana dos cidadãos na Roma antiga.

Na historiografia da Europa ocidental, a primeira fonte escrita dedicada inteiramente aos jogos de tabuleiro, a fim de estabelecer as suas regras e evidenciar a respectiva importância na sociedade da época, surge com Afonso X o Sábio. Foi este monarca que, em 1283, mandou passar a escrito no manuscrito intitulado *Libro de los Juegos: Acedrex, Dados e Tablas,* os jogos considerados importantes no seu reino.

Pelo rigor e pormenor da descrição, pelas ilustrações alusivas aos jogos apresentados com as principais jogadas, esta fonte adquire capital importância no estudo da história do lúdico. O monarca inicia o texto salientando a importância que estes jogos têm na vida quotidiana do homem. O jogo é apresentado como um conceito positivo: a alegria que Deus quis proporcionar aos homens, para poderem sobreviver aos desgostos e tribulações da vida terrena. Referem-se três tipos de jogos, todos eles proveitosos: os que se praticam a cavalo, os que se praticam a pé, que para além de fomentarem a alegria fortalecem o corpo e os jogos que se praticam sentados, como é o caso do xadrez, dos tabuleiros e dos dados. Estes são apropriados para os que não podem cavalgar, nem exercitar-se de outro modo e se vêm forçados a permanecer inactivos em suas casas.

Parafraseando Afonso X todos estes jogos são benéficos, cada um no tempo e no lugar conveniente. Como estes jogos se praticam na posição sentada podem ser feitos tanto de noite como de dia, pelas mulheres, *que não cavalgam e estão fechadas*, bem como pelos homens que são velhos e fracos, pelos que estão presos ou em cativeiro, pelos que estão no mar ou quando o mau tempo não permite cavalgar nem caçar (Afonso X, p. 19).

O carácter intelectual e culto que é dado ao jogo implica praticar-se com equilíbrio e com medida. Na colectânea de leis elaborada no reinado deste monarca lê-se na *Segunda Partida*, que todos os jogos são bons, acrescentando, cada um no tempo e no lugar conveniente (*Segunda Partida,* V, 21, fl. 16).

Esta ideia vai ser seguida pelo religioso Francisco de Alcoçer, da Ordem de São Francisco, na sua obra intitulada *Tratado del Juego, en el qual se trata copiosamente quando los jugadores pecan, y son obligados a restituyr assi de derecho divino como de derecho comun, y del Reyno, y de las apuestas, suertes, torneos, justas, juegos de cañas, toros y truhanes con otras cosas provechosas y dignas de saber*, impressa em Salamanca no ano de 1559. Mais uma vez estamos perante uma fonte escrita pertencente à historiografia espanhola, no entanto, lida em Portugal. Tivemos oportunidade de consultar este exemplar, actualmente integrado no espólio da Biblioteca Nacional, em Lisboa. Junto ao título surge uma referência manuscrita ao facto de este livro

ter sido adquirido por frei Fulgêncio Leitão, enquanto conventual em Santarém, encontrando-se na posse da Livraria do Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, aquando da extinção das Ordens Religiosas em Portugal.

Logo na segunda página, o autor apresenta as ideias que irão nortear todo o seu estudo. Defende, na linha de pensamento do rei Afonso X, a necessidade do prazer, do descanso e do lazer, como meio para o homem aguentar as agruras da vida, pois tendo corpo fraco, sujeito ao cansaço, é necessário ter alguma recreação e descanso «*para poder passar adelante y no dar con la carga en tierra*» (Alcoçer, p. 2).

Escreve para «provar que el jugar no es malo de suyo, mas antes es buena obra y licita usando della templadamente y en lugares y tiempos convenientes: porque es una manera de recreacion para aliviar y poder sufrir los trabajos desta vida, que (como avemos dicho) es licito, y aun es obra virtuosa, tomandola moderadamente» (Alcoçer, p. 3).

Para frei Francisco de Alcoçer a obra virtuosa de jogar tem lugar para todo o género e estado de pessoas, especifica enumerando: para os homens e mulheres, crianças, jovens e idosos, solteiros ou casados, artesãos, lavradores e cavaleiros, leigos e clérigos, religiosos e religiosas e bispos, «cada uno use de la recreacion y juego que conviene y es decente a su estado. Porque todos estos estan sujetos al cansancio, fatigas y trabajos desta vida, y assi a todos les sera licito tomar alguna moderada recreacion y usar de algun juego honesto para alivio de sus trabajos y poder passar adelante con ellos. Y por esta misma razon, quanto los trabajos fueren mayores, sera mas necessaria y licita la recreacion y juego: y como los trabajos espirituales sean mucho mayores que los corporales, los que se exercitan en ellos podran con mejor titulo y color usar de las recreaciones y juegos» (Alcoçer, p. 4).

Sintetiza as suas ideias referindo que o génio intelectual se entorpeça e cansa com contínuo e demasiado trabalho, se não usufrui de alguma recreação e regozijo, assim como as terras férteis e abundantes se tornam estéreis e fracas se todos os anos as lavrarem e semearem. «Y de aqui es que los estudiantes, los letrados, los que leen y enseñan, los confessores, los predicadores, los clerigos, los religiosos, y las religiosas, con mas razon pueden usar delos juegos honestos, y licitas recreaciones que los labradores y oficiales, y personas que todos sus exercicios y trabajos son corporales» (Alcoçer, p. 4).

Para além das virtudes psicológicas do lazer como fundamental para sobreviver às agruras da vida e equilibrar forças perante o trabalho demasiado, frei Francisco de Alcoçer refere ainda que «todo lo qual se colige y queda claro, que usar de las recreaciones honestas y juegos moderados en tiempos y lugares decentes, es licito y bueno y que se puede hazer con merecimiento». Continua enfatizando a ideia da necessidade do jogo como lazer e deleite, defendendo porque não é proibido pelo direito natural e divino e se praticado convenientemente, de acordo com a moral cristã, não poderá ser considerado pecado (Alcoçer, p. 28-36).

Quatro séculos após Afonso X ideias semelhantes são defenidos por Filipe II de Portugal, na compilação de leis publicada em 1603, onde se defende serem os jogos de tabuleiro necessários ao lazer dos súbditos. O carácter intelectual e o culto destes jogos diferencia-os de todos os mais, que envolvem apenas a sorte e o azar e que levam a apostas e actividades consideradas ilícitas. Com o título: *Dos que jogam dados ou cartas ou as fazem ou vendem ou dão tabolagem, e de outros jogos defesos,* nas *Ordenações Filipinas* (liv.5, título 82) proíbe-se o jogo de cartas e de dados, com penas pecuniárias e degredo de um ano para África; quem fizer cartas ou dados falsificados, será açoitado publicamente e degredado dez anos para o Brasil. Penas já referidas anteriormente nas *Ordenações Manuelinas,* livro V, título 48. Entre estas penas tão severas, às quais acrescem as que castigavam quem tinha casas de jogo, sobressai a afirmação: «salvo se jogarem os jogos que em taboleiro se jogão com tabolas, os quaes lhe não vedamos, porque as pessoas tenhão com que se desenfadem» (*Ordenações Filipinas,* p. 1231).

Este carácter intelectual dado aos jogos de tabuleiro distingue-os dos outros que levavam ao vício e à perda de bens. Estes foram consecutivamente proibidos pelos monarcas nacionais. Observemos, por exemplo, uma lei de D. Afonso III, datada 1266, pela qual se determinava a aplicação da pena de morte aos que jogassem «jogo falso» ou se servissem de dados falsos ou chumbados (*Livro de Leis e Posturas*, p. 84).

D. Afonso IV proibia as «tavolagens» tanto nas praças públicas como às ocultas, impondo fortes penas a quem jogue (*Livro de Leis e Posturas*, p. 324-325 e 400-401). Em 1490, por ordem do rei D. João II, mandou-se reduzir a cinzas uma casa situada na Praça da Palha «…onde se dava jogo e praticavam actos escandalosos» (Oliveira, 1904, tomo XIV, p. 11, n. 11). A antiga Praça da Palha e Rua da Palha, situavam-se no limite norte da Rua dos Correeiros/Rua da Prata, perto da actual Praça D. Pedro IV (Rossio).

Mais tarde, Filipe II definia entre as obrigações dos quadrilheiros, o policiamento das *casas de tobolagem de jogo* que deveria ser feito com muito cuidado (*idem*, 1889, tomo V, p. 414).

Numa consulta da Câmara a D. João IV, datada de 1642, é referido um decreto do ano anterior onde se diz que o regedor da Casa da Suplicação «… chamasse os julgadores de vara da cidade, e, repartindo por elles os districtos, lhes encarregasse que, com toda a brevidade e recato, fizessem diligencias pelas casas de jogo e outros logares, onde costumavam acoutar os vadios, e os prendessem, levando-os ao Castello d'Almada» para serem degredados para a Índia (*Idem*, 1888, tomo IV, p. 469).

Na mesma obra, refere-se um documento datado de 1741 onde se diz: «…e em outro pedaço também de um quintal de D. Maria Joaquina, em que se acha um jogo de bola (…) sendo que o que poderá sentir a confinante, D. Maria Joa-

quina, será a falta que lhe fará o jogo da bola e cartas, que, quando não fora para se fazer obra tanto do agrado de Deus, se devia evitar e prohibir, pois não serve mais que de passatempo e refugio de vadios …» (*Idem*, 1904, tomo XIV, p. 11).

No entanto, como referimos anteriormente, nem todos os jogos eram proibidos. Citamos por exemplo a utilização do xadrez pelo rei D. João II, por indicação médica, jogo que, certamente, seria da predilecção da corte. Na *Crónica de D. João II*, Garcia de Resende refere que «quando el-rei hia para o Algarve, no tempo de seu fallecimento, diziam-lhe os fizicos que se guardasse de dormir de dia; e elle, por não dormir, jogou sempre na sexta o enxadrez» (ref. Viterbo, reed. 2004, p. 5).

Data também do século XVIII, concretamente de 1742, uma completa descrição de três jogos praticados em Portugal setecentista (Conde, 1998, p. 225). Com o título *Methodo Breve e Claro de jogar a Bilharda, Piam e Conca,* escrito pelo padre Francisco Monteiro do Colégio da Companhia de Jesus de Braga, é dedicado a D. José de Bragança, na altura Arcebispo de Braga, filho bastardo de D. Pedro II. Sousa Viterbo realça o facto de ser «escrito por um padre e dedicado a um arcebispo, que era ao mesmo tempo príncipe secular da Igreja, [o que] não deixa de oferecer certa originalidade» (Viterbo, *idem*, p. 4).

É um facto que a actividade lúdica constitui uma linha estruturante da própria sociedade. As alterações que se observam no tipo de jogos utilizados, nos locais onde se praticam ou na preferência que se presencia por parte dos vários escalões sociais, obriga a considerar estes jogos de tabuleiro como uma actividade denunciadora dos hábitos sociais e comportamentais de uma sociedade e constituem, de algum modo, um funcionamento mimético da própria sociedade.

5. O JOGO DO ALQUERQUE

Na identificação dos jogos de tabuleiro encontrados em Lisboa sobressai, pelo número de ocorrências registadas, o jogo do alquerque (cf. **Quadro n.º 1 e Gráfico n.º 1**). Este jogo surge na tradição portuguesa com um nome semelhante, mas com grafia diferente, fruto, pensamos, da evolução distinta do português e do castelhano no modo de proferir a palavra de origem árabe. O termo *alquerque* surge no *Libro de los Juegos* de Afonso X e tem sido utilizado pelos estudiosos de língua castelhana e pelos historiadores dos jogos a nível internacional. Em Portugal, o jogo é denominado por *alguergue,* e assim surge nos principais dicionários.

O padre Rafael Bluteau, na obra *Vocabulario Portuguez e Latino*, publicada entre 1712 e 1728, apresenta a definição de *alguergue* do seguinte modo: «Jogo de rapazes, com humas pedrinhas, a que chamão Arriofes. Arremeda este jogo ao das Damas. Dizem alguns, que Alguergue he palavra arabica, que vai o mesmo, que *Arrayal*, ou *Campo*, porque este jogo se faz sobre uma taboinha rayada, que tem diversos quadros, & nelles alguma semelhança com as linhas, ou arrayal de

N.º jogo	Tipo de jogo	Localização
1	Alquerque de 12	Sé de Lisboa – claustro
2	Alquerque de 9 ou jogo do moinho	Sé de Lisboa – claustro
3	Alquerque de 12	Sarcófago romano (Castelo de S. Jorge)
4	Alquerque de 12	Pátio D. Fradique – soleira
5	Alquerque de 12	Pátio D. Fradique – muro
6	Alquerque de 12	Pátio D. Fradique – muro
7	Alquerque de 12	Pátio D. Fradique – degrau
8	Alquerque de 12	Igreja de St.º Estêvão – banco exterior
9	Alquerque de 12	Igreja do Menino Deus – escadaria exterior
10	Alquerque de 3 ou 3 em linha	Igreja do Menino Deus – escadaria exterior
11	Alquerque de 12	Igreja do Menino Deus – escadaria exterior
12	?	Igreja do Menino Deus – escadaria exterior
13	Alquerque de 12	Palácio Penafiel – contexto arqueológico
14	Alquerque de 12	Castelo de S. Jorge – banco de jardim
15	Alquerque de 12	Castelo de S. Jorge – banco de jardim
16	Alquerque de 12	Castelo de S. Jorge – banco de jardim
17	Alquerque de 12	Castelo de S. Jorge – banco de jardim
18	Alquerque de 12	Castelo de S. Jorge – banco de jardim
19	Futebol de mesa	Castelo de S. Jorge – banco de jardim
20	Futebol de mesa	Castelo de S. Jorge – banco de jardim
21	Futebol de mesa	Castelo de S. Jorge – banco de jardim

Quadro 1 – Tabuleiros de Jogo em Lisboa – Identificação

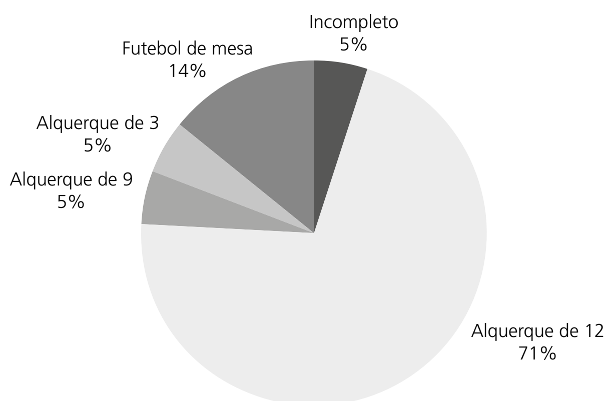


Gráfico 1 – Tabuleiros do jogo em Lisboa (%)

hum exercito bem ordenado. *Scrupulorum ludus*. Com estas palavras de Quintiliano chamão alguns ao jogo das Damas; a mim me parecem mais proprias para o jogo do alguergue, que se faz com pedrinhas, porque *scrupulus* he pedrinha. Chamão alguns a este jogo Algarve». Apresenta ainda o termo alguergue em contexto de lagar de azeite como «huma lagem redonda, sobre que descanção as ceiras, quando dentro dellas a azeitona se esta espremendo. *Saxum super quod olivae calcantur*» (Bluteau, vol. 1, p. 251).

Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol.1), o termo *alguergue* surge definido como: «Pedrinha para certo jogo como arriós ou astrágalo; o jogo que se faz com essas pedras; pedra do lagar de azeite em que assentam as seiras na ocasião de se espremerem». Os autores acrescentam a referência que provém do árabe *al-garg*.

Definição semelhante surge no *Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora: «1– Antigo jogo de pedrinhas sobre uma tábua riscada a modo de rosa-dos-ventos; 2 – Pedra de pequenas dimensões com que se fazem mosaicos; 3 – Pedra de lagar onde se colocam as seiras da azeitona. Do árabe *alquerq* – espécie de jogo com pedrinhas. Com a tradução para inglês como *tessera*, ou *mosaic*».

Deste modo, na língua portuguesa, o termo *alguergue* denomina um tipo de jogo e, simultaneamente, as pequenas peças que os romanos utilizavam na construção dos mosaicos. Identifica também a pedra circular dos lagares de azeite. Assim, a mesma palavra denomina tanto o jogo como as peças pois são comparáveis às pequenas pedras que compunham os mosaicos romanos. Não querendo minimizar o peso da tradição e a utilização popular do nome *alguergue*, optámos neste estudo por utilizar o termo *alquerque*. A denominação *alquerque* é utilizada internacionalmente pelos estudiosos da história do jogo, no seguimento da transcrição do termo de origem árabe para castelhano, e registada no *Libro de los Juegos* de Afonso X.

Neste livro, surge um capítulo dedicado ao jogo do Alquerque, este que se subdivide em cinco partes cada uma dedicada a um modo diferente de praticar este jogo: *I – Éste es ell Alquerque de Doze que juega con todos sus trebejos; II – El Juego que llaman de Cercar la Liebre que se juega otrossí en ell Alquerque de Doze; III – Éste es ell Alquerque de Nueve que se juega con dados, e juégasse* assí; *IV – De cómo se juega ell Alquerque de Nueve sin dados; e V – Éste es otro Alquerque de tres.* Cada uma destas partes contempla uma ilustração onde se representa o tabuleiro, posicionamento das peças e pessoas a jogar.

Os jogos gravados em pedra que apresentamos neste estudo surgem no *Livro de los Juegos* agrupados sob o nome de Alquerque, diferenciados em *Alquerque de Doze*, *Alquerque de Nove* e *Alquerque de Três.* Esta tipologia tem como base o número de peças atribuídas a cada jogador, não distinguindo as particularidades específicas do desenho do tabuleiro de cada um dos jogos.

Centremo-nos no estudo do *Alquerque de Doze*, praticado com ou sem dados. Este é o jogo gravado em pedra que mais encontramos em Lisboa. Realidade comum ao território nacional pois temos tabuleiros encontrados no claustro da Igreja de Santa Maria do Olival em Guimarães, na *Domus Municipalis* em Bragança, na Fonte das Bicas e na Igreja de Nossa Senhora do Soveral em Borba, ou no castelo de Vila Viçosa, (Catálogo da Exposição *Pedras que Jogam*, p. 13, 8, 6, 7 e 21, respectivamente) apenas para citar alguns exemplos que demonstram a sua distribuição por todo o território nacional.

No entanto, destacam-se os tabuleiros gravados na zona sul, como os que encontramos no Chafariz do Alandroal (Catálogo da Exposição *Pedras que Jogam*, p. 4) ou em vários locais de Monsaraz, onde, ainda hoje, a população pratica este jogo nos momentos de lazer e nos locais de maior sociabilidade. É comum, também na região sul, surgirem tabuleiros gravados nas pedras de entrada das igrejas ou junto a estas, testemunhos também do local de encontro, principalmente depois dos ofícios religiosos.

O jogo *Alquerque de Doze* pratica-se num tabuleiro quadrado, dividido em dezasseis quadrados, cujas linhas paralelas e perpendiculares que os atravessam, permitem vinte e cinco lugares onde se podem colocar as peças. As peças são em número de vinte e quatro divididas por duas cores, e cada jogador distribui doze no seu lado do tabuleiro. No *Libro de los Juegos* refere-se que este jogo sintetiza todos os jogos de xadrez, tabuleiro e dados, pois joga-se com atenção, as peças são semelhantes aos peões do xadrez e os dados são necessários para definir qual dos jogadores inicia a partida (Afonso X, p. 347-348).

Colocadas as doze peças de cada jogador, fica um lugar vazio no meio por onde se começa o jogo. O jogador que *tem a mão*, ou seja, o que joga primeiro ocupa-a pois tem, obrigatoriamente, de jogar para o lugar vazio. O segundo jogador põe a sua peça de onde saiu a primeira e retira aquela que moveu anteriormente passando sobre ela de uma casa para outra, a direito, segundo a linha do *alquerque*. Assim, se procede sucessivamente até serem eliminadas as peças de um jogador. Quem inicia o jogo, neste caso, não tem qualquer regalia, pois é obrigado a fazer a única jogada possível, enquanto que o que joga em segundo pode delinear estratégias (Afonso X, p. 348)

Um outro jogo pode ser praticado no tabuleiro do *Alquerque de Doze*, denominado por *Cercar a Lebre* (Afonso X, p. 349-350). Neste caso pratica-se com treze peças: doze iguais e uma diferente. Coloca-se a peça única no meio do tabuleiro e as outras doze ao acaso nos lugares de intercepção das linhas. Move-se em primeiro lugar a peça única e as outras em seguida. O objectivo não é retirar a peça mas tentar encerrá-la numa casa de modo que não tenha outra para onde ir. O jogador da peça única pode eliminar as do adversário, mas perde o jogo quando não se conseguir mover para nenhuma outra casa (Batermans, 1999, p. 19-28).

Durante um encontro de profissionais de ludotecas, em 1999, organizado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, houve a possibilidade de assistir à reconstituição de jogos tradicionais pelos seniores daquela localidade, no âmbito do projecto *A Escola Protege o Património*. Um dos jogos, praticado sobre um tabuleiro de alquerque, denominava-se o *Jogo da Raposa e das Galinhas*, onde uma «raposa» tentava apanhar as «galinhas» e estas tentavam encurralar a «raposa» num canto do tabuleiro. As peças haviam sido esculpidas em forma de palito com a parte superior em forma de cabeça de raposa ou de galinha, para encaixar nos pequenos orifícios abertos na intercepção das linhas do tabuleiro.

A origem do *Alquerque*, como referido no capítulo anterior, perde-se na memória e tem sido alvo de várias teorias consoante as áreas de investigação dos vários investigadores. R. C. Bell aponta a existência de sete diferentes tipos de tabuleiros de jogo encontrados no templo de Kurna no Egipto, construído cerca de 1400 a.C. Dois mil anos mais tarde um jogo chamado *Quirkat* é mencionado na obra árabe *Kitab-al Aghani* (*Livro das Canções*) compilação em vinte volumes de poemas e canções, com biografias dos compositores, efectuada por Abu al-Faraj al-Isfahani (897-967). Quando os mouros invadiram a Espanha trouxeram «El-quirkat» com eles, e irá seguir no manuscrito de Afonso X com o nome de Alquerque (Bell, vol. 1, p. 47).

No entanto, a história deste jogo não se apresenta assim tão simples, principalmente devido ao facto de surgirem referências aos mesmos jogos simultaneamente em várias civilizações, em espaços geográficos díspares. Com pequenas alterações, nomeadamente a introdução de um ou dois triângulos em lados opostos do tabuleiro, a base gráfica mantém-se em povos diversificados.

O jogo é o mesmo, variando apenas o nome das peças: no Perú as peças representam o puma e os carneiros; na Índia, tigre e cabras; na China, o senhor feudal e os camponeses; nos países nórdicos a raposa e os gansos, no Brasil, a onça e os cachorros (Maurício Lima, 2005). Uma peça solitária representa um animal ou um homem poderoso e as outras peças são mais fracas, mas numerosas.

No *Dicionário de Jogos* refere-se um jogo denominado *Mughal Pathan*. Originário da Índia é praticado num tabuleiro de alquerque com «duas orelhas» (Alleau, p. 350). O mesmo jogo chama-se no Sri Lanka *Bewakam Keliya* ou o jogo da guerra e joga-se num diagrama semelhante com dezasseis peões que representam soldados (*idem*, p. 351). No Afeganistão, pratica-se actualmente com o nome de *leopardo* (Botermans, 1999, p. 29-30).

Este tipo de tabuleiro em forma de *tabula ansata* que surge como originário do oriente, aparece com frequência no universo nacional de jogos gravados em pedra. Mais uma vez, a necessidade de novos estudos torna-se urgente de forma a delinearem-se conclusões definitivas. Tão popular em Portugal ao ponto de

ainda ser utilizado pelos habitantes de Monsaraz, deverá ser portador de uma história riquíssima de contactos entre povos, de permanências lúdicas e efectivas na sociologia das populações. Em Lisboa encontram-se na escadaria da Igreja do Menino Deus e no Pátio D. Fradique. Em território nacional registam-se, entre muitos outros, na Igreja de Nossa Senhora do Soveral em Borba, no Castelo de Vila Viçosa (*Pedras que Jogam*, p. 7 e 21 respectivamente) e, principalmente, em Monsaraz, onde já se conhecem uma dezena de tabuleiros.

Com o nome *Fanorona*, pratica-se em Madagáscar, num tabuleiro que corresponde à união de dois tabuleiros de alquerque. Neste caso, cada jogador controla vinte e duas peças, e tenta eliminar as do adversário. O jogador que ficar sem peças perde a partida. O jogo foi utilizado na corte de Madagáscar nas previsões do futuro. Conta-se que, quando os franceses cercaram a capital em 1895, a rainha e os seus conselheiros escolheram dois especialistas para que jogassem uma partida oficial de *fanorona*. A esperança de uma vitória final assentava mais no resultado deste jogo que nos esforços do próprio exército (Botermans, 1999, p. 287-292)

O *Alquerque de Nove* pratica-se num tabuleiro no qual foram desenhados três quadros ligados por linhas. Pratica-se com ou sem dados, e com dezoito peças, nove de cada cor (Afonso X, p.351-352). O tabuleiro também surge em forma circular «ó juegan las tablas que son fechas en derredor del tablero cab aquellas que dizen barras o en las que son cavadas a manera de media rueda de carro» (Afonso X, p. 351). A forma em círculo poderá explicar o nome de *Jogo do Moinho*, aplicado ao Alquerque de Nove, pela semelhança com as velas dos moinhos de vento ou com as rodas das azenhas.

Também de origem remota, este jogo é comum a várias sociedades e múltiplos locais. Conhecido na Europa por vários nomes: *Mill* ou *Morris* no Reino Unido, *Mérelles* na França, *Morels* na Espanha, *Mühle* na Alemanha, *Molle* na Noruega, estará na origem dos ainda actuais jogos de Três em Linha, cujo popular Jogo do Galo é prova desta situação (Parlett, 1999, p. 109-118).

Alguns estudiosos dizem que o nome do jogo vem duma palavra do francês antigo, *merel*, que designava moeda ou marca. A palavra *morris* pensa-se ser uma evolução da palavra francesa. Outra teoria defende que a palavra *morris* poderá ser uma corrupção da palavra *mouro* (ou *moor* em inglês), nome do povo que poderá ter sido o responsável pela difusão deste jogo (*id. ibid.*).

R.C. Bell refere a existência de tabuleiros de Alquerque de Nove no Egipto, no Sri Lanka, Irlanda, Noruega e em catedrais de cidades inglesas como Norwich, Canterbury, Gloucester, Salisbury ou Westminster (Bell, 1979, vol. 1, p. 92). Este autor salienta a grande popularidade que este jogo teve durante o século XIV, surgindo soberbas ilustrações em manuscritos italianos desenhados para uso da corte (*Idem*, vol. 1, p. 94).

No Sri Lanka encontram-se dois tabuleiros de jogo em Minhintale. Pensa-se terem sido ali colocados pelos pedreiros que construíram larga escadaria durante o tempo de Mahadathika Maha-Naga, entre o século IX e século XII. No Sri Lanka o desenho do tabuleiro usava-se como talismã contra os malefícios (Botermans, 1999, p. 9-10).

O Alquerque de Nove tem como objectivo colocar três peças numa mesma linha. Quando tal acontece o jogador elimina uma peça do adversário (Afonso X, pp. 353-354). Tal como acontecia para o Alquerque de Doze, também para o de Nove, o *Libro de Los Juegos* apresenta estratégias e jogadas. Para este jogo é referida a vantagem de quem inicia primeiro o jogo, pois as peças são colocadas uma a uma, à vez por cada jogador. (*idem*, p. 354).

Encontramos este tabuleiro de jogo no claustro da Sé de Lisboa entre muitos outros que foram localizados em território nacional. Entre eles destacamos os que se encontram numa base de coluna no claustro da Sé de Viseu, nas muralhas do castelo de Lamego, na cidade romana de Conímbriga, num elemento pétreo solto, na vila de Longroiva ou em Mértola (Catálogo da Exposição *Pedras que Jogam*, p. 12, 14, 22, 23 e 25, respectivamente).

Encontram-se também estudados tabuleiros desenhados em pedras reaproveitadas em construções feitas posteriormente, como os que se registam na igreja de Alcongosta, ou nas capelas de São Miguel em Monsanto e do Espírito Santo em Penha Garcia (Fernandes, Alberto, 2009) ou, *in situ*, os que se podem observar nos afloramentos rochosos no cimo do castelo de Idanha-a-Nova ou por detrás da capela de São Miguel em Monsanto (*idem*, 2009).

O tabuleiro de alquerque surge ainda na versão de Alquerque de Três. Neste caso o tabuleiro circunscreve-se a um quadro dividido por duas linhas perpendiculares e duas perpendiculares. Pratica-se com seis peças, três de cada cor, com o objectivo de conseguir colocar três em linha. (Afonso X, p. 355-356). Estamos perante o familiar mais próximo do Jogo do Galo.

Encontramos este tabuleiro gravado na escadaria da Igreja do Menino Deus em Lisboa, bem como, em território nacional, no claustro da Igreja de Santa Maria do Olival em Guimarães, ou no afloramento rochoso junto ao Moinho do Pinheiro em Montemor-o-Novo (Catálogo da Exposição *Pedras que Jogam*, p. 13 e 18 respectivamente).

5. O FUTEBOL DE MESA

No levantamento de jogos gravados em pedra da cidade de Lisboa, encontramos junto a um tabuleiro de Alquerque de Doze no Castelo de São Jorge, gravado numa pedra hoje utilizada como banco, três tabuleiros que representam campos de futebol e que se encontram colocados noutros tantos bancos. Não

quisemos deixar de os descrever neste estudo, pela originalidade, pois são os primeiros a serem encontrados com esta tipologia e, por outro, por marcarem a permanência da gravação em pedra de jogos, qualquer que seja a sociedade e o tempo que o produziu.

Como referido no catálogo, pensamos tratar-se de um campo para jogar futebol, que seria praticado com os elementos próprios do *Subbuteo*, ou com caricas. Nos anos 80 do século passado por várias vezes certas empresas de refrigerantes imprimiram no interior das suas caricas fotografias de jogadores de futebol, com o objectivo dos consumidores coleccionarem e formarem as suas equipas favoritas. Estas caricas eram depois jogadas com os dedos, no solo ou em campos improvisados.

O *Subbuteo*, jogo de mesa simulando uma partida de futebol, era comercializado com o campo e os jogadores, podendo o interessado escolher a equipa da sua preferencia. Existia no mercado um rol de equipas a fim de poder satisfazer os interesses clubísticos dos interessados, bem como acessórios como painel marcador dos golos, bancadas a até torres de iluminação do campo. (Markl, 2010, p. 88-89).

Este jogo concebido por Peter Adolph (1916-1994) com o nome *Hobby*, tomou a designação comercial de *Subbuteo* derivado do nome latim da ave de rapina *Falco Subbuteo*. Começou a ser comercializado em 1947 no Reino Unido e, em Portugal, foi lançado em 1972, com licença da *Sports Games* (Horta, 2011). Em 1981, existiam pelo menos trinta equipas portuguesas representadas nas equipas de *Subbuteo* (Upton, 2011). O jogo mantém ainda hoje grande quantidade de adeptos com realização de campeonatos nacionais e participação de portugueses em provas internacionais[5].

Poderia ser este o jogo praticado nos bancos do Castelo de São Jorge, no entanto, o único dado concreto que dispomos é tratar-se de um campo de futebol representado em escala reduzida, com a apresentação de áreas do meio campo, balizas, etc., que permite datá-lo como posterior a 1888, data em que o futebol começou a ser praticado em Portugal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer história do jogo é fazer história da humanidade, pois desde muito cedo surgem referências iconográficas a actividades lúdicas. Caminhando entre a Antropologia Cultural e a Etnologia, a história do jogo vai adquirindo a sua ori-

[5] Os calendários das competições e classificações actualizadas, bem como aspectos curiosos e de história do jogo, estão disponibilizados em *blogs* como *A Tribo do Piparote, Livre Indirecto On-line,* e no sítio da *Associação Portuguesa de Subbuteo.* Actualmente o *Subbuteo* é comercializado internacionalmente pela Hasbro, encontrando-se disponível no mercado nacional jogadores com as cores da selecção portuguesa .

ginalidade no estudo diacrónico das manifestações lúdicas fruto das várias sociedades humanas. Se o lúdico é inerente ao homem e fundamental ao seu desenvolvimento físico e psicológico, os jogos surgem como formas de apreender toda esta realidade que rodeia o ser humano (Huizinga, 1971). E é precisamente neste aspecto que colocamos a tónica na ligação entre o jogo e o religioso, o lúdico e o simbólico. É a destreza do jogador, o imaginar para além do óbvio, o posicionamento pensado das peças, que traça o destino de um vencedor e que o conduz ao culminar triunfal de uma partida, fazendo-o participar, de algum modo, numa faceta mágica da vitória.

São esses preceitos das regras que definem um vencedor: a sua paciência, o seu calculismo e perseverança, mas é também a envolvente que preconiza, para alguém, uma vitória ou uma derrota. Aspectos externos ao jogo pesam no desfecho final e o local físico, a orientação do tabuleiro, a luz e o vento, constituem-se como factores que podem alterar essas regras, condicioná-las ou redefini-las.

O local onde se joga é sempre importante, e é precisamente pelo facto de alguns locais congregarem essas forças telúricas – por regras que o homem não consegue explicar – que se elegem determinadas localidades ou pontos de paragem. Quando uma mensagem é inscrita num local, seja num penedo, seja numa árvore onde se escreve o nome, nunca essa gravação permanece sozinha. É um desejo de repetir e de perpetuação que leva a considerar um determinado local como detentor de uma mágica, que explica a razão de se multiplicarem os símbolos, signos, desenhos, riscos … que certos locais ostentam.

Esta relação entre jogo e sociedade, foi cabalmente interpretada por Roger Caillois ao afirmar que «A estabilidade dos jogos é notável. Os impérios e as instituições desaparecem, os jogos ficam, com as mesmas regras e, por vezes, com as mesmas peças (…). Constância e universalidade completam-se e surgem como tanto mais significativas quanto os jogos mais dependem das culturas em que são praticados» (1990, p. 101). O autor vai ainda mais longe ao afirmar que «Não seria absurdo esboçar o diagnóstico de uma civilização a partir dos jogos que nela prosperam de uma forma especial. De facto, sendo os jogos factores e imagens de cultura, daí decorre que, em certa medida, uma civilização e, no seio de uma civilização, uma época, pode ser caracterizada pelos seus jogos» (*idem*, p. 102).

Esta premissa seria impossível de realizar relativamente à cidade de Lisboa como em relação à sociedade portuguesa. O embrionário estado da investigação neste domínio impede o estabelecimento de considerações gerais ou particulares sobre o mundo do lúdico na sociedade portuguesa.

O levantamento dos tabuleiros de jogo gravados em pedra tem vindo a ser realizado ao longo dos últimos anos. Uma das primeiras apresentações

dos resultados desse trabalho foi a organização de uma exposição temporária, depois transformada em exposição itinerante, da qual também resultou o respectivo catálogo e Cd-Rom interactivo (Carreiras, Alberto, Fernandes, 2004). Esta exposição, intitulada *Pedras que Jogam – Jogos de Tabuleiro de outras Épocas*, que teve lugar entre 29 de Abril a 23 de Junho de 2004, foi realizada em parceria entre o Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e o Museu da Cidade da Câmara Municipal de Lisboa (Divisão de Museus e Palácios/D.P.C.).

Esta exibição reuniu cerca de cinquenta tabuleiros de jogo, numa amostragem significativa da realidade nacional, divulgando um património cultural e social que continua vivo até hoje, perpetuando tradições lúdicas com origem em épocas recuadas.

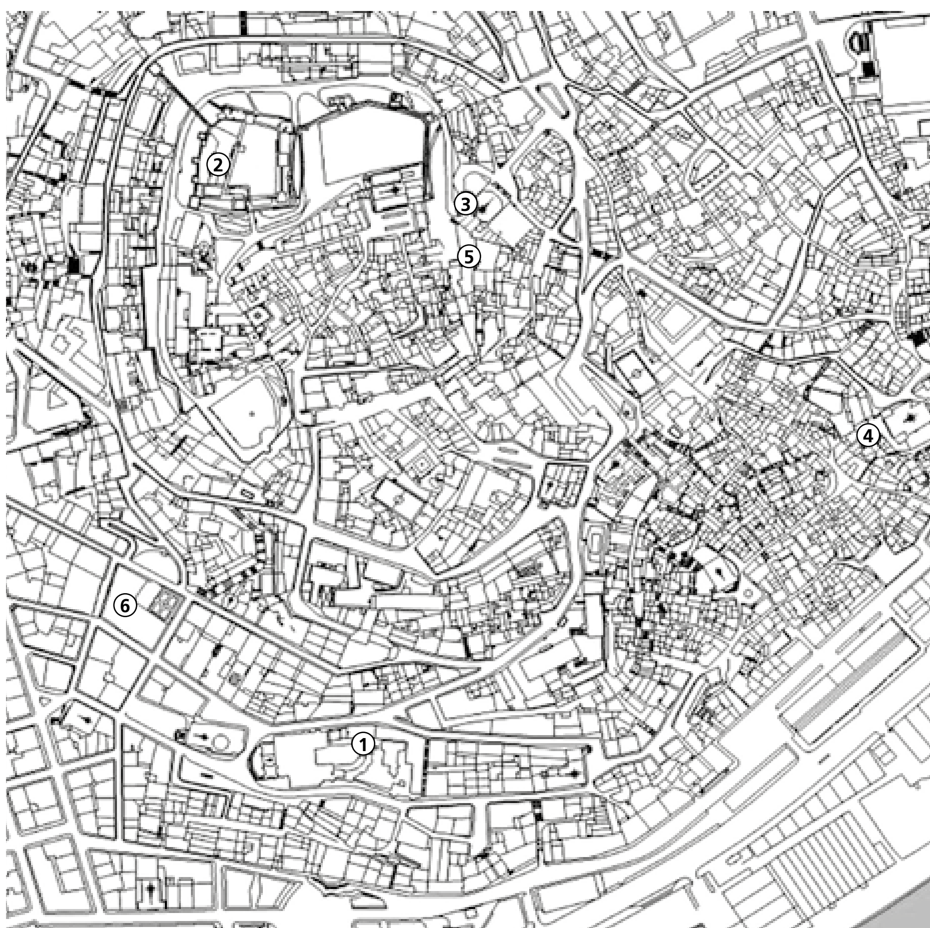


Fig. 16 – Mapa de distribuição dos jogos de tabuleiro na cidade de Lisboa.
1 – Sé Catedral; 2 – Castelo de S. Jorge; 3 – Prátio D. Fradique; 4 – Igreja St.º Estevão; 5 – Igreja Menino Deus; 6 – Palácio Penafiel

A originalidade e interesse suscitado pelo levantamento que temos estado a realizar, contribuiu para que, nos últimos anos, uma equipa multidisciplinar de investigadores, coordenada por Jorge Nuno Silva se dedicasse mais intensamente ao estudo do jogo em território nacional. Actualmente, encontra-se a ser desenvolvido *o* Projecto *História dos Jogos em Portugal*, com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Projecto intitulado *História dos Jogos em Portugal* (PTDC/HCT/70823/2006). Esta investigação visa, no âmbito do estudo dos tabuleiros de jogo, inventariar, catalogar e estudar as práticas de jogo em Portugal ao longo do tempo.

Neste contexto, apresentamos agora este trabalho, exclusivamente dedicado ao levantamento dos tabuleiros de jogo da cidade de Lisboa. É sintomático o facto destes tabuleiros se concentrarem na parte antiga da cidade, concretamente na zona de Alfama e Castelo, sendo que estes espaços se constituem como lugar onde as convivências de vizinhança ainda hoje mais se manifestam (Fig. 22).

Do exposto, podemos extrair pelo menos dois dados conclusivos inovadores. Por um lado, o facto de se encontrar em larga maioria o jogo do alquerque, o que é bem evidente no **Quadro n.º 1** e **Gráfico n.º 1**. Para além deste facto, são todas as variantes do jogo do alquerque que se encontram presentes o que corresponde a distintos tipos de jogo que podem ser englobados sob esta designação, ou seja: o alquerque de doze, o alquerque de nove (ou jogo do moinho), o alquerque de três (ou três em linha). Isto indica uma clara preferência por este tipo de jogo em desprimor de outros.

Por outro lado, regista-se o aparecimento, pela primeira vez, da representação em pedra, de um campo de futebol, facto que, apesar de cronologicamente ser muito próximo de nós, não deixa de ser interessante e invulgar no panorama nacional. Estes tabuleiros de um campo de futebol confirmam, também eles, a permanência do lúdico nos locais de maior sociabilidade e o interesse por esta nova «actividade desportiva» ao ponto de ficarem registados na pedra três tabuleiro de jogo.

Mas um dos aspectos mais relevantes é, sem dúvida, os locais onde estes tabuleiros aparecem. Se observarmos o **Gráfico n.º** 2, constatamos que o maior número de exemplares é gravado na rua/espaço público. Este facto é considerado normal pois é na rua onde a população se congrega e onde estabelece relações de convívio. No entanto, os tabuleiros de jogo que se vêm gravados em igrejas, quer nos degraus de acesso quer em área muito próxima, demonstram que estes edifícios religiosos pautaram a vida de uma comunidade, constituindo-se como núcleos agregadores do ponto de vista mental.

Pelos inúmeros exemplos que temos vindo a recolher, e pelo que ficou expresso ao longo deste trabalho, parece evidente que, desde muito cedo e durante largos séculos (cf. **Quadro n.º 2**), o jogo, ou pelos menos alguns tipos de jogo,

foram permitidos e incentivados pela igreja, a tal ponto que, traçar estes tabuleiros em espaços religiosos não parece nunca ter constituído um obstáculo, antes tolerado, consentido e porventura incentivado.

N.º jogo	Tipo de jogo	Local	Contexto cronológico
1	Alquerque de 12	Sé de Lisboa	Séc. XIV/XV ?
2	Alquerque de 9 ou jogo do moinho	Sé de Lisboa	Séc. XIV/XV ?
3	Alquerque de 12	Sarcófago romano (Castelo de S. Jorge)	Séc. XI/XIII ?
4	Alquerque de 12	Pátio D. Fradique	Inícios séc. XX ?
5	Alquerque de 12	Pátio D. Fradique	Inícios séc. XX ?
6	Alquerque de 12	Pátio D. Fradique	Inícios séc. XX ?
7	Alquerque de 12	Pátio D. Fradique	Inícios séc. XX ?
8	Alquerque de 12	Igreja de St.º Estêvão	Anterior a 1940
9	Alquerque de 12	Igreja do Menino Deus	Posterior a 1711
10	Alquerque de 3 ou 3 em linha	Igreja do Menino Deus	1.ª metade séc. XVIII
11	Alquerque de 12	Igreja do Menino Deus	Posterior a 1711
12	?	Igreja do Menino Deus	Posterior a 1711
13	Alquerque de 12	Palácio Penafiel – contexto arqueológico	Séc. XIX / inícios séc. XX
14	Alquerque de 12	Castelo de S. Jorge	Séc. XIX / inícios séc. XX
15	Alquerque de 12	Castelo de S. Jorge	Séc. XIX / inícios séc. XX
16	Alquerque de 12	Castelo de S. Jorge	Séc. XIX / inícios séc. XX
17	Alquerque de 12	Castelo de S. Jorge	Séc. XIX / inícios séc. XX
18	Alquerque de 12	Castelo de S. Jorge	Séc. XIX / inícios séc. XX
19	Futebol de mesa	Castelo de S. Jorge	Séc. XIX / inícios séc. XX
20	Futebol de mesa	Castelo de S. Jorge	Séc. XIX / inícios séc. XX
21	Futebol de mesa	Castelo de S. Jorge	Séc. XIX / inícios séc. XX

Quadro 2 – Tabuleiros de Jogo em Lisboa – Cronologia

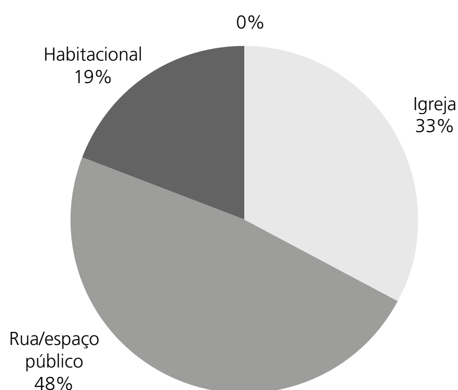


Gráfico 2 – Tabuleiro de jogo em Lisboa (%)

BIBLIOGRAFIA

ALCOÇER, F. (1559) – *Tratado del Juego, en el qual se trata copiosamente quando los jugadores pecan, y son obligados a restituyr assi de derecho divino como de derecho comun, y del Reyno, y de las apuestas, suertes, torneos, justas, juegos de cañas, toros y truhanes con otras cosas provechosas y dignas de saber.* Salamanca: Casa de Andres de Portonaris. 350 p.

ALLEAU, R., dir. (1973) – *Dicionário de Jogos.* Porto: Editorial Nova. 518 p.

ALVARENGA, M. (2011) – *Jogos Antigos* [Em linha]. [S.l.:s.n.] [Consult. 7 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW: <URL:http:// www.jogos.antigos.nom.br>.

ARAÚJO, N. (1992) – *Peregrinações em Lisboa.* 2.ª edição. Lisboa: Veja. 8 vols.

AVEDON, E. (2010) – *Virtual Museum of Games* [Em linha]. Ontário: University of Waterloo. [Consult. 7 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW: <URL:http:// www.gamesmuseum.uwaterloo.ca>.

BANCO, R. (2005) – Enquadramento Histórico-artístico da Igreja e Convento do Menino de Deus. In *Reabilitação Urbana – Intervenção de Conservação e Restauro da Igreja do Menino de Deus*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. p. 85-94.

BARREIRA, C. G. (1993) – *Jogos Tradicionais.* Horta: [s.n.]. 156 p. Edição do autor.

BELL, R. C. (1979) – *Board and Table Games from many Civilizations.* New York: Dover Publications Inc. 2 vols.

BERGER, F. (2004) – From circle and square to the image of the world: a possible interpretation for some petroglyphs os merels boards. *Rock Art Research.* 21: 1, p. 11-25.

BLUTEAU, R. (1712-1728) – *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero …*, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. 10 vols.

BOTERMANS, J.; BOTERMANS, N.; MEIJER, Z.(1999) – *O Mundo dos Jogos.* Barcelona: Altaya. 2 vols.

CAILLOIS, R. (1990) – *Os Jogos e os Homens – a Máscara e a Vertigem.* Lisboa: Edições Cotovia. 228 p.

CARREIRA, A.; ALBERTO, E. FERNANDES, L. (2004) – *Catálogo da Exposição Pedras que Jogam – Jogos de tabuleiro de outras épocas*. Lisboa: Departamento de Matemática da F. C. U. L.; Museu da Cidade, CML, 32p.

CARVALHO, A. R.; FARIA, J. C. (2001) – Fragmento de um tabuleiro de jogo de «Alquerque de Nove» proveniente do Castelo de Alcácer do Sal. *Arqueologia Medieval*. Porto. 7, p. 211-215.

CATARINO, H. (1997-1998) – O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento Rural e povoamentos fortificados. *Al'-Ulyã: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*. Loulé. 6:1, p. 15-517; 2, p. 525-1007; 3, p. 1013-1306.

CONCEIÇÃO, M. A. S. [s.d.] – *Jogos Medievais de Tabuleiro*. Guimarães: Museu de Alberto Sampaio, Guimarãres. p. 1-31. Texto policopiado.

CONDE, A. F. (1998) – O Espaço do Lúdico na Sociedade e Cultura Portuguesa do século XVIII: D. José de Bragança, Arcebispo de Braga. *Eborensis. Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora.* X: 21-22, p. 223-244.

COSÍN CORRAL, Y.; GARCÍA APARICIO, C. (1998) – Alquerque, Mancala y Dados – juegos musulmanes en la ciudad de Vascos. *Revista de Arqueologia.* Madrid. 201, p. 38-47.

COSTAS GOBERNA, F. J. (2009) – *As Pedras e os Xogos. A orixe dos taboleiros de xogo galegos.* Vigo: Instituto de Estudios Vigueses. 255 p.

COSTAS GOBERNA, F. J.; HIDALGO CUÑARRO, J. M. (1997) – *Los Juegos de Tablero en Galicia. Aproximación a los juegos sobre tableros en piedra desde la Antiguedad Clásica al Medievo*. Vigo: Celticar. 62 p.

DÍEZ DE REVENGA, F. X., ed. (2006) – *Alfonso X El Sábio*. *Obras: Seleccion*. Múrcia: Real Academia Alfonso X El Sábio. 312 p.

DICIONÁRIO de Língua Portuguesa (2011) [Em linha]. Porto: Porto Editora. [Consult. 14 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW: <URL:http:// www.infopedia.pt>.

FERNANDES, L.; ALBERTO, E. (2009) – Sobre os jogos gravados em pedra do Distrito de Castelo Branco [Em linha]. *Revista Açafa On Line*. Vila Velha de Ródão: 2, 30 p. [Consult. 25 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW: <URL:http://www.altotejo.org>.

FERNADNES, L.; ALBERTO, E. (2011) – Playing with stones: stone-carved boardgames in Portugal. In «XIVth Colloquium of Board Games Studies». Bruges: KHBO (no prelo).

FERNANDES, L.; SILVA, J. N. (2011) – Nine Men's Morris in the Roman Temple of Évora – South Portugal. In «XIVth Colloquium of Board Games Studies». Bruges: KHBO (no prelo).

FERNANDES, P. A. (2006) – O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura cheia de imperfeições? *Murphy. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. Coimbra. 1, p. 18-69.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (1997) – Alquerque de nueve e tres en raya. Juegos romanos documentados en Mulva (Sevilla). *Revista de Arqueologia*. Madrid. 18:193, p. 26-35.

FINKEL, I. L., (2007) – *Ancient Board Games in Perspective*. Londres: British Museum Press. 352 p.

FONSECA, A. L. G. (2006) – *Subbuteo* [Em linha]. [S.l: sn]. [Consult.4 Fevereiro 2011]. Disponível em http://subbuteo.no.sapo.pt/2.html

FOUQUIÈRES, L. B. de (1869) – *Les jeux des Anciens*. Paris : C. Reinwald. 460 p.

FOURNIER, E. (1889) – *Histoire des jouets et des jeux d´enfants.* Paris: Dentu. 350 p.

FRAZÃO, F. (2010) – *História das Cartas de Jogar em Portugal e da Real Fábrica de Cartas de Lisboa – Do séc. XV até à actualidade.* Lisboa: Apenas Livros. 287 p.

GOMES, P. V. (2005) – A arquitectura: um tipo único de igreja. A importância da planta centralizada da Igreja do Menino Deus. In *Reabilitação Urbana – Intervenção de Conservação e Restauro da Igreja do Menino de Deus*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. p. 95-104.

GONZÁLEZ CORDERO, A. (1999/2000) – Los grabados de tradición lúdica em Extremadura (España). In *Ibn Maruan Revista Cultural do Concelho de Marvão.* Marvão.9/10, p. 365-390.

HENRIQUES, F. (1996) – A Festa do Espírito Santo no Ladoeiro e no Sul da Beira Interior. *Revista Açafa*. Vila Velha de Ródão. 1, p. 174--253.

HENRIQUES, F.; CANINAS, C.; HENRIQUES, A. (1982) – Levantamento de algumas gravações antigas sobre rocha do sul da Beira Anterior. In *Revista Beira Alta*. Viseu. 41: 3, p. 703-715.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; AZEVEDO, L.; MONTEIRO, M., (2009) – Antiguidades de Cardosa e Moradal. *Cardo Boletim Cultural e Informativo*. Oleiros.1, p. 2-16.

HORTA, L. F. (2011) – História do Subbuteo em Portugal. *Livre Indirecto On Line – Notícias Nacionais e Internacionais de Futebol de Mesa e Subbuteo em Língua Portuguesa* [Em linha]. [S.l.: s.n.]. [Consult. 11 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW: <http://livreindirecto2.blogs,sapo.pt> .

HUIZINGA, J. (1971) – *Homo Ludens. O jogo como elemento da cultura.* São Paulo: Universidade de São Paulo. 243 p.

JOGOS do Mundo (2004). Porto: Associação de Professores de Matemática. 138 p.

LAS SIETE PARTIDAS del Rey Don Affonso el Sabio, cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia (1807). Madrid: Imprenta Real. 3 vols.

LIMA, M.; BARRETO, A. (2005) – *O Jogo da Onça.* São Paulo: Panda Books. 56 p.

LÓPEZ PÉREZ, A. (2003) – El origen del juego ajedrez. *Revista de Arqueologia*. Madrid. 24: 263, p. 32-37.

LOUREIRO, MATINHA [s.d.] – *Tabuleiros de Jogo Medievais – levantamento arqueológico e Interpretação*. [S.l.: s.n.]. p. 1– 84. Texto policopiado.

MACIAS, S. (1996) – *Mértola Islâmica – Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova – sécs. XII-XIII*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola. 204 p.

MARKL, N. (2010) – *Caderneta de Cromos.* Carnaxide: Editora Objectiva. 224 p.

MAY, R. (1991a) – Les jeux d'osselets. In *Jouer dans l'Antiquité*. Marselha: Musées de Marseille. p.100-103.

MAY, R. (1991b) – Les jeux d'adresse et de hasard en Gréce et Rome. In *Jouer dans l'Antiquité*. Marselha: Musées de Marseille. p. 89-91.

MONUMENTOS e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa (1973). Lisboa: Junta Distrital de Lisboa. Vol. 1, 63 p.

NÉRAUDAN, J.-P. (1991) – Les jeux de l'enfance en Gréce et Rome. In *Jouer dans l'Antiquité*. Marselha: Musées de Marseille. p. 44-48.

NUNES, J. C.; PEREIRA, A. N.; BARROS, A. M. (1959) – *A Pedra Letreira.* Góis: Câmara Municipal de Góis. 37 p.

OLIVEIRA, E. F. de (1882-1911) – *Elementos para a História do Município de Lisboa.* Lisboa: Tipografia Universal. 17 vols.

ORELLANA CALDERÓN, R., ed. (2007) – *Alfonso Y El Sabio – Libro de los Juegos: Acedrex, Dados e Tablas. Ordenamiento de las Tafurerías.* Madrid: Fundación José Antonio de Castro. 405 p.

ORDENAÇÕES Filipinas (1999). 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 5 vols. Edição fac-similada.

ORDENAÇÕES Manuelinas (1984). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 5 vols. Edição fac-similada.

OVÍDIO (2006) – *Arte de Amar.* Trad., int. e notas de Carlos Ascenso André. 2.ª ed. Lisboa: Livros Cotovia. 128 p.

PAOLI, U. E. (1955) – *Vita Romana. La Vie Quotidienne dans la Rome Antique*. Bruges: Desclée de Brouwer. 494 p.

PARLETT, D. (1999) – *The Oxford History of Board Games.* Oxford: Oxford University Press. 386 p.

PEDRO, I.; VAZ, J. L. I.; ADOLFO, J. (1994) – *Roteiro Arqueológico da Região de Turismo Dão-Lafões*. Viseu: Região de Turismo Dão-Lafões. 206 p.

PETRÓNIO (2005) – *Satyricon*. Versão portuguesa de Delfim F. Leão. Lisboa: Livros Cotovia. 342 p.

PONTE, S. da (1986) – Jogos Romanos de Conímbriga. *Conimbriga.* Coimbra. 25, p. 131-141.

PONTE, S. da (1999) – Jogos e Passatempos romanos. *Castrelos – Revista do Museo Municipal Quiñones de Leon.* Vigo. 12, p. 141-168.

PONTE, S. da (2008) – *Jogos e Passatempos Romanos.* Lisboa: Apenas Livros. 40 p.

PONTE, S. da (2000) – Abordagem ao brinquedo, ao jogo e ao passatempo durante o domínio romano na província da Lusitânia. In *Crianças de Hoje de Ontem no Quotidiano de Conímbriga – Catálogo.* Maia: Instituto Português de Museus; Museu Monográfico de Conímbriga. p. 45-51.

SILVA, A. V. da (1944) – *Epigrafia de Olisipo: Subsídios para a história de Lisboa Romana.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 331 p.

SILVA, A. V. da (1937) – *O Castelo de S. Jorge em Lisboa: Estudo Histórico-Descriptivo.* Lisboa: Tip. Empresa Nacional de Publicidade. 180 p.

SILVA, C. T. da – Gravuras Rupestres inéditas da Beira-Alta. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas – 1977*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 1, p. 167-184.

SILVA, C. T. (1989) – Gravuras rupestres de Ferronhe (Viseu). In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu.* Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu. p. 283-288.

SILVA, C. (1896) – *Real Casa Pia de Lisboa – Breve História da sua Fundação, Grandeza e Desenvolvimento de 1780 até ao Presente.* Lisboa: Tip. Brito Nogueira. 189 p.

SILVA, N. E. G., pref. (1971) – *Livro de Leis e Posturas.* Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. 509 p.

SUETÓNIO (2007) – *Os Doze Césares.* Lisboa: Assirio & Alvim. 415 p.

UPTON, p. [S. d.]– The Team Colours Project. *Subbuteo Tribute Webside* [Em linha]. [S.l.: s.n.]. [Consult. 8 Março 2011]. Disponível em WWW: <URL:http://www.peter-upton.co.uk>.

VASCONCELOS, J. L. de (1981) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 3 vols. Edição fac-similada da 1.ª edição.

VIEIRA, C. J. C. (1998) – *Capitéis de Ara do Municipium Olisiponense.* Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2 vols. Dissertação de Mestrado em História de Arte. Texto policopiado.

VITERBO, S. (2004) – *Jogos Portugueses*. Lisboa: Apenas Livros. 12 p.

Normas de redacção

1. Apresentação do texto

Original impresso e em disquete tendo em consideração o seguinte:

1.1. Texto em ficheiro Word.

1.2. Texto batido a 2 espaços.

1.3. Parágrafos recolhidos.

1.4 Resumos, bibliografia e legendas das ilustrações, em páginas à parte.

1.5. Resumo em português que o editor fará traduzir para língua inglesa. Se o autor preferir apresentar o resumo em língua francesa, o editor não se responsabiliza pela tradução.

1.5.1. A seguir aos resumos incluir até 5 palavras-chave que caracterizem o conteúdo do artigo.

1.6. A revista utiliza o sistema de notas infrapaginais e bibliografia no final do artigo.

1.6.1. As notas incluirão apontamentos breves e questões relacionadas com o texto original, sendo numeradas sequencialmente com números em expoente.

1.6.2. A bibliografia no final do artigo é impressa em duas colunas e é uma listagem organizada por ordem alfabética de todos os autores citados ao longo do texto. Os autores espanhóis devem ser referenciados pelo penúltimo apelido.

1.7. Cada original deverá apresentar a seguinte uniformização de critérios no que respeita a:

1.7.1. Título do artigo. Exemplo:

A propósito do reaproveitamento de algumas placas de xisto gravadas da região de Évora

1.7.2. Subtítulo (1). Exemplo:
1. ESTUDO DE COLECCÇÕES

Subtítulo (1.1). Exemplo:
1.1. Antas da Mitra

Subtítulo (1.1.1). Exemplo:
1.1.1. A placa MEV 5230

1.8. Assinalar no texto o local ideal para entrar cada ilustração, de modo a respeitar-se, tanto quanto possível, a ideia do autor (tendo em conta o critério de que a ilustração deve aparecer <u>depois</u> do texto a que se refere).

2. Referências bibliográficas

São redigidas de acordo com a Norma Portuguesa de 1994 (NP 405-1). No caso de correspondência e documentos electrónicos deve seguir-se, respectivamente, a Norma Portuguesa de 2000 (NP 405-3) e a Norma Portuguesa de 2002 (NP 405-4).

2.1. Abreviaturas

2.1.1. Solicita-se a utilização exclusiva de abreviaturas nos nomes próprios dos autores.

2.1.2. Quando a bibliografia inclui 2 ou mais autores com o mesmo apelido, os respectivos nomes serão indicados por extenso.

2.1.3. Os títulos das publicações periódicas não deverão ser abreviados.

2.2. Autoria

2.2.1. Quando a responsabilidade da obra for partilhada até um máximo de 3 autores, são todos referenciados.

2.2.2. Quando a responsabilidade da obra é partilhada por mais de três autores indica-se apenas o nome do primeiro, seguido da expressão [et. al.].

2.2.3. Os editores literários e compiladores podem ser tratados como autores, desde que apareçam destacados na página de título. Neste caso, devem acrescentar-se ao nome, as abreviaturas ed. lit. ou compil.

2.3. Dados da publicação

2.3.1. No caso do local de edição e/ou editor não virem referenciados na publicação, utilizam-se as seguintes expressões:

Ex: [S.l.: s.n.], 1980
Paris: [s.n.], 1990
[S.l.]: Hachette, 1986

2.3.2. Se o ano da publicação não vier mencionado, indica-se a data de impressão, *copyright* ou depósito legal:

Ex: imp. 1987 cop. 1990 D. L. 1980

2.4. Série ou colecção

2.4.1. A série ou colecção, em que a obra está incluída, é apresentada como aparece no documento, no fim da referência:

Ex: (Documents d'Archéologie Française; 33).

2.5. Exemplos:

Monografias:

ALARCÃO, J. de (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América. 139 p.

LISBOA Subterrânea (1994). Lisboa: Soc. Lisboa 94, Museu Nacional de Arqueologia; Milão: Electa. 278 p. Catálogo.

Contribuições em monografias :

HEINZ, C.; THIÉBAULT, S.; VERNET, J.-L. (1993) – Gestion et dégradation de la forêt préhistorique méditerranéenne. In *Le Néolithique au Quotidien*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme. p. 12-18. (Documents d'Archéologie Française; 39).

DAVEAU, S. (1994) - A foz do Tejo, palco da história de Lisboa. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Soc. Lisboa 94, MNA; Milão: Electa. p. 24-30. Catálogo.

DELIBES DE CASTRO, G.; SANTONJA, M. (1987) – Sobre la supuesta dualidad Megalitismo/Campaniforme en la Meseta Superior española. In WALDREN, W. H.; KENNARD, R. C., eds. lits.- *Bell Beakers of the western Mediterranean. Definition, interpretation, theory and new site data. The Oxford International Conference (1986)*. Oxford: B. A. R., p. 173-206. (BAR International Series; 331 i).

Artigos de publicações em série:

ALVES, F. J. S. [et. al.] (1988-1989) – A armadilha de pesca da Época Romana descoberta na Praia de Silvalde (Espinho). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 6/7, p. 187-226.

CARDOSO, J. L. (1995) - O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia.* Porto. 35: 1, p. 115-129. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular.

No caso de ser uma revista com volume e número, a referência será feita da seguinte maneira:

CARDOSO, M. (1965) – A perda frequente de espécimes preciosos da nossa joalharia arcaica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 75:1-4, p. 153-168.

Correspondência e manuscritos:

HELENO, M. – *Caderno de campo n.º 8* [Manuscrito]. 1952. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.

SARMENTO, F. M. - *[Carta] 1881 Maio 20, Guimarães [a] José Leite de Vasconcelos* [Manuscrito]. 1881. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. CoR J LV 3124/20708.

Material cartográfico:

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 339 [Material cartográfico]/Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1: 25000. – Lisboa: S. C. E., 1970.

Documentos electrónicos:

THACKER, P. T.; BROOKS, B. E.; PEREIRA, C. M. C. (2002) – Detecting Paleolithic Activity Areas Through Electrical Resistivity Survey: An Assessment from Vale de Óbidos, Portugal. *Journal of Archaeological Science* [Em linha]. London. 29:6, p. 563-570. [Consult. 30 Jun. 2003]. Disponível em WWW: ⟨URL:http://www.sciencedirect.com⟩.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARTE RUPESTRE, VILA REAL, 1998 – *Atravessando Fronteiras* [CD-ROM]. Vila Real: UTAD.

3. Citações

A citação permite identificar a publicação onde se obteve a ideia, o excerto, etc. Entre a citação e a referência bibliográfica do documento respectivo, deve existir uma correspondência exacta.

3.1. A forma adoptada pela revista é colocar no texto, entre parênteses, o nome do autor, o ano da publicação e, se necessário, o ou os números das páginas citadas. Se o nome do autor vier integrado no texto deverá colocar-se, entre parênteses, o ano e os números das páginas.

Exemplos: (Encarnação, 1984, p. 132-137)
(Jones e Smith, 1986, p. 93)

3.2. Se a bibliografia contiver vários documentos do mesmo autor e editados no mesmo ano, acrescenta-se ao ano de publicação uma letra (a, b, c, ...) na citação e na referência bibliográfica.

Exemplo: «Já em 1963 tinha sido achado por J. Fragoso de Lima (1963a) ...»

3.3. Quando uma obra é citada várias vezes ao longo do texto, pode optar-se pela utilização da abreviatura ob. cit. ou op. cit.

Exemplos: «apesar da opinião contrária de F. Poplin (ob. cit., p. 15)...»
(Bouchud, op. cit., p. 25)

3.3. Sempre que um documento não tenha sido consultado pelo autor e que a citação seja feita por intermédio de outro autor, devem-se anteceder as citações pela abreviatura Cit. por (citado por) ou *Apud* (segundo, conforme).

4. Apresentação de datas

4.1. A revista adopta as regras constantes da proposta sobre referência de datas de radiocarbono aprovada no 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto: Sociedade de Antropologia e Etnologia, 1995. v. 6. (Trabalhos de Antropologia e Etnologia; 35: 2)).

4.2. Na citação de datas resultantes da aplicação de outros métodos, devem indicar-se os mesmos elementos requeridos para a referência de datas de radiocarbono (laboratório, número da datação, data obtida e margens de erro), seguidos das siglas que usualmente identificam o respectivo método (TL, U/Th, etc.). Nestes casos, em que a convenção de equivalência BP = 1950 não é seguida e também não se utiliza ou não faz sentido a distinção entre «datas convencionais» e «datas reais», devem ser referidas a anos de calendário, segundo o sistema tradicional português: a.C. (antes de Cristo), d.C. (depois de Cristo).

4.3. A referência a grandezas cronológicas (ex.: III milénio, século IV, terceiro quartel do século II, etc.), não reportadas expressamente a nenhuma data específica de radiocarbono, como tal identificada, ou aquelas que realizem a síntese de datas obtidas por métodos diferentes, seguirão o sistema tradicional português: a.C. (antes de Cristo) e d.C. (depois de Cristo).

4.4. De um modo geral, aconselha-se vivamente, quando tecnicamente possível, a utilização do sistema de referência tradicional português (a.C. / d.C.), *no pressuposto de que o mesmo corresponde necessariamente a datas reais de calendário* e obriga, portanto, no caso de datações de radiocarbono, à prévia calibração das datas convencionais obtidas.

5. Apresentação das ilustrações

5.1. Os originais devem permitir uma redução ao tamanho da mancha, salvo quando se considere absolutamente indispensável recorrer a desdobrável. A mancha é de 12,3 x 20,4 cm, devendo ser incluído nela o espaço ocupado pela legenda composta.

5.2. A revista é impressa a uma cor, pelo que a reprodução de desenhos e fotografias será igualmente feita a uma cor. São aceites diapositivos, ou provas em papel, a cores ou preto e branco e em qualquer formato.

5.3. Ao realizarem-se os desenhos, é necessário ter em consideração a espessura dos traços e o tamanho de números ou letras de forma a ficarem bem legíveis, nas reduções.

5.4 As imagens em formato digital (desenhos ou fotografias) deverão ter uma resolução mínima de 300 dpi para uma dimensão mínima igual à largura da mancha (12,4 cm) e ser entregues gravadas em CD , DVD ou disquete, nos formatos PSD, JPG, TIFF, RAW, EPS ou vectorial EPS. Todas as imagens deverão ser acompanhadas de um prova impressa a preto.

5.5 Desenhos ou fotografias, quadros e gráficos deverão ser numerados sequencialmente pelo seguinte critério:

5.5.1 Desenhos ou fotografias

Fig. 1, 2 ...

Nas figuras deverá figurar uma escala gráfica.



5.5.2 Quadros

Quadro 1, 2 ...

5.5.3 Gráficos

Gráfico 1, 2 ...

5.6 Os autores deverão usar como base cartográfica cópias de mapas já existentes, evitando desenhar mapas próprios.

5.7 No caso do artigo informar sobre estações bem determinadas, a 1ª figura (não numerada) deverá localizá-las sobre um mapa da Península Ibérica ou outro que seja apropriado.

6. Quadros e tabelas

Os títulos dos quadros e tabelas devem ser centrados, os dados restantes devem ser alinhados à esquerda e não se devem colocar filetes ao alto. Exemplo:

QUADRO I

Datações de radiocarbono relacionadas com contextos campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal

Ref. do Laboratório	Tipo de amostra	Contexto arqueológico	Data convencional de 14C (anos BP)	Data calibrada Método de distribuição de probabilidades 1 σ (cal BC)	2 σ (cal BC)
Penha Verde					
[illegible]	[illegible]	Casa 2	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Ossos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

7. Entrega dos originais

Só serão aceites para publicação os originais apresentados segundo as normas de redacção da revista, iniciando-se apenas, a composição de originais que estejam completos:

a) Resumo em português, em inglês e/ou em francês, com indicação de três a cinco palavras-chave para indexação;
b) Texto original;
c) Bibliografia;
d) Legendas das ilustrações;
e) Ilustrações.

8. Correcção de provas

Deverão utilizar-se os sinais convencionais estabelecidos pela Norma Portuguesa de 1987 (NP-61).

8.1. As alterações ao texto original, deverão ser evitadas, pois os seus custos terão que ser debitados aos autores.

8.2. O revisor de provas utiliza a cor encarnada. Pede-se ao autor que utilize uma cor diferente.

MUSEU
NACIONAL DE
ARQUEOLOGIA

INCM
IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA

ISSN 0870-094X

